JORNAL OFICIAL
Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso

Índice

Camara Municipal de Alto Garças 5
Camara Municipal de Cáceres 5
Camara Municipal de Cláudia 5
Camara Municipal de Confresa 5
Camara Municipal de Conquista D`Oeste 5
Câmara Municipal de Nossa Senhora do Livramento 6
Camara Municipal de Peixoto de Azevedo 6
Câmara Municipal de São José do Rio Claro 20
Camara Municipal de Várzea Grande 20
Consórcio Inter. de Des. Econômico, Social e Ambiental da Região Sul 21
Consórcio Intermunicipal Complexo Nascentes do Pantanal 21
Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Médio Araguaia - CODEMA 26
Consórcio Intermunicipal de Saúde Vale do Rio Cuiabá 35
Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região Garças/Araguaia - CISRGA 35
Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto - CISVP 37
Consórcio Intermunicipal do Norte Araguaia 37
Prefeitura Municipal de Água Boa 38
Prefeitura Municipal de Alto Garças 41
Prefeitura Municipal de Alto Paraguai 42
Prefeitura Municipal de Alto Taquari 44
Prefeitura Municipal de Apiacás 45
Prefeitura Municipal de Araguainha 47
Prefeitura Municipal de Araputanga 47
Prefeitura Municipal de Arenápolis 49
Prefeitura Municipal de Aripuanã 50
Prefeitura Municipal de Barra do Bugres 59
Prefeitura Municipal de Barra do Garças 63
Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Araguaia 92
Prefeitura Municipal de Brasnorte 93
Prefeitura Municipal de Cáceres 93
Prefeitura Municipal de Campinápolis 219
Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis 261
Prefeitura Municipal de Campo Verde 266
Prefeitura Municipal de Campos de Júlio 268
Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte 271
Prefeitura Municipal de Canarana 272
Prefeitura Municipal de Carlinda 287
Prefeitura Municipal de Castanheira 287
Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães 291
Prefeitura Municipal de Cláudia 291
Prefeitura Municipal de Cocalinho 292
Prefeitura Municipal de Colíder 292
Prefeitura Municipal de Colniza 296
Prefeitura Municipal de Comodoro 298
Prefeitura Municipal de Confresa 300
Prefeitura Municipal de Cotriguaçu 307
Prefeitura Municipal de Cuiabá 358
Prefeitura Municipal de Curvelândia 358
Prefeitura Municipal de Diamantino 358
Prefeitura Municipal de Dom Aquino 359
Prefeitura Municipal de Feliz Natal 360
Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte 360

Prefeitura Municipal de General Carneiro 368
Prefeitura Municipal de Indiavaí 368
Prefeitura Municipal de Itanhangá 369
Prefeitura Municipal de Itiquira 369
Prefeitura Municipal de Jaciara 372
Prefeitura Municipal de Jangada 374
Prefeitura Municipal de Jauru 375
Prefeitura Municipal de Juara 377
Prefeitura Municipal de Juína 378
Prefeitura Municipal de Juruena 380
Prefeitura Municipal de Juscimeira 382
Prefeitura Municipal de Lambari d´Oeste 383
Prefeitura Municipal de Matupá 384
Prefeitura Municipal de Mirassol d´Oeste 437
Prefeitura Municipal de Nobres 440
Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento 441
Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes 452
Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia 453
Prefeitura Municipal de Nova Guarita 454
Prefeitura Municipal de Nova Lacerda 455
Prefeitura Municipal de Nova Marilândia 456
Prefeitura Municipal de Nova Maringá 458
Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde 458
Prefeitura Municipal de Nova Nazaré 460
Prefeitura Municipal de Nova Olímpia 460
Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena 463
Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã 465
Prefeitura Municipal de Nova Xavantina 465
Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte 485
Prefeitura Municipal de Novo Mundo 496
Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio 497
Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim 498
Prefeitura Municipal de Paranatinga 498
Prefeitura Municipal de Pedra Preta 500
Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo 506
Prefeitura Municipal de Planalto da Serra 563
Prefeitura Municipal de Poconé 564
Prefeitura Municipal de Ponte Branca 566
Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte 567
Prefeitura Municipal de Porto Esperidião 568
Prefeitura Municipal de Poxoréu 568
Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal 571
Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira 575
Prefeitura Municipal de Rondolândia 575
Prefeitura Municipal de Rosário Oeste 575
Prefeitura Municipal de Salto do Céu 576
Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato 577
Prefeitura Municipal de Santo Afonso 579
Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Leverger 579
Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste 580
Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia 581
Prefeitura Municipal de São José do Povo 583
Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro 583
Prefeitura Municipal de São José do Xingu 584
Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos 585
Prefeitura Municipal de São Pedro da Cipa 585
Prefeitura Municipal de Serra Nova Dourada 587
Prefeitura Municipal de Tabaporã 587
Prefeitura Municipal de Tangará da Serra 589
Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte 596
Prefeitura Municipal de Tesouro 597
Prefeitura Municipal de União do Sul 601
Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos 602

Prefeitura Municipal de Várzea Grande 602
Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade 613

APRESENTAÇÃO

DIRETORIA DA AMM BIÊNIO 2021/2023

Presidente de Honra: José Eduardo Botelho

Presidente: Neurilan Fraga (PL) - Ex-prefeito de Nortelândia

Primeiro Vice-Presidente: Janailza Taveira Leite (Solidariedade) - prefeita de São Félix do Araguaia

Segundo Vice-Presidente: Marcelo de Aquino (PL) - prefeito de General Carneiro

Terceiro Vice-Presidente: Marilza Augusta de Oliveira (MDB)- prefeita de Nova Brasilândia

Quarto Vice-Presidente: Edu Laudi Pascoski (PL)- prefeito de Itanhangá

Quinto Vice-Presidente: Valdecio Luiz da Costa (PL)- prefeito de Dom Aquino

Secretário Geral: Daniel Rosa do Lago (PDT) - Prefeito de Porto Alegre do Norte

Primeiro Secretário: Leocir Hanel (PSDB) - prefeito de Nobres

Segundo Secretário: José Guedes de Souza (MDB) - prefeito de Rondolândia

Tesoureiro Geral: Silmar de Souza Gonçalves (DEM) - prefeito de Nossa Senhora do Livramento

Primeiro Tesoureiro: Alex Steves Berto (Solidariedade) - prefeito de Rosário Oeste

Segundo Tesoureiro: Altamir Kurten (PSDB) - prefeito de Cláudia

Conselho Fiscal:

1º Jacob Andre BringsKen (MDB) - prefeito de Vila Bela da Santíssima Trindade

2º Márcio Conceição Nunes de Aguiar (PSB) - prefeito de Cocalinho

3º Jadilson Alves de Souza (Republicanos) - prefeito de Curvelândia

Suplentes Fiscais:

1º Héctor Alvares Bezerra (PSL) - prefeito de Mirassol D'Oeste

2º Ederson Figueiredo (PP) - prefeito de Arenápolis

3º Julio Cesar dos Santos (MDB) - prefeito de Apiacás

Gerente de Comunicação
Malu Sousa

Responsável pelo Jornal Oficial AMM
Noides Cenio da Silva

(65) 2123-1200 - (65) 9 9931-8446

Entre em Contato: jornaloficial@amm.org.br (65) - 2123 - 1270

O Jornal Oficial dos Municípios do Estado do Mato Grosso
é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal.

CAMARA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS

PORTARIA Nº 017/2022

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei; determina as seguintes medidas.

CONSIDERANDO que o sistema Sapo da Câmara Municipal de Alto Garças-MT, possivelmente, foi violado/invadido, zerando o sistema e inclusive os backups do servidor.

CONSIDERANDO, que sem acesso ao Sistema a SAPO, o Contador da Câmara Municipal de Alto Garças-MT, fica impossibilitado de empenhar, liquidar e emitir nota de pagamento, emitir balancetes mensais e anuais, relatório de Gestão Fiscal, balancetes de verificação, impossibilitando a consolidação junto ao Município, inclusive impedindo o encaminhamento das cargas mensais no Sistema Aplic junto ao TCE/MT, assim,

RESOLVEM:

Art. 1º - Determinar temporariamente aos setores competente, a suspensão de novas contratações e empenhos, até que a empresa contratada responsável pelo software locado, faça a restauração/restruturação do banco de dados e do sistema, **e igualmente, determinar aos setores competentes**, que sejam realizados a liquidação manualmente, ou seja, os pagamentos dos contratos firmando e em vigor já empenhados, pagamentos dos salários dos servidores e dos subsídios e verbas indenizatórias dos vereadores, e das despesas corriqueiras (água, luz, telefone, internet), a fim de manter o perfeito funcionamento da Câmara Municipal de Alto Garça-MT, devendo o servidor efetivo lotado no cargo de Contador, verificar manualmente, os saldos das dotações orçamentárias se houver necessidade extraordinária de novo empenho.

Art. 2º - Esta **PORTARIA** entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publica-se, Registre-se, Cumpra-se.

Gabinete da Presidência, Edifício Sede do Poder Legislativo de Alto Garças –MT, em 17 de março de 2022.

FÁBIO ADRIANO AGULHÃO LUIZ CARLOS BARBOSA DA SILVA

Presidente Vice-Presidente

WILSON PEREIRA DA SILVA DELAYNNE CRISTINA L. A. COSTA

1º Secretário 2ª Secretária

CAMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
PORTARIA Nº 029/2022

"*Dispõe sobre a exoneração da Senhora RAFAELLA SANTIAGO SOUZA VERÍSSIMO e dá outras providências."*

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas prerrogativas legais e regimentais.

Considerando o que consta no Processo submetido ao Protocolo sob nº 1018, de 17 de março de 2022, deste Poder Legislativo Municipal.

R E S O L V E:

Art. 1º Exonerar a Senhora **RAFAELLA SANTIAGO SOUZA VERÍSSIMO**, portadora do Registro Geral – RG sob nº. 12***4-5/SSP-MT e inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF sob nº 002.***.***-73, do cargo em comissão de Assessora de Gabinete da Câmara Municipal de Cáceres-MT, nível CC-04, a que alude o Anexo II da Lei Complementar nº 111, de 10 de fevereiro de 2017, vinculado ao Regime Geral da Previdência Social-INSS, a partir de 21 de março de 2022.

Art. 2º Revogam-se as disposições contrárias.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Registrada e Publicada, Cumpra-se.

Câmara Municipal de Cáceres-MT, 18 de março de 2022.

DOMINGOS OLIVEIRA DOS SANTOS

Presidente da Câmara Municipal de Cáceres

CAMARA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

CÂMARA MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL DE CLÁUDIA ESTADO DE MATO GROSSO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 002/2021

CÂMARA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

ESTADO DE MATO GROSSO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 002/2021

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE CLÁUDIA – MT CONTRATADO: FORGOV CONSULTORIA E CONTABILIDADE LTDA – ME CNPJ N° 20.936.958/0001-04 OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO TÉCNICO, ASSESSORIA E CONSULTORIA ENVOLVENDO ÁREA CONTÁBIL, FINANCEIRA, PLANEJAMENTO E PRESTAÇÃO DE CONTAS, PARA A CAMARA MUNICIPAL DE CLÁUDIA-MT VIGÊNCIA: 12 (doze) meses. VALOR GLOBAL: R$ 73.121,40 (setenta e três mil cento e vinte e um reais e quarenta centavos). Ficam ratificadas e mantidas em plena vigência as demais cláusulas e condições do Contrato. LEONIR RIZZI Presidente.

CAMARA MUNICIPAL DE CONFRESA

CÂMARA MUNICIPA DE CONFRESA
ERRATA À PORTARIA Nº 25, DE 14 DE MARÇO DE 2022.

ERRATA À PORTARIA Nº 25, DE 14 DE MARÇO DE 2022.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONFRESA, no uso das competências que lhe conferem o Regimento Interno do Órgão, o disposto nos art. 225 da Lei Complementar nº 020 de 28 de dezembro de 2005,

RESOLVE retificar o item, conforme a seguir:

ONDE SE LÊ:

Artigo 1º DETERMINAR a instauração de processo de SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA, de nº 02/2022, para apuração de possível irregularidade no procedimento de realização de despesa no âmbito do contrato administrativo nº 03/2021, bem como os atos e fatos conexos que emergirem dos trabalhos, conforme informações contidas nos documentos que acompanham a Notificação nº 002/2022 da UCI;

LEIA-SE:

Artigo 1º DETERMINAR a instauração de processo de SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA, de nº 02/2022, para apuração de possível irregularidade no procedimento de realização de despesa no âmbito do contrato administrativo nº 02/2021, bem como os atos e fatos conexos que emergirem dos trabalhos, conforme informações contidas nos documentos que acompanham a Notificação nº 002/2022 da UCI;

Registre-se e publique-se.

Confresa-MT, 17 de março de 2022.

Presidente

CAMARA MUNICIPAL DE CONQUISTA D`OESTE

CAMARA MUNICIPAL
EXTRATO DO CONTRATO Nº 001/2022

PARTES: Câmara Municipal de Conquista D' Oeste e SIGMA ENGENHARIA LTDA - CNPJ: 29.859.676/0001-17

OBJETO: Contratação de serviços de elaboração de projeto de reforma da Câmara Municipal de Conquista D' Oeste, incluindo Projeto Básico com

detalhamento técnico para execução da reforma, memória de cálculo dos quantitativos, planilha orçamentária, cronograma físico/financeiro, memorial descritivo RRT e/ou ART. Com fiscalização das obras e alimentação do sistema Geo-Obras do TCE/MT

VALOR TOTAL: R$ 8.350,00 (oito mil e trezentos e cinquenta reais)

VIGENCIA: 18 de março à 31 de dezembro de 2022

CÂMARA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO

CÂMARA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO - MT
PORTARIA Nº 07/2022

PORTARIA Nº 07/2022

MANOEL GONÇALO DE CAMPOS, Presidente da Câmara Municipal de Nossa Senhora do Livramento – MT, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º - Nomear a Senhora **PATRICIA SILVINA DE CAMPOS,**para exercer o cargo de Assessora Parlamentar da Sala da Mulher, DAI (Direção e Assessoramento Intermediário) do Poder Legislativo Municipal, a partir de 21 de março de 2022, conforme a Lei n°1004/2022.

ARTIGO 2º - Esta PORTARIA entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário .

PUBLICADA, REGISTRADA, CUMPRA-SE.

Câmara Municipal de Nossa Senhora do Livramento, 17 de março de 2022.

MANOEL GONÇALO DE CAMPOS

Presidente da Câmara Municipal

CAMARA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

CAMARA MUNICIPAL / CONTABILIDADE
CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2022 - EDITAL COMPLEMENTAR Nº 007

CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2022

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 007

DIVULGA resultado preliminar DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2022, GABARITO OFICIAL, JULGAMENTO DE RECURSOS e dá outras providências.

A Senhora **FABRÍCIA A. NOGUEIRA DEMBOGURSKI**, presidente da **COMISSÃO EXAMINADORA DO CONCURSO PÚBLICO nº 001/2022,** nomeada pela **Portaria nº 071/2021, de 19 de novembro de 2021**, em cumprimento ao disposto no item 18.6 do Edital de Concurso Público nº 001/2022, torna público o que segue:

1. RESULTADO PRELIMINAR DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2022, conforme **ANEXO I** deste Edital Complementar; **2. GABARITO OFICIAL PÓS-RECURSOS DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2022**, conforme **ANEXO II** deste Edital Complementar; **3. JULGAMENTO DE RECURSOS INTERPOSTOS CONTRA DIVULGAÇÃO DO GABARITO PRELIMINAR**, conforme **ANEXO III** deste Edital Complementar; **4. JULGAMENTO DE RECURSOS INTERPOSTOS CONTRA DIVULGAÇÃO DE PONTUAÇÃO DE TÍTULOS**: permanece inalterado em relação às listas divulgadas através do Edital Complementar nº 006, publicado em 09 de março de 2022, conforme Anexo I, considerando que não houve nenhum recurso. Portanto, fica aquela lista considerada válida para todos efeitos legais.

Fica aberto o prazo de recurso relativo à divulgação do **RESULTADO PRELIMINAR DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2022,** a partir das 00h00 do dia **21/03/2022** até as 23h59 do dia **22/03/2022**, nos termos do Edital.

A íntegra deste Edital poderá ser consultada no site oficial da Câmara Municipal - www.camarapeixotodeazevedo.mt.gov.br/ e site da empresa organizadora – www.atamemt.com.br/concurso/

Peixoto de Azevedo-MT, 18 de março de 2022.

FABRÍCIA A. NOGUEIRA DEMBOGURSKI

Presidente da Comissão Examinadora do Concurso Público

RESULTADO PRELIMINAR

ANEXO I

Cargo: 01 - Advogado										
Inscrição	**Nome**	**Nascimento**	**Col**	**E**	**P**	**M**	**G**	**T**	**Total**	**Sit**
0000000042	REGINALDO DE SOUZA SILVA	04/04/1993	**1**	70	10.5	0	9	0	89.5	AP
0000000021	UILIAM ALVES STOPA	06/02/1989	**2**	62.5	13.5	0	8	1	85	CL
0000000168	KALITA DE CASTRO RODRIGUES	04/09/1996	**3**	62.5	12	0	10	0	84.5	CL
0000000222	MARCELA AKEMI DE OLIVEIRA YOSHIDA	31/07/1997	**4**	60	15	0	9	0	84	CL
0000000085	SARA TEIXEIRA MARINS	06/03/1991	**5**	60	12	0	8	1	81	CL
0000000022	LUCAS CESAR LIMA JARDIM	12/08/1995	**6**	57.5	12	0	9	0	78.5	CL
0000000251	RAFAEL MENEQUELLI	18/01/1996	**7**	57.5	12	0	8	1	78.5	CL
0000000079	MONALI RIBEIRO	28/04/1996	**8**	55	12	0	10	1	78	CL
0000000126	JEFERSON ABREU DOS SANTOS	04/10/1995	**9**	57.5	10.5	0	8	1	77	CL
0000000201	JOSE MARCO VILAÇA	18/11/1998	**10**	57.5	9	0	10	0	76.5	CL
0000000078	LUCIOLA MORESCHI PASSANELI	06/08/1979	**11**	52.5	13.5	0	9	0	75	CL
0000000257	PATRICIA ZAPELINI CORTI	01/05/1995	**12**	52.5	12	0	7	0	71.5	CL
0000000124	FRANCILENE DIAS DA SILVA	04/01/1981	**13**	50	13.5	0	8	0	71.5	CL
0000000009	IZAMARA FERREIRA ANDRADE	17/03/1982	**14**	55	10.5	0	5	0	70.5	CL
0000000030	HENRIQUE BUENO RIBAS	20/08/1997	**15**	47.5	13.5	0	9	0	70	CL
0000000029	ANGELA RAQUEL DA SILVA LOPES	03/07/1997	**16**	47.5	10.5	0	8	0	66	CL

0000000259	KELVIS DAGOSTINI GOULART	03/04/1994	17	47.5	12	0	6	0	65.5	CL
0000000073	MIRIELE GARCIA RIBEIRO DE LIMA	07/12/1982	18	42.5	10.5	0	10	1	64	CL
0000000031	BRENDA LOBATO LOPES	16/03/1993	19	47.5	9	0	7	0	63.5	CL
0000000044	LANA KARINA CRAVEIRO GALVAO	04/07/1997	20	47.5	9	0	6	0	62.5	CL
0000000247	LETICIA RODRIGUES DOS SANTOS	26/02/1999	21	45	10.5	0	7	0	62.5	CL
0000000199	EDSON LUCAS SOARES DA SILVA	13/03/1994	22	40	12	0	9	0	61	CL
0000000155	MATHEUS PEREIRA MARINS	21/07/1997	23	40	12	0	9	0	61	CL
0000000195	ROMUALDO JOSÉ ZALEVSKI	06/07/1971	24	42.5	9	0	8	1	60.5	CL
0000000080	MAISA RIBEIRO	28/04/1996	25	40	10.5	0	9	1	60.5	CL
0000000256	VICTÓRIA CAROLINE LÓPES CORRÊA DE JESUS	25/11/1998	26	37.5	12	0	9	0	58.5	CL
0000000010	THAMYRIS BARCELOS MASSOTTI	16/12/1993	27	35	13.5	0	9	0	57.5	CL
0000000171	ALCIDES BATISTA MARTINS JUNIOR	25/12/1995	28	40	7.5	0	9	0	56.5	CL
0000000135	KEYCIANE MAGNABOSCO VARELA BENTO SOUZA	22/03/1995	29	40	7.5	0	8	0	55.5	CL
0000000271	DYOGO MAGALHÃES NUNES	06/09/1989	30	37.5	13.5	0	4	0	55	CL
0000000090	SUZANA APARECIDA DOS SANTOS	08/11/1989	31	35	10.5	0	7	0	52.5	CL
0000000019	WIVIANE AMORIM DA SILVA	24/08/1992	32	35	12	0	4	0	51	CL
0000000118	BIANCA FERRAÇA	30/08/1995	33	32.5	10.5	0	6	1	50	RN
0000000193	LUANNA ANDRESSA SILVA	23/04/1998	34	32.5	9	0	8	0	49.5	RN
0000000218	CIRILLO GONZAGA DE ALMEIDA	30/01/1983	35	30	10.5	0	8	1	49.5	RN
0000000254	ANDRÉ LUIZ SANTOS DE ALMEIDA	07/08/1982	36	30	9	0	10	0	49	RN
0000000214	JAKSON DARLYN FERREIRA DOS SANTOS	04/12/1994	37	32.5	6	0	8	0	46.5	RN
0000000164	ELVIS PINHEIRO AGUIAR	04/08/1995	38	30	9	0	7	0	46	RN
0000000040	JESSICA DAUFEMBACH MACIEL	02/11/1993	39	30	7.5	0	7	1	45.5	RN
0000000243	ARLON DE SOUZA PORTO	18/09/1965	40	0	0	0	0	0	0	RU
0000000043	ELISAMA TEREZINHA TURATTI	20/12/1974	41	0	0	0	0	0	0	RU
0000000060	HITLER BRANHAM GRACIANO SILVA	08/08/1976	42	0	0	0	0	0	0	RU
0000000232	GIOVANI LOCATELLE JUNIOR	14/06/1980	43	0	0	0	0	0	0	RU
0000000200	WANESSA TEIXEIRA DA SILVA	20/10/1981	44	0	0	0	0	0	0	RU
0000000268	SHARLON WILIAN SCHMIDT	18/11/1982	45	0	0	0	0	0	0	RU
0000000086	JACKSON FABIO DE CAMARGO	03/10/1984	46	0	0	0	0	0	0	RU
0000000121	ALAOR JUNIOR DA SILVA RONDON PEREIRA	07/01/1985	47	0	0	0	0	0	0	RU
0000000058	TÂNIA THAIS DE OLIVEIRA	16/08/1986	48	0	0	0	0	0	0	RU
0000000051	PALOMA MICHELE DE FREITAS	14/10/1987	49	0	0	0	0	0	0	RU
0000000156	LAURO LUCIEN RODRIGUES TRINDADE	12/11/1988	50	0	0	0	0	0	0	RU
0000000125	FERNANDA THAIS POLICARPO DA SILVA	15/07/1989	51	0	0	0	0	0	0	RU
0000000047	PEDRO HENRIQUE CARDOSO HILÁRIO	18/03/1992	52	0	0	0	0	0	0	RU
0000000122	LUCAS DA COSTA FERREIRA	16/05/1994	53	0	0	0	0	0	0	RU
0000000032	FLÁVIA ALVES DE ANDRADE GOMES	02/06/1994	54	0	0	0	0	0	0	RU
0000000066	DEBORAH PACIFICA DO CARMO VIANA	26/11/1994	55	0	0	0	0	0	0	RU
0000000235	TIAGO PALIOSA	30/04/1995	56	0	0	0	0	0	0	RU
0000000107	RITA DE CASSIA SILVA GUSMAO	20/10/1995	57	0	0	0	0	0	0	RU
0000000162	ADRIELI REOLON	01/07/1996	58	0	0	0	0	0	0	RU
0000000016	JHONY VINICIUS CARDOSO FARIA	04/07/1996	59	0	0	0	0	0	0	RU
0000000116	DAVID ROBINSON FERREIRA DIAS	19/09/1996	60	0	0	0	0	0	0	RU
0000000119	VITORIA DE PAULA MEIRA	08/08/1997	61	0	0	0	0	0	0	RU
0000000014	SERGIO EMANUEL LEMES DO PRADO	22/02/1998	62	0	0	0	0	0	0	RU

Cargo: 02 - Controlador Interno

Inscrição	Nome	Nascimento	Col	E	P	M	G	T	Total	Sit
0000000004	LINDOMAR RODRIGUES	22/01/1996	1	75	13.5	0	9	0	97.5	AP
0000000211	KLEYTON WILLIAN TRESSOLDI MINAS	07/05/1997	2	70	15	0	10	1	96	CL
0000000002	ROBSON LUAN TELES TEIXEIRA	26/02/1992	3	70	12	0	10	1	93	CL
0000000131	SUEUDES DE PONTES ALEXANDRE	01/04/1984	4	70	10.5	0	8	0	88.5	CL
0000000224	ELSON VICENTE DE CAMPOS	31/05/1965	5	65	13.5	0	8	1	87.5	CL
0000000225	LUCIANA SIQUEIRA TAMIOZZO	07/09/1987	6	65	13.5	0	8	1	87.5	CL
0000000007	DIEGO PARANHOS CORREIA	07/11/1992	7	65	13.5	0	7	1	86.5	CL
0000000025	BRUNO VIEGAS DE OLIVEIRA	23/05/1986	8	65	12	0	8	0	85	CL
0000000166	LIGIA RAQUEL BOTELHO NEVES	30/09/1985	9	62.5	12	0	9	0	83.5	CL
0000000149	RICARDO VIEIRA DE OLIVEIRA	02/04/1997	10	67.5	10.5	0	5	0	83	CL
0000000252	ALINE DOS SANTOS MORAES	25/04/1989	11	60	13.5	0	8	1	82.5	CL
0000000026	MARCELO FOGAÇA SALDANHA	19/01/1977	12	62.5	9	0	9	1	81.5	CL
0000000003	DOUGLAS ALENCAR BATISTA FERREIRA	21/02/1992	13	62.5	7.5	0	9	0	79	CL
0000000188	EDEMAR ROSAS DOS SANTOS JUNIOR	19/01/1987	14	57.5	13.5	0	8	0	79	CL
0000000008	ERIKA PEREIRA DOS SANTOS	09/03/1984	15	60	9	0	8	0	77	CL
0000000145	REGINALDO JUNGES	11/05/1978	16	57.5	10.5	0	8	0	76	CL
0000000033	SILVIA SCHMEING	26/06/1986	17	60	7.5	0	6	0	73.5	CL
0000000103	JOSE BENTO ALVES FONSECA	14/03/1982	18	50	13.5	0	8	1	72.5	CL
0000000054	JOSE LUIZ SANTOS	21/10/1969	19	60	6	0	6	0	72	CL
0000000083	GILMAR NOLETO SOARES	07/07/1987	20	55	9	0	8	0	72	CL
0000000106	VANESSA DOS SANTOS BIAZOTO	19/08/1997	21	55	9	0	7	1	72	CL
0000000061	NICOLLY VALADÃO FERREIRA	16/09/1999	22	52.5	10.5	0	8	0	71	CL
0000000217	KEILLA DE OLIVEIRA ALMEIDA	19/06/1985	23	52.5	9	0	8	1	70.5	CL
0000000202	CAMILA PERIS RODRIGUES	23/03/1995	24	50	12	0	8	0	70	CL

0000000006	RICARDO NOGUEIRA MORAIS	26/06/1990	**25**	47.5	12	0	10	0	69.5	CL
0000000161	MARIA RAIMUNDA DOS SANTOS PEREIRA NASCIMENTO	18/03/1984	**26**	47.5	12	0	9	1	69.5	CL
0000000264	ELISAMA YOLANDA MIO DE CAMARGO	25/12/1999	**27**	50	12	0	7	0	69	CL
0000000266	CAROLINE ALESSANDRA CORREA DANIELLI	25/04/1989	**28**	50	9	0	8	0	67	CL
0000000160	LUIS ANTÔNIO IORIS DA ROSA	17/01/1993	**29**	47.5	7.5	0	10	0	65	CL
0000000223	FELIPE SILVA OLIVEIRA	10/03/1991	**30**	45	12	0	8	0	65	CL
0000000093	EVERTON EDUARDO NETO DA SILVA	19/12/1979	**31**	45	10.5	0	9	0	64.5	CL
0000000039	EDILAINE DE FATIMA BAGNARA GRANDINI	26/03/1985	**32**	45	10.5	0	9	0	64.5	CL
0000000276	RONDINELI DE SOUZA CHAVES	01/08/1995	**33**	47.5	9	0	7	0	63.5	CL
0000000174	CLEITOM VICTOR BELOTTO DE MORAES	28/10/1991	**34**	42.5	13.5	0	7	0	63	CL
0000000270	GUILHERME AZEVEDO RAMPAZIO	27/03/1997	**35**	42.5	12	0	8	0	62.5	CL
0000000001	THIAGO FELIPE CARDOSO MESQUITA	26/02/1991	**36**	42.5	13.5	0	6	0	62	CL
0000000234	RAFAEL SILVA OLIVEIRA	24/06/1993	**37**	42.5	10.5	0	8	0	61	CL
0000000262	GRACIELA MATIAS NEKEL	16/02/1993	**38**	40	10.5	0	10	0	60.5	CL
0000000049	WELTON DE SOUZA MARQUES	05/11/1990	**39**	45	7.5	0	7	0	59.5	CL
0000000231	VINICIUS BLOCK CAMERINI	31/12/1984	**40**	37.5	12	0	10	0	59.5	CL
0000000255	VANIA ROSA SILVA DA SILVA CIPRIANO	24/11/1983	**41**	45	6	0	7	0	58	CL
0000000189	ROSÂNGELA ROMANO FERREIRA DA SILVA	25/10/1965	**42**	40	12	0	5	1	58	CL
0000000046	JAIR CARLOS LABRES	02/03/1972	**43**	45	6	0	6	0	57	CL
0000000067	RONIZE PEREIRA LIMA	27/12/1995	**44**	35	15	0	7	0	57	CL
0000000011	ADALIRIA GONÇALVES DA SILVA	07/06/1994	**45**	37.5	12	0	7	0	56.5	CL
0000000027	KARINE DIAS DA SILVA CRUZ	27/01/2000	**46**	35	13.5	0	8	0	56.5	CL
0000000269	JOANDERSON SILVA RODRIGUES	04/12/1994	**47**	37.5	10.5	0	7	0	55	CL
0000000158	TAÍS LUDIMILA MENDES DE ARAÚJO CUNICO	22/08/1993	**48**	35	13.5	0	6	0	54.5	CL
0000000253	BARBARA MASCARENHAS DE OLIVEIRA	14/01/1996	**49**	42.5	4.5	0	6	0	53	CL
0000000097	JOSIANE PEREIRA DE SOUZA	29/03/1990	**50**	37.5	9	0	6	0	52.5	CL
0000000220	RODRIGO ISNENGHI COSTA	10/04/1989	**51**	35	10.5	0	7	0	52.5	CL
0000000028	HEIDY PEREIRA PINTO FALCADE	21/09/1988	**52**	32.5	12	0	8	0	52.5	CL
0000000117	GRASIELA BAGNARA DE BORJA SANTOS	11/05/1980	**53**	35	9	0	7	0	51	CL
0000000098	KARLA KAMILA MARQUES	08/09/1993	**54**	27.5	9	0	7	0	43.5	RN
0000000241	ELVIS PEREIRA CLOTILDES	07/12/1990	**55**	27.5	7.5	0	6	0	41	RN
0000000250	PAOLA FERREIRA DOS ANJOS	29/11/1996	**56**	25	10.5	0	5	0	40.5	RN
0000000245	VALDEIR PEREIRA DE ARAUJO	25/11/1980	**57**	27.5	6	0	6	0	39.5	RN
0000000143	SIMONE PEREIRA ROSA DAS CHAGAS	19/11/1985	**58**	22.5	9	0	4	0	35.5	RN
0000000274	MARCOS ANTÔNIO CUNICO	10/03/1990	**59**	20	9	0	5	0	34	RN
0000000065	SEBASTIAO DORNELLAS LUQUE	02/09/1960	**60**	0	0	0	0	0	0	RU
0000000263	RONALDO CAMINHA LIMA	15/03/1981	**61**	0	0	0	0	0	0	RU
0000000041	JOAO PEREIRA LIMA	19/08/1982	**62**	0	0	0	0	0	0	RU
0000000114	JEAN MARCEL ZATTAR DE FARIA	21/02/1983	**63**	0	0	0	0	0	0	RU
0000000205	ANA PAULA TELES DOS REIS	15/11/1983	**64**	0	0	0	0	0	0	RU
0000000020	VANDERLI FARIAS BARBOSA	25/09/1984	**65**	0	0	0	0	0	0	RU
0000000229	GESIEL MOTA GONCALVES	22/11/1985	**66**	0	0	0	0	0	0	RU
0000000115	KATHYENE SOARES DA SILVA ZATTAR	25/10/1986	**67**	0	0	0	0	0	0	RU
0000000087	ADRIANA DOMINGAS PEREIRA SOUZA	06/05/1987	**68**	0	0	0	0	0	0	RU
0000000057	JEFERSON REICHERT	27/04/1988	**69**	0	0	0	0	0	0	RU
0000000088	VALERIA DE ANDRADE SILVA	21/06/1988	**70**	0	0	0	0	0	0	RU
0000000196	LIDIANE JOANA DE ALMEIDA MATOS	19/10/1988	**71**	0	0	0	0	0	0	RU
0000000023	SUELLEN DE FRANÇA NASCIMENTO	24/02/1989	**72**	0	0	0	0	0	0	RU
0000000068	AISIS FERNANDES JANSEN	27/04/1989	**73**	0	0	0	0	0	0	RU
0000000228	JAMERSON FERREIRA MENEZES	08/11/1989	**74**	0	0	0	0	0	0	RU
0000000077	ELIENAI ALENCAR DE OLIVEIRA	02/03/1991	**75**	0	0	0	0	0	0	RU
0000000163	WELLINGTON CANINJA SOARES FERREIRA	08/04/1991	**76**	0	0	0	0	0	0	RU
0000000064	LUCAS KAINÃ BARRETO MACEDO	26/05/1991	**77**	0	0	0	0	0	0	RU
0000000113	SUANE CRISTINA LOPES PIMENTEL	24/09/1991	**78**	0	0	0	0	0	0	RU
0000000050	LUCIANO FERREIRA DE SOUSA	04/03/1994	**79**	0	0	0	0	0	0	RU
0000000207	BENEANE PEREIRA DE ARAUJO	31/10/1996	**80**	0	0	0	0	0	0	RU
0000000100	SARAH FURTADO SANTANA	19/11/1997	**81**	0	0	0	0	0	0	RU
0000000280	THIAGO BRITO DE CARVALHO	29/05/1999	**82**	0	0	0	0	0	0	RU
0000000249	PAULA GOLLNER LOPES	19/11/1999	**83**	0	0	0	0	0	0	RU
0000000096	CLEISIELMA DE SOUSA RODRIGUES	02/02/2000	**84**	0	0	0	0	0	0	RU

GABARITO OFICIAL – PÓS-RECURSOS

PROVAS OBJETIVAS REALIZADAS DIA 06/03/2022

ANEXO II

CARGO: 01 - Advogado																								
01	**02**	**03**	**04**	**05**	**06**	**07**	**08**	**09**	**10**	**11**	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**	**18**	**19**	**20**	**21**	**22**	**23**	**24**	**25**
C	C	***C***	C	B	D	A	D	C	C	B	D	A	C	B	D	C	C	A	B	B	D	B	A	D
26	**27**	**28**	**29**	**30**	**31**	**32**	**33**	**34**	**35**	**36**	**37**	**38**	**39**	**40**	**41**	**42**	**43**	**44**	**45**	**46**	**47**	**48**	**49**	**50**
C	B	A	B	B	C	A	D	D	A	B	C	D	C	***N***	A	A	C	A	C	A	A	C	D	A

CARGO: 02 - Controlador Interno																								
01	**02**	**03**	**04**	**05**	**06**	**07**	**08**	**09**	**10**	**11**	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**	**18**	**19**	**20**	**21**	**22**	**23**	**24**	**25**
C	C	***C***	C	B	D	A	D	C	C	B	D	A	C	B	D	C	C	A	B	C	D	C	B	C
26	**27**	**28**	**29**	**30**	**31**	**32**	**33**	**34**	**35**	**36**	**37**	**38**	**39**	**40**	**41**	**42**	**43**	**44**	**45**	**46**	**47**	**48**	**49**	**50**
A	D	D	B	B	A	C	A	D	C	A	B	D	B	A	C	D	C	A	C	D	D	B	C	D

*** Legenda*:***

*- **Letra destacada**: alteração da letra do gabarito;*

***- N:** questão anulada.*

JULGAMENTO DE RECURSOS CONTRA GABARITO PRELIMINAR

ANEXO III

01 - ADVOGADO

Código: **7837**

Nome: **UILIAM ALVES STOPA**

Data Envio: **08/03/2022**

Descrição: Recurso contra o gabarito preliminar, abaixo o inteiro teor da questão para fins de elucidação, in verbis "QUESTÃO - 03 No trecho "Os laços de afeto DESSA RELAÇÃO têm um grande impacto na saúde mental das pessoas" (primeiro parágrafo), a palavra em destaque faz referência a: A) Ser uma boa pessoa. B) Gostar de animais. C) Ter um pet. D) ter saúde. A presente questão remete ao primeiro parágrafo do text, razão pela qual será trenscrito para um melhor esclarecimento, in verbis "Ter um pet é um ato de amor que beneficia não só os bichinhos, mas também os seres humanos. Os laços de afeto dessa relação têm um grande impacto na saúde mental das pessoas que possuem um animal de estimação." O gabarito preliminar traz como sendo a resposta correta a letra "D", porém há um equívoco já que, como se percebe da interpretação do texto que é muito claro , o termo "DESSA RELAÇÃO" é muito objetivo já que o pronome "DESSA", de acordo com a língua portuguesa, remete a termos que já foram ditos no texto e não a termos posteriores a ele, se quisesse remeter a um termo que seria dito no texto o correto seria usar o pronome "DESTA". Desta "Desta" indica que o objeto está próximo da pessoa que está falando. Também, revela o que será mencionado no discurso ou conversa dentro do tempo presente. Ex.: Qual é o valor agregado deste produto? Dessa Em contrapartida, com o uso de "dessa", o objeto está próximo da pessoa a quem se fala e longe da pessoa que está falando. Refere-se a um tempo passado em relação à pessoa que fala e o objeto já foi mencionado na conversa. Você o utiliza para reiterar esse objeto sem precisar repeti-lo. Veja: Ex.: Já falamos disso muitas vezes! https://rockcontent.com/br/talent-blog/desta-ou-de... Desta forma, não há outra resposta correta que não seja a alternativa "C" anterior ao termo "DESSA RELAÇÃO". Diante de todo o exposto, pede-se a alteração do gabarito preliminar para que seja declarada como correta a alternativa "C".

Nro Questão: 3

Data Resposta: 18/03/2022

Recurso deferido para alteração da letra do gabarito. Resposta Fundamentada: Conforme análise, verificou-se que ocorreu erro transcrição de gabarito. A única alternativa que responde corretamente à questão de nº 03 é a letra "C)". Portanto, recurso deferido para alteração do gabarito, da letra D) para a LETRA "C)".

Código: **7840**

Nome: **UILIAM ALVES STOPA**

Data Envio: **08/03/2022**

Descrição: A presente questão deve ser anulada pelos seguintes motivos a seguir expostos, abaixo o inteiro teor da questão para fins de elucidação, in verbis "Questão - 19 O município de Peixoto de Azevedo possui uma área de 14.432 km², mas 77% desse território é ocupado por terra indígena que abarca, também, parte dos municípios de Santa Cruz do Xingu e de São José do Xingu. Nas alternativas a seguir, identifique o nome desse terra indígena e da etnia que ocupa. A) Capoto/Jarina - Kayapó. B) Escondido - Rikbaktsa. C) Jarudore - Bororo. D) Maraiwatsede - xavante." O enunciado da questão e gabarito preliminar diz que 77% do território de Peixoto Azevedo é ocupado pela terra indígena Capoto/Janira o que é um equívoco de acordo com as informações tiradas do site https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/3641#demografia, a área desta terra indígena não abarca nem 35% da área de Peixoto Azevedo. Basta uma simples conta matemática para percebermos. Área do município: 1.440.064,20 Área indígena que cobre o Município: 493.044,71 Diante de todo o exposto, já que as informações trazidas pelo enunciado da questão estão incorretas, o que prejudicou sobremaneira o julgamento objetivo da questão, pede-se a anulação.

Nro Questão: 19

Data Resposta: 18/03/2022

Recurso Indeferido. Resposta Fundamentada: No enunciado da questão ocorreu uma inversão na apresentação de um dado da Terra Indígena Capoto/ Jarina que em nada compromete sua resolução. Foi dito que a referida terra indígena ocupa 77% da área territorial do município de Peixoto de Azevedo quando, na verdade, 77% da área da terra indígena é que está no município, sendo o restante distribuído por Santa Cruz do Xingu e São José do Xingu. O próprio candidato, em seu recurso, não contesta a localização da Capoto/Jarina em Peixoto de Azevedo. A questão, portanto, está mantida e o recurso indeferido.

Código: **7851**

Nome: **IZAMARA FERREIRA ANDRADE**

Data Envio: **09/03/2022**

Descrição: O enunciado da questão 40 contém erro no tocante a lei n°8.213/1991 que dispões sobre da Previdência Social e Não da Seguridade social que está prevista na lei n° 8.212/1991, ocorreu uma mixórdia nesta questão levando o candidato a erro diante disso, merece ser anulada. A questão pede à alternativa que "não apresenta princípios", se for analisar conforme o enunciado da questão de acordo com a lei 8.213/1991 as alternativas "A, B" estão incorretas deve ser anulada. Ocorre que, ambos dispositivos de leis têm princípios e diretrizes que não se confunde por está prevista em leis distintas, ou seja, na lei 8.212/1991 parágrafo único do art1° "Seguridade Social", por fim, "A lei n° 8.213/1991 no art.2° "Previdência Social". Diante do erro impõem se anulação da questão.

Nro Questão: 40

Data Resposta: 18/03/2022

Recurso deferido para anulação da questão de nº 40 para o Cargo de 01-Advogado: Resposta Fundamentada: Assiste razão ao recorrente. De fato, conforme revisão, verificou-se que houve um erro de digitação quanto ao número da Lei cobrada no comando da referida questão. De acordo com o texto introdutório do enunciado, ficou caracterizado o evidente CONCEITO SOBRE A LEI Nº 8.212/1991 e NÃO sobre a Lei nº 8.213/1991, ora cobrada de forma incorreta na questão, causando, desta forma, prejuízo aos candidatos na escolha da alternativa a ser assinalada corretamente. Diante do exposto, deferimos o recurso para anulação da questão de nº 40, para o cargo de 01-Advogado, ficando todos os candidatos beneficiados com a pontuação da mesma.

---

02 - CONTROLADOR INTERNO

Código: **7858**

Nome: **NICOLLY VALADÃO FERREIRA**

Data Envio: **09/03/2022**

Descrição: A questão faz referência ao primeiro parágrafo, como "DESSA RELAÇÃO..." é anáfora retoma o termo dito anteriormente, ou seja "ter uma pet", pois a palavra refere-se a relação do ser humano com o pet.

Nro Questão: 1

Data Resposta: 18/03/2022

Recurso deferido para alteração da letra do gabarito. Resposta Fundamentada: Conforme análise, verificou-se que ocorreu erro transcrição de gabarito. A única alternativa que responde corretamente à questão de nº 03 é a letra "C)". Portanto, recurso deferido para alteração do gabarito, da letra D) para a LETRA "C)".

Código: **7849**

Nome: **LINDOMAR RODRIGUES**

Data Envio: **09/03/2022**

Descrição: Ao se analisar o enunciado da questão 02, identifica-se de forma clara e objetiva que foi abordado o tema SUJEITO DETERMINADO, pois no início da questão ficou descrito de forma expressa a solicitação para que se "Assinale a alternativa que contenha o sujeito da oração." Desta forma ao ficar claro dentro do enunciado da questão que deveria se identificar o sujeito (determinado) da oração, conforme foi explicado anteriormente, resta necessário analisar o verbo para se encontrar qual era o predicado e o sujeito da mesma. Vejamos a oração em análise: "Essa relação tão genuína assemelha-se aos laços entre mães e filhos." O verbo que faz a ligação entre o predicado e sujeito na oração em comento é o verbo "assemelha-se" que está conjugado no tempo verbal do presente do modo do indicativo, na terceira pessoa do singular (ele/ela), com a formação de ênclise, pois possui a colocação do pronome pessoal do caso oblíquo átono direto "se" após o verbo. O sujeito composto é o termo da oração do qual se declara alguma coisa, ele possui dois ou mais núcleos (palavras de valor de substantivo) e geralmente algumas palavras de valor adjetivo que servem para caracterizá-lo. Destacasse que quando o sujeito composto está proposto ao verbo, há dupla possibilidade de concordância: ou o verbo fica no plural, concordando com ambos os elementos; ou o verbo fica no singular, concordando com o núcleo (singular) mais próximo do sujeito. Desta forma, após identificar o verbo "assemelha-se" que liga o predicado e o sujeito na oração em comento, identifica-se que o sujeito da oração está proposto ao verbo, ou seja, o sujeito é "aos laços entre mães e filhos", e que tal sujeito é determinado composto, pois possui dois núcleos "mães" e "filhos". Assim a parte inicial da oração que é o trecho "Essa relação tão genuína" é o predicado que está colocada antes do verbo. Diante dos fatos ora relatados, e após identificar que a Banca Examinadora considerou em seu gabarito preliminar que a alternativa de letra C está correta, venho por meio deste, SOLICITAR a TROCA da alternativa correta para a "letra D". Termos em que pede deferimento, Lindomar Rodrigues Inscrição n° 04 Cargo: Controlador Interno

Nro Questão: 2

Data Resposta: 18/03/2022

Recurso Indeferido. Resposta Fundamentada: Na oração "Essa relação tão genuína assemelha-se aos laços entre mães e filhos", o termo que concorda com o verbo "assemelha-se" é "Essa relação tão genuína". Isso pode ser comprovado quando a oração é passada para o plural: "Essas relações tão genuínas assemelham-se aos laços entre mães e filhos". Já o termo "aos laços entre mães e filhos" é complemento verbal, objeto direto. Portanto, o sujeito da oração é "Essa relação tão genuína". Diante disso, indeferido o recurso.

Código: **7850**

Nome: **LINDOMAR RODRIGUES**

Data Envio: **09/03/2022**

Descrição: Conforme o enunciado da questão 03, identifica-se que foi solicitado uma interpretação do primeiro parágrafo do texto, vejamos o que diz o enunciado: No trecho "Os laços de afeto DESSA RELAÇÃO têm um grande impacto na saúde mental das pessoas" (primeiro parágrafo), a palavra em destaque faz referência a. Para se resolver a questão é necessário transcrever o primeiro parágrafo, vejamos: "Ter um pet é um ato de amor que beneficia não só os bichinhos, mas também os seres humanos. Os laços de afeto dessa relação têm um grande impacto na saúde mental das pessoas que possuem um animal de estimação." Ao se analisar o primeiro parágrafo identifica-se de maneira clara e objetiva que as palavras em destaque "DESSA RELAÇÃO" tem valor de elementos anafóricos, pois retomam por meio de referência um termo anterior, ou seja, retomam uma informação descrita anteriormente. Assim é necessário fazer a seguinte pergunta: o que têm um grande impacto na saúde mental das pessoas? Analisando as informações que são descritas anteriormente, é possível identificar de forma clara que no trecho os laços de afeto "dessa relação" faz referência a afirmação de que "Ter um pet" têm um grande impacto na saúde mental das pessoas. É importante ressaltar que a alternativa que a Banca Examinadora apresentou como correta em seu gabarito preliminar não faz referência as informações descritas anteriormente no parágrafo em comento, pois a relação "ter saúde" é a consequência da relação de ter um pet. Diante dos fatos ora relatados, e após identificar que a Banca Examinadora considerou em seu gabarito preliminar que a alternativa de letra D está correta, venho por meio deste, SOLICITAR a TROCA da alternativa correta para a "letra C". Termos em que pede deferimento, Lindomar Rodrigues Inscrição n° 04 Cargo: Controlador Interno

Nro Questão: 3

Data Resposta: 18/03/2022

Recurso deferido para alteração da letra do gabarito. Resposta Fundamentada: Conforme análise, verificou-se que ocorreu erro transcrição de gabarito. A única alternativa que responde corretamente à questão de nº 03 é a letra "C)". Portanto, recurso deferido para alteração do gabarito, da letra D) para a LETRA "C)".

Código: **7846**

Nome: **DIEGO PARANHOS CORREIA**

Data Envio: **09/03/2022**

Descrição: Trata-se de recurso quanto ao gabarito parcial, no que tange a resposta da questão 03 de Língua Portuguesa, da prova de Controlador Interno. A questão solicita que fosse assinalada a alternativa em que o termo "DESSA RELAÇÃO" fizesse referencia, tendo o Gabarito demonstrado a alternativa "D - Ter saúde" como a correta. Ocorre que a alternativa se torna incorreta, pois o termo "DESSA RELAÇÃO" faz referencia direta a relação do ser humano ter um Pet, sendo a alternativa "C - Ter um pet" a correta. Portanto, ante os fatos retro narrados, solicito a retificação do gabarito

Nro Questão: 3

Data Resposta: 18/03/2022

Recurso deferido para alteração da letra do gabarito. Resposta Fundamentada: Conforme análise, verificou-se que ocorreu erro transcrição de gabarito. A única alternativa que responde corretamente à questão de nº 03 é a letra "C)". Portanto, recurso deferido para alteração do gabarito, da letra D) para a LETRA "C)".

Código: **7847**

Nome: **GUILHERME AZEVEDO RAMPAZIO**

Data Envio: **09/03/2022**

Descrição: Solicito o cancelamento do gabarito da questão 3 pelo presente fato: Segundo Rafaela Cortes, no site Gestão Educacional: O pronome demonstrativo NESSE também significa uma referencia ao passado ou algo que já foi apresentado no discurso escrito ou oral, como explicito nestes exemplos: "Viajei ao exterior em 2000. NESSE ano, fiz muitos amigos" "Biografias começaram a ser vendidas na livraria. NESSAS obras, narra-se a história de vida de alguém representativo na sociedade." Ou seja, a palavra DESSA é um termo anafórico, logo, se refere ao que já foi dito. A questão da como resposta "Ter saúde", sendo que o autor do texto fala em saúde só posteriormente. Sendo assim, não faz sentido se referir a um termo posteriormente dito utilizando-se um pronome anafórico. Fonte: GESTÃO EDUCACIONAL: Neste ou nesse? Significado e exemplos. Disponível em: www.gestaoeducacional.com.br/neste-ou-nesse/#:~:text=Primeiro%2C%20%C3%A9%20importante%20saber%20e,gram%C3%A1tica%20normativa%20da%20l%C3%ADngua%20portuguesa.

Nro Questão: 3

Data Resposta: 18/03/2022

Recurso deferido para alteração da letra do gabarito. Resposta Fundamentada: Conforme análise, verificou-se que ocorreu erro transcrição de gabarito. A única alternativa que responde corretamente à questão de nº 03 é a letra "C)". Portanto, recurso deferido para alteração do gabarito, da letra D) para a LETRA "C)".

Código: **7848**

Nome: **KLEYTON WILLIAN TRESSOLDI MINAS**

Data Envio: **09/03/2022**

Descrição: Solicito a alteração do gabarito da questão 03 para o item C pelo seguinte motivo: Para Bezerra, "DESSE, DESSA e variações retomam termos já mencionados, e DESTE, DESTA e variações para termos que ainda vão ser mencionados." Ou seja, sabido que o termo "DESSA" é um pronome anafórico, enquanto "DESTA" é catafórico. Segundo o site INFOESCOLA, entende-se por anafórico "o termo ou expressão que, em um texto ou discurso faz referencia direta ou indireta a um termo anterior. O termo anafórico retoma um termo anterior, total ou parcialmente, de modo que, para compreendê-lo dependemos do termo antecedente." Deste modo, quando o texto diz "Os laços de afeto DESSA relação", ele está diretamente relacionado com a oração anterior : "Ter um pet é [...]" Fonte: BEZERRA, Rodrigo. Nova gramática da lingua portuguesa para concursos - 5° ed./ Rodrigo Bezerra - Rio de Janeiro: Florense; São Paulo: MÉTODO 2011. Pag 230,231. INFO ESCOLA: Pronomes anafóricos e catafóricos. Disponível em https://www.infoescola.com/portugues/anafora-e-cat...

Nro Questão: 3

Data Resposta: 18/03/2022

Recurso deferido para alteração da letra do gabarito. Resposta Fundamentada: Conforme análise, verificou-se que ocorreu erro transcrição de gabarito. A única alternativa que responde corretamente à questão de nº 03 é a letra "C)". Portanto, recurso deferido para alteração do gabarito, da letra D) para a LETRA "C)".

Código: **7852**

Nome: **ALINE DOS SANTOS MORAES**

Data Envio: **09/03/2022**

Descrição: ALTERAÇÃO DE GABARITO Prezada banca examinadora, o gabarito preliminar deve ser alterado para a alternativa C que apresenta a resposta - Ter um pet - para poder responder o que foi pedido no comando da questão. O enunciado menciona a frase e direciona o candidato na localização de que se encontra no primeiro parágrafo o que foi afirmado, dessa forma quando analisado a afirmativa é possível identificar que o termo destacado, "DESSA RELAÇÃO", retoma uma ideia implícita de relação afetiva entre humanos e animais e, portanto, a única referência possível é a "ter um pet", já que não há relação de retomada a nenhuma das outras três alternativas apresentadas, e em especial a alternativa "ter saúde" que foi inclusive citada apenas posteriormente no texto, na verdade, " saúde mental". Ainda, além da questão interpretativa que infere entendimento diverso do gabarito, quando se analisa o pronome que foi utilizado, "dessa", cabe afirmar que a utilização do pronome citado se refere a um tempo passado em relação a pessoa do discurso e que o objeto já foi mencionado na conversa, o que mais uma vez ratifica que a opção correta é a alternativa C. PEDIDO:Solicita-se alteração do gabarito para a alternativa C que apresenta a resposta correta ao que foi pedido no comando da questão.

Nro Questão: 3

Data Resposta: 18/03/2022

Recurso deferido para alteração da letra do gabarito. Resposta Fundamentada: Conforme análise, verificou-se que ocorreu erro transcrição de gabarito. A única alternativa que responde corretamente à questão de nº 03 é a letra "C)". Portanto, recurso deferido para alteração do gabarito, da letra D) para a LETRA "C)".

Código: **7854**

Nome: **ELISAMA YOLANDA MIO DE CAMARGO**

Data Envio: **09/03/2022**

Descrição: O gabarito preliminar registrou como alternativa correta para a questão 3 a letra d) ter saúde. Todavia, o gabarito merece ser alterado, conforme as razões a seguir expostas: Assim dispõe o primeiro parágrafo do texto: "Ter um pet é um ato de amor que beneficia não só os bichinhos, mas também os seres humanos. Os laços de afeto dessa relação têm um grande impacto na saúde mental das pessoas que possuem um animal de estimação". Dentre as várias possibilidades de aplicação, a palavra "dessa" pode ser utilizada para se referir a algo que foi dito há pouco tempo ou em um momento anterior. Na questão em análise, a expressão "dessa relação" está se referindo à ação de "ter um pet", posto que em nenhum momento o texto se referiu à "ter saúde" antes da expressão destacada. Além disso, a substituição de "ter saúde" na frase em questão mudaria completamente o sentido do texto. Vejamos como ficaria o trecho caso houvesse a substituição dos termos: C) "Os laços de afeto da relação de ter um pet têm um grande impacto na saúde mental das pessoas". (Correto) D) "Os laços de afeto da relação de ter saúde têm um grande impacto na saúde mental das pessoas". (Errado) Diante dessas considerações, solicito a alteração do gabarito da questão 3 para a alternativa c) ter um pet. Alternativamente, caso não seja esse o entendimento da banca, solicito a anulação da questão.

Nro Questão: 3

Data Resposta: 18/03/2022

Recurso deferido para alteração da letra do gabarito. Resposta Fundamentada: Conforme análise, verificou-se que ocorreu erro transcrição de gabarito. A única alternativa que responde corretamente à questão de nº 03 é a letra "C)". Portanto, recurso deferido para alteração do gabarito, da letra D) para a LETRA "C)".

Código: **7838**

Nome: **SILVIA SCHMEING**

Data Envio: **08/03/2022**

Descrição: A resposta do Gabarito da como alternativa correta que a expressão "DESSA RELAÇÃO" em destaque no texto se refere a opção D - Ter saúde, porém quando se fala desta relação, o texto fala sobre a relação entre o ser humano e animais de estimação, ele trata sim dos benefícios que esta relação traz para a saúde (ou seja o resultado da relação) mas a relação em si que ele se refere é entre bicho de estimação e nós; Portanto levando a alternativa correta letra "C - Ter um PET"

Nro Questão: 3

Data Resposta: 18/03/2022

Recurso deferido para alteração da letra do gabarito. Resposta Fundamentada: Conforme análise, verificou-se que ocorreu erro transcrição de gabarito. A única alternativa que responde corretamente à questão de nº 03 é a letra "C)". Portanto, recurso deferido para alteração do gabarito, da letra D) para a LETRA "C)".

Código: **7839**

Nome: **BRUNO VIEGAS DE OLIVEIRA**

Data Envio: **08/03/2022**

Descrição: Erro grosseiro da banca. A palavra dessa em "Dessa relação" faz uma referência anafórica (algo que foi dito anteriormente), pois "Dessa relação" faz nítida referência a "ter um pet". No primeiro período é descrito o que é ter um pet: ter um Pet é isso. O gabarito da questão deve ser alterado para a letra C.

Nro Questão: 3

Data Resposta: 18/03/2022

Recurso deferido para alteração da letra do gabarito. Resposta Fundamentada: Conforme análise, verificou-se que ocorreu erro transcrição de gabarito. A única alternativa que responde corretamente à questão de nº 03 é a letra "C)". Portanto, recurso deferido para alteração do gabarito, da letra D) para a LETRA "C)".

Código: **7843**

Nome: **SUEUDES DE PONTES ALEXANDRE**

Data Envio: **08/03/2022**

Descrição: Termo anafóricos são aqueles que resgatam uma palavra citada anteriormente no texto. E no caso dessa questão há um erro em apontar a letra D como a correta, sendo que "TER SAÚDE" não está nem no texto. Pelo exposto a questão deve ser anulada, por não ter alternativa correta!

Nro Questão: 3

Data Resposta: 18/03/2022

Recurso deferido para alteração da letra do gabarito. Resposta Fundamentada: Conforme análise, verificou-se que ocorreu erro transcrição de gabarito. A única alternativa que responde corretamente à questão de nº 03 é a letra "C)". Portanto, recurso deferido para alteração do gabarito, da letra D) para a LETRA "C)".

Código: **7856**

Nome: **NICOLLY VALADÃO FERREIRA**

Data Envio: **09/03/2022**

Descrição: A questão faz referência ao primeiro parágrafo, como "DESSA RELAÇÃO..." é anáfora retoma o termo dito anteriormente, ou seja "ter uma pet", pois a palavra refere-se a relação do ser humano com o pet.

Nro Questão: 3

Data Resposta: 18/03/2022

Recurso deferido para alteração da letra do gabarito. Resposta Fundamentada: Conforme análise, verificou-se que ocorreu erro transcrição de gabarito. A única alternativa que responde corretamente à questão de nº 03 é a letra "C)". Portanto, recurso deferido para alteração do gabarito, da letra D) para a LETRA "C)".

Código: **7860**

Nome: **EDEMAR ROSAS DOS SANTOS JUNIOR**

Data Envio: **09/03/2022**

Descrição: Na questão 3, o pronome dessa se refere a ter um pet (alternativa C), e jamais poderia se referir a ter uma saúde (alternativa D, que foi considerada pelo gabarito preliminar como correta), pois o texto só fala do benefício da saúde depois do pronome dessa. Para se referir a uma coisa que ainda vai ser dita, deveria ser usado o pronome desta. Segundo Rocha Lima (Gramática Normativa da Língua Portuguesa, 49ª ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 2011, pg. 156): "Os pronomes, vazios de conteúdo semântico, têm significação essencialmente ocasional, determinada pelo conjunto da situação."

Nro Questão: 3

Data Resposta: 18/03/2022

Recurso deferido para alteração da letra do gabarito. Resposta Fundamentada: Conforme análise, verificou-se que ocorreu erro transcrição de gabarito. A única alternativa que responde corretamente à questão de nº 03 é a letra "C)". Portanto, recurso deferido para alteração do gabarito, da letra D) para a LETRA "C)".

Código: **7864**

Nome: **LIGIA RAQUEL BOTELHO NEVES**

Data Envio: **10/03/2022**

Descrição: A questão 03 perguntou sobre a utilização do pronome demonstrativo "desse" que possui função anafórica no texto, se referindo a um termo já mencionado, dando como gabarito a opção "D - Ter saúde", que sequer havia sido citada no trecho da qual a questão se referiu. Ademais, pede-se anulação da questão pois não há gabarito possível. O termo "dessa relação" se refere a relação entre animais e seres humanos.

Nro Questão: 3

Data Resposta: 18/03/2022

Recurso deferido para alteração da letra do gabarito. Resposta Fundamentada: Conforme análise, verificou-se que ocorreu erro transcrição de gabarito. A única alternativa que responde corretamente à questão de nº 03 é a letra "C)". Portanto, recurso deferido para alteração do gabarito, da letra D) para a LETRA "C)".

Código: **7865**

Nome: **ROBSON LUAN TELES TEIXEIRA**

Data Envio: **10/03/2022**

Descrição: À COMISSÃO EXAMINADORA DO CONCURSO PÚBLICO: RECURSO ADMINISTRATIVO - PEDIDO DE ANULAÇÃO/MUDANÇA DE GABARITO DA QUESTÃO CONCURSO: CP Nº 001/2022 - Câmara Municipal de Peixoto de Azevedo-MT. CARGO: 002 - Controlador Interno. QUESTÃO: 03. A questão alvo deste recurso traz em seu ENUNCIADO o seguinte questionamento, No trecho "Os Laços de afeto DESSA RELAÇÃO têm um grande impacto na saúde mental das pessoas" (primeiro parágrafo), a palavra em destaque faz referência a: Com as seguintes alternativas, dentre elas uma deverá ser a correta: A) Ser uma boa pessoa; B) Gostar de animais; C) Ter um pet; D) Ter saúde. Descrição do primeiro parágrafo do texto conforme a apresentação pela banca na prova realizada, no dia 06/03/2022 (disponível em https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/saude/noticias/?p=307967). Ter um bichinho de estimação faz bem para a saúde (primeiro parágrafo) Ter um pet é um ato de amor que beneficia não só os bichinhos, mas também os seres humanos. Os laços de afeto dessa relação têm um grande impacto na saúde mental das pessoas que possuem um animal de estimação. Segue íntegra do texto apresentado para resolução da questão (disponível em https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/saude/noticias/?p=307967) Ter um bichinho de estimação faz bem para a saúde Pesquisas apontam que ter um animal em casa traz benefícios para a saúde mental e o desenvolvimento infantil 10:00 30/01/2021 Foto: Além da troca de carinho, cães e gatos também ajudam a lidar com problemas como a depressão Ter um pet é um ato de amor que beneficia não só os bichinhos, mas também os seres humanos. Os laços de afeto dessa relação têm um grande impacto na saúde mental das pessoas que possuem um animal de estimação. Uma pesquisa realizada pela Edellman Intelligence em parceria com a HABRI e a Mars Petcare revelou que 80% das pessoas se sentem menos sozinhas na companhia de um pet. Ou seja, além da troca de carinho, cães e gatos também ajudam a lidar com problemas como a depressão. A lista de benefícios não para por aí. Os bichinhos também colaboram para a redução da timidez e facilitam a socialização. Vinte e seis por cento dos entrevistados alegam ter um animal de estimação justamente por fazer bem à saúde mental. Essa relação tão genuína assemelha-se aos laços entre mães e filhos. Uma das últimas descobertas científicas, publicada pela revista Science, é que os cachorros amam seus donos com o mesmo amor que o bebê sente pela sua mãe. A ciência também já comprovou que a convivência com um mascote, olhá-los nos olhos, brincar ou acariciar, produz forte dose de oxitocina, a chamada "molécula do amor". Quando se trata das crianças, os animaizinhos ajudam a torná-las mais responsáveis, afetivas, carinhosas e até mesmo focadas. Um estudo realizado pela Universidade do Canadá com 700 bebês comprovou que os pequenos que convivem com pets desde a gestação têm menos chances de desenvolver crises alérgicas, o que é reforçado pelo estudo publicado pela revista americana Pediatrics, sugerindo que o contato com os animais eleva os níveis de imunoglobulina A, um anticorpo presente nas mucosas que evita a proliferação de vírus ou bactérias e protege de doenças, principalmente as alérgicas. O bem-estar gerado pela convivência com um animal é reconhecida pela medicina. Tanto que, desde 2018, a rede pública de saúde da capital permite a entrada de animais de estimação em hospitais para visitarem os seus donos internados, benefício regulamentado pela Lei nº 16.827, de 6 de fevereiro de 2018. Além disso, ações como o Projeto Social do Instituto Cão Terapeuta realiza visitas semanais, quinzenais e mensais a instituições que cuidam de crianças, adultos e idosos em situação de vulnerabilidade. O instituto conta com 37 cães terapeutas. Considerando a integra do texto para referência da resolução da questão, é relevante ressaltar que o questionamento apresentado pela questão de número 03 (três) traz como parâmetro, o texto apresentado no início da prova. Como descrito acima na sua íntegra para melhor interpretação da relação trazida pelo trecho destacado "DESSA RELAÇÃO", a fazer referência a alguma relação mencionada ou interpretada do texto, sendo que essa referência pode ser tanto anafórica como catafórica admitida na norma culta da língua portuguesa. Notamos que ficou prejudicado análise do enunciado da proposta da questão em epígrafe, como da sua resolução, a onde pelos trechos faltantes deixa lacunas a serem interpretadas, por outros dizeres que não foram relatados no texto, visto que a relação poderia ser interpretada segundo outros relatos/ditames do começo do texto onde a integra nos traz o seguinte "pesquisas apontam que ter um animal em casa traz benefícios para a saúde mental e o desenvolvimento infantil" a matéria apresentada no link do site onde foi extraído o texto, consta a foto de um cãozinho, com mais uma frase que não encontramos no texto apresentado no dia da prova (além da troca de carinho, cães e gatos também ajudam a lidar com problemas como a depressão), retirado da integra do texto. Pois é notório que tal trecho faltante na apresentação da proposta da prova faz-se prejudicada a escolha da alternativa correta, que ter um animal em casa como traz o trecho citado, ou ter animal, também é referência dessa relação, apresentada

como alternativa na letra C) Ter um pet. Portanto dessa relação entre humanos e animais, até mesmo a cura de doenças podem acontecer em toutras situações para o bem estar do seres humanos, como é apontado em pesquisas científicas. Diante do exposto requer-se, que seja considerada como correta a opção listada na Letra "C" da questão 03, considerando que ter um animal, sinônimo de ter um pet, é uma situação compreensível e interpretável do texto. Ratifica-se tal peticionamento, contra o gabarito preliminar da questão, pede-se então Anulação/Mudança da alternativa da questão.

Nro Questão: 3

Data Resposta: 18/03/2022

Recurso deferido para alteração da letra do gabarito. Resposta Fundamentada: Conforme análise, verificou-se que ocorreu erro transcrição de gabarito. A única alternativa que responde corretamente à questão de nº 03 é a letra "C)". Portanto, recurso deferido para alteração do gabarito, da letra D) para a LETRA "C)".

Código: **7841**

Nome: **BRUNO VIEGAS DE OLIVEIRA**

Data Envio: **08/03/2022**

Descrição: O gabarito deve ser alterado para a letra B pois a letra C está equivocada por dois motivos: O projeto não possui 37 animais. O Instituto conta com 37 cães. 37 animais é diferente de 37 cães. Cão é hipônimo de animal. A banca extrapolou nesse sentido. Outro erro da alternativa C é que não é o projeto que tem 37 cães, é o instituto que conta com 37 cães. Ora, um instituto pode ter vários projetos e não apenas um projeto. A letra B está correta porque pode inferir-se que o projeto do instituto visa levar cães para visitar e cuidar de crianças, adultos e idosos.

Nro Questão: 4

Data Resposta: 18/03/2022

Recurso Indeferido. Resposta Fundamentada: Está implícito no texto a qual animal faz-se referência: o cão. Este animal é citado duas vezes no último parágrafo. A alternativa B não pode ser a correta, uma vez que não são os cães que cuidam das crianças, adultos e idosos, mas o "Projeto Social do Instituto Cão Terapeuta". Os cães são utilizados para a terapia. Desta forma, indeferimos o recurso.

Código: **7842**

Nome: **BRUNO VIEGAS DE OLIVEIRA**

Data Envio: **08/03/2022**

Descrição: Essa questão deve ser anulada por não ter gabarito correto. Claramente a palavra "Quando" tem valor de conjunção proporcional podendo ser substituída por à medida que. Exemplo: "À MEDIDA QUE se trata das crianças, os animaizinhos ajudam a torná-las MAIS responsáveis." Reescrevendo de outra forma: "Os animaizinhos ajudam a torná-las MAIS responsáveis À MEDIDA QUE se trata das crianças." As palavras "Quando" e "mais" na frase estão proporcionais.

Nro Questão: 7

Data Resposta: 18/03/2022

Recurso Indeferido. Resposta Fundamentada: A conjunção "quando" não possui a função de mostrar um fato realizado para realizar-se simultaneamente com o da oração principal. O sentido no texto é de tempo: no momento em que tratam das crianças, eles ajudam a torná-las mais responsáveis". Sendo assim, indeferimos o recurso.

Código: **7844**

Nome: **SUEUDES DE PONTES ALEXANDRE**

Data Envio: **08/03/2022**

Descrição: A classe de palavra da palavra "QUANDO" é advérbio de tempo. Porém quando se trata de elemento coesivo, assim como pediu a questão, ele pode ser conjução advérbial temporal ou condicional. - Adverbiais temporais: Expressam circunstâncias temporais; -Adverbiais condicionais exprimem condição. Dito isso, podemos concluir que o elemento coesivo "QUANDO" pode ser TEMPORAL ou CONDICIONAL. No texto, apalavra QUANDO vem acompanhada de SE, dando uma ideia de condição, "QUANDO SE". Pelo exposto peço a alteração do gabarito A para C ou a ANULAÇÃO DA QUESTÃO.

Nro Questão: 7

Data Resposta: 18/03/2022

Recurso Indeferido. Resposta Fundamentada: A conjunção "quando" não possui a função de mostrar um fato realizado para realizar-se simultaneamente com o da oração principal. O sentido no texto é de tempo: no momento em que tratam das crianças, eles ajudam a torná-las mais responsáveis". Sendo assim, indeferimos o recurso.

Código: **7859**

Nome: **NICOLLY VALADÃO FERREIRA**

Data Envio: **09/03/2022**

Descrição: Essa questão deve ser anulada por não ter gabarito correto. A palavra "quando" tem valor de conjunção proporcional podendo ser substituída por "à medida que". As palavras "quando" e "mais" na frase estão proporcionais.

Nro Questão: 7

Data Resposta: 18/03/2022

Recurso Indeferido. Resposta Fundamentada: A conjunção "quando" não possui a função de mostrar um fato realizado para realizar-se simultaneamente com o da oração principal. O sentido no texto é de tempo: no momento em que tratam das crianças, eles ajudam a torná-las mais responsáveis". Diante disso, indeferimos o recurso.

Código: **7855**

Nome: **JOSE LUIZ SANTOS**

Data Envio: **09/03/2022**

Descrição: Nessa questão há mais opção de resposta, conforme a mídia. A movimentação de tropas na fronteira entre Rússia e Ucrânia pôs o mundo em alerta. Num contexto mais recente, o conflito recupera disputas ocorridas em 2014, quando o território da Crimeia, península ucraniana, foi incorporado à Rússia. Há, no entanto, dimensões geopolíticas e históricas relacionadas ao confronto, que remontam à Guerra Fria. A Agência Brasil ouviu pesquisadores que explicam as raízes e os possíveis desdobramentos da situação no Leste Europeu. "É uma questão basicamente de geopolítica, mexendo com o tabuleiro de xadrez da política internacional. É como se fosse um triângulo com três vértices: de um lado a Rússia, do outro lado os Estados Unidos e o terceiro vértice seria a Europa propriamente dita. E, no meio de toda esta confusão, está um país relativamente pequeno, que é a Ucrânia", resume o professor aposentado de História Contemporânea Antônio Barbosa, da Universidade de Brasília (UnB). Interesses Barbosa destaca que muitos países da Europa dependem do abastecimento de gás natural russo. "Na eventualidade de um conflito armado naquela região, a Rússia poderia suspender o fornecimento deste gás, que é vital. Um dos países que mais sofreria com isso é a Alemanha, o que talvez explique o fato de que, ao contrário do Reino Unido e ao contrário da França, a Alemanha, até o presente momento, não abriu a boca para contestar Putin", destaca.

Nro Questão: 11

Data Resposta: 18/03/2022

Recurso Indeferido. Resposta Fundamentada: O candidato expõe que há mais de uma resposta para a questão, mas não aponta objetivamente qual alternativa estaria concorrendo com o gabarito oficial. Pressupõe-se, pelas argumentações apresentadas, que ele pretendia indicar também a alternativa D, o que está errado, posto que no período que antecedeu a invasão da Ucrânia pela Rússia o governo ucraniano não apresentou nenhuma proposta para nacionalizar a exploração do gás e do petróleo no país. O gabarito da questão, portanto, está mantido e o recurso indeferido.

Código: **7845**

Nome: **ROBSON LUAN TELES TEIXEIRA**

Data Envio: **08/03/2022**

Descrição: À COMISSÃO EXAMINADORA DO CONCURSO PÚBLICO: RECURSO ADMINISTRATIVO - PEDIDO DE ANULAÇÃO/MUDANÇA DE GABARITO DA QUESTÃO CONCURSO: CP Nº 001/2022 - Câmara Municipal de Peixoto de Azevedo-MT. CARGO: 002 - Controlador Interno. QUESTÃO: 21. A questão alvo deste recurso traz em seu ENUNCIADO o seguinte questionamento, "A fiscalização sobre a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, a Estado, ao Distrito Federal ou a Município é de competência". Com as seguintes alternativas, dentre elas uma deverá ser a correta: A) Do Congresso Nacional; B) Do Ministério Público C) Do Tribunal de Contas da União; D) Do Tribunal de Contas Municipal. O normativo constitucional asseverar que o controle é exercido pelo CONGRESSO NACIONAL, com auxílio do TCU (note que o TCU é apenas um auxiliar do Congresso que tem a incumbência de realizar o controle), no Gabarito Preliminar publicado pela banca organizadora, foi afirmado que a resposta correta para essa questão é a alternativa "C", sendo que tal alternativa apresenta o seguinte texto: C) Do Tribunal de Contas da União. Posto as exemplificações necessárias, impetra-se Recurso contra o gabarito Preliminar, ratificando o pedido em tela para Anulação/Mudança de Gabarito, visto que conforme apresentaremos a seguir a Questão possui Duas alternativas que poderão ser consideradas corretas, senão da anulação, pois o enunciado traz competência que de forma expressa ou implícita cabe tanto ao TCU como ao Congresso, conforme a análise da Lei. Vejamos... Constituição Federal de 1988 - Planalto (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm) SEÇÃO IX DA FISCALIZAÇÃO CONTÁBIL, FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA Art. 70. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder. Parágrafo único. Prestará contas qualquer pessoa física ou entidade pública que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária. Parágrafo único. Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998) Art. 71. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete: I - apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento; II - julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público federal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público; III - apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão, bem como a das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório; IV - realizar, por iniciativa própria, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, de Comissão técnica ou de inquérito, inspeções e

auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nas unidades administrativas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, e demais entidades referidas no inciso II; V - fiscalizar as contas nacionais das empresas supranacionais de cujo capital social a União participe, de forma direta ou indireta, nos termos do tratado constitutivo; VI - fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, a Estado, ao Distrito Federal ou a Município; VII - prestar as informações solicitadas pelo Congresso Nacional, por qualquer de suas Casas, ou por qualquer das respectivas Comissões, sobre a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial e sobre resultados de auditorias e inspeções realizadas; VIII - aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei, que estabelecerá, entre outras cominações, multa proporcional ao dano causado ao erário; IX - assinar prazo para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, se verificada ilegalidade; X - sustar, se não atendido, a execução do ato impugnado, comunicando a decisão à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal; XI - representar ao Poder competente sobre irregularidades ou abusos apurados. § 1º No caso de contrato, o ato de sustação será adotado diretamente pelo Congresso Nacional, que solicitará, de imediato, ao Poder Executivo as medidas cabíveis. § 2º Se o Congresso Nacional ou o Poder Executivo, no prazo de noventa dias, não efetivar as medidas previstas no parágrafo anterior, o Tribunal decidirá a respeito. § 3º As decisões do Tribunal de que resulte imputação de débito ou multa terão eficácia de título executivo. § 4º O Tribunal encaminhará ao Congresso Nacional, trimestral e anualmente, relatório de suas atividades. Cabe salientar sobre as atribuições do Congresso Nacional: SEÇÃO II DAS ATRIBUIÇÕES DO CONGRESSO NACIONAL Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre: I - sistema tributário, arrecadação e distribuição de rendas; II - plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, operações de crédito, dívida pública e emissões de curso forçado; III - fixação e modificação do efetivo das Forças Armadas; IV - planos e programas nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento; V - limites do território nacional, espaço aéreo e marítimo e bens do domínio da União; VI - incorporação, subdivisão ou desmembramento de áreas de Territórios ou Estados, ouvidas as respectivas Assembléias Legislativas; VII - transferência temporária da sede do Governo Federal; VIII - concessão de anistia; IX - organização administrativa, judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública da União e dos Territórios e organização judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública do Distrito Federal; IX - organização administrativa, judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública da União e dos Territórios e organização judiciária e do Ministério Público do Distrito Federal; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 69, de 2012) (Produção de efeito) X - criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas; X - criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas, observado o que estabelece o art. 84, VI, b ; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001) XI - criação, estruturação e atribuições dos Ministérios e órgãos da administração pública; XI - criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001) XII - telecomunicações e radiodifusão; XIII - matéria financeira, cambial e monetária, instituições financeiras e suas operações; XIV - moeda, seus limites de emissão, e montante da dívida mobiliária federal. XV - fixação do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, por lei de iniciativa conjunta dos Presidentes da República, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Supremo Tribunal Federal, observado o que dispõem os arts. 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998) XV - fixação do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, observado o que dispõem os arts. 39, § 4º; 150, II; 153, III; e 153, § 2º, I. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003) Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional: I - resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional; II - autorizar o Presidente da República a declarar guerra, a celebrar a paz, a permitir que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente, ressalvados os casos previstos em lei complementar; III - autorizar o Presidente e o Vice-Presidente da República a se ausentarem do País, quando a ausência exceder a quinze dias; IV - aprovar o estado de defesa e a intervenção federal, autorizar o estado de sítio, ou suspender qualquer uma dessas medidas; V - sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa; VI - mudar temporariamente sua sede; VII - fixar idêntica remuneração para os Deputados Federais e os Senadores, em cada legislatura, para a subseqüente, observado o que dispõem os arts. 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I. VII - fixar idêntico subsídio para os Deputados Federais e os Senadores, observado o que dispõem os arts. 37, XI, 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998) VIII - fixar para cada exercício financeiro a remuneração do Presidente e do Vice-Presidente da República e dos Ministros de Estado, observado o que dispõem os arts. 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I; VIII - fixar os subsídios do Presidente e do Vice-Presidente da República e dos Ministros de Estado, observado o que dispõem os arts. 37, XI, 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998) IX - julgar anualmente as contas prestadas pelo Presidente da República e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo; X - fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta; XI - zelar pela preservação de sua competência legislativa em face da atribuição normativa dos outros Poderes; XII - apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão; XIII - escolher dois terços dos membros do Tribunal de Contas da União; XIV - aprovar iniciativas do Poder Executivo referentes a atividades nucleares; XV - autorizar referendo e convocar plebiscito; XVI - autorizar, em terras indígenas, a exploração e o aproveitamento de recursos hídricos e a pesquisa e lavra de riquezas minerais; XVII - aprovar, previamente, a alienação ou concessão de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares. XVIII - decretar o estado de calamidade pública de âmbito nacional previsto nos arts. 167-B, 167-C, 167-D, 167-E, 167-F e 167-G desta Constituição. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 109, de 2021) Art. 50. A Câmara dos Deputados ou o Senado Federal, bem como qualquer de suas Comissões, poderão convocar Ministro de Estado para prestar, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, importando crime de responsabilidade a ausência sem justificação adequada. Art. 50. A Câmara dos Deputados e o Senado Federal, ou qualquer de suas Comissões, poderão convocar Ministro de Estado ou quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República para prestarem, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, importando crime de responsabilidade a ausência sem justificação adequada. (Redação dada pela Emenda Constitucional de Revisão nº 2, de 1994) § 1º Os Ministros de Estado poderão comparecer ao Senado Federal, à Câmara dos Deputados, ou a qualquer de suas Comissões, por sua iniciativa e mediante entendimentos com a Mesa respectiva, para expor assunto de relevância de seu Ministério. § 2º As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal poderão encaminhar pedidos escritos de informações a Ministros de Estado, importando em crime de responsabilidade a recusa, ou o não - atendimento, no prazo de trinta dias, bem como a prestação de informações falsas. § 2º As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal poderão encaminhar pedidos escritos de informações a Ministros de Estado ou a qualquer das pessoas referidas no caput deste artigo, importando em crime de responsabilidade a recusa, ou o não - atendimento, no prazo de trinta dias, bem como a prestação de informações falsas. (Redação dada pela Emenda Constitucional de Revisão nº 2, de 1994) Ainda que a Lei Nº 8.443, DE 16 DE JULHO DE 1992. (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8443.htm) Capítulo II Fiscalização a Cargo do Tribunal Seção I Contas do Presidente da República Art. 36. Ao Tribunal de Contas da União compete, na forma

estabelecida no Regimento Interno, apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio a ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento. Parágrafo único. As contas consistirão nos balanços gerais da União e no relatório do órgão central do sistema de controle interno do Poder Executivo sobre a execução dos orçamentos de que trata o § 5° do art. 165 da Constituição Federal. Seção II Fiscalização exercida por iniciativa do Congresso Nacional Art. 37. (Vetado) Parágrafo único. (Vetado) Art. 38. Compete, ainda, ao Tribunal: I - realizar por iniciativa da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, de comissão técnica ou de inquérito, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial nas unidades administrativas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário e nas entidades da administração indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo poder público federal; II - prestar as informações solicitadas pelo Congresso Nacional, por qualquer de suas Casas, ou por suas comissões, sobre a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial e sobre resultados de inspeções e auditorias realizadas; A competência seria do TCU na sua função auxiliadora ao congresso nacional, o qual é detentor do controle externo da União. Portanto após apresentação do embasamento legal, onde o texto da carta magna de nossa Nação nos traz que "O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete": dentre estas competências, está a do questionamento do enunciado da questão que não somente cabe ao Tribunal de Contas da União como auxiliar do Poder Legislativo, que é Bicameral na nossa republica, a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder. Ainda que no Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional: inciso X - fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta; XI - zelar pela preservação de sua competência legislativa em face da atribuição normativa dos outros Poderes; IX - julgar anualmente as contas prestadas pelo Presidente da República e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo; determina-nos então que a competência do Congresso Nacional é primordial no controle e fiscalização dos atos da União e outros poderes, que o Tribunal de Contas da União auxilia nessa tomada de decisão, mas não usurpando do poder de legislar e aprovar as contas, atos e fatos da Administração Direta e indireta. Art. 166. Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pelas duas Casas do Congresso Nacional, na forma do regimento comum. § 1º Caberá a uma Comissão mista permanente de Senadores e Deputados: I - examinar e emitir parecer sobre os projetos referidos neste artigo e sobre as contas apresentadas anualmente pelo Presidente da República; II - examinar e emitir parecer sobre os planos e programas nacionais, regionais e setoriais previstos nesta Constituição e exercer o acompanhamento e a fiscalização orçamentária, sem prejuízo da atuação das demais comissões do Congresso Nacional e de suas Casas, criadas de acordo com o art. 58. § 2º As emendas serão apresentadas na Comissão mista, que sobre elas emitirá parecer, e apreciadas, na forma regimental, pelo Plenário das duas Casas do Congresso Nacional. Visto isto se ratifica o pedido de Anulação/Mudança do Gabarito Preliminar, para Alternativa A) Do Congresso Nacional; visto a alternativa dada como resposta ser conflitante com a Alternativa "A" que também deve ser considerada correta, pelas atribuições e competências que a Constituição Federal impõe/confere ao Congresso Nacional na sua função legislativa típica. Mais do que justificada uma necessária explicação que torne claros os fatos objeto deste debate, as atribuições dos diversos entes envolvidos, os procedimentos que estão sendo seguidos e as consequências das decisões. O Tribunal de Contas da União tem suas funções delineadas no artigo 71 da Constituição, sendo responsável por auxiliar o Congresso Nacional na missão de exercer o controle externo da administração pública federal, realizando a fiscalização. Para isto é dotado de autonomia institucional que lhe permite exercer estas funções com independência, não se subordinando nem mesmo ao Congresso Nacional, a quem deve prestar auxílio, como no caso ora mencionado, ao fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União. A prestação de contas da administração pública federal está entre as competências privativas do Presidente da República, nos termos do artigo 84, XXIV, da Constituição ("Compete privativamente ao Presidente da República prestar, anualmente, ao Congresso Nacional, dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa, as contas referentes ao exercício anterior"), sendo obrigação que, se não cumprida, tipifica crime de responsabilidade. É relevante ressaltar que se está diante de uma função consultiva exercida pelo TCU, uma vez que, em se tratando da prestação de contas da administração pública federal, o parecer emitido é opinativo, e tem por finalidade subsidiar a decisão final, a ser tomada pelo Congresso Nacional, a quem compete julgar anualmente as contas prestadas pelo Presidente da República (Constituição, artigo 49, IX). Parecer que deve ser técnico, de modo a demonstrar, pela análise dos dados apurados, a atividade financeira da administração pública federal no exercício anterior, avaliando-a sob os diversos aspectos previstos no artigo 70 da Constituição. E deve ser conclusivo, exprimindo a adequação das contas apresentadas aos princípios constitucionais e legais que regem a administração pública federal, informando sobre o cumprimento dos programas orçamentários, atingimento das metas e adequação ao sistema de planejamento orçamentário, além da observância dos limites e parâmetros estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal (Regimento Interno do TCU, artigo 228). Já o julgamento das contas, sob responsabilidade do Congresso Nacional, tem natureza política, não ficando vinculado ao parecer do TCU, sendo possível julgar em desacordo com a posição explicitada pelo Tribunal, uma vez que o Presidente da República é o condutor político dos planos de governo, tendo assim responsabilidade política, sujeita a julgamento de natureza política perante o Congresso Nacional. Diante do exposto requer que seja considerada como correta a opção listada na Letra "A" da questão 21, considerando que o Tribunal de Contas é um auxiliar do Congresso Nacional que detém a incumbência de fiscalizar e controlar, onde o enunciado da questão traz em seu texto competência que pode ser desenvolvida pelo Tribunal de Contas da União, como pelo próprio Congresso Nacional detentor do Controle Externo da União. Ratifica-se tal peticionamento, a fim de não incorrermos na necessidade de recursos externos por vias legais contra o gabarito da questão, pede-se Anulação/Mudança.

Nro Questão: 21

Data Resposta: 18/03/2022

Recurso Indeferido: Resposta Fundamentada: Não assiste razão ao recorrente. Então vejamos: O art. 71 da Constituição Federal prevê que o controle externo está ao cargo do Congresso Nacional, com o auxílio do Tribunal de Contas da União, AO QUAL compete: VI - fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, a Estado, ao Distrito Federal ou a Município; É notório que o caput do referido dispositivo de Lei apresenta os incisos como de competência do Tribunal de Contas da União de forma específica, e não do Congresso Nacional como postula o recorrente em suas razões recursais. Dessa forma, o enunciado traz a literalidade do inciso VI do art. 71 da Constituição Federal, que apresenta as competências do Tribunal de Contas da União (TCU), de modo que a única alternativa passível de ser assinalada como correta é a C) Tribunal de Contas da União; tendo em vista que foi apresentado um conceito de competência específica do órgão e não do conceito geral de controle externo do Congresso Nacional. Diante do exposto, indeferimos o recurso.

Código: **7863**

Nome: **LIGIA RAQUEL BOTELHO NEVES**

Data Envio: **10/03/2022**

Descrição: A questão 22 misturou os conceitos dos dois instrumentos de forma que dispõe de dois gabaritos possíveis. Nesses termos pede-se a anulação da questão. Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão: § 2º A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, estabelecerá as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento. § 8º A lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.

Nro Questão: 22

Data Resposta: 18/03/2022

Recurso Indeferido: Resposta Fundamentada: Não assiste razão ao recorrente. Então vejamos: Dos instrumentos de planejamento e orçamento previstos nas leis orçamentárias, o conceito apresentado no enunciado é a LITERALIDADE do conceito atribuído à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), inclusive apresentado pela Câmara dos Deputados, através do seu portal (LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias - Portal da Câmara dos Deputados (camara.leg.br). Dessa forma, não assiste razão ao recorrente, pois a única alternativa passível de ser assinalada é a D) Lei de Diretrizes Orçamentárias. Sendo assim, indeferimos o recurso.

Código: **7853**

Nome: **ALINE DOS SANTOS MORAES**

Data Envio: **09/03/2022**

Descrição: ALTERAÇÃO DE GABARITO Prezada banca examinadora, o gabarito preliminar traz resposta equivocada ao conteúdo que pode ser traduzido do que se encontra expresso no texto da lei. O comando da questão apresenta um debate de estudantes que versa sobre conceitos abordados na Lei Complementar 101/2000, conhecida como LRF e o gabarito dado como certo diz que receita corrente líquida é a alterativa D que traz o conceito apresentado por Maria sendo o seguinte: "receita corrente líquida é o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes, deduzidos valores previstos na Lei" Por sua vez, é possível identificar que o gabarito está equivocado, pois, conforme o comando da questão o conceito apresentado é a luz da Lei, o que desta forma está incorreto uma vez que falta os valores apresentado no § 1o do Artigo 2º, inciso IV, que traz o seguinte texto: § 1o Serão computados no cálculo da receita corrente líquida os valores pagos e recebidos em decorrência da Lei Complementar no 87, de 13 de setembro de 1996, e do fundo previsto pelo art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Essas receitas são receitas referentes a Lei Kandir e o Fundeb e são valores expressos na lei que fazem parte da receita corrente líquida conforme apresentado no dispositivo citado. Trago todo o inciso IV do artigo 2º para facilitar na análise e entendimento do questionamento apresentado: IV - receita corrente líquida: somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes, deduzidos: a) na União, os valores transferidos aos Estados e Municípios por determinação constitucional ou legal, e as contribuições mencionadas na alínea a do inciso I e no inciso II do art. 195, e no art. 239 da Constituição; b) nos Estados, as parcelas entregues aos Municípios por determinação constitucional; c) na União, nos Estados e nos Municípios, a contribuição dos servidores para o custeio do seu sistema de previdência e assistência social e as receitas provenientes da compensação financeira citada no § 9º do art. 201 da Constituição. § 1o Serão computados no cálculo da receita corrente líquida os valores pagos e recebidos em decorrência da Lei Complementar no 87, de 13 de setembro de 1996, e do fundo previsto pelo art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. PEDIDO: Solicita-se alteração do gabarito para a alternativa B que apresenta a seguinte resposta: ambos estão equivocados. A alternativa dada como certa apenas poderia ser aceita se não tivéssemos tratando da letra de Lei ou não tivesse uma resposta que abarca o correto, pois seria a menos errada, logo a alternativa B responde a falta do conteúdo que não foi abordado, sendo a alternativa correta de fato. Desta forma reitero que o correto é apresentado na alternativa B: ambos estão equivocados (é letra de lei).

Nro Questão: 27

Data Resposta: 18/03/2022

Recurso Indeferido: Resposta Fundamentada: Não assiste razão ao recorrente. O art. 2º, IV da Lei Complementar n º 101/2000 prevê como conceito base da receita corrente líquida: IV - receita corrente líquida: somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes, deduzidos: a) na União, os valores transferidos aos Estados e Municípios por determinação constitucional ou legal, e as contribuições mencionadas na alínea a do inciso I e no inciso II do art. 195, e no art. 239 da Constituição; b) nos Estados, as parcelas entregues aos Municípios por determinação constitucional; c) na União, nos Estados e nos Municípios, a contribuição dos servidores para o custeio do seu sistema de previdência e assistência social e as receitas provenientes da compensação financeira citada no § 9º do art. 201 da Constituição. Todas as deduções previstas nas alíneas a, b e c não seriam possíveis de ser inseridas numa única questão, pois existem referências a outros dispositivos de Lei, o que tornaria a questão com um grau de complexidade desnecessariamente muito difícil de se resolver. Portanto, para simplificar o enunciado, foi utilizada a literalidade do conceito previsto no inciso VI, com a inserção da expressão "deduzidos valores previstos na Lei", fazendo referência aos valores e deduções apresentados na Lei, sem precisar mencioná-los e mantendo o conceito correto. Dessa forma, não assiste razão ao recorrente, que apresentou fundamentação inadequada, afirmando que o conceito apresentado por Maria não estaria correto por não apresentar de forma detalhada as alíneas e parágrafos, sendo que o enunciado menciona expressamente as deduções previstas na Lei Complementar nº 101/2000, mantendo a afirmativa correta, de modo que a única alternativa passível de ser assinalada é a letra "D) Maria tem razão". Sendo assim, indeferimos o recurso.

Código: **7857**

Nome: **JOSE LUIZ SANTOS**

Data Envio: **09/03/2022**

Descrição: A Utilização de Títulos da Divida Publica em garantias de Empréstimos. traz uma divergências na opção citada no gabarito preliminar, vejamos: Vale transcrever o dispositivo legal em comento: I - caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda; (Destacamos.) Já na escritural, o crédito deverá ser registrado ao beneficiário em centrais de liquidação e custódia autorizados pelo Bacen (segundo requisito exigido no inciso I do art. 56). Mais especificamente, SELIC/BACEN - Sistema Especial de Liquidação e de Custódia, CETIP - Câmara de Custódia e Liquidação e CBLC/BOVESPA - Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia. Ademais, a partir da década de 80, o Tesouro Nacional passou a emitir todos os títulos na forma escritural. Além disso, os créditos são registrados no dito sistema de centralização de liquidação e custódia autorizado pelo Bacen. Em suma, os títulos atuais e válidos são emitidos na forma prescrita pela Lei nº 10. 179/2001, regulamentada pelo Decreto nº 3.859/01. Convenhamos que a que define a utilização de Títulos Públicos é na sua maioria a Leis nº 10.179/ 01 regulamentada pelo o Decreto Federal n° 3.859/01.

Nro Questão: 32

Data Resposta: 18/03/2022

Recurso Indeferido: Resposta Fundamentada: Não assiste razão ao recorrente. Então vejamos: A questão traz o debate sobre a utilização dos títulos da dívida pública DE ACORDO COM A LEI COMPLEMENTAR Nº 101/2000. O art. 61 da Lei Complementar nº 101/2000 apresenta a LITERALIDADE do conceito apresentado na alternativa C), assinalada como correta, senão vejamos: Art. 61. Os títulos da dívida pública, desde que devidamente escriturados em sistema centralizado de liquidação e custódia, poderão ser oferecidos em caução para garantia de empréstimos, ou em outras transações previstas em lei, pelo seu valor econômico, conforme definido pelo Ministério da Fazenda. Dessa forma, trata-se da única afirmativa passível de ser assinalada e está correta, motivo pelo qual, indefere-se o recurso.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO

CÂMARA MUNICIPAL
TERMO DE RESCISÃO /DISTRATO AMIGÁVEL AO CONTRATO Nº 003/222

TERMO DE RESCISÃO/DISTRATO AMIGÁVEL DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 03/2022

Objeto: Constitui objeto do contrato nº 03/2022 a prestação de serviços de contabilidade ao CONTRATANTE, pelo prazo determinado de 180 dias.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO, doravante denominada **CONTRATANTE**, **representada neste ato pelo Presidente, Senhor URIAS MOREIRA DE FREITAS**, brasileiro, casado, comerciante, portador do RG 0780755-4 SSP/MT, sob nº e CPF 571.232.841-00, residente e domiciliado na Avenida Argentina nº 691 – Bairro Centro nesta Cidade de São José do Rio Claro-MT - CEP- 78.435-000, e;

ROSÂNGELA PASCOATO, portadora do CPF sob nº 012.075.381-24 e RG sob nº 15.900.487 SSP/MT, residente e domiciliada à Rua Cáceres nº 30- Centro são José do Rio Claro-MT, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, tem justo e acertado entre si, de forma amigável, o que se segue relativamente o presente Termo de Distrato do Contrato de prestação de serviços de contabilidade nº 003/2022.

CLÁUSULA PRIMEIRA

1.1 - As partes acima qualificadas resolvem de comum acordo e, na forma do Processo Administrativo nº 003/2022, que culminou na contratação da Sra. **ROSÂNGELA PASCOATO**, portadora do CPF sob nº 012.075. 381-24 e RG sob nº 15.900.487 SSP/MT, residente e domiciliada à Rua Cáceres nº 30 - Centro são José do Rio Claro-MT, rescindi-lo amigavelmente a partir de 17 de março de 2022, tendo em vista a implementação da condição estabelecida na clausula décima primeira do contrato, concernente ao retorno da servidora efetiva da contabilidade ao trabalho por alta médica..

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Verificada a conveniência para a Contratante CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO/MT, a inexistência de prejuízo à pessoa jurídica de direito público da CONTRATANTE e da pessoa física da CONTRATADA, o presente termo amigável operar-se-á na forma da lei e do contrato, e se justifica devido ao retorno da servidora efetiva ao exercício das suas atividades.

CLÁUSULA SEGUNDA

2.1. A rescisão amigável do contrato em epígrafe será realizada sem ônus de qualquer natureza para qualquer das partes.

PARÁGRAFO ÚNICO – As partes exoneram-se de qualquer reclamação futura decorrente da presente rescisão contratual, nas esferas cíveis, administrativas e criminais.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES LEGAIS

3.1. As partes concordam que, a partir desta data não mais haverá qualquer obrigação entre elas e assentem não haver mais qualquer obrigação de ordem financeira.

3.2. Fica eleito o foro da Comarca de São José do Rio Claro/MT, para dirimir quaisquer dúvidas sobre este termo de rescisão consensual de contrato administrativo.

E, por estarem ajustados, assinam o presente Termo, em 03 (três) vias de igual teor e forma, nas presenças de duas testemunhas.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO/MT, em 17 de março de 2022.

_____
_

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO

URIAS MOREIRA DE FREITAS

PRESIDENTE

_____

ROSANGELA PASCOATO

CAMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
ATO N.º 110/2022

ESTADO DE MATO GROSSO

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art.1.º- NOMEAR o senhor João Henrique Paiva, CPF: 303.803.321-91, para o cargo comissionado de Assessor Técnico Parlamentar II.

Art. 2.º- Este ato entra em vigor com efeitos a partir de 16/03/2022.

Gabinete da Presidência, 18 de março de 2022.

Vereador FABIO JOSÉ TARDIN

Presidente

Vereador BRUNO LINS RIOS

1º Secretário

CONSÓRCIO INTER. DE DES. ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL DA REGIÃO SUL

EDITAL 001/2022 - PRESTAÇÃO DE CONTAS

EDITAL N° 001/2022 - CIDESASUL

O Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental da Região Sul / MT, representado pela Presidente Andreia Wagner, CONVIDA o Sr.(a) Prefeito(a) a participar da Assembleia Geral conforme Artigos 12 e 13 do Estatuto Social que rege este Consórcio. A Assembleia acontecerá no dia 05 de Abril de 2022 ás 09:00 Horas, a realizar – se na Sede do CIDESASUL, à Avenida Presidente Dutra, s/n, centro, em São Pedro da Cipa - MT. Os assuntos que serão discutidos são de suma importância para o funcionamento e bom desempenho deste consórcio. O que se busca é a melhoria da prestação de serviços, para que todos os municípios consorciados sejam atendidos e o desenvolvimento econômico, social e ambiental que buscamos para a região sul do Mato Grosso sejam efetivamente alcançados.

Art. 12 – A Assembleia Geral ocorrerá uma vez por ano e será realizada preferencialmente no Município Sede do Consórcio, observadas as normas do Estatuto, havendo possibilidade de convocações extraordinárias, que deverá ser convocada com antecedência mínima de 15 (quinze) dias.

Art. 13 - O "quórum" exigido para a realização da Assembleia Geral em primeira convocação é de no mínimo 50% (cinquenta por cento), mais um dos consorciados efetivos.

§ 1° - Caso a Assembleia Geral não se realize em primeira convocação, considera-se automaticamente convocada e em segunda convocação se realizará, 1 (uma) hora depois, no mesmo local, com qualquer número dos consorciados.

§ 2° - As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria simples dos sócios efetivos presentes, ou seja, no mínimo 50% (cinquenta por cento), mais um dos consorciados efetivos.

ORDEM DO DIA

I – PRESTAÇÃO DE CONTAS;

II – OUTROS ASSUNTOS PERTINENTES A CATEGORIA.

Certos de contar com o vosso pronto atendimento ao pleito formalizado, reiteramos votos de elevada estima e respeito, colocando-nos ainda a disposição.

São Pedro da Cipa – MT, 18 de março de 2022

ANDREIA WAGNER

PRESIDENTE DO CIDESASUL

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 010/2022 - PROCESSO LICITATÓRIO N.º 11/2022 PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS N.º 04/2022

Pelo presente instrumento o CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURÍSTICO DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL, pessoa jurídica de direito público, com sede administrativa na Avenida Sergipe, nº. 457 – Bairro Jardim Popular I, no Município de São José dos Quatro Marcos **- MT, inscrito no CNPJ 08.979.143/0001-07, doravante denominado CONTRATANTE neste ato representado pelo seu Presidente Sr. GHEYSA MARIA BONFIM BORGATO**, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade RG sob o n.º 1100494-00 SSP/MT e do CPF n.º 722.901.371-20, residente e domiciliada na Rua Professora Maria Flores, S/N, nesta cidade de Glória D´Oeste - MT, **RESOLVE** registrar os preços da empresa doravante denominado **CONTRATADO, LIMA E COLARINO LTDA**, inscrita no CNPJ: 32.935.181/0001-34, sediada na Avenida São Paulo, n.º 1031, bairro Centro, na Cidade de São José dos Quatro Marcos-MT, CEP: 78.285-000, neste ato representado pelo seu Gerente e Proprietário **Sr. LUIZ ANTÔNIO DE LIMA**, **brasileiro, casado,** residente e domiciliado na Rua Rio Grande do Sul, S/N, bairro Centro, da Cidade de São José dos Quatro Marcos-MT, CEP: 78.285-000, portador da Cédula de Identidade n.º 5.956.643-7 SSP/SP e do CPF n.º 370.448.188-20, nas quantidades estimadas nesta Ata de Registro de Preços, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº. 10.520/2002 e Lei nº. 8.666/1993 e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1 O presente instrumento tem por objetivo o REGISTRO DE PREÇOS PARA Aquisição futura e fracionada de Produtos Alimentícios, Higiene e Limpeza, Frutas, Legumes e Verduras, Descartáveis e outros, em atendimento ao Consorcio Intermunicipal de desenvolvimento, Econômico, Social, Ambiental e turístico do Complexo Nascentes do Pantanal, conforme especificações no Termo de Referencia, Anexo I do Edital.

1.2 Para registrar os preços do objeto desta Ata foi realizado procedimento licitatório nº 11/2022 na modalidade Pregão Presencial Registro de Preços nº 04/2022, com fundamento nas Leis nº. 10.520/02, nº. 8.666/93 e alterações posteriores. 2 DA FORMA DE EXECUÇÃO 2.1 O fornecimentos dos produtos deverá ser direto do estabelecimento físico do fornecedor, onde o encarregado de compras autorizado pelo Consórcio irá escolher e retirar os produtos, podendo fazer a escolha de produtos e marcas que melhor atendam a necessidade momentânea do Consórcio, devendo ser emitido a Nota Fiscal de Venda no ato da compra e consignado o valor do desconto registrado. 2.2 O desconto ofertado deverá ser concedido sobre o preço dos produtos, considerando como base o valor praticado no dia da compra, constante na gôndola, prateleira, banca ou tabela de preços. 2.3 O objeto deste registro de preços deverá ser executado em estrita observância ao Edital de Licitação Pregão Presencial 04/2022 e seus anexos, que são parte integrante desta Ata. 3 DA EMPRESA DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DOS PREÇOS REGISTRADOS 3.1. Identificação da detentora da Ata de Registro de Preços

LIMA E COLARINO LTDA, inscrita no CNPJ: 32.935.181/0001-34, sediada na Avenida São Paulo, n.º 1031, bairro Centro, na Cidade de São José dos Quatro Marcos-MT, CEP: 78.285-000

3.2. Descrição, Quantidade e Desconto Registrados:

Item	51 Lote	LIMA E COLARINO LTDA CNPJ: 32.935.181/0001-34	% Desconto	R$ Valor Total

		AV. SAO PAULO, 1031 SUP. - CENTRO, SAO JOSE DOS QUATRO MARCOS - MT, CEP: 78285-000 Descrição do Lote		
1	0001	Fornecimento de Gêneros Alimentícios, Produtos de Higiene e Limpeza, Frutas, Legumes e Verduras, Descartáveis e outros ...	2,20%	R$ 132.030,00
	Item Código	Descrição do Produto/Serviço Marca	Unidade Valor Unitário	Quantidade Valor Total
		Total do Proponente		**132.030,00**

4 DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 4.1 Comparecer quando convocado no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal, para assinatura da ata de registro de preços, sob pena de multa de 2% ao dia. 4.2 Fornecer os produtos contratados dentro dos padrões estabelecidos CONSÓRCIO, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

4.3 Prestar os esclarecimentos que forem solicitados CONSÓRCIO, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do empenho;

4.4 Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento dos serviços, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

4.5 Comunicar imediatamente o CONSÓRCIO qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgados necessários para recebimento de correspondência;

4.6 Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento dos serviços a que se obrigou, cabendo lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-à independentemente da que será exercida por este Consorcio;

4.7 Indenizar terceiros e/ou este Consorcio em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a detentora da ata de registro de preços adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

4.8 A detentora da ata de registro de preços ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

4.9 Fornecer os produtos conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

4.10 Todos os encargos sociais, de frete e impostos da equipe, inclusive os trabalhistas, deverão ser de responsabilidade da empresa a detentora da ata de registro de preços;

4.11 A detentora da ata de registro de preços fica obrigada a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

5 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1 Fornecer à empresa detentora da ata de registro de preços todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste edital;

5.2 Efetuar o pagamento à empresa nas condições de preço e prazo estabelecidos no Edital;

5.3 Notificar por escrito, à empresa a detentora da ata de registro de preços, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento dos materiais;

6. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1 O registro de preços constante desta Ata terá validade pelo prazo de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de sua publicação, podendo ser prorrogada por conveniência administrativa;

6.2 A partir da vigência da Ata de Registro de Preços, o fornecedor se obriga a cumprir, na integra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades pelo descumprimento de qualquer de suas normas.

7. DA ADMINISTRAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A gerência da Ata de Registro de Preços ficará a cargo da Secretária Executiva do CONSÓRCIO.

8. DO PAGAMENTO

8.1 O pagamento será semanal, em até dez dias do faturamento, após a apresentação da nota fiscal, acompanhada das Certidões que comprovam a manutenção da habilitação com a Fazenda Estadual, Receita Federal, FGTS e Justiça do Trabalho;

8.2 A detentora da ata de registro de preços deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição e quantitativo dos produtos entregues, o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento;

8.2.1 Caso seja constatada alguma irregularidade nas notas fiscais/fatura, estas serão devolvidas à a detentora da ata de registro de preços para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas ficais/fatura;

8.2.2 Nenhum pagamento isentará A DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos produtos fornecidos.

8.3 O Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”.

8.4 As despesas bancárias decorrentes de transferências de valores para outras praças ou outras agências e Bancos que não o Banco do Brasil, serão de responsabilidade do Contratado.

9. DO FORNECIMENTO, FATURAMENTO E REAJUSTES DE PREÇOS

9.1 O fornecimentos dos produtos deverá ser conforme estabelecido no item 2.

9.2 Caso o preço registrado/desconto, no decorrer do contrato, se apresente superior à média dos preços praticados no mercado, o CONSORCIO solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, aumento do desconto registrado, de forma a adequar ao praticado no mercado.

9.3 Fracassada a negociação com o primeiro colocado o CONSORCIO poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço do 1º (primeiro) colocado, as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata e registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

9.4 Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços.

10. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1 A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações;

10.1.1 Quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

10.1.2 Quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hi-

póteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8. 666/93;

10.1.3 Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente deste Registro;

10.1.4 Os preços/descontos registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

10.1.5 Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

10.2 Ocorrendo cancelamento do preço/desconto registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

10.3 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial dos Municípios, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

10.4 A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços/desconto registrados poderá não ser aceita pelo CONSORCIO, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

10.5 Havendo o cancelamento do preço/desconto registrado cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do Item.

10.6 Caso o CONSORCIO não utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

11. DAS PENALIDADES

11.1 Multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei 8.666/93, incidente sobre os serviços que deveria ter sido feito, contado a partir da solicitação encaminhada pela Administração.

11.1.1 A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a detentora da ata de registro de preços possuir com o CONSÓRCIO e poderá cumular com as demais sanções administrativas.

11.2 Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá aplicar à A detentora da ata de registro de preços as sanções previstas nos incisos I, III e IV do artigo 87 da Lei nº 8.666/93.

11.2.1 Advertência por escrito;

11.2.3 Multa Administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do Contrato.

11.2.4 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o CONSÓRCIO, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos;

11.2.5 Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei nº. 8.666/93, c/c art. 7º da Lei nº 10.520/02.

11.3 Se a detentora da ata de registro de preços não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte do CONSÓRCIO, o respectivo valor descontado dos créditos que a detentora da ata de registro de preços possuir com este CONSORCIO, e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pelo Fórum comarca de São José dos Quatro Marcos – MT.

11.3.1 Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

12. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1 As despesas decorrentes da futura e eventual contratação, objeto deste instrumento, correrão pelas seguintes dotações orçamentária, que serão empenhadas conforme demanda e consumo, restrita à disponibilidade orçamentária e financeira do exercício:

01 – Consorcio Intermunicipal do Complexo Nascentes do Pantanal

001 – Secretaria Executiva

26.782.0001.2011.0000 - MANUTENÇÃO de RODOVIAS ESTADUAIS NÃO PAVIMENTADAS

MATERIAL DE CONSUMO 5.1.701.110.000 3.3.90.30.00

MATERIAL DE CONSUMO 9.1.880.110.000 3.3.90.30.00

17 512 0001 2010 0000 - OPERAÇÃO DO ATERRO SANITÁRIO

MATERIAL DE CONSUMO 9.1.880.110.000 3.3.90.30.00

04 122 0001 2002 0000 - MANUTENCAO DO CIDES NASCENTE DO PANTANAL

MATERIAL DE CONSUMO 9.1.880.110.000 3.3.90.30.00

FONTE: Recursos próprios e do Convênio SINFRA-MT Nº 1.207/2016.

13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1 As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições;

I – todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo ou apostilamento da presente Ata.

II – vinculam-se a esta ata de registro de preços, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de Pregão Presencial nº 04/2022, seus anexos e as propostas da detentora da ata de registro de preços.

III – é vedado caucionar ou utilizar o presente ata de registro de preços para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização do CONSÓRCIO.

14. DA PUBLICAÇÃO

14.1 Para eficácia do presente instrumento o CONSÓRCIO providenciará a publicação do seu extrato no Diário Oficial dos Municípios e site do Consórcio na internet: www.nascentesdopantanal.org.br;

15. DO FORO

15.1 As partes contratantes elegem o foro de São José dos Quatro Marcos-MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 02 (dois) vias de igual teor e forma para um só efeito legal.

São José dos Quatro Marcos MT, 21 de Março de 2022.

GHEYSA MARIA BONFIM BORGATO

Presidente do CIDESAT do Complexo Nascentes do Pantanal**.**

Assinaturas:

Assinatura:_____

_____

Lote 1

EMPRESA	**LIMA E COLARINO LTDA**
CNPJ	32.935.181/0001-34
ENDEREÇO	Avenida São Paulo, n.º 1031, bairro Centro, na Cidade de São José dos Quatro Marcos-MT, CEP: 78.285-000. Telefone: 65.3251-1499. Email: financeiro@superlima.com.br
Representante	**Sr. LUIZ ANTÔNIO DE LIMA**

Gereente/Proprietário	RG.: 5.956.643-7 SSP/MT e CPF.: 370.448.188-20

TESTEMUNHAS:

Nome: Ricardo Santos Dela Cruz Nome: Danilo Ricardo Pivetta

CPF: 015.400.521-50 CPF: 032.867.841-41

ESTA PÁGINA É PARTE INTEGRANTE DA ATA REGISTRO DE PREÇOS 010/2022 – PREGÃO PRESENCIAL 004/2022 – PROCESSO LICITATÓRIO N.º 11/2022.

RE-RATIFICAÇÃO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 14/2022

Dispensa De Licitação Nº 09/2022

Em razão da Vencedora NATIVA AGRICULTURA & VETERINARIA LTDA – CNPJ: 03.269.862/0001-02 Declarar desistência do Processo, alegando não ter mais o produto em estoque para fornecimento, o Edital de Dispensa passa a vigorar conforme descrito a seguir:

Nos termos do inciso IV do Art. 71 da Lei Federal nº 14.133/2021, a Presidente do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento, Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal, GHEYSA MARIA BONFIM BORGATO, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, tendo reconhecido e ratificado a Dispensa de Licitação Nº 09/2022 para aquisição de adubo e fertilizantes complementares para implantação de URT's, itens para atendimento do Convênio SEAF-MT Nº 0498/2021. Cujo objeto fora dispensado de licitação em conformidade com Inciso II do Art. 75 da Nova Lei de licitações nº 14.133/2021. E, após cumprido todos os requisitos e princípios estabelecidos em lei, **HOMOLOGA** o objeto e resultado do Processo de Dispensa de Licitação e **ADJUDICA** o itens à empresa vencedora descrita a seguir com seus respectivos valores:

FORNECEDOR / PROPONENTE VENCEDOR	ITENS	DESCRIÇÃO do ITEM	Unid	Quant	Total
ADUBOS ARAGUAIA IND. E COM LTDA CNPJ: 03.306.578/0051-28 AV. São Luiz, 2670, B. Junco CÁCERES-MT	1	Fertilizante Superfosfato Simples (21% P2O5)Sc 50 kg	UN	29	6.440,26
	2	Adubo N-P-K 20- 05 - 20 SC 50Kg	UN	20	5.801,23
	3	Adubo N-P-K 8-28-16 com FTEBr12 Sc 50Kg	UN	9	2.923,28
	4	Adubo sulfato de amônio SC 50Kg	UN	23	4.164,49
TOTAL GERAL A CONTRATAR					**19.329,26**

São José dos Quatro Marcos, 17 de março de 2022.

Re-Ratificado em 18/03/2022 e substitui o publicado neste diário no dia 18/03/2022.

GHEYSA MARIA BONFIM BORGATO

Presidente

TERMO DE ADJUDICAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO N.º 11/2022 PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS N.º 04/2022

OPregoeiro do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal, a vista do parecer conclusivo da Comissão de Licitações conforme Portaria n.º 65/2021, após analisados os documentos de habilitação, foi verificado o atendimento dos requisitos estabelecidos no **Edital do Processo de Licitação 11-2022, Pregão Presencial Registro de Preços 04-2022**, tendo como **objeto o Registro de Preços para futura e eventual aquisição e fracionada de Produtos Alimentícios, Higiene e Limpeza, Frutas, Legumes e Verduras, Descartáveis e outros, em atendimento ao Consorcio Intermunicipal de desenvolvimento, Econômico, Social, Ambiental e turístico do Complexo Nascentes do Pantanal,** resolve, **ADJUDICAR** o Lote a seguir:

Item	51 Lote	LIMA E COLARINO LTDA CNPJ: 32.935.181/0001-34 AV. SAO PAULO, 1031 SUP. - CENTRO, SAO JOSE DOS QUATRO MARCOS - MT, CEP: 78285-000 Descrição do Lote	% Desconto	R$ Valor Total
1	0001	Fornecimento de Gêneros Alimentícios, Produtos de Higiene e Limpeza, Frutas, Legumes e Verduras, Descartáveis e outros ...	2,20%	R$ 132.030,00
	Item Código	Descrição do Produto/Serviço Marca	Unidade Valor Unitário	Quantidade Valor Total
		Total do Proponente		**132.030,00**

São José dos Quatro Marcos, aos 21 dias do mês de Março de 2022.

Pregoeiro: THIAGO GERALDO MARQUES - Portaria n.º 65/2021

RE-RATIFICAÇÃO DO EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 14/2022

Dispensa De Licitação Nº 09/2022

Em razão da Vencedora NATIVA AGRICULTURA & VETERINARIA LTDA – CNPJ: 03.269.862/0001-02 Declarar desistência do Processo, alegando não ter mais o produto em estoque para fornecimento, o Edital de Dispensa passa a vigorar conforme descrito a seguir:

De conformidade com a legislação pertinente, justifica-se e ratifica-se a dispensa de licitação que tem como objeto: Aquisição de Adubo e Fertilizantes complementares para implantação de URT's, itens para atendimento do Convênio SEAF-MT Nº 0498/2021.

VALOR TOTAL DA AQUISIÇÃO: R$ 19.329,26 (dezenove mil, trezentos e vinte e nove reais e vinte e seis centavos)

Com FUNDAMENTO LEGAL: II do Art. 75 da Lei 14.133/2021

Proposta da Empresa Vencedora do Processo, com itens a serem contratados:

FORNECEDOR / PROPONENTE VENCEDOR	ITENS	DESCRIÇÃO do ITEM	Unid	Quant	Total
ADUBOS ARAGUAIA IND. E COM LTDA CNPJ: 03.306.578/0051-28 AV. São Luiz, 2670, B. Junco CÁCERES-MT	1	Fertilizante Superfosfato Simples (21% P2O5)Sc 50 kg	UN	29	6. 440,26
	2	Adubo N-P-K 20- 05 - 20 SC 50Kg	UN	20	5. 801,23
	3	Adubo N-P-K 8-28-16 com FTEBr12 Sc 50Kg	UN	9	2. 923,28
	4	Adubo sulfato de amônio SC 50Kg	UN	23	4. 164,49
TOTAL GERAL A CONTRATAR					**19. 329,26**

São José dos Quatro Marcos, 16 de Março de 2022.

Re-Ratificado em 18/03/2022 e substitui o publicado neste diário no dia 17/03/2022.

THIAGO GERALDO MARQUES

Presidente da CPL - Portaria nº 66/2021

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO N.º 11/2022 PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS N.º 04/2022

A Presidente do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal, GHEYSA MARIA BONFIM BORGATO, no uso de suas atribuições, conferidas pelo Estatuto e Contrato Consórcio, especialmente pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista da adjudicação do pregoeiro resolve: **HOMOLOGAR** o resultado doProcesso Licitatório nº. 11/2022, na modalidade Pregão Presencial Registro de Preços 04/2022, tendo como objeto ***Registro de Preços para futura e eventual aquisição e fracionada de Produtos Alimentícios, Higiene e Limpeza, Frutas, Legumes e Verduras, Descartáveis e outros, em atendimento ao Consorcio Intermunicipal de desenvolvimento, Econômico, Social, Ambiental e turístico do Complexo Nascentes do Pantanal,*** queteve a empresa vencedora conforme especificado a seguir:

Item	51 Lote	LIMA E COLARINO LTDA CNPJ: 32.935.181/0001-34 AV. SAO PAULO, 1031 SUP. - CENTRO, SAO JOSE DOS QUATRO MARCOS - MT, CEP: 78285-000 Descrição do Lote	% Desconto	R$ Valor Total
1	0001	Fornecimento de Gêneros Alimentícios, Produtos de Higiene e Limpeza, Frutas, Legumes e Verduras, Descartáveis e outros ...	2,20%	R$ 132. 030,00
	Item Código	Descrição do Produto/Serviço Marca	Unidade Valor Unitário	Quantidade Valor Total
		Total do Proponente		**132.030,00**

São José dos Quatro Marcos-MT, aos 21 dias do mês de Março de 2022.

Presidente: GHEYSA MARIA BONFIM BORGATO

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO Nº 06/2022

EXTRATO DE **CONTRATO ADMINISTRATIVO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURÍSTICO DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL e o Srº. Sebastião Gabriel Filho de Sá, COM BASE NO PERMISSIVO CONSTITUCIONAL (Art. 37, inciso IX) E A TEOR DO DISPOSTO NAS RESOLUÇÕES: Normativa nº 002/2011/CIDESAT E alterações posteriores, Normativa nº 032/2016/CIDESAT e alterações posteriores, Normativa nº 049/2018/CIDESAT, Normativa nº 062/2019, Normativa nº 061/2019, Normativa nº 063/2019, Resolução Administrativa Nº 01/2020. O contratado exercerá a função de Auxiliar de Serviços Gerais e perceberá a quantia de R$ 1.213,25 (Mil Duzentos e Treze Reais e Vinte e Cinco Centavos) por mês, pagos em moeda corrente nacional, pelo período de 12 meses.**

São José dos Quatro Marcos – MT, 26 de Janeiro de 2022.

Presidente: GHEYSA MARIA BONFIM BORGATO

ATO DE PESSOAL 06/2022 TERMO DE POSSE

Aos nove (09) dias do mês de Março (03) do ano de dois mil e vinte e dois (2.022), na Secretaria Executiva do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal, eu **GHEYSA MARIA BONFIM BORGATO,** presidente, no uso das atribuições a mim conferidas pelo Contrato Consórcio, **dou POSSE** a **Sr. Sebastião Gabriel Filho de Sá,** portador carteira de identidade RG. 3351661-8 SESP/MT, do CPF: 093.957.931-63, nomeado para o **Emprego Público,** através da **PORTARIA Nº 07/2022 do dia 08 de Março de 2022**, no cargo de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS,** Conforme **Contrato Administrativo de Prestação de Serviço Temporário nº 06/2022,** assumindo, a mesmo compromisso de fielmente exercer e cumprir os deveres do **CARGO** e os constantes da legislação e resoluções pertinentes. A nomeada comprova neste **ATO**, através de inspeção médica estar apta, física e mentalmente para o exercício do cargo bem como **DECLARA** que não exerce outro **CARGO**, **EMPREGO** ou **FUNÇÃO PÚBLICA**, remunerada na Administração Direta ou Autarquia, Sociedade de Economia Mista, Fundação ou Empresa Pública.

São José dos Quatro Marcos - MT, em 09 de Março de 2022.

Presidente: **GHEYSA MARIA BONFIM BORGATO**

PORTARIA Nº. 10/2022 DE 18 DE MARÇO DE 2022

DISPÕE SOBRE CONTRATAÇÃO DE AGENTE DE SERVIÇOS VIA EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

GHEYSA MARIA BONFIM BORGATO, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal, no uso de suas atribuições legais, considerando o Cargo de **AGENTE DE SERVIÇOS**, criado pelo Contrato Consórcio em sua Cláusula Quadragésima e considerando os termos do inciso IX do Art. 37 da Constituição Federal de 1988, e atendendo às disposições legais das Resoluções Normativas n° 002/2011/CIDESAT, Artigo 2° e 3°, nº 032/2016/CIDESAT, Artigo 2°; e Resolução Normativa n° 033/2016/CIDESAT, e ainda Resolução Normativa Nº 049/2018, considerando que o Processo Seletivo Simplificado N° 01/2020/CIDESAT não houve o preenchimento da vaga de Agente de Serviços, considerando que a Patrulha Rodoviária já iniciou os trabalhos, resolve-se a contratação por excepcional interesse público para preenchimento de vaga acima citada de Emprego Público no Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico,

Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal, sob o regime celetista, não adquirindo a estabilidade a que se refere o art. 41 da Constituição Federal, com contribuição previdenciária para o regime geral, conforme publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso Nº 2693 de 16 de Janeiro de 2018.

RESOLVE:

Art. 1º - **Nomear** o Candidato **ADRIANO VIRGINIA DA SILVA BADU, inscrito no CPF: 023.152.021-24**, para exercer o cargo de **AGENTE DE SERVIÇOS**.

Art. 2º - O candidato nomeado deverá tomar posse no prazo de 10 (dez) dias.

Parágrafo Único: Para a posse o candidato deverá apresentar na Secretaria Executiva do Consórcio os documentos requeridos na Instrução Normativa 003/2015 – SCI/SRH.

Art. 3º - Em caso de impedimento para tomada de posse no prazo estabelecido no artigo anterior, deverá apresentar requerimento/justificativa para adiamento, desde que não ultrapasse o prazo de 30 dias concedido neste instrumento de convocação.

Parágrafo Único: O requerimento/justificativa a que se refere o caput do artigo será submetido à assessoria jurídica do Consórcio para emissão de parecer.

Art. 4º - Caso não tome posse dentro do prazo previsto, será considerado desistente.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal, 18 de MARÇO de 2022.

GHEYSA MARIA BONFIM BORGATO

Presidente do CIDESAT do Complexo Nascentes do Pantanal

Registre-se, Publique-se e Afixe-se.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL DO MÉDIO ARAGUAIA - CODEMA

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Nº	**001/2022/SIIMA**
DATA	**24 de fevereiro de 2022**
PUBLICAÇÃO	J.O.M. AMM, PÁG. ____
DATA	

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO SOCIAL E AMBIENTAL DO MÉDIO ARAGUAIA (CODEMA) E O MUNICÍPIO.

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO SOCIAL E AMBIENTAL DO MÉDIO ARAGUAIA, CNPJ 09.237.626/0001-90, doravante denominado CODEMA, neste ato representado pelo prefeito Presidente do consorcio **FERNANDO GORGEN**, portador do RG nº. 4550326 SESP/PR e CPF 605.473.759-72, de um lado e de outro o:

MUNICÍPIO DE	**ÁGUA BOA**
CNPJ	15.023.898/0001-90
ENDEREÇO	AV. PLANALTO, 410 – CENTRO
CEP	78635-000
PREFEITO	**MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO**
CPF	928.476.760-15
RG	2055578963 SJS/RS

Doravante denominado MUNICÍPIO, resolvem firmar o presente TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA sob a égide do Protocolo de Constituição do Consórcio de 23 de junho de 2007 e:

LEI AUTORIZATIVA DO MUNICÍPIO	**911**
DATA	**07/08/2007**

Mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente **TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA** tem como objeto a cooperação entre as administrações e de exercício funcional integrado das atividades referente ao Serviço de Inspeção Municipal (SIM) entre MUNICÍPIO e CODEMA, para organização e operacionalização do CODEMA e adoção de políticas integrada voltada para o desenvolvimento do SIM no âmbito do Consórcio, com possibilidade de adesão ao SUSAF e SISBI.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DISPONIBILIZAÇÃO DO MÉDICO VETERINÁRIO DO SIM

O MUNICÍPIO cooperará com o CODEMA, com a disponibilização do seguinte:

1) A disponibilização dos serviços da Médica Veterinária LEANDRA TAPAJÓS ARAÚJO, inscrita no CPF nº. 068.857.011-90, Registro no CRMV-MT nº. 6873, contratada via Processo Seletivo com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para atuar como integrante do Serviço Inspeção Municipal (SIM) junto ao CODEMA voltado a adesão do SUSAF e SISBI;

§ 1º - A cooperação firmada por este termo será livre de ônus, não isentando quaisquer das partes de responsabilidade administrativa, civil e penal;

CLÁUSULA TERCEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL

Vincula-se o presente convênio as disposições contidas na Legislação Federal competente que regem os contratos administrativos em especial a Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, com alterações posteriores, e de conformidade com a Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005 e Lei Municipal Autorizativa.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CODEMA:

a) Acompanhar e fiscalizar a atuação dos Médicos Veterinários e fiscais do SIM;

b) Repassar instruções de trabalho inerentes a adesão do SUSAF e SISBI;

c) Adotar e garantir as medidas necessárias a efetiva execução deste TERMO;

d) Observar as normas e condições da legislação vigente, no que concerne ao SIM;

e) Prestar contas ao Município através de relatório quando solicitado;

f) Prestar serviços executando as atividades determinadas no art. 45 do Estatuto Social.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

a) Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do presente TERMO;

b) Caso o município não tenha interesse em permanecer consorciado é necessário que o mesmo comunique com antecedência de 30 (trinta) dias sua saída, apresentando a revogação da lei autorizativa de seu município.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

O presente TERMO entrará em vigor a partir da data de assinatura, **com vigência até 31 de dezembro de 2022**.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DÚVIDAS E DOS CASOS OMISSOS E FORO

As dúvidas e os casos omissos que se originarem durante a execução do presente TERMO será dirimido pelas partes significativas podendo constituir termo aditivo a este convênio.

Fica eleito o foro da comarca de Água Boa - MT, para dirimir as dúvidas oriundas do presente Convênio, que não forem solucionadas amigável e administrativamente, com recusa expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

No caso de o MUNICÍPIO ou o CODEMA não cumprir com as obrigações assumidas no presente TERMO, serão consideradas inadimplentes e implicara na suspensão imediata deste, ficando o CODEMA ou o MUNICÍPIO (dependendo do caso) desobrigado de qualquer compromisso assumido pelo mesmo, tomada providências legais até integral cumprimento das obrigações aqui pactuadas.

E por estarem justos e acordados assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor e valor e para todos os efeitos legais.

Água Boa – MT, 24 de fevereiro de 2022.

MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO

Prefeito do Município de Água Boa -MT

FERNANDO GORGEN

Prefeito Presidente do CODEMA

Testemunhas:

1º: _____	**2º: _____**
Nome:_____	**Nome:_____**
CPF: _____	**CPF: _____**

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Nº	**005/2022/SIIMA**
DATA	**24 de fevereiro de 2022**
PUBLICAÇÃO	J.O.M. AMM, PÁG. _____
DATA	

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO SOCIAL E AMBIENTAL DO MÉDIO ARAGUAIA (CODEMA) E O MUNICÍPIO.

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO SOCIAL E AMBIENTAL DO MÉDIO ARAGUAIA, CNPJ 09.237.626/0001-90, doravante denominado CODEMA, neste ato representado pelo prefeito Presidente do consorcio **FERNANDO GORGEN**, portador do RG nº. 4550326 SESP/PR e CPF 605.473.759-72, de um lado e de outro o:

MUNICÍPIO DE	**NOVA XAVANTINA /MT**
CNPJ	15.024.045/0001-73
ENDEREÇO	AV.Expedição Roncador Xingu, 249_st Xavantina
CEP	CEP :78.690-000 Nova Xavantina /MT
PREFEITO	**JOÃO MACHADO NETO**
CPF	581.980.241-15
RG	698029 SSP MT

Doravante denominado MUNICÍPIO, resolvem firmar o presente TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA sob a égide do Protocolo de Constituição do Consórcio de 23 de junho de 2007 e:

LEI AUTORIZATIVA DO MUNICÍPIO	**1.349**
DATA	**16/03/2009**

Mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente **TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA** tem como objeto a cooperação entre as administrações e de exercício funcional integrado das atividades referente ao Serviço de Inspeção Municipal (SIM) entre MUNICÍPIO e CODEMA, para organização e operacionalização do CODEMA e adoção de políticas integrada voltada para o desenvolvimento do SIM no âmbito do Consórcio, com possibilidade de adesão ao SUSAF e SISBI.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DISPONIBILIZAÇÃO DO MÉDICO VETERINÁRIO DO SIM

O MUNICÍPIO cooperará com o CODEMA, com a disponibilização do seguinte:

1) A disponibilização dos serviços da Médico(a) Veterinário(a) ALIANE BORGES LEAL, inscrito no CPF nº. 000.421.941-48, Registro no CRMV-MT nº. 2718, servidor efetivo, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para atuar como integrante do Serviço Inspeção Municipal (SIM) junto ao CODEMA voltado a adesão do SUSAF e SISBI;

§ 1º - A cooperação firmada por este termo será livre de ônus, não isentando quaisquer das partes de responsabilidade administrativa, civil e penal;

CLÁUSULA TERCEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL

Vincula-se o presente convênio as disposições contidas na Legislação Federal competente que regem os contratos administrativos em especial a Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, com alterações posteriores, e de conformidade com a Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005 e Lei Municipal Autorizativa.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CODEMA:

a) Acompanhar e fiscalizar a atuação dos Médicos Veterinários e fiscais do SIM;

b) Repassar instruções de trabalho inerentes a adesão do SUSAF e SISBI;

c) Adotar e garantir as medidas necessárias a efetiva execução deste TERMO;

d) Observar as normas e condições da legislação vigente, no que concerne ao SIM;

e) Prestar contas ao Município através de relatório quando solicitado;

f) Prestar serviços executando as atividades determinadas no art. 45 do Estatuto Social.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

a) Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do presente TERMO;

b) Caso o município não tenha interesse em permanecer consorciado é necessário que o mesmo comunique com antecedência de 30 (trinta) dias sua saída, apresentando a revogação da lei autorizativa de seu município.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

O presente TERMO entrará em vigor a partir da data de assinatura, **com vigência até 31 de dezembro de 2022**.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DÚVIDAS E DOS CASOS OMISSOS E FORO

As dúvidas e os casos omissos que se originarem durante a execução do presente TERMO será dirimido pelas partes significativas podendo constituir termo aditivo a este convênio.

Fica eleito o foro da comarca de Água Boa - MT, para dirimir as dúvidas oriundas do presente Convênio, que não forem solucionadas amigável e administrativamente, com recusa expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

No caso de o MUNICÍPIO ou o CODEMA não cumprir com as obrigações assumidas no presente TERMO, serão consideradas inadimplentes e implicara na suspensão imediata deste, ficando o CODEMA ou o MUNICÍPIO (dependendo do caso) desobrigado de qualquer compromisso assumido pelo mesmo, tomada providências legais até integral cumprimento das obrigações aqui pactuadas.

E por estarem justos e acordados assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor e valor e para todos os efeitos legais.

Água Boa – MT, 24 de fevereiro de 2022.

JOÃO MACHADO NETO

Prefeito do Município de Nova Xavantina -MT

FERNANDO GORGEN

Prefeito Presidente do CODEMA

Testemunhas:

1º: _____	**2º: _____**
Nome:_____	**Nome:_____**
CPF: _____	**CPF: _____**

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Nº	**004/2022/SIIMA**
DATA	**24 de fevereiro de 2022**
PUBLICAÇÃO	J.O.M. AMM, PÁG. _____
DATA	

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO SOCIAL E AMBIENTAL DO MÉDIO ARAGUAIA (CODEMA) E O MUNICÍPIO.

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO SOCIAL E AMBIENTAL DO MÉDIO ARAGUAIA, CNPJ 09.237.626/0001-90, doravante denominado CODEMA, neste ato representado pelo prefeito Presidente do consorcio **FERNANDO GORGEN**, portador do RG nº. 4550326 SESP/PR e CPF 605.473.759-72, de um lado e de outro o:

MUNICÍPIO DE	**GAÚCHA DO NORTE**
CNPJ	01.614.539/0001-01
ENDEREÇO	Rua Mato Grosso, 943 - Centro
CEP	CEP: 78.875-000
PREFEITO	**VONEY RODRIGUES GOULART**
CPF	418.603.301-59
RG	2477543 SSP/GO

Doravante denominado MUNICÍPIO, resolvem firmar o presente TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA sob a égide do Protocolo de Constituição do Consórcio de 23 de junho de 2007 e:

LEI AUTORIZATIVA DO MUNICÍPIO	**281**
DATA	**04/09/2007**

Mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente **TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA** tem como objeto a cooperação entre as administrações e de exercício funcional integrado das atividades referente ao Serviço de Inspeção Municipal (SIM) entre MUNICÍPIO e CODEMA, para organização e operacionalização do CODEMA e adoção de políticas integrada voltada para o desenvolvimento do SIM no âmbito do Consórcio, com possibilidade de adesão ao SUSAF e SISBI.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DISPONIBILIZAÇÃO DO MÉDICO VETERINÁRIO DO SIM

O MUNICÍPIO cooperará com o CODEMA, com a disponibilização do seguinte:

1) A disponibilização dos serviços da Médico(a) Veterinário(a) ELTON JACOB MAITELLI PEREIRA, inscrito no CPF nº. 029.780.539-84, Registro no CRMV-MT nº. 3628, servidor efetivo, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para atuar como integrante do Serviço Inspeção Municipal (SIM) junto ao CODEMA voltado a adesão do SUSAF e SISBI;

§ 1º - A cooperação firmada por este termo será livre de ônus, não isentando quaisquer das partes de responsabilidade administrativa, civil e penal;

CLÁUSULA TERCEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL

Vincula-se o presente convênio as disposições contidas na Legislação Federal competente que regem os contratos administrativos em especial a Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, com alterações posteriores, e de conformidade com a Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005 e Lei Municipal Autorizativa.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CODEMA:

a) Acompanhar e fiscalizar a atuação dos Médicos Veterinários e fiscais do SIM;

b) Repassar instruções de trabalho inerentes a adesão do SUSAF e SISBI;

c) Adotar e garantir as medidas necessárias a efetiva execução deste TERMO;

d) Observar as normas e condições da legislação vigente, no que concerne ao SIM;

e) Prestar contas ao Município através de relatório quando solicitado;

f) Prestar serviços executando as atividades determinadas no art. 45 do Estatuto Social.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

a) Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do presente TERMO;

b) Caso o município não tenha interesse em permanecer consorciado é necessário que o mesmo comunique com antecedência de 30 (trinta) dias sua saída, apresentando a revogação da lei autorizativa de seu município.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

O presente TERMO entrará em vigor a partir da data de assinatura, **com vigência até 31 de dezembro de 2022**.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DÚVIDAS E DOS CASOS OMISSOS E FORO

As dúvidas e os casos omissos que se originarem durante a execução do presente TERMO será dirimido pelas partes significativas podendo constituir termo aditivo a este convênio.

Fica eleito o foro da comarca de Água Boa - MT, para dirimir as dúvidas oriundas do presente Convênio, que não forem solucionadas amigável e administrativamente, com recusa expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

No caso de o MUNICÍPIO ou o CODEMA não cumprir com as obrigações assumidas no presente TERMO, serão consideradas inadimplentes e implicara na suspensão imediata deste, ficando o CODEMA ou o MUNICÍPIO (dependendo do caso) desobrigado de qualquer compromisso assumido pelo mesmo, tomada providências legais até integral cumprimento das obrigações aqui pactuadas.

E por estarem justos e acordados assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor e valor e para todos os efeitos legais.

Água Boa – MT, 24 de fevereiro de 2022.

VONEY RODRIGUES GOULART

Prefeito Municipal de Gaúcha do Norte-MT

FERNANDO GORGEN

Prefeito Presidente do CODEMA

Testemunhas:

1º: _____	**2º: _____**
Nome:_____	**Nome:_____**
CPF: _____	**CPF: _____**

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Nº	**002/2022/SIIMA**
DATA	**24 de fevereiro de 2022**
PUBLICAÇÃO	J.O.M. AMM, PÁG. _____
DATA	

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO SOCIAL E AMBIENTAL DO MÉDIO ARAGUAIA (CODEMA) E O MUNICÍPIO.

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO SOCIAL E AMBIENTAL DO MÉDIO ARAGUAIA, CNPJ 09.237.626/0001-90, doravante denominado CODEMA, neste ato representado pelo prefeito Presidente do consorcio **FERNANDO GORGEN**, portador do RG nº. 4550326 SESP/PR e CPF 605.473.759-72, de um lado e de outro o:

MUNICÍPIO DE	**CANARANA**
CNPJ	15.023.922/0001-91
ENDEREÇO	Rua Miraguaí nº. 228, Centro.
CEP	78640-000
PREFEITO	**FÁBIO MARCOS PEREIRA DE FARIA**
CPF	888.448.461-87
RG	3671142 SSP/GO

Doravante denominado MUNICÍPIO, resolvem firmar o presente TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA sob a égide do Protocolo de Constituição do Consórcio de 23 de junho de 2007 e:

LEI AUTORIZATIVA DO MUNICÍPIO	**802**
DATA	**10/09/2007**

Mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente **TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA** tem como objeto a cooperação entre as administrações e de exercício funcional integrado das atividades referente ao Serviço de Inspeção Municipal (SIM) entre MUNICÍPIO e CODEMA, para organização e operacionalização do CODEMA e adoção de políticas integrada voltada para o desenvolvimento do SIM no âmbito do Consórcio, com possibilidade de adesão ao SUSAF e SISBI.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DISPONIBILIZAÇÃO DO MÉDICO VETERINÁRIO DO SIM

O MUNICÍPIO cooperará com o CODEMA, com a disponibilização do seguinte:

1) A disponibilização dos serviços da Médico(a) Veterinário(a) GUILHERME JUNIOR POZZOBON, inscrito no CPF nº. 809.813.809-72, Registro no CRMV-MT nº. 1435, servidor efetivo, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para atuar como integrante do Serviço Inspeção Municipal (SIM) junto ao CODEMA voltado a adesão do SUSAF e SISBI;

§ 1º - A cooperação firmada por este termo será livre de ônus, não isentando quaisquer das partes de responsabilidade administrativa, civil e penal;

CLÁUSULA TERCEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL

Vincula-se o presente convênio as disposições contidas na Legislação Federal competente que regem os contratos administrativos em especial a Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, com alterações posteriores, e de conformidade com a Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005 e Lei Municipal Autorizativa.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CODEMA:

a) Acompanhar e fiscalizar a atuação dos Médicos Veterinários e fiscais do SIM;

b) Repassar instruções de trabalho inerentes a adesão do SUSAF e SISBI;

c) Adotar e garantir as medidas necessárias a efetiva execução deste TERMO;

d) Observar as normas e condições da legislação vigente, no que concerne ao SIM;

e) Prestar contas ao Município através de relatório quando solicitado;

f) Prestar serviços executando as atividades determinadas no art. 45 do Estatuto Social.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

a) Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do presente TERMO;

b) Caso o município não tenha interesse em permanecer consorciado é necessário que o mesmo comunique com antecedência de 30 (trinta) dias sua saída, apresentando a revogação da lei autorizativa de seu município.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

O presente TERMO entrará em vigor a partir da data de assinatura, **com vigência até 31 de dezembro de 2022**.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DÚVIDAS E DOS CASOS OMISSOS E FORO

As dúvidas e os casos omissos que se originarem durante a execução do presente TERMO será dirimido pelas partes significativas podendo constituir termo aditivo a este convênio.

Fica eleito o foro da comarca de Água Boa - MT, para dirimir as dúvidas oriundas do presente Convênio, que não forem solucionadas amigável e administrativamente, com recusa expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

No caso de o MUNICÍPIO ou o CODEMA não cumprir com as obrigações assumidas no presente TERMO, serão consideradas inadimplentes e implicara na suspensão imediata deste, ficando o CODEMA ou o MUNICÍPIO (dependendo do caso) desobrigado de qualquer compromisso assumido pelo mesmo, tomada providências legais até integral cumprimento das obrigações aqui pactuadas.

E por estarem justos e acordados assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor e valor e para todos os efeitos legais.

Água Boa – MT, 24 de fevereiro de 2022.

FÁBIO MARCOS PEREIRA DE FARIA

Prefeito Municipal de Canarana

FERNANDO GORGEN

Prefeito Presidente do CODEMA

Testemunhas:

1º: _____	**2º: _____**
Nome:_____	**Nome:_____**
CPF: _____	**CPF: _____**

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Nº	**006/2022/SIIMA**
DATA	**24 de fevereiro de 2022**
PUBLICAÇÃO	J.O.M. AMM, PÁG. _____
DATA	

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO SOCIAL E AMBIENTAL DO MÉDIO ARAGUAIA (CODEMA) E O MUNICÍPIO.

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO SOCIAL E AMBIENTAL DO MÉDIO ARAGUAIA, CNPJ 09.237.626/0001-90, doravante denominado CODEMA, neste ato representado pelo prefeito Presidente do consorcio **FERNANDO GORGEN**, portador do RG nº. 4550326 SESP/PR e CPF 605.473.759-72, de um lado e de outro o:

MUNICÍPIO DE	**QUERÊNCIA**
CNPJ	37.465.002/0001-66
ENDEREÇO	AV. Cuiabá Quadra 01 Lote 09 Setor-C
CEP	78.643.000 Querência /MT
PREFEITO	**FERNANDO GORGEN**
CPF	CPF 605.473.759-72
RG	4550326 SESP/PR

Doravante denominado MUNICÍPIO, resolvem firmar o presente TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA sob a égide do Protocolo de Constituição do Consórcio de 23 de junho de 2007 e:

LEI AUTORIZATIVA DO MUNICÍPIO	**441**
DATA	**05/07/2007**

Mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente **TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA** tem como objeto a cooperação entre as administrações e de exercício funcional integrado das atividades referente ao Serviço de Inspeção Municipal (SIM) entre MUNICÍPIO e CODEMA, para organização e operacionalização do CODEMA e adoção de políticas integrada voltada para o desenvolvimento do SIM no âmbito do Consórcio, com possibilidade de adesão ao SUSAF e SISBI.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DISPONIBILIZAÇÃO DO MÉDICO VETERINÁRIO DO SIM

O MUNICÍPIO cooperará com o CODEMA, com a disponibilização do seguinte:

1) A disponibilização dos serviços do Médico(a) Veterinário(a) WILLISMAR LIMA MARQUES, inscrito no CPF nº. 928.899.641-91, Registro no CRMV-MT nº. 6373, servidor contratado, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, e da Fiscal do SIM RENATA SOUZA DE ANHAYA inscrita no CPF nº. 046.981.401-29, servidora efetiva, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais para atuar como integrante do Serviço Inspeção Municipal (SIM) junto ao CODEMA voltado a adesão do SUSAF e SISBI;

§ 1º - A cooperação firmada por este termo será livre de ônus, não isentando quaisquer das partes de responsabilidade administrativa, civil e penal;

CLÁUSULA TERCEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL

Vincula-se o presente convênio as disposições contidas na Legislação Federal competente que regem os contratos administrativos em especial a Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, com alterações posteriores, e de conformidade com a Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005 e Lei Municipal Autorizativa.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CODEMA:

a) Acompanhar e fiscalizar a atuação dos Médicos Veterinários e fiscais do SIM;

b) Repassar instruções de trabalho inerentes a adesão do SUSAF e SISBI;

c) Adotar e garantir as medidas necessárias a efetiva execução deste TERMO;

d) Observar as normas e condições da legislação vigente, no que concerne ao SIM;

e) Prestar contas ao Município através de relatório quando solicitado;

f) Prestar serviços executando as atividades determinadas no art. 45 do Estatuto Social.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

a) Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do presente TERMO;

b) Caso o município não tenha interesse em permanecer consorciado é necessário que o mesmo comunique com antecedência de 30 (trinta) dias sua saída, apresentando a revogação da lei autorizativa de seu município.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

O presente TERMO entrará em vigor a partir da data de assinatura, **com vigência até 31 de dezembro de 2022**.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DÚVIDAS E DOS CASOS OMISSOS E FORO

As dúvidas e os casos omissos que se originarem durante a execução do presente TERMO será dirimido pelas partes significativas podendo constituir termo aditivo a este convênio.

Fica eleito o foro da comarca de Água Boa - MT, para dirimir as dúvidas oriundas do presente Convênio, que não forem solucionadas amigável e administrativamente, com recusa expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

No caso de o MUNICÍPIO ou o CODEMA não cumprir com as obrigações assumidas no presente TERMO, serão consideradas inadimplentes e implicara na suspensão imediata deste, ficando o CODEMA ou o MUNICÍPIO (dependendo do caso) desobrigado de qualquer compromisso assumido pelo mesmo, tomada providências legais até integral cumprimento das obrigações aqui pactuadas.

E por estarem justos e acordados assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor e valor e para todos os efeitos legais.

Água Boa – MT, 24 de fevereiro de 2022.

FERNANDO GORGEN

Prefeito Municipal de Querência-MT

FERNANDO GORGEN

Prefeito Presidente do CODEMA

Testemunhas:

1º: _____	**2º: _____**
Nome:_____	**Nome:_____**
CPF: _____	**CPF: _____**

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Nº	**007/2022/SIIMA**
DATA	**24 de fevereiro de 2022**
PUBLICAÇÃO	J.O.M. AMM, PÁG. _____
DATA	

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO SOCIAL E AMBIENTAL DO MÉDIO ARAGUAIA (CODEMA) E O MUNICÍPIO.

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO SOCIAL E AMBIENTAL DO MÉDIO ARAGUAIA, CNPJ 09.237.626/0001-90, doravante denominado CODEMA, neste ato representado pelo prefeito Presidente do consorcio **FERNANDO GORGEN**, portador do RG nº. 4550326 SESP/PR e CPF 605.473.759-72, de um lado e de outro o:

MUNICÍPIO DE	**RIBEIRÃO CASCALHEIRA**
CNPJ	24.772.113/0001-73
ENDEREÇO	Av. Padre João Bosco, 2067 – Centro
CEP	78675-000 – Ribeirão Cascalheira/MT
PREFEITA	**LUZIA NUNES BRANDÃO**
CPF	904.195.101-68
RG	10593837 SJ/MT

Doravante denominado MUNICÍPIO, resolvem firmar o presente TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA sob a égide do Protocolo de Constituição do Consórcio de 23 de junho de 2007 e:

LEI AUTORIZATIVA DO MUNICÍPIO	**482**
DATA	**08/08/2007**

Mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente **TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA** tem como objeto a cooperação entre as administrações e de exercício funcional integrado das atividades referente ao Serviço de Inspeção Municipal (SIM) entre MUNICÍPIO e CODEMA, para organização e operacionalização do CODEMA e adoção de políticas integrada voltada para o desenvolvimento do SIM no âmbito do Consórcio, com possibilidade de adesão ao SUSAF e SISBI.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DISPONIBILIZAÇÃO DO MÉDICO VETERINÁRIO DO SIM

O MUNICÍPIO cooperará com o CODEMA, com a disponibilização do seguinte:

1) A disponibilização dos serviços da Médico(a) Veterinário(a) MIROMAR DA SILVA ARANTES JUNIOR, inscrito no CPF nº. 006.210.351-22, Registro no CRMV-MT nº. 4051, servidor efetivo, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para atuar como integrante do Serviço Inspeção Municipal (SIM) junto ao CODEMA voltado a adesão do SUSAF e SISBI;

§ 1º - A cooperação firmada por este termo será livre de ônus, não isentando quaisquer das partes de responsabilidade administrativa, civil e penal;

CLÁUSULA TERCEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL

Vincula-se o presente convênio as disposições contidas na Legislação Federal competente que regem os contratos administrativos em especial a Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, com alterações posteriores, e de conformidade com a Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005 e Lei Municipal Autorizativa.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CODEMA:

a) Acompanhar e fiscalizar a atuação dos Médicos Veterinários e fiscais do SIM;

b) Repassar instruções de trabalho inerentes a adesão do SUSAF e SISBI;

c) Adotar e garantir as medidas necessárias a efetiva execução deste TERMO;

d) Observar as normas e condições da legislação vigente, no que concerne ao SIM;

e) Prestar contas ao Município através de relatório quando solicitado;

f) Prestar serviços executando as atividades determinadas no art. 45 do Estatuto Social.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

a) Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do presente TERMO;

b) Caso o município não tenha interesse em permanecer consorciado é necessário que o mesmo comunique com antecedência de 30 (trinta) dias sua saída, apresentando a revogação da lei autorizativa de seu município.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

O presente TERMO entrará em vigor a partir da data de assinatura, **com vigência até 31 de dezembro de 2022**.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DÚVIDAS E DOS CASOS OMISSOS E FORO

As dúvidas e os casos omissos que se originarem durante a execução do presente TERMO será dirimido pelas partes significativas podendo constituir termo aditivo a este convênio.

Fica eleito o foro da comarca de Água Boa - MT, para dirimir as dúvidas oriundas do presente Convênio, que não forem solucionadas amigável e administrativamente, com recusa expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

No caso de o MUNICÍPIO ou o CODEMA não cumprir com as obrigações assumidas no presente TERMO, serão consideradas inadimplentes e implicara na suspensão imediata deste, ficando o CODEMA ou o MUNICÍPIO (dependendo do caso) desobrigado de qualquer compromisso assumido pelo mesmo, tomada providências legais até integral cumprimento das obrigações aqui pactuadas.

E por estarem justos e acordados assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor e valor e para todos os efeitos legais.

Água Boa – MT, 24 de fevereiro de 2022.

LUZIA NUNES BRANDÃO

Prefeita Municipal de Ribeirão Cascalheira-MT

FERNANDO GORGEN

Prefeito Presidente do CODEMA

Testemunhas:

1º: _____	**2º: _____**
Nome:_____	**Nome:_____**
CPF: _____	**CPF: _____**

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Nº	**003/2022/SIIMA**
DATA	**24 de fevereiro de 2022**
PUBLICAÇÃO	J.O.M. AMM, PÁG. _____
DATA	

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO SOCIAL E AMBIENTAL DO MÉDIO ARAGUAIA (CODEMA) E O MUNICÍPIO.

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO SOCIAL E AMBIENTAL DO MÉDIO ARAGUAIA, CNPJ 09.237.626/0001-90, doravante denominado CODEMA, neste ato representado pelo prefeito Presidente do consorcio **FERNANDO GORGEN**, portador do RG nº. 4550326 SESP/PR e CPF 605.473.759-72, de um lado e de outro o:

MUNICÍPIO DE	**COCALINHO**
CNPJ	00.965.145/0001-27
ENDEREÇO	AV. Araguaia 676-Centro
CEP	78.680-000
PREFEITO	**MÁRCIO CONCEIÇÃO NUNES DE AGUIAR**
CPF	014.711.181-18
RG	17342694 SSP MT

Doravante denominado MUNICÍPIO, resolvem firmar o presente TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA sob a égide do Protocolo de Constituição do Consórcio de 23 de junho de 2007 e:

LEI AUTORIZATIVA DO MUNICÍPIO	**563**
DATA	**06/08/2007**

Mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente **TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA** tem como objeto a cooperação entre as administrações e de exercício funcional integrado das atividades referente ao Serviço de Inspeção Municipal (SIM) entre MUNICÍPIO e CODEMA, para organização e operacionalização do CODEMA e adoção de políticas integrada voltada para o desenvolvimento do SIM no âmbito do Consórcio, com possibilidade de adesão ao SUSAF e SISBI.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DISPONIBILIZAÇÃO DO MÉDICO VETERINÁRIO DO SIM

O MUNICÍPIO cooperará com o CODEMA, com a disponibilização do seguinte:

1) A disponibilização dos serviços da Médico Veterinário MÁRCIO ANDRÉ DINIZ MELO, inscrito no CPF nº. 701.060.421-57, Registro no CRMV-MT nº. 6509, servidor comissionado, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para atuar como integrante do Serviço Inspeção Municipal (SIM) junto ao CODEMA voltado a adesão do SUSAF e SISBI;

§ 1º - A cooperação firmada por este termo será livre de ônus, não isentando quaisquer das partes de responsabilidade administrativa, civil e penal;

CLÁUSULA TERCEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL

Vincula-se o presente convênio as disposições contidas na Legislação Federal competente que regem os contratos administrativos em especial a Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, com alterações posteriores, e de conformidade com a Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005 e Lei Municipal Autorizativa.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CODEMA:

a) Acompanhar e fiscalizar a atuação dos Médicos Veterinários e fiscais do SIM;

b) Repassar instruções de trabalho inerentes a adesão do SUSAF e SISBI;

c) Adotar e garantir as medidas necessárias a efetiva execução deste TERMO;

d) Observar as normas e condições da legislação vigente, no que concerne ao SIM;

e) Prestar contas ao Município através de relatório quando solicitado;

f) Prestar serviços executando as atividades determinadas no art. 45 do Estatuto Social.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

a) Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do presente TERMO;

b) Caso o município não tenha interesse em permanecer consorciado é necessário que o mesmo comunique com antecedência de 30 (trinta) dias sua saída, apresentando a revogação da lei autorizativa de seu município.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

O presente TERMO entrará em vigor a partir da data de assinatura, **com vigência até 31 de dezembro de 2022**.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DÚVIDAS E DOS CASOS OMISSOS E FORO

As dúvidas e os casos omissos que se originarem durante a execução do presente TERMO será dirimido pelas partes significativas podendo constituir termo aditivo a este convênio.

Fica eleito o foro da comarca de Água Boa - MT, para dirimir as dúvidas oriundas do presente Convênio, que não forem solucionadas amigável e administrativamente, com recusa expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

No caso de o MUNICÍPIO ou o CODEMA não cumprir com as obrigações assumidas no presente TERMO, serão consideradas inadimplentes e implicara na suspensão imediata deste, ficando o CODEMA ou o MUNICÍPIO (dependendo do caso) desobrigado de qualquer compromisso assumido pelo mesmo, tomada providências legais até integral cumprimento das obrigações aqui pactuadas.

E por estarem justos e acordados assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor e valor e para todos os efeitos legais.

Água Boa – MT, 24 de fevereiro de 2022.

MÁRCIO CONCEIÇÃO NUNES DE AGUIAR

Prefeito do Município de Cocalinho -MT

FERNANDO GORGEN

Prefeito Presidente do CODEMA

Testemunhas:

1º: _____	**2º: _____**
Nome:_____	**Nome:_____**
CPF: _____	**CPF: _____**

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE VALE DO RIO CUIABÁ

AVISO DE CANCELAMENTO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2022

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE VALE DO RIO CUIABÁ, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica, torna público para todos os interessados que será CANCELADO o Pregão Eletrônico nº 001/2022 – tipo Menor Preço Por Item, cujo objeto**: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS MÉDICOS E HOSPITALARES, PARA ATENDER AS DEMANDAS DOS MUNICIPIOS, INTEGRANTES DO CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE VALE DO RIO CUIABÁ,para que se faça as adequações necessarias na planilha quantitativa/TERMODE REFERENCIA e posteriormente uma nova publicação.**

Cuiabá-MT, 18 de Março de 2022.

Gracielle Patricia Monteiro da Silva

Pregoeira Oficial

AVISO DE CANCELAMENTO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2022

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE VALE DO RIO CUIABÁ, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica, torna público para todos os interessados que será CANCELADO o Pregão Eletrônico nº 001/2022, que seria realizado no dia 22/03/2022 – tipo Menor Preço Por Item, cujo objeto**: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS MÉDICOS E HOSPITALARES, PARA ATENDER AS DEMANDAS DOS MUNICIPIOS, INTEGRANTES DO CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE VALE DO RIO CUIABÁ**, para que se faça as adequações necessárias na planilha quantitativa/Termo de Referência e posteriormente uma nova publicação

Cuiabá-MT, 18 de Março de 2022.

Gracielle Patricia Monteiro da Silva

Pregoeira Oficial

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO GARÇAS/ARAGUAIA - CISRGA

EDITAL DE PUBLICAÇÃO Nº 031/2022, DE 18 DE MARÇO DE 2022

EDITAL DE PUBLICAÇÃO Nº 031/2022

O Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Garças/Araguaia, através da Secretária Executiva a Sra. Virgínia Patrícia Santos Rocha de Oliveira, nomeada pela Resolução Nº 011/2018, em cumprimento aos princípios Constitucionais da Publicidade e Ampla Divulgação, ao texto legal do artigo 5º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, e demais legislações

pertinentes à espécie. Torna público para conhecimento dos interessados o seguinte ato:

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

RESOLUÇÃO Nº. 002/2022

Barra do Garças, 17 de março de 2022.

"Nomeia servidores para compor a Comissão de Licitação e Patrimônio do CISRGA e dá outra providências".

O Sr. Dr. Adilson Gonçalves de Macedo, Presidente do Conselho Diretor do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região Garças / Araguaia – CISRGA, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no artigo 6º, inciso XVI, art. 9º, §4º, combinados com o artigo 51, todos da Lei 8.666, de 21 de julho de 1993 e alterações:

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomear os Colaboradores, **Virgínia Patrícia Santos Rocha de Oliveira, Fabiani Francisca Vieira e Luan Pedro Costa Rodrigues**, para sob Presidência da primeira, compor a Comissão de Licitação e Patrimônio-CLP.

Art. 2º - Os membros da Comissão de Licitação e Patrimônio poderão ser destituídos a qualquer momento, a critério da Presidente da CLP, mediante decisão fundamentada.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário

Gabinete do Presidente,

_____

Dr. Adilson Gonçalves de Macedo

Presidente do CISRGA

Certifico que o ato discriminado no presente Edital encontra-se à disposição no CISRGA, a partir da data de sua assinatura, no horário de expediente.

Barra do Garças-MT, 18 de março de 2022.

_____

Virginia Patrícia S. R. de Oliveira

Secretária Executiva – CISRGA

EDITAL DE PUBLICAÇÃO Nº 033/2022, DE 18 DE MARÇO DE 2022

EDITAL DE PUBLICAÇÃO Nº 033/2022

O Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Garças/Araguaia, através da Secretária Executiva a Sra. Virginia Patrícia Santos Rocha de Oliveira, nomeada pela Resolução Nº 011/2018, em cumprimento aos princípios Constitucionais da Publicidade e Ampla Divulgação, ao texto legal do artigo 5º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, e demais legislações pertinentes à espécie. Torna público para conhecimento dos interessados o seguinte ato:

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2022

CONTRATO Nº 057/2022

CONTRATANTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO GARÇAS/ARAGUAIA-CISRGA

CONTRATADO: AVANTE-INSTITUTO DE CAPACITAÇÃO E EVOLUÇÃO HUMANA.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE CURSO DE PLANEJAMENTO E CONTRATAÇÃO DIRETA NA NOVA LEI DE LICITAÇÃO, MINISTRADO EM CUIABÁ- MT.

VALOR GLOBAL: R$ 1.800,00 (Um mil e oitocentos reais)

VIGÊNCIA: 18/03/2022 a 31/12/2022.

Certifico que o ato discriminado no presente Edital encontra-se à disposição no CISRGA, a partir da data de sua assinatura, no horário de expediente.

Barra do Garças-MT, 18 de março de 2022.

_____

Virginia Patrícia S.R de Oliveira

Secretário Executiva – CISRGA

EDITAL DE PUBLICAÇÃO Nº 032/2022, DE 18 DE MARÇO DE 2022

EDITAL DE PUBLICAÇÃO Nº 032/2022

O Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Garças/Araguaia, através da Secretária Executiva a Sra. Virginia Patrícia Santos Rocha de Oliveira, nomeada pela Resolução Nº 011/2018, em cumprimento aos princípios Constitucionais da Publicidade e Ampla Divulgação, ao texto legal do artigo 5º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, e demais legislações pertinentes à espécie. Torna público para conhecimento dos interessados o seguinte ato:

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 008/2022

CONTRATO Nº 055/2022

CONTRATANTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO GARÇAS/ARAGUAIA-CISRGA

CONTRATADO: JOEL CARLOS DA SILVA**.**

OBJETO:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SUPORTE TÉCNICO E MANUTENÇÃO, TROCA DE CAPACITORES, REPOSIÇÕES DE GÁS, ISOLAÇÕES TÉRMICAS, REPAROS DE PLACAS E TROCA DE FIAÇÃO DOS APARELHOS DE AR CONDICIONADO.

VALOR GLOBAL: R$ 3.370,00 (Três mil trezentos e setenta reais)

VIGÊNCIA: 18/03/2022 a 31/12/2022.

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 009/2022

CONTRATO Nº 056/2022

CONTRATANTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO GARÇAS/ARAGUAIA-CISRGA.

CONTRATADO: MACOM INSTRUMENTAL CIRÚRGICO INDUSTRIAL LTDA.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA NEUROCIRURGIA, FRESA DE CORTE CRANIOTÓMO, BROCA DE DRILL PARA PERFURAÇÃO COM DIÂMETRO DA PONTA DE 1,5 MM E HASTE DE 80 MM, FRESA ESFÉRICA PARA DRILL, CORTANTE COM DIÂMETRO DA PONTA DE 1,0 A 5,0 MM E HASTE DE 80 MM, FRESA PARA TREPANAÇÃO, TIPO SMITH, PINÇA BIPOLAR DESCARTÁVEL E CABO BIPOLAR.

VALOR GLOBAL: R$ 47.500,00 (Quarenta e sete mil e quinhentos reais).

VIGÊNCIA: 18/03/2022 a 31/12/2022.

Certifico que o ato discriminado no presente Edital encontra-se à disposição no CISRGA, a partir da data de sua assinatura, no horário de expediente.

Barra do Garças-MT, 18 de março de 2022.

_____

Virginia Patrícia S.R de Oliveira

Secretário Executiva – CISRGA

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO - CISVP

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO 002/2022

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO					
PROCESSO ADMINISTRATIVO 002/2022					
Modalidade:	Pregão Presencial				
Número/Ano:	2/2022	**Data de abertura:**	24/02/2022		
Data adjudicação:	18/03/2022	**Data homologação:**	18/03/2022		
Tipo de avaliação:	Por item	**Critério de avaliação:**	Menor preço		
Modo de disputa:	Fechado-Aberto	**Condição de pagamento:**	À PRAZO		
Credenciamento:	Não	**Chamamento:**	Não	**Registro de preço:**	Sim
Objeto da licitação:	REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA HABILITADA PARA O FORNECIMENTO DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO GLP P-45 E ÁGUA MINERAL EM GALÃO DE 20 LITROS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA CASA DE AMPARO DE CUIABÁ, sob a gestão do Consorcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto, constantes no Termo de Referência, tudo em conformidade com as disposições do edital e seus anexos, que o integram e complementam para todos os efeitos jurídicos legais.				

Nos termos do Art. 43, inciso VI da Lei Federal N° 8.666/93 e as suas alterações, o Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, abaixo assinado, acolhendo a manifestação do Pregoeiro, levando em consideração a abertura e julgamento do presente PROCESSO DE LICITACÃO, tendo cumprido todos os requisitos e princípios estabelecidos em lei, HOMOLOGA o objeto da Licitação supra citada , que tem como vencedor(es) abaixo

Licitante	**CNPJ/CPF**	**Total do vencedor**
GASOLINI COMERCIO E SERVICOS LTDA	03.401.442/0001-38	R$ 19.250,00
Total:		**R$ 19.250,00**

GASOLINI COMERCIO E SERVICOS LTDA - Não Exclusivo

Código	**Descrição do item**	**Unidade**	**Qtd.**	**Valor unit.**	**Valor total**
127	GAS GLP 45 KG	un	40,0000	R$ 455,0000	R$ 18.200,00
146	AGUA MINERAL 20 LITROS	GRF20LT	100,0000	R$ 10,5000	R$ 1.050,00

Valor Total: R$ 19.250,00

PEIXOTO DE AZEVEDO, 18 de março de 2022

PASCOAL ALBERTON
CPF: 502.469.339-68
Presidente

ATO NORMATIVO Nº 487, DE 18 DE MARÇO DE 2022

"DISPÕE SOBRE OS DIAS DE FERIADOS NACIONAL, ESTADUAL E DE PONTO FACULTATIVO NO ANO DE 2022, NO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

PASCOAL ALBERTON, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto.

R E S O L V E:

Art. 1º Divulgar os dias de feriados Nacional, Estadual e de ponto facultativo no ano de 2022, para cumprimento pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto – CISVP, sem prejuízo da prestação dos serviços considerados essenciais.

I – 15 de abril (sexta-feira) Paixão de Cristo – feriado Nacional;

II - 21 de abril (quinta-feira) Tiradentes - feriado nacional;

III - 1º de maio (domingo) Dia Mundial do Trabalho - feriado nacional;

IV - 13 de maio (sexta-feira) Aniversário de Peixoto de Azevedo – feriado municipal;

V - 16 de junho (quinta-feira) Corpus Christi - ponto facultativo;

VI - 07 de setembro (quarta-feira) Independência do Brasil - feriado nacional;

VII - 12 de outubro (quarta-feira) Nossa Senhora Aparecida - feriado nacional;

VIII - 28 de outubro (sexta-feira) Comemoração Dia do Servidor Público - ponto facultativo;

IX - 02 de novembro (quarta-feira) dia de Finados - feriado nacional;

X - 15 de novembro (terça-feira) Proclamação da República - feriado nacional;

XI - 20 de novembro (domingo) Consciência Negra - feriado estadual;

XII - 24 de dezembro (sábado) - ponto facultativo;

XIII - 25 de dezembro (domingo) Natal - feriado nacional;

XIV - 31 de dezembro (sábado) - ponto facultativo.

Parágrafo Único – O disposto neste artigo não se aplicará aos setores que prestam serviços essenciais, devendo estes manter equipe integral e permanente de atendimento.

Art. 2º Este Ato Normativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Presidência do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto, aos dezessete dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e dois.

Registre-se

Publique-se

Cumpra-se

PASCOAL ALBERTON

Presidente do CISVP

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO NORTE ARAGUAIA

1º TERMO DE REAJUSTE DE PREÇO DA ATA N° 03/2022

1º TERMO DE REAJUSTE DE PREÇO DA ATA N° 03/2022. PROCESSO ADMINISTRATIVO n.º 07/2022, PREGÃO PRESENCIAL nº 01/2022, início da ata: 23/02/2022 validade 12 meses. GERENCIADORA: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL "NORTE ARAGUAIA". EMPRESA: MARCOS H. B. PINHEIRO-EPP, inscrita no CNPJ/MF nº. 05.156.937/0001-74. OBJETO: 1º TERMO DE REAJUSTE DE PREÇOS ATUALIZADOS DOS ITENS: ÓLEO DIESEL S10 VALOR R$ 7,20, ÓLEO DIESEL COMUM VALOR R$ 7,10 E GASOLINA COMUM VALOR R$ 7,70, DA ATA N° 03/

2022. DATA DA ASSINATURA: 18/03/2022. De acordo com disposto na Lei 8666/93 art. 65.

Daniel Rosa do Lago

Presidente do CIDESA-NA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

LICITAÇÕES E CONTRATOS
TERMO ADITIVO Nº. 008 AO CONTRATO Nº. 020/2017.

TERMO ADITIVO Nº. 008 ao Contrato n°. 020/2017 que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA/PREFEITURA MUNICIPAL – Estado de Mato Grosso, e ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE CISNE, devidamente já qualificadas no Contrato Originário.

OBJETO: PRORROGAÇÃO da vigência do Contrato.

ALTERAÇÃO: Fica alterada a Cláusula Quinta – DO PRAZO DE VIGÊNCIA; ficando prorrogado a vigência do pelo período de 03 (três) meses, até 19 de junho de 2022.

VALOR TOTAL: R$ 409.500,00 (Quatrocentos e nove mil e quinhentos reais).

Água Boa-MT, 18 de março de 2022.

Mariano Kolankiewicz Filho

PREFEITO MUNICIPAL

CONVOCAÇÃO: FICA A EMPRESA CONVOCADA A ASSINAR O TERMO ADITIVO DENTRO DO PRAZO PREVISTO NO EDITAL.

AVISO DE RESULTADO

PROCESSO Nº. 171/2021

CHAMADA PÚBLICA PARA CREDENCIAMENTO 002/2021.

O Município de Água Boa-MT, através da Comissão Permanente de Licitação torna público o resultado da análise dos documentos de habilitação acima referenciada que tem por objeto: Credenciamento de empresas especializadas para a contratação de serviços técnicos de engenharia, arquitetura nas atividades de elaboração de projetos executivo, para edifícios educacionais, administrativos, hospitalares e saúde, projeto de infraestrutura (pavimentação e restauração), projeto de parques, praças e quadras, laudo de sondagem SPT, projeto de obras de artes especiais, projeto de paisagismo e urbanismo, projeto de terraplenagem, levantamento topográfico planialtimétrico cadastral, no âmbito do município de Água Boa, sempre que houver interesse previamente manifestado pela PREFEITURA, de acordo com os critérios, termos e condições estabelecidas neste edital e seus anexos, que o integram e complementam, conforme segue:

Empresa **FLA ENGENHARIA E CONSULTORIA, CNPJ: 19.522.505/0001-44**, conforme ATA 014/2022.

GRUPO 1 - PROJETOS PARA EDIFICIOS EDUCACIONAIS			
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**HABILITADO**	**JUSTIFICATIVA**
1.1	PROJETO ARQUITETÔNICO, INCLUSIVE DE ACESSIBILIDADE	SIM	
1.2	PROJETO ESTRUTURAL, INCLUSIVE FUNDAÇÃO	SIM	
1.3	PROJETO DE ESTRUTURA METÁLICA	SIM	
1.4	PROJETO HIDROSSANITÁRIO	NÃO	QUANTIDADE INSUFICIENTE
1.5	PROJETO REDES ELÉTRICAS	SIM	
1.6	PROJETO TELEFÔNICO	SIM	
1.7	PROJETO DE LÓGICA	SIM	
1.8	PROJETO SIST. CABEAMENTO ESTRUTURADO (VOZ, DADOS E SONORIZAÇÃO)	SIM	
1.9	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO	NÃO	SEM CAT
1.10	PROJETO DE SONORIZAÇÃO	NÃO	SEM CAT
1.11	PROJETO DE ALARME E CFTV	NÃO	SEM CAT
1.12	PROJETO SPDA	SIM	
1.13	PROJETO CENTRAL DE GPL	NÃO	SEM CAT
1.14	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA	SIM	
GRUPO 2 - PROJETOS PARA EDIFICIOS ADMINISTRATIVOS			
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**HABILITADO**	**JUSTIFICATIVA**
2.1	PROJETO ARQUITETÔNICO, INCLUSIVE DE ACESSIBILIDADE	SIM	
2.2	PROJETO ESTRUTURAL, INCLUSIVE FUNDAÇÃO	SIM	
2.3	PROJETO DE ESTRUTURA METÁLICA	SIM	
2.4	PROJETO HIDROSSANITÁRIO	SIM	
2.5	PROJETO REDES ELÉTRICAS	SIM	
2.6	PROJETO TELEFÔNICO	SIM	
2.7	PROJETO DE LÓGICA	SIM	
2.8	PROJETO SIST. CABEAMENTO ESTRUTURADO (VOZ, DADOS E SONORIZAÇÃO)	SIM	
2.9	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO	NÃO	SEM CAT
2.10	PROJETO DE SONORIZAÇÃO	NÃO	SEM CAT
2.11	PROJETO DE CLIMATIZAÇÃO E CONFORTO AMBIENTAL	NÃO	SEM CAT
2.12	PROJETO DE ALARME E CFTV	NÃO	SEM CAT
2.13	PROJETO SPDA	SIM	
2.14	PROJETO CENTRAL DE GPL	NÃO	SEM CAT
2.15	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA	SIM	
GRUPO 3 - PROJETOS DE EDIFICIOS HOSPITALARES DE SAÚDE			
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**HABILITADO**	**JUSTIFICATIVA**
3.1	PROJETO ARQUITETÔNICO, INCLUSIVE DE ACESSIBILIDADE	NÃO	SEM CAT
3.2	PROJETO ESTRUTURAL, INCLUSIVE FUNDAÇÃO	SIM	
3.3	PROJETO DE ESTRUTURA METÁLICA	SIM	
3.4	PROJETO HIDROSSANITÁRIO	NÃO	QUANTIDADE INSUFICIENTE
3.5	PROJETO REDES ELÉTRICAS	SIM	
3.6	PROJETO TELEFÔNICO	SIM	
3.7	PROJETO DE LÓGICA	SIM	
3.8	PROJETO SIST. CABEAMENTO ESTRUTURADO (VOZ, DADOS E SONORIZAÇÃO)	SIM	
3.9	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO	NÃO	SEM CAT
3.10	PROJETO DE SONORIZAÇÃO	NÃO	SEM CAT
3.11	PROJETO DE CLIMATIZAÇÃO E CONFORTO AMBIENTAL	NÃO	SEM CAT
3.12	PROJETO DE ALARME E CFTV	NÃO	SEM CAT
3.13	PROJETO SPDA	SIM	
3.14	PROJETO DE CHAMADA DE ENFERMEIRA	NÃO	SEM CAT
3.15	PROJETO DE GASES MEDICINAIS	NÃO	SEM CAT
3.16	PROJETO CENTRAL DE GPL	NÃO	SEM CAT
3.17	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA		
GRUPO 4 - PROJETOS DE CENTRO DE CONVENÇÃO E EXPOSIÇÃO			
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**HABILITADO**	**JUSTIFICATIVA**
4.1	PROJETO ARQUITETÔNICO, INCLUSIVE DE ACESSIBILIDADE	NÃO	SEM CAT
4.2	PROJETO ESTRUTURAL, INCLUSIVE FUNDAÇÃO	SIM	
4.3	PROJETO DE ESTRUTURA METÁLICA	SIM	
4.4	PROJETO HIDROSSANITÁRIO	NÃO	QUANTIDADE INSUFICIENTE
4.5	PROJETO REDES ELÉTRICAS	SIM	
4.6	PROJETO TELEFÔNICO	SIM	
4.7	PROJETO DE LÓGICA	SIM	
4.8	PROJETO SIST. CABEAMENTO ESTRUTURADO (VOZ, DADOS E SONORIZAÇÃO)	SIM	
4.9	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO	NÃO	SEM CAT
4.10	PROJETO DE SONORIZAÇÃO	NÃO	SEM CAT
4.11	PROJETO DE CLIMATIZAÇÃO E CONFORTO AMBIENTAL	NÃO	SEM CAT
4.12	PROJETO DE ALARME E CFTV	NÃO	SEM CAT
4.13	PROJETO SPDA	SIM	
4.14	PROJETO CENTRAL DE GPL	NÃO	SEM CAT
4.15	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA	SIM	
GRUPO 5 - PROJETO DE INFRAESTRUTURA (PAVIMENTAÇÃO E RESTAURAÇÃO)			
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**HABILITADO**	**JUSTIFICATIVA**
5.1	ESTUDOS DE TRÁFEGO	NÃO	SEM CAT

5.2	ESTUDOS HIDROLÓGICOS	NÃO	SEM CAT
5.3	ESTUDOS DO TRAÇADO	NÃO	SEM CAT
5.4	LEVANTAMENTO TOPOGRAFICO PLANIALTIMETRICO ATE 1 HECTARE	NÃO	SEM CAT
5.5	LEVANTAMENTO TOPOGRAFICO PLANIALTIMETRICO 1 A 5 HECTARES	NÃO	SEM CAT
5.6	LEVANTAMENTO TOPOGRAFICO PLANIALTIMETRICO ACIMA 5 HECTARES	NÃO	SEM CAT
5.7	ESTUDOS GEOTÉCNICOS	NÃO	SEM CAT
5.8	ESTUDOS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL	NÃO	SEM CAT
5.9	PROJETO GEOMÉTRICO	SIM	
5.10	PROJETO TERRAPLENAGEM	SIM	
5.11	PROJETO DRENAGEM	SIM	
5.12	PROJETO PAVIMENTAÇÃO	SIM	
5.13	PROJETO DE INTERSEÇÕES E ACESSOS	NÃO	SEM CAT
5.14	PROJETO DE SINALIZAÇÃO	SIM	
5.15	PROJETO DE OBRAS COMPLEMENTARES		
5.16	PROJETO AMBIENTAL	NÃO	SEM CAT
5.17	PROJETO DE DESAPROPRIAÇÃO	NÃO	SEM CAT
5.18	PROJETO DE PAISAGISMO E URBANISMO	NÃO	SEM CAT
5.19	PROJETO DE REDE DE ÁGUA	SIM	
5.20	PROJETO DE REDE DE ESGOTO	SIM	
5.21	PROJETO DE REDE ELÉTRICA E ILUMINAÇÃO PÚBLICA	SIM	
5.22	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA	SIM	
GRUPO 6 - PROJETO DE PARQUES, PRAÇAS E QUADRAS			
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**HABILITADO**	**JUSTIFICATIVA**
6.1	PROJETO ARQUITETÔNICO, INCLUSIVE DE ACESSIBILIDADE	NÃO	SEM CAT
6.2	PROJETO DE REDE ELÉTRICA E ILUMINAÇÃO	SIM	
6.3	PROJETO HIDROSSANITÁRIO, COM DRENAGEM E IRRIGAÇÃO	NÃO	SEM CAT
6.4	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA	SIM	
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**HABILITADO**	**JUSTIFICATIVA**
7.1	LAUDO DE SONDAGEM SPT ATÉ 10 m	SIM	
7.2	PROJETO DE OBRAS DE ARTES ESPECIAIS	NÃO	SEM CAT
7.3	PROJETO DE PAISAGISMO E URBANISMO	NÃO	SEM CAT
7.4	PROJETO DE TERRAPLENAGEM	SIM	
7.5	LEVANTAMENTO TOPOGRAFICO PLANIALTIMETRICO DE IMÓVEIS	NÃO	SEM CAT

Abre-se o prazo conforme Art. 109, a) da Lei 8.666/93.

Água Boa, 18 de março de 2022.

Adriana Cândido Pacheco

Presidente da Comissão de Licitação

AVISO DE RESULTADO

PROCESSO Nº. 171/2021

CHAMADA PÚBLICA PARA CREDENCIAMENTO 002/2021.

O Município de Água Boa-MT, através da Comissão Permanente de Licitação torna público o resultado da análise dos documentos de habilitação acima referenciada que tem por objeto: Credenciamento de empresas especializadas para a contratação de serviços técnicos de engenharia, arquitetura nas atividades de elaboração de projetos executivo, para edifícios educacionais, administrativos, hospitalares e saúde, projeto de infraestrutura (pavimentação e restauração), projeto de parques, praças e quadras, laudo de sondagem SPT, projeto de obras de artes especiais, projeto de paisagismo e urbanismo, projeto de terraplenagem, levantamento topográfico planialtimétrico cadastral, no âmbito do município de Água Boa, sempre que houver interesse previamente manifestado pela PREFEITURA, de acordo com os critérios, termos e condições estabelecidas neste edital e seus anexos, que o integram e complementam, conforme segue:

Empresa **PRONTO ENGENHARIA EIRELI-ME, CNPJ: 17.312.185/0001-72**, conforme ATA 013/2022.

GRUPO 1 - PROJETOS PARA EDIFICIOS EDUCACIONAIS		
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**HABILITADO**
1.5	PROJETO REDES ELÉTRICAS	SIM
1.6	PROJETO TELEFÔNICO	SIM
1.7	PROJETO DE LÓGICA	SIM
1.8	PROJETO SIST. CABEAMENTO ESTRUTURADO (VOZ, DADOS E SONORIZAÇÃO)	SIM
1.9	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO	SIM
1.10	PROJETO DE SONORIZAÇÃO	SIM
1.11	PROJETO DE ALARME E CFTV	SIM
1.12	PROJETO SPDA	SIM
1.13	PROJETO CENTRAL DE GPL	SIM
GRUPO 2 - PROJETOS PARA EDIFICIOS ADMINISTRATIVOS		
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**HABILITADO**
2.8	PROJETO SIST. CABEAMENTO ESTRUTURADO (VOZ, DADOS E SONORIZAÇÃO)	SIM
2.9	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO	SIM
2.10	PROJETO DE SONORIZAÇÃO	SIM
2.11	PROJETO DE CLIMATIZAÇÃO E CONFORTO AMBIENTAL	NÃO
2.12	PROJETO DE ALARME E CFTV	SIM
2.13	PROJETO SPDA	SIM
2.14	PROJETO CENTRAL DE GPL	SIM
GRUPO 3 - PROJETOS DE EDIFICIOS HOSPITALARES DE SAÚDE		
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**HABILITADO**
3.7	PROJETO DE LÓGICA	SIM
3.8	PROJETO SIST. CABEAMENTO ESTRUTURADO (VOZ, DADOS E SONORIZAÇÃO)	SIM
3.9	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO	SIM
3.10	PROJETO DE SONORIZAÇÃO	SIM
3.11	PROJETO DE CLIMATIZAÇÃO E CONFORTO AMBIENTAL	NÃO
3.12	PROJETO DE ALARME E CFTV	SIM
3.13	PROJETO SPDA	SIM
3.14	PROJETO DE CHAMADA DE ENFERMEIRA	SIM
3.15	PROJETO DE GASES MEDICINAIS	SIM
3.16	PROJETO CENTRAL DE GPL	SIM
GRUPO 4 - PROJETOS DE CENTRO DE CONVENÇÃO E EXPOSIÇÃO		
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**HABILITADO**
4.1	PROJETO ARQUITETÔNICO, INCLUSIVE DE ACESSIBILIDADE	NÃO
4.7	PROJETO DE LÓGICA	SIM
4.8	PROJETO SIST. CABEAMENTO ESTRUTURADO (VOZ, DADOS E SONORIZAÇÃO)	SIM
4.9	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO	SIM
4.10	PROJETO DE SONORIZAÇÃO	SIM
4.11	PROJETO DE CLIMATIZAÇÃO E CONFORTO AMBIENTAL	NÃO
4.12	PROJETO DE ALARME E CFTV	SIM
4.13	PROJETO SPDA	SIM
4.15	PROJETO CENTRAL DE GPL	SIM
GRUPO 5 - PROJETO DE INFRAESTRUTURA (PAVIMENTAÇÃO E RESTAURAÇÃO)		
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**HABILITADO**
5.1	ESTUDOS DE TRÁFEGO	NÃO
5.2	ESTUDOS HIDROLÓGICOS	NÃO
5.3	ESTUDOS DO TRAÇADO	NÃO
5.4	LEVANTAMENTO TOPOGRAFICO PLANIALTIMETRICO ATE 1 HECTARE	NÃO
5.5	LEVANTAMENTO TOPOGRAFICO PLANIALTIMETRICO 1 A 5 HECTARES	NÃO
5.6	LEVANTAMENTO TOPOGRAFICO PLANIALTIMETRICO ACIMA 5 HECTARES	NÃO
5.7	ESTUDOS GEOTÉCNICOS	NÃO
5.8	ESTUDOS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL	NÃO
5.9	PROJETO GEOMÉTRICO	NÃO
5.10	PROJETO TERRAPLENAGEM	NÃO
5.11	PROJETO DRENAGEM	NÃO
5.12	PROJETO PAVIMENTAÇÃO	NÃO
5.13	PROJETO DE INTERSEÇÕES E ACESSOS	NÃO
5.14	PROJETO DE SINALIZAÇÃO	NÃO
5.15	PROJETO DE OBRAS COMPLEMENTARES	NÃO

5.16	PROJETO AMBIENTAL	NÃO
5.17	PROJETO DE DESAPROPRIAÇÃO	NÃO
5.18	PROJETO DE PAISAGISMO E URBANISMO	NÃO
5.19	PROJETO DE REDE DE ÁGUA	NÃO
5.20	PROJETO DE REDE DE ESGOTO	NÃO
5.21	PROJETO DE REDE ELÉTRICA E ILUMINAÇÃO PÚBLICA	NÃO
5.22	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA	NÃO
GRUPO 6 - PROJETO DE PARQUES, PRAÇAS E QUADRAS		
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**HABILITADO**
6.1	PROJETO ARQUITETÔNICO, INCLUSIVE DE ACESSIBILIDADE	NÃO
6.2	PROJETO DE REDE ELÉTRICA E ILUMINAÇÃO	SIM
GRUPO 7 - GERAIS		
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**HABILITADO**
7.2	PROJETO DE OBRAS DE ARTES ESPECIAIS	NÃO
7.3	PROJETO DE PAISAGISMO E URBANISMO	NÃO
7.4	PROJETO DE TERRAPLENAGEM	NÃO

Abre-se o prazo conforme Art. 109, a) da Lei 8.666/93.

Água Boa, 18 de março de 2022.

Adriana Cândido Pacheco

Presidente da Comissão de Licitação

LICITAÇÕES
RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETÔNICO Nº 008/2022.

A Pregoeira da Prefeitura Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, designada pelo Decreto nº. 3768/2022; torna público o resultado da sessão que se realizou na data de 14/03/2022, licitação na modalidade de Pregão Eletrônico nº 008/2022 cujo o objeto é: Futura Aquisição de patrulha mecanizada conforme convênio n/ 921365 da SUDAM atendendo a secretaria de desenvolvimento do município de Água Boa-MT, que teve como vencedoras as empresas: PUMA COMERCIA EIRELI, CNPJ: 23.655.349/0001-67 e TERRAMAQ INSUMOS AGRICOLAS EIRELI, CNPJ 36.929.543/0001-35.

Água Boa - MT, 18 de março de 2022.

Lilian Bitencourt

Pregoeira

LICITAÇÕES E CONTRATOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 040/2022.

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 030/2022

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 006/2022

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA MT.

FORNECEDOR REGISTRADO: ÁGUA BOA PEÇAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS LTDA

OBJETO: Aquisição de equipamentos para máquina agrícola, conforme convênio N° 1678-2021 processo 252992/2021 da secretaria de estado de MATO GROSSO para atender a secretaria de desenvolvimento no Município de Água Boa-MT.

COD	NOME	UND DE FORN	MARCA	QTD	VLR. UNT	TOTAL
3965081	CARRETA AGRÍCOLA BASCULANTE	UND	LUMA CAB	1,00	26.110,00	26.110,00

Valor Total R$ 26.110,00 (Vinte e seis mil e cento e dez reais).

DATA: 16 de março de 2022

VIGÊNCIA: 12 MESES

Mariano Kolankiewicz Filho

PREFEITO MUNICIPAL

CONVOCAÇÃO: FICA A EMPRESA CONVOCADA A ASSINAR A ARP DENTRO DO PRAZO PREVISTO NO EDITAL.

LICITAÇÕES E CONTRATOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 041/2022.

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 030/2022

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 006/2022

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA MT.

FORNECEDOR REGISTRADO: PUMA COMERCIAL EIRELI

OBJETO: Aquisição de equipamentos para máquina agrícola, conforme convênio N° 1678-2021 processo 252992/2021 da secretaria de estado de MATO GROSSO para atender a secretaria de desenvolvimento no Município de Água Boa-MT.

COD	NOME	UND DE FORN	MARCA	QTD	VLR. UNT	TOTAL
3965080	GRADE ARADORA COM 18 DISCOS	UND	PUMA AGRÍCOLA PGAICR	1,00	57.999,99	57.999,99

Valor Total R$ 57.999,99 (Cinquenta e sete mil e novecentos e noventa e nove mil e noventa e nove reais).

DATA: 16 de março de 2022

VIGÊNCIA: 12 MESES

Mariano Kolankiewicz Filho

PREFEITO MUNICIPAL

CONVOCAÇÃO: FICA A EMPRESA CONVOCADA A ASSINAR A ARP DENTRO DO PRAZO PREVISTO NO EDITAL.

LICITAÇÕES E CONTRATOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 039/2022.

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 032/2022

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 007/2022

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA MT.

FORNECEDOR REGISTRADO: TERRAMAQ INSUMOS AGRÍCOLAS EIRELI

OBJETO: Aquisição de trator agrícola, conforme convênio N° 914344/2022 da SUDECO para atender a secretaria de desenvolvimento no Município de Água Boa-MT.

COD	NOME	UND DE FORN	MARCA	QTD	VLR. UNT	TOTAL
3965158	TRATOR AGRÍCOLA COM CABINE, POTÊNCIA MÍNIMA DE 78 VC, MOTOR A DIESEL, COM NO MÍNIMO 3 CILINDROS, TRAÇÃO 4X4.	UND	SOLIS 90	1,00	302.900,00	302.900,00

Valor Total R$ 302.900,00 (Trezentos e dois mil e novecentos reais).

DATA: 16 de março de 2022

VIGÊNCIA: 12 MESES

Mariano Kolankiewicz Filho

PREFEITO MUNICIPAL

CONVOCAÇÃO: FICA A EMPRESA CONVOCADA A ASSINAR A ARP DENTRO DO PRAZO PREVISTO NO EDITAL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2018 EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 011 /2022.

O Prefeito Municipal de Alto Garças-MT, Estado de Mato Grosso, Sr. Claudinei Singolano, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, da Lei 292/1990 e suas alterações posteriores:

CONSIDERANDO, o resultado final do Concurso Público **001/2018** em vigência e sua devida homologação, segundo a ordem de classificação das vagas ofertadas, e, ante a elevada demanda tanto na seara judicial bem como o suporte jurídico dado a toda estrutura administrativas realizado pela Procuradoria Municipal, com emissão de pareceres, analises de leis, defesa em juízo e fora dele, audiências e demais funções do cargo, a necessidade se faz presente dada a natureza das funções ininterruptas prestados pelo poder publico, e, para fim de atender as necessidades da procuradoria jurídica, a existência de vaga e candidato aprovado no prazo de vigência do concurso supra;

O Sr. CLAUDINEI SINGOLANO, Prefeito Municipal de Alto Garças-MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições e de acordo com o Resultado Final do Concurso Público nº 001/2018, **CONVOCA** os candidatos abaixo relacionados a comparecerem na sede da Prefeitura Municipal de Alto Garças, no Setor de Recursos Humanos, situado na Rua Dom Aquino, nº 346, Centro, no Horário das 12:00 às 18:00 horas, no prazo de **30 (trinta**) dias, a contar do primeiro dia útil seguinte à publicação deste Edital, para admissão e posse no serviço público, munidos dos documentos constantes do Edital, **sob pena de ser considerado desistente**, ocasionando a perda da respectiva vaga:

RELAÇÃO DOS CANDITATOS (AS) CONVOCADOS (AS):

CARGO: 020 – Procurador Jurídico.

INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	DATA DE NASCIMENTO	COLOCAÇÃO
000000311	GISLAINE SARA MOREIRA MORAES MARTINS	09/06/1974	7º

Alto Garças- MT, 18 de Março de 2022.

CLAUDINEI SINGOLANO

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE POSSE EM CONCURSO PÚBLICO

Ao decimo oitavo dia do mês de março de dois mil e vinte e dois, na Gerência de Recursos Humanos, eu, **HUGO BORGES DE OLIVEIRA LEMOS**, Secretário de Administração da Prefeitura Municipal de Alto Garças - MT, no uso das atribuições que me confere o cargo, dou posse a **ALESSANDRA MACHADO CAJANGO**, brasileira, casada, portadora da Carteira de Identidade nº. 5.968.966-5 SESP/PR e CPF nº 028.692.669-52, para o **Cargo de Enfermeira "40 hs", c**om carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em cumprimento ao mandado de intimação da sentença favorável xarada nos **Autos da Apelação Civil nº 000043.-26.2018.8.11. 035** e Portaria de Nomeação **nº 077/2022**, sendo inicialmente lotada na Secretaria Municipal de Saúde, assumindo a mesma o compromisso de cumprir fielmente os deveres do cargo, e os constantes da Legislação Municipal pertinente.

A Servidora declara que está tomando posse para o exercício do cargo no Regime Estatutário e quem esta **DISPENSADA** de cumprir o período de 36 (trinta e seis) meses, de estagio probatório em conformidade a decisão Judicial mencionada acima que manteve o tempo de serviço e a classe "B" de progressão da carreira, inalterado dado ao período que laborou na qualidade de servidora efetiva ocorrido entre 25/03/2013 a 21/02/2018. Mantem-se as normas do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Alto Garças e Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos da Administração Pública do Município de Alto Garças para fins de direito.

Alto Garças - MT, 18 de março de 2022.

CLAUDINEI SINGOLANO

Prefeito Municipal

HUGO BORGES DE OLIVEIRA LEMOS

Secretário de Administração

VERA LÚCIA BESSA DE CARVALHO

Gerência de Recursos Humanos

De acordo,

ALESSANDRA MACHADO CAJANGO

Servidora

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE POSSE EM CONCURSO PÚBLICO

Ao décimo quarto dia do mês de março de dois mil e vinte e dois, na Gerência de Recursos Humanos, eu, **HUGO BORGES DE OLIVEIRA LEMOS**, Secretário de Administração da Prefeitura Municipal de Alto Garças - MT, no uso das atribuições que me confere o cargo, dou posse a **GISELE BENTO FERREIRA,** brasileira, solteira, portadora da Carteira de Identidade nº. 2111341-6 SSP/MT e CPF nº 019.896.411-05, para o **Cargo de Auxiliar de serviços Gerais c**om carga horária de 40(quarenta) horas semanais, em cumprimento ao Edital de Convocação nº 007/2022, e Portaria de Nomeação nº 65/2022, sendo inicialmente lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, assumindo a mesma o compromisso de cumprir fielmente os deveres do cargo, e os constantes da Legislação Municipal pertinente.

A Servidora declara que está tomando posse para o exercício do cargo no Regime Estatutário e que somente adquirirá a estabilidade no serviço público municipal se for aprovada no estágio probatório durante o período de 36 (trinta e seis) meses, de acordo com as normas do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Alto Garças e Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos da Administração Pública do Município de Alto Garças.

Alto Garças - MT, 14 de março de 2022.

CLAUDINEI SINGOLANO

Prefeito Municipal

HUGO BORGES DE OLIVEIRA LEMOS

Secretário de Administração

VERA LÚCIA BESSA DE CARVALHO

Gerência de Recursos Humanos

De acordo,

GISELE BENTO FERREIRA

Servidora

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 060 DE 08 MARÇO DE 2022.

"Desliga a servidora pública municipal SEBASTIANA RIBEIRO PINTO dos quadros da Municipalidade em virtude de concessão do benefício de aposentadoria previdenciária por idade e declara a vacância do respectivo cargo público e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS–MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas na Lei Orgânica do Município combinado com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e;

CONSIDERANDO, a Carta de Concessão de Aposentadoria por Idade emitida pela Providência Social – NB nº 203.177.495-0 em nome da mencionada servidora pública, protocolada junto ao Setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração;

CONSIDERANDO, que o parágrafo único do art. 53, da Lei Municipal nº 292/90, com nova redação proposta pela Lei Municipal nº 886/2011, determina que a aposentadoria do servidor público extingue automaticamente o vínculo com a administração pública;

CONSIDERANDO, que o art. 53, da Lei Municipal nº 292/90, em seu inciso VII, determina que ocorrerá a vacância do cargo público em caso de aposentadoria do servidor;

R E S O L V E:

Art. 1° - **DESLIGAR** a servidora pública municipal **SEBASTIANA RIBEIRO PINTO**, lotada no cargo de Agente Administrativo, portadora do Registro Geral n° 431 176 SSP/MT e inscrita no CPF/MF sob n° 941332471-91, em virtude de concessão do benefício de aposentadoria previdenciária por Idade, bem como declarar a vacância do cargo acima especificado, nos termos do art. 53, inciso VII, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Parágrafo Único - Determinar à Gerência de Recursos Humanos da Secretaria de Administração proceder às providências cabíveis de que trata o caput deste artigo, na forma da legislação vigente que disciplina a matéria.

Art. 2° - Esta Portaria produzirá seus efeitos legais a partir de 31 de março de 2022.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Alto Garças-MT, em 08 de Março de 2022.

CLAUDINEI SINGOLANO

Prefeito Municipal de Alto Garças-MT.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE POSSE EM CONCURSO PÚBLICO

Ao décimo oitavo dia do mês de março de dois mil e vinte e dois, na Gerência de Recursos Humanos, eu, **HUGO BORGES DE OLIVEIRA LEMOS**, Secretário de Administração da Prefeitura Municipal de Alto Garças - MT, no uso das atribuições que me confere o cargo, dou posse a **Erica Michele Souza de Jesus,** brasileira, solteira, portadora da Carteira de Identidade nº. 1453185-2 SSP/MT e CPF nº 007.140.521-67, para o **Cargo de Auxiliar de serviços Gerais c**om carga horária de 40(quarenta) horas semanais, em cumprimento ao Edital de Convocação nº 008/2022, e Portaria de Nomeação nº 65/2022, sendo inicialmente lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, assumindo a mesma o compromisso de cumprir fielmente os deveres do cargo, e os constantes da Legislação Municipal pertinente.

A Servidora declara que está tomando posse para o exercício do cargo no Regime Estatutário e que somente adquirirá a estabilidade no serviço público municipal se for aprovada no estágio probatório durante o período de 36 (trinta e seis) meses, de acordo com as normas do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Alto Garças e Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos da Administração Pública do Município de Alto Garças.

Alto Garças - MT, 18 de março de 2022.

CLAUDINEI SINGOLANO

Prefeito Municipal

HUGO BORGES DE OLIVEIRA LEMOS

Secretário de Administração

VERA LÚCIA BESSA DE CARVALHO

Gerência de Recursos Humanos

De acordo,

ERICA MICHELE SOUZA DE JESUS

Servidora

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO/RH
PORTARIA 63/2022

PORTARIA 63/2022

O Prefeito Municipal de Alto Paraguai – MT, **ADAIR JOSÉ ALVES MOREIRA** no uso de suas atribuições que lhe confere o cargo.

RESOLVE:

Art. 1º. – NOMEAR a Srª. **MARLY BARBOSA DE ALMEIDA** portadora do **RG Nº 056.481-8 SSP/MT e do CPF Nº 206.747.241.00**, para exercer o cargo em comissão de **DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIOR-**

DAS 5 – CHEFE DO DEPARTAMENTO DE INFORMAÇÃO APLIC , junto a Secretaria Municipal de Receita e Controle.

Art. 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com eficácia financeira do dia 03/03/2022 revogada as disposições em contrário**.**

Publica-se;

Registra-se;

Cumpra-se;

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Paraguai–MT. 09 de Março de 2022.

ADAIR JOSÉ ALVES MOREIRA

PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE RESULTADO DA ANÁLISE DA PROPOSTA DE PREÇOS RDC

AVISO DE RESULTADO DA ANÁLISE DA PROPOSTA DE PREÇOS RDC

PRESENCIAL - EDITAL N. 002/2022

Objeto: Pavimentação, Recapeamento e Recuperação asfáltica, Drenagem de Águas Pluviais e Sinalização Viária em diversas ruas do perímetro urbano no município de Alto Paraguai, objeto do convênio SINFRA/Nº 1070/2021, por meio da Comissão Permanente de Licitação - CPL, designada pela Portaria nº 043/2022, de 11 de Fevereiro de 2022, publicada no Diário Oficial do Estado - DOE n.28.188, de 17/02/2021, página 98, torna público o resultado do julgamento da fase de análise da proposta, da qual a empresa **TRANSPORTADORA E TERRAPLANAGEM AMORIM LTDA inscrita no CNPJ nº 12.141.988/0001-98** foi declarada vencedora da fase de lance do certame, com o **valor de R$ 3.222,945,24 (Três milhões duzentos e vinte e dois mil, novecentos e quarenta e cinco reais e vinte e quatro centavos).** A íntegra do julgamento da análise da proposta de preço, contendo os motivos de fato e de direito expostos pela comissão processante encontram-se insertos na Ata do Resultado do Julgamento da análise da proposta de preços da licitante vencedora da etapa de lances, que poderá ser obtida no setor de licitações e contratos da Prefeitura de Alto Paraguai/MT no endereço: Rua presidente Médici nº 470, Bairro Planalto, CEP: 78.410-000. A CPL comunica que os autos estão franqueados aos interessados de direito, para vistas, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a partir desta publicação.

Alto Paraguai/MT, 18 de março de 2022.

Wisley Ribeiro do Amaral

Presidente da Comissão Permanente de Licitação Alto Paraguai/MT

Visto:

Adair José Alves Moreira

Prefeito Municipal de Alto Paraguai/MT

EXTRATO DE ADESÃO CARONA Nº 003/2022

O Prefeito Municipal de Alto Paraguai, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais e estando de conformidade com a legislação pertinente, torna pública a ADESÃO CARONA Nº 003/2022 a Adesão a ata de Registros de Preços do Pregão Presencial 149/2021, processo administrativo n° 164/LIC/SEFAZ/2021 do Município de Santa Cruz do Sul/RS, cujo objeto: Contratação de Pessoa Jurídica para Implantação do projeto de instalação de câmeras de Videomonitoramento e OCR para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Alto Paraguai/MT de acordo com o Termo de Convênio nº 1945/2021 da Secretaria de Estado de Segurança publica do Estado de Mato Grosso.

A Prefeitura Municipal de Alto Paraguai – MT contratará a empresa**DGT TECNOLOGIA LTDA - CNPJ: 08.482.495/0002-25**, detentora da Ata de Registros de Preços acima mencionado, aderida através desse procedimento.

A íntegra do ato da Adesão Carona e demais documentos encontram-se nos autos, na sede da Prefeitura Municipal de Alto Paraguai - MT.

Fundamento legal: Regida pela lei Federal n° 10.520, de 17 de junho de 2002 e subsidiariamente pela lei Federal n° 8.666 de 21/06/93 (com alterações da lei 8883/94 e da lei n° 9.648/98) e ainda pelo Decreto Federal n° 7.892/2013.Alto Paraguai - MT, 18 de março de 2022.

ADAIR JOSÉ ALVES MOREIRA

PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO RDC PRESENCIAL

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO RDC PRESENCIAL PROCESSO N°: 004/2022

EDITAL N° 004/2022

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI, mediante a COMISSÃO PERMANENTE de Licitação, designada pela Portaria nº 43, de 11 de fevereiro de 2022, publicada no Diário Oficial dos Municípios, em 15/02/2022, torna público para conhecimento dos interessados que a Licitação xxxx nº 01/2018, objeto: **AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMETNO DE ÁGUA DA SEDE DO MUNICÍPIO DE ALTO PARAGUAI - CONVÊNIO SINFRA/Nº 1313/2021,** que estava marcado para o dia 22/03/2022, está suspensa em virtude da readequação do projeto executivo. O edital será republicado em uma nova data para abertura do certame. Os interessados poderão obter informações detalhadas de segunda a sexta-feira, das 07:00h as 11:00h e das 13:00 às 17:00, no departamento de Licitação da Prefeitura Municipal de Alto Paraguai, sito a Avenida Presidente Médici, nº 470, Bairro Planalto. Contato: telefone (65) 2123.1299 ou através do e-mail: licitacao@altoparaguai.mt.gov.br

Alto Paraguai, 18 de Fevereiro de 2022.

Wisley Ribiero do Amaral

Presidente da CPL

RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DO CONTRATO Nº 141/2021

RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DO CONTRATO Nº 141/2021

ONDE SE LÊ:

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ALTO PARAGUAI– MT.

CONTRATADO: CIMEL ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES, inscrita no CNPJ n. 06.067.718/0001-81, sediada na Rua Gabriel Angelo, nº 3.660, bairro Jardim Aeroporto, Tangará da Serra-MT

OBJETO RESUMIDO DO CONTRATO: AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO, ADUELAS, MEIO FIO E DEMAIS MATERIAIS PARA RECUPERAÇÃO DA CANALIZAÇÃO DE ÁGUA PLUVIAL DO PERÍMETRO URBANO PARA A SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI-MT

VALOR DO CONTRATO: R$ 1.034.750,00 (um milhão e trinta e quatro mil Setecentos e cinquenta reais).

DATA DA EMISSÃO: 09/06/2021.

O PRESENTE CONCRETO POSSUI VALIDADE DE 30(trinta) DIAS./2021

LEIA –SE

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ALTO PARAGUAI– MT.

CONTRATADO: CIMEL ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES, inscrita no CNPJ n. 06.067.718/0001-81, sediada na Rua Gabriel Angelo, nº 3.660, bairro Jardim Aeroporto, Tangará da Serra-MT

OBJETO RESUMIDO DO CONTRATO: AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO, ADUELAS, MEIO FIO E DEMAIS MATERIAIS PARA RECUPERAÇÃO DA CANALIZAÇÃO DE ÁGUA PLUVIAL DO PERÍMETRO URBANO PARA A SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI-MT

VALOR DO CONTRATO: R$ 1.034.750,00 (um milhão e trinta e quatro mil Setecentos e cinquenta reais).

DATA DA EMISSÃO: 09/06/2021.

O PRESENTE CONCRETO POSSUI VALIDADE DE 12 (doze) meses.

JURIDICO
TERMO DE RESCISÃO CONTRATO N.º 216/2021

TERMO DE RESCISÃO

CONTRATO N.º 216/2021

Por este instrumento particular de Contrato por PRAZO CERTO E DETERMINADO que entre si FAZEM o Município de Alto Paraguai - MT, com sede administrativa nesta cidade, sita à Avenida Presidente Médice, n.º 470, Bairro Bela Vista inscrito no CNPJ/MF n° 03.648.532/0001-28, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **ADAIR JOSE ALVES MOREIRA**, brasileiro, casado, Advogado, portadora da Carteira de Identidade RG sob n.º 09287868 SSP/MT, e inscrita no CPF sob n.º 604.418.441-20, que doravante denominada, simplesmente de **CONTRATANTE** e de outro lado o (a) Sr (a) . **ALCIONE CAMPOS DE OLIVEIRA ,** RG n.º 1113229-9 **SSP/**MT e inscrita no CPF sob o n.º 841.879.481-04.**,** residente e domiciliado na Avenida Getulio Vargas, Bairro Bela Vista EM ALTO PARAGUAI MT, CEP 78410-000, **RESOLVE** celebrar o presente TERMO DE RESCISÃO , segundo as clausulas e condições seguintes:

CLÀUSULA PRIMEIRA DO OBJETO DA RESCISÃO.

1.1. Constitui objeto deste termo a rescisão do Contrato n° 216/2021, a partir da data do dia 16/03/2022.

CLÁUSULA 2ª. DO DISTRATO.

Por força da presente rescisão, as partes dão por terminado o Contrato de n.º 216/2021, nada mais tendo a reclamar uma da outra, a qualquer titulo e em qualquer época, relativamente às obrigações assumidas no ajuste ora rescindidas.

CLAUSULA 3ª. DO FORO

Para dirimir as questões oriundas do presente instrumento, é competente o foro da Comarca de Diamantino/MT.

CLAUSULA 4ª. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

E por estarem de acordo com todas as condições e termos aqui explicitados, assinam as partes o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com 02 (duas) testemunhas, que será devidamente publicado.

Prefeitura Municipal de Alto Paraguai-MT, 18 de Março de 2022.

ADAIR JOSÉ ALVES MOREIRA	ALCIONE CAMPOS DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal	Contratada

_____

_____

1ª. Testemunha 2ª. Testemunha

AVISO DE CONVOCAÇÃO DO SEGUNDO COLOCADO - RDC PRESENCIAL Nº 03/2022

AVISO DE CONVOCAÇÃO DO SEGUNDO COLOCADO - RDC PRESENCIAL Nº 03/2022

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI, mediante a COMISSÃO PERMANENTE de Licitação, designada pela Portaria nº 43, de 11 de fevereiro de 2022, publicada no Diário Oficial dos Municípios, em 15/02/2022, torna público para conhecimento dos interessados, e em especial aos participantes do RDC PRESENCIAL nº 003/2022, conforme sessão ocorrida em 15 de março de 2022, que em virtude da manifestação de desistência da primeira colocada, CONVOCA o licitante remanescente, na ordem de classificação, UNIDAS CONSTRUTORA LTDA, CNPJ nº 01.865.426/0001-70, para no prazo de 2(dois) dias úteis comparecer na Prefeitura Municipal de Alto Paraguai sito a Avenida Presidente Médici, nº 400, Bairro Planalto. Para entregar os documentos de habilitação à Comissão Permanente de Licitação-CPL. Prazo de entrega até o dia 23/03/2022 ás 17:00hs. Caso não aceite será convocado o terceiro classificado.

Wisley Ribeiro do Amaral

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO/RH
DECRETO MUNICIPAL Nº 17 DE 18 DE MARÇO DE 2022

DECRETO MUNICIPAL Nº 17 DE 18 DE MARÇO DE 2022

"*DECRETA FERIADO MUNICIPAL E*

SUSPENSÃO DAS ATIVIDADES NOS ORGÃOS DA

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL,

E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI, Estado do Mato Grosso, ADAIR JOSÉ ALVES MOREIRA no uso das atribuições legais;

DECRETA:

CONSIDERANDO: O Feriado Municipal de 19 de março de 2022 onde comemora-se o dia de SÃO JOSÉ.

Art. 1º. Fica Decretado a suspensão do expediente e atividades no dia 19 de março de 2022 a razão do feriado supracitado.

Art. 2º Os dispostos no artigo 1º, não se aplicam aos plantões necessários às atividades de caráter essencial.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de hoje as publicações revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 18 de março de 2022.

Adair Jose Alves Moreira

Prefeito Municipal de Alto Paraguai/MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI

LEI Nº. 1280/2022

"*Dispõe sobre autorização para pagamento de premiação às equipes vencedoras da IV Gincana da Mulher em comemoração ao Dia Internacional da Mulher."*

A Prefeita Municipal de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, Marilda Garofolo Sperandio, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

ARTIGO 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder ao pagamento de premiação para as equipes vencedoras da IV Gincana da Mulher em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, que será realizada no dia 02 de abril de 2022, totalizando um valor de R$ 16.000,00 (dezesseis mil reais) a qual será distribuída da seguinte forma:

I – Premiação:

a) 1º Lugar R$ 5.000,00 (cinco mil reais) + troféu + medalhas;

b) 2º Lugar R$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais) + troféu + medalhas;

c) 3º Lugar R$ 3.000,00 (três mil reais) + troféu + medalhas;

d) 4º Lugar R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) + troféu + medalhas;

e) 5º Lugar R$ 2.000,00 (dois mil reais) + troféu + medalhas.

II – Valor gasto com o Projeto

a) Premiação em dinheiro R$ 16.000,00 (dezesseis mil reais);

ARTIGO 2º - As despesas decorrentes com a aplicação da presente Lei correrão por conta de dotação orçamentária consignada no orçamento vigente:

Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

02.060.0.0.27.812.9110 - 27.812.9110.2134 – 3.3.90.31.00.00 0100000000 - Realizar Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras

ARTIGO 3º - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

ARTIGO 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Taquari-MT, 15 de março de 2022.

Marilda Garofolo Sperandio

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 189/2022.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE RESCISÃO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JULIO CESAR DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são concedidas por Lei.. .

RESOLVE

Artigo 1º - Rescindir o Contrato de Prestação de Serviços nº 093/2021 da Servidora Pública Municipal Srta. **ELIUDE DOS SANTOS DE SOUSA,** portadora da cédula de identidade nº 2416943-9 SESP/MT e inscrita no CPF sob o nº 058.942.451-33,do cargo de Técnica em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação nos lugares de costume, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se

Cumpra-se

Publica-se

Apiacás-MT, 18 de Março de 2022.

JULIO CESAR DOS SANTOS

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº. 071/2022.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO.

JULIO CESAR DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais...

D E C R E T A

Artigo 1º - Fica Nomeada a **Srta. MARINALVA VIANA DA SILVA,** portadora da cédula de identidade nº 3263537 SSP/GO e inscrita no CPF sob o nº 496.382.031-53, para exercer o cargo de **CHEFE DE DIVISÃO III,** lotado na Secretaria Municipal de Urbanismo.

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua afixação ou publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Apiacás - MT, 18 de Março de 2022.

JULIO CESAR DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇO 004/2022

A Prefeitura Municipal de Apiacás, estado de Mato Grosso, comunica que realizará Licitação Modalidade TOMADA DE PREÇO 004/2022, na data de 11/04/2022 as 08:00 (oito) horas (horário de Mato Grosso). OBJETO: OBRA, PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA E DRENAGEM DE AGUAS PLUVIAIS. Conforme Termo de Convenio nº 1224-2021/SINFRA, o edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sala de licitações, Avenida Brasil nº 1059, Paço Municipal, Apiacás - MT, Telefone 66-3593-2227, email licitação@apiacas.mt.gov.br site www.apiacas.mt.gov.br

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRENCIA 002/2022 A Prefeitura Municipal de Apiacás, estado de Mato Grosso, comunica que realizará Licitação Modalidade CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 002/2022, na data de 25/04/2022 as 08:00 (oito) horas (horário de Mato Grosso). OBJETO: OBRA, PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA E DRENAGEM DE AGUAS PLUVIAIS BAIRRO PRIMAVERA. O edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sala de licitações, Avenida Brasil nº 1059, Paço Municipal, Apiacás - MT, Telefone 66-3593-2227, email licitação@apiacas.mt.gov.br site www.apiacas.mt.gov.br

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRENCIA 003/2022

A Prefeitura Municipal de Apiacás, estado de Mato Grosso, comunica que realizará Licitação Modalidade CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 002/2022, na data de 25/04/2022 as 13:30 (treze e trinta) horas (horário de Mato Grosso). OBJETO: 1OBRA, PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA E DRENAGEM DE AGUAS PLUVIAIS BAIRRO UNIÃO. O edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sala de licitações, Avenida Brasil nº 1059, Paço Municipal, Apiacás - MT, Telefone 66-3593-2227, email licitação@apiacas.mt.gov.br site www.apiacas.mt.gov.br

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 188/2022

SÚMULA: DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA MATERNIDADE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

JULIO CESAR DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais...

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder Licença Maternidade à ServidoraSrta. **WHILDICY GLERCIA DA SILVA PEREIRA,** portadora da cédula de identidade nº 1850662-3 SSP/MT e inscrita no CPF sob o nº 017.860.391-09, contratada no cargo de Apoio Administrativo Educacional, lotada na Secretaria Municipal de Educação no período compreendido de 16/03/2022 à 13/07/2022.

Artigo 2º - À servidora gestante será concedida licença por 180 (cento e oitenta) dias, da seguinte forma:

a) 120 (cento e vinte) dias, do dia 16/03/2022 à 13/07/2022 garantido pelo salário maternidade previsto pelo PREVIAP – Regime Próprio de Previdência Social.

b) 60 (sessenta) dias, do dia 14/07/2022 à 11/09/2022 pagos pela Prefeitura Municipal, conforme o que prevê a Lei Complementar 109/2014.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação nos lugares de costume, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se, Cumpra-se, Publica-se.

Apiacás-MT; 17 de Março de 2022.

JULIO CESAR DOS SANTOS

-PREFEITO MUNICIPAL-

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL N.º 1279/2022.

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo abrir Crédito Especial no orçamento programa LOA/2022, pelo superávit financeiro apresentado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, para celebração de Termo de Compromisso com o Município de Paranaíta, no atendimento de cirurgias eletivas, e dá outras providências.

Julio Cesar dos santos, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e ainda com fulcro na Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizado o Poder Executivo Municipal abrir Crédito Especial no Orçamento em curso LOA/2022, aprovado pela Lei nº 1.256/2021, bem como, incluir **na LDO/2021,** sancionada pela Lei Municipal nº 1.246/2021, o **valor de** R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), para atender cirurgias eletivas no município de Paranaíta.

Art. 2º - O Crédito Especial ora autorizado no artigo 1º desta Lei atende às prerrogativas do disposto no artigo 43, parágrafo 1º, Inciso I, da Lei Federal nº 4.320/64, pelo Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, e será criada a seguinte funcional programática:

06. Secretaria Municipal de Saúde

003. Fundo Municipal de Saúde – MAC

10. Saúde

302. Média e Alta Complexidade

0063. Saúde: um direito de todos – MAC

1.115. Custeio de cirurgias eletivas - Paranaíta

3.3.42.39 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica R$ 25. 000,00

Meta Financeira estimada: R$ 25.000,00

Fonte de Recursos: 2.002.000 – Recursos de Impostos vinculados a Saúde

Meta Física: Atender cirurgias eletivas.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Apiacás MT, 18 de março de 2022.

JÚLIO CÉSAR DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 019/2022.

CONVOCAÇÃO DE CANDIDATOS CLASSIFICADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2021, REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE PESSOAL EM CARÁTER TEMPORÁRIO PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, CONFORME LEI MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA Nº 1.249/2021.

JULIO CESAR DOS SANTOS, PREFEITO MUNICIPAL DE APIACÁS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o que determina o art. 37, item II da Constituição Federal, e o disposto no art. 25 da Lei Municipal nº. 010/2008.

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam convocados os candidatos abaixo relacionados classificados no Processo Seletivo Simplificado nº 002/2021 referente à contratação em caráter temporário para Secretaria Municipal de Saúde, para comparecerem no Setor de Recursos Humanos para contratação e início de suas atividades a partir de 22 de Março de 2022.

Art. 2º - No ato da convocação os candidatos deverão apresentar fotocópias e as originais dos documentos exigidos no Edital, e demais REQUISITOS constantes no quadro de vagas do Edital nº 002/2021 do Processo Seletivo Simplificado nº 002/2021.

Parágrafo Único: O não comparecimento do (a) interessado (a) no prazo de 30 (trinta) dias, a partir desta data, e a apresentação da documentação prevista acima, implicará no reconhecimento da **DESISTÊNCIA E RENÚNCIA** quanto ao preenchimento do cargo para o qual foi classificado (a), reservando-se à Administração o direito de convocar outro candidato.

Art. 3º - As despesas decorrentes do presente edital de convocação correrão por conta das dotações próprias, suplementadas se necessário.

Art. 4º - Este edital entra em vigor na data de sua publicação ou afixação nos lugares de costume.

CARGO: AGENTE ADMINISTRATIVO

INSCRIÇÃO	NOME	CLASSIFICAÇÃO
076	MICHELE Mª DA SILVA S. DO NASCIMENTO	4º
084	REGIANE DA SILVA OLIVEIRA	5º

CARGO: ENFERMEIRA

INSCRIÇÃO	NOME	CLASSIFICAÇÃO
051	ELLEN ALVES FERREIRA	6º

CARGO: APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL

INSCRIÇÃO	NOME	CLASSIFICAÇÃO
097	WERLENE PIMENTEL	11º
104	LIZANGELA GOMES GUIDARINI	12º
047	MARIA DE FATIMA MOTA DOS SANTOS	13º

GABINETE DO PREFEITO - Em 18 de Março de 2022.

Julio Cesar dos Santos

-PREFEITO MUNICIPAL-

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 072/2022

Regulamenta a Lei Municipal nº 1.279/2022 e abre Crédito Especial no orçamento programa LOA/2022, pelo superávit financeiro apresentado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, para celebração de Termo de Compromisso com o Município de Paranaíta, no atendimento de cirurgias eletivas, e dá outras providências.

Julio Cesar dos santos, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e ainda com fulcro na Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto Crédito Especial no Orçamento Programa LOA/2022, aprovado pela Lei nº 1.256/2021 e, incluído na LDO/2021, sancionada pela Lei Municipal nº 1.246/2021, o valor de R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), para atender cirurgias eletivas no município de Paranaíta.

Art. 2º - O Crédito Especial ora aberto atende às prerrogativas do disposto no artigo 43, parágrafo 1º, Inciso I, da Lei Federal nº 4.320/64, pelo Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, e será criada a seguinte funcional programática:

06. Secretaria Municipal de Saúde

003. Fundo Municipal de Saúde – MAC

10. Saúde

302. Média e Alta Complexidade

0063. Saúde: um direito de todos – MAC

1.115. Custeio de cirurgias eletivas - Paranaíta

3.3.42.39 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica R$ 25. 000,00

Meta Financeira estimada: R$ 25.000,00

Fonte de Recursos: 2.002.000 – Recursos de Impostos vinculados a Saúde

Meta Física: Atender cirurgias eletivas.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Apiacás MT, 18 de março de 2022.

Júlio César dos Santos

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº. 070/2022.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO.

JULIO CESAR DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais...

D E C R E T A

Artigo 1º - Exonerar a **Srta. MARINALVA VIANA DA SILVA,** portadora da cédula de identidade nº 3263537 SSP/GO e inscrita no CPF sob o nº 496.382.031-53, do cargo de **CHEFE DE DIVISÃO II,** lotada na Secretaria Municipal de Administração.

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua afixação ou publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Apiacás - MT, 18 de Março de 2022.

JULIO CESAR DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

LEI Nº 954/2022 DE 18 DE MARÇO DE 2022.

"Dispõe sobre a concessão da revisão geral de subsídios dos servidores públicos, ativos e inativos do executivo municipal de Araguainha -MT e dá outras providências."

FRANCISCO GONÇALVES NAVES, Prefeito de Araguainha, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei Municipal:

Art. 1º Esta lei dispõe sobre a concessão de revisão geral das remunerações dos servidores públicos efetivos de carreira, inativos e pensionistas no Município de Araguainha.

Art. 2º O percentual da revisão geral anual para o ano de 2022 fica fixado em 10,16%.

§1º. Excetuam-se do percentual (10,16%) de que trata este artigo, os Professores Municipais ativos, inativos e pensionistas, aos quais será fixado percentual distinto, por força do Art. 3º, da Lei Municipal nº 721, de 30 de Setembro de 2013.

§2º. Não será aplicado o percentual de reajuste de 10,16 % RGA para os cargos de Agente de Endemias, Secretários, Vice Prefeito, Prefeito, Vereadores e Cargos em comissão.

Art. 3º O percentual de revisão geral anual dos professores municipais, ativos, inativos e pensionistas, atendendo ao disposto do Art. 5º, da Lei Federal nº 11.738, de 16 de julho de 2008 c/c Art. 3º, da Lei Municipal nº 721, de 30 de Setembro de 2013, em consonância com a Portaria Interministerial nº 10, de 20 de dezembro de 2021, fica fixada em 33,24% para o ano de 2022.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeito

os retroativos a 1º de janeiro de 2022, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araguainha-MT

FRANCISCO GONÇALVES NAVES

PREFEITO MUNICIPAI

LICENCA DE JAZIDA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA- MT, CNPJ 03.947.926/0001-87, torna público que requereu à **Sema/MT**, **LICENÇA DE OPERAÇÃO** para extração de Cascalho na zona ruraldo município nas seguintes coordenadas **16º51'04,38" E 53º01'43,90"**.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 137/2022

DISPÕE SOBRE CONVOCAÇÃO DE CANDIDATO CLASSIFICADO NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2021, DO MUNICIPIO DE ARAPUTANGA/MT.

ENILSON DE ARAÚJO RIOS, Prefeito Municipal do Município de Araputanga Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições conferidas por lei:

Considerando o Edital de Processo Seletivo Simplificado nº. 01/2021, para ingresso em cargo Público de provimento Temporário**,** publicado no Diário Oficial dos Municípios (AMM-MT) de 23 de setembro de 2021;

Considerando o Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado, publicado no Diário Oficial dos Municípios (AMM-MT) em 22 de novembro de 2021;

Considerando a Homologação, realizado por meio Decreto Municipal nº 127/2021, publicado no Diário Oficial dos Municípios (AMM-MT) em 29 de novembro de 2021;

Considerando, a solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, através do Comunicado Interno nº. 47/2022;

Considerando, a Lei Municipal 699/2006, em seus Art, 2º. V; VI; IX; X, Art. 4º. VI e Parágrafo único.

RESOLVE:

Art. 1.º- Convocar os candidatos classificados, constante no quadro abaixo relacionado, para provimento de cargo Temporário, da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT:

MÉDICO PSF - ARAPUATANGA

CLASS	INSC	NOME	NOTA FINAL
2°.	1284	ANA KAREN MOZER	62
3º.	665	GILSON DA SILVA MIRANDA	61

Art. 2.º - Exigindo desde o momento, o **comparecimento do candidato na Diretoria de Recursos Humanos, da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT, munido de todos os documentos necessários para comprovação dos requisitos do cargo pleiteado**, sob pena de ser considerado desistente, perdendo a respectiva vaga.

Art. 3º-Esta Portaria Entra em Vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Registra-se, publica-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos dezoito (18) dias do mês de março (03) do ano de dois mil e vinte e dois (2022).

ENILSON DE ARAÚJO RIOS

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÃO
RATIFICAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO AO TERMO DE ADESÃO Nº 005/2022

REF: Adesão parcial à Ata de Registro de Preços n°. 308/2021, oriundo do Pregão Presencial n°. 115/2021 – Realizado pela Prefeitura Municipal de Campo Verde/MT.

Objeto da Ata de Registro de Preço: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE SERRALHERIA PARA CONFECÇÃO DE PORTÕES, GRADES, JANELA, ESTRUTURAS METÁLICAS ENTRE OUTROS, em Atendimento à Demanda da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura.

Interessado a Adesão: Prefeitura Municipal de Araputanga - MT - Representada pelo Sr. Enilson de Araújo Rios – Prefeito Municipal.

Fornecedor: WIMSN SERRALHEIRA E SERVIÇOS EIRELI, inscrita no CNPJ sob o n. º 26.574.309/0001-89, com sede à Rua Presidente Prudente, nº. 48, sala 01 - Bairro Bom Jesus, CEP: 78.402-000, no município de Diamantino - MT.

Secretaria Requerente: Secretaria Municipal de Obras e Infraestrura consignados no Orçamento do ano corrente, será empenhado na rubrica da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrura.

Do Valor: O valor total é de R$ 299.659,79 (duzentos e noventa e nove mil e seiscentos e cinquenta e nove reais e setenta e nove centavos).

Araputanga-MT, 18 de março de 2022.

ENILSON DE ARAÚJO RIOS

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - RECURSOS HUMANOS
PORTARIA INTERNA DRH 05/2022.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE AFASTAMENTO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL CEONARA GOMES DE LIMA.

O **DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS** DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA/MT**,** no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1.º - Efetuar o afastamento de férias **para o mês de março de 2022, da servidora Ceonara Gomes de Lima, Professora "B-07", da Prefeitura Municipal de Araputanga-MT, referente ao período aquisitivo 12/02/2021 a 11/02/2022 por trinta (30) dias a partir de 21/03/2022.**

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se, Publica-se, Cumpra-se.

Araputanga-MT, 18 de março de 2022.

OVÍDIO DE FREITAS GODOY

Diretor de Recursos Humanos

Mat. 2479, Portaria 87/2021

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2022

A Prefeitura Municipal de Araputanga/MT, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público aos interessados, que realizará a licitação na modalidade Tomada de Preços nº 004/2022, regida pela Lei n°. 8.666/93 e suas alterações, do tipo menor preço global por lote para a Contratação de Pessoa Jurídica para Serviço de Reforma da Quadra Poliesportiva Sidney de Freitas e Quadra Poliesportiva Denilton Batista Camilo, conforme os Termos de Convênios n°. 1275-2021, 1273-2021 e a Prefeitura Municipal de Araputanga. Dia: 06/04/2022. Entrega dos Envelopes contendo a Proposta de Preços, Documentos de Habilitação e a Documentação do Credenciamento deverão ser entregues a CPL, até o dia 06/04/2022 às 13h00min (horário de Mato Grosso). Edital Completo disponível através do site www.araputanga.mt.gov.br. Informação detalhada poderá ser obtida na Rua Antenor Mamedes n.º 911, Centro, Araputanga/MT. CEP 78.260-000, durante o horário normal de expediente das 07h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min, junto a Comissão Permanente de Licitação.

Araputanga MT, 18 de março de 2022.

Cristina Maria de Lima

Presidente da CPL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - RECURSOS HUMANOS
PORTARIA INTERNA DRH 06/2022.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE AFASTAMENTO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICA MUNICIPAL ROBERTO JOÃO SABIONI JUNIOR.

O **DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS** DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA/MT**,** no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1.º - Efetuar o afastamento de férias **para o mês de março de 2022, do servidor Roberto João Sabioni Junior, Mecânico de Maquinas Pesadas "F-05", da Prefeitura Municipal de Araputanga-MT, referente ao período aquisitivo 21/01/2021 a 20/01/2022 por um período de trinta (30) dias a partir de 17/03/2022.**

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se, Publica-se, Cumpra-se.

Araputanga-MT, 18 de março de 2022.

OVÍDIO DE FREITAS GODOY

Diretor de Recursos Humanos

Mat. 2479, Portaria 87/2021

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 138/2022

DISPÕE SOBRE CONVOCAÇÃO DE CANDIDATO CLASSIFICADO NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2021, DO MUNICIPIO DE ARAPUTANGA/MT.

ENILSON DE ARAÚJO RIOS, Prefeito Municipal do Município de Araputanga Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições conferidas por lei:

Considerando o Edital de Processo Seletivo Simplificado nº. 01/2021, para ingresso em cargo Público de provimento Temporário**,** publicado no Diário Oficial dos Municípios (AMM-MT) de 23 de setembro de 2021;

Considerando o Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado, publicado no Diário Oficial dos Municípios (AMM-MT) em 22 de novembro de 2021;

Considerando a Homologação, realizado por meio Decreto Municipal nº 127/2021, publicado no Diário Oficial dos Municípios (AMM-MT) em 29 de novembro de 2021;

Considerando, a solicitação da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, através do Comunicado Interno nº. 018/2022/SMEC/PMA;

Considerando, a Lei Municipal 699/2006, em seus Art,2º. V; VI; IX; X, Art. 4º. VI e Parágrafo único.

RESOLVE:

Art. 1.º - Convocar os candidatos classificados, constante no quadro abaixo relacionado, para provimento de cargo Temporário, da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT:

PROFESSOR PEFAGOGO

CLASS	INSC	NOME	NOTA FINAL
32°.	9	VALERIA DA SILVA FERREIRA	54

Art. 2.º - Exigindo desde o momento, o **comparecimento do candidato na Diretoria de Recursos Humanos, da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT, munido de todos os documentos necessários para comprovação dos requisitos do cargo pleiteado**, sob pena de ser considerado desistente, perdendo a respectiva vaga.

Art. 3º - Esta Portaria Entra em Vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Registra-se, publica-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos dezoito (18) dias do mês de março (03) do ano de dois mil e vinte e dois (2022).

ENILSON DE ARAÚJO RIOS

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 135/2022

DESIGNAR SERVIDOR PARA ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS Nº 150, 151 E 152/2022, ORIUNDOS DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 007/2022, CUJO OBJETO É A AQUISIÇÃO DE TINTAS PARA PINTURA DO PAÇO MUNICIPAL, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

ENILSON DE ARAÚJO RIOS, Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais conferidas pela Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1.993, em especial em seu Art. 67.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar e nomear servidoras da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT, **Sr. Lucas Soares Pereira** como fiscal titular e **Sr. Alefy Nivaldo do Couto Prado** como fiscal suplente para responder pela gestão, acompanhamento e fiscalização dos **CONTRATOS ADMINISTRATIVOS,** oriundos da **DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 007/2022**, com as empresa a seguir:

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 150/2022 - **IMAPAL MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA**, inscrita no CNPJ nº 01.266.168/0001-06.

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 151/2022 - **RIO VERDE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA**, inscrita no CNPJ nº 24.140.838/0001-49.

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 152/2022 - **V.G. NOGUEIRA & CIA LTDA**, inscrita no CNPJ nº 26.786.285/0001-21.

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos dezoito (18) dias do mês de março (03) do ano de dois mil e vinte e dois (2022).

ENILSON DE ARAÚJO RIOS

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2022

O MUNICÍPIO DE ARAPUTANGA/MT, por meio da sua Pregoeira designada pela Portaria nº 354/2021, no uso de suas atribuições, torna público aos interessados, que realizará licitação, na modalidade Registro de preços para contratação de empresa para prestação de serviço de ajudante de pedreiro; pintor; auxiliar de serviços gerais e auxiliar de eletricista para o Município de Araputanga/MT, em atendimento à demanda das Secretarias de Administração, Educação e Cultura, Esporte, Lazer e Turismo, Meio Ambiente, Saúde, Obras e Infraestrutura. A realização do certame será no dia 04 de abril de 2022, às 09h30min (horário de Brasília). O Edital completo está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico http://www.araputanga.mt.gov.br/categoria/pregao-e... e também poderá ser lido e/ou obtido no endereço https://www.gov.br/compras ou https://www.comprasnet.gov.br e ainda solicitado por intermédio do e-mail: seplan3@araputanga.mt.gov.br nos dias úteis, no horário das 07h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min (horário local).

Araputanga/ MT, 18 de março de 2022.

Eliana Pains de Amorim

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS
ATA DE Nº.001/2022

ATA DE Nº.001/2022

Aos quatorze dias do mês de março do ano de 2022, as Nove horas, reuniram - se nas dependências da Prefeitura Municipal de Arenápolis-MT., parareunião ordinária. Os membros do Conselho municipal do FETHAB: O presidente Sr. Renato Finotti e os membros Senhores, Sr. Nilton Bueno dos Santos ,Rs. Claudio Rodrigues Barbosa, Sr. Emerson Silva da Cunha,Sr. Jader Luiz Barbosa Sr e o Gerson Ormonde Lima com a finalidade de análise e emissão de parecer sobre a prestação de contas apresentada pelo Poder Executivo Municipal relativo à aplicação dos recursos do FETHAB doTerceiro quadrimestre de 2021. O Presidente do Conselho Senhor Renato Finottie Secretaria Ana Paula da S. de Meloiniciou os trabalhos fazendo a acolhida aos demais membros explicando conforme disposto no regimento interno do Conselho do FETHAB, cabe ao Conselho a responsabilidade de fiscalizar, acompanhar e atestar a correta aplicação

dos recursos do FETHAB, aprovando ou não a prestação de contas apresentada pelo Poder Executivo, por meio de Ata digitada, acompanhada das assinaturas dos membros a cada quadrimestre e encaminhar ao chefe do Poder Executivo Municipal , a deliberação da prestação de contas, para que o mesmo encaminhe a cada quadrimestre no SISTEMA FETHAB MUNICÍPIO –MT, O Relatório contendo o parecer do Conselho sobre a Prestação de Contas dos recursos do FETHAB, bem com o Relatório das Despesas realizadas. Em seguida Presidente apresentação através de Relatórios fotográficos documentos Contábeis e extrato bancário Despesa empenhas e pagas da Prestação de Contas quadrimestral, compreendendo terceiro quadrimestre doexercíciode 2021, apresentada pelo executivo. Onde se constatou que o Saldo para terceiroquadrimestre de 2021é de R$: 2. 584,65(dois e quinhentos e oitenta e quatro reais e sessenta e cinco centavos), e o recurso FETHAB recebido no terceiro quadrimestre do ano 2021o valor de que perfez foi de R$. 276.092,83 (duzentos e setenta e seis mil e noventa e dois reais e oitenta e três centavos) o valor de aplicação financeira no período foi no valor de R$ .423,22(quatrocentos e vinte três reais e vinte e dois centavos).sendo assimTotalizandoo valor de R$. 279. 100,70 (duzentos e setenta e nove mil e cem reais e setentacentavos).para ser utilizado com despesas do terceiro quadrimestre Após apresentação dá prestação de contas foi dado a oportunidade a todos presentes para discussão e análise dos relatórios que demonstraram as despesas empenhadas, liquidadas e pagas e disponibilidade financeira; como empenhos de consumo e produção-diesel e relatório fotográfico de serviços urbanos e serviços prestados com Pavimenta nas estradas não movimentada , com extratos bancários com também o valor total da despesas pagas e de R$. 269.026,48 (duzentos e sessenta e nove mil e vinte seis reais e quarenta e oito centavos) e ficando saldo para para primeiro Quadrimestre do ano de 2022 é de R$. 2.584,65(dois mil e quinhentos e oitenta e quatro reais e sessenta e cinco centavos). Este conselho se manifesta com Parecer Favorável. Dando a aprovação da presente prestação de contas relativa a aplicação dos recursos FETHAB doterceiroquadrimestre dedois milevintehum, onde segue relatório citados acima em anexo. Nada mais havendo para ser tratado na presente reunião, eu secretariei e lavrei a presente ata que será assinada por mim e por todos os presentes.

Ana Paula da Silva de Melo – CPF. 013.423.951-23

Renato Finotti Jade Luis Barbosa Claudio Rodrigues Barbosa

CPF. 535.275.691-20CPF.004.920.341-09 CPF.459.952.381-15

Nilton Bueno dos Santos Emerson Silva da CunhaGerson O. Lima

CPF. 253.966.681-72 CPF. 106.777.801-25 CPF. 326.385.741.04

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ

GABINETE DA PREFEITA
DECRETO N°. 4.440/2022

SÚMULA:

"REGULAMENTA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR SUPERAVIT FINANCEIRO CONFORME LEI AUTORIZATIVA NO VALOR DE R$ 188.003,93 (CENTO E OITENTA E OITO MIL, TRÊS REAIS E NOVENTA E TRÊS CENTAVOS) NO ORÇAMENTO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A Prefeita Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais com amparo na Lei 2194 de 28 de fevereiro de 2022 e no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

ARTIGO 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no valor de R$ 188. 003,93 (cento e oitenta e oito mil, três reais e noventa e três centavos) na função programática e dotação orçamentária correspondente:

Quadro Detalhamento Da Despesa	Fonte	*Valor R$*
02.001.04.122.0001.2002 – Manutenção do Gabinete do Poder Executivo		
3390.9200 – Despesas de exercícios anteriores	*2.500. 000000*	4. 500,00
04.001.04.122.0001.2006 – Gestão e manutenção SEMAD		
3390.9200 - Despesas de exercícios anteriores	*2.500. 000000*	123. 629,93
08.003.26.782.0009.2054 – Manutenção da logística rodoviária		
3390.9200 - Despesas de exercícios anteriores	*2.500. 000000*	59. 874,00
Total		***188. 003,93***

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã ao 04 dia do mês de março de 2022.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se
KARIN RODRIGUES DOS SANTOS

Secretária Municipal de Finanças

SAOG

GABINETE DA PREFEITA
DECRETO N°. 4.443/2022

SÚMULA:

"REGULAMENTA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR SUPERÁVIT FINANCEIRO CONFORME LEI AUTORIZATIVA NO VALOR DE R$ 1.662,45 (UM MIL, SEISCENTOS E SESSENTA E DOIS REAIS E QUARENTA E CINCO CENTAVOS) NO ORÇAMENTO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A Prefeita Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais com amparo na Lei 2.202 de 07 de março de 2022 e no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

ARTIGO 1º Fica aberto crédito adicional especial no valor de R$ 1.662,45 (um mil, seiscentos e sessenta e dois reais e quarenta e cinco centavos) na função programática e dotação orçamentária correspondente:

Quadro Detalhamento Da Despesa	Fonte	*Valor R$*
12.001.23.695.0023.2085 – Gestão das ações turísticas		
4490.5100 – Obras e instalações	*2.500. 000000*	1. 662,45
Total		***1.662,45***

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã aos 07 dias do mês de março de 2022.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se
KARIN RODRIGUES DOS SANTOS

Secretária Municipal de Finanças

SAOG

GABINETE DA PREFEITA
DECRETO N°. 4.448/2022

SÚMULA:

"REGULAMENTA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO CONFORME LEI AUTORIZATIVA

NO VALOR DE R$ 500.000,00 (QUINHENTOS MIL REAIS) NO ORÇAMENTO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A Prefeita Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais com amparo na Lei 2.205 de 11 de março de 2022 e no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

ARTIGO 1º Fica aberto crédito adicional especial no valor de R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) na função programática e dotação orçamentária correspondente:

Quadro Detalhamento Da Despesa	Fonte	*Valor R$*
08.003.26.782.0009.2054 – Manutenção da logística rodoviária		
4490.5200 – Equipamentos e material permanente	*1.700.311000*	500.000,00
Total		***500.000,00***

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã ao 14 dia do mês de março de 2022.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se
KARIN RODRIGUES DOS SANTOS

Secretária Municipal de Finanças

SAOG

GABINETE DA PREFEITA
DECRETO N°. 4.449/2022

SÚMULA:

"REGULAMENTA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR SUPERÁVIT FINANCEIRO CONFORME LEI AUTORIZATIVA NO VALOR DE R$ 671.566,67 (SEISCENTOS E SETENTA E UM MIL, QUINHENTOS E SESSENTA E SEIS REAIS E SESSENTA E SETE CENTAVOS) NO ORÇAMENTO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A Prefeita Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais com amparo na Lei 2.205 de 11 de março de 2022 e no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

ARTIGO 1º Fica aberto crédito adicional especial no valor de R$ 671.566,67 (seiscentos e setenta e um mil reais, quinhentos e sessenta e seis mil e sessenta e sete centavos) na função programática e dotação orçamentária correspondente:

Quadro Detalhamento Da Despesa	Fonte	*Valor R$*
08.003.26.782.0009.2054 – Manutenção da logística rodoviária		
4490.5200 – Equipamentos e material permanente	*2.500.000000*	448.271,00
4490.5200 – Equipamentos e material permanente	**2.711.000801**	223.295,67
Total		***671.566,67***

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã aos 14 dias do mês de março de 2022.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se
KARIN RODRIGUES DOS SANTOS

Secretária Municipal de Finanças

saog

GABINETE DA PREFEITA
DECRETO N°. 4.435/2022

SÚMULA:

"REGULAMENTA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR SUPERAVIT FINANCEIRO CONFORME LEI AUTORIZATIVA NO VALOR DE R$ 672.000,00 (SEISCENTOS E SETENTA E DOIS MIL REAIS) NO ORÇAMENTO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A Prefeita Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais com amparo na Lei 2200 de 28 de fevereiro de 2022 e no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

ARTIGO 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no valor de R$ 672.000,00 (seiscentos e setenta e dois mil reais) na função programática e dotação orçamentária correspondente:

Quadro Detalhamento Da Despesa	Fonte	*Valor R$*
08.003.26.782.0009.2054 – Manutenção das logística rodoviária		
3350.4100 – Contribuições	*2.500.000000*	672.000,00
Total		***672.000,00***

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã ao 02 dia do mês de março de 2022.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se
KARIN RODRIGUES DOS SANTOS

Secretária Municipal de Finanças

MAT

GABINETE DA PREFEITA
DECRETO N°. 4.430/2022

SÚMULA:

"REGULAMENTA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR SUPERAVIT FINANCEIRO CONFORME LEI AUTORIZATIVA NO VALOR DE R$ 120.000,00 (CENTO E VINTE MIL REAIS) NO ORÇAMENTO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A Prefeita Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais com amparo na Lei 2195 de 28 de fevereiro de 2022 e no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

ARTIGO 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no valor de R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) na função programática e dotação orçamentária correspondente:

Quadro Detalhamento Da Despesa	Fonte	*Valor R$*
10.001.20.608.0020.2076 – Assistência técnica a agricultura familiar		
4490.5200 – Equipamentos e material permanente	*2.708.000000*	120.000,00
Total		***120.000,00***

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã aos 02 dias do mês de março de 2022.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se
KARIN RODRIGUES DOS SANTOS

Secretária Municipal de Finanças

MAT

GABINETE DA PREFEITA
DECRETO N°. 4.428/2022

SÚMULA:

"REGULAMENTA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR SUPERAVIT FINANCEIRO CONFORME LEI AUTORIZATIVA NO VALOR DE R$ 870.096,45 (OITOCENTOS E SETENTA MIL, NOVENTA E SEIS REAIS E QUARENTA E CINCO CENTAVOS) NO ORÇAMENTO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A Prefeita Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais com amparo na Lei nº 2191 de 28 de fevereiro de 2022 e no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

ARTIGO 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no valor de R$ 870.096,45 (oitocentos e setenta mil, noventa e seis reais e quarenta e cinco centavos) na função programática e dotação orçamentária correspondente:

Quadro Detalhamento Da Despesa	Fonte	*Valor R$*
08.002.15.451.0007.2051 – Obras de Infraestrutura urbana		
4490.5100 – Obras e instalações	*2.500.000000*	870.096,45
Total		***870.096,45***

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã ao 02 dia do mês de março de 2022.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se
KARIN RODRIGUES DOS SANTOS

Secretária Municipal de Finanças

MAT

GABINETE DA PREFEITA
DECRETO N°. 4.427/2022

SÚMULA:

"REGULAMENTA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR SUPERAVIT FINANCEIRO CONFORME LEI AUTORIZATIVA NO VALOR DE R$ 995.018,00 (NOVECENTOS E NOVENTA E CINCO MIL E DEZOITO REAIS) NO ORÇAMENTO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A Prefeita Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais com amparo na Lei 2189 de 28 de fevereiro de 2022 e no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

ARTIGO 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no valor de R$ 995.018,00 (novecentos e noventa e cinco mil e dezoito reais) na função programática e dotação orçamentária correspondente:

Quadro Detalhamento Da Despesa	Fonte	*Valor R$*
08.003.26782.0009.2054 – Manutenção da logística rodoviária		
3390.3000 – Material de consumo	*2.759.000000*	450.000,00
3390.3900 – Outros serviços de terceiros – P. Jurídica	*2.759.000000*	545.018,00
Total		***995.018,00***

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã ao 02 dia do mês de março de 2022.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se
KARIN RODRIGUES DOS SANTOS

Secretária Municipal de Finanças

MAT

GABINETE DA PREFEITA
DECRETO N°. 4.426/2022

SÚMULA:

"REGULAMENTA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR SUPERAVIT FINANCEIRO CONFORME LEI AUTORIZATIVA NO VALOR DE R$ 4.281.590,85 (QUATRO MILHÕES, DUZENTOS E OITENTA E UM MIL, QUINHENTOS E NOVENTA REAIS E OITENTA E CINCO CENTAVOS) NO ORÇAMENTO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A Prefeita Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais com amparo na Lei 2188 de 25 de fevereiro de 2022 e no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

ARTIGO 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no valor de R$ 4.281.590,85 (quatro milhões, duzentos e oitenta e um mil, quinhentos e noventa reais e oitenta e cinco centavos) na função programática e dotação orçamentária correspondente:

Quadro Detalhamento Da Despesa	Fonte	*Valor R$*
03.001.04.122.0001.2004 – Gestão da Sec. de Governo e Planejamento		
3390.3000 – Material de consumo	*2.708.000000*	18.000,00
3390.3900 – Outros serviços de terceiros	*2.708.000000*	60.000,00
4490.5200 – Equipamentos e material permanente	*2.708.000000*	10.500,00
03.001.04.131.0001.2005 – Divulgação dos atos administrativos		
3390.3900 – Outros serviços de terceiros	*2.708.000000*	30.000,00
04.001.04.122.0001.2006 – Gestão e Manutenção da SEMAD		
3390.3900 – Outros serviços de terceiros	*2.708.000000*	59.000,00
3390.4000 – Serviços de tecnologia da informação e comunicação – PJ	*2.708.000000*	28.348,20
4490.5200 – Equipamentos e material permanente	*2.708.000000*	15.000,00
05.001.04.123.0001.2012 – Gestão e encargos da SEMUFI		
3390.3900 – Outros serviços de terceiros - PJ	*2.708.000000*	25.000,00
08001.04.122.0001.2049 – Gestão da Sec. de Infraestrutura		
3371.7000 – Rateio pela participação em consórcio público	*2.708.000000*	90.722,16
3390.3900 – Outros serviços de terceiros - PJ	*2.708.000000*	57.800,00
08.002.15.451.0007.2052 – Manutenção urbana		

3390.3000 – Material de consumo	*2.708. 000000*	350. 000,00
3390.3900 – Outros serviços de terceiros - PJ	*2.708. 000000*	39. 000,00
4490.5200 – Equipamentos e material permanente	*2.708. 000000*	44. 691,00
08.003.26.782.0009.2054 – Manutenção da logística rodoviária		
3371.7000 – Rateio pela participação em consórcio público	*2.708. 000000*	238. 277,84
3390.3000 – Material de consumo	*2.708. 000000*	950. 000,00
3390.3900 – Outros serviços de terceiros – PJ	*2.708. 000000*	585. 030,00
08.004.17.512.0010.2055 – Gestão do sistema de água e esgoto		
3390.3000 – Material de consumo	*2.708. 000000*	306. 047,78
3390.3900 – Outros serviços de terceiros – PJ	*2.708. 000000*	382. 000,00
08.005.25.752.0012.2056 – Gestão do sistema de iluminação pública		
3390.3900 – Outros serviços de terceiros – PJ	*2.708. 000000*	775. 000,00
12.001.23.695.0023.2085 – Gestão das ações turísticas		
3390.3000 – Material de consumo	*2.708. 000000*	30. 000,00
3390.3900 – Outros serviços de terceiros – PJ	*2.708. 000000*	181. 173,87
4490.5200 – Equipamentos e material permanente	*2.708. 000000*	6. 000,00
Total		***4.281. 590,85***

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã ao 02 dia do mês de março de 2022.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se
KARIN RODRIGUES DOS SANTOS

Secretária Municipal de Finanças

MAT

GABINETE DA PREFEITA
DECRETO N°. 4.433/2022

SÚMULA:

"REGULAMENTA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR SUPERAVIT FINANCEIRO CONFORME LEI AUTORIZATIVA NO VALOR DE R$ 1.244.000,00 (UM MILHÃO, DUZENTOS E QUARENTA E QUATRO MIL REAIS) NO ORÇAMENTO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A Prefeita Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais com amparo na Lei 2198 de 28 de fevereiro de 2022 e no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

ARTIGO 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no valor de R$ 1. 244.000,00 (um milhão, duzentos e quarenta e quatro mil reais) na função programática e dotação orçamentária correspondente:

Quadro Detalhamento Da Despesa	Fonte	*Valor R$*
08.003.26.782.0009.2054 – Manutenção da logística rodoviária		
4490.5200 – Equipamentos e material permanente	*2.500. 000000*	1.244. 000,00
Total		***1.244. 000,00***

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã ao 02 dia do mês de março de 2022.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se
KARIN RODRIGUES DOS SANTOS

Secretária Municipal de Finanças

MAT

GABINETE DA PREFEITA
DECRETO N°. 4.434/2022

SÚMULA:

"REGULAMENTA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR SUPERAVIT FINANCEIRO CONFORME LEI AUTORIZATIVA NO VALOR DE R$ 11.966.046,38 (ONZE MILHÕES, NOVECENTOS E SESSENTA E SEIS MIL, QUARENTA E SEIS REAIS E TRINTA E OITO CENTAVOS) NO ORÇAMENTO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A Prefeita Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais com amparo na Lei 2199 de 28 de fevereiro de 2022 e no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

ARTIGO 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no valor de R$ 11. 966.046,38 (onze milhões, novecentos e sessenta e seis mil, quarenta e seis reais e trinta e oito centavos) na função programática e dotação orçamentária correspondente:

Quadro Detalhamento Da Despesa	Fonte	*Valor R$*
08.002.15.451.0007.2051 – Obras de infraestrutura urbana		
4490.5100 – Obras e instalações	*2.500. 000000*	11.966. 046,38
Total		***11.966. 046,38***

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã ao 02 dia do mês de março de 2022.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se
KARIN RODRIGUES DOS SANTOS

Secretária Municipal de Finanças

MAT

GABINETE DA PREFEITA
DECRETO N°. 4.432/2022

SÚMULA:

"REGULAMENTA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR SUPERAVIT FINANCEIRO CONFORME LEI AUTORIZATIVA NO VALOR DE R$ 146.385,78 (CENTO E QUARENTA E SEIS MIL, TREZENTOS E OITENTA E CINCO REAIS E SETENTA E OITO CENTAVOS) NO ORÇAMENTO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A Prefeita Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais com amparo na Lei 2197 de 28 de fevereiro de 2022 e no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

ARTIGO 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no valor de R$ 146. 385,78 (cento e quarenta e seis mil, trezentos e oitenta e cinco reais e setenta e oito centavos) na função programática e dotação orçamentária correspondente:

Quadro Detalhamento Da Despesa	Fonte	*Valor R$*
07.002.12.361.0006.1004 – Ampliação/adequação e instalação		
4490.5100 – Obras e instalações	*2.500. 100100*	146. 385,78
Total		***146. 385,78***

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã ao 02 dia do mês de março de 2022.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se
KARIN RODRIGUES DOS SANTOS

Secretária Municipal de Finanças

MAT

GABINETE DA PREFEITA
TERMO DE CESSÃO DE USO GRATUITO

CEDENTES:	**DIOCESE DE JUINA**, pessoa jurídica, inscrita no CPNJ n.º 02.452.683/0001-43, com sede na Rua Bispo Dom Franco Dalla Valle, nº 187, bairro Módulo 03, Cep 78320-000, Juína/MT, neste ato representada por **DOM NERI JOSÉ TONDELLO**, Bispo Diocesano, portador da cédula de Identidade RG sob o nº 1918428-0, expedida pela SSP/MT e inscrito no CPF sob o nº 647.589.070-72, residente e domiciliado na Rua Bispo Dom Franco Dalla Valle nº 52, Módulo 03, Juína/MT.
CESSIONÁRIO:	O **MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o número 03.507.498/ 0001-71, com sede na Praça São Francisco de Assis, nº 128, Centro, nesta cidade, Estado de Mato Grosso, neste ato representado pelo Secretário Adjunto de Saneamento Básico, **Caio Henrique Ferreira**, portador do RG nº. 2065843-5 SSP/MT e inscrito no CPF sob o n°.023.816. 231-16.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Consiste objeto do presente Termo, a cessão de uso gratuito de uma área medindo 7,0 x 7,0 metros totalizando 49 m², destinado a perfuração de um poço semi artesiano e a instalação de reservatório de água circular para 15 mil litros, Localizado nas dependências da Igreja Católica Matriz de São Sebastião no Distrito de Conselvan, mais precisamente nas coordenadas geográficas latitude 9°55'35.75"S longitude 59°54'32.84"O, para atender a necessidade do Departamento de Água e Esgoto.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ENTREGA E FINALIDADE

A área discriminada na Cláusula Primeira está sendo entregue, neste ato, ao cessionário e será destinada, exclusivamente, para a perfuração e funcionamento de poço semi-artesiano**.**

Parágrafo único: À área não poderá ser dada destinação diversa daquela mencionada no *caput* desta cláusula, sob pena de extinção da cessão.

CLÁSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES

I - O cessionário obriga-se a:

a) Utilizar a área cedida exclusivamente para a finalidade a que se propõe, não podendo ceder o uso do bem em causa, mediante aluguel, subcontrato, arrendamento ou qualquer forma, durante a vigência deste Termo;

b) Realizar as benfeitorias e reformas necessárias, durante a vigência deste Termo;

c) Devolver o bem recebido em cessão de uso, ao final deste Termo, sem direito a retenção ou indenização por quaisquer benfeitorias, ainda que necessárias, salvo no caso de rescisão antecipada;

d) Manter a área, objeto desta cessão em boas condições de limpeza e higiene, com as instalações em perfeito estado de conservação e funcionamento;

II - Os cedentes obrigam-se a:

a) Comunicar, por escrito, ao cessionário sua eventual intenção de não prorrogar a vigência do presente termo, com prazo de antecedência mínima de 3 (três) meses;

b) Abster-se de promover qualquer ação no sentido de reaver a área ocupada pelo cessionário, antes de findo o prazo estipulado neste instrumento ou qualquer uma de suas prorrogações;

c) Consentir o acesso de pessoas em razão das atividades desenvolvidas pelo Departamento de Água e Esgoto.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO

A presente cessão de uso vigorará pelo prazo de 30 (trinta) anos, contados a partir da assinatura deste Termo, podendo, a critério das partes, ser renovada por igual período.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

Considerar-se-á rescindido este Termo de Cessão de Uso, independentemente de ato especial, retornando a área aos cedentes, sem direito ao cessionário de qualquer indenização, inclusive por benfeitorias realizadas, nos seguintes casos:

a) Se a área, no todo ou em parte, vier a ser dada utilização diversa da que lhe foi destinada; e

b) Se houver inobservância do previsto na Clausula Terceira;

Parágrafo único. Ocorrendo rescisão antecipada por parte dos cedentes, ficam os mesmos obrigados a indenizar as benfeitorias de acordo com o valor da avaliação.

CLÁUSULA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO

O presente termo deverá ser publicado, em extrato, no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios de Mato Grosso, dentro de 20 (vinte) dias contados de sua assinatura.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Aripuanã para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do Presente Termo, com desistência de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Aripuanã-MT, 11 de Fevereiro de 2022.

DOM NERI JOSÉ TONDELLO

Bispo Diocesano de Juína

Cedente

MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ

Cessionário

GABINETE DA PREFEITA
DECRETO Nº 4.457/2022.

SÚMULA:

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL N°. 001/2019, CONFORME LEIS COMPLEMENTARES Nº 001/99, 182 e 183/2021".

A Prefeita Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

Considerando os Memorandos nºs 237 e 260/2022/SME 230/SEMUSA/2022, os quais solicitam convocação de classificados no Concurso Público Municipal 001/2019;

DECRETA:

ARTIGO 1º Nomeação, para os fins e efeitos legais, os candidatos relacionados no Anexo I, classificados no concurso público 01/2019, de acordo com a ordem de classificação do Decreto de homologação nº 3.739/2020, a comparecer no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data de publicação deste Decreto, na Secretaria Adjunta de Administração desta Prefeitura, para providências quanto à nomeação e posse, em conformidade o que dispõe a legislação.

1.1. Os candidatos deverão apresentar os documentos constantes do Anexo II (Checklist);

1.2. O não comparecimento dos candidatos no prazo de 30 (trinta) dias, a partir da data de publicação do presente Decreto e a não apresentação da documentação prevista acima, implicará no reconhecimento da DESISTÊNCIA E RENÚNCIA quanto ao preenchimento do cargo para o qual foi aprovado, reservando-se à Administração o direito de nomear o próximo candidato.

ARTIGO 2º As despesas decorrentes do presente decreto correrão por conta das dotações próprias, suplementadas se necessário.

ARTIGO 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 18 dias do mês de março de 2022.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se

ANDREIA CRISTINA MEDEIROS RODRIGUES

Secretária Municipal de Administração

ANEXO I

Secretaria Municipal de Educação	
Convocados	**Cargo**
Edelson Mendonça de Oliveira	Professor de Pedagogia/Normal Superior – Conselvan
Heliene Wandel Rei de Jesus	Professor de Pedagogia/Normal Superior – Conselvan
Daiane Aiuri Centurião de Oliveira	Professor de Pedagogia/Normal Superior – Sede
Sueli De Fátima Lopes Rodrigues do Nascimento	Professor de Pedagogia/Normal Superior – Sede
Sandra Ferreira Candiotto	Professor de Pedagogia/Normal Superior – Sede
Indaia Santos Honorio da Silva	Técnico de Desenvolvimento Educacional – Tde – Sede
Aline Alves Dias	Técnico de Desenvolvimento Educacional – Tde – Sede
Talita Wille Dias	Técnico de Desenvolvimento Educacional – Tde – Sede
Ana Flavia Lovo	Técnico de Desenvolvimento Educacional – Tde – Sede
Vanessa Xavier da Silva	Técnico de Desenvolvimento Educacional – Tde – Sede
Marciele de Linhares	Técnico de Desenvolvimento Educacional – Tde – Sede
Diemes Raone Santos Aguiar	Técnico em Tecnologia da Informação – Sede
Secretaria Municipal de Saúde	
Convocados	**Cargo**
Edilaine Marques Rodrigues de Oliveira	Agente Administrativo – Sede
Jessica Alves Costa	Agente Administrativo – Sede
Anderson Balestrin	Médico – Sede

ANEXO II

CHECKLIST

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA NOMEAÇAO

Para tomar posse, o candidato deverá apresentar cópia de todos os documentos juntamente com a documentação original (ou cópia autenticada)				
Seq.	**DOCUMENTO**	**Sim**	**Não**	**OBS**
1	**Cópia Cédula de Identidade - RG;**			
2	Cópia Certidão de nascimento, casamento, divórcio; No caso de casado, trazer CPF e RG do Cônjuge.			
3	Cópia Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos (se for o caso);			
4	**Carteira de vacinação dos filhos menores de 5 anos, se for o caso;**			
5	Certidão de regularidade do CPF - Cadastro de Pessoa Física, emitido pelo site da Receita Federal;			
6	**Cartão PIS / PASEP;**			
7	**Título de Eleitor;**			
8	Certidão emitida pelo Cartório Eleitoral de que o candidato encontra-se quite com a Justiça Eleitoral;			
09	Certidão fornecida pelo Cartório distribuidor da comarca do domicílio dos últimos cinco anos, relativa à existência ou inexistência de ações criminais (com trânsito em julgado);			
10	Certidão negativa fornecida pelo Cartório distribuidor da comarca do domicílio dos últimos cinco anos do registro de distribuição criminal relativamente aos crimes de homicídio, roubo, estupro e corrupção de menores para os candidatos ao cargo de Motorista de Ônibus;			
11	Certificado de conclusão de Curso especializado nos termos da regulamentação do CONTRAN para os candidatos ao cargo de Motorista de Ônibus, de acordo com a Resolução nº. 285/08 de 29 de julho de 2008;			
12	Duas (02) fotos 3x4 coloridas;			
13	Certidão de regularidade do Conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada;			
14	Carteira Nacional de Habilitação, de acordo com a categoria exigida no edital;			
15	**Certificado de Reservista (sexo masculino);**			
16	Comprovante de escolaridade através de histórico escolar, diploma, ou certificado de conclusão, conforme exigência do cargo ao qual concorreu, devidamente registrado pelo MEC;			
17	Certificado de formação em informática, conforme exigência do cargo a que concorreu;			
18	Emitir Certidão Negativa de Débitos (retirada nesta Prefeitura no Setor de Tributos/DAE)			
19	Comprovante de residência no nome do candidato ex. (conta de água, luz, telefone), ou instrumento emitido pelo candidato declarando que reside no endereço constante na conta anexa.			
20	**Declaração de acúmulo ou não de cargo público; (Anexo IV)**			
21	Declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária integral estabelecida pelo órgão no qual exercerá a sua função; (Anexo V)			
22	**Declaração de bens; (Anexo VII)**			
23	Declaração de que não infringiu as leis que fundamentam este edital; (Anexo VI)			
24	Atestado de Saúde, considerando o candidato “apto” ou “inapto” para o cargo; Atestado de Saúde Física e Mental (pré-admissional) expedido pela Junta Médica Oficial do Município.			
25	Comprovante da conta corrente bancária do Banco do Brasil;			
26	Cópia da carteira de trabalho onde tem a foto e os dados pessoais			
27	CPF Pai/Mãe/Filhos			
28	Endereço de E-mail			
29	Numero de Telefone			
30	Qualificação Cadastral do e-social. http://consultacadastral.inss.gov.br/Esocial			
31	Outros			

Aripuanã, _____ de _____ de 2.022.

LUCIENE SOUZA DA SILVA

Secretária Adjunta de Administração

GABINETE DA PREFEITA
DECRETO N°. 4.451/2022

SÚMULA:

“REGULAMENTA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR SUPERÁVIT FINANCEIRO CONFORME LEI AUTORIZATIVA NO

VALOR DE R$ 3.940.000,00 (TRÊS MILHÕES, NOVECENTOS E QUARENTA REAIS) NO ORÇAMENTO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A Prefeita Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais com amparo na Lei 2.204 de 11 de março de 2022 e no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

ARTIGO 1º Fica aberto crédito adicional especial no valor de R$ 3.940.000,00 (três milhões, novecentos e quarenta reais) na função programática e dotação orçamentária correspondente:

Quadro Detalhamento Da Despesa	Fonte	*Valor R$*
07.002.12.361.0006.2031 – Manutenção do transporte escolar		
4490.5200 – Equipamentos e material permanente	*2.500.100100*	3.940.000,00
Total		***3.940.000,00***

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã aos 14 dias do mês de março de 2022.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se
KARIN RODRIGUES DOS SANTOS

Secretária Municipal de Finanças

SAOG

SUPERVISÃO DE CONTRATOS E PROCESSOS
CONTRATO Nº 13/2022

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADA: VCS IMPLEMENTOS E VEICULOS LTDA; AQUISIÇÃO DE DOIS CAMINHÃO TIPO TRUCK TRAÇADO, 6X4, EQUIPADO COM CAÇAMBA BASCULANTE DE 12 M3, ZERO KM, POTÊNCIA MÍNIMA DE 275 CV, ANO/MODELO CORRESPONDENTE A EMISSÃO DA NOTA FISCAL, DESTINADO A ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA DESTE MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ/MT. VIGENCIA 18/03/2022 A 17/03/2023. R$ 1.200.000,00 (UM MILHÃO E DUZENTOS MIL REAIS).

COORLIC
RESULTADO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 76/2021

A Prefeitura Municipal de Aripuanã - MT torna público para conhecimento dos interessados que o Pregão Eletrônico que trata o Edital n.º 76/2021, levado a efeito às **09h00min** do dia **15/03/2022,** sagrou-se vencedora as empresa **VCS IMPLEMENTOS E VEICULOS LTDA** CNPJ N.º **38.428.119/0001-32** totalizando o valor de **R$ 1.200.000,00** Maiores informações poderão ser adquiridas pelo site **http://www.aripuana.mt.gov.br**, pelo e-mail licitacao@aripuana.mt.gov.br, ou pelo telefone (066) 3565-3900.

Aripuanã – MT, 18 de março de 2022.

Sidnei Pereira de Souza Junior

Pregoeiro

GABINETE DA PREFEITA
DECRETO N°. 4.431/2022

SÚMULA:

"REGULAMENTA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR SUPERAVIT FINANCEIRO CONFORME LEI AUTORIZATIVA NO VALOR DE R$ 463.333,33 (QUATROCENTOS E SESSENTA E TRÊS MIL, TREZENTOS E TRINTA E TRÊS REAIS E TRINTA E TRÊS CENTAVOS) NO ORÇAMENTO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A Prefeita Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais com amparo na Lei 2196 de 28 de fevereiro de 2022 e no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

ARTIGO 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no valor de R$ 463.333,33 (quatrocentos e sessenta e três mil, trezentos e trinta e três reais e trinta e três centavos) na função programática e dotação orçamentária correspondente:

Quadro Detalhamento Da Despesa	Fonte	*Valor R$*
07.002.12.361.0006.2025 – Alimentação Escolar – Ensino Fundamental		
4490.5200 – Equipamentos e material permanente	*2.500.000000*	463.333,33
Total		***463.333,33***

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã ao 02 dia do mês de março de 2022.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se
KARIN RODRIGUES DOS SANTOS

Secretária Municipal de Finanças

MAT

GABINETE DA PREFEITA
DECRETO N°. 4.450/2022

SÚMULA:

"REGULAMENTA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR SUPERÁVIT FINANCEIRO CONFORME LEI AUTORIZATIVA NO VALOR DE R$ 96.810,00 (NOVENTA E SEIS MIL OITOCENTOS E DEZ REAIS) NO ORÇAMENTO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A Prefeita Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais com amparo na Lei 2.206 de 11 de março de 2022 e no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

ARTIGO 1º Fica aberto crédito adicional especial no valor de R$ 96.810,00 (noventa e seis mil, oitocentos e dez reais) na função programática e dotação orçamentária correspondente:

Quadro Detalhamento Da Despesa	Fonte	*Valor R$*
09.002.10.301.0013.2062 - Manutenção das ações da APS		
3390.9200 - Despesas de exercícios anteriores	*2.500.000000*	27.500,00
09.002.10.302.0015.2065 – Manutenção das ações do Atend. Hosp./Amb. de Emerg.		
3390.9200 – Despesas de exercícios anteriores	**2.500.000000**	41.310,00
09.002.10.302.0015.2066 - Manutenção TFD		
3390.9200 – Despesas de exercícios anteriores	**2.500.000000**	28.000,00
Total		***96.810,00***

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã aos 14 dias do mês de março de 2022.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se
KARIN RODRIGUES DOS SANTOS

Secretária Municipal de Finanças

SAOG

GABINETE DA PREFEITA
TERMO DE CESSÃO DE USO GRATUITO

CEDENTE:	**MARIA JOSE REGINA DA CONCEIÇÃO**, inscrita no CPF n.° 020.003.969-50, portadora do RG n.° 2980138-9 SSP/MT, residente e domiciliada no Sitio 4 Irmãos – KM 60, Gleba Vale do Sonho, Aripuanã/MT.
CESSIONÁRIO:	**MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o número 03.507.498/0001-71, com sede na Praça São Francisco de Assis, n.º 128, Centro, nesta -cidade, Estado de Mato Grosso, neste ato representado pela sua Prefeita Municipal, **Sra. Seluir Peixer Reghin**.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Consiste objeto do presente Termo, a cessão de uso gratuito de uma área, cujas dimensões são de 7X7mts, totalizando 49m², localizada na Chácara Gleba P.A Medalha Milagrosa – KM 30, medindo 240 mts de comp. X 60 mts de frente e fundo, de propriedade da cedente, mais precisamente nas coordenadas geográficas latitude - 10º26'27.44"S e longitude - 59º21'85. 67"O, para a perfuração e funcionamento de poço semi-artesiano para atender a necessidade do Departamento de Água e Esgoto.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ENTREGA E FINALIDADE

A área discriminada na Cláusula Primeira está sendo entregue, neste ato, ao cessionário e será destinada, exclusivamente, para a perfuração e funcionamento de poço semi-artesiano**.**

Parágrafo único: À área não poderá ser dada destinação diversa daquela mencionada no *caput* desta cláusula, sob pena de extinção da cessão.

CLÁSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES

I - O cessionário obriga-se a:

a) Utilizar a área cedida exclusivamente para a finalidade a que se propõe, não podendo ceder o uso do bem em causa, mediante aluguel, subcontrato, arrendamento ou qualquer forma, durante a vigência deste Termo;

b) Realizar as benfeitorias e reformas necessárias, durante a vigência deste Termo;

c) Devolver o bem recebido em cessão de uso, ao final deste Termo, sem direito a retenção ou indenização por quaisquer benfeitorias, ainda que necessárias, salvo no caso de rescisão antecipada;

d) Manter a área, objeto desta cessão em boas condições de limpeza e higiene, com as instalações em perfeito estado de conservação e funcionamento;

II - A cedente obriga-se a:

a) Comunicar, por escrito, ao cessionário sua eventual intenção de não prorrogar a vigência do presente termo, com prazo de antecedência mínima de 3 (três) meses;

b) Abster-se de promover qualquer ação no sentido de reaver a área ocupada pelo cessionário, antes de findo o prazo estipulado neste instrumento ou qualquer uma de suas prorrogações;

c) Consentir o acesso de pessoas em razão das atividades desenvolvidas pelo Departamento de Água e Esgoto.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO

A presente cessão de uso vigorará pelo prazo de 30 (trinta) anos, contados a partir da assinatura deste Termo, podendo, a critério das partes, ser renovada por igual período.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

Considerar-se-á rescindido este Termo de Cessão de Uso, independentemente de ato especial, retornando a área à cedente, sem direito ao cessionário de qualquer indenização, inclusive por benfeitorias realizadas, nos seguintes casos:

a) Se a área, no todo ou em parte, vier a ser dada utilização diversa da que lhe foi destinada; e

b) Se houver inobservância do previsto na Clausula Terceira;

Parágrafo único. Ocorrendo rescisão antecipada por parte da cedente, fica a mesma obrigada a indenizar as benfeitorias de acordo com o valor da avaliação.

CLÁUSULA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO

O presente termo deverá ser publicado, em extrato, no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios de Mato Grosso, dentro de 20 (vinte) dias contados de sua assinatura.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Aripuanã para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do Presente Termo, com desistência de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Aripuanã-MT, 08 de março de 2022.

MARIA J. REGINA DA ONCEIÇÃO **Cedente**	**MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ** **Cessionário**

GABINETE DA PREFEITA
DECRETO Nº 4.454/2022.

SÚMULA:

"NOMEIA EM SUBSTITUIÇÃO MEMBROS PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO – CMHa, CONFORME A LEI MUNICIPAL Nº. 730/2007 E ALTERAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A Prefeita Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º - Fica alterado em substituição os representantes do poder público municipal, referente ao **Conselho Municipal de Habitação – CMHa**, devidamente regulamentada através do Decreto nº. 1.612/2009, alterando o **Decreto nº 4.130/2021**, que passa a constar com a seguinte formação:

I-REPRESENTANTES DO PODER PUBLICO MUNICIPAL:

.....

c) Secretaria Municipal de Infraestrutura

Titular: Vanusa Rosa Marques;

Suplente: Bruna Vitoria Alves Costa.

Art. 2º - Permanecem inalteradas as demais disposições e nomeações dos Decretos nº 4.130, 4.366 e 4.374/2021.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 18 dias do mês de março de 2022.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se

ANDREIA CRISTINA MEDEIROS RODRIGUES

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DA PREFEITA
DECRETO Nº 4.456/2022.

SÚMULA:

"NOMEIA EM SUBSTITUIÇÃO MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE COM AMPARO NA LEI MUNICIPAL Nº. 1.230/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

A Prefeita Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º - Fica alterado em substituição os representantes do poder público municipal, referente ao **Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA,** alterando o **Decreto nº** 4.087/2021, que passa a constar com a seguinte formação:

I-REPRESENTANTES DO PODER PUBLICO MUNICIPAL:

.....

a) Secretaria Municipal de Assistência Social.

Titular: Fiama Spina Moro Chodaski

Suplente: Silvalane Marques Martins

Art. 2º - Permanecem inalteradas as demais disposições e nomeações do Decreto nº 4.087/2021.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 18 dias do mês de março de 2022.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se

ANDREIA CRISTINA MEDEIROS RODRIGUES

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DA PREFEITA
ATO Nº 033/2022

CONVOCAÇÃO DE CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFISSIONAIS EDUCAÇÃO BÁSICA Nº 002/2021, CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 396/99, DE ACORDO COM AS LEIS COMPLEMENTARES Nº 001/99 E 002/99 E ALTERAÇÕES POSTERIORES.

SELUIR PEIXER REGHIN, Prefeita Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Municipal nº 396/1999;

RESOLVE:

Art. 1º Ficam convocados os candidatos abaixo relacionados aprovados no Processo Seletivo Simplificado para Profissionais da Educação Básica nº 002/2021, para comparecer na Secretaria Municipal de Educação – SME, no dia 21/03/2022, às 8:00 horas para atribuição de funções e posterior contratação.

Art. 2º No ato da convocação os candidatos deverão apresentar fotocópia e os originais dos documentos exigidos no Edital, e demais REQUISITOS constante no quadro de nº de vagas, do Edital nº 001/2021 do Processo Seletivo Simplificado nº 002/2021.

Art. 3º As despesas decorrentes do presente ato correrão por conta das dotações próprias, suplementadas se necessário.

Art. 4º Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 18 de março de 2022.

Registre-se

E

Publique-se

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

SEDE DO MUNICÍPIO

PROFESSOR DE CIÊNCIAS NATURAIS

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME	CPF	REGISTRO GERAL	HABILITAÇÃO
283/2021	TAIZA APARECIDA LOPES	068.672.636-74	14110280 SSP/MG	CIENCIAS NATURAIS

Anexo I

Ato de Convocação nº 033/2022 do Processo Seletivo nº 002/2021

1.0 SEDE DO MUNICÍPIO - PROFESSOR DE CIÊNCIAS NATURAIS

Número de Professor de Ciências Naturais	Especialidades	Vencimento R$	Projeto Atividade	Dotação	Fonte	Período
01	Ensino Fundamental	3.603,99	2028	304	1.5.00.100100	01/04/2022 A 01/04/2023

DECLARAÇÃO

Para fins do disposto no art. 16, da Lei Complementar Federal nº. 101/2000, declaramos que as despesas decorrentes das nomeações dos cargos referentes ao **Ato de Convocação nº 033/2022,** procedente do Processo Seletivo nº 002/2021, para Cadastro reserva **referente a contratação de pessoal em caráter temporário, na secretaria Municipal de Educação**, correrão por conta das dotações orçamentárias específicas, suficientes para as necessidades de empenho para o exercício de 2022, havendo adequação orçamentária e financeira e compatibilidade com o plano plurianual, com a lei de diretrizes orçamentária e baseada no Impacto Orçamentário e Financeiro.

Aripuanã-MT, aos 18 de Março de 2022.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeito Municipal

JUSTIFICATIVA

Justificamos a não necessidade de realizar estimativa de impacto orçamentário-financeiro para a candidata convocada através do Ato nº 032/2022, uma vez que para a referida vaga, foi convocado através do Ato nº 031/2022, autorizado por IMPACTO e o candidato desistiu da vaga, sendo então necessária a convocação da próxima classificada.

Como se vê, a convocação tem adequação orçamentária e financeira, e também consta nos autos a declaração do ordenador de despesa de que o aumento de despesa a ser gerado pela execução do contrato, não irá alterar a projeção já realizada e tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

Aripuanã-MT, aos 18 de Março de 2022.

LUCIENE SOUZA DA SILVA

Secretaria Adjunta de Administração

GABINETE DA PREFEITA
DECRETO N°. 4.436/2022

SÚMULA:

"REGULAMENTA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR SUPERÁVIT FINANCEIRO CONFORME LEI AUTORIZATIVA NO VALOR DE R$ 280.333,33 (DUZENTOS E OITENTA MIL, TREZENTOS E TRINTA E TRÊS REAIS E TRINTA E TRÊS CENTAVOS) NO ORÇAMENTO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A Prefeita Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais com amparo na Lei 2190 de 28 de fevereiro de 2022 e no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

ARTIGO 1º Fica aberto crédito adicional especial no valor de R$ 280. 333,33 (duzentos e oitenta mil, trezentos e trinta e três reais e trinta e três centavos) na função programática e dotação orçamentária correspondente:

Quadro Detalhamento Da Despesa	Fonte	*Valor R$*
10.001.20.608.0020.2077 – Ações de mecanização agrícola		
4490.5200 – Equipamentos e material permanente	*2.500. 000000*	280. 333,33
Total		***280. 333,33***

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã aos 02 dias do mês de março de 2022.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se
KARIN RODRIGUES DOS SANTOS

Secretária Municipal de Finanças

MAT

GABINETE DA PREFEITA
DECRETO N°. 4.442/2022

SÚMULA:

"REGULAMENTA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO CONFORME LEI AUTORIZATIVA NO VALOR DE R$ 477.500,00 (QUATROCENTOS E SETENTA E SETE MIL E QUINHENTOS REAIS) NO ORÇAMENTO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A Prefeita Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais com amparo na Lei 2.202 de 07 de março de 2022 e no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

ARTIGO 1º Fica aberto crédito adicional especial no valor de R$ 477. 500,00 (quatrocentos e setenta e sete mil e quinhentos reais) na função programática e dotação orçamentária correspondente:

Quadro Detalhamento Da Despesa	Fonte	*Valor R$*
12.001.23.695.0023.2085 – Gestão das ações turísticas		
4490.5100 – Obras e instalações	*1.700. 311000*	477. 500,00
Total		***477.500,00***

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã ao 07 dia do mês de março de 2022.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se
KARIN RODRIGUES DOS SANTOS

Secretária Municipal de Finanças

SAOG

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 2.503/2022

LEI MUNICIPAL Nº 2.503/2022

Dispõe sobre a Revisão Geral Anual da remuneração dos Servidores Públicos Municipais efetivos, comissionados e Agentes Políticos da Câmara Municipal de Barra do Bugres, Estado de Mato Grosso, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Barra do Bugres, tendo em vista o que dispõe o artigo 59 da Lei Orgânica Municipal, aprova e a Prefeita Municipal **MARIA AZENILDA PEREIRA**, nos termos do artigo 77 da Lei Orgânica Municipal, sanciona a seguinte lei.

Art.1º - A Revisão Geral Anual da remuneração dos Servidores Públicos Municipais efetivos, comissionados e Agentes Políticos da Câmara Municipal de Barra do Bugres, de que trata o art. 37, X da Constituição Federal e art. 173, XI da Lei Orgânica Municipal, para o ano de 2021 será de 10,16% (dez inteiros e dezesseis décimos) por cento, com vigência a partir de 1º de março de 2022.

Parágrafo Único - O índice estabelecido no *caput* deste artigo, refere-se à recomposição do poder e compra do vencimento dos Servidores Públicos efetivos, comissionados e Agentes Políticos, tendo por base o Índice Nacional de Preço ao Consumidor - INPC, apurado no período de janeiro/2021 a dezembro/2021, com data base de aplicabilidade para o mês de março de 2021, e incidirá sobre a folha de pagamento do mês de março de 2022.

Art. 2º - As despesas decorrentes com a execução da presente lei correrão por conta de dotação orçamentária própria, consignadas no orçamento vigente.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 18 de março de 2022.

MARIA AZENILDA PEREIRA

Prefeita Municipal

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 008/2022

DECRETO Nº 008/2022

Que dispõe sobre Exoneração de Funcionário Público.

MARIA AZENILDA PEREIRA Prefeita Municipalde Barra do Bugres, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidos por Lei.

D E C R E T A:

Art.1º - Fica exonerada a pedido a Servidora Pública Municipal **EDINAURA HOLPPERS** do cargo de **CONTÍNUO, NÍVEL 07, CLASSE D**,matricula nº 2495, portadora do RG: nº 1524913-1 SSP/MT e CPF nº. 002.722. 711-10,nomeada pelo **DECRETO Nº 052/2007** de 15/05/2007, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art.2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 19 de janeiro de 2022.

MARIA AZENILDA PEREIRA

Prefeita Municipal

CARLOS LUIZ PEREIRA NETO

Secretário Municipal de Administração

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE ADESÃO 10/2022

O município de Barra do Bugres – MT inscrito no CNPJ: 03.507.522/0001-72, torna público a ADESÃO/CARONA 10/2022 da **ATA DE REGISTRO DE PREÇO 120001/2021, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2021 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 101/2021**, a qual tem como objeto **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE VEICULOS E MOTOCICLETAS ZERO QUILOMETRO DESTINADOS AO MUNICIPIO DE NOVA OLIMPIA/MT**. CONTRATADO: ASCIA COMERCIO DE VEICULOS LTDA inscrita no CNPJ sob nº.: 28.258.221/0001-83. Valor total contratado: R$263.262,12 (Duzentos e sessenta e três mil e duzentos e sessenta e dois reais e doze centavos). Maiores informações poderão ser obtidas junto a comissão permanente de licitação, no Paço Municipal, sito à Praça Felipe Ferreira Mendes, 1000, Centro, das 07:00 as 13:00, no telefone (065)3361-3868 e no site www.barradobugres.mt.gov.br/sic.

Barra do Bugres/MT, 18 de março de 2022

EDIRLEI SOARES DA COSTA

Comissão permanente de licitação

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 019/2022 CARONA Nº 009/2022

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES – MT, CNPJ: 03.507.522/0001-72.

CONTRATADO: ARUANAS INFORMATICA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrito no CNPJ sob nº **40.735.739/0001-66.**

DO OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE INFORMÁTICA, MATERIAIS PERMANENTES DE INFORMÁTICA E TONERS PARA ATENDER A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO DO MUNICÍPIO DE BARRA DO BUGRES-MT.

DO VALOR: O valor total do presente CONTRATO é de R$ 121.800,00 (Cento e Vinte e Um Mil e Oitocentos Reais).

DA DOTAÇÃO: As despesas decorrentes com a execução do presente contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO	
MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO	08.001.0.0.12.122.5040. 2019-4.4.90.52.00. 00-1500100100000
AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL	08.002.0.0.12.361.5010. 1142-4.4.90.52.00. 00-2569000000000
AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL	08.002.0.0.12.365.5020. 1143-4.4.90.52.00. 00-2569000000000
RESTRUTURAÇÃO DAS UNIDADES EDUCACIONAIS FUNDEB 30%	08.003.0.0.12.361.5090. 1144-4.4.90.52.00. 00-2540000000000

VIGÊNCIA: O *prazo de vigência* do presente Contrato é de **18/03/2022 a 31/12/2022.**

Barra do Bugres – MT, 18 de março de 2022.

_____

MARIA AZENILDA PEREIRA

Prefeitura Municipal de Barra do Bugres-MT

Contratante

_____

ARUANAS INFORMATICA LTDA

Aruana Thais Ferreira de Oliveira Silva

Contratada

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº: 05/2022 - SRP

O Município de Barra do Bugres - MT, torna público que no dia 01/04/2022 às 08h00min, estará realizando a licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 05/2022 – Sistema registro de preço, destinado ao REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇAO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO, ALAS E ADUELAS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PUBLICOS DO MUNICIPIO. Maiores informações e edital completo poderão ser obtido junto a comissão de licitação, no Paço Municipal, sito à Praça Felipe Ferreira, 1000, Centro, das 07hs00min às 13hs00min, no site www.barradobugres.mt.gov.br/sic, via telefone: (065)3361-3868.

Barra do Bugres-MT, 18 de março de 2022

Edirlei Soares da Costa

Pregoeiro

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº: 04/2022 - SRP

O Município de Barra do Bugres - MT, torna público que no dia 01/04/2022 às 10h00min, estará realizando a licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 04/2022 – Sistema registro de preço, destinado ao REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇAO DE VASILHAME E CARGA DE GAS DE COZINHA DESTINADOS A ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.Maiores informações e edital completo poderão ser obtido junto a comissão de licitação, no Paço Municipal, sito à Praça Felipe Ferreira, 1000, Centro, de segunda a sexta-feira das 07hs00min às 13hs00min, no site www.barradobugres.mt.gov.br/sic, via telefone: (065)3361-3868.

Barra do Bugres-MT, 18 de março de 2022

Edirlei Soares da Costa

Pregoeiro

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 017/2022 CARONA Nº 008/2022

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES – MT, CNPJ: 03.507.522/0001-72.

CONTRATADO: WR CALÇADOS EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrito no CNPJ sob nº: 25.369.684/0001-24.

DO OBJETO: O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETO A **AQUISIÇÃO DE PAPETES INFANTIS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS ALUNOS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS, VINCULADOS À SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA DE BARRA DO BUGRES/MT.**

DO VALOR: O valor do objeto deste Contrato é de **R$ 82.005,00 (Oitenta e dois mil e cinco reais).**

DA DOTAÇÃO: As despesas decorrentes com a execução do presente contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO	
08002001236550202633903000001500100 1000	MATERIAL DE CONSUMO - RECURSOS 25% EDUCAÇÃO

VIGÊNCIA: O prazo do presente contrato será do dia **17/03/2022 à 31/12/2022.**

Barra do Bugres – MT, 17 de março de 2022.

_____

MARIA AZENILDA PEREIRA

Prefeita Municipal

Contratante

_____

WR CALÇADOS EIRELI

Halisson Rodrigo Correa

Contratado

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 009/2022

DECRETO Nº 009/2022

"Dispõe sobre o reajuste dos benefícios mantidos pelo Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Barra do Bugres, e dá outras providências."

MARIA AZENILDA PEREIRA Prefeita Municipalde Barra do Bugres, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidos por Lei.

Considerando o disposto no §8º do art. 40 da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 41/2003;

Considerando o disposto no §12 do art. 40 da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 103/2019;

Considerando o disposto na Portaria Interministerial MTP/ME nº. 12, de 17 de janeiro de 2022;

D E C R E T A:

Art. 1º - Os benefícios mantidos pelo Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Barra do Bugres, concedidos ou que tenham cumpridos todos os requisitos para obtenção com base na legislação vigente a partir de 01.01.2004 serão reajustados, de acordo com o índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, a partir de 1o de janeiro de 2022, em **10,16%** (dez inteiros e dezesseis décimos por cento).

§ 1º - Para os benefícios concedidos pelo BARRA-PREVI, a partir de 1º de janeiro de 2021 até 31 de dezembro de 2021, o reajuste nos termos do caput dar-se-á de acordo com os percentuais indicados no anexo deste Decreto.

§ 2º - Para os benefícios que tenham sofrido majoração devido à elevação do salário mínimo para R$ 1.212,00 (um mil duzentos e doze reais), o referido aumento deverá ser descontado quando da aplicação do reajuste de que trata o caput e o § 1°.

Art. 2º - Para os benefícios concedidos pelo BARRA-PREVI, anterior à data estabelecida no *caput* do artigo anterior e com base na regra de transição prevista no art. 8° da Emenda Constitucional nº 20/1998, art. 6° da Emenda Constitucional n.° 41/2003, art. 3° da Emenda Constitucional nº 47/2005 e o art. 6-A da Emenda Constitucional nº 41/2003 com redação dada pela Emenda Constitucional nº 70/2012, o reajuste dar-se-á de acordo com a regra aplicável a cada caso.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 19 de janeiro de 2022.

MARIA AZENILDA PEREIRA

Prefeita Municipal

ANEXO I

FATOR DE REAJUSTE DOS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS DE ACORDO COM AS RESPECTIVAS DATAS DE INÍCIO, APLICÁVEL A PARTIR DE JANEIRO DE 2022

DATA DE INÍCIO DO BENEFÍCIO	REAJUSTE (%)
até janeiro de 2021	**10,16**
em fevereiro de 2021	**9,86**
em março de 2021	**8,97**
em abril de 2021	**8,04**
em maio de 2021	**7,63**
em junho de 2021	**6,61**
em julho de 2021	**5,97**
em agosto de 2021	**4,90**
em setembro de 2021	**3,99**
em outubro de 2021	**2,75**
em novembro de 2021	**1,58**
em dezembro de 2021	**0,73**

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE ADESÃO 11/2022

O município de Barra do Bugres – MT inscrito no CNPJ: 03.507.522/0001-72, torna público a ADESÃO/CARONA 11/2022 originário da **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº Nº51/2021, ORIUNDA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº54/2021 – PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO/MT** que tem como objeto a AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE INFORMÁTICA, MATERIAIS PERMANENTES DE INFORMATICA (COMPUTADORES) PARA ATENDER AS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICIPÍO DE BARRA DO BUGRES/MT. CONTRATADO: ARUANAS INFORMATICA LTDA inscrita no CNPJ sob nº.: 40.735.739/0001-66. Valor total contratado: R$243.600,00 (Duzentos e quarenta e três mil e seiscentos reais). Maiores informações poderão ser obtidas junto a comissão permanente de licitação, no Paço Municipal, sito à Praça Felipe Ferreira Mendes, 1000, Centro, das 07:00 as 13:00, no telefone (065)3361-3868 e no site www.barradobugres.mt.gov.br/sic.

Barra do Bugres/MT, 18 de março de 2022.

EDIRLEI SOARES DA COSTA

Comissão permanente de licitação

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 180/2022

PORTARIA Nº 180/2022

MARIA AZENILDA PEREIRA, Prefeita Municipal de Barra do Bugres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

Considerando o pedido de gozo de férias das conselheiras tutelar RAQUEL ARRUDA DOS SANTOS OLIVEIRA, SIMEIRE DA SILVA SANTOS e MARIA MADALENA DA COSTA, pelo período de 30 dias a partir de 12/03/2022 a 09/06/2022.

Considerando o Ofício nº 698/SMAS/2021 de 16/12/2021 do Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente, com a escala de Férias dos Conselheiros Tutelar.

Considerando a Resolução nº 007/CMDCA/2022de 03/03/2022 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA.

R/E/S/O/L/V/E:

Art.1º - Nomear a Sra. **ROSANA ARRUDA DE SOUZA,** Primeira Suplente do Processo de Escolha do Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Barra do Bugres-MT, Quadriênio 2020/2024 como Conselheira Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente, para substituir as Conselheiras **RAQUEL ARRUDA DOS SANTOS OLIVEIRA,** em período de gozo de férias a contar de **12/03/2022 a 10/04/2022, SIMEIRE DA SILVA SANTOS** em período de gozo de férias a contar de **11/04/2022 a 10/05/2022e MARIA MADALENA DA COSTA**, no período de gozo de férias a contar de **11/05/2022 a 09/06/2022,** conforme escala em anexo.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre - se

Publique - se

Cumpra - se

Gabinete da Prefeita, em 11 de março de 2022.

MARIA AZENILDA PEREIRA

Prefeita Municipal

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 2.502/2022

LEI MUNICIPAL Nº 2.502/2022

Que dispõe sobre Revisão Geral Anual da remuneração dos Servidores Públicos Municipais efetivos, contratados, comissionados e Agentes Políticos do Município de Barra do Bugres, e dá outras providencias.

A Câmara Municipal de Barra do Bugres, tendo em vista o que dispõe o artigo 59 da Lei Orgânica Municipal, aprova e a Prefeita Municipal **MARIA AZENILDA PEREIRA**, nos termos do artigo 77 da Lei Orgânica Municipal, sanciona a seguinte lei.

Art.1º - A Revisão Geral Anual da remuneração dos Servidores Públicos Municipais efetivos, contratados, comissionados e Agentes Políticos, de que trata o art. 37, X da Constituição Federal e art. 173, XI da Lei Orgânica Municipal, será de **10,16% (dez inteiros e dezesseis décimos por cento)**, correspondente a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor INPC, apurado no período de janeiro/2021 a dezembro/2021, e incidirá sobre a folha de pagamento do mês de março de 2022.

Art.2º - Aos servidores integrantes da carreira de professor, além do índice descrito no "caput" do Art.1º, será aplicado o percentual de 14,706% (quatorze inteiros e setecentos e seis milésimos de por cento), visando atender o Novo Piso Salarial Profissional Nacional do Magistério Público da Educação Básica para o exercício de 2022, instituído pela Portaria 67/2022 do Ministério da Educação.

Art.3º - As despesas decorrentes com a execução da presente lei correrão por conta de dotação orçamentária própria, consignadas no orçamento vigente.

Art.4° - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 18 de março de 2022.

MARIA AZENILDA PEREIRA

Prefeita Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 018/2022 CARTA CONVITE Nº 001/2022

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES – MT, CNPJ: 03.507.522/0001-72.

CONTRATADO: SH DA SILVA CAMPOS EIRELI (SH CONSTRUÇÕES), pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrito no CNPJ sob nº **30.251.247/0001-41.**

DO OBJETO: O objeto da presente licitação é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DA UNIDADE DE CENTRO OBSTÉTRICO - "MATERNIDADE".

DO VALOR: O valor total do presente CONTRATO é de R$ 257.987,13 (Duzentos e Cinquenta e Sete Mil, Novecentos e Oitenta e Sete Reais e Treze Centavos).

DA DOTAÇÃO: As despesas decorrentes com a execução do presente contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
CONSTRUÇAO, REFORMA E AMPLIAÇÃO NA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	09.002.0.0.10.302.6030.1139-4.4.90.51.00.00-1500100200

VIGÊNCIA: O *prazo de vigência* do presente Contrato é de 03 (três) meses, sendo de **18/03/2022 até 18/06/2022.** *O prazo para execução dos serviços* será de 03 (três meses).

Barra do Bugres – MT, 18 de março de 2022.

MARIA AZENILDA PEREIRA

Prefeitura Municipal de Barra do Bugres-MT

Contratante

_____

S H DA SILVA CAMPOS EIRELI (S H CONSTRUÇÕES)

Sergio Henrique da Silva Campos

Contratada

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GARÇAS

EXTRATO DE CONTRATO N° 043/2022

EXTRATO DE CONTRATO N° 043/2022

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 037/2022

CONTRATO Nº. 043/2022

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GARÇAS

CNPJ: 03.439.239/0001-50

CONTRATADA: FREDERICO ROSA FONSECA

CNPJ: 34.082.327/0001-71

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA EM REGIME DE PLANTÃO PRESENCIAL, SOBRE AVISO, CONSULTAS, CLÍNICA MÉDICA EM PSFs E DEMANDAS MÉDICAS ESPECIALIZADAS PARA ACOMPANHAMENTO CLÍNICO DE PACIENTES, DE FORMA COMPLEMENTAR AOS SERVIÇOS OFERECIDOS NO MUNICÍPIO DE BARRA DO GARÇAS-MT, DE ACORDO COM OS CRITÉRIOS, TERMOS E CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDIATL DE CREDENCIAMENTO 001/2022 E TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO I.

VALOR: R$ 415.440,00 (QUATROCENTOS E QUINZE MIL QUATROCENTOS E QUARENTA REAIS)

VIGÊNCIA: 09/03/2022 ATE 09/03/2023.

BARRA DO GARÇAS-MT, 18 DE MARÇO DE 2022.

EXTRATO DE CONTRATO N° 038/2022

EXTRATO DE CONTRATO N° 038/2022

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 037/2022

CONTRATO Nº. 038/2022

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GARÇAS

CNPJ: 03.439.239/0001-50

CONTRATADA: ANTÔNIO ROBERTO FERREIRA DA SILVA - CLÍNICA MÉDICA EIRELI

CNPJ: 27.307.364/0001-75

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA EM REGIME DE PLANTÃO PRESENCIAL, SOBRE AVISO, CONSULTAS, CLINICA MEDICA EM PSFS E DEMANDAS MÉDICAS ESPECIALIZADAS PARA ACOMPANHAMENTO CLÍNICO DE PACIENTES, DE FORMA COMPLEMENTAR AOS SERVIÇOS OFERECIDOS NO MUNICÍPIO DE BARRA DO GARÇAS-MT

VALOR: R$ 432.000,00 (QUATROCENTOS E TRINTA E DOIS MIL REAIS)

VIGÊNCIA: 09/03/2022 ATE 09/03/2023.

BARRA DO GARÇAS-MT, 18 DE MARÇO DE 2022.

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 011/2022

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 011/2022

A Prefeitura Municipal de Barra do Garças/MT, estado de Mato Grosso, através do seu Pregoeiro Oficial, nomeado pela Portaria nº 18.277/2022, comunica aos interessados que está aberta licitação na modalidade de Pregão, que será regida pela n°. Lei 10.520 de 17 de julho e 2.002, Lei Complementar nº. 123/2006, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, e suas alterações posteriores e demais disposições aplicáveis.

MODALIDADE: Pregão Presencial para Registro de Preço nº. 011/2022.

OBJETO: **Contratação de empresa especializada para a implementação e operacionalização na prestação de serviços de apoio diagnóstico através da realização de exames laboratoriais para atender as demandas dos pacientes da Unidade de Pronto Atendimento (UPA-24H), adstritos à Secretaria Municipal de Saúde/Prefeitura de Barra do Garças – MT**

REALIZAÇÃO: **31/03/2022**.

INICIO RECEBIMENTOS DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: **08h00min**

INICIO DO CERTAME: **08h30min**

Horário de Brasília.

O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Barra do Garças, no horário das 07h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min, no site da prefeitura https://www.barradogarcas.mt.gov.br/ e no e-mail: licitacao.barradogarcas.mt.gov.br.

BARRA DO GARÇAS - MT, 18 de março de 2022.

Danilson Pereira Brito Pregoeiro Substituto

EXTRATO DE CONTRATO N° 040/2022

EXTRATO DE CONTRATO N° 040/2022

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 037/2022

CONTRATO Nº. 040/2022

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GARÇAS

CNPJ: 03.439.239/0001-50

CONTRATADA: BRUNO GOMES DA SILVA

CNPJ: 30.658.532/0001-81

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA EM REGIME DE PLANTÃO PRESENCIAL, SOBRE AVISO, CONSULTAS, CLINICA MEDICA EM PSFS E DEMANDAS MÉDICAS ESPECIALIZADAS PARA ACOMPANHAMENTO CLÍNICO DE PACIENTES, DE FORMA COMPLEMENTAR AOS SERVIÇOS OFERECIDOS NO MUNICÍPIO DE BARRA DO GARÇAS-MT.

VALOR: R$ 126.000,00 (CENTO E VINTE E SEIS MIL REAIS)

VIGÊNCIA: 09/03/2022 ATE 09/03/2023.

BARRA DO GARÇAS-MT, 18 DE MARÇO DE 2022.

EXTRATO DE CONTRATO N° 044/2022

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 297/2021

CONTRATO Nº. 044/2022

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GARÇAS

CNPJ: 03.439.239/0001-50

CONTRATADA: BANCO DO BRASIL SA

CNPJ: 00.000.000/0001-91

OBJETO: CREDENCIAMENTO BANCO DO BRASIL S A, CNPJ: 00.000.000/0001-91. CREDENCIAMENTO 004/2021.

VALOR: R$ 197.300,00 (CENTO E NOVENTA E SETE MIL E TREZENTOS REAIS)

VIGÊNCIA: 10/03/2022 ATE 10/03/2023.

TERMO ADITIVO Nº. 1 AO CONTRATO Nº. 119/2021.

Pelo presente aditivo contratual, regido pela Lei Federal nº. 8.666/93 de 21/06/93 e alterações posteriores, oMunicípio de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público municipal, inscrita no C. N.P.J. sob o nº. 03.439.239/0001-50 com sede administrativa a Rua Carajás, nº. 522, Centro, representado pelo Prefeito Municipal**, Sr. Adilson Gonçalves de Macedo,** brasileiro, casado, funcionário público, residente e domiciliado à Rua 10, Quadra 12, Lote 03, Jardim Toledo, nesta cidade, portador do RG nº. 1287678 SESP/GO e CPF/MF nº. 307.340.371-04, doravante denominada **CONTRATANTE**, e **J J SILVA SOUSA EIRELLI - ME,** inscrita no CNPJ nº 26.264.988/0001-90, com sede na Rua Cuiabá, n° 205, Bairro: Centro, TORIXOREU – MT, CEP: 78.695-000, representada neste ato pelo Sr. Jeferson José Silva Sousa, RG nº 2139327-3 SSP/MT e CPF nº 033.999.051-14, doravante denominado **CONTRATADA**, conforme cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO.

1.1–O Presente Termo Aditivo tem por objeto o seguinte:

1.2 – Renovação do Contrato pelo período de 10 (Dez) meses.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA ALTERAÇÃO.

2.1 - Fica alterada à Cláusula Segunda – **DO PREÇO; fica acrescido ao contrato original o valor** de **R$ 1.160.000,00 (Um milhão, cento e sessenta mil reais).**

2.2 - Fica alterada à Cláusula Quarta - **DO PRAZO, relativo ao contrato originário; ficando sua vigência prorrogada até o dia 31/12/2022**.

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Órgão: 07 - Secretaria Municipal de Saúde

Reduzido 265 - 07.001.10.302.0108.2059.3390390000 Fonte 1500;

Reduzido 345 - 07.001.10.302.0108.2079.3390390000 Fonte 1600;

Reduzido 398 - 07.001.10.302.0108.2096.3390390000 Fonte 1621;

CLÁUSULA QUARTA: DA JUSTIFICATIVA E DO FUNDAMENTO LEGAL

4.1 – O presente Termo Aditivo ao Contrato Originário faz necessário, pois será necessário contratação de empresa jurídica de direito privado especializada para implementação e operacionalização do laboratório de análises clínicas para realização de exames laboratoriais para atender a necessidade do Hospital Municipal Milton Pessoa Morbeck que atende pacientes de urgência e emergência em demanda espontânea, pacientes internos nos setores de internação, maternidade e UTI. O laboratório a ser implantado e exames realizados nas dependências do Hospital Municipal Milton Pessoa Morbeck, 24 horas por dia em todos os dias da semana.

4.2 - O presente Termo Aditivo, está amparado no Art. 65, § 1º da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA QUINTA: DA VIGÊNCIA.

5.1 – O presente Termo Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, vigendo concomitantemente ao Contrato Originário.

Barra do Garças/MT, 18 de Março de 2022.

EXTRATO DE CONTRATO N° 042/2022

EXTRATO DE CONTRATO N° 042/2022

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 037/2022

CONTRATO Nº. 042/2022

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GARÇAS

CNPJ: 03.439.239/0001-50

CONTRATADA: JORGE AMADO ZIILIO SPOHR EIRELI - ME

CNPJ: 26.413.225/0001-63

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALZADOS DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA EM REGIME DE PLANTÃO PRESENCIAL, SOBRE AVISO, CONSULTAS, CLÍNICA MÉDICA EM PSFs E DEMANDAS MÉDICAS ESPECIALIZADAS PARA ACOMPANHAMENTO CLÍNICO DE PACIENTES, DE FORMA COMPLEMENTAR AOS SERVIÇOS OFERECIDOS NO MUNICÍPIO DE BARRA DO GARÇAS-MT, DE ACORDO COM OS CRITÉRIOS, TERMOS E CONDIÇÕES ESTABELECIDOS NO EDITAL DE CREDENCIAMENTO 001/2022 E TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO I.

VALOR: R$ 486.000,00 (QUATROCENTOS E OITENTA E SEIS MIL REAIS)

VIGÊNCIA: 09/03/2022 ATE 09/03/2023.

BARRA DO GARÇAS-MT, 18 DE MARÇO DE 2022.

EXTRATO DE CONTRATO N° 037/2022

EXTRATO DE CONTRATO N° 037/2022

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. **037/2022**

CONTRATO Nº. 0**37/2022**

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GARÇAS

CNPJ: 03.439.239/0001-50

CONTRATADA: LACERDA ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA LTDA

CNPJ: 36.771.846/0001-72

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA EM REGIME DE PLANTÃO PRESENCIAL, SOBREAVISO, CONSULTAS, CLÍNICA MÉDICA EM UBS – UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE

VALOR: R$ 756.000,00 (SETECENTOS E CINQUENTA E SEIS MIL REAIS

VIGÊNCIA: 09/03/2022 ATE 09/03/2023.

BARRA DO GARÇAS, 18 DE MARÇO DE 2022.

EXTRATO DE CONTRATO N° 039/2022

EXTRATO DE CONTRATO N° 039/2022

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 037/2022

CONTRATO Nº. 039/2022

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GARÇAS

CNPJ: 03.439.239/0001-50

CONTRATADA: MARINA ROCHA DE ASSIS LTDA

CNPJ: 43.515.975/0001-65

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA EM REGIME DE PLANTÃO PRESENCIAL, SOBRE AVISO, CONSULTAS, CLINICA MEDICA EM PSFS E DEMANDAS MÉDICAS ES-

PECIALIZADAS PARA ACOMPANHAMENTO CLÍNICO DE PACIENTES, DE FORMA COMPLEMENTAR AOS SERVIÇOS OFERECIDOS NO MUNICÍPIO DE BARRA DO GARÇAS-MT

VALOR: R$ 331.200,00 (TREZENTOS E TRINTA E UM MIL E DUZENTOS REAIS)

VIGÊNCIA: 09/03/2022 ATE 09/03/2023.

BARRA DO GARÇAS-MT, 18 DE MARÇO DE 2022.

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO JANEIRO 2022

ESTADO DO MATO GROSSO

Prefeitura Municipal de Barra do Garças

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO

MÊS DE JANEIRO 2022

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 001/2022** Contratado: Andressa Cavalcante Martins Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.260,00 Cargo: Assistente Administrativo Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 002** Contratado: Cleverson Santana Da Conceição Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1. 260,00 Cargo: Assistente Administrativo; Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 003** Contratado: Cristiani Moura Oliveira Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.260,00 Cargo: Assistente Administrativo; Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 004** Contratado: Diego Dos Reis Garcia Marques Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1. 260,00 Cargo: Assistente Administrativo; Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 005** Contratado: Divina José De Freitas Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.260,00 Cargo: Assistente Administrativo Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 006** Contratado: Edina Leandra De Sousa Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.260,00 Cargo: Assistente Administrativo Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 007** Contratado: Flávia Noele Ciriano Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.260,00 Cargo: Assistente Administrativo Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 008** Contratado: Isabella Maria Gomes Dos Santos Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.260,00 Cargo: Assistente Administrativo Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 009** Contratado: Marcilene Resplande De Paula Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.260,00 Cargo: Assistente Administrativo Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo:**CONTRATO Nº: 010** Contratado: Omar Jefte Santos Aguiar Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.260,00 Cargo: Assistente Administrativo Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 011** Contratado: Raimara Santos Brito Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.260,00 Cargo: Assistente Administrativo Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 012** Contratado: Rosangela Costa Dos Santos Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1. 260,00 Cargo: Assistente Administrativo Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 013** Contratado: Thiago Camargo Miranda Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.260,00 Cargo: Assistente Administrativo Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 014** Contratado: Patrícia Pereira Wehren Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 2.311,94 Cargo: Assistente Social Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 015** Contratado: Rejane Maria De Sousa Pereira Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 2. 311,94 Cargo: Assistente Social Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo:**CONTRATO Nº: 016** Contratado: Joseani Dos Santos Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.260,00 Cargo: Atendente De Farmácia Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 017** Contratado: Luiz Alberto Duarte De Oliveira Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1. 260,00 Cargo: Auxiliar De Farmácia Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 018** Contratado: Paula De Souza Brandão Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.260,00 Cargo: Auxiliar De Farmácia Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 019** Contratado: Dalva Da Silva Oliveira Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.212,00 Cargo: Auxiliar De Serviços Gerais Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 020** Contratado: Dayany Do Carmo Medrado De Souza Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.212,00 Cargo: Auxiliar De Serviços Gerais Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 021** Contratado: Dinorá Rodrigues Nogueira Da Luz Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.212,00 Cargo: Auxiliar De Serviços Gerais Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 022** Contratado: Divina Magna Rodrigues Mota Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1. 212,00 Cargo: Auxiliar De Serviços Gerais Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 023** Contratado: Geidna Thawane Fernandes Brito Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1. 212,00 Cargo: Auxiliar De Serviços Gerais Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 024** Contratado: Maria Da Paz Lopes Da Silva Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.212,00 Cargo: Auxiliar De Serviços Gerais Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 025** Contratado: Marlene Da Silva Gonçalves Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1. 212,00 Cargo: Auxiliar De Serviços Gerais Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 026** Contratado: Mateus Henrique Da

Cunha Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.212,00 Cargo: Auxiliar De Serviços Gerais Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 027** Contratado: Arminda Quirina De Lima Gouvéia Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1. 212,00 Cargo: Auxiliar De Serviços Gerais Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 028** Contratado: Guimar De Souza Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.212,00 Cargo: Auxiliar De Cozinha Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 029** Contratado: Josselma Aparecida Silva Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.212,00 Cargo: Auxiliar De Cozinha Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 030** Contratado: Norma Nery De Sousa Santos Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1. 212,00 Cargo: Auxiliar De Cozinha Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 031** Contratado: Vanda Pereira Lima Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.212,00 Cargo: Auxiliar De Cozinha Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 032** Contratado: Zélia Silva Barbosa Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.212,00 Cargo: Auxiliar De Cozinha Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 033** Contratado: Gabriela Paranhos Benevides Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1. 212,00 Cargo: Copeira Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 034** Contratado: Maria Aparecida Bueno Oliveira Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1. 212,00 Cargo: Copeira Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 035** Contratado: Cleuza Alves Campos Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.212,00 Cargo: Cozinheira Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 036** Contratado: Lidionete Aparecida Lima Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.212,00 Cargo: Cozinheira Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 037** Contratado: Luzinete Ferreira Fagundes Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1. 212,00 Cargo: Cozinheira Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 038** Contratado: Maria Eunice Vieira De Moura Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1. 212,00 Cargo: Cozinheira Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 039** Contratado: Naiara Andreska Telécio Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.212,00 Cargo: Cozinheira Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 040** Contratado: Allana Amaral Leal Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 3.074,88 Cargo: Enfermeiro Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 041** Contratado: Analu Livi **Data/ Início:** 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 3.074,88 Cargo: Enfermeiro Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 042** Contratado: Andréa Aguiar Viana Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 3.074,88 Cargo: Enfermeiro Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 043** Contratado: André Luis Nascimento Da Silva Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 3.074,88 Cargo: Enfermeiro Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 044** Contratado: Bianca Alves Barros Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 3.074,88 Cargo: Enfermeiro Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 045** Contratado: Cleberson Júnior Oliveira De Moraes Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 3.074,88 Cargo: Enfermeiro Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 046** Contratado: Danillo Denner Oliveira Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 3.074,88 Cargo: Enfermeiro Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 047** Contratado: Danilo Fernando Gonçalves Gonzaga Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 3.074,88 Cargo: Enfermeiro Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 048** Contratado: Dayene Carvalho Pinheiro Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 3.074,88 Cargo: Enfermeiro Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 049** Contratado: Ingrid Cristina Dos Reis Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 3.074,88 Cargo: Enfermeiro Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 050** Contratado: Irian Ferreira Dos Santos Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 3.074,88 Cargo: Enfermeiro Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 051** Contratado: Jacqueline Hariane Almeida Aguiar Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 3. 074,88 Cargo: Enfermeiro Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 052** Contratado: Jhenny Sousa Alves Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 3.074,88 Cargo: Enfermeiro Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 053** Contratado: Juliana Dos Santos Monção Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 3.074,88 Cargo: Enfermeiro Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 054** Contratado: Karla Karolaine Sousa E Silva Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 3. 074,88 Cargo: Enfermeiro Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 055** Contratado: Lázia Fernandes

Vasconcelos Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 3.074,88 Cargo: Enfermeiro Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 056** Contratado: Lei Diane Mendes Barros Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 3.074,88 Cargo: Enfermeiro Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 057** Contratado: Letícia Piaba Dos Santos Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 3.074,88 Cargo: Enfermeiro Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 058** Contratado: Lidiane Santos Sousa Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 3.074,88 Cargo: Enfermeiro Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 059** Contratado: Lorena Moura Cavalcante Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 3.074,88 Cargo: Enfermeiro Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 060** Contratado: Luciana Da Silva Araújo Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 3.074,88 Cargo: Enfermeiro Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 061** Contratado: Maria Aparecida Claudino De Freitas Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 3.074,88 Cargo: Enfermeiro Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 062** Contratado: Maria Auxiliadora Taveira Lopes Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 3.074,88 Cargo: Enfermeiro Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 063** Contratado: Maria Luiza Fernandes Vilela Rosa Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 3.074,88 Cargo: Enfermeiro Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 064** Contratado: Pollyana Lopes Maciel Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 3.074,88 Cargo: Enfermeiro Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 065** Contratado: Rayane Oliveira Silva Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 3.074,88 Cargo: Enfermeiro Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 066** Contratado: Rayna Araújo De Oliveira Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 3.074,88 Cargo: Enfermeiro Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 067** Contratado: Rodrigues Oliveira Da Silva Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 3.074,88 Cargo: Enfermeiro Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 068** Contratado: Tayla Queren Dos Santos Basso Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 3.074,88 Cargo: Enfermeiro Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 069** Contratado: Wender Gonçalves Coelho Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 3.074,88 Cargo: Enfermeiro Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 070** Contratado: Diolino Ricardo De Oliveira Neto Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 3.074,88 Cargo: Farmacêutico Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 071** Contratado: Andressa Cardoso Nunes Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 2.311,94 Cargo: Fisioterapêuta Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 072** Contratado: Dyego Franncis Costa Matos Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 2.311,94 Cargo: Fisioterapêuta Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 073** Contratado: Enéas Neves Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 2.311,94 Cargo: Fisioterapêuta Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 074** Contratado: Ercília Alencar Dias Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 2.311,94 Cargo: Fisioterapêuta Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 075** Contratado: Felipe Sousa Melo Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 2.311,94 Cargo: Fisioterapêuta Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 076** Contratado: Malu Maria Kawamata Dos Santos Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 2.311,94 Cargo: Fisioterapêuta Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 077** Contratado: Mikelaine Bianca Silva Dos Santos Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 2.311,94 Cargo: Fisioterapêuta Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 078** Contratado: Pablo Ricardo Neves Varjão Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 2.311,94 Cargo: Fisioterapêuta Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 079** Contratado: Rejane Pereira Rezende Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 2.311,94 Cargo: Fisioterapêuta Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 080** Contratado: Telma Alves De Lima Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 2.311,94 Cargo: Fisioterapêuta Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 081** Contratado: Thainara Almeida Faria Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 2.311,94 Cargo: Fisioterapêuta Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 082** Contratado: Vinicius Francisco De Lima Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 2.311,94 Cargo: Fisioterapêuta Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 083** Contratado: Yanka Dos Santos Pereira Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 2.311,94 Cargo: Fisioterapêuta Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 084** Contratado: Doglas Rafael Mou-

ra Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.212,00 Cargo: Maqueiro Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 085** Contratado: Gabriel Sousa Ribeiro Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.212,00 Cargo: Maqueiro Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 086** Contratado: Higor Mendes Matos Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.212,00 Cargo: Maqueiro Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 087** Contratado: Érick Roque Tavares Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.212,00 Cargo: Maqueiro Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 088** Contratado: Osvaldo Martins Da Silva Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.212,00 Cargo: Maqueiro Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 089** Contratado: Pedro Paulo De Paula Lopes Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1. 212,00 Cargo: Maqueiro Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 090** Contratado: Helson Rosa De Souza Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.212,00 Cargo: Motorista Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 091** Contratado: Hugo Da Silva Costa Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.212,00 Cargo: Motorista Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 092** Contratado: Jonas Pereira De Souza Filho Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1. 212,00 Cargo: Motorista Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 093** Contratado: Osvaldo Sousa Da Purificação Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1. 212,00 Cargo: Motorista Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 094** Contratado: Izaelma Daiane Rocha Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 3.074,88 Cargo: Nutricionista Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 095** Contratado: Juliana Cabral Dos Santos Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 3.074,88 Cargo: Nutricionista Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 096** Contratado: Luciani Da Silva Cruz Ferraz Cândido Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 3.074,88 Cargo: Nutricionista Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 097** Contratado: Gabriel Antônio Duarte Lissner Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 3. 074,88 Cargo: Psicólogo Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 098** Contratado: Abadia Eliane De Carvalho Silva Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1. 350,00 Cargo: Técnico De Enfermagem Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 099** Contratado: Adriana Bispo Dos Santos Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.350,00 Cargo: Técnico De Enfermagem Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 100** Contratado: Alan Carlos De Abreu Barbosa Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1. 350,00 Cargo: Técnico De Enfermagem Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 101** Contratado: Andressa Lemes De Souza Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.350,00 Cargo: Técnico De Enfermagem Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 102** Contratado: Ana Maria De Oliveira Da Silva Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1. 350,00 Cargo: Técnico De Enfermagem Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 103** Contratado: Ana Paula Alves De Aguiar Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.350,00 Cargo: Técnico De Enfermagem Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 104** Contratado: Ana Rosa José Da Silva Cândido Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1. 350,00 Cargo: Técnico De Enfermagem Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 105** Contratado: Camila Luíza Borges Leal Utsunomiya Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.350,00 Cargo: Técnico De Enfermagem Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 106** Contratado: Célia Maria Vieira Lima Isa Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.350,00 Cargo: Técnico De Enfermagem Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 107** Contratado: Celma Souza De Melo Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.350,00 Cargo: Técnico De Enfermagem Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 108** Contratado: Cibele Martins Barosa De Azevedo Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.350,00 Cargo: Técnico De Enfermagem Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 109** Contratado: Cristina Rodrigues Dias Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.350,00 Cargo: Técnico De Enfermagem Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 110** Contratado: Cristyan De Lima Mafra Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.350,00 Cargo: Técnico De Enfermagem Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 111** Contratado:Elaine Cristina Sacramento Belém Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 3.074,88 Cargo: Enfermeiro Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 112** Contratado: Deuzenice Pereira Dos Santos Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1. 350,00 Cargo: Técnico De Enfermagem Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 113** Contratado: Divino Filho Araújo

Da Silva Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.350,00 Cargo: Técnico De Enfermagem Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 114** Contratado: Duceli Da Silva Belém Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.350,00 Cargo: Técnico De Enfermagem Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 115** Contratado:Durcelina Pereira Do Nascimento Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.350,00 Cargo: Técnico De Enfermagem Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 116** Contratado: Elivânia Vieira Pimentel Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.350,00 Cargo: Técnico De Enfermagem Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 117** Contratado: Ezilda Sobreira Dos Santos Carneiro Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.350,00 Cargo: Técnico De Enfermagem Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 118** Contratado: Fabiana Silva Moraes Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.350,00 Cargo: Técnico De Enfermagem Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 119** Contratado: Geanny Morais Sanos Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.350,00 Cargo: Técnico De Enfermagem Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 120** Contratado: Gelsa Dos Anjos Fernandes Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.350,00 Cargo: Técnico De Enfermagem Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 121** Contratado: Gilmária Rodrigues De Assis Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.350,00 Cargo: Técnico De Enfermagem Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 122** Contratado: Gisele Bento Da Cruz Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.350,00 Cargo: Técnico De Enfermagem Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 123** Contratado: Gisele Silva Lima Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.350,00 Cargo: Técnico De Enfermagem Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 124** Contratado: Gleiner Pinheiro Yamal Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.350,00 Cargo: Técnico De Enfermagem Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 125** Contratado: Jhoany Ribeiro De Sousa Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.350,00 Cargo: Técnico De Enfermagem Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 126** Contratado: João Sulivam Nunes Rodrigues Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.350,00 Cargo: Técnico De Enfermagem Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 127** Contratado: Joquebede Maria Gonçalves Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.350,00 Cargo: Técnico De Enfermagem Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 128** Contratado: Juracilda Alves Teixeira Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.350,00 Cargo: Técnico De Enfermagem Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 129** Contratado: Jussânia Nunes Belém Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.350,00 Cargo: Técnico De Enfermagem Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 130** Contratado: Kelly Da Silva Nunes Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.350,00 Cargo: Técnico De Enfermagem Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 131** Contratado: Kênia De Sousa Almeida Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.350,00 Cargo: Técnico De Enfermagem Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 132** Contratado: Laiane Paula Ferreira Barbosa Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.350,00 Cargo: Técnico De Enfermagem Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 133** Contratado: Leydianne Rodrigues Matos Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.350,00 Cargo: Técnico De Enfermagem Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 134** Contratado: Lilian Mara Gomes Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.350,00 Cargo: Técnico De Enfermagem Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 135** Contratado: Lindomar Ribeiro Maciel Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.350,00 Cargo: Técnico De Enfermagem Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 136** Contratado: Losenilda Alves Pereira Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.350,00 Cargo: Técnico De Enfermagem Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 137** Contratado: Lucilene Ferreira Magalhães Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.350,00 Cargo: Técnico De Enfermagem Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 138** Contratado: Lu Es Tany Cavalcante Ferreira Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.350,00 Cargo: Técnico De Enfermagem Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 139** Contratado: Maria Da Glória Pires Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.350,00 Cargo: Técnico De Enfermagem Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 140** Contratado: Maria De Fatima Rezende Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.350,00 Cargo: Técnico De Enfermagem Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 141** Contratado: Maria De Lourdes Faria Lima Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.350,00 Cargo: Técnico De Enfermagem Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 142** Contratado: Maria Madalena

Ferreira Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.350,00 Cargo: Técnico De Enfermagem Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 143** Contratado:Maria Piedade Quirino Dos Santos Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1. 350,00 Cargo: Técnico De Enfermagem Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 144** Contratado: Maria Sandra Dos Santos Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.350,00 Cargo: Técnico De Enfermagem Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 145** Contratado: Marilda Francisca De Amorim Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1. 350,00 Cargo: Técnico De Enfermagem Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 146** Contratado: Mary Dos Santos Oliveira Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.350,00 Cargo: Técnico De Enfermagem Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 147** Contratado: Miraide Nascimento Pereira Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.350,00 Cargo: Técnico De Enfermagem Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 148** Contratado: Mislene Oliveira Silva Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.350,00 Cargo: Técnico De Enfermagem Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 149** Contratado: Nilvany Ferreira Da Silva Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.350,00 Cargo: Técnico De Enfermagem Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 150** Contratado: Nubia Tatiane De Jesus Santos Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1. 350,00 Cargo: Técnico De Enfermagem Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 151** Contratado: Odilza Maria Da Silva Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.350,00 Cargo: Técnico De Enfermagem Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 152** Contratado: Ozenildes Souza E Silva Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.350,00 Cargo: Técnico De Enfermagem Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 153** Contratado: Pamylla Sweeuds Da Silva Chagas Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.350,00 Cargo: Técnico De Enfermagem Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 154** Contratado: Patrícia Da Silva Gomes Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.350,00 Cargo: Técnico De Enfermagem Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 155** Contratado: Phaulla Nubya De Souza Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.350,00 Cargo: Técnico De Enfermagem Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 156** Contratado: Polliane Oliveira Ferreira Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.350,00 Cargo: Técnico De Enfermagem Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 157** Contratado: Regiane Simão Patrocínio Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.350,00 Cargo: Técnico De Enfermagem Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 158** Contratado: Renata Miranda Matos Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.350,00 Cargo: Técnico De Enfermagem Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 159** Contratado: Rita De Cássia Mendes Gouvéa Santos Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.350,00 Cargo: Técnico De Enfermagem Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 160** Contratado: Romeu Nomotse Tserenhibe Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1. 350,00 Cargo: Técnico De Enfermagem Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 161** Contratado: Silmaria Maria Bento Dos Santos Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1. 350,00 Cargo: Técnico De Enfermagem Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 162** Contratado: Simone Oliveira Barbosa Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.350,00 Cargo: Técnico De Enfermagem Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 163** Contratado: Sueleide Alves Figueiredo Da Silva Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.350,00 Cargo: Técnico De Enfermagem Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 164** Contratado: Suelene Aparecida Da Silva Viana Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1. 350,00 Cargo: Técnico De Enfermagem Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 165** Contratado: Tatiana Aparecida Vargas Tavares Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1. 350,00 Cargo: Técnico De Enfermagem Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 166** Contratado: Taysa Queiroz De Sousa Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.350,00 Cargo: Técnico De Enfermagem Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 167** Contratado: Valéria Bastos De Oliveira Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.350,00 Cargo: Técnico De Enfermagem Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 168** Contratado: Valmirene Martins Oliveira Santos Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1. 350,00 Cargo: Técnico De Enfermagem Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 169** Contratado: Vanda Maria Oliveira Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.350,00 Cargo: Técnico De Enfermagem Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 170** Contratado: Vaneildes De Avila Costa Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.350,00 Cargo: Técnico De Enfermagem Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 171** Contratado: Vanusa Aparecida

Da Silva Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.350,00 Cargo: Técnico De Enfermagem Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 172** Contratado: Eliz Márcia Anderson Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.350,00 Cargo: Técnico De Enfermagem Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 173** Contratado: Râmila Pires Maieiro Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.350,00 Cargo: Técnico De Enfermagem Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 174** Contratado: Adriano Queiroz Rios Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.350,00 Cargo: Técnico Em Radiologia Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 175** Contratado: Charly Aguinel De Oliveira Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.350,00 Cargo: Técnico Em Radiologia Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 176** Contratado: Fábio Cândido Da Silva Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.350,00 Cargo: Técnico Em Radiologia Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 177** Contratado: Rui Rey Ramos Mendes Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.350,00 Cargo: Técnico Em Radiologia Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 178** Contratado: Kerollyn Aparecida Moura Valin Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.212,00 Cargo: Porteiro Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 179** Contratado: Rillary Fernanda Silva Neves Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.212,00 Cargo: Porteiro Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 180** Contratado: Vanessa Silva De Souza Rezende Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.212,00 Cargo: Porteiro Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 181** Contratado: Aparecido De Jesus Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.212,00 Cargo: Vigia Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 182** Contratado: Gabriela Macedo Gonçalves Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.212,00 Cargo: Vigia Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 183** Contratado: Adelson Gabriel Sales Lopes Da Silva Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 3.074,88 Cargo: Enfermeiro Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 184** Contratado: Ana Cristina Oliveira Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 3.074,88 Cargo: Enfermeiro Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 185** Contratado: Andreia Waleska Machado Borges Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 3.074,88 Cargo: Enfermeiro Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 186** Contratado: Bruna Gomes Alves Rocha Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 3.074,88 Cargo: Enfermeiro Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 187** Contratado: Camila Feitosa Da Luz Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 3.074,88 Cargo: Enfermeiro Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 188** Contratado: Camila Guimaraes Nunes Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 3.074,88 Cargo: Enfermeiro Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 189** Contratado: Claudia Gomes Dias Ibrahim Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 3.074,88 Cargo: Enfermeiro Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 190** Contratado: Isabela Ferreira Nogueira Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 3.074,88 Cargo: Enfermeiro Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 191** Contratado: Jacqueline Viana Garcia Marques Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 3.074,88 Cargo: Enfermeiro Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 192** Contratado: Jerlandia Pereira Dias Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 3.074,88 Cargo: Enfermeiro Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 193** Contratado: Josiane Oliveira Da Silva Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 3.074,88 Cargo: Enfermeiro Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 194** Contratado: Leonardo Nogueira Vilela Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 3.074,88 Cargo: Enfermeiro Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 195** Contratado: Lorraine Da Silva Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 3.074,88 Cargo: Enfermeiro Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 196** Contratado: Maria Piedade Cordeiro Da Silva Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 3.074,88 Cargo: Enfermeiro Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 197** Contratado: Natalia Da Silva Sousa Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 3.074,88 Cargo: Enfermeiro Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 198** Contratado: Phabllo José Venâncio De Camargo Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 3.074,88 Cargo: Enfermeiro Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 199** Contratado: Poliana Dos Santos Lima Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 3.074,88 Cargo: Enfermeiro Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 200** Contratado: Regiane Vidotti De

Souza Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 3.074,88 Cargo: Enfermeiro Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 201** Contratado: Rita De Cassia Duarte Alves Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 3. 074,88 Cargo: Enfermeiro Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 202** Contratado: Silvia Mara Carvalho Silva Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 3.074,88 Cargo: Enfermeiro Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 203** Contratado: Suzicléia Elizabete De Jesus Franco Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 3.074,88 Cargo: Enfermeiro Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 204** Contratado: Telmaci Alencar De Sousa Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 3.074,88 Cargo: Enfermeiro Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 205** Contratado: Weila Pereira Silva Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 3.074,88 Cargo: Enfermeiro Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 206** Contratado: Maria De Fatima Pereira Da Silva Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.350,00 Cargo: Técnico Em Enfermagem Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 207** Contratado: Sara Horácio Da Silva Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.350,00 Cargo: Técnico Em Enfermagem Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 208** Contratado: Camila Da Silva Nunes Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 3.074,88 Cargo: Enfermeiro Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 209** Contratado: Carmen Mendes Alencar Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.350,00 Cargo: Técnico Em Enfermagem Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 210** Contratado: Patricia Silva Garson Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.350,00 Cargo: Técnico Em Enfermagem Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 211** Contratado: Maiane Thaise Ferreira Da Conceição Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.350,00 Cargo: Técnico Em Enfermagem Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 212** Contratado: Bianca Pereira Honorato Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.350,00 Cargo: Técnico Em Enfermagem Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 213** Contratado: Gisele Gonçalves Paixão Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.350,00 Cargo: Técnico Em Enfermagem Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 214** Contratado: Iranildes Soares Galvão Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.350,00 Cargo: Técnico Em Enfermagem Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 215** Contratado: Raquel Martins De Freitas Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.350,00 Cargo: Técnico Em Enfermagem Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 216** Contratado: Joseany Nery Duque Martins Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1. 350,00 Cargo: Técnico Em Enfermagem Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 217** Contratado: Emmanoel Edson Ambrosio Quirino Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.350,00 Cargo: Técnico Em Enfermagem Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 218** Contratado: Maira Gomes Duarte Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.350,00 Cargo: Técnico Em Enfermagem Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 219** Contratado: Ana Paula Silva Lima Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.350,00 Cargo: Técnico Em Enfermagem Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 220** Contratado: Rosimeire Evangelista Dos Santos Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.350,00 Cargo: Técnico Em Enfermagem Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 221** Contratado: Sandra Marcia Da Silva Borges Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.350,00 Cargo: Técnico Em Enfermagem Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 222** Contratado: Leidinaura Alves Da Silva Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.350,00 Cargo: Técnico Em Enfermagem Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 223** Contratado: Edivânia Alves Silva Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.350,00 Cargo: Técnico Em Enfermagem Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 224** Contratado: Marilva Gomes Costa Da Cruz Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1. 350,00 Cargo: Técnico Em Enfermagem Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 225** Contratado: Jéssika Marcela Silva Marques Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1. 350,00 Cargo: Técnico Em Enfermagem Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 226** Contratado: Maria José Batista Alves Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.350,00 Cargo: Técnico Em Enfermagem Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 227** Contratado: Necila Aparecida Da Silva Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.350,00 Cargo: Técnico Em Enfermagem Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 228** Contratado: Márcia Aparecida Nogueira De Araújo Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.350,00 Cargo: Técnico Em Enfermagem Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 229** Contratado: Carolina Teixeira

Maia Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 2.311,94 Cargo: Fisioterapêuta Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 230** Contratado: Laís Garcia Rodrigues Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 2.311,94 Cargo: Fisioterapêuta Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 231** Contratado: Luma De Oliveira Carvalho Magalhães Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 2.311,94 Cargo: Fisioterapêuta Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 232** Contratado: Maiara Da Silva Nascimento Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 2. 311,94 Cargo: Fisioterapêuta Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 233** Contratado: Luiz Filho Antônio Da Silva Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.212,00 Cargo: Motorista (Contrato = Porteiro) Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 234** Contratado: Pedro Fernando Ferreira Soares Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1. 212,00 Cargo: Motorista Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 235** Contratado: Vagner Carlos Rosemberg Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.212,00 Cargo: Motorista Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 236** Contratado: Andressa Silva Souza Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.260,00 Cargo: Assistente Administrativo Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 237** Contratado: Érika Nogueira Xavier Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.260,00 Cargo: Assistente Administrativo Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 238** Contratado: Karolina Rafaela Silva Manzan Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1. 260,00 Cargo: Assistente Administrativo Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 239** Contratado: Lucas Henrique Kosanke Castro Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1. 260,00 Cargo: Assistente Administrativo (Contrato = Maqueiro) Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 240** Contratado: Nadia Silva Câmara Cavalcante Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1. 260,00 Cargo: Assistente Administrativo Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 241** Contratado: Pollyana Ambrósio Pereira Da Silva Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.260,00 Cargo: Assistente Administrativo Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 242** Contratado: Silvany Alves De Souza Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.260,00 Cargo: Assistente Administrativo Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 243** Contratado: Tháila Gomes De Oliveira Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.260,00 Cargo: Assistente Administrativo Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 244** Contratado: Túlio David Silva Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.260,00 Cargo: Assistente Administrativo Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 245** Contratado: Bruno Nogueira Da Silva Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.212,00 Cargo: Porteiro Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 246** Contratado: Claudio Moreira Gomes Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.212,00 Cargo: Porteiro Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 247** Contratado: Jheynys Jheys Barbosa Macedo Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1. 212,00 Cargo: Porteiro Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 248** Contratado: Márcio Aguiar De Moura Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.212,00 Cargo: Porteiro Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 249** Contratado: José Antônio Beserra Barbosa Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1. 212,00 Cargo: Maqueiro Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 250** Contratado: Lázaro Vinicius Alves Silva Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.212,00 Cargo: Maqueiro Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 250** Contratado: Lázaro Vinicius Alves Silva Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.212,00 Cargo: Maqueiro Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 251** Contratado: Phablo Henrique Jardim De Freitas Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.212,00 Cargo: Maqueiro Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 252** Contratado: Wellington Johnathan Oliveira Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1. 212,00 Cargo: Maqueiro Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 253** Contratado: Deisy Maria De Medeiros Maciel Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.350,00 Cargo: Radiologia Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 254** Contratado: Elisângela Batista Furtado Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.350,00 Cargo: Radiologia Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 255** Contratado: Jaqueline Sousa Correia Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.350,00 Cargo: Radiologia Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 256** Contratado: Joelma Fidelis De Oliveira Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.350,00 Cargo: Radiologia Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 257** Contratado: Maria Aparecida

Rezende Almeida Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.350,00 Cargo: Radiologia Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 258** Contratado: Hérica Lorraine Peres Oliveira Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 3. 074,88 Cargo: Nutricionista Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 259** Contratado: Luzivan Resplande De Almeida Oliveira Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.212,00 Cargo: Copeira Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 260** Contratado: Amanda Ramalho Ferreira Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.212,00 Cargo: Auxiliar De Serviços Gerais Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 261** Contratado: Oseni Pereira Da Silva Barros Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 2. 311,94 Cargo: Assistente Social Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 262** Contratado: Drielli Christine Mendes De Macedo Pereira Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 2.311,94 Cargo: Assistente Social Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 263** Contratado: Sílvia Maria Santetti Robetti Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 3.074,88 Cargo: Farmacêutico Bioquímico Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 264** Contratado: Valéria De Fátima Rodrigues Jesus Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 3.074,88 Cargo: Farmacêutico Bioquímico Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 265** Contratado: Arli Silva Dos Sntos Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.260,00 Cargo: Auxiliar De Farmácia Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 266** Contratado: Gustavo Gonçalves Pereira Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.260,00 Cargo: Auxiliar De Farmácia Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 267** Contratado: Lilian Ambrósio Da Silva Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.260,00 Cargo: Auxiliar De Farmácia Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 268** Contratado: Lucelma Angélica Dias Dos Santos Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.260,00 Cargo: Auxiliar De Farmácia Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 269** Contratado: Adson Carvalho Do Nascimento Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 31/12/2022 Valor: R$ 1. 357,39 Cargo: AAE Secretária: Sec. De Educação

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 270** Contratado: Ailson Alves Da Silva Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 31/12/2022 Valor: R$ 1.357,39 Cargo: AAE Secretária: Sec. De Educação

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 271** Contratado: Alberone Francisco De Souza Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 31/12/2022 Valor: R$ 1. 357,39 Cargo: AAE Secretária: Sec. De Educação

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 272** Contratado: Alfredo Rodrigues Feitosa Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 31/12/2022 Valor: R$ 1.357,39 Cargo: AAE Secretária: Sec. De Educação

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 273** Contratado: Allana Mendes Dourado Carvalho Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 31/12/2022 Valor: R$ 1.357,39 Cargo: AAE Secretária: Sec. De Educação

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 274** Contratado: Bianca Sales Rodrigues Borges Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 31/12/2022 Valor: R$ 1. 357,39 Cargo: AAE Secretária: Sec. De Educação

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 275** Contratado: Bruno Silva Santos Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 31/12/2022 Valor: R$ 1.357,39 Cargo: AAE Secretária: Sec. De Educação

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 276** Contratado: Celismar Rosa Da Silva Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 31/12/2022 Valor: R$ 1.357,39 Cargo: AAE Secretária: Sec. De Educação

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 277** Contratado: Cristiane Ribeiro De Araujo Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 12/11/2022 Valor: R$ 3.247,02 Cargo: Professor Secretária: Sec. De Educação

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 278** Contratado: Deuzomildo E Jesus Da Silva Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 31/12/2022 Valor: R$ 1.357,39 Cargo: AAE Secretária: Sec. De Educação

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 279** Contratado: Diogo Correia Vieira Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 31/12/2022 Valor: R$ 1.357,39 Cargo: AAE Secretária: Sec. De Educação

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 280** Contratado: Emílio Rodrigues De Oliveira Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 31/12/2022 Valor: R$ 2.036,09 Cargo: AAE Secretária: Sec. De Educação

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 281** Contratado: Heleno Vieira Da Silva Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 31/12/2022 Valor: R$ 3.788,19 Cargo: Professor Secretária: Sec. De Educação

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 282** Contratado: Indiara Pe'rahoriwe Wairotsu Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 20/10/2022 Valor: R$ 1.357,39 Cargo: AAE Secretária: Sec. De Educação

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 283** Contratado: Ismael Neves Dos Santos Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 31/12/2022 Valor: R$ 1.357,39 Cargo: AAE Secretária: Sec. De Educação

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 284** Contratado: Jean Alves Martins Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 31/12/2022 Valor: R$ 1.357,39 Cargo: AAE Secretária: Sec. De Educação

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 285** Contratado: João Alves De Barros Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 31/12/2022 Valor: R$ 1.357,39 Cargo: AAE Secretária: Sec. De Educação

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 286** Contratado: João Augusto De

Oliveira Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 31/12/2022 Valor: R$ 1.357,39 Cargo: AAE Secretária: Sec. De Educação

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 287** Contratado: José Miranda Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 31/12/2022 Valor: R$ 1.357,39 Cargo: AAE Secretária: Sec. De Educação

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 288** Contratado: José Roberto Francisco Lopes Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 31/12/2022 Valor: R$ 1.357,39 Cargo: AAE Secretária: Sec. De Educação

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 289** Contratado: Josélio Azevedo Da Silva Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 31/12/2022 Valor: R$ 1.357,39 Cargo: AAE Secretária: Sec. De Educação

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 290** Contratado: Josemir Antônio De Sousa Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 31/12/2022 Valor: R$ 1.357,39 Cargo: AAE Secretária: Sec. De Educação

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 291** Contratado: Josicléia Gomes Nunes Rodrigues Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 20/01/2022 Valor: R$ 3.247,02 Cargo: Professor Secretária: Sec. De Educação

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 292** Contratado: Lizregina Maciel Gomes Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 29/01/2022 Valor: R$ 1.298,80 Cargo: Professor Secretária: Sec. De Educação

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 293** Contratado: Lucas Maciel Mota Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 31/12/2022 Valor: R$ 1.357,39 Cargo: AAE Secretária: Sec. De Educação

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 294** Contratado: Luciano Oliveira Sales Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 31/12/2022 Valor: R$ 1.357,39 Cargo: AAE Secretária: Sec. De Educação

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 295** Contratado: Luiz Adalberto Ferreira Iglesias Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 31/12/2022 Valor: R$ 1.357,39 Cargo: AAE Secretária: Sec. De Educação

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 296** Contratado: Manoel Pereira De Souza Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 31/12/2022 Valor: R$ 1.357,39 Cargo: AAE Secretária: Sec. De Educação

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 297** Contratado: Mateus Sales De Faria Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 31/12/2022 Valor: R$ 1.357,39 Cargo: AAE Secretária: Sec. De Educação

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 298** Contratado: Mauro Cézar Venâncio Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 31/12/2022 Valor: R$ 1.357,39 Cargo: AAE Secretária: Sec. De Educação

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 299** Contratado: Monique Milhomem Silva Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 15/10/2022 Valor: R$ 2.164,68 Cargo: Professor Secretária: Sec. De Educação

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 300** Contratado: Nayara Feitosa De Moraes Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/05/2022 Valor: R$ 3.247,02 Cargo: Professor Secretária: Sec. De Educação

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 301** Contratado: Paulo Roberto Dos Santos Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 31/12/2022 Valor: R$ 1.357,39 Cargo: AAE Secretária: Sec. De Educação

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 302** Contratado: Pulquério Gomes De Souza Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 31/12/2022 Valor: R$ 1.357,39 Cargo: AAE Secretária: Sec. De Educação

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 303** Contratado: Raimundo Alves Da Silva Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 31/12/2022 Valor: R$ 1.357,39 Cargo: AAE Secretária: Sec. De Educação

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 304** Contratado: Raimundo Mendes Da Silva Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 31/12/2022 Valor: R$ 1.357,39 Cargo: AAE Secretária: Sec. De Educação

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 305** Contratado: Rodrigo Carvalho Lima Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 31/12/2022 Valor: R$ 1.357,39 Cargo: AAE Secretária: Sec. De Educação

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 306** Contratado: Rodrigo Nunes Teixeira Araújo Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 31/12/2022 Valor: R$ 1.357,39 Cargo: AAE Secretária: Sec. De Educação

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 307** Contratado: Rogério Batista Maciel Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 31/12/2022 Valor: R$ 1.357,39 Cargo: AAE Secretária: Sec. De Educação

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 308** Contratado: Rosalina Wa'utomodzadzei'õ Tserebudu Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/09/2022 Valor: R$ 1.357,39 Cargo: AAE Secretária: Sec. De Educação

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 309** Contratado: Sebastião Ferreira Dos Santos Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 31/12/2022 Valor: R$ 1.357,39 Cargo: AAE Secretária: Sec. De Educação

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 310** Contratado: Vanderley Vieira Dos Santos Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 31/12/2022 Valor: R$ 1.357,39 Cargo: AAE Secretária: Sec. De Educação

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 311** Contratado: Vânio Alves De Souza Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 31/12/2022 Valor: R$ 1.357,39 Cargo: AAE Secretária: Sec. De Educação

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 312** Contratado: Walquênio Alves Ferreira Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 31/12/2022 Valor: R$ 1.357,39 Cargo: AAE Secretária: Sec. De Educação

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 313** Contratado: Augusto Luis Hencke Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 3.074,88 Cargo: Biomédico Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 314** Contratado: Altiaine Pacheco De Araújo Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.260,00 Cargo: Fiscal Sanitário Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 315** Contratado: Antônio Alair Torres

Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.212,00 Cargo: Vigia Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 316** Contratado: Alessandro Garcia Nunes Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.212,00 Cargo: Vigia Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 317** Contratado: Catiane Silva De Souza Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.350,00 Cargo: Técnico Em Enfermagem Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 318** Contratado: Dalmi Martins Cardoso Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.212,00 Cargo: Vigia Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 319** Contratado: Gabriella Bueno Sousa Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 3.074,88 Cargo: Enfermeiro Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 320** Contratado: Gleiziane De Souza Pires Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 3.074,88 Cargo: Enfermeiro Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 321** Contratado: Gleici Kelen Rosa De Azevedo Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 3. 074,88 Cargo: Enfermeiro Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 322** Contratado: João Claudio Garcia Nunes Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.212,00 Cargo: Vigia Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 323** Contratado: Jovêncio Rosa Cardoso Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04//2022 Valor: R$ 1.212,00 Cargo: Vigia Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 324** Contratado: Junia Mara Silva Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04//2022 Valor: R$ 1.350,00 Cargo: Técnico Em Enfermagem Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 325** Contratado: Karina Monteiro Aguiar Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04//2022 Valor: R$ 3.074,88 Cargo: Biomédico Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 326** Contratado: Leila Cristina Lima De Souza Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04//2022 Valor: R$ 3. 074,88 Cargo: Enfermeiro Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 327** Contratado: Leonardo Matheus Fagundes Marrelli Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04//2022 Valor: R$ 1.212,00 Cargo: Vigia Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 328** Contratado: Luddmila Alves Luz Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04//2022 Valor: R$ 1.350,00 Cargo: Técnico Em Enfermagem Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 329** Contratado: Lylyan Kelli Otávio Batista Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 28/02/2022 Valor: R$ 1.350,00 Cargo: Técnico Em Enfermagem Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 330** Contratado: Magno Gomes Ribeiro Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.212,00 Cargo: Vigia Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 331** Contratado: Mayara Carvalho De Sousa Rocha Mesquita Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 3.074,88 Cargo: Médica Veterinário Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 332** Contratado: Marilene Oliveira Rosa Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.350,00 Cargo: Técnico Em Enfermagem Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 333** Contratado: Naianne Alves De Lima Araújo Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 3. 074,88 Cargo: Enfermeiro Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 334** Contratado: Thiago Francisco De Jesus Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1. 212,00 Cargo: Vigia Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 335** Contratado: Valtemiro Pereira Dias Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.212,00 Cargo: Vigia Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 336** Contratado: Wando Rodrigo Cortes Da Silva Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1. 212,00 Cargo: Vigia Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 337** Contratado: Celso Oliveira Ribeiro Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.212,00 Cargo: Motorista Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 338** Contratado: Willian Pereira Da Silva Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.212,00 Cargo: Vigia Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 339** Contratado: Zélita Rodrigues Borges Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.350,00 Cargo: Técnico Em Enfermagem Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 340** Contratado: Fábio Júnior Rodrigues Dos Santos Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.212,00 Cargo: Auxiliar De Serviços Gerais Secretária: Sec. De Turismo

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 341** Contratado: Alex Da Silva Santos Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.212,00 Cargo: Auxiliar De Serviços Gerais Secretária: Sec. De Turismo

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 342** Contratado: Thallys Vinicius Carvalho Souza Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1. 212,00 Cargo: Auxiliar De Serviços Gerais Secretária: Sec. De Turismo

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 343** Contratado: Jeandra Millena Cardoso Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 3.074,88 Cargo: Nutricionista Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 344** Contratado: Patrícia Rodrigues

Da Silva Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.350,00 Cargo: Técnico Em Radiologia Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 345** Contratado: Ressan Gabriella Santos Resende Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/01/2022 Valor: R$ 2.311,94 Cargo: Fonoaudiólogo Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 346** Contratado: Douglas Pereira Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.350,00 Cargo: Auxiliar Administrativo Secretária: Sec.De Finanças

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 347** Contratado: Laíz Regina Vasconcelos Lemes Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.350,00 Cargo: Auxiliar Administrativo Secretária: Sec.De Finanças

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 348** Contratado: Gustavo Sanches Cardinal Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.350,00 Cargo: Auxiliar Administrativo Secretária: Sec.De Finanças

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 349** Contratado: Célia Cristina Borges Silva Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.350,00 Cargo: Técnico Em Enfermagem Secretária: Sec.De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 350** Contratado: Danielle Carmo Pitaluga Araújo Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 3.074,88 Cargo: Enfermeiro Secretária: Sec.De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 351** Contratado: Nilza Francisca Sales Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.350,00 Cargo: Técnico Em Enfermagem Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 352** Contratado: Rosidelma Alves Miranda Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.350,00 Cargo: Técnico Em Enfermagem Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 353** Contratado: Girlene Batista Silva Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.350,00 Cargo: Técnico Em Enfermagem Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 354** Contratado: Daianna Raissa Silva Costa Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 23/04/2022 Valor: R$ 1.350,00 Cargo: Auxiliar Administrativo Secretária: Sec. De Finanças

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 355** Contratado: Larissa Barbosa Souza Data/Início: 01/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 2.311,94 Cargo: Fisioterapêuta Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 356** Contratado: Francisco Dos Santos Data/Início: 02/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.212,00 Cargo: Vigia Secretária: Sec. De Turismo

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 357** Contratado: Heliomar Oda Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.212,00 Cargo: Vigia Secretária: Sec. De Turismo

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 358** Contratado: Thamires Ferreira Da Silva Marinho Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 2.650,00 Cargo: Engenheiro Civil Secretária: Sec. De Turismo

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 359** Contratado: Valdenor Lopes Cavalcante Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.350,00 Cargo: Tratorista Secretária: Sec. De Turismo

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 360** Contratado: Alexandre Dos Santos Serafim Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 31/12/2022 Valor: R$ 1.357,39 Cargo: AAE Secretária: Sec. De Educação

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 361** Contratado: Amedina Pereira Da Silva Filha Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 31/12/2022 Valor: R$ 3.788,19 Cargo: Professor Secretária: Sec. De Educação

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 362** Contratado: Ana Flávia Pereira Dos Santos Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 31/12/2022 Valor: R$ 1.357,39 Cargo: AAE Secretária: Sec. De Educação

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 363** Contratado: Batista Alves Dos Santos Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 31/12/2022 Valor: R$ 1.357,39 Cargo: AAE Secretária: Sec. De Educação

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 364** Contratado: Cleber Silva Bonfim Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 31/12/2022 Valor: R$ 1.357,39 Cargo: AAE Secretária: Sec. De Educação

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 365** Contratado: Danilson Pereira Brito Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 31/12/2022 Valor: R$ 2.886,24 Cargo: Professor Secretária: Sec. De Educação

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 366** Contratado: Edvânia Abreu Da Luz Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 31/12/2022 Valor: R$ 1.357,39 Cargo: AAE Secretária: Sec. De Educação

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 367** Contratado: Eliciomar Braz Pereira Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 31/12/2022 Valor: R$ 4.329,36 Cargo: Professor Secretária: Sec. De Educação

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 368** Contratado: Elis Daiany Da Silva Maciel Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 31/12/2022 Valor: R$ 1.661,89 Cargo: TAE Secretária: Sec. De Educação

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 369** Contratado: Elvimar Soares Da Silva Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 31/12/2022 Valor: R$ 1.357,39 Cargo: AAE Secretária: Sec. De Educação

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 370** Contratado: Florenita De Oliveira Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 31/12/2022 Valor: R$ 3.788,19 Cargo: Professor Secretária: Sec. De Educação

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 371** Contratado: Jacirleide Francisca Dos Anjos Silva Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 31/12/2022 Valor: R$ 1.357,39 Cargo: AAE Secretária: Sec. De Educação

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 372** Contratado: Jairo Da Silva Guedes Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 31/12/2022 Valor: R$ 2.886,24 Cargo: Professor Secretária: Sec. De Educação

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 373** Contratado: Jheniffer Correia

Santos Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 31/12/2022 Valor: R$ 1.357,39 Cargo: AAE Secretária: Sec. De Educação

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 374** Contratado: Joel De Souza Bonfim Neto Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 31/12/2022 Valor: R$ 1.357,39 Cargo: AAE Secretária: Sec. De Educação

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 375** Contratado: Josélia Teixeira De Jesus Silva Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 31/12/2022 Valor: R$ 5. 050,92 Cargo: Professor Secretária: Sec. De Educação

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 376** Contratado: Josy Dos Santos Magalhães Silva Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 31/12/2022 Valor: R$ 2.908,31 Cargo: TAE Secretária: Sec. De Educação

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 377** Contratado: Ladyanne Peasion Gomes Sereparan Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 31/12/2022 Valor: R$ 1.661,89 Cargo: TAE Secretária: Sec. De Educação

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 378** Contratado: Lucas Rufino Mota Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 31/12/2022 Valor: R$ 2.886,24 Cargo: Professor Secretária: Sec. De Educação

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 379** Contratado: Luiz Fernando Hencke Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 31/12/2022 Valor: R$ 2.650,00 Cargo: Engenheiro Secretária: Sec. De Educação

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 380** Contratado: Maria Aparecida Lopes Dos Santos Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 31/12/2022 Valor: R$ 1.357,39 Cargo: AAE Secretária: Sec. De Educação

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 381** Contratado: Marília Voltoline Pereira Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 31/12/2022 Valor: R$ 2.164,68 Cargo: Professor Secretária: Sec. De Educação

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 382** Contratado: Maurício Ferraz De Moura Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 31/12/2022 Valor: R$ 1.357,39 Cargo: AAE Secretária: Sec. De Educação

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 383** Contratado: Paulo Gouvéia Pinheiro Filho Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 31/12/2022 Valor: R$ 1. 661,89 Cargo: TAE Secretária: Sec. De Educação

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 384** Contratado: Pricila Cabral Coelho Moraes Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 31/12/2022 Valor: R$ 3. 788,19 Cargo: Professor Secretária: Sec. De Educação

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 385** Contratado: Rhangel Kennedy Santos França Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 31/12/2022 Valor: R$ 1. 357,39 Cargo: AAE Secretária: Sec. De Educação

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 386** Contratado: Roberta De Jesus Santos Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 31/12/2022 Valor: R$ 6.061,10 Cargo: Professor Secretária: Sec. De Educação

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 387** Contratado: Sebastião Cordeiro Vasco Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 31/12/2022 Valor: R$ 1.357,39 Cargo: AAE Secretária: Sec. De Educação

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 388** Contratado: Síntia Raquel Rodrigues De Farias Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 31/12/2022 Valor: R$ 2. 908,31 Cargo: TAE Secretária: Sec. De Educação

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 389** Contratado: Valéria Ramos Dos Santos Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 31/12/2022 Valor: R$ 2.908,31 Cargo: TAE Secretária: Sec. De Educação

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 390** Contratado: Angela De Souza Oliveira Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.260,00 Cargo: Auxiliar De Saúde Bucal Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 391** Contratado: Alexandra Rodrigues De Souza Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 3. 074,88 Cargo: Enfermeiro Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 392** Contratado: Amandha Danyelly Pereira Galvão Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 3. 074,88 Cargo: Enfermeiro Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 393** Contratado: Amanda Carvalho Silva Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.260,00 Cargo: Assistente Administrativo Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 394** Contratado: Aliene Vieira De Oliveira Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.260,00 Cargo: Auxiliar De Saúde Bucal Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 395** Contratado: Angela Maria Dos Santos Marques Silva Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.260,00 Cargo: Assistente Administrativo Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 396** Contratado: Adenilda Noronha Faria Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.260,00 Cargo: Fiscal Sanitário Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 397** Contratado: Aline Vieira Matias Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.212,00 Cargo: Auxiliar De Serviços Gerais Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 398** Contratado: Auzeni Menezes Siebert Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.260,00 Cargo: Assistente Administrativo Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 399** Contratado: Anna Paula Peres Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.260,00 Cargo: Assistente Administrativo Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 400** Contratado: Alice Dorothy Ligeiro Medeiros Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 2. 311,94 Cargo: Enfermeiro Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 401** Contratado: Auria De Oliveira Xavier Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.212,00 Cargo: Auxiliar De Serviços Gerais Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 402** Contratado: Alice Barbosa

De Souza Lima Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 2. 311,94 Cargo: Fisioterapêuta Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 403** Contratado: Amanda Cristina Nunes Da Silva Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 3. 074,88 Cargo: Enfermeiro Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 404** Contratado: Ana Maria Pereira De Oliveira Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1. 260,00 Cargo: Assistente Administrativo Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 405** Contratado: Aracele Da Silva Carvalho Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.350,00 Cargo: Técnico Em Enfermagem Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 406** Contratado: Aline Cardoso Nogueira Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.350,00 Cargo: Técnico Em Enfermagem Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 407** Contratado: Brina Garcia Oliveira Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 3.074,88 Cargo: Nutricionista Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 408** Contratado: Bruno Rittielly Kosanke Ribeiro Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1. 212,00 Cargo: Vigia Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 409** Contratado: Cristiane Almeida Xavier Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 3.074,88 Cargo: Enfermeiro Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 410** Contratado: Camila De Castro Schemberg Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 2. 311,94 Cargo: Fisioterapêuta Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 411** Contratado: Cintya Vanderlei Nery Costa Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 2. 311,94 Cargo: Fisioterapêuta Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 412** Contratado: Cárida Franciele Alves Da Silva Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1. 260,00 Cargo: Auxiliar De Saúde Bucal Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 413** Contratado: Charles Alves Da Silva Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.350,00 Cargo: Técnico Em Enfermagem Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 414** Contratado: Cleusa Marques Alves Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.260,00 Cargo: Auxiliar De Saúde Bucal Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 415** Contratado: Cidália Marra Da Silva Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.350,00 Cargo: Técnico Em Enfermagem Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 416** Contratado: Dana Vilela Barbosa Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 3.074,88 Cargo: Enfermeiro Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 417** Contratado: Dausinez Vilarinho Melo Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.260,00 Cargo: Auxiliar De Saúde Bucal Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 418** Contratado: Debora Christina Simões Beckmann Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.260,00 Cargo: Assistente Administrativo Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 419** Contratado: Dayanne Cristina Tavares Dos Santos Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.260,00 Cargo: Auxiliar De Farmácia

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 420** Contratado: Daianne Camargos Da Silva Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 2.311,94 Cargo: Fisioterapêuta Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 421** Contratado: Edmara Araújo Folha Wolinger Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1. 350,00 Cargo: Técnico Em Enfermagem Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 422** Contratado: Elissangela Dias Da Silva Pereira Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.260,00 Cargo: Assistente Administrativo Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 423** Contratado: Etny Kelly Silva Dias Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 3.074,88 Cargo: Enfermeiro Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 424** Contratado: Elisangela Da Silva Ravanelli Aguiar Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 2.311,94 Cargo: Fisioterapêuta Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 425** Contratado: Emilene Bastos Ferrari Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.350,00 Cargo: Técnico Em Enfermagem Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 426** Contratado: Érica Ohana Martins Birck Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.260,00 Cargo: Assistente Administrativo Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 427** Contratado: Érica Bezerra De Moraes Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.212,00 Cargo: Auxiliar De Serviços Gerais Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 428** Contratado: Estefânia Ferreira Sanches Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 3.074,88 Cargo: Enfermeiro Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 429** Contratado: Élio Silva De Oliveira Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 3.074,88 Cargo: Técnólogo Da Informação Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 430** Contratado: Fabiana Pereira Da Silva Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.212,00 Cargo: Auxiliar De Serviços Gerais Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 431** Contratado: Fabrício De Sou-

sa Gonçalves Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 3. 074,88 Cargo: Psicólogo Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 432** Contratado: Felipe Giachetto Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 3.074,88 Cargo: Odontólogo Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 433** Contratado: Fernanda Lopes Silva Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 2.311,94 Cargo: Fonoaudiólogo Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 434** Contratado: Gabriela Marques Carneiro Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 3.074,88 Cargo: Odontólogo Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 435** Contratado: Geane Brinquedo Gonçalves Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1. 350,00 Cargo: Técnico Em Enfermagem Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 436** Contratado: Gerssiany Silva Evangelista Dos Santos Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.230,00 Cargo: Assistente Administrativo Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 437** Contratado: Gislaine José De Santana Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.260,00 Cargo: Auxiliar De Farmácia Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 438** Contratado: Geysa Gabriela Gomes Guimarães Carvalho Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 3.074,88 Cargo: Enfermeiro Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 439** Contratado: Iris Maria Gomes Silva Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.350,00 Cargo: Técnico Em Enfermagem Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 440** Contratado: Jaqueline De Carvalho Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.350,00 Cargo: Técnico Em Enfermagem Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 441** Contratado: Jacoks Douglas Barros Oliveira Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1. 212,00 Cargo: Auxiliar De Serviços Gerais Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 442** Contratado: Jamal Mahmud Lucas Wadi Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 3.074,88 Cargo: Enfermeiro Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 443** Contratado: Janete Fátima Corrêa Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.260,00 Cargo: Auxiliar De Saúde Bucal Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 444** Contratado: Jânia Maria De Moraes Rodrigues Borges Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.212,00 Cargo: Auxiliar De Serviços Gerais Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 445** Contratado: Jaqueline Lima De Assis Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 3.074,88 Cargo: Odontólogo Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 446** Contratado: Jennifer Rodrigues Lacerda Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.260,00 Cargo: Auxiliar De Saúde Bucal Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 447** Contratado: Jéssica Rodrigues Da Silva Tavares Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.212,00 Cargo: Auxiliar De Serviços Gerais Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 448** Contratado: José Rodrigues Da Silva Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.212,00 Cargo: Motorista Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 449** Contratado: Jucélia Moraes De Lima Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 3.074,88 Cargo: Enfermeiro Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 450** Contratado: Jonathan Robson Da Silva Campos Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.350,00 Cargo: Técnico Em Radiologia Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 451** Contratado: Juliana Alves Mendes Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.350,00 Cargo: Técnico Em Enfermagem Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 452** Contratado: Juliana Morais Belém Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.350,00 Cargo: Técnico Em Enfermagem Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 453** Contratado: Kárita Moreira Da Silva Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.212,00 Cargo: Auxiliar De Serviços Gerais Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 454** Contratado: Karyne Rayssa Canhete Rocha Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1. 212,00 Cargo: Auxiliar De Serviços Gerais Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 455** Contratado: Kate Meire Camargo Inácio Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 3.074,88 Cargo: Enfermeiro Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 456** Contratado: Kamyla Santos De Almeida Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 3.074,88 Cargo: Farmacêutico Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 457** Contratado: Katiucia Severino Da Silva Lottermann Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.212,00 Cargo: Auxiliar De Serviços Gerais Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 458** Contratado: Keliton Moreno Do Nascimento Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1. 260,00 Cargo: Fiscal Sanitário Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 459** Contratado: Kellen Cristine Alves Guimarães Carvalho Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 2.311,94 Cargo: Psicólogo Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 460** Contratado: Kepler Mattiuz Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.260,00 Cargo: Assistente Administrativo Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 461** Contratado: Kelly Mendes Andrade Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.212,00 Cargo: Auxiliar De Serviços Gerais Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 462** Contratado: Laura Domitille Peres Ferreira Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 3.074,88 Cargo: Odontólogo Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 463** Contratado: Lauriana Batista Dos Santos Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.212,00 Cargo: Auxiliar De Serviços Gerais Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 464** Contratado: Leonardo Fernandes Pessoa Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 3.074,88 Cargo: Odontólogo Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 465** Contratado: Leandro Souza Santos Melo Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 3.074,88 Cargo: Odontólogo Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 466** Contratado: Lina Aparecida De Oliveira Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.260,00 Cargo: Assistente Administrativo Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 467** Contratado: Lorena De Oliveira Campos Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.260,00 Cargo: Assistente Administrativo Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 468** Contratado: Luana Alcântara De Oliveira Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.350,00 Cargo: Técnico Em Enfermagem Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 469** Contratado: Luciana Batista Jesus Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.212,00 Cargo: Auxiliar De Serviços Gerais Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 470** Contratado: Lucileide Alves Da Cruz Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 3.074,88 Cargo: Farmacêutico Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 471** Contratado: Lucione Angélica Santos Sousa Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.350,00 Cargo: Técnico Em Enfermagem Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 472** Contratado: Luzene Bento Da Silva Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.212,00 Cargo: Auxiliar De Serviços Gerais Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 473** Contratado: Luzinete Duarte Bispo Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.212,00 Cargo: Auxiliar De Serviços Gerais Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 474** Contratado: Luanna Maria Dos Santos Martins Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 3.074,88 Cargo: Enfermeiro Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 475** Contratado: Lucas Martins Barros Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.212,00 Cargo: Auxiliar De Serviços Gerais Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 476** Contratado: Maria Luisa Amaro Rosa Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.260,00 Cargo: Assistente Administrativo Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 477** Contratado: Maria Neide Soares Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.212,00 Cargo: Auxiliar De Serviços Gerais Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 478** Contratado: Mariana Aparecida Alves Garcia De Queiroz Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.260,00 Cargo: Assistente Administrativo Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 479** Contratado: Marianna Coqueiro Victor De Oliveira Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 3.074,88 Cargo: Psicólogo Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 480** Contratado: Marilene Rosa De Araújo Santos Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.260,00 Cargo: Auxiliar De Saúde Bucal Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 481** Contratado: Matheus Rodrigues De Novais Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.212,00 Cargo: Motorista Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 482** Contratado: Maura Adriana Assis De Abreu Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.260,00 Cargo: Assistente Administrativo Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 483** Contratado: Maikon Douglas Moreira De Melo Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.212,00 Cargo: Auxiliar De Serviços Gerais Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 484** Contratado: Marciany Jorge Pereira Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 3.074,88 Cargo: Farmacêutico Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 485** Contratado: Marcos Vitor Naves Carrijo Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 3.074,88 Cargo: Enfermeiro Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 486** Contratado: Marleide Borges Da Silva Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.212,00 Cargo: Auxiliar De Serviços Gerais Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 487** Contratado: Marli Das Neves Gomes Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.212,00 Cargo: Auxiliar De Serviços Gerais Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 488** Contratado: Michaelly Dias Dos Santos Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.260,00 Cargo: Assistente Administrativo Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 489** Contratado: Michele Pereira Hora Oliveira Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1. 260,00 Cargo: Auxiliar De Saúde Bucal Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 490** Contratado: Michelly Marinha Queiroz Camilo Araújo Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 3.074,88 Cargo: Odontólogo Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 491** Contratado: Milena Érica Gonçalves Gomes Cardoso Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 2.311,94 Cargo: Fisioterapêuta Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 492** Contratado: Mirian Silva Luz Mendes Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.350,00 Cargo: Técnico Em Enfermagem Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 493** Contratado: Misílvia De Lima Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 2.311,94 Cargo: Psicólogo Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 494** Contratado: Morgana Alves Dos Santos Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.260,00 Cargo: Auxiliar De Saúde Bucal Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 495** Contratado: Naara Vieira Ramalho Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.260,00 Cargo: Auxiliar De Farmácia Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 496** Contratado: Nara Núbia Vilarinho Sá Figueiredo Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.350,00 Cargo: Técnico Em Enfermagem Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 497** Contratado: Natanny De Paula Silva Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.260,00 Cargo: Auxiliar De Saúde Bucal Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 498** Contratado: Neiliane Bastos De Almeida Marques Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.260,00 Cargo: Assistente Adminstrativo Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 499** Contratado: Paula Cristina Gomes Araújo Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1. 350,00 Cargo: Técnico Em Enfermagem Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 500** Contratado: Paulo Cesar Leme Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 3.074,88 Cargo: Químico Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 501** Contratado: Paulo Henrique Freitas Da Silva Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1. 212,00 Cargo: Motorista Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 502** Contratado: Paula Bianca Silveira Brandão Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 3. 074,88 Cargo: Farmacêutico Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 503** Contratado: Pollyanna Guimarães Braga Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 3. 074,88 Cargo: Enfermeiro Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 504** Contratado: Raniana Cecília Fratari Queiroz Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 3. 074,88 Cargo: Bioquímico Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 505** Contratado: Quésia Rodrigues Roque Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 3.074,88 Cargo: Odontólogo Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 506** Contratado: Rafaella De Castro Ribeiro Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.350,00 Cargo: Técnico Em Enfermagem Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 507** Contratado: Rayara Silva Castro Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.260,00 Cargo: Assistente Adeministrativo Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 508** Contratado: Raiany Rocha Da Costa Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.260,00 Cargo: Auxiliar De Saúde Bucal Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 509** Contratado: Renata Lorrayne Faustino Souza Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1. 260,00 Cargo: Auxiliar De Saúde Bucal Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 510** Contratado: Rosangela Cândida Rezende Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.350,00 Cargo: Técnico Em Enfermagem Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 511** Contratado: Rosangela Reis Negreiro Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.350,00 Cargo: Técnico Em Enfermagem Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 512** Contratado: Rubiane Pereira Rezende Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 2.311,94 Cargo: Fisioterapêuta Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 513** Contratado: Rúbio Daniel Vieira Aires Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.212,00 Cargo: Motorista Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 514** Contratado: Silvana Martins Sousa Rosa Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1. 260,00 Cargo: Auxiliar De Saúde Bucal Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 515** Contratado: Simone Farias Da Silva Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.260,00 Cargo: Asssistente Administrativo Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 516** Contratado: Sílvia Cristina Nunes Ramos Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1. 212,00 Cargo: Auxiliar De Serviços Gerais Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 517** Contratado: Simone De Oliveira Gulim Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 2.311,94 Cargo: Fisioterapêuta Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 518** Contratado: Tamiry Oliveira Campos Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.260,00 Cargo: Assistente Administrativo Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 519** Contratado: Thais Lourrayne De Souza Moreira Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 2. 311,94 Cargo: Fisioterapêuta Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 520** Contratado: Vanessa Souza Rios Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.350,00 Cargo: Técnico Em Enfermagem Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 521** Contratado: Valéria Kátia Gardiano Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 3.074,88 Cargo: Farmacêutico Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 522** Contratado: Valquíria Marques Polizeli Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 3.074,88 Cargo: Odontólogo Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 523** Contratado: Vanessa Cunha De Deus Duarte Torres Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 3.074,88 Cargo: Enfermeiro Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 524** Contratado: Vitória Neves Vitor Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.260,00 Cargo: Atendente De Farmácia Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 525** Contratado: Viviane Morais Silva Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.260,00 Cargo: Assistente Administrativo Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 526** Contratado: Waléria De Moura Cortês Santos Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1. 260,00 Cargo: Assistente Administrativo Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 527** Contratado: Waldemberg Gomes Machado Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1. 212,00 Cargo: Motorista Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 528** Contratado: Weber Agnelli Castro Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 3.074,88 Cargo: Psicólogo Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 529** Contratado: Wéllika Da Silva Melquiades Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 3. 074,88 Cargo: Enfermeiro Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 530** Contratado: Wliane Nunes Silva Fonseca Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 3.074,88 Cargo: Enfermeiro Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 531** Contratado: Willes Néias Rocha De Souza Carvalhaes Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 2.311,94 Cargo: Assistente Social Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 532** Contratado: Yasmin Souza Nero Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.260,00 Cargo: Assistente Administrativo Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 533** Contratado: Mariana Bravo Costa Teodoro Dos Santos Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.350,00 Cargo: Auxiliar Administrativo Secretária: Sec. De Gabinete

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 534** Contratado: Joaquim Ferreira Da Luz Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.350,00 Cargo: Auxiliar Administrativo Secretária: Sec. De Gabinete

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 535** Contratado: Leidiane Roos Camargo Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.350,00 Cargo: Auxiliar Administrativo Secretária: Sec. De Gabinete

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 536** Contratado: Marcos José Da Costa Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.350,00 Cargo: Auxiliar Administrativo Secretária: Sec. De Gabinete

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 537** Contratado: Muriel Freitas Brito Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.350,00 Cargo: Auxiliar Administrativo Secretária: Sec. De Gabinete

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 538** Contratado: Ana Paula Carneiro De Souza Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 2. 650,00 Cargo: Administrador Secretária: Sec. De Ação Social

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 539** Contratado: Andréia Figueiredo Dantas Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 2.650,00 Cargo: Administrador Secretária: Sec. De Ação Social

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 540** Contratado: Andreza Galego Dias Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 2.650,00 Cargo: Administrador Secretária: Sec. De Ação Social

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 541** Contratado: Danyella Barros Bueno Coelho Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 2. 650,00 Cargo: Administrador Secretária: Sec. De Ação Social

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 542** Contratado: Edilaine Alves Neto Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 2.650,00 Cargo: Administrador Secretária: Sec. De Ação Social

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 543** Contratado: Igor Alberto Perondi Faria Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 2.650,00 Cargo: Administrador Secretária: Sec. De Ação Social

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 544** Contratado: Jéssica Christina Alves Brito Guesser Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 2.650,00 Cargo: Administrador Secretária: Sec. De Ação Social

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 545** Contratado: Joice Campos Martins Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 2.650,00 Cargo: Administrador Secretária: Sec. De Ação Social

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 546** Contratado: Lígia Alves De Souza Hora Moraes Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 2. 650,00 Cargo: Administrador Secretária: Sec. De Ação Social

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 547** Contratado: Lucilene Elias Da Silva Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 2.650,00 Cargo: Administrador Secretária: Sec. De Ação Social

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 548** Contratado: Marlon Alencar Pinto Lopes Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 2.650,00 Cargo: Administrador Secretária: Sec. De Ação Social

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 549** Contratado: Raquel Nabarrete Garcia Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 2.650,00 Cargo: Administrador Secretária: Sec. De Ação Social

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 550** Contratado: Sandra De Sousa Barros Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 2.650,00 Cargo: Administrador Secretária: Sec. De Ação Social

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 551** Contratado: Maiky Campos Araújo Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 28/02/2022 Valor: R$ 1.350,00 Cargo: Auxiliar Administrativo Secretária: Sec. De Administração

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 552** Contratado: Sônia Eli De Fátima Santos Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 2.650,00 Cargo: Administrador Secretária: Sec. De Ação Social

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 553** Contratado: Sthefânia Maria Pires Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 2.650,00 Cargo: Administrador Secretária: Sec. De Ação Social

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 554** Contratado: Telma Carneiro Marques Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 2.650,00 Cargo: Administrador Secretária: Sec. De Ação Social

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 555** Contratado: Adonias Coelho Morais Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 2.311,94 Cargo: Assistente Social Secretária: Sec. De Ação Social

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 556** Contratado: Alaine Maria De Sousa Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 2.311,94 Cargo: Assistente Social Secretária: Sec. De Ação Social

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 557** Contratado: Antônia Da Silva Rios Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 2.311,94 Cargo: Assistente Social Secretária: Sec. De Ação Social

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 558** Contratado: Camila Rodrigues Da Silva Santolin Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 2.311,94 Cargo: Assistente Social Secretária: Sec. De Ação Social

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 559** Contratado: Fábio Vicente Alves Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 2.311,94 Cargo: Assistente Social Secretária: Sec. De Ação Social

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 560** Contratado: Lilian Soares Rodrigues Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 2.311,94 Cargo: Assistente Social Secretária: Sec. De Ação Social

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 561** Contratado: Nara Silva Aquino Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 2.311,94 Cargo: Assistente Social Secretária: Sec. De Ação Social

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 562** Contratado: Sabrina Barbosa Larroque Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 2.311,94 Cargo: Assistente Social Secretária: Sec. De Ação Social

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 563** Contratado: Simone Aparecida Pedro Martins Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 2. 311,94 Cargo: Assistente Social Secretária: Sec. De Ação Social

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 564** Contratado: Tamires De Souza Rodrigues Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 2. 311,94 Cargo: Assistente Social Secretária: Sec. De Ação Social

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 565** Contratado: Thuany Lopes Da Cruz Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 2.311,94 Cargo: Assistente Social Secretária: Sec. De Ação Social

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 566** Contratado: Daniela Maria Dos Santos Abreu Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1. 350,00 Cargo: Auxliar Administrativo Secretária: Sec. De Ação Social

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 567** Contratado: Danny Francielly Lima Alves Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.350,00 Cargo: Auxliar Administrativo Secretária: Sec. De Ação Social

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 568** Contratado: Deuzemir Pereira Lima Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.350,00 Cargo: Auxliar Administrativo Secretária: Sec. De Ação Social

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 569** Contratado: Hellen Cristina Golim De Lima Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1. 350,00 Cargo: Auxliar Administrativo Secretária: Sec. De Ação Social

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 570** Contratado: Jéssika Silva Data/ Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.350,00 Cargo: Auxliar Administrativo Secretária: Sec. De Ação Social

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 571** Contratado: Karine Aparecida Matias De Melo Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1. 350,00 Cargo: Auxliar Administrativo Secretária: Sec. De Ação Social

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 572** Contratado: Luciana Costa Da Silva Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.350,00 Cargo: Auxliar Administrativo Secretária: Sec. De Ação Social

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 573** Contratado: Maria Elenilda De Oliveira Do Nascimento Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.350,00 Cargo: Auxliar Administrativo Secretária: Sec. De Ação Social

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 574** Contratado: Micaela De Almeida Souza Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.350,00 Cargo: Auxliar Administrativo Secretária: Sec. De Ação Social

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 575** Contratado: Nayara De Souza Fagundes Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1. 350,00 Cargo: Auxliar Administrativo Secretária: Sec. De Ação Social

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 576** Contratado: Waltenira Ribeiro Da Silva Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.350,00 Cargo: Auxliar Administrativo Secretária: Sec. De Ação Social

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 577** Contratado: Weliomárcio Leite Dos Santos Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1. 350,00 Cargo: Auxliar Administrativo Secretária: Sec. De Ação Social

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 578** Contratado: Aline Aparecida De Jesus Oliveira Marques Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.212,00 Cargo: Auxliar De Serviços Gerais Secretária: Sec. De Ação Social

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 579** Contratado: Clarineide Forgaça Dos Santos Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1. 212,00 Cargo: Auxliar De Serviços Gerais Secretária: Sec. De Ação Social

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 580** Contratado: Claudia Dos Santos Pimentel Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.212,00 Cargo: Auxliar De Serviços Gerais Secretária: Sec. De Ação Social

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 581** Contratado: Daniella Rodrigues Ferreira Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.212,00 Cargo: Auxliar De Serviços Gerais Secretária: Sec. De Ação Social

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 582** Contratado: Domingas Tavares Da Luz Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.212,00 Cargo: Auxliar De Serviços Gerais Secretária: Sec. De Ação Social

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 583** Contratado: Eliane Moreira Lopes Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.212,00 Cargo: Auxliar De Serviços Gerais Secretária: Sec. De Ação Social

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 584** Contratado: Eva Ferreira De Souza Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.212,00 Cargo: Auxliar De Serviços Gerais Secretária: Sec. De Ação Social

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 585** Contratado: Irani Messias Da Silva Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.212,00 Cargo: Auxliar De Serviços Gerais Secretária: Sec. De Ação Social

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 586** Contratado: Laura Cristina Rosa De Sousa Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1. 212,00 Cargo: Auxliar De Serviços Gerais Secretária: Sec. De Ação Social

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 587** Contratado: Maria Conceição De Freitas Maciel Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1. 212,00 Cargo: Auxliar De Serviços Gerais Secretária: Sec. De Ação Social

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 588** Contratado: Maria Neire Ribeiro Ferreira Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.212,00 Cargo: Auxliar De Serviços Gerais Secretária: Sec. De Ação Social

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 589** Contratado: Marlene Gomes De Sousa Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.212,00 Cargo: Auxliar De Serviços Gerais Secretária: Sec. De Ação Social

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 590** Contratado: Pollyane Regos Rodrigues Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.212,00 Cargo: Auxliar De Serviços Gerais Secretária: Sec. De Ação Social

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 591** Contratado: Thays Ferreira Santos Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.212,00 Cargo: Auxliar De Serviços Gerais Secretária: Sec. De Ação Social

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 592** Contratado: Zezilva Soares Pereira Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.212,00 Cargo: Auxliar De Serviços Gerais Secretária: Sec. De Ação Social

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 593** Contratado: Francisca Fonseca Dorta Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 2.650,00 Cargo: Educador Social Secretária: Sec. De Ação Social

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 594** Contratado: Laide Pereira De Jesus Sousa Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 2. 650,00 Cargo: Educador Social Secretária: Sec. De Ação Social

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 595** Contratado: Raynara Luanna Da Silva Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 2.650,00 Cargo: Educador Social Secretária: Sec. De Ação Social

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 596** Contratado: Marcos Ribeiro Maciel Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04//2022 Valor: R$ 1.350,00 Cargo: Motorista Secretária: Sec. De Ação Social

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 597** Contratado: Vitor Campos Ribeiro Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04//2022 Valor: R$ 1.350,00 Cargo: Motorista Secretária: Sec. De Ação Social

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 598** Contratado: Ademar Ferreira Barbosa Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04//2022 Valor: R$ 1.350,00 Cargo: Motorista Secretária: Sec. De Ação Social

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 599** Contratado: Rafael Do Nascimento Silva Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04//2022 Valor: R$ 1. 350,00 Cargo: Motorista Secretária: Sec. De Ação Social

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 600** Contratado: Cleidiane Rodrigues De Paula Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04//2022 Valor: R$ 1. 350,00 Cargo: Motorista Secretária: Sec. De Ação Social

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 601** Contratado: Vinicius Alves Barros Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04//2022 Valor: R$ 1.350,00 Cargo: Motorista Secretária: Sec. De Ação Social

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 602** Contratado: João Carlos De Souza Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04//2022 Valor: R$ 1.350,00 Cargo: Motorista Secretária: Sec. De Ação Social

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 603** Contratado: Sandro Batista Pitaluga Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.350,00 Cargo: Motorista Secretária: Sec. De Ação Social

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 604** Contratado: Pâmela Figueiredo Barbosa Araújo Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1. 350,00 Cargo: Oficineiro Social Secretária: Sec. De Ação Social

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 605** Contratado: Denise Da Silva Nery Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 2.650,00 Cargo: Psicólogo Secretária: Sec. De Ação Social

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 606** Contratado: Dyumdy Araújo Makishi Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 2.650,00 Cargo: Psicólogo Secretária: Sec. De Ação Social

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 607** Contratado: Taiane Maieron Dalla Costa Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 2.650,00 Cargo: Psicólogo Secretária: Sec. De Ação Social

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 608** Contratado: Augusto César Lopes De Sousa Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.212,00 Cargo: Vigia Secretária: Sec. De Ação Social

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 609** Contratado: Eliton Miguel Lopes Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.212,00 Cargo: Vigia Secretária: Sec. De Ação Social

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 610** Contratado: Estevão José De Souza Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.212,00 Cargo: Vigia Secretária: Sec. De Ação Social

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 611** Contratado: Everaldo Alves Teixeira Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.212,00 Cargo: Vigia Secretária: Sec. De Ação Social

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 612** Contratado: Fábio Alves Pereira Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.212,00 Cargo: Vigia Secretária: Sec. De Ação Social

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 613** Contratado: Johnathan Caetano Da Silva Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.212,00 Cargo: Vigia Secretária: Sec. De Ação Social

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 614** Contratado: Nacó Matias De Oliveira Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.212,00 Cargo: Vigia Secretária: Sec. De Ação Social

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 615** Contratado: Rosaílton Nogueira Wanderley Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.212,00 Cargo: Vigia Secretária: Sec. De Ação Social

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 616** Contratado: Valdivino José De Souza Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.212,00 Cargo: Vigia Secretária: Sec. De Ação Social

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 617** Contratado: Andressa Rodrigues Rosa Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.350,00 Cargo: Visitador Social Secretária: Sec. De Ação Social

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 618** Contratado: Daiane Vieira Aparecida Da Silva Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.350,00 Cargo: Visitador Social Secretária: Sec. De Ação Social

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 619** Contratado: Eliane Regina Da Silva Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.350,00 Cargo: Visitador Social Secretária: Sec. De Ação Social

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 620** Contratado: Estelita Do Carmo Ferreira Da Costa Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.350,00 Cargo: Visitador Social Secretária: Sec. De Ação Social

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 621** Contratado: Nelma Aparecida Pereira Brito Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.350,00 Cargo: Visitador Social Secretária: Sec. De Ação Social

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 622** Contratado: Vânia Daniele Sousa Da Silva Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.350,00 Cargo: Visitador Social Secretária: Sec. De Ação Social

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 623** Contratado: Vitória Aparecida Silva Sousa Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.350,00 Cargo: Visitador Social Secretária: Sec. De Ação Social

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 624** Contratado: Alex Sandro Araújo Silva Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.212,00 Cargo: Auxiliar De Serviços Gerais Secretária: Sec. De Transporte E Serviços Públicos

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 625** Contratado: André Alves Dos Santos Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.212,00 Cargo: Auxiliar De Serviços Gerais Secretária: Sec. De Transporte E Serviços Públicos

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 626** Contratado: Cristopher Moraes Medrado Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.212,00 Cargo: Auxiliar De Serviços Gerais Secretária: Sec. De Transporte E Serviços Públicos

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 627** Contratado: Divino De Jesus Teixeira Dos Santos Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.212,00 Cargo: Auxiliar De Serviços Gerais Secretária: Sec. De Transporte E Serviços Públicos

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 628** Contratado: Irotido Albano Da Silva Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.212,00 Cargo: Auxiliar De Serviços Gerais Secretária: Sec. De Transporte E Serviços Públicos

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 629** Contratado: Jerry Soares Cardoso Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.212,00 Cargo: Auxiliar De Serviços Gerais Secretária: Sec. De Transporte E Serviços Públicos

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 630** Contratado: Lucas Tadeu Ribeiro Dos Santos Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.212,00 Cargo: Auxiliar De Serviços Gerais Secretária: Sec. De Transporte E Serviços Públicos

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 631** Contratado: Lúzia Oliveira Do Nascimento Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.212,00 Cargo: Auxiliar De Serviços Gerais Secretária: Sec. De Transporte E Serviços Públicos

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 632** Contratado: Matheus Marson Gomes Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.212,00 Cargo: Auxiliar De Serviços Gerais Secretária: Sec. De Transporte E Serviços Públicos

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 633** Contratado: Marcelo Alves Da Silva Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.212,00 Cargo: Auxiliar De Serviços Gerais Secretária: Sec. De Transporte E Serviços Públicos

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 634** Contratado: Maurício Barcelo Da Silva Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.212,00 Cargo: Auxiliar De Serviços Gerais Secretária: Sec. De Transporte E Serviços Públicos

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 635** Contratado: Osmair De Jesus Farias Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.212,00 Cargo: Auxiliar De Serviços Gerais Secretária: Sec. De Transporte E Serviços Públicos

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 636** Contratado: Paulo Ayres Siqueira Neto Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.212,00 Cargo: Auxiliar De Serviços Gerais Secretária: Sec. De Transporte E Serviços Públicos

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 637** Contratado: Paulo Henrique Souza De Oliveira Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.212,00 Cargo: Auxiliar De Serviços Gerais Secretária: Sec. De Transporte E Serviços Públicos

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 638** Contratado: Percília Maria De Jesus Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.212,00 Cargo: Auxiliar De Serviços Gerais Secretária: Sec. De Transporte E Serviços Públicos

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 639** Contratado: Valdemar Pereira De Sousa Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1. 212,00 Cargo: Auxiliar De Serviços Gerais Secretária: Sec. De Transporte E Serviços Públicos

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 640** Contratado: Wellington Neres Dos Santos Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1. 212,00 Cargo: Auxiliar De Serviços Gerais Secretária: Sec. De Transporte E Serviços Públicos

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 641** Contratado: Altamiro De Jesus Cavalcante Dias Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.212,00 Cargo: Auxiliar De Serviços Gerais Secretária: Sec. De Transporte E Serviços Públicos

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 642** Contratado: Edison Evangelista Bispo Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.350,00 Cargo: Motorista Secretária: Sec. De Transporte E Serviços Públicos

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 643** Contratado: Erivaldo Ferreira Da Cruz Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.350,00 Cargo: Motorista Secretária: Sec. De Transporte E Serviços Públicos

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 644** Contratado: João Wanderlei De Souza Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.350,00 Cargo: Motorista Secretária: Sec. De Transporte E Serviços Públicos

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 645** Contratado: José Dos Santos Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.350,00 Cargo: Motorista Secretária: Sec. De Transporte E Serviços Públicos

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 646** Contratado: José Gomes De Sousa Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.350,00 Cargo: Motorista Secretária: Sec. De Transporte E Serviços Públicos

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 647** Contratado: José Roberto Tavares Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.350,00 Cargo: Motorista Secretária: Sec. De Transporte E Serviços Públicos

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 648** Contratado: Umberto Ribeiro Da Silva Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.350,00 Cargo: Motorista Secretária: Sec. De Transporte E Serviços Públicos

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 649** Contratado: Cléber Da Silva Miranda Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.350,00 Cargo: Operador De Máquinas Secretária: Sec. De Transporte E Serviços Públicos

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 650** Contratado: Donizete Ferreira Dos Santos Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1. 350,00 Cargo: Operador De Máquinas Secretária: Sec. De Transporte E Serviços Públicos

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 651** Contratado: Edevaldo Batista Ozório Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.350,00 Cargo: Operador De Máquinas Secretária: Sec. De Transporte E Serviços Públicos

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 652** Contratado: Elmilton Vilela De Freitas Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.350,00 Cargo: Operador De Máquinas Secretária: Sec. De Transporte E Serviços Públicos

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 653** Contratado: Emivaldo Pereira De Alencar Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.350,00 Cargo: Operador De Máquinas Secretária: Sec. De Transporte E Serviços Públicos

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 654** Contratado: Erly Nunes Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.350,00 Cargo: Operador De Máquinas Secretária: Sec. De Transporte E Serviços Públicos

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 655** Contratado: Kidelmon Silva Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.350,00 Cargo: Operador De Máquinas Secretária: Sec. De Transporte E Serviços Públicos

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 656** Contratado: Maurício Aparecido Da Silva Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.350,00 Cargo: Mecânico Secretária: Sec. De Transporte E Serviços Públicos

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 657** Contratado: João Bosco Rodrigues Dos Santos Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$

1.350,00 Cargo: Eletricista Secretária: Sec. De Transporte E Serviços Públicos

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 658** Contratado: Céliomarques Borges Da Silva Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.212,00 Cargo: Pedreiro Secretária: Sec. De Transporte E Serviços Públicos

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 659** Contratado: Luiz Santos De Oliveira Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.212,00 Cargo: Pedreiro Secretária: Sec. De Transporte E Serviços Públicos

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 660** Contratado: Mário Rodrigues De Souza Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.212,00 Cargo: Pedreiro Secretária: Sec. De Transporte E Serviços Públicos

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 661** Contratado: Paulinho Ribeiro De Assunção Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.212,00 Cargo: Pedreiro Secretária: Sec. De Transporte E Serviços Públicos

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 662** Contratado: Paulo Sérgio Gomes Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.212,00 Cargo: Pedreiro Secretária: Sec. De Transporte E Serviços Públicos

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 663** Contratado: Antônio Inácio Neto Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.212,00 Cargo: Ajudante De Pedreiro Secretária: Sec. De Transporte E Serviços Públicos

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 664** Contratado: Lucas Henrique Lima Cardoso Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.212,00 Cargo: Ajudante De Pedreiro Secretária: Sec. De Transporte E Serviços Públicos

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 665** Contratado: Sandro Lima Da Luz Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.212,00 Cargo: Ajudante De Pedreiro Secretária: Sec. De Transporte E Serviços Públicos

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 666** Contratado: Francisco De Assis Bispo De Souza Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.212,00 Cargo: Ajudante De Pedreiro Secretária: Sec. De Transporte E Serviços Públicos

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 667** Contratado: Valdeci Do Vale Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.212,00 Cargo: Ajudante De Pedreiro Secretária: Sec. De Transporte E Serviços Públicos

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 668** Contratado: Valdeci Ribeiro Dos Santos Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.212,00 Cargo: Ajudante De Pedreiro Secretária: Sec. De Transporte E Serviços Públicos

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 669** Contratado: Diogenes Victor Pereira Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.212,00 Cargo: Ajudante De Pedreiro Secretária: Sec. De Transporte E Serviços Públicos

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 670** Contratado: Raimundo Gomes De Souza Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.212,00 Cargo: Ajudante De Pedreiro Secretária: Sec. De Transporte E Serviços Públicos

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 671** Contratado: Edgar Carvalho Sousa Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.212,00 Cargo: Armador Secretária: Sec. De Transporte E Serviços Públicos

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 672** Contratado: Isaías Soares Tosta Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.212,00 Cargo: Armador Secretária: Sec. De Transporte E Serviços Públicos

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 673** Contratado: Edivaldo Marinho Lima Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.212,00 Cargo: Carpiteiro Secretária: Sec. De Transporte E Serviços Públicos

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 674** Contratado: Ana Lázara Matos De Oliveira Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: Valor: 2.650,00 Cargo: Engenheiro De Alimentos Secretária: Sec. De Indústria, Com. Desen. Rural, Pesca E Aquicultura

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 675** Contratado: André Soares Silva Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 2.650,00 Cargo: Agrônomo Secretária: Sec. De Indústria, Com. Desen. Rural, Pesca E Aquicultura.

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 676** Contratado: Douglas David Torres Vilar Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 2.650,00 Cargo: Veterinário Secretária: Sec. De Indústria, Com. Desen. Rural, Pesca E Aquicultura

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 677** Contratado: Victor Hugo Gomes Merib Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 2.650,00 Cargo: Veterinário Secretária: Sec. De Indústria, Com. Desen. Rural, Pesca E Aquicultura

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 678** Contratado: Pitter Guimarães Simmonds Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: Valor: 2.650,00 Cargo: Veterinário Secretária: Sec. De Indústria, Com. Desen. Rural, Pesca E Aquicultura

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 679** Contratado: Cléber Willian De Freitas Serafim Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: Valor:3.074,88 Cargo: Inspetor Sanitário Secretária: Sec. De Indústria, Com. Desen. Rural, Pesca E Aquicultura

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 680** Contratado: Cézar Martins Dos Santos Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: Valor: 1.212,00 Cargo: Vigia Secretária: Sec. De Indústria, Com. Desen. Rural, Pesca E Aquicultura

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 681** Contratado: Antônio Tavares Da Luz Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: Valor: 1.212,00 Cargo: Vigia Secretária: Sec. De Indústria, Com. Desen. Rural, Pesca E Aquicultura

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 682** Contratado: Fleury Alves De Oliveira Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.212,00 Cargo: Vigia Secretária: Sec. De Indústria, Com. Desen. Rural, Pesca E Aquicultura

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 683** Contratado: Gabriel Guirra

Da Silva Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: Valor: 1.350,00 Cargo: Auxiliar Administrativo Secretária: Sec. De Indústria, Com. Desen. Rural, Pesca E Aquicultura

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 684** Contratado: Guilherme Jesus Gonçalves Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1. 350,00 Cargo: Auxiliar Administrativo Secretária: Sec. De Indústria, Com. Desen. Rural, Pesca E Aquicultura

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 685** Contratado: Maria Rita Coelho De Melo Leal Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1. 350,00 Cargo: Auxiliar Administrativo Secretária: Sec. De Indústria, Com. Desen. Rural, Pesca E Aquicultura

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 686** Contratado: Márcia Stefânia Santos Duarte Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: Valor: 1.350,00 Cargo: Auxiliar Administrativo Secretária: Sec. De Indústria, Com. Desen. Rural, Pesca E Aquicultura

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 687** Contratado: Zaigmar Medeiros De Almeida Camargo Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: Valor:1.212,00 Cargo: Auxiliar De Serviços Gerais Secretária: Sec. De Indústria, Com. Desen. Rural, Pesca E Aquicultura

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 688** Contratado: Hermes Paulo Prger Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.350,00 Cargo: Topógrafo Secretária: Sec. De Planejamento Urbano E Obras

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 689** Contratado: João Paulo Alves Mendes Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.212,00 Cargo: Auxiliar De Topógrafo Secretária: Sec. De Planejamento Urbano E Obras

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 690** Contratado: Maria Carolina Moraes Lopes Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 2. 650,00 Cargo: Engenheiro Civil Secretária: Sec. De Planejamento Urbano E Obras

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 691** Contratado: Lohrana Josefa Dos Santos Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 2.650,00 Cargo: Arquiteta Secretária: Sec. De Planejamento Urbano E Obras

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 692** Contratado: Victória Laurenço Fonseca Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.350,00 Cargo: Auxiliar Administrativo Secretária: Sec. De Planejamento Urbano E Obras

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 693** Contratado: Abel Vinicius Machado Caetano Da Silva Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 2.650,00 Cargo: Arquiteto Secretária: Sec. De Planejamento Urbano E Obras

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 694** Contratado: Arthur Kennedy Pereira Rodrigues Luz Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 2.650,00 Cargo: Engenheiro Civil Secretária: Sec. De Planejamento Urbano E Obras

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 695** Contratado: Claudionor Luis De Freitas Domingues Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.350,00 Cargo: Motorista Secretária: Sec. De Urbanismo E Paisagismo

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 696** Contratado: Maikon José Amâncio De Oliveira Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1. 350,00 Cargo: Motorista Secretária: Sec. De Urbanismo E Paisagismo

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 697** Contratado: Delismar Pereira De Sousa Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.212,00 Cargo: Auxiliar De Serviços Gerais Secretária: Sec. De Urbanismo E Paisagismo

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 698** Contratado: Heliton Silva Dos Santos Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.212,00 Cargo: Auxiliar De Serviços Gerais Secretária: Sec. De Urbanismo E Paisagismo

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 699** Contratado: Milton Pereira De Oliveira Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.212,00 Cargo: Auxiliar De Serviços Gerais Secretária: Sec. De Urbanismo E Paisagismo

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 700** Contratado: Valdomiro Cardoso De Moura Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1. 212,00 Cargo: Auxiliar De Serviços Gerais Secretária: Sec. De Urbanismo E Paisagismo

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 701** Contratado: Roberta Petry Giacomolli Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.350,00 Cargo: Auxiliar Administrativo Secretária: Sec. De Procuradoria Geral Do Município

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 702** Contratado: Verônica Arraes Queiroz Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.350,00 Cargo: Auxiliar Administrativo Secretária: Sec. De Procuradoria Geral Do Município

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 703** Contratado: Adriana Schmidt Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.350,00 Cargo: Auxiliar Administrativo Secretária: Sec. De Procuradoria Geral Do Município

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 704** Contratado: Charles Ricardo Osuna Da Silva Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1. 212,00 Cargo: Fiscal Ambiental Secretária: Sec. De Meio Ambiente

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 705** Contratado: Alberto Alves Dos Santos Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.212,00 Cargo: Fiscal Ambiental Secretária: Sec. De Meio Ambiente

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 706** Contratado: Célida Dos Anjos Fernandes Cardoso Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.212,00 Cargo: Auxiliar De Serviços Gerais Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 707** Contratado: Gislaila Ferreira Rocha Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 3.074,88 Cargo: Enfermeiro Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 708** Contratado: Yssiasmim Beatriz

Almeida Da Silva Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.350,00 Cargo: Auxiliar Administrativo Secretária: Sec. De Administração

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 709** Contratado: Bianca Oreli Silva Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.350,00 Cargo: Inspetor Sanitário Secretária: Sec. De Indústria, Com. Desen. Rural, Pesca E Aquicultura

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 710** Contratado: Fernanda Silva Miranda Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.350,00 Cargo: Auxiliar Administrativo Secretária: Sec. De Procuradoria Geral Do Município

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 711** Contratado: Naira Maria Silva Dos Santos Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1. 212,00 Cargo: Auxiliar De Serviços Gerais Secretária: Sec. De Turismo

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 712** Contratado: Edison Da Conceição Silva Santos Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.212,00 Cargo: Vigia Secretária: Sec. De Turismo

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 713** Contratado: Genivaldo Oliveira Da Silva Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.212,00 Cargo: Vigia Secretária: Sec. De Turismo

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 714** Contratado: Vanderléia Vieira Da Purificação Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 2. 650,00 Cargo: Auxiliar Administrativo Secretária: Sec. De Finanças

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 715** Contratado: Azilma Paiva Liba Bastos Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 28/02/2022 Valor: R$ 2.193,75 Cargo: Auxiliar Administrativo Secretária: Sec. De Administração

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 716** Contratado: Fabiany Roberta Gomes Merlin Gallo Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 28/02/2022 Valor: R$ 2.193,75 Cargo: Auxiliar Administrativo Secretária: Sec. De Administração

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 717** Contratado: Francisco De Assis Da Silva Rios Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 28/02/2022 Valor: R$ 2. 193,75 Cargo: Auxiliar Administrativo Secretária: Sec. De Administração

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 718** Contratado: Geruzélia Gomes De Souza Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 28/02/2022 Valor: R$ 1. 212,00 Cargo: Auxiliar Administrativo Secretária: Sec. De Administração

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 719** Contratado: Matheus Fernandes Silva Data/Início: 03/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 2. 650,00 Cargo: Engenheiro Civil Secretária: Sec. De Planejamento Urbano E Obras

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 720** Contratado: Eder Ferreira Sanchez Data/Início: 04/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 2.650,00 Cargo: Engenheiro Civil Secretária: Sec. De Planejamento Urbano E Obrass

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 721** Contratado: Inara Rege Lopes Data/Início: 05/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 3.074,88 Cargo: Enfermeiro Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 722** Contratado: Jéssica Vieira Dos Santos Data/Início: 05/01/2022 Data/Fim: 28/02/2022 Valor: R$ 1.350,00 Cargo: Auxiliar Administrativo Secretária: Sec. De Administração

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 723** Contratado: Flavianny Ferreira Lemos Data/Início: 06/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 3.074,88 Cargo: Enfermeiro Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 724** Contratado: Simone Vieira De Jesus Data/Início: 06/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.350,00 Cargo: Técnico Em Enfermagem Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 725** Contratado: Greice Kelly Santos Pires Data/Início: 06/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.350,00 Cargo: Técnico Em Enfermagem Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 726** Contratado: Denyse Cristina Dos Santos Araújo Data/Início: 06/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1. 350,00 Cargo: Técnico Em Enfermagem Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 727** Contratado: Lucas Gabriel Lopes Silva Data/Início: 06/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.350,00 Cargo: Técnico Em Enfermagem Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 728** Contratado: Joziane Flor Barbosa Data/Início: 06/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.350,00 Cargo: Técnico Em Enfermagem Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 729** Contratado: Ana Carolina Venâncio Tavares Data/Início: 06/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1. 260,00 Cargo: Auxiliar De Farmácia Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 730** Contratado: Sergildo Assis De Abreu Data/Início: 07/01/2022 Data/Fim: 31/12/2022 Valor: R$ 1.357,39 Cargo: AAE Secretária: Sec. De Educação

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 731** Contratado: Janne Campos Araújo Data/Início: 08/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.350,00 Cargo: Técnico Em Enfermagem Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 732** Contratado: Kellis Fabiana Pinheiro Novello Data/Início: 10/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1. 350,00 Cargo: Técnico Em Enfermagem Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 733** Contratado: Marizete Eduardo Stoffel Data/Início: 10/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.350,00 Cargo: Técnico Em Enfermagem Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 734** Contratado: Jéssica Priscilla Moraes Pessoa Data/Início: 10/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1. 350,00 Cargo: Técnico Em Enfermagem Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 735** Contratado: Daniel Pereira Dos Santos Neto Data/Início: 10/01/2022 Data/Fim: 31/12/2022 Valor: R$ 2.886,24 Cargo: Professor Secretária: Sec. De Educação

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 736** Contratado: Ivoneide Bento

Da Silva Data/Início: 10/01/2022 Data/Fim: 31/12/2022 Valor: R$ 1.357,39 Cargo: AAE Secretária: Sec. De Educação

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 737** Contratado: Luiz Carlos Marques De Souza Data/Início: 10/01/2022 Data/Fim: 31/12/2022 Valor: R$ 1. 357,39 Cargo: AAE Secretária: Sec. De Educação

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 738** Contratado: Ana Beatriz Da Silva Data/Início: 10/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 3.074,88 Cargo: Farmacêutico Bioquímico Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 739** Contratado: Milena Regiane Araújo Santos Data/Início: 10/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1. 260,00 Cargo: Auxiliar De Saúde Bucal Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 740** Contratado: Ney Talys Borges Dantas Data/Início: 10/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 3.074,88 Cargo: Odontólogo Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 741** Contratado: Weiner Reiner Lira Duarte Data/Início: 10/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.350,00 Cargo: Auxiliar Administrativo Secretária: Sec. De Gabinete

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 742** Contratado: Paulo César Ferreira Pinto Data/Início: 10/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.350,00 Cargo: Auxiliar Administrativo Secretária: Sec. De Gabinete

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 743** Contratado: Marcos Barreto Nunes Data/Início: 10/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.350,00 Cargo: Auxiliar Administrativo Secretária: Sec. De Gabinete

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 744** Contratado: Genilton Lopes De Barros Data/Início: 10/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.212,00 Cargo: Ajudante De Pedreiro Secretária: Sec. De Transporte E Serviços Públicos

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 745** Contratado: Pedro Henrique Santos Da Silva Data/Início: 10/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.212,00 Cargo: Ajudante De Pedreiro Secretária: Sec. De Transporte E Serviços Públicos

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 746** Contratado: Roberto Carvalho Caires Data/Início: 10/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.212,00 Cargo: Auxiliar De Serviços Gerais Secretária: Sec. De Turismo

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 747** Contratado: Letícia Pinho Gomes Data/Início: 11/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 3.074,88 Cargo: Enfermeiro Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 748** Contratado: Romário Alves Pereira Data/Início: 12/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 3.074,88 Cargo: Enfermeiro Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 749** Contratado: Kênia Divina Morais Alves Data/Início: 12/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 3.074,88 Cargo: Farmacêutico Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 750** Contratado: Nathany Balduíno De Souza Data/Início: 12/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1. 350,00 Cargo: Técnico Em Enfermagem Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 751** Contratado: Ronaldo Gomes Da Silva Data/Início: 12/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.212,00 Cargo: Vigia Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 752** Contratado: Ruth Rafaela Meireles Data/Início: 12/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.350,00 Cargo: Auxiliar Administrativo Secretária: Sec. De Finanças

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 753** Contratado: Kássia Camargo Lopes Data/Início: 13/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 3.074,88 Cargo: Enfermeiro Secretária: Sec. De Finanças

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 754** Contratado: Heloíza Santos Santana Data/Início: 13/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 3.074,88 Cargo: Enfermeiro Secretária: Sec. De Finanças

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 755** Contratado: José Antônio De Souza Boechat Data/Início: 13/01/2022 Data/Fim: 31/12/2022 Valor: R$ 3. 788,19 Cargo: Professor Secretária: Sec. De Educação

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 756** Contratado: Cléber Willian De Freitas Serafim Data/Início: 13/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 3. 074,88 Cargo: Enfermeiro Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 757** Contratado: Arthur Guilherme Miranda Almeida Data/Início: 13/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.350,00 Cargo: Auxiliar Administrativo Secretária: Sec. De Gabinete

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 758** Contratado: Debora Cristina Rosa Data/Início: 14/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.350,00 Cargo: Técnico Em Enfermagem Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 759** Contratado: Sara Fernandes Da Cruz Data/Início: 14/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 2.311,94 Cargo: Fisioterapêuta Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 760** Contratado: Andréia Costa De Moura Sousa Parreira Data/Início: 17/01/2022 Data/Fim: 31/12/2022 Valor: R$ 5.050,92 Cargo: Professor Secretária: Sec. De Educação

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 761** Contratado: Klênia Rampi Da Silva Cardoso Data/Início: 17/01/2022 Data/Fim: 31/12/2022 Valor: R$ 1. 357,39 Cargo: AAE Secretária: Sec. De Educação

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 762** Contratado: Konrad Felipe Hencke Data/Início: 17/01/2022 Data/Fim: 31/12/2022 Valor: R$ 2.886,24 Cargo: Professor Secretária: Sec. De Educação

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 763** Contratado: Lauriene Ferreira Magalhães Data/Início: 17/01/2022 Data/Fim: 31/12/2022 Valor: R$ 5. 050,92 Cargo: Professor Secretária: Sec. De Educação

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 764** Contratado: Luzemar Pereira Da Cunha Data/Início: 17/01/2022 Data/Fim: 31/12/2022 Valor: R$ 2.886,24 Cargo: Professor Secretária: Sec. De Educação

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 765** Contratado: Maximilena Pereira De Freitas Data/Início: 17/01/2022 Data/Fim: 31/12/2022 Valor: R$ 5. 050,92 Cargo: Professor Secretária: Sec. De Educação

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 766** Contratado: Rafael Lopes Couto Data/Início: 17/01/2022 Data/Fim: 31/12/2022 Valor: R$ 2.164,68 Cargo: Professor Secretária: Sec. De Educação

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 767** Contratado: Sara Peres Data/ Início: 17/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 2.650,00 Cargo: Administrador Secretária: Sec. De Assistência Social

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 768** Contratado: Alípio Silvério Lowe Data/Início: 17/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.212,00 Cargo: Vigia Secretária: Sec. De Indústria, Com. Desen. Rural, Pesca E Aquicultura

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 769** Contratado: Márcia Silva De Sousa Data/Início: 17/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.212,00 Cargo: Auxiliar De Serviços Gerais Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 770** Contratado: Natália Aparecida Pereira De Souza Data/Início: 19/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 2.650,00 Cargo: Psicólogo Secretária: Sec. De Assistência Social

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 771** Contratado: Rondinelo Almeida Arruda Data/Início: 21/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.212,00 Cargo: Auxiliar De Serviços Gerais Secretária: Sec. De Transporte E Serviços Gerais Públicos

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 772** Contratado: Alícia Lopes Maciel Data/Início: 24/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.350,00 Cargo: Auxiliar Administrativo Secretária: Sec. De Finanças

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 773** Contratado: Fernanda Silva Cardoso Data/Início: 24/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.350,00 Cargo: Auxiliar Administrativo Secretária: Sec. De Finanças

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 774** Contratado: José Otaciano De Moura Data/Início: 24/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: 1.350,00 Cargo: Motorista Secretária: Sec. De Indústria, Com. Desen. Rural, Pesca E Aquicultura

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 775** Contratado: Getúlio José Ferreira Data/Início: 24/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.350,00 Cargo: Operador De Máquinas Secretária: Sec. De Transporte E Serviços Gerais Públicos

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 776** Contratado: Kássio De Paula Moura Data/Início: 24/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 1.212,00 Cargo: Auxiliar De Serviços Gerais Secretária: Sec. De Turismo

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 777** Contratado: Pedro Henrique De Sousa Data/Início: 24/01/2022 Data/Fim: 30/04/2022 Valor: R$ 3.074,88 Cargo: Enfermeiro Secretária: Sec. De Saúde

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 778** Contratado: Débora Natiele Vieira Alves Data/Início: 31/01/2022 Data/Fim: Valor:1.350,00 Cargo: Auxiliar Administrativo Secretária: Sec. De Finanças

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: **CONTRATO Nº: 779** Contratado: Thais Cristina Marques Moreira Data/Início: 31/01/2022 Data/Fim: Valor:1.350,00 Cargo: Auxiliar Administrativo Secretária: Sec. De Finanças

EXTRATO DE CONTRATO N° 041/2022

EXTRATO DE CONTRATO N° 041/2022

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 037/2022

CONTRATO Nº. 041/2022

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GARÇAS

CNPJ: 03.439.239/0001-50

CONTRATADA: MASTER CLÍNICA LTDA-ME

CNPJ: 43.515.975/0001-65

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURIDICAS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA EM REGIME DE PLANTÃO PRESENCIAL, SOBRE AVISO, CONSULTAS, CLÍNICA MÉDICA EM PSFs E DEMANDAS MÉDICAS ESPECIALIZADAS PARA ACOMPANHAMENTO CLÍNICO DE PACIENTES, DE FORMA COMPLEMENTAR AOS SERVIÇOS OFERECIDOS NO MINICÍPIO DE BARRA DO GARÇAS-MT, DE ACORDO COM OS CRITÉRIOS, TERMOS E CONDICÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL DE CREDENCIAMENTO 001/2022 E TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO I.

VALOR: R$ 180.000,00 (CENTO E OITENTA MIL REAIS)

VIGÊNCIA: 09/03/2022 ATE 09/03/2023.

BARRA DO GARÇAS-MT, 18 DE MARÇO DE 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ARAGUAIA

PREFEITURA
EXTRATO DE CONTRATO Nº 15/2022

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ARAGUAIA – MT.

CONTRATADA: SONIA MARLI WESOLOWSKI

VALOR GLOBAL: R$ 42.000,00 (Quarenta e dois mil reais)

OBJETO: objeto do presente contrato é o fornecimento de gêneros alimentícios (polpa de fruta) da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural para o atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar, para o ano letivo de 2022.

Item	DESCRIÇÃO	QTD.	UND.	V. UNIT.	V. TOTAL
1	**POLPAS DE FRUTAS:** sem conservantes, acidulante e/ou agentes químicos, composto líquido extraído pelo esmagamento das partes comestíveis de frutas carnosas, apresentação na forma polpa de fruta congelada, obtida da fruta madura e sã, isento de fragmentos das partes não comestíveis e sem açúcar, com aspecto, cor, cheiro e sabor próprios, desde	1400	kg	30,00	42.000,00

	que mantidos congelados a - 18º C, acondicionado em sacos plásticos atóxicos pesando 1Kg, e suas condições e especificações deverão estar de acordo com os normativos e o nº do registro do MAPA.				

VIGENCIA: até 31/12/2022.

Bom Jesus do Araguaia – MT, em 18 de Março de 2022.

MARCILEI ALVES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

PREFEITURA
ATO DE HOMOLOGAÇÃO DP 07/2022

MODALIDADE: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 07/2022– CHAMADA PÚBLICA

PROCESSO: Nº 13/2022

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural.

O Senhor MARCILEI ALVES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Araguaia, Estado de Mato Grosso, usando das suas atribuições que lhe são inerentes, respeitados os princípios legais correlatos, profere o seguinte ato de HOMOLOGAÇÃO.

I – O certame Solicitado pela Secretaria de Educação e aberto pela Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Araguaia/MT, quanto aos atos praticados, verificou-se que foram realizados em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e o edital, conhecendo-se como legais, legítimos e válidos.

II - Quanto à convivência do processo Licitatório, constatou-se que os recursos para cobertura das despesas oriundas da presente licitação estão consignados no Orçamento do Município e serão empenhadas de acordo com a Ordem de Fornecimento.

III - Diante do exposto, observando-se as formalidades para efeito de adjudicação, considerando os atos do certame como válidos e convenientes ao interesse público, **HOMOLOGO** o **Processo Licitatório nº. 13/2022 Dispensa nº. 07/2022-Chamada Pública**, em nome da vencedora abaixo discriminada:

IV - Fornecedora: **SONIA MARLI WESOLOWSKI**; no valor global de R$: 42.000,00 (Quarenta e dois mil reais). Para que o interesse público e o Edital de Chamada Pública nº. 07/2022 sejam efetivamente cumpridos.

Dê-se ciência ao interessado, observando as prescrições legais.

Bom Jesus do Araguaia-MT, 18 de Março de 2022.

MARCILEI ALVES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASNORTE

TERMO DE RATIFICAÇÃO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 007/2022

TERMO DE RATIFICAÇÃO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 007/2022

Objeto	**Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviço de sistema com licença de uso de software com acesso via web para pesquisa de preços médio do mercado de produtos/peças automotivos e maquinas pesadas, sendo a frota composta por 190 veículos, relatório anexo ao processo contendo especificações dos veículos, como: modelo, placa, renavan, chassi e placa patrimonial, isto para suprir as necessidades e demandas da Secretaria Municipal de Administração do município de Brasnorte-MT.**
Favorecido	**L. RICARDO DE MAGALHÃES EIRELI**
CNPJ:	17.922.286/0001-65
Vigência:	12 meses.
Valor global	R$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais)
Fundamento Legal	Artigo 25 inciso I da Lei nº 8.666/93.
Justificativa	Anexa nos autos do processo.

Ratifico a Inexigibilidade de Licitação nº 007/2022 em consonância com a justificativa apresentada pela Comissão Permanente de Licitação e Parecer Jurídico, nos termos do artigo 26 da Lei nº 8.666/93 e suas atualizações.

Brasnorte – MT, 16 de março de 2022.

EDELO MARCELO FERRARI

Prefeito Municipal

AVISO DE RESULTADO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2022

AVISO DE RESULTADO

Processo Administrativo nº 023/2022

Pregão Presencial Nº 010/2022

A Prefeitura Municipal de Brasnorte-MT, torna público para conhecimento dos interessados o resultado da Licitação com modalidade Pregão Presencial Nº 010/2022 realizada em 18 de março de 2022 às 08:00 horas, onde reuniram-se a Sra. Pregoeira substituta e a Equipe de apoio, nomeados pela portaria 010/2022, tendo como objeto o Registro de preço para eventual contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços técnicos profissionais especializados em todo o processo de Regularização Fundiária Urbana de Interesse Social – REURB-S, com objetivo de atualização da base cadastral, geração de inconsistências, a fim de promover a Regularização Fundiária - REURB de núcleo urbanos informais, na modalidade de REURB-S, de lotes e quadras urbanos no Município de Brasnorte-MT. Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM. Quantidade de itens: 1 (um). Teve como vencedores: H. F. THOMAZ SOARES, inscrita no CNPJ: 29.567.561/0001-59, arrematou o item único com valor total final de R$ 519.749,50 (quinhentos e dezenove mil, setecentos e quarenta e nove reais e cinquenta centavos).

Brasnorte/MT, 18 de março de 2022.

Adjudico a presente licitação, Arieli Caldeira da Cunha, pregoeira.

Homologo a presente licitação, Edelo Marcelo Ferrari, Prefeito.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
CONTRATO Nº 030/2022 – SMED POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFIFICADO 001/2021

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, **LIAMARA RODRIGUES DA SILVA** de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e o (a) senhor (a), **VANESSA IRACEMA BONFA RIBEIRO DA SIL-**

VA, brasileiro (a) residente e domiciliado (a) No Residencial Universitário IV , Bairro No Residencial Universitário, Município de Cáceres MT, portador (a) do RG Nº 1596955-0 SSP-MT e CPF Nº 014.592.221-99, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público do (a) senhor (a) **VANESSA IRACEMA BONFA RIBEIRO DA SILVA,** no cargo de Auxiliar de desenvolvimento infantil, para exercer suas funções na Escola Municipal Província de Arezzo, com **carga horária de trabalho de 40(Quarenta horas) semanais**, período Matutino e vespertino a contratação justifica-se e encontra amparo legal no inciso IX do caput do art.37 da Constituição Federal, garantindo o direito dos 200 (duzentos) dias letivos conforme o calendário escolar.

Parágrafo único A carga horária do contrato poderá ser reduzida a qualquer momento mediante alteração da matriz curricular.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **14 de Fevereiro de 2022 e término em 23 de Dezembro de 2022.**

PARAGRAFO ÚNICO: O presente contrato poderá ser prorrogado por igual período sem exceder 02 (dois) anos de vinculo, de acordo com o interesse e justificativa da Secretaria Municipal de Educação.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de **R$ 1.450,80 (Mil Quatrocentos e Cinquenta e oitenta centavos) mensais.**

DOS SERVIÇOS O CONTRATADO

Cláusula 4ª Responsabilizar-se a, integramente, pelo que forem demandados pela CONTRATANTE, em conformidade com a normatização pertinente, cronogramas de aulas, materiais didáticos necessários (aulas práticas e teóricas).

DA FORMA DE PAGAMENTO

Cláusula 5ª Os pagamentos referentes às horas/aulas ministradas serão realizados mensalmente após de acordo com a folha de frequência.

DO ACOMPANHAMENTO E DA EXECUÇAO DO CONTRATO

Cláusula 6ª A gestora da unidade anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto do presente contrato, determinado o que for necessário a regularização das faltas, reposições e ou adequações necessárias para o cumprimento dos dias letivos.

DA DOTAÇAO ORÇAMENTARIA

Cláusula 7ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta da seguinte dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Educação:

Cód. Órgão	**Cód**. Unid. Orçamentaria	**Cód.** Função	**Cód.** Sub função	**Cód.** Programa	**Núm**. Projeto-atividade	**Cód.** Da categ. Econômica	**Cód.** Do grupo de natureza de despesa	**Cód.** da modalidade de aplicação	**Cód.** Elem. de despesa	**Cód.** Sub elemento de despesa	**Cód.** ID de uso e destinação de recurso	**Cód.** Grupo de destinação de recurso	**Cód.** da especificação da destinação de recurso	**Unid.** Orçamentaria
06	003	12	365	1004	2059	3	1	90	04	00	0	1	540	066006

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATANTE

Cláusula 8ª Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Aprovar o(s) projeto(s) pedagógico(s) a serem executados na unidade escolar; b) Comunicar ao CONTRATADO toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do CONTRATO; c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO; d) Propiciar recursos para que o CONTRATADO possa desempenhar seus serviços dentro das normas; e) Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento; f) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, na forma convencionada neste;

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATADA

Cláusula 9ª A contratado obriga-se, ainda:

a) Ser assíduo e comprometido com que é proposto pela Educação Municipal;

b) Realizar o controle da frequência e do desempenho escolar dos alunos;

c) Cumprir a carga horaria semanal estabelecida para a função na qual foi selecionado, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato, sob pena de rescisão contratual;

d) Apresentar documentação mensal relativa à execução de suas atividades ao gestor da unidade, para efeito de comprovação de assiduidade;

e) Estar ciente de que poderá ser convocado a qualquer momento a participar de reuniões em caráter administrativo e pedagógico, solicitada pela coordenação escolar ou geral;

f) Requerer expressamente, **com antecedência mínima de 30 (trinta) dias** ao gestor da instituição de ensino, o interesse em rescindir o contrato;

g) Zelar pelo patrimônio público, desde a estrutura física, a identidade e os valores institucionais;

h) Entregar planejamento anual antes do início das aulas, o qual poderá ser solicitado pela Coordenação escolar e pela Coordenação Pedagógica da Secretaria Municipal de Educaçãosua alteração e/ou adequação;

i) Planejar as aulas e atividades didáticas e ministra-las seguindo as orientações do projeto político pedagógico da unidade, bem como do material didático;

j) Adequar aprendizagem dos alunos as necessidades especificas do público-alvo;

k) Elaborar o conteúdo programático adequando conteúdo, aulas, materiais didáticos, mídias e bibliografia as necessidades dos alunos da unidade escolar;

l) Registrar diariamente em tempo real e em sistema próprio a frequência dos alunos;

m) Avaliar e registrar o desempenho dos alunos;

n) Manter as planilhas diárias atualizadas, e apresenta-las sempre que solicitado pelo coordenador pedagógico e ou coordenação geral da Secretaria Municipal de Educação;

o) Entregar toda documentação a secretaria escolar dentro do prazo exigido após a finalização do bimestre;

p) Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados;

q) Comunicar imediatamente o Coordenador pedagógico escolar a ausência do aluno 2 (dois) dias consecutivos sem justificativa;

r) Arcar com todo ônus relativo ao seu deslocamento, hospedagem, alimentação e demais custos que advenham da sua permanecia no local de trabalho**;**

s) A abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretara em rescisão contratual;

t) Justificar ao coordenador ou diretor da unidade escolar, através de documento a falta que vier a ocorrer, assim como a data da reposição do dia letivo.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Cláusula 10ª Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato ou avaliação que comprove a não cumprimento das atribuições inerentes à função para a qual foi contratado o profissional, será aplicada a sansão prevista no ordenamento jurídico;

Cláusula 11ª Este contrato por prazo determinado vincula-se ao regime geral de providencia Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto;

DA RESCISÃO

Cláusula 12ª A inexecução total ou parcial do objeto deste CONTRATO ou resultado não favorável na avalição de desempenho do profissional enseja na sua rescisão de forma unilateral;

Cláusula 13ª *O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.*

Cláusula 14ª Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Cláusula 15ª Fica eleito o Foro da comarca de Cáceres para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste contrato.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 23 de Fevereiro de 2022

_____

CONTRATADO (A)

_____

LIAMARA RODRIGUES DA SILVA

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
CONTRATO Nº 002/2022 – SMED POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFIFICADO 001/2021

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, **LIAMARA RODRIGUES DA SILVA** de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e o (a) senhor (a), **MARINA DE FATIMA SOUZA,** brasileiro (a) residente e domiciliado (a) na Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 180, Bairro Jardim União, Município de Cáceres MT, portador (a) do RG Nº 20220545 SSP-MT e CPF n.º 224.051.272-53, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público do (a) senhor (a) **MARINA DE FATIMA SOUZA,** no cargo de Professor (a) Licenciado (a) em Pedagogia, para exercer suas funções na Escola Municipal Dom Máximo Biennes , com **carga horária de trabalho de 20(Vinte) horas semanais**, em substituição à professora Maria Aparecida de Carvalho na turma do 4º ano C, garantindo o direito dos 200 (duzentos) dias letivos conforme o calendário escolar.

Parágrafo único A carga horária do contrato poderá ser reduzida a qualquer momento mediante alteração da matriz curricular.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **17 de Fevereiro de 2022 e término em 15 de Maio de 2022.**

PARAGRAFO ÚNICO: O presente contrato poderá ser prorrogado por igual período sem exceder 02 (dois) anos de vinculo, de acordo com o interesse e justificativa da Secretaria Municipal de Educação.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de **R$ 2.475,26 (Dois mil quatrocentos e setenta cinco e vinte seis centavos) mensais.**

DOS SERVIÇOS O CONTRATADO

Cláusula 4ª Responsabilizar-se a, integramente, pelo que forem demandados pela CONTRATANTE, em conformidade com a normatização pertinente, cronogramas de aulas, materiais didáticos necessários (aulas práticas e teóricas).

DA FORMA DE PAGAMENTO

Cláusula 5ª Os pagamentos referentes às horas/aulas ministradas serão realizados mensalmente após de acordo com a folha de frequência.

DO ACOMPANHAMENTO E DA EXECUÇAO DO CONTRATO

Cláusula 6ª A gestora da unidade anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto do presente contrato, determinado o que for necessário a regularização das faltas, reposições e ou adequações necessárias para o cumprimento dos dias letivos.

DA DOTAÇAO ORÇAMENTARIA

Cláusula 7ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta da seguinte dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Educação:

Cód. Órgão	**Cód.** Unid. Orçamentaria	**Cód.** Função	**Cód.** Sub função	**Cód.** Programa	**Núm.** Projeto-atividade	**Cód.** Da categ. Econômica	**Cód.** Do grupo de natureza de despesa	**Cód.** da modalidade de aplicação	**Cód.** Elem. de despesa	**Cód.** Sub elemento de despesa	**Cód.** ID de uso e destinação de recurso	**Cód.** Grupo de destinação de recurso	**Cód.** da especificação da destinação de recurso	**Unid.** Orçamentaria
06	003	12	361	1004	2057	3	1	90	04	00	0	1	540	066009

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATANTE

Cláusula 8ª Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Aprovar o(s) projeto(s) pedagógico(s) a serem executados na unidade escolar; b) Comunicar ao CONTRATADO toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do CONTRATO; c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO; d) Propiciar recursos para que o CONTRATADO possa desempenhar seus serviços dentro das normas; e) Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento; f) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, na forma convencionada neste;

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATADA

Cláusula 9ª A contratado obriga-se, ainda:

a) Ser assíduo e comprometido com que é proposto pela Educação Municipal;

b) Realizar o controle da frequência e do desempenho escolar dos alunos;

c) Cumprir a carga horaria semanal estabelecida para a função na qual foi selecionado, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato, sob pena de rescisão contratual;

d) Apresentar documentação mensal relativa à execução de suas atividades ao gestor da unidade, para efeito de comprovação de assiduidade;

e) Estar ciente de que poderá ser convocado a qualquer momento a participar de reuniões em caráter administrativo e pedagógico, solicitada pela coordenação escolar ou geral;

f) Requerer expressamente, **com antecedência mínima de 30 (trinta) dias** ao gestor da instituição de ensino, o interesse em rescindir o contrato;

g) Zelar pelo patrimônio público, desde a estrutura física, a identidade e os valores institucionais;

h) Entregar planejamento anual antes do início das aulas, o qual poderá ser solicitado pela Coordenação escolar e pela Coordenação Pedagógica da Secretaria Municipal de Educaçãosua alteração e/ou adequação;

i) Planejar as aulas e atividades didáticas e ministra-las seguindo as orientações do projeto político pedagógico da unidade, bem como do material didático;

j) Adequar aprendizagem dos alunos as necessidades especificas do público-alvo;

k) Elaborar o conteúdo programático adequando conteúdo, aulas, materiais didáticos, mídias e bibliografia as necessidades dos alunos da unidade escolar;

l) Registrar diariamente em tempo real e em sistema próprio a frequência dos alunos;

m) Avaliar e registrar o desempenho dos alunos;

n) Manter as planilhas diárias atualizadas, e apresenta-las sempre que solicitado pelo coordenador pedagógico e ou coordenação geral da Secretaria Municipal de Educação;

o) Entregar toda documentação a secretaria escolar dentro do prazo exigido após a finalização do bimestre;

p) Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados;

q) Comunicar imediatamente o Coordenador pedagógico escolar a ausência do aluno 2 (dois) dias consecutivos sem justificativa;

r) Arcar com todo ônus relativo ao seu deslocamento, hospedagem, alimentação e demais custos que advenham da sua permanecia no local de trabalho**;**

s) A abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretara em rescisão contratual;

t) Justificar ao coordenador ou diretor da unidade escolar, através de documento a falta que vier a ocorrer, assim como a data da reposição do dia letivo.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Cláusula 10ª Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato ou avaliação que comprove a não cumprimento das atribuições inerentes à função para a qual foi contratado o profissional, será aplicada a sansão prevista no ordenamento jurídico;

Cláusula 11ª Este contrato por prazo determinado vincula-se ao regime geral de providencia Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto;

DA RESCISÃO

Cláusula 12ª A inexecução total ou parcial do objeto deste CONTRATO ou resultado não favorável na avalição de desempenho do profissional enseja na sua rescisão de forma unilateral;

Cláusula 13ª *O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.*

Cláusula 14ª Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Cláusula 15ª Fica eleito o Foro da comarca de Cáceres para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste contrato.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 17 de Fevereiro de 2022

_____

CONTRATADO (A)

_____

LIAMARA RODRIGUES DA SILVA

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
CONTRATO Nº 045/2022 – SMED POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2021

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, **LIAMARA RODRIGUES DA SILVA** de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e o (a) senhor (a), **LEOMARA FARIA DE AZEVEDO,** brasileiro (a) residente e domiciliado (a) na Rua Andre Alves da Cunha, Bairro Vila Nova, N/S no Município de Cáceres MT, portador (a) do RG Nº 2146117-1 SSP-MT e CPF Nº 041.490.201-75, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público do (a) senhor (a) **LEOMARA FARIA DE AZEVEDO,** no cargo de Professor (a) Licenciado (a) em Letras, para exercer suas funções na Escola Municipal Santos Dumont, com **carga horária de trabalho de 20(Vinte) horas semanais**, para as turmas do 6° ao 9° ano no período vespertino. A contratação em substituição a professora a professora Elaine Gisele Vidal. Garantindo o direito dos 200 (duzentos) dias letivos conforme o calendário escolar.

Parágrafo único A carga horária do contrato poderá ser reduzida a qualquer momento mediante alteração da matriz curricular.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **24 de Fevereiro de 2022 e término em 23 de Dezembro de 2022.**

PARAGRAFO ÚNICO: O presente contrato poderá ser prorrogado por igual período sem exceder 02 (dois) anos de vinculo, de acordo com o interesse e justificativa da Secretaria Municipal de Educação.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de **R$ 2.475,26 (Dois mil quatrocentos e setenta cinco e vinte seis centavos) mensais.**

DOS SERVIÇOS O CONTRATADO

Cláusula 4ª Responsabilizar-se a, integramente, pelo que forem demandados pela CONTRATANTE, em conformidade com a normatização pertinente, cronogramas de aulas, materiais didáticos necessários (aulas práticas e teóricas).

DA FORMA DE PAGAMENTO

Cláusula 5ª Os pagamentos referentes às horas/aulas ministradas serão efetuados mensalmente após de acordo com a folha de frequência.

DO ACOMPANHAMENTO E DA EXECUÇAO DO CONTRATO

Cláusula 6ª A gestora da unidade anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto do presente contrato, determinado o que for necessário a regularização das faltas, reposições e ou adequações necessárias para o cumprimento dos dias letivos.

DA DOTAÇAO ORÇAMENTARIA

Cláusula 7ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta da seguinte dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Educação:

Cód. Órgão	**Cód.** Unid. Orçamentaria	**Cód.** Função	**Cód.** Sub função	**Cód.** Programa	**Núm.** Projeto-atividade	**Cód.** Da categ. Econômica	**Cód.** Do grupo de natureza de despesa	**Cód.** da modalidade de aplicação	**Cód.** Elem. de despesa	**Cód.** Sub elemento de despesa	**Cód.** ID de uso e destinação de recurso	**Cód.** Grupo de destinação de recurso	**Cód.** da especificação da destinação de recurso	**Unid.** Orçamentaria
06	003	12	361	1004	2057	3	1	90	04	00	0	1	540	066009

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATANTE

Cláusula 8ª Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Aprovar o(s) projeto(s) pedagógico(s) a serem executados na unidade escolar; b) Comunicar ao CONTRATADO toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do CONTRATO; c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO; d) Propiciar recursos para que o CONTRATADO possa desempenhar seus serviços dentro das normas; e) Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento; f) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, na forma convencionada neste;

DAS OBRIGAÇOES DO CONTRATADO

Cláusula 9ª O contratado obriga-se, ainda:

a) Ser assíduo e comprometido com que é proposto pela Educação Municipal;

b) Realizar o controle da frequência e do desempenho escolar dos alunos;

c) Cumprir a carga horaria semanal estabelecida para a função na qual foi selecionado, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato, sob pena de rescisão contratual;

d) Apresentar documentação mensal relativa à execução de suas atividades ao gestor da unidade, para efeito de comprovação de assiduidade;

e) Estar ciente de que poderá ser convocado a qualquer momento a participar de reuniões em caráter administrativo e pedagógico, solicitada pela coordenação escolar ou geral;

f) Requerer expressamente, **com antecedência mínima de 30 (trinta) dias** ao gestor da instituição de ensino, o interesse em rescindir o contrato;

g) Zelar pelo patrimônio público, desde a estrutura física, a identidade e os valores institucionais;

h) Entregar planejamento anual antes do início das aulas, o qual poderá ser solicitado pela Coordenação escolar e pela Coordenação Pedagógica da Secretaria Municipal de Educaçãosua alteração e/ou adequação;

i) Planejar as aulas e atividades didáticas e ministrá-las seguindo as orientações do Projeto Político Pedagógico da Unidade Escolar, bem como do material didático;

j) Adequar aprendizagem dos alunos as necessidades especificas do público-alvo;

k) Elaborar o conteúdo programático adequando conteúdo, aulas, materiais didáticos, mídias e bibliografia as necessidades dos alunos da unidade escolar;

l) Registrar diariamente em tempo real e em sistema próprio a frequência dos alunos;

m) Avaliar e registrar o desempenho dos alunos;

n) Manter as planilhas diárias atualizadas, e apresentá-las sempre que solicitado pelo Coordenador Pedagógico e ou coordenação geral da Secretaria Municipal de Educação;

o) Entregar toda documentação a secretaria escolar dentro do prazo exigido após a finalização do bimestre;

p) Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados;

q) Comunicar imediatamente o Coordenador Pedagógico escolar a ausência do aluno 2 (dois) dias consecutivos sem justificativa;

r) Arcar com todo ônus relativo ao seu deslocamento, hospedagem, alimentação e demais custos que advenham da sua permanência no local de trabalho**;**

s) A abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual;

t) Justificar ao Coordenador ou Diretor da Unidade Escolar, através de documento a falta que vier a ocorrer, assim como a data da reposição do dia letivo.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Cláusula 10ª Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato ou avaliação que comprove o não cumprimento das atribuições inerentes à função para a qual foi contratado o profissional, será aplicada a sansão prevista no ordenamento jurídico;

Cláusula 11ª Este contrato por prazo determinado, em caráter emergencial, vincula-se ao Regime Geral de Providência Social – INSS para o qual o Contratado contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto;

DA RESCISÃO

Cláusula 12ª A inexecução total ou parcial do objeto deste CONTRATO ou resultado não favorável na avalição de desempenho do profissional enseja na sua rescisão de forma unilateral;

Cláusula 13ª *O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.*

Cláusula 14ª Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Cláusula 15ª Fica eleito o Foro da comarca de Cáceres para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste contrato.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 07 Março de 2022

_____

CONTRATADO (A)

_____

LIAMARA RODRIGUES DA SILVA

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
CONTRATO Nº 044/2022 – SMED POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFIFICADO 001/2021

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, **LIAMARA RODRIGUES DA SILVA** de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e o (a) senhor (a), **MARIA ROZICLEAR DO NASCIMENTO PEREIRA,** brasileiro (a) residente e domiciliado (a) na Rua Do Caju, N° 30, Bairro Junco, Município de Cáceres MT, portador (a) do RG Nº 3295220-1 SSP-MT e CPF Nº 963.524.851-20, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público do (a) senhor (a) **MARIA ROZICLEAR DO NASCIMENTO PEREIRA,** no cargo de Professor (a) Licenciado (a) em Pedagogia, para exercer suas funções na Escola Municipal CAIC, com **carga horária de trabalho de 20(Vinte) horas semanais**, em substituição a Professora Sheyla Socorro que se encontra em que está de licença médica, garantindo o direito dos 200 (duzentos) dias letivos conforme o calendário escolar.

Parágrafo único A carga horária do contrato poderá ser reduzida a qualquer momento mediante alteração da matriz curricular.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **21 de Fevereiro de 2022 e término em 15 de Abril de 2022.**

PARAGRAFO ÚNICO: O presente contrato poderá ser prorrogado por igual período sem exceder 02 (dois) anos de vinculo, de acordo com o interesse e justificativa da Secretaria Municipal de Educação.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de **R$ 2.475,26 (Dois mil quatrocentos e setenta cinco e vinte seis centavos) mensais.**

DOS SERVIÇOS O CONTRATADO

Cláusula 4ª Responsabilizar-se a, integramente, pelo que forem demandados pela CONTRATANTE, em conformidade com a normatização pertinente, cronogramas de aulas, materiais didáticos necessários (aulas práticas e teóricas).

DA FORMA DE PAGAMENTO

Cláusula 5ª Os pagamentos referentes às horas/aulas ministradas serão realizados mensalmente após de acordo com a folha de frequência.

DO ACOMPANHAMENTO E DA EXECUÇAO DO CONTRATO

Cláusula 6ª A gestora da unidade anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto do presente contrato, determinado o que for necessário a regularização das faltas, reposições e ou adequações necessárias para o cumprimento dos dias letivos.

DA DOTAÇAO ORÇAMENTARIA

Cláusula 7ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta da seguinte dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Educação:

Cód. Órgão	**Cód**. Unid. Orçamentaria	**Cód.** Função	**Cód.** Sub função	**Cód.** Programa	**Núm**. Projeto-atividade	**Cód.** Da categ. Econômica	**Cód.** Do grupo de natureza de despesa	**Cód.** da modalidade de aplicação	**Cód.** Elem. de despesa	**Cód.** Sub elemento de despesa	**Cód.** ID de uso e destinação de recurso	**Cód.** Grupo de destinação de recurso	**Cód.** da especificação da destinação de recurso	**Unid.** Orçamentaria
06	003	12	365	1004	2059	3	1	90	04	00	0	1	540	066006

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATANTE

Cláusula 8ª Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Aprovar o(s) projeto(s) pedagógico(s) a serem executados na unidade escolar; b) Comunicar ao CONTRATADO toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do CONTRATO; c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO; d) Propiciar recursos para que o CONTRATADO possa desempenhar seus serviços dentro das normas; e) Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento; f) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, na forma convencionada neste;

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATADA

Cláusula 9ª A contratado obriga-se, ainda:

a) Ser assíduo e comprometido com que é proposto pela Educação Municipal;

b) Realizar o controle da frequência e do desempenho escolar dos alunos;

c) Cumprir a carga horaria semanal estabelecida para a função na qual foi selecionado, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato, sob pena de rescisão contratual;

d) Apresentar documentação mensal relativa à execução de suas atividades ao gestor da unidade, para efeito de comprovação de assiduidade;

e) Estar ciente de que poderá ser convocado a qualquer momento a participar de reuniões em caráter administrativo e pedagógico, solicitada pela coordenação escolar ou geral;

f) Requerer expressamente, **com antecedência mínima de 30 (trinta) dias** ao gestor da instituição de ensino, o interesse em rescindir o contrato;

g) Zelar pelo patrimônio público, desde a estrutura física, a identidade e os valores institucionais;

h) Entregar planejamento anual antes do início das aulas, o qual poderá ser solicitado pela Coordenação escolar e pela Coordenação Pedagógica da Secretaria Municipal de Educaçãosua alteração e/ou adequação;

i) Planejar as aulas e atividades didáticas e ministra-las seguindo as orientações do projeto político pedagógico da unidade, bem como do material didático;

j) Adequar aprendizagem dos alunos as necessidades especificas do público-alvo;

k) Elaborar o conteúdo programático adequando conteúdo, aulas, materiais didáticos, mídias e bibliografia as necessidades dos alunos da unidade escolar;

l) Registrar diariamente em tempo real e em sistema próprio a frequência dos alunos;

m) Avaliar e registrar o desempenho dos alunos;

n) Manter as planilhas diárias atualizadas, e apresenta-las sempre que solicitado pelo coordenador pedagógico e ou coordenação geral da Secretaria Municipal de Educação;

o) Entregar toda documentação a secretaria escolar dentro do prazo exigido após a finalização do bimestre;

p) Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados;

q) Comunicar imediatamente o Coordenador pedagógico escolar a ausência do aluno 2 (dois) dias consecutivos sem justificativa;

r) Arcar com todo ônus relativo ao seu deslocamento, hospedagem, alimentação e demais custos que advenham da sua permanecia no local de trabalho**;**

s) A abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretara em rescisão contratual;

t) Justificar ao coordenador ou diretor da unidade escolar, através de documento a falta que vier a ocorrer, assim como a data da reposição do dia letivo.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Cláusula 10ª Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato ou avaliação que comprove a não cumprimento das atribuições inerentes à função para a qual foi contratado o profissional, será aplicada a sansão prevista no ordenamento jurídico;

Cláusula 11ª Este contrato por prazo determinado vincula-se ao regime geral de providencia Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto;

DA RESCISÃO

Cláusula 12ª A inexecução total ou parcial do objeto deste CONTRATO ou resultado não favorável na avalição de desempenho do profissional enseja na sua rescisão de forma unilateral;

Cláusula 13ª *O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público*.

Cláusula 14ª Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Cláusula 15ª Fica eleito o Foro da comarca de Cáceres para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste contrato.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 21 de Fevereiro de 2022

_____

CONTRATADO (A)

_____

LIAMARA RODRIGUES DA SILVA

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
CONTRATO Nº 047/2022 – SMED POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFIFICADO 001/2021

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, **LIAMARA RODRIGUES DA SILVA** de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e o (a) senhor (a), **ANA MARIA MUDRYK,** brasileiro (a) residente e domiciliado (a) na Rua Pres Nilo Pecanha, S/N, Bairro Cidade Nova, Município de Cáceres MT, portador (a) do RG Nº 2955770-4 SSP-MT e CPF Nº 847.221.189-49, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público do (a) senhor (a) **ANA MARIA MUDRYK,** no cargo de Professor (a) Licenciado (a) em Pedagogia, para exercer suas funções na Escola Municipal CAIC, com **carga horária de trabalho de 20(Vinte) horas semanais**, na turma da Creche II no período matutino, em substituição a professora Adair Pires de Moraes que se encontra de afastamento para fins médicos. Garantindo o direito dos 200 (duzentos) dias letivos conforme o calendário escolar.

Parágrafo único A carga horária do contrato poderá ser reduzida a qualquer momento mediante alteração da matriz curricular.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **28 de Fevereiro de 2022 e término em 23 de Abril de 2022.**

PARAGRAFO ÚNICO: O presente contrato poderá ser prorrogado por igual período sem exceder 02 (dois) anos de vinculo, de acordo com o interesse e justificativa da Secretaria Municipal de Educação.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de **R$ 2.475,26 (Dois mil quatrocentos e setenta cinco e vinte seis centavos) mensais.**

DOS SERVIÇOS O CONTRATADO

Cláusula 4ª Responsabilizar-se a, integramente, pelo que forem demandados pela CONTRATANTE, em conformidade com a normatização pertinente, cronogramas de aulas, materiais didáticos necessários (aulas práticas e teóricas).

DA FORMA DE PAGAMENTO

Cláusula 5ª Os pagamentos referentes às horas/aulas ministradas serão realizados mensalmente após de acordo com a folha de frequência.

DO ACOMPANHAMENTO E DA EXECUÇAO DO CONTRATO

Cláusula 6ª A gestora da unidade anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto do presente contrato, determinado o que for necessário a regularização das faltas, reposições e ou adequações necessárias para o cumprimento dos dias letivos.

DA DOTAÇAO ORÇAMENTARIA

Cláusula 7ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta da seguinte dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Educação:

Cód. Órgão	**Cód.** Unid. Orçamentaria	**Cód.** Função	**Cód.** Sub função	**Cód.** Programa	**Núm.** Projeto-atividade	**Cód.** Da categ. Econômica	**Cód.** Do grupo de natureza de despesa	**Cód.** da modalidade de aplicação	**Cód.** Elem. de despesa	**Cód.** Sub elemento de despesa	**Cód.** ID de uso e destinação de recurso	**Cód.** Grupo de destinação de recurso	**Cód.** da especificação da destinação de recurso	**Unid.** Orçamentaria
06	003	12	365	1004	2059	3	1	90	04	00	0	1	540	066006

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATANTE

Cláusula 8ª Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Aprovar o(s) projeto(s) pedagógico(s) a serem executados na unidade escolar; b) Comunicar ao CONTRATADO toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do CONTRATO; c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO; d) Propiciar recursos para que o CONTRATADO possa desempenhar seus serviços dentro das normas; e) Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento; f) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, na forma convencionada neste;

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATADA

Cláusula 9ª A contratado obriga-se, ainda:

a) Ser assíduo e comprometido com que é proposto pela Educação Municipal;

b) Realizar o controle da frequência e do desempenho escolar dos alunos;

c) Cumprir a carga horaria semanal estabelecida para a função na qual foi selecionado, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato, sob pena de rescisão contratual;

d) Apresentar documentação mensal relativa à execução de suas atividades ao gestor da unidade, para efeito de comprovação de assiduidade;

e) Estar ciente de que poderá ser convocado a qualquer momento a participar de reuniões em caráter administrativo e pedagógico, solicitada pela coordenação escolar ou geral;

f) Requerer expressamente, **com antecedência mínima de 30 (trinta) dias** ao gestor da instituição de ensino, o interesse em rescindir o contrato;

g) Zelar pelo patrimônio público, desde a estrutura física, a identidade e os valores institucionais;

h) Entregar planejamento anual antes do início das aulas, o qual poderá ser solicitado pela Coordenação escolar e pela Coordenação Pedagógica da Secretaria Municipal de Educaçãosua alteração e/ou adequação;

i) Planejar as aulas e atividades didáticas e ministra-las seguindo as orientações do projeto político pedagógico da unidade, bem como do material didático;

j) Adequar aprendizagem dos alunos as necessidades especificas do público-alvo;

k) Elaborar o conteúdo programático adequando conteúdo, aulas, materiais didáticos, mídias e bibliografia as necessidades dos alunos da unidade escolar;

l) Registrar diariamente em tempo real e em sistema próprio a frequência dos alunos;

m) Avaliar e registrar o desempenho dos alunos;

n) Manter as planilhas diárias atualizadas, e apresenta-las sempre que solicitado pelo coordenador pedagógico e ou coordenação geral da Secretaria Municipal de Educação;

o) Entregar toda documentação a secretaria escolar dentro do prazo exigido após a finalização do bimestre;

p) Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados;

q) Comunicar imediatamente o Coordenador pedagógico escolar a ausência do aluno 2 (dois) dias consecutivos sem justificativa;

r) Arcar com todo ônus relativo ao seu deslocamento, hospedagem, alimentação e demais custos que advenham da sua permanecia no local de trabalho**;**

s) A abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretara em rescisão contratual;

t) Justificar ao coordenador ou diretor da unidade escolar, através de documento a falta que vier a ocorrer, assim como a data da reposição do dia letivo.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Cláusula 10ª Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato ou avaliação que comprove a não cumprimento das atribuições inerentes à função para a qual foi contratado o profissional, será aplicada a sansão prevista no ordenamento jurídico;

Cláusula 11ª Este contrato por prazo determinado vincula-se ao regime geral de providencia Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto;

DA RESCISÃO

Cláusula 12ª A inexecução total ou parcial do objeto deste CONTRATO ou resultado não favorável na avalição de desempenho do profissional enseja na sua rescisão de forma unilateral;

Cláusula 13ª *O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.*

Cláusula 14ª Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Cláusula 15ª Fica eleito o Foro da comarca de Cáceres para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste contrato.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 21 de Fevereiro de 2022

_____

CONTRATADO (A)

_____

LIAMARA RODRIGUES DA SILVA

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
CONTRATO Nº 007/2022 – SMED POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFIFICADO 001/2021

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, **LIAMARA RODRIGUES DA SILVA** de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e o (a) senhor (a), **LUCIENE DA SILVA,** brasileiro (a) residente e domiciliado (a) na Rua Dos Sotero S/N, Bairro Cristo Rei, Município de Cáceres MT, portador (a) do RG Nº 16652509 SSP-MT e CPF n.º 008.807. 121-98, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público do (a) senhor (a) **LUCIENE DA SILVA,** no cargo de Auxiliar de desenvolvimento infantil, para exercer suas funções na Escola Prof. Erenice Simão Alvarenga e Madre Maria Estevão, com **carga horária de trabalho de 40(Quarenta horas) semanais**, período Matutino e Vespertino, a contratação justifica-se e encontra amparo legal no inciso IX do caput do art.37 da Constituição Federal, garantindo o direito dos 200 (duzentos) dias letivos conforme o calendário escolar.

Parágrafo único A carga horária do contrato poderá ser reduzida a qualquer momento mediante alteração da matriz curricular.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **21 de Fevereiro de 2022 e término em 23 de Dezembro de 2022.**

PARAGRAFO ÚNICO: O presente contrato poderá ser prorrogado por igual período sem exceder 02 (dois) anos de vinculo, de acordo com o interesse e justificativa da Secretaria Municipal de Educação.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de **R$ 1.450,80 (Mil Quatrocentos e Cinquenta e oitenta centavos) mensais.**

DOS SERVIÇOS O CONTRATADO

Cláusula 4ª Responsabilizar-se a, integramente, pelo que forem demandados pela CONTRATANTE, em conformidade com a normatização pertinente, cronogramas de aulas, materiais didáticos necessários (aulas práticas e teóricas).

DA FORMA DE PAGAMENTO

Cláusula 5ª Os pagamentos referentes às horas/aulas ministradas serão realizados mensalmente após de acordo com a folha de frequência.

DO ACOMPANHAMENTO E DA EXECUÇAO DO CONTRATO

Cláusula 6ª A gestora da unidade anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto do presente contrato, determinado o que for necessário a regularização das faltas, reposições e ou adequações necessárias para o cumprimento dos dias letivos.

DA DOTAÇAO ORÇAMENTARIA

Cláusula 7ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta da seguinte dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Educação:

Cód. Órgão	**Cód.** Unid. Orçamentaria	**Cód.** Função	**Cód.** Sub função	**Cód.** Programa	**Núm**. Projeto-atividade	**Cód.** Da categ. Econômica	**Cód.** Do grupo de natureza de despesa	**Cód.** da modalidade de aplicação	**Cód.** Elem. de despesa	**Cód.** Sub elemento de despesa	**Cód.** ID de uso e destinação de recurso	**Cód.** Grupo de destinação de recurso	**Cód.** da especificação da destinação de recurso	**Unid.** Orçamentaria
06	003	12	361	1004	2057	3	1	90	04	00	0	1	540	066009

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATANTE

Cláusula 8ª Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Aprovar o(s) projeto(s) pedagógico(s) a serem executados na unidade escolar; b) Comunicar ao CONTRATADO toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do CONTRATO; c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO; d) Propiciar recursos para que o CONTRATADO possa desempenhar seus serviços dentro das normas; e) Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento; f) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, na forma convencionada neste;

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATADA

Cláusula 9ª A contratado obriga-se, ainda:

a) Ser assíduo e comprometido com que é proposto pela Educação Municipal;

b) Realizar o controle da frequência e do desempenho escolar dos alunos;

c) Cumprir a carga horaria semanal estabelecida para a função na qual foi selecionado, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato, sob pena de rescisão contratual;

d) Apresentar documentação mensal relativa à execução de suas atividades ao gestor da unidade, para efeito de comprovação de assiduidade;

e) Estar ciente de que poderá ser convocado a qualquer momento a participar de reuniões em caráter administrativo e pedagógico, solicitada pela coordenação escolar ou geral;

f) Requerer expressamente, **com antecedência mínima de 30 (trinta) dias** ao gestor da instituição de ensino, o interesse em rescindir o contrato;

g) Zelar pelo patrimônio público, desde a estrutura física, a identidade e os valores institucionais;

h) Entregar planejamento anual antes do início das aulas, o qual poderá ser solicitado pela Coordenação escolar e pela Coordenação Pedagógica da Secretaria Municipal de Educaçãosua alteração e/ou adequação;

i) Planejar as aulas e atividades didáticas e ministra-las seguindo as orientações do projeto político pedagógico da unidade, bem como do material didático;

j) Adequar aprendizagem dos alunos as necessidades especificas do público-alvo;

k) Elaborar o conteúdo programático adequando conteúdo, aulas, materiais didáticos, mídias e bibliografia as necessidades dos alunos da unidade escolar;

l) Registrar diariamente em tempo real e em sistema próprio a frequência dos alunos;

m) Avaliar e registrar o desempenho dos alunos;

n) Manter as planilhas diárias atualizadas, e apresenta-las sempre que solicitado pelo coordenador pedagógico e ou coordenação geral da Secretaria Municipal de Educação;

o) Entregar toda documentação a secretaria escolar dentro do prazo exigido após a finalização do bimestre;

p) Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados;

q) Comunicar imediatamente o Coordenador pedagógico escolar a ausência do aluno 2 (dois) dias consecutivos sem justificativa;

r) Arcar com todo ônus relativo ao seu deslocamento, hospedagem, alimentação e demais custos que advenham da sua permanecia no local de trabalho**;**

s) A abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretara em rescisão contratual;

t) Justificar ao coordenador ou diretor da unidade escolar, através de documento a falta que vier a ocorrer, assim como a data da reposição do dia letivo.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Cláusula 10ª Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato ou avaliação que comprove a não cumprimento das atribuições inerentes à função para a qual foi contratado o profissional, será aplicada a sansão prevista no ordenamento jurídico;

Cláusula 11ª Este contrato por prazo determinado vincula-se ao regime geral de providencia Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto;

DA RESCISÃO

Cláusula 12ª A inexecução total ou parcial do objeto deste CONTRATO ou resultado não favorável na avalição de desempenho do profissional enseja na sua rescisão de forma unilateral;

Cláusula 13ª *O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.*

Cláusula 14ª Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Cláusula 15ª Fica eleito o Foro da comarca de Cáceres para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste contrato.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 17 21 de Fevereiro de 2022

_____

CONTRATADO (A)

_____

LIAMARA RODRIGUES DA SILVA

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
CONTRATO Nº 049/2022 – SMED POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2021

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, **LIAMARA RODRIGUES DA SILVA** de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e o (a) senhor (a), **ZILMA HELENA BARBOSA DE MORAES,** brasileiro (a) residente e domiciliado (a) na Avenida Castelo Branco, N°785 no Município de Cáceres MT, portador (a) do RG Nº 0722776-0 SSP-MT e CPF Nº 536.226.261-00, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público do (a) senhor (a) **ZILMA HELENA BARBOSA DE MORAES,** no cargo de Professor (a) Licenciado (a) em Pedagogia, para exercer suas funções na Escola Municipal Vitória Régia, com **carga horária de trabalho de 20(Vinte) horas semanais**, na turma do 4° ano C no período Vespertino. A contratação justifica-se e encontra amparo no inciso IX do caput do art.37 da Constituição Federal. Garantindo o direito dos 200 (duzentos) dias letivos conforme o calendário escolar.

Parágrafo único A carga horária do contrato poderá ser reduzida a qualquer momento mediante alteração da matriz curricular.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **25 de Fevereiro de 2022 e término em 23 de Dezembro de 2022.**

PARAGRAFO ÚNICO: O presente contrato poderá ser prorrogado por igual período sem exceder 02 (dois) anos de vinculo, de acordo com o interesse e justificativa da Secretaria Municipal de Educação.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de **R$ 2.475,26 (Dois mil quatrocentos e setenta cinco e vinte seis centavos) mensais.**

DOS SERVIÇOS O CONTRATADO

Cláusula 4ª Responsabilizar-se a, integramente, pelo que forem demandados pela CONTRATANTE, em conformidade com a normatização pertinente, cronogramas de aulas, materiais didáticos necessários (aulas práticas e teóricas).

DA FORMA DE PAGAMENTO

Cláusula 5ª Os pagamentos referentes às horas/aulas ministradas serão efetuados mensalmente após de acordo com a folha de frequência.

DO ACOMPANHAMENTO E DA EXECUÇAO DO CONTRATO

Cláusula 6ª A gestora da unidade anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto do presente contrato, determinado o que for necessário a regularização das faltas, reposições e ou adequações necessárias para o cumprimento dos dias letivos.

DA DOTAÇAO ORÇAMENTARIA

Cláusula 7ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta da seguinte dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Educação:

Cód. Órgão	**Cód.** Unid. Orçamentaria	**Cód.** Função	**Cód.** Sub função	**Cód.** Programa	**Núm.** Projeto-atividade	**Cód.** Da categ. Econômica	**Cód.** Do grupo de natureza de despesa	**Cód.** da modalidade de aplicação	**Cód.** Elem. de despesa	**Cód.** Sub elemento de despesa	**Cód.** ID de uso e destinação de recurso	**Cód.** Grupo de destinação de recurso	**Cód.** da especificação da destinação de recurso	**Unid.** Orçamentaria
06	003	12	361	1004	2057	3	1	90	04	00	0	1	540	066009

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATANTE

Cláusula 8ª Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Aprovar o(s) projeto(s) pedagógico(s) a serem executados na unidade escolar; b) Comunicar ao CONTRATADO toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do CONTRATO; c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO; d) Propiciar recursos para que o CONTRATADO possa desempenhar seus serviços dentro das normas; e) Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento; f) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, na forma convencionada neste;

DAS OBRIGAÇOES DO CONTRATADO

Cláusula 9ª O contratado obriga-se, ainda:

a) Ser assíduo e comprometido com que é proposto pela Educação Municipal;

b) Realizar o controle da frequência e do desempenho escolar dos alunos;

c) Cumprir a carga horaria semanal estabelecida para a função na qual foi selecionado, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato, sob pena de rescisão contratual;

d) Apresentar documentação mensal relativa à execução de suas atividades ao gestor da unidade, para efeito de comprovação de assiduidade;

e) Estar ciente de que poderá ser convocado a qualquer momento a participar de reuniões em caráter administrativo e pedagógico, solicitada pela coordenação escolar ou geral;

f) Requerer expressamente, **com antecedência mínima de 30 (trinta) dias** ao gestor da instituição de ensino, o interesse em rescindir o contrato;

g) Zelar pelo patrimônio público, desde a estrutura física, a identidade e os valores institucionais;

h) Entregar planejamento anual antes do início das aulas, o qual poderá ser solicitado pela Coordenação escolar e pela Coordenação Pedagógica da Secretaria Municipal de Educaçãosua alteração e/ou adequação;

i) Planejar as aulas e atividades didáticas e ministrá-las seguindo as orientações do Projeto Político Pedagógico da Unidade Escolar, bem como do material didático;

j) Adequar aprendizagem dos alunos as necessidades especificas do público-alvo;

k) Elaborar o conteúdo programático adequando conteúdo, aulas, materiais didáticos, mídias e bibliografia as necessidades dos alunos da unidade escolar;

l) Registrar diariamente em tempo real e em sistema próprio a frequência dos alunos;

m) Avaliar e registrar o desempenho dos alunos;

n) Manter as planilhas diárias atualizadas, e apresentá-las sempre que solicitado pelo Coordenador Pedagógico e ou coordenação geral da Secretaria Municipal de Educação;

o) Entregar toda documentação a secretaria escolar dentro do prazo exigido após a finalização do bimestre;

p) Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados;

q) Comunicar imediatamente o Coordenador Pedagógico escolar a ausência do aluno 2 (dois) dias consecutivos sem justificativa;

r) Arcar com todo ônus relativo ao seu deslocamento, hospedagem, alimentação e demais custos que advenham da sua permanência no local de trabalho**;**

s) A abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual;

t) Justificar ao Coordenador ou Diretor da Unidade Escolar, através de documento a falta que vier a ocorrer, assim como a data da reposição do dia letivo.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Cláusula 10ª Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato ou avaliação que comprove o não cumprimento das atribuições inerentes à função para a qual foi contratado o profissional, será aplicada a sansão prevista no ordenamento jurídico;

Cláusula 11ª Este contrato por prazo determinado, em caráter emergencial, vincula-se ao Regime Geral de Providência Social – INSS para o qual o Contratado contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto;

DA RESCISÃO

Cláusula 12ª A inexecução total ou parcial do objeto deste CONTRATO ou resultado não favorável na avalição de desempenho do profissional enseja na sua rescisão de forma unilateral;

Cláusula 13ª *O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.*

Cláusula 14ª Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Cláusula 15ª Fica eleito o Foro da comarca de Cáceres para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste contrato.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 23 de Fevereiro de 2022

_____

CONTRATADO (A)

_____

LIAMARA RODRIGUES DA SILVA

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
CONTRATO Nº 027/2022 – SMED POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2021

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, **LIAMARA RODRIGUES DA SILVA** de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e o (a) senhor (a), **MARIA EDNETE ARRUDA DA SILVA** (a) residente e domiciliado (a) na Rua D S/N Quadra 14 Casa 25, Bairro Vitoria regia , Município de Cáceres MT, portador (a) do RG nº 13796356 SSP-MT e CPF 923.386.231-34, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional **MARIA EDNETE ARRUDA DA SILVA ,** no cargo de Professor (a) Licenciado (a) em Pedagogia , para exercer suas funções na Escola Municipal Dom Máximo Biennés, com **carga horária de trabalho de 20(vinte) horas semanais** em substituição a Professora Deiziane Duarte da Silva que está na coordenação pedagógica, garantindo o direito dos 200 (duzentos) dias letivos conforme o calendário escolar.

Parágrafo único A carga horária do contrato poderá ser reduzida a qualquer momento mediante alteração da matriz curricular.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **24 de Fevereiro de 2022 e término em 23 de Dezembro de 2022.**

PARAGRAFO ÚNICO: O presente contrato poderá ser prorrogado por igual período sem exceder 02 (dois) anos de vinculo, de acordo com o interesse e justificativa da Secretaria Municipal de Educação.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de **R$ 2.475,26 (Dois mil quatrocentos setenta cinco e vinte seis centavos) mensais.**

DOS SERVIÇOS O CONTRATADO

Cláusula 4ª Responsabilizar-se a, integramente, pelo que forem demandados pela CONTRATANTE, em conformidade com a normatização pertinente, cronogramas de aulas, materiais didáticos necessários (aulas práticas e teóricas).

DA FORMA DE PAGAMENTO

Cláusula 5ª Os pagamentos referentes às horas/aulas ministradas serão realizados mensalmente após de acordo com a folha de frequência.

DO ACOMPANHAMENTO E DA EXECUÇAO DO CONTRATO

Cláusula 6ª A gestora da unidade anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto do presente contrato, determinado o que for necessário a regularização das faltas, reposições e ou adequações necessárias para o cumprimento dos dias letivos.

DA DOTAÇAO ORÇAMENTARIA

Cláusula 7ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta da seguinte dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Educação:

Cód. Órgão	**Cód**. Unid. Orçamentaria	**Cód.** Função	**Cód.** Sub função	**Cód.** Programa	**Núm**. Projeto-atividade	**Cód.** Da categ. Econômica	**Cód.** Do grupo de natureza de despesa	**Cód.** da modalidade de aplicação	**Cód.** Elem. de despesa	**Cód.** Sub elemento de despesa	**Cód.** ID de uso e destinação de recurso	**Cód.** Grupo de destinação de recurso	**Cód.** da especificação da destinação de recurso	**Unid.** Orçamentaria
06	003	12	361	1004	2057	3	1	90	04	00	0	1	540	066009

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATANTE

Cláusula 8ª Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Aprovar o(s) projeto(s) pedagógico(s) a serem executados na unidade escolar; b) Comunicar ao CONTRATADO toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do CONTRATO; c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO; d) Propiciar recursos para que o CONTRATADO possa desempenhar seus serviços dentro das normas; e) Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento; f) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, na forma convencionada neste;

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATADA

Cláusula 9ª A contratado obriga-se, ainda:

a) Ser assíduo e comprometido com que é proposto pela Educação Municipal;

b) Realizar o controle da frequência e do desempenho escolar dos alunos;

c) Cumprir a carga horaria semanal estabelecida para a função na qual foi selecionado, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato, sob pena de rescisão contratual;

d) Apresentar documentação mensal relativa à execução de suas atividades ao gestor da unidade, para efeito de comprovação de assiduidade;

e) Estar ciente de que poderá ser convocado a qualquer momento a participar de reuniões em caráter administrativo e pedagógico, solicitada pela coordenação escolar ou geral;

f) Requerer expressamente, **com antecedência mínima de 30 (trinta) dias** ao gestor da instituição de ensino, o interesse em rescindir o contrato;

g) Zelar pelo patrimônio público, desde a estrutura física, a identidade e os valores institucionais;

h) Entregar planejamento anual antes do início das aulas, o qual poderá ser solicitado pela Coordenação escolar e pela Coordenação Pedagógica da Secretaria Municipal de Educaçãosua alteração e/ou adequação;

i) Planejar as aulas e atividades didáticas e ministra-las seguindo as orientações do projeto político pedagógico da unidade, bem como do material didático;

j) Adequar aprendizagem dos alunos as necessidades especificas do público-alvo;

k) Elaborar o conteúdo programático adequando conteúdo, aulas, materiais didáticos, mídias e bibliografia as necessidades dos alunos da unidade escolar;

l) Registrar diariamente em tempo real e em sistema próprio a frequência dos alunos;

m) Avaliar e registrar o desempenho dos alunos;

n) Manter as planilhas diárias atualizadas, e apresenta-las sempre que solicitado pelo coordenador pedagógico e ou coordenação geral da Secretaria Municipal de Educação;

o) Entregar toda documentação a secretaria escolar dentro do prazo exigido após a finalização do bimestre;

p) Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados;

q) Comunicar imediatamente o Coordenador pedagógico escolar a ausência do aluno 2 (dois) dias consecutivos sem justificativa;

r) Arcar com todo ônus relativo ao seu deslocamento, hospedagem, alimentação e demais custos que advenham da sua permanecia no local de trabalho**;**

s) A abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretara em rescisão contratual;

t) Justificar ao coordenador ou diretor da unidade escolar, através de documento a falta que vier a ocorrer, assim como a data da reposição do dia letivo.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Cláusula 10ª Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato ou avaliação que comprove a não cumprimento das atribuições inerentes à função para a qual foi contratado o profissional, será aplicada a sansão prevista no ordenamento jurídico;

Cláusula 11ª Este contrato por prazo determinado vincula-se ao regime geral de providencia Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto;

DA RESCISÃO

Cláusula 12ª A inexecução total ou parcial do objeto deste CONTRATO ou resultado não favorável na avalição de desempenho do profissional enseja na sua rescisão de forma unilateral;

Cláusula 13ª *O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público*.

Cláusula 14ª Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Cláusula 15ª Fica eleito o Foro da comarca de Cáceres para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste contrato.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 23de Fevereiro de 2022

_____

CONTRATADO (A)

_____

LIAMARA RODRIGUES DA SILVA

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
CONTRATO Nº 033/2022 – SMED POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFIFICADO 001/2021

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, **LIAMARA RODRIGUES DA SILVA** de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e o (a) senhor (a), **GERALDA SANTIAGO DA SILVA,** brasileiro (a) residente e domiciliado (a) na Rua Alvarenga no Bairro Estrada Linha Laranjeira I no Município de Cáceres MT, portador (a) do RG Nº 0718199-0 SSP-MT e CPF Nº 631108811-87, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público do (a) senhor (a) **GERALDA SANTIAGO DA SILVA,** no cargo de Professor (a) Licenciado (a) em Pedagogia, para exercer suas funções na Escola Municipal Laranjeira I, com **carga horária de trabalho de 30(trinta) horas semanais**, nas turmas Multi do 1° ao 9° ano, a contratação justifica-se em substituição á professora Cleuzeli Gama da Costa que está articulação da unidade escolar. Garantindo o direito dos 200 (duzentos) dias letivos conforme o calendário escolar.

Parágrafo único A carga horária do contrato poderá ser reduzida a qualquer momento mediante alteração da matriz curricular.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **23 de Fevereiro de 2022 e término em 23 de Dezembro de 2022.**

PARAGRAFO ÚNICO: O presente contrato poderá ser prorrogado por igual período sem exceder 02 (dois) anos de vinculo, de acordo com o interesse e justificativa da Secretaria Municipal de Educação.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de **R$ 3.829,91 (Três mil oitocentos e vinte e cinco reais e noventa e um centavos) mensais.**

DOS SERVIÇOS O CONTRATADO

Cláusula 4ª Responsabilizar-se a, integramente, pelo que forem demandados pela CONTRATANTE, em conformidade com a normatização pertinente, cronogramas de aulas, materiais didáticos necessários (aulas práticas e teóricas).

DA FORMA DE PAGAMENTO

Cláusula 5ª Os pagamentos referentes às horas/aulas ministradas serão efetuados mensalmente após de acordo com a folha de frequência.

DO ACOMPANHAMENTO E DA EXECUÇAO DO CONTRATO

Cláusula 6ª A gestora da unidade anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto do presente contrato, determinado o que for necessário a regularização das faltas, reposições e ou adequações necessárias para o cumprimento dos dias letivos.

DA DOTAÇAO ORÇAMENTARIA

Cláusula 7ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta da seguinte dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Educação:

Cód. Órgão	**Cód.** Unid. Orçamentaria	**Cód.** Função	**Cód.** Sub função	**Cód.** Programa	**Núm.** Projeto-atividade	**Cód.** Da categ. Econômica	**Cód.** Do grupo de natureza de despesa	**Cód.** da modalidade de aplicação	**Cód.** Elem. de despesa	**Cód.** Sub elemento de despesa	**Cód.** ID de uso e destinação de recurso	**Cód.** Grupo de destinação de recurso	**Cód.** da especificação da destinação de recurso	**Unid.** Orçamentaria
06	003	12	361	1004	2057	3	1	90	04	00	0	1	540	066009

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATANTE

Cláusula 8ª Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Aprovar o(s) projeto(s) pedagógico(s) a serem executados na unidade escolar; b) Comunicar ao CONTRATADO toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do CONTRATO; c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO; d) Propiciar recursos para que o CONTRATADO possa desempenhar seus serviços dentro das normas; e) Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento; f) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, na forma convencionada neste;

DAS OBRIGAÇOES DO CONTRATADO

Cláusula 9ª O contratado obriga-se, ainda:

a) Ser assíduo e comprometido com que é proposto pela Educação Municipal;

b) Realizar o controle da frequência e do desempenho escolar dos alunos;

c) Cumprir a carga horaria semanal estabelecida para a função na qual foi selecionado, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato, sob pena de rescisão contratual;

d) Apresentar documentação mensal relativa à execução de suas atividades ao gestor da unidade, para efeito de comprovação de assiduidade;

e) Estar ciente de que poderá ser convocado a qualquer momento a participar de reuniões em caráter administrativo e pedagógico, solicitada pela coordenação escolar ou geral;

f) Requerer expressamente, **com antecedência mínima de 30 (trinta) dias** ao gestor da instituição de ensino, o interesse em rescindir o contrato;

g) Zelar pelo patrimônio público, desde a estrutura física, a identidade e os valores institucionais;

h) Entregar planejamento anual antes do início das aulas, o qual poderá ser solicitado pela Coordenação escolar e pela Coordenação Pedagógica da Secretaria Municipal de Educaçãosua alteração e/ou adequação;

i) Planejar as aulas e atividades didáticas e ministrá-las seguindo as orientações do Projeto Político Pedagógico da Unidade Escolar, bem como do material didático;

j) Adequar aprendizagem dos alunos as necessidades especificas do público-alvo;

k) Elaborar o conteúdo programático adequando conteúdo, aulas, materiais didáticos, mídias e bibliografia as necessidades dos alunos da unidade escolar;

l) Registrar diariamente em tempo real e em sistema próprio a frequência dos alunos;

m) Avaliar e registrar o desempenho dos alunos;

n) Manter as planilhas diárias atualizadas, e apresentá-las sempre que solicitado pelo Coordenador Pedagógico e ou coordenação geral da Secretaria Municipal de Educação;

o) Entregar toda documentação a secretaria escolar dentro do prazo exigido após a finalização do bimestre;

p) Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados;

q) Comunicar imediatamente o Coordenador Pedagógico escolar a ausência do aluno 2 (dois) dias consecutivos sem justificativa;

r) Arcar com todo ônus relativo ao seu deslocamento, hospedagem, alimentação e demais custos que advenham da sua permanência no local de trabalho**;**

s) A abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual;

t) Justificar ao Coordenador ou Diretor da Unidade Escolar, através de documento a falta que vier a ocorrer, assim como a data da reposição do dia letivo.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Cláusula 10ª Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato ou avaliação que comprove o não cumprimento das atribuições inerentes à função para a qual foi contratado o profissional, será aplicada a sansão prevista no ordenamento jurídico;

Cláusula 11ª Este contrato por prazo determinado, em caráter emergencial, vincula-se ao Regime Geral de Providência Social – INSS para o qual o Contratado contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto;

DA RESCISÃO

Cláusula 12ª A inexecução total ou parcial do objeto deste CONTRATO ou resultado não favorável na avalição de desempenho do profissional enseja na sua rescisão de forma unilateral;

Cláusula 13ª *O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.*

Cláusula 14ª Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Cláusula 15ª Fica eleito o Foro da comarca de Cáceres para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste contrato.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 23 de Fevereiro de 2022.

_____

CONTRATADO (A)

_____

LIAMARA RODRIGUES DA SILVA

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
CONTRATO Nº 080/2022 – SMED POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFIFICADO 001/2021

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, **LIAMARA RODRIGUES DA SILVA** de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e o (a) senhor (a), **ADEMILDO PEREIRA DE OLIVEIRA,** brasileiro (a) residente e domiciliado (a) na Rua Dom Thomaz, S/N, Bairro Lavapés no Município de Cáceres MT, portador (a) do RG Nº 909812 SSP-MT e CPF Nº 603.983.611-34, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público do (a) senhor (a) **ADEMILDO PEREIRA DE OLIVEIRA,** no cargo de Professor (a) Licenciado (a) em Pedagogia, para exercer suas funções na Escola Municipal **Vila Irene ,** com **carga horária de trabalho de 20(Vinte) horas semanais**, na turma do 2° ano no período Vespertino. A contratação justifica-se em substituição ao Professor João Gomes do Nascimento. Garantindo o direito dos 200 (duzentos) dias letivos conforme o calendário escolar.

Parágrafo único A carga horária do contrato poderá ser reduzida a qualquer momento mediante alteração da matriz curricular.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **21 de Fevereiro de 2022 e término em 23 de Dezembro de 2022.**

PARAGRAFO ÚNICO: O presente contrato poderá ser prorrogado por igual período sem exceder 02 (dois) anos de vinculo, de acordo com o interesse e justificativa da Secretaria Municipal de Educação.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de **R$ 2.475,26 (Dois mil quatrocentos e setenta e cinco reais e vinte e seis centavos) mensais.**

DOS SERVIÇOS O CONTRATADO

Cláusula 4ª Responsabilizar-se a, integramente, pelo que forem demandados pela CONTRATANTE, em conformidade com a normatização pertinente, cronogramas de aulas, materiais didáticos necessários (aulas práticas e teóricas).

DA FORMA DE PAGAMENTO

Cláusula 5ª Os pagamentos referentes às horas/aulas ministradas serão efetuados mensalmente após de acordo com a folha de frequência.

DO ACOMPANHAMENTO E DA EXECUÇAO DO CONTRATO

Cláusula 6ª A gestora da unidade anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto do presente contrato, determinado o que for necessário a regularização das faltas, reposições e ou adequações necessárias para o cumprimento dos dias letivos.

DA DOTAÇAO ORÇAMENTARIA

Cláusula 7ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta da seguinte dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Educação:

Cód. Órgão	**Cód**. Unid. Orçamentaria	**Cód.** Função	**Cód.** Sub função	**Cód.** Programa	**Núm**. Projeto-atividade	**Cód.** Da categ. Econômica	**Cód.** Do grupo de natureza de despesa	**Cód.** da modalidade de aplicação	**Cód.** Elem. de despesa	**Cód.** Sub elemento de despesa	**Cód.** ID de uso e destinação de recurso	**Cód.** Grupo de destinação de recurso	**Cód.** da especificação da destinação de recurso	**Unid.** Orçamentaria
06	003	12	361	1004	2057	3	1	90	04	00	0	1	540	066009

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATANTE

Cláusula 8ª Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Aprovar o(s) projeto(s) pedagógico(s) a serem executados na unidade escolar; b) Comunicar ao CONTRATADO toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do CONTRATO; c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO; d) Propiciar recursos para que o CONTRATADO possa desempenhar seus serviços dentro das normas; e) Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento; f) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, na forma convencionada neste;

DAS OBRIGAÇOES DO CONTRATADO

Cláusula 9ª O contratado obriga-se, ainda:

a) Ser assíduo e comprometido com que é proposto pela Educação Municipal;

b) Realizar o controle da frequência e do desempenho escolar dos alunos;

c) Cumprir a carga horaria semanal estabelecida para a função na qual foi selecionado, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato, sob pena de rescisão contratual;

d) Apresentar documentação mensal relativa à execução de suas atividades ao gestor da unidade, para efeito de comprovação de assiduidade;

e) Estar ciente de que poderá ser convocado a qualquer momento a participar de reuniões em caráter administrativo e pedagógico, solicitada pela coordenação escolar ou geral;

f) Requerer expressamente, **com antecedência mínima de 30 (trinta) dias** ao gestor da instituição de ensino, o interesse em rescindir o contrato;

g) Zelar pelo patrimônio público, desde a estrutura física, a identidade e os valores institucionais;

h) Entregar planejamento anual antes do início das aulas, o qual poderá ser solicitado pela Coordenação escolar e pela Coordenação Pedagógica da Secretaria Municipal de Educaçãosua alteração e/ou adequação;

i) Planejar as aulas e atividades didáticas e ministrá-las seguindo as orientações do Projeto Político Pedagógico da Unidade Escolar, bem como do material didático;

j) Adequar aprendizagem dos alunos as necessidades especificas do público-alvo;

k) Elaborar o conteúdo programático adequando conteúdo, aulas, materiais didáticos, mídias e bibliografia as necessidades dos alunos da unidade escolar;

l) Registrar diariamente em tempo real e em sistema próprio a frequência dos alunos;

m) Avaliar e registrar o desempenho dos alunos;

n) Manter as planilhas diárias atualizadas, e apresentá-las sempre que solicitado pelo Coordenador Pedagógico e ou coordenação geral da Secretaria Municipal de Educação;

o) Entregar toda documentação a secretaria escolar dentro do prazo exigido após a finalização do bimestre;

p) Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados;

q) Comunicar imediatamente o Coordenador Pedagógico escolar a ausência do aluno 2 (dois) dias consecutivos sem justificativa;

r) Arcar com todo ônus relativo ao seu deslocamento, hospedagem, alimentação e demais custos que advenham da sua permanência no local de trabalho**;**

s) A abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual;

t) Justificar ao Coordenador ou Diretor da Unidade Escolar, através de documento a falta que vier a ocorrer, assim como a data da reposição do dia letivo.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Cláusula 10ª Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato ou avaliação que comprove o não cumprimento das atribuições inerentes à função para a qual foi contratado o profissional, será aplicada a sansão prevista no ordenamento jurídico;

Cláusula 11ª Este contrato por prazo determinado, em caráter emergencial, vincula-se ao Regime Geral de Providência Social – INSS para o qual o Contratado contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto;

DA RESCISÃO

Cláusula 12ª A inexecução total ou parcial do objeto deste CONTRATO ou resultado não favorável na avalição de desempenho do profissional enseja na sua rescisão de forma unilateral;

Cláusula 13ª *O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.*

Cláusula 14ª Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Cláusula 15ª Fica eleito o Foro da comarca de Cáceres para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste contrato.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 07 de Março de 2022

_____

CONTRATADO (A)

_____

LIAMARA RODRIGUES DA SILVA

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
CONTRATO Nº 029/2022 – SMED POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFIFICADO 001/2021

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, **LIAMARA RODRIGUES DA SILVA** de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e o (a) senhor (a), **ILZA RIBEIRO CAMPOS,** brasileiro (a) residente e domiciliado (a) na Rua Dos Guararapes, S/N, Bairro Santos Dumont, Município de Cáceres MT, portador (a) do RG Nº 0812732-8 SSP-MT e CPF Nº 570.309.281-72, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público do (a) senhor (a) **ILZA RIBEIRO CAMPOS,** no cargo de Professor (a) Licenciado (a) em Pedagogia, para exercer suas funções na Escola Municipal Jardim Guanabara, com **carga horária de trabalho de 20(Vinte) horas semanais**, na turma do 2° ano no período Vespertino em substituição a professora Rosilda Dos Santos que está de licença médica, garantindo o direito dos 200 (duzentos) dias letivos conforme o calendário escolar.

Parágrafo único A carga horária do contrato poderá ser reduzida a qualquer momento mediante alteração da matriz curricular.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **21 de Fevereiro de 2022 e término em 25 de Abril de 2022.**

PARAGRAFO ÚNICO: O presente contrato poderá ser prorrogado por igual período sem exceder 02 (dois) anos de vinculo, de acordo com o interesse e justificativa da Secretaria Municipal de Educação.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de **R$ 2.475,26 (Dois mil quatrocentos e setenta cinco e vinte seis centavos) mensais.**

DOS SERVIÇOS O CONTRATADO

Cláusula 4ª Responsabilizar-se a, integramente, pelo que forem demandados pela CONTRATANTE, em conformidade com a normatização pertinente, cronogramas de aulas, materiais didáticos necessários (aulas práticas e teóricas).

DA FORMA DE PAGAMENTO

Cláusula 5ª Os pagamentos referentes às horas/aulas ministradas serão realizados mensalmente após de acordo com a folha de frequência.

DO ACOMPANHAMENTO E DA EXECUÇAO DO CONTRATO

Cláusula 6ª A gestora da unidade anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto do presente contrato, determinado o que for necessário a regularização das faltas, reposições e ou adequações necessárias para o cumprimento dos dias letivos.

DA DOTAÇAO ORÇAMENTARIA

Cláusula 7ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta da seguinte dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Educação:

Cód. Órgão	**Cód.** Unid. Orçamentaria	**Cód.** Função	**Cód.** Sub função	**Cód.** Programa	**Núm**. Projeto-atividade	**Cód.** Da categ. Econômica	**Cód.** Do grupo de natureza de despesa	**Cód.** da modalidade de aplicação	**Cód.** Elem. de despesa	**Cód.** Sub elemento de despesa	**Cód.** ID de uso e destinação de recurso	**Cód.** Grupo de destinação de recurso	**Cód.** da especificação da destinação de recurso	**Unid.** Orçamentaria
06	003	12	361	1004	2057	3	1	90	04	00	0	1	540	066009

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATANTE

Cláusula 8ª Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Aprovar o(s) projeto(s) pedagógico(s) a serem executados na unidade escolar; b) Comunicar ao CONTRATADO toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do CONTRATO; c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO; d) Propiciar recursos para que o CONTRATADO possa desempenhar seus serviços dentro das normas; e) Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento; f) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, na forma convencionada neste;

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATADA

Cláusula 9ª A contratado obriga-se, ainda:

a) Ser assíduo e comprometido com que é proposto pela Educação Municipal;

b) Realizar o controle da frequência e do desempenho escolar dos alunos;

c) Cumprir a carga horaria semanal estabelecida para a função na qual foi selecionado, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato, sob pena de rescisão contratual;

d) Apresentar documentação mensal relativa à execução de suas atividades ao gestor da unidade, para efeito de comprovação de assiduidade;

e) Estar ciente de que poderá ser convocado a qualquer momento a participar de reuniões em caráter administrativo e pedagógico, solicitada pela coordenação escolar ou geral;

f) Requerer expressamente, **com antecedência mínima de 30 (trinta) dias** ao gestor da instituição de ensino, o interesse em rescindir o contrato;

g) Zelar pelo patrimônio público, desde a estrutura física, a identidade e os valores institucionais;

h) Entregar planejamento anual antes do início das aulas, o qual poderá ser solicitado pela Coordenação escolar e pela Coordenação Pedagógica da Secretaria Municipal de Educaçãosua alteração e/ou adequação;

i) Planejar as aulas e atividades didáticas e ministra-las seguindo as orientações do projeto político pedagógico da unidade, bem como do material didático;

j) Adequar aprendizagem dos alunos as necessidades especificas do público-alvo;

k) Elaborar o conteúdo programático adequando conteúdo, aulas, materiais didáticos, mídias e bibliografia as necessidades dos alunos da unidade escolar;

l) Registrar diariamente em tempo real e em sistema próprio a frequência dos alunos;

m) Avaliar e registrar o desempenho dos alunos;

n) Manter as planilhas diárias atualizadas, e apresenta-las sempre que solicitado pelo coordenador pedagógico e ou coordenação geral da Secretaria Municipal de Educação;

o) Entregar toda documentação a secretaria escolar dentro do prazo exigido após a finalização do bimestre;

p) Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados;

q) Comunicar imediatamente o Coordenador pedagógico escolar a ausência do aluno 2 (dois) dias consecutivos sem justificativa;

r) Arcar com todo ônus relativo ao seu deslocamento, hospedagem, alimentação e demais custos que advenham da sua permanecia no local de trabalho**;**

s) A abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretara em rescisão contratual;

t) Justificar ao coordenador ou diretor da unidade escolar, através de documento a falta que vier a ocorrer, assim como a data da reposição do dia letivo.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Cláusula 10ª Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato ou avaliação que comprove a não cumprimento das atribuições inerentes à função para a qual foi contratado o profissional, será aplicada a sansão prevista no ordenamento jurídico;

Cláusula 11ª Este contrato por prazo determinado vincula-se ao regime geral de providencia Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto;

DA RESCISÃO

Cláusula 12ª A inexecução total ou parcial do objeto deste CONTRATO ou resultado não favorável na avalição de desempenho do profissional enseja na sua rescisão de forma unilateral;

Cláusula 13ª *O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.*

Cláusula 14ª Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Cláusula 15ª Fica eleito o Foro da comarca de Cáceres para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste contrato.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 17 de Fevereiro de 2022

_____

CONTRATADO (A)

_____

LIAMARA RODRIGUES DA SILVA

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
CONTRATO Nº 009/2022 – SMED POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2021

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, **LIAMARA RODRIGUES DA SILVA** de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e o (a) senhor (a),) **CAROLINA PACHURI,** brasileiro (a) residente e domiciliado (a) na Rua LONDRES , Nº 0 , Bairro Jardim Aeroporto , Município de Cáceres MT, portador (a) do RG Nº 131979-9 SSP-MT e CPF n. º 002.607.051-01, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica

Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público do (a) senhor (a) **CAROLINA PACHURI,** no cargo de Professor (a) Licenciado (a) em Pedagogia, para exercer suas funções na Escola Municipal Frei Grignion com **carga horária de trabalho de 20(Vinte) horas semanais**, em substituição ao professora Wanclea Matos Sobrinho Brandelize que está em readaptação na turma pré I vespertino, garantindo o direito dos 200 (duzentos) dias letivos conforme o calendário escolar.

Parágrafo único A carga horária do contrato poderá ser reduzida a qualquer momento mediante alteração da matriz curricular.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **23 de Fevereiro de 2022 e término em 23 de Dezembro de 2022.**

PARAGRAFO ÚNICO: O presente contrato poderá ser prorrogado por igual período sem exceder 02 (dois) anos de vinculo, de acordo com o interesse e justificativa da Secretaria Municipal de Educação.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de **R$ 2.475,26 (Dois mil quatrocentos e setenta cinco e vinte seis centavos) mensais.**

DOS SERVIÇOS O CONTRATADO

Cláusula 4ª Responsabilizar-se a, integramente, pelo que forem demandados pela CONTRATANTE, em conformidade com a normatização pertinente, cronogramas de aulas, materiais didáticos necessários (aulas práticas e teóricas).

DA FORMA DE PAGAMENTO

Cláusula 5ª Os pagamentos referentes às horas/aulas ministradas serão realizados mensalmente após de acordo com a folha de frequência.

DO ACOMPANHAMENTO E DA EXECUÇAO DO CONTRATO

Cláusula 6ª A gestora da unidade anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto do presente contrato, determinado o que for necessário a regularização das faltas, reposições e ou adequações necessárias para o cumprimento dos dias letivos.

DA DOTAÇAO ORÇAMENTARIA

Cláusula 7ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta da seguinte dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Educação:

Cód. Órgão	**Cód.** Unid. Orçamentaria	**Cód.** Função	**Cód.** Sub função	**Cód.** Programa	**Núm.** Projeto-atividade	**Cód.** Da categ. Econômica	**Cód.** Do grupo de natureza de despesa	**Cód.** da modalidade de aplicação	**Cód.** Elem. de despesa	**Cód.** Sub elemento de despesa	**Cód.** ID de uso e destinação de recurso	**Cód.** Grupo de destinação de recurso	**Cód.** da especificação da destinação de recurso	**Unid.** Orçamentaria
06	003	12	365	1004	2059	3	1	90	04	00	0	1	540	066006

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATANTE

Cláusula 8ª Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Aprovar o(s) projeto(s) pedagógico(s) a serem executados na unidade escolar; b) Comunicar ao CONTRATADO toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do CONTRATO; c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO; d) Propiciar recursos para que o CONTRATADO possa desempenhar seus serviços dentro das normas; e) Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento; f) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, na forma convencionada neste;

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATADA

Cláusula 9ª A contratado obriga-se, ainda:

a) Ser assíduo e comprometido com que é proposto pela Educação Municipal;

b) Realizar o controle da frequência e do desempenho escolar dos alunos;

c) Cumprir a carga horaria semanal estabelecida para a função na qual foi selecionado, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato, sob pena de rescisão contratual;

d) Apresentar documentação mensal relativa à execução de suas atividades ao gestor da unidade, para efeito de comprovação de assiduidade;

e) Estar ciente de que poderá ser convocado a qualquer momento a participar de reuniões em caráter administrativo e pedagógico, solicitada pela coordenação escolar ou geral;

f) Requerer expressamente, **com antecedência mínima de 30 (trinta) dias** ao gestor da instituição de ensino, o interesse em rescindir o contrato;

g) Zelar pelo patrimônio público, desde a estrutura física, a identidade e os valores institucionais;

h) Entregar planejamento anual antes do início das aulas, o qual poderá ser solicitado pela Coordenação escolar e pela Coordenação Pedagógica da Secretaria Municipal de Educaçãosua alteração e/ou adequação;

i) Planejar as aulas e atividades didáticas e ministra-las seguindo as orientações do projeto político pedagógico da unidade, bem como do material didático;

j) Adequar aprendizagem dos alunos as necessidades especificas do público-alvo;

k) Elaborar o conteúdo programático adequando conteúdo, aulas, materiais didáticos, mídias e bibliografia as necessidades dos alunos da unidade escolar;

l) Registrar diariamente em tempo real e em sistema próprio a frequência dos alunos;

m) Avaliar e registrar o desempenho dos alunos;

n) Manter as planilhas diárias atualizadas, e apresenta-las sempre que solicitado pelo coordenador pedagógico e ou coordenação geral da Secretaria Municipal de Educação;

o) Entregar toda documentação a secretaria escolar dentro do prazo exigido após a finalização do bimestre;

p) Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados;

q) Comunicar imediatamente o Coordenador pedagógico escolar a ausência do aluno 2 (dois) dias consecutivos sem justificativa;

r) Arcar com todo ônus relativo ao seu deslocamento, hospedagem, alimentação e demais custos que advenham da sua permanecia no local de trabalho**;**

s) A abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretara em rescisão contratual;

t) Justificar ao coordenador ou diretor da unidade escolar, através de documento a falta que vier a ocorrer, assim como a data da reposição do dia letivo.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Cláusula 10ª Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato ou avaliação que comprove a não cumprimento das atribuições inerentes à função para a qual foi contratado o profissional, será aplicada a sansão prevista no ordenamento jurídico;

Cláusula 11ª Este contrato por prazo determinado vincula-se ao regime geral de providencia Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto;

DA RESCISÃO

Cláusula 12ª A inexecução total ou parcial do objeto deste CONTRATO ou resultado não favorável na avalição de desempenho do profissional enseja na sua rescisão de forma unilateral;

Cláusula 13ª *O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público*.

Cláusula 14ª Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Cláusula 15ª Fica eleito o Foro da comarca de Cáceres para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste contrato.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 04 de Março de 2022

_____

CONTRATADO (A)

_____

LIAMARA RODRIGUES DA SILVA

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
CONTRATO Nº 064/2022 – SMED POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFIFICADO 001/2021

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, **LIAMARA RODRIGUES DA SILVA** de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e o (a) senhor (a), **LUCIENE MARIA DA SILVA,** brasileiro (a) residente e domiciliado (a) na Rua Avai, N°43, Bairro Santa Cruz no Município de Cáceres MT, portador (a) do RG Nº 0952684-6 SSP-MT e CPF Nº 630.871. 031-87, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público do (a) senhor (a) **LUCIENE MARIA DA SILVA,** no cargo de Professor (a) Licenciado (a) em Pedagogia, para exercer suas funções na Escola Municipal **Novo Oriente**,

com **carga horária de trabalho de 20(Vinte) horas semanais**, na turma do 1° ano no período Vespertino. A contratação justifica-se e encontra amparo no inciso IX do caput do art.37 da Constituição Federal. Garantindo o direito dos 200 (duzentos) dias letivos conforme o calendário escolar.

Parágrafo único A carga horária do contrato poderá ser reduzida a qualquer momento mediante alteração da matriz curricular.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **25 de Fevereiro de 2022 e término em 23 de Dezembro de 2022.**

PARAGRAFO ÚNICO: O presente contrato poderá ser prorrogado por igual período sem exceder 02 (dois) anos de vinculo, de acordo com o interesse e justificativa da Secretaria Municipal de Educação.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de **R$ 2.475,26 (Dois mil quatrocentos e setenta e cinco reais e vinte e seis centavos) mensais.**

DOS SERVIÇOS O CONTRATADO

Cláusula 4ª Responsabilizar-se a, integramente, pelo que forem demandados pela CONTRATANTE, em conformidade com a normatização pertinente, cronogramas de aulas, materiais didáticos necessários (aulas práticas e teóricas).

DA FORMA DE PAGAMENTO

Cláusula 5ª Os pagamentos referentes às horas/aulas ministradas serão efetuados mensalmente após de acordo com a folha de frequência.

DO ACOMPANHAMENTO E DA EXECUÇAO DO CONTRATO

Cláusula 6ª A gestora da unidade anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto do presente contrato, determinado o que for necessário a regularização das faltas, reposições e ou adequações necessárias para o cumprimento dos dias letivos.

DA DOTAÇAO ORÇAMENTARIA

Cláusula 7ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta da seguinte dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Educação:

Cód. Órgão	**Cód.** Unid. Orçamentaria	**Cód.** Função	**Cód.** Sub função	**Cód.** Programa	**Núm.** Projeto-atividade	**Cód.** Da categ. Econômica	**Cód.** Do grupo de natureza de despesa	**Cód.** da modalidade de aplicação	**Cód.** Elem. de despesa	**Cód.** Sub elemento de despesa	**Cód.** ID de uso e destinação de recurso	**Cód.** Grupo de destinação de recurso	**Cód.** da especificação da destinação de recurso	**Unid.** Orçamentaria
06	003	12	361	1004	2057	3	1	90	04	00	0	1	540	066009

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATANTE

Cláusula 8ª Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Aprovar o(s) projeto(s) pedagógico(s) a serem executados na unidade escolar; b) Comunicar ao CONTRATADO toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do CONTRATO; c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO; d) Propiciar recursos para que o CONTRATADO possa desempenhar seus serviços dentro das normas; e) Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento; f) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, na forma convencionada neste;

DAS OBRIGAÇOES DO CONTRATADO

Cláusula 9ª O contratado obriga-se, ainda:

a) Ser assíduo e comprometido com que é proposto pela Educação Municipal;

b) Realizar o controle da frequência e do desempenho escolar dos alunos;

c) Cumprir a carga horaria semanal estabelecida para a função na qual foi selecionado, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato, sob pena de rescisão contratual;

d) Apresentar documentação mensal relativa à execução de suas atividades ao gestor da unidade, para efeito de comprovação de assiduidade;

e) Estar ciente de que poderá ser convocado a qualquer momento a participar de reuniões em caráter administrativo e pedagógico, solicitada pela coordenação escolar ou geral;

f) Requerer expressamente, **com antecedência mínima de 30 (trinta) dias** ao gestor da instituição de ensino, o interesse em rescindir o contrato;

g) Zelar pelo patrimônio público, desde a estrutura física, a identidade e os valores institucionais;

h) Entregar planejamento anual antes do início das aulas, o qual poderá ser solicitado pela Coordenação escolar e pela Coordenação Pedagógica da Secretaria Municipal de Educaçãosua alteração e/ou adequação;

i) Planejar as aulas e atividades didáticas e ministrá-las seguindo as orientações do Projeto Político Pedagógico da Unidade Escolar, bem como do material didático;

j) Adequar aprendizagem dos alunos as necessidades especificas do público-alvo;

k) Elaborar o conteúdo programático adequando conteúdo, aulas, materiais didáticos, mídias e bibliografia as necessidades dos alunos da unidade escolar;

l) Registrar diariamente em tempo real e em sistema próprio a frequência dos alunos;

m) Avaliar e registrar o desempenho dos alunos;

n) Manter as planilhas diárias atualizadas, e apresentá-las sempre que solicitado pelo Coordenador Pedagógico e ou coordenação geral da Secretaria Municipal de Educação;

o) Entregar toda documentação a secretaria escolar dentro do prazo exigido após a finalização do bimestre;

p) Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados;

q) Comunicar imediatamente o Coordenador Pedagógico escolar a ausência do aluno 2 (dois) dias consecutivos sem justificativa;

r) Arcar com todo ônus relativo ao seu deslocamento, hospedagem, alimentação e demais custos que advenham da sua permanência no local de trabalho**;**

s) A abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual;

t) Justificar ao Coordenador ou Diretor da Unidade Escolar, através de documento a falta que vier a ocorrer, assim como a data da reposição do dia letivo.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Cláusula 10ª Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato ou avaliação que comprove o não cumprimento das atribuições inerentes à função para a qual foi contratado o profissional, será aplicada a sansão prevista no ordenamento jurídico;

Cláusula 11ª Este contrato por prazo determinado, em caráter emergencial, vincula-se ao Regime Geral de Providência Social – INSS para o qual o Contratado contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto;

DA RESCISÃO

Cláusula 12ª A inexecução total ou parcial do objeto deste CONTRATO ou resultado não favorável na avalição de desempenho do profissional enseja na sua rescisão de forma unilateral;

Cláusula 13ª *O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.*

Cláusula 14ª Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Cláusula 15ª Fica eleito o Foro da comarca de Cáceres para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste contrato.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 07 de Março de 2022

_____

CONTRATADO (A)

_____

LIAMARA RODRIGUES DA SILVA

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
CONTRATO Nº 066/2022 – SMED POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFIFICADO 001/2021

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, **LIAMARA RODRIGUES DA SILVA** de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e o (a) senhor (a), **JOSIANE INES DE SOUZA ,** brasileiro (a) residente e domiciliado (a) na Rua Bem Viver , S/N, Bairro Massa Barro no Município de Cáceres MT, portador (a) do RG Nº 1531857-5 SSP-MT e CPF Nº 002.620.831-83, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público do (a) senhor (a) **JOSIANE INES DE SOUZA ,** no cargo de Professor (a) Licenciado (a) em Pedagogia, para exercer suas funções na Escola Municipal **Duque de Caxias**, com **carga horária de trabalho de 20(Vinte) horas semanais**, na turma do 1° ano no período Vespertino. A contratação justifica-se e encontra amparo no inciso IX do caput do art.37 da Constituição Federal . Garantindo o direito dos 200 (duzentos) dias letivos conforme o calendário escolar.

Parágrafo único A carga horária do contrato poderá ser reduzida a qualquer momento mediante alteração da matriz curricular.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **25 de Fevereiro de 2022 e término em 23 de Dezembro de 2022.**

PARAGRAFO ÚNICO: O presente contrato poderá ser prorrogado por igual período sem exceder 02 (dois) anos de vinculo, de acordo com o interesse e justificativa da Secretaria Municipal de Educação.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de **R$ 2.475,26 (Dois mil quatrocentos e setenta e cinco reais e vinte e seis centavos) mensais.**

DOS SERVIÇOS O CONTRATADO

Cláusula 4ª Responsabilizar-se a, integramente, pelo que forem demandados pela CONTRATANTE, em conformidade com a normatização pertinente, cronogramas de aulas, materiais didáticos necessários (aulas práticas e teóricas).

DA FORMA DE PAGAMENTO

Cláusula 5ª Os pagamentos referentes às horas/aulas ministradas serão efetuados mensalmente após de acordo com a folha de frequência.

DO ACOMPANHAMENTO E DA EXECUÇAO DO CONTRATO

Cláusula 6ª A gestora da unidade anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto do presente contrato, determinado o que for necessário a regularização das faltas, reposições e ou adequações necessárias para o cumprimento dos dias letivos.

DA DOTAÇAO ORÇAMENTARIA

Cláusula 7ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta da seguinte dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Educação:

Cód. Órgão	**Cód.** Unid. Orçamentaria	**Cód.** Função	**Cód.** Sub função	**Cód.** Programa	**Núm.** Projeto-atividade	**Cód.** Da categ. Econômica	**Cód.** Do grupo de natureza de despesa	**Cód.** da modalidade de aplicação	**Cód.** Elem. de despesa	**Cód.** Sub elemento de despesa	**Cód.** ID de uso e destinação de recurso	**Cód.** Grupo de destinação de recurso	**Cód.** da especificação da destinação de recurso	**Unid.** Orçamentaria
06	003	12	361	1004	2057	3	1	90	04	00	0	1	540	066009

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATANTE

Cláusula 8ª Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Aprovar o(s) projeto(s) pedagógico(s) a serem executados na unidade escolar; b) Comunicar ao CONTRATADO toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do CONTRATO; c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO; d) Propiciar recursos para que o CONTRATADO possa desempenhar seus serviços dentro das normas; e) Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento; f) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, na forma convencionada neste;

DAS OBRIGAÇOES DO CONTRATADO

Cláusula 9ª O contratado obriga-se, ainda:

a) Ser assíduo e comprometido com que é proposto pela Educação Municipal;

b) Realizar o controle da frequência e do desempenho escolar dos alunos;

c) Cumprir a carga horaria semanal estabelecida para a função na qual foi selecionado, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato, sob pena de rescisão contratual;

d) Apresentar documentação mensal relativa à execução de suas atividades ao gestor da unidade, para efeito de comprovação de assiduidade;

e) Estar ciente de que poderá ser convocado a qualquer momento a participar de reuniões em caráter administrativo e pedagógico, solicitada pela coordenação escolar ou geral;

f) Requerer expressamente, **com antecedência mínima de 30 (trinta) dias** ao gestor da instituição de ensino, o interesse em rescindir o contrato;

g) Zelar pelo patrimônio público, desde a estrutura física, a identidade e os valores institucionais;

h) Entregar planejamento anual antes do início das aulas, o qual poderá ser solicitado pela Coordenação escolar e pela Coordenação Pedagógica da Secretaria Municipal de Educaçãosua alteração e/ou adequação;

i) Planejar as aulas e atividades didáticas e ministrá-las seguindo as orientações do Projeto Político Pedagógico da Unidade Escolar, bem como do material didático;

j) Adequar aprendizagem dos alunos as necessidades especificas do público-alvo;

k) Elaborar o conteúdo programático adequando conteúdo, aulas, materiais didáticos, mídias e bibliografia as necessidades dos alunos da unidade escolar;

l) Registrar diariamente em tempo real e em sistema próprio a frequência dos alunos;

m) Avaliar e registrar o desempenho dos alunos;

n) Manter as planilhas diárias atualizadas, e apresentá-las sempre que solicitado pelo Coordenador Pedagógico e ou coordenação geral da Secretaria Municipal de Educação;

o) Entregar toda documentação a secretaria escolar dentro do prazo exigido após a finalização do bimestre;

p) Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados;

q) Comunicar imediatamente o Coordenador Pedagógico escolar a ausência do aluno 2 (dois) dias consecutivos sem justificativa;

r) Arcar com todo ônus relativo ao seu deslocamento, hospedagem, alimentação e demais custos que advenham da sua permanência no local de trabalho**;**

s) A abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual;

t) Justificar ao Coordenador ou Diretor da Unidade Escolar, através de documento a falta que vier a ocorrer, assim como a data da reposição do dia letivo.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Cláusula 10ª Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato ou avaliação que comprove o não cumprimento das atribuições inerentes à função para a qual foi contratado o profissional, será aplicada a sansão prevista no ordenamento jurídico;

Cláusula 11ª Este contrato por prazo determinado, em caráter emergencial, vincula-se ao Regime Geral de Providência Social – INSS para o qual o Contratado contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto;

DA RESCISÃO

Cláusula 12ª A inexecução total ou parcial do objeto deste CONTRATO ou resultado não favorável na avalição de desempenho do profissional enseja na sua rescisão de forma unilateral;

Cláusula 13ª *O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.*

Cláusula 14ª Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Cláusula 15ª Fica eleito o Foro da comarca de Cáceres para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste contrato.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 07 de Março de 2022

_____

CONTRATADO (A)

_____

LIAMARA RODRIGUES DA SILVA

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
CONTRATO Nº 076/2022 – SMED POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFIFICADO 001/2021

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, **LIAMARA RODRIGUES DA SILVA** de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e o (a) senhor (a), **CINTIA TATIANE EGUES ,** brasileiro (a) residente e domiciliado (a) na Rua Dom Aquino ,N°15, Bairro Cidade Alta no Município de Cáceres MT, portador (a) do RG Nº 2428866-7 SSP-MT e CPF Nº 017. 767.321-46, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público do (a) senhor (a) **CINTIA TATIANE EGUES ,** no cargo de Professor (a) Licenciado (a) em Pedagogia, para exercer suas funções na Escola Municipal **Novo Oriente**, com **carga horária de trabalho de 20(Vinte) horas semanais**. A contratação justifica-se e encontra amparo no inciso IX do caput do art.37 da Constituição Federal . Garantindo o direito dos 200 (duzentos) dias letivos conforme o calendário escolar.

Parágrafo único A carga horária do contrato poderá ser reduzida a qualquer momento mediante alteração da matriz curricular.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **04 de Março de 2022 e término em 23 de Dezembro de 2022.**

PARAGRAFO ÚNICO: O presente contrato poderá ser prorrogado por igual período sem exceder 02 (dois) anos de vinculo, de acordo com o interesse e justificativa da Secretaria Municipal de Educação.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de **R$ 2.475,26 (Dois mil quatrocentos e setenta e cinco reais e vinte e seis centavos) mensais.**

DOS SERVIÇOS O CONTRATADO

Cláusula 4ª Responsabilizar-se a, integramente, pelo que forem demandados pela CONTRATANTE, em conformidade com a normatização pertinente, cronogramas de aulas, materiais didáticos necessários (aulas práticas e teóricas).

DA FORMA DE PAGAMENTO

Cláusula 5ª Os pagamentos referentes às horas/aulas ministradas serão efetuados mensalmente após de acordo com a folha de frequência.

DO ACOMPANHAMENTO E DA EXECUÇAO DO CONTRATO

Cláusula 6ª A gestora da unidade anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto do presente contrato, determinado o que for necessário a regularização das faltas, reposições e ou adequações necessárias para o cumprimento dos dias letivos.

DA DOTAÇAO ORÇAMENTARIA

Cláusula 7ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta da seguinte dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Educação:

Cód. Órgão	**Cód**. Unid. Orçamentaria	**Cód.** Função	**Cód.** Sub função	**Cód.** Programa	**Núm**. Projeto-atividade	**Cód.** Da categ. Econômica	**Cód.** Do grupo de natureza de despesa	**Cód.** da modalidade de aplicação	**Cód.** Elem. de despesa	**Cód.** Sub elemento de despesa	**Cód.** ID de uso e destinação de recurso	**Cód.** Grupo de destinação de recurso	**Cód.** da especificação da destinação de recurso	**Unid.** Orçamentaria
06	003	12	361	1004	2057	3	1	90	04	00	0	1	540	066009

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATANTE

Cláusula 8ª Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Aprovar o(s) projeto(s) pedagógico(s) a serem executados na unidade escolar; b) Comunicar ao CONTRATADO toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do CONTRATO; c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO; d) Propiciar recursos para que o CONTRATADO possa desempenhar seus serviços dentro das normas; e) Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento; f) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, na forma convencionada neste;

DAS OBRIGAÇOES DO CONTRATADO

Cláusula 9ª O contratado obriga-se, ainda:

a) Ser assíduo e comprometido com que é proposto pela Educação Municipal;

b) Realizar o controle da frequência e do desempenho escolar dos alunos;

c) Cumprir a carga horaria semanal estabelecida para a função na qual foi selecionado, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato, sob pena de rescisão contratual;

d) Apresentar documentação mensal relativa à execução de suas atividades ao gestor da unidade, para efeito de comprovação de assiduidade;

e) Estar ciente de que poderá ser convocado a qualquer momento a participar de reuniões em caráter administrativo e pedagógico, solicitada pela coordenação escolar ou geral;

f) Requerer expressamente, **com antecedência mínima de 30 (trinta) dias** ao gestor da instituição de ensino, o interesse em rescindir o contrato;

g) Zelar pelo patrimônio público, desde a estrutura física, a identidade e os valores institucionais;

h) Entregar planejamento anual antes do início das aulas, o qual poderá ser solicitado pela Coordenação escolar e pela Coordenação Pedagógica da Secretaria Municipal de Educaçãosua alteração e/ou adequação;

i) Planejar as aulas e atividades didáticas e ministrá-las seguindo as orientações do Projeto Político Pedagógico da Unidade Escolar, bem como do material didático;

j) Adequar aprendizagem dos alunos as necessidades especificas do público-alvo;

k) Elaborar o conteúdo programático adequando conteúdo, aulas, materiais didáticos, mídias e bibliografia as necessidades dos alunos da unidade escolar;

l) Registrar diariamente em tempo real e em sistema próprio a frequência dos alunos;

m) Avaliar e registrar o desempenho dos alunos;

n) Manter as planilhas diárias atualizadas, e apresentá-las sempre que solicitado pelo Coordenador Pedagógico e ou coordenação geral da Secretaria Municipal de Educação;

o) Entregar toda documentação a secretaria escolar dentro do prazo exigido após a finalização do bimestre;

p) Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados;

q) Comunicar imediatamente o Coordenador Pedagógico escolar a ausência do aluno 2 (dois) dias consecutivos sem justificativa;

r) Arcar com todo ônus relativo ao seu deslocamento, hospedagem, alimentação e demais custos que advenham da sua permanência no local de trabalho**;**

s) A abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual;

t) Justificar ao Coordenador ou Diretor da Unidade Escolar, através de documento a falta que vier a ocorrer, assim como a data da reposição do dia letivo.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Cláusula 10ª Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato ou avaliação que comprove o não cumprimento das atribuições inerentes à função para a qual foi contratado o profissional, será aplicada a sansão prevista no ordenamento jurídico;

Cláusula 11ª Este contrato por prazo determinado, em caráter emergencial, vincula-se ao Regime Geral de Providência Social – INSS para o qual o Contratado contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto;

DA RESCISÃO

Cláusula 12ª A inexecução total ou parcial do objeto deste CONTRATO ou resultado não favorável na avalição de desempenho do profissional enseja na sua rescisão de forma unilateral;

Cláusula 13ª *O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.*

Cláusula 14ª Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Cláusula 15ª Fica eleito o Foro da comarca de Cáceres para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste contrato.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 07 de Março de 2022

_____

CONTRATADO (A)

_____

LIAMARA RODRIGUES DA SILVA

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
CONTRATO Nº 087/2022 – SMED POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFIFICADO 001/2021

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, **LIAMARA RODRIGUES DA SILVA** de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e o (a) senhor (a), **KASSIA HELLEN RODRIGUES DO NASCIMENTO,** brasileiro (a) residente e domiciliado (a) na Rua Universitário II S/N, Red. Bairro Universitário do Município de Cáceres MT, portador (a) do RG Nº 2548368-4 SSP-MT e CPF Nº 059.717.981-62, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público do (a) senhor (a) **KASSIA HELLEN RODRIGUES DO NASCIMENTO,** no cargo de Auxiliar de desenvolvimento infantil, para exercer suas funções na Escola Municipal Brincando e Aprendendo, com **carga horária de trabalho de 40(Quarenta horas) semanais**, período Matutino e vespertino, a contratação justifica-se e encontra amparo legal no inciso IX do caput do art.37 da Constituição Federal, garantindo o direito dos 200 (duzentos) dias letivos conforme o calendário escolar.

Parágrafo único A carga horária do contrato poderá ser reduzida a qualquer momento mediante alteração da matriz curricular.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **21 de Fevereiro de 2022 e término em 23 de Dezembro de 2022.**

PARAGRAFO ÚNICO: O presente contrato poderá ser prorrogado por igual período sem exceder 02 (dois) anos de vinculo, de acordo com o interesse e justificativa da Secretaria Municipal de Educação.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de **R$ 1.450,80 (Mil Quatrocentos e Cinquenta e oitenta centavos) mensais.**

DOS SERVIÇOS O CONTRATADO

Cláusula 4ª Responsabilizar-se a, integramente, pelo que forem demandados pela CONTRATANTE, em conformidade com a normatização pertinente, cronogramas de aulas, materiais didáticos necessários (aulas práticas e teóricas).

DA FORMA DE PAGAMENTO

Cláusula 5ª Os pagamentos referentes às horas/aulas ministradas serão realizados mensalmente após de acordo com a folha de frequência.

DO ACOMPANHAMENTO E DA EXECUÇAO DO CONTRATO

Cláusula 6ª A gestora da unidade anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto do presente contrato, determinado o que for necessário a regularização das faltas, reposições e ou adequações necessárias para o cumprimento dos dias letivos.

DA DOTAÇAO ORÇAMENTARIA

Cláusula 7ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta da seguinte dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Educação:

Cód. Órgão	**Cód**. Unid. Orçamentaria	**Cód.** Função	**Cód.** Sub função	**Cód.** Programa	**Núm**. Projeto-atividade	**Cód.** Da categ. Econômica	**Cód.** Do grupo de natureza de despesa	**Cód.** da modalidade de aplicação	**Cód.** Elem. de despesa	**Cód.** Sub elemento de despesa	**Cód.** ID de uso e destinação de recurso	**Cód.** Grupo de destinação de recurso	**Cód.** da especificação da destinação de recurso	**Unid.** Orçamentaria
06	003	12	365	1004	2059	3	1	90	04	00	0	1	540	066006

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATANTE

Cláusula 8ª Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Aprovar o(s) projeto(s) pedagógico(s) a serem executados na unidade escolar; b) Comunicar ao CONTRATADO toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do CONTRATO; c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO; d) Propiciar recursos para que o CONTRATADO possa desempenhar seus serviços dentro das normas; e) Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento; f) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, na forma convencionada neste;

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATADA

Cláusula 9ª A contratado obriga-se, ainda:

a) Ser assíduo e comprometido com que é proposto pela Educação Municipal;

b) Realizar o controle da frequência e do desempenho escolar dos alunos;

c) Cumprir a carga horaria semanal estabelecida para a função na qual foi selecionado, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato, sob pena de rescisão contratual;

d) Apresentar documentação mensal relativa à execução de suas atividades ao gestor da unidade, para efeito de comprovação de assiduidade;

e) Estar ciente de que poderá ser convocado a qualquer momento a participar de reuniões em caráter administrativo e pedagógico, solicitada pela coordenação escolar ou geral;

f) Requerer expressamente, **com antecedência mínima de 30 (trinta) dias** ao gestor da instituição de ensino, o interesse em rescindir o contrato;

g) Zelar pelo patrimônio público, desde a estrutura física, a identidade e os valores institucionais;

h) Entregar planejamento anual antes do início das aulas, o qual poderá ser solicitado pela Coordenação escolar e pela Coordenação Pedagógica da Secretaria Municipal de Educaçãosua alteração e/ou adequação;

i) Planejar as aulas e atividades didáticas e ministra-las seguindo as orientações do projeto político pedagógico da unidade, bem como do material didático;

j) Adequar aprendizagem dos alunos as necessidades especificas do público-alvo;

k) Elaborar o conteúdo programático adequando conteúdo, aulas, materiais didáticos, mídias e bibliografia as necessidades dos alunos da unidade escolar;

l) Registrar diariamente em tempo real e em sistema próprio a frequência dos alunos;

m) Avaliar e registrar o desempenho dos alunos;

n) Manter as planilhas diárias atualizadas, e apresenta-las sempre que solicitado pelo coordenador pedagógico e ou coordenação geral da Secretaria Municipal de Educação;

o) Entregar toda documentação a secretaria escolar dentro do prazo exigido após a finalização do bimestre;

p) Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados;

q) Comunicar imediatamente o Coordenador pedagógico escolar a ausência do aluno 2 (dois) dias consecutivos sem justificativa;

r) Arcar com todo ônus relativo ao seu deslocamento, hospedagem, alimentação e demais custos que advenham da sua permanecia no local de trabalho**;**

s) A abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretara em rescisão contratual;

t) Justificar ao coordenador ou diretor da unidade escolar, através de documento a falta que vier a ocorrer, assim como a data da reposição do dia letivo.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Cláusula 10ª Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato ou avaliação que comprove a não cumprimento das atribuições inerentes à função para a qual foi contratado o profissional, será aplicada a sansão prevista no ordenamento jurídico;

Cláusula 11ª Este contrato por prazo determinado vincula-se ao regime geral de providencia Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto;

DA RESCISÃO

Cláusula 12ª A inexecução total ou parcial do objeto deste CONTRATO ou resultado não favorável na avalição de desempenho do profissional enseja na sua rescisão de forma unilateral;

Cláusula 13ª *O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.*

Cláusula 14ª Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Cláusula 15ª Fica eleito o Foro da comarca de Cáceres para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste contrato.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 09 de Março de 2022

_____

CONTRATADO (A)

_____

LIAMARA RODRIGUES DA SILVA

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO
LEI Nº 3.033, DE 14 DE MARÇO DE 2022

"Dispõe sobre autorização para abertura de Crédito Adicional Especial em favor da Secretaria Municipal de Saúde e dá outras providências."

A PREFEITA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO: no uso das prerrogativas que lhe são estabelecidas pelo art. 74, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal de Cáceres-MT, aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica aberto, no orçamento vigente, Crédito Adicional Especial no valor de R$ 490.000,00 (quatrocentos e noventa mil reais).

Art. 2º O crédito preconizado no art. 1º desta Lei cobrirá despesas pela inclusão de Programa, categoria econômica, grupo de natureza de despesa, modalidade de aplicação, elementos de despesas, fonte de recursos e terão as seguintes características financeiras e funcional-programática:

Órgão:	05 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE	
Unidade:	02 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Função:	10 – Saúde	
Subfunção:	301 – Atenção Básica	
Programa:	1003 – SAÚDE MAIS PERTO DE VOCÊ	
Proj/Atividade:	**2.023 – MAN E ENC C/AS ATIV DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE-UBS**	
Natureza da Despesa	**Fonte de Recursos**	**Valor R$**
3.1.91.13 Obrigações Patronais	(1.500) Recursos não vinculados de Impostos	490.000,00

Art. 3° Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 2º decorrem da anulação parcial de dotação orçamentária, consoante o que dispõe os incisos III, § 1º do artigo 43 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, conforme discriminação:

Órgão:	05 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE	
Unidade:	02 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Função:	10 – Saúde	
Subfunção:	301 – Atenção Básica	
Programa:	1003 – SAÚDE MAIS PERTO DE VOCÊ	
Proj/Atividade:	**2.023 – MAN E ENC C/AS ATIV DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE-UBS**	
Natureza da Despesa	**Fonte de Recursos**	**Valor R$**
3.1.90.13 Obrigações Patronais	(1.500) Recursos não vinculados de Impostos	490.000,00

Art. 4º O Crédito Adicional Especial passa a integrar a Lei nº 3.016, de 23 de dezembro de 2021-LOA/2022, Lei nº 3.015, de 23 de dezembro de 2021-LDO/2022 e Lei nº 3.014, de 23 de dezembro de 2021-PPA-Quadriênio 2022-2025.

Art. 5° Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Cáceres-MT, 14 de março de 2022.

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS

Prefeita Municipal de Cáceres

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
CONTRATO Nº 065/2022 – SMED POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFIFICADO 001/2021

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, **LIAMARA RODRIGUES DA SILVA** de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e o (a) senhor (a), **ROSANGELA CRISTINA DA SILVA ,** brasileiro (a) residente e domiciliado (a) na Rua Radial , S/N, Bairro Rodeio no Município de Cáceres MT, portador (a) do RG Nº 0932507-7 SSP-MT e CPF Nº 603.976.321-34, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público do (a) senhor (a) **ROSANGELA CRISTINA DA SILVA ,** no cargo de Professor (a) Licenciado (a) em Pedagogia, para exercer suas funções na Escola Municipal **Prof. Eduardo Benevides Lindote**, com **carga horária de trabalho de 20(Vinte) horas semanais**, na turma do 2° ano no período Vespertino. A contratação justifica-se em substituição a professora Eliséia Borges Lopes.. Garantindo o direito dos 200 (duzentos) dias letivos conforme o calendário escolar.

Parágrafo único A carga horária do contrato poderá ser reduzida a qualquer momento mediante alteração da matriz curricular.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **25 de Fevereiro de 2022 e término em 23 de Dezembro de 2022.**

PARAGRAFO ÚNICO: O presente contrato poderá ser prorrogado por igual período sem exceder 02 (dois) anos de vinculo, de acordo com o interesse e justificativa da Secretaria Municipal de Educação.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de **R$ 2.475,26 (Dois mil quatrocentos e setenta e cinco reais e vinte e seis centavos) mensais.**

DOS SERVIÇOS O CONTRATADO

Cláusula 4ª Responsabilizar-se a, integramente, pelo que forem demandados pela CONTRATANTE, em conformidade com a normatização pertinente, cronogramas de aulas, materiais didáticos necessários (aulas práticas e teóricas).

DA FORMA DE PAGAMENTO

Cláusula 5ª Os pagamentos referentes às horas/aulas ministradas serão efetuados mensalmente após de acordo com a folha de frequência.

DO ACOMPANHAMENTO E DA EXECUÇAO DO CONTRATO

Cláusula 6ª A gestora da unidade anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto do presente contrato, determinado o que for necessário a regularização das faltas, reposições e ou adequações necessárias para o cumprimento dos dias letivos.

DA DOTAÇAO ORÇAMENTARIA

Cláusula 7ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta da seguinte dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Educação:

Cód. Órgão	**Cód**. Unid. Orçamentaria	**Cód.** Função	**Cód.** Sub função	**Cód.** Programa	**Núm.** Projeto-atividade	**Cód.** Da categ. Econômica	**Cód.** Do grupo de natureza de despesa	**Cód.** da modalidade de aplicação	**Cód.** Elem. de despesa	**Cód.** Sub elemento de despesa	**Cód.** ID de uso e destinação de recurso	**Cód.** Grupo de destinação de recurso	**Cód.** da especificação da destinação de recurso	**Unid.** Orçamentaria
06	003	12	361	1004	2057	3	1	90	04	00	0	1	540	066009

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATANTE

Cláusula 8ª Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Aprovar o(s) projeto(s) pedagógico(s) a serem executados na unidade escolar; b) Comunicar ao CONTRATADO toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do CONTRATO; c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO; d) Propiciar recursos para que o CONTRATADO possa desempenhar seus serviços dentro das normas; e) Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento; f) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, na forma convencionada neste;

DAS OBRIGAÇOES DO CONTRATADO

Cláusula 9ª O contratado obriga-se, ainda:

a) Ser assíduo e comprometido com que é proposto pela Educação Municipal;

b) Realizar o controle da frequência e do desempenho escolar dos alunos;

c) Cumprir a carga horaria semanal estabelecida para a função na qual foi selecionado, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato, sob pena de rescisão contratual;

d) Apresentar documentação mensal relativa à execução de suas atividades ao gestor da unidade, para efeito de comprovação de assiduidade;

e) Estar ciente de que poderá ser convocado a qualquer momento a participar de reuniões em caráter administrativo e pedagógico, solicitada pela coordenação escolar ou geral;

f) Requerer expressamente, **com antecedência mínima de 30 (trinta) dias** ao gestor da instituição de ensino, o interesse em rescindir o contrato;

g) Zelar pelo patrimônio público, desde a estrutura física, a identidade e os valores institucionais;

h) Entregar planejamento anual antes do início das aulas, o qual poderá ser solicitado pela Coordenação escolar e pela Coordenação Pedagógica da Secretaria Municipal de Educaçãosua alteração e/ou adequação;

i) Planejar as aulas e atividades didáticas e ministrá-las seguindo as orientações do Projeto Político Pedagógico da Unidade Escolar, bem como do material didático;

j) Adequar aprendizagem dos alunos as necessidades especificas do público-alvo;

k) Elaborar o conteúdo programático adequando conteúdo, aulas, materiais didáticos, mídias e bibliografia as necessidades dos alunos da unidade escolar;

l) Registrar diariamente em tempo real e em sistema próprio a frequência dos alunos;

m) Avaliar e registrar o desempenho dos alunos;

n) Manter as planilhas diárias atualizadas, e apresentá-las sempre que solicitado pelo Coordenador Pedagógico e ou coordenação geral da Secretaria Municipal de Educação;

o) Entregar toda documentação a secretaria escolar dentro do prazo exigido após a finalização do bimestre;

p) Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados;

q) Comunicar imediatamente o Coordenador Pedagógico escolar a ausência do aluno 2 (dois) dias consecutivos sem justificativa;

r) Arcar com todo ônus relativo ao seu deslocamento, hospedagem, alimentação e demais custos que advenham da sua permanência no local de trabalho**;**

s) A abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual;

t) Justificar ao Coordenador ou Diretor da Unidade Escolar, através de documento a falta que vier a ocorrer, assim como a data da reposição do dia letivo.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Cláusula 10ª Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato ou avaliação que comprove o não cumprimento das atribuições inerentes à função para a qual foi contratado o profissional, será aplicada a sansão prevista no ordenamento jurídico;

Cláusula 11ª Este contrato por prazo determinado, em caráter emergencial, vincula-se ao Regime Geral de Providência Social – INSS para o qual o Contratado contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto;

DA RESCISÃO

Cláusula 12ª A inexecução total ou parcial do objeto deste CONTRATO ou resultado não favorável na avalição de desempenho do profissional enseja na sua rescisão de forma unilateral;

Cláusula 13ª *O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público*.

Cláusula 14ª Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Cláusula 15ª Fica eleito o Foro da comarca de Cáceres para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste contrato.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 07 de Março de 2022

_____

CONTRATADO (A)

_____

LIAMARA RODRIGUES DA SILVA

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
CONTRATO Nº 88/2022 – SMED POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFIFICADO 001/2021

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, **LIAMARA RODRIGUES DA SILVA** de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e o (a) senhor (a), **GREICE FERNANDA GARCIA ,** brasileiro (a) residente e domiciliado (a) na Rua Santa Catarina, S/N Bairro Espirito Santo, Município de Cáceres MT, portador (a) do RG Nº 2207310-8 SSP-MT e CPF Nº 042.882.741-17, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público do (a) senhor (a) **GREICE FERNANDA GARCIA,** no cargo de Auxiliar de desenvolvimento infantil, para exercer suas funções na Escola Municipal Duque de Caxias, com **carga horária de trabalho de 40(Quarenta horas) semanais**, período Matutino e vespertino a contratação justifica-se e encontra amparo legal no inciso IX do caput do art.37 da Constituição Federal, garantindo o direito dos 200 (duzentos) dias letivos conforme o calendário escolar.

Parágrafo único A carga horária do contrato poderá ser reduzida a qualquer momento mediante alteração da matriz curricular.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **09 de Março de 2022 e término em 23 de Dezembro.**

PARAGRAFO ÚNICO: O presente contrato poderá ser prorrogado por igual período sem exceder 02 (dois) anos de vinculo, de acordo com o interesse e justificativa da Secretaria Municipal de Educação.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de **R$ 1.450,80 (Mil Quatrocentos e Cinquenta e oitenta centavos) mensais.**

DOS SERVIÇOS O CONTRATADO

Cláusula 4ª Responsabilizar-se a, integramente, pelo que forem demandados pela CONTRATANTE, em conformidade com a normatização pertinente, cronogramas de aulas, materiais didáticos necessários (aulas práticas e teóricas).

DA FORMA DE PAGAMENTO

Cláusula 5ª Os pagamentos referentes às horas/aulas ministradas serão realizados mensalmente após de acordo com a folha de frequência.

DO ACOMPANHAMENTO E DA EXECUÇAO DO CONTRATO

Cláusula 6ª A gestora da unidade anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto do presente contrato, determinado o que for necessário a regularização das faltas, reposições e ou adequações necessárias para o cumprimento dos dias letivos.

DA DOTAÇAO ORÇAMENTARIA

Cláusula 7ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta da seguinte dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Educação:

Cód. Órgão	**Cód.** Unid. Orçamentaria	**Cód.** Função	**Cód.** Sub função	**Cód.** Programa	**Núm.** Projeto-atividade	**Cód.** Da categ. Econômica	**Cód.** Do grupo de natureza de despesa	**Cód.** da modalidade de aplicação	**Cód.** Elem. de despesa	**Cód.** Sub elemento de despesa	**Cód.** ID de uso e destinação de recurso	**Cód.** Grupo de destinação de recurso	**Cód.** da especificação da destinação de recurso	**Unid.** Orçamentaria
06	003	12	361	1004	2057	3	1	90	04	00	0	1	540	066009

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATANTE

Cláusula 8ª Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Aprovar o(s) projeto(s) pedagógico(s) a serem executados na unidade escolar; b) Comunicar ao CONTRATADO toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do CONTRATO; c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO; d) Propiciar recursos para que o CONTRATADO possa desempenhar seus serviços dentro das normas; e) Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento; f) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, na forma convencionada neste;

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATADA

Cláusula 9ª A contratado obriga-se, ainda:

a) Ser assíduo e comprometido com que é proposto pela Educação Municipal;

b) Realizar o controle da frequência e do desempenho escolar dos alunos;

c) Cumprir a carga horaria semanal estabelecida para a função na qual foi selecionado, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato, sob pena de rescisão contratual;

d) Apresentar documentação mensal relativa à execução de suas atividades ao gestor da unidade, para efeito de comprovação de assiduidade;

e) Estar ciente de que poderá ser convocado a qualquer momento a participar de reuniões em caráter administrativo e pedagógico, solicitada pela coordenação escolar ou geral;

f) Requerer expressamente, **com antecedência mínima de 30 (trinta) dias** ao gestor da instituição de ensino, o interesse em rescindir o contrato;

g) Zelar pelo patrimônio público, desde a estrutura física, a identidade e os valores institucionais;

h) Entregar planejamento anual antes do início das aulas, o qual poderá ser solicitado pela Coordenação escolar e pela Coordenação Pedagógica da Secretaria Municipal de Educaçãosua alteração e/ou adequação;

i) Planejar as aulas e atividades didáticas e ministra-las seguindo as orientações do projeto político pedagógico da unidade, bem como do material didático;

j) Adequar aprendizagem dos alunos as necessidades especificas do público-alvo;

k) Elaborar o conteúdo programático adequando conteúdo, aulas, materiais didáticos, mídias e bibliografia as necessidades dos alunos da unidade escolar;

l) Registrar diariamente em tempo real e em sistema próprio a frequência dos alunos;

m) Avaliar e registrar o desempenho dos alunos;

n) Manter as planilhas diárias atualizadas, e apresenta-las sempre que solicitado pelo coordenador pedagógico e ou coordenação geral da Secretaria Municipal de Educação;

o) Entregar toda documentação a secretaria escolar dentro do prazo exigido após a finalização do bimestre;

p) Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados;

q) Comunicar imediatamente o Coordenador pedagógico escolar a ausência do aluno 2 (dois) dias consecutivos sem justificativa;

r) Arcar com todo ônus relativo ao seu deslocamento, hospedagem, alimentação e demais custos que advenham da sua permanecia no local de trabalho**;**

s) A abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretara em rescisão contratual;

t) Justificar ao coordenador ou diretor da unidade escolar, através de documento a falta que vier a ocorrer, assim como a data da reposição do dia letivo.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Cláusula 10ª Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato ou avaliação que comprove a não cumprimento das atribuições inerentes à função para a qual foi contratado o profissional, será aplicada a sansão prevista no ordenamento jurídico;

Cláusula 11ª Este contrato por prazo determinado vincula-se ao regime geral de providencia Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto;

DA RESCISÃO

Cláusula 12ª A inexecução total ou parcial do objeto deste CONTRATO ou resultado não favorável na avalição de desempenho do profissional enseja na sua rescisão de forma unilateral;

Cláusula 13ª *O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.*

Cláusula 14ª Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Cláusula 15ª Fica eleito o Foro da comarca de Cáceres para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste contrato.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 09 de Março de 2022

_____

CONTRATADO (A)

_____

LIAMARA RODRIGUES DA SILVA

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
CONTRATO Nº 086/2022 – SMED POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFIFICADO 001/2021

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, **LIAMARA RODRIGUES DA SILVA** de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e o (a) senhor (a), **ELIENE ROCHA PEREIRA ,** brasileiro (a) residente e domiciliado (a) na Rua das Camelias S/N, Bairro Vila Nova do Município de Cáceres MT, portador (a) do RG Nº 1704515-0 SSP-MT e CPF Nº 008.026. 581-21, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e

Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público do (a) senhor (a) **ELIENE ROCHA PEREIRA,** no cargo de Auxiliar de desenvolvimento infantil, para exercer suas funções na Escola Municipal Pequeno Sábio, com **carga horária de trabalho de 40(Quarenta horas) semanais**, período Matutino e vespertino, a contratação justifica-se e encontra amparo legal no inciso IX do caput do art.37 da Constituição Federal, garantindo o direito dos 200 (duzentos) dias letivos conforme o calendário escolar.

Parágrafo único A carga horária do contrato poderá ser reduzida a qualquer momento mediante alteração da matriz curricular.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **17 de Fevereiro de 2022 e término em 23 de Dezembro de 2022.**

PARAGRAFO ÚNICO: O presente contrato poderá ser prorrogado por igual período sem exceder 02 (dois) anos de vinculo, de acordo com o interesse e justificativa da Secretaria Municipal de Educação.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de **R$ 1.450,80 (Mil Quatrocentos e Cinquenta e oitenta centavos) mensais.**

DOS SERVIÇOS O CONTRATADO

Cláusula 4ª Responsabilizar-se a, integramente, pelo que forem demandados pela CONTRATANTE, em conformidade com a normatização pertinente, cronogramas de aulas, materiais didáticos necessários (aulas práticas e teóricas).

DA FORMA DE PAGAMENTO

Cláusula 5ª Os pagamentos referentes às horas/aulas ministradas serão realizados mensalmente após de acordo com a folha de frequência.

DO ACOMPANHAMENTO E DA EXECUÇAO DO CONTRATO

Cláusula 6ª A gestora da unidade anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto do presente contrato, determinado o que for necessário a regularização das faltas, reposições e ou adequações necessárias para o cumprimento dos dias letivos.

DA DOTAÇAO ORÇAMENTARIA

Cláusula 7ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta da seguinte dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Educação:

Cód. Órgão	**Cód.** Unid. Orçamentaria	**Cód.** Função	**Cód.** Sub função	**Cód.** Programa	**Núm.** Projeto-atividade	**Cód.** Da categ. Econômica	**Cód.** Do grupo de natureza de despesa	**Cód.** da modalidade de aplicação	**Cód.** Elem. de despesa	**Cód.** Sub elemento de despesa	**Cód.** ID de uso e destinação de recurso	**Cód.** Grupo de destinação de recurso	**Cód.** da especificação da destinação de recurso	**Unid.** Orçamentaria
06	003	12	365	1004	2059	3	1	90	04	00	0	1	540	066006

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATANTE

Cláusula 8ª Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Aprovar o(s) projeto(s) pedagógico(s) a serem executados na unidade escolar; b) Comunicar ao CONTRATADO toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do CONTRATO; c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO; d) Propiciar recursos para que o CONTRATADO possa desempenhar seus serviços dentro das normas; e) Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento; f) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, na forma convencionada neste;

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATADA

Cláusula 9ª A contratado obriga-se, ainda:

a) Ser assíduo e comprometido com que é proposto pela Educação Municipal;

b) Realizar o controle da frequência e do desempenho escolar dos alunos;

c) Cumprir a carga horaria semanal estabelecida para a função na qual foi selecionado, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato, sob pena de rescisão contratual;

d) Apresentar documentação mensal relativa à execução de suas atividades ao gestor da unidade, para efeito de comprovação de assiduidade;

e) Estar ciente de que poderá ser convocado a qualquer momento a participar de reuniões em caráter administrativo e pedagógico, solicitada pela coordenação escolar ou geral;

f) Requerer expressamente, **com antecedência mínima de 30 (trinta) dias** ao gestor da instituição de ensino, o interesse em rescindir o contrato;

g) Zelar pelo patrimônio público, desde a estrutura física, a identidade e os valores institucionais;

h) Entregar planejamento anual antes do início das aulas, o qual poderá ser solicitado pela Coordenação escolar e pela Coordenação Pedagógica da Secretaria Municipal de Educaçãosua alteração e/ou adequação;

i) Planejar as aulas e atividades didáticas e ministra-las seguindo as orientações do projeto político pedagógico da unidade, bem como do material didático;

j) Adequar aprendizagem dos alunos as necessidades especificas do público-alvo;

k) Elaborar o conteúdo programático adequando conteúdo, aulas, materiais didáticos, mídias e bibliografia as necessidades dos alunos da unidade escolar;

l) Registrar diariamente em tempo real e em sistema próprio a frequência dos alunos;

m) Avaliar e registrar o desempenho dos alunos;

n) Manter as planilhas diárias atualizadas, e apresenta-las sempre que solicitado pelo coordenador pedagógico e ou coordenação geral da Secretaria Municipal de Educação;

o) Entregar toda documentação a secretaria escolar dentro do prazo exigido após a finalização do bimestre;

p) Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados;

q) Comunicar imediatamente o Coordenador pedagógico escolar a ausência do aluno 2 (dois) dias consecutivos sem justificativa;

r) Arcar com todo ônus relativo ao seu deslocamento, hospedagem, alimentação e demais custos que advenham da sua permanecia no local de trabalho**;**

s) A abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretara em rescisão contratual;

t) Justificar ao coordenador ou diretor da unidade escolar, através de documento a falta que vier a ocorrer, assim como a data da reposição do dia letivo.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Cláusula 10ª Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato ou avaliação que comprove a não cumprimento das atribuições inerentes à função para a qual foi contratado o profissional, será aplicada a sansão prevista no ordenamento jurídico;

Cláusula 11ª Este contrato por prazo determinado vincula-se ao regime geral de providencia Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto;

DA RESCISÃO

Cláusula 12ª A inexecução total ou parcial do objeto deste CONTRATO ou resultado não favorável na avalição de desempenho do profissional enseja na sua rescisão de forma unilateral;

Cláusula 13ª *O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público*.

Cláusula 14ª Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Cláusula 15ª Fica eleito o Foro da comarca de Cáceres para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste contrato.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 09 de Março de 2022

_____

CONTRATADO (A)

_____

LIAMARA RODRIGUES DA SILVA

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
CONTRATO Nº 067/2022 – SMED POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFIFICADO 001/2021

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, **LIAMARA RODRIGUES DA SILVA** de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e o (a) senhor (a), **FRANCIELE CRISTINA DA ROSA,** brasileiro (a) residente e domiciliado (a) na Rua Saab, N°57 Bairro Centro, Município de Cáceres MT, portador (a) do RG Nº 2036385-0 SSP-MT e CPF n.º018.379. 771-00, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público do (a) senhor (a) **FRANCIELE CRISTINA DA ROSA,** no cargo de Auxiliar de desenvolvimento infantil, para exercer suas funções na Escola Municipal Dom Máximo

Biennés, com **carga horária de trabalho de 40(Quarenta horas) semanais**, período Matutino e vespertino a contratação justifica-se e encontra amparo legal no inciso IX do caput do art.37 da Constituição Federal, garantindo o direito dos 200 (duzentos) dias letivos conforme o calendário escolar.

Parágrafo único A carga horária do contrato poderá ser reduzida a qualquer momento mediante alteração da matriz curricular.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **07 de Março de 2022 e término em 23 de Dezembro de 2022.**

PARAGRAFO ÚNICO: O presente contrato poderá ser prorrogado por igual período sem exceder 02 (dois) anos de vinculo, de acordo com o interesse e justificativa da Secretaria Municipal de Educação.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de **R$ 1.450,80 (Mil Quatrocentos e Cinquenta e oitenta centavos) mensais.**

DOS SERVIÇOS O CONTRATADO

Cláusula 4ª Responsabilizar-se a, integramente, pelo que forem demandados pela CONTRATANTE, em conformidade com a normatização pertinente, cronogramas de aulas, materiais didáticos necessários (aulas práticas e teóricas).

DA FORMA DE PAGAMENTO

Cláusula 5ª Os pagamentos referentes às horas/aulas ministradas serão realizados mensalmente após de acordo com a folha de frequência.

DO ACOMPANHAMENTO E DA EXECUÇAO DO CONTRATO

Cláusula 6ª A gestora da unidade anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto do presente contrato, determinado o que for necessário a regularização das faltas, reposições e ou adequações necessárias para o cumprimento dos dias letivos.

DA DOTAÇAO ORÇAMENTARIA

Cláusula 7ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta da seguinte dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Educação:

Cód. Órgão	**Cód.** Unid. Orçamentaria	**Cód.** Função	**Cód.** Sub função	**Cód.** Programa	**Núm.** Projeto-atividade	**Cód.** Da categ. Econômica	**Cód.** Do grupo de natureza de despesa	**Cód.** da modalidade de aplicação	**Cód.** Elem. de despesa	**Cód.** Sub elemento de despesa	**Cód.** ID de uso e destinação de recurso	**Cód.** Grupo de destinação de recurso	**Cód.** da especificação da destinação de recurso	**Unid.** Orçamentaria
06	003	12	361	1004	2057	3	1	90	04	00	0	1	540	066009

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATANTE

Cláusula 8ª Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Aprovar o(s) projeto(s) pedagógico(s) a serem executados na unidade escolar; b) Comunicar ao CONTRATADO toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do CONTRATO; c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO; d) Propiciar recursos para que o CONTRATADO possa desempenhar seus serviços dentro das normas; e) Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento; f) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, na forma convencionada neste;

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATADA

Cláusula 9ª A contratado obriga-se, ainda:

a) Ser assíduo e comprometido com que é proposto pela Educação Municipal;

b) Realizar o controle da frequência e do desempenho escolar dos alunos;

c) Cumprir a carga horaria semanal estabelecida para a função na qual foi selecionado, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato, sob pena de rescisão contratual;

d) Apresentar documentação mensal relativa à execução de suas atividades ao gestor da unidade, para efeito de comprovação de assiduidade;

e) Estar ciente de que poderá ser convocado a qualquer momento a participar de reuniões em caráter administrativo e pedagógico, solicitada pela coordenação escolar ou geral;

f) Requerer expressamente, **com antecedência mínima de 30 (trinta) dias** ao gestor da instituição de ensino, o interesse em rescindir o contrato;

g) Zelar pelo patrimônio público, desde a estrutura física, a identidade e os valores institucionais;

h) Entregar planejamento anual antes do início das aulas, o qual poderá ser solicitado pela Coordenação escolar e pela Coordenação Pedagógica da Secretaria Municipal de Educaçãosua alteração e/ou adequação;

i) Planejar as aulas e atividades didáticas e ministra-las seguindo as orientações do projeto político pedagógico da unidade, bem como do material didático;

j) Adequar aprendizagem dos alunos as necessidades especificas do público-alvo;

k) Elaborar o conteúdo programático adequando conteúdo, aulas, materiais didáticos, mídias e bibliografia as necessidades dos alunos da unidade escolar;

l) Registrar diariamente em tempo real e em sistema próprio a frequência dos alunos;

m) Avaliar e registrar o desempenho dos alunos;

n) Manter as planilhas diárias atualizadas, e apresenta-las sempre que solicitado pelo coordenador pedagógico e ou coordenação geral da Secretaria Municipal de Educação;

o) Entregar toda documentação a secretaria escolar dentro do prazo exigido após a finalização do bimestre;

p) Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados;

q) Comunicar imediatamente o Coordenador pedagógico escolar a ausência do aluno 2 (dois) dias consecutivos sem justificativa;

r) Arcar com todo ônus relativo ao seu deslocamento, hospedagem, alimentação e demais custos que advenham da sua permanecia no local de trabalho**;**

s) A abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretara em rescisão contratual;

t) Justificar ao coordenador ou diretor da unidade escolar, através de documento a falta que vier a ocorrer, assim como a data da reposição do dia letivo.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Cláusula 10ª Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato ou avaliação que comprove a não cumprimento das atribuições inerentes à função para a qual foi contratado o profissional, será aplicada a sansão prevista no ordenamento jurídico;

Cláusula 11ª Este contrato por prazo determinado vincula-se ao regime geral de providencia Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto;

DA RESCISÃO

Cláusula 12ª A inexecução total ou parcial do objeto deste CONTRATO ou resultado não favorável na avalição de desempenho do profissional enseja na sua rescisão de forma unilateral;

Cláusula 13ª *O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.*

Cláusula 14ª Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Cláusula 15ª Fica eleito o Foro da comarca de Cáceres para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste contrato.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 09 de Março de 2022

_____

CONTRATADO (A)

_____

LIAMARA RODRIGUES DA SILVA

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
CONTRATO Nº 011/2022 – SMED POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2021

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, **LIAMARA RODRIGUES DA SILVA** de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e o (a) senhor (a), **CATIA CILENE RIBEIRO DA SILVA,** brasileiro (a) residente e domiciliado (a) na Rua Dos Operários S/N, Bairro Centro, Município de Cáceres MT, portador (a) do RG Nº 0700268-8 SSP-MT e CPF n.º 474.616.831-87, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público do (a) senhor (a) **CATIA CILENE RIBEIRO DA SILVA,** no cargo de Auxiliar de desenvolvimento infantil, para exercer suas funções na Escola Prof. Eduardo Benevides Lindote, com **carga horária de trabalho de 40(Quarenta horas) semanais**, período Matutino e vespertino, a contratação justifica-se e encontra amparo legal no inciso IX do caput do art.37 da Constituição Federal, garantindo o direito dos 200 (duzentos) dias letivos conforme o calendário escolar.

Parágrafo único A carga horária do contrato poderá ser reduzida a qualquer momento mediante alteração da matriz curricular.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **24 de Fevereiro de 2022 e término em 23 de Dezembro de 2022.**

PARAGRAFO ÚNICO: O presente contrato poderá ser prorrogado por igual período sem exceder 02 (dois) anos de vinculo, de acordo com o interesse e justificativa da Secretaria Municipal de Educação.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de **R$ 1.450,80 (Mil Quatrocentos e Cinquenta e oitenta centavos) mensais.**

DOS SERVIÇOS O CONTRATADO

Cláusula 4ª Responsabilizar-se a, integramente, pelo que forem demandados pela CONTRATANTE, em conformidade com a normatização pertinente, cronogramas de aulas, materiais didáticos necessários (aulas práticas e teóricas).

DA FORMA DE PAGAMENTO

Cláusula 5ª Os pagamentos referentes às horas/aulas ministradas serão realizados mensalmente após de acordo com a folha de frequência.

DO ACOMPANHAMENTO E DA EXECUÇAO DO CONTRATO

Cláusula 6ª A gestora da unidade anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto do presente contrato, determinado o que for necessário a regularização das faltas, reposições e ou adequações necessárias para o cumprimento dos dias letivos.

DA DOTAÇAO ORÇAMENTARIA

Cláusula 7ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta da seguinte dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Educação:

Cód. Órgão	**Cód.** Unid. Orçamentaria	**Cód.** Função	**Cód.** Sub função	**Cód.** Programa	**Núm.** Projeto-atividade	**Cód.** Da categ. Econômica	**Cód.** Do grupo de natureza de despesa	**Cód.** da modalidade de aplicação	**Cód.** Elem. de despesa	**Cód.** Sub elemento de despesa	**Cód.** ID de uso e destinação de recurso	**Cód.** Grupo de destinação de recurso	**Cód.** da especificação da destinação de recurso	**Unid.** Orçamentaria
06	003	12	361	1004	2057	3	1	90	04	00	0	1	540	066009

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATANTE

Cláusula 8ª Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Aprovar o(s) projeto(s) pedagógico(s) a serem executados na unidade escolar; b) Comunicar ao CONTRATADO toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do CONTRATO; c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO; d) Propiciar recursos para que o CONTRATADO possa desempenhar seus serviços dentro das normas; e) Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento; f) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, na forma convencionada neste;

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATADA

Cláusula 9ª A contratado obriga-se, ainda:

a) Ser assíduo e comprometido com que é proposto pela Educação Municipal;

b) Realizar o controle da frequência e do desempenho escolar dos alunos;

c) Cumprir a carga horaria semanal estabelecida para a função na qual foi selecionado, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato, sob pena de rescisão contratual;

d) Apresentar documentação mensal relativa à execução de suas atividades ao gestor da unidade, para efeito de comprovação de assiduidade;

e) Estar ciente de que poderá ser convocado a qualquer momento a participar de reuniões em caráter administrativo e pedagógico, solicitada pela coordenação escolar ou geral;

f) Requerer expressamente, **com antecedência mínima de 30 (trinta) dias** ao gestor da instituição de ensino, o interesse em rescindir o contrato;

g) Zelar pelo patrimônio público, desde a estrutura física, a identidade e os valores institucionais;

h) Entregar planejamento anual antes do início das aulas, o qual poderá ser solicitado pela Coordenação escolar e pela Coordenação Pedagógica da Secretaria Municipal de Educaçãosua alteração e/ou adequação;

i) Planejar as aulas e atividades didáticas e ministra-las seguindo as orientações do projeto político pedagógico da unidade, bem como do material didático;

j) Adequar aprendizagem dos alunos as necessidades especificas do público-alvo;

k) Elaborar o conteúdo programático adequando conteúdo, aulas, materiais didáticos, mídias e bibliografia as necessidades dos alunos da unidade escolar;

l) Registrar diariamente em tempo real e em sistema próprio a frequência dos alunos;

m) Avaliar e registrar o desempenho dos alunos;

n) Manter as planilhas diárias atualizadas, e apresenta-las sempre que solicitado pelo coordenador pedagógico e ou coordenação geral da Secretaria Municipal de Educação;

o) Entregar toda documentação a secretaria escolar dentro do prazo exigido após a finalização do bimestre;

p) Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados;

q) Comunicar imediatamente o Coordenador pedagógico escolar a ausência do aluno 2 (dois) dias consecutivos sem justificativa;

r) Arcar com todo ônus relativo ao seu deslocamento, hospedagem, alimentação e demais custos que advenham da sua permanecia no local de trabalho**;**

s) A abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretara em rescisão contratual;

t) Justificar ao coordenador ou diretor da unidade escolar, através de documento a falta que vier a ocorrer, assim como a data da reposição do dia letivo.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Cláusula 10ª Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato ou avaliação que comprove a não cumprimento das atribuições inerentes à função para a qual foi contratado o profissional, será aplicada a sansão prevista no ordenamento jurídico;

Cláusula 11ª Este contrato por prazo determinado vincula-se ao regime geral de providencia Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto;

DA RESCISÃO

Cláusula 12ª A inexecução total ou parcial do objeto deste CONTRATO ou resultado não favorável na avalição de desempenho do profissional enseja na sua rescisão de forma unilateral;

Cláusula 13ª *O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.*

Cláusula 14ª Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Cláusula 15ª Fica eleito o Foro da comarca de Cáceres para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste contrato.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 04 Março de 2022

_____

CONTRATADO (A)

_____

LIAMARA RODRIGUES DA SILVA

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
CONTRATO Nº 036/2022 – SMED POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFIFICADO 001/2021

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, **LIAMARA RODRIGUES DA SILVA** de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e o (a) senhor (a), **ISTAINING WILCIESLAINE BARBOSA TEIXEIRA,** brasileiro (a) residente e domiciliado (a) na Rua Da Pedagogia, Nº 15, Bairro Jardim Universitário, Município de Cáceres MT, portador (a) do RG Nº 2191887-2 SSP-MT e CPF Nº 043.389.681-76, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público do (a) senhor (a) **ISTAINING WILCIESLAINE BARBOSA TEIXEIRA,** no cargo de Professor (a) Licenciado (a) em Pedagogia, para exercer suas funções na Escola Municipal Brincando e Aprendendo, com **carga horária de trabalho de 20(Vinte) horas semanais**, na turma Creche II

integral, em substituição a Professora Mariliza Tavares Filgueira, garantindo o direito dos 200 (duzentos) dias letivos conforme o calendário escolar.

Parágrafo único A carga horária do contrato poderá ser reduzida a qualquer momento mediante alteração da matriz curricular.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **24 de Fevereiro de 2022 e término em 23 de Dezembro de 2022.**

PARAGRAFO ÚNICO: O presente contrato poderá ser prorrogado por igual período sem exceder 02 (dois) anos de vinculo, de acordo com o interesse e justificativa da Secretaria Municipal de Educação.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de **R$ 2.475,26 (Dois mil quatrocentos e setenta cinco e vinte seis centavos) mensais.**

DOS SERVIÇOS O CONTRATADO

Cláusula 4ª Responsabilizar-se a, integramente, pelo que forem demandados pela CONTRATANTE, em conformidade com a normatização pertinente, cronogramas de aulas, materiais didáticos necessários (aulas práticas e teóricas).

DA FORMA DE PAGAMENTO

Cláusula 5ª Os pagamentos referentes às horas/aulas ministradas serão realizados mensalmente após de acordo com a folha de frequência.

DO ACOMPANHAMENTO E DA EXECUÇAO DO CONTRATO

Cláusula 6ª A gestora da unidade anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto do presente contrato, determinado o que for necessário a regularização das faltas, reposições e ou adequações necessárias para o cumprimento dos dias letivos.

DA DOTAÇAO ORÇAMENTARIA

Cláusula 7ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta da seguinte dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Educação:

Cód. Órgão	**Cód**. Unid. Orçamentaria	**Cód.** Função	**Cód.** Sub função	**Cód.** Programa	**Núm**. Projeto-atividade	**Cód.** Da categ. Econômica	**Cód.** Do grupo de natureza de despesa	**Cód.** da modalidade de aplicação	**Cód.** Elem. de despesa	**Cód.** Sub elemento de despesa	**Cód.** ID de uso e destinação de recurso	**Cód.** Grupo de destinação de recurso	**Cód.** da especificação da destinação de recurso	**Unid.** Orçamentaria
06	003	12	365	1004	2059	3	1	90	04	00	0	1	540	066006

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATANTE

Cláusula 8ª Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Aprovar o(s) projeto(s) pedagógico(s) a serem executados na unidade escolar; b) Comunicar ao CONTRATADO toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do CONTRATO; c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO; d) Propiciar recursos para que o CONTRATADO possa desempenhar seus serviços dentro das normas; e) Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento; f) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, na forma convencionada neste;

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATADA

Cláusula 9ª A contratado obriga-se, ainda:

a) Ser assíduo e comprometido com que é proposto pela Educação Municipal;

b) Realizar o controle da frequência e do desempenho escolar dos alunos;

c) Cumprir a carga horaria semanal estabelecida para a função na qual foi selecionado, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato, sob pena de rescisão contratual;

d) Apresentar documentação mensal relativa à execução de suas atividades ao gestor da unidade, para efeito de comprovação de assiduidade;

e) Estar ciente de que poderá ser convocado a qualquer momento a participar de reuniões em caráter administrativo e pedagógico, solicitada pela coordenação escolar ou geral;

f) Requerer expressamente, **com antecedência mínima de 30 (trinta) dias** ao gestor da instituição de ensino, o interesse em rescindir o contrato;

g) Zelar pelo patrimônio público, desde a estrutura física, a identidade e os valores institucionais;

h) Entregar planejamento anual antes do início das aulas, o qual poderá ser solicitado pela Coordenação escolar e pela Coordenação Pedagógica da Secretaria Municipal de Educaçãosua alteração e/ou adequação;

i) Planejar as aulas e atividades didáticas e ministra-las seguindo as orientações do projeto político pedagógico da unidade, bem como do material didático;

j) Adequar aprendizagem dos alunos as necessidades especificas do público-alvo;

k) Elaborar o conteúdo programático adequando conteúdo, aulas, materiais didáticos, mídias e bibliografia as necessidades dos alunos da unidade escolar;

l) Registrar diariamente em tempo real e em sistema próprio a frequência dos alunos;

m) Avaliar e registrar o desempenho dos alunos;

n) Manter as planilhas diárias atualizadas, e apresenta-las sempre que solicitado pelo coordenador pedagógico e ou coordenação geral da Secretaria Municipal de Educação;

o) Entregar toda documentação a secretaria escolar dentro do prazo exigido após a finalização do bimestre;

p) Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados;

q) Comunicar imediatamente o Coordenador pedagógico escolar a ausência do aluno 2 (dois) dias consecutivos sem justificativa;

r) Arcar com todo ônus relativo ao seu deslocamento, hospedagem, alimentação e demais custos que advenham da sua permanecia no local de trabalho**;**

s) A abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretara em rescisão contratual;

t) Justificar ao coordenador ou diretor da unidade escolar, através de documento a falta que vier a ocorrer, assim como a data da reposição do dia letivo.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Cláusula 10ª Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato ou avaliação que comprove a não cumprimento das atribuições inerentes à função para a qual foi contratado o profissional, será aplicada a sansão prevista no ordenamento jurídico;

Cláusula 11ª Este contrato por prazo determinado vincula-se ao regime geral de providencia Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto;

DA RESCISÃO

Cláusula 12ª A inexecução total ou parcial do objeto deste CONTRATO ou resultado não favorável na avalição de desempenho do profissional enseja na sua rescisão de forma unilateral;

Cláusula 13ª *O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.*

Cláusula 14ª Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Cláusula 15ª Fica eleito o Foro da comarca de Cáceres para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste contrato.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 04 de Março de 2022

_____

CONTRATADO (A)

_____

LIAMARA RODRIGUES DA SILVA

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
PAUTA DE JULGAMENTO - CONSELHO DE CONTRIBUINTES DE CÁCERES - MARÇO 2022

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DE CÁCERES

PAUTA DE JULGAMENTO

A presidente do Conselho de Contribuintes de Cáceres, no uso de suas atribuições, conferidas pelo Decreto nº. 144 de 30 de março de 2020, e pelo Decreto nº. 253 de 07 de maio de 2020;

Considerando o estabelecido pelo Artigo 41, Seção V do Decreto nº. 144 de 30 de março de 2020;

Torna pública a pauta de julgamento de processos para a sessão do Conselho de Contribuintes de Cáceres, que ocorrerá por videoconferência, conforme calendário abaixo:

DATA E HORA		**LINK DE ACESSO**
17/03 – 17:30		122ª SESSÃO DO CONSELHO DE CONTRIBUINTES https://meet.google.com/tcv-qkac-fpm
PROCESSO	**REQUERENTE**	**CONSELHEIRO RELATOR**
5002/2021	Cáceres Transportes	Tiago Ruas Ferreira
DATA E HORA		**LINK DE ACESSO**
21/03 – 17:30		123ª SESSÃO DO CONSELHO DE CONTRIBUINTES https://meet.google.com/mjg-nrog-vkv
PROCESSO	**REQUERENTE**	**CONSELHEIRO RELATOR**
22192/2021	Rogério de Oliveira Costa	Victor
20403/2021	Marcia Palmiro da Silva e Lima	Eliana da Silva Carvalho Duarte
DATA E HORA		**LINK DE ACESSO**
24/03 – 17:30		124ª SESSÃO DO CONSELHO DE CONTRIBUINTES https://meet.google.com/spa-mjmu-hzx
PROCESSO	**REQUERENTE**	**CONSELHEIRO RELATOR**
19084/2021	Clinica Veterinária Panvet	Nycollas Fernandes Almeida
3233/2022	Mendes de Oliveira & CIA LTDA	Ledson Glauco Monteiro Catelan
DATA E HORA		**LINK DE ACESSO**
28/03 – 17:30		125ª SESSÃO DO CONSELHO DE CONTRIBUINTES https://meet.google.com/dcx-iedi-uxn
PROCESSO	**REQUERENTE**	**CONSELHEIRO RELATOR**
10341/2019	André Augusto da Costa Marques Neves	Victor Luiz Martins de Almeida
DIVERSOS	Rosanir Catarian Hubner	Antonio Carlos Leite

Conforme parágrafo 2º do Artigo 42 do Decreto nº. 144 de 30 de março de 2020, que institui o Conselho de Contribuintes de Cáceres, poderá a parte interessada requerer o tempo de 15 (quinze) minutos para sustentação oral de seus argumentos, desde que solicitado com o prazo de 48 (quarenta e oito) horas a contar da presente publicação.

Informações complementares, bem como pedidos de participação e/ou sustentação oral poderão ser feitas diretamente no processo eletrônico via plataforma 1Doc da Prefeitura de Cáceres ou por e-mail via conselhomunicipaldecontribuintes@caceres.mt.gov.br.

Cáceres, 07 de março de 2022

ELIANA DA SILVA CARVALHO DUARTE

Presidente

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CÁCERES
DECRETO Nº 161 DE 16 DE MARÇO DE 2022

A PREFEITA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 74, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Memorando sob nº 9.419, de 16 de Março de 2022;

DECRETA:

Art.1º Fica concedido à servidora JEANNINE RIVERO CASTEDO MEDICO(A) PLANTONISTA**,**lotada na Secretaria Municipal de Saúde, 180 (cento e oitenta) dias de Licença Maternidade, nos termos da Lei Complementar nº 25, de 27 de novembro de 1997, pelo período de 17 de março de 2022 a 12 de setembro de 2022.

Art.2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 16 de março de 2022.

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS

Prefeita Municipal de Cáceres

ELIS FERNANDA DE MELO SILVA

Secretária Municipal Interina de Saúde

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
CONTRATO Nº 062/2022 – SMED POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFIFICADO 001/2021

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, **LIAMARA RODRIGUES DA SILVA** de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e o (a) senhor (a), **ROSALI DA SILVA,** brasileiro (a) residente e domiciliado (a) na Rua Amazonas, S/N, Quadra 04, LT- 15 Bairro Vitória Régia no Município de Cáceres MT, portador (a) do RG Nº 0603196-0 SSP-MT e CPF Nº 523.125.181-04, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público do (a) senhor (a) **ROSALI DA SILVA,** no cargo de Professor (a) Licenciado (a) em Pedagogia, para exercer suas funções na Escola Municipal Vitória Régia, com **carga horária de trabalho de 20(Vinte) horas semanais**, na turma do Pré II no período Vespertino. A contratação justifica-se e encontra amparo no inciso IX do caput do art.37 da Constituição Federal. Garantindo o direito dos 200 (duzentos) dias letivos conforme o calendário escolar.

Parágrafo único A carga horária do contrato poderá ser reduzida a qualquer momento mediante alteração da matriz curricular.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **25 de Fevereiro de 2022 e término em 23 de Dezembro de 2022.**

PARAGRAFO ÚNICO: O presente contrato poderá ser prorrogado por igual período sem exceder 02 (dois) anos de vinculo, de acordo com o interesse e justificativa da Secretaria Municipal de Educação.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de **R$ 2.475,26 (Dois mil quatrocentos e setenta e cinco reais e vinte e seis centavos) mensais.**

DOS SERVIÇOS O CONTRATADO

Cláusula 4ª Responsabilizar-se a, integramente, pelo que forem demandados pela CONTRATANTE, em conformidade com a normatização pertinente, cronogramas de aulas, materiais didáticos necessários (aulas práticas e teóricas).

DA FORMA DE PAGAMENTO

Cláusula 5ª Os pagamentos referentes às horas/aulas ministradas serão efetuados mensalmente após de acordo com a folha de frequência.

DO ACOMPANHAMENTO E DA EXECUÇAO DO CONTRATO

Cláusula 6ª A gestora da unidade anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto do presente contrato, determinado o que for necessário a regularização das faltas, reposições e ou adequações necessárias para o cumprimento dos dias letivos.

DA DOTAÇAO ORÇAMENTARIA

Cláusula 7ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta da seguinte dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Educação:

Cód. Órgão	**Cód**. Unid. Orçamentaria	**Cód.** Função	**Cód.** Sub função	**Cód.** Programa	**Núm**. Projeto-atividade	**Cód.** Da categ. Econômica	**Cód.** Do grupo de natureza de despesa	**Cód.** da modalidade de aplicação	**Cód.** Elem. de despesa	**Cód.** Sub elemento de despesa	**Cód.** ID de uso e destinação de recurso	**Cód.** Grupo de destinação de recurso	**Cód.** da especificação da destinação de recurso	**Unid.** Orçamentaria
06	003	12	361	1004	2057	3	1	90	04	00	0	1	540	066009

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATANTE

Cláusula 8ª Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Aprovar o(s) projeto(s) pedagógico(s) a serem executados na unidade escolar; b) Comunicar ao CONTRATADO toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do CONTRATO; c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO; d) Propiciar recursos para que o CONTRATADO possa desempenhar seus serviços dentro das normas; e) Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento; f) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, na forma convencionada neste;

DAS OBRIGAÇOES DO CONTRATADO

Cláusula 9ª O contratado obriga-se, ainda:

a) Ser assíduo e comprometido com que é proposto pela Educação Municipal;

b) Realizar o controle da frequência e do desempenho escolar dos alunos;

c) Cumprir a carga horaria semanal estabelecida para a função na qual foi selecionado, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato, sob pena de rescisão contratual;

d) Apresentar documentação mensal relativa à execução de suas atividades ao gestor da unidade, para efeito de comprovação de assiduidade;

e) Estar ciente de que poderá ser convocado a qualquer momento a participar de reuniões em caráter administrativo e pedagógico, solicitada pela coordenação escolar ou geral;

f) Requerer expressamente, **com antecedência mínima de 30 (trinta) dias** ao gestor da instituição de ensino, o interesse em rescindir o contrato;

g) Zelar pelo patrimônio público, desde a estrutura física, a identidade e os valores institucionais;

h) Entregar planejamento anual antes do início das aulas, o qual poderá ser solicitado pela Coordenação escolar e pela Coordenação Pedagógica da Secretaria Municipal de Educaçãosua alteração e/ou adequação;

i) Planejar as aulas e atividades didáticas e ministrá-las seguindo as orientações do Projeto Político Pedagógico da Unidade Escolar, bem como do material didático;

j) Adequar aprendizagem dos alunos as necessidades especificas do público-alvo;

k) Elaborar o conteúdo programático adequando conteúdo, aulas, materiais didáticos, mídias e bibliografia as necessidades dos alunos da unidade escolar;

l) Registrar diariamente em tempo real e em sistema próprio a frequência dos alunos;

m) Avaliar e registrar o desempenho dos alunos;

n) Manter as planilhas diárias atualizadas, e apresentá-las sempre que solicitado pelo Coordenador Pedagógico e ou coordenação geral da Secretaria Municipal de Educação;

o) Entregar toda documentação a secretaria escolar dentro do prazo exigido após a finalização do bimestre;

p) Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados;

q) Comunicar imediatamente o Coordenador Pedagógico escolar a ausência do aluno 2 (dois) dias consecutivos sem justificativa;

r) Arcar com todo ônus relativo ao seu deslocamento, hospedagem, alimentação e demais custos que advenham da sua permanência no local de trabalho**;**

s) A abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual;

t) Justificar ao Coordenador ou Diretor da Unidade Escolar, através de documento a falta que vier a ocorrer, assim como a data da reposição do dia letivo.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Cláusula 10ª Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato ou avaliação que comprove o não cumprimento das atribuições inerentes à função para a qual foi contratado o profissional, será aplicada a sansão prevista no ordenamento jurídico;

Cláusula 11ª Este contrato por prazo determinado, em caráter emergencial, vincula-se ao Regime Geral de Providência Social – INSS para o qual o Contratado contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto;

DA RESCISÃO

Cláusula 12ª A inexecução total ou parcial do objeto deste CONTRATO ou resultado não favorável na avalição de desempenho do profissional enseja na sua rescisão de forma unilateral;

Cláusula 13ª *O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.*

Cláusula 14ª Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Cláusula 15ª Fica eleito o Foro da comarca de Cáceres para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste contrato.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 07 de Março de 2022

_____

CONTRATADO (A)

_____

LIAMARA RODRIGUES DA SILVA

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CÁCERES
DECRETO Nº. 157 DE 16 DE MARÇO DE 2022.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e:

CONSIDERANDO o que consta do Processo submetido ao Memorando sob nº. 8.010, de 10 de março de 2022;

DECRETA:

Art.1º Nomear a senhora **JOICY MACHADO DO ROSÁRIO CORRÊA**, para o cargo em comissão de Gerência de Gestão do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, da Secretaria de Assistência Social do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, com efeitos a partir de 08 de março de 2022.

Art.2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 16 de março de 2022.

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS

Prefeita Municipal de Cáceres

FABÍOLA CAMPOS LUCAS

Secretária Municipal Interina de Assistência Social

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CÁCERES
DECRETO Nº. 158 DE 16 DE MARÇO DE 2022.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 74, Inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o que consta submetido ao Memorando sob nº 9.110 de 14 de março de 2022;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a senhora **INGRID LEITE DE OLIVEIRA**, para exercer o cargo em comissão de Gerência de Controle de Transporte, da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística, do município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, em substituição ao servidor Alex de Paula Santos, que se encontra em férias, no período de 14 de março a 04 de Abril de 2022.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 16 de março de 2022.

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS

Prefeita Municipal de Cáceres

WESLEY DE SOUSA LOPES

Secretário Municipal de Infraestrutura e Logística.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CÁCERES
DECRETO Nº 160 DE 16 DE MARÇO DE 2022

A PREFEITA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e:

CONSIDERANDO o que consta no Memorando nº 9.499, de 16 de março de 2022.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a servidora **LUZINETE JESUS DE OLIVEIRA TOLOMEU**, para responder pela direção Escolar do Núcleo Paiol: EM Paulo Freire e EM Limoeiro. com efeitos a partir de 15 de março de 2022.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 16 de março de 2022.

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS

Prefeita Municipal de Cáceres

LIAMARA RODRIGUES DA SILVA

Secretária Municipal de Educação

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
CONTRATO Nº 050/2022 – SMED POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2021

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, **LIAMARA RODRIGUES DA SILVA** de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e o (a) senhor (a), **AMBROSINA MARCIA ALMEIDA PESSOA ,** brasileiro (a) residente e domiciliado (a) na Rua Micaela Atala, N/S, Bairro Jardim do Trevo, Município de Cáceres MT, portador (a) do RG Nº 1109540-7 SSP-MT e CPF Nº 940.383.091.091-34, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público do (a) senhor (a) **AMBROSINA MARCIA ALMEIDA PESSOA ,**no cargo de Professor (a) Licenciado (a) em Pedagogia, para exercer suas funções na Escola Municipal Garcês, com **carga horária de trabalho de 20(Vinte) horas semanais**, na turma Creche III Vespertino, seu chamamento se justifica e encontra amparo no inciso IX do caput do art. 37 da Constituição Federal, garantindo o direito dos 200 (duzentos) dias letivos conforme o calendário escolar.

Parágrafo único A carga horária do contrato poderá ser reduzida a qualquer momento mediante alteração da matriz curricular.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **03 de Março de 2022 e término em 23 de Dezembro de 2022.**

PARAGRAFO ÚNICO: O presente contrato poderá ser prorrogado por igual período sem exceder 02 (dois) anos de vinculo, de acordo com o interesse e justificativa da Secretaria Municipal de Educação.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de **R$ 2.475,26 (Dois mil quatrocentos e setenta cinco e vinte seis centavos) mensais.**

DOS SERVIÇOS O CONTRATADO

Cláusula 4ª Responsabilizar-se a, integramente, pelo que forem demandados pela CONTRATANTE, em conformidade com a normatização pertinente, cronogramas de aulas, materiais didáticos necessários (aulas práticas e teóricas).

DA FORMA DE PAGAMENTO

Cláusula 5ª Os pagamentos referentes às horas/aulas ministradas serão realizados mensalmente após de acordo com a folha de frequência.

DO ACOMPANHAMENTO E DA EXECUÇAO DO CONTRATO

Cláusula 6ª A gestora da unidade anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto do presente contrato, determinado o que for necessário a regularização das faltas, reposições e ou adequações necessárias para o cumprimento dos dias letivos.

DA DOTAÇAO ORÇAMENTARIA

Cláusula 7ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta da seguinte dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Educação:

Cód. Órgão	**Cód.** Unid. Orçamentaria	**Cód.** Função	**Cód.** Sub função	**Cód.** Programa	**Núm.** Projeto-atividade	**Cód.** Da categ. Econômica	**Cód.** Do grupo de natureza de despesa	**Cód.** da modalidade de aplicação	**Cód.** Elem. de despesa	**Cód.** Sub elemento de despesa	**Cód.** ID de uso e destinação de recurso	**Cód.** Grupo de destinação de recurso	**Cód.** da especificação da destinação de recurso	**Unid.** Orçamentaria
06	003	12	365	1004	2059	3	1	90	04	00	0	1	540	066006

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATANTE

Cláusula 8ª Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Aprovar o(s) projeto(s) pedagógico(s) a serem executados na unidade escolar; b) Comunicar ao CONTRATADO toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do CONTRATO; c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO; d) Propiciar recursos para que o CONTRATADO possa desempenhar seus serviços dentro das normas; e) Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento; f) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, na forma convencionada neste;

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATADA

Cláusula 9ª A contratado obriga-se, ainda:

a) Ser assíduo e comprometido com que é proposto pela Educação Municipal;

b) Realizar o controle da frequência e do desempenho escolar dos alunos;

c) Cumprir a carga horaria semanal estabelecida para a função na qual foi selecionado, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato, sob pena de rescisão contratual;

d) Apresentar documentação mensal relativa à execução de suas atividades ao gestor da unidade, para efeito de comprovação de assiduidade;

e) Estar ciente de que poderá ser convocado a qualquer momento a participar de reuniões em caráter administrativo e pedagógico, solicitada pela coordenação escolar ou geral;

f) Requerer expressamente, **com antecedência mínima de 30 (trinta) dias** ao gestor da instituição de ensino, o interesse em rescindir o contrato;

g) Zelar pelo patrimônio público, desde a estrutura física, a identidade e os valores institucionais;

h) Entregar planejamento anual antes do início das aulas, o qual poderá ser solicitado pela Coordenação escolar e pela Coordenação Pedagógica da Secretaria Municipal de Educaçãosua alteração e/ou adequação;

i) Planejar as aulas e atividades didáticas e ministra-las seguindo as orientações do projeto político pedagógico da unidade, bem como do material didático;

j) Adequar aprendizagem dos alunos as necessidades especificas do público-alvo;

k) Elaborar o conteúdo programático adequando conteúdo, aulas, materiais didáticos, mídias e bibliografia as necessidades dos alunos da unidade escolar;

l) Registrar diariamente em tempo real e em sistema próprio a frequência dos alunos;

m) Avaliar e registrar o desempenho dos alunos;

n) Manter as planilhas diárias atualizadas, e apresenta-las sempre que solicitado pelo coordenador pedagógico e ou coordenação geral da Secretaria Municipal de Educação;

o) Entregar toda documentação a secretaria escolar dentro do prazo exigido após a finalização do bimestre;

p) Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados;

q) Comunicar imediatamente o Coordenador pedagógico escolar a ausência do aluno 2 (dois) dias consecutivos sem justificativa;

r) Arcar com todo ônus relativo ao seu deslocamento, hospedagem, alimentação e demais custos que advenham da sua permanecia no local de trabalho**;**

s) A abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretara em rescisão contratual;

t) Justificar ao coordenador ou diretor da unidade escolar, através de documento a falta que vier a ocorrer, assim como a data da reposição do dia letivo.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Cláusula 10ª Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato ou avaliação que comprove a não cumprimento das atribuições inerentes à função para a qual foi contratado o profissional, será aplicada a sansão prevista no ordenamento jurídico;

Cláusula 11ª Este contrato por prazo determinado vincula-se ao regime geral de providencia Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto;

DA RESCISÃO

Cláusula 12ª A inexecução total ou parcial do objeto deste CONTRATO ou resultado não favorável na avalição de desempenho do profissional enseja na sua rescisão de forma unilateral;

Cláusula 13ª *O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.*

Cláusula 14ª Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Cláusula 15ª Fica eleito o Foro da comarca de Cáceres para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste contrato.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 07 de Março de 2022

_____

CONTRATADO (A)

_____

LIAMARA RODRIGUES DA SILVA

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE EDITAL – CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº01/2022

O MUNICÍPIO DE CÁCERES, Estado de Mato Grosso por intermédio da Comissão Permanente de Licitação – CPL torna público, a realização de licitação na modalidade CONCORRÊNCIA PÚBLICA, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE objetivando a contratação de empresa especializada em engenharia visando execução e obras de Pavimentação tipo TSD - Tratamento Superficial Duplo e capa selante, drenagem, sinalização e passeio público, nas ruas Tuiuiús, Anhumas e Travessa da Luz, Ruas Avestruz, Guaíra, dos Passos, dos Duarte (bairro São Luiz da Ponte) e Ruas Flamengo, Botafogo e Travessa Fluminense (bairro Santa Cruz) e Ruas A, B e Avenida Brasil, bairro Santa Isabel, no Município de Cáceres, de acordo com, Projeto executivo de engenharia, Especificações Técnicas, Planilha Orçamentária, BDI, Cronograma Físico-Financeiro, Memória de Cálculo, Composição de Preços, e pelas condições estabelecidas neste Termo de Referência; adotando o regime de empreitada por preço global por lote.

Estimativa total do Valor do LOTE 01:R$ 269.058,12 **(Recurso Convênio) – Contrato de Repasse n.º 829586/2016/MDR/CAIXA, R$ 399.023,87** (Contrapartida do Município) estimando o valor total conveniado em R$ 668.081,99**.** A esse lote deve ser acrescido mais o valor de R$ 95.798,43 (recurso próprio) proveniente de refazimento de serviços e/ou complementações não previstas no orçamento inicial, totalizando o ***VALOR ESTIMADO TOTAL DESSE LOTE EM R$ 763.880,42*** **(setecentos e sessenta e três mil, oitocentos e oitenta reais e quarenta e dois centavos)**.

Estimativa total do Valor do LOTE 02 - R$ 295.247,56 (Recurso Convênio) – Contrato de Repasse n.º 840644/2016/MDR/CAIXA, R$ 441.251,27 (Contrapartida do Município) estimando o valor total conveniado em R$ 736.498,83**.** A esse lote deve ser acrescido mais o valor de R$ 63.314,68 (recurso próprio) proveniente de refazimento de serviços e/ou complementações não previstas no orçamento inicial, totalizando o ***VALOR ESTIMADO TOTAL DESSE LOTE EM R$ 799.813,51*** **(setecentos e noventa e nove mil, oitocentos e treze reais e cinquenta e um centavos)**.

Estimativa total do Valor do LOTE 03 R$ 292.790,57 (Recurso Convênio) – Contrato de Repasse n.º 829945/2016/MDR/CAIXA, R$ 432.709,35 (Contrapartida do Município) estimando o valor total conveniado em R$ 725.499,92**.** A esse lote deve ser acrescido mais o valor de R$ 123.216,84 (recurso próprio) proveniente de refazimento de serviços e/ou complementações não previstas no orçamento inicial, totalizando o ***VALOR ESTIMADO TOTAL DESSE LOTE EM R$ 848.716,75*** **(oitocentos e quarenta e oito mil, setecentos e dezesseis reais e setenta e cinco centavos)**.

Realização: **25 de abril de 2022 às 08:00 horas, Horário de Cuiabá-MT**

Observação: O Edital e seus anexos poderão ser obtidos na Avenida Brasil nº 119 – C.O.C. – Jardim Celeste, CEP: 78210-906 - Cáceres-MT, ainda através do portal http://www.caceres.mt.gov.br ou pelo email: cpl.caceres@gmail.com As despesas oriundas com fotocópias e outros serviços ficam por conta da empresa solicitante.

Prefeitura de Cáceres, 18 de março de 2022.

ALICE DE FATIMA GONZAGA ARAUJO

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Portaria 484/2021

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
CONTRATO Nº 039/2022 – SMED POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFIFICADO 001/2021

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, **LIAMARA RODRIGUES DA SILVA** de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e o (a) senhor (a), **JULIETA ANTONIA DA SILVA,** brasileiro (a) residente e domiciliado (a) na Rua das Magnólias, Bairro Betel, S/N no Município de Cáceres MT, portador (a) do RG Nº 1382116-4 SSP-MT e CPF Nº 929.090.941-20, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público do (a) senhor (a) **JULIETA ANTONIA DA SILVA,** no cargo de Professor (a) Licenciado (a) em Pedagogia, para exercer suas funções na Escola Municipal Profª Erenice Simão Alvarenga, com **carga horária de trabalho de 20(Vinte) horas semanais**, na turma do Pré II no período vespertino, em substituição a professora Silvia Keles Garcia de Moura Roca que está na Coordenação Pedagógica da Unidade Escolar. Garantindo o direito dos 200 (duzentos) dias letivos conforme o calendário escolar.

Parágrafo único A carga horária do contrato poderá ser reduzida a qualquer momento mediante alteração da matriz curricular.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **24 de Fevereiro de 2022 e término em 23 de Dezembro de 2022.**

PARAGRAFO ÚNICO: O presente contrato poderá ser prorrogado por igual período sem exceder 02 (dois) anos de vinculo, de acordo com o interesse e justificativa da Secretaria Municipal de Educação.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de **R$ 2.475,26 (Dois mil quatrocentos e setenta cinco e vinte seis centavos) mensais.**

DOS SERVIÇOS O CONTRATADO

Cláusula 4ª Responsabilizar-se a, integramente, pelo que forem demandados pela CONTRATANTE, em conformidade com a normatização pertinente, cronogramas de aulas, materiais didáticos necessários (aulas práticas e teóricas).

DA FORMA DE PAGAMENTO

Cláusula 5ª Os pagamentos referentes às horas/aulas ministradas serão efetuados mensalmente após de acordo com a folha de frequência.

DO ACOMPANHAMENTO E DA EXECUÇAO DO CONTRATO

Cláusula 6ª A gestora da unidade anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto do presente contrato, determinado o que for necessário a regularização das faltas, reposições e ou adequações necessárias para o cumprimento dos dias letivos.

DA DOTAÇAO ORÇAMENTARIA

Cláusula 7ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta da seguinte dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Educação:

Cód. Órgão	**Cód.** Unid. Orçamentaria	**Cód.** Função	**Cód.** Sub função	**Cód.** Programa	**Núm.** Projeto-atividade	**Cód.** Da categ. Econômica	**Cód.** Do grupo de natureza de despesa	**Cód.** da modalidade de aplicação	**Cód.** Elem. de despesa	**Cód.** Sub elemento de despesa	**Cód.** ID de uso e destinação de recurso	**Cód.** Grupo de destinação de recurso	**Cód.** da especificação da destinação de recurso	**Unid.** Orçamentaria
06	003	12	361	1004	2057	3	1	90	04	00	0	1	540	066009

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATANTE

Cláusula 8ª Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Aprovar o(s) projeto(s) pedagógico(s) a serem executados na unidade escolar; b) Comunicar ao CONTRATADO toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do CONTRATO; c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO; d) Propiciar recursos para que o CONTRATADO possa desempenhar seus serviços dentro das normas; e) Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento; f) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, na forma convencionada neste;

DAS OBRIGAÇOES DO CONTRATADO

Cláusula 9ª O contratado obriga-se, ainda:

a) Ser assíduo e comprometido com que é proposto pela Educação Municipal;

b) Realizar o controle da frequência e do desempenho escolar dos alunos;

c) Cumprir a carga horaria semanal estabelecida para a função na qual foi selecionado, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato, sob pena de rescisão contratual;

d) Apresentar documentação mensal relativa à execução de suas atividades ao gestor da unidade, para efeito de comprovação de assiduidade;

e) Estar ciente de que poderá ser convocado a qualquer momento a participar de reuniões em caráter administrativo e pedagógico, solicitada pela coordenação escolar ou geral;

f) Requerer expressamente, **com antecedência mínima de 30 (trinta) dias** ao gestor da instituição de ensino, o interesse em rescindir o contrato;

g) Zelar pelo patrimônio público, desde a estrutura física, a identidade e os valores institucionais;

h) Entregar planejamento anual antes do início das aulas, o qual poderá ser solicitado pela Coordenação escolar e pela Coordenação Pedagógica da Secretaria Municipal de Educaçãosua alteração e/ou adequação;

i) Planejar as aulas e atividades didáticas e ministrá-las seguindo as orientações do Projeto Político Pedagógico da Unidade Escolar, bem como do material didático;

j) Adequar aprendizagem dos alunos as necessidades especificas do público-alvo;

k) Elaborar o conteúdo programático adequando conteúdo, aulas, materiais didáticos, mídias e bibliografia as necessidades dos alunos da unidade escolar;

l) Registrar diariamente em tempo real e em sistema próprio a frequência dos alunos;

m) Avaliar e registrar o desempenho dos alunos;

n) Manter as planilhas diárias atualizadas, e apresentá-las sempre que solicitado pelo Coordenador Pedagógico e ou coordenação geral da Secretaria Municipal de Educação;

o) Entregar toda documentação a secretaria escolar dentro do prazo exigido após a finalização do bimestre;

p) Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados;

q) Comunicar imediatamente o Coordenador Pedagógico escolar a ausência do aluno 2 (dois) dias consecutivos sem justificativa;

r) Arcar com todo ônus relativo ao seu deslocamento, hospedagem, alimentação e demais custos que advenham da sua permanência no local de trabalho**;**

s) A abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual;

t) Justificar ao Coordenador ou Diretor da Unidade Escolar, através de documento a falta que vier a ocorrer, assim como a data da reposição do dia letivo.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Cláusula 10ª Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato ou avaliação que comprove o não cumprimento das atribuições inerentes à função para a qual foi contratado o profissional, será aplicada a sansão prevista no ordenamento jurídico;

Cláusula 11ª Este contrato por prazo determinado, em caráter emergencial, vincula-se ao Regime Geral de Providência Social – INSS para o qual o Contratado contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto;

DA RESCISÃO

Cláusula 12ª A inexecução total ou parcial do objeto deste CONTRATO ou resultado não favorável na avalição de desempenho do profissional enseja na sua rescisão de forma unilateral;

Cláusula 13ª *O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público*.

Cláusula 14ª Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Cláusula 15ª Fica eleito o Foro da comarca de Cáceres para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste contrato.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 23 de Fevereiro de 2022

_____

CONTRATADO (A)

_____

LIAMARA RODRIGUES DA SILVA

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
CONTRATO Nº 024/2022 – SMED POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFIFICADO 001/2021

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, **LIAMARA RODRIGUES DA SILVA** de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e o (a) senhor (a), **EDÊNIA DE ANDRADE GONZAGA** (a) residente e domiciliado (a) na Avenida Talhamares, N° 468 Bairro Santa Isabel, Município de Cáceres MT, portador (a) do RG Nº 09760679 SSP-MT e CPF 615. 808.131-00, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional **EDÊNIA DE ANDRADE GONZAGA,** no cargo de Professor (a) Licenciado (a) em Pedagogia, para exercer suas funções na Escola Municipal Gotinhas do Saber, com **carga horária de trabalho de 20(vinte) horas semanais** seu chamamento se justifica e encontra amparo no inciso IX do caput do art. 37 da constituição Federal na turma do Pré II no período vespertino, garantindo o direito dos 200 (duzentos) dias letivos conforme o calendário escolar.

Parágrafo único A carga horária do contrato poderá ser reduzida a qualquer momento mediante alteração da matriz curricular.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **21 de Fevereiro de 2022 e término em 23 de Dezembro de 2022.**

PARAGRAFO ÚNICO: O presente contrato poderá ser prorrogado por igual período sem exceder 02 (dois) anos de vinculo, de acordo com o interesse e justificativa da Secretaria Municipal de Educação.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de **R$ 2.475,26 (Dois mil quatrocentos setenta cinco e vinte seis centavos) mensais.**

DOS SERVIÇOS O CONTRATADO

Cláusula 4ª Responsabilizar-se a, integramente, pelo que forem demandados pela CONTRATANTE, em conformidade com a normatização pertinente, cronogramas de aulas, materiais didáticos necessários (aulas práticas e teóricas).

DA FORMA DE PAGAMENTO

Cláusula 5ª Os pagamentos referentes às horas/aulas ministradas serão realizados mensalmente após de acordo com a folha de frequência.

DO ACOMPANHAMENTO E DA EXECUÇAO DO CONTRATO

Cláusula 6ª A gestora da unidade anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto do presente contrato, determinado o que for necessário a regularização das faltas, reposições e ou adequações necessárias para o cumprimento dos dias letivos.

DA DOTAÇAO ORÇAMENTARIA

Cláusula 7ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta da seguinte dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Educação:

Cód. Órgão	**Cód.** Unid. Orçamentaria	**Cód.** Função	**Cód.** Sub função	**Cód.** Programa	**Núm.** Projeto-atividade	**Cód.** Da categ. Econômica	**Cód.** Do grupo de natureza de despesa	**Cód.** da modalidade de aplicação	**Cód.** Elem. de despesa	**Cód.** Sub elemento de despesa	**Cód.** ID de uso e destinação de recurso	**Cód.** Grupo de destinação de recurso	**Cód.** da especificação da destinação de recurso	**Unid.** Orçamentaria
06	003	12	365	1004	2059	3	1	90	04	00	0	1	540	066006

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATANTE

Cláusula 8ª Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Aprovar o(s) projeto(s) pedagógico(s) a serem executados na unidade escolar; b) Comunicar ao CONTRATADO toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do CONTRATO; c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO; d) Propiciar recursos para que o CONTRATADO possa desempenhar seus serviços dentro das normas; e) Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento; f) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, na forma convencionada neste;

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATADA

Cláusula 9ª A contratado obriga-se, ainda:

a) Ser assíduo e comprometido com que é proposto pela Educação Municipal;

b) Realizar o controle da frequência e do desempenho escolar dos alunos;

c) Cumprir a carga horaria semanal estabelecida para a função na qual foi selecionado, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato, sob pena de rescisão contratual;

d) Apresentar documentação mensal relativa à execução de suas atividades ao gestor da unidade, para efeito de comprovação de assiduidade;

e) Estar ciente de que poderá ser convocado a qualquer momento a participar de reuniões em caráter administrativo e pedagógico, solicitada pela coordenação escolar ou geral;

f) Requerer expressamente, **com antecedência mínima de 30 (trinta) dias** ao gestor da instituição de ensino, o interesse em rescindir o contrato;

g) Zelar pelo patrimônio público, desde a estrutura física, a identidade e os valores institucionais;

h) Entregar planejamento anual antes do início das aulas, o qual poderá ser solicitado pela Coordenação escolar e pela Coordenação Pedagógica da Secretaria Municipal de Educaçãosua alteração e/ou adequação;

i) Planejar as aulas e atividades didáticas e ministra-las seguindo as orientações do projeto político pedagógico da unidade, bem como do material didático;

j) Adequar aprendizagem dos alunos as necessidades especificas do público-alvo;

k) Elaborar o conteúdo programático adequando conteúdo, aulas, materiais didáticos, mídias e bibliografia as necessidades dos alunos da unidade escolar;

l) Registrar diariamente em tempo real e em sistema próprio a frequência dos alunos;

m) Avaliar e registrar o desempenho dos alunos;

n) Manter as planilhas diárias atualizadas, e apresenta-las sempre que solicitado pelo coordenador pedagógico e ou coordenação geral da Secretaria Municipal de Educação;

o) Entregar toda documentação a secretaria escolar dentro do prazo exigido após a finalização do bimestre;

p) Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados;

q) Comunicar imediatamente o Coordenador pedagógico escolar a ausência do aluno 2 (dois) dias consecutivos sem justificativa;

r) Arcar com todo ônus relativo ao seu deslocamento, hospedagem, alimentação e demais custos que advenham da sua permanecia no local de trabalho**;**

s) A abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretara em rescisão contratual;

t) Justificar ao coordenador ou diretor da unidade escolar, através de documento a falta que vier a ocorrer, assim como a data da reposição do dia letivo.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Cláusula 10ª Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato ou avaliação que comprove a não cumprimento das atribuições inerentes à função para a qual foi contratado o profissional, será aplicada a sansão prevista no ordenamento jurídico;

Cláusula 11ª Este contrato por prazo determinado vincula-se ao regime geral de providencia Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto;

DA RESCISÃO

Cláusula 12ª A inexecução total ou parcial do objeto deste CONTRATO ou resultado não favorável na avalição de desempenho do profissional enseja na sua rescisão de forma unilateral;

Cláusula 13ª *O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.*

Cláusula 14ª Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Cláusula 15ª Fica eleito o Foro da comarca de Cáceres para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste contrato.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 21 de Fevereiro de 2022

_____

CONTRATADO (A)

_____

LIAMARA RODRIGUES DA SILVA

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
CONTRATO Nº 025/2022 – SMED POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFIFICADO 001/2021

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, **LIAMARA RODRIGUES DA SILVA** de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e o (a) senhor (a), **LUZIA DA SILVA ,** brasileiro (a) residente e domiciliado (a) na Rua Dos Sotero S/N, Bairro Cristo Rei, Município de Cáceres MT, portador (a) do RG Nº 12902870 SSP-MT e CPF n.º 966.686.101-10, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.

º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público do (a) senhor (a) **LUZIA DA SILVA ,** no cargo de Auxiliar de desenvolvimento infantil, para exercer suas funções na Escola Municipal Prof. Erenice Simão Alvarenga e Frei Grignion, com **carga horária de trabalho de 40(Quarenta horas) semanais**, período Matutino e Vespertino a contratação justifica-se e encontra amparo legal no inciso IX do caput do art.37 da Constituição Federal, garantindo o direito dos 200 (duzentos) dias letivos conforme o calendário escolar.

Parágrafo único A carga horária do contrato poderá ser reduzida a qualquer momento mediante alteração da matriz curricular.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **22 de Fevereiro de 2022 e término em 23 de Dezembro.**

PARAGRAFO ÚNICO: O presente contrato poderá ser prorrogado por igual período sem exceder 02 (dois) anos de vinculo, de acordo com o interesse e justificativa da Secretaria Municipal de Educação.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de **R$ 1.450,80 (Mil Quatrocentos e Cinquenta e oitenta centavos) mensais.**

DOS SERVIÇOS O CONTRATADO

Cláusula 4ª Responsabilizar-se a, integramente, pelo que forem demandados pela CONTRATANTE, em conformidade com a normatização pertinente, cronogramas de aulas, materiais didáticos necessários (aulas práticas e teóricas).

DA FORMA DE PAGAMENTO

Cláusula 5ª Os pagamentos referentes às horas/aulas ministradas serão realizados mensalmente após de acordo com a folha de frequência.

DO ACOMPANHAMENTO E DA EXECUÇAO DO CONTRATO

Cláusula 6ª A gestora da unidade anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto do presente contrato, determinado o que for necessário a regularização das faltas, reposições e ou adequações necessárias para o cumprimento dos dias letivos.

DA DOTAÇAO ORÇAMENTARIA

Cláusula 7ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta da seguinte dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Educação:

Cód. Órgão	**Cód.** Unid. Orçamentaria	**Cód.** Função	**Cód.** Sub função	**Cód.** Programa	**Núm.** Projeto-atividade	**Cód.** Da categ. Econômica	**Cód.** Do grupo de natureza de despesa	**Cód.** da modalidade de aplicação	**Cód.** Elem. de despesa	**Cód.** Sub elemento de despesa	**Cód.** ID de uso e destinação de recurso	**Cód.** Grupo de destinação de recurso	**Cód.** da especificação da destinação de recurso	**Unid.** Orçamentaria
06	003	12	361	1004	2057	3	1	90	04	00	0	1	540	066009

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATANTE

Cláusula 8ª Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Aprovar o(s) projeto(s) pedagógico(s) a serem executados na unidade escolar; b) Comunicar ao CONTRATADO toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do CONTRATO; c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO; d) Propiciar recursos para que o CONTRATADO possa desempenhar seus serviços dentro das normas; e) Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento; f) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, na forma convencionada neste;

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATADA

Cláusula 9ª A contratado obriga-se, ainda:

a) Ser assíduo e comprometido com que é proposto pela Educação Municipal;

b) Realizar o controle da frequência e do desempenho escolar dos alunos;

c) Cumprir a carga horaria semanal estabelecida para a função na qual foi selecionado, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato, sob pena de rescisão contratual;

d) Apresentar documentação mensal relativa à execução de suas atividades ao gestor da unidade, para efeito de comprovação de assiduidade;

e) Estar ciente de que poderá ser convocado a qualquer momento a participar de reuniões em caráter administrativo e pedagógico, solicitada pela coordenação escolar ou geral;

f) Requerer expressamente, **com antecedência mínima de 30 (trinta) dias** ao gestor da instituição de ensino, o interesse em rescindir o contrato;

g) Zelar pelo patrimônio público, desde a estrutura física, a identidade e os valores institucionais;

h) Entregar planejamento anual antes do início das aulas, o qual poderá ser solicitado pela Coordenação escolar e pela Coordenação Pedagógica da Secretaria Municipal de Educaçãosua alteração e/ou adequação;

i) Planejar as aulas e atividades didáticas e ministra-las seguindo as orientações do projeto político pedagógico da unidade, bem como do material didático;

j) Adequar aprendizagem dos alunos as necessidades especificas do público-alvo;

k) Elaborar o conteúdo programático adequando conteúdo, aulas, materiais didáticos, mídias e bibliografia as necessidades dos alunos da unidade escolar;

l) Registrar diariamente em tempo real e em sistema próprio a frequência dos alunos;

m) Avaliar e registrar o desempenho dos alunos;

n) Manter as planilhas diárias atualizadas, e apresenta-las sempre que solicitado pelo coordenador pedagógico e ou coordenação geral da Secretaria Municipal de Educação;

o) Entregar toda documentação a secretaria escolar dentro do prazo exigido após a finalização do bimestre;

p) Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados;

q) Comunicar imediatamente o Coordenador pedagógico escolar a ausência do aluno 2 (dois) dias consecutivos sem justificativa;

r) Arcar com todo ônus relativo ao seu deslocamento, hospedagem, alimentação e demais custos que advenham da sua permanecia no local de trabalho**;**

s) A abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretara em rescisão contratual;

t) Justificar ao coordenador ou diretor da unidade escolar, através de documento a falta que vier a ocorrer, assim como a data da reposição do dia letivo.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Cláusula 10ª Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato ou avaliação que comprove a não cumprimento das atribuições inerentes à função para a qual foi contratado o profissional, será aplicada a sansão prevista no ordenamento jurídico;

Cláusula 11ª Este contrato por prazo determinado vincula-se ao regime geral de providencia Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto;

DA RESCISÃO

Cláusula 12ª A inexecução total ou parcial do objeto deste CONTRATO ou resultado não favorável na avalição de desempenho do profissional enseja na sua rescisão de forma unilateral;

Cláusula 13ª *O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público*.

Cláusula 14ª Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Cláusula 15ª Fica eleito o Foro da comarca de Cáceres para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste contrato.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 17 21 de Fevereiro de 2022

_____

CONTRATADO (A)

_____

LIAMARA RODRIGUES DA SILVA

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
CONTRATO Nº 054/2022 – SMED POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFIFICADO 001/2021

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, **LIAMARA RODRIGUES DA SILVA** de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e o (a) senhor (a), **ELISANGELA DA SILVA BARBOSA,** brasileiro (a) residente e domiciliado (a) na Rua Trabalhador União, S/N, Bairro Lavapés no Município de Cáceres MT, portador (a) do RG Nº 1140217-2 SSP-MT e CPF Nº 846961091-00, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público do (a) senhor (a) **ELISANGELA DA SILVA BARBOSA,** no cargo de Professor (a) Licenciado (a) em Pedagogia, para exercer suas funções na Escola Municipal Dom Máximo Biennes, com **carga horária de trabalho de 20(Vinte) horas semanais**, na turma do 5° ano no período Vespertino. Em substituição a profes-

sora Milte Bronel dos Passos Nunes que está em readaptação de função. Garantindo o direito dos 200 (duzentos) dias letivos conforme o calendário escolar.

Parágrafo único A carga horária do contrato poderá ser reduzida a qualquer momento mediante alteração da matriz curricular.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **24 de Fevereiro de 2022 e término em 23 de Dezembro de 2022.**

PARAGRAFO ÚNICO: O presente contrato poderá ser prorrogado por igual período sem exceder 02 (dois) anos de vinculo, de acordo com o interesse e justificativa da Secretaria Municipal de Educação.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de **R$ 2.475,26 (Dois mil quatrocentos e setenta cinco e vinte seis centavos) mensais.**

DOS SERVIÇOS O CONTRATADO

Cláusula 4ª Responsabilizar-se a, integramente, pelo que forem demandados pela CONTRATANTE, em conformidade com a normatização pertinente, cronogramas de aulas, materiais didáticos necessários (aulas práticas e teóricas).

DA FORMA DE PAGAMENTO

Cláusula 5ª Os pagamentos referentes às horas/aulas ministradas serão efetuados mensalmente após de acordo com a folha de frequência.

DO ACOMPANHAMENTO E DA EXECUÇAO DO CONTRATO

Cláusula 6ª A gestora da unidade anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto do presente contrato, determinado o que for necessário a regularização das faltas, reposições e ou adequações necessárias para o cumprimento dos dias letivos.

DA DOTAÇAO ORÇAMENTARIA

Cláusula 7ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta da seguinte dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Educação:

Cód. Órgão	**Cód.** Unid. Orçamentaria	**Cód.** Função	**Cód.** Sub função	**Cód.** Programa	**Núm.** Projeto-atividade	**Cód.** Da categ. Econômica	**Cód.** Do grupo de natureza de despesa	**Cód.** da modalidade de aplicação	**Cód.** Elem. de despesa	**Cód.** Sub elemento de despesa	**Cód.** ID de uso e destinação de recurso	**Cód.** Grupo de destinação de recurso	**Cód.** da especificação da destinação de recurso	**Unid.** Orçamentaria
06	003	12	361	1004	2057	3	1	90	04	00	0	1	540	066009

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATANTE

Cláusula 8ª Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Aprovar o(s) projeto(s) pedagógico(s) a serem executados na unidade escolar; b) Comunicar ao CONTRATADO toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do CONTRATO; c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO; d) Propiciar recursos para que o CONTRATADO possa desempenhar seus serviços dentro das normas; e) Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento; f) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, na forma convencionada neste;

DAS OBRIGAÇOES DO CONTRATADO

Cláusula 9ª O contratado obriga-se, ainda:

a) Ser assíduo e comprometido com que é proposto pela Educação Municipal;

b) Realizar o controle da frequência e do desempenho escolar dos alunos;

c) Cumprir a carga horaria semanal estabelecida para a função na qual foi selecionado, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato, sob pena de rescisão contratual;

d) Apresentar documentação mensal relativa à execução de suas atividades ao gestor da unidade, para efeito de comprovação de assiduidade;

e) Estar ciente de que poderá ser convocado a qualquer momento a participar de reuniões em caráter administrativo e pedagógico, solicitada pela coordenação escolar ou geral;

f) Requerer expressamente, **com antecedência mínima de 30 (trinta) dias** ao gestor da instituição de ensino, o interesse em rescindir o contrato;

g) Zelar pelo patrimônio público, desde a estrutura física, a identidade e os valores institucionais;

h) Entregar planejamento anual antes do início das aulas, o qual poderá ser solicitado pela Coordenação escolar e pela Coordenação Pedagógica da Secretaria Municipal de Educaçãosua alteração e/ou adequação;

i) Planejar as aulas e atividades didáticas e ministrá-las seguindo as orientações do Projeto Político Pedagógico da Unidade Escolar, bem como do material didático;

j) Adequar aprendizagem dos alunos as necessidades especificas do público-alvo;

k) Elaborar o conteúdo programático adequando conteúdo, aulas, materiais didáticos, mídias e bibliografia as necessidades dos alunos da unidade escolar;

l) Registrar diariamente em tempo real e em sistema próprio a frequência dos alunos;

m) Avaliar e registrar o desempenho dos alunos;

n) Manter as planilhas diárias atualizadas, e apresentá-las sempre que solicitado pelo Coordenador Pedagógico e ou coordenação geral da Secretaria Municipal de Educação;

o) Entregar toda documentação a secretaria escolar dentro do prazo exigido após a finalização do bimestre;

p) Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados;

q) Comunicar imediatamente o Coordenador Pedagógico escolar a ausência do aluno 2 (dois) dias consecutivos sem justificativa;

r) Arcar com todo ônus relativo ao seu deslocamento, hospedagem, alimentação e demais custos que advenham da sua permanência no local de trabalho**;**

s) A abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual;

t) Justificar ao Coordenador ou Diretor da Unidade Escolar, através de documento a falta que vier a ocorrer, assim como a data da reposição do dia letivo.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Cláusula 10ª Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato ou avaliação que comprove o não cumprimento das atribuições inerentes à função para a qual foi contratado o profissional, será aplicada a sansão prevista no ordenamento jurídico;

Cláusula 11ª Este contrato por prazo determinado, em caráter emergencial, vincula-se ao Regime Geral de Providência Social – INSS para o qual o Contratado contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto;

DA RESCISÃO

Cláusula 12ª A inexecução total ou parcial do objeto deste CONTRATO ou resultado não favorável na avalição de desempenho do profissional enseja na sua rescisão de forma unilateral;

Cláusula 13ª *O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.*

Cláusula 14ª Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Cláusula 15ª Fica eleito o Foro da comarca de Cáceres para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste contrato.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 23 de Fevereiro de 2022

_____

CONTRATADO (A)

_____

LIAMARA RODRIGUES DA SILVA

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
CONTRATO Nº 063/2022 – SMED POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFIFICADO 001/2021

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, **LIAMARA RODRIGUES DA SILVA** de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e o (a) senhor (a), **SINÉZIA APARECIDA TAVARES SILVA CRUZ,** brasileiro (a) residente e domiciliado (a) na Rua São Paulo, N° 99, Bairro Joaquim Murtinho, Município de Cáceres MT, portador (a) do RG Nº 1689248-8 SSP-MT e CPF Nº 883.221.651-53, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público do (a) senhor (a) **SINÉZIA APARECIDA TAVARES SILVA CRUZ,** no cargo de Professor (a) Licenciado (a) em Pedagogia, para exercer suas funções na Escola Municipal Fazendo Arte, com **carga horária de trabalho de 20(Vinte) horas semanais**, na turma da Creche III no período vespertino. A contratação justifica-se em substituição a professora Margareth Frank de Souza, garantindo o direito dos 200 (duzentos) dias letivos conforme o calendário escolar.

Parágrafo único A carga horária do contrato poderá ser reduzida a qualquer momento mediante alteração da matriz curricular.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **24 Fevereiro de 2022 e término em 01 de Abril de 2022.**

PARAGRAFO ÚNICO: O presente contrato poderá ser prorrogado por igual período sem exceder 02 (dois) anos de vinculo, de acordo com o interesse e justificativa da Secretaria Municipal de Educação.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de **R$ 2.475,26 (Dois mil quatrocentos e setenta cinco e vinte seis centavos) mensais.**

DOS SERVIÇOS O CONTRATADO

Cláusula 4ª Responsabilizar-se a, integramente, pelo que forem demandados pela CONTRATANTE, em conformidade com a normatização pertinente, cronogramas de aulas, materiais didáticos necessários (aulas práticas e teóricas).

DA FORMA DE PAGAMENTO

Cláusula 5ª Os pagamentos referentes às horas/aulas ministradas serão realizados mensalmente após de acordo com a folha de frequência.

DO ACOMPANHAMENTO E DA EXECUÇAO DO CONTRATO

Cláusula 6ª A gestora da unidade anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto do presente contrato, determinado o que for necessário a regularização das faltas, reposições e ou adequações necessárias para o cumprimento dos dias letivos.

DA DOTAÇAO ORÇAMENTARIA

Cláusula 7ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta da seguinte dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Educação:

Cód. Órgão	**Cód.** Unid. Orçamentaria	**Cód.** Função	**Cód.** Sub função	**Cód.** Programa	**Núm**. Projeto-atividade	**Cód.** Da categ. Econômica	**Cód.** Do grupo de natureza de despesa	**Cód.** da modalidade de aplicação	**Cód.** Elem. de despesa	**Cód.** Sub elemento de despesa	**Cód.** ID de uso e destinação de recurso	**Cód.** Grupo de destinação de recurso	**Cód.** da especificação da destinação de recurso	**Unid.** Orçamentaria
06	003	12	365	1004	2059	3	1	90	04	00	0	1	540	066006

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATANTE

Cláusula 8ª Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Aprovar o(s) projeto(s) pedagógico(s) a serem executados na unidade escolar; b) Comunicar ao CONTRATADO toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do CONTRATO; c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO; d) Propiciar recursos para que o CONTRATADO possa desempenhar seus serviços dentro das normas; e) Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento; f) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, na forma convencionada neste;

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATADA

Cláusula 9ª A contratado obriga-se, ainda:

a) Ser assíduo e comprometido com que é proposto pela Educação Municipal;

b) Realizar o controle da frequência e do desempenho escolar dos alunos;

c) Cumprir a carga horaria semanal estabelecida para a função na qual foi selecionado, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato, sob pena de rescisão contratual;

d) Apresentar documentação mensal relativa à execução de suas atividades ao gestor da unidade, para efeito de comprovação de assiduidade;

e) Estar ciente de que poderá ser convocado a qualquer momento a participar de reuniões em caráter administrativo e pedagógico, solicitada pela coordenação escolar ou geral;

f) Requerer expressamente, **com antecedência mínima de 30 (trinta) dias** ao gestor da instituição de ensino, o interesse em rescindir o contrato;

g) Zelar pelo patrimônio público, desde a estrutura física, a identidade e os valores institucionais;

h) Entregar planejamento anual antes do início das aulas, o qual poderá ser solicitado pela Coordenação escolar e pela Coordenação Pedagógica da Secretaria Municipal de Educaçãosua alteração e/ou adequação;

i) Planejar as aulas e atividades didáticas e ministra-las seguindo as orientações do projeto político pedagógico da unidade, bem como do material didático;

j) Adequar aprendizagem dos alunos as necessidades especificas do público-alvo;

k) Elaborar o conteúdo programático adequando conteúdo, aulas, materiais didáticos, mídias e bibliografia as necessidades dos alunos da unidade escolar;

l) Registrar diariamente em tempo real e em sistema próprio a frequência dos alunos;

m) Avaliar e registrar o desempenho dos alunos;

n) Manter as planilhas diárias atualizadas, e apresenta-las sempre que solicitado pelo coordenador pedagógico e ou coordenação geral da Secretaria Municipal de Educação;

o) Entregar toda documentação a secretaria escolar dentro do prazo exigido após a finalização do bimestre;

p) Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados;

q) Comunicar imediatamente o Coordenador pedagógico escolar a ausência do aluno 2 (dois) dias consecutivos sem justificativa;

r) Arcar com todo ônus relativo ao seu deslocamento, hospedagem, alimentação e demais custos que advenham da sua permanecia no local de trabalho**;**

s) A abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretara em rescisão contratual;

t) Justificar ao coordenador ou diretor da unidade escolar, através de documento a falta que vier a ocorrer, assim como a data da reposição do dia letivo.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Cláusula 10ª Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato ou avaliação que comprove a não cumprimento das atribuições inerentes à função para a qual foi contratado o profissional, será aplicada a sansão prevista no ordenamento jurídico;

Cláusula 11ª Este contrato por prazo determinado vincula-se ao regime geral de providencia Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto;

DA RESCISÃO

Cláusula 12ª A inexecução total ou parcial do objeto deste CONTRATO ou resultado não favorável na avalição de desempenho do profissional enseja na sua rescisão de forma unilateral;

Cláusula 13ª *O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.*

Cláusula 14ª Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Cláusula 15ª Fica eleito o Foro da comarca de Cáceres para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste contrato.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 07 de Março de 2022

_____

CONTRATADO (A)

_____

LIAMARA RODRIGUES DA SILVA

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
CONTRATO Nº 037/2022 – SMED POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFIFICADO 001/2021

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, **LIAMARA RODRIGUES DA SILVA** de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e o (a) senhor (a), **ADINEIA APARECIDA MARTINS DA SILVA,** brasileiro (a) residente e domiciliado (a) na Rua Das Margaridas, Bairro Jardim Padre Paulo, N° 370 no Município de Cáceres MT, portador (a) do RG Nº 1114213-8 SSP-MT e CPF Nº 621.778.691-53, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público do (a) senhor (a) **ADINEIA APARECIDA MARTINS DA SILVA,** no cargo de Professor (a) Licenciado (a) em Pedagogia, para exercer suas funções na Escola Municipal Raquel Ramão Da Silva, com **carga horária de trabalho de 20(Vinte) horas semanais**, na turma do 3° ano no período vespertino, a contratação justifica-se e encontra amparo no inciso IX do caput do art.37 da Constituição Federal. Garantindo o direito dos 200 (duzentos) dias letivos conforme o calendário escolar.

Parágrafo único A carga horária do contrato poderá ser reduzida a qualquer momento mediante alteração da matriz curricular.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **24 de Fevereiro de 2022 e término em 23 de Dezembro de 2022.**

PARAGRAFO ÚNICO: O presente contrato poderá ser prorrogado por igual período sem exceder 02 (dois) anos de vinculo, de acordo com o interesse e justificativa da Secretaria Municipal de Educação.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de **R$ 2.475,26 (Dois mil quatrocentos e setenta cinco e vinte seis centavos) mensais.**

DOS SERVIÇOS O CONTRATADO

Cláusula 4ª Responsabilizar-se a, integramente, pelo que forem demandados pela CONTRATANTE, em conformidade com a normatização pertinente, cronogramas de aulas, materiais didáticos necessários (aulas práticas e teóricas).

DA FORMA DE PAGAMENTO

Cláusula 5ª Os pagamentos referentes às horas/aulas ministradas serão efetuados mensalmente após de acordo com a folha de frequência.

DO ACOMPANHAMENTO E DA EXECUÇAO DO CONTRATO

Cláusula 6ª A gestora da unidade anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto do presente contrato, determinado o que for necessário a regularização das faltas, reposições e ou adequações necessárias para o cumprimento dos dias letivos.

DA DOTAÇAO ORÇAMENTARIA

Cláusula 7ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta da seguinte dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Educação:

Cód. Órgão	**Cód**. Unid. Orçamentaria	**Cód.** Função	**Cód.** Sub função	**Cód.** Programa	**Núm.** Projeto-atividade	**Cód.** Da categ. Econômica	**Cód.** Do grupo de natureza de despesa	**Cód.** da modalidade de aplicação	**Cód.** Elem. de despesa	**Cód.** Sub elemento de despesa	**Cód.** ID de uso e destinação de recurso	**Cód.** Grupo de destinação de recurso	**Cód.** da especificação da destinação de recurso	**Unid.** Orçamentaria
06	003	12	361	1004	2057	3	1	90	04	00	0	1	540	066009

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATANTE

Cláusula 8ª Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Aprovar o(s) projeto(s) pedagógico(s) a serem executados na unidade escolar; b) Comunicar ao CONTRATADO toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do CONTRATO; c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO; d) Propiciar recursos para que o CONTRATADO possa desempenhar seus serviços dentro das normas; e) Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento; f) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, na forma convencionada neste;

DAS OBRIGAÇOES DO CONTRATADO

Cláusula 9ª O contratado obriga-se, ainda:

a) Ser assíduo e comprometido com que é proposto pela Educação Municipal;

b) Realizar o controle da frequência e do desempenho escolar dos alunos;

c) Cumprir a carga horaria semanal estabelecida para a função na qual foi selecionado, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato, sob pena de rescisão contratual;

d) Apresentar documentação mensal relativa à execução de suas atividades ao gestor da unidade, para efeito de comprovação de assiduidade;

e) Estar ciente de que poderá ser convocado a qualquer momento a participar de reuniões em caráter administrativo e pedagógico, solicitada pela coordenação escolar ou geral;

f) Requerer expressamente, **com antecedência mínima de 30 (trinta) dias** ao gestor da instituição de ensino, o interesse em rescindir o contrato;

g) Zelar pelo patrimônio público, desde a estrutura física, a identidade e os valores institucionais;

h) Entregar planejamento anual antes do início das aulas, o qual poderá ser solicitado pela Coordenação escolar e pela Coordenação Pedagógica da Secretaria Municipal de Educaçãosua alteração e/ou adequação;

i) Planejar as aulas e atividades didáticas e ministrá-las seguindo as orientações do Projeto Político Pedagógico da Unidade Escolar, bem como do material didático;

j) Adequar aprendizagem dos alunos as necessidades especificas do público-alvo;

k) Elaborar o conteúdo programático adequando conteúdo, aulas, materiais didáticos, mídias e bibliografia as necessidades dos alunos da unidade escolar;

l) Registrar diariamente em tempo real e em sistema próprio a frequência dos alunos;

m) Avaliar e registrar o desempenho dos alunos;

n) Manter as planilhas diárias atualizadas, e apresentá-las sempre que solicitado pelo Coordenador Pedagógico e ou coordenação geral da Secretaria Municipal de Educação;

o) Entregar toda documentação a secretaria escolar dentro do prazo exigido após a finalização do bimestre;

p) Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados;

q) Comunicar imediatamente o Coordenador Pedagógico escolar a ausência do aluno 2 (dois) dias consecutivos sem justificativa;

r) Arcar com todo ônus relativo ao seu deslocamento, hospedagem, alimentação e demais custos que advenham da sua permanência no local de trabalho**;**

s) A abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual;

t) Justificar ao Coordenador ou Diretor da Unidade Escolar, através de documento a falta que vier a ocorrer, assim como a data da reposição do dia letivo.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Cláusula 10ª Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato ou avaliação que comprove o não cumprimento das atribuições inerentes à função para a qual foi contratado o profissional, será aplicada a sansão prevista no ordenamento jurídico;

Cláusula 11ª Este contrato por prazo determinado, em caráter emergencial, vincula-se ao Regime Geral de Providência Social – INSS para o qual o Contratado contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto;

DA RESCISÃO

Cláusula 12ª A inexecução total ou parcial do objeto deste CONTRATO ou resultado não favorável na avalição de desempenho do profissional enseja na sua rescisão de forma unilateral;

Cláusula 13ª *O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.*

Cláusula 14ª Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Cláusula 15ª Fica eleito o Foro da comarca de Cáceres para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste contrato.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 23 de Fevereiro de 2022

_____

CONTRATADO (A)

_____

LIAMARA RODRIGUES DA SILVA

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
CONTRATO Nº 059/2022 – SMED POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFIFICADO 001/2021

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, **LIAMARA RODRIGUES DA SILVA** de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e o (a) senhor (a), **IZAILDA MARIA CARNEIRO GERALDES ,** brasileiro (a) residente e domiciliado (a) na Rua dos Carbelino, S/N , Bairro Cohab Nova , Município de Cáceres MT, portador (a) do RG Nº 0504071-0 SSP-MT e CPF n.º 615.849.591-34, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público do (a) senhor (a) **IZAILDA MARIA CARNEIRO GERALDES,** no cargo de Professor (a) Licenciado (a) em Pedagogia, para exercer suas funções na Escola Municipal Garcês na turma da creche I no período matutino, com **carga horária de trabalho de 20(Vinte) horas semanais** , seu chamamento se justifica e encontra amparo no inciso IX do caput do art.37 da Constituição Federal, garantindo o direito dos 200 (duzentos) dias letivos conforme o calendário escolar.

Parágrafo único A carga horária do contrato poderá ser reduzida a qualquer momento mediante alteração da matriz curricular.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **21 de Fevereiro de 2022 e término em 23 de Dezembro de 2022.**

PARAGRAFO ÚNICO: O presente contrato poderá ser prorrogado por igual período sem exceder 02 (dois) anos de vinculo, de acordo com o interesse e justificativa da Secretaria Municipal de Educação.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de **R$ 2.475,26 (Dois mil quatrocentos e setenta cinco e vinte seis centavos) mensais.**

DOS SERVIÇOS O CONTRATADO

Cláusula 4ª Responsabilizar-se a, integramente, pelo que forem demandados pela CONTRATANTE, em conformidade com a normatização pertinente, cronogramas de aulas, materiais didáticos necessários (aulas práticas e teóricas).

DA FORMA DE PAGAMENTO

Cláusula 5ª Os pagamentos referentes às horas/aulas ministradas serão realizados mensalmente após de acordo com a folha de frequência.

DO ACOMPANHAMENTO E DA EXECUÇAO DO CONTRATO

Cláusula 6ª A gestora da unidade anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto do presente contrato, determinado o que for necessário a regularização das faltas, reposições e ou adequações necessárias para o cumprimento dos dias letivos.

DA DOTAÇAO ORÇAMENTARIA

Cláusula 7ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta da seguinte dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Educação:

Cód. Órgão	**Cód**. Unid. Orçamentaria	**Cód.** Função	**Cód.** Sub função	**Cód.** Programa	**Núm**. Projeto-atividade	**Cód.** Da categ. Econômica	**Cód.** Do grupo de natureza de despesa	**Cód.** da modalidade de aplicação	**Cód.** Elem. de despesa	**Cód.** Sub elemento de despesa	**Cód.** ID de uso e destinação de recurso	**Cód.** Grupo de destinação de recurso	**Cód.** da especificação da destinação de recurso	**Unid.** Orçamentaria
06	003	12	365	1004	2059	3	1	90	04	00	0	1	540	066006

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATANTE

Cláusula 8ª Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Aprovar o(s) projeto(s) pedagógico(s) a serem executados na unidade escolar; b) Comunicar ao CONTRATADO toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do CONTRATO; c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO; d) Propiciar recursos para que o CONTRATADO possa desempenhar seus serviços dentro das normas; e) Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento; f) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, na forma convencionada neste;

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATADA

Cláusula 9ª A contratado obriga-se, ainda:

a) Ser assíduo e comprometido com que é proposto pela Educação Municipal;

b) Realizar o controle da frequência e do desempenho escolar dos alunos;

c) Cumprir a carga horaria semanal estabelecida para a função na qual foi selecionado, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato, sob pena de rescisão contratual;

d) Apresentar documentação mensal relativa à execução de suas atividades ao gestor da unidade, para efeito de comprovação de assiduidade;

e) Estar ciente de que poderá ser convocado a qualquer momento a participar de reuniões em caráter administrativo e pedagógico, solicitada pela coordenação escolar ou geral;

f) Requerer expressamente, **com antecedência mínima de 30 (trinta) dias** ao gestor da instituição de ensino, o interesse em rescindir o contrato;

g) Zelar pelo patrimônio público, desde a estrutura física, a identidade e os valores institucionais;

h) Entregar planejamento anual antes do início das aulas, o qual poderá ser solicitado pela Coordenação escolar e pela Coordenação Pedagógica da Secretaria Municipal de Educaçãosua alteração e/ou adequação;

i) Planejar as aulas e atividades didáticas e ministra-las seguindo as orientações do projeto político pedagógico da unidade, bem como do material didático;

j) Adequar aprendizagem dos alunos as necessidades especificas do público-alvo;

k) Elaborar o conteúdo programático adequando conteúdo, aulas, materiais didáticos, mídias e bibliografia as necessidades dos alunos da unidade escolar;

l) Registrar diariamente em tempo real e em sistema próprio a frequência dos alunos;

m) Avaliar e registrar o desempenho dos alunos;

n) Manter as planilhas diárias atualizadas, e apresenta-las sempre que solicitado pelo coordenador pedagógico e ou coordenação geral da Secretaria Municipal de Educação;

o) Entregar toda documentação a secretaria escolar dentro do prazo exigido após a finalização do bimestre;

p) Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados;

q) Comunicar imediatamente o Coordenador pedagógico escolar a ausência do aluno 2 (dois) dias consecutivos sem justificativa;

r) Arcar com todo ônus relativo ao seu deslocamento, hospedagem, alimentação e demais custos que advenham da sua permanecia no local de trabalho**;**

s) A abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretara em rescisão contratual;

t) Justificar ao coordenador ou diretor da unidade escolar, através de documento a falta que vier a ocorrer, assim como a data da reposição do dia letivo.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Cláusula 10ª Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato ou avaliação que comprove a não cumprimento das atribuições inerentes à função para a qual foi contratado o profissional, será aplicada a sansão prevista no ordenamento jurídico;

Cláusula 11ª Este contrato por prazo determinado vincula-se ao regime geral de providencia Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto;

DA RESCISÃO

Cláusula 12ª A inexecução total ou parcial do objeto deste CONTRATO ou resultado não favorável na avalição de desempenho do profissional enseja na sua rescisão de forma unilateral;

Cláusula 13ª *O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.*

Cláusula 14ª Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Cláusula 15ª Fica eleito o Foro da comarca de Cáceres para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste contrato.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 07 de Março de 2022

_____

CONTRATADO (A)

_____

LIAMARA RODRIGUES DA SILVA

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

CONTRATO Nº 038/2022 – SMAS

POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n. º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Assistência Social **Sr.ª FABÍOLA CAMPOS LUCAS, DECRETO Nº 209 DE 12 DE FEVEREIRO DE 2021,** de ora em diante denominado simplesmente Contratante, e o (a) senhor (a**) GLAUCIELLY DE OLIVEIRA FERNANDEZ,** brasileiro (a), divorciada, residente e domiciliada (a) Av. Nossa Senhora do Carmo,824, Bairro: Junco, Portador (a) do RG nº 1358448-0 SSP/MT e CPF n.º 965.455.771-15, daqui por diante denominado Contratado (a), com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, conforme a Lei nº 2.989, de 29 de setembro de 2021, artigo 1º Fica autorizada a abertura de 06(seis) vagas para a contratação temporária de Pedagogo(a), com a finalidade específica de atendimento aos Programas vinculados à Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme descrição e número de vagas constante no Anexo I, desta Lei, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª - O Objeto do presente Contrato consiste na contratação por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público, do (a) senhor (a) **GLAUCIELLY DE OLIVEIRA FERNANDEZ,** no cargo de Pedagoga, classificação nº 12 do Processo Seletivo Simplificado, para exercer sua função na Secretaria Municipal de Assistência Social, com carga horária de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, na gestão da SMAS.

DO PRAZO

Cláusula 2ª – **A referida Contratação tem início em 15 de março de 2022 e término em 31 de agosto de 2022.**

Parágrafo único - **A Contratação poderá ser prorrogada por interesse e necessidade da Administração Pública até o prazo final estipulado no Edital 03/2021.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª – O Município pagará o título de salário o valor de R$ 2.172,17(dois mil, cento e setenta e dois Reais e dezessete Centavos) mensais.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª – A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª – O Município descontará do vencimento do Contratado, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único – O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª – A Secretaria Municipal de Assistência Social fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços constantes do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª – O não cumprimento pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

DA DOTAÇAO ORÇAMENTARIA

Cláusula 8ª – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Assistência Social:

02	102	08	244	1008	2093	3	1	90	04	00	1	1	500	000000
Cód. do órgão	Cód. da Unidade Orçamentária	Cód. da Função	Cód. da Sub-função	Cód. do Programa	Núm. Projeto Atividade	Cód. da Categoria econômica	Cód. do grupo Da natureza de despesa	Cód. da Modalidade de aplicação	Cód. do elemento de despesa	Cód. do subelementos de despesa	Cód. do id. De uso da destinação de recurso	Cód. do grupo da destinação de recurso	cód. da especificação da destinação de recurso	Cód. da destinação de recurso

DISPOSIÇÕES GERAIS:

Cláusula 9ª - Este Contrato vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, para qual o Contratado contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 10 - O pessoal contratado submeter-se-á ao regime jurídico estatutário, de acordo com o estabelecido no Art. 13 da Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005.

Cláusula 11 - O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Cláusula 12 - Ao término da vigência do presente contrato, tem-se por rescindido a relação entre as partes, formalizando o fim do vínculo jurídico da contratação. Este Contrato extinguir-se-á pelo término do prazo de sua vigência, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 13 - Fica eleito o Foro da comarca de Cáceres para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste contrato.

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres/MT, 17 de março de 2022.

_____

GLAUCIELLY DE OLIVEIRA FERNANDEZ

Contratada

_____

FABÍOLA CAMPOS LUCAS

Contratante

TESTEMUNHAS:

_____

RG nº

CPF nº

_____

RG nº

CPF nº

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
CONTRATO Nº 057/2022 – SMED POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFIFICADO 001/2021

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, **LIAMARA RODRIGUES DA SILVA** de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e o (a) senhor (a), **ELIANE SORAES DO PRADO** brasileiro (a) residente e domiciliado (a) na Rua das Graunas , N° 328, Bairro Maracanãzinho no Município de Cáceres MT, portador (a) do RG Nº 1250694-0 SSP-MT e CPF Nº 931.795.961-04, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público do (a) senhor (a) **ELIANE SORAES DO PRADO,** no cargo de Professor (a) Licenciado (a) em Pedagogia, para exercer suas funções na Escola Municipal Raquel Ramão da Silva, com **carga horária de trabalho de 20(Vinte) horas semanais**, na turma do 2° ano no período Vespertino. A contratação justifica-se e encontra amparo no inciso IX do caput do art.37 da Constituição Federal. Garantindo o direito dos 200 (duzentos) dias letivos conforme o calendário escolar.

Parágrafo único A carga horária do contrato poderá ser reduzida a qualquer momento mediante alteração da matriz curricular.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **02 Março de 2022 e término em 23 de Dezembro de 2022.**

PARAGRAFO ÚNICO: O presente contrato poderá ser prorrogado por igual período sem exceder 02 (dois) anos de vinculo, de acordo com o interesse e justificativa da Secretaria Municipal de Educação.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de **R$ 2.475,26 (Dois mil quatrocentos e setenta cinco e vinte seis centavos) mensais.**

DOS SERVIÇOS O CONTRATADO

Cláusula 4ª Responsabilizar-se a, integramente, pelo que forem demandados pela CONTRATANTE, em conformidade com a normatização pertinente, cronogramas de aulas, materiais didáticos necessários (aulas práticas e teóricas).

DA FORMA DE PAGAMENTO

Cláusula 5ª Os pagamentos referentes às horas/aulas ministradas serão efetuados mensalmente após de acordo com a folha de frequência.

DO ACOMPANHAMENTO E DA EXECUÇAO DO CONTRATO

Cláusula 6ª A gestora da unidade anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto do presente contrato, determinado o que for necessário a regularização das faltas, reposições e ou adequações necessárias para o cumprimento dos dias letivos.

DA DOTAÇAO ORÇAMENTARIA

Cláusula 7ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta da seguinte dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Educação:

Cód. Órgão	**Cód.** Unid. Orçamentaria	**Cód.** Função	**Cód.** Sub função	**Cód.** Programa	**Núm**. Projeto-atividade	**Cód.** Da categ. Econômica	**Cód.** Do grupo de natureza de despesa	**Cód.** da modalidade de aplicação	**Cód.** Elem. de despesa	**Cód.** Sub elemento de despesa	**Cód.** ID de uso e destinação de recurso	**Cód.** Grupo de destinação de recurso	**Cód.** da especificação da destinação de recurso	**Unid.** Orçamentaria
06	003	12	361	1004	2057	3	1	90	04	00	0	1	540	066009

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATANTE

Cláusula 8ª Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Aprovar o(s) projeto(s) pedagógico(s) a serem executados na unidade escolar; b) Comunicar ao CONTRATADO toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do CONTRATO; c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO; d) Propiciar recursos para que o CONTRATADO possa desempenhar seus serviços dentro das normas; e) Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento; f) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, na forma convencionada neste;

DAS OBRIGAÇOES DO CONTRATADO

Cláusula 9ª O contratado obriga-se, ainda:

a) Ser assíduo e comprometido com que é proposto pela Educação Municipal;

b) Realizar o controle da frequência e do desempenho escolar dos alunos;

c) Cumprir a carga horaria semanal estabelecida para a função na qual foi selecionado, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato, sob pena de rescisão contratual;

d) Apresentar documentação mensal relativa à execução de suas atividades ao gestor da unidade, para efeito de comprovação de assiduidade;

e) Estar ciente de que poderá ser convocado a qualquer momento a participar de reuniões em caráter administrativo e pedagógico, solicitada pela coordenação escolar ou geral;

f) Requerer expressamente, **com antecedência mínima de 30 (trinta) dias** ao gestor da instituição de ensino, o interesse em rescindir o contrato;

g) Zelar pelo patrimônio público, desde a estrutura física, a identidade e os valores institucionais;

h) Entregar planejamento anual antes do início das aulas, o qual poderá ser solicitado pela Coordenação escolar e pela Coordenação Pedagógica da Secretaria Municipal de Educaçãosua alteração e/ou adequação;

i) Planejar as aulas e atividades didáticas e ministrá-las seguindo as orientações do Projeto Político Pedagógico da Unidade Escolar, bem como do material didático;

j) Adequar aprendizagem dos alunos as necessidades especificas do público-alvo;

k) Elaborar o conteúdo programático adequando conteúdo, aulas, materiais didáticos, mídias e bibliografia as necessidades dos alunos da unidade escolar;

l) Registrar diariamente em tempo real e em sistema próprio a frequência dos alunos;

m) Avaliar e registrar o desempenho dos alunos;

n) Manter as planilhas diárias atualizadas, e apresentá-las sempre que solicitado pelo Coordenador Pedagógico e ou coordenação geral da Secretaria Municipal de Educação;

o) Entregar toda documentação a secretaria escolar dentro do prazo exigido após a finalização do bimestre;

p) Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados;

q) Comunicar imediatamente o Coordenador Pedagógico escolar a ausência do aluno 2 (dois) dias consecutivos sem justificativa;

r) Arcar com todo ônus relativo ao seu deslocamento, hospedagem, alimentação e demais custos que advenham da sua permanência no local de trabalho**;**

s) A abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual;

t) Justificar ao Coordenador ou Diretor da Unidade Escolar, através de documento a falta que vier a ocorrer, assim como a data da reposição do dia letivo.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Cláusula 10ª Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato ou avaliação que comprove o não cumprimento das atribuições inerentes à função para a qual foi contratado o profissional, será aplicada a sansão prevista no ordenamento jurídico;

Cláusula 11ª Este contrato por prazo determinado, em caráter emergencial, vincula-se ao Regime Geral de Providência Social – INSS para o qual o Contratado contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto;

DA RESCISÃO

Cláusula 12ª A inexecução total ou parcial do objeto deste CONTRATO ou resultado não favorável na avalição de desempenho do profissional enseja na sua rescisão de forma unilateral;

Cláusula 13ª *O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.*

Cláusula 14ª Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Cláusula 15ª Fica eleito o Foro da comarca de Cáceres para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste contrato.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 07 de Março de 2022

_____

CONTRATADO (A)

_____

LIAMARA RODRIGUES DA SILVA

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
CONTRATO Nº 006/2022 – SMED POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2021

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, **LIAMARA RODRIGUES DA SILVA** de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e o (a) senhor (a), **FATIMA APARECIDA VAZ DE MORAIS,** brasileiro (a) residente e domiciliado (a) na Rua Dos Pescadores, Bairro Cavalhada N° 455, Município de Cáceres MT, portador (a) do RG Nº 0665859-8 SSP-MT e CPF Nº 459.686.321.00, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público do (a) senhor (a) **FATIMA APARECIDA VAZ DE MORAIS,** no cargo de Auxiliar de desenvolvimento infantil, para exercer suas funções na Escola Municipal CAIC, com **carga horária de trabalho de 40(Quarenta horas) semanais**, período Matutino e vespertino, a contratação justifica-se e encontra amparo legal no inciso IX do caput do art.37 da Constituição Federal, garantindo o direito dos 200 (duzentos) dias letivos conforme o calendário escolar. **Parágrafo único** A carga horária do contrato poderá ser reduzida a qualquer momento mediante alteração da matriz curricular.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **24 de Fevereiro de 2022 e término em 23 de Dezembro de 2022.**

PARAGRAFO ÚNICO: O presente contrato poderá ser prorrogado por igual período sem exceder 02 (dois) anos de vinculo, de acordo com o interesse e justificativa da Secretaria Municipal de Educação.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de **R$ 1.450,80 (Mil Quatrocentos e Cinquenta e oitenta centavos) mensais.**

DOS SERVIÇOS O CONTRATADO

Cláusula 4ª Responsabilizar-se a, integramente, pelo que forem demandados pela CONTRATANTE, em conformidade com a normatização pertinente, cronogramas de aulas, materiais didáticos necessários (aulas práticas e teóricas).

DA FORMA DE PAGAMENTO

Cláusula 5ª Os pagamentos referentes às horas/aulas ministradas serão realizados mensalmente após de acordo com a folha de frequência.

DO ACOMPANHAMENTO E DA EXECUÇAO DO CONTRATO

Cláusula 6ª A gestora da unidade anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto do presente contrato, determinado o que for necessário a regularização das faltas, reposições e ou adequações necessárias para o cumprimento dos dias letivos.

DA DOTAÇAO ORÇAMENTARIA

Cláusula 7ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta da seguinte dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Educação:

Cód. Órgão	**Cód**. Unid. Orçamentaria	**Cód.** Função	**Cód.** Sub função	**Cód.** Programa	**Núm**. Projeto-atividade	**Cód.** Da categ. Econômica	**Cód.** Do grupo de natureza de despesa	**Cód.** da modalidade de aplicação	**Cód.** Elem. de despesa	**Cód.** Sub elemento de despesa	**Cód.** ID de uso e destinação de recurso	**Cód.** Grupo de destinação de recurso	**Cód.** da especificação da destinação de recurso	**Unid.** Orçamentaria
06	003	12	365	1004	2059	3	1	90	04	00	0	1	540	066006

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATANTE

Cláusula 8ª Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Aprovar o(s) projeto(s) pedagógico(s) a serem executados na unidade escolar; b) Comunicar ao CONTRATADO toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do CONTRATO; c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO; d) Propiciar recursos para que o CONTRATADO possa desempenhar seus serviços dentro das normas; e) Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento; f) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, na forma convencionada neste;

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATADA

Cláusula 9ª A contratado obriga-se, ainda:

a) Ser assíduo e comprometido com que é proposto pela Educação Municipal;

b) Realizar o controle da frequência e do desempenho escolar dos alunos;

c) Cumprir a carga horaria semanal estabelecida para a função na qual foi selecionado, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato, sob pena de rescisão contratual;

d) Apresentar documentação mensal relativa à execução de suas atividades ao gestor da unidade, para efeito de comprovação de assiduidade;

e) Estar ciente de que poderá ser convocado a qualquer momento a participar de reuniões em caráter administrativo e pedagógico, solicitada pela coordenação escolar ou geral;

f) Requerer expressamente, **com antecedência mínima de 30 (trinta) dias** ao gestor da instituição de ensino, o interesse em rescindir o contrato;

g) Zelar pelo patrimônio público, desde a estrutura física, a identidade e os valores institucionais;

h) Entregar planejamento anual antes do início das aulas, o qual poderá ser solicitado pela Coordenação escolar e pela Coordenação Pedagógica da Secretaria Municipal de Educaçãosua alteração e/ou adequação;

i) Planejar as aulas e atividades didáticas e ministra-las seguindo as orientações do projeto político pedagógico da unidade, bem como do material didático;

j) Adequar aprendizagem dos alunos as necessidades especificas do público-alvo;

k) Elaborar o conteúdo programático adequando conteúdo, aulas, materiais didáticos, mídias e bibliografia as necessidades dos alunos da unidade escolar;

l) Registrar diariamente em tempo real e em sistema próprio a frequência dos alunos;

m) Avaliar e registrar o desempenho dos alunos;

n) Manter as planilhas diárias atualizadas, e apresenta-las sempre que solicitado pelo coordenador pedagógico e ou coordenação geral da Secretaria Municipal de Educação;

o) Entregar toda documentação a secretaria escolar dentro do prazo exigido após a finalização do bimestre;

p) Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados;

q) Comunicar imediatamente o Coordenador pedagógico escolar a ausência do aluno 2 (dois) dias consecutivos sem justificativa;

r) Arcar com todo ônus relativo ao seu deslocamento, hospedagem, alimentação e demais custos que advenham da sua permanecia no local de trabalho**;**

s) A abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretara em rescisão contratual;

t) Justificar ao coordenador ou diretor da unidade escolar, através de documento a falta que vier a ocorrer, assim como a data da reposição do dia letivo.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Cláusula 10ª Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato ou avaliação que comprove a não cumprimento das atribuições inerentes à função para a qual foi contratado o profissional, será aplicada a sansão prevista no ordenamento jurídico;

Cláusula 11ª Este contrato por prazo determinado vincula-se ao regime geral de providencia Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto;

DA RESCISÃO

Cláusula 12ª A inexecução total ou parcial do objeto deste CONTRATO ou resultado não favorável na avalição de desempenho do profissional enseja na sua rescisão de forma unilateral;

Cláusula 13ª *O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público*.

Cláusula 14ª Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Cláusula 15ª Fica eleito o Foro da comarca de Cáceres para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste contrato.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 04 Março de 2022

_____

CONTRATADO (A)

_____

LIAMARA RODRIGUES DA SILVA

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 001/2022 PARA PROCESSO DE ELEIÇÃO DOS SEGMENTOS DA SOCIEDADE CIVIL PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CÁCERES/MT, BIÊNIO 2022/2024

O COMITÊ ELEITORAL DE CONSELHOS - CMEC, da Secretaria Municipal de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no Decreto Municipal nº 273, de 02 de março de 2021, e na LEI Nº 2.206, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2009, que altera a Lei nº 1.308, de 21/11/95, que criou o Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS e dá outras providências, torna pública a abertura de inscrições e estabelece normas relativas ao Processo de Eleição das Entidades representantes da Sociedade Civil para compor o Conselho Municipal de Assistência Social de Cáceres/MT, Biênio 2022/2024.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O processo eleitoral será regido por este Edital, visando o preenchimento de 06 (seis) vagas para os segmentos da sociedade civil.

1.2. O processo eleitoral será composto de três etapas:

a) Habilitação;

b) Seleção por eleição mediante fórum e votos de todas os segmentos considerados habilitados;

c) Homologação da eleição.

2. DOS REQUISITOS PARA HABILITAÇÃO

2.1 São pré-requisitos para a entidade se habilitar para a referida seleção:

I - Requerimento devidamente assinado pelo responsável legal, conforme Anexo 1;

II - Ofício assinado pelo responsável legal indicando os nomes do titular e suplente, conforme Anexo 2;

III - Cópia da Carteira de Identidade e CPF dos representantes, titular e suplente, que serão indicados;

IV - Documento constitutivo e Cópia da ata da eleição da atual diretoria no caso de Entidades de Assistência Social;

V - Documento constitutivo e cópia da ata da eleição da atual diretoria no caso de representantes de trabalhadores do SUAS;

VI - Documento constitutivo ou declaratório no caso de representante de usuários;

2.2. Poderão candidatar-se para integrar o CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, para o biênio 2022 a 2024, os segmentos que se enquadrem em uma das seguintes categorias:

Segmento I - 02 (dois) representantes de Usuários e Organizações de Usuários;

Segmento II - 02 (dois) representantes de Entidades de Assistência Social;

Segmento III - 02 (dois) representantes de Trabalhadores do SUAS;

2.3 Para fins de inscrição das candidaturas, entendem-se como representantes:

Segmento I - Usuários: Pessoas vinculadas aos projetos, serviços e benefícios socioassistenciais, ou organizados sob a forma de grupos, associações, movimentos sociais, fóruns ou outros grupos organizados sob diferentes formas de constituição jurídica ou social de âmbito municipal e, Organizações de Usuários: Aquelas juridicamente constituídas, que tenham, estatutariamente, entre seus objetivos a defesa dos direitos de indivíduos e grupos vinculados à Política Nacional de Assistência Social - PNAS;

Segmento II - Entidades de Assistência Social: Todas as que estejam regularmente inscritas no CMAS, caracterizadas como de atendimento, assessoramento ou defesa de direitos;

Segmento III - Trabalhadores do SUAS: Organizações representativas de trabalhadores da área da Assistência Social, associações de trabalhadores, sindicatos, federações, centrais sindicais, conselhos de profissões regulamentadas que organizam, defendem ou representam os interesses dos trabalhadores que atuam institucionalmente na Política de Assistência Social.

2.4 Cada segmento deverá obedecer às seguintes especificidades:

I - Somente poderão participar do processo de escolha as entidades de assistência social inscritas no CMAS, até o dia 31 de dezembro de 2021, e sem nenhuma restrição ou suspensão, conforme legislações especificas do SUAS e registradas pelo CMAS;

II - Somente poderão participar do processo de escolha os representantes de Usuários e Organização de Usuários, que apresentarem documento hábil de modo a identificá-lo nessa categoria: documentos constitutivos ou declaratórios registrados em cartório, bem como em caso de usuários vinculados aos projetos, serviços e benefícios socioassistênciais serão aceitas declarações emitidas pelo representante do projeto, serviço ou benefício no território. (Ex: usuários do CRAS - declaração do Gerente ou responsável);

III - Somente poderão participar do processo de escolha as Organizações representativas de trabalhadores da área da Assistência Social que apresentarem documento constitutivo.

2.5 Os representantes da sociedade civil com dois mandatos consecutivos no CMAS ficam impedidos de serem indicados como representantes para o biênio 2022/2024.

3 DAS INSCRIÇÕES

3.1 Os segmentos interessados em participar desta convocação deverão efetivar inscrição, a ser realizada exclusivamente por meio eletrônico, encaminhados para o e-mail do Conselho Municipal de Assistência Social, na data estabelecida no item 5. CALENDÁRIO DO PROCESSO ELEITORAL

3.2 Os documentos referidos para inscrição, conforme o item 2.1, devem ser apresentados em formato PDF e/ou digitalizados, por meio do e-mail cmascaceres@gmail.com, indicando no campo "Assunto": EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 01/2022 - CMAS 2022 - 2024.

3.3 As inscrições recebidas após o horário e a data especificados no item 3.1 serão automaticamente invalidadas.

3.4 Terminado o prazo de inscrição, as entidades que se candidatarem tomarão conhecimento de sua habilitação através de EDITAL COMPLEMENTAR, na data estabelecida no item 5. CALENDÁRIO DO PROCESSO ELEITORAL.

3.5 Da decisão que indeferir o requerimento da inscrição, caberá recurso dirigido à Comissão Eleitoral da Eleição, no prazo de 24 horas, na data estabelecida no item 5. CALENDÁRIO DO PROCESSO ELEITORAL

3.6 O resultado da análise de recursos interpostos perante a Comissão Organizadora da Eleição será divulgado em EDITAL COMPLEMENTAR, na data estabelecida no item 5. CALENDÁRIO DO PROCESSO ELEITORAL

3 DA ELEIÇÃO

3.1 O Fórum Eleitoral será formado pelos representantes indicados no ato da inscrição, pelos segmentos com candidaturas habilitadas.

3.2 A eleição se realizará nas dependências da Unidade de Controle Social da Assistência Social, situada na Avenida Brasil, Prefeitura Municipal de Cáceres – anexo á Secretaria Municipal de Assistência Social, na data estabelecida no item 5. CALENDÁRIO DO PROCESSO ELEITORAL.

3.3 Participarão do processo de votação e apuração em Assembleia Geral, os segmentos habilitados para concorrer e os devidamente credenciados para votar.

3.4 Serão votados os segmentos e não seus representantes.

3.5 Somente poderá votar mediante a apresentação de documento de identificação pessoal oficial com foto na mesa de votação.

3.4 O Fórum Eleitoral não obedecerá a quórum mínimo, sendo que o processo de votação e apuração acontecerá com qualquer número de participantes, considerando o número de representação na composição.

3.5 No local de votação serão afixadas duas listas contendo:

I - Nome dos segmentos habilitados como candidatos;

II - Nome dos credenciados para votar, em cada segmento;

3.7 Será solicitado ao Ministério Público a indicação de um representante, para que fiscalize o processo eleitoral.

3.8 O voto será secreto e depositado em urna destinada exclusivamente para este fim.

3.9 As cédulas de votação listarão todas as entidades habilitadas ao pleito de acordo com os segmentos estabelecidos no art. 5º deste regulamento.

3.10 Cada cédula de votação será rubricada pelos membros do Comitê.

3.11 Os segmentos serão relacionados na cédula por ordem Alfabética;

3.12 Os representantes credenciados dos usuários, entidades de assistência social e trabalhadores do SUAS poderão votar em até 02 (dois) representantes de cada segmento;

3.13 Cada vez que o nome da entidade for indicado em uma das cédulas de votação será computado como um único voto.

3.14 Serão consideradas nulas as cédulas:

I - Que contenham o voto em número maior de segmentos, do que as determinadas no item 3.12

II - Que não correspondam ao modelo oficial;

III - Que não estiverem devidamente rubricadas pelo Comitê.

IV - Que estiverem em branco;

V - Quando a assinalação estiver colocada fora do quadrilátero próprio, desde que torne duvidosa a manifestação de vontade do eleitor.

3.15 A apuração será realizada pelo Comitê Eleitoral.

3.16 Os votos serão lançados no Mapa de Apuração, confeccionado para este fim e totalizados no mesmo, com a rubrica dos membros da Comissão Eleitoral.

3.17 Totalizados os votos, aqueles que obtiverem o maior número de acordo com seu segmento, serão proclamados para compor o Conselho para o biênio de 2020/2022.

3.18 Caso um segmento não apresente candidatos suficientes para compor o número de vagas destinadas ao segmento, cabe o Comitê Eleitoral proceder à readequação das vagas para garantir a composição do Conselho.

3.19 Em caso de empate será considerada eleita a Entidade, o representante dos trabalhadores do SUAS com fundação mais antiga, não sendo possível a verificação ou no caso de representantes de usuários será considerado eleito o candidato mais idoso, persistindo o empate, o desempate será feito por sorteio.

3.20 Os Segmentos serão relacionados em ordem decrescente do número de votos obtidos.

3.21 Os Segmentos que não forem votados entre os primeiros que comporão o Conselho, permanecerão listados por ordem do número de votos e serão chamadas a compor o Conselho no caso de vacância dentro desta ordem.

3.22 Os casos omissos neste Regulamento serão resolvidos pela Comissão Eleitoral, cujas deliberações obedecerão ao critério de maioria simples.

4 DA HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DA ELEIÇÃO

4.1 O resultado final da votação será homologado pelo Comitê Eleitoral, através de EDITAL COMPLEMENTAR a ser fixada na sede da Unidade de Controle da Assistência Social, divulgada no site oficial da Prefeitura de Cáceres e no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso.

5 CALENDÁRIO DO PROCESSO ELEITORAL

5. 1. O presente Edital obedecerá ao seguinte cronograma:

20/03/2022	Publicação e Divulgação do Edital de Seleção, no site oficial da Prefeitura de Cáceres (https://www.caceres.mt.gov.br/) e no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso (https://diariomunicipal.org/mt/amm/).
20/03/2022 a 28/03/2022	Inscrição de Candidaturas, exclusivamente, pelo e-mail: cmascaceres@gmail.com
29/03/2022	Avaliação e habilitação das candidaturas
30/03/2022	Divulgação da lista das entidades candidatas habilitadas para o processo de votação, no site oficial da Prefeitura de Cáceres (https://www.caceres.mt.gov.br/) e no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso (https://diariomunicipal.org/mt/amm/).
31/03/2022	Recursos das entidades julgadas não habilitadas, exclusivamente, pelo e-mail: cmascaceres@gmail.com
01/04/2022	Publicação dos recursos, , no site oficial da Prefeitura de Cáceres (https://www.caceres.mt.gov.br/) e no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso (https://diariomunicipal.org/mt/amm/).
06/04/2022	Fórum Eleitoral para a escolha das entidades da sociedade civil que integrarão o CMAS.
08/04/2022	Publicação do resultado da eleição, , no site oficial da Prefeitura de Cáceres (https://www.caceres.mt.gov.br/) e no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso (https://diariomunicipal.org/mt/amm/).

6. DISPOSIÇÕES GERAIS

6.1. O Comitê Eleitoral poderá solicitar às entidades candidatas outras informações e/ou documentos, caso entenda necessário.

6.2. Se Ao final do período de inscrições previsto neste Edital, o número de inscrições for inferior ao número de vagas previstas na LEI Nº 2.206, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2009, as inscrições poderão ser prorrogadas.

6.3. Os resultados, avisos sobre possíveis prorrogações e demais notícias sobre o processo de Eleição de entidades da sociedade civil de que trata este Edital serão divulgados no site oficial da Prefeitura de Cáceres (https://www.caceres.mt.gov.br/) e no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso (https://diariomunicipal.org/mt/amm/).

camila rangel ortiz

membro do Comitê eleitoral

Decreto Municipal nº 273, de 02 de março de 2021.

ANEXO 1 - REQUERIMENTO DE HABILITAÇÃO

Prezado Comitê Eleitoral para o processo eleitoral dos segmentos da Sociedade Civil para compor o CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL de CÁCERES/MT, biênio 2022/2024, pelo presente venho requerer HABILITAÇÃO AO PROCESSO ELEITORAL do segmento, abaixo identificado:

Entidade/Organização:_____

Presidente:

_____

CNPJ: _____

Endereço:

_____

Telefone: ( ) _____ Fax: ( )_____

Endereço eletrônico: _____

Nome do representante habilitado para votação: _____

CPF: _____ RG: _____

ATENÇÃO: Todos os Campos são de preenchimento obrigatório e deve ser assinalada apenas uma alternativa na identificação da condição e segmento.

( ) Segmento I - representantes de Usuários e Organizações de Usuários;

( ) Segmento II - representantes de Entidades de Assistência Social;

( ) Segmento III - representantes de Trabalhadores do SUAS;

_____

(Assinatura do (a) Presidente ou seu Representante legal)

Cáceres, ____/____/_____.

ANEXO 2 – MODELO DE OFÍCIO DE INDICAÇÃO

TIMBRE DA ENTIDADE/ORGANIZAÇÃO

Ofício nº. xx Cáceres/MT, _____ de _____de _____

Ao Comitê **Eleitoral para o processo eleitoral dos segmentos da Sociedade Civil para compor o CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL de CÁCERES/MT, biênio 2022/2024**

Assunto: Encaminhamento

Prezado Comitê,

Ao cumprimentá-los, pelo presente venho indicar os nomes dos representantes abaixo identificado, da entidade/organização (nome da entidade/organização), para compor o Conselho Municipal de Assistência Social de Cáceres/MT, Biênio 2022/2024 (em anexo cópia do RG e CPF dos representantes):

Titular: Nome da Pessoa

Suplente: Nome da Pessoa

Atenciosamente,

_____

(Assinatura do (a) Presidente ou seu Representante legal)

Cáceres, ____/____/_____.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
CONTRATO Nº 031/2022 – SMED POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2021

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, **LIAMARA RODRIGUES DA SILVA** de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e o (a) senhor (a), **FERNANDA PINTO DA SILVA BARROS,** brasileiro (a) residente e domiciliado (a) na Rua Da Farmácia, Residencial Universitário, Município de Cáceres MT, portador (a) do RG Nº 1224168 SSP-MT e CPF Nº 858.586.681-00, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público do (a) senhor (a) **FERNANDA PINTO DA SILVA BARROS,** no cargo de Professor (a) Licenciado (a) em Pedagogia, para exercer suas funções na Escola Municipal Santos do Dumont, com **carga horária de trabalho de 20(Vinte) horas semanais**, a contratação justifica-se e encontra amparo no inciso IX do caput do art.37 da Constituição Federal na turma do 5º ano vespertino em sala temporária, garantindo o direito dos 200 (duzentos) dias letivos conforme o calendário escolar.

Parágrafo único A carga horária do contrato poderá ser reduzida a qualquer momento mediante alteração da matriz curricular.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **23 de Fevereiro de 2022 e término em 23 de Dezembro de 2022.**

PARAGRAFO ÚNICO: O presente contrato poderá ser prorrogado por igual período sem exceder 02 (dois) anos de vinculo, de acordo com o interesse e justificativa da Secretaria Municipal de Educação.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de **R$ 2.475,26 (Dois mil quatrocentos e setenta cinco e vinte seis centavos) mensais.**

DOS SERVIÇOS O CONTRATADO

Cláusula 4ª Responsabilizar-se a, integramente, pelo que forem demandados pela CONTRATANTE, em conformidade com a normatização pertinente, cronogramas de aulas, materiais didáticos necessários (aulas práticas e teóricas).

DA FORMA DE PAGAMENTO

Cláusula 5ª Os pagamentos referentes às horas/aulas ministradas serão realizados mensalmente após de acordo com a folha de frequência.

DO ACOMPANHAMENTO E DA EXECUÇAO DO CONTRATO

Cláusula 6ª A gestora da unidade anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto do presente contrato, determinado o que for necessário a regularização das faltas, reposições e ou adequações necessárias para o cumprimento dos dias letivos.

DA DOTAÇAO ORÇAMENTARIA

Cláusula 7ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta da seguinte dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Educação:

Cód. Órgão	**Cód**. Unid. Orçamentaria	**Cód.** Função	**Cód.** Sub função	**Cód.** Programa	**Núm**. Projeto-atividade	**Cód.** Da categ. Econômica	**Cód.** Do grupo de natureza de despesa	**Cód.** da modalidade de aplicação	**Cód.** Elem. de despesa	**Cód.** Sub elemento de despesa	**Cód.** ID de uso e destinação de recurso	**Cód.** Grupo de destinação de recurso	**Cód.** da especificação da destinação de recurso	**Unid.** Orçamentaria
06	003	12	361	1004	2057	3	1	90	04	00	0	1	540	066009

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATANTE

Cláusula 8ª Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Aprovar o(s) projeto(s) pedagógico(s) a serem executados na unidade escolar; b) Comunicar ao CONTRATADO toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do CONTRATO; c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO; d) Propiciar recursos para que o CONTRATADO possa desempenhar seus serviços dentro das normas; e) Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento; f) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, na forma convencionada neste;

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATADA

Cláusula 9ª A contratado obriga-se, ainda:

a) Ser assíduo e comprometido com que é proposto pela Educação Municipal;

b) Realizar o controle da frequência e do desempenho escolar dos alunos;

c) Cumprir a carga horaria semanal estabelecida para a função na qual foi selecionado, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato, sob pena de rescisão contratual;

d) Apresentar documentação mensal relativa à execução de suas atividades ao gestor da unidade, para efeito de comprovação de assiduidade;

e) Estar ciente de que poderá ser convocado a qualquer momento a participar de reuniões em caráter administrativo e pedagógico, solicitada pela coordenação escolar ou geral;

f) Requerer expressamente, **com antecedência mínima de 30 (trinta) dias** ao gestor da instituição de ensino, o interesse em rescindir o contrato;

g) Zelar pelo patrimônio público, desde a estrutura física, a identidade e os valores institucionais;

h) Entregar planejamento anual antes do início das aulas, o qual poderá ser solicitado pela Coordenação escolar e pela Coordenação Pedagógica da Secretaria Municipal de Educaçãosua alteração e/ou adequação;

i) Planejar as aulas e atividades didáticas e ministra-las seguindo as orientações do projeto político pedagógico da unidade, bem como do material didático;

j) Adequar aprendizagem dos alunos as necessidades especificas do público-alvo;

k) Elaborar o conteúdo programático adequando conteúdo, aulas, materiais didáticos, mídias e bibliografia as necessidades dos alunos da unidade escolar;

l) Registrar diariamente em tempo real e em sistema próprio a frequência dos alunos;

m) Avaliar e registrar o desempenho dos alunos;

n) Manter as planilhas diárias atualizadas, e apresenta-las sempre que solicitado pelo coordenador pedagógico e ou coordenação geral da Secretaria Municipal de Educação;

o) Entregar toda documentação a secretaria escolar dentro do prazo exigido após a finalização do bimestre;

p) Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados;

q) Comunicar imediatamente o Coordenador pedagógico escolar a ausência do aluno 2 (dois) dias consecutivos sem justificativa;

r) Arcar com todo ônus relativo ao seu deslocamento, hospedagem, alimentação e demais custos que advenham da sua permanecia no local de trabalho**;**

s) A abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretara em rescisão contratual;

t) Justificar ao coordenador ou diretor da unidade escolar, através de documento a falta que vier a ocorrer, assim como a data da reposição do dia letivo.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Cláusula 10ª Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato ou avaliação que comprove a não cumprimento das atribuições inerentes à função para a qual foi contratado o profissional, será aplicada a sansão prevista no ordenamento jurídico;

Cláusula 11ª Este contrato por prazo determinado vincula-se ao regime geral de providencia Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto;

DA RESCISÃO

Cláusula 12ª A inexecução total ou parcial do objeto deste CONTRATO ou resultado não favorável na avalição de desempenho do profissional enseja na sua rescisão de forma unilateral;

Cláusula 13ª *O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.*

Cláusula 14ª Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Cláusula 15ª Fica eleito o Foro da comarca de Cáceres para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste contrato.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 23 de Fevereiro de 2022

_____

CONTRATADO (A)

_____

LIAMARA RODRIGUES DA SILVA

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
CONTRATO Nº 004/2022 – SMED POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFIFICADO 001/2021

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, **LIAMARA RODRIGUES DA SILVA** de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e o (a) senhor (a), **MARILUCY SILVA,** brasileiro (a) residente e domiciliado (a) na Praça Duque de Caxias, S/N, Bairro Centro, Município de Cáceres MT, portador (a) do RG Nº 04626648 SSP-MT e CPF n.º 354.142. 861-91, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público do (a) senhor (a) **MARILUCY SILVA,** no cargo de Professor (a) Licenciado (a) em Pedagogia, para exercer suas funções na Escola Municipal Santos Dumont, com **carga horária de trabalho de 20(Vinte) horas semanais**, seu chamado se justifica e encontra amparo no inciso IX do caput do art.37 da Constituição Federal na turma 4º vespertino, garantindo o direito dos 200 (duzentos) dias letivos conforme o calendário escolar.

Parágrafo único A carga horária do contrato poderá ser reduzida a qualquer momento mediante alteração da matriz curricular.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **17 de Fevereiro de 2022 e término em 23 de Dezembro de 2022.**

PARAGRAFO ÚNICO: O presente contrato poderá ser prorrogado por igual período sem exceder 02 (dois) anos de vinculo, de acordo com o interesse e justificativa da Secretaria Municipal de Educação.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de **R$ 2.475,26 (Dois mil quatrocentos e setenta cinco e vinte seis centavos) mensais.**

DOS SERVIÇOS O CONTRATADO

Cláusula 4ª Responsabilizar-se a, integramente, pelo que forem demandados pela CONTRATANTE, em conformidade com a normatização pertinente, cronogramas de aulas, materiais didáticos necessários (aulas práticas e teóricas).

DA FORMA DE PAGAMENTO

Cláusula 5ª Os pagamentos referentes às horas/aulas ministradas serão realizados mensalmente após de acordo com a folha de frequência.

DO ACOMPANHAMENTO E DA EXECUÇAO DO CONTRATO

Cláusula 6ª A gestora da unidade anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto do presente contrato, determinado o que for necessário a regularização das faltas, reposições e ou adequações necessárias para o cumprimento dos dias letivos.

DA DOTAÇAO ORÇAMENTARIA

Cláusula 7ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta da seguinte dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Educação:

Cód. Órgão	**Cód.** Unid. Orçamentaria	**Cód.** Função	**Cód.** Sub função	**Cód.** Programa	**Núm**. Projeto-atividade	**Cód.** Da categ. Econômica	**Cód.** Do grupo de natureza de despesa	**Cód.** da modalidade de aplicação	**Cód.** Elem. de despesa	**Cód.** Sub elemento de despesa	**Cód.** ID de uso e destinação de recurso	**Cód.** Grupo de destinação de recurso	**Cód.** da especificação da destinação de recurso	**Unid.** Orçamentaria
06	003	12	361	1004	2057	3	1	90	04	00	0	1	540	066009

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATANTE

Cláusula 8ª Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Aprovar o(s) projeto(s) pedagógico(s) a serem executados na unidade escolar; b) Comunicar ao CONTRATADO toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do CONTRATO; c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO; d) Propiciar recursos para que o CONTRATADO possa desempenhar seus serviços dentro das normas; e) Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento; f) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, na forma convencionada neste;

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATADA

Cláusula 9ª A contratado obriga-se, ainda:

a) Ser assíduo e comprometido com que é proposto pela Educação Municipal;

b) Realizar o controle da frequência e do desempenho escolar dos alunos;

c) Cumprir a carga horaria semanal estabelecida para a função na qual foi selecionado, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato, sob pena de rescisão contratual;

d) Apresentar documentação mensal relativa à execução de suas atividades ao gestor da unidade, para efeito de comprovação de assiduidade;

e) Estar ciente de que poderá ser convocado a qualquer momento a participar de reuniões em caráter administrativo e pedagógico, solicitada pela coordenação escolar ou geral;

f) Requerer expressamente, **com antecedência mínima de 30 (trinta) dias** ao gestor da instituição de ensino, o interesse em rescindir o contrato;

g) Zelar pelo patrimônio público, desde a estrutura física, a identidade e os valores institucionais;

h) Entregar planejamento anual antes do início das aulas, o qual poderá ser solicitado pela Coordenação escolar e pela Coordenação Pedagógica da Secretaria Municipal de Educaçãosua alteração e/ou adequação;

i) Planejar as aulas e atividades didáticas e ministra-las seguindo as orientações do projeto político pedagógico da unidade, bem como do material didático;

j) Adequar aprendizagem dos alunos as necessidades especificas do público-alvo;

k) Elaborar o conteúdo programático adequando conteúdo, aulas, materiais didáticos, mídias e bibliografia as necessidades dos alunos da unidade escolar;

l) Registrar diariamente em tempo real e em sistema próprio a frequência dos alunos;

m) Avaliar e registrar o desempenho dos alunos;

n) Manter as planilhas diárias atualizadas, e apresenta-las sempre que solicitado pelo coordenador pedagógico e ou coordenação geral da Secretaria Municipal de Educação;

o) Entregar toda documentação a secretaria escolar dentro do prazo exigido após a finalização do bimestre;

p) Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados;

q) Comunicar imediatamente o Coordenador pedagógico escolar a ausência do aluno 2 (dois) dias consecutivos sem justificativa;

r) Arcar com todo ônus relativo ao seu deslocamento, hospedagem, alimentação e demais custos que advenham da sua permanecia no local de trabalho**;**

s) A abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretara em rescisão contratual;

t) Justificar ao coordenador ou diretor da unidade escolar, através de documento a falta que vier a ocorrer, assim como a data da reposição do dia letivo.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Cláusula 10ª Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato ou avaliação que comprove a não cumprimento das atribuições inerentes à função para a qual foi contratado o profissional, será aplicada a sansão prevista no ordenamento jurídico;

Cláusula 11ª Este contrato por prazo determinado vincula-se ao regime geral de providencia Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto;

DA RESCISÃO

Cláusula 12ª A inexecução total ou parcial do objeto deste CONTRATO ou resultado não favorável na avalição de desempenho do profissional enseja na sua rescisão de forma unilateral;

Cláusula 13ª *O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.*

Cláusula 14ª Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Cláusula 15ª Fica eleito o Foro da comarca de Cáceres para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste contrato.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 17 de Fevereiro de 2022

_____

CONTRATADO (A)

_____

LIAMARA RODRIGUES DA SILVA

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
CONTRATO Nº 028/2022 – SMED POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2021

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, **LIAMARA RODRIGUES DA SILVA** de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e o (a) senhor (a), **JANE ANTUNES MAGALHES** (a) residente e domiciliado (a) na Rua Universitária S/N, Bairro Jardim Universitário, Município de Cáceres MT, portador (a) do RG nº 07352158 SSP-MT e CPF 855.353. 381-68, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional **JANE ANTUNES MAGALHES,** no cargo de Professor (a) Licenciado (a) em Pedagogia , para exercer suas funções na Escola Municipal Isabel Campos, com **carga horária de trabalho de 20(vinte) horas semanais** a contratação justifica-se e encontra legal no inciso IX do caput do art.37 da Constituição Federal, garantindo o direito dos 200 (duzentos) dias letivos conforme o calendário escolar.

Parágrafo único A carga horária do contrato poderá ser reduzida a qualquer momento mediante alteração da matriz curricular.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **23 de Fevereiro de 2022 e término em 23 de Dezembro de 2022.**

PARAGRAFO ÚNICO: O presente contrato poderá ser prorrogado por igual período sem exceder 02 (dois) anos de vinculo, de acordo com o interesse e justificativa da Secretaria Municipal de Educação.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de **R$ 2.475,26 (Dois mil quatrocentos setenta cinco e vinte seis centavos) mensais.**

DOS SERVIÇOS O CONTRATADO

Cláusula 4ª Responsabilizar-se a, integramente, pelo que forem demandados pela CONTRATANTE, em conformidade com a normatização pertinente, cronogramas de aulas, materiais didáticos necessários (aulas práticas e teóricas).

DA FORMA DE PAGAMENTO

Cláusula 5ª Os pagamentos referentes às horas/aulas ministradas serão realizados mensalmente após de acordo com a folha de frequência.

DO ACOMPANHAMENTO E DA EXECUÇAO DO CONTRATO

Cláusula 6ª A gestora da unidade anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto do presente contrato, determinado o que for necessário a regularização das faltas, reposições e ou adequações necessárias para o cumprimento dos dias letivos.

DA DOTAÇAO ORÇAMENTARIA

Cláusula 7ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta da seguinte dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Educação:

Cód. Órgão	**Cód.** Unid. Orçamentaria	**Cód.** Função	**Cód.** Sub função	**Cód.** Programa	**Núm.** Projeto-atividade	**Cód.** Da categ. Econômica	**Cód.** Do grupo de natureza de despesa	**Cód.** da modalidade de aplicação	**Cód.** Elem. de despesa	**Cód.** Sub elemento de despesa	**Cód.** ID de uso e destinação de recurso	**Cód.** Grupo de destinação de recurso	**Cód.** da especificação da destinação de recurso	**Unid.** Orçamentaria
06	003	12	361	1004	2057	3	1	90	04	00	0	1	540	066009

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATANTE

Cláusula 8ª Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Aprovar o(s) projeto(s) pedagógico(s) a serem executados na unidade escolar; b) Comunicar ao CONTRATADO toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do CONTRATO; c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO; d) Propiciar recursos para que o CONTRATADO possa desempenhar seus serviços dentro das normas; e) Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento; f) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, na forma convencionada neste;

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATADA

Cláusula 9ª A contratado obriga-se, ainda:

a) Ser assíduo e comprometido com que é proposto pela Educação Municipal;

b) Realizar o controle da frequência e do desempenho escolar dos alunos;

c) Cumprir a carga horaria semanal estabelecida para a função na qual foi selecionado, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato, sob pena de rescisão contratual;

d) Apresentar documentação mensal relativa à execução de suas atividades ao gestor da unidade, para efeito de comprovação de assiduidade;

e) Estar ciente de que poderá ser convocado a qualquer momento a participar de reuniões em caráter administrativo e pedagógico, solicitada pela coordenação escolar ou geral;

f) Requerer expressamente, **com antecedência mínima de 30 (trinta) dias** ao gestor da instituição de ensino, o interesse em rescindir o contrato;

g) Zelar pelo patrimônio público, desde a estrutura física, a identidade e os valores institucionais;

h) Entregar planejamento anual antes do início das aulas, o qual poderá ser solicitado pela Coordenação escolar e pela Coordenação Pedagógica da Secretaria Municipal de Educaçãosua alteração e/ou adequação;

i) Planejar as aulas e atividades didáticas e ministra-las seguindo as orientações do projeto político pedagógico da unidade, bem como do material didático;

j) Adequar aprendizagem dos alunos as necessidades especificas do público-alvo;

k) Elaborar o conteúdo programático adequando conteúdo, aulas, materiais didáticos, mídias e bibliografia as necessidades dos alunos da unidade escolar;

l) Registrar diariamente em tempo real e em sistema próprio a frequência dos alunos;

m) Avaliar e registrar o desempenho dos alunos;

n) Manter as planilhas diárias atualizadas, e apresenta-las sempre que solicitado pelo coordenador pedagógico e ou coordenação geral da Secretaria Municipal de Educação;

o) Entregar toda documentação a secretaria escolar dentro do prazo exigido após a finalização do bimestre;

p) Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados;

q) Comunicar imediatamente o Coordenador pedagógico escolar a ausência do aluno 2 (dois) dias consecutivos sem justificativa;

r) Arcar com todo ônus relativo ao seu deslocamento, hospedagem, alimentação e demais custos que advenham da sua permanecia no local de trabalho**;**

s) A abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretara em rescisão contratual;

t) Justificar ao coordenador ou diretor da unidade escolar, através de documento a falta que vier a ocorrer, assim como a data da reposição do dia letivo.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Cláusula 10ª Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato ou avaliação que comprove a não cumprimento das atribuições inerentes à função para a qual foi contratado o profissional, será aplicada a sansão prevista no ordenamento jurídico;

Cláusula 11ª Este contrato por prazo determinado vincula-se ao regime geral de providencia Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto;

DA RESCISÃO

Cláusula 12ª A inexecução total ou parcial do objeto deste CONTRATO ou resultado não favorável na avalição de desempenho do profissional enseja na sua rescisão de forma unilateral;

Cláusula 13ª *O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público*.

Cláusula 14ª Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Cláusula 15ª Fica eleito o Foro da comarca de Cáceres para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste contrato.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 23 de Fevereiro de 2022

_____

CONTRATADO (A)

_____

LIAMARA RODRIGUES DA SILVA

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
CONTRATO Nº 061/2022 – SMED POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFIFICADO 001/2021

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, **LIAMARA RODRIGUES DA SILVA** de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e o (a) senhor (a), **ROSIMAR MENDES GONÇALVES,** brasileiro (a) residente e domiciliado (a) na Rua das Camélias, N° 329, Bairro Cavalhada 3 no Município de Cáceres MT, portador (a) do RG Nº 1044833-0 SSP-MT e CPF Nº 621.779.581-72, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público do (a) senhor (a) **ROSIMAR MENDES GONÇALVES,** no cargo de Professor (a) Licenciado (a) em Pedagogia, para exercer suas funções na Escola Municipal Desembargador Gabriel Pinto de Arruda, com **carga horária de trabalho de 20(Vinte) horas semanais**, na turma do 1° ano no período Vespertino. A contratação justifica-se e encontra amparo no inciso IX do caput do art.37 da Constituição Federal. Garantindo o direito dos 200 (duzentos) dias letivos conforme o calendário escolar.

Parágrafo único A carga horária do contrato poderá ser reduzida a qualquer momento mediante alteração da matriz curricular.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **25 de Fevereiro de 2022 e término em 23 de Dezembro de 2022.**

PARAGRAFO ÚNICO: O presente contrato poderá ser prorrogado por igual período sem exceder 02 (dois) anos de vinculo, de acordo com o interesse e justificativa da Secretaria Municipal de Educação.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de **R$ 2.475,26 (Dois mil quatrocentos e setenta cinco e vinte seis centavos) mensais.**

DOS SERVIÇOS O CONTRATADO

Cláusula 4ª Responsabilizar-se a, integramente, pelo que forem demandados pela CONTRATANTE, em conformidade com a normatização pertinente, cronogramas de aulas, materiais didáticos necessários (aulas práticas e teóricas).

DA FORMA DE PAGAMENTO

Cláusula 5ª Os pagamentos referentes às horas/aulas ministradas serão efetuados mensalmente após de acordo com a folha de frequência.

DO ACOMPANHAMENTO E DA EXECUÇAO DO CONTRATO

Cláusula 6ª A gestora da unidade anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto do presente contrato, determinado o que for necessário a regularização das faltas, reposições e ou adequações necessárias para o cumprimento dos dias letivos.

DA DOTAÇAO ORÇAMENTARIA

Cláusula 7ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta da seguinte dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Educação:

Cód. Órgão	**Cód**. Unid. Orçamentaria	**Cód.** Função	**Cód.** Sub função	**Cód.** Programa	**Núm**. Projeto-atividade	**Cód.** Da categ. Econômica	**Cód.** Do grupo de natureza de despesa	**Cód.** da modalidade de aplicação	**Cód.** Elem. de despesa	**Cód.** Sub elemento de despesa	**Cód.** ID de uso e destinação de recurso	**Cód.** Grupo de destinação de recurso	**Cód.** da especificação da destinação de recurso	**Unid.** Orçamentaria
06	003	12	361	1004	2057	3	1	90	04	00	0	1	540	066009

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATANTE

Cláusula 8ª Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Aprovar o(s) projeto(s) pedagógico(s) a serem executados na unidade escolar; b) Comunicar ao CONTRATADO toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do CONTRATO; c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO; d) Propiciar recursos para que o CONTRATADO possa desempenhar seus serviços dentro das normas; e) Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento; f) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, na forma convencionada neste;

DAS OBRIGAÇOES DO CONTRATADO

Cláusula 9ª O contratado obriga-se, ainda:

a) Ser assíduo e comprometido com que é proposto pela Educação Municipal;

b) Realizar o controle da frequência e do desempenho escolar dos alunos;

c) Cumprir a carga horaria semanal estabelecida para a função na qual foi selecionado, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato, sob pena de rescisão contratual;

d) Apresentar documentação mensal relativa à execução de suas atividades ao gestor da unidade, para efeito de comprovação de assiduidade;

e) Estar ciente de que poderá ser convocado a qualquer momento a participar de reuniões em caráter administrativo e pedagógico, solicitada pela coordenação escolar ou geral;

f) Requerer expressamente, **com antecedência mínima de 30 (trinta) dias** ao gestor da instituição de ensino, o interesse em rescindir o contrato;

g) Zelar pelo patrimônio público, desde a estrutura física, a identidade e os valores institucionais;

h) Entregar planejamento anual antes do início das aulas, o qual poderá ser solicitado pela Coordenação escolar e pela Coordenação Pedagógica da Secretaria Municipal de Educaçãosua alteração e/ou adequação;

i) Planejar as aulas e atividades didáticas e ministrá-las seguindo as orientações do Projeto Político Pedagógico da Unidade Escolar, bem como do material didático;

j) Adequar aprendizagem dos alunos as necessidades especificas do público-alvo;

k) Elaborar o conteúdo programático adequando conteúdo, aulas, materiais didáticos, mídias e bibliografia as necessidades dos alunos da unidade escolar;

l) Registrar diariamente em tempo real e em sistema próprio a frequência dos alunos;

m) Avaliar e registrar o desempenho dos alunos;

n) Manter as planilhas diárias atualizadas, e apresentá-las sempre que solicitado pelo Coordenador Pedagógico e ou coordenação geral da Secretaria Municipal de Educação;

o) Entregar toda documentação a secretaria escolar dentro do prazo exigido após a finalização do bimestre;

p) Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados;

q) Comunicar imediatamente o Coordenador Pedagógico escolar a ausência do aluno 2 (dois) dias consecutivos sem justificativa;

r) Arcar com todo ônus relativo ao seu deslocamento, hospedagem, alimentação e demais custos que advenham da sua permanência no local de trabalho**;**

s) A abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual;

t) Justificar ao Coordenador ou Diretor da Unidade Escolar, através de documento a falta que vier a ocorrer, assim como a data da reposição do dia letivo.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Cláusula 10ª Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato ou avaliação que comprove o não cumprimento das atribuições inerentes à função para a qual foi contratado o profissional, será aplicada a sansão prevista no ordenamento jurídico;

Cláusula 11ª Este contrato por prazo determinado, em caráter emergencial, vincula-se ao Regime Geral de Providência Social – INSS para o qual o Contratado contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto;

DA RESCISÃO

Cláusula 12ª A inexecução total ou parcial do objeto deste CONTRATO ou resultado não favorável na avalição de desempenho do profissional enseja na sua rescisão de forma unilateral;

Cláusula 13ª *O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.*

Cláusula 14ª Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Cláusula 15ª Fica eleito o Foro da comarca de Cáceres para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste contrato.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 07 de Março de 2022

_____

CONTRATADO (A)

_____

LIAMARA RODRIGUES DA SILVA

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
CONTRATO Nº 053/2022 – SMED POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFIFICADO 001/2021

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, **LIAMARA RODRIGUES DA SILVA** de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e o (a) senhor (a), **ADRIANA REGINA DE MAGALHAES CASTRILLON,** brasileiro (a) residente e domiciliado (a) na Rua Jauru, N° 263, Bairro Cavalhada 1 no Município de Cáceres MT, portador (a) do RG Nº 821963 SSP-MT e CPF Nº 572.160.701-78, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público do (a) senhor (a) **ADRIANA REGINA DE MAGALHAES CASTRILLON,** no cargo de Professor (a) Licenciado (a) em Pedagogia, para exercer suas funções na Escola Municipal Desembargador Gabriel Pinto de Arruda, com **carga horária de trabalho de 20(Vinte) horas semanais**, na turma do 5° ano no período Matutino. A contratação justifica-se e encontra amparo no inciso IX do caput do art.37 da Constituição Federal. Garantindo o direito dos 200 (duzentos) dias letivos conforme o calendário escolar.

Parágrafo único A carga horária do contrato poderá ser reduzida a qualquer momento mediante alteração da matriz curricular.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **03 Março de 2022 e término em 23 de Dezembro de 2022.**

PARAGRAFO ÚNICO: O presente contrato poderá ser prorrogado por igual período sem exceder 02 (dois) anos de vinculo, de acordo com o interesse e justificativa da Secretaria Municipal de Educação.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de **R$ 2.475,26 (Dois mil quatrocentos e setenta cinco e vinte seis centavos) mensais.**

DOS SERVIÇOS O CONTRATADO

Cláusula 4ª Responsabilizar-se a, integramente, pelo que forem demandados pela CONTRATANTE, em conformidade com a normatização pertinente, cronogramas de aulas, materiais didáticos necessários (aulas práticas e teóricas).

DA FORMA DE PAGAMENTO

Cláusula 5ª Os pagamentos referentes às horas/aulas ministradas serão efetuados mensalmente após de acordo com a folha de frequência.

DO ACOMPANHAMENTO E DA EXECUÇAO DO CONTRATO

Cláusula 6ª A gestora da unidade anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto do presente contrato, determinado o que for necessário a regularização das faltas, reposições e ou adequações necessárias para o cumprimento dos dias letivos.

DA DOTAÇAO ORÇAMENTARIA

Cláusula 7ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta da seguinte dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Educação:

Cód. Órgão	**Cód.** Unid. Orçamentaria	**Cód.** Função	**Cód.** Sub função	**Cód.** Programa	**Núm.** Projeto-atividade	**Cód.** Da categ. Econômica	**Cód.** Do grupo de natureza de despesa	**Cód.** da modalidade de aplicação	**Cód.** Elem. de despesa	**Cód.** Sub elemento de despesa	**Cód.** ID de uso e destinação de recurso	**Cód.** Grupo de destinação de recurso	**Cód.** da especificação da destinação de recurso	**Unid.** Orçamentaria
06	003	12	361	1004	2057	3	1	90	04	00	0	1	540	066009

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATANTE

Cláusula 8ª Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Aprovar o(s) projeto(s) pedagógico(s) a serem executados na unidade escolar; b) Comunicar ao CONTRATADO toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do CONTRATO; c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO; d) Propiciar recursos para que o CONTRATADO possa desempenhar seus serviços dentro das normas; e) Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento; f) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, na forma convencionada neste;

DAS OBRIGAÇOES DO CONTRATADO

Cláusula 9ª O contratado obriga-se, ainda:

a) Ser assíduo e comprometido com que é proposto pela Educação Municipal;

b) Realizar o controle da frequência e do desempenho escolar dos alunos;

c) Cumprir a carga horaria semanal estabelecida para a função na qual foi selecionado, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato, sob pena de rescisão contratual;

d) Apresentar documentação mensal relativa à execução de suas atividades ao gestor da unidade, para efeito de comprovação de assiduidade;

e) Estar ciente de que poderá ser convocado a qualquer momento a participar de reuniões em caráter administrativo e pedagógico, solicitada pela coordenação escolar ou geral;

f) Requerer expressamente, **com antecedência mínima de 30 (trinta) dias** ao gestor da instituição de ensino, o interesse em rescindir o contrato;

g) Zelar pelo patrimônio público, desde a estrutura física, a identidade e os valores institucionais;

h) Entregar planejamento anual antes do início das aulas, o qual poderá ser solicitado pela Coordenação escolar e pela Coordenação Pedagógica da Secretaria Municipal de Educaçãosua alteração e/ou adequação;

i) Planejar as aulas e atividades didáticas e ministrá-las seguindo as orientações do Projeto Político Pedagógico da Unidade Escolar, bem como do material didático;

j) Adequar aprendizagem dos alunos as necessidades especificas do público-alvo;

k) Elaborar o conteúdo programático adequando conteúdo, aulas, materiais didáticos, mídias e bibliografia as necessidades dos alunos da unidade escolar;

l) Registrar diariamente em tempo real e em sistema próprio a frequência dos alunos;

m) Avaliar e registrar o desempenho dos alunos;

n) Manter as planilhas diárias atualizadas, e apresentá-las sempre que solicitado pelo Coordenador Pedagógico e ou coordenação geral da Secretaria Municipal de Educação;

o) Entregar toda documentação a secretaria escolar dentro do prazo exigido após a finalização do bimestre;

p) Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados;

q) Comunicar imediatamente o Coordenador Pedagógico escolar a ausência do aluno 2 (dois) dias consecutivos sem justificativa;

r) Arcar com todo ônus relativo ao seu deslocamento, hospedagem, alimentação e demais custos que advenham da sua permanência no local de trabalho**;**

s) A abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual;

t) Justificar ao Coordenador ou Diretor da Unidade Escolar, através de documento a falta que vier a ocorrer, assim como a data da reposição do dia letivo.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Cláusula 10ª Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato ou avaliação que comprove o não cumprimento das atribuições inerentes à função para a qual foi contratado o profissional, será aplicada a sansão prevista no ordenamento jurídico;

Cláusula 11ª Este contrato por prazo determinado, em caráter emergencial, vincula-se ao Regime Geral de Providência Social – INSS para o qual o Contratado contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto;

DA RESCISÃO

Cláusula 12ª A inexecução total ou parcial do objeto deste CONTRATO ou resultado não favorável na avalição de desempenho do profissional enseja na sua rescisão de forma unilateral;

Cláusula 13ª *O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.*

Cláusula 14ª Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Cláusula 15ª Fica eleito o Foro da comarca de Cáceres para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste contrato.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 07 de Março de 2022

_____

CONTRATADO (A)

_____

LIAMARA RODRIGUES DA SILVA

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
CONTRATO Nº 051/2022 – SMED POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2021

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, **LIAMARA RODRIGUES DA SILVA** de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e o (a) senhor (a), **MARIA AUXILIADORA DA SILVA SCACHETI,** brasileiro (a) residente e domiciliado (a) na Rua do Retiro, N° 47, Bairro Vila Irene no Município de Cáceres MT, portador (a) do RG Nº 0456324-1 SSP-MT e CPF Nº 486.968.891-34, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público do (a) senhor (a) **MARIA AUXILIADORA DA SILVA SCACHETI,** no cargo de Professor (a) Licenciado (a) em Pedagogia, para exercer suas funções na Escola Municipal Isabel Campos, com **carga horária de trabalho de 20(Vinte) horas semanais**, na turma do 1° ano no período Vespertino. A contratação justifica-se e encontra amparo no inciso IX do caput do art.37 da Constituição Federal. Garantindo o direito dos 200 (duzentos) dias letivos conforme o calendário escolar.

Parágrafo único A carga horária do contrato poderá ser reduzida a qualquer momento mediante alteração da matriz curricular.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **24 de Fevereiro de 2022 e término em 23 de Dezembro de 2022.**

PARAGRAFO ÚNICO: O presente contrato poderá ser prorrogado por igual período sem exceder 02 (dois) anos de vinculo, de acordo com o interesse e justificativa da Secretaria Municipal de Educação.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de **R$ 2.475,26 (Dois mil quatrocentos e setenta cinco e vinte seis centavos) mensais.**

DOS SERVIÇOS O CONTRATADO

Cláusula 4ª Responsabilizar-se a, integramente, pelo que forem demandados pela CONTRATANTE, em conformidade com a normatização pertinente, cronogramas de aulas, materiais didáticos necessários (aulas práticas e teóricas).

DA FORMA DE PAGAMENTO

Cláusula 5ª Os pagamentos referentes às horas/aulas ministradas serão efetuados mensalmente após de acordo com a folha de frequência.

DO ACOMPANHAMENTO E DA EXECUÇAO DO CONTRATO

Cláusula 6ª A gestora da unidade anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto do presente contrato, determinado o que for necessário a regularização das faltas, reposições e ou adequações necessárias para o cumprimento dos dias letivos.

DA DOTAÇAO ORÇAMENTARIA

Cláusula 7ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta da seguinte dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Educação:

Cód. Órgão	**Cód**. Unid. Orçamentaria	**Cód.** Função	**Cód.** Sub função	**Cód.** Programa	**Núm**. Projeto-atividade	**Cód.** Da categ. Econômica	**Cód.** Do grupo de natureza de despesa	**Cód.** da modalidade de aplicação	**Cód.** Elem. de despesa	**Cód.** Sub elemento de despesa	**Cód.** ID de uso e destinação de recurso	**Cód.** Grupo de destinação de recurso	**Cód.** da especificação da destinação de recurso	**Unid.** Orçamentaria
06	003	12	361	1004	2057	3	1	90	04	00	0	1	540	066009

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATANTE

Cláusula 8ª Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Aprovar o(s) projeto(s) pedagógico(s) a serem executados na unidade escolar; b) Comunicar ao CONTRATADO toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do CONTRATO; c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO; d) Propiciar recursos para que o CONTRATADO possa desempenhar seus serviços dentro das normas; e) Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento; f) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, na forma convencionada neste;

DAS OBRIGAÇOES DO CONTRATADO

Cláusula 9ª O contratado obriga-se, ainda:

a) Ser assíduo e comprometido com que é proposto pela Educação Municipal;

b) Realizar o controle da frequência e do desempenho escolar dos alunos;

c) Cumprir a carga horaria semanal estabelecida para a função na qual foi selecionado, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato, sob pena de rescisão contratual;

d) Apresentar documentação mensal relativa à execução de suas atividades ao gestor da unidade, para efeito de comprovação de assiduidade;

e) Estar ciente de que poderá ser convocado a qualquer momento a participar de reuniões em caráter administrativo e pedagógico, solicitada pela coordenação escolar ou geral;

f) Requerer expressamente, **com antecedência mínima de 30 (trinta) dias** ao gestor da instituição de ensino, o interesse em rescindir o contrato;

g) Zelar pelo patrimônio público, desde a estrutura física, a identidade e os valores institucionais;

h) Entregar planejamento anual antes do início das aulas, o qual poderá ser solicitado pela Coordenação escolar e pela Coordenação Pedagógica da Secretaria Municipal de Educaçãosua alteração e/ou adequação;

i) Planejar as aulas e atividades didáticas e ministrá-las seguindo as orientações do Projeto Político Pedagógico da Unidade Escolar, bem como do material didático;

j) Adequar aprendizagem dos alunos as necessidades especificas do público-alvo;

k) Elaborar o conteúdo programático adequando conteúdo, aulas, materiais didáticos, mídias e bibliografia as necessidades dos alunos da unidade escolar;

l) Registrar diariamente em tempo real e em sistema próprio a frequência dos alunos;

m) Avaliar e registrar o desempenho dos alunos;

n) Manter as planilhas diárias atualizadas, e apresentá-las sempre que solicitado pelo Coordenador Pedagógico e ou coordenação geral da Secretaria Municipal de Educação;

o) Entregar toda documentação a secretaria escolar dentro do prazo exigido após a finalização do bimestre;

p) Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados;

q) Comunicar imediatamente o Coordenador Pedagógico escolar a ausência do aluno 2 (dois) dias consecutivos sem justificativa;

r) Arcar com todo ônus relativo ao seu deslocamento, hospedagem, alimentação e demais custos que advenham da sua permanência no local de trabalho**;**

s) A abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual;

t) Justificar ao Coordenador ou Diretor da Unidade Escolar, através de documento a falta que vier a ocorrer, assim como a data da reposição do dia letivo.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Cláusula 10ª Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato ou avaliação que comprove o não cumprimento das atribuições inerentes à função para a qual foi contratado o profissional, será aplicada a sansão prevista no ordenamento jurídico;

Cláusula 11ª Este contrato por prazo determinado, em caráter emergencial, vincula-se ao Regime Geral de Providência Social – INSS para o qual o Contratado contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto;

DA RESCISÃO

Cláusula 12ª A inexecução total ou parcial do objeto deste CONTRATO ou resultado não favorável na avalição de desempenho do profissional enseja na sua rescisão de forma unilateral;

Cláusula 13ª *O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.*

Cláusula 14ª Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Cláusula 15ª Fica eleito o Foro da comarca de Cáceres para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste contrato.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 23 de Fevereiro de 2022

_____

CONTRATADO (A)

_____

LIAMARA RODRIGUES DA SILVA

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
CONTRATO Nº 019/2022 – SMED POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFIFICADO 001/2021

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, **LIAMARA RODRIGUES DA SILVA** de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e o (a) senhor (a), **SARNEY JUSTINO DOS REIS,** brasileiro (a) residente e domiciliado (a) na Rua Sepotuba N° 330, Bairro Cavalhada I, Município de Cáceres MT, portador (a) do RG Nº 1091080-8 SSP-MT e CPF Nº 004.198.831.00, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público do (a) senhor (a) **SARNEY JUSTINO DOS REIS,** no cargo de Auxiliar de desenvolvimento infantil, para exercer suas funções na Escola Municipal Dom Máximo Biénnes/ Tancredo Neves, com **carga horária de trabalho de 40(Quarenta horas) semanais**, período Matutino e Vespertino, a contratação justifica-se e encontra amparo legal no inciso IX do caput do art.37 da Constituição Federal, garantindo o direito dos 200 (duzentos) dias letivos conforme o calendário escolar.

Parágrafo único A carga horária do contrato poderá ser reduzida a qualquer momento mediante alteração da matriz curricular.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **03 de Março de 2022 e término em 23 de Dezembro de 2022.**

PARAGRAFO ÚNICO: O presente contrato poderá ser prorrogado por igual período sem exceder 02 (dois) anos de vinculo, de acordo com o interesse e justificativa da Secretaria Municipal de Educação.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de **R$ 1.450,80 (Mil Quatrocentos e Cinquenta e oitenta centavos) mensais.**

DOS SERVIÇOS O CONTRATADO

Cláusula 4ª Responsabilizar-se a, integramente, pelo que forem demandados pela CONTRATANTE, em conformidade com a normatização pertinente, cronogramas de aulas, materiais didáticos necessários (aulas práticas e teóricas).

DA FORMA DE PAGAMENTO

Cláusula 5ª Os pagamentos referentes às horas/aulas ministradas serão realizados mensalmente após de acordo com a folha de frequência.

DO ACOMPANHAMENTO E DA EXECUÇAO DO CONTRATO

Cláusula 6ª A gestora da unidade anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto do presente contrato, determinado o que for necessário a regularização das faltas, reposições e ou adequações necessárias para o cumprimento dos dias letivos.

DA DOTAÇAO ORÇAMENTARIA

Cláusula 7ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta da seguinte dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Educação:

Cód. Órgão	**Cód.** Unid. Orçamentaria	**Cód.** Função	**Cód.** Sub função	**Cód.** Programa	**Núm.** Projeto-atividade	**Cód.** Da categ. Econômica	**Cód.** Do grupo de natureza	**Cód.** da modalidade de	**Cód.** Elem. de despesa	**Cód.** Sub elemento de despesa	**Cód.** ID de uso e destina-	**Cód.** Grupo de destina-	**Cód.** da especificação da destina-	**Unid.** Orçamentaria

							de despesa	aplicação			ção de recurso	ção de recurso	ção de recurso	
06	003	12	361	1004	2057	3	1	90	04	00	0	1	540	066009

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATANTE

Cláusula 8ª Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Aprovar o(s) projeto(s) pedagógico(s) a serem executados na unidade escolar; b) Comunicar ao CONTRATADO toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do CONTRATO; c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO; d) Propiciar recursos para que o CONTRATADO possa desempenhar seus serviços dentro das normas; e) Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento; f) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, na forma convencionada neste;

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATADA

Cláusula 9ª A contratado obriga-se, ainda:

a) Ser assíduo e comprometido com que é proposto pela Educação Municipal;

b) Realizar o controle da frequência e do desempenho escolar dos alunos;

c) Cumprir a carga horaria semanal estabelecida para a função na qual foi selecionado, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato, sob pena de rescisão contratual;

d) Apresentar documentação mensal relativa à execução de suas atividades ao gestor da unidade, para efeito de comprovação de assiduidade;

e) Estar ciente de que poderá ser convocado a qualquer momento a participar de reuniões em caráter administrativo e pedagógico, solicitada pela coordenação escolar ou geral;

f) Requerer expressamente, **com antecedência mínima de 30 (trinta) dias** ao gestor da instituição de ensino, o interesse em rescindir o contrato;

g) Zelar pelo patrimônio público, desde a estrutura física, a identidade e os valores institucionais;

h) Entregar planejamento anual antes do início das aulas, o qual poderá ser solicitado pela Coordenação escolar e pela Coordenação Pedagógica da Secretaria Municipal de Educaçãosua alteração e/ou adequação;

i) Planejar as aulas e atividades didáticas e ministra-las seguindo as orientações do projeto político pedagógico da unidade, bem como do material didático;

j) Adequar aprendizagem dos alunos as necessidades especificas do público-alvo;

k) Elaborar o conteúdo programático adequando conteúdo, aulas, materiais didáticos, mídias e bibliografia as necessidades dos alunos da unidade escolar;

l) Registrar diariamente em tempo real e em sistema próprio a frequência dos alunos;

m) Avaliar e registrar o desempenho dos alunos;

n) Manter as planilhas diárias atualizadas, e apresenta-las sempre que solicitado pelo coordenador pedagógico e ou coordenação geral da Secretaria Municipal de Educação;

o) Entregar toda documentação a secretaria escolar dentro do prazo exigido após a finalização do bimestre;

p) Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados;

q) Comunicar imediatamente o Coordenador pedagógico escolar a ausência do aluno 2 (dois) dias consecutivos sem justificativa;

r) Arcar com todo ônus relativo ao seu deslocamento, hospedagem, alimentação e demais custos que advenham da sua permanecia no local de trabalho**;**

s) A abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretara em rescisão contratual;

t) Justificar ao coordenador ou diretor da unidade escolar, através de documento a falta que vier a ocorrer, assim como a data da reposição do dia letivo.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Cláusula 10ª Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato ou avaliação que comprove a não cumprimento das atribuições inerentes à função para a qual foi contratado o profissional, será aplicada a sansão prevista no ordenamento jurídico;

Cláusula 11ª Este contrato por prazo determinado vincula-se ao regime geral de providencia Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto;

DA RESCISÃO

Cláusula 12ª A inexecução total ou parcial do objeto deste CONTRATO ou resultado não favorável na avalição de desempenho do profissional enseja na sua rescisão de forma unilateral;

Cláusula 13ª *O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.*

Cláusula 14ª Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Cláusula 15ª Fica eleito o Foro da comarca de Cáceres para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste contrato.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 04 Março de 2022

_____

CONTRATADO (A)

_____

LIAMARA RODRIGUES DA SILVA

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
CONTRATO Nº 003/2022 – SMED POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFIFICADO 001/2021

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, **LIAMARA RODRIGUES DA SILVA** de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e o (a) senhor (a), **ANA LUIZA DE OLIVEIRA EL CHAMY,** brasileiro (a) residente e domiciliado (a) na Rua Das Maravilha , S/N, Bairro Cavalhada , Município de Cáceres MT, portador (a) do RG Nº 04021932 SSP-MT e CPF n.º 531.730.821-68, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público do (a) senhor (a) **ANA LUIZA DE OLIVEIRA EL CHAMY,** no cargo de Professor (a) Licenciado (a) em Pedagogia, para exercer suas funções na Escola Municipal Santos Dumont, com **carga horária de trabalho de 20(Vinte) horas semanais**, seu chamado se justifica e encontra amparo no inciso IX do caput do art.37 da Constituição Federal na turma 5º vespertino, garantindo o direito dos 200 (duzentos) dias letivos conforme o calendário escolar.

Parágrafo único A carga horária do contrato poderá ser reduzida a qualquer momento mediante alteração da matriz curricular.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **17 de Fevereiro de 2022 e término em 23 de Dezembro de 2022.**

PARAGRAFO ÚNICO: O presente contrato poderá ser prorrogado por igual período sem exceder 02 (dois) anos de vinculo, de acordo com o interesse e justificativa da Secretaria Municipal de Educação.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de **R$ 2.475,26 (Dois mil quatrocentos e setenta cinco e vinte seis centavos) mensais.**

DOS SERVIÇOS O CONTRATADO

Cláusula 4ª Responsabilizar-se a, integramente, pelo que forem demandados pela CONTRATANTE, em conformidade com a normatização pertinente, cronogramas de aulas, materiais didáticos necessários (aulas práticas e teóricas).

DA FORMA DE PAGAMENTO

Cláusula 5ª Os pagamentos referentes às horas/aulas ministradas serão realizados mensalmente após de acordo com a folha de frequência.

DO ACOMPANHAMENTO E DA EXECUÇAO DO CONTRATO

Cláusula 6ª A gestora da unidade anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto do presente contrato, determinado o que for necessário a regularização das faltas, reposições e ou adequações necessárias para o cumprimento dos dias letivos.

DA DOTAÇAO ORÇAMENTARIA

Cláusula 7ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta da seguinte dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Educação:

Cód. Órgão	**Cód**. Unid. Orçamentaria	**Cód.** Função	**Cód.** Sub função	**Cód.** Programa	**Núm**. Projeto-atividade	**Cód.** Da categ. Econômica	**Cód.** Do grupo de natureza de despesa	**Cód.** da modalidade de aplicação	**Cód.** Elem. de despesa	**Cód.** Sub elemento de despesa	**Cód.** ID de uso e destinação de recurso	**Cód.** Grupo de destinação de recurso	**Cód.** da especificação da destinação de recurso	**Unid.** Orçamentaria
06	003	12	361	1004	2057	3	1	90	04	00	0	1	540	066009

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATANTE

Cláusula 8ª Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Aprovar o(s) projeto(s) pedagógico(s) a serem executados na unidade escolar; b) Comunicar ao CONTRATADO toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do CONTRATO; c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO; d) Propiciar

recursos para que o CONTRATADO possa desempenhar seus serviços dentro das normas; e) Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento; f) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, na forma convencionada neste;

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATADA

Cláusula 9ª A contratado obriga-se, ainda:

a) Ser assíduo e comprometido com que é proposto pela Educação Municipal;

b) Realizar o controle da frequência e do desempenho escolar dos alunos;

c) Cumprir a carga horaria semanal estabelecida para a função na qual foi selecionado, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato, sob pena de rescisão contratual;

d) Apresentar documentação mensal relativa à execução de suas atividades ao gestor da unidade, para efeito de comprovação de assiduidade;

e) Estar ciente de que poderá ser convocado a qualquer momento a participar de reuniões em caráter administrativo e pedagógico, solicitada pela coordenação escolar ou geral;

f) Requerer expressamente, **com antecedência mínima de 30 (trinta) dias** ao gestor da instituição de ensino, o interesse em rescindir o contrato;

g) Zelar pelo patrimônio público, desde a estrutura física, a identidade e os valores institucionais;

h) Entregar planejamento anual antes do início das aulas, o qual poderá ser solicitado pela Coordenação escolar e pela Coordenação Pedagógica da Secretaria Municipal de Educaçãosua alteração e/ou adequação;

i) Planejar as aulas e atividades didáticas e ministra-las seguindo as orientações do projeto político pedagógico da unidade, bem como do material didático;

j) Adequar aprendizagem dos alunos as necessidades especificas do público-alvo;

k) Elaborar o conteúdo programático adequando conteúdo, aulas, materiais didáticos, mídias e bibliografia as necessidades dos alunos da unidade escolar;

l) Registrar diariamente em tempo real e em sistema próprio a frequência dos alunos;

m) Avaliar e registrar o desempenho dos alunos;

n) Manter as planilhas diárias atualizadas, e apresenta-las sempre que solicitado pelo coordenador pedagógico e ou coordenação geral da Secretaria Municipal de Educação;

o) Entregar toda documentação a secretaria escolar dentro do prazo exigido após a finalização do bimestre;

p) Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados;

q) Comunicar imediatamente o Coordenador pedagógico escolar a ausência do aluno 2 (dois) dias consecutivos sem justificativa;

r) Arcar com todo ônus relativo ao seu deslocamento, hospedagem, alimentação e demais custos que advenham da sua permanecia no local de trabalho**;**

s) A abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretara em rescisão contratual;

t) Justificar ao coordenador ou diretor da unidade escolar, através de documento a falta que vier a ocorrer, assim como a data da reposição do dia letivo.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Cláusula 10ª Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato ou avaliação que comprove a não cumprimento das atribuições inerentes à função para a qual foi contratado o profissional, será aplicada a sansão prevista no ordenamento jurídico;

Cláusula 11ª Este contrato por prazo determinado vincula-se ao regime geral de providencia Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto;

DA RESCISÃO

Cláusula 12ª A inexecução total ou parcial do objeto deste CONTRATO ou resultado não favorável na avalição de desempenho do profissional enseja na sua rescisão de forma unilateral;

Cláusula 13ª *O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.*

Cláusula 14ª Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Cláusula 15ª Fica eleito o Foro da comarca de Cáceres para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste contrato.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 17 de Fevereiro de 2022

_____

CONTRATADO (A)

_____

LIAMARA RODRIGUES DA SILVA

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
CONTRATO Nº 001/2022 – SMED POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2021

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, **LIAMARA RODRIGUES DA SILVA** de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e o (a) senhor (a), **DALVA DOS SANTOS RANZANI,** brasileiro (a) residente e domiciliado (a) na Rua Dr Jose Monteiro da Silva, nº411, Bairro São Luiz, Município de Cáceres MT, portador (a) do RG Nº 095004 SSP-MT e CPF n.º 304.627.621-49, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público do (a) senhor (a) **DALVA DOS SANTOS RANZANI,** no cargo de Professor (a) Licenciado (a) em Pedagogia, para exercer suas funções na Escola Municipal Raquel Ramão da Silva , com **carga horária de trabalho de 20(Vinte) horas semanais**, seu chamamento se justifica e encontra amparo no inciso IX do caput do art.37 da Constituição Federal na turma 1º ano vespertino, garantindo o direito dos 200 (duzentos) dias letivos conforme o calendário escolar.

Parágrafo único A carga horária do contrato poderá ser reduzida a qualquer momento mediante alteração da matriz curricular.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **17 de Fevereiro de 2022 e término em 23 de Dezembro de 2022.**

PARAGRAFO ÚNICO: O presente contrato poderá ser prorrogado por igual período sem exceder 02 (dois) anos de vinculo, de acordo com o interesse e justificativa da Secretaria Municipal de Educação.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de **R$ 2.475,26 (Dois mil quatrocentos e setenta cinco e vinte seis centavos) mensais.**

DOS SERVIÇOS O CONTRATADO

Cláusula 4ª Responsabilizar-se a, integramente, pelo que forem demandados pela CONTRATANTE, em conformidade com a normatização pertinente, cronogramas de aulas, materiais didáticos necessários (aulas práticas e teóricas).

DA FORMA DE PAGAMENTO

Cláusula 5ª Os pagamentos referentes às horas/aulas ministradas serão realizados mensalmente após de acordo com a folha de frequência.

DO ACOMPANHAMENTO E DA EXECUÇAO DO CONTRATO

Cláusula 6ª A gestora da unidade anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto do presente contrato, determinado o que for necessário a regularização das faltas, reposições e ou adequações necessárias para o cumprimento dos dias letivos.

DA DOTAÇAO ORÇAMENTARIA

Cláusula 7ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta da seguinte dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Educação:

Cód. Órgão	**Cód.** Unid. Orçamentaria	**Cód.** Função	**Cód.** Sub função	**Cód.** Programa	**Núm.** Projeto-atividade	**Cód.** Da categ. Econômica	**Cód.** Do grupo de natureza de despesa	**Cód.** da modalidade de aplicação	**Cód.** Elem. de despesa	**Cód.** Sub elemento de despesa	**Cód.** ID de uso e destinação de recurso	**Cód.** Grupo de destinação de recurso	**Cód.** da especificação da destinação de recurso	**Unid.** Orçamentaria
06	003	12	361	1004	2057	3	1	90	04	00	0	1	540	066009

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATANTE

Cláusula 8ª Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Aprovar o(s) projeto(s) pedagógico(s) a serem executados na unidade escolar; b) Comunicar ao CONTRATADO toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do CONTRATO; c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO; d) Propiciar recursos para que o CONTRATADO possa desempenhar seus serviços dentro das normas; e) Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento; f) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, na forma convencionada neste;

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATADA

Cláusula 9ª A contratado obriga-se, ainda:

a) Ser assíduo e comprometido com que é proposto pela Educação Municipal;

b) Realizar o controle da frequência e do desempenho escolar dos alunos;

c) Cumprir a carga horaria semanal estabelecida para a função na qual foi selecionado, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato, sob pena de rescisão contratual;

d) Apresentar documentação mensal relativa à execução de suas atividades ao gestor da unidade, para efeito de comprovação de assiduidade;

e) Estar ciente de que poderá ser convocado a qualquer momento a participar de reuniões em caráter administrativo e pedagógico, solicitada pela coordenação escolar ou geral;

f) Requerer expressamente, **com antecedência mínima de 30 (trinta) dias** ao gestor da instituição de ensino, o interesse em rescindir o contrato;

g) Zelar pelo patrimônio público, desde a estrutura física, a identidade e os valores institucionais;

h) Entregar planejamento anual antes do início das aulas, o qual poderá ser solicitado pela Coordenação escolar e pela Coordenação Pedagógica da Secretaria Municipal de Educaçãosua alteração e/ou adequação;

i) Planejar as aulas e atividades didáticas e ministra-las seguindo as orientações do projeto político pedagógico da unidade, bem como do material didático;

j) Adequar aprendizagem dos alunos as necessidades especificas do público-alvo;

k) Elaborar o conteúdo programático adequando conteúdo, aulas, materiais didáticos, mídias e bibliografia as necessidades dos alunos da unidade escolar;

l) Registrar diariamente em tempo real e em sistema próprio a frequência dos alunos;

m) Avaliar e registrar o desempenho dos alunos;

n) Manter as planilhas diárias atualizadas, e apresenta-las sempre que solicitado pelo coordenador pedagógico e ou coordenação geral da Secretaria Municipal de Educação;

o) Entregar toda documentação a secretaria escolar dentro do prazo exigido após a finalização do bimestre;

p) Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados;

q) Comunicar imediatamente o Coordenador pedagógico escolar a ausência do aluno 2 (dois) dias consecutivos sem justificativa;

r) Arcar com todo ônus relativo ao seu deslocamento, hospedagem, alimentação e demais custos que advenham da sua permanecia no local de trabalho**;**

s) A abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretara em rescisão contratual;

t) Justificar ao coordenador ou diretor da unidade escolar, através de documento a falta que vier a ocorrer, assim como a data da reposição do dia letivo.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Cláusula 10ª Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato ou avaliação que comprove a não cumprimento das atribuições inerentes à função para a qual foi contratado o profissional, será aplicada a sansão prevista no ordenamento jurídico;

Cláusula 11ª Este contrato por prazo determinado vincula-se ao regime geral de providencia Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto;

DA RESCISÃO

Cláusula 12ª A inexecução total ou parcial do objeto deste CONTRATO ou resultado não favorável na avalição de desempenho do profissional enseja na sua rescisão de forma unilateral;

Cláusula 13ª *O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.*

Cláusula 14ª Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Cláusula 15ª Fica eleito o Foro da comarca de Cáceres para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste contrato.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 17 de Fevereiro de 2022

_____

CONTRATADO (A)

_____

LIAMARA RODRIGUES DA SILVA

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
CONTRATO Nº 016/2022 – SMED POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFIFICADO 001/2021

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, **LIAMARA RODRIGUES DA SILVA** de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e o (a) senhor (a), **ANGELA MARIA RAMOS PEREIRA,** brasileiro (a) residente e domiciliado (a) na Rua Dos Maldonado, Nº 20, Bairro Cohab Novas, Município de Cáceres MT, portador (a) do RG Nº 761.050 SSP-MT e CPF n.º 503.754.151-49, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público do (a) senhor (a) **ANGELA MARIA RAMOS PEREIRA,** no cargo de Professor (a) Licenciado (a) em Pedagogia, para exercer suas funções na Escola Municipal CAIC, com **carga horária de trabalho de 20(Vinte) horas semanais**, na turma do de Pré II no período matutino , a contratação justifica-se e encontra amparo legal no inciso IX do caput do art.37 da Constituição Federal, garantindo o direito dos 200 (duzentos) dias letivos conforme o calendário escolar.

Parágrafo único A carga horária do contrato poderá ser reduzida a qualquer momento mediante alteração da matriz curricular.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **24 de Fevereiro de 2022 e término em 23 de Dezembro de 2022.**

PARAGRAFO ÚNICO: O presente contrato poderá ser prorrogado por igual período sem exceder 02 (dois) anos de vinculo, de acordo com o interesse e justificativa da Secretaria Municipal de Educação.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de **R$ 2.475,26 (Dois mil quatrocentos e setenta cinco e vinte seis centavos) mensais.**

DOS SERVIÇOS O CONTRATADO

Cláusula 4ª Responsabilizar-se a, integramente, pelo que forem demandados pela CONTRATANTE, em conformidade com a normatização pertinente, cronogramas de aulas, materiais didáticos necessários (aulas práticas e teóricas).

DA FORMA DE PAGAMENTO

Cláusula 5ª Os pagamentos referentes às horas/aulas ministradas serão realizados mensalmente após de acordo com a folha de frequência.

DO ACOMPANHAMENTO E DA EXECUÇAO DO CONTRATO

Cláusula 6ª A gestora da unidade anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto do presente contrato, determinado o que for necessário a regularização das faltas, reposições e ou adequações necessárias para o cumprimento dos dias letivos.

DA DOTAÇAO ORÇAMENTARIA

Cláusula 7ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta da seguinte dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Educação:

Cód. Órgão	**Cód.** Unid. Orçamentaria	**Cód.** Função	**Cód.** Sub função	**Cód.** Programa	**Núm.** Projeto-atividade	**Cód.** Da categ. Econômica	**Cód.** Do grupo de natureza de despesa	**Cód.** da modalidade de aplicação	**Cód.** Elem. de despesa	**Cód.** Sub elemento de despesa	**Cód.** ID de uso e destinação de recurso	**Cód.** Grupo de destinação de recurso	**Cód.** da especificação da destinação de recurso	**Unid.** Orçamentaria
06	003	12	365	1004	2059	3	1	90	04	00	0	1	540	066006

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATANTE

Cláusula 8ª Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Aprovar o(s) projeto(s) pedagógico(s) a serem executados na unidade escolar; b) Comunicar ao CONTRATADO toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do CONTRATO; c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO; d) Propiciar recursos para que o CONTRATADO possa desempenhar seus serviços dentro das normas; e) Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento; f) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, na forma convencionada neste;

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATADA

Cláusula 9ª A contratado obriga-se, ainda:

a) Ser assíduo e comprometido com que é proposto pela Educação Municipal;

b) Realizar o controle da frequência e do desempenho escolar dos alunos;

c) Cumprir a carga horaria semanal estabelecida para a função na qual foi selecionado, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato, sob pena de rescisão contratual;

d) Apresentar documentação mensal relativa à execução de suas atividades ao gestor da unidade, para efeito de comprovação de assiduidade;

e) Estar ciente de que poderá ser convocado a qualquer momento a participar de reuniões em caráter administrativo e pedagógico, solicitada pela coordenação escolar ou geral;

f) Requerer expressamente, **com antecedência mínima de 30 (trinta) dias** ao gestor da instituição de ensino, o interesse em rescindir o contrato;

g) Zelar pelo patrimônio público, desde a estrutura física, a identidade e os valores institucionais;

h) Entregar planejamento anual antes do início das aulas, o qual poderá ser solicitado pela Coordenação escolar e pela Coordenação Pedagógica da Secretaria Municipal de Educaçãosua alteração e/ou adequação;

i) Planejar as aulas e atividades didáticas e ministra-las seguindo as orientações do projeto político pedagógico da unidade, bem como do material didático;

j) Adequar aprendizagem dos alunos as necessidades especificas do público-alvo;

k) Elaborar o conteúdo programático adequando conteúdo, aulas, materiais didáticos, mídias e bibliografia as necessidades dos alunos da unidade escolar;

l) Registrar diariamente em tempo real e em sistema próprio a frequência dos alunos;

m) Avaliar e registrar o desempenho dos alunos;

n) Manter as planilhas diárias atualizadas, e apresenta-las sempre que solicitado pelo coordenador pedagógico e ou coordenação geral da Secretaria Municipal de Educação;

o) Entregar toda documentação a secretaria escolar dentro do prazo exigido após a finalização do bimestre;

p) Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados;

q) Comunicar imediatamente o Coordenador pedagógico escolar a ausência do aluno 2 (dois) dias consecutivos sem justificativa;

r) Arcar com todo ônus relativo ao seu deslocamento, hospedagem, alimentação e demais custos que advenham da sua permanecia no local de trabalho**;**

s) A abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretara em rescisão contratual;

t) Justificar ao coordenador ou diretor da unidade escolar, através de documento a falta que vier a ocorrer, assim como a data da reposição do dia letivo.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Cláusula 10ª Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato ou avaliação que comprove a não cumprimento das atribuições inerentes à função para a qual foi contratado o profissional, será aplicada a sansão prevista no ordenamento jurídico;

Cláusula 11ª Este contrato por prazo determinado vincula-se ao regime geral de providencia Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto;

DA RESCISÃO

Cláusula 12ª A inexecução total ou parcial do objeto deste CONTRATO ou resultado não favorável na avalição de desempenho do profissional enseja na sua rescisão de forma unilateral;

Cláusula 13ª *O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.*

Cláusula 14ª Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Cláusula 15ª Fica eleito o Foro da comarca de Cáceres para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste contrato.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 04 de Março de 2022

_____

CONTRATADO (A)

_____

LIAMARA RODRIGUES DA SILVA

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
CONTRATO Nº 058/2022 – SMED POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFIFICADO 001/2021

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, **LIAMARA RODRIGUES DA SILVA** de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e o (a) senhor (a), **LUZIENE LUCIA DE FRANÇA ,** brasileiro (a) residente e domiciliado (a) na Rua das Saldanha, S/N , Bairro Res. Ana Paula , Município de Cáceres MT, portador (a) do RG Nº 1101742-2 SSP-MT

e CPF n.º 536.203.641-68, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público do (a) senhor (a) **LUZINETE LUCIA DE FRANÇA,** no cargo de Professor (a) Licenciado (a) em Pedagogia, para exercer suas funções na Escola Municipal CAIC, com **carga horária de trabalho de 20(Vinte) horas semanais**, na turma da creche III A no período matutino, em substituição ao professora Laurenir Cebalho Ribeiro, garantindo o direito dos 200 (duzentos) dias letivos conforme o calendário escolar.

Parágrafo único A carga horária do contrato poderá ser reduzida a qualquer momento mediante alteração da matriz curricular.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **24 de Fevereiro de 2022 e término em 23 de Dezembro de 2022.**

PARAGRAFO ÚNICO: O presente contrato poderá ser prorrogado por igual período sem exceder 02 (dois) anos de vinculo, de acordo com o interesse e justificativa da Secretaria Municipal de Educação.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de **R$ 2.475,26 (Dois mil quatrocentos e setenta cinco e vinte seis centavos) mensais.**

DOS SERVIÇOS O CONTRATADO

Cláusula 4ª Responsabilizar-se a, integramente, pelo que forem demandados pela CONTRATANTE, em conformidade com a normatização pertinente, cronogramas de aulas, materiais didáticos necessários (aulas práticas e teóricas).

DA FORMA DE PAGAMENTO

Cláusula 5ª Os pagamentos referentes às horas/aulas ministradas serão realizados mensalmente após de acordo com a folha de frequência.

DO ACOMPANHAMENTO E DA EXECUÇAO DO CONTRATO

Cláusula 6ª A gestora da unidade anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto do presente contrato, determinado o que for necessário a regularização das faltas, reposições e ou adequações necessárias para o cumprimento dos dias letivos.

DA DOTAÇAO ORÇAMENTARIA

Cláusula 7ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta da seguinte dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Educação:

Cód. Órgão	**Cód.** Unid. Orçamentaria	**Cód.** Função	**Cód.** Sub função	**Cód.** Programa	**Núm.** Projeto-atividade	**Cód.** Da categ. Econômica	**Cód.** Do grupo de natureza de despesa	**Cód.** da modalidade de aplicação	**Cód.** Elem. de despesa	**Cód.** Sub elemento de despesa	**Cód.** ID de uso e destinação de recurso	**Cód.** Grupo de destinação de recurso	**Cód.** da especificação da destinação de recurso	**Unid.** Orçamentaria
06	003	12	365	1004	2059	3	1	90	04	00	0	1	540	066006

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATANTE

Cláusula 8ª Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Aprovar o(s) projeto(s) pedagógico(s) a serem executados na unidade escolar; b) Comunicar ao CONTRATADO toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do CONTRATO; c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO; d) Propiciar recursos para que o CONTRATADO possa desempenhar seus serviços dentro das normas; e) Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento; f) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, na forma convencionada neste;

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATADA

Cláusula 9ª A contratado obriga-se, ainda:

a) Ser assíduo e comprometido com que é proposto pela Educação Municipal;

b) Realizar o controle da frequência e do desempenho escolar dos alunos;

c) Cumprir a carga horaria semanal estabelecida para a função na qual foi selecionado, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato, sob pena de rescisão contratual;

d) Apresentar documentação mensal relativa à execução de suas atividades ao gestor da unidade, para efeito de comprovação de assiduidade;

e) Estar ciente de que poderá ser convocado a qualquer momento a participar de reuniões em caráter administrativo e pedagógico, solicitada pela coordenação escolar ou geral;

f) Requerer expressamente, **com antecedência mínima de 30 (trinta) dias** ao gestor da instituição de ensino, o interesse em rescindir o contrato;

g) Zelar pelo patrimônio público, desde a estrutura física, a identidade e os valores institucionais;

h) Entregar planejamento anual antes do início das aulas, o qual poderá ser solicitado pela Coordenação escolar e pela Coordenação Pedagógica da Secretaria Municipal de Educaçãosua alteração e/ou adequação;

i) Planejar as aulas e atividades didáticas e ministra-las seguindo as orientações do projeto político pedagógico da unidade, bem como do material didático;

j) Adequar aprendizagem dos alunos as necessidades especificas do público-alvo;

k) Elaborar o conteúdo programático adequando conteúdo, aulas, materiais didáticos, mídias e bibliografia as necessidades dos alunos da unidade escolar;

l) Registrar diariamente em tempo real e em sistema próprio a frequência dos alunos;

m) Avaliar e registrar o desempenho dos alunos;

n) Manter as planilhas diárias atualizadas, e apresenta-las sempre que solicitado pelo coordenador pedagógico e ou coordenação geral da Secretaria Municipal de Educação;

o) Entregar toda documentação a secretaria escolar dentro do prazo exigido após a finalização do bimestre;

p) Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados;

q) Comunicar imediatamente o Coordenador pedagógico escolar a ausência do aluno 2 (dois) dias consecutivos sem justificativa;

r) Arcar com todo ônus relativo ao seu deslocamento, hospedagem, alimentação e demais custos que advenham da sua permanecia no local de trabalho**;**

s) A abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretara em rescisão contratual;

t) Justificar ao coordenador ou diretor da unidade escolar, através de documento a falta que vier a ocorrer, assim como a data da reposição do dia letivo.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Cláusula 10ª Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato ou avaliação que comprove a não cumprimento das atribuições inerentes à função para a qual foi contratado o profissional, será aplicada a sansão prevista no ordenamento jurídico;

Cláusula 11ª Este contrato por prazo determinado vincula-se ao regime geral de providencia Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto;

DA RESCISÃO

Cláusula 12ª A inexecução total ou parcial do objeto deste CONTRATO ou resultado não favorável na avalição de desempenho do profissional enseja na sua rescisão de forma unilateral;

Cláusula 13ª *O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público*.

Cláusula 14ª Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Cláusula 15ª Fica eleito o Foro da comarca de Cáceres para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste contrato.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 07 de Março de 2022

_____

CONTRATADO (A)

_____

LIAMARA RODRIGUES DA SILVA

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
CONTRATO Nº 012/2022 – SMED POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFIFICADO 001/2021

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, **LIAMARA RODRIGUES DA SILVA** de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e o (a) senhor (a), **SOLANGE CANDELARIA BARBOSA** brasileiro (a) residente e domiciliado (a) na Rua Sangradouro, N°234 , Bairro Centro , Município de Cáceres MT, portador (a) do RG Nº 1054647-2 SSP-MT e CPF n.º847.036.521-53, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público do (a) senhor (a) **SOLANGE CANDELARIA BARBOSA ,** no cargo de Professor (a) Licenciado (a) em Pedagogia, para exercer suas funções na Escola Municipal

Isabel Campos, com **carga horária de trabalho de 20(Vinte) horas semanais**, seu chamado se justifica e encontra amparo no inciso IX do caput do art.37 da Constituição Federal na turma 2º vespertino, garantindo o direito dos 200 (duzentos) dias letivos conforme o calendário escolar.

Parágrafo único A carga horária do contrato poderá ser reduzida a qualquer momento mediante alteração da matriz curricular.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **24 de Fevereiro de 2022 e término em 23 de Dezembro de 2022.**

PARAGRAFO ÚNICO: O presente contrato poderá ser prorrogado por igual período sem exceder 02 (dois) anos de vinculo, de acordo com o interesse e justificativa da Secretaria Municipal de Educação.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de **R$ 2.475,26 (Dois mil quatrocentos e setenta cinco e vinte seis centavos) mensais.**

DOS SERVIÇOS O CONTRATADO

Cláusula 4ª Responsabilizar-se a, integramente, pelo que forem demandados pela CONTRATANTE, em conformidade com a normatização pertinente, cronogramas de aulas, materiais didáticos necessários (aulas práticas e teóricas).

DA FORMA DE PAGAMENTO

Cláusula 5ª Os pagamentos referentes às horas/aulas ministradas serão realizados mensalmente após de acordo com a folha de frequência.

DO ACOMPANHAMENTO E DA EXECUÇAO DO CONTRATO

Cláusula 6ª A gestora da unidade anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto do presente contrato, determinado o que for necessário a regularização das faltas, reposições e ou adequações necessárias para o cumprimento dos dias letivos.

DA DOTAÇAO ORÇAMENTARIA

Cláusula 7ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta da seguinte dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Educação:

Cód. Órgão	**Cód.** Unid. Orçamentaria	**Cód.** Função	**Cód.** Sub função	**Cód.** Programa	**Núm.** Projeto-atividade	**Cód.** Da categ. Econômica	**Cód.** Do grupo de natureza de despesa	**Cód.** da modalidade de aplicação	**Cód.** Elem. de despesa	**Cód.** Sub elemento de despesa	**Cód.** ID de uso e destinação de recurso	**Cód.** Grupo de destinação de recurso	**Cód.** da especificação da destinação de recurso	**Unid.** Orçamentaria
06	003	12	361	1004	2057	3	1	90	04	00	0	1	540	066009

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATANTE

Cláusula 8ª Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Aprovar o(s) projeto(s) pedagógico(s) a serem executados na unidade escolar; b) Comunicar ao CONTRATADO toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do CONTRATO; c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO; d) Propiciar recursos para que o CONTRATADO possa desempenhar seus serviços dentro das normas; e) Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento; f) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, na forma convencionada neste;

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATADA

Cláusula 9ª A contratado obriga-se, ainda:

a) Ser assíduo e comprometido com que é proposto pela Educação Municipal;

b) Realizar o controle da frequência e do desempenho escolar dos alunos;

c) Cumprir a carga horaria semanal estabelecida para a função na qual foi selecionado, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato, sob pena de rescisão contratual;

d) Apresentar documentação mensal relativa à execução de suas atividades ao gestor da unidade, para efeito de comprovação de assiduidade;

e) Estar ciente de que poderá ser convocado a qualquer momento a participar de reuniões em caráter administrativo e pedagógico, solicitada pela coordenação escolar ou geral;

f) Requerer expressamente, **com antecedência mínima de 30 (trinta) dias** ao gestor da instituição de ensino, o interesse em rescindir o contrato;

g) Zelar pelo patrimônio público, desde a estrutura física, a identidade e os valores institucionais;

h) Entregar planejamento anual antes do início das aulas, o qual poderá ser solicitado pela Coordenação escolar e pela Coordenação Pedagógica da Secretaria Municipal de Educaçãosua alteração e/ou adequação;

i) Planejar as aulas e atividades didáticas e ministra-las seguindo as orientações do projeto político pedagógico da unidade, bem como do material didático;

j) Adequar aprendizagem dos alunos as necessidades especificas do público-alvo;

k) Elaborar o conteúdo programático adequando conteúdo, aulas, materiais didáticos, mídias e bibliografia as necessidades dos alunos da unidade escolar;

l) Registrar diariamente em tempo real e em sistema próprio a frequência dos alunos;

m) Avaliar e registrar o desempenho dos alunos;

n) Manter as planilhas diárias atualizadas, e apresenta-las sempre que solicitado pelo coordenador pedagógico e ou coordenação geral da Secretaria Municipal de Educação;

o) Entregar toda documentação a secretaria escolar dentro do prazo exigido após a finalização do bimestre;

p) Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados;

q) Comunicar imediatamente o Coordenador pedagógico escolar a ausência do aluno 2 (dois) dias consecutivos sem justificativa;

r) Arcar com todo ônus relativo ao seu deslocamento, hospedagem, alimentação e demais custos que advenham da sua permanecia no local de trabalho**;**

s) A abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretara em rescisão contratual;

t) Justificar ao coordenador ou diretor da unidade escolar, através de documento a falta que vier a ocorrer, assim como a data da reposição do dia letivo.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Cláusula 10ª Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato ou avaliação que comprove a não cumprimento das atribuições inerentes à função para a qual foi contratado o profissional, será aplicada a sansão prevista no ordenamento jurídico;

Cláusula 11ª Este contrato por prazo determinado vincula-se ao regime geral de providencia Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto;

DA RESCISÃO

Cláusula 12ª A inexecução total ou parcial do objeto deste CONTRATO ou resultado não favorável na avalição de desempenho do profissional enseja na sua rescisão de forma unilateral;

Cláusula 13ª *O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.*

Cláusula 14ª Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Cláusula 15ª Fica eleito o Foro da comarca de Cáceres para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste contrato.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 04 de Março de 2022

_____

CONTRATADO (A)

_____

LIAMARA RODRIGUES DA SILVA

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
CONTRATO Nº 048/2022 – SMED POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2021

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, **LIAMARA RODRIGUES DA SILVA** de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e o (a) senhor (a), **JANE LEOBRALDINA DOS SANTOS,** brasileiro (a) residente e domiciliado (a) na Rua dos Jornaleiros , Bairro Vitoria Régia , S/N no Município de Cáceres MT, portador (a) do RG Nº 1124678-2 SSP-MT e CPF Nº 807.459.891-87, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público do (a) senhor (a) **JANE LEOBRALDINA SANTOS,** no cargo de Professor (a) Licenciado (a) em Pedagogia, para exercer suas funções na Escola Municipal Prof.ª . Erenice Simão Alvarenga, com **carga horária de trabalho de 20(Vinte) horas semanais**, na turma do 1° ano no período vespertino. A contratação justifica-se em substituição a diretora Isaura do Prado Almeida que está na direção da unidade escolar.

Parágrafo único A carga horária do contrato poderá ser reduzida a qualquer momento mediante alteração da matriz curricular.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **24 de Fevereiro de 2022 e término em 23 de Dezembro de 2022.**

PARAGRAFO ÚNICO: O presente contrato poderá ser prorrogado por igual período sem exceder 02 (dois) anos de vinculo, de acordo com o interesse e justificativa da Secretaria Municipal de Educação.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de **R$ 2.475,26 (Dois mil quatrocentos e setenta cinco e vinte seis centavos) mensais.**

DOS SERVIÇOS O CONTRATADO

Cláusula 4ª Responsabilizar-se a, integramente, pelo que forem demandados pela CONTRATANTE, em conformidade com a normatização pertinente, cronogramas de aulas, materiais didáticos necessários (aulas práticas e teóricas).

DA FORMA DE PAGAMENTO

Cláusula 5ª Os pagamentos referentes às horas/aulas ministradas serão efetuados mensalmente após de acordo com a folha de frequência.

DO ACOMPANHAMENTO E DA EXECUÇAO DO CONTRATO

Cláusula 6ª A gestora da unidade anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto do presente contrato, determinado o que for necessário a regularização das faltas, reposições e ou adequações necessárias para o cumprimento dos dias letivos.

DA DOTAÇAO ORÇAMENTARIA

Cláusula 7ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta da seguinte dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Educação:

Cód. Órgão	**Cód.** Unid. Orçamentaria	**Cód.** Função	**Cód.** Sub função	**Cód.** Programa	**Núm.** Projeto-atividade	**Cód.** Da categ. Econômica	**Cód.** Do grupo de natureza de despesa	**Cód.** da modalidade de aplicação	**Cód.** Elem. de despesa	**Cód.** Sub elemento de despesa	**Cód.** ID de uso e destinação de recurso	**Cód.** Grupo de destinação de recurso	**Cód.** da especificação da destinação de recurso	**Unid.** Orçamentaria
06	003	12	361	1004	2057	3	1	90	04	00	0	1	540	066009

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATANTE

Cláusula 8ª Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Aprovar o(s) projeto(s) pedagógico(s) a serem executados na unidade escolar; b) Comunicar ao CONTRATADO toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do CONTRATO; c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO; d) Propiciar recursos para que o CONTRATADO possa desempenhar seus serviços dentro das normas; e) Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento; f) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, na forma convencionada neste;

DAS OBRIGAÇOES DO CONTRATADO

Cláusula 9ª O contratado obriga-se, ainda:

a) Ser assíduo e comprometido com que é proposto pela Educação Municipal;

b) Realizar o controle da frequência e do desempenho escolar dos alunos;

c) Cumprir a carga horaria semanal estabelecida para a função na qual foi selecionado, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato, sob pena de rescisão contratual;

d) Apresentar documentação mensal relativa à execução de suas atividades ao gestor da unidade, para efeito de comprovação de assiduidade;

e) Estar ciente de que poderá ser convocado a qualquer momento a participar de reuniões em caráter administrativo e pedagógico, solicitada pela coordenação escolar ou geral;

f) Requerer expressamente, **com antecedência mínima de 30 (trinta) dias** ao gestor da instituição de ensino, o interesse em rescindir o contrato;

g) Zelar pelo patrimônio público, desde a estrutura física, a identidade e os valores institucionais;

h) Entregar planejamento anual antes do início das aulas, o qual poderá ser solicitado pela Coordenação escolar e pela Coordenação Pedagógica da Secretaria Municipal de Educaçãosua alteração e/ou adequação;

i) Planejar as aulas e atividades didáticas e ministrá-las seguindo as orientações do Projeto Político Pedagógico da Unidade Escolar, bem como do material didático;

j) Adequar aprendizagem dos alunos as necessidades especificas do público-alvo;

k) Elaborar o conteúdo programático adequando conteúdo, aulas, materiais didáticos, mídias e bibliografia as necessidades dos alunos da unidade escolar;

l) Registrar diariamente em tempo real e em sistema próprio a frequência dos alunos;

m) Avaliar e registrar o desempenho dos alunos;

n) Manter as planilhas diárias atualizadas, e apresentá-las sempre que solicitado pelo Coordenador Pedagógico e ou coordenação geral da Secretaria Municipal de Educação;

o) Entregar toda documentação a secretaria escolar dentro do prazo exigido após a finalização do bimestre;

p) Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados;

q) Comunicar imediatamente o Coordenador Pedagógico escolar a ausência do aluno 2 (dois) dias consecutivos sem justificativa;

r) Arcar com todo ônus relativo ao seu deslocamento, hospedagem, alimentação e demais custos que advenham da sua permanência no local de trabalho**;**

s) A abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual;

t) Justificar ao Coordenador ou Diretor da Unidade Escolar, através de documento a falta que vier a ocorrer, assim como a data da reposição do dia letivo.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Cláusula 10ª Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato ou avaliação que comprove o não cumprimento das atribuições inerentes à função para a qual foi contratado o profissional, será aplicada a sansão prevista no ordenamento jurídico;

Cláusula 11ª Este contrato por prazo determinado, em caráter emergencial, vincula-se ao Regime Geral de Providência Social – INSS para o qual o Contratado contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto;

DA RESCISÃO

Cláusula 12ª A inexecução total ou parcial do objeto deste CONTRATO ou resultado não favorável na avalição de desempenho do profissional enseja na sua rescisão de forma unilateral;

Cláusula 13ª *O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.*

Cláusula 14ª Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Cláusula 15ª Fica eleito o Foro da comarca de Cáceres para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste contrato.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 07 Março de 2022

_____

CONTRATADO (A)

_____

LIAMARA RODRIGUES DA SILVA

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

AUTARQUIA ÁGUAS DO PANTANAL
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

SERVICO DE SANEAMENTO AMBIENTAL AGUAS DO PANTANAL

ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO

Exercício de 2021 — Dezembro(31/12/2021) — 1 de 1

ISOLADO:4 - SERVICO DE SANEAMENTO AMBIENTAL AGUAS DO PANTANAL

INGRESSOS				DISPÊNDIOS			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
RECEITA ORÇAMENTÁRIA		**19.857.085,12**	**19.684.864,59**	**DESPESA ORÇAMENTÁRIA**		**20.953.222,79**	**26.703.754,28**
RECURSOS DO EXERCíCIO CORRENTE		19.857.085,12	19.684.864,59	RECURSOS DO EXERCíCIO CORRENTE		19.816.440,39	19.235.876,75
GERAL		19.809.996,00	19.565.725,70	GERAL		19.816.440,39	19.087.264,66
REMUNERAÇÃO DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS		47.089,12	119.138,89	REMUNERAÇÃO DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS		0,00	148.612,09
RECEBIMENTOS EXTRA-ORÇAMENTARIOS		**1.884.753,55**	**2.223.813,38**	RECURSOS DE EXERCíCIOS ANTERIORES		1.136.782,40	7.467.877,53
INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR		770.841,76	837.030,69	GERAL		1.136.782,40	7.467.877,53
RP NÃO PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO		655.248,25	806.249,40	**PAGAMENTOS EXTRA-ORÇAMENTARIOS**		**1.732.410,18**	**1.673.083,55**
RP PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO		115.593,51	30.781,29	PAGAMENTOS DE RESTOS A PAGAR		633.904,66	321.517,98
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS		1.102.784,75	1.351.414,01	RP NÃO PROCESSADOS PAGOS		604.623,97	280.955,82
CONTRIBUIÇÃO AO RGPS (F)		240.767,92	441.398,95	RP PROCESSADOS PAGOS		29.280,69	40.562,16
IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF (F)		230.678,35	249.137,21	DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS		1.087.378,48	1.316.196,89
ISS (F)		350.504,50	470.403,71	CONTRIBUIÇÃO AO RGPS (F)		227.551,99	428.519,73
OUTRAS CONSIGNAÇÕES - INTRA OFSS (F)		4.647,36	4.897,01	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF (F)		231.782,96	252.360,82
OUTROS CONSIGNATARIOS (F)		2.839,80	200,00	ISS (F)		377.690,13	445.858,64
RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS (F)		105.631,36	49.224,30	OUTRAS CONSIGNAÇÕES - INTRA OFSS (F)		4.337,24	4.897,01
RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS (F)		167.715,46	136.152,83	OUTROS CONSIGNATARIOS (F)		2.272,75	200,00
OUTROS RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS		11.127,04	35.368,68	RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS (F)		101.099,79	43.137,68
CRÉDITOS A RECEBER DECORRENTES DE FOLHA DE PAGAMENTO (F)		230,18	0,00	RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS (F)		142.643,62	141.223,01
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO MATERNIDADE PAGO (F)		10.896,86	35.368,68	OUTROS PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS		11.127,04	35.368,68
SALDOS DO EXERC. ANTERIOR		**2.189.672,56**	**8.657.832,42**	CRÉDITOS A RECEBER DECORRENTES DE FOLHA DE PAGAMENTO (F)		230,18	0,00
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		2.189.672,56	8.657.832,42	CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO MATERNIDADE PAGO (F)		10.896,86	35.368,68
APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA		172.028,35	753.209,99	**SALDOS P/O EXERC. SEGUINTE**		**1.245.878,26**	**2.189.672,56**
CONTA ÚNICA (F)		2.017.644,21	7.904.622,43	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		1.245.878,26	2.189.672,56
				APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA		240.719,98	172.028,35
				CONTA ÚNICA (F)		1.005.158,28	2.017.644,21
TOTAL		**23.931.511,23**	**30.566.510,39**	**TOTAL**		**23.931.511,23**	**30.566.510,39**

LAURO LUIZ DE ALCÂNTARA SILVA
ASSESSOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO
895.906.001-15

MARIA APARECIDA NEPOMUCENO DOS S. SILVA
DIRETORA EXECUTIVA
241.398.311-20

LUCAS DOS REIS CARVALHO
CONTADOR
040.277.161-32

SERVICO DE SANEAMENTO AMBIENTAL AGUAS DO PANTANAL

ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO

B) QUADRO ANEXO

Exercício de 2021 — Dezembro(31/12/2021) — 1 de 1

ISOLADO:4 - SERVICO DE SANEAMENTO AMBIENTAL AGUAS DO PANTANAL

B) QUADRO ANEXO

ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL			EXERCÍCIO ANTERIOR		
	Receita Orçamentária	Deduções da Receita	Saldo (f=d-e)	Receita Orçamentária	Deduções da Receita	Saldo (f=d-e)
1 **RECURSOS DO EXERCíCIO CORRENTE**	**19.857.085,12**	**0,00**	**19.857.085,12**	**19.684.864,59**	**0,00**	**19.684.864,59**
110 **GERAL**	19.809.996,00	0,00	19.809.996,00	19.565.725,70	0,00	19.565.725,70
111 **REMUNERAÇÃO DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS**	47.089,12	0,00	47.089,12	119.138,89	0,00	119.138,89
TOTAL	**19.857.085,12**	**0,00**	**19.857.085,12**	**19.684.864,59**	**0,00**	**19.684.864,59**

LAURO LUIZ DE ALCÂNTARA SILVA
ASSESSOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO
895.906.001-15

MARIA APARECIDA NEPOMUCENO DOS S. SILVA
DIRETORA EXECUTIVA
241.398.311-20

LUCAS DOS REIS CARVALHO
CONTADOR
040.277.161-32

SERVICO DE SANEAMENTO AMBIENTAL AGUAS DO PANTANAL

ANEXO 12 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Exercício de 2021 — DEZEMBRO(31/12/2021) —

ISOLADO:4 - SERVICO DE SANEAMENTO AMBIENTAL AGUAS DO PANTANAL

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO d = (c-b)
RECEITAS CORRENTES(I)	21.985.100,00	21.985.100,00	19.857.085,12	-2.128.014,88
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	4.404.200,00	4.404.200,00	4.351.620,79	-52.579,21
Taxas	4.404.200,00	4.404.200,00	4.351.620,79	-52.579,21
RECEITA PATRIMONIAL	48.300,00	48.300,00	47.089,12	-1.210,88
Valores Mobiliários	48.300,00	48.300,00	47.089,12	-1.210,88
RECEITA DE SERVIÇOS	16.952.600,00	16.952.600,00	15.106.467,39	-1.846.132,61
Outros Serviços	16.952.600,00	16.952.600,00	15.106.467,39	-1.846.132,61
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	580.000,00	580.000,00	351.907,82	-228.092,18
Indenizações, Restituições e ressarcimentos	0,00	0,00	6.844,37	6.844,37
Demais Receitas Correntes	580.000,00	580.000,00	345.063,45	-234.936,55
RECEITAS DE CAPITAL (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I+II)	21.985.100,00	21.985.100,00	19.857.085,12	-2.128.014,88
REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crèdito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crèdito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III+IV)	21.985.100,00	21.985.100,00	19.857.085,12	-2.128.014,88
DÉFICIT (VI)			1.096.137,67	
TOTAL (VII) = (V+VI)	21.985.100,00	21.985.100,00	20.953.222,79	
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	1.147.500,00	0,00	
(UTILIZADOS PARA CRÉDITO ADICIONAIS)		0,00	0,00	
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	
Superávit Financeiro		1.147.500,00	0,00	
Reabertura de Créditos Adicionais		0,00	0,00	

LAURO LUIZ DE ALCÂNTARA SILVA
ASSESSOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO
895.906.001-15

MARIA APARECIDA NEPOMUCENO DOS S. SILVA
DIRETORA EXECUTIVA
241.398.311-20

LUCAS DOS REIS CARVALHO
CONTADOR
040.277.161-32

SERVICO DE SANEAMENTO AMBIENTAL AGUAS DO PANTANAL

ANEXO 12 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Exercício de 2021 — DEZEMBRO(31/12/2021) — 2 de 2

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTACAO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO DA DOTAÇÃO (j)=(f-g)
DESPESAS CORRENTES (VIII)	18.722.700,00	21.875.200,00	20.752.086,86	20.096.838,61	19.981.245,10	1.123.113,14
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.197.000,00	3.225.582,29	3.062.546,86	3.062.546,86	3.009.787,00	163.035,43
JUROS E ENCARGOS DA DíVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	15.525.700,00	18.649.617,71	17.689.540,00	17.034.291,75	16.971.458,10	960.077,71
DESPESAS DE CAPITAL (IX)	3.162.400,00	1.157.400,00	201.135,93	201.135,93	201.135,93	956.264,07
INVESTIMENTOS	3.162.400,00	1.157.400,00	201.135,93	201.135,93	201.135,93	956.264,07
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA(X)	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XI)=(VIII+IV+X)	21.985.100,00	23.132.600,00	20.953.222,79	20.297.974,54	20.182.381,03	2.179.377,21
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANCIAMENTO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DÍVIDAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DÍVIDAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XIII)=(XI+XII)	21.985.100,00	23.132.600,00	20.953.222,79	20.297.974,54	20.182.381,03	2.179.377,21
SUPERÁVIT (XIV)			0,00			
TOTAL (XV)=(XIII + XIV)	21.985.100,00	23.132.600,00	20.953.222,79	20.297.974,54	20.182.381,03	2.179.377,21
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

QUADRO DA EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS		LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANT (b)	(c)	(d)	(e)	(f)=(a+b-d-e)
DESPESAS CORRENTES	76.860,76	155.493,84	150.840,94	150.840,94	5.270,86	76.242,80
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DíVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	76.860,76	155.493,84	150.840,94	150.840,94	5.270,86	76.242,80
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	650.755,56	453.783,03	453.783,03	157.333,35	39.639,18
INVESTIMENTOS	0,00	650.755,56	453.783,03	453.783,03	157.333,35	39.639,18
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	76.860,76	806.249,40	604.623,97	604.623,97	162.604,21	115.881,98

QUADRO DA EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	INSCRITOS		PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANT (b)	(C)	(d)	(e)=(a+b-c-d)
DESPESAS CORRENTES	0,00	18.890,19	17.389,59	0,00	1.500,60
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DíVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	18.890,19	17.389,59	0,00	1.500,60
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	11.891,10	11.891,10	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	11.891,10	11.891,10	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	30.781,29	29.280,69	0,00	1.500,60

LAURO LUIZ DE ALCÂNTARA SILVA
ASSESSOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO
895.906.001-15

MARIA APARECIDA NEPOMUCENO DOS S. SILVA
DIRETORA EXECUTIVA
241.398.311-20

LUCAS DOS REIS CARVALHO
CONTADOR
040.277.161-32

SERVICO DE SANEAMENTO AMBIENTAL AGUAS DO PANTANAL

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Exercício de 2021 — Dezembro(31/12/2021) —

A) QUADRO PRINCIPAL

ISOLADO:4 - SERVICO DE SANEAMENTO AMBIENTAL AGUAS DO PANTANAL

ATIVO

ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE		**5.649.492,21**	**5.070.352,73**
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		**1.245.878,26**	**2.189.672,56**
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL		**1.245.878,26**	**2.189.672,56**
CONTA ÚNICA (F)	F	1.005.158,28	2.017.644,21
APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA	F	240.719,98	172.028,35
CRÉDITOS A CURTO PRAZO		**1.852.009,96**	**441.508,82**
CLIENTES		**1.852.009,96**	**441.508,82**
FATURAS/DUPLICATAS A RECEBER (P)	P	1.852.009,96	441.508,82
ESTOQUES		**2.492.249,46**	**2.428.456,35**
ALMOXARIFADO		**2.492.249,46**	**2.428.456,35**
AUTOPEÇAS (P)	P	0,26	0,26
MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES (P)	P	1.960,00	1.320,00
MATERIAL DE CONSUMO (P)	P	2.411.890,00	2.372.453,46
GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (P)	P	8.342,52	12.861,54
MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO (P)	P	6.707,43	6.714,36
MATERIAIS GRÁFICOS (P)	P	48.480,30	22.515,00
MATERIAL DE EXPEDIENTE (P)	P	14.868,95	12.591,73
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMEN		**59.354,53**	**10.715,00**
ASSINATURAS E ANUIDADES A APROPRIAR		**59.354,53**	**10.715,00**
ASSINATURAS E ANUIDADES A APROPRIAR - CONSOLIDAÇÃO (P)	P	59.354,53	10.715,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE		**18.811.558,03**	**20.837.691,22**
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		**4.536.423,21**	**5.954.947,70**
CRÉDITOS A LONGO PRAZO		**4.524.543,21**	**5.943.067,70**
DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA (P)	P	4.524.543,21	5.943.067,70
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A LONGO PRAZO		**11.880,00**	**11.880,00**
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	P	11.880,00	11.880,00
IMOBILIZADO		**14.275.134,82**	**14.882.743,52**
BENS MOVEIS		**7.678.210,65**	**7.993.481,35**
PEÇAS E CONJUNTOS DE REPOSIÇÃO (P)	P	1.550,00	1.550,00
MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS (P)	P	2.053.355,77	1.871.118,98
BENS DE INFORMÁTICA (P)	P	321.383,98	329.751,54
MÓVEIS E UTENSÍLIOS (P)	P	61.474,22	63.103,00
MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO (P)	P	19.629,55	26.612,89
VEÍCULOS (P)	P	4.900.658,95	5.316.537,29
DEMAIS BENS MÓVEIS	P	320.158,18	384.807,65
BENS IMÓVEIS		**9.377.286,12**	**8.960.071,48**

PASSIVO

ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
PASSIVO CIRCULANTE		**260.751,12**	**159.032,03**
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAI		**52.759,86**	**0,00**
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR		**52.759,86**	**0,00**
CONTRIBUIÇÃO A REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA (RPPS)	F	25.071,84	0,00
CONTRIBUIÇÕES AO RGPS A PAGAR	F	27.688,02	0,00
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO		**64.334,25**	**13.391,70**
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZ		**64.334,25**	**13.391,70**
FORNECEDORES NACIONAIS	F	64.334,25	13.391,70
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO		**0,00**	**17.389,59**
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO COM A UNIÃO		**0,00**	**17.389,59**
PIS/PASEP A RECOLHER	F	0,00	17.389,59
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO		**143.657,01**	**128.250,74**
VALORES RESTITUÍVEIS		**143.657,01**	**128.250,74**
CONSIGNAÇÕES	F	118.275,05	128.250,74
CONSIGNAÇÕES - INTRA OFSS	F	25.381,96	0,00
TOTAL PASSIVO		**260.751,12**	**159.032,03**

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
PATRIMÔNIO LIQUIDO		**24.200.299,12**	**25.749.011,92**
RESULTADOS ACUMULADOS		**24.200.299,12**	**25.749.011,92**
SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS		**24.200.299,12**	**25.749.011,92**
SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	P	-1.548.712,80	0,00
SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	P	25.749.011,92	25.749.011,92
TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**24.200.299,12**	**25.749.011,92**
TOTAL		**24.461.050,24**	**25.908.043,95**

SERVICO DE SANEAMENTO AMBIENTAL AGUAS DO PANTANAL

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Exercício de 2021 — Dezembro(31/12/2021)

A) QUADRO PRINCIPAL

ISOLADO:4 - SERVICO DE SANEAMENTO AMBIENTAL AGUAS DO PANTANAL

ATIVO

ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
BENS DE USO ESPECIAL (P)	P	1.996.077,63	1.996.077,63
BENS IMÓVEIS EM ANDAMENTO (P)	P	7.381.208,49	6.963.993,85
(-) DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS		**-2.780.361,95**	**-2.070.809,31**
(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA - BENS IMÓVEIS (P)	P	-1.677,16	-1.677,16
(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA - BENS MÓVEIS (P)	P	-2.778.684,79	-2.069.132,15
TOTAL		**24.461.050,24**	**25.908.043,95**

PASSIVO

ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior

LAURO LUIZ DE ALCÂNTARA SILVA
ASSESSOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO
895.906.001-15

MARIA APARECIDA NEPOMUCENO DOS S. SILVA
DIRETORA EXECUTIVA
241.398.311-20

LUCAS DOS REIS CARVALHO
CONTADOR
040.277.161-32

SERVICO DE SANEAMENTO AMBIENTAL AGUAS DO PANTANAL

BALANÇO PATRIMONIAL

Exercício de 2021 — Dezembro(31/12/2021) — 3 de 4

B) QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO FINANCEIRO		1.245.878,26	2.189.672,56	PASSIVO FINANCEIRO (260.751,12)+RP não Proc.(771.130,23)		1.031.881,35	1.042.142,19
ATIVO PERMANENTE		23.215.171,98	23.718.371,39	PASSIVO PERMANENTE		0,00	0,00
				SALDO PATRIMONIAL		23.429.168,89	24.865.901,76

LAURO LUIZ DE ALCÂNTARA SILVA
ASSESSOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO
895.906.001-15

MARIA APARECIDA NEPOMUCENO DOS S. SILVA
DIRETORA EXECUTIVA
241.398.311-20

LUCAS DOS REIS CARVALHO
CONTADOR
040.277.161-32

SERVICO DE SANEAMENTO AMBIENTAL AGUAS DO PANTANAL

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Exercício de 2021 — Dezembro(31/12/2021) — 4 de 4

C) QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO (CONTROLE)

ESPECIFICAÇÃO				ESPECIFICAÇÃO			
SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS (Contas do Grupo 811xx)	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS (Contas do Grupo 812xx)	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
				ATOS POTENCIAIS PASSIVO		**9.068.720,73**	**17.732.125,03**
				OBRIGAÇÕES CONVENIADAS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES		529.819,24	314.594,80
				OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS		8.538.901,49	17.417.530,23
				TOTAL		**9.068.720,73**	**17.732.125,03**

LAURO LUIZ DE ALCÂNTARA SILVA
ASSESSOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO
895.906.001-15

MARIA APARECIDA NEPOMUCENO DOS S. SILVA
DIRETORA EXECUTIVA
241.398.311-20

LUCAS DOS REIS CARVALHO
CONTADOR
040.277.161-32

SERVICO DE SANEAMENTO AMBIENTAL AGUAS DO PANTANAL

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

D) QUADRO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

Exercício de 2021 — Dezembro(31/12/2021) —

ISOLADO:4 - SERVICO DE SANEAMENTO AMBIENTAL AGUAS DO PANTANAL

D) QUADRO DO SUPERAVIT / DEFICIT FINANCEIRO

DESTINAÇÃO DE RECURSOS (Contas 82111XXXX)	Nota	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO	
		ATUAL	EXERC. ANTERIOR
1-00 RECURSOS ORDINáRIOS-RECURSOS DO EXERCíCIO CORRENTE		**805.655,61**	**1.147.530,37**
0 Sem Detalhamento da Destinação de Recursos		805.655,61	1.147.530,37
3-00 RECURSOS ORDINáRIOS-RECURSOS DE EXERCíCIOS ANTERIORES		**-591.658,70**	**0,00**
0 Sem Detalhamento da Destinação de Recursos		-591.658,70	0,00
TOTAL		**213.996,91**	**1.147.530,37**

LAURO LUIZ DE ALCÂNTARA SILVA
ASSESSOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO
895.906.001-15

MARIA APARECIDA NEPOMUCENO DOS S. SILVA
DIRETORA EXECUTIVA
241.398.311-20

LUCAS DOS REIS CARVALHO
CONTADOR
040.277.161-32

SERVICO DE SANEAMENTO AMBIENTAL AGUAS DO PANTANAL

Exercício de 2021

Anexo 17 - Demonstrativo da Dívida Flutuante

Dezembro(31/12/2021)

ISOLADO:4 - SERVICO DE SANEAMENTO AMBIENTAL AGUAS DO PANTANAL

TITULOS	SALDO ANTERIOR	MOVIMENTO DO PERIODO				SALDO P/ O PERIODO SEGUINTE
		INSCRIÇÃO	BAIXA	TRANSF .RP NAO PROC. LIQ		
				INSCR	BAIXA	
RESTOS A PAGAR - PROCESSADOS						
EXERCÍCIO 2020	30.781,29	0,00	29.280,69	0,00	0,00	1.500,60
EXERCÍCIO 2021	0,00	115.593,51	0,00	0,00	0,00	115.593,51
Sub-total	30.781,29	115.593,51	29.280,69	0,00	0,00	117.094,11
RESTOS A PAGAR - NÃO PROCESSADOS						
EXERCÍCIO 2018	72.892,40	0,00	100,80	0,00	0,00	72.791,60
EXERCÍCIO 2019	3.968,36	0,00	517,16	0,00	0,00	3.451,20
EXERCÍCIO 2020	806.249,40	0,00	766.610,22	0,00	0,00	39.639,18
EXERCÍCIO 2021	0,00	655.248,25	0,00	0,00	0,00	655.248,25
Sub-total	883.110,16	655.248,25	767.228,18	0,00	0,00	771.130,23
DEPÓSITOS E CONSIGNAÇÕES						
CONTRIBUIÇÃO AO RGPS (F)	42.817,74	240.767,92	227.551,99	0,00	0,00	56.033,67
IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF (F)	22.921,35	230.678,35	231.782,96	0,00	0,00	21.816,74
ISS (F)	55.141,38	350.504,50	377.690,13	0,00	0,00	27.955,75
RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS (F)	7.370,27	105.631,36	101.099,79	0,00	0,00	11.901,84
OUTROS CONSIGNATARIOS (F)	0,00	2.839,80	2.272,75	0,00	0,00	567,05
RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS (F)	0,00	167.715,46	142.643,62	0,00	0,00	25.071,84
OUTRAS CONSIGNAÇÕES - INTRA OFSS (F)	0,00	4.647,36	4.337,24	0,00	0,00	310,12
Sub-total	128.250,74	1.102.784,75	1.087.378,48	0,00	0,00	143.657,01
TOTAL	1.042.142,19	1.873.626,51	1.883.887,35	0,00	0,00	1.031.881,35

LAURO LUIZ DE ALCÂNTARA SILVA
ASSESSOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO
895.906.001-15

MARIA APARECIDA NEPOMUCENO DOS S. SILVA
DIRETORA EXECUTIVA
241.398.311-20

LUCAS DOS REIS CARVALHO
CONTADOR
040.277.161-32

*
*

SERVICO DE SANEAMENTO AMBIENTAL AGUAS DO PANTANAL

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercício de 2021 — Dezembro(31/12/2021) —

ISOLADO:4 - SERVICO DE SANEAMENTO AMBIENTAL AGUAS DO PANTANAL

QUADRO PRINCIPAL

FLUXOS DE CAIXAS DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	Nota	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
INGRESSOS		20.970.996,91	21.063.947,45
RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS		19.857.085,12	19.684.864,59
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		4.351.620,79	4.495.878,35
Receita de Contribuições		0,00	0,00
Receita Patrimonial		0,00	0,00
Receita Agropecuária		0,00	0,00
Receita Industrial		0,00	0,00
Receita de Serviços		15.106.467,39	14.363.426,68
Outras Receitas Originárias		351.907,82	706.420,67
Remuneração das Disponibilidades		47.089,12	119.138,89
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	A	0,00	0,00
OUTROS INGRESSOS OPERACIONAIS		1.113.911,79	1.379.082,86
Ingressos Extraorçamentários		1.113.911,79	1.379.082,86
Transferências Financeiras Recebidas		0,00	0,00
DESEMBOLSOS (Incluidos pagto de RP)		21.247.981,15	19.443.598,12
PESSOAL E DEMAIS DESPESAS	B	19.705.414,28	17.797.586,52
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	C	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	A	444.061,35	302.145,86
OUTROS DESEMBOLSOS OPERACIONAIS		1.098.505,52	1.343.865,74
Desembolsos Extra-Orçamentários		1.098.505,52	1.343.865,74
Transferências Financeiras Concedidas		0,00	0,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (I)		-276.984,24	1.620.349,33

FLUXOS DE CAIXAS DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	Nota	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
INGRESSOS		0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS		0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS		0,00	0,00
OUTROS INGRESSOS DE INVESTIMENTOS		0,00	0,00
DESEMBOLSOS		666.810,06	8.088.509,19
AQUISIÇÃO DE ATIVO NÃO CIRCULANTE		666.810,06	8.081.189,19
CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		0,00	0,00
OUTROS DESEMBOLSOS DE INVESTIMENTOS		0,00	7.320,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (II)		-666.810,06	-8.088.509,19

FLUXOS DE CAIXAS DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	Nota	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
INGRESSOS		0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		0,00	0,00
INTEGRALIZAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DE EMPRESAS DEPENDENTES		0,00	0,00
DESEMBOLSOS		0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO/REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA		0,00	0,00
OUTROS DESEMBOLSOS DE FINANCIAMENTOS		0,00	0,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (III)		0,00	0,00

APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO	Nota	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL		2.189.672,56	8.657.832,42

LAURO LUIZ DE ALCÂNTARA SILVA
ASSESSOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO
895.906.001-15

MARIA APARECIDA NEPOMUCENO DOS S. SILVA
DIRETORA EXECUTIVA
241.398.311-20

LUCAS DOS REIS CARVALHO
CONTADOR
040.277.161-32

Layout conforme IPC 08 - STN

SERVICO DE SANEAMENTO AMBIENTAL AGUAS DO PANTANAL

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercício de 2021 — Dezembro(31/12/2021) —

ISOLADO:4 - SERVICO DE SANEAMENTO AMBIENTAL AGUAS DO PANTANAL

APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO	Nota	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
(+)GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I+II+III)		-943.794,30	-6.468.159,86
(=)CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL		1.245.878,26	2.189.672,56

A - QUADRO DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS

	NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS		0,00	0,00
Intergovernamentais		0,00	0,00
da União		0,00	0,00
de Estados e Distrito Federal		0,00	0,00
de Municípios		0,00	0,00
Intragovernamentais		0,00	0,00
Outras Transferências Recebidas		0,00	0,00
Total das Transferências Recebidas		**0,00**	**0,00**
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS		444.061,35	302.145,86
Intergovernamentais		0,00	0,00
a União		0,00	0,00
a Estados e Distrito Federal		0,00	0,00
a Municípios		0,00	0,00
a Consórcios		0,00	0,00
Intragovernamentais		444.061,35	302.145,86
Outras transferências concedidas		0,00	0,00
Total das Transferências Concedidas		**444.061,35**	**302.145,86**

B - QUADRO DE DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO

	NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
SANEAMENTO		19.705.414,28	17.797.586,52
Total dos Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função		**19.705.414,28**	**17.797.586,52**

LAURO LUIZ DE ALCÂNTARA SILVA
ASSESSOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO
895.906.001-15

MARIA APARECIDA NEPOMUCENO DOS S. SILVA
DIRETORA EXECUTIVA
241.398.311-20

LUCAS DOS REIS CARVALHO
CONTADOR
040.277.161-32

Layout conforme IPC 08 - STN

SERVICO DE SANEAMENTO AMBIENTAL AGUAS DO PANTANAL

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercício de 2021 — Dezembro(31/12/2021) —

ISOLADO:4 - SERVICO DE SANEAMENTO AMBIENTAL AGUAS DO PANTANAL

C - QUADRO DE JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA

	NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna		0,00	0,00
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa		0,00	0,00
Outros Encargos da Dívida		0,00	0,00
Total dos Juros e Encargos da Dívida		**0,00**	**0,00**

LAURO LUIZ DE ALCÂNTARA SILVA
ASSESSOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO
895.906.001-15

MARIA APARECIDA NEPOMUCENO DOS S. SILVA
DIRETORA EXECUTIVA
241.398.311-20

LUCAS DOS REIS CARVALHO
CONTADOR
040.277.161-32

Layout conforme IPC 08 - STN

SERVICO DE SANEAMENTO AMBIENTAL AGUAS DO PANTANAL

22.794.608/0001-78 Exercício: 2021

CONSOLIDADO

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

1 de 1

ESPECIFICAÇÃO	Pat. Social Capial Social	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ações / Cotas em Tesouraria	TOTAL
Saldos iniciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.749.011,92	0,00	25.749.011,92
Ajustes de exercícios anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aumento de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros sobre capital próprio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado do exercício	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-1.548.712,80	0,00	-1.548.712,80
Ajustes de avaliação patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Constituição/Reversão de reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dividendos a distribuir (R$ ... por ação)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldos finais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.200.299,12	0,00	24.200.299,12

LAURO LUIZ DE ALCÂNTARA SILVA
ASSESSOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO
895.906.001-15

MARIA APARECIDA NEPOMUCENO DOS S. SILVA
DIRETORA EXECUTIVA
241.398.311-20

LUCAS DOS REIS CARVALHO
CONTADOR
040.277.161-32

SERVICO DE SANEAMENTO AMBIENTAL AGUAS DO PANTANAL

ANEXO 15 - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Exercício de 2021 Dezembro(31/12/2021) 1 de 2

ISOLADO:4 - SERVICO DE SANEAMENTO AMBIENTAL AGUAS DO PANTANAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS

ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA		**4.351.620,79**	**4.495.878,35**
TAXAS		4.351.620,79	4.495.878,35
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS		**14.764.291,11**	**15.286.966,35**
EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS		14.764.291,11	15.286.966,35
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS		**381.242,05**	**414.902,58**
JUROS E ENCARGOS DE MORA		334.152,93	295.763,69
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS		47.089,12	119.138,89
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PA		**1.079.912,03**	**0,08**
REAVALIAÇÃO DE ATIVOS		1.079.912,03	0,08
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		**351.907,82**	**707.860,53**
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		351.907,82	707.860,53
TOTAL DAS VARIAÇÕES AUMENTATIVAS		**20.928.973,80**	**20.905.607,89**
RESULTADO PATRIMONIAL (DÉFICIT)		**1.548.712,80**	**0,00**
TOTAL		**22.477.686,60**	**20.905.607,89**

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS

ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
PESSOAL E ENCARGOS		**3.060.690,53**	**2.997.780,60**
REMUNERAÇÃO A PESSOAL		2.548.513,21	2.454.929,38
ENCARGOS PATRONAIS		387.090,44	373.821,12
BENEFÍCIOS A PESSOAL		21.275,75	6.148,77
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - PESSOAL E ENCARGOS		103.811,13	162.881,33
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS		**23.132,08**	**46.590,67**
OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS		23.132,08	46.590,67
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO		**17.263.776,84**	**14.449.273,36**
USO DE MATERIAL DE CONSUMO		2.729.306,08	1.232.130,15
SERVIÇOS		13.824.918,12	12.476.411,71
DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO		709.552,64	740.731,50
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS		**301.417,71**	**160.501,04**
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS		301.417,71	160.501,04
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PAS		**1.632.887,05**	**0,00**
REAVALIAÇÃO, REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL E AJUSTE PARA PERDAS		1.632.887,05	0,00
TRIBUTÁRIAS		**195.782,39**	**244.737,80**
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA		14.703,87	47.139,16
CONTRIBUIÇÕES		181.078,52	197.598,64
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		**0,00**	**11.574,32**
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		0,00	11.574,32
TOTAL DAS VARIAÇÕES DIMINUTIVAS		**22.477.686,60**	**17.910.457,79**
RESULTADO PATRIMONIAL (SUPERÁVIT)		**0,00**	**2.995.150,10**
TOTAL		**22.477.686,60**	**20.905.607,89**

LAURO LUIZ DE ALCÂNTARA SILVA
ASSESSOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO
895.906.001-15

MARIA APARECIDA NEPOMUCENO DOS S. SILVA
DIRETORA EXECUTIVA
241.398.311-20

LUCAS DOS REIS CARVALHO
CONTADOR
040.277.161-32

SERVICO DE SANEAMENTO AMBIENTAL AGUAS DO PANTANAL

ANEXO 15 - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Exercício de 2021 — Dezembro(31/12/2021) —

ISOLADO:4 - SERVICO DE SANEAMENTO AMBIENTAL AGUAS DO PANTANAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS
(DECORRENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA)

ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
INCORPORAÇÃO DE ATIVO		**654.918,96**	**8.100.400,29**
INVESTIMENTOS		654.918,96	8.088.520,29
INVERSÕES FINANCEIRAS		0,00	11.880,00

LAURO LUIZ DE ALCÂNTARA SILVA
ASSESSOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO
895.906.001-15

MARIA APARECIDA NEPOMUCENO DOS S. SILVA
DIRETORA EXECUTIVA
241.398.311-20

LUCAS DOS REIS CARVALHO
CONTADOR
040.277.161-32

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
CONTRATO Nº 005/2022 – SMED POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFIFICADO 001/2021

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, **LIAMARA RODRIGUES DA SILVA** de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e o (a) senhor (a), **MARIZA PINTO DE MIRANDA,** brasileiro (a) residente e domiciliado (a) na Rua D, sn , Bairro Vitoria Regia , Município de Cáceres MT, portador (a) do RG Nº 04000587 SSP-MT e CPF n.º 304.575. 991-20, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público do (a) senhor (a) **MARIZA PINTO DE MIRANDA ,** no cargo de Professor (a) Licenciado (a) em Pedagogia, para exercer suas funções na Escola Municipal Vitoria Regia, com **carga horária de trabalho de 20(Vinte) horas semanais**, seu chamado se justifica em substituição a Valéria que está em readaptação na SMA Secretária de Municipal de Administração na turma do 2º ano no período vespertino, garantindo o direito dos 200 (duzentos) dias letivos conforme o calendário escolar.

Parágrafo único A carga horária do contrato poderá ser reduzida a qualquer momento mediante alteração da matriz curricular.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **17 de Fevereiro de 2022 e término em 12 de Julho de 2022.**

PARAGRAFO ÚNICO: O presente contrato poderá ser prorrogado por igual período sem exceder 02 (dois) anos de vinculo, de acordo com o interesse e justificativa da Secretaria Municipal de Educação.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de **R$ 2.475,26 (Dois mil quatrocentos e setenta cinco e vinte seis centavos) mensais.**

DOS SERVIÇOS O CONTRATADO

Cláusula 4ª Responsabilizar-se a, integramente, pelo que forem demandados pela CONTRATANTE, em conformidade com a normatização pertinente, cronogramas de aulas, materiais didáticos necessários (aulas práticas e teóricas).

DA FORMA DE PAGAMENTO

Cláusula 5ª Os pagamentos referentes às horas/aulas ministradas serão realizados mensalmente após de acordo com a folha de frequência.

DO ACOMPANHAMENTO E DA EXECUÇAO DO CONTRATO

Cláusula 6ª A gestora da unidade anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto do presente contrato, determinado o que for necessário a regularização das faltas, reposições e ou adequações necessárias para o cumprimento dos dias letivos.

DA DOTAÇAO ORÇAMENTARIA

Cláusula 7ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta da seguinte dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Educação:

Cód. Órgão	**Cód**. Unid. Orçamentaria	**Cód.** Função	**Cód.** Sub função	**Cód.** Programa	**Núm**. Projeto-atividade	**Cód.** Da categ. Econômica	**Cód.** Do grupo de natureza de despesa	**Cód.** da modalidade de aplicação	**Cód.** Elem. de despesa	**Cód.** Sub elemento de despesa	**Cód.** ID de uso e destinação de recurso	**Cód.** Grupo de destinação de recurso	**Cód.** da especificação da destinação de recurso	**Unid.** Orçamentaria
06	003	12	361	1004	2057	3	1	90	04	00	0	1	540	066009

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATANTE

Cláusula 8ª Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Aprovar o(s) projeto(s) pedagógico(s) a serem executados na unidade escolar; b) Comunicar ao CONTRATADO toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do CONTRATO; c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO; d) Propiciar recursos para que o CONTRATADO possa desempenhar seus serviços dentro das normas; e) Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento; f) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, na forma convencionada neste;

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATADA

Cláusula 9ª A contratado obriga-se, ainda:

a) Ser assíduo e comprometido com que é proposto pela Educação Municipal;

b) Realizar o controle da frequência e do desempenho escolar dos alunos;

c) Cumprir a carga horaria semanal estabelecida para a função na qual foi selecionado, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato, sob pena de rescisão contratual;

d) Apresentar documentação mensal relativa à execução de suas atividades ao gestor da unidade, para efeito de comprovação de assiduidade;

e) Estar ciente de que poderá ser convocado a qualquer momento a participar de reuniões em caráter administrativo e pedagógico, solicitada pela coordenação escolar ou geral;

f) Requerer expressamente, **com antecedência mínima de 30 (trinta) dias** ao gestor da instituição de ensino, o interesse em rescindir o contrato;

g) Zelar pelo patrimônio público, desde a estrutura física, a identidade e os valores institucionais;

h) Entregar planejamento anual antes do início das aulas, o qual poderá ser solicitado pela Coordenação escolar e pela Coordenação Pedagógica da Secretaria Municipal de Educaçãosua alteração e/ou adequação;

i) Planejar as aulas e atividades didáticas e ministra-las seguindo as orientações do projeto político pedagógico da unidade, bem como do material didático;

j) Adequar aprendizagem dos alunos as necessidades especificas do público-alvo;

k) Elaborar o conteúdo programático adequando conteúdo, aulas, materiais didáticos, mídias e bibliografia as necessidades dos alunos da unidade escolar;

l) Registrar diariamente em tempo real e em sistema próprio a frequência dos alunos;

m) Avaliar e registrar o desempenho dos alunos;

n) Manter as planilhas diárias atualizadas, e apresenta-las sempre que solicitado pelo coordenador pedagógico e ou coordenação geral da Secretaria Municipal de Educação;

o) Entregar toda documentação a secretaria escolar dentro do prazo exigido após a finalização do bimestre;

p) Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados;

q) Comunicar imediatamente o Coordenador pedagógico escolar a ausência do aluno 2 (dois) dias consecutivos sem justificativa;

r) Arcar com todo ônus relativo ao seu deslocamento, hospedagem, alimentação e demais custos que advenham da sua permanecia no local de trabalho**;**

s) A abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretara em rescisão contratual;

t) Justificar ao coordenador ou diretor da unidade escolar, através de documento a falta que vier a ocorrer, assim como a data da reposição do dia letivo.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Cláusula 10ª Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato ou avaliação que comprove a não cumprimento das atribuições inerentes à função para a qual foi contratado o profissional, será aplicada a sansão prevista no ordenamento jurídico;

Cláusula 11ª Este contrato por prazo determinado vincula-se ao regime geral de providencia Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto;

DA RESCISÃO

Cláusula 12ª A inexecução total ou parcial do objeto deste CONTRATO ou resultado não favorável na avalição de desempenho do profissional enseja na sua rescisão de forma unilateral;

Cláusula 13ª *O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.*

Cláusula 14ª Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Cláusula 15ª Fica eleito o Foro da comarca de Cáceres para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste contrato.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 17 de Fevereiro de 2022

_____

CONTRATADO (A)

_____

LIAMARA RODRIGUES DA SILVA

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CÁCERES
PORTARIA Nº 169 DE 17 DE MARÇO DE 2022.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258 de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO os artigos 19, 20 e 21 da Lei Complementar nº 47, de 29 de setembro de 2003 e os artigos 18, 19 e 20 da Lei Complementar nº 48, de 05 de setembro de 2003;

CONSIDERANDO o que consta no Memorando sob nº 9.540, de 16 de março de 2022;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a Progressão de Nível e Classe aos servidores de carreira do Município de Cáceres relacionados no anexo único da presente Portaria, em razão de nova habilitação específica alcançada e por tempo de serviços prestados, obedecendo aos critérios de promoção para cada Classe, no mês de **MARÇO/2022**.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão à conta do Elemento de Despesa Específico das respectivas Secretarias.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 17 de março de 2022.

WILSON MASSAHIRO KISHI

Secretário Municipal de Administração

MARÇO/2022

SERVIDORES COM DIREITO A ELEVAÇÃO DE NIVEL E CLASSE EM CONFORMIDADE COM A LEI COMPLEMENTAR Nº.47/48 – 2003 "PLANO DE CARGOS, CARREIRAS E SALÁRIOS – PCCS" VIGENTE.

NOME	CARGO	PROGRESSÃO FUNCIONAL		ADMISSÃO	DE CLASSE/ NIVEL	P/CLASSE NIVEL
KATIUSCIA CHRISTINI DE ASSUNCAO	Assistente Administrativo	Progressão de Nível		12/07/2018	B – I	B - II
LUCIANA DOS REIS ALVES OLIVEIRA	Assistente Administrativo	Progressão de Classe		08/03/2010	D – II	E – II
ESTELA MARA BRANDINI DE ASSUNÇÃO MURTINHO	Atend.Consultório Dentário	Progressão de Classe		05/08/2002	F – II	G – II
ROSIMEIRE RODRIGUES	Auxiliar Administrativo(P/G)	Progressão de Classe		16/02/2001	G – IV	H – IV
ELIANE MIE SATO	Auxiliar de Desenvolv.Infantil	Progressão de Nível		16/10/2017	B – II	B – III
DENIS FERNANDES COSTA CAVALCANTE	Auxiliar de Farmácia	Progressão de Classe		08/03/2010	D – III	E – III
ELZA LEITE RODRIGUES	Auxiliar de Serviços Gerais	Progressão de Nível		20/04/1995	I – III	I – IV
MARLEI DIAS DE CAMPOS	Auxiliar de Serviços Gerais	Progressão de Nível		01/02/1999	H – III	H – IV
MARIA APARECIDA DOS SANTOS	Auxiliar de Serviços Gerais	Progressão de Nível		01/02/1999	H – II	H – III
LENIR RAMOS DA SILVA	Auxiliar de Serviços Gerais	Progressão de Nível		29/03/1999	H – III	H – IV
ROSANA DA ILVA FREIRE	Auxiliar de Serviços Gerais	Progressão de Nível		01/03/2000	H – I	H – II
DIRCE DA SILVA ARTIAGA	Auxiliar de Serviços Gerais	Progressão de Classe		16/02/2001	G – II	H – II
IZABEL CRISTINA FRANÇA DA SILVA	Auxiliar de Serviços Gerais	Progressão de Classe		20/02/2001	G – IV	H – IV

PAULO SANTANA DE OLIVEIRA	Auxiliar de Serviços Gerais	Progressão de Classe	20/02/2001	G – I	H – I
JAQUELINE BATISTA DE LIMA	Auxiliar de Serviços Gerais	Progressão de Classe	23/02/2001	G – II	H – II
ELIANE DE OLIVEIRA CARDOZO	Auxiliar de Serviços Gerais	Progressão de Classe	21/02/2001	G – IV	H – IV
GEOVANIL ANTONIO DE ALMEIDA	Auxiliar de Serviços Gerais	Progressão de Classe	23/02/2001	G – IV	H – IV
ANTONIO GRACINDO SILVA	Auxiliar de Serviços Gerais	Progressão de Classe	01/03/2001	G – I	H – I
SUELI NATALINA JARA	Auxiliar de Serviços Gerais	Progressão de Classe	05/03/2001	G – IV	H – IV
ERCILIA LINA DA SILVA	Auxiliar de Serviços Gerais	Progressão de Classe	09/03/2001	G – IV	H – IV
LIANE DE SOUZA CRUZ	Auxiliar de Serviços Gerais	Progressão de Classe	09/03/2001	G – II	H – II
JOSIELE MARIA DE BRITO SILVA	Auxiliar de Serviços Gerais	Progressão de Classe	09/03/2001	G – III	H – III
VILMA ROSA SALES DE AGUILAR	Auxiliar de Serviços Gerais	Progressão de Nível	05/08/2002	G – III	G – IV
MARIA DO CARMO DA SILVA	Auxiliar de Serviços Gerais	Progressão de Nível	05/08/2002	F – II	F – III
MARIA JOSE DE SOUZA	Auxiliar de Serviços Gerais	Progressão de Nível	05/08/2002	G – III	G – IV
ELIAS AGUILERA FILHO	Auxiliar de Serviços Gerais	Progressão de Nível	07/10/2013	C – III	C – IV
JANAINA MOREIRA MEDEIROS	Educador/Orientador Social	Progressão de Nível	01/02/2018	B – II	B – III
PAMELLA ZOCCOLI GATTASS	Enfermeira(a) 40hs	Progressão de Classe	08/03/2010	D – II	E – II
GRAZIELE AGUIAR DIAS	Enfermeiro(a) 40hs	Progressão de Classe	08/03/2010	D – II	E – II
AIRENO DE SOUZA SILVA	Enfermeiro(a) 40hs	Progressão de Classe	08/03/2010	D – II	E – II
RAQUEL GOMES DE MORAES	Enfermeiro(a) 40hs	Progressão de Classe	08/03/2010	D – II	E – II
JODELCIO SOUZA DO CARMO	Guarda(P/G.I)	Progressão de Classe	16/02/2001	G – II	H – II
WANDERSON DE PINHO JARA	Guarda(P/G.I)	Progressão de Nível	05/05/2009	E – I	E – II
ADEMILSON RAMOS DE FARIAS	Guarda(P/G.I)	Progressão de Nível	05/04/2010	D – III	D – IV
JEFFERSON DUARTE DE LIRA	Guarda(P/G.I)	Progressão de Classe	18/02/2010	D – II	E – II
MARQUESONGLEY PEREIRA LIMA	Guarda(P/G.I)	Progressão de Classe	19/02/2010	D – II	E – II
ODINEI DE OLIVEIRA CEBALHO	Guarda(P/G.I)	Progressão de Nível	17/10/2012	D – I	D – II
MANOEL EDUARDO DA SILVA	Motorista de ônibus(P/G)	Progressão de Nível	01/02/2018	B – II	B - III
VALDEVINO INOCENCIO DA SILVA	Motorista de ônibus(P/G)	Progressão de Nível	07/12/2017	B – III	B – IV
FATIMA ROSANA FREITAS BARBOSA	Prof.C/Magistério	Progressão de Classe	19/02/2001	G – V	H – V
MARLIR ROZENDO DOS SANTOS SILVA	Profª.Lic.em Letras 30hs	Progressão de Classe	19/02/2001	G – IV	H – IV
ROSANGELA GONÇALVES DA R.SANTOS	Profª.Lic.em Letras 30hs	Progressão de Classe	19/02/2001	G – IV	H – IV
SILVIA MARA LANDIM DE CARVALHO	Profª.Lic.em Matemática 30hs	Progressão de Classe	19/02/2001	G – IV	H – IV
CRISTIANE MORENO ALMEIDA DA SILVA	Técnico em Enfermagem(S/G.T)	Progressão de Nível	12/11/2009	E – II	E – III

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
CONTRATO Nº 042/2022 – SMED POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2021

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, **LIAMARA RODRIGUES DA SILVA** de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e o (a) senhor (a), **INEZ ALVES GUIMARAES MARTINS,** brasileiro (a) residente e domiciliado (a) na Rua Dos Serranos, N/S, Bairro Cohab Nova , Município de Cáceres MT, portador (a) do RG Nº 543792 SSP-MT e CPF Nº 396.474.801-30, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público do (a) senhor (a) **INEZ ALVES GUIMARAES MARTINS,** no cargo de Professor (a) Licenciado (a) em Pedagogia, para exercer suas funções na Escola Municipal Frei Grignion, com **carga horária de trabalho de 20(Vinte) horas semanais**, na turma Pré I B matutino, em substituição a Professora Maria Cristina Almeida que está de afastamento sem Ônus , garantindo o direito dos 200 (duzentos) dias letivos conforme o calendário escolar.

Parágrafo único A carga horária do contrato poderá ser reduzida a qualquer momento mediante alteração da matriz curricular.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **25 de Fevereiro de 2022 e término em 23 de Dezembro de 2022.**

PARAGRAFO ÚNICO: O presente contrato poderá ser prorrogado por igual período sem exceder 02 (dois) anos de vinculo, de acordo com o interesse e justificativa da Secretaria Municipal de Educação.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de **R$ 2.475,26 (Dois mil quatrocentos e setenta cinco e vinte seis centavos) mensais.**

DOS SERVIÇOS O CONTRATADO

Cláusula 4ª Responsabilizar-se a, integramente, pelo que forem demandados pela CONTRATANTE, em conformidade com a normatização pertinente, cronogramas de aulas, materiais didáticos necessários (aulas práticas e teóricas).

DA FORMA DE PAGAMENTO

Cláusula 5ª Os pagamentos referentes às horas/aulas ministradas serão realizados mensalmente após de acordo com a folha de frequência.

DO ACOMPANHAMENTO E DA EXECUÇAO DO CONTRATO

Cláusula 6ª A gestora da unidade anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto do presente contrato, determinado o que for necessário a regularização das faltas, reposições e ou adequações necessárias para o cumprimento dos dias letivos.

DA DOTAÇAO ORÇAMENTARIA

Cláusula 7ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta da seguinte dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Educação:

Cód. Órgão	**Cód**. Unid. Orçamentaria	**Cód.** Função	**Cód.** Sub função	**Cód.** Programa	**Núm**. Projeto-atividade	**Cód.** Da categ. Econômica	**Cód.** Do grupo de natureza de despesa	**Cód.** da modalidade de aplicação	**Cód.** Elem. de despesa	**Cód.** Sub elemento de despesa	**Cód.** ID de uso e destinação de recurso	**Cód.** Grupo de destinação de recurso	**Cód.** da especificação da destinação de recurso	**Unid.** Orçamentaria
06	003	12	365	1004	2059	3	1	90	04	00	0	1	540	066006

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATANTE

Cláusula 8ª Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Aprovar o(s) projeto(s) pedagógico(s) a serem executados na unidade escolar; b) Comunicar ao CONTRATADO toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do CONTRATO; c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO; d) Propiciar recursos para que o CONTRATADO possa desempenhar seus serviços dentro das normas; e) Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento; f) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, na forma convencionada neste;

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATADA

Cláusula 9ª A contratado obriga-se, ainda:

a) Ser assíduo e comprometido com que é proposto pela Educação Municipal;

b) Realizar o controle da frequência e do desempenho escolar dos alunos;

c) Cumprir a carga horaria semanal estabelecida para a função na qual foi selecionado, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato, sob pena de rescisão contratual;

d) Apresentar documentação mensal relativa à execução de suas atividades ao gestor da unidade, para efeito de comprovação de assiduidade;

e) Estar ciente de que poderá ser convocado a qualquer momento a participar de reuniões em caráter administrativo e pedagógico, solicitada pela coordenação escolar ou geral;

f) Requerer expressamente, **com antecedência mínima de 30 (trinta) dias** ao gestor da instituição de ensino, o interesse em rescindir o contrato;

g) Zelar pelo patrimônio público, desde a estrutura física, a identidade e os valores institucionais;

h) Entregar planejamento anual antes do início das aulas, o qual poderá ser solicitado pela Coordenação escolar e pela Coordenação Pedagógica da Secretaria Municipal de Educaçãosua alteração e/ou adequação;

i) Planejar as aulas e atividades didáticas e ministra-las seguindo as orientações do projeto político pedagógico da unidade, bem como do material didático;

j) Adequar aprendizagem dos alunos as necessidades especificas do público-alvo;

k) Elaborar o conteúdo programático adequando conteúdo, aulas, materiais didáticos, mídias e bibliografia as necessidades dos alunos da unidade escolar;

l) Registrar diariamente em tempo real e em sistema próprio a frequência dos alunos;

m) Avaliar e registrar o desempenho dos alunos;

n) Manter as planilhas diárias atualizadas, e apresenta-las sempre que solicitado pelo coordenador pedagógico e ou coordenação geral da Secretaria Municipal de Educação;

o) Entregar toda documentação a secretaria escolar dentro do prazo exigido após a finalização do bimestre;

p) Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados;

q) Comunicar imediatamente o Coordenador pedagógico escolar a ausência do aluno 2 (dois) dias consecutivos sem justificativa;

r) Arcar com todo ônus relativo ao seu deslocamento, hospedagem, alimentação e demais custos que advenham da sua permanecia no local de trabalho**;**

s) A abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretara em rescisão contratual;

t) Justificar ao coordenador ou diretor da unidade escolar, através de documento a falta que vier a ocorrer, assim como a data da reposição do dia letivo.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Cláusula 10ª Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato ou avaliação que comprove a não cumprimento das atribuições inerentes à função para a qual foi contratado o profissional, será aplicada a sansão prevista no ordenamento jurídico;

Cláusula 11ª Este contrato por prazo determinado vincula-se ao regime geral de providencia Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto;

DA RESCISÃO

Cláusula 12ª A inexecução total ou parcial do objeto deste CONTRATO ou resultado não favorável na avalição de desempenho do profissional enseja na sua rescisão de forma unilateral;

Cláusula 13ª *O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.*

Cláusula 14ª Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Cláusula 15ª Fica eleito o Foro da comarca de Cáceres para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste contrato.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 07 de Março de 2022

_____

CONTRATADO (A)

_____

LIAMARA RODRIGUES DA SILVA

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

AUTARQUIA ÁGUAS DO PANTANAL
DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA DE ESTÁGIO REMUNERADO

Eu, **Bruno Rafael Garcia dos Santos**, brasileiro, inscrito sob o CPF nº **052.675.961-59** e no RG nº **2548360-9**, aprovado e classificado em **2º lugar** no 1º Processo Seletivo de 2020 para Estágio de Nível Superior (Graduação) e Formação de Cadastro de Reserva do Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal – SSAAP, publicado em **23/07/2020**, através da **EDITAL SSAAP Nº 01/2020**, para realização de Estágio Não Obrigatório Remunerado para Curso de Engenharia Civil, sob TERMO DE COMPROMISSO nº 08/2020, publicada no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado do Mato Grosso – AMM, em 04 de setembro de 2020, **DECLARO NÃO** ter interesse em permanecer no estágio supramencionado, excluindo-me da lista de aprovados do referido Processo Seletivo. Com efeito a partir do dia 18 de março de 2022.

Cáceres/MT, 17 de março de 2022.

_____

Bruno Rafael Garcia dos Santos

Estagiário

_____

Felipe Franklim Brito de Lima

Assessor Técnico Operacional - SSAAP

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
CONTRATO Nº 041/2022 – SMED POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFIFICADO 001/2021

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, **LIAMARA RODRIGUES DA SILVA** de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e o (a) senhor (a), **SANDRA DE OLIVEIRA LEITE,** brasileiro (a) residente e domiciliado (a) na Rua dos Diamantes, Bairro Cohab Velha, N° 306 no Município de Cáceres MT, portador (a) do RG Nº 1348388-9 SSP-MT e CPF Nº 830400051-20, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público do (a) senhor (a) **SANDRA DE OLIVEIRA LEITE,** no cargo de Professor (a) Licenciado (a) em Pedagogia, para exercer suas funções na Escola Municipal Santos Dumont, com **carga horária de trabalho de 20(Vinte) horas semanais**, para a turma do 1° ano vespertino. A contratação justifica-se e encontra amparo no inciso IX do caput do art.37 da Constituição Federal. Garantindo o direito dos 200 (duzentos) dias letivos conforme o calendário escolar.

Parágrafo único A carga horária do contrato poderá ser reduzida a qualquer momento mediante alteração da matriz curricular.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **24 de Fevereiro de 2022 e término em 23 de Dezembro de 2022.**

PARAGRAFO ÚNICO: O presente contrato poderá ser prorrogado por igual período sem exceder 02 (dois) anos de vinculo, de acordo com o interesse e justificativa da Secretaria Municipal de Educação.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de **R$ 2.475,26 (Dois mil quatrocentos e setenta cinco e vinte seis centavos) mensais.**

DOS SERVIÇOS O CONTRATADO

Cláusula 4ª Responsabilizar-se a, integramente, pelo que forem demandados pela CONTRATANTE, em conformidade com a normatização pertinente, cronogramas de aulas, materiais didáticos necessários (aulas práticas e teóricas).

DA FORMA DE PAGAMENTO

Cláusula 5ª Os pagamentos referentes às horas/aulas ministradas serão efetuados mensalmente após de acordo com a folha de frequência.

DO ACOMPANHAMENTO E DA EXECUÇAO DO CONTRATO

Cláusula 6ª A gestora da unidade anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto do presente contrato, determinado o que for necessário a regularização das faltas, reposições e ou adequações necessárias para o cumprimento dos dias letivos.

DA DOTAÇAO ORÇAMENTARIA

Cláusula 7ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta da seguinte dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Educação:

Cód. Órgão	**Cód.** Unid. Orçamentaria	**Cód.** Função	**Cód.** Sub função	**Cód.** Programa	**Núm.** Projeto-atividade	**Cód.** Da categ. Econômica	**Cód.** Do grupo de natureza de despesa	**Cód.** da modalidade de aplicação	**Cód.** Elem. de despesa	**Cód.** Sub elemento de despesa	**Cód.** ID de uso e destinação de recurso	**Cód.** Grupo de destinação de recurso	**Cód.** da especificação da destinação de recurso	**Unid.** Orçamentaria
06	003	12	361	1004	2057	3	1	90	04	00	0	1	540	066009

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATANTE

Cláusula 8ª Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Aprovar o(s) projeto(s) pedagógico(s) a serem executados na unidade escolar; b) Comunicar ao CONTRATADO toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do CONTRATO; c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO; d) Propiciar recursos para que o CONTRATADO possa desempenhar seus serviços dentro das normas; e) Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento; f) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, na forma convencionada neste;

DAS OBRIGAÇOES DO CONTRATADO

Cláusula 9ª O contratado obriga-se, ainda:

a) Ser assíduo e comprometido com que é proposto pela Educação Municipal;

b) Realizar o controle da frequência e do desempenho escolar dos alunos;

c) Cumprir a carga horaria semanal estabelecida para a função na qual foi selecionado, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato, sob pena de rescisão contratual;

d) Apresentar documentação mensal relativa à execução de suas atividades ao gestor da unidade, para efeito de comprovação de assiduidade;

e) Estar ciente de que poderá ser convocado a qualquer momento a participar de reuniões em caráter administrativo e pedagógico, solicitada pela coordenação escolar ou geral;

f) Requerer expressamente, **com antecedência mínima de 30 (trinta) dias** ao gestor da instituição de ensino, o interesse em rescindir o contrato;

g) Zelar pelo patrimônio público, desde a estrutura física, a identidade e os valores institucionais;

h) Entregar planejamento anual antes do início das aulas, o qual poderá ser solicitado pela Coordenação escolar e pela Coordenação Pedagógica da Secretaria Municipal de Educaçãosua alteração e/ou adequação;

i) Planejar as aulas e atividades didáticas e ministrá-las seguindo as orientações do Projeto Político Pedagógico da Unidade Escolar, bem como do material didático;

j) Adequar aprendizagem dos alunos as necessidades especificas do público-alvo;

k) Elaborar o conteúdo programático adequando conteúdo, aulas, materiais didáticos, mídias e bibliografia as necessidades dos alunos da unidade escolar;

l) Registrar diariamente em tempo real e em sistema próprio a frequência dos alunos;

m) Avaliar e registrar o desempenho dos alunos;

n) Manter as planilhas diárias atualizadas, e apresentá-las sempre que solicitado pelo Coordenador Pedagógico e ou coordenação geral da Secretaria Municipal de Educação;

o) Entregar toda documentação a secretaria escolar dentro do prazo exigido após a finalização do bimestre;

p) Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados;

q) Comunicar imediatamente o Coordenador Pedagógico escolar a ausência do aluno 2 (dois) dias consecutivos sem justificativa;

r) Arcar com todo ônus relativo ao seu deslocamento, hospedagem, alimentação e demais custos que advenham da sua permanência no local de trabalho**;**

s) A abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual;

t) Justificar ao Coordenador ou Diretor da Unidade Escolar, através de documento a falta que vier a ocorrer, assim como a data da reposição do dia letivo.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Cláusula 10ª Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato ou avaliação que comprove o não cumprimento das atribuições inerentes à função para a qual foi contratado o profissional, será aplicada a sansão prevista no ordenamento jurídico;

Cláusula 11ª Este contrato por prazo determinado, em caráter emergencial, vincula-se ao Regime Geral de Providência Social – INSS para o qual o Contratado contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto;

DA RESCISÃO

Cláusula 12ª A inexecução total ou parcial do objeto deste CONTRATO ou resultado não favorável na avalição de desempenho do profissional enseja na sua rescisão de forma unilateral;

Cláusula 13ª *O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.*

Cláusula 14ª Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Cláusula 15ª Fica eleito o Foro da comarca de Cáceres para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste contrato.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 23 de Fevereiro de 2022

_____

CONTRATADO (A)

_____

LIAMARA RODRIGUES DA SILVA

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
CONTRATO Nº 014/2022 – SMED POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFIFICADO 001/2021

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, **LIAMARA RODRIGUES DA SILVA** de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e o (a) senhor (a), **LUIZ CLAUDIO ALMEIDA MARTINS** (a) residente e domiciliado (a) na Rua LOBO, N/S , Bairro Centro , Município de Cáceres MT, portador (a) do RG Nº 1501956-9 SSP-MT e CPF n.000.419.441-196, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n. º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público do (a) senhor (a) **LUIZ CLAUDIO ALMEIDA MARTINS,** no cargo de Professor (a) Licenciado (a) em Geografia , para exercer suas funções na Escola Municipal Santa Catarina, com **carga horária de trabalho de 20(Vinte) horas semanais**, seu chamado se justifica e encontra amparo no inciso IX do caput do art.37 da Constituição Federal na turma 2º vespertino, garantindo o direito dos 200 (duzentos) dias letivos conforme o calendário escolar.

Parágrafo único A carga horária do contrato poderá ser reduzida a qualquer momento mediante alteração da matriz curricular.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **24 de Fevereiro de 2022 e término em 23 de Dezembro de 2022.**

PARAGRAFO ÚNICO: O presente contrato poderá ser prorrogado por igual período sem exceder 02 (dois) anos de vinculo, de acordo com o interesse e justificativa da Secretaria Municipal de Educação.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de **R$ 2.475,26 (Dois mil quatrocentos e setenta cinco e vinte seis centavos) mensais.**

DOS SERVIÇOS O CONTRATADO

Cláusula 4ª Responsabilizar-se a, integramente, pelo que forem demandados pela CONTRATANTE, em conformidade com a normatização pertinente, cronogramas de aulas, materiais didáticos necessários (aulas práticas e teóricas).

DA FORMA DE PAGAMENTO

Cláusula 5ª Os pagamentos referentes às horas/aulas ministradas serão realizados mensalmente após de acordo com a folha de frequência.

DO ACOMPANHAMENTO E DA EXECUÇAO DO CONTRATO

Cláusula 6ª A gestora da unidade anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto do presente contrato, determinado o que for necessário a regularização das faltas, reposições e ou adequações necessárias para o cumprimento dos dias letivos.

DA DOTAÇAO ORÇAMENTARIA

Cláusula 7ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta da seguinte dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Educação:

Cód. Órgão	**Cód.** Unid. Orçamentaria	**Cód.** Função	**Cód.** Sub função	**Cód.** Programa	**Núm**. Projeto-atividade	**Cód.** Da categ. Econômica	**Cód.** Do grupo de natureza de despesa	**Cód.** da modalidade de aplicação	**Cód.** Elem. de despesa	**Cód.** Sub elemento de despesa	**Cód.** ID de uso e destinação de recurso	**Cód.** Grupo de destinação de recurso	**Cód.** da especificação da destinação de recurso	**Unid.** Orçamentaria
06	003	12	361	1004	2057	3	1	90	04	00	0	1	540	066009

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATANTE

Cláusula 8ª Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Aprovar o(s) projeto(s) pedagógico(s) a serem executados na unidade escolar; b) Comunicar ao CONTRATADO toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do CONTRATO; c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO; d) Propiciar recursos para que o CONTRATADO possa desempenhar seus serviços dentro das normas; e) Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento; f) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, na forma convencionada neste;

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATADA

Cláusula 9ª A contratado obriga-se, ainda:

a) Ser assíduo e comprometido com que é proposto pela Educação Municipal;

b) Realizar o controle da frequência e do desempenho escolar dos alunos;

c) Cumprir a carga horaria semanal estabelecida para a função na qual foi selecionado, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato, sob pena de rescisão contratual;

d) Apresentar documentação mensal relativa à execução de suas atividades ao gestor da unidade, para efeito de comprovação de assiduidade;

e) Estar ciente de que poderá ser convocado a qualquer momento a participar de reuniões em caráter administrativo e pedagógico, solicitada pela coordenação escolar ou geral;

f) Requerer expressamente, **com antecedência mínima de 30 (trinta) dias** ao gestor da instituição de ensino, o interesse em rescindir o contrato;

g) Zelar pelo patrimônio público, desde a estrutura física, a identidade e os valores institucionais;

h) Entregar planejamento anual antes do início das aulas, o qual poderá ser solicitado pela Coordenação escolar e pela Coordenação Pedagógica da Secretaria Municipal de Educaçãosua alteração e/ou adequação;

i) Planejar as aulas e atividades didáticas e ministra-las seguindo as orientações do projeto político pedagógico da unidade, bem como do material didático;

j) Adequar aprendizagem dos alunos as necessidades especificas do público-alvo;

k) Elaborar o conteúdo programático adequando conteúdo, aulas, materiais didáticos, mídias e bibliografia as necessidades dos alunos da unidade escolar;

l) Registrar diariamente em tempo real e em sistema próprio a frequência dos alunos;

m) Avaliar e registrar o desempenho dos alunos;

n) Manter as planilhas diárias atualizadas, e apresenta-las sempre que solicitado pelo coordenador pedagógico e ou coordenação geral da Secretaria Municipal de Educação;

o) Entregar toda documentação a secretaria escolar dentro do prazo exigido após a finalização do bimestre;

p) Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados;

q) Comunicar imediatamente o Coordenador pedagógico escolar a ausência do aluno 2 (dois) dias consecutivos sem justificativa;

r) Arcar com todo ônus relativo ao seu deslocamento, hospedagem, alimentação e demais custos que advenham da sua permanecia no local de trabalho**;**

s) A abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretara em rescisão contratual;

t) Justificar ao coordenador ou diretor da unidade escolar, através de documento a falta que vier a ocorrer, assim como a data da reposição do dia letivo.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Cláusula 10ª Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato ou avaliação que comprove a não cumprimento das atribuições inerentes à função para a qual foi contratado o profissional, será aplicada a sansão prevista no ordenamento jurídico;

Cláusula 11ª Este contrato por prazo determinado vincula-se ao regime geral de providencia Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto;

DA RESCISÃO

Cláusula 12ª A inexecução total ou parcial do objeto deste CONTRATO ou resultado não favorável na avalição de desempenho do profissional enseja na sua rescisão de forma unilateral;

Cláusula 13ª *O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.*

Cláusula 14ª Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Cláusula 15ª Fica eleito o Foro da comarca de Cáceres para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste contrato.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 04 de Março de 2022

_____

CONTRATADO (A)

_____

LIAMARA RODRIGUES DA SILVA

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
CONTRATO Nº 078/2022 – SMED POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFIFICADO 001/2021

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. (145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, LIAMARA RODRIGUES DA SILVA de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e o (a) senhor (a),) **VANDA APARECIDA DA SILVA,** brasileiro (a) residente e domiciliado (a) na Rua Do Membeca , Nº55, Bairro Maracanãzinho , Município de Cáceres MT, portador (a) do RG Nº 976063 SSP-MT e CPF n.º 651.594.541.87, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público do (a) senhor (a) **VANDA APARECIDA DA SILVA,** no cargo de Professor (a) Licenciado (a) em Pedagogia, para exercer suas funções na Escola Municipal Garcês, com **carga horária de trabalho de 20(Vinte) horas semanais**, na turma do creche III no período matutino-integral, em substituição à professora Sebastiana Rodrigues, garantindo o direito dos 200 (duzentos) dias letivos conforme o calendário escolar.

Parágrafo único A carga horária do contrato poderá ser reduzida a qualquer momento mediante alteração da matriz curricular.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **03 de Março de 2022 e término em 23 de Dezembro de 2022.**

PARAGRAFO ÚNICO: O presente contrato poderá ser prorrogado por igual período sem exceder 02 (dois) anos de vinculo, de acordo com o interesse e justificativa da Secretaria Municipal de Educação.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de **R$ 2.475,26 (Dois mil quatrocentos e setenta cinco e vinte seis centavos) mensais.**

DOS SERVIÇOS O CONTRATADO

Cláusula 4ª Responsabilizar-se a, integramente, pelo que forem demandados pela CONTRATANTE, em conformidade com a normatização pertinente, cronogramas de aulas, materiais didáticos necessários (aulas práticas e teóricas).

DA FORMA DE PAGAMENTO

Cláusula 5ª Os pagamentos referentes às horas/aulas ministradas serão realizados mensalmente após de acordo com a folha de frequência.

DO ACOMPANHAMENTO E DA EXECUÇAO DO CONTRATO

Cláusula 6ª A gestora da unidade anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto do presente contrato, determinado o que for necessário a regularização das faltas, reposições e ou adequações necessárias para o cumprimento dos dias letivos.

DA DOTAÇAO ORÇAMENTARIA

Cláusula 7ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta da seguinte dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Educação:

Cód. Órgão	**Cód.** Unid. Orçamentaria	**Cód.** Função	**Cód.** Sub função	**Cód.** Programa	**Núm.** Projeto-atividade	**Cód.** Da categ. Econômica	**Cód.** Do grupo de natureza de despesa	**Cód.** da modalidade de aplicação	**Cód.** Elem. de despesa	**Cód.** Sub elemento de despesa	**Cód.** ID de uso e destinação de recurso	**Cód.** Grupo de destinação de recurso	**Cód.** da especificação da destinação de recurso	**Unid.** Orçamentaria
06	003	12	365	1004	2059	3	1	90	04	00	0	1	540	066006

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATANTE

Cláusula 8ª Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Aprovar o(s) projeto(s) pedagógico(s) a serem executados na unidade escolar; b) Comunicar ao CONTRATADO toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do CONTRATO; c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO; d) Propiciar recursos para que o CONTRATADO possa desempenhar seus serviços dentro das normas; e) Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento; f) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, na forma convencionada neste;

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATADA

Cláusula 9ª A contratado obriga-se, ainda:

a) Ser assíduo e comprometido com que é proposto pela Educação Municipal;

b) Realizar o controle da frequência e do desempenho escolar dos alunos;

c) Cumprir a carga horaria semanal estabelecida para a função na qual foi selecionado, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato, sob pena de rescisão contratual;

d) Apresentar documentação mensal relativa à execução de suas atividades ao gestor da unidade, para efeito de comprovação de assiduidade;

e) Estar ciente de que poderá ser convocado a qualquer momento a participar de reuniões em caráter administrativo e pedagógico, solicitada pela coordenação escolar ou geral;

f) Requerer expressamente, **com antecedência mínima de 30 (trinta) dias** ao gestor da instituição de ensino, o interesse em rescindir o contrato;

g) Zelar pelo patrimônio público, desde a estrutura física, a identidade e os valores institucionais;

h) Entregar planejamento anual antes do início das aulas, o qual poderá ser solicitado pela Coordenação escolar e pela Coordenação Pedagógica da Secretaria Municipal de Educaçãosua alteração e/ou adequação;

i) Planejar as aulas e atividades didáticas e ministra-las seguindo as orientações do projeto político pedagógico da unidade, bem como do material didático;

j) Adequar aprendizagem dos alunos as necessidades especificas do público-alvo;

k) Elaborar o conteúdo programático adequando conteúdo, aulas, materiais didáticos, mídias e bibliografia as necessidades dos alunos da unidade escolar;

l) Registrar diariamente em tempo real e em sistema próprio a frequência dos alunos;

m) Avaliar e registrar o desempenho dos alunos;

n) Manter as planilhas diárias atualizadas, e apresenta-las sempre que solicitado pelo coordenador pedagógico e ou coordenação geral da Secretaria Municipal de Educação;

o) Entregar toda documentação a secretaria escolar dentro do prazo exigido após a finalização do bimestre;

p) Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados;

q) Comunicar imediatamente o Coordenador pedagógico escolar a ausência do aluno 2 (dois) dias consecutivos sem justificativa;

r) Arcar com todo ônus relativo ao seu deslocamento, hospedagem, alimentação e demais custos que advenham da sua permanecia no local de trabalho**;**

s) A abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretara em rescisão contratual;

t) Justificar ao coordenador ou diretor da unidade escolar, através de documento a falta que vier a ocorrer, assim como a data da reposição do dia letivo.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Cláusula 10ª Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato ou avaliação que comprove a não cumprimento das atribuições inerentes à função para a qual foi contratado o profissional, será aplicada a sansão prevista no ordenamento jurídico;

Cláusula 11ª Este contrato por prazo determinado vincula-se ao regime geral de providencia Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto;

DA RESCISÃO

Cláusula 12ª A inexecução total ou parcial do objeto deste CONTRATO ou resultado não favorável na avalição de desempenho do profissional enseja na sua rescisão de forma unilateral;

Cláusula 13ª *O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.*

Cláusula 14ª Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Cláusula 15ª Fica eleito o Foro da comarca de Cáceres para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste contrato.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 04 de Março de 2022

_____

CONTRATADO (A)

_____

LIAMARA RODRIGUES DA SILVA

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CÁCERES
ERRATA Nº 017/2022- PORTARIA Nº 158 DE 15 DE MARÇO DE 2022

A SECRETÁRIA MUNICIPAL INTERINA DE ASSITÊNCIA SOCIAL no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, torna pública e oficializa a presente "ERRATA" retificando a Portaria nº 158 de 15 de março de 2022; e:

ONDE SE LÊ:

Art.1º Designar os servidores ora indicados, lotados na Secretaria Municipal de Assistência Social, como responsáveis pela fiscalização e controle do contrato Administrativo.

Titular: Janete Aparecida Mendes de Oliveira Amorim

Suplente: Jeisy Anne Christie Paizano Neves

Nº Contrato	Contratado	Objeto	Data Assinatura Contrato	Vigência
019/2022	NABELLA FRANCHINI	Aquisição de Alimentos estocáveis e perecíveis visando atender a Secretaria Municipal de Ação Social.	04/03/2022	07 meses
	COMÉRCIO DE CAFÉ LTDA			

LEIA-SE:

Art.1º Designar as servidoras ora indicadas, lotadas na Secretaria Municipal de Assistência Social, como responsáveis pela fiscalização e controle do contrato Administrativo.

Titular: Janete Aparecida Mendes de Oliveira Amorim

Suplente: Jeisy Anne Christie Paizano Neves

Nº Contrato	Contratado	Objeto	Data Assinatura Contrato	Vigência
019/2022	FRANCHINI COMÉRCIO DE CAFÉ LTDA	Aquisição de Alimentos estocáveis e perecíveis visando atender a Secretaria Municipal de Ação Social.	04/03/2022	07 meses

Prefeitura Municipal de Cáceres, 18 de março de 2022.

FABÍOLA CAMPOS LUCAS

Secretária Municipal Interina de Assistência Social

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
CONTRATO Nº 038/2022 – SMED POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2021

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, **LIAMARA RODRIGUES DA SILVA** de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e o (a) senhor (a), **MARIA DE ALBUQUERQUE SANTOS LORCA GARNÉS,** brasileiro (a) residente e domiciliado (a) na Avenida Nossa Senhora do Carmo, Bairro Junco, S/N no Município de Cáceres MT, portador (a) do RG Nº 0423628-1 SSP-MT e CPF Nº 304.302.751-53, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público do (a) senhor (a) **MARIA DE ALBUQUERQUE SANTOS LORCA GARNÉS,** no cargo de Professor (a) Licenciado (a) em Pedagogia, para exercer suas funções na Escola Municipal Vila Real, com **carga horária de trabalho de 20(Vinte) horas semanais**, na turma do 1° ano B no período vespertino, em substituição a professora Aparecida Santana dos Santos Silva que está na Coordenação Pedagógica da Unidade Escolar Fazendo Arte Garantindo o direito dos 200 (duzentos) dias letivos conforme o calendário escolar.

Parágrafo único A carga horária do contrato poderá ser reduzida a qualquer momento mediante alteração da matriz curricular.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **24 de Fevereiro de 2022 e término em 23 de Dezembro de 2022.**

PARAGRAFO ÚNICO: O presente contrato poderá ser prorrogado por igual período sem exceder 02 (dois) anos de vinculo, de acordo com o interesse e justificativa da Secretaria Municipal de Educação.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de **R$ 2.475,26 (Dois mil quatrocentos e setenta cinco e vinte seis centavos) mensais.**

DOS SERVIÇOS O CONTRATADO

Cláusula 4ª Responsabilizar-se a, integramente, pelo que forem demandados pela CONTRATANTE, em conformidade com a normatização pertinente, cronogramas de aulas, materiais didáticos necessários (aulas práticas e teóricas).

DA FORMA DE PAGAMENTO

Cláusula 5ª Os pagamentos referentes às horas/aulas ministradas serão efetuados mensalmente após de acordo com a folha de frequência.

DO ACOMPANHAMENTO E DA EXECUÇAO DO CONTRATO

Cláusula 6ª A gestora da unidade anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto do presente contrato, determinado o que for necessário a regularização das faltas, reposições e ou adequações necessárias para o cumprimento dos dias letivos.

DA DOTAÇAO ORÇAMENTARIA

Cláusula 7ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta da seguinte dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Educação:

Cód. Órgão	**Cód.** Unid. Orçamentaria	**Cód.** Função	**Cód.** Sub função	**Cód.** Programa	**Núm.** Projeto-atividade	**Cód.** Da categ. Econômica	**Cód.** Do grupo de natureza de despesa	**Cód.** da modalidade de aplicação	**Cód.** Elem. de despesa	**Cód.** Sub elemento de despesa	**Cód.** ID de uso e destinação de recurso	**Cód.** Grupo de destinação de recurso	**Cód.** da especificação da destinação de recurso	**Unid.** Orçamentaria
06	003	12	361	1004	2057	3	1	90	04	00	0	1	540	066009

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATANTE

Cláusula 8ª Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Aprovar o(s) projeto(s) pedagógico(s) a serem executados na unidade escolar; b) Comunicar ao CONTRATADO toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do CONTRATO; c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO; d) Propiciar recursos para que o CONTRATADO possa desempenhar seus serviços dentro das normas; e) Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento; f) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, na forma convencionada neste;

DAS OBRIGAÇOES DO CONTRATADO

Cláusula 9ª O contratado obriga-se, ainda:

a) Ser assíduo e comprometido com que é proposto pela Educação Municipal;

b) Realizar o controle da frequência e do desempenho escolar dos alunos;

c) Cumprir a carga horaria semanal estabelecida para a função na qual foi selecionado, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato, sob pena de rescisão contratual;

d) Apresentar documentação mensal relativa à execução de suas atividades ao gestor da unidade, para efeito de comprovação de assiduidade;

e) Estar ciente de que poderá ser convocado a qualquer momento a participar de reuniões em caráter administrativo e pedagógico, solicitada pela coordenação escolar ou geral;

f) Requerer expressamente, **com antecedência mínima de 30 (trinta) dias** ao gestor da instituição de ensino, o interesse em rescindir o contrato;

g) Zelar pelo patrimônio público, desde a estrutura física, a identidade e os valores institucionais;

h) Entregar planejamento anual antes do início das aulas, o qual poderá ser solicitado pela Coordenação escolar e pela Coordenação Pedagógica da Secretaria Municipal de Educaçãosua alteração e/ou adequação;

i) Planejar as aulas e atividades didáticas e ministrá-las seguindo as orientações do Projeto Político Pedagógico da Unidade Escolar, bem como do material didático;

j) Adequar aprendizagem dos alunos as necessidades especificas do público-alvo;

k) Elaborar o conteúdo programático adequando conteúdo, aulas, materiais didáticos, mídias e bibliografia as necessidades dos alunos da unidade escolar;

l) Registrar diariamente em tempo real e em sistema próprio a frequência dos alunos;

m) Avaliar e registrar o desempenho dos alunos;

n) Manter as planilhas diárias atualizadas, e apresentá-las sempre que solicitado pelo Coordenador Pedagógico e ou coordenação geral da Secretaria Municipal de Educação;

o) Entregar toda documentação a secretaria escolar dentro do prazo exigido após a finalização do bimestre;

p) Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados;

q) Comunicar imediatamente o Coordenador Pedagógico escolar a ausência do aluno 2 (dois) dias consecutivos sem justificativa;

r) Arcar com todo ônus relativo ao seu deslocamento, hospedagem, alimentação e demais custos que advenham da sua permanência no local de trabalho**;**

s) A abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual;

t) Justificar ao Coordenador ou Diretor da Unidade Escolar, através de documento a falta que vier a ocorrer, assim como a data da reposição do dia letivo.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Cláusula 10ª Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato ou avaliação que comprove o não cumprimento das atribuições inerentes à função para a qual foi contratado o profissional, será aplicada a sansão prevista no ordenamento jurídico;

Cláusula 11ª Este contrato por prazo determinado, em caráter emergencial, vincula-se ao Regime Geral de Providência Social – INSS para o qual o Contratado contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto;

DA RESCISÃO

Cláusula 12ª A inexecução total ou parcial do objeto deste CONTRATO ou resultado não favorável na avalição de desempenho do profissional enseja na sua rescisão de forma unilateral;

Cláusula 13ª *O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.*

Cláusula 14ª Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Cláusula 15ª Fica eleito o Foro da comarca de Cáceres para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste contrato.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 23 de Fevereiro de 2022

_____

CONTRATADO (A)

_____

LIAMARA RODRIGUES DA SILVA

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
CONTRATO Nº 052/2022 – SMED POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFIFICADO 001/2021

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, **LIAMARA RODRIGUES DA SILVA** de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e o (a) senhor (a), **ELIANE BEZERRA HUGA DA SILVA,** brasileiro (a) residente e domiciliado (a) na Rua dos Madeireiro ,N°175, Bairro Cavalhada II, Município de Cáceres MT, portador (a) do RG Nº 1285728-9 SSP-MT e CPF Nº 880.353.601-91, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público do (a) senhor (a) **ELIANE BEZERRA HUGA DA SILVA,** no cargo de Professor (a) Licenciado (a) em Pedagogia, para exercer suas funções na Escola Municipal Fazendo Arte, com **carga horária de trabalho de 20(Vinte) horas semanais**, na turma do Pré I D período vespertino, em substituição a professora Rosilene Pinheiro de Oliveira que está em gozo de licença prêmio, garantindo o direito dos 200 (duzentos) dias letivos conforme o calendário escolar.

Parágrafo único A carga horária do contrato poderá ser reduzida a qualquer momento mediante alteração da matriz curricular.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **14 de Fevereiro de 2022 e término em 02 de Maio de 2022.**

PARAGRAFO ÚNICO: O presente contrato poderá ser prorrogado por igual período sem exceder 02 (dois) anos de vinculo, de acordo com o interesse e justificativa da Secretaria Municipal de Educação.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de **R$ 2.475,26 (Dois mil quatrocentos e setenta cinco e vinte seis centavos) mensais.**

DOS SERVIÇOS O CONTRATADO

Cláusula 4ª Responsabilizar-se a, integramente, pelo que forem demandados pela CONTRATANTE, em conformidade com a normatização pertinente, cronogramas de aulas, materiais didáticos necessários (aulas práticas e teóricas).

DA FORMA DE PAGAMENTO

Cláusula 5ª Os pagamentos referentes às horas/aulas ministradas serão realizados mensalmente após de acordo com a folha de frequência.

DO ACOMPANHAMENTO E DA EXECUÇAO DO CONTRATO

Cláusula 6ª A gestora da unidade anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto do presente contrato, determinado o que for necessário a regularização das faltas, reposições e ou adequações necessárias para o cumprimento dos dias letivos.

DA DOTAÇAO ORÇAMENTARIA

Cláusula 7ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta da seguinte dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Educação:

Cód. Órgão	**Cód.** Unid. Orçamentaria	**Cód.** Função	**Cód.** Sub função	**Cód.** Programa	**Núm**. Projeto-atividade	**Cód.** Da categ. Econômica	**Cód.** Do grupo de natureza de despesa	**Cód.** da modalidade de aplicação	**Cód.** Elem. de despesa	**Cód.** Sub elemento de despesa	**Cód.** ID de uso e destinação de recurso	**Cód.** Grupo de destinação de recurso	**Cód.** da especificação da destinação de recurso	**Unid.** Orçamentaria
06	003	12	365	1004	2059	3	1	90	04	00	0	1	540	066006

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATANTE

Cláusula 8ª Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Aprovar o(s) projeto(s) pedagógico(s) a serem executados na unidade escolar; b) Comunicar ao CONTRATADO toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do CONTRATO; c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO; d) Propiciar recursos para que o CONTRATADO possa desempenhar seus serviços dentro das normas; e) Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento; f) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, na forma convencionada neste;

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATADA

Cláusula 9ª A contratado obriga-se, ainda:

a) Ser assíduo e comprometido com que é proposto pela Educação Municipal;

b) Realizar o controle da frequência e do desempenho escolar dos alunos;

c) Cumprir a carga horaria semanal estabelecida para a função na qual foi selecionado, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato, sob pena de rescisão contratual;

d) Apresentar documentação mensal relativa à execução de suas atividades ao gestor da unidade, para efeito de comprovação de assiduidade;

e) Estar ciente de que poderá ser convocado a qualquer momento a participar de reuniões em caráter administrativo e pedagógico, solicitada pela coordenação escolar ou geral;

f) Requerer expressamente, **com antecedência mínima de 30 (trinta) dias** ao gestor da instituição de ensino, o interesse em rescindir o contrato;

g) Zelar pelo patrimônio público, desde a estrutura física, a identidade e os valores institucionais;

h) Entregar planejamento anual antes do início das aulas, o qual poderá ser solicitado pela Coordenação escolar e pela Coordenação Pedagógica da Secretaria Municipal de Educaçãosua alteração e/ou adequação;

i) Planejar as aulas e atividades didáticas e ministra-las seguindo as orientações do projeto político pedagógico da unidade, bem como do material didático;

j) Adequar aprendizagem dos alunos as necessidades especificas do público-alvo;

k) Elaborar o conteúdo programático adequando conteúdo, aulas, materiais didáticos, mídias e bibliografia as necessidades dos alunos da unidade escolar;

l) Registrar diariamente em tempo real e em sistema próprio a frequência dos alunos;

m) Avaliar e registrar o desempenho dos alunos;

n) Manter as planilhas diárias atualizadas, e apresenta-las sempre que solicitado pelo coordenador pedagógico e ou coordenação geral da Secretaria Municipal de Educação;

o) Entregar toda documentação a secretaria escolar dentro do prazo exigido após a finalização do bimestre;

p) Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados;

q) Comunicar imediatamente o Coordenador pedagógico escolar a ausência do aluno 2 (dois) dias consecutivos sem justificativa;

r) Arcar com todo ônus relativo ao seu deslocamento, hospedagem, alimentação e demais custos que advenham da sua permanecia no local de trabalho**;**

s) A abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretara em rescisão contratual;

t) Justificar ao coordenador ou diretor da unidade escolar, através de documento a falta que vier a ocorrer, assim como a data da reposição do dia letivo.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Cláusula 10ª Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato ou avaliação que comprove a não cumprimento das atribuições inerentes à função para a qual foi contratado o profissional, será aplicada a sansão prevista no ordenamento jurídico;

Cláusula 11ª Este contrato por prazo determinado vincula-se ao regime geral de providencia Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto;

DA RESCISÃO

Cláusula 12ª A inexecução total ou parcial do objeto deste CONTRATO ou resultado não favorável na avalição de desempenho do profissional enseja na sua rescisão de forma unilateral;

Cláusula 13ª *O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.*

Cláusula 14ª Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Cláusula 15ª Fica eleito o Foro da comarca de Cáceres para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste contrato.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 07 de Março de 2022

_____

CONTRATADO (A)

_____

LIAMARA RODRIGUES DA SILVA

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
CONTRATO Nº 060/2022 – SMED POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2021

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, **LIAMARA RODRIGUES DA SILVA** de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e o (a) senhor (a), **FLÁVIA MALDONADO FERREIRA PLAQUI,** brasileiro (a) residente e domiciliado (a) na Avenida Pedro Alexandrino de Lacerda, S/N, Bairro Cavalhada I, Município de Cáceres MT, portador (a) do RG Nº 1472491-0 SSP-MT e CPF Nº 003.178.201-92, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público do (a) senhor (a) **FLÁVIA MALDONADO FERREIRA PLAQUI,** no cargo de Professor (a) Licenciado (a) em Pedagogia, para exercer suas funções na Escola Municipal Garcês, com **carga horária de trabalho de 20(Vinte) horas semanais**, na turma da Creche 1° ano no período vespertino. A contratação justifica-se e encontra amparo legal no inciso IX do caput do art.37 da Constituição Federal, garantindo o direito dos 200 (duzentos) dias letivos conforme o calendário escolar.

Parágrafo único A carga horária do contrato poderá ser reduzida a qualquer momento mediante alteração da matriz curricular.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **25 de Fevereiro de 2022 e término em 23 de Dezembro de 2022.**

PARAGRAFO ÚNICO: O presente contrato poderá ser prorrogado por igual período sem exceder 02 (dois) anos de vinculo, de acordo com o interesse e justificativa da Secretaria Municipal de Educação.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de **R$ 2.475,26 (Dois mil quatrocentos e setenta cinco e vinte seis centavos) mensais.**

DOS SERVIÇOS O CONTRATADO

Cláusula 4ª Responsabilizar-se a, integramente, pelo que forem demandados pela CONTRATANTE, em conformidade com a normatização pertinente, cronogramas de aulas, materiais didáticos necessários (aulas práticas e teóricas).

DA FORMA DE PAGAMENTO

Cláusula 5ª Os pagamentos referentes às horas/aulas ministradas serão realizados mensalmente após de acordo com a folha de frequência.

DO ACOMPANHAMENTO E DA EXECUÇAO DO CONTRATO

Cláusula 6ª A gestora da unidade anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto do presente contrato, determinado o que for necessário a regularização das faltas, reposições e ou adequações necessárias para o cumprimento dos dias letivos.

DA DOTAÇAO ORÇAMENTARIA

Cláusula 7ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta da seguinte dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Educação:

Cód. Órgão	**Cód**. Unid. Orçamentaria	**Cód.** Função	**Cód.** Sub função	**Cód.** Programa	**Núm**. Projeto-atividade	**Cód.** Da categ. Econômica	**Cód.** Do grupo de natureza de despesa	**Cód.** da modalidade de aplicação	**Cód.** Elem. de despesa	**Cód.** Sub elemento de despesa	**Cód.** ID de uso e destinação de recurso	**Cód.** Grupo de destinação de recurso	**Cód.** da especificação da destinação de recurso	**Unid.** Orçamentaria
06	003	12	365	1004	2059	3	1	90	04	00	0	1	540	066006

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATANTE

Cláusula 8ª Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Aprovar o(s) projeto(s) pedagógico(s) a serem executados na unidade escolar; b) Comunicar ao CONTRATADO toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do CONTRATO; c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO; d) Propiciar recursos para que o CONTRATADO possa desempenhar seus serviços dentro das normas; e) Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento; f) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, na forma convencionada neste;

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATADA

Cláusula 9ª A contratado obriga-se, ainda:

a) Ser assíduo e comprometido com que é proposto pela Educação Municipal;

b) Realizar o controle da frequência e do desempenho escolar dos alunos;

c) Cumprir a carga horaria semanal estabelecida para a função na qual foi selecionado, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato, sob pena de rescisão contratual;

d) Apresentar documentação mensal relativa à execução de suas atividades ao gestor da unidade, para efeito de comprovação de assiduidade;

e) Estar ciente de que poderá ser convocado a qualquer momento a participar de reuniões em caráter administrativo e pedagógico, solicitada pela coordenação escolar ou geral;

f) Requerer expressamente, **com antecedência mínima de 30 (trinta) dias** ao gestor da instituição de ensino, o interesse em rescindir o contrato;

g) Zelar pelo patrimônio público, desde a estrutura física, a identidade e os valores institucionais;

h) Entregar planejamento anual antes do início das aulas, o qual poderá ser solicitado pela Coordenação escolar e pela Coordenação Pedagógica da Secretaria Municipal de Educaçãosua alteração e/ou adequação;

i) Planejar as aulas e atividades didáticas e ministra-las seguindo as orientações do projeto político pedagógico da unidade, bem como do material didático;

j) Adequar aprendizagem dos alunos as necessidades especificas do público-alvo;

k) Elaborar o conteúdo programático adequando conteúdo, aulas, materiais didáticos, mídias e bibliografia as necessidades dos alunos da unidade escolar;

l) Registrar diariamente em tempo real e em sistema próprio a frequência dos alunos;

m) Avaliar e registrar o desempenho dos alunos;

n) Manter as planilhas diárias atualizadas, e apresenta-las sempre que solicitado pelo coordenador pedagógico e ou coordenação geral da Secretaria Municipal de Educação;

o) Entregar toda documentação a secretaria escolar dentro do prazo exigido após a finalização do bimestre;

p) Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados;

q) Comunicar imediatamente o Coordenador pedagógico escolar a ausência do aluno 2 (dois) dias consecutivos sem justificativa;

r) Arcar com todo ônus relativo ao seu deslocamento, hospedagem, alimentação e demais custos que advenham da sua permanecia no local de trabalho**;**

s) A abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretara em rescisão contratual;

t) Justificar ao coordenador ou diretor da unidade escolar, através de documento a falta que vier a ocorrer, assim como a data da reposição do dia letivo.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Cláusula 10ª Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato ou avaliação que comprove a não cumprimento das atribuições inerentes à função para a qual foi contratado o profissional, será aplicada a sansão prevista no ordenamento jurídico;

Cláusula 11ª Este contrato por prazo determinado vincula-se ao regime geral de providencia Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto;

DA RESCISÃO

Cláusula 12ª A inexecução total ou parcial do objeto deste CONTRATO ou resultado não favorável na avalição de desempenho do profissional enseja na sua rescisão de forma unilateral;

Cláusula 13ª *O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.*

Cláusula 14ª Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Cláusula 15ª Fica eleito o Foro da comarca de Cáceres para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste contrato.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 07 de Março de 2022

_____

CONTRATADO (A)

_____

LIAMARA RODRIGUES DA SILVA

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
CONTRATO Nº 017/2022 – SMED POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2021

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, **LIAMARA RODRIGUES DA SILVA** de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e o (a) senhor (a), **SONIA FERREIRA DE AZEVEDO,** brasileiro (a) residente e domiciliado (a) na Rua Mal Floriano Peixoto, Bairro Cavalhada, N° 46, Município de Cáceres MT, portador (a) do RG Nº 0358037-7 SSP-MT e CPF Nº 395.799.561-20, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público do (a) senhor (a) **SONIA FERREIRA DE AZEVEDO,** no cargo de Auxiliar de desenvolvimento infantil, para exercer suas funções na Escola Municipal Fazendo Arte, com **carga horária de trabalho de 40(Quarenta horas) semanais**, na turma da creche III A no período Matutino e vespertino a contratação justifica-se e encontra amparo legal no inciso IX do caput do art.37 da Constituição Federal, garantindo o direito dos 200 (duzentos) dias letivos conforme o calendário escolar.

Parágrafo único A carga horária do contrato poderá ser reduzida a qualquer momento mediante alteração da matriz curricular.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **23 de Fevereiro de 2022 e término em 23 de Dezembro.**

PARAGRAFO ÚNICO: O presente contrato poderá ser prorrogado por igual período sem exceder 02 (dois) anos de vinculo, de acordo com o interesse e justificativa da Secretaria Municipal de Educação.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de **R$ 1.450,80 (Mil Quatrocentos e Cinquenta e oitenta centavos) mensais.**

DOS SERVIÇOS O CONTRATADO

Cláusula 4ª Responsabilizar-se a, integramente, pelo que forem demandados pela CONTRATANTE, em conformidade com a normatização pertinente, cronogramas de aulas, materiais didáticos necessários (aulas práticas e teóricas).

DA FORMA DE PAGAMENTO

Cláusula 5ª Os pagamentos referentes às horas/aulas ministradas serão realizados mensalmente após de acordo com a folha de frequência.

DO ACOMPANHAMENTO E DA EXECUÇAO DO CONTRATO

Cláusula 6ª A gestora da unidade anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto do presente contrato, determinado o que for necessário a regularização das faltas, reposições e ou adequações necessárias para o cumprimento dos dias letivos.

DA DOTAÇAO ORÇAMENTARIA

Cláusula 7ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta da seguinte dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Educação:

Cód. Órgão	**Cód.** Unid. Orçamentaria	**Cód.** Função	**Cód.** Sub função	**Cód.** Programa	**Núm**. Projeto-atividade	**Cód.** Da categ. Econômica	**Cód.** Do grupo de natureza de despesa	**Cód.** da modalidade de aplicação	**Cód.** Elem. de despesa	**Cód.** Sub elemento de despesa	**Cód.** ID de uso e destinação de recurso	**Cód.** Grupo de destinação de recurso	**Cód.** da especificação da destinação de recurso	**Unid.** Orçamentaria
06	003	12	365	1004	2059	3	1	90	04	00	0	1	540	066006

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATANTE

Cláusula 8ª Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Aprovar o(s) projeto(s) pedagógico(s) a serem executados na unidade escolar; b) Comunicar ao CONTRATADO toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do CONTRATO; c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO; d) Propiciar recursos para que o CONTRATADO possa desempenhar seus serviços dentro das normas; e) Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento; f) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, na forma convencionada neste;

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATADA

Cláusula 9ª A contratado obriga-se, ainda:

a) Ser assíduo e comprometido com que é proposto pela Educação Municipal;

b) Realizar o controle da frequência e do desempenho escolar dos alunos;

c) Cumprir a carga horaria semanal estabelecida para a função na qual foi selecionado, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato, sob pena de rescisão contratual;

d) Apresentar documentação mensal relativa à execução de suas atividades ao gestor da unidade, para efeito de comprovação de assiduidade;

e) Estar ciente de que poderá ser convocado a qualquer momento a participar de reuniões em caráter administrativo e pedagógico, solicitada pela coordenação escolar ou geral;

f) Requerer expressamente, **com antecedência mínima de 30 (trinta) dias** ao gestor da instituição de ensino, o interesse em rescindir o contrato;

g) Zelar pelo patrimônio público, desde a estrutura física, a identidade e os valores institucionais;

h) Entregar planejamento anual antes do início das aulas, o qual poderá ser solicitado pela Coordenação escolar e pela Coordenação Pedagógica da Secretaria Municipal de Educaçãosua alteração e/ou adequação;

i) Planejar as aulas e atividades didáticas e ministra-las seguindo as orientações do projeto político pedagógico da unidade, bem como do material didático;

j) Adequar aprendizagem dos alunos as necessidades especificas do público-alvo;

k) Elaborar o conteúdo programático adequando conteúdo, aulas, materiais didáticos, mídias e bibliografia as necessidades dos alunos da unidade escolar;

l) Registrar diariamente em tempo real e em sistema próprio a frequência dos alunos;

m) Avaliar e registrar o desempenho dos alunos;

n) Manter as planilhas diárias atualizadas, e apresenta-las sempre que solicitado pelo coordenador pedagógico e ou coordenação geral da Secretaria Municipal de Educação;

o) Entregar toda documentação a secretaria escolar dentro do prazo exigido após a finalização do bimestre;

p) Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados;

q) Comunicar imediatamente o Coordenador pedagógico escolar a ausência do aluno 2 (dois) dias consecutivos sem justificativa;

r) Arcar com todo ônus relativo ao seu deslocamento, hospedagem, alimentação e demais custos que advenham da sua permanecia no local de trabalho**;**

s) A abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretara em rescisão contratual;

t) Justificar ao coordenador ou diretor da unidade escolar, através de documento a falta que vier a ocorrer, assim como a data da reposição do dia letivo.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Cláusula 10ª Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato ou avaliação que comprove a não cumprimento das atribuições inerentes à função para a qual foi contratado o profissional, será aplicada a sansão prevista no ordenamento jurídico;

Cláusula 11ª Este contrato por prazo determinado vincula-se ao regime geral de providencia Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto;

DA RESCISÃO

Cláusula 12ª A inexecução total ou parcial do objeto deste CONTRATO ou resultado não favorável na avalição de desempenho do profissional enseja na sua rescisão de forma unilateral;

Cláusula 13ª *O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.*

Cláusula 14ª Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Cláusula 15ª Fica eleito o Foro da comarca de Cáceres para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste contrato.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 04 Março de 2022

_____

CONTRATADO (A)

_____

LIAMARA RODRIGUES DA SILVA

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE Nº. 161 DE 18 DE MARÇO DE 2022.

*"DISPÕE SOBRE A PROGRESSÃO HORIZONTAL AO SERVIDOR **AMARO CARDOSO DE OLIVEIRA** E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".*

JOSE BUENO VILELA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Município e;

CONSIDERANDO o teor do requerimento do servidor, protocolado em 03 de março de 2022.

CONSIDERANDO o teor do Parecer nº 021/2022 de 18 de março de 2022.

RESOLVE:

I – Efetuar "Progressão Horizontal" do servidor ***AMARO CARDOSO DE OLIVEIRA ,*** efetivo no cargo de **Professor Educação Física - SJC,** junto a Secretaria Municipal de Educação, da **Classe "b" Nível "02"** para a **Classe "c" Nível"02"**.

II - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique – se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis - MT, 18 de março de 2022.

JOSE BUENO VILELA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE Nº. 162 DE 18 DE MARÇO DE 2022.

*"DISPÕE SOBRE A PROGRESSÃO HORIZONTAL A SERVIDORA **ADRIANA DE CASTRO BORGES** E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".*

JOSE BUENO VILELA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Município e;

CONSIDERANDO o teor do requerimento da servidora, protocolado em 19 de março de 2022.

CONSIDERANDO o teor do Parecer nº 020/2022 de 18 de março de 2022.

RESOLVE:

I – Efetuar "Progressão Horizontal" da servidora ***ADRIANA DE CASTRO BORGES,*** efetiva no cargo de **PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL - SEDE,** junto a Secretaria Municipal de Educação, da **Classe "b" Nível "02"** paraa **Classe "c" Nível"02"**.

II - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique – se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis - MT, 18 de março de 2022.

JOSE BUENO VILELA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE Nº. 165 DE 18 DE MARÇO DE 2022.

*"DISPÕE SOBRE A PROGRESSÃO HORIZONTAL AO SERVIDOR **PETER MATTOS DREY** E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".*

JOSE BUENO VILELA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Município e;

CONSIDERANDO o teor do requerimento da servidor, protocolado em 16 de março de 2022.

CONSIDERANDO o teor do Parecer nº 025/2022 de 18 de março de 2022.

RESOLVE:

I – Efetuar "Progressão Horizontal" do servidor ***PETER MATTOS DREY ,*** efetivo no cargo de **Professor Educação Física - Sede,** junto a Secretaria Municipal de Educação, da **Classe "b" Nível "02"** paraa **Classe "c" Nível"02"**.

II - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique – se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis - MT, 18 de março de 2022.

JOSE BUENO VILELA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE Nº. 157 DE 18 DE MARÇO DE 2022.

*"DISPÕE SOBRE A PROGRESSÃO HORIZONTAL A SERVIDORA **CLEBIANE LOPES DA SILVA SANTOS** E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".*

JOSE BUENO VILELA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Município e;

CONSIDERANDO o teor do requerimento da servidora, protocolado em 12 de fevereiro de 2022.

CONSIDERANDO o teor do Parecer nº 024/2022 de 23 de março de 2022.

RESOLVE:

I – Efetuar "Progressão Horizontal" da servidora ***CLEBIANE LOPES DA SILVA SANTOS ,*** efetiva no cargo de **Professor Língua Portuguesa - Sede,** junto a Secretaria Municipal de Educação, da **Classe "b" Nível "02"** paraa **Classe "c" Nível"02"**.

II - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique – se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis - MT, 18 de março de 2022.

JOSE BUENO VILELA

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
LEI ORDINARIA N° 1.330 DE 18 DE MARÇO DE 2022.

LEI ORDINARIA N° 1.330 DE 18 DE MARÇO DE 2022.

"Autoriza o Poder Executivo a abertura de credito adicional no orçamento vigente, para o custeio de ações do Departamento (Secretaria) de Turismo, e dá outras providencias."

JOSE BUENO VILELA, Prefeito Municipal de Campinápolis - MT, considerando o disposto pelo § 2º, do Art. 167 da Constituição Federal, combinado com o estabelecido no inciso II, Art. 41 da Lei federal nº. 4.320/64, faz saber que a Câmara Municipal de Campinápolis - MT, aprova e ele **sanciona** a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizado a abertura de Crédito Adicional Especial no orçamento vigente, Lei Municipal nº 1.322/2021, no valor de **R$ 882.000,00 (Oitocentos e Oitenta e Dois Mil Reais),** a ser consignado nas seguintes Dotações Orçamentárias:

ÓRGÃO	12	SECRETARIA DE TURISMO E MEIO AMBIENTE		
Unidade	010	GABINETE DO SECRETARIO		
Função	23	COMERCIO E SERVIÇO		
Sub-Função	695	TURISMO		
Programa	0007	INTEGRACAO – HOMEM NATUREZA		
Atividade	2105	REALIZAR LEVANTAMENTO DE POTENCIAIS TURISTICOS DO MUNICIPIO		
Elemento Despesa	**Descrição**	**Fonte**		**R$ Valor**
3.3.90.39		**1.500.000000**		**50.000,00**

ÓRGÃO	12	SECRETARIA DE TURISMO E MEIO AMBIENTE		
Unidade	010	GABINETE DO SECRETARIO		
Função	23	COMERCIO E SERVIÇO		
Sub-Função	695	TURISMO		
Programa	0007	INTEGRACAO – HOMEM NATUREZA		
Atividade	2106	REALIZAR O INVENTARIO TURISTICO DO MUNICIPIO		
Elemento Despesa	**Descrição**	**Fonte**		**R$ Valor**
3.3.90.39		**1.500.000000**		**80.000,00**

ÓRGÃO	12	SECRETARIA DE TURISMO E MEIO AMBIENTE		
Unidade	010	GABINETE DO SECRETARIO		
Função	23	COMERCIO E SERVIÇO		
Sub-Função	695	TURISMO		
Programa	0007	INTEGRACAO – HOMEM NATUREZA		
Atividade	2107	CURSOS DE CAPACITACAO		
Elemento Despesa	**Descrição**	**Fonte**		**R$ Valor**
3.3.90.39		**1.500.000000**		**20.000,00**

ÓRGÃO	12	SECRETARIA DE TURISMO E MEIO AMBIENTE		
Unidade	010	GABINETE DO SECRETARIO		
Função	23	COMERCIO E SERVIÇO		
Sub-Função	695	TURISMO		
Programa	0007	INTEGRACAO – HOMEM NATUREZA		
Atividade	2108	REALIZACAO DE EVENTOS TURISTICOS		
Elemento Despesa	**Descrição**	**Fonte**		**R$ Valor**
3.3.90.39		**1.500.000000**		**150.000,00**

ÓRGÃO	12	SECRETARIA DE TURISMO E MEIO AMBIENTE		
Unidade	010	GABINETE DO SECRETARIO		
Função	23	COMERCIO E SERVIÇO		
Sub-Função	695	TURISMO		
Programa	0007	INTEGRACAO – HOMEM NATUREZA		
Atividade	2109	REVITALIZAÇÃO E AMPLIACAO DO TERMINAL RODOVIARIO		
Elemento Despesa	**Descrição**	**Fonte**		**R$ Valor**
4.4.90.51		**1.500.000000**		**470.000,00**

ÓRGÃO	12	SECRETARIA DE TURISMO E MEIO AMBIENTE		
Unidade	010	GABINETE DO SECRETARIO		
Função	23	COMERCIO E SERVIÇO		
Sub-Função	695	TURISMO		
Programa	0007	INTEGRACAO – HOMEM NATUREZA		
Atividade	2110	PROMOVER ROTEIRO TURISTICO DO MUNICIPIO		
Elemento Despesa	**Descrição**	**Fonte**		**R$ Valor**
3.3.90.39		**1.500.000000**		**100.000,00**

ÓRGÃO	12	SECRETARIA DE TURISMO E MEIO AMBIENTE		
Unidade	010	GABINETE DO SECRETARIO		
Função	23	COMERCIO E SERVIÇO		
Sub-Função	695	TURISMO		
Programa	0007	INTEGRACAO – HOMEM NATUREZA		
Atividade	2111	SINALIZAÇÃO DE PONTOS TURISTICOS DO MUNICIPIO		
Elemento Despesa	**Descrição**	**Fonte**		**R$ Valor**

3.3.90.39		**1.500.000000**	**12.000,00**

Art. 2º Para amparar os créditos abertos no artigo anterior, serão utilizados os recursos:

a) **R$ 882.000,00 (Oitocentos e Oitenta e Dois Mil Reais)** com base aos recursos mencionados no Art. 43, inciso III da Lei Federal nº. 4.320/1964, provenientes da anulação total e ou parcial das seguintes dotações orçamentárias

ÓRGÃO	02	GABINETE DO PREFEITO
Unidade	010	GABINETE DO PREFEITO
Função	04	ADMINISTRACAO
Sub-Função	122	ADMINISTRACAO GERAL
Programa	0001	GESTAO E MANUTENCAO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
Atividade	1010	PARCERIAS E CONV. INSTITUICOES GOV E NÃO GOVERNAMENTAIS

Elemento Despesa	Descrição	Fonte	R$ Valor
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO – RED 9	**1.500.000000**	**30.000,00**

ÓRGÃO	05	SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS
Unidade	010	GABINETE DO SECRETARIO DE FINANCAS
Função	04	ADMINISTRACAO
Sub-Função	123	ADMINISTRACAO FINANCEIRA
Programa	0001	GESTAO E MANUTENCAO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
Atividade	2008	MANUTENCAO ATIV DA SEC DE FINANCAS E DEPARTAMENTO

Elemento Despesa	Descrição	Fonte	R$ Valor
3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS PESSOA JURIDICA – RED 84	**1.500.000000**	**179.100,00**

ÓRGÃO	05	SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS
Unidade	010	GABINETE DO SECRETARIO DE FINANCAS
Função	04	ADMINISTRACAO
Sub-Função	123	ADMINISTRACAO FINANCEIRA
Programa	0001	GESTAO E MANUTENCAO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
Atividade	2010	ENCARGOS COM DECISOES JUDICIAIS E PRECATORIOS

Elemento Despesa	Descrição	Fonte	R$ Valor
3.3.90.91	SENTENCAS JUDICIAIS – RED 70	**1.500.000000**	**149.900,00**

ÓRGÃO	06	SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA
Unidade	040	DEPARTAMENTO DE CULTURA
Função	13	CULTURA
Sub-Função	392	DIFUSAO CULTURAL
Programa	0015	EXPANSAO, APOIO E INCENTIVO A CULTURA
Atividade	1131	CONS. DE BIBLIOTECA

Elemento Despesa	Descrição	Fonte	R$ Valor
4.4.90.51	OBRAS E INSTALAÇOES – RED 200	**1.500.000000**	**150.000,00**

ÓRGÃO	07	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
Unidade	010	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Função	10	SAUDE
Sub-Função	301	ATENCAO BASICA
Programa	0010	ATENCAO BASICA PARA TODOS
Atividade	1065	CONS. DE POSTOS DE SAUDE NAS MICRO AREAS RURAIS

Elemento Despesa	Descrição	Fonte	R$ Valor
4.4.90.51	OBRAS E INSTALAÇOES – RED 231	**1.500.1002000**	**200.000,00**

ÓRGÃO	12	SECRETARIA DE TURISMO E MEIO AMBIENTE
Unidade	010	GAB. DO SEC. DE TURISMO E MEIO AMBIENTE
Função	18	GESTAO AMBIENTAL
Sub-Função	541	PRESERVACAO E CONSRVACAO AMBIENTAL
Programa	0007	INTEGRACAO HOMEM NATUREZA
Atividade	1153	CRIACAO DE PARQUES ECOLOGICOS DESTINADOS AO LAZER

Elemento Despesa	Descrição	Fonte	R$ Valor
4.4.90.51	OBRAS E INSTALAÇOES – RED 525	**1.500.1002000**	**100.000,00**

ÓRGÃO	15	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS
Unidade	001	GAB. DE ASSUNTOS ADMINISTRATUVOS
Função	04	ADMINISTRACAO
Sub-Função	122	ADMINISTRACAO GERAL
Programa	0002	ARQUIVO DIGITAL
Atividade	1022	AQUIS. DE MATERIAL PERM. MOBILIARIO E DE INFORMATICA

Elemento Despesa	Descrição	Fonte	R$ Valor
4.4.90.52	EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE – RED 585	**1.500.1002000**	**18.000,00**

ÓRGÃO	15	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS
Unidade	001	GAB. DE ASSUNTOS ADMINISTRATUVOS
Função	04	ADMINISTRACAO
Sub-Função	122	ADMINISTRACAO GERAL
Programa	0002	ARQUIVO DIGITAL

Atividade	2024	ATIVIDADE A CARGO DO ARQ. DIGITAL MUNICIPAL	
Elemento Despesa	**Descrição**	**Fonte**	**R$ Valor**
3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS PESSOA JURIDICA – RED 587	**1.500.1002000**	**55.000,00**

Art. 3º Autoriza à inclusão da programação orçamentária que trata o artigo 1º desta lei, ao Anexo de Metas e Prioridades da Lei Municipal n°. 1.318/2021, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2022 - LDO, e na Lei Municipal nº. 1.317/2021, Plano Plurianual 2022/2025.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Campinápolis, 18 de março de 2022.

JOSÉ BUENO VILELA

Prefeito Municipal**LEI ORDINARIA N° 1.330 DE 18 DE MARÇO DE 2022.**

"Autoriza o Poder Executivo a abertura de credito adicional no orçamento vigente, para o custeio de ações do Departamento (Secretaria) de Turismo, e dá outras providencias."

JOSE BUENO VILELA, Prefeito Municipal de Campinápolis - MT, considerando o disposto pelo § 2º, do Art. 167 da Constituição Federal, combinado com o estabelecido no inciso II, Art. 41 da Lei federal nº. 4.320/64, faz saber que a Câmara Municipal de Campinápolis - MT, aprova e ele **sanciona** a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizado a abertura de Crédito Adicional Especial no orçamento vigente, Lei Municipal nº 1.322/2021, no valor de **R$ 882.000,00 (Oitocentos e Oitenta e Dois Mil Reais),** a ser consignado nas seguintes Dotações Orçamentárias:

ÓRGÃO	12	SECRETARIA DE TURISMO E MEIO AMBIENTE		
Unidade	010	GABINETE DO SECRETARIO		
Função	23	COMERCIO E SERVIÇO		
Sub-Função	695	TURISMO		
Programa	0007	INTEGRACAO – HOMEM NATUREZA		
Atividade	2105	REALIZAR LEVANTAMENTO DE POTENCIAIS TURISTICOS DO MUNICIPIO		
Elemento Despesa	**Descrição**	**Fonte**		**R$ Valor**
3.3.90.39		**1.500.000000**		**50.000,00**

ÓRGÃO	12	SECRETARIA DE TURISMO E MEIO AMBIENTE	
Unidade	010	GABINETE DO SECRETARIO	
Função	23	COMERCIO E SERVIÇO	
Sub-Função	695	TURISMO	
Programa	0007	INTEGRACAO – HOMEM NATUREZA	
Atividade	2106	REALIZAR O INVENTARIO TURISTICO DO MUNICIPIO	
Elemento Despesa	**Descrição**	**Fonte**	**R$ Valor**
3.3.90.39		**1.500.000000**	**80.000,00**

ÓRGÃO	12	SECRETARIA DE TURISMO E MEIO AMBIENTE		
Unidade	010	GABINETE DO SECRETARIO		
Função	23	COMERCIO E SERVIÇO		
Sub-Função	695	TURISMO		
Programa	0007	INTEGRACAO – HOMEM NATUREZA		
Atividade	2107	CURSOS DE CAPACITACAO		
Elemento Despesa	**Descrição**	**Fonte**		**R$ Valor**
3.3.90.39		**1.500.000000**		**20.000,00**

ÓRGÃO	12	SECRETARIA DE TURISMO E MEIO AMBIENTE		
Unidade	010	GABINETE DO SECRETARIO		
Função	23	COMERCIO E SERVIÇO		
Sub-Função	695	TURISMO		
Programa	0007	INTEGRACAO – HOMEM NATUREZA		
Atividade	2108	REALIZACAO DE EVENTOS TURISTICOS		
Elemento Despesa	**Descrição**	**Fonte**		**R$ Valor**
3.3.90.39		**1.500.000000**		**150.000,00**

ÓRGÃO	12	SECRETARIA DE TURISMO E MEIO AMBIENTE		
Unidade	010	GABINETE DO SECRETARIO		
Função	23	COMERCIO E SERVIÇO		
Sub-Função	695	TURISMO		
Programa	0007	INTEGRACAO – HOMEM NATUREZA		
Atividade	2109	REVITALIZAÇÃO E AMPLIACAO DO TERMINAL RODOVIARIO		
Elemento Despesa	**Descrição**	**Fonte**		**R$ Valor**
4.4.90.51		**1.500.000000**		**470.000,00**

ÓRGÃO	12	SECRETARIA DE TURISMO E MEIO AMBIENTE		
Unidade	010	GABINETE DO SECRETARIO		
Função	23	COMERCIO E SERVIÇO		
Sub-Função	695	TURISMO		
Programa	0007	INTEGRACAO – HOMEM NATUREZA		
Atividade	2110	PROMOVER ROTEIRO TURISTICO DO MUNICIPIO		
Elemento Despesa	**Descrição**	**Fonte**		**R$ Valor**

3.3.90.39		**1.500.000000**	**100.000,00**

ÓRGÃO	12	SECRETARIA DE TURISMO E MEIO AMBIENTE	
Unidade	010	GABINETE DO SECRETARIO	
Função	23	COMERCIO E SERVIÇO	
Sub-Função	695	TURISMO	
Programa	0007	INTEGRACAO – HOMEM NATUREZA	
Atividade	2111	SINALIZAÇÃO DE PONTOS TURISTICOS DO MUNICIPIO	
Elemento Despesa	**Descrição**	**Fonte**	**R$ Valor**
3.3.90.39		**1.500.000000**	**12.000,00**

Art. 2º Para amparar os créditos abertos no artigo anterior, serão utilizados os recursos:

a) **R$ 882.000,00 (Oitocentos e Oitenta e Dois Mil Reais)** com base aos recursos mencionados no Art. 43, inciso III da Lei Federal nº. 4.320/1964, provenientes da anulação total e ou parcial das seguintes dotações orçamentárias

ÓRGÃO	02	GABINETE DO PREFEITO	
Unidade	010	GABINETE DO PREFEITO	
Função	04	ADMINISTRACAO	
Sub-Função	122	ADMINISTRACAO GERAL	
Programa	0001	GESTAO E MANUTENCAO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA	
Atividade	1010	PARCERIAS E CONV. INSTITUICOES GOV E NÃO GOVERNAMENTAIS	
Elemento Despesa	**Descrição**	**Fonte**	**R$ Valor**
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO – RED 9	**1.500.000000**	**30.000,00**

ÓRGÃO	05	SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS	
Unidade	010	GABINETE DO SECRETARIO DE FINANCAS	
Função	04	ADMINISTRACAO	
Sub-Função	123	ADMINISTRACAO FINANCEIRA	
Programa	0001	GESTAO E MANUTENCAO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA	
Atividade	2008	MANUTENCAO ATIV DA SEC DE FINANCAS E DEPARTAMENTO	
Elemento Despesa	**Descrição**	**Fonte**	**R$ Valor**
3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS PESSOA JURIDICA – RED 84	**1.500.000000**	**179.100,00**

ÓRGÃO	05	SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS	
Unidade	010	GABINETE DO SECRETARIO DE FINANCAS	
Função	04	ADMINISTRACAO	
Sub-Função	123	ADMINISTRACAO FINANCEIRA	
Programa	0001	GESTAO E MANUTENCAO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA	
Atividade	2010	ENCARGOS COM DECISOES JUDICIAIS E PRECATORIOS	
Elemento Despesa	**Descrição**	**Fonte**	**R$ Valor**
3.3.90.91	SENTENCAS JUDICIAIS – RED 70	**1.500.000000**	**149.900,00**

ÓRGÃO	06	SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA	
Unidade	040	DEPARTAMENTO DE CULTURA	
Função	13	CULTURA	
Sub-Função	392	DIFUSAO CULTURAL	
Programa	0015	EXPANSAO, APOIO E INCENTIVO A CULTURA	
Atividade	1131	CONS. DE BIBLIOTECA	
Elemento Despesa	**Descrição**	**Fonte**	**R$ Valor**
4.4.90.51	OBRAS E INSTALAÇOES – RED 200	**1.500.000000**	**150.000,00**

ÓRGÃO	07	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
Unidade	010	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
Função	10	SAUDE	
Sub-Função	301	ATENCAO BASICA	
Programa	0010	ATENCAO BASICA PARA TODOS	
Atividade	1065	CONS. DE POSTOS DE SAUDE NAS MICRO AREAS RURAIS	
Elemento Despesa	**Descrição**	**Fonte**	**R$ Valor**
4.4.90.51	OBRAS E INSTALAÇOES – RED 231	**1.500.1002000**	**200.000,00**

ÓRGÃO	12	SECRETARIA DE TURISMO E MEIO AMBIENTE	
Unidade	010	GAB. DO SEC. DE TURISMO E MEIO AMBIENTE	
Função	18	GESTAO AMBIENTAL	
Sub-Função	541	PRESERVACAO E CONSRVACAO AMBIENTAL	
Programa	0007	INTEGRACAO HOMEM NATUREZA	
Atividade	1153	CRIACAO DE PARQUES ECOLOGICOS DESTINADOS AO LAZER	
Elemento Despesa	**Descrição**	**Fonte**	**R$ Valor**
4.4.90.51	OBRAS E INSTALAÇOES – RED 525	**1.500.1002000**	**100.000,00**

ÓRGÃO	15	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS
Unidade	001	GAB. DE ASSUNTOS ADMINISTRATUVOS
Função	04	ADMINISTRACAO
Sub-Função	122	ADMINISTRACAO GERAL
Programa	0002	ARQUIVO DIGITAL

Atividade	1022	AQUIS. DE MATERIAL PERM. MOBILIARIO E DE INFORMATICA	
Elemento Despesa	**Descrição**	**Fonte**	**R$ Valor**
4.4.90.52	EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE – RED 585	**1.500.1002000**	**18.000,00**

ÓRGÃO	15	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS	
Unidade	001	GAB. DE ASSUNTOS ADMINISTRATUVOS	
Função	04	ADMINISTRACAO	
Sub-Função	122	ADMINISTRACAO GERAL	
Programa	0002	ARQUIVO DIGITAL	
Atividade	2024	ATIVIDADE A CARGO DO ARQ. DIGITAL MUNICIPAL	
Elemento Despesa	**Descrição**	**Fonte**	**R$ Valor**
3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS PESSOA JURIDICA – RED 587	**1.500.1002000**	**55.000,00**

Art. 3º Autoriza à inclusão da programação orçamentária que trata o artigo 1º desta lei, ao Anexo de Metas e Prioridades da Lei Municipal n°. 1.318/2021, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2022 - LDO, e na Lei Municipal nº. 1.317/2021, Plano Plurianual 2022/2025.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Campinápolis, 18 de março de 2022.

JOSÉ BUENO VILELA

Prefeito Municipal

LEI ORDINARIA N° 1.330 DE 18 DE MARÇO DE 2022.

"Autoriza o Poder Executivo a abertura de credito adicional no orçamento vigente, para o custeio de ações do Departamento (Secretaria) de Turismo, e dá outras providencias."

JOSE BUENO VILELA, Prefeito Municipal de Campinápolis - MT, considerando o disposto pelo § 2º, do Art. 167 da Constituição Federal, combinado com o estabelecido no inciso II, Art. 41 da Lei federal nº. 4.320/64, faz saber que a Câmara Municipal de Campinápolis - MT, aprova e ele **sanciona** a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizado a abertura de Crédito Adicional Especial no orçamento vigente, Lei Municipal nº 1.322/2021, no valor de **R$ 882.000,00 (Oitocentos e Oitenta e Dois Mil Reais),** a ser consignado nas seguintes Dotações Orçamentárias:

ÓRGÃO	12	SECRETARIA DE TURISMO E MEIO AMBIENTE		
Unidade	010	GABINETE DO SECRETARIO		
Função	23	COMERCIO E SERVIÇO		
Sub-Função	695	TURISMO		
Programa	0007	INTEGRACAO – HOMEM NATUREZA		
Atividade	2105	REALIZAR LEVANTAMENTO DE POTENCIAIS TURISTICOS DO MUNICIPIO		
Elemento Despesa	**Descrição**	**Fonte**		**R$ Valor**
3.3.90.39		**1.500.000000**		**50.000,00**

ÓRGÃO	12	SECRETARIA DE TURISMO E MEIO AMBIENTE	
Unidade	010	GABINETE DO SECRETARIO	
Função	23	COMERCIO E SERVIÇO	
Sub-Função	695	TURISMO	
Programa	0007	INTEGRACAO – HOMEM NATUREZA	
Atividade	2106	REALIZAR O INVENTARIO TURISTICO DO MUNICIPIO	
Elemento Despesa	**Descrição**	**Fonte**	**R$ Valor**
3.3.90.39		**1.500.000000**	**80.000,00**

ÓRGÃO	12	SECRETARIA DE TURISMO E MEIO AMBIENTE	
Unidade	010	GABINETE DO SECRETARIO	
Função	23	COMERCIO E SERVIÇO	
Sub-Função	695	TURISMO	
Programa	0007	INTEGRACAO – HOMEM NATUREZA	
Atividade	2107	CURSOS DE CAPACITACAO	
Elemento Despesa	**Descrição**	**Fonte**	**R$ Valor**
3.3.90.39		**1.500.000000**	**20.000,00**

ÓRGÃO	12	SECRETARIA DE TURISMO E MEIO AMBIENTE	
Unidade	010	GABINETE DO SECRETARIO	
Função	23	COMERCIO E SERVIÇO	
Sub-Função	695	TURISMO	
Programa	0007	INTEGRACAO – HOMEM NATUREZA	
Atividade	2108	REALIZACAO DE EVENTOS TURISTICOS	
Elemento Despesa	**Descrição**	**Fonte**	**R$ Valor**
3.3.90.39		**1.500.000000**	**150.000,00**

ÓRGÃO	12	SECRETARIA DE TURISMO E MEIO AMBIENTE
Unidade	010	GABINETE DO SECRETARIO
Função	23	COMERCIO E SERVIÇO
Sub-Função	695	TURISMO
Programa	0007	INTEGRACAO – HOMEM NATUREZA

Atividade	2109	REVITALIZAÇÃO E AMPLIACAO DO TERMINAL RODOVIARIO	
Elemento Despesa	**Descrição**	**Fonte**	**R$ Valor**
4.4.90.51		**1.500.000000**	**470.000,00**

ÓRGÃO	12	SECRETARIA DE TURISMO E MEIO AMBIENTE	
Unidade	010	GABINETE DO SECRETARIO	
Função	23	COMERCIO E SERVIÇO	
Sub-Função	695	TURISMO	
Programa	0007	INTEGRACAO – HOMEM NATUREZA	
Atividade	2110	PROMOVER ROTEIRO TURISTICO DO MUNICIPIO	
Elemento Despesa	**Descrição**	**Fonte**	**R$ Valor**
3.3.90.39		**1.500.000000**	**100.000,00**

ÓRGÃO	12	SECRETARIA DE TURISMO E MEIO AMBIENTE	
Unidade	010	GABINETE DO SECRETARIO	
Função	23	COMERCIO E SERVIÇO	
Sub-Função	695	TURISMO	
Programa	0007	INTEGRACAO – HOMEM NATUREZA	
Atividade	2111	SINALIZAÇÃO DE PONTOS TURISTICOS DO MUNICIPIO	
Elemento Despesa	**Descrição**	**Fonte**	**R$ Valor**
3.3.90.39		**1.500.000000**	**12.000,00**

Art. 2º Para amparar os créditos abertos no artigo anterior, serão utilizados os recursos:

a) **R$ 882.000,00 (Oitocentos e Oitenta e Dois Mil Reais)** com base aos recursos mencionados no Art. 43, inciso III da Lei Federal nº. 4.320/1964, provenientes da anulação total e ou parcial das seguintes dotações orçamentárias

ÓRGÃO	02	GABINETE DO PREFEITO	
Unidade	010	GABINETE DO PREFEITO	
Função	04	ADMINISTRACAO	
Sub-Função	122	ADMINISTRACAO GERAL	
Programa	0001	GESTAO E MANUTENCAO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA	
Atividade	1010	PARCERIAS E CONV. INSTITUICOES GOV E NÃO GOVERNAMENTAIS	
Elemento Despesa	**Descrição**	**Fonte**	**R$ Valor**
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO – RED 9	**1.500.000000**	**30.000,00**

ÓRGÃO	05	SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS	
Unidade	010	GABINETE DO SECRETARIO DE FINANCAS	
Função	04	ADMINISTRACAO	
Sub-Função	123	ADMINISTRACAO FINANCEIRA	
Programa	0001	GESTAO E MANUTENCAO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA	
Atividade	2008	MANUTENCAO ATIV DA SEC DE FINANCAS E DEPARTAMENTO	
Elemento Despesa	**Descrição**	**Fonte**	**R$ Valor**
3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS PESSOA JURIDICA – RED 84	**1.500.000000**	**179.100,00**

ÓRGÃO	05	SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS	
Unidade	010	GABINETE DO SECRETARIO DE FINANCAS	
Função	04	ADMINISTRACAO	
Sub-Função	123	ADMINISTRACAO FINANCEIRA	
Programa	0001	GESTAO E MANUTENCAO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA	
Atividade	2010	ENCARGOS COM DECISOES JUDICIAIS E PRECATORIOS	
Elemento Despesa	**Descrição**	**Fonte**	**R$ Valor**
3.3.90.91	SENTENCAS JUDICIAIS – RED 70	**1.500.000000**	**149.900,00**

ÓRGÃO	06	SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA	
Unidade	040	DEPARTAMENTO DE CULTURA	
Função	13	CULTURA	
Sub-Função	392	DIFUSAO CULTURAL	
Programa	0015	EXPANSAO, APOIO E INCENTIVO A CULTURA	
Atividade	1131	CONS. DE BIBLIOTECA	
Elemento Despesa	**Descrição**	**Fonte**	**R$ Valor**
4.4.90.51	OBRAS E INSTALAÇOES – RED 200	**1.500.000000**	**150.000,00**

ÓRGÃO	07	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
Unidade	010	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
Função	10	SAUDE	
Sub-Função	301	ATENCAO BASICA	
Programa	0010	ATENCAO BASICA PARA TODOS	
Atividade	1065	CONS. DE POSTOS DE SAUDE NAS MICRO AREAS RURAIS	
Elemento Despesa	**Descrição**	**Fonte**	**R$ Valor**
4.4.90.51	OBRAS E INSTALAÇOES – RED 231	**1.500.1002000**	**200.000,00**

ÓRGÃO	12	SECRETARIA DE TURISMO E MEIO AMBIENTE
Unidade	010	GAB. DO SEC. DE TURISMO E MEIO AMBIENTE
Função	18	GESTAO AMBIENTAL

Sub-Função	541	PRESERVACAO E CONSRVACAO AMBIENTAL		
Programa	0007	INTEGRACAO HOMEM NATUREZA		
Atividade	1153	CRIACAO DE PARQUES ECOLOGICOS DESTINADOS AO LAZER		
Elemento Despesa	**Descrição**		**Fonte**	**R$ Valor**
4.4.90.51	OBRAS E INSTALAÇOES – RED 525		**1.500.1002000**	**100.000,00**

ÓRGÃO	15	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS		
Unidade	001	GAB. DE ASSUNTOS ADMINISTRATUVOS		
Função	04	ADMINISTRACAO		
Sub-Função	122	ADMINISTRACAO GERAL		
Programa	0002	ARQUIVO DIGITAL		
Atividade	1022	AQUIS. DE MATERIAL PERM. MOBILIARIO E DE INFORMATICA		
Elemento Despesa	**Descrição**		**Fonte**	**R$ Valor**
4.4.90.52	EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE – RED 585		**1.500.1002000**	**18.000,00**

ÓRGÃO	15	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS		
Unidade	001	GAB. DE ASSUNTOS ADMINISTRATUVOS		
Função	04	ADMINISTRACAO		
Sub-Função	122	ADMINISTRACAO GERAL		
Programa	0002	ARQUIVO DIGITAL		
Atividade	2024	ATIVIDADE A CARGO DO ARQ. DIGITAL MUNICIPAL		
Elemento Despesa	**Descrição**		**Fonte**	**R$ Valor**
3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS PESSOA JURIDICA – RED 587		**1.500.1002000**	**55.000,00**

Art. 3º Autoriza à inclusão da programação orçamentária que trata o artigo 1º desta lei, ao Anexo de Metas e Prioridades da Lei Municipal n°. 1.318/2021, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2022 - LDO, e na Lei Municipal nº. 1.317/2021, Plano Plurianual 2022/2025.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Campinápolis, 18 de março de 2022.

JOSÉ BUENO VILELA

Prefeito Municipal

LEI ORDINARIA N° 1.330 DE 18 DE MARÇO DE 2022.

"Autoriza o Poder Executivo a abertura de credito adicional no orçamento vigente, para o custeio de ações do Departamento (Secretaria) de Turismo, e dá outras providencias."

JOSE BUENO VILELA, Prefeito Municipal de Campinápolis - MT, considerando o disposto pelo § 2º, do Art. 167 da Constituição Federal, combinado com o estabelecido no inciso II, Art. 41 da Lei federal nº. 4.320/64, faz saber que a Câmara Municipal de Campinápolis - MT, aprova e ele **sanciona** a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizado a abertura de Crédito Adicional Especial no orçamento vigente, Lei Municipal nº 1.322/2021, no valor de **R$ 882.000,00 (Oitocentos e Oitenta e Dois Mil Reais),** a ser consignado nas seguintes Dotações Orçamentárias:

ÓRGÃO	12	SECRETARIA DE TURISMO E MEIO AMBIENTE		
Unidade	010	GABINETE DO SECRETARIO		
Função	23	COMERCIO E SERVIÇO		
Sub-Função	695	TURISMO		
Programa	0007	INTEGRACAO – HOMEM NATUREZA		
Atividade	2105	REALIZAR LEVANTAMENTO DE POTENCIAIS TURISTICOS DO MUNICIPIO		
Elemento Despesa	**Descrição**		**Fonte**	**R$ Valor**
3.3.90.39			**1.500.000000**	**50.000,00**

ÓRGÃO	12	SECRETARIA DE TURISMO E MEIO AMBIENTE		
Unidade	010	GABINETE DO SECRETARIO		
Função	23	COMERCIO E SERVIÇO		
Sub-Função	695	TURISMO		
Programa	0007	INTEGRACAO – HOMEM NATUREZA		
Atividade	2106	REALIZAR O INVENTARIO TURISTICO DO MUNICIPIO		
Elemento Despesa	**Descrição**		**Fonte**	**R$ Valor**
3.3.90.39			**1.500.000000**	**80.000,00**

ÓRGÃO	12	SECRETARIA DE TURISMO E MEIO AMBIENTE		
Unidade	010	GABINETE DO SECRETARIO		
Função	23	COMERCIO E SERVIÇO		
Sub-Função	695	TURISMO		
Programa	0007	INTEGRACAO – HOMEM NATUREZA		
Atividade	2107	CURSOS DE CAPACITACAO		
Elemento Despesa	**Descrição**		**Fonte**	**R$ Valor**
3.3.90.39			**1.500.000000**	**20.000,00**

ÓRGÃO	12	SECRETARIA DE TURISMO E MEIO AMBIENTE
Unidade	010	GABINETE DO SECRETARIO
Função	23	COMERCIO E SERVIÇO

Sub-Função	695	TURISMO		
Programa	0007	INTEGRACAO – HOMEM NATUREZA		
Atividade	2108	REALIZACAO DE EVENTOS TURISTICOS		
Elemento Despesa	**Descrição**	**Fonte**	**R$ Valor**	
3.3.90.39		**1.500.000000**	**150.000,00**	

ÓRGÃO	12	SECRETARIA DE TURISMO E MEIO AMBIENTE		
Unidade	010	GABINETE DO SECRETARIO		
Função	23	COMERCIO E SERVIÇO		
Sub-Função	695	TURISMO		
Programa	0007	INTEGRACAO – HOMEM NATUREZA		
Atividade	2109	REVITALIZAÇÃO E AMPLIACAO DO TERMINAL RODOVIARIO		
Elemento Despesa	**Descrição**	**Fonte**	**R$ Valor**	
4.4.90.51		**1.500.000000**	**470.000,00**	

ÓRGÃO	12	SECRETARIA DE TURISMO E MEIO AMBIENTE	
Unidade	010	GABINETE DO SECRETARIO	
Função	23	COMERCIO E SERVIÇO	
Sub-Função	695	TURISMO	
Programa	0007	INTEGRACAO – HOMEM NATUREZA	
Atividade	2110	PROMOVER ROTEIRO TURISTICO DO MUNICIPIO	
Elemento Despesa	**Descrição**	**Fonte**	**R$ Valor**
3.3.90.39		**1.500.000000**	**100.000,00**

ÓRGÃO	12	SECRETARIA DE TURISMO E MEIO AMBIENTE	
Unidade	010	GABINETE DO SECRETARIO	
Função	23	COMERCIO E SERVIÇO	
Sub-Função	695	TURISMO	
Programa	0007	INTEGRACAO – HOMEM NATUREZA	
Atividade	2111	SINALIZAÇÃO DE PONTOS TURISTICOS DO MUNICIPIO	
Elemento Despesa	**Descrição**	**Fonte**	**R$ Valor**
3.3.90.39		**1.500.000000**	**12.000,00**

Art. 2º Para amparar os créditos abertos no artigo anterior, serão utilizados os recursos:

a) **R$ 882.000,00 (Oitocentos e Oitenta e Dois Mil Reais)** com base aos recursos mencionados no Art. 43, inciso III da Lei Federal nº. 4.320/1964, provenientes da anulação total e ou parcial das seguintes dotações orçamentárias

ÓRGÃO	02	GABINETE DO PREFEITO		
Unidade	010	GABINETE DO PREFEITO		
Função	04	ADMINISTRACAO		
Sub-Função	122	ADMINISTRACAO GERAL		
Programa	0001	GESTAO E MANUTENCAO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA		
Atividade	1010	PARCERIAS E CONV. INSTITUICOES GOV E NÃO GOVERNAMENTAIS		
Elemento Despesa	**Descrição**	**Fonte**	**R$ Valor**	
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO – RED 9	**1.500.000000**	**30.000,00**	

ÓRGÃO	05	SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS	
Unidade	010	GABINETE DO SECRETARIO DE FINANCAS	
Função	04	ADMINISTRACAO	
Sub-Função	123	ADMINISTRACAO FINANCEIRA	
Programa	0001	GESTAO E MANUTENCAO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA	
Atividade	2008	MANUTENCAO ATIV DA SEC DE FINANCAS E DEPARTAMENTO	
Elemento Despesa	**Descrição**	**Fonte**	**R$ Valor**
3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS PESSOA JURIDICA – RED 84	**1.500.000000**	**179.100,00**

ÓRGÃO	05	SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS	
Unidade	010	GABINETE DO SECRETARIO DE FINANCAS	
Função	04	ADMINISTRACAO	
Sub-Função	123	ADMINISTRACAO FINANCEIRA	
Programa	0001	GESTAO E MANUTENCAO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA	
Atividade	2010	ENCARGOS COM DECISOES JUDICIAIS E PRECATORIOS	
Elemento Despesa	**Descrição**	**Fonte**	**R$ Valor**
3.3.90.91	SENTENCAS JUDICIAIS – RED 70	**1.500.000000**	**149.900,00**

ÓRGÃO	06	SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA		
Unidade	040	DEPARTAMENTO DE CULTURA		
Função	13	CULTURA		
Sub-Função	392	DIFUSAO CULTURAL		
Programa	0015	EXPANSAO, APOIO E INCENTIVO A CULTURA		
Atividade	1131	CONS. DE BIBLIOTECA		
Elemento Despesa	**Descrição**		**Fonte**	**R$ Valor**
4.4.90.51	OBRAS E INSTALAÇOES – RED 200		**1.500.000000**	**150.000,00**

ÓRGÃO	07	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

Unidade	010	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		
Função	10	SAUDE		
Sub-Função	301	ATENCAO BASICA		
Programa	0010	ATENCAO BASICA PARA TODOS		
Atividade	1065	CONS. DE POSTOS DE SAUDE NAS MICRO AREAS RURAIS		
Elemento Despesa	**Descrição**		**Fonte**	**R$ Valor**
4.4.90.51	OBRAS E INSTALAÇOES – RED 231		**1.500.1002000**	**200.000,00**

ÓRGÃO	12	SECRETARIA DE TURISMO E MEIO AMBIENTE		
Unidade	010	GAB. DO SEC. DE TURISMO E MEIO AMBIENTE		
Função	18	GESTAO AMBIENTAL		
Sub-Função	541	PRESERVACAO E CONSRVACAO AMBIENTAL		
Programa	0007	INTEGRACAO HOMEM NATUREZA		
Atividade	1153	CRIACAO DE PARQUES ECOLOGICOS DESTINADOS AO LAZER		
Elemento Despesa	**Descrição**		**Fonte**	**R$ Valor**
4.4.90.51	OBRAS E INSTALAÇOES – RED 525		**1.500.1002000**	**100.000,00**

ÓRGÃO	15	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS		
Unidade	001	GAB. DE ASSUNTOS ADMINISTRATUVOS		
Função	04	ADMINISTRACAO		
Sub-Função	122	ADMINISTRACAO GERAL		
Programa	0002	ARQUIVO DIGITAL		
Atividade	1022	AQUIS. DE MATERIAL PERM. MOBILIARIO E DE INFORMATICA		
Elemento Despesa	**Descrição**		**Fonte**	**R$ Valor**
4.4.90.52	EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE – RED 585		**1.500.1002000**	**18.000,00**

ÓRGÃO	15	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS		
Unidade	001	GAB. DE ASSUNTOS ADMINISTRATUVOS		
Função	04	ADMINISTRACAO		
Sub-Função	122	ADMINISTRACAO GERAL		
Programa	0002	ARQUIVO DIGITAL		
Atividade	2024	ATIVIDADE A CARGO DO ARQ. DIGITAL MUNICIPAL		
Elemento Despesa	**Descrição**		**Fonte**	**R$ Valor**
3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS PESSOA JURIDICA – RED 587		**1.500.1002000**	**55.000,00**

Art. 3º Autoriza à inclusão da programação orçamentária que trata o artigo 1º desta lei, ao Anexo de Metas e Prioridades da Lei Municipal n°. 1.318/2021, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2022 - LDO, e na Lei Municipal nº. 1.317/2021, Plano Plurianual 2022/2025.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Campinápolis, 18 de março de 2022.

JOSÉ BUENO VILELA

Prefeito Municipal

LEI ORDINARIA N° 1.330 DE 18 DE MARÇO DE 2022.

"Autoriza o Poder Executivo a abertura de credito adicional no orçamento vigente, para o custeio de ações do Departamento (Secretaria) de Turismo, e dá outras providencias."

JOSE BUENO VILELA, Prefeito Municipal de Campinápolis - MT, considerando o disposto pelo § 2º, do Art. 167 da Constituição Federal, combinado com o estabelecido no inciso II, Art. 41 da Lei federal nº. 4.320/64, faz saber que a Câmara Municipal de Campinápolis - MT, aprova e ele **sanciona** a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizado a abertura de Crédito Adicional Especial no orçamento vigente, Lei Municipal nº 1.322/2021, no valor de **R$ 882.000,00 (Oitocentos e Oitenta e Dois Mil Reais),** a ser consignado nas seguintes Dotações Orçamentárias:

ÓRGÃO	12	SECRETARIA DE TURISMO E MEIO AMBIENTE		
Unidade	010	GABINETE DO SECRETARIO		
Função	23	COMERCIO E SERVIÇO		
Sub-Função	695	TURISMO		
Programa	0007	INTEGRACAO – HOMEM NATUREZA		
Atividade	2105	REALIZAR LEVANTAMENTO DE POTENCIAIS TURISTICOS DO MUNICIPIO		
Elemento Despesa	**Descrição**	**Fonte**		**R$ Valor**
3.3.90.39		**1.500.000000**		**50.000,00**

ÓRGÃO	12	SECRETARIA DE TURISMO E MEIO AMBIENTE	
Unidade	010	GABINETE DO SECRETARIO	
Função	23	COMERCIO E SERVIÇO	
Sub-Função	695	TURISMO	
Programa	0007	INTEGRACAO – HOMEM NATUREZA	
Atividade	2106	REALIZAR O INVENTARIO TURISTICO DO MUNICIPIO	
Elemento Despesa	**Descrição**	**Fonte**	**R$ Valor**
3.3.90.39		**1.500.000000**	**80.000,00**

ÓRGÃO	12	SECRETARIA DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Unidade	010	GABINETE DO SECRETARIO	
Função	23	COMERCIO E SERVIÇO	
Sub-Função	695	TURISMO	
Programa	0007	INTEGRACAO – HOMEM NATUREZA	
Atividade	2107	CURSOS DE CAPACITACAO	
Elemento Despesa	**Descrição**	**Fonte**	**R$ Valor**
3.3.90.39		**1.500.000000**	**20.000,00**

ÓRGÃO	12	SECRETARIA DE TURISMO E MEIO AMBIENTE	
Unidade	010	GABINETE DO SECRETARIO	
Função	23	COMERCIO E SERVIÇO	
Sub-Função	695	TURISMO	
Programa	0007	INTEGRACAO – HOMEM NATUREZA	
Atividade	2108	REALIZACAO DE EVENTOS TURISTICOS	
Elemento Despesa	**Descrição**	**Fonte**	**R$ Valor**
3.3.90.39		**1.500.000000**	**150.000,00**

ÓRGÃO	12	SECRETARIA DE TURISMO E MEIO AMBIENTE	
Unidade	010	GABINETE DO SECRETARIO	
Função	23	COMERCIO E SERVIÇO	
Sub-Função	695	TURISMO	
Programa	0007	INTEGRACAO – HOMEM NATUREZA	
Atividade	2109	REVITALIZAÇÃO E AMPLIACAO DO TERMINAL RODOVIARIO	
Elemento Despesa	**Descrição**	**Fonte**	**R$ Valor**
4.4.90.51		**1.500.000000**	**470.000,00**

ÓRGÃO	12	SECRETARIA DE TURISMO E MEIO AMBIENTE	
Unidade	010	GABINETE DO SECRETARIO	
Função	23	COMERCIO E SERVIÇO	
Sub-Função	695	TURISMO	
Programa	0007	INTEGRACAO – HOMEM NATUREZA	
Atividade	2110	PROMOVER ROTEIRO TURISTICO DO MUNICIPIO	
Elemento Despesa	**Descrição**	**Fonte**	**R$ Valor**
3.3.90.39		**1.500.000000**	**100.000,00**

ÓRGÃO	12	SECRETARIA DE TURISMO E MEIO AMBIENTE	
Unidade	010	GABINETE DO SECRETARIO	
Função	23	COMERCIO E SERVIÇO	
Sub-Função	695	TURISMO	
Programa	0007	INTEGRACAO – HOMEM NATUREZA	
Atividade	2111	SINALIZAÇÃO DE PONTOS TURISTICOS DO MUNICIPIO	
Elemento Despesa	**Descrição**	**Fonte**	**R$ Valor**
3.3.90.39		**1.500.000000**	**12.000,00**

Art. 2º Para amparar os créditos abertos no artigo anterior, serão utilizados os recursos:

a) **R$ 882.000,00 (Oitocentos e Oitenta e Dois Mil Reais)** com base aos recursos mencionados no Art. 43, inciso III da Lei Federal nº. 4.320/1964, provenientes da anulação total e ou parcial das seguintes dotações orçamentárias

ÓRGÃO	02	GABINETE DO PREFEITO	
Unidade	010	GABINETE DO PREFEITO	
Função	04	ADMINISTRACAO	
Sub-Função	122	ADMINISTRACAO GERAL	
Programa	0001	GESTAO E MANUTENCAO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA	
Atividade	1010	PARCERIAS E CONV. INSTITUICOES GOV E NÃO GOVERNAMENTAIS	
Elemento Despesa	**Descrição**	**Fonte**	**R$ Valor**
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO – RED 9	**1.500.000000**	**30.000,00**

ÓRGÃO	05	SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS	
Unidade	010	GABINETE DO SECRETARIO DE FINANCAS	
Função	04	ADMINISTRACAO	
Sub-Função	123	ADMINISTRACAO FINANCEIRA	
Programa	0001	GESTAO E MANUTENCAO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA	
Atividade	2008	MANUTENCAO ATIV DA SEC DE FINANCAS E DEPARTAMENTO	
Elemento Despesa	**Descrição**	**Fonte**	**R$ Valor**
3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS PESSOA JURIDICA – RED 84	**1.500.000000**	**179.100,00**

ÓRGÃO	05	SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS	
Unidade	010	GABINETE DO SECRETARIO DE FINANCAS	
Função	04	ADMINISTRACAO	
Sub-Função	123	ADMINISTRACAO FINANCEIRA	
Programa	0001	GESTAO E MANUTENCAO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA	
Atividade	2010	ENCARGOS COM DECISOES JUDICIAIS E PRECATORIOS	
Elemento Despesa	**Descrição**	**Fonte**	**R$ Valor**
3.3.90.91	SENTENCAS JUDICIAIS – RED 70	**1.500.000000**	**149.900,00**

ÓRGÃO	06	SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA		
Unidade	040	DEPARTAMENTO DE CULTURA		
Função	13	CULTURA		
Sub-Função	392	DIFUSAO CULTURAL		
Programa	0015	EXPANSAO, APOIO E INCENTIVO A CULTURA		
Atividade	1131	CONS. DE BIBLIOTECA		
Elemento Despesa	**Descrição**		**Fonte**	**R$ Valor**
4.4.90.51	OBRAS E INSTALAÇOES – RED 200		**1.500.000000**	**150.000,00**

ÓRGÃO	07	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE		
Unidade	010	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		
Função	10	SAUDE		
Sub-Função	301	ATENCAO BASICA		
Programa	0010	ATENCAO BASICA PARA TODOS		
Atividade	1065	CONS. DE POSTOS DE SAUDE NAS MICRO AREAS RURAIS		
Elemento Despesa	**Descrição**		**Fonte**	**R$ Valor**
4.4.90.51	OBRAS E INSTALAÇOES – RED 231		**1.500.1002000**	**200.000,00**

ÓRGÃO	12	SECRETARIA DE TURISMO E MEIO AMBIENTE		
Unidade	010	GAB. DO SEC. DE TURISMO E MEIO AMBIENTE		
Função	18	GESTAO AMBIENTAL		
Sub-Função	541	PRESERVACAO E CONSRVACAO AMBIENTAL		
Programa	0007	INTEGRACAO HOMEM NATUREZA		
Atividade	1153	CRIACAO DE PARQUES ECOLOGICOS DESTINADOS AO LAZER		
Elemento Despesa	**Descrição**		**Fonte**	**R$ Valor**
4.4.90.51	OBRAS E INSTALAÇOES – RED 525		**1.500.1002000**	**100.000,00**

ÓRGÃO	15	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS		
Unidade	001	GAB. DE ASSUNTOS ADMINISTRATUVOS		
Função	04	ADMINISTRACAO		
Sub-Função	122	ADMINISTRACAO GERAL		
Programa	0002	ARQUIVO DIGITAL		
Atividade	1022	AQUIS. DE MATERIAL PERM. MOBILIARIO E DE INFORMATICA		
Elemento Despesa	**Descrição**		**Fonte**	**R$ Valor**
4.4.90.52	EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE – RED 585		**1.500.1002000**	**18.000,00**

ÓRGÃO	15	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS		
Unidade	001	GAB. DE ASSUNTOS ADMINISTRATUVOS		
Função	04	ADMINISTRACAO		
Sub-Função	122	ADMINISTRACAO GERAL		
Programa	0002	ARQUIVO DIGITAL		
Atividade	2024	ATIVIDADE A CARGO DO ARQ. DIGITAL MUNICIPAL		
Elemento Despesa	**Descrição**		**Fonte**	**R$ Valor**
3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS PESSOA JURIDICA – RED 587		**1.500.1002000**	**55.000,00**

Art. 3º Autoriza à inclusão da programação orçamentária que trata o artigo 1º desta lei, ao Anexo de Metas e Prioridades da Lei Municipal n°. 1.318/2021, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2022 - LDO, e na Lei Municipal nº. 1.317/2021, Plano Plurianual 2022/2025.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Campinápolis, 18 de março de 2022.

JOSÉ BUENO VILELA

Prefeito Municipal

LEI ORDINARIA N° 1.330 DE 18 DE MARÇO DE 2022.

"Autoriza o Poder Executivo a abertura de credito adicional no orçamento vigente, para o custeio de ações do Departamento (Secretaria) de Turismo, e dá outras providencias."

JOSE BUENO VILELA, Prefeito Municipal de Campinápolis - MT, considerando o disposto pelo § 2º, do Art. 167 da Constituição Federal, combinado com o estabelecido no inciso II, Art. 41 da Lei federal nº. 4.320/64, faz saber que a Câmara Municipal de Campinápolis - MT, aprova e ele **sanciona** a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizado a abertura de Crédito Adicional Especial no orçamento vigente, Lei Municipal nº 1.322/2021, no valor de **R$ 882.000,00 (Oitocentos e Oitenta e Dois Mil Reais),** a ser consignado nas seguintes Dotações Orçamentárias:

ÓRGÃO	12	SECRETARIA DE TURISMO E MEIO AMBIENTE		
Unidade	010	GABINETE DO SECRETARIO		
Função	23	COMERCIO E SERVIÇO		
Sub-Função	695	TURISMO		
Programa	0007	INTEGRACAO – HOMEM NATUREZA		
Atividade	2105	REALIZAR LEVANTAMENTO DE POTENCIAIS TURISTICOS DO MUNICIPIO		
Elemento Despesa	**Descrição**		**Fonte**	**R$ Valor**
3.3.90.39			**1.500.000000**	**50.000,00**

ÓRGÃO	12	SECRETARIA DE TURISMO E MEIO AMBIENTE	
Unidade	010	GABINETE DO SECRETARIO	
Função	23	COMERCIO E SERVIÇO	
Sub-Função	695	TURISMO	
Programa	0007	INTEGRACAO – HOMEM NATUREZA	
Atividade	2106	REALIZAR O INVENTARIO TURISTICO DO MUNICIPIO	
Elemento Despesa	**Descrição**	**Fonte**	**R$ Valor**
3.3.90.39		**1.500.000000**	**80.000,00**

ÓRGÃO	12	SECRETARIA DE TURISMO E MEIO AMBIENTE	
Unidade	010	GABINETE DO SECRETARIO	
Função	23	COMERCIO E SERVIÇO	
Sub-Função	695	TURISMO	
Programa	0007	INTEGRACAO – HOMEM NATUREZA	
Atividade	2107	CURSOS DE CAPACITACAO	
Elemento Despesa	**Descrição**	**Fonte**	**R$ Valor**
3.3.90.39		**1.500.000000**	**20.000,00**

ÓRGÃO	12	SECRETARIA DE TURISMO E MEIO AMBIENTE	
Unidade	010	GABINETE DO SECRETARIO	
Função	23	COMERCIO E SERVIÇO	
Sub-Função	695	TURISMO	
Programa	0007	INTEGRACAO – HOMEM NATUREZA	
Atividade	2108	REALIZACAO DE EVENTOS TURISTICOS	
Elemento Despesa	**Descrição**	**Fonte**	**R$ Valor**
3.3.90.39		**1.500.000000**	**150.000,00**

ÓRGÃO	12	SECRETARIA DE TURISMO E MEIO AMBIENTE	
Unidade	010	GABINETE DO SECRETARIO	
Função	23	COMERCIO E SERVIÇO	
Sub-Função	695	TURISMO	
Programa	0007	INTEGRACAO – HOMEM NATUREZA	
Atividade	2109	REVITALIZAÇÃO E AMPLIACAO DO TERMINAL RODOVIARIO	
Elemento Despesa	**Descrição**	**Fonte**	**R$ Valor**
4.4.90.51		**1.500.000000**	**470.000,00**

ÓRGÃO	12	SECRETARIA DE TURISMO E MEIO AMBIENTE	
Unidade	010	GABINETE DO SECRETARIO	
Função	23	COMERCIO E SERVIÇO	
Sub-Função	695	TURISMO	
Programa	0007	INTEGRACAO – HOMEM NATUREZA	
Atividade	2110	PROMOVER ROTEIRO TURISTICO DO MUNICIPIO	
Elemento Despesa	**Descrição**	**Fonte**	**R$ Valor**
3.3.90.39		**1.500.000000**	**100.000,00**

ÓRGÃO	12	SECRETARIA DE TURISMO E MEIO AMBIENTE	
Unidade	010	GABINETE DO SECRETARIO	
Função	23	COMERCIO E SERVIÇO	
Sub-Função	695	TURISMO	
Programa	0007	INTEGRACAO – HOMEM NATUREZA	
Atividade	2111	SINALIZAÇÃO DE PONTOS TURISTICOS DO MUNICIPIO	
Elemento Despesa	**Descrição**	**Fonte**	**R$ Valor**
3.3.90.39		**1.500.000000**	**12.000,00**

Art. 2º Para amparar os créditos abertos no artigo anterior, serão utilizados os recursos:

a) **R$ 882.000,00 (Oitocentos e Oitenta e Dois Mil Reais)** com base aos recursos mencionados no Art. 43, inciso III da Lei Federal nº. 4.320/1964, provenientes da anulação total e ou parcial das seguintes dotações orçamentárias

ÓRGÃO	02	GABINETE DO PREFEITO		
Unidade	010	GABINETE DO PREFEITO		
Função	04	ADMINISTRACAO		
Sub-Função	122	ADMINISTRACAO GERAL		
Programa	0001	GESTAO E MANUTENCAO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA		
Atividade	1010	PARCERIAS E CONV. INSTITUICOES GOV E NÃO GOVERNAMENTAIS		
Elemento Despesa	**Descrição**		**Fonte**	**R$ Valor**
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO – RED 9		**1.500.000000**	**30.000,00**

ÓRGÃO	05	SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS		
Unidade	010	GABINETE DO SECRETARIO DE FINANCAS		
Função	04	ADMINISTRACAO		
Sub-Função	123	ADMINISTRACAO FINANCEIRA		
Programa	0001	GESTAO E MANUTENCAO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA		
Atividade	2008	MANUTENCAO ATIV DA SEC DE FINANCAS E DEPARTAMENTO		
Elemento Despesa	**Descrição**		**Fonte**	**R$ Valor**

3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS PESSOA JURIDICA – RED 84	**1.500.000000**	**179.100,00**

ÓRGÃO	05	SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS	
Unidade	010	GABINETE DO SECRETARIO DE FINANCAS	
Função	04	ADMINISTRACAO	
Sub-Função	123	ADMINISTRACAO FINANCEIRA	
Programa	0001	GESTAO E MANUTENCAO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA	
Atividade	2010	ENCARGOS COM DECISOES JUDICIAIS E PRECATORIOS	
Elemento Despesa	**Descrição**	**Fonte**	**R$ Valor**
3.3.90.91	SENTENCAS JUDICIAIS – RED 70	**1.500.000000**	**149.900,00**

ÓRGÃO	06	SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA	
Unidade	040	DEPARTAMENTO DE CULTURA	
Função	13	CULTURA	
Sub-Função	392	DIFUSAO CULTURAL	
Programa	0015	EXPANSAO, APOIO E INCENTIVO A CULTURA	
Atividade	1131	CONS. DE BIBLIOTECA	
Elemento Despesa	**Descrição**	**Fonte**	**R$ Valor**
4.4.90.51	OBRAS E INSTALAÇOES – RED 200	**1.500.000000**	**150.000,00**

ÓRGÃO	07	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
Unidade	010	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
Função	10	SAUDE	
Sub-Função	301	ATENCAO BASICA	
Programa	0010	ATENCAO BASICA PARA TODOS	
Atividade	1065	CONS. DE POSTOS DE SAUDE NAS MICRO AREAS RURAIS	
Elemento Despesa	**Descrição**	**Fonte**	**R$ Valor**
4.4.90.51	OBRAS E INSTALAÇOES – RED 231	**1.500.1002000**	**200.000,00**

ÓRGÃO	12	SECRETARIA DE TURISMO E MEIO AMBIENTE	
Unidade	010	GAB. DO SEC. DE TURISMO E MEIO AMBIENTE	
Função	18	GESTAO AMBIENTAL	
Sub-Função	541	PRESERVACAO E CONSRVACAO AMBIENTAL	
Programa	0007	INTEGRACAO HOMEM NATUREZA	
Atividade	1153	CRIACAO DE PARQUES ECOLOGICOS DESTINADOS AO LAZER	
Elemento Despesa	**Descrição**	**Fonte**	**R$ Valor**
4.4.90.51	OBRAS E INSTALAÇOES – RED 525	**1.500.1002000**	**100.000,00**

ÓRGÃO	15	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS	
Unidade	001	GAB. DE ASSUNTOS ADMINISTRATUVOS	
Função	04	ADMINISTRACAO	
Sub-Função	122	ADMINISTRACAO GERAL	
Programa	0002	ARQUIVO DIGITAL	
Atividade	1022	AQUIS. DE MATERIAL PERM. MOBILIARIO E DE INFORMATICA	
Elemento Despesa	**Descrição**	**Fonte**	**R$ Valor**
4.4.90.52	EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE – RED 585	**1.500.1002000**	**18.000,00**

ÓRGÃO	15	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS	
Unidade	001	GAB. DE ASSUNTOS ADMINISTRATUVOS	
Função	04	ADMINISTRACAO	
Sub-Função	122	ADMINISTRACAO GERAL	
Programa	0002	ARQUIVO DIGITAL	
Atividade	2024	ATIVIDADE A CARGO DO ARQ. DIGITAL MUNICIPAL	
Elemento Despesa	**Descrição**	**Fonte**	**R$ Valor**
3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS PESSOA JURIDICA – RED 587	**1.500.1002000**	**55.000,00**

Art. 3º Autoriza à inclusão da programação orçamentária que trata o artigo 1º desta lei, ao Anexo de Metas e Prioridades da Lei Municipal n°. 1.318/2021, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2022 - LDO, e na Lei Municipal nº. 1.317/2021, Plano Plurianual 2022/2025.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Campinápolis, 18 de março de 2022.

JOSÉ BUENO VILELA

Prefeito Municipal

LEI ORDINARIA N° 1.330 DE 18 DE MARÇO DE 2022.

"Autoriza o Poder Executivo a abertura de credito adicional no orçamento vigente, para o custeio de ações do Departamento (Secretaria) de Turismo, e dá outras providencias."

JOSE BUENO VILELA, Prefeito Municipal de Campinápolis - MT, considerando o disposto pelo § 2º, do Art. 167 da Constituição Federal, combinado com o estabelecido no inciso II, Art. 41 da Lei federal nº. 4.320/64, faz saber que a Câmara Municipal de Campinápolis - MT, aprova e ele **sanciona** a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizado a abertura de Crédito Adicional Especial no orçamento vigente, Lei Municipal nº 1.322/2021, no valor de **R$ 882.000,00 (Oitocentos e Oitenta e Dois Mil Reais),** a ser consignado nas seguintes Dotações Orçamentárias:

ÓRGÃO	12	SECRETARIA DE TURISMO E MEIO AMBIENTE		
Unidade	010	GABINETE DO SECRETARIO		
Função	23	COMERCIO E SERVIÇO		
Sub-Função	695	TURISMO		
Programa	0007	INTEGRACAO – HOMEM NATUREZA		
Atividade	2105	REALIZAR LEVANTAMENTO DE POTENCIAIS TURISTICOS DO MUNICIPIO		
Elemento Despesa	**Descrição**	**Fonte**		**R$ Valor**
3.3.90.39		**1.500.000000**		**50.000,00**

ÓRGÃO	12	SECRETARIA DE TURISMO E MEIO AMBIENTE	
Unidade	010	GABINETE DO SECRETARIO	
Função	23	COMERCIO E SERVIÇO	
Sub-Função	695	TURISMO	
Programa	0007	INTEGRACAO – HOMEM NATUREZA	
Atividade	2106	REALIZAR O INVENTARIO TURISTICO DO MUNICIPIO	
Elemento Despesa	**Descrição**	**Fonte**	**R$ Valor**
3.3.90.39		**1.500.000000**	**80.000,00**

ÓRGÃO	12	SECRETARIA DE TURISMO E MEIO AMBIENTE	
Unidade	010	GABINETE DO SECRETARIO	
Função	23	COMERCIO E SERVIÇO	
Sub-Função	695	TURISMO	
Programa	0007	INTEGRACAO – HOMEM NATUREZA	
Atividade	2107	CURSOS DE CAPACITACAO	
Elemento Despesa	**Descrição**	**Fonte**	**R$ Valor**
3.3.90.39		**1.500.000000**	**20.000,00**

ÓRGÃO	12	SECRETARIA DE TURISMO E MEIO AMBIENTE	
Unidade	010	GABINETE DO SECRETARIO	
Função	23	COMERCIO E SERVIÇO	
Sub-Função	695	TURISMO	
Programa	0007	INTEGRACAO – HOMEM NATUREZA	
Atividade	2108	REALIZACAO DE EVENTOS TURISTICOS	
Elemento Despesa	**Descrição**	**Fonte**	**R$ Valor**
3.3.90.39		**1.500.000000**	**150.000,00**

ÓRGÃO	12	SECRETARIA DE TURISMO E MEIO AMBIENTE	
Unidade	010	GABINETE DO SECRETARIO	
Função	23	COMERCIO E SERVIÇO	
Sub-Função	695	TURISMO	
Programa	0007	INTEGRACAO – HOMEM NATUREZA	
Atividade	2109	REVITALIZAÇÃO E AMPLIACAO DO TERMINAL RODOVIARIO	
Elemento Despesa	**Descrição**	**Fonte**	**R$ Valor**
4.4.90.51		**1.500.000000**	**470.000,00**

ÓRGÃO	12	SECRETARIA DE TURISMO E MEIO AMBIENTE	
Unidade	010	GABINETE DO SECRETARIO	
Função	23	COMERCIO E SERVIÇO	
Sub-Função	695	TURISMO	
Programa	0007	INTEGRACAO – HOMEM NATUREZA	
Atividade	2110	PROMOVER ROTEIRO TURISTICO DO MUNICIPIO	
Elemento Despesa	**Descrição**	**Fonte**	**R$ Valor**
3.3.90.39		**1.500.000000**	**100.000,00**

ÓRGÃO	12	SECRETARIA DE TURISMO E MEIO AMBIENTE	
Unidade	010	GABINETE DO SECRETARIO	
Função	23	COMERCIO E SERVIÇO	
Sub-Função	695	TURISMO	
Programa	0007	INTEGRACAO – HOMEM NATUREZA	
Atividade	2111	SINALIZAÇÃO DE PONTOS TURISTICOS DO MUNICIPIO	
Elemento Despesa	**Descrição**	**Fonte**	**R$ Valor**
3.3.90.39		**1.500.000000**	**12.000,00**

Art. 2º Para amparar os créditos abertos no artigo anterior, serão utilizados os recursos:

a) **R$ 882.000,00 (Oitocentos e Oitenta e Dois Mil Reais)** com base aos recursos mencionados no Art. 43, inciso III da Lei Federal nº. 4.320/1964, provenientes da anulação total e ou parcial das seguintes dotações orçamentárias

ÓRGÃO	02	GABINETE DO PREFEITO
Unidade	010	GABINETE DO PREFEITO
Função	04	ADMINISTRACAO
Sub-Função	122	ADMINISTRACAO GERAL

Programa	0001	GESTAO E MANUTENCAO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA	
Atividade	1010	PARCERIAS E CONV. INSTITUICOES GOV E NÃO GOVERNAMENTAIS	
Elemento Despesa	**Descrição**	**Fonte**	**R$ Valor**
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO – RED 9	**1.500.000000**	**30.000,00**

ÓRGÃO	05	SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS	
Unidade	010	GABINETE DO SECRETARIO DE FINANCAS	
Função	04	ADMINISTRACAO	
Sub-Função	123	ADMINISTRACAO FINANCEIRA	
Programa	0001	GESTAO E MANUTENCAO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA	
Atividade	2008	MANUTENCAO ATIV DA SEC DE FINANCAS E DEPARTAMENTO	
Elemento Despesa	**Descrição**	**Fonte**	**R$ Valor**
3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS PESSOA JURIDICA – RED 84	**1.500.000000**	**179.100,00**

ÓRGÃO	05	SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS	
Unidade	010	GABINETE DO SECRETARIO DE FINANCAS	
Função	04	ADMINISTRACAO	
Sub-Função	123	ADMINISTRACAO FINANCEIRA	
Programa	0001	GESTAO E MANUTENCAO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA	
Atividade	2010	ENCARGOS COM DECISOES JUDICIAIS E PRECATORIOS	
Elemento Despesa	**Descrição**	**Fonte**	**R$ Valor**
3.3.90.91	SENTENCAS JUDICIAIS – RED 70	**1.500.000000**	**149.900,00**

ÓRGÃO	06	SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA	
Unidade	040	DEPARTAMENTO DE CULTURA	
Função	13	CULTURA	
Sub-Função	392	DIFUSAO CULTURAL	
Programa	0015	EXPANSAO, APOIO E INCENTIVO A CULTURA	
Atividade	1131	CONS. DE BIBLIOTECA	
Elemento Despesa	**Descrição**	**Fonte**	**R$ Valor**
4.4.90.51	OBRAS E INSTALAÇOES – RED 200	**1.500.000000**	**150.000,00**

ÓRGÃO	07	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
Unidade	010	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
Função	10	SAUDE	
Sub-Função	301	ATENCAO BASICA	
Programa	0010	ATENCAO BASICA PARA TODOS	
Atividade	1065	CONS. DE POSTOS DE SAUDE NAS MICRO AREAS RURAIS	
Elemento Despesa	**Descrição**	**Fonte**	**R$ Valor**
4.4.90.51	OBRAS E INSTALAÇOES – RED 231	**1.500.1002000**	**200.000,00**

ÓRGÃO	12	SECRETARIA DE TURISMO E MEIO AMBIENTE	
Unidade	010	GAB. DO SEC. DE TURISMO E MEIO AMBIENTE	
Função	18	GESTAO AMBIENTAL	
Sub-Função	541	PRESERVACAO E CONSRVACAO AMBIENTAL	
Programa	0007	INTEGRACAO HOMEM NATUREZA	
Atividade	1153	CRIACAO DE PARQUES ECOLOGICOS DESTINADOS AO LAZER	
Elemento Despesa	**Descrição**	**Fonte**	**R$ Valor**
4.4.90.51	OBRAS E INSTALAÇOES – RED 525	**1.500.1002000**	**100.000,00**

ÓRGÃO	15	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS	
Unidade	001	GAB. DE ASSUNTOS ADMINISTRATUVOS	
Função	04	ADMINISTRACAO	
Sub-Função	122	ADMINISTRACAO GERAL	
Programa	0002	ARQUIVO DIGITAL	
Atividade	1022	AQUIS. DE MATERIAL PERM. MOBILIARIO E DE INFORMATICA	
Elemento Despesa	**Descrição**	**Fonte**	**R$ Valor**
4.4.90.52	EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE – RED 585	**1.500.1002000**	**18.000,00**

ÓRGÃO	15	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS	
Unidade	001	GAB. DE ASSUNTOS ADMINISTRATUVOS	
Função	04	ADMINISTRACAO	
Sub-Função	122	ADMINISTRACAO GERAL	
Programa	0002	ARQUIVO DIGITAL	
Atividade	2024	ATIVIDADE A CARGO DO ARQ. DIGITAL MUNICIPAL	
Elemento Despesa	**Descrição**	**Fonte**	**R$ Valor**
3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS PESSOA JURIDICA – RED 587	**1.500.1002000**	**55.000,00**

Art. 3º Autoriza à inclusão da programação orçamentária que trata o artigo 1º desta lei, ao Anexo de Metas e Prioridades da Lei Municipal n°. 1.318/2021, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2022 - LDO, e na Lei Municipal nº. 1.317/2021, Plano Plurianual 2022/2025.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Campinápolis, 18 de março de 2022.

JOSÉ BUENO VILELA

Prefeito Municipal

LEI ORDINARIA N° 1.330 DE 18 DE MARÇO DE 2022.

"Autoriza o Poder Executivo a abertura de credito adicional no orçamento vigente, para o custeio de ações do Departamento (Secretaria) de Turismo, e dá outras providencias."

JOSE BUENO VILELA, Prefeito Municipal de Campinápolis - MT, considerando o disposto pelo § 2º, do Art. 167 da Constituição Federal, combinado com o estabelecido no inciso II, Art. 41 da Lei federal nº. 4.320/64, faz saber que a Câmara Municipal de Campinápolis - MT, aprova e ele **sanciona** a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizado a abertura de Crédito Adicional Especial no orçamento vigente, Lei Municipal nº 1.322/2021, no valor de **R$ 882.000,00 (Oito-centos e Oitenta e Dois Mil Reais),** a ser consignado nas seguintes Dotações Orçamentárias:

ÓRGÃO	12	SECRETARIA DE TURISMO E MEIO AMBIENTE		
Unidade	010	GABINETE DO SECRETARIO		
Função	23	COMERCIO E SERVIÇO		
Sub-Função	695	TURISMO		
Programa	0007	INTEGRACAO – HOMEM NATUREZA		
Atividade	2105	REALIZAR LEVANTAMENTO DE POTENCIAIS TURISTICOS DO MUNICIPIO		
Elemento Despesa	**Descrição**	**Fonte**		**R$ Valor**
3.3.90.39		**1.500.000000**		**50.000,00**

ÓRGÃO	12	SECRETARIA DE TURISMO E MEIO AMBIENTE		
Unidade	010	GABINETE DO SECRETARIO		
Função	23	COMERCIO E SERVIÇO		
Sub-Função	695	TURISMO		
Programa	0007	INTEGRACAO – HOMEM NATUREZA		
Atividade	2106	REALIZAR O INVENTARIO TURISTICO DO MUNICIPIO		
Elemento Despesa	**Descrição**	**Fonte**		**R$ Valor**
3.3.90.39		**1.500.000000**		**80.000,00**

ÓRGÃO	12	SECRETARIA DE TURISMO E MEIO AMBIENTE		
Unidade	010	GABINETE DO SECRETARIO		
Função	23	COMERCIO E SERVIÇO		
Sub-Função	695	TURISMO		
Programa	0007	INTEGRACAO – HOMEM NATUREZA		
Atividade	2107	CURSOS DE CAPACITACAO		
Elemento Despesa	**Descrição**	**Fonte**		**R$ Valor**
3.3.90.39		**1.500.000000**		**20.000,00**

ÓRGÃO	12	SECRETARIA DE TURISMO E MEIO AMBIENTE		
Unidade	010	GABINETE DO SECRETARIO		
Função	23	COMERCIO E SERVIÇO		
Sub-Função	695	TURISMO		
Programa	0007	INTEGRACAO – HOMEM NATUREZA		
Atividade	2108	REALIZACAO DE EVENTOS TURISTICOS		
Elemento Despesa	**Descrição**	**Fonte**		**R$ Valor**
3.3.90.39		**1.500.000000**		**150.000,00**

ÓRGÃO	12	SECRETARIA DE TURISMO E MEIO AMBIENTE		
Unidade	010	GABINETE DO SECRETARIO		
Função	23	COMERCIO E SERVIÇO		
Sub-Função	695	TURISMO		
Programa	0007	INTEGRACAO – HOMEM NATUREZA		
Atividade	2109	REVITALIZAÇÃO E AMPLIACAO DO TERMINAL RODOVIARIO		
Elemento Despesa	**Descrição**	**Fonte**		**R$ Valor**
4.4.90.51		**1.500.000000**		**470.000,00**

ÓRGÃO	12	SECRETARIA DE TURISMO E MEIO AMBIENTE		
Unidade	010	GABINETE DO SECRETARIO		
Função	23	COMERCIO E SERVIÇO		
Sub-Função	695	TURISMO		
Programa	0007	INTEGRACAO – HOMEM NATUREZA		
Atividade	2110	PROMOVER ROTEIRO TURISTICO DO MUNICIPIO		
Elemento Despesa	**Descrição**	**Fonte**		**R$ Valor**
3.3.90.39		**1.500.000000**		**100.000,00**

ÓRGÃO	12	SECRETARIA DE TURISMO E MEIO AMBIENTE		
Unidade	010	GABINETE DO SECRETARIO		
Função	23	COMERCIO E SERVIÇO		
Sub-Função	695	TURISMO		
Programa	0007	INTEGRACAO – HOMEM NATUREZA		
Atividade	2111	SINALIZAÇÃO DE PONTOS TURISTICOS DO MUNICIPIO		
Elemento Despesa	**Descrição**	**Fonte**		**R$ Valor**
3.3.90.39		**1.500.000000**		**12.000,00**

Art. 2º Para amparar os créditos abertos no artigo anterior, serão utilizados os recursos:

a) **R$ 882.000,00 (Oitocentos e Oitenta e Dois Mil Reais)** com base aos recursos mencionados no Art. 43, inciso III da Lei Federal nº. 4.320/1964, provenientes da anulação total e ou parcial das seguintes dotações orçamentárias

ÓRGÃO	02	GABINETE DO PREFEITO		
Unidade	010	GABINETE DO PREFEITO		
Função	04	ADMINISTRACAO		
Sub-Função	122	ADMINISTRACAO GERAL		
Programa	0001	GESTAO E MANUTENCAO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA		
Atividade	1010	PARCERIAS E CONV. INSTITUICOES GOV E NÃO GOVERNAMENTAIS		
Elemento Despesa	**Descrição**		**Fonte**	**R$ Valor**
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO – RED 9		**1.500.000000**	**30.000,00**

ÓRGÃO	05	SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS		
Unidade	010	GABINETE DO SECRETARIO DE FINANCAS		
Função	04	ADMINISTRACAO		
Sub-Função	123	ADMINISTRACAO FINANCEIRA		
Programa	0001	GESTAO E MANUTENCAO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA		
Atividade	2008	MANUTENCAO ATIV DA SEC DE FINANCAS E DEPARTAMENTO		
Elemento Despesa	**Descrição**		**Fonte**	**R$ Valor**
3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS PESSOA JURIDICA – RED 84		**1.500.000000**	**179.100,00**

ÓRGÃO	05	SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS		
Unidade	010	GABINETE DO SECRETARIO DE FINANCAS		
Função	04	ADMINISTRACAO		
Sub-Função	123	ADMINISTRACAO FINANCEIRA		
Programa	0001	GESTAO E MANUTENCAO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA		
Atividade	2010	ENCARGOS COM DECISOES JUDICIAIS E PRECATORIOS		
Elemento Despesa	**Descrição**		**Fonte**	**R$ Valor**
3.3.90.91	SENTENCAS JUDICIAIS – RED 70		**1.500.000000**	**149.900,00**

ÓRGÃO	06	SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA		
Unidade	040	DEPARTAMENTO DE CULTURA		
Função	13	CULTURA		
Sub-Função	392	DIFUSAO CULTURAL		
Programa	0015	EXPANSAO, APOIO E INCENTIVO A CULTURA		
Atividade	1131	CONS. DE BIBLIOTECA		
Elemento Despesa	**Descrição**		**Fonte**	**R$ Valor**
4.4.90.51	OBRAS E INSTALAÇOES – RED 200		**1.500.000000**	**150.000,00**

ÓRGÃO	07	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE		
Unidade	010	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		
Função	10	SAUDE		
Sub-Função	301	ATENCAO BASICA		
Programa	0010	ATENCAO BASICA PARA TODOS		
Atividade	1065	CONS. DE POSTOS DE SAUDE NAS MICRO AREAS RURAIS		
Elemento Despesa	**Descrição**		**Fonte**	**R$ Valor**
4.4.90.51	OBRAS E INSTALAÇOES – RED 231		**1.500.1002000**	**200.000,00**

ÓRGÃO	12	SECRETARIA DE TURISMO E MEIO AMBIENTE		
Unidade	010	GAB. DO SEC. DE TURISMO E MEIO AMBIENTE		
Função	18	GESTAO AMBIENTAL		
Sub-Função	541	PRESERVACAO E CONSRVACAO AMBIENTAL		
Programa	0007	INTEGRACAO HOMEM NATUREZA		
Atividade	1153	CRIACAO DE PARQUES ECOLOGICOS DESTINADOS AO LAZER		
Elemento Despesa	**Descrição**		**Fonte**	**R$ Valor**
4.4.90.51	OBRAS E INSTALAÇOES – RED 525		**1.500.1002000**	**100.000,00**

ÓRGÃO	15	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS		
Unidade	001	GAB. DE ASSUNTOS ADMINISTRATUVOS		
Função	04	ADMINISTRACAO		
Sub-Função	122	ADMINISTRACAO GERAL		
Programa	0002	ARQUIVO DIGITAL		
Atividade	1022	AQUIS. DE MATERIAL PERM. MOBILIARIO E DE INFORMATICA		
Elemento Despesa	**Descrição**		**Fonte**	**R$ Valor**
4.4.90.52	EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE – RED 585		**1.500.1002000**	**18.000,00**

ÓRGÃO	15	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS		
Unidade	001	GAB. DE ASSUNTOS ADMINISTRATUVOS		
Função	04	ADMINISTRACAO		
Sub-Função	122	ADMINISTRACAO GERAL		
Programa	0002	ARQUIVO DIGITAL		
Atividade	2024	ATIVIDADE A CARGO DO ARQ. DIGITAL MUNICIPAL		
Elemento Despesa	**Descrição**		**Fonte**	**R$ Valor**
3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS PESSOA JURIDICA – RED 587		**1.500.1002000**	**55.000,00**

Art. 3º Autoriza à inclusão da programação orçamentária que trata o artigo 1º desta lei, ao Anexo de Metas e Prioridades da Lei Municipal n°. 1.318/2021, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2022 - LDO, e na Lei Municipal nº. 1.317/2021, Plano Plurianual 2022/2025.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Campinápolis, 18 de março de 2022.

JOSÉ BUENO VILELA

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
LEI ORDINARIA N° 1.330 DE 18 DE MARÇO DE 2022.

LEI ORDINARIA N° 1.330 DE 18 DE MARÇO DE 2022.

"Autoriza o Poder Executivo a abertura de credito adicional no orçamento vigente, para o custeio de ações do Departamento (Secretaria) de Turismo, e dá outras providencias."

JOSE BUENO VILELA, Prefeito Municipal de Campinápolis - MT, considerando o disposto pelo § 2º, do Art. 167 da Constituição Federal, combinado com o estabelecido no inciso II, Art. 41 da Lei federal nº. 4.320/64, faz saber que a Câmara Municipal de Campinápolis - MT, aprova e ele **sanciona** a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizado a abertura de Crédito Adicional Especial no orçamento vigente, Lei Municipal nº 1.322/2021, no valor de **R$ 882.000,00 (Oitocentos e Oitenta e Dois Mil Reais),** a ser consignado nas seguintes Dotações Orçamentárias:

ÓRGÃO	12	SECRETARIA DE TURISMO E MEIO AMBIENTE	
Unidade	010	GABINETE DO SECRETARIO	
Função	23	COMERCIO E SERVIÇO	
Sub-Função	695	TURISMO	
Programa	0007	INTEGRACAO – HOMEM NATUREZA	
Atividade	2105	REALIZAR LEVANTAMENTO DE POTENCIAIS TURISTICOS DO MUNICIPIO	
Elemento Despesa	**Descrição**	**Fonte**	**R$ Valor**
3.3.90.39		**1.500.000000**	**50.000,00**

ÓRGÃO	12	SECRETARIA DE TURISMO E MEIO AMBIENTE	
Unidade	010	GABINETE DO SECRETARIO	
Função	23	COMERCIO E SERVIÇO	
Sub-Função	695	TURISMO	
Programa	0007	INTEGRACAO – HOMEM NATUREZA	
Atividade	2106	REALIZAR O INVENTARIO TURISTICO DO MUNICIPIO	
Elemento Despesa	**Descrição**	**Fonte**	**R$ Valor**
3.3.90.39		**1.500.000000**	**80.000,00**

ÓRGÃO	12	SECRETARIA DE TURISMO E MEIO AMBIENTE	
Unidade	010	GABINETE DO SECRETARIO	
Função	23	COMERCIO E SERVIÇO	
Sub-Função	695	TURISMO	
Programa	0007	INTEGRACAO – HOMEM NATUREZA	
Atividade	2107	CURSOS DE CAPACITACAO	
Elemento Despesa	**Descrição**	**Fonte**	**R$ Valor**
3.3.90.39		**1.500.000000**	**20.000,00**

ÓRGÃO	12	SECRETARIA DE TURISMO E MEIO AMBIENTE	
Unidade	010	GABINETE DO SECRETARIO	
Função	23	COMERCIO E SERVIÇO	
Sub-Função	695	TURISMO	
Programa	0007	INTEGRACAO – HOMEM NATUREZA	
Atividade	2108	REALIZACAO DE EVENTOS TURISTICOS	
Elemento Despesa	**Descrição**	**Fonte**	**R$ Valor**
3.3.90.39		**1.500.000000**	**150.000,00**

ÓRGÃO	12	SECRETARIA DE TURISMO E MEIO AMBIENTE	
Unidade	010	GABINETE DO SECRETARIO	
Função	23	COMERCIO E SERVIÇO	
Sub-Função	695	TURISMO	
Programa	0007	INTEGRACAO – HOMEM NATUREZA	
Atividade	2109	REVITALIZAÇÃO E AMPLIACAO DO TERMINAL RODOVIARIO	
Elemento Despesa	**Descrição**	**Fonte**	**R$ Valor**
4.4.90.51		**1.500.000000**	**470.000,00**

ÓRGÃO	12	SECRETARIA DE TURISMO E MEIO AMBIENTE
Unidade	010	GABINETE DO SECRETARIO
Função	23	COMERCIO E SERVIÇO
Sub-Função	695	TURISMO

Programa	0007	INTEGRACAO – HOMEM NATUREZA	
Atividade	2110	PROMOVER ROTEIRO TURISTICO DO MUNICIPIO	
Elemento Despesa	**Descrição**	**Fonte**	**R$ Valor**
3.3.90.39		**1.500.000000**	**100.000,00**

ÓRGÃO	12	SECRETARIA DE TURISMO E MEIO AMBIENTE	
Unidade	010	GABINETE DO SECRETARIO	
Função	23	COMERCIO E SERVIÇO	
Sub-Função	695	TURISMO	
Programa	0007	INTEGRACAO – HOMEM NATUREZA	
Atividade	2111	SINALIZAÇÃO DE PONTOS TURISTICOS DO MUNICIPIO	
Elemento Despesa	**Descrição**	**Fonte**	**R$ Valor**
3.3.90.39		**1.500.000000**	**12.000,00**

Art. 2º Para amparar os créditos abertos no artigo anterior, serão utilizados os recursos:

a) **R$ 882.000,00 (Oitocentos e Oitenta e Dois Mil Reais)** com base aos recursos mencionados no Art. 43, inciso III da Lei Federal nº. 4.320/1964, provenientes da anulação total e ou parcial das seguintes dotações orçamentárias

ÓRGÃO	02	GABINETE DO PREFEITO	
Unidade	010	GABINETE DO PREFEITO	
Função	04	ADMINISTRACAO	
Sub-Função	122	ADMINISTRACAO GERAL	
Programa	0001	GESTAO E MANUTENCAO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA	
Atividade	1010	PARCERIAS E CONV. INSTITUICOES GOV E NÃO GOVERNAMENTAIS	
Elemento Despesa	**Descrição**	**Fonte**	**R$ Valor**
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO – RED 9	**1.500.000000**	**30.000,00**

ÓRGÃO	05	SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS	
Unidade	010	GABINETE DO SECRETARIO DE FINANCAS	
Função	04	ADMINISTRACAO	
Sub-Função	123	ADMINISTRACAO FINANCEIRA	
Programa	0001	GESTAO E MANUTENCAO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA	
Atividade	2008	MANUTENCAO ATIV DA SEC DE FINANCAS E DEPARTAMENTO	
Elemento Despesa	**Descrição**	**Fonte**	**R$ Valor**
3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS PESSOA JURIDICA – RED 84	**1.500.000000**	**179.100,00**

ÓRGÃO	05	SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS	
Unidade	010	GABINETE DO SECRETARIO DE FINANCAS	
Função	04	ADMINISTRACAO	
Sub-Função	123	ADMINISTRACAO FINANCEIRA	
Programa	0001	GESTAO E MANUTENCAO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA	
Atividade	2010	ENCARGOS COM DECISOES JUDICIAIS E PRECATORIOS	
Elemento Despesa	**Descrição**	**Fonte**	**R$ Valor**
3.3.90.91	SENTENCAS JUDICIAIS – RED 70	**1.500.000000**	**149.900,00**

ÓRGÃO	06	SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA	
Unidade	040	DEPARTAMENTO DE CULTURA	
Função	13	CULTURA	
Sub-Função	392	DIFUSAO CULTURAL	
Programa	0015	EXPANSAO, APOIO E INCENTIVO A CULTURA	
Atividade	1131	CONS. DE BIBLIOTECA	
Elemento Despesa	**Descrição**	**Fonte**	**R$ Valor**
4.4.90.51	OBRAS E INSTALAÇOES – RED 200	**1.500.000000**	**150.000,00**

ÓRGÃO	07	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
Unidade	010	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
Função	10	SAUDE	
Sub-Função	301	ATENCAO BASICA	
Programa	0010	ATENCAO BASICA PARA TODOS	
Atividade	1065	CONS. DE POSTOS DE SAUDE NAS MICRO AREAS RURAIS	
Elemento Despesa	**Descrição**	**Fonte**	**R$ Valor**
4.4.90.51	OBRAS E INSTALAÇOES – RED 231	**1.500.1002000**	**200.000,00**

ÓRGÃO	12	SECRETARIA DE TURISMO E MEIO AMBIENTE	
Unidade	010	GAB. DO SEC. DE TURISMO E MEIO AMBIENTE	
Função	18	GESTAO AMBIENTAL	
Sub-Função	541	PRESERVACAO E CONSRVACAO AMBIENTAL	
Programa	0007	INTEGRACAO HOMEM NATUREZA	
Atividade	1153	CRIACAO DE PARQUES ECOLOGICOS DESTINADOS AO LAZER	
Elemento Despesa	**Descrição**	**Fonte**	**R$ Valor**
4.4.90.51	OBRAS E INSTALAÇOES – RED 525	**1.500.1002000**	**100.000,00**

ÓRGÃO	15	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS
Unidade	001	GAB. DE ASSUNTOS ADMINISTRATUVOS

Função	04	ADMINISTRACAO		
Sub-Função	122	ADMINISTRACAO GERAL		
Programa	0002	ARQUIVO DIGITAL		
Atividade	1022	AQUIS. DE MATERIAL PERM. MOBILIARIO E DE INFORMATICA		
Elemento Despesa	**Descrição**		**Fonte**	**R$ Valor**
4.4.90.52	EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE – RED 585		**1.500.1002000**	**18.000,00**

ÓRGÃO	15	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS		
Unidade	001	GAB. DE ASSUNTOS ADMINISTRATUVOS		
Função	04	ADMINISTRACAO		
Sub-Função	122	ADMINISTRACAO GERAL		
Programa	0002	ARQUIVO DIGITAL		
Atividade	2024	ATIVIDADE A CARGO DO ARQ. DIGITAL MUNICIPAL		
Elemento Despesa	**Descrição**		**Fonte**	**R$ Valor**
3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS PESSOA JURIDICA – RED 587		**1.500.1002000**	**55.000,00**

Art. 3º Autoriza à inclusão da programação orçamentária que trata o artigo 1º desta lei, ao Anexo de Metas e Prioridades da Lei Municipal n°. 1.318/2021, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2022 - LDO, e na Lei Municipal nº. 1.317/2021, Plano Plurianual 2022/2025.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Campinápolis, 18 de março de 2022.

JOSÉ BUENO VILELA

Prefeito Municipal**LEI ORDINARIA N° 1.330 DE 18 DE MARÇO DE 2022.**

"Autoriza o Poder Executivo a abertura de credito adicional no orçamento vigente, para o custeio de ações do Departamento (Secretaria) de Turismo, e dá outras providencias."

JOSE BUENO VILELA, Prefeito Municipal de Campinápolis - MT, considerando o disposto pelo § 2º, do Art. 167 da Constituição Federal, combinado com o estabelecido no inciso II, Art. 41 da Lei federal nº. 4.320/64, faz saber que a Câmara Municipal de Campinápolis - MT, aprova e ele **sanciona** a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizado a abertura de Crédito Adicional Especial no orçamento vigente, Lei Municipal nº 1.322/2021, no valor de **R$ 882.000,00 (Oito-centos e Oitenta e Dois Mil Reais),** a ser consignado nas seguintes Dotações Orçamentárias:

ÓRGÃO	12	SECRETARIA DE TURISMO E MEIO AMBIENTE		
Unidade	010	GABINETE DO SECRETARIO		
Função	23	COMERCIO E SERVIÇO		
Sub-Função	695	TURISMO		
Programa	0007	INTEGRACAO – HOMEM NATUREZA		
Atividade	2105	REALIZAR LEVANTAMENTO DE POTENCIAIS TURISTICOS DO MUNICIPIO		
Elemento Despesa	**Descrição**	**Fonte**		**R$ Valor**
3.3.90.39		**1.500.000000**		**50.000,00**

ÓRGÃO	12	SECRETARIA DE TURISMO E MEIO AMBIENTE		
Unidade	010	GABINETE DO SECRETARIO		
Função	23	COMERCIO E SERVIÇO		
Sub-Função	695	TURISMO		
Programa	0007	INTEGRACAO – HOMEM NATUREZA		
Atividade	2106	REALIZAR O INVENTARIO TURISTICO DO MUNICIPIO		
Elemento Despesa	**Descrição**	**Fonte**		**R$ Valor**
3.3.90.39		**1.500.000000**		**80.000,00**

ÓRGÃO	12	SECRETARIA DE TURISMO E MEIO AMBIENTE		
Unidade	010	GABINETE DO SECRETARIO		
Função	23	COMERCIO E SERVIÇO		
Sub-Função	695	TURISMO		
Programa	0007	INTEGRACAO – HOMEM NATUREZA		
Atividade	2107	CURSOS DE CAPACITACAO		
Elemento Despesa	**Descrição**	**Fonte**		**R$ Valor**
3.3.90.39		**1.500.000000**		**20.000,00**

ÓRGÃO	12	SECRETARIA DE TURISMO E MEIO AMBIENTE		
Unidade	010	GABINETE DO SECRETARIO		
Função	23	COMERCIO E SERVIÇO		
Sub-Função	695	TURISMO		
Programa	0007	INTEGRACAO – HOMEM NATUREZA		
Atividade	2108	REALIZACAO DE EVENTOS TURISTICOS		
Elemento Despesa	**Descrição**	**Fonte**		**R$ Valor**
3.3.90.39		**1.500.000000**		**150.000,00**

ÓRGÃO	12	SECRETARIA DE TURISMO E MEIO AMBIENTE
Unidade	010	GABINETE DO SECRETARIO
Função	23	COMERCIO E SERVIÇO
Sub-Função	695	TURISMO

Programa	0007	INTEGRACAO – HOMEM NATUREZA		
Atividade	2109	REVITALIZAÇÃO E AMPLIACAO DO TERMINAL RODOVIARIO		
Elemento Despesa	**Descrição**	**Fonte**		**R$ Valor**
4.4.90.51		**1.500.000000**		**470.000,00**

ÓRGÃO	12	SECRETARIA DE TURISMO E MEIO AMBIENTE		
Unidade	010	GABINETE DO SECRETARIO		
Função	23	COMERCIO E SERVIÇO		
Sub-Função	695	TURISMO		
Programa	0007	INTEGRACAO – HOMEM NATUREZA		
Atividade	2110	PROMOVER ROTEIRO TURISTICO DO MUNICIPIO		
Elemento Despesa	**Descrição**	**Fonte**		**R$ Valor**
3.3.90.39		**1.500.000000**		**100.000,00**

ÓRGÃO	12	SECRETARIA DE TURISMO E MEIO AMBIENTE		
Unidade	010	GABINETE DO SECRETARIO		
Função	23	COMERCIO E SERVIÇO		
Sub-Função	695	TURISMO		
Programa	0007	INTEGRACAO – HOMEM NATUREZA		
Atividade	2111	SINALIZAÇÃO DE PONTOS TURISTICOS DO MUNICIPIO		
Elemento Despesa	**Descrição**	**Fonte**		**R$ Valor**
3.3.90.39		**1.500.000000**		**12.000,00**

Art. 2º Para amparar os créditos abertos no artigo anterior, serão utilizados os recursos:

a) **R$ 882.000,00 (Oitocentos e Oitenta e Dois Mil Reais)** com base aos recursos mencionados no Art. 43, inciso III da Lei Federal nº. 4.320/1964, provenientes da anulação total e ou parcial das seguintes dotações orçamentárias

ÓRGÃO	02	GABINETE DO PREFEITO		
Unidade	010	GABINETE DO PREFEITO		
Função	04	ADMINISTRACAO		
Sub-Função	122	ADMINISTRACAO GERAL		
Programa	0001	GESTAO E MANUTENCAO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA		
Atividade	1010	PARCERIAS E CONV. INSTITUICOES GOV E NÃO GOVERNAMENTAIS		
Elemento Despesa	**Descrição**		**Fonte**	**R$ Valor**
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO – RED 9		**1.500.000000**	**30.000,00**

ÓRGÃO	05	SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS		
Unidade	010	GABINETE DO SECRETARIO DE FINANCAS		
Função	04	ADMINISTRACAO		
Sub-Função	123	ADMINISTRACAO FINANCEIRA		
Programa	0001	GESTAO E MANUTENCAO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA		
Atividade	2008	MANUTENCAO ATIV DA SEC DE FINANCAS E DEPARTAMENTO		
Elemento Despesa	**Descrição**		**Fonte**	**R$ Valor**
3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS PESSOA JURIDICA – RED 84		**1.500.000000**	**179.100,00**

ÓRGÃO	05	SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS		
Unidade	010	GABINETE DO SECRETARIO DE FINANCAS		
Função	04	ADMINISTRACAO		
Sub-Função	123	ADMINISTRACAO FINANCEIRA		
Programa	0001	GESTAO E MANUTENCAO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA		
Atividade	2010	ENCARGOS COM DECISOES JUDICIAIS E PRECATORIOS		
Elemento Despesa	**Descrição**		**Fonte**	**R$ Valor**
3.3.90.91	SENTENCAS JUDICIAIS – RED 70		**1.500.000000**	**149.900,00**

ÓRGÃO	06	SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA		
Unidade	040	DEPARTAMENTO DE CULTURA		
Função	13	CULTURA		
Sub-Função	392	DIFUSAO CULTURAL		
Programa	0015	EXPANSAO, APOIO E INCENTIVO A CULTURA		
Atividade	1131	CONS. DE BIBLIOTECA		
Elemento Despesa	**Descrição**		**Fonte**	**R$ Valor**
4.4.90.51	OBRAS E INSTALAÇOES – RED 200		**1.500.000000**	**150.000,00**

ÓRGÃO	07	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE		
Unidade	010	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		
Função	10	SAUDE		
Sub-Função	301	ATENCAO BASICA		
Programa	0010	ATENCAO BASICA PARA TODOS		
Atividade	1065	CONS. DE POSTOS DE SAUDE NAS MICRO AREAS RURAIS		
Elemento Despesa	**Descrição**		**Fonte**	**R$ Valor**
4.4.90.51	OBRAS E INSTALAÇOES – RED 231		**1.500.1002000**	**200.000,00**

ÓRGÃO	12	SECRETARIA DE TURISMO E MEIO AMBIENTE
Unidade	010	GAB. DO SEC. DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Função	18	GESTAO AMBIENTAL		
Sub-Função	541	PRESERVACAO E CONSRVACAO AMBIENTAL		
Programa	0007	INTEGRACAO HOMEM NATUREZA		
Atividade	1153	CRIACAO DE PARQUES ECOLOGICOS DESTINADOS AO LAZER		
Elemento Despesa	**Descrição**		**Fonte**	**R$ Valor**
4.4.90.51	OBRAS E INSTALAÇOES – RED 525		**1.500.1002000**	**100.000,00**

ÓRGÃO	15	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS		
Unidade	001	GAB. DE ASSUNTOS ADMINISTRATUVOS		
Função	04	ADMINISTRACAO		
Sub-Função	122	ADMINISTRACAO GERAL		
Programa	0002	ARQUIVO DIGITAL		
Atividade	1022	AQUIS. DE MATERIAL PERM. MOBILIARIO E DE INFORMATICA		
Elemento Despesa	**Descrição**		**Fonte**	**R$ Valor**
4.4.90.52	EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE – RED 585		**1.500.1002000**	**18.000,00**

ÓRGÃO	15	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS		
Unidade	001	GAB. DE ASSUNTOS ADMINISTRATUVOS		
Função	04	ADMINISTRACAO		
Sub-Função	122	ADMINISTRACAO GERAL		
Programa	0002	ARQUIVO DIGITAL		
Atividade	2024	ATIVIDADE A CARGO DO ARQ. DIGITAL MUNICIPAL		
Elemento Despesa	**Descrição**		**Fonte**	**R$ Valor**
3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS PESSOA JURIDICA – RED 587		**1.500.1002000**	**55.000,00**

Art. 3º Autoriza à inclusão da programação orçamentária que trata o artigo 1º desta lei, ao Anexo de Metas e Prioridades da Lei Municipal n°. 1.318/2021, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2022 - LDO, e na Lei Municipal nº. 1.317/2021, Plano Plurianual 2022/2025.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Campinápolis, 18 de março de 2022.

JOSÉ BUENO VILELA

Prefeito Municipal

LEI ORDINARIA N° 1.330 DE 18 DE MARÇO DE 2022.

"Autoriza o Poder Executivo a abertura de credito adicional no orçamento vigente, para o custeio de ações do Departamento (Secretaria) de Turismo, e dá outras providencias."

JOSE BUENO VILELA, Prefeito Municipal de Campinápolis - MT, considerando o disposto pelo § 2º, do Art. 167 da Constituição Federal, combinado com o estabelecido no inciso II, Art. 41 da Lei federal nº. 4.320/64, faz saber que a Câmara Municipal de Campinápolis - MT, aprova e ele **sanciona** a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizado a abertura de Crédito Adicional Especial no orçamento vigente, Lei Municipal nº 1.322/2021, no valor de **R$ 882.000,00 (Oitocentos e Oitenta e Dois Mil Reais),** a ser consignado nas seguintes Dotações Orçamentárias:

ÓRGÃO	12	SECRETARIA DE TURISMO E MEIO AMBIENTE		
Unidade	010	GABINETE DO SECRETARIO		
Função	23	COMERCIO E SERVIÇO		
Sub-Função	695	TURISMO		
Programa	0007	INTEGRACAO – HOMEM NATUREZA		
Atividade	2105	REALIZAR LEVANTAMENTO DE POTENCIAIS TURISTICOS DO MUNICIPIO		
Elemento Despesa	**Descrição**		**Fonte**	**R$ Valor**
3.3.90.39			**1.500.000000**	**50.000,00**

ÓRGÃO	12	SECRETARIA DE TURISMO E MEIO AMBIENTE		
Unidade	010	GABINETE DO SECRETARIO		
Função	23	COMERCIO E SERVIÇO		
Sub-Função	695	TURISMO		
Programa	0007	INTEGRACAO – HOMEM NATUREZA		
Atividade	2106	REALIZAR O INVENTARIO TURISTICO DO MUNICIPIO		
Elemento Despesa	**Descrição**		**Fonte**	**R$ Valor**
3.3.90.39			**1.500.000000**	**80.000,00**

ÓRGÃO	12	SECRETARIA DE TURISMO E MEIO AMBIENTE		
Unidade	010	GABINETE DO SECRETARIO		
Função	23	COMERCIO E SERVIÇO		
Sub-Função	695	TURISMO		
Programa	0007	INTEGRACAO – HOMEM NATUREZA		
Atividade	2107	CURSOS DE CAPACITACAO		
Elemento Despesa	**Descrição**		**Fonte**	**R$ Valor**
3.3.90.39			**1.500.000000**	**20.000,00**

ÓRGÃO	12	SECRETARIA DE TURISMO E MEIO AMBIENTE
Unidade	010	GABINETE DO SECRETARIO

Função	23	COMERCIO E SERVIÇO		
Sub-Função	695	TURISMO		
Programa	0007	INTEGRACAO – HOMEM NATUREZA		
Atividade	2108	REALIZACAO DE EVENTOS TURISTICOS		
Elemento Despesa	**Descrição**	**Fonte**	**R$ Valor**	
3.3.90.39		**1.500.000000**	**150.000,00**	

ÓRGÃO	12	SECRETARIA DE TURISMO E MEIO AMBIENTE		
Unidade	010	GABINETE DO SECRETARIO		
Função	23	COMERCIO E SERVIÇO		
Sub-Função	695	TURISMO		
Programa	0007	INTEGRACAO – HOMEM NATUREZA		
Atividade	2109	REVITALIZAÇÃO E AMPLIACAO DO TERMINAL RODOVIARIO		
Elemento Despesa	**Descrição**	**Fonte**	**R$ Valor**	
4.4.90.51		**1.500.000000**	**470.000,00**	

ÓRGÃO	12	SECRETARIA DE TURISMO E MEIO AMBIENTE	
Unidade	010	GABINETE DO SECRETARIO	
Função	23	COMERCIO E SERVIÇO	
Sub-Função	695	TURISMO	
Programa	0007	INTEGRACAO – HOMEM NATUREZA	
Atividade	2110	PROMOVER ROTEIRO TURISTICO DO MUNICIPIO	
Elemento Despesa	**Descrição**	**Fonte**	**R$ Valor**
3.3.90.39		**1.500.000000**	**100.000,00**

ÓRGÃO	12	SECRETARIA DE TURISMO E MEIO AMBIENTE	
Unidade	010	GABINETE DO SECRETARIO	
Função	23	COMERCIO E SERVIÇO	
Sub-Função	695	TURISMO	
Programa	0007	INTEGRACAO – HOMEM NATUREZA	
Atividade	2111	SINALIZAÇÃO DE PONTOS TURISTICOS DO MUNICIPIO	
Elemento Despesa	**Descrição**	**Fonte**	**R$ Valor**
3.3.90.39		**1.500.000000**	**12.000,00**

Art. 2º Para amparar os créditos abertos no artigo anterior, serão utilizados os recursos:

a) **R$ 882.000,00 (Oitocentos e Oitenta e Dois Mil Reais)** com base aos recursos mencionados no Art. 43, inciso III da Lei Federal nº. 4.320/1964, provenientes da anulação total e ou parcial das seguintes dotações orçamentárias

ÓRGÃO	02	GABINETE DO PREFEITO		
Unidade	010	GABINETE DO PREFEITO		
Função	04	ADMINISTRACAO		
Sub-Função	122	ADMINISTRACAO GERAL		
Programa	0001	GESTAO E MANUTENCAO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA		
Atividade	1010	PARCERIAS E CONV. INSTITUICOES GOV E NÃO GOVERNAMENTAIS		
Elemento Despesa	**Descrição**	**Fonte**	**R$ Valor**	
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO – RED 9	**1.500.000000**	**30.000,00**	

ÓRGÃO	05	SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS		
Unidade	010	GABINETE DO SECRETARIO DE FINANCAS		
Função	04	ADMINISTRACAO		
Sub-Função	123	ADMINISTRACAO FINANCEIRA		
Programa	0001	GESTAO E MANUTENCAO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA		
Atividade	2008	MANUTENCAO ATIV DA SEC DE FINANCAS E DEPARTAMENTO		
Elemento Despesa	**Descrição**	**Fonte**	**R$ Valor**	
3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS PESSOA JURIDICA – RED 84	**1.500.000000**	**179.100,00**	

ÓRGÃO	05	SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS		
Unidade	010	GABINETE DO SECRETARIO DE FINANCAS		
Função	04	ADMINISTRACAO		
Sub-Função	123	ADMINISTRACAO FINANCEIRA		
Programa	0001	GESTAO E MANUTENCAO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA		
Atividade	2010	ENCARGOS COM DECISOES JUDICIAIS E PRECATORIOS		
Elemento Despesa	**Descrição**	**Fonte**	**R$ Valor**	
3.3.90.91	SENTENCAS JUDICIAIS – RED 70	**1.500.000000**	**149.900,00**	

ÓRGÃO	06	SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA		
Unidade	040	DEPARTAMENTO DE CULTURA		
Função	13	CULTURA		
Sub-Função	392	DIFUSAO CULTURAL		
Programa	0015	EXPANSAO, APOIO E INCENTIVO A CULTURA		
Atividade	1131	CONS. DE BIBLIOTECA		
Elemento Despesa	**Descrição**	**Fonte**	**R$ Valor**	
4.4.90.51	OBRAS E INSTALAÇOES – RED 200	**1.500.000000**	**150.000,00**	

ÓRGÃO	07	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE		
Unidade	010	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		
Função	10	SAUDE		
Sub-Função	301	ATENCAO BASICA		
Programa	0010	ATENCAO BASICA PARA TODOS		
Atividade	1065	CONS. DE POSTOS DE SAUDE NAS MICRO AREAS RURAIS		
Elemento Despesa	**Descrição**		**Fonte**	**R$ Valor**
4.4.90.51	OBRAS E INSTALAÇOES – RED 231		**1.500.1002000**	**200.000,00**

ÓRGÃO	12	SECRETARIA DE TURISMO E MEIO AMBIENTE		
Unidade	010	GAB. DO SEC. DE TURISMO E MEIO AMBIENTE		
Função	18	GESTAO AMBIENTAL		
Sub-Função	541	PRESERVACAO E CONSRVACAO AMBIENTAL		
Programa	0007	INTEGRACAO HOMEM NATUREZA		
Atividade	1153	CRIACAO DE PARQUES ECOLOGICOS DESTINADOS AO LAZER		
Elemento Despesa	**Descrição**		**Fonte**	**R$ Valor**
4.4.90.51	OBRAS E INSTALAÇOES – RED 525		**1.500.1002000**	**100.000,00**

ÓRGÃO	15	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS		
Unidade	001	GAB. DE ASSUNTOS ADMINISTRATUVOS		
Função	04	ADMINISTRACAO		
Sub-Função	122	ADMINISTRACAO GERAL		
Programa	0002	ARQUIVO DIGITAL		
Atividade	1022	AQUIS. DE MATERIAL PERM. MOBILIARIO E DE INFORMATICA		
Elemento Despesa	**Descrição**		**Fonte**	**R$ Valor**
4.4.90.52	EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE – RED 585		**1.500.1002000**	**18.000,00**

ÓRGÃO	15	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS		
Unidade	001	GAB. DE ASSUNTOS ADMINISTRATUVOS		
Função	04	ADMINISTRACAO		
Sub-Função	122	ADMINISTRACAO GERAL		
Programa	0002	ARQUIVO DIGITAL		
Atividade	2024	ATIVIDADE A CARGO DO ARQ. DIGITAL MUNICIPAL		
Elemento Despesa	**Descrição**		**Fonte**	**R$ Valor**
3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS PESSOA JURIDICA – RED 587		**1.500.1002000**	**55.000,00**

Art. 3º Autoriza à inclusão da programação orçamentária que trata o artigo 1º desta lei, ao Anexo de Metas e Prioridades da Lei Municipal n°. 1.318/2021, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2022 - LDO, e na Lei Municipal nº. 1.317/2021, Plano Plurianual 2022/2025.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Campinápolis, 18 de março de 2022.

JOSÉ BUENO VILELA

Prefeito Municipal

LEI ORDINARIA N° 1.330 DE 18 DE MARÇO DE 2022.

"Autoriza o Poder Executivo a abertura de credito adicional no orçamento vigente, para o custeio de ações do Departamento (Secretaria) de Turismo, e dá outras providencias."

JOSE BUENO VILELA, Prefeito Municipal de Campinápolis - MT, considerando o disposto pelo § 2º, do Art. 167 da Constituição Federal, combinado com o estabelecido no inciso II, Art. 41 da Lei federal nº. 4.320/64, faz saber que a Câmara Municipal de Campinápolis - MT, aprova e ele **sanciona** a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizado a abertura de Crédito Adicional Especial no orçamento vigente, Lei Municipal nº 1.322/2021, no valor de **R$ 882.000,00 (Oitocentos e Oitenta e Dois Mil Reais),** a ser consignado nas seguintes Dotações Orçamentárias:

ÓRGÃO	12	SECRETARIA DE TURISMO E MEIO AMBIENTE		
Unidade	010	GABINETE DO SECRETARIO		
Função	23	COMERCIO E SERVIÇO		
Sub-Função	695	TURISMO		
Programa	0007	INTEGRACAO – HOMEM NATUREZA		
Atividade	2105	REALIZAR LEVANTAMENTO DE POTENCIAIS TURISTICOS DO MUNICIPIO		
Elemento Despesa	**Descrição**		**Fonte**	**R$ Valor**
3.3.90.39			**1.500.000000**	**50.000,00**

ÓRGÃO	12	SECRETARIA DE TURISMO E MEIO AMBIENTE		
Unidade	010	GABINETE DO SECRETARIO		
Função	23	COMERCIO E SERVIÇO		
Sub-Função	695	TURISMO		
Programa	0007	INTEGRACAO – HOMEM NATUREZA		
Atividade	2106	REALIZAR O INVENTARIO TURISTICO DO MUNICIPIO		
Elemento Despesa	**Descrição**		**Fonte**	**R$ Valor**
3.3.90.39			**1.500.000000**	**80.000,00**

ÓRGÃO	12	SECRETARIA DE TURISMO E MEIO AMBIENTE
Unidade	010	GABINETE DO SECRETARIO
Função	23	COMERCIO E SERVIÇO
Sub-Função	695	TURISMO
Programa	0007	INTEGRACAO – HOMEM NATUREZA
Atividade	2107	CURSOS DE CAPACITACAO

Elemento Despesa	Descrição	Fonte	R$ Valor
3.3.90.39		**1.500.000000**	**20.000,00**

ÓRGÃO	12	SECRETARIA DE TURISMO E MEIO AMBIENTE
Unidade	010	GABINETE DO SECRETARIO
Função	23	COMERCIO E SERVIÇO
Sub-Função	695	TURISMO
Programa	0007	INTEGRACAO – HOMEM NATUREZA
Atividade	2108	REALIZACAO DE EVENTOS TURISTICOS

Elemento Despesa	Descrição	Fonte	R$ Valor
3.3.90.39		**1.500.000000**	**150.000,00**

ÓRGÃO	12	SECRETARIA DE TURISMO E MEIO AMBIENTE
Unidade	010	GABINETE DO SECRETARIO
Função	23	COMERCIO E SERVIÇO
Sub-Função	695	TURISMO
Programa	0007	INTEGRACAO – HOMEM NATUREZA
Atividade	2109	REVITALIZAÇÃO E AMPLIACAO DO TERMINAL RODOVIARIO

Elemento Despesa	Descrição	Fonte	R$ Valor
4.4.90.51		**1.500.000000**	**470.000,00**

ÓRGÃO	12	SECRETARIA DE TURISMO E MEIO AMBIENTE
Unidade	010	GABINETE DO SECRETARIO
Função	23	COMERCIO E SERVIÇO
Sub-Função	695	TURISMO
Programa	0007	INTEGRACAO – HOMEM NATUREZA
Atividade	2110	PROMOVER ROTEIRO TURISTICO DO MUNICIPIO

Elemento Despesa	Descrição	Fonte	R$ Valor
3.3.90.39		**1.500.000000**	**100.000,00**

ÓRGÃO	12	SECRETARIA DE TURISMO E MEIO AMBIENTE
Unidade	010	GABINETE DO SECRETARIO
Função	23	COMERCIO E SERVIÇO
Sub-Função	695	TURISMO
Programa	0007	INTEGRACAO – HOMEM NATUREZA
Atividade	2111	SINALIZAÇÃO DE PONTOS TURISTICOS DO MUNICIPIO

Elemento Despesa	Descrição	Fonte	R$ Valor
3.3.90.39		**1.500.000000**	**12.000,00**

Art. 2º Para amparar os créditos abertos no artigo anterior, serão utilizados os recursos:

a) **R$ 882.000,00 (Oitocentos e Oitenta e Dois Mil Reais)** com base aos recursos mencionados no Art. 43, inciso III da Lei Federal nº. 4.320/1964, provenientes da anulação total e ou parcial das seguintes dotações orçamentárias

ÓRGÃO	02	GABINETE DO PREFEITO
Unidade	010	GABINETE DO PREFEITO
Função	04	ADMINISTRACAO
Sub-Função	122	ADMINISTRACAO GERAL
Programa	0001	GESTAO E MANUTENCAO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
Atividade	1010	PARCERIAS E CONV. INSTITUICOES GOV E NÃO GOVERNAMENTAIS

Elemento Despesa	Descrição	Fonte	R$ Valor
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO – RED 9	**1.500.000000**	**30.000,00**

ÓRGÃO	05	SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS
Unidade	010	GABINETE DO SECRETARIO DE FINANCAS
Função	04	ADMINISTRACAO
Sub-Função	123	ADMINISTRACAO FINANCEIRA
Programa	0001	GESTAO E MANUTENCAO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
Atividade	2008	MANUTENCAO ATIV DA SEC DE FINANCAS E DEPARTAMENTO

Elemento Despesa	Descrição	Fonte	R$ Valor
3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS PESSOA JURIDICA – RED 84	**1.500.000000**	**179.100,00**

ÓRGÃO	05	SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS
Unidade	010	GABINETE DO SECRETARIO DE FINANCAS
Função	04	ADMINISTRACAO
Sub-Função	123	ADMINISTRACAO FINANCEIRA
Programa	0001	GESTAO E MANUTENCAO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
Atividade	2010	ENCARGOS COM DECISOES JUDICIAIS E PRECATORIOS

Elemento Despesa	Descrição	Fonte	R$ Valor

3.3.90.91	SENTENCAS JUDICIAIS – RED 70	**1.500.000000**	**149.900,00**

ÓRGÃO	06	SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA	
Unidade	040	DEPARTAMENTO DE CULTURA	
Função	13	CULTURA	
Sub-Função	392	DIFUSAO CULTURAL	
Programa	0015	EXPANSAO, APOIO E INCENTIVO A CULTURA	
Atividade	1131	CONS. DE BIBLIOTECA	
Elemento Despesa	**Descrição**	**Fonte**	**R$ Valor**
4.4.90.51	OBRAS E INSTALAÇOES – RED 200	**1.500.000000**	**150.000,00**

ÓRGÃO	07	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
Unidade	010	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
Função	10	SAUDE	
Sub-Função	301	ATENCAO BASICA	
Programa	0010	ATENCAO BASICA PARA TODOS	
Atividade	1065	CONS. DE POSTOS DE SAUDE NAS MICRO AREAS RURAIS	
Elemento Despesa	**Descrição**	**Fonte**	**R$ Valor**
4.4.90.51	OBRAS E INSTALAÇOES – RED 231	**1.500.1002000**	**200.000,00**

ÓRGÃO	12	SECRETARIA DE TURISMO E MEIO AMBIENTE	
Unidade	010	GAB. DO SEC. DE TURISMO E MEIO AMBIENTE	
Função	18	GESTAO AMBIENTAL	
Sub-Função	541	PRESERVACAO E CONSRVACAO AMBIENTAL	
Programa	0007	INTEGRACAO HOMEM NATUREZA	
Atividade	1153	CRIACAO DE PARQUES ECOLOGICOS DESTINADOS AO LAZER	
Elemento Despesa	**Descrição**	**Fonte**	**R$ Valor**
4.4.90.51	OBRAS E INSTALAÇOES – RED 525	**1.500.1002000**	**100.000,00**

ÓRGÃO	15	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS	
Unidade	001	GAB. DE ASSUNTOS ADMINISTRATUVOS	
Função	04	ADMINISTRACAO	
Sub-Função	122	ADMINISTRACAO GERAL	
Programa	0002	ARQUIVO DIGITAL	
Atividade	1022	AQUIS. DE MATERIAL PERM. MOBILIARIO E DE INFORMATICA	
Elemento Despesa	**Descrição**	**Fonte**	**R$ Valor**
4.4.90.52	EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE – RED 585	**1.500.1002000**	**18.000,00**

ÓRGÃO	15	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS	
Unidade	001	GAB. DE ASSUNTOS ADMINISTRATUVOS	
Função	04	ADMINISTRACAO	
Sub-Função	122	ADMINISTRACAO GERAL	
Programa	0002	ARQUIVO DIGITAL	
Atividade	2024	ATIVIDADE A CARGO DO ARQ. DIGITAL MUNICIPAL	
Elemento Despesa	**Descrição**	**Fonte**	**R$ Valor**
3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS PESSOA JURIDICA – RED 587	**1.500.1002000**	**55.000,00**

Art. 3º Autoriza à inclusão da programação orçamentária que trata o artigo 1º desta lei, ao Anexo de Metas e Prioridades da Lei Municipal n°. 1.318/2021, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2022 - LDO, e na Lei Municipal nº. 1.317/2021, Plano Plurianual 2022/2025.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Campinápolis, 18 de março de 2022.

JOSÉ BUENO VILELA

Prefeito Municipal

LEI ORDINARIA N° 1.330 DE 18 DE MARÇO DE 2022.

"Autoriza o Poder Executivo a abertura de credito adicional no orçamento vigente, para o custeio de ações do Departamento (Secretaria) de Turismo, e dá outras providencias."

JOSE BUENO VILELA, Prefeito Municipal de Campinápolis - MT, considerando o disposto pelo § 2º, do Art. 167 da Constituição Federal, combinado com o estabelecido no inciso II, Art. 41 da Lei federal nº. 4.320/64, faz saber que a Câmara Municipal de Campinápolis - MT, aprova e ele **sanciona** a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizado a abertura de Crédito Adicional Especial no orçamento vigente, Lei Municipal nº 1.322/2021, no valor de **R$ 882.000,00 (Oitocentos e Oitenta e Dois Mil Reais),** a ser consignado nas seguintes Dotações Orçamentárias:

ÓRGÃO	12	SECRETARIA DE TURISMO E MEIO AMBIENTE	
Unidade	010	GABINETE DO SECRETARIO	
Função	23	COMERCIO E SERVIÇO	
Sub-Função	695	TURISMO	
Programa	0007	INTEGRACAO – HOMEM NATUREZA	
Atividade	2105	REALIZAR LEVANTAMENTO DE POTENCIAIS TURISTICOS DO MUNICIPIO	
Elemento Despesa	**Descrição**	**Fonte**	**R$ Valor**

3.3.90.39		**1.500.000000**	**50.000,00**

ÓRGÃO	12	SECRETARIA DE TURISMO E MEIO AMBIENTE	
Unidade	010	GABINETE DO SECRETARIO	
Função	23	COMERCIO E SERVIÇO	
Sub-Função	695	TURISMO	
Programa	0007	INTEGRACAO – HOMEM NATUREZA	
Atividade	2106	REALIZAR O INVENTARIO TURISTICO DO MUNICIPIO	
Elemento Despesa	**Descrição**	**Fonte**	**R$ Valor**
3.3.90.39		**1.500.000000**	**80.000,00**

ÓRGÃO	12	SECRETARIA DE TURISMO E MEIO AMBIENTE	
Unidade	010	GABINETE DO SECRETARIO	
Função	23	COMERCIO E SERVIÇO	
Sub-Função	695	TURISMO	
Programa	0007	INTEGRACAO – HOMEM NATUREZA	
Atividade	2107	CURSOS DE CAPACITACAO	
Elemento Despesa	**Descrição**	**Fonte**	**R$ Valor**
3.3.90.39		**1.500.000000**	**20.000,00**

ÓRGÃO	12	SECRETARIA DE TURISMO E MEIO AMBIENTE	
Unidade	010	GABINETE DO SECRETARIO	
Função	23	COMERCIO E SERVIÇO	
Sub-Função	695	TURISMO	
Programa	0007	INTEGRACAO – HOMEM NATUREZA	
Atividade	2108	REALIZACAO DE EVENTOS TURISTICOS	
Elemento Despesa	**Descrição**	**Fonte**	**R$ Valor**
3.3.90.39		**1.500.000000**	**150.000,00**

ÓRGÃO	12	SECRETARIA DE TURISMO E MEIO AMBIENTE	
Unidade	010	GABINETE DO SECRETARIO	
Função	23	COMERCIO E SERVIÇO	
Sub-Função	695	TURISMO	
Programa	0007	INTEGRACAO – HOMEM NATUREZA	
Atividade	2109	REVITALIZAÇÃO E AMPLIACAO DO TERMINAL RODOVIARIO	
Elemento Despesa	**Descrição**	**Fonte**	**R$ Valor**
4.4.90.51		**1.500.000000**	**470.000,00**

ÓRGÃO	12	SECRETARIA DE TURISMO E MEIO AMBIENTE	
Unidade	010	GABINETE DO SECRETARIO	
Função	23	COMERCIO E SERVIÇO	
Sub-Função	695	TURISMO	
Programa	0007	INTEGRACAO – HOMEM NATUREZA	
Atividade	2110	PROMOVER ROTEIRO TURISTICO DO MUNICIPIO	
Elemento Despesa	**Descrição**	**Fonte**	**R$ Valor**
3.3.90.39		**1.500.000000**	**100.000,00**

ÓRGÃO	12	SECRETARIA DE TURISMO E MEIO AMBIENTE	
Unidade	010	GABINETE DO SECRETARIO	
Função	23	COMERCIO E SERVIÇO	
Sub-Função	695	TURISMO	
Programa	0007	INTEGRACAO – HOMEM NATUREZA	
Atividade	2111	SINALIZAÇÃO DE PONTOS TURISTICOS DO MUNICIPIO	
Elemento Despesa	**Descrição**	**Fonte**	**R$ Valor**
3.3.90.39		**1.500.000000**	**12.000,00**

Art. 2º Para amparar os créditos abertos no artigo anterior, serão utilizados os recursos:

a) **R$ 882.000,00 (Oitocentos e Oitenta e Dois Mil Reais)** com base aos recursos mencionados no Art. 43, inciso III da Lei Federal nº. 4.320/1964, provenientes da anulação total e ou parcial das seguintes dotações orçamentárias

ÓRGÃO	02	GABINETE DO PREFEITO	
Unidade	010	GABINETE DO PREFEITO	
Função	04	ADMINISTRACAO	
Sub-Função	122	ADMINISTRACAO GERAL	
Programa	0001	GESTAO E MANUTENCAO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA	
Atividade	1010	PARCERIAS E CONV. INSTITUICOES GOV E NÃO GOVERNAMENTAIS	
Elemento Despesa	**Descrição**	**Fonte**	**R$ Valor**
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO – RED 9	**1.500.000000**	**30.000,00**

ÓRGÃO	05	SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS
Unidade	010	GABINETE DO SECRETARIO DE FINANCAS
Função	04	ADMINISTRACAO
Sub-Função	123	ADMINISTRACAO FINANCEIRA
Programa	0001	GESTAO E MANUTENCAO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

Atividade	2008	MANUTENCAO ATIV DA SEC DE FINANCAS E DEPARTAMENTO	
Elemento Despesa	**Descrição**	**Fonte**	**R$ Valor**
3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS PESSOA JURIDICA – RED 84	**1.500.000000**	**179.100,00**

ÓRGÃO	05	SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS	
Unidade	010	GABINETE DO SECRETARIO DE FINANCAS	
Função	04	ADMINISTRACAO	
Sub-Função	123	ADMINISTRACAO FINANCEIRA	
Programa	0001	GESTAO E MANUTENCAO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA	
Atividade	2010	ENCARGOS COM DECISOES JUDICIAIS E PRECATORIOS	
Elemento Despesa	**Descrição**	**Fonte**	**R$ Valor**
3.3.90.91	SENTENCAS JUDICIAIS – RED 70	**1.500.000000**	**149.900,00**

ÓRGÃO	06	SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA	
Unidade	040	DEPARTAMENTO DE CULTURA	
Função	13	CULTURA	
Sub-Função	392	DIFUSAO CULTURAL	
Programa	0015	EXPANSAO, APOIO E INCENTIVO A CULTURA	
Atividade	1131	CONS. DE BIBLIOTECA	
Elemento Despesa	**Descrição**	**Fonte**	**R$ Valor**
4.4.90.51	OBRAS E INSTALAÇOES – RED 200	**1.500.000000**	**150.000,00**

ÓRGÃO	07	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
Unidade	010	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
Função	10	SAUDE	
Sub-Função	301	ATENCAO BASICA	
Programa	0010	ATENCAO BASICA PARA TODOS	
Atividade	1065	CONS. DE POSTOS DE SAUDE NAS MICRO AREAS RURAIS	
Elemento Despesa	**Descrição**	**Fonte**	**R$ Valor**
4.4.90.51	OBRAS E INSTALAÇOES – RED 231	**1.500.1002000**	**200.000,00**

ÓRGÃO	12	SECRETARIA DE TURISMO E MEIO AMBIENTE	
Unidade	010	GAB. DO SEC. DE TURISMO E MEIO AMBIENTE	
Função	18	GESTAO AMBIENTAL	
Sub-Função	541	PRESERVACAO E CONSRVACAO AMBIENTAL	
Programa	0007	INTEGRACAO HOMEM NATUREZA	
Atividade	1153	CRIACAO DE PARQUES ECOLOGICOS DESTINADOS AO LAZER	
Elemento Despesa	**Descrição**	**Fonte**	**R$ Valor**
4.4.90.51	OBRAS E INSTALAÇOES – RED 525	**1.500.1002000**	**100.000,00**

ÓRGÃO	15	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS	
Unidade	001	GAB. DE ASSUNTOS ADMINISTRATUVOS	
Função	04	ADMINISTRACAO	
Sub-Função	122	ADMINISTRACAO GERAL	
Programa	0002	ARQUIVO DIGITAL	
Atividade	1022	AQUIS. DE MATERIAL PERM. MOBILIARIO E DE INFORMATICA	
Elemento Despesa	**Descrição**	**Fonte**	**R$ Valor**
4.4.90.52	EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE – RED 585	**1.500.1002000**	**18.000,00**

ÓRGÃO	15	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS	
Unidade	001	GAB. DE ASSUNTOS ADMINISTRATUVOS	
Função	04	ADMINISTRACAO	
Sub-Função	122	ADMINISTRACAO GERAL	
Programa	0002	ARQUIVO DIGITAL	
Atividade	2024	ATIVIDADE A CARGO DO ARQ. DIGITAL MUNICIPAL	
Elemento Despesa	**Descrição**	**Fonte**	**R$ Valor**
3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS PESSOA JURIDICA – RED 587	**1.500.1002000**	**55.000,00**

Art. 3º Autoriza à inclusão da programação orçamentária que trata o artigo 1º desta lei, ao Anexo de Metas e Prioridades da Lei Municipal n°. 1.318/2021, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2022 - LDO, e na Lei Municipal nº. 1.317/2021, Plano Plurianual 2022/2025.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Campinápolis, 18 de março de 2022.

JOSÉ BUENO VILELA

Prefeito Municipal

LEI ORDINARIA N° 1.330 DE 18 DE MARÇO DE 2022.

"Autoriza o Poder Executivo a abertura de credito adicional no orçamento vigente, para o custeio de ações do Departamento (Secretaria) de Turismo, e dá outras providencias."

JOSE BUENO VILELA, Prefeito Municipal de Campinápolis - MT, considerando o disposto pelo § 2º, do Art. 167 da Constituição Federal, combinado com o estabelecido no inciso II, Art. 41 da Lei federal nº. 4.320/64, faz saber que a Câmara Municipal de Campinápolis - MT, aprova e ele **sanciona** a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizado a abertura de Crédito Adicional Especial no orçamento vigente, Lei Municipal nº 1.322/2021, no valor de **R$ 882.000,00 (Oitocentos e Oitenta e Dois Mil Reais),** a ser consignado nas seguintes Dotações Orçamentárias:

ÓRGÃO	12	SECRETARIA DE TURISMO E MEIO AMBIENTE		
Unidade	010	GABINETE DO SECRETARIO		
Função	23	COMERCIO E SERVIÇO		
Sub-Função	695	TURISMO		
Programa	0007	INTEGRACAO – HOMEM NATUREZA		
Atividade	2105	REALIZAR LEVANTAMENTO DE POTENCIAIS TURISTICOS DO MUNICIPIO		
Elemento Despesa	**Descrição**	**Fonte**		**R$ Valor**
3.3.90.39		**1.500.000000**		**50.000,00**

ÓRGÃO	12	SECRETARIA DE TURISMO E MEIO AMBIENTE	
Unidade	010	GABINETE DO SECRETARIO	
Função	23	COMERCIO E SERVIÇO	
Sub-Função	695	TURISMO	
Programa	0007	INTEGRACAO – HOMEM NATUREZA	
Atividade	2106	REALIZAR O INVENTARIO TURISTICO DO MUNICIPIO	
Elemento Despesa	**Descrição**	**Fonte**	**R$ Valor**
3.3.90.39		**1.500.000000**	**80.000,00**

ÓRGÃO	12	SECRETARIA DE TURISMO E MEIO AMBIENTE	
Unidade	010	GABINETE DO SECRETARIO	
Função	23	COMERCIO E SERVIÇO	
Sub-Função	695	TURISMO	
Programa	0007	INTEGRACAO – HOMEM NATUREZA	
Atividade	2107	CURSOS DE CAPACITACAO	
Elemento Despesa	**Descrição**	**Fonte**	**R$ Valor**
3.3.90.39		**1.500.000000**	**20.000,00**

ÓRGÃO	12	SECRETARIA DE TURISMO E MEIO AMBIENTE	
Unidade	010	GABINETE DO SECRETARIO	
Função	23	COMERCIO E SERVIÇO	
Sub-Função	695	TURISMO	
Programa	0007	INTEGRACAO – HOMEM NATUREZA	
Atividade	2108	REALIZACAO DE EVENTOS TURISTICOS	
Elemento Despesa	**Descrição**	**Fonte**	**R$ Valor**
3.3.90.39		**1.500.000000**	**150.000,00**

ÓRGÃO	12	SECRETARIA DE TURISMO E MEIO AMBIENTE	
Unidade	010	GABINETE DO SECRETARIO	
Função	23	COMERCIO E SERVIÇO	
Sub-Função	695	TURISMO	
Programa	0007	INTEGRACAO – HOMEM NATUREZA	
Atividade	2109	REVITALIZAÇÃO E AMPLIACAO DO TERMINAL RODOVIARIO	
Elemento Despesa	**Descrição**	**Fonte**	**R$ Valor**
4.4.90.51		**1.500.000000**	**470.000,00**

ÓRGÃO	12	SECRETARIA DE TURISMO E MEIO AMBIENTE	
Unidade	010	GABINETE DO SECRETARIO	
Função	23	COMERCIO E SERVIÇO	
Sub-Função	695	TURISMO	
Programa	0007	INTEGRACAO – HOMEM NATUREZA	
Atividade	2110	PROMOVER ROTEIRO TURISTICO DO MUNICIPIO	
Elemento Despesa	**Descrição**	**Fonte**	**R$ Valor**
3.3.90.39		**1.500.000000**	**100.000,00**

ÓRGÃO	12	SECRETARIA DE TURISMO E MEIO AMBIENTE	
Unidade	010	GABINETE DO SECRETARIO	
Função	23	COMERCIO E SERVIÇO	
Sub-Função	695	TURISMO	
Programa	0007	INTEGRACAO – HOMEM NATUREZA	
Atividade	2111	SINALIZAÇÃO DE PONTOS TURISTICOS DO MUNICIPIO	
Elemento Despesa	**Descrição**	**Fonte**	**R$ Valor**
3.3.90.39		**1.500.000000**	**12.000,00**

Art. 2º Para amparar os créditos abertos no artigo anterior, serão utilizados os recursos:

a) **R$ 882.000,00 (Oitocentos e Oitenta e Dois Mil Reais)** com base aos recursos mencionados no Art. 43, inciso III da Lei Federal nº. 4.320/1964, provenientes da anulação total e ou parcial das seguintes dotações orçamentárias

ÓRGÃO	02	GABINETE DO PREFEITO
Unidade	010	GABINETE DO PREFEITO
Função	04	ADMINISTRACAO
Sub-Função	122	ADMINISTRACAO GERAL

Programa	0001	GESTAO E MANUTENCAO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA	
Atividade	1010	PARCERIAS E CONV. INSTITUICOES GOV E NÃO GOVERNAMENTAIS	
Elemento Despesa	**Descrição**	**Fonte**	**R$ Valor**
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO – RED 9	**1.500.000000**	**30.000,00**

ÓRGÃO	05	SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS	
Unidade	010	GABINETE DO SECRETARIO DE FINANCAS	
Função	04	ADMINISTRACAO	
Sub-Função	123	ADMINISTRACAO FINANCEIRA	
Programa	0001	GESTAO E MANUTENCAO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA	
Atividade	2008	MANUTENCAO ATIV DA SEC DE FINANCAS E DEPARTAMENTO	
Elemento Despesa	**Descrição**	**Fonte**	**R$ Valor**
3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS PESSOA JURIDICA – RED 84	**1.500.000000**	**179.100,00**

ÓRGÃO	05	SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS	
Unidade	010	GABINETE DO SECRETARIO DE FINANCAS	
Função	04	ADMINISTRACAO	
Sub-Função	123	ADMINISTRACAO FINANCEIRA	
Programa	0001	GESTAO E MANUTENCAO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA	
Atividade	2010	ENCARGOS COM DECISOES JUDICIAIS E PRECATORIOS	
Elemento Despesa	**Descrição**	**Fonte**	**R$ Valor**
3.3.90.91	SENTENCAS JUDICIAIS – RED 70	**1.500.000000**	**149.900,00**

ÓRGÃO	06	SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA	
Unidade	040	DEPARTAMENTO DE CULTURA	
Função	13	CULTURA	
Sub-Função	392	DIFUSAO CULTURAL	
Programa	0015	EXPANSAO, APOIO E INCENTIVO A CULTURA	
Atividade	1131	CONS. DE BIBLIOTECA	
Elemento Despesa	**Descrição**	**Fonte**	**R$ Valor**
4.4.90.51	OBRAS E INSTALAÇOES – RED 200	**1.500.000000**	**150.000,00**

ÓRGÃO	07	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
Unidade	010	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
Função	10	SAUDE	
Sub-Função	301	ATENCAO BASICA	
Programa	0010	ATENCAO BASICA PARA TODOS	
Atividade	1065	CONS. DE POSTOS DE SAUDE NAS MICRO AREAS RURAIS	
Elemento Despesa	**Descrição**	**Fonte**	**R$ Valor**
4.4.90.51	OBRAS E INSTALAÇOES – RED 231	**1.500.1002000**	**200.000,00**

ÓRGÃO	12	SECRETARIA DE TURISMO E MEIO AMBIENTE	
Unidade	010	GAB. DO SEC. DE TURISMO E MEIO AMBIENTE	
Função	18	GESTAO AMBIENTAL	
Sub-Função	541	PRESERVACAO E CONSRVACAO AMBIENTAL	
Programa	0007	INTEGRACAO HOMEM NATUREZA	
Atividade	1153	CRIACAO DE PARQUES ECOLOGICOS DESTINADOS AO LAZER	
Elemento Despesa	**Descrição**	**Fonte**	**R$ Valor**
4.4.90.51	OBRAS E INSTALAÇOES – RED 525	**1.500.1002000**	**100.000,00**

ÓRGÃO	15	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS	
Unidade	001	GAB. DE ASSUNTOS ADMINISTRATUVOS	
Função	04	ADMINISTRACAO	
Sub-Função	122	ADMINISTRACAO GERAL	
Programa	0002	ARQUIVO DIGITAL	
Atividade	1022	AQUIS. DE MATERIAL PERM. MOBILIARIO E DE INFORMATICA	
Elemento Despesa	**Descrição**	**Fonte**	**R$ Valor**
4.4.90.52	EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE – RED 585	**1.500.1002000**	**18.000,00**

ÓRGÃO	15	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS	
Unidade	001	GAB. DE ASSUNTOS ADMINISTRATUVOS	
Função	04	ADMINISTRACAO	
Sub-Função	122	ADMINISTRACAO GERAL	
Programa	0002	ARQUIVO DIGITAL	
Atividade	2024	ATIVIDADE A CARGO DO ARQ. DIGITAL MUNICIPAL	
Elemento Despesa	**Descrição**	**Fonte**	**R$ Valor**
3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS PESSOA JURIDICA – RED 587	**1.500.1002000**	**55.000,00**

Art. 3º Autoriza à inclusão da programação orçamentária que trata o artigo 1º desta lei, ao Anexo de Metas e Prioridades da Lei Municipal n°. 1.318/2021, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2022 - LDO, e na Lei Municipal nº. 1.317/2021, Plano Plurianual 2022/2025.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Campinápolis, 18 de março de 2022.

JOSÉ BUENO VILELA

Prefeito Municipal

LEI ORDINARIA N° 1.330 DE 18 DE MARÇO DE 2022.

"Autoriza o Poder Executivo a abertura de credito adicional no orçamento vigente, para o custeio de ações do Departamento (Secretaria) de Turismo, e dá outras providencias."

JOSE BUENO VILELA, Prefeito Municipal de Campinápolis - MT, considerando o disposto pelo § 2º, do Art. 167 da Constituição Federal, combinado com o estabelecido no inciso II, Art. 41 da Lei federal nº. 4.320/64, faz saber que a Câmara Municipal de Campinápolis - MT, aprova e ele **sanciona** a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizado a abertura de Crédito Adicional Especial no orçamento vigente, Lei Municipal nº 1.322/2021, no valor de **R$ 882.000,00 (Oito-centos e Oitenta e Dois Mil Reais),** a ser consignado nas seguintes Dotações Orçamentárias:

ÓRGÃO	12	SECRETARIA DE TURISMO E MEIO AMBIENTE		
Unidade	010	GABINETE DO SECRETARIO		
Função	23	COMERCIO E SERVIÇO		
Sub-Função	695	TURISMO		
Programa	0007	INTEGRACAO – HOMEM NATUREZA		
Atividade	2105	REALIZAR LEVANTAMENTO DE POTENCIAIS TURISTICOS DO MUNICIPIO		
Elemento Despesa	**Descrição**	**Fonte**		**R$ Valor**
3.3.90.39		**1.500.000000**		**50.000,00**

ÓRGÃO	12	SECRETARIA DE TURISMO E MEIO AMBIENTE		
Unidade	010	GABINETE DO SECRETARIO		
Função	23	COMERCIO E SERVIÇO		
Sub-Função	695	TURISMO		
Programa	0007	INTEGRACAO – HOMEM NATUREZA		
Atividade	2106	REALIZAR O INVENTARIO TURISTICO DO MUNICIPIO		
Elemento Despesa	**Descrição**	**Fonte**		**R$ Valor**
3.3.90.39		**1.500.000000**		**80.000,00**

ÓRGÃO	12	SECRETARIA DE TURISMO E MEIO AMBIENTE		
Unidade	010	GABINETE DO SECRETARIO		
Função	23	COMERCIO E SERVIÇO		
Sub-Função	695	TURISMO		
Programa	0007	INTEGRACAO – HOMEM NATUREZA		
Atividade	2107	CURSOS DE CAPACITACAO		
Elemento Despesa	**Descrição**	**Fonte**		**R$ Valor**
3.3.90.39		**1.500.000000**		**20.000,00**

ÓRGÃO	12	SECRETARIA DE TURISMO E MEIO AMBIENTE		
Unidade	010	GABINETE DO SECRETARIO		
Função	23	COMERCIO E SERVIÇO		
Sub-Função	695	TURISMO		
Programa	0007	INTEGRACAO – HOMEM NATUREZA		
Atividade	2108	REALIZACAO DE EVENTOS TURISTICOS		
Elemento Despesa	**Descrição**	**Fonte**		**R$ Valor**
3.3.90.39		**1.500.000000**		**150.000,00**

ÓRGÃO	12	SECRETARIA DE TURISMO E MEIO AMBIENTE		
Unidade	010	GABINETE DO SECRETARIO		
Função	23	COMERCIO E SERVIÇO		
Sub-Função	695	TURISMO		
Programa	0007	INTEGRACAO – HOMEM NATUREZA		
Atividade	2109	REVITALIZAÇÃO E AMPLIACAO DO TERMINAL RODOVIARIO		
Elemento Despesa	**Descrição**	**Fonte**		**R$ Valor**
4.4.90.51		**1.500.000000**		**470.000,00**

ÓRGÃO	12	SECRETARIA DE TURISMO E MEIO AMBIENTE		
Unidade	010	GABINETE DO SECRETARIO		
Função	23	COMERCIO E SERVIÇO		
Sub-Função	695	TURISMO		
Programa	0007	INTEGRACAO – HOMEM NATUREZA		
Atividade	2110	PROMOVER ROTEIRO TURISTICO DO MUNICIPIO		
Elemento Despesa	**Descrição**	**Fonte**		**R$ Valor**
3.3.90.39		**1.500.000000**		**100.000,00**

ÓRGÃO	12	SECRETARIA DE TURISMO E MEIO AMBIENTE		
Unidade	010	GABINETE DO SECRETARIO		
Função	23	COMERCIO E SERVIÇO		
Sub-Função	695	TURISMO		
Programa	0007	INTEGRACAO – HOMEM NATUREZA		
Atividade	2111	SINALIZAÇÃO DE PONTOS TURISTICOS DO MUNICIPIO		
Elemento Despesa	**Descrição**	**Fonte**		**R$ Valor**
3.3.90.39		**1.500.000000**		**12.000,00**

Art. 2º Para amparar os créditos abertos no artigo anterior, serão utilizados os recursos:

a) **R$ 882.000,00 (Oitocentos e Oitenta e Dois Mil Reais)** com base aos recursos mencionados no Art. 43, inciso III da Lei Federal nº. 4.320/1964, provenientes da anulação total e ou parcial das seguintes dotações orçamentárias

ÓRGÃO	02	GABINETE DO PREFEITO		
Unidade	010	GABINETE DO PREFEITO		
Função	04	ADMINISTRACAO		
Sub-Função	122	ADMINISTRACAO GERAL		
Programa	0001	GESTAO E MANUTENCAO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA		
Atividade	1010	PARCERIAS E CONV. INSTITUICOES GOV E NÃO GOVERNAMENTAIS		
Elemento Despesa	**Descrição**		**Fonte**	**R$ Valor**
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO – RED 9		**1.500.000000**	**30.000,00**

ÓRGÃO	05	SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS		
Unidade	010	GABINETE DO SECRETARIO DE FINANCAS		
Função	04	ADMINISTRACAO		
Sub-Função	123	ADMINISTRACAO FINANCEIRA		
Programa	0001	GESTAO E MANUTENCAO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA		
Atividade	2008	MANUTENCAO ATIV DA SEC DE FINANCAS E DEPARTAMENTO		
Elemento Despesa	**Descrição**		**Fonte**	**R$ Valor**
3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS PESSOA JURIDICA – RED 84		**1.500.000000**	**179.100,00**

ÓRGÃO	05	SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS		
Unidade	010	GABINETE DO SECRETARIO DE FINANCAS		
Função	04	ADMINISTRACAO		
Sub-Função	123	ADMINISTRACAO FINANCEIRA		
Programa	0001	GESTAO E MANUTENCAO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA		
Atividade	2010	ENCARGOS COM DECISOES JUDICIAIS E PRECATORIOS		
Elemento Despesa	**Descrição**		**Fonte**	**R$ Valor**
3.3.90.91	SENTENCAS JUDICIAIS – RED 70		**1.500.000000**	**149.900,00**

ÓRGÃO	06	SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA		
Unidade	040	DEPARTAMENTO DE CULTURA		
Função	13	CULTURA		
Sub-Função	392	DIFUSAO CULTURAL		
Programa	0015	EXPANSAO, APOIO E INCENTIVO A CULTURA		
Atividade	1131	CONS. DE BIBLIOTECA		
Elemento Despesa	**Descrição**		**Fonte**	**R$ Valor**
4.4.90.51	OBRAS E INSTALAÇOES – RED 200		**1.500.000000**	**150.000,00**

ÓRGÃO	07	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE		
Unidade	010	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		
Função	10	SAUDE		
Sub-Função	301	ATENCAO BASICA		
Programa	0010	ATENCAO BASICA PARA TODOS		
Atividade	1065	CONS. DE POSTOS DE SAUDE NAS MICRO AREAS RURAIS		
Elemento Despesa	**Descrição**		**Fonte**	**R$ Valor**
4.4.90.51	OBRAS E INSTALAÇOES – RED 231		**1.500.1002000**	**200.000,00**

ÓRGÃO	12	SECRETARIA DE TURISMO E MEIO AMBIENTE		
Unidade	010	GAB. DO SEC. DE TURISMO E MEIO AMBIENTE		
Função	18	GESTAO AMBIENTAL		
Sub-Função	541	PRESERVACAO E CONSRVACAO AMBIENTAL		
Programa	0007	INTEGRACAO HOMEM NATUREZA		
Atividade	1153	CRIACAO DE PARQUES ECOLOGICOS DESTINADOS AO LAZER		
Elemento Despesa	**Descrição**		**Fonte**	**R$ Valor**
4.4.90.51	OBRAS E INSTALAÇOES – RED 525		**1.500.1002000**	**100.000,00**

ÓRGÃO	15	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS		
Unidade	001	GAB. DE ASSUNTOS ADMINISTRATUVOS		
Função	04	ADMINISTRACAO		
Sub-Função	122	ADMINISTRACAO GERAL		
Programa	0002	ARQUIVO DIGITAL		
Atividade	1022	AQUIS. DE MATERIAL PERM. MOBILIARIO E DE INFORMATICA		
Elemento Despesa	**Descrição**		**Fonte**	**R$ Valor**
4.4.90.52	EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE – RED 585		**1.500.1002000**	**18.000,00**

ÓRGÃO	15	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS		
Unidade	001	GAB. DE ASSUNTOS ADMINISTRATUVOS		
Função	04	ADMINISTRACAO		
Sub-Função	122	ADMINISTRACAO GERAL		
Programa	0002	ARQUIVO DIGITAL		
Atividade	2024	ATIVIDADE A CARGO DO ARQ. DIGITAL MUNICIPAL		
Elemento Despesa	**Descrição**		**Fonte**	**R$ Valor**
3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS PESSOA JURIDICA – RED 587		**1.500.1002000**	**55.000,00**

Art. 3º Autoriza à inclusão da programação orçamentária que trata o artigo 1º desta lei, ao Anexo de Metas e Prioridades da Lei Municipal n°. 1.318/2021, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2022 - LDO, e na Lei Municipal nº. 1.317/2021, Plano Plurianual 2022/2025.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Campinápolis, 18 de março de 2022.

JOSÉ BUENO VILELA

Prefeito Municipal

LEI ORDINARIA N° 1.330 DE 18 DE MARÇO DE 2022.

"Autoriza o Poder Executivo a abertura de credito adicional no orçamento vigente, para o custeio de ações do Departamento (Secretaria) de Turismo, e dá outras providencias."

JOSE BUENO VILELA, Prefeito Municipal de Campinápolis - MT, considerando o disposto pelo § 2º, do Art. 167 da Constituição Federal, combinado com o estabelecido no inciso II, Art. 41 da Lei federal nº. 4.320/64, faz saber que a Câmara Municipal de Campinápolis - MT, aprova e ele **sanciona** a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizado a abertura de Crédito Adicional Especial no orçamento vigente, Lei Municipal nº 1.322/2021, no valor de **R$ 882.000,00 (Oito-centos e Oitenta e Dois Mil Reais),** a ser consignado nas seguintes Dotações Orçamentárias:

ÓRGÃO	12	SECRETARIA DE TURISMO E MEIO AMBIENTE
Unidade	010	GABINETE DO SECRETARIO
Função	23	COMERCIO E SERVIÇO
Sub-Função	695	TURISMO
Programa	0007	INTEGRACAO – HOMEM NATUREZA
Atividade	2105	REALIZAR LEVANTAMENTO DE POTENCIAIS TURISTICOS DO MUNICIPIO

Elemento Despesa	Descrição	Fonte	R$ Valor
3.3.90.39		**1.500.000000**	**50.000,00**

ÓRGÃO	12	SECRETARIA DE TURISMO E MEIO AMBIENTE
Unidade	010	GABINETE DO SECRETARIO
Função	23	COMERCIO E SERVIÇO
Sub-Função	695	TURISMO
Programa	0007	INTEGRACAO – HOMEM NATUREZA
Atividade	2106	REALIZAR O INVENTARIO TURISTICO DO MUNICIPIO

Elemento Despesa	Descrição	Fonte	R$ Valor
3.3.90.39		**1.500.000000**	**80.000,00**

ÓRGÃO	12	SECRETARIA DE TURISMO E MEIO AMBIENTE
Unidade	010	GABINETE DO SECRETARIO
Função	23	COMERCIO E SERVIÇO
Sub-Função	695	TURISMO
Programa	0007	INTEGRACAO – HOMEM NATUREZA
Atividade	2107	CURSOS DE CAPACITACAO

Elemento Despesa	Descrição	Fonte	R$ Valor
3.3.90.39		**1.500.000000**	**20.000,00**

ÓRGÃO	12	SECRETARIA DE TURISMO E MEIO AMBIENTE
Unidade	010	GABINETE DO SECRETARIO
Função	23	COMERCIO E SERVIÇO
Sub-Função	695	TURISMO
Programa	0007	INTEGRACAO – HOMEM NATUREZA
Atividade	2108	REALIZACAO DE EVENTOS TURISTICOS

Elemento Despesa	Descrição	Fonte	R$ Valor
3.3.90.39		**1.500.000000**	**150.000,00**

ÓRGÃO	12	SECRETARIA DE TURISMO E MEIO AMBIENTE
Unidade	010	GABINETE DO SECRETARIO
Função	23	COMERCIO E SERVIÇO
Sub-Função	695	TURISMO
Programa	0007	INTEGRACAO – HOMEM NATUREZA
Atividade	2109	REVITALIZAÇÃO E AMPLIACAO DO TERMINAL RODOVIARIO

Elemento Despesa	Descrição	Fonte	R$ Valor
4.4.90.51		**1.500.000000**	**470.000,00**

ÓRGÃO	12	SECRETARIA DE TURISMO E MEIO AMBIENTE
Unidade	010	GABINETE DO SECRETARIO
Função	23	COMERCIO E SERVIÇO
Sub-Função	695	TURISMO
Programa	0007	INTEGRACAO – HOMEM NATUREZA
Atividade	2110	PROMOVER ROTEIRO TURISTICO DO MUNICIPIO

Elemento Despesa	Descrição	Fonte	R$ Valor
3.3.90.39		**1.500.000000**	**100.000,00**

ÓRGÃO	12	SECRETARIA DE TURISMO E MEIO AMBIENTE		
Unidade	010	GABINETE DO SECRETARIO		
Função	23	COMERCIO E SERVIÇO		
Sub-Função	695	TURISMO		
Programa	0007	INTEGRACAO – HOMEM NATUREZA		
Atividade	2111	SINALIZAÇÃO DE PONTOS TURISTICOS DO MUNICIPIO		
Elemento Despesa	**Descrição**	**Fonte**	**R$ Valor**	
3.3.90.39		**1.500.000000**	**12.000,00**	

Art. 2º Para amparar os créditos abertos no artigo anterior, serão utilizados os recursos:

a) **R$ 882.000,00 (Oitocentos e Oitenta e Dois Mil Reais)** com base aos recursos mencionados no Art. 43, inciso III da Lei Federal nº. 4.320/1964, provenientes da anulação total e ou parcial das seguintes dotações orçamentárias

ÓRGÃO	02	GABINETE DO PREFEITO		
Unidade	010	GABINETE DO PREFEITO		
Função	04	ADMINISTRACAO		
Sub-Função	122	ADMINISTRACAO GERAL		
Programa	0001	GESTAO E MANUTENCAO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA		
Atividade	1010	PARCERIAS E CONV. INSTITUICOES GOV E NÃO GOVERNAMENTAIS		
Elemento Despesa	**Descrição**	**Fonte**	**R$ Valor**	
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO – RED 9	**1.500.000000**	**30.000,00**	

ÓRGÃO	05	SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS		
Unidade	010	GABINETE DO SECRETARIO DE FINANCAS		
Função	04	ADMINISTRACAO		
Sub-Função	123	ADMINISTRACAO FINANCEIRA		
Programa	0001	GESTAO E MANUTENCAO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA		
Atividade	2008	MANUTENCAO ATIV DA SEC DE FINANCAS E DEPARTAMENTO		
Elemento Despesa	**Descrição**	**Fonte**	**R$ Valor**	
3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS PESSOA JURIDICA – RED 84	**1.500.000000**	**179.100,00**	

ÓRGÃO	05	SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS		
Unidade	010	GABINETE DO SECRETARIO DE FINANCAS		
Função	04	ADMINISTRACAO		
Sub-Função	123	ADMINISTRACAO FINANCEIRA		
Programa	0001	GESTAO E MANUTENCAO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA		
Atividade	2010	ENCARGOS COM DECISOES JUDICIAIS E PRECATORIOS		
Elemento Despesa	**Descrição**	**Fonte**	**R$ Valor**	
3.3.90.91	SENTENCAS JUDICIAIS – RED 70	**1.500.000000**	**149.900,00**	

ÓRGÃO	06	SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA		
Unidade	040	DEPARTAMENTO DE CULTURA		
Função	13	CULTURA		
Sub-Função	392	DIFUSAO CULTURAL		
Programa	0015	EXPANSAO, APOIO E INCENTIVO A CULTURA		
Atividade	1131	CONS. DE BIBLIOTECA		
Elemento Despesa	**Descrição**	**Fonte**	**R$ Valor**	
4.4.90.51	OBRAS E INSTALAÇOES – RED 200	**1.500.000000**	**150.000,00**	

ÓRGÃO	07	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE		
Unidade	010	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		
Função	10	SAUDE		
Sub-Função	301	ATENCAO BASICA		
Programa	0010	ATENCAO BASICA PARA TODOS		
Atividade	1065	CONS. DE POSTOS DE SAUDE NAS MICRO AREAS RURAIS		
Elemento Despesa	**Descrição**	**Fonte**	**R$ Valor**	
4.4.90.51	OBRAS E INSTALAÇOES – RED 231	**1.500.1002000**	**200.000,00**	

ÓRGÃO	12	SECRETARIA DE TURISMO E MEIO AMBIENTE		
Unidade	010	GAB. DO SEC. DE TURISMO E MEIO AMBIENTE		
Função	18	GESTAO AMBIENTAL		
Sub-Função	541	PRESERVACAO E CONSRVACAO AMBIENTAL		
Programa	0007	INTEGRACAO HOMEM NATUREZA		
Atividade	1153	CRIACAO DE PARQUES ECOLOGICOS DESTINADOS AO LAZER		
Elemento Despesa	**Descrição**	**Fonte**	**R$ Valor**	
4.4.90.51	OBRAS E INSTALAÇOES – RED 525	**1.500.1002000**	**100.000,00**	

ÓRGÃO	15	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS		
Unidade	001	GAB. DE ASSUNTOS ADMINISTRATUVOS		
Função	04	ADMINISTRACAO		
Sub-Função	122	ADMINISTRACAO GERAL		
Programa	0002	ARQUIVO DIGITAL		
Atividade	1022	AQUIS. DE MATERIAL PERM. MOBILIARIO E DE INFORMATICA		
Elemento Despesa	**Descrição**	**Fonte**	**R$ Valor**	

4.4.90.52	EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE – RED 585	**1.500.1002000**	**18.000,00**

ÓRGÃO	15	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS		
Unidade	001	GAB. DE ASSUNTOS ADMINISTRATUVOS		
Função	04	ADMINISTRACAO		
Sub-Função	122	ADMINISTRACAO GERAL		
Programa	0002	ARQUIVO DIGITAL		
Atividade	2024	ATIVIDADE A CARGO DO ARQ. DIGITAL MUNICIPAL		
Elemento Despesa	**Descrição**		**Fonte**	**R$ Valor**
3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS PESSOA JURIDICA – RED 587		**1.500.1002000**	**55.000,00**

Art. 3º Autoriza à inclusão da programação orçamentária que trata o artigo 1º desta lei, ao Anexo de Metas e Prioridades da Lei Municipal n°. 1.318/2021, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2022 - LDO, e na Lei Municipal nº. 1.317/2021, Plano Plurianual 2022/2025.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Campinápolis, 18 de março de 2022.

JOSÉ BUENO VILELA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE Nº. 133 DE 07 DE MARÇO DE 2022.

"DISPÕE SOBRE A PROGRESSÃO HORIZONTAL A SERVIDORA ***ELISANGELA SAMIRA PEREIRA*** *E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".*

JOSE BUENO VILELA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Município e;

CONSIDERANDO o teor do requerimento da servidora, protocolado em 07 de março de 2022.

CONSIDERANDO o teor do Parecer nº 011/2022 de 07 de março de 2022.

RESOLVE:

I – Efetuar "Progressão Horizontal" da servidora ***ELISANGELA SAMIRA PEREIRA ,*** efetiva no cargo de **Professor Fundamental - Sede,** junto a Secretaria Municipal de Educação, da **Classe "b" Nível "02"** paraa **Classe "c" Nível"02"**.

II - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique – se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis - MT, 07 de março de 2022.

JOSE BUENO VILELA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE Nº. 166 DE 18 DE MARÇO DE 2022.

"DISPÕE SOBRE A PROGRESSÃO HORIZONTAL A SERVIDORA ***VIVIANE SILVA COELHO*** *E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".*

JOSE BUENO VILELA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Município e;

CONSIDERANDO o teor do requerimento da servidora, protocolado em 08 de março de 2022.

CONSIDERANDO o teor do Parecer nº 026/2022 de 18 de março de 2022.

RESOLVE:

I – Efetuar "Progressão Horizontal" da servidora ***VIVIANE SILVA COELHO ,*** efetiva no cargo de **PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL - SEDE,** junto a Secretaria Municipal de Educação, da **Classe "b" Nível "02"** paraa **Classe "c" Nível"02"**.

II - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique – se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis - MT, 18 de março de 2022.

JOSE BUENO VILELA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE Nº. 159 DE 18 DE MARÇO DE 2022.

"DISPÕE SOBRE A PROGRESSÃO HORIZONTAL A SERVIDORA ***SIMONE DIAS SOARES*** *E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".*

JOSE BUENO VILELA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Município e;

CONSIDERANDO o teor do requerimento da servidora, protocolado em 19 de março de 2022.

CONSIDERANDO o teor do Parecer nº 022/2022 de 18 de março de 2022.

RESOLVE:

I – Efetuar "Progressão Horizontal" da servidora ***SIMONE DIAS SOARES ,*** efetiva no cargo de **PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL - SEDE,** junto a Secretaria Municipal de Educação, da **Classe "b" Nível "02"** paraa **Classe "c" Nível"02"**.

II - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique – se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis - MT, 18 de março de 2022.

JOSE BUENO VILELA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE Nº. 158 DE 18 DE MARÇO DE 2022.

"DISPÕE SOBRE A PROGRESSÃO HORIZONTAL A SERVIDORA ***FABIULA ARANTES CARNEIRO*** *E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".*

JOSE BUENO VILELA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Município e;

CONSIDERANDO o teor do requerimento da servidora, protocolado em 07 de março de 2022.

CONSIDERANDO o teor do Parecer nº 023/2022 de 18 de março de 2022.

RESOLVE:

I – Efetuar "Progressão Horizontal" da servidora ***FABIULA ARANTES CARNEIRO,*** efetiva no cargo de **Professor Língua Inglesa - Sede,** junto a Secretaria Municipal de Educação, da **Classe "b" Nível "02"** paraa **Classe "c" Nível"02"**.

II - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique – se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis - MT, 18 de março de 2022.

JOSE BUENO VILELA

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
LEI ORDINÁRIA Nº 1.331 DE 18 DE MARÇO 2022

LEI ORDINÁRIA Nº 1.331 DE 18 DE MARÇO 2022

"Autoriza que seja concedido RGA aos Agentes de Combate a Endemias - ACE e Agentes Comunitários de Saúde – ACS e dá outras providências."

JOSÉ BUENO VILELA, Prefeito Municipal de Campinápolis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que à Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder Revisão Geral Anual – RGA- aos Agentes de Combate a Endemias - ACE e Agentes Comunitários de Saúde – ACS no percentual de 10,16% (dez pontos dezesseis por cento) correspondente ao acumulado do índice- INPC do ano de 2021, a ser aplicado de forma parcelada nos seguintes termos:

I. O equivalente a 5,08% (cinco ponto oito centésimo por cento) a incidir sobre os vencimentos destes profissionais a partir de 1º março de 2022, passando o valor do salário dos profissionais descritos no caput ao importe de R$ 1.628,74 (um mil seiscentos e vinte e oito reais e setenta e quatro centavos)..

II. I. O equivalente a 5,08% (cinco ponto oito centésimo por cento) a incidir sobre os vencimentos destes profissionais a partir de 1º maio de 2022, passando o valor do salário dos profissionais descritos no caput ao importe de R$ 1.711,48 (um mil setecentos e onze reais e quarenta e oito centavos)..

Parágrafo único. A RGA – Revisão Geral Anual conferida aos servidores descritos no caput, deverá ser deduzido quando da atualização do Piso Salarial Nacional destes a ser concedido em face de vigência de Lei Federal que promova a alteração na de lei nº 11.350/2006, a qual regulamenta § 5º do art. 198 da Constituição.

Art.2º. As despesas para a execução da presente Lei serão custeadas por dotação orçamentária específica, consignada no orçamento vigente.

Art.3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em Campinápolis – MT, 18 de março de 2022.

JOSÉ BUENO VILELA

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 3.853 DE 18 DE MARÇO DE 2022.

DECRETO Nº 3.853 DE 18 DE MARÇO DE 2022.

"Homologa o Processo Seletivo Simplificado nº 01/2022 realizado pelo Município de Campinápolis - MT."

JOSÉ BUENO VILELA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS-MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

Considerando os termos do art. 37, IX da Constituição Federal;

Considerando as Leis Municipais nº 1.154 de 29 de novembro de 2016, Lei Municipal n° 1.072 de 14 de fevereiro de 2014 e suas alterações, e Lei Municipal nº 1.326/2022;

Considerando o Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2022, devidamente conferido pela Comissão nomeada;

D E C R E T A

Art.1°. - Fica homologado o resultado do Processo Seletivo Simplificado nº 01/2022 nos termos do Anexo I, o qual se torna parte indissociável deste Decreto.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal em Campinápolis – MT, 18 de março de 2022.

JOSÉ BUENO VILELA

Prefeito Municipal

ANEXO I

RESULTADO FINAL DO PSS 001/2022 DO MUNICÍPIO DE CAMPINÁPOLIS - MT

À Comissão nomeada para conduzir o Processo Seletivo Simplificado nº 001/2022, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 1072/2014, Lei Municipal nº 1154/2016, Lei Municipal nº 1326/2022 e Portaria nº 013/2022.

Considerando a realização das provas objetivas e provas práticas do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2022

Resolve:

Tornar público o resultado FINAL do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO-PSS Nº 001/2022.

1. A relação de notas consta do Anexo I, parte indissociável a este Edital.

Campinápolis-MT, 16 de Março de 2022.

À Comissão:

Gerson Carlos Rezende

Janet Aparecida Franco Miranda

Nelson Gonçalves Melo

Portaria nº 013/2022

ESCOLAS MUNICIPAL INDÍGENA - APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - AAE/NUTRIÇÃO							
ORD	**INSC**	**NOME**	**LOCAL**	**FUNÇÃO**	**ORDEM DE CLAS-SIFICAÇÃO**	**PONTOS**	**SITUAÇÃO**
1	**135**	ROPIS TSITEDZE	ALDEIA BAIXÃO	AAE/NUTRIÇÃO	1ª	42,0	APROVADO
2	**269**	CLEVIA WAUTOMODZUIWE TSERENHO A	ALDEIA STA RITA	AAE/NUTRIÇÃO	2º	31,0	CLASSIFICADO
3	**62**	SILANIO MATOS TSERE WA-NHIHOTOWE	ALDEIA BAIXÃO	AAE/NUTRIÇÃO	3º	28,0	CLASSIFICADO
4	**161**	DALCINEIA REZAWA WA ÂMA-TE	ALDEIA CAMPOS BELOS	AAE/NUTRIÇÃO	4º	28,0	APROVADO
5	**164**	ALMIRA WAAMATE PESSISSA A	CAMPOS BELOS	AAE/NUTRIÇÃO	5º	27,0	CLASSIFICADO
6	**329**	ATILIO ASSIS TSIWAEDZE TSEREBUTO	CAMPOS BELOS	AAE/NUTRIÇÃO	6º	27,0	CLASSIFICADO
7	134	JADER TSEREHUWE	ALDEIA BOA VIDA	AAE/NUTRIÇÃO	7º	26,0	APROVADO
8	**53**	MILTON SEREWHOIWE SERE-ZE	ALDEIA BAIXÃO	AAE/NUTRIÇÃO	8º	25,0	CLASSIFICADO
9	**209**	DARLENE RO O UWAZE SE-RENHI RA	CAMPOS BELOS	AAE/NUTRIÇÃO	9°	22,0	ELIMINADO
10	**123**	AMERICO ROMULO SEREWA-ZE AI´RERO	ALDEIA EGITO	AAE/NUTRIÇÃO	10º	20,0	ELIMINADO
11	**83**	ARILDO TSIWARU	ALDEIA BAIXÃO	AAE/NUTRIÇÃO	11º	19,0	ELIMINADO
12	**124**	BEBETO TSERE´U´O TSERED-ZE	ALDEIA BAIXÃO	AAE/NUTRIÇÃO	12º	18,0	ELIMINADO
13	**174**	ADNASIO ABUTUWE TSOUTU-OMORE	ALDEIA JACU	AAE/NUTRIÇÃO	13º	17,0	ELIMINADO
14	**126**	LUIZENIO TSEREMOHI	ALDEIA BAIXÃO	AAE/NUTRIÇÃO	14º	11,0	ELIMINADO
15	**120**	TUNIZITA LUANA OLINO PA-RORA	ALDEIA BAIXÃO	AAE/NUTRIÇÃO	15º	6,0	ELIMINADO
16	**311**	MARLOM TSEREMODI	ALDEIA HOIWA-PREDZAWI	AAE/NUTRIÇÃO	16º	2,0	ELIMINADO
17	**79**	FREITO TSERE ADZUPI PZAIWA ONO	ALDEIA SANTA HELENA	AAE/NUTRIÇÃO	17º	0,0	ELIMINADO
ESCOLAS MUNICIPAL INDÍGENA - APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - AAE/LIMPEZA							
ORD	INSC	NOME	LOCALIDADE	FUNÇÃO	ORDEM DE CLASSIFICAÇÕ	PONTOS	SITUAÇÃO
1	**121**	ACIDA RE´ UNOMO´O	ALDEIA CHÃO PRETO	AAA/LIMPEZA	1º	11,0	ELIMINADO
PROFESSOR ESCOLAS MUNICIPAL INDÍGENA ÁREA INDÍGENA							
ORD	**INSC**	**NOME**	**LOCALIDADE**	**FUNÇÃO**	**ORDEM DE CLAS-SIFICAÇÕ**	**PONTOS**	**SITUAÇÃO**
1	**221**	THAYANNY PRICILA LAGA-RES BATISTA	ALDEIA SANTA CLARA	PROFESSOR	1º	45,0	CLASSIFICADO
2	**316**	JUDASIO SEREWAROTOWE	ALDEIA ALDEI-NHA	PROFESSOR	2º	43,0	APROVADO
3	**331**	VANDAIRA FRANCISCA DE LI-MA SANTOS	ALDEIA SANTA HELENA	PROFESSOR	3º	42,5	APROVADO
4	**184**	JONAS MOURA DA SILVA	ALDEIA SANTA HELENA	PROFESSOR	4º	38,0	APROVADO
5	**232**	DENIVALDO SERE UMIRÃ	ALDEIA ESTRELA	PROFESSOR	5º	31,0	APROVADO
6	**64**	KAYO HENRIQUE COSTA CU-NHA	ALDEIA PAPA PAULO VI	PROFESSOR	6º	31,0	APROVADO
7	**183**	INACIO TE A AWETEMRITE	ALDEIA ESTRELA	PROFESSOR	7º	31,0	CLASSIFICADO
8	**205**	PAULILO TSI RENE TSERE RAIWEDE	ALDEIA B. J. DA LAPA	PROFESSOR	8º	31,0	CLASSIFICADO
9	363	ANDERSON SEREWEPTÊ SE-RE' OMODI URAXÉ	ALDEIA BARREI-RO	PROFESSOR	9°	29,0	APROVADO
10	**320**	REGIANE WA UTOMO WA	ALDEIA PAPA PAULO VI	PROFESSOR	10º	29,0	APROCADO
11	**240**	KELLY KISSES PAGNONCELLI	ALDEIA MATA VERDE	PROFESSOR	11º	28,0	APROVADO
12	**226**	FRIDELINO TSERE WAMARI	ALDEIA ESTRELA	PROFESSOR	12º	28,0	CLASSIFICADO
13	**82**	ROSENEIDE RO O RAIHO TSERETSU	ALDEIA SANTA CLARA	PROFESSOR	13º	28,0	CLASSIFICADO
14	**278**	REGIANE RERITIWE TSE-REHITE	ALDEIA RIO P. ALEGRE	PROFESSOR	14º	28,0	APROVADA

15	**318**	CRISTIANE T. E UDZEI O TSIMRIHU	ALDEIA PAPA PAULO VI	PROFESSOR	15º	28,0	CLASSIFICADO	
16	**131**	AGEU TSERENHOWAMRE PINI RU	ALDEIA IM. CONCEIÇÃO	PROFESSOR	16º	27,5	APROVADO	
17	**175**	CHRISTOPHER DZEWA TSIMRIHU	ALDEIA PAPA PAULO VI	PROFESSOR	17º	27,0	CLASSIFICADO	
18	**246**	JOSAIR SA RAIWA	ALDEIA ALDEINHA	PROFESSOR	18º	26,0	APROVADO	
19	**74**	VALDINEI TSEREPAI UPREWA	ALDEIA STA HELENA	PROFESSOR	19º	26.0	CLASSIFICADO	
20	**93**	SINVAL TOMODZE TSERENHIOMO	ALDEIA BOM JESUS LAPA	PROFESSOR	20º	24,0	ELIMINADO	
21	**49**	SILVERIO MAMARI DZUWE	ALDEIA ALDEINHA	PROFESSOR	21º	24,0	ELIMINADO	
22	**275**	VILMAR ROB RE WAPARI E	ALDEIA ESTRELA	PROFESSOR	22º	23,0	ELIMINADO	
23	**200**	JOAO PAULO TSEREWAA	ALDEIA B. JESUS DA LAPA	PROFESSOR	23º	22,0	ELIMINADO	
24	**244**	LEONICIA PEDUWAIO	ALDEIA RIO PORTO ALEGRE	PROFESSOR	24º	22,0	ELIMINADO	
25	**227**	SILVERIO TSI EIHOMOWE	ALDEIA RIO KULUENE	PROFESSOR	25º	22,0	ELIMINADO	
26	**242**	JOÃO AILTON TSEREROBDI	ALDEIA ESTRELA	PROFESSOR	26º	22,0	ELIMINADO	
27	**177**	JOAO FIDELIS XAVANTE	ALDEIA PAPA PAULO VI	PROFESSOR	27º	21,0	ELIMINADO	
28	**270**	DEUJERIA REWATSU TSEREMEY WA	ALDEIA DEZ MANDAMENTOS	PROFESSOR	28º	21,0	ELIMINADO	
29	**271**	JAVE TOMOTSUTDZA REBE	ALDEIA DEZ MANDAMENTOS	PROFESSOR	29º	19,0	ELIMINADO	
30	**243**	JOSIANA PEREBDZA	ALDEIA BOM JESUS LAPA	PROFESSOR	30º	19,0	ELIMINADO	
31	**241**	FELISMAR TOMOTSUDZA REBE TSEREWATAHIIWÉ	ALDEIA BOM JESUS LAPA	PROFESSOR	31º	19,0	ELIMINADO	
32	**50**	JEDELIO TSEREWATOMOWARI	ALDEIA ALDEINHA	PROFESSOR	32º	19,0	ELIMINADO	
33	**310**	SANDOVAL TSERENHORA	ALDEIA ESTRELA	PROFESSOR	33º	17,0	ELIMINADO	
34	**322**	LULA TSITOMOMEI WA TOMOSUJA	ALDEIA ALDEINHA	PROFESSOR	34º	17,0	ELIMINADO	
35	**210**	BRAULINO TSERENHOU	BOM JESUS LAPA	PROFESSOR	35º	17,0	ELIMINADO	
36	**268**	JOSEP XAVANTE	PEDRA PRETA	PROFESSOR	36º	13,0	ELIMINADO	

PROFESSOR INDÍGENA – SEDE

ORD	INSC.	NOME	LOCALIDADE	FUNÇÃO	ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO	PONTOS	SITUAÇÃO	
1	**324**	REGIANE RETOMO	SEDE	PROFESSOR	1º	42,0	APROVADO	
2	**346**	JOSE BAROCILIO TSERETA'APO	SEDE	PROFESSOR	2º	34,0	CLASSIFICADO	
3	**276**	CLECIANI PEDATA TSERIHITE	SEDE	PROFESSOR	3º	32,0	CLASSIFICADO	
4	**273**	ADOLFO SI RUIPI SIMISUTE	SEDE	PROFESSOR	4º	32,0	CLASSIFICADO	
5	**306**	MARIZETE TSINHOTSEENHERE O	SEDE	PROFESSOR	5º	29,0	CLASSIFICADO	
6	**341**	LIDINEI TSEREURI	SEDE	PROFESSOR	6º	28,0	CLASSIFICADO	
7	**281**	ASSADEZ WA OMOPTE TSERE UBUTE	SEDE	PROFESSOR	7º	28,0	CLASSIFICADO	
8	**308**	CLENIO TSEREBUTUWE	SEDE	PROFESSOR	8º	28,0	CLASSIFICADO	
9	**327**	GILNEI DANTE H. ROMANVATUPI	SEDE	PROFESSOR	9°	27,0	CLASSIFICADO	
10	**215**	MARIANO TSINHIM RUDZANE'EDI	SEDE	PROFESSOR	10º	27,0	CLASSIFICADO	
11	**335**	JACQUELINE PEWAPRI SOUZA MIÉ	SEDE	PROFESSOR	11º	26,0	CLASSIFICADO	
12	**317**	JOSE MARCOS T. UPI O TSEREDZA OHO	SEDE	PROFESSOR	12º	25,0	CLASSIFICADO	
13	**147**	CLEIDIA APARECIDA DE SOUZA	SEDE	PROFESSOR	13º	19,0	ELIMINADO	
14	**195**	JORGE TEMRITE DZAMRA	SEDE	PROFESSOR	14º	19,0	ELIMINADO	

AAE/ TÉCNICO EDUCAÇÃO INFANTIL

ORD	INSC	NOME	LOCALIDADE	FUNÇÃO	ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO	PONTOS	SITUAÇÃO	
1	**117**	TATIANE MENDES LOURENÇO DA SILVA	SEDE	AAE/TÉCNICO EM EDUCAÇÃO INFANTIL	1º	40,0	CLASSIFICADO	
2	**152**	JOAO BATISTA LUIZ JUNIOR	SEDE	AAE/TÉCNICO EM EDUCAÇÃO INFANTIL	2º	35,0	CLASSIFICADO	
3	**251**	RAQUEL GASPARINA NUNES DUTRA	SEDE	AAE/TÉCNICO EM EDUCAÇÃO INFANTIL	3º	35,0	CLASSIFICADO	
4	**39**	LUCAS DO CARMO PEREIRA	SEDE	AAE/TÉCNICO EM EDUCAÇÃO INFANTIL	4º	35,0	CLASSIFICADO	
5	**7**	FRANCIELE MÔNIQUE DA SILVA	SEDE	AAE/TÉCNICO EM EDUCAÇÃO INFANTIL	5º	34,0	CLASSIFICADO	
6	**304**	FABIANO FERREIRA NUNES	SEDE	AAE/TÉCNICO EM EDUCAÇÃO INFANTIL	6º	32,0	CLASSIFICADO	
7	**100**	NAYANE KÜHNE DE PAULA	SEDE	AAE/TÉCNICO EM EDUCAÇÃO INFANTIL	7º	32,0	CLASSIFICADO	
8	**30**	ERICA GONCALVES PIRES	SEDE	AAE/TÉCNICO EM EDUCAÇÃO INFANTIL	8º	30,0	CLASSIFICADO	
9	**11**	JESSICA SAMIRA NAVES	SEDE	AAE/TÉCNICO EM EDUCAÇÃO INFANTIL	9°	30,0	CLASSIFICADO	

10	**204**	DIELLEM MAIA DA SILVA SANTOS	SEDE	AAE/TÉCNICO EM EDUCAÇÃO INFANTIL	10º	30,0	CLASSIFICADO	
11	**78**	SELMA ALVES DOS SANTOS	SEDE	AAE/TÉCNICO EM EDUCAÇÃO INFANTIL	11º	30,0	CLASSIFICADO	
12	**207**	IVONETE MARIA DOS SANTOS	SEDE	AAE/TÉCNICO EM EDUCAÇÃO INFANTIL	12º	29,0	CLASSIFICADO	
13	**150**	KACYA NUNES RIBEIRO	SEDE	AAE/TÉCNICO EM EDUCAÇÃO INFANTIL	13º	29,0	CLASSIFICADO	
14	**287**	SIMONE CRISTINA DE SOUZA	SEDE	AAE/TÉCNICO EM EDUCAÇÃO INFANTIL	14º	28,0	CLASSIFICADO	
15	**354**	ROSANGELA HERCULANO LUIZ	SEDE	AAE/TÉCNICO EM EDUCAÇÃO INFANTIL	15º	28,0	CLASSIFICADO	
16	**99**	ROSICLENE DOS REIS MENDES OLIVEIRA	SEDE	AAE/TÉCNICO EM EDUCAÇÃO INFANTIL	16º	28,0	CLASSIFICADO	
17	**344**	MELQUEZEDEQUE MOURA SILVA	SEDE	AAE/TÉCNICO EM EDUCAÇÃO INFANTIL	17º	28,0	CLASSIFICADO	
18	**26**	NAYARA KUHNE DE PAULA	SEDE	AAE/TÉCNICO EM EDUCAÇÃO INFANTIL	18º	28,0	CLASSIFICADO	
19	**267**	OTAIZA PIRES DA SILVA	SEDE	AAE/TÉCNICO EM EDUCAÇÃO INFANTIL	19º	28,0	CLASSIFICADO	
20	**196**	KAROLINY FERNANDES SANTANA OLIVEIRA	SEDE	AAE/TÉCNICO EM EDUCAÇÃO INFANTIL - SEDE (C.R)	20º	28,0	CLASSIFICADO	
21	**112**	CRISTIANE COELHO GONÇALVES	SEDE	AAE/TÉCNICO EM EDUCAÇÃO INFANTIL	21º	27,0	CLASSIFICADO	
22	**277**	ANNA KARULINA ALVES SILVA	SEDE	AAE/TÉCNICO EM EDUCAÇÃO INFANTIL - SEDE	22º	27,0	CLASSIFICADO	
23	**282**	TATIELE DURANTE	SEDE	AAE/TÉCNICO EM EDUCAÇÃO INFANTIL	23º	27,0	CLASSIFICADO	
24	**45**	ESTER RODRIGUES DE SOUZA	SEDE	AAE/TÉCNICO EM EDUCAÇÃO INFANTIL	24º	27,0	CLASSIFICADO	
25	**253**	VALDIRENE ALVES DA FONSECA	SEDE	AAE/TÉCNICO EM EDUCAÇÃO INFANTIL	25º	26,0	CLASSIFICADO	
26	**8**	JANETE DOMINGA BENTO LIMA	SEDE	AAE/TÉCNICO EM EDUCAÇÃO INFANTIL	26º	26,0	CLASSIFICADO	
27	**107**	ELIVANIA ALVES DE SOUZA DA SILVA	SEDE	AAE/TÉCNICO EM EDUCAÇÃO INFANTIL	27º	26,0	CLASSIFICADO	
28	**160**	LEIDIANE ALVES	SEDE	AAE/TÉCNICO EM EDUCAÇÃO INFANTIL	28º	26,0	CLASSIFICADO	
29	**188**	SIMONE SOUZA PEREIRA	SEDE	AAE/TÉCNICO EM EDUCAÇÃO INFANTIL	29º	26,0	CLASSIFICADO	
30	**201**	KEROLAINE STEFANE SOARES DE OLIVEIRA	SEDE	AAE/TÉCNICO EM EDUCAÇÃO INFANTIL	30º	26,0	CLASSIFICADO	
31	**96**	LUANA IZEMA LUZIA TEIXEIRA DOS REIS LEITE	SEDE	AAE/TÉCNICO EM EDUCAÇÃO INFANTIL	31º	26,0	CLASSIFICADO	
32	**24**	VANUZIA PEREIRA DE MORAIS	SEDE	AAE/TÉCNICO EM EDUCAÇÃO INFANTIL	32º	25,0	CLASSIFICADO	
33	**149**	LORRAINE ISTEFANI DE SOUZA VASCO	SEDE	AAE/TÉCNICO EM EDUCAÇÃO INFANTIL	33º	25,0	CLASSIFICADO	
34	**239**	ELAINE RODRIGUES DA MATA	SEDE	AAE/TÉCNICO EM EDUCAÇÃO INFANTIL	34º	24,0	ELIMINADO	
35	**333**	FLÁVIA SANTANA DE SOUSA	SEDE	AAE/TÉCNICO EM EDUCAÇÃO INFANTIL	35º	24,0	ELIMINADO	
36	**108**	PATRÍCIA DIAS NERY	SEDE	AAE/TÉCNICO EM EDUCAÇÃO INFANTIL	36º	24,0	ELIMINADO	
37	**313**	THAYANNE JUSTINA DE JESUS	SEDE	AAE/TÉCNICO EM EDUCAÇÃO INFANTIL	37º	24,0	ELIMINADO	
38	**56**	SARA LUIZ RIBEIRO	SEDE	AAE/TÉCNICO EM EDUCAÇÃO INFANTIL	38º	24,0	ELIMINADO	
39	**16**	IZES RIBEIRO PEREIRA	SEDE	AAE/TÉCNICO EM EDUCAÇÃO INFANTIL - SEDE (C.R)	39º	24,0	ELIMINADO	
40	**29**	JOAO GABRIEL CAIXETA	SEDE	AAE/TÉCNICO EM EDUCAÇÃO INFANTIL	40º	24,0	ELIMINADO	
41	**145**	URIVELTON SANTOS COSTA	SEDE	AAE/TÉCNICO EM EDUCAÇÃO INFANTIL	41º	24,0	ELIMINADO	
42	**158**	IDELMA PIRES DOS SANTOS	SEDE	AAE/TÉCNICO EM EDUCAÇÃO INFANTIL	42º	23,0	ELIMINADO	
43	**138**	VANESSA DE JESUS PEREIRA	SEDE	AAE/TÉCNICO EM EDUCAÇÃO INFANTIL	43º	23,0	ELIMINADO	
44	**21**	ALMEZINA ROSA CAMPOS	SEDE	AAE/TÉCNICO EM EDUCAÇÃO INFANTIL	44º	22,0	ELIMINADO	
45	**334**	IZIDIA MARIA DOS SANTOS	SEDE	AAE/TÉCNICO EM EDUCAÇÃO INFANTIL	45º	22,0	ELIMINADO	
46	**19**	ANA CARULLYNY DE OLIVEIRA COSTA	SEDE	AAE/TÉCNICO EM EDUCAÇÃO INFANTIL	46º	22,0	ELIMINADO	
47	**265**	LUCELENA LEMES DOS SANTOS	SEDE	AAE/TÉCNICO EM EDUCAÇÃO INFANTIL	47º	20,0	ELIMINADO	
48	**146**	LUANA LELIS DA SILVA	SEDE	AAE/TÉCNICO EM EDUCAÇÃO INFANTIL	48º	18,0	ELIMINADO	
49	**167**	CELIA DE JESUS CABRAL SANTANA	SEDE	AAE/TÉCNICO EM EDUCAÇÃO INFANTIL	49º	17,0	ELIMINADO	
50	**65**	ROSA APARECIDA DE SOUZA	SEDE	AAE/TÉCNICO EM EDUCAÇÃO INFANTIL	50º	17,0	ELIMINADO	
51	**76**	LUCIENE GABRIEL DIAS BRITO	SEDE	AAE/TÉCNICO EM EDUCAÇÃO INFANTIL	51º	17,0	ELIMINADO	
52	**252**	ANDREIA SANTOS MOURA	SEDE	AAE/TÉCNICO EM EDUCAÇÃO INFANTIL	52º	17,0	ELIMINADO	

53	**222**	SILVIA CÂNDIDA DE ARAÚJO	SEDE	AAE/TÉCNICO EM EDUCAÇÃO INFANTIL	53º	17,0	ELIMINADO
54	**144**	MARAIZA OLIVEIRA MARTINS	SEDE	AAE/TÉCNICO EM EDUCAÇÃO INFANTIL	54º	17,0	ELIMINADO
55	**15**	RAIZA FLAMENA RIBEIRO SILVA	SEDE	AAE/TÉCNICO EM EDUCAÇÃO INFANTIL	55º	15,0	ELIMINADO
56	**302**	PAULA VANUCIA SOUZA SILVA	SEDE	AAE/TÉCNICO EM EDUCAÇÃO INFANTIL - SEDE (C.R)	56º	11,0	ELIMINADO
PROFESSOR ANOS INICIAIS – DISTRITO / SÃO JOSÉ DO COUTO							
ORD	**INSC**	**NOME**	**LOCALIDADE**	**FUNÇÃO**	**ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO**	**PONTOS**	**SITUAÇÃO**
1	**284**	GRACE MARA ALEXANDRE SILVA OLIVEIRA	DISTRITO SJC	PROFESSOR ANOS INICIAIS	1º	22,0	ELIMINADO
AAE/ NUTRIÇÃO / DISTRITO / SÃO JOSÉ DO COUTO							
ORD	INSC	NOME	LOCALIDADE	FUNÇÃO	ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO	PONTOS	SITUAÇÃO
1	**237**	RAYMA KARIELLY FERREIRA DOS SANTOS	DISTRITO SJC	AAE/TÉCNICO EM NUTRIÇÃO	1º	20,0	ELIMINADO
2	**20**	ELIZANGELA MARTINS DA SILVA	DISTRITO SJC	AAE/TÉCNICO EM NUTRIÇÃO -	2º	11,0	ELIMINADO
AAE/ LIMPEZA / DISTRITO / SÃO JOSÉ DO COUTO							
ORD	INSC	NOME	LOCALIDADE	FUNÇÃO	ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO	PONTOS	SITUAÇÃO
1	**257**	ISLAINE PALOMA SILVA RODRIGUES	DISTRITO SJC	AAE/ TÉCNICO EM LIMPEZA	1º	24,0	ELIMINADO
2	**199**	CAMILLY VITORIA MARTINS SOUZA	DISTRITO SJC	AAE/ TÉCNICO EM LIMPEZA	2º	18,0	ELIMINADO
3	**95**	LUCENI GONÇALVES DA SILVA	DISTRITO SJC	AAE/ TÉCNICO EM LIMPEZA	3º	15,0	ELIMINADO
FONOAUDIÓLOGO							
ORD	INSC	NOME	LOCALIDADE	FUNÇÃO	ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO	PONTOS	SITUAÇÃO
1					NÃO COMPARECEU		NÃO COMPARECEU
FONOAUDIÓLOGO							
ORD	INSC	NOME	LOCALIDADE	FUNÇÃO	ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO	PONTOS	SITUAÇÃO
1					NÃO COMPARECEU		NÃO COMPARECEU
PSICÓLOGO							
ORD	INSC	NOME	LOCALIDADE	FUNÇÃO	ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO	PONTOS	SITUAÇÃO
1	**137**	NÁDIA SILVA ROSA	SEDE - SMS	PSICÓLOGO	1º	34,0	APROVADO
2	**300**	TATHYANA SILVESTRE FONTÃO	SEDE - SMS	PSICÓLOGO	2º	32,0	CLASSIFICADO
3	**32**	OTAVIO MARTINS MACHADO AREND	SEDE - SMS	PSICÓLOGO	3º	26,0	CLASSIFICADO
4	**37**	MARIA CRISTIANE RIBEIRO LARA	SEDE - SMS	PSICÓLOGO	4º	11,0	ELIMINADO
ENFERMEIRO SEDE							
ORD	INSC	NOME	LOCALIDADE	FUNÇÃO	ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO	PONTOS	SITUAÇÃO
1	**101**	KAYO KENNEDY SOARES RESENDE	SEDE – SMS	ENFERMEIRO	1º	28,0	CLASSIFICADO
2	**303**	ELAINE FLAVIA DE CASTILHO AZEVEDO SIQUEIRA	SEDE - SMS	ENFERMEIRO	2º	27,0	CLASSIFICADO
3	**111**	LELIANE FERREIRA DE FRANÇA DOS SANTOS	SEDE - SMS	ENFERMEIRO	3º	26,0	CLASSIFICADO
4	**332**	FRANCILEIDE FERNANDES ALVES	SEDE - SMS	ENFERMEIRO	4º	21,0	ELIMINADO
5	**6**	HELEN CRISTINA GONÇALVES PIRES	SEDE - SMS	ENFERMEIRO	5º	21,0	ELIMINADO
6	**279**	ELON MARTINS VALADAO	SEDE - SMS	ENFERMEIRO	6º	17,0	ELIMINADO
ENFERMEIRO DISTRITO							
ORD	INSC	NOME	LOCALIDADE	FUNÇÃO	ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO	PONTOS	SITUAÇÃO
1	**192**	NIEWTON MENDES DE SOUZA	DISTRITO SJC - SMS	ENFERMEIRO	1º	42,0	APROVADO
NUTRICIONISTA							
ORD	INSC	NOME	LOCALIDADE	CARGO	ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO	PONTOS	SITUAÇÃO
1	**57**	JANAINA JOSÉ DA SILVA	SEDE - SMS	NUTRICIONISTA	1º	22,0	ELIMINADO
2	**355**	ANDRÉA CARLA EBLING	SEDE - SMS	NUTRICIONISTA	2º	21,0	ELIMINADO
3	**38**	JOMARA FERNANDA SOARES DOS SANTOS	SEDE - SMS	NUTRICIONISTA	3º	21,0	ELIMINADO
4	**233**	DAIANE MOURA DE SÁ	SEDE - SMS	NUTRICIONISTA	4º	19,0	ELIMINADO
5	**219**	JESSIKA SOUZA SILVA	SEDE - SMS	NUTRICIONISTA	5º	18,0	ELIMINADO
6	**54**	SINARIA LAIANY RODRIGUES DE SOUZA	SEDE - SMS	NUTRICIONISTA	6º	13,0	ELIMINADO
FISIOTERAPEUTA							
ORD	INSC	NOME	LOCALIDADE/ ALDEIA	CARGO	ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO	PONTOS	SITUAÇÃO

1	**217**	LUCAS ALVES ROSA	SEDE - SMS	FISIOTERAPEUTA	1º	31,0	CLASSIFICADO
2	**162**	FERNANDA CAMILO DO NASCIMENTO FARINA	SEDE- SMS	FISIOTERAPEUTA	2º	26,0	CLASSIFICADO
3	**159**	DANILLA NAIARA AZEVEDO	SEDE- SMS	FISIOTERAPEUTA	3º	18,0	ELIMINADO
4	**127**	MONICA COSTA GOMES	SEDE - SMS	FISIOTERAPEUTA	4º	13,0	ELIMINADO

MÉDICO CLÍNICO GERAL

ORD	INSC	NOME	LOCALIDADE	CARGO	ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO	PONTOS	SITUAÇÃO
1	**88**	LARISSE BRITO DA SILVA	SEDE - SMS	MÉDICO CLÍNICO GERAL	1º	35,0	CLASSIFICADO
2	**345**	LEANDRO DANIEL DIONEZIO	SEDE - SMS	MÉDICO CLÍNICO GERAL	2º	30,0	CLASSIFICADO

TÉCNICO EM ENFERMAGEM

ORD	INSC	NOME	LOCALIDADE	CARGO	ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO	PONTOS	SITUAÇÃO
1	**292**	DORCA ANTUNIS CORREIA	SEDE - SMS	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	1º	32,0	APROVADO
2	**18**	RAIANE GONÇALVES TORQUATO	SEDE - SMS	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	2º	28,0	APROVADO
3	**84**	VALÉRIA REIS ALVES DE OLIVEIRA CARVALHO	SEDE - SMS	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	3º	27,0	CLASSIFICADO
4	**141**	MARLUCIA ANGELO	SEDE - SMS	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	4º	26,0	CLASSIFICADO
5	**2**	ANA PAULA VIEIRA	SEDE- SMS	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	5º	25,0	CLASSIFICADO
6	**360**	VALTENIRA SILVA DE AZEVEDO	SEDE - SMS	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	6º	20,0	ELIMINADO
7	**258**	JOSCINEIDE GONÇALVES FERREIRA	SEDE - SMS	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	7º	20,0	ELIMINADO
8	**12**	VALDIVINO SILVA DOS SANTOS	SEDE - SMS	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	8º	18,0	ELIMINADO
9	**75**	ALCIONE LUIZA PEDRO SANTOS	SEDE - SMS	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	9º	15,0	ELIMINADO

OPERADOR DE MÁQUINAS

ORD	INSC	NOME	LOCALIDADE	CARGO	ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO	PONTOS	SITUAÇÃO
1	**35**	WENEY DIOGO CARDOSO	SEDE – SMT	OPERADOR DE MÁQUINAS	1º	38,0	CLASSIFICADO
2	**343**	DEUSMAR DE JESUS	SEDE – SMT	OPERADOR DE MÁQUINAS	2º	38,0	CLASSIFICADO
3	**357**	WEYGUISTER RUAN R. GUIMARÃES TIETE	SEDE – SMT	OPERADOR DE MÁQUINAS	3º	33,6	CLASSIFICADO

OPERADOR – RETROESCAVADEIRA SEDE

ORD	INSC	NOME	LOCALIDADE	CARGO	ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO	PONTOS	SITUAÇÃO
1	**216**	IRAMILTON TEIXEIRA DE ARAUJO	SEDE – SMT	OPERADOR – RETROESCAVADEIRA	1º	46,0	CLASSIFICADO
2	**307**	JOÃO ROSA BARBOSA	SEDE – SMT	OPERADOR – RETROESCAVADEIRA	2º	27,6	CLASSIFICADO

MOTORISTA CAMINHÃO CAÇAMBA DISTRITO S.J.C

ORD	INSC	NOME	LOCALIDADE	CARGO	ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO	PONTOS	SITUAÇÃO
1	**5**	RONILDO BAZAN DA SILVA	DISTRITO SJC	MOTORISTA CAMINHÃO CAÇAMBA	1º	34,7	CLASSIFICADO

AAE TRANSPORTE ESCOLAR (MOTORISTA) SEDE

ORD	INSC	NOME	LOCALIDADE	CARGO	ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO	PONTOS	SITUAÇÃO
1	**36**	SABINO MAMEDES DA SILVA NETO	SEDE (C.R)	AAE/ TRANSPORTE ESCOLAR -	1º	45,5	APROVADO
2	**46**	FRANKLIN BATISTA SOUSA SILVA	SEDE (C.R)	AAE/ TRANSPORTE ESCOLAR -	2º	43,2	APROVADO
3	**81**	OZIEL OLIVEIRA DE CARVALHO	SEDE (C.R)	AAE/ TRANSPORTE ESCOLAR -	3º	42,7	APROVADO
4	**118**	OSMAR GODOI DA SILVA	SEDE (C.R)	AAE/ TRANSPORTE ESCOLAR -	4º	39,2	APROVADO
5	**125**	VILOMAR ROSA DA SILVA	SEDE (C.R)	AAE/ TRANSPORTE ESCOLAR -	5º	37,2	CLASSIFICADO
6	**338**	CLOVIS FERREIRA DOS SANTOS	SEDE (C.R)	AAE/ TRANSPORTE ESCOLAR -	6º	34,1	CLASSIFICADO

OPERADOR RETROESCAVADEIRA DISTRITO S.J.C

ORD	INSC	NOME	LOCALIDADE	FUNÇÃO	ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO	PONTOS	SITUAÇÃO
1					NÃO COMPARECEU		NÃO COMPARECEU

OPERADOR PÁ CARREGADEIRA DISTRITO S.J.C

ORD	INSC	NOME	LOCALIDADE	FUNÇÃO	ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO	PONTOS	SITUAÇÃO
1					NÃO COMPARECEU		NÃO COMPARECEU

OPERADOR MOTONIVELADOURA DISTRITO S.J.C

ORD	INSC	NOME	LOCALIDADE	FUNÇÃO	ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO	PONTOS	SITUAÇÃO
1					NÃO COMPARECEU		NÃO COMPARECEU

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N° 3852 DE 18 DE MARÇO DE 2022

DECRETO N° 3852 DE 18 DE MARÇO DE 2022

Dispõe sobre o fechamento de unidades escolares inativas, de forma definitiva, no Município de Campinápolis-MT.

JOSÉ BUENO VILELA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições conferida pelo Art.19 da Instrução Normativa n° 002/2013 – CEE/MT.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam desativadas, de forma definitiva, as unidades escolares de Educação Básica, inativas, no Município de Campinápolis-MT, citada na tabela abaixo:

Código	Nome das Unidades Escolares
752	Escola Municipal Água Azul
753	Escola Municipal Beija Flor
754	Escola Municipal Cachoeira
755	Escola Municipal Cachoeira Alta
756	Escola Municipal Campo Alto
759	Escola Municipal Cinco Estrelas
762	Escola Municipal Córrego da Aldeia
764	Escola Municipal Córrego Seco
765	Escola Municipal Colorado I
767	Escola Municipal Colorado Dois
768	Escola Municipal Cristalina
770	Escola Municipal Espírito Santo
771	Escola Municipal Goiás
772	Escola Municipal Gonçalves
784	Escola Municipal João Jacinto
785	Escola Municipal Juscelino Kubstschek de Oliveira
786	Escola Municipal Morrinhos
790	Escola Municipal Matão
791	Escola Municipal Nossa Senhora da Guia
792	Escola Municipal Novo Horizonte
793	Escola Municipal Novo Mundo
794	Escola Municipal Pateiro
795	Escola Municipal Placa da Nativa
796	Escola Municipal Proj. Sucupira
798	Escola Municipal São Carlos
800	Escola Municipal São João
801	Escola Municipal São Lourenço
802	Escola Municipal São Sebastião
803	Escola Municipal de Primeiro Grau Santo Antônio
804	Escola Municipal Serra Verde
805	Escola Municipal Serra Bonita
807	Escola Municipal Serra Dourada
808	Escola Municipal Seringueira
809	Escola Municipal Três Irmãos
813	Escola Municipal Tubiatã
815	Escola Municipal Vanjopolis
817	Escola Municipal Vale do Ipê
836	Escola Municipal Ramata
837	Escola Municipal Córrego do Meio
850	Escola Municipal Dois Corações
851	Escola Municipal Samambaia
852	Escola Municipal *Dharmakaya*
853	Escola Municipal Banco Terra
3227	Escola Municipal Indígena Madre Marta
3228	Escola Municipal Indígena Mata Virgem
3232	Escola Municipal Indígena São Francisco
3237	Escola Municipal Indígena Sebastião Antônio da Costa
4625	Anastácio Feliciano Laves
4626	Escola Municipal Anaastácio Feliciano Alves

Art.2°. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis – MT, 18 de março de 2022.

JOSÉ BUENO VILELA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
DECRETO EXECUTIVO Nº 68, DE 17 DE MARÇO DE 2022.

APLICA REAJUSTE À VERBA INDENIZATÓRIA DE QUE TRATA A LEI MUNICIPAL Nº 1.821, DE 31 DE MARÇO DE 2016.

O **PREFEITO MUNICIPAL** de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município e,

Considerando:

o constante do parágrafo único do art. 6º da Lei Municipal nº 1.821/2016; o Memorando nº 050/2022, datado de 11 de janeiro de 2022, proveniente da Secretaria Municipal de Saúde; o Decreto Executivo Nº 042, de 02 de abril de 2019; o Memorando nº 37/2022, datado de 17 de março de 2022, proveniente do Departamento de Contabilidade, vinculado à Secretaria Municipal de Finanças, que apresentou o índice que compõe o indexador UFCNP, com percentual de 27,69% (vinte e sete inteiros e sessenta e nove centésimo por cento); o Parecer Jurídico 63/2022, datado de 09 de fevereiro de 2022, exarado pela Assessoria Jurídica; a necessidade administrativa.

DECRETA:

Art. 1º. Os valores referidos na Lei Municipal nº 1.821/2016 ficam atualizados em 27,69% (vinte e sete inteiros e sessenta e nove centésimo por cento), conforme autorização dada pelo parágrafo único do art. 6º da referida Lei Municipal.

Com a aplicação da variação de 27,69% (vinte e sete inteiros e sessenta e nove centésimo por cento), os novos valores das verbas indenizatórias seguirão a seguinte composição:

VERBAS IDENIZATÓRIAS	VALOR REAJUSTADO
Até 500 KM	R$ 190,67
Até 1.000 KM	R$ 381,36
Acima de 1.000 KM	R$ 440,03

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 17 dias do mês de março de 2022.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, no Portal da Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

CARLA CRISTINA FREITAS SILVA

Secretária Municipal de Administração

RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 015/2022 CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2019

O Município de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, inscrito no CNPJ sob o n°. 24.772.287/0001-36 solicita o comparecimento, no prazo máximo de **15 (quinze) dias**, a contar da publicação do presente EDITAL, dos candidatos aprovados no Concurso Público Municipal nº 002/2019 a fim de assumir sua respectiva função, nos termos que determina os arts. 23 e 24 da Lei Municipal n° 1.130/2006 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Campo Novo do Parecis.

O não comparecimento do candidato no prazo acima estabelecido implicará no reconhecimento da DESISTÊNCIA E RENUNCIA quanto ao preenchimento do cargo para o qual foi aprovado, reservando-se a administração o direito de convocar o próximo candidato.

Cargo*:* MÉDICO CLÍNICO GERAL USF – DISTRITO MARECHAL RONDON

CLASS.	NOME
03°	TONY HIROSHI KATSURAGAWA

O candidato aprovado acima relacionado deverá comparecer a Coordenadoria de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal munida dos documentos constantes no Edital de Concurso Público n° 002/2019, no prazo legalmente previsto.

Campo Novo do Parecis/MT, aos 17 dias do mês de março de 2022.

Rafael Machado Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 014/2022 CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2019

O Município de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, inscrito no CNPJ sob o n°. 24.772.287/0001-36 solicita o comparecimento, no prazo máximo de **15 (quinze) dias**, a contar da publicação do presente EDITAL, dos candidatos aprovados no Concurso Público Municipal nº 002/2019 a fim de assumir sua respectiva função, nos termos que determina os arts. 23 e 24 da Lei Municipal n° 1.130/2006 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Campo Novo do Parecis.

O não comparecimento do candidato no prazo acima estabelecido implicará no reconhecimento da DESISTÊNCIA E RENUNCIA quanto ao preenchimento do cargo para o qual foi aprovado, reservando-se a administração o direito de convocar o próximo candidato.

Cargo*:* MÉDICO CLÍNICO GERAL USF – DISTRITO MARECHAL RONDON

CLASS.	NOME
03°	HERMISON SPIESS

O candidato aprovado acima relacionado deverá comparecer a Coordenadoria de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal munida dos documentos constantes no Edital de Concurso Público n° 002/2019, no prazo legalmente previsto.

Campo Novo do Parecis/MT, aos 17 dias do mês de março de 2022.

Rafael Machado Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 389, DE 18 DE MARÇO DE 2022.

EXONERA A SENHORA **LUANA DE PAULA LASTA** DO CARGO EM COMISSÃO DE **INSTRUTORA DE OFICINA DE ARTE**.

Exonerar,a partir de 16 de março de 2022, a senhora **Luana de Paula Lasta**, portadora do CPF sob nº 106.518.009-86, do cargo em comissão de **Instrutora de Oficina de Arte**.

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 388, DE 18 DE MARÇO DE 2022.

NOMEIA A SENHORA **TAMILY ALMEIDA MOURA** PARA O CARGO EM COMISSÃO DE **CHEFE DE APOIO ADMINISTRATIVO.**

Nomear**,** a partir de 09 de março de 2022, a senhora **Tamily Almeida Rocha**, portadora do CPF sob nº 057.856.541-21 para o cargo em comissão de **Chefe de Apoio Administrativo.**

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 387, DE 18 DE MARÇO DE 2022.

EXONERA, A PEDIDO, A SENHORA **ROSÁLIA DE ARAUJO COLOMBO** DO CARGO EFETIVO DE **PROFESSORA 30 H – LICENCIATURA PLENA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS – ÁREA URBANA.**

Exonerar, a pedido, a partir de 08 de março de 2022, a senhora **Rosália de Araujo Colombo**, CPF 943.757.202-04, nomeada através da Portaria nº 240 de 20 de março de 2020, do cargo efetivo de **Professora 30 H – Licenciatura Plena em Ciências Biológicas – Área Urbana.**

FUNDO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CAMPO NOVO DO PARECIS - MT
EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO

O DIRETOR EXECUTIVO DO FUNDO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CAMPO NOVO DO PARECIS, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, PUBLICA:

EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 004/2022.

CONTRATANTE: FUNDO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT.

CONTRATADO: **EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÃO DA PREVIDÊNCIA – DATAPREV S.A.**,inscrita no CNPJ sob n°. 42.422253/0001-01.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO SAAS (SOFTWARE AS A SERVICE) PARA OPERACIONALIZAÇÃO DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA ENTRE O RGPS E OS RPPS DOS SERVIDORES DA UNIÃO, DOS ESTADOS, DO DISTRITO FEDERAL E DOS MUNICÍPIOS, E ENTRE OS REGIMES PRÓPRIOS.

VALOR: **R$ 3.480,12** (três mil e quatrocentos e oitenta reais e doze centavos).

PRAZO: 60 (sessenta) meses. **VIGÊNCIA:** 02/03/2022 à 01/03/2027.

FUNDAMENTO LEGAL: Modalidade Inexigibilidade inciso II do art. 25, da Lei 8.666/93 e suas posteriores atualizações.

Este Contrato entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 02 de março de 2022.

Campo Novo do Parecis/MT, 18 de março de 2022.

SANDRO SILVIO CATTANEO

Diretor Executivo/Gestor Financeiro – FUNSEM

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
DECRETO EXECUTIVO Nº 66, DE 15 DE MARÇO DE 2022.

INSTITUI O PROTOCOLO INTEGRADO DE ATENDIMENTO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS OU TESTEMUNHAS DE VIOLÊNCIA, CONFORME LEI FEDERAL 13.431/2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO:

a Lei Federal nº 13.431, de 4 de abril de 2017, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência; o Decreto nº 9.603, de 10 de dezembro de 2018, que regulamenta a Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017; o artigo 12 da Convenção Internacional dos Direitos das Crianças, que assegura à criança e ao adolescente o direito de serem ouvidos em todo processo judicial ou administrativo que possa afetar seu interesse; a Resolução nº 20 do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (2005), que resguarda os direi-

tos da criança e do adolescente à livre expressão e participação em todos os processos judiciais ou administrativo que lhe digam respeito; a Portaria Municipal nº 669, de 16 de Julho de 2021, que nomeou membros do Comitê de Gestão Colegiada da Rede de Cuidados de Proteção Social as Crianças e Adolescentes vítimas ou testemunhas de violência; o Ato Conjunto nº 001/2022 realizado por diversas autoridades competentes, com a finalidade de implantar o Protocolo Integrado de Atendimento a Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência, bem como o Fluxograma, no âmbito dos procedimentos e condutas de Campo Novo do Parecis; a necessidade administrativa.

DECRETA:

Art. 1º. Fica instituído o **Protocolo Integrado de Atendimento a Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência**, nos termos do Anexo II e II do Ato Conjunto nº 001/2022, com a finalidade de evitar o desgaste emocional e de proteção à integridade físico-psíquica contra a violência institucional causada pelas desnecessárias repetições da situação de violência.

Art.2º. A instituição do Protocolo Integrado será exclusivamente adotado nos procedimentos e condutas no âmbito do Município de Campo Novo do Parecis, e seguirá o Fluxograma previsto no Anexo II do Ato Conjunto nº 001/2022.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 15 de março de 2022.

RAFAEL MACHADO Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

CARLA CRISTINA FREITAS SILVA Secretária Municipal de Administração

---

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 001/2022
RETIFICAÇÃO 003

O MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. RAFAEL MACHADO, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei **RESOLVE, promover adequações** do edital de Processo Seletivo Público nº 001/2022.

Torna público a retificação ao Edital nos seguintes termos:

1. O dispositivo 5.1. do **CAPÍTULO V,**

ONDE SE LÊ:

5.1 Para os candidatos às vagas dos cargos de Agente Comunitário de Saúde e Agente de Combate às Endemias. Corresponderá a nota da **Prova escrita/objetiva**. Constando na Ata de Classificação Final, somente os candidatos que obtiverem média final igual ou superior a **5,00 (cinco).**

Dada da seguinte forma:

NF= NPE

Sendo:

NF: Nota Final

NPE: Nota Da Prova Escrita

LEIA-SE:

5.1 Para os candidatos às vagas dos cargos de Agente Comunitário de Saúde e Agente de Combate às Endemias. Corresponderá a nota da **Prova escrita/objetiva**. Constando na Ata de Classificação Final, somente os candidatos que obtiverem média final igual ou superior a **50 (cinquenta).**

Dada da seguinte forma:

NF= NPE

Sendo:

NF: Nota Final

NPE: Nota Da Prova Escrita

2. O dispositivo 2.1. do **ANEXO III**,

ONDE SE LÊ:

2.1. Conteúdos: Aspectos históricos, geográficos, políticos, administrativos, institucionais, econômicos, sociais e atuais do Município, da microrregião, da região, do Estado de Santa Catarina, do País e em nível global. Identificação de autoridades do Governo Federal, do Governo do Estado de Santa Catarina e do Município, segundo os respectivos cargos, ou mesmo de autoridades de outros países, ou lideranças de influência mundial. Aspectos contemporâneos da humanidade. Conhecimentos históricos, geográficos, políticos e político-administrativos, em geral; conhecimentos atuais sobre meio ambiente, aquecimento global. Conhecimentos relacionados ao meio ambiente, mudanças climáticas, geração e fontes de energia, inclusive fontes alternativas. Atualidades econômicas e políticas, em nível local, regional, estadual, nacional e mundial, segundo o grau de conhecimentos e formação exigido para o exercício dos cargos em seleção. Conhecimentos gerais e atuais relacionados ao meio ambiente, mudanças e outros fenômenos climáticos.

LEIA-SE:

2.1. Conteúdos: Aspectos históricos, geográficos, políticos, administrativos, institucionais, econômicos, sociais e atuais do Município, da microrregião, da região, do **Estado do Mato Grosso**, do País e em nível global. Identificação de autoridades do Governo Federal, do Governo do **Estado do Mato Grosso** e do Município, segundo os respectivos cargos, ou mesmo de autoridades de outros países, ou lideranças de influência mundial. Aspectos contemporâneos da humanidade. Conhecimentos históricos, geográficos, políticos e político-administrativos, em geral; conhecimentos atuais sobre meio ambiente, aquecimento global. Conhecimentos relacionados ao meio ambiente, mudanças climáticas, geração e fontes de energia, inclusive fontes alternativas. Atualidades econômicas e políticas, em nível local, regional, estadual, nacional e mundial, segundo o grau de conhecimentos e formação exigido para o exercício dos cargos em seleção. Conhecimentos gerais e atuais relacionados ao meio ambiente, mudanças e outros fenômenos climáticos.

Revogam-se as retificações nº 001 e nº 002 publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso nas datas de 16 de março de 2022 e 17 de março de 2022, respectivamente.

Campo Novo do Parecis/MT, 21 de março de 2022.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

DISPENSA DE LICITAÇÃO 20/2022

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis/MT

FORNECEDOR: VILLE DE FRANCE VEICULOS LTDA

CNPJ: 07.539.157/0001-39

OBJETO: Dispensa de licitação para revisão obrigatória que tem por objeto a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de revisão preventiva obrigatória de 60.000 km, com troca de peças do veículo CITROEN JUMP MINIBUS 1.6, placa RAT9F83, VAN – 348, pertencente á frota municipal, vinculado á Secretaria Municipal de Saúde.

DO FUNDAMENTO LEGAL: artigo 24, XVII da Lei n.º. 8.666/93.

VALOR TOTAL: R$ R$ 1.860,00 (um mil e oitocentos e sessenta reais).

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 386, DE 18 DE MARÇO DE 2022.

NOMEIA A SENHORA **ROBERTA CRISTINA FREITAS SILVA** PARA O CARGO EM COMISSÃO DE **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.**

Nomear,a partir de 21 de março de 2022, a senhora **Roberta Cristina Freitas Silva**, portador do CPF sob nº 065.385.826-48, para o cargo em comissão de **Secretária Municipal de Assistência Social**.

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 385 DE 18 DE MARÇO DE 2022.

EXONERA O SENHOR **TARCIO MOREIRA DE OLIVEIRA** DO CARGO EM COMISSÃO DE **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**.

Exonerar,a partir de 21 de março de 2022, o senhor **Tarcio Moreira de Oliveira**, portador do CPF sob nº 316.187.582-68, do cargo em comissão de **Secretário Municipal de Assistência Social**.

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
PORTARIA Nº 380, DE 17 DE MARÇO DE 2022.

DESIGNA AS SERVIDORAS **LUCIANE PEREIRA SILVA SUNIGA** E **VALÉRIA MIQUILIN DA SILVA** PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR A EXECUÇÃO DO CONTRATO N° 038/2022.

AVISO DE RESULTADO PE 012/2022

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS**,** através do seu Pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados que na licitação com modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO 012/2022**, destinado **a REGISTRO DE PREÇOS** para futura e eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção na varredeira modelo Romanelli CVR 600, ano 2018, com todos os materiais e peças necessárias para a execução dos serviços, teve como vencedora a empresa: **LION COMERCIO DE PECAS E EQUIPAMENTOS PARA VEICULOS EIRELI** com valor total de **R$ 55.000,00 (cinqüenta e cinco mil reais).**

Campo Novo do Parecis-MT, 18 de março de 2022.

_____

Leandro Nery Varaschin

Pregoeiro

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 019/2022

PREGÃO ELETRÔNICO 012/2022 – REGISTRO DE PREÇOS

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis/MT.

FORNECEDOR: LION COMERCIO DE PECAS E EQUIPAMENTOS PARA VEICULOS EIRELI

VIGÊNCIA: 12 meses, contados a partir de sua publicação.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO NA VARREDEIRA MODELO ROMANELLI CVR 600, ANO 2018, COM TODOS OS MATERIAIS E PEÇAS NECESSÁRIAS PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.

VALOR: R$ 55.000,00

RECURSOS HUMANOS
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 004/2021 EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 010/2022

O Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o que determina o art. 37, item IX da Constituição Federal, e o disposto na Lei Municipal nº. 1. 544, de 19 de dezembro de 2012, que reestrutura o Regime Jurídico Administrativo de contratação temporária de pessoal, por tempo determinado, para atender interesse público e Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 004/2021.

CONSIDERANDO: o Memorando nº 318/2022 datado de 11 de março de 2022, proveniente da Secretaria Municipal de Educação.

C O N V O C A

O abaixo relacionado, aprovado no Processo Seletivo Simplificado Emergencial, deverá comparecer no prazo de **05 (cinco) dias úteis,** a contar da data da publicação do Edital de Convocação na imprensa oficial, na Coordenadoria de Recursos Humanos desta Prefeitura, no horário de 7h às 11h e de 13h às 15h, para assumir suas funções, na conformidade da Lei, munido dos documentos constantes no Edital de Processo Seletivo Simplificado n° 004/2021.

O não comparecimento do (a) interessado (a) no prazo previsto e não apresentação da documentação prevista acima implicará no reconhecimento da **DESISTÊNCIA E RENÚNCIA** quanto ao preenchimento do cargo para o qual foi aprovado (a), reservando-se à Administração o direito de convocar outro candidato.

Cargo: AGENTE EDUCACIONAL INFANTIL – ÁREA URBANA

	CANDIDATO
43°	IVANILDA DE SOUZA LIMA
44°	WILMA ZAGO NEVES
45°	TANIA MARA SCHIAVINI
46°	SIMONE MATOS NASCIMENTO
47°	MARIA JOSE NASCIMENTO DA SILVA

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, no Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

Campo Novo do Parecis, aos 14 dias do mês de março de 2022.

RAFAEL MACHADO Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
EXTRATO DE ADITAMENTO

Aditivo nº 08 ao Contrato 03/2018

Partes: Município de Campo Novo do Parecis x **BELCHIOR SERVIÇOS TERCERIZADOS EIRELI -EPP**,inscrita no CNPJ sob n° 00.770.653/0001-50.

Objeto: Fica concedida a repactuação contratual, com base na planilha de custos da Contratada, o percentual de 9,07% (nove vírgula zero sete por cento) a partir do mês de janeiro de 2022.

§ 1º O valor total da repactuação será de 95.172,00 (noventa e cinco mil, cento e setenta e dois reais), referente ao acréscimo de R$ 317,24 (trezentos e dezessete reais e vinte e quatro centavos), ao pagamento de 25 funcionarias por mês, durante o período de 12 meses.

Dotação Orçamentária:

Órgão: 09 – Secretaria Municipal de Educação

Unidade: 002 – Departamento de Educação

Programática: 09.002.12.306.0007.20062.3.3.90.39.00.00

Fonte de Recurso: 0.1.00.000000 – Recursos Ordinários – Exercício

Data: 18/03/2022

Procedimento Licitatório: Pregão Presencial n° 136/2017 e Ata de Registro de Preços n° 227/2017.

Secretaria: Secretaria de Educação

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 003/2022

INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO para repasse de recursos financeiros a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE para auxílio financeiro na manutenção das despesas da Escola Especial Bem-Me-Quer, com o pagamento de pessoal especializado, remuneração, encargos trabalhistas e demais obrigações decorrentes ao atendimento da Educação Especial.

O caput do artigo 31, da Lei 13.019/2014, dispõe acerca da inexigibilidade do Chamamento Público, in verbis:

Art. 31. Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica, (...)

Considerando a exposição dos motivos exarados pela ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE, no Ofício nº 093/2021, em conformidade com o artigo 31 da Lei 13.019/2014, **TORNO PÚBLICA** a inexigibilidade de Chamamento Público para formalização de Termo de Fomento com a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE, para apoio financeiro na manutenção das despesas da Escola Especial Bem-Me-Quer, pagamento de pessoal especializado, remuneração, encargos trabalhistas e demais obrigações decorrentes para o atendimento da Educação Especial, assegurando o atendimento a 145 (cento e quarenta e cinco) alunos para o ano letivo de 2022, no valor total de R$ 978.000,00 (novecentos e setenta e oito mil reais), a serem pagos em 11 parcelas.

Encaminhem-se os autos ao Departamento Legislativo para as medidas previstas no §1º do artigo 32 da Lei 13.019/2014.

Campo Novo do Parecis/MT, 15 de março de 2022.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
DECRETO EXECUTIVO Nº 69, DE 17 DE MARÇO DE 2022.

Republicado para Correção

EMENTA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária Nº. 2.276/2021 e Lei Nº 2.244/2021 - LDO.

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício o Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município, no montante de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais), destinado ao reforço da seguinte Dotação Orçamentária:

09	**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**		
002	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO		
12.306.0007. 20062	MANUTENÇÃO COM MERENDA ESCOLAR		
3390000000	Aplicações diretas		
25000000000	Recursos ordinários - exercício anterior	R$	300. 000,00

Art. 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso os provenientes do Superávit Financeiro, de acordo com o Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320/64.

Parágrafo Único: O Crédito Adicional aberto no artigo 1º deste decreto onera o limite estabelecido no inciso II do Art. 5º da Lei Orçamentária nº 2. 276/2021- LOA.

Art. 3º**.** As alterações constantes desta Lei passam a integrar a Lei Municipal nº 2.228, de 13 de setembro de 2021, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2022 a 2025, a Lei Municipal nº 2.244, de 04 de novembro de 2021, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2022 – LDO, e a Lei Municipal nº 2.276 de 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2022– LOA.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, Estado do Mato Grosso, em 17 de março de 2022.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

CARLA CRISTINA FREITAS SILVA

Secretária Municipal de Administração

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
EXTRATO DE ADITAMENTO ADITIVO Nº 06 AO CONTRATO 09/2019

Partes: Município de Campo Novo do Parecis x **BELCHIOR SERVIÇOS TERCERIZADOS EIRELI -EPP**,inscrita no CNPJ sob n° 00.770.653/ 0001-50.

Objeto: Prorroga-se o prazo do contrato por mais um período de 12 (doze) meses, a partir de 19 de março de 2022 e término em 18 de março de 2023.

Valor: - Fica concedida a repactuação contratual, com base na planilha de custos da Contratada, o percentual de 10,33% (dez inteiros e trinta e três centésimos por cento) a partir do mês de março de 2022.

§ 1º Sendo o valor unitário da tonelada de R$ 163,58 (cento e sessenta e três reais, e cinquenta e oito centavos), passando a ser no valor de **R$ 180,47 (cento e oitenta reais e quarenta e sete centavos)**, referente ao pagamento da contratada durante 12 meses de serviços prestados.

R$ 2.057.358,00

Dotação Orçamentária:

Órgão: 08 – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente

Unidade: 004 – Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico

Programática: 08.004.17.452.0006.20141.3.3.90.34.00.00

Fonte de Recurso: 1.5.00.000000 – Recursos Ordinários Exercício

Data: 17/03/2022

Procedimento Licitatório: Pregão Presencial do Tipo Menor Preço Por Item º 004/2019

Secretaria: Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente

FUNDO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CAMPO NOVO DO PARECIS - MT
PORTARIA Nº 35/2022, DE 18 MARÇO DE 2022

PORTARIA Nº 35/2022, DE 18 MARÇO DE 2022

Nomear agente fiscalizadora do Contrato nº 004/2022.

O DIRETOR EXECUTIVO/GESTOR FINANCEIRO DO FUNSEM – FUNDO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CAMPO NOVO DO PARECIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º - NOMEAR a servidora **ELIZANGELA VIEIRA BATISTA DA ROCHA,** para exercer a função de agente fiscalizadora do Contrato nº 004/2022 de prestação de serviços SAAS (SOFTWARE AS A SERVICE) para OPERACIONALIZAÇÃO DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA ENTRE O RGPS E OS RPPS DOS SERVIDORES DA UNIÃO, DOS ESTADOS, DO DISTRITO FEDERAL E DOS MUNICÍPIOS, E ENTRE OS REGIMES PRÓPRIOS, destinado ao Fundo de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Campo Novo do Parecis-MT.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 02 de março de 2022.

Registre, publique e cumpra-se.

Campo Novo do Parecis - MT, 18 de março de 2022.

SANDRO SILVIO CATTANEO

Diretor Executivo/Gestor Financeiro – FUNSEM

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 390, DE 18 DE MARÇO DE 2022.

NOMEIA O SENHOR **CLEITON ALMEIDA SILVA** PARA O CARGO EM COMISSÃO DE **INSTRUTOR DE OFICINA DE ARTE.**

Nomear**,** a partir de 18 de março de 2022, o senhor **Cleiton Almeida Silva**, portador do CPF sob nº 043.582.661-18 para o cargo em comissão de **Instrutor de Oficina de Arte.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

JURÍDICO
LEI Nº. 2810, DE 09 DE MARÇO DE 2022.

***REVOGA A LEI Nº. 2.669, DE 30 DE MARÇO DE 2021,* E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Faz Saber, que a Câmara Municipal de Campo Verde aprovou e ele, sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica expressamente revogada a Lei Municipal nº. 2.669, de 30 de março de 2021.

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, em 09 de março de 2022.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

DESPACHO: sanciono a presente lei, sem emendas.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, de acordo com a legislação vigente, com afixação no local de costume, Data Supra.

CLAUDILEI DE OLIVEIRA BORGES

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
TORNA SEM EFEITO A PUBLICAÇÃO DA DISPENSA N° 007/2022

A Prefeitura Municipal de Campo Verde - MT, torna público para conhecimento dos interessados que decidiu **tornar sem efeito a Publicação DISPENSA N° 007/2022.**

Data da Circulação: Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso (AMM), Terça-Feira, dia 18 de Março de 2022, N° 3.942, pag. 141.

Campo Verde - MT, 18 de Março de 2022.

HÉLIDA B. M. P. HUBNER

Presidente da CPL

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL N° 039/2022

A Prefeitura Municipal de Campo Verde, através da Comissão de Licitação, torna público o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM EM EVENTOS ESPORTIVOS**, na modalidade Pregão (presencial) **n° 039/2022** a se realizar no dia **30 de Março de 2022 às 08h30min**, na sede da Prefeitura Municipal de Campo Verde. Retirada de edital www.campoverde.mt.gov.br. Para esclarecimentos: e-mail: compras@campoverde.mt.gov.br ou telefone (66) 3419-1244**.**Em conformidade com a legislação vigente em vigor. Campo Verde – MT, 18 de Março de 2022.

FABRÍCIA RODRIGUES ZAGO

Pregoeira

JURÍDICO
LEI Nº. 2820, DE 17 DE MARÇO DE 2022.

"DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DA POLÍTICA DE CONSCIENTIZAÇÃO E ATENDIMENTO DAS PESSOAS COM FIBROMIALGIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Faz Saber, que a Câmara Municipal de Campo Verde aprovou, e ele promulga e sanciona a seguinte Lei:

Art. 1°- Fica instituído o **"Dia Municipal de Conscientização da Fibromialgia"**, a ser celebrado, anualmente, no dia 12 de maio.

Art. 2º- O "Dia Municipal de Conscientização da Fibromialgia" tem como objetivo:

I – debater assuntos relacionados com a Fibromialgia;

II – promover a troca de experiências e informações sobre o assunto entre profissionais, pacientes, sociedade em geral;

III – abrir espaço para os profissionais ligados à área da saúde, apresentarem novos estudos e pesquisas sobre a Fibromialgia.

Art. 3º- São diretrizes da Política Municipal de Proteção dos Direitos da Pessoa Fibromialgia:

I - atendimento multidisciplinar;

II - a participação da comunidade na formulação de políticas públicas voltadas para as pessoas com fibromialgia e o controle social da sua implantação, acompanhamento e avaliação;

III - a disseminação à sociedade em geral de informações relativa à fibromialgia e suas implicações;

IV - o incentivo à formação e à capacitação de profissionais especializados no atendimento à pessoa com Fibromialgia e a educação de seus familiares;

V – o estímulo à inserção da pessoa com fibromialgia no mercado de trabalho, com políticas diferenciadas, dada a especificidade de cada caso;

VI - o estímulo à pesquisa científica, contemplando estudos epidemiológicos para dimensionar a magnitude e as características da fibromialgia no município de Campo Verde, sempre associado à políticas públicas eventualmente em vigência à nível nacional.

Art. 4º- Para cumprimento das diretrizes de que trata este artigo, o poder público poderá firmar contrato de direito público ou convênio com pessoas jurídicas de direito privado, com preferência por aquelas sem fins lucrativos.

Art. 5º- A pessoa com fibromialgia é considerada pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais no âmbito municipal assegurando os mesmos direitos acerca do mesmo assunto, garantindo ainda a prioridade de atendimento no âmbito municipal de Campo Verde.

Art. 6º- Ficam as pessoas de direito público e de direito privado localizados no Município de Campo Verde, obrigados a conceder atendimento preferencial às pessoas com fibromialgia.

Art. 7º- O atendimento preferencial previsto nesta lei terá o mesmo tratamento daquele concedido às pessoas com deficiência, os idosos com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, as gestantes, as lactantes, as pessoas com crianças de colo e os obesos, nos termos da lei federal nº. 10.048, de 08 de novembro de 2000.

Art. 8º - A identificação das pessoas com fibromialgia, para os fins previstos nesta lei, se dará mediante a apresentação de Carteira de Identificação, emitida por órgão a ser definido pelo Poder Executivo local.

§1º- A Carteira de Identificação da pessoa com Fibromialgia será emitida sem qualquer custo ao interessado.

§2º- Caberá ao Poder Executivo a fiscalização dos assuntos relacionados à Carteira de Identificação da pessoa com Fibromialgia.

§3º- O Poder Executivo deverá dar ampla divulgação deste direito à população campoverdense.

§4º- A Carteira de Identificação da pessoa com Fibromialgia será expedida em, no máximo, 30 dias, mediante requerimento instruído com laudo médico que comprove a condição da enfermidade, devendo, ainda, atender aos critérios definidos pelo Poder Executivo em regulamentação própria.

Art. 9º- Os estabelecimentos que descumprirem o disposto na presente lei sofrerão as seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multa de 300 UPFCV;

III - multa de 600 UPFCV, nos casos de reincidência;

§1º- As penalidades previstas nos incisos I, II, III, serão aplicadas em ordem crescentes, de acordo a aplicação das penalidades previstas no *caput* obedecerá a regulamento próprio do Poder Executivo, mediante procedimento administrativo formal, garantida ampla defesa e contraditório.

Art. 10 - Para os efeitos desta Lei, é considerada pessoa com fibromialgia aquela que, avaliada por médico reumatologista, fisiatra ou com especialização em dor crônica, preencha os requisitos estipulados pela Sociedade Brasileira de Reumatologia ou órgão que a venha a substituir.

Art. 11- O Poder Executivo regulamentará a presente lei.

Art.12 - Esta lei entrará em vigor, após 90 dias da data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, em 17 de março de 2022.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

DESPACHO: promulgo esanciono a presente lei, sem emendas.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, de acordo com a legislação vigente, com afixação no local de costume, Data Supra.

CLAUDILEI DE OLIVEIRA BORGES

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS

JURÍDICO
LEI COMPLEMENTAR Nº. 155, DE 09 DE MARÇO DE 2022.

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR Nº. 154/2022, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Faz saber, que a Câmara Municipal aprovou, e ele promulga e sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica alterado o *caput* do art. 1º da Lei Complementar nº. 154 de 22 de fevereiro de 2022, que passará a vigorar com a seguinte disposição:

"Art. 1º. Fica estabelecido o desconto de 20% (vinte por cento) para o Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU 2022, para pagamento à vista até 15.06.2022."

Art. 2º. Fica alterado o §1ºdo art. 1º da Lei Complementar nº. 154 de 22 de fevereiro de 2022, que passará a vigorar com a seguinte redação:

"§ 1º O contribuinte que estiver em dia com o pagamento dos tributos municipais, além do desconto do *caput* deste artigo, terá mais 10% (dez por cento) de desconto no pagamento à vista do IPTU 2022;"

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, estado de Mato Grosso, em 09 de março de 2022.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

DESPACHO: sanciono e promulgo a presente lei, sem emendas.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, de acordo com a legislação vigente, com afixação no local de costume, Data Supra.

CLAUDILEI DE OLIVEIRA BORGES

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS

SECRETARIA DE FAZENDA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA PUBLICAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO PÚBLICA

A Prefeitura Municipal de Campo Verde torna público que solicitou a EXPEDIÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO no loteamento denominado JARDIM CIDADE VERDE, neste município de CAMPO VERDE, a (s) seguinte (s) pessoa(s) e alegando a propriedade sobre o(s) seguinte(s) imóvel (is):

ADEMIR CARLOS PEREIRA , requerendo a AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO DO IMÓVEL LOTE 04 da QUADRA 10, LOCALIZADO NA AVENIDA GOIÁS, S/Nº LOTEAMENTO JARDIM CIDADE VERDE, CAMPO VERDE – MT.

Abre-se o prazo de 15 (dias) para oposição de terceiros devendo esta ser apresentada fundamentada junto a SECRETARIA DE FAZENDA DO MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE – MT. Superado este prazo, o processo de emissão continuará em seu tramite normal até EXPEDIÇÃO DA AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO REQUERIDA.

Secretaria Municipal de Fazenda.

JURÍDICO
LEI Nº. 2813, DE 09 DE MARÇO DE 2022.

DISPÕE SOBRE A DENOMINAÇÃO DA PRAÇA LOCALIZADA NO BAIRRO JARDIM CAMPO VERDE I, A QUAL SERÁ "PRAÇA DA BÍBLIA SAGRADA", E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

Faz saber, que a Câmara Municipal aprovou e ele, promulga e sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica denominada a praça pública localizada no Bairro Jardim Campo Verde I, entre as Avenidas Ayrton Senna e Presidente Tancredo Neves, **de PRAÇA DA BÍBLIA SAGRADA**.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, em 09 de março de 2022.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

DESPACHO: sanciono a presente lei, sem emendas.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, de acordo com a legislação vigente, com afixação no local de costume, Data Supra.

CLAUDILEI DE OLIVEIRA BORGES

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
DECISÃO PROFERIDA PELO PREFEITO

Considerando o Parecer Jurídico emitido pela Procuradoria Municipal em face do recurso administrativo impetrado pela empresa CERTEZA CONSTRUTORA LTDA, CNPJ nº 07.897.964/0001-23, contra a habilitação da licitante M.A. VIANA DA CRUZ LTDA, CNPJ nº 07.975.765/0001-96, no processo licitatório que visa a Contratação de Empresa Especializada para Execução de Obras de Acabamentos e Instalação de Caixa D'Água na Escola Greenville;

Decido pela ANULAÇÃO da TOMADA DE PREÇOS nº 001/2022, nos termos do artigo 49 da Lei 8.666/93, e determino a realização de novo certame com observância aos princípios da vinculação ao instrumento convocatório, da economicidade, da legalidade, moralidade e vantajosidade.

Ficam os autos com vistas franqueadas às empresas para fins de direito, podendo ser consultado no Paço Municipal.

Publique-se e encaminhe-se à Comissão Permanente de Licitações para as devidas providências.

Campo Verde, 18 de março de 2022.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMPOS DE JÚLIO, ESTADO DE MATO GROSSO.

GRAZIELLE PEREIRA DE OLIVEIRA DA LUZ TEODORO, Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente-CMDCA do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais previstas no artigo 16, inciso XV da Lei Municipal nº 402, de 24 de agosto de 2009.

Considerando a Eleição Unificada para escolha dos membros do Conselho Tutelar em 2019, vem respeitosamente a presença de Vossa Excelência solicitar a nomeação, da Sra. Adriana de Souza Costa Gaio, eleita como 4ª Conselheira Tutelar Suplente no processo citado.

Para assumir o cargo de Conselheira Tutelar suplente referente ao mandato 2020 a 2024, a partir da presente data, conforme consignado em ata, nos termos do artigo 46, §5º e artigo 57 da Lei Municipal n º 402, de 24 de agosto de 2009.

Termos em que pede deferimento.

Campos de Júlio, 17 de março de 2022.

GRAZIELLE PEREIRA DE OLIVEIRA DA LUZ TEODORO

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente-CMDCA

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO "SRP" Nº 010/2022

O Pregoeiro Oficial do Municipio de Campos de Júlio - MT, nomeado pela Portaria nº 237/2017, vem a público divulgar, para conhecimento dos interessados, o resultado do Pregão Eletrônico "SRP" nº 010/2022, do tipo menor preço por item, com abertura no dia 18/03/2022, às 08h00, horário local, com a finalidade de **"Registro de preços para aquisições futuras e parceladas de materiais de radiologia para atender as necessidades do Hospital Municipal Leocyr Lazarete",** sendo declarada vencedora do certame a empresa: **TIRADENTES MÉDICO HOSPITALAR LTDA, CNPJ/MF nº01.536.135/0001-39**, vencedora dos itens (01, 02 e 03), com valor total de R$ 58.271,10 (cinquenta e oito mil, duzentos e setenta e um reais e dez centavos).

Os valores unitários de cada item, estão registrados na Ata de Reunião de Julgamentos de Propostas emitido pelo Sistema (anexo ao procedimento) e em Ata de Registro de Preços, que destina o menor preço do item, por um período de 12 meses.

Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone (65) 3387 – 2800, (65) 9.9963-3595 ou pelo e-mail: licitacao2@camposdejulio.mt.gov.br.

Campos de Júlio - MT, 18 de março de 2022.

Marcelo José Batista dos Santos Lino

Pregoeiro Oficial

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO "SRP" Nº 008/2022

O Pregoeiro Oficial do Municipio de Campos de Júlio - MT, nomeado pela Portaria nº 237/2017, vem a público divulgar, para conhecimento dos interessados, o resultado do Pregão Eletrônico "SRP" nº 008/2022, do tipo menor preço por lote, com abertura no dia 150/03/2022, às 08h00, horário local, com a finalidade de **"Registrar preços para aquisições futuras e parceladas de materiais de limpeza e higienização hospitalar, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde e seus Departamentos",** sendo declaradas vencedoras do certame as empresas: **PRODETER MATO GROSSO PRODUTOS PARA HIGIENIZAÇÃO LTDA-EPP, CNPJ/MF nº09.089.367/0001-06**, vencedora dos lotes (01 e 02), com valor total de R$ 86.500,00 (oitenta e seis mil e quinhentos reais) e **CENTRAL CLEAN CUIABÁ COMÉRCIO DE PRODUTOS DE HIGIENE PROFISSIONAL LTDA-EPP, CNPJ/MF nº18.608.734/0001-13,** vencedora do lote (03) com o valor total de R$ 33.848,28 (trinta e três mil, oitocentos e quarenta e oito reais e vinte e oito centavos).

A empresa **UNIMARCAS DISTRIBUIÇÃO E COMÉRCIO EIRELI-EPP, CNPJ/MF nº 18.812.673/0001-01**, foi declarada **"INABILITADA"** por não atender aos requisitos do edital.

Os valores unitários de cada item, estão registrados na Ata de Reunião de Julgamentos de Propostas emitido pelo Sistema (anexo ao procedimento) e em Ata de Registro de Preços, que destina o menor preço do item, por um período de 12 meses.

Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone (65) 3387 – 2800, (65) 9.9963-3595 ou pelo e-mail: licitacao2@camposdejulio.mt.gov.br.

Campos de Júlio - MT, 18 de março de 2022.

Marcelo José Batista dos Santos Lino

Pregoeiro Oficial

EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 25/2018

DA ESPÉCIE: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de seguro veicular.

DO OBJETO: Aditivo de aumento na quantidade do objeto.

DO ADITAMENTO: seguro de 01 caminhão para atender a secretaria municipal de obras.

DO VALOR ADITADO: R$ 6.830,13 (Seis mil oitocentos e trinta reais e treze centavos).

DA VIGÊNCIA: 09/03/2022 a 26/02/2023.

ASSINAM:IRINEU MARCOS PARMEGGIANI – Prefeito/ CONTRATANTE, e a empresa PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS, CNPJ nº: 61. 198.164/0001-60/CONTRATADA.

Ligiane A Pazinatto / Fiscal de Contratos

PORTARIA Nº. 71, DE 18 DE MARÇO DE 2022.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE AOS SERVIDORES PÚBLICOS QUE ESPECIFICA.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais e;

CONSIDERANDO *o disposto no artigo 13, § 2º do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, instituído pela Lei Complementar nº. 001, de 15 de julho de 2008; no artigo 6º, VI da Lei nº. 148, de 19 de abril de 2001 e no inciso V do artigo 37 da Constituição Federal;*

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença para tratamento de saúde às servidoras abaixo nominadas, lotadas na Secretaria Municipal de Administração, relativo aos períodos que menciona:

NOME	PERÍODO
ALANA REGINA BERNARDES DOS SANTOS	08/02/2022 a 11/02/2022
PRISCILA ZANETTI FAGUNDES CECHINEL	18/02/2022
ZENAIDE TAVARES DE OLIVEIRA	09/02/2022 a 10/02/2022

Art. 2º Conceder licença para tratamento de saúde aos servidores abaixo nominados, lotados na Secretaria Municipal Finanças, relativo aos períodos que menciona:

NOME	PERÍODO
ALINE HEINZ	16/02/2022 a 18/02/2022
DELONEI VALMORBIDA	01/02/2022 a 02/02/2022
WILMA DA GUIA FERREIRA	03/02/2022 a 17/02/2022

Art. 3º Conceder licença para tratamento de saúde aos servidores abaixo nominados, lotados na Secretaria Municipal de Viação, Obras Públicas e Serviços Urbanos, relativo aos períodos que menciona:

NOME	PERÍODO
ADILSON MOLINÁRIO	24/02/2022 25/02/2022
ADILSON CARDOSO DE MELO	09/02/2022 a 13/02/2022
ADRIANO PEREIRA MARTINS	25/02/2022
GENESIO BRITO DA SILVA	11/02/2022 a 15/02/2022
NUBENY FRANCINA DE SOUZA	04/02/2022
RAUL SEDERLEI PASTORIO	07/02/2022 a 16/02/2022

Art. 4º Conceder licença para tratamento de saúde aos servidores abaixo nominados, lotados na Secretaria Municipal de Saúde, relativo aos períodos que menciona:

NOME	PERÍODO
CARLA DAYANNE ILÁRIO MACEDO	11/02/2022 a 14/02/2022
CLEONICE LUCAS	01/02/2022 a 02/02/2022
DANYELA SAMIRA GUIMARÃES	01/02/2022 a 03/02/2022 18/02/2022
ELETICE RODRIGUES SANTOS	08/02/2022
ELIS REGINA SANTOS DE LIMA	24/02/2022 a 25/02/2022
FRANCIANE OLANDA DA FONSECA MARTINS	17/02/2022
FRANCIANE KIPP FERRÃO	21/02/2022 22/02/2022
HIAGO VINICIUS DE MOARES CRUZ	03/02/2022
JOSÉ LUIZ MIRANDA DA SILVA	16/02/2022 a 17/02/2022
KEILA POSSMOSER	25/02/2022
KESSON ALVES DE CARVALHO	08/02/2022 a 09/02/2022
LORENA VALMORBIDA DE OLIVEIRA	07/02/2022 a 08/02/2022 16/02/2022
MARIA LUZIA BEZERRA	17/02/2022
MAGDA FRANCISCO DA SILVA	08/02/2022 09/02/2022 14/02/2022 a 27/02/2022
MONICA ASSIS DO NASCIMENTO	02/02/2022
OZELIA DA SILVA SATHER IANKE	17/02/2022
RACHEL PEREIRA	09/02/2022
SANDRA CRISTINA SANTOS MARTINS	25/02/2022
TAMARA DA SILVA QUEIROZ	02/02/2022 a 04/02/2022
VANESSA FERREIRA	24/02/2022

Art. 5º Conceder licença para tratamento de saúde às servidoras abaixo nominadas, lotadas na Secretaria Municipal de Assistência Social, relativo aos períodos que menciona:

NOME	PERÍODO
ANA HELI DOS PASSOS ALMEIDA	02/02/2022 07/02/2022 a 09/02/2022 10/02/2022
ARIADNE RIBEIRO DE MORAIS	25/02/2022
CRISTINA DANTAS BARBOSA	25/02/2022
DAIANY SERVI	14/02/2022 17/02/2022 a 18/02/2022
KELLY ALVES DE CARVALHO	07/02/2022 a 08/02/2022
JAQUELAINE BARBOZA CARDOSO	16/02/2022 a 18/02/2022
OLIDIA SILVA BORGES MACIEL	22/02/2022 a 26/02/2022

Art. 6º Conceder licença para tratamento de saúde aos servidores abaixo nominados, lotados na Secretaria Municipal de Educação,relativo aos períodos que menciona:

NOME	PERÍODO
ALBERTO RAMPANELLI	09/02/2022 a 11/02/2022
ALBERTO OLIMPIO LUSTOSA	25/02/2022
ALINE LEMES DE MORAES	04/02/2022 a 06/02/2022
ANDREIA CRISTINA DE CARVALHO DE SOUZA	01/02/200
APARECIDA DOS SANTOS PFEIFER	20/02/2022
ARCILEI DA SILVA	17/02/2022 a 21/02/2022
AURICEIA FERNANDES DOS SANTOS	16/02/2022 a 18/02/2022

CARLINA DOS SANTOS CRUZ	01/02/2022 a 02/02/200 03/02/2022 04/02/2022 a 08/02/2022 09/02/2022 a 15/02/2022
CLAUDIA INES KAIM PIENIZ	09/02/2022 a 10/02/2022
CRISELDA SELZLER KLAHOLD	21/02/2022 a 23/02/2022 24/02/2022 a 26/02/2022
CRISTIMAR CARVALHO DUARTE	04/02/2022 a 06/02/2022
CRISTIANI SANTOS SILVA	04/02/2022 09/02/2022 a 12/02/2022 18/02/2022 a 25/02/2022 28/02/2022
DAYANE MIRANDA ROMEIRA	16/02/2022 a 18/02/2022 23/02/2022 a 25/02/2022
ELAINE VANESSA DOS SANTOS LIMA GONÇALVES	08/02/2022 a 09/02/2022
GERALDA PEREIRA	04/02/2022
GISLAINE ORTOLANPARZIANELLO	09/02/2022 a 18/02/2022
IONE ALVES DE SOUZA SALAPATA	15/02/2022 a 18/02/2022
IONICE DE OLIVEIRA SANTOS SILVA	10/02/2022
JESSICA THAIS APARECIDA RODRIGUES	14/02/2022
JOICE MARA POSSAMAI	01/02/2022
JOSILAINE AVELINO MERGENER	17/02/2022
JOSÉ AUGUSTO SOARES ABREU	01/02/2022 02/02/2022 03/02/2022 a 04/02/2022
JUCILENE DE JESUS ALVES	07/02/2022 a 08/02/2022
MARIA SUELY ALVES DA SILVA	08/02/2022 18/02/2022 21/02/2022 a 25/02/2022
MARLENE GONÇALVES DE AGUIAR	01/02/2022 08/02/2022 a 21/02/2022
MARCIA OLIVEIRA DE MELLO	01/02/2022
MARLI PFEIFER	11/02/2022
MAXIMA GRAZIELLA ORTOLAN	03/02/2022
NILZA SCHITINI DE SOUZA	23/02/2022 a 24/02/2022
QUEILA MATHEUS	18/02/2022 a 20/02/2022 22/02/2022
REGINA CELIA DE SOUZA CAMPOS	01/02/2022
ROSENILDA SILVA ARAUJO	11/02/2022
ROSANGELA APARECIDA VERONEZI	13/02/2022 a 15/02/2022
ROSANIA RODRIGUES CELESTINA SANTOS	02/02/2022
VERONEIDE SANTANA	11/02/2022 a 15/02/2022

Art. 7º Conceder licença para tratamento de saúde aos servidores abaixo nominado, lotados na Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo, relativo ao período que menciona:

NOME	PERÍODO
EDUARDO VICTOR BARBOSA SGAMATE	07/02/2022 16/02/2022 a 18/02/2022
LUCIA APARECIDA ANDRETTA	17/02/2022
THAIS SILVA MACIEL	10/02/2022 18/02/2022 19/02/2022 a 28/02/2022

Art. 8º Conceder licença para tratamento de saúde ao servidor abaixo nominado, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Institucional, relativo ao período que menciona:

NOME	PERÍODO
WELITON MONTEIRO CECHINEL	25/02/2022

Art. 9º Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos ao dia 01 de fevereiro de 2022.

Registre-se e publique-se.

Campos de Júlio, 18 de março de 2022.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI

Prefeito de Campos de Júlio

PORTARIA Nº. 70, DE 18 DE MARÇO DE 2022.

CONCEDE FÉRIAS AOS SERVIDORES PÚBLICOS QUE MENCIONA.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais previstas no artigo 148, inciso II, alínea “a” da Lei Orgânica Municipal (LOM);

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias de 30 (trinta) dias, computados a partir do dia 02 de março de 2022, aos servidores abaixo nominados, lotados na Secretaria Municipal de Administração,relativo aos períodos aquisitivos que menciona:

NOME	PERÍODO
ERIC RODRIGO PETTENAN	02/07/2020 a 01/07/2021
ZENAIDE TAVARES DE OLIVEIRA	02/02/2021 a 01/02/2022

Art. 2º Conceder férias de 30 (trinta) dias, computados a partir do dia 02 de março de 2022, do servidor abaixo nominado, lotado na Secretaria Municipal de Finanças, relativo ao período aquisitivo que menciona:

NOME	PERÍODO
SERGIO NORBERTO DA SILVA	29/07/2020 a 28/07/2021

Art. 3º Conceder férias de 30 (trinta) dias, computados a partir do dia 02 de março de 2022, aos servidores abaixo nominados, lotados na Secretaria Municipal de Viação, Obras Públicas e Serviços Urbanos, relativo aos períodos aquisitivos que menciona:

NOME	PERÍODO
ODAIR JOSÉ MARTINS DE QUEIROZ	04/01/2021 a 03/01/2022
RAUL SEDERLEI PASTORIO	01/12/2020 a 30/11/2021

Art. 4º Conceder férias de 30 (trinta) dias, computados a partir do dia 02 de março de 2022, aos servidores abaixo nominados, lotados na Secretaria Municipal de Saúde,relativo aos períodos aquisitivos que menciona:

NOME	PERÍODO
EDENIR HELENA DE SOUZA	02/03/2021 a 01/03/2022
JOSÉ LUIZ MIRANDA DA SILVA	06/01/2021 A 05/01/2022
JOSIANE DE SOUZA BEZERRA	30/06/2020 a 29/09/2021
JUSSIARA ZAIACZKOSKI NUNES ZAMO	04/01/2021 a 03/01/2022
MAGDA FRANCISCO DA SILVA	21/12/2020 a 20/12/2021

Art. 5º Conceder férias de 30 (trinta) dias, computados a partir do dia 02 de março de 2022, aos servidores abaixo nominados, lotados na Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo, relativo aos períodos aquisitivos que menciona:

NOME	PERÍODO
EDUARDO VICTOR BARBOSA SGAMATE	05/02/2021 a 04/02/2022

Art. 12º Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos ao dia 02 de março de 2022.

Registre-se e publique-se.

Campos de Júlio, 18 de março de 2022.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI

Prefeito de Campos de Júlio

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2022

A Prefeitura de Canabrava do Norte-MT, através do Pregoeiro designado pela Portaria nº 052/2021 de 07 de Janeiro de 2022, torna público o Resultado do Pregão Eletrônico 019/2022, cujo objeto é o Registro de Preços para possível e eventual aquisição de pá carregadeira, de no mínimo 125Hp, conforme convênio nº 909691/2021, celebrado entre a Superintendência do Desenvolvimento do Centro Oeste e o Município de Canabrava do Norte, para atender a demanda da Secretaria Municipal de Infra Estrutura, Serviços Públicos e Urbanismo, junto ao município de Canabrava do Norte – MT, onde a empresa: **EXTRA MÁQUINAS S/A,** inscrita no CNPJ sob o nº 19.293.041/0002-22, sagrou-se vencedora do certame no valor global de R$ 490.000,00 (quatrocentos e noventa mil reais);

Canabrava do Norte-MT, **18 de Março de 2022.**

Iranizo Matos Rodrigues

Pregoeiro

Portaria nº 052/2022

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2022

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 00000002/2022

A Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte, através de seu Pregoeiro, legalmente designado, torna público para conhecimento dos interessados, que a licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL nº 002/2022**, com sessão realizada em 18/03/2022, objetivando o Registro de Preços para futura e eventual **aquisição de** Gás liquefeito de petróleo - GLP envasado em botijão 1 3kg, para ser utilizado pelas seguintes Secretarias: Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças; Secretaria Municipal de Educação Esporte e Lazer; Secretaria Municipal de Saúde; Secretaria Municipal de Trânsito e Mobilidade Urbana; Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Agricultura, Comercio, Desenvolvimento Econômico; Secretaria Municipal de Infra Estrutura e Serviços Públicos e Urbanismo e Secretaria Municipal de Habitação Trabalho e Assistência Social; pelo período de 12 meses, foi considerada **FRACASSADA**, pelo motivo de que nenhuma licitante conseguiu se interessou pelo objeto licitado.

Canabrava do Norte, 18 de Março de 2022.

Iranizio Matos Rodrigues

Pregoeiro.

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Objeto:	Contratação de empresa de engenharia elétrica, para prestação de serviços técnicos visando a realização de avaliações e adequações nas contas de energia elétrica, mediante as condições estabelecidas no Termo de Referência, visando a redução dos valores pagos, consequentemente a recuperação dos valores pagos indevidamente à Concessionaria de Energia. Tendo em vista o conteúdo da Resolução 414/2010 da ANEEL e suas atualizações, o objeto desta contratação tem como finalidade apurar possíveis irregularidades nas cobranças das tarifas aplicadas e contribuir com a capacidade de gestão da Prefeitura, no que se refere ao monitoramento das unidades consumidoras, pelo período de 08 (oito) meses.
Favorecido:	**DR Construções Elétricas EIRELI - ME**, inscrita no CNPJ sob o nº 36.058.285/0001-69;
Prazo de Execução:	08 (oito) meses;
Valor Mensal:	R$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais);
Valor Global:	**R$**17.600,00 (dezessete mil e seiscentos reais);
Fundamento Legal:	Art. 24, inciso II da Lei n°. 8.666/93.
Justificativa:	Anexa nos autos do processo de Dispensa de Licitação nº. 006/2022.

Ratifico a Dispensa de Licitação em consonância com a justificativa apresentada pelo responsável por processos de licitações e Parecer Jurídico constante do Processo de Dispensa nº. 006/2022, nos termos do Art. 26 da Lei n°. 8.666/93 e suas atualizações.

Canabrava do Norte-MT, em 18 de Março de 2022.

João Cleiton Araújo de Medeiros

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
AVISO DE INTENÇÃO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte-MT, por meio da **COMISSÃO PREGOEIRA** - CP, torna público para conhecimento de todos os interessados sua intenção em aderir, como CARONA, à Ata de Registro de Preços nº 005/2022, referente a Pregão Presencial 004/2022, realizado pela Prefeitura Municipal de Pontal do Araguaia/MT, nos termos 15 da Lei Federal nº 8.666 de 1993 e regulamentações constantes dos Decretos 7.892/2013 e 8.250/2014, conforme especificações abaixo:

Pregão Presencial nº 004/2022 – Prefeitura Municipal de Pontal do Araguaia/MT;

Vigência da Ata: 12 Meses;

Órgão Gerenciador: Prefeitura Municipal de Pontal do Araguaia/MT;

Empresa Beneficiária: **AUTOCAR COMÉRCIO DE VEÍCULOS EIRELI**, inscrita no CNPJ sob o nº **07.137.068/0001-66**;

Especificação do objeto registrado: Aquisição de veículo automotor novo, zero quilometro, tipo pick-up **-** combustível diesel, potência mínima 190cv, tração 4x4;

Quantidade Aderida: Conforme registrado e disposto abaixo;

Quantidade de adesão:

Empresa: AUTOCAR COMÉRCIO DE VEÍCULOS EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº **07.137.068/0001-66**:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA / MODELO	UNID	QUANT	V. UNITÁRIO	V. TOTAL
1	Veículo novo, tipo camionete cabine dupla, 0km, cor branca, ano/modelo 2021/2022 ou superior, pick-up, tração 4x4, motor a diesel de no mínimo 2.8 litros turbo, com no mínimo 16 válvulas, com potência mínima de 200cv, com câmbio automático de no mínimo 06 (seis) marchas á frente e 01 (uma) marcha ré, com ar condicionado instalado de fábrica, caçamba normal, capacidade de carga do veículo de no mínimo 1.000kg, com pintura original de fábrica, rodas de liga leve, aro 18, capacidade do tanque de combustível de no mínimo 70 litros, travas e vidros elétricos nas quatro portas,	**Chevrolet S-10**	Unidade	01	R$ 309.000,00	R$ 309.000,00

	alarme com controle remoto, air-bag frontais, laterais e de cortina, freios ABS e EBD, com controle de estabilidade, bancos com revestimento em couro, faróis de neblina, jogo de tapetes, protetor de cárter, kit multimídia ou tecnologia superior original de fábrica, câmera de ré, estepe protetor caçamba, estribo laterais capota (lona) marítima, protetor de bordas e demais acessórios e itens exigidos pelo COTRAN, com garantia mínima de 36 (trinta e seis) meses dada pelo fabricante. Veículo a ser entregue e emplacado em nome do Município de Canabrava do Norte-MT.					

Canabrava do Norte-MT, 18 de Março de 2022

Iranizo Matos Rodrigues

Pregoeiro.

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2022

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 00000506/2022

A Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte, através de seu Pregoeiro, legalmente designado, torna público para conhecimento dos interessados, que a licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO nº 018/2022**, com sessão realizada em 17/03/2022, objetivando o Registro de Preços para possível e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de Gás Oxigênio Medicinal para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde de Canabrava do Norte/MT, junto ao município de Canabrava do Norte - MT, foi considerada **FRACASSADA**, pelo motivo de que nenhuma licitante conseguiu se interessou pelo objeto licitado.

Canabrava do Norte, 18 de Março de 2022.

Iranizio Matos Rodrigues

Pregoeiro.

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2022

A Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte-MT, através de seu Pregoeiro e Equipe de Apoio, nomeada pela Portaria nº 052/2021 de 07 de janeiro de 2022, torna público para conhecimento de todos os interessados, que se encontra-se instaurada a Licitação na Modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, tipo será o **MENOR PREÇO POR ITEM**, na forma de Execução direta, em conformidade com a Lei Federal nº 10.520/2002 e subsidiariamente com a Lei Federal nº 8.666/1993, com a Lei Complementar nº 123/2006 e demais legislações vigentes, bem como as disposições descritas na íntegra deste Edital e em seus anexos.

DO OBJETO: Registro de Preços para possível e eventual aquisição de materiais permanente (freezers) para atender a demanda da Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Lazer, Turismo e Cultura de Canabrava do Norte/MT;

DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: A partir do dia 21/03/2022 às 08h30min. (Horário de Brasília - DF);

DO ENCERRAMENTO DAS PROPOSTAS: A partir do dia 06/04/2022 às 07h30min. (Horário de Brasília - DF);

DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: A partir do dia 06/04/2022 às 08h00min. (Horário de Brasília - DF);

INICIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: A partir do dia 06/04/2022 às 08h30min. (Horário de Brasília - DF);

ENDEREÇO ELETRÔNICO: https://licitanet.com.br;

DA RETIRADA DO EDITAL: O Edital encontra-se disponível para consulta e retirada no nos sites http://www.canabavadonorte.mt.gov.br/transparencia e https://licitanet.com.br.

DAS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: Para esclarecimento de dúvidas ou informações complementares deverá ser utilizado o endereço eletrônico licitação.cbn@gmail.com e/ou pelo telefone (66) 3577-1152 citando o nº do edital em questão.

Canabrava do Norte-MT, 18 de Março de 2022.

Iranizo Matos Rodrigues

Pregoeiro

Portaria nº 052/2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

PORTARIA Nº181/2022

Portaria Nº181/2022

De 16 de março de 2022.

Conceder férias regulamentares aServidora Pública Municipal **Maria Edilma da Silva** dá outras providências.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito do Município de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o artigo 69 e § 1º do artigo 73 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canarana.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias regulamentares ao Servidor **Maria Edilma da Silva,** ocupante do cargo de **AGENTE DE SERVIÇOS I,**por um período de 30 dias, a serem gozadas no período de 09 março a 08 de abril de 2022.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende a 08/03/2020 a 07/03/2021.

Art. 4° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso em 16 de março de 2022.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

17º TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 150/2020

17º TERMO ADITIVOao Contrato Nº 150/2020, firmado com a empresa **CONSTRURAPIDO CONSTRUÇÕES EIRELI** para a execução de obras de **REVITALIZAÇÃO DE CANTEIRO CENTRAL AVENIDA E AMPLIAÇÃO DA EMEB CULUENE – DISTRITO DO CULUENE.**

Pelo presente instrumento contratual, o **MUNICÍPIO DE CANARANA, ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público municipal, com sede administrativa à Rua Miraguai nº 228, Centro, Canarana - MT, devidamente inscrita no CNPJ nº 15.023.922/0001-91, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal o Sr. **FABIO MARCOS PEREIRA DE FARIA**, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade nº 3671142 SSP/GO, CPF n° 888.448.461-87, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e de outro lado a empresa **CONSTRURÁPIDO CONSTRUÇÕES EIRELI,** pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ nº 31.873.661/0001-55, com sede à Rua Maringá nº 57 - Lote 01 e 02 - Quadra K, Bairro Cidade Jardim, na

Cidade de Canarana-MT, neste ato representada por **IVO DALLPIZZOL**, brasileiro, empresário, portador da Cédula de Identidade RG 939886 SSP RS e inscrita no CPF sob nº 310.219.050-20, doravante denominada de **CONTRATADA**, firmam o presente **ADITIVO AO CONTRATO**, que se regerá por toda a legislação aplicável à espécie e pelas cláusulas e condições adiante vistas e acordadas.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O presente aditivo tem fundamento no Artigo 65, inciso II e Art. 57, § 1º, Incisos II da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993.

CLAUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS

1.1 – Fazem parte do presente termo aditivo, independente de transição todos os elementos que compõem o processo de licitação na modalidade **tomada de preços nº 005/2020**, devidamente homologada pelo Prefeito Municipal, nos termos da Lei nº 8.666/93 e o contrato originário.

CLAUSULA SEGUNDA - DO OBJETO E DAS ALTERAÇÕES

2.1 - O presente termo aditivo tem por objeto a **prorrogação do prazo de execução** da Obra para a **ampliação da EMEB Culuene** conforme **item 04** do contrato clausula quarta, inciso 4.1.

2.2 - Fica acrescentada à Cláusula Quarta, inciso 4.1 do contrato originário o total de **90 (Noventa) dias,** ficando o prazo de execução estendido até o **dia 18/06/2022**.

CLAUSULA TERCEIRA - DA JUSTIFICATIVA

3.1 – A justificativa para a prorrogação da execução se faz necessária onde diante do aumento dos serviços existe a necessidade de aumentar o prazo de execução e da mesma forma durante o período de pandemia do **covid-19** houve a redução de pessoal e do ritmo de trabalho, e ainda o período chuvoso impossibilitando o andamento da obra, justificando assim a prorrogação do prazo de execução da obra.

CLÁSULA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO

4.1 - Em conformidade com o previsto no artigo 61, § único da Lei 8.666/93, este instrumento será publicado no Diário Oficial de Contas do TCE/MT e Diário Oficial dos Municípios - AMM.

CLAÚSULA QUINTA – CONDIÇÕES GERAIS

5.1 - Com a alteração constante deste Termo Aditivo, ficam inalteradas e ratificadas as demais cláusulas e condições do **contrato nº 150/2020, e demais termos aditivos**.

CLAÚSULA SEXTA – FORO

6.1 - As partes elegem o foro da comarca de Canarana-MT, para dirimir quaisquer litígios decorrentes deste contrato, ficando excluído qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Canarana-MT, 14 de março de 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

FÁBIO MARCOS PEREIRA DE FARIA

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

CONSTRURÁPIDO CONSTRUÇÕES EIRELI

IVO DALPIZOOL

Sócio Diretor (proprietário)

CONTRATADA

GUSTAVO HENRIQUE MACHADO ALVES

Portaria nº 194/2021

FISCAL DO CONTRATO

Testemunhas:

Assinatura:_____ Assinatura: _____

Nome: David Anderson Mariano da Silva Nome: Alesandro Ap. M. Ubeda

CPF n.º 032.873.561-27 CPF n.º 695.236.149-91

PORTARIA Nº180/2022

Portaria Nº180/2022

De 16 de março de 2022.

Conceder férias regulamentares aServidora Pública Municipal **Osvaldina Ferreira dos Santos** dá outras providências.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito do Município de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o artigo 69 e § 1º do artigo 73 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canarana.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias regulamentares ao Servidor **Osvaldina Ferreira dos Santos,** ocupante do cargo de **Auxiliar Administrativo I,**por um período de 30 dias, a serem gozadas no período de 09 de abril a 08 de maio de 2022.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende a 01/04/2020 a 31/03/2021.

Art. 4° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso em 16 de março de 2022.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

PORTARIA N°172/2022

Portaria n°172/2022

De 16 de março de 2022.

Conceder férias à Servidora Pública **Maria Fatima de Oliveira Sehenn Biesek** e dá outras providências.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 69 e § 1º do artigo 73 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canarana.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias regulamentares à servidora **Maria Fatima de Oliveira Sehenn Biesek,** por um período de 30 dias a serem gozadas nos seguintes períodos:

• O primeiro período, 15 dias, 26 de dezembro de 2021 a 09 de janeiro de 2022; e,

• O último período, 15 dias, 02 de março a 16 de março de 2022;

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende a 20/01/2020 a 19/01/2021.

Art. 4.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 26/12/2021.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso em 16 de março de 2022.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

CODEMA, A LICENÇA PRÉVIA (LP) E LICENÇA DE INSTALAÇÃO (LI) E LICENÇA DE OPERAÇÃO (LO), PARA EXTRAÇÃO E BENEFICIAMENTO DE AREIA

A Prefeitura Municipal de Canarana, CNPJ nº 15.023.922/0001-91, torna público que requereu junto ao Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental "Médio Araguaia" CODEMA, a Licença Prévia (LP) e Licença de Instalação (LI) e Licença de Operação (LO), para Extração e beneficiamento de areia, cascalho e argila através dos regimes minerais de Licenciamento, Pesquisa Mineral, Registro de Extração e Dispensa de Título Minerário, em área localizada na Fazenda Tarumã - Gleba A, com área a licenciar de 4,35Ha.

PORTARIA Nº 197/2022

De 17 de Março de 2022.

Designa Servidor Público Municipal para a fiscalização de execução de contrato.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 8666/93.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar **MAYARA CRISTIANE CANDIDO SCHONHOLZER**, servidora no cargo de Chefe da Unidade Municipal de Cadastro, para exercer a fiscalização do Contrato referente ao **Processo nº 044/2022, Dispensa de Licitação nº 019/2022 –** cujoobjeto é a locação de Solução Integrada para realização de pesquisa de preços para a realização de processos licitatórios da Prefeitura Municipal de Canarana-MT, conforme especificação do edital.

Art. 2º-Nomear **ANDREIA CECATTO,** no cargo de Assessor de Gabinete do Prefeito, como suplente de Fiscal do referido Contrato.

Art. 3º - Revogam -se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, de 17 de Março de 2022**.**

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 184/2022

De 16 de Março de 2022.

Designa Servidor Público Municipal para a fiscalização de execução de contrato.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 8666/93.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar **DANIELLI LUIZ DA SILVA**, servidora no cargo de Assessor de Assuntos Indígenas, para exercer a fiscalização do Contrato referente ao **Processo nº 040/2022 – Dispensa de Licitação nº 018/2022 -** Cujo objeto é a locação de imóvel comercial para o funcionamento do parque de maquinas (barracão) da Secretaria Municipal de Obras, Estradas e Rodagens do Município de Canarana-MT., conforme especificação no edital.

Art.2º - Nomear **FRANCIELY REJANE STORCH,** no cargo de Gestor de Frotas e Veículos, como suplente de Fiscal do referido Contrato.

Art. 3º - Revogam -se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, de 16 de Março de 2022**.**

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 183/2022

De 16 de Março de 2022.

Designa Servidor Público Municipal para a fiscalização de execução de contrato.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar **EDIVAN COLOMBO**, no cargo de Gerente de estoque e Almoxarifado**,** para exercer a fiscalização do Contrato referente ao **Processo nº 040/2022, Dispensa de Licitação nº 017/2022 –** cujoobjeto é a Contratação de empresa especializada em confecção de placas de sinalização, baners e aplicação de adesivos com fornecimento de materiais e mão-de-obra, para atender as necessidades das Secretarias Municipais de Canarana-MT., conforme especificação do edital.

Art. 2º-Nomear **MAYARA CRISTIANE CANDIDO SCHONHOLZER**, servidora no cargo de Chefe da Unidade Municipal de Cadastro, como suplente de Fiscal do referido Contrato.

Art. 3º - Revogam -se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, de 16 de Março de 2022**.**

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 185/2022

De 16 de Março de 2022.

Designa Servidor Público Municipal para a

fiscalização de execução de contrato.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 8666/93.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar **BRUNA MARQUES MUHLBEIER,** servidora no cargo de Gerente de nutrição das unidades escolares, para exercer a fiscalização do Contrato referente ao **Processo nº 042/2022 – Chamada Publica nº 002/2022 –** Cujo objeto é a aquisição de gêneros alimentíciosda Agricultura Familiar para o segundo bimestre do ano letivo de 2022 para atender as necessidades das escolas da rede Pública Municipal do Município de Cananana-MT., conforme especificações do edital.

Art. 2º - Nomear **CINTIA DE ALMEIDA OLIVEIRA RAIMUNDO,** no cargo de Gerente de compras SEMEC, como suplente de Fiscal do referido Contrato.

Art. 3º - Revogam -se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, de 16 de Março de 2022.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2022

REGISTRO DE PREÇOS

O Pregoeiro oficial da Prefeitura Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, torna público que no **Pregão Presencial nº 008/2022**, menor preço por Item, foi declarada vencedora a empresa: **GISLENO MANOEL ILIDIO E CIA LTDA ME,** vencedor dos Itens 001 aos 026, **conforme ata da sessão.**

Canarana-MT, 18 de Março de 2022.

DAVID ANDERSON MARIANO DA SILVA

Pregoeiro Oficial

PORTARIA N°176/2022

Portaria n°176/2022

De 16 de março de 2022

Altera Período de férias do servidor Público **Marciano Mendes de Oliveira** e da outras providências.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 73 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canarana.

RESOLVE:

Art. 1º – Alterar o período de férias do servidor, **Marciano Mendes de Oliveira,** ocupante do cargo de **Fiscal de Obras e Posturas,** agendada por meio da portaria n°053/2022 de 19 de janeiro de 2022, 20 dias para o período de 10 de março a 30 de março de 2022; e, 10 dias serão convertidos em abono pecuniário.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º já foram pagos 1/3 a mais da sua remuneração no mês de fevereiro de 2021.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação, com efeitos retroativos ao dia 10 de março de 2022.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, em 16 de março de 2022.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 190/2022

Portaria nº 190/2022

De 17 de março de 2022.

Conceder férias à servidora pública **Thavilla Vicktoria Alves de Souza** e dá outras providências.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 69 e § 1º do artigo 73 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canarana.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias regulamentares à Servidora **Thavilla Vicktoria Alves de Souza,** por um período de 20 dias que serão usufruídas no período de 25 de abril de 2022 a 14 de maio de 2022; e, 10 dias serão convertidos em abono pecuniário.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende a 01/03/2021 a 28/02/2022.

Art. 4° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso em 17 de março de 2022.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

PRIMEIRO TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 030/2021

***PRIMEIRO TERMO ADITIVO* AO CONTRATO Nº 030/2021** QUE ENTRE SI CELEBRAM A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA-MT** E A EMPRESA**SCHONHOLZER E SCHONHOLZER DA CRUZ LTDA.**

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA, ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ Nº 15.023.922/0001-91, com sede administrativa à Rua Miraguaí, nº 228, centro, CEP: 78.640-000, representada neste ato **pelo**Prefeito Municipal Senhor **FABIO MARCOS PEREIRA DE FARIA**, brasileiro, casado, administrador, Carteira de Identidade Nº 3671142 SSP/GO e CPF nº 888.448.461-87, residente e domiciliado à Rua Guarita nº 296, Bairro Centro, Canarana-MT**,** doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **SCHONHOLZER E SCHONHOLZER DA CRUZ LTDA**, inscrita no CNPJ nº 31.765.146/0001-51, estabelecida na Rua Campo Novo, nº 767, Jardim Bela vista, Cidade de Canarana-MT, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada por seu procurador sr. **Valdemar Schonholzer**, Cedula de Identidade nº 860704 SSP/MT, CPF nº 535.052.551-49, firmam o presente **ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO**, conforme decidido no Processo Administrativo decorrente de Licitação na modalidade de **Pregão presencial nº 010/2021**, que se regerá por toda a legislação aplicável à espécie, em conformidade com a Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, e pelas cláusulas e condições adiante vistas e acordadas.

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - Constitui objeto do presente Termo Aditivo a **prorrogação da vigência do contrato originário**, a Cláusula Quarta – da Vigência do Contrato, referente ao processo de licitatório na modalidade **Pregão presencial nº 010/2021.**

CLAUSULA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO

2.1 - Fica acrescentada à Cláusula Terceira - Da Forma De Execução, Prazo e Vigência, o total de **180 (cento e oitenta) dias,** ficando sua vigência estendida até o **dia 14/09/2022,** podendo ser rescindido antes desse prazo caso se esgotem os saldos, ou haja a realização de novo processo licitatório, **sem prévia notificação**.

CLAUSULA TERCEIRA - DA JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTO LEGAL

3.1 – O presente termo aditivo encontra seu fulcro legal embasado no Art. 57 § 1º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e conforme clausula contratual.

3.2 - A necessidade de implementação deste Termo Aditivo ao Contrato Originário justifica-se em decorrência de existência de saldos dos itens do processo, também a empresa irá manter os preços ofertados no ano de 2021, e dos itens deste licitação serão de grande de necessidade para o bom atendimento da secretária municipal de educação, assim justificamos a presente prorrogação.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

4.1 – O presente Termo Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, vigendo concomitantemente ao Contrato Originário.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1 – As despesas decorrentes do presente aditivo contratual serão empenhadas da seguinte forma, por força da Lei Complementar nº 101/2000:

CLÁUSULA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1 - As demais cláusulas e condições ajustadas no **contrato nº 030/2021,** desde que compatíveis, permanecem inalteradas, sendo ratificadas neste ato pelas partes contratantes.

6.2 – Fica eleito o Foro da Comarca de Canarana do Estado de Mato Grosso, excluindo-se qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir as questões oriundas do presente contrato.

Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento de aditivo contratual em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, obrigando-se ao seu fiel cumprimento.

Canarana-MT, 11 de março de 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

FÁBIO MARCOS PEREIRA DE FARIA

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

SCHONHOLZER E SCHONHOLZER DA CRUZ LTDA

Valdemar Schonholzer

Procurador

CONTRATADA

BRUNA MARQUES MUHLBEIER

Portaria nº 325/2021 de 16 de Fevereiro de 2021

FISCAL DO CONTRATO

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____ Assinatura:_____

Nome: Nome:

CPF nº CPF nº

SEGUNDO TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 089/2021

SEGUNDO TERMO ADITIVO ao **Contrato Nº 089/2021**, firmado com a empresa **STS - SOCIEDADE DE TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA**.

Pelo presente instrumento, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA, ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 15.023.922/0001-91, com sede administrativa à Rua Miraguaí, nº 228, centro, CEP: 78.640-000 Telefone: (66)-3478-1200, representada neste ato **pelo**Prefeito Municipal Senhor **FABIO MARCOS PEREIRA DE FARIA**, brasileiro, casado, administrador, Carteira de Identidade nº 3671142 SSP/GO e CPF nº 888.448.461-87, residente e domiciliado à Rua Guarita nº 296, Bairro Centro, Canarana-MT**,** doravante denominado **CONTRATANTE**, e, por outro lado a empresa **STS – SOCIEDADE DE TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA**, inscrita no CNPJ nº 05.491.906/0001-70, estabelecida na Rua Germano Greve nº 504 – sala 02, Bairro Centro – Mirassol D'Oeste-MT, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada por João Garcia, portador da Cédula de Identidade RG 7.770.188-4 SSP/MT e inscrita no CPF sob nº 590.817.838-15, denominado **CONTRATADO** firmam o presente **ADITIVO AO CONTRATO 089/2021**, conforme decidido no Processo de Licitação na modalidade de **Dispensa de Licitação nº 033/2021**, que se regerá por toda a legislação aplicável à espécie, em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e pelas cláusulas e condições adiante vistas e acordadas.

CLAUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS

1.1 – Fazem parte do presente termo aditivo, independente de transição todos os elementos que compõem o processo de licitação na modalidade **Dispensa de Licitação nº 033/2021,** o contrato originário e todos os termos aditivos.

CLAUSULA SEGUNDA - DO OBJETO E ALTERAÇÃO

2.1 - Constitui objeto do presente Termo Aditivo a **prorrogação da vigência do contrato** objeto do Contrato originário, a Cláusula Terceira, inciso 3.1, para a **EXECUÇÃO DE EXTENSÃO DE REDE DE MÉDIA TENSÃO MONOFÁSICA 19,9 KV COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO-DE-OBRA no Assentamento Guatapará.**

2.2 – Fica acrescenta à **vigência do contrato** o total**de 30 (Trinta) dias, ficando estendida até o dia 31/03/2022.**

CLAUSULA TERCEIRA – JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTO LEGAL

3.1 – O presente termo aditivo encontra seu fulcro legal embasado no Art. 107 da Lei n.º 14.133/2021.

3.2 – A necessidade de implementação deste Termo Aditivo ao Contrato Originário justifica-se para que sejam feitas a meditações e por sequencia a liquidações das notas fiscais, mesmo que a empresa já tenha executado os serviços, necessita que o contrato esteja vigente para fins de pagamentos, assim justificamos a presente prorrogação, não causando nenhum prejuízo aos cofres públicos.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

4.1 – O presente Termo Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, vigendo concomitantemente ao Contrato Originário.

4.2 - Ficam observadas e mantidas, as demais Cláusulas e Condições do **Contrato nº 204/2021,** desde que não contrariem o convencionado no presente Termo Aditivo.

CLAUSULA QUINTA - DO FORO

5.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Canarana do Estado de Mato Grosso, excluindo-se qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir as questões oriundas do presente contrato.

E por estarem devidamente acordados, declaram as partes aceitarem as disposições estabelecidas neste Instrumento, sujeitando-se às normas contidas na Lei nº. 8.666/93 e assinam o presente em 03 (três) vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais, na presença de 02 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Canarana-MT, 21 de Fevereiro de 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

FÁBIO MARCOS PEREIRA DE FARIA

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

STS – SOCIEDADE DE TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA

JOÃO GARCIA

CPF nº 590.817.838-15

CONTRATADA

JOSILENE PINHEIRO DA SILVA

Portaria nº 088/2022 de 08 de Fevereiro de 2022

FISCAL DO CONTRATO

TESTEMUNHAS:

01:_____ 02:_____

Nome> Nome>

Cpf cpf

AVISO DE CHAMADA PUBLICA Nº 002-2022

AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR –

CONFORME LEI N°. 11.947/2010

O **MUNICÍPIO DE CANARANA/MT**, através da Comissão Permanente de Licitação - CPL vem realizar Chamada Pública para a **aquisição de gêneros alimentícios diretamente da Agricultura Familiar, Empreendedor Familiar Rural e suas Organizações, do tipo menor preço,** para atendimento de alunos matriculados na Rede Municipal de Ensino, da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Canarana, consoante o art.14 da Lei n. º 11.947 de 16/06/2009 e Resolução FNDE n. º 26/2013, alterada pela Resolução FNDE/CD nº 4/2015, **para o 1º semestre do ano letivo de 2022.**

Os Agricultores Familiares, Empreendedores Rurais Familiares e suas Organizações (Grupos Formais/Informais/Individuas) interessados e que estiverem de acordo com o art. 27, § 3º da resolução FNDE/CD nº 26, de 17/06/2016, deverão apresentar a documentação para habilitação, projeto de venda e proposta de preço, no dia **06 de abril de 2022 às 13:30 horas (Brasilia)**, na Sala de licitações, sede da Prefeitura Municipal, situada à Rua Miraguai nº 228 – centro

O limite individual de venda do Agricultor Familiar e do Empreendedor Familiar Rural para a alimentação escolar deverá respeitar o valor máximo de **R$ 40.000,00 (quarenta mil reais)**, por DAP por ano, conforme Resolução **FNDE nº 21 de 16/11/2021**.

Canarana-MT, 18 de março de 2022.

KARINA DOS SANTOS

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

AVISO DE ALTERAÇÃO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 009-2022

O município de Canarana-MT, através de seu pregoeiro oficial, torna público para conhecimento dos interessados quea licitação na modalidade **Pregão Presencial Nº 009/2022**, que tem por objeto a **aquisição de cestas básicas para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Assistencia Social** anteriormente marcado para **o dia 21/03/2022 às 13:30hrs (Horário de Brasilia), por conveniência e interesse da administração fica remarcada** para o dia **28/03/2022 às 13h30min** (**Horário de Brasilia**) na sala de licitações. O edital permanece inalterado e os interessados poderão solicitar e retirar o edital completona Prefeitura Municipal de Canarana/MT, podendo ser retirado pessoalmente no horário das 12h00min às 18h00min, através do e-mail **licitacao.canarana@gmail.com** ou **www.canarana.mt.gov.br**.

Canarana-MT, 17 de março de 2022.

DAVID ANDERSON MARIANO DA SILVA

Pregoeiro Oficial

PORTARIA Nº 168/2022

De 15 de Março de 2022.

Designa Servidor Público Municipal para a fiscalização de execução de contrato.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 8666/93.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar **MAYARA CRISTIANE CANDIDO SCHONHOLZER**, servidora no cargo de Chefe da Unidade Municipal de Cadastro, para exercer a fiscalização do Contrato referente ao **Processo nº 039/2022, Dispensa de Licitação nº 016/2022 –** cujoobjeto é a Contratação de serviços de Consultoria para acompanhamento e orientação de processo licitatório para contratação de agência de publicidade no que diz respeito a questões técnicas, conforme especificação do edital.

Art. 2º-Nomear **ANDREIA CECATTO,** no cargo de Assessor de Gabinete do Prefeito, como suplente de Fiscal do referido Contrato.

Art. 3º - Revogam -se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, de 15 de Março de 2022**.**

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº188/2022

Portaria Nº188/2022

De 17 de março de 2022.

Nomeia Servidora para Cargo em Comissão.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e com base no que dispõe o Art. 11 § 2º da Lei Municipal Complementar nº 029/2002, de 23 de dezembro de 2002 - Estatutos dos Funcionários Públicos,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear **Eliane Fatima Wenzel** para exercer o cargo de **Coordenador de Esporte Amador**, cargo de Provimento em Comissão constante no Anexo I da Lei Complementar n° 029/2002 de 23 de dezembro de 2002, e alterada pela Lei Complementar nº 156/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação, com efeitos retroativos ao dia 22/02/2022.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, 17 de março de 2022.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

PRIMEIRO TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 032/2021

***PRIMEIRO TERMO ADITIVO*AO CONTRATO Nº 032/2021** QUE ENTRE SI CELEBRAM A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA-MT** E A EMPRESA**MELO COMERCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALAR LTDA.**

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA, ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ Nº 15.023.922/0001-91, com sede administrativa à Rua Miraguaí, nº 228, centro, CEP: 78.640-000, representada neste ato **pelo**Prefeito Municipal Senhor **FABIO MARCOS PEREIRA DE FARIA**, brasileiro, casado, administrador, Carteira de Identidade Nº 3671142 SSP/GO e CPF nº 888. 448.461-87, residente e domiciliado à Rua Guarita nº 296, Bairro Centro, Canarana-MT**,** doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **MELO COMERCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALAR LTDA**, inscrita no CNPJ nº 39.241.426/0001-72, estabelecida na Av Bento Munhoz da Rocha Neto, nº 1238, Bairro Centro, Cidade de Goioerê-PR, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada por seu procurador sr. Emerson Amâncio de Melo, portador do RG nº 5.532.598-7 SSP/PR e CPF nº 869.947.279-04, firmam o presente **ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO**, conforme decidido no Processo Administrativo decorrente de Licitação na modalidade de **Pregão presencial nº 010/2021**, que se regerá por toda a legislação aplicável à espécie, em conformidade com a Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, e pelas cláusulas e condições adiante vistas e acordadas.

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - Constitui objeto do presente Termo Aditivo a **prorrogação da vigência do contrato originário**, a Cláusula Quarta – da Vigência do Contrato,

referente ao processo de licitatório na modalidade **Pregão presencial nº 010/2021.**

CLAUSULA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO

2.1 - Fica acrescentada à Cláusula Terceira - Da Forma De Execução, Prazo e Vigência, o total de **180 (cento e oitenta) dias,** ficando sua vigência estendida até o **dia 14/09/2022,** podendo ser rescindido antes desse prazo caso se esgotem os saldos, ou haja a realização de novo processo licitatório, **sem prévia notificação**.

CLAUSULA TERCEIRA - DA JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTO LEGAL

3.1 – O presente termo aditivo encontra seu fulcro legal embasado no Art. 57 § 1º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e conforme clausula contratual.

3.2 - A necessidade de implementação deste Termo Aditivo ao Contrato Originário justifica-se em decorrência de existência de saldos dos itens do processo, também a empresa irá manter os preços ofertados no ano de 2021, e dos itens deste licitação serão de grande de necessidade para o bom atendimento da secretária municipal de educação, assim justificamos a presente prorrogação.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

4.1 – O presente Termo Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, vigendo concomitantemente ao Contrato Originário.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1 – As despesas decorrentes do presente aditivo contratual serão empenhadas da seguinte forma, por força da Lei Complementar nº 101/2000:

CLÁUSULA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1 - As demais cláusulas e condições ajustadas no **contrato nº 032/2021,** desde que compatíveis, permanecem inalteradas, sendo ratificadas neste ato pelas partes contratantes.

6.2 – Fica eleito o Foro da Comarca de Canarana do Estado de Mato Grosso, excluindo-se qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir as questões oriundas do presente contrato.

Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento de aditivo contratual em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, obrigando-se ao seu fiel cumprimento.

Canarana-MT, 11 de março de 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

FÁBIO MARCOS PEREIRA DE FARIA

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

MELO COMERCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALAR LTDA

Emerson Amâncio de Melo - **Procurador**

CPF nº 869.947.279-04

CONTRATADA

BRUNA MARQUES MUHLBEIER

Portaria nº 325/2021 de 16 de Fevereiro de 2021

FISCAL DO CONTRATO

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____ Assinatura:_____

Nome: Nome:

CPF nº CPF nº

PORTARIA Nº 196/2022

De 17 de Março de 2022.

Designa Servidor Público Municipal para a fiscalização de execução de contrato.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 8666/93.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar **ANDREIA CECATTO,** servidora no cargo de Assessor de Gabinete do Prefeito**,** para exercer a fiscalização do Contrato referente ao **Processo nº 043/2022 – Inexigibilidade nº 003/2022 –** cujo objeto é a contratação de empresa especializada promotora de shows artísticos para realização de show com a Dupla Sertaneja “Hugo e Guilherme” a ser realizado no dia 14/07/2022 no Parque de Exposições Luiz Cancian, conforme especificações do edital.

Art. 2º-Nomear **EZEQUIAS MAGALHÃES DE LIMA**, no cargo de Gerente de Aplic, como suplente de Fiscal do referido Contrato.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, de 17 de Março de 2022**.**

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº198/2022.

Portaria Nº198/2022.

De 18 de março de 2022.

Exonera Servidora a Pedido.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a pedido, a servidora **Beatriz Cardoso Bueno,** do cargo de **Assessor Administrativo,** cargo de provimento em comissão constante no anexo I da Lei Complementar 156 de 22 de março de 2017, a partir de 21 de março de 2022.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana - MT, 18 de março de 2022.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

PROCESSO SELETIVO 001/2021EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 021/2022

Processo Seletivo 001/2021

Edital de Convocação N° 021/2022

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e considerando o resultado final do Processo Seletivo Simplificado 001/2021, homologado pelo decreto n° 3262 de 21 de dezembro de 2021.

RESOLVE TORNAR PÚBLICO:

O presente Edital que estabelece a convocação, para fins de suprimento de cargos em caráter temporário no quadro de pessoal da Secretaria Municipal de Educação e Cultura como segue:

CANDIDATO	CARGO	PROCESSO SELETIVO
Alcione dos Santos Dela Costa	VIGILANTE ESCOLAR	001/2021

O (a) candidato (a) convocado (a) terá 05 (cinco) dias contados a partir da publicação do presente edital, para se apresentar e manifestar sobre a aceitação ou não do cargo no departamento de Recursos Humanos da Secretaria de Administração.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, em 17 de março de 2022.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

TERMO DE RATIFICAÇÃO - DISPENSA DE LICITAÇÃO 011-2022

Processo nº 034/2022

Modalidade: Dispensa de Licitação nº 011/2022

RATIFICO o ato da Comissão de Contratação, que dispensou licitação com fundamento no **art. 75, inciso I da Lei Federal 14.133/2021 de 01/04/2021**, para a contratação da empresa **THAINA ALVES CORNACIONI**, inscrita no CNPJ nº 24.798.048/0001-55, estabelecida a Rua Miraguai nº 641 – Apto 201, Jardim Tropical, Canarana-MT, para a **contratação de empresa no ramo de Arquitetura e Urbanismo para prestação de serviços técnicos especializados de Arquitetura, Urbanismo e Ligthing Design, compreendendo: desenvolvimento, correção, acompanhamento e análise de projetos arquitetônicos, projetos de reforma, projetos urbanísticos e projetos paisagísticos, com presença física de no mínimo 20 (vinte) dias úteis por mês e 20 horas semanais, pelo período de 12 (doze) meses com pagamento mensal para a atender as necessidades do Municipio de Canarana-MT** ao custo mensal de **R$ 7.000,00 (sete mil reais) pelo periodo de 12 (doze) meses perfazendo o total de R$ 84.000,00 (oitenta e quatro mil reais),** conforme solicitado pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, nos termos Artigo 72, § único da Lei nº 14.133/2021, vez que o processo se encontra devidamente instruído.

As despesas decorrentes da contratação do objeto do presente correrão à conta de dotação do orçamento vigente para o exercício de 2022, seguinte classificação: DOTAÇÃO: 261 – outros serviços de terceiros pessoa juridica.

Publique-se.

Canarana-MT, 18 de março de 2022.

FÁBIO MARCOS PEREIRA DE FARIA

Prefeito Municipal

PRIMEIRO TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 031/2021

***PRIMEIRO TERMO ADITIVO*AO CONTRATO Nº 031/2021** QUE ENTRE SI CELEBRAM A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA-MT** E A EMPRESA**W. G. HAAS SUPERMERCADO EIRELI.**

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA, ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ Nº 15.023.922/0001-91, com sede administrativa à Rua Miraguaí, nº 228, centro, CEP: 78.640-000, representada neste ato **pelo**Prefeito Municipal Senhor **FABIO MARCOS PEREIRA DE FARIA**, brasileiro, casado, administrador, Carteira de Identidade Nº 3671142 SSP/GO e CPF nº 888.448.461-87, residente e domiciliado à Rua Guarita nº 296, Bairro Centro, Canarana-MT**,** doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **W. G. HAAS SUPERMERCADO EIRELI**, inscrita no CNPJ nº 37.455.904/0001-11, estabelecida na Rua Santo Angelo, nº 1004, Bairro Nova Canarana, Cidade de Canarana-MT, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por seu procurador Sr. **Enio Heinche Haas**, portador do RG nº 759713 SSP/MT e CPF nº 487.522.741-87, firmam o presente **ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO**, conforme decidido no Processo Administrativo decorrente de Licitação na modalidade de **Pregão presencial nº 010/2021**, que se regerá por toda a legislação aplicável à espécie, em conformidade com a Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, e pelas cláusulas e condições adiante vistas e acordadas.

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - Constitui objeto do presente Termo Aditivo a **prorrogação da vigência do contrato originário**, a Cláusula Quarta – da Vigência do Contrato, referente ao processo de licitatório na modalidade **Pregão presencial nº 010/2021.**

CLAUSULA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO

2.1 - Fica acrescentada à Cláusula Terceira - Da Forma De Execução, Prazo e Vigência, o total de **180 (cento e oitenta) dias,** ficando sua vigência estendida até o **dia 14/09/2022,** podendo ser rescindido antes desse prazo caso se esgotem os saldos, ou haja a realização de novo processo licitatório, **sem prévia notificação**.

CLAUSULA TERCEIRA - DA JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTO LEGAL

3.1 – O presente termo aditivo encontra seu fulcro legal embasado no Art. 57 § 1º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e conforme clausula contratual.

3.2 - A necessidade de implementação deste Termo Aditivo ao Contrato Originário justifica-se em decorrência de existência de saldos dos itens do processo, também a empresa irá manter os preços ofertados no ano de 2021, e dos itens deste licitação serão de grande de necessidade para o bom atendimento da secretária municipal de educação, assim justificamos a presente prorrogação.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

4.1 – O presente Termo Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, vigendo concomitantemente ao Contrato Originário.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1 – As despesas decorrentes do presente aditivo contratual serão empenhadas da seguinte forma, por força da Lei Complementar nº 101/2000:

CLÁUSULA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1 - As demais cláusulas e condições ajustadas no **contrato nº 031/2021,** desde que compatíveis, permanecem inalteradas, sendo ratificadas neste ato pelas partes contratantes.

6.2 – Fica eleito o Foro da Comarca de Canarana do Estado de Mato Grosso, excluindo-se qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir as questões oriundas do presente contrato.

Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento de aditivo contratual em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, obrigando-se ao seu fiel cumprimento.

Canarana-MT, 09 de março de 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

FÁBIO MARCOS PEREIRA DE FARIA

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

W. G. HAAS SUPERMERCADO EIRELI

Enio Heinche Haas - **procurador**

CPF nº 487.522.741-87

CONTRATADA

BRUNA MARQUES MUHLBEIER

Portaria nº 325/2021 de 16 de Fevereiro de 2021

FISCAL DO CONTRATO

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____ Assinatura:_____

Nome: Nome:

CPF nº CPF nº

TERMO DE RATIFICAÇÃO - DISPENSA DE LICITAÇÃO 014-2022

Processo nº 037/2022

Modalidade: Dispensa de Licitação nº 014/2022

RATIFICO o ato da Comissão de Contratação, que dispensou licitação com fundamento no **art. 75, inciso II da Lei Federal 14.133/2021 de 01/04/2021**, para a contratação da empresa **IRACI SCHNEIDER ALVES 42037808020** devidamente inscrita no CNPJ Nº 44.305.462/0001-92, com sede a Rua Augusto Pestana nº 1044, Bairro Nova Canarana - Canarana-MT, que irá realizar os shows ao custo unitário de **R$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais)** num total de 24 (vinte e quarto) shows perfazendo o valor total **R$ 28.800,00 (vinte e oito mil e oitocentos reais),** conforme solicitado pela Secretaria Municipal de Assistência Social, nos termos Artigo 72, § único da Lei nº 14.133/2021, vez que o processo se encontra devidamente instruído.

As despesas decorrentes da contratação do objeto do presente correrão à conta de dotação do orçamento vigente para o exercício de 2022, seguinte classificação: DOTAÇÃO: 326 – outros serviços de terceiros pessoa juridica.

Publique-se.

Canarana-MT, 18 de março de 2022.

FÁBIO MARCOS PEREIRA DE FARIA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 167/2022

De 11 de Março de 2022.

Designa Servidor Público Municipal para a fiscalização de execução de contrato.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 8666/93.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar **CINTIA DE ALMEIDA OLIVEIRA RAIMUNDO,** servidora no cargo de Gerente de compras SEMEC**,** para exercer a fiscalização do Contrato referente ao **Processo nº 038/2022, Dispensa de Licitação nº 015/2022 –** cujoobjeto é a Locação de imóvel residencial com área total construída de 98,00 m² para moradia do servidor designado para gestão da unidade do IFMT de Canarana MT, conforme especificação do edital.

Art. 2º-Nomear **SILVANE GOLDONI CORREA**, no cargo de Assessora de Planejamento Educacional, como suplente de Fiscal do referido Contrato.

Art. 3º - Revogam -se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, de 11 de Março de 2022**.**

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 007-2022

PROCESSO: 029/2022

PREGÃO PRESENCIAL: 008/2022

DATA: 18/03/2022

VIGÊNCIA: 18/03/2023

ÓRGÃO GERENCIADOR: Secretaria Municipal de Obras, Estradas e Rodagens.

VIGÊNCIA DA ATA: 12 (doze) meses após assinatura.

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual **aquisição de madeira serrada para atender as necessidades das Secretarias Municipais de Canarana-MT** conforme especificações do edital.

FORNECEDOR: GISLENO MANOEL ILIDIO E CIA LTDA ME

VENCEDOR DOSITENS: 001 AO 026.

VALOR TOTAL: R$ 2.801.100,00 (Dois milhões oitocentos e um mil e cem reais).

TERMO DE RATIFICAÇÃO - DISPENSA DE LICITAÇÃO 013-2022

Processo nº 036/2022

Modalidade: Dispensa de Licitação nº 013/2022

RATIFICO o ato da Comissão de Contratação, que dispensou licitação com fundamento no **art. 75, inciso II da Lei Federal 14.133/2021 de 01/04/2021**, para a contratação da empresa **E. DE M. FAITÃO GONÇALVES ROMÃO - ME,** devidamente inscrita no CNPJ Nº 30.224.196/0001-69 e Inscrição Estadual nº 13.720.297-0, com sede a Estrada Rural s/n – Rancho Rafaeli - Canarana-MT, **que irá realizar os serviços de equoterapia ao custo mensal de R$ 4.900,00 (quarto mil e novecentos reais)** pelo periodo de 11 (onze) meses perfazendo o valor total **R$ 53.900,00 (cinquenta e três mil e novecentos reais),** conforme solicitado pela Secretaria Municipal de Juventude, Esportes e Lazer, nos termos Artigo 72, § único da Lei nº 14.133/2021, vez que o processo se encontra devidamente instruído.

As despesas decorrentes da contratação do objeto do presente correrão à conta de dotação do orçamento vigente para o exercício de 2022, seguinte classificação: DOTAÇÃO: 357 – outros serviços de terceiros pessoa juridica.

Publique-se.

Canarana-MT, 18 de março de 2022.

FÁBIO MARCOS PEREIRA DE FARIA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº187/2022

Portaria Nº187/2022

De 17 de março de 2022.

Conceder férias regulamentares aServidora Pública Municipal **Lucilene Ferreira Leão** dá outras providências.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito do Município de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o artigo 69 e § 1º do artigo 73 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canarana.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias regulamentares a Servidora **Lucilene Ferreira Leão,** ocupante do cargo de **Agente de Serviços Gerais,**por um período de 30 dias, a serem gozadas no período de 04 de abril a 03 de maio de 2022.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende a 15/08/2019 a 14/08/2020.

Art. 4° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso em 17 de março de 2022.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº186/2022

Portaria Nº186/2022

De 17 de março de 2022.

Nomeia Servidor para Cargo em Comissão.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e com base no que dispõe o Art. 11 § 2º da Lei Municipal Complementar nº 029/2002, de 23 de dezembro de 2002 - Estatutos dos Funcionários Públicos,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear Jullio Hevlen Freitas Tavares para exercer o cargo de Chefe da Unidade de Controle de Veículos, cargo de Provimento em Comissão constante no Anexo I da Lei Complementar n° 029/2002 de 23 de dezembro de 2002, e alterada pela Lei Complementar nº 156/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação, com efeitos retroativos ao dia 25/02/2022.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, 17 de março de 2022.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº178/2022

Portaria Nº178/2022

De 16 de março de 2022.

Conceder férias regulamentares aoServidor Público Municipal **Airton Pereira Mesquita** dá outras providências.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito do Município de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o artigo 69 e § 1º do artigo 73 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canarana.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias regulamentares ao Servidor **Airton Pereira Mesquita,** ocupante do cargo de **Eletricista,**por um período de 20 dias, a serem gozadas no período de 10 de maio a 29 de maio de 2022; e sendo 10 dias convertidos em abono pecuniário.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende a 18/08/2020 a 17/08/2021.

Art. 4° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso em 16 de março de 2022.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº179/2022

Portaria Nº179/2022

De 16 de março de 2022.

Conceder férias regulamentares aoServidor Público Municipal **Reginaldo Oliveira da Silva** dá outras providências.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito do Município de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o artigo 69 e § 1º do artigo 73 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canarana.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias regulamentares ao Servidor **Reginaldo Oliveira da Silva,** ocupante do cargo de **Vigilante Escolar,**por um período de 20 dias, a serem gozadas no período de 15 de março a 03 de abril de 2022; e 10 dias convertidos em abono pecuniário.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende a 01/02/2020 a 31/01/2021.

Art. 4° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso em 16 de março de 2022.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº175/2022

Portaria Nº175/2022

De 16 de março de 2022.

Conceder férias regulamentares aoServidor Público Municipal **Oscar dos Santos Oliveira Junior** dá outras providências.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito do Município de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o artigo 69 e § 1º do artigo 73 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canarana.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias regulamentares ao Servidor**Oscar dos Santos Oliveira Junior,** ocupante do cargo de **Eletricista,**por um período de 20 dias, a serem gozadas no período de 10 de maio a 29 de maio de 2022; e sendo 10 dias convertidos em abono pecuniário.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende a 23/03/2019 a 22/03/2020.

Art. 4° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso em 16 de março de 2022.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

PRIMEIRO TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 037/2021

***PRIMEIRO TERMO ADITIVO*AO CONTRATO Nº 037/2021,** QUE ENTRE SI CELEBRAM A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA-MT** E A EMPRESA**WEYNER RIBEIRO SOARES 05070622137.**

Pelo presente instrumento, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA, ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ-MF sob n. 15.023.922/0001-91, com sede administrativa à Rua Miraguaí, nº 228, centro, CEP: 78.640-000 Telefone: (66) - 3478-1200, representada neste ato peloPrefeito Municipal Senhor **FABIO MARCOS PEREIRA DE FARIA**, brasileiro, casado, administrador, Carteira de Identidade sob o n. 3671142 SSP/GO e C.P.F. nº. 888.448.461-87, residente e domiciliado à Rua Guarita nº 296, Bairro Centro, Canarana-MT**,** doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **WEYNER RIBEIRO SOARES 05070622137**, inscrita no CNPJ/MF nº 26.934.080/0001-46, estabelecida na cidade de Canarana, Estado de Mato Grosso, à Rua São Luís nº 1003, Sala, Bairro Nova Canarana, neste ato representada por Weyner Ribeiro Soares, Micro empreendedor, RG nº 2361738-1 SSP/MT, CPF nº050.706.221-37, firmam o presente **ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO**, conforme decidido no Processo Administrativo **nº 024/2021**, que se regerá por toda a legislação aplicável à espécie, em conformidade com a Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, e pelas cláusulas e condições adiante vistas e acordadas.

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO, DA ALTERAÇÃO E DO VALOR

1.1 - Constitui objeto do presente Termo Aditivo a **prorrogação da vigência do contrato originário**, a Cláusula Terceira, inciso 3.17, referente ao processo de licitatório na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/ 2021.**

1.2 - Fica acrescentada à Cláusula Terceira do contrato originário o total de **365 (trezentos e sessenta e cinco) dias,** ficando sua vigência estendida até o **dia 18/03/2023,** podendo ser rescindido antes desse prazo caso haja a realização de novo processo licitatório, **sem prévia notificação**.

1.3 - O valor total do presente termo aditivo é de **R$ 20.400,00 (Vinte mil e quatrocentos reais) que serão pagos em 12 (doze) parcelas mensais no valor de R$ 1.700,00 (Três mil reais)**.

CLAUSULA SEGUNDA - DA JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTO LEGAL

2.1 – O presente termo aditivo encontra seu fulcro legal embasado no Art. 57, inciso II da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993.

2.2 - A implementação deste Termo Aditivo ao Contrato Originário justifica-se em decorrência da necessidade temporária de excepcional interesse público, visto que os serviços são de natureza continuada, fato que não causará qualquer prejuízo aos cofres públicos.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

3.1 – O presente Termo Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, vigendo concomitantemente ao Contrato Originário.

CLÁUSULA QUARTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

4.1 – As despesas decorrentes do presente aditivo contratual serão empenhadas nas mesmas dotações orçamentárias constantes no contrato original.

CLÁUSULA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1 - As demais cláusulas e condições ajustadas no **contrato nº 037/2021,** desde que compatíveis, permanecem inalteradas, sendo ratificadas neste ato pelas partes contratantes.

5.2 – Fica eleito o Foro da Comarca de Canarana do Estado de Mato Grosso, excluindo-se qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir as questões oriundas do presente contrato.

Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento de aditivo contratual em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, obrigando-se ao seu fiel cumprimento.

Canarana-MT, 11 de março de 2022.

FABIO MARCOS PEREIRA DE FARIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

WEYNER RIBEIRO SOARES 05070622137

Weyner Ribeiro Soares

CONTRATADA

THATIANA TIMO CARNEIRO DOS SANTOS

Portaria nº 866/2021 de 28 de Setembro de 2021

FISCAL DO CONTRATO

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____ Assinatura: _____

Nome: David Anderson Mariano da Silva Nome: Alesandro Ap. M. Ubeda

CPF n.º 032.873.561-27 CPF n.º 695.236.149-91

PORTARIA Nº173/2022

Portaria Nº173/2022

De 16 de março de 2022**.**

Conceder férias regulamentares aoServidor Público Municipal **Sergio Matte** dá outras providências.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito do Município de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o artigo 69 e § 1º do artigo 73 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canarana.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias regulamentares ao Servidor **Sergio Matte**, ocupante do cargo de **motorista,**por um período de 30 dias, a serem gozadas no período de 15 de maio a 13 de junho de 2022.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende a 06/09/2020 a 05/09/2021.

Art. 4° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso em 16 de março de 2022.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº177/2022

Portaria Nº177/2022

De 16 de março de 2022.

"Nomeia comissão para realização de **TESTE DE CONFORMIDADE e/ou PROVA DE CONCEITO** da licitação na modalidade **Pregão Presencial nº 010/2022** no âmbito do Poder Executivo do Município de Canarana-MT".

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeada a respectiva comissão para a realização de **TESTE DE CONFORMIDADE** e/ou **PROVA E CONCEITO** da licitação na modalidade **Pregão Presencial nº 010/2022** no âmbito do Município de Canarana-MT, conforme abaixo identificado, sendo os seguintes servidores:

Presidente: Marilde da Silva Ramos;

Secretária: Ivone Alves;

Membro: Rosmeri Bernadete Anschau;

Membro Suplente: Mayara Cristiane Candido Schonholzer.

Art. 2º-Caberá à Presidente e respectivos membros, a analise de execução de cada funcionalidade e sua aceitabilidade conforme exigências do termo de referencia – anexo I do Edital.

Art. 3º - A Presidente e os respectivos membros de que trata esta Portaria, não serão remunerados pelo exercício das respectivas funções, sendo serviços considerados como relevantes ao interesse publico.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, em 16 de março de 2022**.**

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

TERMO DE APOSTILA Nº. 001/2022 - CONTRATO Nº: 037/2022

TERMO DE APOSTILA Nº. 001/2022

CONTRATO Nº: 037/2022

PROCESSO Nº 032/2022

ADESÃO Nº. 002/2012

VIGENCIA: 07/09/2022

Através do presente termo de apostila, o **MUNICÍPIO DE CANARANA, ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público municipal, com sede administrativa à Rua Miraguai nº 228, Centro, Canarana - MT, devidamente inscrita no C.N.P.J./MF, sob o nº. 15.023.922/0001-91, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal o Sr **FABIO MARCOS PEREIRA DE FARIA**, brasileiro, casado, administrador, Carteira de Identidade sob o n. 3671142 SSP/GO e C.P.F. nº. 888.448.461-87, residente e domiciliado à Rua Guarita nº 296, Bairro Centro, Canarana-MT, **RESOLVE** formalizar o presente **termo de apostila** com a empresa **REAVEL VEICULOS EIRELI**, inscrita no CNPJ nº30.260. 538/0001-04, estabelecida na Rua C-180, nº 176, Qd 617 Lote 19/20, Sala 04, Bairro Nova Suíça, Cidade/Estado: Goiania-GO, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por Sinomar Vaz de Oliveira Junior, ocupando o cargo de Diretor, Brasileiro, Casado, RG nº 4901708 2º Via SSP/GO e CPF nº 039.457.331-54, **detentora da Ata de Registro de Preços nº 001/2022, oriunda do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 044/2021,** realizado pel**a** Prefeitura Municipal de Marcelândia-MT e perante as testemunhas a final firmadas, pactuam o presente contrato, cuja celebração foi autorizada pelo **Processo Administrativo nº 032/2022 - Adesão nº 002/2022**, e que se regerá pelo que dispõe o Edital de **PREGÃO PRESENCIAL Nº 044/2021**, de acordo com o presente termo de apostila nos termos abaixo descritos:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - O presente **APOSTILAMENTO** tem por objeto a **inclusão de dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento.**

CLAUSULA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO

2.1 – Fica incluídas na clausula quinta do contrario originário as dotações orçamentárias abaixo mencionadas:

ÓRGÃO: 05 - Secretaria municipal de Saúde e Saneamento

UNIDADE: 03

PROJ/ATIV: 1.028

ELEMENTO: 4.4.90.00.00.00.00.00

DOTAÇÃO: 162

FONTE RECURSO: 0631

2.2 – As demais dotações orçamentárias constantes no contrato originário permanecem inalteradas.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL

3.1 - O presente Apostilamento ampara-se no § 8º, do Art. 65, da Lei 8. 666/93 e ainda clausula primeira, parágrafo único do contrato originário.

CLÁUSULA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1 - As demais cláusulas e condições ajustadas no contrato, desde que compatíveis, permanecem inalteradas, sendo ratificadas neste ato pelas partes contratantes.

Fica eleito o Foro da Comarca de Canarana – MT, para dirimir quaisquer dúvidas que por ventura surgirem em função da execução do presente termo o qual será assinado na presença de 02 testemunhas.

Canarana – MT, 17 de março de 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

FABIO MARCOS PEREIRA DE FARIA

CONTRATANTE

REAVEL VEICULOS EIRELI

SINOMAR VAZ DE OLIVEIRA JUNIOR

CPF nº 039.457.331-54

CONTRATADA:

WANDERLEI FERREIRA DE MEDEIROS

Portaria nº 159/2022 de 07 de Março de 2022

FISCAL DO CONTRATO

MAGDA APARECIDA DA SILVA

Portaria nº 159/2022 de 07 de Março de 2022

FISCAL DO CONTRATO SUPLENTE

Assinatura:_____ Assinatura: _____

Nome: David Anderson Mariano da Silva Nome: Alesandro Ap. M. Ubeda

CPF n.º 032.873.561-27 CPF n.º 695.236.149-91

PORTARIA Nº 182/2022

Portaria nº 182/2022

De 16 de março de 2022.

Dispõe sobre Licença Prêmio.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e com base no que dispõe Lei Municipal Complementar nº. 172/2018.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a **Ana Margarete Moroni**, ocupante do cargo de **Professora**, Matrícula n° 589, lotada na Secretaria Municipal de Educação, noventa (90) dias de Licença Prêmio por assiduidade, conforme dispõe legislação supramencionada, no período de 11 de março de 2022 a 08 de junho de 2022;

Relativo ao quinquênio de 2016 a 2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana MT, em 16 de março de 2022.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

PRIMEIRO TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 034/2021

***PRIMEIRO TERMO ADITIVO*AO CONTRATO Nº 034/2021,** QUE ENTRE SI CELEBRAM A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA-MT** E A EMPRESA**JOÃO VICTOR WISCH SOARES06374152131.**

Pelo presente instrumento, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA, ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ-MF sob n. 15.023.922/0001-91, com sede administrativa à Rua Miraguaí, nº 228, centro, CEP: 78.640-000 Telefone: (66) - 3478-1200, representada neste ato peloPrefeito Municipal Senhor **FABIO MARCOS PEREIRA DE FARIA**, brasileiro, casado, administrador, Carteira de Identidade sob o n. 3671142 SSP/GO e C.P.F. nº. 888.448.461-87, residente e domiciliado à Rua Guarita nº 296, Bairro Centro, Canarana-MT**,** doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **JOÃO VICTOR WISCH SOARES06374152131**, inscrita no CNPJ nº 40.502.372/0001-30, estabelecida na Rua Camburiu, nº 205, Bairro Jardim Europo, Cidade de Canarana-MT, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada por João Victor Wisch Soares, Micro empreendedor, portador do RG nº 2860663-9 SSP/MT e CPF nº 063. 741.521-31, firmam o presente **ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO**, conforme decidido no Processo Administrativo **nº 024/2021**, que se regerá por toda a legislação aplicável à espécie, em conformidade com a Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, e pelas cláusulas e condições adiante vistas e acordadas.

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO, DA ALTERAÇÃO E DO VALOR

1.1 - Constitui objeto do presente Termo Aditivo a **prorrogação da vigência do contrato originário**, a Cláusula Terceira, inciso 3.17, referente ao processo de licitatório na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/ 2021.**

1.2 - Fica acrescentada à Cláusula Terceira do contrato originário o total de **365 (trezentos e sessenta e cinco) dias,** ficando sua vigência estendida até o **dia 18/03/2023,** podendo ser rescindido antes desse prazo caso haja a realização de novo processo licitatório, **sem prévia notificação**.

1.3 - O valor total do presente termo aditivo é de **R$ 20.400,00 (Vinte mil e quatrocentos reais)**que serão pagos em 12 (doze) parcelas mensais no valor de **R$ 1.700,00 (Três mil reais)**.

CLAUSULA SEGUNDA - DA JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTO LEGAL

2.1 – O presente termo aditivo encontra seu fulcro legal embasado no Art. 57, inciso II da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993.

2.2 - A implementação deste Termo Aditivo ao Contrato Originário justifica-se em decorrência da necessidade temporária de excepcional interesse público, visto que os serviços são de natureza continuada, fato que não causará qualquer prejuízo aos cofres públicos.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

3.1 – O presente Termo Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, vigendo concomitantemente ao Contrato Originário.

CLÁUSULA QUARTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

4.1 – As despesas decorrentes do presente aditivo contratual serão empenhadas nas mesmas dotações orçamentárias constantes no contrato original.

CLÁUSULA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1 - As demais cláusulas e condições ajustadas no **contrato nº 034/2021,** desde que compatíveis, permanecem inalteradas, sendo ratificadas neste ato pelas partes contratantes.

5.2 – Fica eleito o Foro da Comarca de Canarana do Estado de Mato Grosso, excluindo-se qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir as questões oriundas do presente contrato.

Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento de aditivo contratual em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, obrigando-se ao seu fiel cumprimento.

Canarana-MT, 11 de março de 2022.

FABIO MARCOS PEREIRA DE FARIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

JOÃO VICTOR WISCH SOARES06374152131

João Victor Wisch Soares

CONTRATADA

THATIANA TIMO CARNEIRO DOS SANTOS

Portaria nº 866/2021 de 28 de Setembro de 2021

FISCAL DO CONTRATO

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____ Assinatura: _____

Nome: David Anderson Mariano da Silva Nome: Alesandro Ap. M. Ubeda

CPF n.º 032.873.561-27 CPF n.º 695.236.149-91

PORTARIA Nº174/2022

Portaria Nº174/2022

De 16 de março de 2022.

Conceder férias regulamentares a Servidora Pública Municipal **Luciane Rosa Miranda** dá outras providências.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito do Município de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o artigo 69 e § 1º do artigo 73 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canarana.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias regulamentares a Servidora **Luciane Rosa Miranda,** ocupante do cargo de **Chefe do Departamento de Transito,**por um período de 30 dias, a serem gozadas no período de 04 de julho a 02 de agosto de 2022;

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende a 26/01/2021 a 25/ 01/2022.

Art. 4° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso em 16 de março de 2022.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

PRIMEIRO TERMO ADITIVO - CONTRATO N.º 029/2021

***PRIMEIRO TERMO ADITIVO*AO CONTRATO N.º 029/2021,** QUE ENTRE SI CELEBRAM A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA – MT.** E A EMPRESA **AQUI AGORA PAISAGISMO E JARDINAGEM LTDA-ME.**

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA, ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ-MF sob n. 15.023.922/0001-91, com sede administrativa à Rua Miraguaí, nº 228, centro, CEP: 78.640-000 Telefone: (66) - 3478-1200, representada

neste ato peloPrefeito Municipal Senhor **FABIO MARCOS PEREIRA DE FARIA**, brasileiro, casado, administrador, Carteira de Identidade sob o n. 3671142 SSP/GO e C.P.F. nº. 888.448.461-87, residente e domiciliado à Rua Guarita nº 296, Bairro Centro, Canarana-MT**,** doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **AQUI AGORA PAISAGISMO E JARDINAGEM LTDA-ME**, inscrita no CNPJ nº12. 928.234/0001-82, estabelecida a Rua Cedro Marcado, nº 572, Bairro Jardim Tropical, Cidade de Canarana, Estado de Mato Grosso, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada por **ELIEZER VENÂNCIO FERREIRA**, ocupando o cargo de Sócio Administrador, RG nº 1433270-1 SSP/MT e CPF nº 952.002.151-53, firmam o presente **ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO**, conforme decidido no **Processo Administrativo nº 026/2021**, que se regerá por toda a legislação aplicável à espécie, em conformidade com a Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, e pelas cláusulas e condições adiante vistas e acordadas.

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DA ALTERAÇÃO

1.1 - Constitui objeto do presente Termo Aditivo a **prorrogação da vigência do contrato originário**, a Cláusula Terceira – Forma de Execução, Prazo e Vigência, inciso 3.22, referente ao processo de licitatório na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2021.**

1.2 - Fica acrescentada à Cláusula Terceira – Forma de Execução, Prazo e Vigência, **do contrato originário o total de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, ficando sua vigência estendida até o dia 18/03/2023, podendo ser rescindido antes desse prazo caso se esgotem os saldos, ou haja a realização de novo processo licitatório, sem prévia notificação.**

CLAUSULA SEGUNDA - DA JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTO LEGAL

2.1 – O presente termo aditivo encontra seu fulcro legal embasado no Art. 57, II, c/c § 1º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993.

2.2 - A implementação deste Termo Aditivo ao Contrato Originário justifica-se em decorrência de existência de saldos dos itens do processo, também a empresa irá manter os preços ofertados no ano de MAR/2021, e ainda justifica-se em função da necessidade de manter a limpeza de praças, jardins, rotatórias e canteiros das avenidas devidamente limpos com serviços de capina, roçadas e dentro outros serviços diários, bem como, o plantio de grama em placas e/ou por mudas se justifica para que o município possa dar uma melhor aparência nas rotatórias, jardins, dentre outros locais que necessitam de plantar gramas, fato que não causará qualquer prejuízo aos cofres públicos.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

3.1 – O presente Termo Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, vigendo concomitantemente ao Contrato Originário.

3.2 - As demais Cláusulas do Contrato original permanecem inalteradas.

CLÁUSULA QUARTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

4.1 – As despesas decorrentes do presente aditivo contratual serão empenhadas nas mesmas dotações orçamentárias constantes no contrato original.

CLÁUSULA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1 - As demais cláusulas e condições ajustadas no **contrato nº 029/2021,** desde que compatíveis, permanecem inalteradas, sendo ratificadas neste ato pelas partes contratantes.

5.2 – Fica eleito o Foro da Comarca de Canarana do Estado de Mato Grosso, excluindo-se qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir as questões oriundas do presente contrato.

Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento de aditivo contratual em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, obrigando-se ao seu fiel cumprimento.

Canarana-MT, 11 de março de 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

FABIO MARCOS PEREIRA DE FARIA

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

AQUI AGORA PAISAGISMO E JARDINAGEM LTDA-ME

Eliezer Venancio Ferreira

Sócio Administrador

CONTRATADA

FRANCIELY REJANE STORCH

Portaria nº 329/2021 de 17 de Fevereiro de 2021

FISCAL DO CONTRATO

THATIANE TIMON CARNEIRO

Portaria nº 329/2021 de 17 de Fevereiro de 2021

FISCAL DO CONTRATO

ENÍSIO MELATO

Portaria nº 329/2021 de 17 de Fevereiro de 2021

FISCAL DO CONTRATO SUPLENTE

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____ **Assinatura:** _____

Nome: David Anderson Mariano da Silva Nome: Alesandro Ap. M. Ubeda

CPF n.º 032.873.561-27 CPF n.º 695.236.149-91

PRIMEIRO TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 036/2021

***PRIMEIRO TERMO ADITIVO*AO CONTRATO Nº 036/2021,** QUE ENTRE SI CELEBRAM A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA-MT** E A EMPRESA **AMANDA LANGE MARTINS CUNHA GOVARI 97955400259.**

Pelo presente instrumento, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA, ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ-MF sob n. 15.023.922/0001-91, com sede administrativa à Rua Miraguaí, nº 228, centro, CEP: 78.640-000 Telefone: (66) - 3478-1200, representada neste ato peloPrefeito Municipal Senhor **FABIO MARCOS PEREIRA DE FARIA**, brasileiro, casado, administrador, Carteira de Identidade sob o n. 3671142 SSP/GO e C.P.F. nº. 888.448. 461-87, residente e domiciliado à Rua Guarita nº 296, Bairro Centro, Canarana-MT**,** doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **AMANDA LANGE MARTINS CUNHA GOVARI 97955400259**, inscrita no CNPJ nº 27.933.496/0001-02, estabelecida na Rua mondaí, s/nº, Bairro Centro, Cidade de Canarana-MT, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada por **Amanda Lande Martins Cunha Govari**, Micro empreendedora, portador do RG nº 3429311-6 SSP/MT e CPF nº **979.554.002-59**, firmam o presente **ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO**, conforme decidido no Processo Administrativo **nº 024/2021**, que se regerá por toda a legislação aplicável à espécie, em conformidade com a Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, e pelas cláusulas e condições adiante vistas e acordadas.

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO, DA ALTERAÇÃO E DO VALOR

1.1 - Constitui objeto do presente Termo Aditivo a **prorrogação da vigência do contrato originário**, a Cláusula Terceira, inciso 3.17, referente ao processo de licitatório na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/ 2021.**

1.2 - Fica acrescentada à Cláusula Terceira do contrato originário o total de **365 (trezentos e sessenta e cinco) dias,** ficando sua vigência estendida até o **dia 18/03/2023,** podendo ser rescindido antes desse prazo caso haja a realização de novo processo licitatório, **sem prévia notificação**.

1.3 - O valor total do presente termo aditivo é de **R$ 36.000,00 (Trinta e seis mil reais)** que serão pagos em 12 (doze) parcelas mensais no valor de **R$ 3.000,00 (Três mil reais)**.

CLAUSULA SEGUNDA - DA JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTO LEGAL

2.1 – O presente termo aditivo encontra seu fulcro legal embasado no Art. 57, inciso II da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993.

2.2 - A implementação deste Termo Aditivo ao Contrato Originário justifica-se em decorrência da necessidade temporária de excepcional interesse público, visto que os serviços são de natureza continuada, fato que não causará qualquer prejuízo aos cofres públicos.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

3.1 – O presente Termo Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, vigendo concomitantemente ao Contrato Originário.

CLÁUSULA QUARTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

4.1 – As despesas decorrentes do presente aditivo contratual serão empenhadas nas mesmas dotações orçamentárias constantes no contrato original.

CLÁUSULA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1 - As demais cláusulas e condições ajustadas no **contrato nº 036/2021,** desde que compatíveis, permanecem inalteradas, sendo ratificadas neste ato pelas partes contratantes.

5.2 – Fica eleito o Foro da Comarca de Canarana do Estado de Mato Grosso, excluindo-se qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir as questões oriundas do presente contrato.

Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento de aditivo contratual em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, obrigando-se ao seu fiel cumprimento.

Canarana-MT, 11 de março de 2022.

FABIO MARCOS PEREIRA DE FARIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

AMANDA LANGE MARTINS CUNHA GOVARI 97955400259

Amanda Lange Martins Cunha Govari

CONTRATADA

THATIANA TIMO CARNEIRO DOS SANTOS

Portaria nº 866/2021 de 28 de Setembro de 2021

FISCAL DO CONTRATO

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____ Assinatura: _____

Nome: David Anderson Mariano da Silva Nome: Alesandro Ap. M. Ubeda

CPF n.º 032.873.561-27 CPF n.º 695.236.149-91

PRIMEIRO TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 204/2021

PRIMEIRO TERMO ADITIVO ao **Contrato Nº 204/2021**, firmado com a empresa **VUOLO ENGENHARIA EIRELI** para **elaboração de projetos do CAT**.

Pelo presente instrumento, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA, ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 15.023.922/0001-91, com sede administrativa à Rua Miraguaí, nº 228, centro, CEP: 78.640-000 Telefone: (66)-3478-1200, representada neste ato **pelo**Prefeito Municipal Senhor **FABIO MARCOS PEREIRA DE FARIA**, brasileiro, casado, administrador, Carteira de Identidade nº 3671142 SSP/GO e CPF nº 888.448.461-87, residente e domiciliado à Rua Guarita nº 296, Bairro Centro, Canarana-MT**,** doravante denominado **CONTRATANTE**, e, por outro lado a empresa **VUOLO ENGENHARIA EIRELI,** pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ Nº 37.300.051/0001-49, com sede à Rua Três (ST Centro sul) nº 13, Bairro Morada do Ouro, na Cidade de Cuiabá-MT, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada por **Yuri Bispo Neves**, portador da Cédula de Identidade RG 162138-82e inscrita no CPF sob nº 015.218.621-25, denominado **CONTRATADO** firmam o presente **ADITIVO AO CONTRATO 204/2021**, conforme decidido no Processo de Licitação na modalidade de **Dispensa de Licitação nº 071/2021**, que se regerá por toda a legislação aplicável à espécie, em conformidade com a Lei nº 8. 666/93 e suas alterações, e pelas cláusulas e condições adiante vistas e acordadas.

CLAUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS

1.1 – Fazem parte do presente termo aditivo, independente de transição todos os elementos que compõem o processo de licitação na modalidade **Dispensa de Licitação nº 071/2021,** o contrato originário e todos os termos aditivos.

CLAUSULA SEGUNDA - DO OBJETO E ALTERAÇÃO

2.1 - Constitui objeto do presente Termo Aditivo a **prorrogação da vigência do contrato** objeto do Contrato originário, a Cláusula Terceira, inciso 3.1, para a **contratação de empresa de arquitetura/engenharia para a elaboração de projetos do CAT – centro de atendimento ao turista no perímetro urbano do município de Canarana-MT.**

2.2 – Fica acrescenta à **vigência do contrato** o total**de 90 (noventa) dias, ficando estendida até o dia 15/06/2022.**

CLAUSULA TERCEIRA – JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTO LEGAL

3.1 – O presente termo aditivo encontra seu fulcro legal embasado no Art. 107 da Lei n.º 14.133/2021.

3.2 – A necessidade de implementação deste Termo Aditivo ao Contrato Originário justifica-se em decorrência de existência de saldos do item do processo, e o fato que a empresa ainda necessita concluir os serviços constantes de acordo com o contrato e termo de referencia, e ainda o serviço ser de grande importância para atender a demanda da Secretária de municipal de socioeconômico e turístico, assim justificamos a presente prorrogação, não causando nenhum prejuízo aos cofres públicos.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

4.1 – O presente Termo Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, vigendo concomitantemente ao Contrato Originário.

4.2 - Ficam observadas e mantidas, as demais Cláusulas e Condições do **Contrato nº 204/2021,** desde que não contrariem o convencionado no presente Termo Aditivo.

CLAUSULA QUINTA - DO FORO

5.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Canarana do Estado de Mato Grosso, excluindo-se qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir as questões oriundas do presente contrato.

E por estarem devidamente acordados, declaram as partes aceitarem as disposições estabelecidas neste Instrumento, sujeitando-se às normas contidas na Lei nº. 8.666/93 e assinam o presente em 03 (três) vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais, na presença de 02 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Canarana-MT, 10 de março de 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

FÁBIO MARCOS PEREIRA DE FARIA

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

VUOLO ENGENHARIA EIRELI

YURI BISPO NEVES

CONTRATADA

ANDREIA CECATTO

Portaria nº 073/2022 de 01/02/2022

FISCAL DO CONTRATO

TESTEMUNHAS:

01:_____ 02: _____

Nome> Nome>

Cpf cpf

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE PUBLICAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA, Estado de Mato Grosso, de acordo com as disposições da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações; torna público que realizará a **LICITAÇÃO** a seguir caracterizada:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2022

OBJETO DA LICITAÇÃO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGUROS PARA OS VEÍCULOS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE CARLINDA – MT.

DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: 31/03/2022.

HORÁRIO: 08H30MIN (HORÁRIO OFICIAL DE BRASÍLIA).

ENDEREÇO ELETRÔNICO:bllcompras.com

As informações complementares para a retirada da pasta contendo o Edital completo e seus anexos poderão ser obtidos no sítio www.carlinda.mt.gov.br/Publicacoes/Licitacoes/ ou na Prefeitura, situada na Av. Tancredo de Almeida Neves S/Nº. Cx postal 45, Centro, CEP:78.587-000 CARLINDA MT, das 07:00 horas às 11:00 horas e das 13:00 às 17:00 horas, maiores informações pelo telefone (66) 3525-2000.

Carlinda/MT, em 18 de março de 2022.

DEISE DIONE MUTSCHALL

PREGOEIRA OFICIAL

Publique-se

LICITAÇÃO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

ESTADO DE MATO GROSSO

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 006/2021

LOCATARIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA - MT

LOCADOR: LUIZ GOIS MACIELCPF nº 300.908.909-06

OBJETO: SUBLOCAR UM IMÓVEL PARA INSTALAÇÃO DA CAPELA FUNERÁRIA.

VALOR: **R$1.325,33** (hum mil trezentos e vinte e cinco reais e trinta e três centavos)

Ficam ratificadas e mantidas em plena vigência as demais cláusulas e condições do Contrato.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHEIRA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 31/2022

EXTRATO DO CONTRATO Nº 31/2022

Texto:

CONTRATO ADMINISTRATIVO: 31/2022

PROCESSO LICITATÓRIO: Pregão Presencial nº 04/2022

ÓRGÃO GERENCIADOR: Prefeitura Municipal de Castanheira

FORNECEDOR REGISTRADO: **SERLI VIEIRA CARRIEL 97773867100**, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no **CNPJ/MF SOB O Nº 44. 925.227/0001-13;**

OBJETO: O presente Contrato tem por objeto **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURIDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENFERMEIROS, TÉCNICOS DE ENFERMAGEM, RECEPCIONISTA, SERVIÇOS GERAIS E FISIOTERAPEUTA.;**

VALOR:R$ 13.200,00 (Treze mil e duzentos reais).

VIGÊNCIA:22/**02/2022 a 31/12/2022**

FORMA DE PAGAMENTO: Conf. NF

DATA DE ASSINATURA: 22/02/2022

CAUANE DA SILVA GONÇALVES

Pregoeira

Poder Executivo - Castanheira-MT

EXTRATO DO CONTRATO Nº 36/2022

EXTRATO DO CONTRATO Nº 36/2022

Texto:

CONTRATO ADMINISTRATIVO: 36/2022

PROCESSO LICITATÓRIO: Pregão Presencial nº 05/2022

ÓRGÃO GERENCIADOR: Prefeitura Municipal de Castanheira

FORNECEDOR REGISTRADO: **JOSIMAR RODRIGUES DA LUZ 03407145144**, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no **CNPJ/MF** sob n° **44.867.979/0001-75;**

OBJETO: O presente Contrato tem por **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTADOR ESCOLAR;**

VALOR:R$ 24.000,00 (Vinte e quatro mil reais).

VIGÊNCIA:02/**03/2022 a 31/12/2022**

FORMA DE PAGAMENTO: Conf. NF

DATA DE ASSINATURA: 02/03/2022

CAUANE DA SILVA GONÇALVES

Pregoeira

Poder Executivo - Castanheira-MT

EXTRATO DO CONTRATO Nº 28/2022

EXTRATO DO CONTRATO Nº 28/2022

Texto:

CONTRATO ADMINISTRATIVO: 28/2022

PROCESSO LICITATÓRIO: Pregão Presencial nº 04/2022

ÓRGÃO GERENCIADOR: Prefeitura Municipal de Castanheira

FORNECEDOR REGISTRADO:**JOSIANE TOMAZ TORREZ 05872868146,** cadastrada no **CNPJ/MF sob o nº 36.609.423/0001-50;**

OBJETO: O presente Contrato tem por objeto **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURIDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENFERMEIROS, TÉCNICOS DE ENFERMAGEM, RECEPCIONISTA, SERVIÇOS GERAIS E FISIOTERAPEUTA.;**

VALOR:R$ 39.600,00 (Trinta e nove mil e seiscentos reais).

VIGÊNCIA:22/02/2022 a 31/12/2022

FORMA DE PAGAMENTO: Conf. NF

DATA DE ASSINATURA: 22/02/2022

CAUANE DA SILVA GONÇALVES

Pregoeira

Poder Executivo - Castanheira-MT

EXTRATO DO CONTRATO Nº 35/2022

EXTRATO DO CONTRATO Nº 35/2022

Texto:

CONTRATO ADMINISTRATIVO: 35/2022

PROCESSO LICITATÓRIO: Pregão Presencial nº 05/2022

ÓRGÃO GERENCIADOR: Prefeitura Municipal de Castanheira

FORNECEDOR REGISTRADO: **FERNANDO CESAR DE OLIVEIRA PEREIRA 04020255121**, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no **CNPJ/MF** sob n° **44.867.979/0001-75;**

OBJETO: O presente Contrato tem por **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTADOR ESCOLAR;**

VALOR:R$ 27.000,00 (Vinte e sete mil reais).

VIGÊNCIA:02/**03/2022 a 31/12/2022**

FORMA DE PAGAMENTO: Conf. NF

DATA DE ASSINATURA: 02/03/2022

CAUANE DA SILVA GONÇALVES

Pregoeira

Poder Executivo - Castanheira-MT

EXTRATO DO CONTRATO Nº 37/2022

EXTRATO DO CONTRATO Nº 37/2022

Texto:

CONTRATO ADMINISTRATIVO: 37/2022

PROCESSO LICITATÓRIO: Pregão Presencial nº 05/2022

ÓRGÃO GERENCIADOR: Prefeitura Municipal de Castanheira

FORNECEDOR REGISTRADO: **JOSUE VIEIRA DO NASCIMENTO 00525861114**, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no **CNPJ/MF** sob n° **45.176.483/0001-18;**

OBJETO: O presente Contrato tem por **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTADOR ESCOLAR;**

VALOR:R$ 28.800,00 (Vinte e oito mil e oitocentos reais).

VIGÊNCIA:02/**03/2022 a 31/12/2022**

FORMA DE PAGAMENTO: Conf. NF

DATA DE ASSINATURA: 02/03/2022

CAUANE DA SILVA GONÇALVES

Pregoeira

Poder Executivo - Castanheira-MT

EXTRATO DO CONTRATO Nº 38/2022

EXTRATO DO CONTRATO Nº 38/2022

Texto:

CONTRATO ADMINISTRATIVO: 38/2022

PROCESSO LICITATÓRIO: Pregão Presencial nº 09/2022

ÓRGÃO GERENCIADOR: Prefeitura Municipal de Castanheira

FORNECEDOR REGISTRADO:**JOSÉ FERREIRA DA SILVA**, maior, brasileiro, solteiro, portador da Cédula de Identidade n.º 450 346, e inscrito no CPF/MF sob o n.º **329.673.731-68;**

OBJETO: O presente Contrato tem por AQUISIÇÃO DE 01 (UM) CAMINHÃO USADO, DIESEL, ANO DE FABRICAÇÃO A PARTIR DE 2003, CAPACIDADE MINIMA DE 19.8, POTENCIA MINIMA DE 231 CV, PESO BRUTO MINIMO DE 26.5**;**

VALOR:R$ 100.000,00 (Cem mil reais)

VIGÊNCIA:02/**03/2022 a 02/05/2022**

FORMA DE PAGAMENTO: Conf. NF

DATA DE ASSINATURA: 02/03/2022

CAUANE DA SILVA GONÇALVES

Pregoeira

Poder Executivo - Castanheira-MT

EXTRATO DO CONTRATO Nº 39/2022

EXTRATO DO CONTRATO Nº 39/2022

Texto:

CONTRATO ADMINISTRATIVO: 39/2022

PROCESSO LICITATÓRIO: Pregão Presencial nº 08/2022

ÓRGÃO GERENCIADOR: Prefeitura Municipal de Castanheira

FORNECEDOR REGISTRADO:**SJC – SISTEMA JUINENSE DE COMUNICAÇÃO LTDA ME**, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no **CNPJ/MF** sob n° **03.931.109/0002-11;**

OBJETO: O presente Contrato tem por **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO (PUBLICIDADE E PROPAGANDA);**

VALOR:R$ 60.020,00 (Sessenta mil e vinte reais).

VIGÊNCIA:02/**03/2022 a 31/12/2022**

FORMA DE PAGAMENTO: Conf. NF

DATA DE ASSINATURA: 02/03/2022

CAUANE DA SILVA GONÇALVES

Pregoeira

Poder Executivo - Castanheira-MT

EXTRATO DO CONTRATO Nº 40/2022

EXTRATO DO CONTRATO Nº 40/2022

Texto:

CONTRATO ADMINISTRATIVO: 40/2022

PROCESSO LICITATÓRIO: **Dispensa 06/2022.**

ÓRGÃO GERENCIADOR: Prefeitura Municipal de Castanheira

FORNECEDOR REGISTRADO: **STOCCO & SILVA LTDA EPP**, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no **CNPJ/MF SOB O Nº 01.213.595/0001-26;**

OBJETO: O presente Contrato tem por **AQUISIÇÃO PRODUTOS PARA TRATAMENTO DE ÁGUA DE PISCINA DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULOS (SCFV), DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICIPIO DE CASTANHEIRA MT**

VALOR: R$ 2.147,01 (Dois mil e cento e quarenta e sete reais e um centavo).

VIGÊNCIA:04**/03/2022 a 04/05/2022**

FORMA DE PAGAMENTO: Conf. NF

DATA DE ASSINATURA: 04/03/2022

CAUANE DA SILVA GONÇALVES

Presidente da CPL

Poder Executivo - Castanheira-MT

EXTRATO DO CONTRATO Nº 41/2022

EXTRATO DO CONTRATO Nº 41/2022

Texto:

CONTRATO ADMINISTRATIVO: 41/2022

PROCESSO LICITATÓRIO: **Dispensa 07/2022.**

ÓRGÃO GERENCIADOR: Prefeitura Municipal de Castanheira

FORNECEDOR REGISTRADO: **DINAMO EXPRESS INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA**, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no **CNPJ/MF SOB O Nº 04.267.668/0001-50;**

OBJETO: O presente Contrato tem por **AQUISIÇÃO DE FANTASIA DO ZÉ GOTINHA PARA ATENDER A SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE CASTANHEIRA MT;**

VALOR: R$ 1.399,00 (Um mil e trezentos e noventa e nove reais).

VIGÊNCIA:04**/03/2022 a 04/05/2022**

FORMA DE PAGAMENTO: Conf. NF

DATA DE ASSINATURA: 04/03/2022

CAUANE DA SILVA GONÇALVES

Presidente da CPL

Poder Executivo - Castanheira-MT

EXTRATO DO CONTRATO Nº 42/2022

EXTRATO DO CONTRATO Nº 42/2022

Texto:

CONTRATO ADMINISTRATIVO: 42/2022

PROCESSO LICITATÓRIO: **Dispensa 08/2022.**

ÓRGÃO GERENCIADOR: Prefeitura Municipal de Castanheira

FORNECEDOR REGISTRADO: **J.PEREIRA DA SILVA & CIA LTDA EPP**, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no **CNPJ/MF SOB O Nº 03.147.832/0001-23;**

OBJETO: O presente Contrato tem por **AQUISIÇÃO DE JOGO FARDAMENTO ESPORTIVO PARA ATENDER A SECRETARIA DE ESPORTE AMADOR DO MUNICIPIO DE CASTANHEIRA MT;**

VALOR: R$ 1.622,40 (Um mil e seiscentos e vinte e dois reais e quarenta centavos).

VIGÊNCIA:04**/03/2022 a 04/05/2022**

FORMA DE PAGAMENTO: Conf. NF

DATA DE ASSINATURA: 04/03/2022

CAUANE DA SILVA GONÇALVES

Presidente da CPL

Poder Executivo - Castanheira-MT

PORTARIA Nº. 004/2022 CASTPREV

PORTARIA Nº. 004/2022

“Dispõe sobre a revisão ex-ofício dos benefícios previdenciários com direito à paridade em razão da Revisão Geral Anual aos servidores da Administração Pública Municipal - Poder Executivo do Município de Castanheira, considerando os termos dos Planos de Cargos e Carreira dos Servidores Municipais.”

A Secretária Municipal de Administração do Município de Castanheira, gestora do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Castanheira/MT – CASTPREV no uso das atribuições legais que lhes são conferidas pela Lei Municipal nº. 482 de 2005, e;

Considerando o disposto na Lei Complementar nº. 734/2013, e suas alterações posteriores, que “dispõe sobre o plano de cargos, carreira e subsídios dos profissionais da Educação Básica do município de Castanheira/MT, e dá outras providências.” e;

Considerando o disposto na Lei Complementar nº. 929/2022, que “dispõe sobre a revisão geral anual e reajuste dos vencimentos e subsídios dos profissionais da educação básica do Município de Castanheira, Estado de Mato Grosso, para o exercício financeiro de 2022, a teor do artigo 37, inciso X, da Constituição Federal e dá outras providencias.” e;

Considerando o teor do parecer jurídico nº. 040/2022 emitido pelo escritório de advocacia, denominada BE&J - BARCELOS, ESTEVES & JERÔNIMO ADVOGADOS ASSOCIADOS que presta serviço de assessoria jurídica ao CASTPREV - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Castanheira/MT,

RESOLVE:

Art. 1º Fica reenquadrado no respectivo plano de cargos, carreiras e salários da Prefeitura Municipal de Castanheira, os servidores inativos vinculados ao Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Castanheira/MT – CASTPREV, com direito ao instituto da paridade, abaixo transcritos:

N.º Nome Benefício Cargo Classe/Nível

01 ALDECY VARGENS RIOS APTC PROFESSOR 25hs - Cargo em extinção. C - 07

02 JOSÉ CARLOS DA SILVA APIN PROFESSOR 25hs - Cargo em extinção. A - 07

03 LENIRA FÁTIMA DA LUZ BARBARO APTC PROFESSOR 25hs - Cargo em extinção. C - 07

04 MARIDALDA EDUARDO RIOS APTC PROFESSOR 25hs - Cargo em extinção. C - 04

Parágrafo único. Para efeito desta portaria considera-se:

I – APIN: Aposentadoria por Invalidez;

II – APTC: Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição;

Art. 2º Esta Portaria retroage os efeitos a data da publicação da Lei Complementar Municipal nº 734/2013, revogando-se as disposições em contrário.

Castanheira/MT, 18 de março de 2022.

Sônia Aparecida Pereira

Secretária Municipal de Administração

EXTRATO DO CONTRATO Nº 43/2022

EXTRATO DO CONTRATO Nº 43/2022

Texto:

CONTRATO ADMINISTRATIVO: 43/2022

ÓRGÃO GERENCIADOR: Prefeitura Municipal de Castanheira

FORNECEDOR REGISTRADO:**NEUSA MARIA TECH GRAEFF COMERCIO ME**, pessoa Jurídica, **CNPJ n° 02.365.265/0001-19;**

OBJETO: O presente Contrato tem por objeto a locação do imóvel comercial medindo 63m² prédio de Alvenaria e área de 200m² onde se encontra a rampa para vistoria dos veículos e estacionamento, localizado na Rua Carlos Dhein, n. º 798, Bairro Centro, neste município de Castanheira – MT, com a finalidade de instalar e funcionar a sede do DETRAN**;**

VALOR:R$ 14.800,00 (quatorze mil e oitocentos reais)

VIGÊNCIA:04/03/2022 a 31/12/2022

FORMA DE PAGAMENTO: Conf. NF

DATA DE ASSINATURA: 04/03/2022

CAUANE DA SILVA GONÇALVES

Presidente da CPL

Poder Executivo - Castanheira-MT

EXTRATO DO CONTRATO Nº 34/2022

EXTRATO DO CONTRATO Nº 34/2022

Texto:

CONTRATO ADMINISTRATIVO: 34/2022

PROCESSO LICITATÓRIO: Pregão Presencial nº 05/2022

ÓRGÃO GERENCIADOR: Prefeitura Municipal de Castanheira

FORNECEDOR REGISTRADO: **FABIO DA SILVA LUCA 04046333154**, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no **CNPJ/MF** sob n° **44.957.126/00001-24;**

OBJETO: O presente Contrato tem por **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTADOR ESCOLAR;**

VALOR:R$ 25.200,00 (Vinte e cinco mil e duzentos reais).

VIGÊNCIA:02/**03/2022 a 31/12/2022**

FORMA DE PAGAMENTO: Conf. NF

DATA DE ASSINATURA: 02/03/2022

CAUANE DA SILVA GONÇALVES

Pregoeira

Poder Executivo - Castanheira-MT

EXTRATO DO CONTRATO Nº 33/2022

EXTRATO DO CONTRATO Nº 33/2022

Texto:

CONTRATO ADMINISTRATIVO: 33/2022

PROCESSO LICITATÓRIO: Pregão Presencial nº 04/2022

ÓRGÃO GERENCIADOR: Prefeitura Municipal de Castanheira

FORNECEDOR REGISTRADO: **VAGNER OLIVEIRA CAITANO 04666012125** cadastrada no **CNPJ N°: 29.696.207/0001-24;**

OBJETO: O presente Contrato tem por objeto **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURIDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENFERMEIROS, TÉCNICOS DE ENFERMAGEM, RECEPCIONISTA, SERVIÇOS GERAIS E FISIOTERAPEUTA.;**

VALOR:R$ 20.400,00 (Vinte mil e quatrocentos reais).

VIGÊNCIA:22/**02/2022 a 31/12/2022**

FORMA DE PAGAMENTO: Conf. NF

DATA DE ASSINATURA: 22/02/2022

CAUANE DA SILVA GONÇALVES

Pregoeira

Poder Executivo - Castanheira-MT

EXTRATO DO CONTRATO Nº 27/2022

EXTRATO DO CONTRATO Nº 27/2022

Texto:

CONTRATO ADMINISTRATIVO: 27/2022

PROCESSO LICITATÓRIO: Pregão Presencial nº 04/2022

ÓRGÃO GERENCIADOR: Prefeitura Municipal de Castanheira

FORNECEDOR REGISTRADO: **EDIVANE GONÇALVES 01345056117**, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no **CNPJ/MF** sob n° **43.136.031/0001-87;**

OBJETO: O presente Contrato tem por objeto **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURIDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENFERMEIROS, TÉCNICOS DE ENFERMAGEM, RECEPCIONISTA, SERVIÇOS GERAIS E FISIOTERAPEUTA.;**

VALOR:R$ 20.400,00 (Vinte mil e quatrocentos reais).

VIGÊNCIA:22/02/2022 a 31/12/2022

FORMA DE PAGAMENTO: Conf. NF

DATA DE ASSINATURA: 22/02/2022

CAUANE DA SILVA GONÇALVES

Pregoeira

Poder Executivo - Castanheira-MT

EXTRATO DO CONTRATO Nº 32/2022

EXTRATO DO CONTRATO Nº 32/2022

Texto:

CONTRATO ADMINISTRATIVO: 32/2022

PROCESSO LICITATÓRIO: Pregão Presencial nº 04/2022

ÓRGÃO GERENCIADOR: Prefeitura Municipal de Castanheira

FORNECEDOR REGISTRADO:**SILVANIA DIAS DE OLIVEIRA 79759572168** cadastrada no **CNPJ N°: 43.216.070/0001-94;**

OBJETO: O presente Contrato tem por objeto **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURIDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENFERMEIROS, TÉCNICOS DE ENFERMAGEM, RECEPCIONISTA, SERVIÇOS GERAIS E FISIOTERAPEUTA.;**

VALOR:R$ 13.200,00 (Treze mil e duzentos reais).

VIGÊNCIA:22/**02/2022 a 31/12/2022**

FORMA DE PAGAMENTO: Conf. NF

DATA DE ASSINATURA: 22/02/2022

CAUANE DA SILVA GONÇALVES

Pregoeira

Poder Executivo - Castanheira-MT

EXTRATO DO CONTRATO Nº 30/2022

EXTRATO DO CONTRATO Nº 30/2022

Texto:

CONTRATO ADMINISTRATIVO: 30/2022

PROCESSO LICITATÓRIO: Pregão Presencial nº 04/2022

ÓRGÃO GERENCIADOR: Prefeitura Municipal de Castanheira

FORNECEDOR REGISTRADO: **RUTH RODRIGUES DOS SANTOS 03374724167**, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no **CNPJ/MF SOB O Nº 44.713.165/0001-86;**

OBJETO: O presente Contrato tem por objeto **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURIDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENFERMEIROS, TÉCNICOS DE ENFERMAGEM, RECEPCIONISTA, SERVIÇOS GERAIS E FISIOTERAPEUTA.;**

VALOR:R$ 39.600,00 (Trinta e nove mil e seiscentos reais).

VIGÊNCIA:22/**02/2022 a 31/12/2022**

FORMA DE PAGAMENTO: Conf. NF

DATA DE ASSINATURA: 22/02/2022

CAUANE DA SILVA GONÇALVES

Pregoeira

Poder Executivo - Castanheira-MT

EXTRATO DO CONTRATO Nº 29/2022

EXTRATO DO CONTRATO Nº 29/2022

Texto:

CONTRATO ADMINISTRATIVO: 29/2022

PROCESSO LICITATÓRIO: Pregão Presencial nº 04/2022

ÓRGÃO GERENCIADOR: Prefeitura Municipal de Castanheira

FORNECEDOR REGISTRADO: **LUZINETE FRANCISCA DE SOUZA 57125236987**, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no **CNPJ/MF SOB O Nº 43.241.412/0001-26;**

OBJETO: O presente Contrato tem por objeto **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURIDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENFERMEIROS, TÉCNICOS DE ENFERMAGEM, RECEPCIONISTA, SERVIÇOS GERAIS E FISIOTERAPEUTA.;**

VALOR:R$ 37.800,00 (Trinta e sete mil e oitocentos reais).

VIGÊNCIA:22/**02/2022 a 31/12/2022**

FORMA DE PAGAMENTO: Conf. NF

DATA DE ASSINATURA: 22/02/2022

CAUANE DA SILVA GONÇALVES

Pregoeira

Poder Executivo - Castanheira-MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES

LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL(SRP) Nº 003/2022

RESULTADO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS/Nº 003/2022

A Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, através do Pregoeiro nomeado, torna público que, referente ao o procedimento Licitatório - modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2022**, tendo por objeto o **"Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para manutenção e perfuração de poços de monitoramento e poços tubulares profundos, inclusive com circulação de fluídos para perfurações rotativas através de métodos de circulação (rodar lama) na zona rural do município de Chapada dos Guimarães-MT",** foi vencedora a empresa TECNOPOÇOS PERFURAÇÕES DE POÇOS ARTESIANOS EIRELI,inscrita no CNPJ nº 29.474.919/0001-07,ao valor global de R$ 66.564.300,00 (Sessenta e seis milhões, quinhentos e sessenta e quatro mil e trezentos reais), conforme Relatório Geral de Sessões. Chapada dos Guimarães-MT, 15 de março de 2022.

MÁRCIO BENEDITO DE AMORIM

Pregoeiro Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

LICITAÇÃO
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 004/2022

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 004/2022OBJETO: **LOCAÇÃO DE IMÓVEL SITUADO NA AVENIDA GASPAR DUTRA, N° 888, CENTRO, CLÁUDIA/MT, PARA ACOMODAÇÕES DO SETOR DE TRIBUTAÇÃO, ENGENHARIA, ARQUIVO E ALMOXARIFADO MUNICIPAL, CONFORME SOLICITADO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CLÁUDIA – MT.FUNDAMENTO LEGAL:** Artigo 24, inciso X, da Lei Federal nº. 8.666/93. LOCADOR **JACOMO DOMINGOS BIANCHIN**CPF nº 518.006.679-49, RG nº 1.524.331 SSP/SCResidente e domiciliado na Rua Castelo Branco, nº s/n, centro, Cláudia, Mato Grosso.VALOR GLOBAL: **R$ 59.940,00 (cinquenta e nove mil, novecentos e quarenta reais)**VIGÊNCIA: **12 (doze) meses.***HOMOLOGO.*Cláudia-MT, em 18 de março de 2022.**ALTAMIR KURTEN**Prefeito Municipal

CONVÊNIOS
DECRETO Nº 694, DE 15 DE MARÇO DE 2022

DECRETO Nº 694, DE 15 DE MARÇO DE 2022

Dispõe sobre a nomeação da Comissão de Avaliação de Imóvel para alienação e dá outras providências.

O PREFEITO DE CLÁUDIA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas e amparadas pela Lei Orgânica do Município;

Considerando o disposto no inciso I, do artigo 17, da Lei Federal nº 8. 666, de 21 de junho de 1993, que determina a prévia avaliação de imóvel destinado à concorrência pública para alienação;

DECRETA:

Art. 1º Fica instituída e nomeada a Comissão Especial de Avaliação para a finalidade específica de avaliar e definir o valor de mercado dos imóveis urbanos de propriedade do Município de Cláudia/MT, para fins de alienação, com as seguintes localizações:

I - Quadra 142, desmembrada da Área de Reserva R-15, medindo 17.910 m², antiga Garagem Municipal;

II - Quadra 143, desmembrada da Área de Reserva R-21-A, medindo 6. 336,375 m², com testada para a Avenida dos Pioneiros, dividida em:

a) Lote 01, com as medidas de 18,50 x 45,75 metros; e **b)** Lotes 02 a 07, com medidas de 20,00 x 45,75 metros.

III - Quadra 144, desmembrada da Área de Reserva R-21-A, medindo 8. 967,00 m², com testada para a Avenida dos Pioneiros, dividida em:

a) Lote 01, com medidas de 16,00 x 45,75 metros; e **b)** Lotes 02 a 10, com medidas de 20,00 x 45,75 metros.

IV - Quadra 145, desmembrada da Área de Reserva R-21-A, medindo 6. 565,125 m², com testada para a Avenida dos Pioneiros, dividida em:

a) Lote 01, com medidas de 43,50 x 45,75 metros; e **b)** Lotes 02 a 06, com medidas de 20,00 x 45,75 metros.

Art. 2º A comissão de que trata o artigo 1º desta Lei será composta pelos seguintes membros que ficam desde já nomeados e aptos a iniciar seus trabalhos:

I - Lucas Seganfredo Dill - Assessor Técnico da Secretaria Municipal de Administração.

CPF: 054.653.051.69

RG: 1.878.166-7 SSP/MT

Endereço: Avenida Marechal Cândido Rondon, nº 1.897 – centro - Cláudia/MT.

II - Eder Natalício Wentz - Servidor de Carreira do Município

CPF: 980.578.551-34

RG: 1.480.915-0 SSP/MT

Endereço: Rua Manoel Corsino do Amarante, 514 – Cláudia/MT.

III - Ederson Celso Sielski - Corretor de Imóveis

CPF: 968.592.881-91

CRECI: 10.956-MT

RG: 1.468.827-1 SSP/MT

Endereço: Rua José de Mesquita, 1.249 - Cláudia/MT.

IV - Itamar dos Santos - Corretor de Imóveis

CPF: 130.761.928-25

CRECI/MT 5980

Endereço: Rua Castelo Branco, nº 385 - centro - Cláudia/MT.

V - Edson Pereira – Corretor de Imóveis

CPF: 057.506.688-19

CRECI: 190.092.288-MT

RG: 12954243 SSP/SP

Endereço: Rua José de Mesquita, 1.249 – Cláudia/MT.

VI - Elton Diogo Viecelli - Procurador Jurídico do Município

OAB/MT 22.370

CPF: 016.472.191-67

Endereço: Rua Floriano Peixoto, 310 - Cláudia/MT.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CLÁUDIA,

ESTADO DE MATO GROSSO,

Em 15 de março de 2022.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE – PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2022 - REGISTRO DE PREÇOS (CONFORME LEI Nº 10.520/2002)

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA - ESTADO DE MATO GROSSO

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE – PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2022 - REGISTRO DE PREÇOS (CONFORME LEI Nº 10.520/2002)

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DIVERSOS PARA A MERENDA DAS ESCOLAS E CRECHES MUNICIPAIS E PRÉ-ESCOLA DO MUNICÍPIO DE CLÁUDIA/MT, CONFORME ESPECIFICADOS NESTE TERMO DE REFERÊNCIA EM ANEXO. A Prefeitura Municipal de Cláudia/MT torna público que no dia **01 de ABRIL de 2022,** estará recebendo propostas, para abertura às **08h00min**, do Pregão Presencial, para a aquisição supracitada. O Edital estará disponível no site WWW.CLAUDIA.MT.GOV.BR. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitação, na Prefeitura Municipal, em horário de expediente, ou através do telefone (66) 3546-3100. Cláudia-MT, 18 de Março de 2021.

ALTAMIR KURTEN

Prefeito Municipal

SHIRLEY YOTZCHETZ

Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALINHO

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATORIO Nº 111/2022 INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 010/2022

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATORIO Nº 111/2022

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 010/2022

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTISTICO COM APRESENTAÇÃO DO ARTISTA PARANÁ PARA O EVENTO DE COMEMORAÇÃO DO ANIVERSÁRIO DA CIDADE EM PRAÇA PUBLICA, JUNTAMENTE A SECRETARIA DE TURISMO E MEIO AMBIENTE DO MUNICIPIO DE COCALINHO - MT.

CONTRATADA: PEDÁGIO BRASIL LTDA CNPJ de nº 22.414.305/0001-82 RUA CARMINHA Nº 363 CASA 02 PARQUE SÃO LUCAS SÃO PAULO – SP, CEP: 03240-040 Telefone: **(11) 3794-1822 - (11) 3794-3527**

VALOR TOTAL CONTRATADO: **R$ 59.340,00 (CINQUENTA E NOVE MIL TREZENTOS E QUARENTA REAIS),** para a prestação de serviços do item do objeto da INEXIGIBILIDADE.

FUNDAMENTO: Artigo 25, inciso III, da Lei 8.666/93.

Justificativa Anexo nos Autos do Processo de Inexigibilidade nº 010/2022

RATIFICO nos termos do artigo 26 da Lei Federal nº 8.666/93 **a Inexigibilidade de Licitação nº 010/2022.**

Cocalinho-MT, 16 de Março de 2022

Marcio Conceição Nunes de Aguiar

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER - LICITAÇÃO DEMAIS ATOS DE LICITAÇÃO

SEXTO TERMO DE APOSTILAMENTO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 166/2021. Órgão Gerenciador: Prefeitura Municipal de Colíder-MT. Detentora do Registro: **AUTO POSTO CORONEL LTDA.** Instrumento Vinculante: Pregão Eletrônico: n° 038/2021. Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de combustíveis para manutenção da frota de veículos e equipamentos de diversas Secretarias do Município de Colider/MT. **REALINHAMENTO DE PREÇOS:** Fica realinhado os preços dos itens de nº 01 e 03 descritos na ARP nº 166/2021, passando o novo preço a ser praticado a partir desta data, o descrito a seguir: item de nº 01 - R$ 4,740 – Litro e item de nº 03 - R$7,310 - litro. Data de assinatura: 17/03/2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER - LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER-MT

ATOS DE LICITAÇÃO

RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2022

A Prefeitura Municipal de Colider/MT, através de seu Pregoeiro e Equipe de Apoio, torna público o **RESULTADO** do julgamento referente ao **Pregão Eletrônico nº 014/2022**, cujo objeto é a REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO DO MUNICÍPIO DE COLÍDER-MT.Sagrou-se vencedora as seguintes empresas:

EMPRESA	ITEM	VL. TOTAL (R$)
A.C.L ASSISTENCIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA LABORATÓRIO LTDA EPPI – CNPJ - 22.627.453/0001-85	**ITEM 58**	1.316,00
ASSUM PRETO PRODUCOES CULTURAIS E COMERCIO DE MATERIAIS PARA USO MEDICO EIRELI – CNPJ - 10.462.477/0001-42	**ITENS 16, 38, 49, 55, 56 e 59**	112.256,60
CBA FARMA INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA – CNPJ - 07.944.844/0001-30	**ITENS 12, 28 e 30**	57.860,00
CCAF COMERCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAL HOSPITALAR - CNPJ - 16.917.181/0001-55	**ITENS 01, 02, 04, 07, 08, 10, 17, 18, 19, 20, 23, 41, 43, 44, 50, 51, 57, 73, 76, 80, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98 e 99**	113.810,90
CEPALAB LABORATORIOS LTDA - CNPJ - 02.248.312/0001-44	**ITEM 52**	85.000,00
D MED DISTRIBUIDORA DE MATERIAL HOSPITALAR LTDA - TIPO: ME - LC123: SIM - CNPJ: 38.049.999/0001-36	**ITEM 35**	5.109,50
GO VENDAS ELETRONICAS EIRELI - TIPO: EPP/SS - LC123: SIM - CNPJ: 36.521.392/0001-81	**ITEM 14**	7.193,85
HC SUPRIMENTOS EIRELI ME - TIPO: ME - LC123: SIM - CNPJ: 17.951.624/0001-97	**ITENS 09, 32, 33, 45, 46 e 74**	37.620,00
K. C. R. INDUSTRIA E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI EPP - TIPO: EPP/SS - LC123: SIM - CNPJ: 09.251.627/0001-90	**ITEM 05**	23.980,00
MAXLAB PRODUTOS PARA DIAGNOSTICOS E PESQUISAS LTDA. - TIPO: EPP/SS - LC123: SIM - CNPJ: 04.724.729/0001-61	**ITENS 29, 34 e 40**	41.420,00
MMH MED COMERCIAL DE PRODUTOS HOSPITALARES - TIPO: ME - LC123: SIM - CNPJ: 21.484.336/0001-47	ITENS 25, 37 e 78	195.172,00
NORTELAB COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS LABORATORIAIS LTDA - TIPO: ME - LC123: SIM - CNPJ: 28.729.142/0001-03	**ITENS 06, 40, 60, 61, 62 e 63**	8.560,00
OLIMPIO EQUIPAMENTOS HOSPITALARES EIRELI - TIPO: LTDA/EIRELI - LC123: SIM - CNPJ: 33.583.026/0001-69	**ITENS 03 e 21**	17.516,64
PORTAL DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA-ME - TIPO: ME - LC123: SIM - CNPJ: 26.570.361/0001-67	**ITENS 13, 22, 64, 68 e 71**	85.500,00
SINOMÉDICA COM PROD. MÉDICO HOSPITALARES LTDA - TIPO: ME - LC123: SIM - CNPJ: 10.317.320/0001-23	**ITENS 48, 65, 66, 67, 75, 79 e 90**	21.088,56
STRA COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA - TIPO: LTDA/EIRELI - LC123: NÃO - CNPJ: 11.388.997/0001-15	**ITEM 53**	9.620,00
SUPERMEDICA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI - TIPO: LTDA/EIRELI - LC123: NÃO - CNPJ: 06.065.614/0001-38	**ITENS 70 e 72**	19.338,00
ULTRA MEDKA PRODUTOS PARA SAUDE LTDA - TIPO: LTDA/EIRELI - LC123: NÃO - CNPJ: 14.646.435/0001-12	**ITEM 31**	50.290,00
UNIMARCAS DISTRIBUIÇÃO E COMERCIO EIRELI - Tipo: ME - LC123: Sim - CNPJ: 18.812.673/0001-01	**ITENS 24, 26, 27, 36, 39, 42, 54, 69, 77, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 91 e 100**	152.291,31

Colíder/MT, 18 de março de 2022.

MARCIO ANTONIO DA SILVA

Pregoeiro Oficial

Publique-se

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER - LICITAÇÃO
AVISO DE ABERTURA

AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2022

A Prefeitura Municipal de Colider/MT, através de seu Pregoeiro, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com data de abertura prevista para o **dia 01 de abril de 2022, ás 08:00 horas/minutos (Horário de Mato Grosso)**, na sala de licitações da Prefeitura Municipal, tendo como objeto o CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ÔNIBUS TERCEIRIZADO PARA ATENDER A DEMANDA DO TRANSPORTE ESCOLAR – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE COLÍDER/MT. O Edital completo está à disposição dos interessados, gratuitamente, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Colider/MT, localizada na Travessa dos Parecis, nº 85, Setor Leste, Colider/MT e no site www.colider.mt.gov.br (Ícone: Cidadão - Portal Transparência - Licitações).

Colider/MT, 18 de março de 2022

MARCIO ANTONIO DA SILVA

Pregoeiro Oficial

Publique-se

SECRETARIA MUN. DE FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÃO
PORTARIA SMFA Nº 48/2022 - FISCAL DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

O Secretário Municipal Fazenda e Administração do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso, Sr. Ivaine Molina, no uso de suas atribuições legais, resolve designar os servidores: **Aristeu de Jesus** (Titular) e **Indianara Leal de Freitas** (Suplente), fiscais da Ata de Registro de Preços nº 019/2022, ao qual representarão a Administração Municipal perante a DETENTORA e zelarão pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstos nessa Portaria. Detentora: **EXPRESSO SATÉLITE AZUL EIRELI**. Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico n° 008/2022. Vigência: 18/03/2022 até 18/03/2023. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

SECRETARIA MUN. DE FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÃO
PORTARIA SMFA Nº 47/2022 - FISCAL DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

O Secretário Municipal Fazenda e Administração do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso, Sr. Ivaine Molina, no uso de suas atribuições legais, resolve designar os servidores: **Aristeu de Jesus** (Titular) e **Indianara Leal de Freitas** (Suplente), fiscais da Ata de Registro de Preços nº 018/2022, ao qual representarão a Administração Municipal perante a DETENTORA e zelarão pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstos nessa Portaria. Detentora: **ALLERETOUR VIAGENS E TURISMO LTDA ME**. Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico n° 008/2022. Vigência: 18/03/2022 até 18/03/2023. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

SECRETARIA MUN. DE FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 021/2022.

Contratante: Prefeitura Municipal de Colíder/MT.

Contratado: **COMERCIAL VANGUARDEIRA EIRELI ME**. Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº 013/2022. **Objeto:** Contratação de empresa para fornecimento de equipamentos e materiais permanente para serem utilizados nos psfs bom jesus, celidio marques, torre e sagrada família, para atender a demanda da secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico do Município de Colíder - MT, **Valor Global: R$ 5.742,00** (cinco mil, setecentos e quarenta dois reais).**Vigência:** 18/03/2022 até 31/12/2022.

SECRETARIA MUN. DE FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 020/2022.

Contratante: Prefeitura Municipal de Colíder/MT.

Contratado: **CIRURGICA SÃO FELIPE PRODUTOS PARA SAUDE EIRELI**. Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº 013/2022. **Objeto:** Contratação de empresa para fornecimento de equipamentos e materiais permanente para serem utilizados nos psfs bom jesus, celidio marques, torre e sagrada família, para atender a demanda da secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico do Município de Colíder - MT, **Valor Global: R$ 2.180,00** (dois mil, cento e oitenta reais).**Vigência:** 18/03/2022 até 31/12/2022.

SECRETARIA MUN. DE FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 019/2022.

Contratante: Prefeitura Municipal de Colíder/MT.

Contratado: **CCAF COMERCIO DE MDICAMENTOS E MATERIAL HOSPITALAR EIRELI ME**. Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº 013/2022. **Objeto:** Contratação de empresa para fornecimento de equipamentos e materiais permanente para serem utilizados nos psfs bom jesus, celidio marques, torre e sagrada família, para atender a demanda da secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico do Município de Colíder - MT, **Valor Global: R$ 1.839,80 (hum mil, oitocentos e trinta e nove reais e oitenta centavos)**. **Vigência:** 18/03/2022 até 31/12/2022.

SECRETARIA MUN. DE FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 018/2022.

Contratante: Prefeitura Municipal de Colíder/MT.

Contratado: **216 MATERIAL HOSPITALAR LTDA. – ME**. Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº 013/2022. **Objeto:** Contratação de empresa para fornecimento de equipamentos e materiais permanente para serem utilizados nos psfs bom jesus, celidio marques, torre e sagrada família, para atender a demanda da secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico do Município de Colíder - MT, **Valor Global: R$ 10.216,00** (dez mil e duzentos e dezesseis reais). **Vigência:** 18/03/2022 até 31/12/2022.

PREFEITURA DE COLIDER/RH
EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 001/2021

CONTRATO Nº. **275/2022**

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Colíder - MT

CONTRATADO: **ADEMILSON ALVES FERREIRA**

OBJETO: O contratado prestará serviços na função de Profissional de Educação Física, junto a Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, neste município de Colíder.

VALOR: R$: 2.527,52(dois mil e quinhentos e vinte e sete reais e cinquenta e dois centavos).

VIGÊNCIA: 15/03/2022 a 21/12/2022

Data: 15 de março de 2022

SECRETARIA: Municipal de Esporte e Lazer.

SECRETARIA MUN. DE FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÃO
PORTARIA SMFA FISCAL DE CONTRATO

PORTARIA SMFA Nº 40/2022 - FISCAL DE CONTRATO

O Secretário Municipal Fazenda e Administração do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso, Sr. Ivaine Molina, no uso de suas atribuições legais, resolve designar os servidores: **Rogério Nunes Silva** (Titular) e **Clóvis José Alves** (Suplente), fiscais do Contrato nº 018/2022, ao qual representarão a Administração Municipal perante a CONTRADADA e zelarão pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstos nessa Portaria. Contratada: **216 MATERIAL HOSPITALAR LTDA – ME**. Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico n° 013/2022. Vigência: 18/03/2022 até 31/12/2022. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

PORTARIA SMFA Nº 41/2022 - FISCAL DE CONTRATO

O Secretário Municipal Fazenda e Administração do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso, Sr. Ivaine Molina, no uso de suas atribuições legais, resolve designar os servidores: **Rogério Nunes Silva** (Titular) e **Clóvis José Alves** (Suplente), fiscais do Contrato nº 019/2022, ao qual representarão a Administração Municipal perante a CONTRADADA e zelarão pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstos nessa Portaria. Contratada:**CCAF COMERCIO DE MDICAMENTOS E MATERIAL HOSPITALAR EIRELI ME**. Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico n° 013/2022. Vigência: 18/03/2022 até 31/12/2022. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

PORTARIA SMFA Nº 42/2022 - FISCAL DE CONTRATO

O Secretário Municipal Fazenda e Administração do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso, Sr. Ivaine Molina, no uso de suas atribuições legais, resolve designar os servidores: **Rogério Nunes Silva** (Titular) e **Clóvis José Alves** (Suplente), fiscais do Contrato nº 020/2022, ao qual representarão a Administração Municipal perante a CONTRADADA e zelarão pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstos nessa Portaria. Contratada:**CIRURGICA SÃO FELIPE PRODUTOS PARA SAUDE EIRELI**. Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico n° 013/2022. Vigência: 18/03/2022 até 31/12/2022. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

PORTARIA SMFA Nº 43/2022 - FISCAL DE CONTRATO

O Secretário Municipal Fazenda e Administração do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso, Sr. Ivaine Molina, no uso de suas atribuições legais, resolve designar os servidores: **Rogério Nunes Silva** (Titular) e **Clóvis José Alves** (Suplente), fiscais do Contrato nº 021/2022, ao qual representarão a Administração Municipal perante a CONTRADADA e zelarão pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstos nessa Portaria. Contratada: **COMERCIAL VANGUARDEIRA EIRELI ME**. Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico n° 013/2022. Vigência: 18/03/2022 até 31/12/2022. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

PORTARIA SMFA Nº 44/2022 - FISCAL DE CONTRATO

O Secretário Municipal Fazenda e Administração do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso, Sr. Ivaine Molina, no uso de suas atribuições legais, resolve designar os servidores: **Rogério Nunes Silva** (Titular) e **Clóvis José Alves** (Suplente), fiscais do Contrato nº 022/2022, ao qual representarão a Administração Municipal perante a CONTRADADA e zelarão pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstos nessa Portaria. Contratada: **HGC**

TAVEIRA COMERCIO DE MOVEIS. Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico n° 013/2022. Vigência: 18/03/2022 até 31/12/2022. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

PORTARIA SMFA Nº 45/2022 - FISCAL DE CONTRATO

O Secretário Municipal Fazenda e Administração do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso, Sr. Ivaine Molina, no uso de suas atribuições legais, resolve designar os servidores: **Rogério Nunes Silva** (Titular) e **Clóvis José Alves** (Suplente), fiscais do Contrato nº 023/2022, ao qual representarão a Administração Municipal perante a CONTRADADA e zelarão pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstos nessa Portaria. Contratada:**K. C. R. INSDUSTRIAI E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI EPP**. Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico n° 013/2022. Vigência: 18/03/2022 até 31/12/2022. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

PORTARIA SMFA Nº 46/2022 - FISCAL DE CONTRATO

O Secretário Municipal Fazenda e Administração do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso, Sr. Ivaine Molina, no uso de suas atribuições legais, resolve designar os servidores: **Rogério Nunes Silva** (Titular) e **Clóvis José Alves** (Suplente), fiscais do Contrato nº 024/2022, ao qual representarão a Administração Municipal perante a CONTRADADA e zelarão pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstos nessa Portaria. Contratada: **OLMI INFORMÁTICA LTDA**. Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico n° 013/2022. Vigência: 18/03/2022 até 31/12/2022. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

PORTARIA SMFA Nº 49/2022 - FISCAL DE CONTRATO

O Secretário Municipal Fazenda e Administração do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso, Sr. Ivaine Molina, no uso de suas atribuições legais, resolve designar os servidores: **André Alex De Freitas** (Titular) e **Maritâne Pietroski** (Suplente), fiscais do Contrato nº 025/2022, ao qual representarão a Administração Municipal perante a CONTRADADA e zelarão pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstos nessa Portaria. Contratada: ***MEGA ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA***. Modalidade de Licitação: Pregão Presencial n° 005/2022. Vigência: 18/03/2022 até 18/03/2023. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura

SECRETARIA MUN. DE FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 025/2022.

Contratante: Prefeitura Municipal de Colíder/MT.

Contratado: **MEGA ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA**. Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº 005/2022. **Objeto: prestação de serviços de acompanhamento de convênios e contratos de repasse do município de Colíder/MT, junto aos diversos ministérios, secretarias, fundações, autarquias, instituições financeiras públicas e demais órgãos públicos federais em Brasília/DF**. **Valor Global: R$ 54.000,00** (cinquenta e quatro mil reais). **Vigência:** 18/03/2022 até 18/03/2023.

SECRETARIA MUN. DE FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 019/2022

ORGÃO GERENCIADOR: Prefeitura Municipal de Colider/MT

PREGÃO Eletrônico: N° 008/2022 – REGISTRO DE PREÇOS

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada em fornecimento de passagens aéreas e terrestres em todo território nacional, para atender a demanda das Secretarias Municipais de Colíder/MT.

VIGÊNCIA: 18/03/2022 ATÉ 18/03/2023.

DETENTORA DO REGISTRO:
EXPRESSO SATÉLITE AZUL EIRELI - CNPJ nº 27.428.590/0001-04 R B, Nr. 0, Qd. Área Lote 02, Chácaras Maria Dilce, CEP: 74.583-174 - Goiânia/GO.
Fone: (62) 3565-1900
E-mail: contabil@satelitenorte.com.br

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	VALOR ESTIMADO (R$)	PERCENTUAL DE DESCONTO (%)
1	202214	Passagens terrestres (rodoviárias) nacionais	88.000,00	50.00%
VALOR TOTAL ESTIMADO (R$)			88.000,00	
R$ 88.000,00 (oitenta e oito mil reais)				

A Ata de Registro de Preços Integral da empresa acima citada, se encontra à disposição dos interessados nos autos do referido processo licitatório na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Colider, cito, na Travessa dos Parecis, n° 85, Setor Leste, CEP 78.500-000 e no site www.colider.mt.gov.br (Ícone: Portal Transparência).

SECRETARIA MUN. DE FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 018/2022

ORGÃO GERENCIADOR: Prefeitura Municipal de Colider/MT

PREGÃO Eletrônico: N° 008/2022 – REGISTRO DE PREÇOS

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada em fornecimento de passagens aéreas e terrestres em todo território nacional, para atender a demanda das Secretarias Municipais de Colíder/MT.

VIGÊNCIA: 18/03/2022 ATÉ 18/03/2023.

DETENTORA DO REGISTRO:
ALLERETOUR VIAGENS E TURISMO LTDA ME - CNPJ nº 08.436.055/0001-50 Av. XV de Novembro nº 995, apto. 302 - Zona 1, Maringá – PR.
Fone: (44) 3226-6472
E-mail: passagens@invictalicitacoes.com.br

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	VALOR ESTIMADO (R$)	PERCENTUAL DE DESCONTO (%)
2	511283	Passagens aéreas nacionais	110.509,80	45,02%
VALOR TOTAL ESTIMADO (R$)			110.509,80	
R$ 110.509,80 (cento e dez mil e quinhentos e nove reais e oitenta centavos)				

A Ata de Registro de Preços Integral da empresa acima citada, se encontra à disposição dos interessados nos autos do referido processo licitatório na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Colider, cito, na Travessa dos Parecis, n° 85, Setor Leste, CEP 78.500-000 e no site www.colider.mt.gov.br (Ícone: Portal Transparência).

SECRETARIA MUN. DE FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 024/2022.

Contratante: Prefeitura Municipal de Colíder/MT.

Contratado: **OLMI INFORMÁTICA LTDA**. Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº 013/2022. **Objeto:** Contratação de empresa para fornecimento de equipamentos e materiais permanente para serem utilizados nos psfs bom jesus, celidio marques, torre e sagrada família, para atender a demanda da secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico do Município de Colíder - MT, **Valor Global: R$ 27.947,00 (vinte e sete mil, novecentos e quarenta e sete reais). Vigência:** 18/03/2022 até 31/12/2022.

SECRETARIA MUN. DE FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 023/2022.

Contratante: Prefeitura Municipal de Colíder/MT.

Contratado: **K. C. R. INSDUSTRIAI E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI EPP**. Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº 013/2022. **Objeto:** Contratação de empresa para fornecimento de equipamentos e materiais permanente para serem utilizados nos psfs bom jesus, celidio marques, torre e sagrada família, para atender a demanda da secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico do Município de Colíder - MT, **Valor**

Global: R$ 5.200,00 (cinco mil e duzentos reais). **Vigência:** 18/03/2022 até 31/12/2022.

SECRETARIA MUN. DE FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 022/2022.

Contratante: Prefeitura Municipal de Colíder/MT.

Contratado: **HGC TAVEIRA COMERCIO DE MOVEIS**. Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº 013/2022. **Objeto:** Contratação de empresa para fornecimento de equipamentos e materiais permanente para serem utilizados nos psfs bom jesus, celidio marques, torre e sagrada família, para atender a demanda da secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico do Município de Colíder - MT, **Valor Global: R$ 6.541,38** (seis mil, quinhentos e quarenta e um reais e trinta e oito centavos). **Vigência:** 18/03/2022 até 31/12/2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 032/GP/2022

DECRETO Nº 032/GP/2022, DE 18 DE MARÇO DE 2022.

"Nomeia os membros do Conselho Previdenciário do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Colniza/MT, denominado pela sigla PREVI-COLNIZA"

MILTON DE SOUZA AMORIM, Prefeito Municipal de Colniza, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal deste Município de Colniza/MT e nos artigos Art. 70, 71, 72 e 73 da Lei Municipal nº 663/2016 de 19 de outubro de 2016;

CONSIDERANDO a organização administrativa da PREVI-COLNIZA depende categoricamente das deliberações do Conselho Previdenciário;

CONSIDERANDO o EDITAL Nº 001/2022 PREVI-COLNIZA o qual definiu regras para eleição dos membros do Conselho Previdenciário da PREVI-COLNIZA;

CONSIDERANDO o resultado da ELEIÇÃO DO CONSELHO PREVIDENCIARIO, divulgado no dia 15 de março de 2022 através do Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, edição nº 3.939, e, a delibação registrada em Ata no dia 17/03/2022 da qual os 02 (dois) representantes do Executivo; 02 (dois) representantes do Legislativo e 06 (seis) representantes dos segurados escolheram na forma do § 3º do art. 70 da Lei Municipal nº 663/2016 a Presidente do Conselho Previdenciário:

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear EDNÉIA MORAES FERNANDES DA COSTA Presidente do Conselho Previdenciário do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Colniza/MT - PREVI-COLNIZA para o mandato por um ano, vedada a reeleição.

Art. 2º - Nomear UELITON ROSA DOS SANTOS Secretário do Conselho Previdenciário do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Colniza/MT - PREVI-COLNIZA.

Art. 3° - Membros representantes do Poder Legislativo: POLIANA CRISTINA GUIZZARDI e EZEQUIAS DEDÉ DE SOUZA.

Art. 4° - Membros representantes do Poder Executivo: ANDERSON JOSÉ DA SILVA AZEVEDO e FABIOLA DA SILVA TROMBETTA.

Art. 5° - Membros representantes dos Servidores do Município de Colniza: DANIEL DE SOUZA TEIXEIRA, ADRIANO OLIVEIRA DO AMARAL, LUCAS SILVA SILVEIRA e WESLEY DE OLIVEIRA PEGO.

Art. 6º - Conforme consagrado no art. 70 da Lei Municipal nº 663/2016, os membros do Conselho Previdenciário não terão direito a nenhuma percepção financeira pelo desempenho do mandato.

Art. 7º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para o dia 17 de março de 2022, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colniza/MT, em 18 de março de 2022.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT, conforme autorização da Lei Municipal nº. 012/2001.
Colniza/MT, em 18 de março de 2022.

_____
Elvira Mund da Costa
Secretária Adjunta de Administração

MILTON DE SOUZA AMORIM

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 032/GP/2022

DECRETO Nº 032/GP/2022, DE 18 DE MARÇO DE 2022.

MILTON DE SOUZA AMORIM, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO o artigo 41 da Constituição da Republica Federativa do Brasil de 1988, o qual determinou estabilidade após o cumprimento de 03 (três) anos de efetivo exercício dos servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público;

CONSIDERANDO que o art. 28 que a Lei Ordinária Municipal nº 499/2011, criado em cumprimento do mandamento legal contido no art. 60 da Lei Orgânica do Município de Colniza/MT condicionou a Estabilidade mediante o cumprimento do estágio probatório por período de 03 (três) anos, durante o qual será objeto de avaliação para o desempenho do cargo, e observados critérios como idoneidade moral, aptidão, disciplina, assiduidade, pontualidade, eficiência, capacidade de iniciativa, produtividade, responsabilidade e dedicação ao serviço.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Estabilidade no serviço público municipal, nos termos do art. 28 da Lei Ordinária Municipal nº 499/2011 e artigo 41 da CF/1988, ante as avaliações realizadas no decorrer dos 03 (três) anos de efetivo exercício dos servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público do ano de 2017 homologado pelo Decreto nº 092/GP/2017, de 26 de outubro de 2017, e disponibilizado no Diário Oficial dos Municípios de 27 de Outubro de 2017, a seguinte servidora:

I. Ronaldo Garcia Cabral, empossado no cargo de Operador de Trator de Pneu – Sede, matrícula 7038-1, com efetivo exercício funcional iniciado em **18/02/2019** com direito materializado em **04/03/2022** por ter sido aprovado no Estágio Probatório; **II. Elis Regina de Araujo Silvino**, empossada no cargo de Agente Administrativo – Sede, matrícula 6857-2, com efetivo exercício funcional iniciado em **11/07/2018** com direito materializado em **15/02/2022** por ter sido aprovado no Estágio Probatório; **III. Eliane Pereira lopes**, empossada no cargo de Professor de Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental – Sede, matrícula 6903-9, com efetivo exercício funcional iniciado em **12/09/2018** com direito materializado em **16/03/2022** por ter sido aprovado no Estágio Probatório; **IV. Yolanda Cristina Silva Freitas**, empossada no cargo de Professor de Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental – Distrito do Guariba, matrícula 6379-1, com efetivo exercício funcional iniciado em **05/02/2018** com direito materializado em **14/03/2022** por ter sido aprovado no Estágio Probatório; **Art. 2º** - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogado as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colniza/MT, em 18 de março de 2022.

Certidão de Publicação

Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT, conforme autorização da Lei Municipal nº. 012/2001.
Colniza/MT, em 18 de março de 2022.

_____
Elvira Mund da Costa
Secretária Adjunta de Administração

MILTON DE SOUZA AMORIM

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
1° TERMO DE REALINHAMENTO DE PREÇO DA ATA 21/2021

1° TERMO DE REALINHAMENTO DE PREÇO DA ATA 21/2021

Às 08:00 do dia 18 de março de 2022, na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Colniza-MT, se fizeram presentes o Pregoeiro e a respectiva Equipe de Apoio, que abaixo assinam, designados pelo Decreto nº 17/GP/2022, e a senhor REINALDO DA SILVA SANTOS**,** representante legal da empresa **REINALDO DA SILVA SANTOS05856620291 CNPJ: 058.566.202-91** Vencedora do Pregão Presencial SRP -11/2021 e ata de registro de preço 21/2021, com o objeto **REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESAPARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LIMPEZA DE FOSSA SÉPTICA EM ATENDIMENTO AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE COLNIZA-MT.** Resolvem celebrar o presente termo aditivo a ata de registro aos itens abaixo descriminados passando a registrar os valores;

1.DO OBJETO

Item	5507 Código	REINALDO DA SILVA SANTOS CNPJ: 11.897.391/0001-05 Telefone: 6681160817 Descrição do Produto/Serviço	Unid	Valor Unitário	Valor Total realinhado 25%
1	117. 003.005	SERVIÇO DE LIMPEZA DE FOSSA SEPTICA ESGOTAMENTO - DE FOSSA SEPTICA ATRAVES DE CAMINHAO PIPA COM SISTEMA A VACUO, INCLUSIVE TRANSPORTE DE MATERIAL	UND	200,00	250,00

Observando as disposições contidas no ART.65 da lei 8.666/93,e suas alterações posteriores, no ART.5°,VIII do Decreto Federal n°.7.892/2013;

Pedido justificado aceito pela administração pública, notas fiscais comprovando o reajuste do combustível em anexo.

2.DA RATIFICAÇÃO

2.1. Permanecem inalteradas e ratificadas as demais clausulas e condições da ata de registro de preço 21/2021.

E assim, por estarem às partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma que lido e achado conforme pelas partes vai por elas assinado para que produza todos os efeitos de direito.

Colniza – MT, 18 de março de 2022.

_____ MARCILENE DOS SANTOS Cargo: Pregoeira	_____ MARILIA GABIRELA DE F. MARISCO Cargo: Secretario
_____ Representante: REINALDO DA SILVA SANTOS CPF:058.566.202-91 Empresa: REINALDO DA SILVA SANTOS05856620291	

LICITAÇÃO-CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 03/2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 350/2022

A Prefeitura Municipal de Colniza - MT faz saber aos interessados que se fará LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO SRP. A presente licitação tem por objetoo **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PESADO DO TIPO CAMINHÃO PIPA.** Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.024/2019, o Decreto Municipal nº. 160/2009, a Lei nº. 8.666/93 e demais legislações aplicáveis. A abertura desta licitação ocorrerá no dia **31 de março de 2022, às 09:00 (horário de Brasília), através da Plataforma BLL Compras,** no Departamento de Licitação da Prefeitura Municipal de Colniza – MT no endereço Av. dos Pinhais nº 207, Centro, Colniza - MT. O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no Setor de licitação ou no site **www.bllcompras.com /** www.colniza.mt.gov.br/servicos/editalweb. Quaisquer dúvidas contatar pelo telefone **(066) 3571-1000.**

Colniza - MT, 18 de março de 2022.

_____

MAKAULLI GOMES DE SOUZA

Pregoeiro Substituto

CONTRATOS
ERRATA AO CONTRATO Nº 006/2022

O **MUNICÍPIO DE COLNIZA-MT**, torna público para conhecimento dos interessados ERRATA AO CONTRATO Nº 006/2022, em função de erro material no número do CPF do fiscal de contrato, conforme segue:

ONDE SE LÊ:

IX – DA FISCALIZAÇÃO

09.1. Fica designado para exercer a função de fiscal do presente contrato nos termos do DECRETO 149/GP/2021, o servidor MIRIAN DA CUNHA DE OLIVEIRA – Matrícula nº 2645-1 - **CPF nº 204.569.642-15**, ao qual competirá fiscalizar, receber e dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do objeto do presente contrato, bem como será responsável pela execução e acompanhamento do contrato, devendo o referido fiscal realizar a devida prestação de contas sobre a execução e acompanhamento do instrumento à Secretaria Municipal De Administração. (Art. 67 da Lei nº 8.666/93).

LEIA-SE:

IX – DA FISCALIZAÇÃO

09.1. Fica designado para exercer a função de fiscal do presente contrato nos termos do DECRETO 149/GP/2021, o servidor MIRIAN DA CUNHA DE OLIVEIRA – Matrícula nº 2645-1 - **CPF nº 849.795.422-04**, ao qual competirá fiscalizar, receber e dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do objeto do presente contrato, bem como será responsável pe-

la execução e acompanhamento do contrato, devendo o referido fiscal realizar a devida prestação de contas sobre a execução e acompanhamento do instrumento à Secretaria Municipal De Administração. (Art. 67 da Lei nº 8.666/93).

Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato inicial, firmado entre as partes.

Colniza MT, 18 de março de 2022.

_____

MILTON DE SOUZA AMORIM

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 024/2022

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COLNIZA – MT.

CONTRATADO: RAQUEL BISPO DE OLIVEIRA ME, inscrita no CNPJ n. 27.112.652/0001-74, sediada à Avenida Dois Mil, s/n, bairro Bela Vista, Colniza/MT, CEP 78335-000, neste ato representado por sua representante legal Sra. RAQUEL BISPO DE OLIVEIRA, portadora do RG Nº 1176050 SSP/MT e CPF nº 034.033.552-17, residente e domiciliado em Colniza/MT.

OBJETO RESUMIDO DO CONTRATO: LOCAÇÃO DE FÁBRICA DE MANILHA COM EQUIPAMENTOS DE FABRICAÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO E MANILHAS.

VALOR DO CONTRATO: R$ 60.000,00 (sessenta mil reais).

DATA DA EMISSÃO: 16/03/2022.

DATA DO INÍCIO DA VIGÊNCIA: 16/03/2022.

DATA DO VENCIMENTO: 16/03/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CÂMARA MUNICIPAL DE COMODORO - TERMO ADITIVO

2° TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE SISTEMA (SOFTWARE), CONTRATO Nº 005/2021, QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE COMODORO/MT E A EMPRESA STAFF SISTEMAS LTDA-ME, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2021 PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2021

Pelo presente instrumento que fazem entre si, de um lado, a **CÂMARA MUNICIPAL DE COMODORO/MT**, situada na Rua Bahia, 600-N, Bairro São Francisco de Assis – Comodoro/MT, devidamente cadastrada no C. N.P.J. sob n.º 03.109.581/0001-92, representada neste ato por sua Presidente Vereadora **GLEYSCLER BELUSSI RIBEIRO,** brasileira, portadora do CPF/MF sob o n.º 968.346.411-49 e Cédula de Identidade RG nº. 1271369-4 SJSSP/MT**,** residente e domiciliada na Rua Espírito Santo nº 184, Centro, nesta cidade de Comodoro/MT, na qualidade de **CONTRATANTE,** e de outro lado a Empresa **STAF SISTEMAS LTDA-ME**, devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o n. 07.941.056/0001-90 e Inscrição Estadual sob o n. 28.400.418-9, estabelecida à Av. Historiador Rubens de Mendonça, nº 1731 – 9º Andar sala 903 – Centro empresarial Paiaguás, Bairro Bosque da Saúde, cidade de Cuiabá/MT CEP: 78.050-000, representado neste ato pelo seu Sócio Diretor Senhor RODRIGO TELES DE SOUZA, brasileiro, solteiro, empresário, residente e domiciliado à Rua Nelson Figueiredo Junior, nº 891 – Jardim Bela Vista na cidade de Campo Grande/MS CEP: 79.750-000, portador da Cédula de Identidade – Registro Geral n. 25.198.266-X SSP/SP e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o n. 786.255.721-20, doravante denominada de **CONTRATADA**, resolvem as partes ADITAR o presente **TERMO DE PRAZO AO CONTRATO Nº 005/2021, CUJO OBJETO CONSITE** NO LICENCIAMENTO DE USO DE SISTEMA DE GESTÃO **DO E-SOCIAL,** conforme cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

As partes, de comum acordo, na forma convencionada na Cláusula Segunda do contrato original, decidem prorrogar o prazo de vigência atinente ao módulo **"E-SOCIAL"** - **LICENCIAMENTO DE USO SISTEMA DE GESTÃO DO E-SOCIAL NÃO CUSTOMIZÁVEL**, da data da assinatura do presente ao término elencado no Item 2.1 do referido contrato nº 005/2021 (até 04/05/2022), em conformidade com os ditames da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA JUSTIFICATIVA E DO FUNDAMENTO LEGAL

A Administração optou em promover a presente renovação considerandoque seria antieconômico realizar-se licitação apenas para o módulo E-SOCIAL pelo prazo médio de 45 (quarenta e cinco) dias. Seria contrário ao princípio constitucional da eficiência administrativa promover novo certame licitatório com a readequação parcial do objeto contratado, uma vez que ocorreria paralisação parcial de serviços essenciais pelo prazo mencionado;

Considerandoque se demonstra imperiosa a **manutenção** da contratação de serviços para disponibilização de rotinas para atendimento das exigências legais do Decreto Federal nº 8.373, de 11 de dezembro de 2014, que Institui o Simplificado de Escrituração Digital de Obrigações Previdenciárias, Trabalhistas e Fiscais (eSocial) e dá outras providências; notadamente a **Portaria Conjunta SEPRT/RFB/ME Nº 71**, de 29 de junho de 2021, que dispôs sobre o novo Cronograma de implantação de tal Sistema para a Administração Pública, **RESOLVEM** as partes, entre si, e na melhor forma de Direito **ADITAR parcialmente o CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE SISTEMAS Nº 005/2021,** no tocante à seção **E-SOCIAL**, assentados na conveniência administrativa e na obtenção de vantagens ao poder público, consoante permissibilidade do art. 57, IV da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

O valor global do presente **Termo Aditivo de Prorrogação** será de **R$ 975,00 (novecentos e setenta e cinco reais),** sendo o valor mensal correspondente à **R$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais).**

Parágrafo primeiro: No que tange ao pagamento das parcelas acima mencionadas fica a **CONTRATANTE** responsável por quitar integralmente a obrigação após o recebimento da nota fiscal, conforme a realização dos trabalhos citados no objeto do presente contrato e devidamente atestada pelo responsável (Fiscal de Contrato) quanto à coordenação dos serviços da **CONTRATADA.**

Parágrafo segundo: Os serviços serão pagos em parcelas, proporcionalmente, mediante apresentação do relatório de execução de serviços devidamente aceito pela autoridade competente, em consonância com o cronograma de trabalho previamente aprovado por ambas as partes nos termos do artigo 7º, § 1º, in fine da Lei Federal nº 8.666/1993.

Parágrafo terceiro: Os pagamentos serão efetuados através de transferências eletrônicas bancárias, para crédito em conta de titularidade da **CONTRATADA.**

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

O Termo Aditivo em epígrafe **terá início na data de sua assinatura, com duração até o dia 04 de maio de 2022.**

CLÁUSULA QUINTA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

4.1- As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, para o exercício 2022, prevista no orçamento da Câmara, na classificação abaixo:

Órgão – 01 – Câmara Municipal de Comodoro

Unidade – 01 – Câmara Municipal de Comodoro

Projeto Atividade – 2.001 – Manut e Enc. com a Câmara Municipal

Elemento da Despesa: 33.90.40.00.00.00.00.1009 – Serviços de Técn. da Informação e Comunicação.

4.2- Os recursos financeiros referentes ao exercício ulterior correrão por conta de dotação orçamentária prevista no Orçamento Anual do ano subsequente.

CLÁUSULA SEXTA – DO E-SOCIAL

O módulo E-Social deverá atender aos seguintes requisitos técnicos:

1 - Permitir o cadastro e manutenção de Schemas, que representam os layouts de cada projeto. 2 - Permitir o cadastro e manutenção de scripts de validação, vinculando ao layout, que por sua vez estará vinculado a um projeto. 3 - Permitir a definição da URL que faz a comunicação da estrutura de dados com o serviço disponibilizado em outros sistemas da contratada, para importar os dados para WEB. 4 - Permitir a consulta de dependências entre layouts, apresentando a hierarquia de geração dos arquivos. 5 - Permitir a vinculação da API (Interface de Programação de Aplicativos) com um layout do projeto. 6 - Permitir a configuração de dependência entre layouts para geração de informações. 7 - Permitir a configuração de dependência entre layouts para geração de informações. 8 - Permitir a consulta dos dados integrados entre o sistema proprietário e o sistema eSocial para ajustes posteriores. 9 - Permitir a edição de registros integrados do sistema proprietário a partir da consulta das integrações. 10 - Permitir a inserção de registros manualmente não integrados do sistema proprietário.

As demais cláusulas do contrato originário permanecem inalteradas.

Fica eleito o Foro da Comarca de Comodoro/MT (da Contratante), para dirimir quaisquer dúvidas que por ventura surgirem em função da execução do presente termo.

E por estarem devidamente acordados, declaram as partes aceitarem as disposições estabelecidas neste instrumento, sujeitando-se as normas contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e assinam o presente em 03 (três) vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais, na presença de 02 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Comodoro/MT, 18 de março de 2022.

CÂMARA MUNICIPAL DE COMODORO/MT

GLEYSCLER BELUSSI RIBEIRO - PRESIDENTE

CONTRATANTE

STAF SISTEMAS LTDA

RODRIGO TELES DE SOUZA – SÓCIO

CONTRATADA

TESTEMUNHAS: Nome: **Rosa Adriana Dourado de Freitas** RG nº 1535565-9 SSP/MT CPF nº 993.093.861-34	Nome: **Franciele Alves de Castro** RG nº 2809867-6 SSP/MT CPF nº 063.971.721-71

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

CONTABILIDADE
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO FEVEREIRO 2022

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA
Anexo 12 - Balanço Orçamentário
Administração Direta

Betha Sistemas
Exercício de 2022
Período: Janeiro à Fevereiro
Página: 1/2

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO c = (b-a)
RECEITAS CORRENTES	115.158.241,00	115.158.241,00	20.502.801,81	-94.655.439,19
Receita Tributária	23.170.912,35	23.170.912,35	3.199.487,91	-19.971.424,44
Impostos	16.099.982,00	16.099.982,00	2.019.983,35	-14.079.998,65
Taxas	3.379.310,35	3.379.310,35	542.527,86	-2.836.782,49
Contribuição de Melhoria	3.691.620,00	3.691.620,00	636.976,70	-3.054.643,30
Receita Patrimonial	235.509,00	235.509,00	255.169,00	19.660,00
Receitas de Valores Mobiliários	146.108,00	146.108,00	255.169,00	109.061,00
Outras Receitas Patrimoniais	89.401,00	89.401,00	0,00	-89.401,00
Transferências Correntes	90.960.211,65	90.960.211,65	17.043.075,48	-73.917.136,17
Transferências Intergovernamentais	37.725.775,80	37.725.775,80	5.015.407,71	-32.710.368,09
Transferências DO Exterior	1.250.315,00	1.250.315,00	281.411,66	-968.903,34
Transferências de Pessoas	18.846.116,00	18.846.116,00	4.183.449,87	-14.662.666,13
Outras Receitas Correntes	791.608,00	791.608,00	5.069,42	-786.538,58
Indenizações e Restituições	481.128,00	481.128,00	5.069,42	-476.058,58
Receitas Correntes Diversas	310.480,00	310.480,00	0,00	-310.480,00
RECEITAS DE CAPITAL	1.394.759,00	1.394.759,00	13.588,55	-1.381.170,45
Operações de Crédito	500.000,00	500.000,00	0,00	-500.000,00
Operações de Crédito Internas	500.000,00	500.000,00	0,00	-500.000,00
Alienação de Bens	894.759,00	894.759,00	13.588,55	-881.170,45
Alienação de Bens Móveis	459.670,00	459.670,00	0,00	-459.670,00
Alienação de Bens Imóveis	435.089,00	435.089,00	13.588,55	-421.500,45
SUBTOTAL DAS RECEITAS (I)	116.553.000,00	116.553.000,00	20.516.390,36	-96.036.609,64
REFINANCIAMENTO (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (III) = (I + II)	116.553.000,00	116.553.000,00	20.516.390,36	-96.036.609,64
DÉFICIT (IV)	-	0,00	-	-
TOTAL (V) = (III + IV)	116.553.000,00	116.553.000,00	20.516.390,36	-96.036.609,64
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	0,00			
Superávit Financeiro	0,00			
Reabertura de Créditos Adicionais	0,00			

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS (f)	DESPESAS LIQUIDADAS (g)	DESPESAS PAGAS (h)	SALDO DA DOTAÇÃO (i) = (e-f)
SUBTOTAL DAS DESPESAS (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/ REFINANCIAMENTO (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VIII) = (VI + VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPERÁVIT (IX)	116.553.000,00	116.553.000,00	20.516.390,36			
TOTAL (X) = (VIII + IX)	116.553.000,00	116.553.000,00	20.516.390,36	0,00	0,00	96.036.609,64

ANEXO 12.1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS		LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO (b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a+b-d-e)
DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

MÁRCIA

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA
Anexo 12 - Balanço Orçamentário
Administração Direta

Betha Sistemas
Exercício de 2022
Período: Janeiro à Fevereiro
Página: 2/2

ANEXO 12.2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS:

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	INSCRITOS		PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO (b)	(c)	(d)	(f) = (a+b-c-d)
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Confresa, 18/03/2022

RONIO CONDAO BARROS MILHOMEM
PREFEITO MUNICIPAL

MARISANGELA JUNKER JARDIM BELLÉ
CRC-MT- 009136/O-2

MÁRCIA

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 157/2022 DE 18 DE MARÇO DE 2022.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA SEM VENCIMENTOS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Portaria 157/2022 de 18 de Março de 2022.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO: o Oficio 651//2022 SMS de 15/03/2022.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder LICENÇA SEM VENCIMENTOS no período de 04/04/2022 a 03/04/2023 a servidora pública Municipal CLEIDE MENDES DE SOUSA SILVA, matricula 001146, efetiva no cargo de AGENTE DE SAUDE - ACS, lotada na Secretaria Municipal de Saúde/Ubs Jardim Planalto.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 18 de Março de 2022.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
NOTIFICAÇÃO N° 03-2022 – PGM-CONF DESCUMPRIMENTO DA ARP Nº 243/2021

Ilmo(o) Senhor(a)

Flavio Henrique Lopes Cordeiro

Representante Legal perante a Ata de Registro de Preço n.º 243/2021

CARLETTO GESTÃO DE FROTAS

CNPJ: 08.469.404/0001-30

Avenida Cândido de Abreu, nº 776, sala 1703, Centro Cívico

Curitiba/PR - CEP: 80.530-000

MUNICÍPIO DE CONFRESA, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ: 37.464.716/0001-50, com sede na Avenida Centro Oeste, nº 286, Centro, Confresa, Estado de Mato Grosso, representado pelo Procurador Geral Municipal, que ao final subscreve, tendo em vista os fatos noticiados nos autos do processo em anexo **(doc. 01)**, e

Considerando, os termos vinculados da Ata de Registro de Preço nº 243/2021, originado do Processo Licitatório nº 170/2021 – Pregão Eletrônico nº 47/2021, cujo objeto é "**registro de preço para a contratação de empresa para a prestação de serviço de gerenciamento de material de construção em geral, e confecção de placas de sinalização de trânsito e viárias, para atender a demanda das Secretarias do Poder Executivo, juntamente a Prefeitura Municipal de Confresa-MT,**" o qual Vossa empresa configura como Detentora;

Considerando os artigos 54, 55, 58, 77 e 78 da Lei 8.666/93, os quais trata dos contratos administrativos e respectivamente as atas de registro de preço;

Considerando o Edital de Licitação e a ARP, no qual estabelece regramentos claros quanto a conduta da detentora da ata na regular realização do serviço;

Considerando o relato do Secretário Municipal de Saúde que cita: "*... inversão dos parâmetros de otimização dos processo das unidades solicitantes advindos da morosidade em que a empresa vem conduzindo seus trabalhos relativos à sua prestação de serviço*." e que "*...cotação tem sido muito maiores aos praticados pelo município através de outros meios de aquisição como processo de compra direta, dispensa de licitação entre outros*", e ainda o relato do Secretário Municipal de Obras que afirma: "*... resistência de fornecedores locais em se credenciar no sistema, o que resulta na falta de concorrência de preço em algumas ordens de compras, bem como na dificuldade em realizar a aquisição de materiais específicos em curto prazo de entrega*", cita ainda "*...os fornecedores tem sido instruídos a acrescer o valor da taxa sob o preço do produto cotado no sistema, resultado em produtos com preços acima do praticado no município através de outros meios convencionais...*", por fim, aponta que "*... os pedidos de cunho urgente têm demandado um tempo consideravelmente longo até que os materiais solicitados sejam entregues ao departamento solicitante*" tudo isto incluso nos autos, por servidores públicos que tem fé pública em suas alegações e que, em tese, tais fatos configura o descumprimento ao edital e a referida ARP;

Considerando que tal vinculação de prestação de serviço é para todos os órgãos do município passa por situação de emergência, conforme Decreto nº 253, de 29 de dezembro de 2021[1], e que materiais de construção são de necessidade urgente para regular manutenção de prédios públicos, portanto, está gerando problemas imediatos e mediatos em local de serviço e atendimento ao público;

Considerando que o descumprimento, total ou parcial do Contrato/ARP, acarreta sanções previstas no edital e na legislação, produzindo as consequências de ordem civil, administrativa e fiscal, além de outras sanções previstas na Ata de Registro de Preço, no Edital da Licitação e ainda nos artigos 86 e 87 da lei 8666/93;

RESOLVE NOTIFICAR a empresa **CARLETTO GESTÃO DE FROTAS LTDA,** CNPJ Nº 08.469.404/0001-30, doravante denominada DETENTORA, para que ***i)*** **imediatamente** cumpra com o objeto da ARP nº 243/2021, sanando a morosidade no atendimento das demandas inseridas no sistema referente as cotações de preços, bem como, a efetiva e entrega dos itens aprovados e, *ii)* no prazo de 03 (três) dias, apresente informação/esclarecimento quanto a alegação da majoração de preço dos itens solicitados conforme documentos anexos**,** sob pena de aplicação das sanções legais cabíveis ao caso, dentre elas a rescisão contratual, multas legais e contratuais, além de abertura de processo de inidoneidade para contratar com a administração pública.

Após o decurso do citado prazo, este não tendo êxito, será realizada a rescisão contratual empresa e imediatamente aberto o processo de apuração de inidoneidade da referida empresa para contratar com a administração pública.

Tendo em vista o princípio da publicidade que rege a administração pública remeta-se cópia para o setor responsável para publicação no diário oficial do município.

Confresa-MT, em 18 de março de 2022.

Paulo César da Silva Avelar

Procurador-Geral do Município

Portaria nº 204/2019, de 10.06.2019

OAB-MT 21.334/O

[1] https://diariomunicipal.org/mt/amm/publicacoes/943...

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 156/2022 DE 18 DE MARÇO DE 2022.

Portaria 156/2022 de 18 de Março de 2022.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL OCUPANTE DE CARGO EFETIVO

E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO: o Oficio 648//2021 SMS de 15/03/2022.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder LICENÇA PRÊMIO de 90 (noventa) dias ininterruptos no período de 01/04/2022 a 29/06/2022 referente ao período aquisitivo 01/10/2013 a 30/09/2018 ao Servidor Público Municipal EDUARDO SALVINO BORGES, matricula 001219, ocupante do cargo efetivo de AGENTE DE SAUDE - ACS lotado na Secretaria Municipal de Saúde/UBS Fontoura.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 18 de Março de 2022.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 158/2022 DE 18 DE MARÇO DE 2022.

Portaria 158/2022 de 18 de Março de 2022.

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL OCUPANTE DE CARGO EFETIVO E/OU COMISSIONADO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO: o Oficio 695/2022 SMS de 17/03/2022.

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR do cargo comissionado de CHEFE DE SEÇÃO a servidora pública municipal MONICA MARQUES MATEUS, matricula 013491, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 18 de Março de 2022.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

CONTABILIDADE
EDITAL Nº 03 CISAX RREO PRIMEIRO BIMESTRE 2022

EDITAL N° 003/2022

DE 18 DE MARÇO DE 2022

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ARAGUAIA E XINGU, ESTADO DE MATO GROSSO, EM CUMPRIMENTO AO QUE DISPÕE A CONSTITUIÇÃO FEDERAL E LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL LC 101/2000.

T O R N A P Ú B L I C O

O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Araguaia e Xingu, Estado de Mato Grosso, representado pelo seu presidente, Sr. **RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM**, **TORNA PÚBLICO** o Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO), referente ao **1º Bimestre do LRF – do Exercício Financeiro de 2022.**

O Relatório de Execução Orçamentária ficará a disposição de qualquer contribuinte do Município de **CONFRESA**, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhe a legitimidade nos termos da Lei. Após o prazo previsto em Lei, o mesmo será encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, para fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial.

R E G I S T R E - S E

P U B L I Q U E - S E

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Presidente

CONTABILIDADE
EDITAL Nº 02 CISAX BALANCETE FEVEREIRO 2022

EDITAL N° 002/2022

DE 18 DE MARÇO DE 2022

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ARAGUAIA E XINGU, ESTADO DE MATO GROSSO, EM CUMPRIMENTO AO QUE DISPÕE A CONSTITUIÇÃO FEDERAL E LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL LC 101/2000.

T O R N A P Ú B L I C O

O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Araguaia e Xingu, Estado de Mato Grosso, representado pelo seu Presidente, Sr. **RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM TORNA PÚBLICO o Balancete Referente ao Exercício Financeiro, do Mês de FEVEREIRO 2021. O Balanço Mensal do Mês de FEVEREIRO 2022** ficará a disposição de qualquer contribuinte deste município para questionar-lhe a sua legitimidade pelo prazo preconizado pela legislação vigente.

R E G I S T R E - S E

P U B L I Q U E - S E

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Presidente

RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO 006/2022 DE 18 DE MARÇO DE 2022.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 006/2022 de 18 de Março de 2022.

RONIO CONDAO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o que determina o art. 37, item II da Constituição Federal e o disposto no art. 282 Lei Complementar nº 020 de 28 de dezembro de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município.

CONVOCA:

Os (as) candidatos (as) aprovados (as) no PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL 002/2021, relacionados (as) nos anexos deste edital que deverão comparecer no prazo de 10 (dez) dias, a contar desta data, na Prefeitura Municipal junto ao Departamento de Recursos Humanos, no horário das 07:00h ás 11:00h e das 13:00h ás 17:00h para apresentação dos documentos exigidos no anexo IV para admissão.

O não comparecimento do (a) candidato (a) no prazo de 10 (dez) dias, e a não apresentação da documentação prevista no edital do Processo Seletivo Simplificado 002/2021, implicará no reconhecimento da DESISTÊNCIA E/OU RENÚNCIA quanto ao preenchimento da vaga do cargo para o qual foi aprovado (a), reservando-se à Administração o direito de convocar outro candidato.

Confresa-MT, 18 de Março de 2022.

RONIO CONDAO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

ANEXO I

CARGOS – APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL

CARGO	CH	LOTAÇÃO/UNIDADE ESCOLAR	UNIDADE	CANDIDATO(A)	CLAS
APOIO ADM EDUC/NUTRICAO ESCOLAR	30	ESCOLA MUNICIPAL TANCREDO NEVES	CAMPO	OLIOZETE COSTA DE FRANCA	2º

ANEXO II

CARGOS – PROFISSIONAL DE NIVEL SUPERIOR

CARGO	CH	LOTAÇÃO/UNIDADE ESCOLAR	PcD	CANDIDATO(A)	CLAS
PNSG - PSICOLOGO - 40 HORAS	40	CRAS - CENTRO DE REFERENCIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	NAO	JOSE VALCENIR DE LIMA	2º

ANEXO III

CARGOS – PROFESSOR

CARGO	CH	LOTAÇÃO/UNIDADE ESCOLAR	UNIDADE	CANDIDATO(A)	CLAS
PROF LIC PLENA EM PEDAGOGIA	20	ESCOLA AGAMENOM MAGALHAES	URBANA	ISAMARA RODRIGUES GLORIA	92º
PROF LIC PLENA EM PEDAGOGIA	20	ESCOLA VIDA E ESPERANCA	URBANA	LAURA CRISTINA PRIMO PARREIRA	93º
PROF LIC PLENA EM PEDAGOGIA	20	ESCOLA VIDA E ESPERANCA	URBANA	FABIANA LAMOUNIER MAGALHAES	94º

ANEXO V

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS P/ADMISSÃO

O candidato deverá apresentar fotocópia das documentações, que comprove o que segue abaixo:

1 - Cédula de Identidade (RG) comprovando a idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos

2 - Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF)

3 - Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da lei (arts 12 e 37, I da CF/88)

4 - Título de eleitor

5 - Certidão de quitação eleitoral (Cartório Eleitoral) ou pela Internet,

6 - Certidão de nascimento ou casamento com as respectivas averbações se for o caso

7 - Certificado de reservista, de dispensa de incorporação, ou outro documento de quitação com o serviço militar (para o sexo masculino)

8 - Comprovante de endereço atualizado (com dados completos, rua, bairro, cidade)

9 - CTPS - Carteira de Trabalho

10 - Carteira Nacional de Habilitação - CNH (exigido nos cargos de motorista)

11 - Declarações de Bens (se não houver, emitir certidão de que não possui bens)

12 - Certidão de nascimento dos filhos (se for menor de 07 anos, trazer cópia do cartão de vacina e se for de 08 a 14 anos trazer comprovante de frequência escolar junto com a certidão de nascimento)

13 - Comprovante de escolaridade e pré-requisitos de acordo com o estabelecido

14 - Certificado de conclusão e histórico do respectivo curso técnico ou superior, correspondente ao cargo (Diploma ou Certificado juntamente com o Histórico)

15 - Registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada incluindo-se comprovante de quitação de anuidade referente ao calendário e certidão de regularidade

16 - Certidão Negativa junto a Receita Fazendária Municipal (setor de Tributação da Prefeitura de Confresa - MT)

17 - Certidão Negativa Civil e Criminal Estadual da Comarca do domicílio dos últimos cinco anos, relativa à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais (com trânsito em julgado)

18 - Declaração negativa de acúmulo de cargos

19 - Declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária do cargo

20 - Atestado de Saúde Ocupacional (pré-admissional) - Mediante encaminhamento Depto de Recursos Humanos.

21 - 01 (uma) foto 3x4, colorida e recente

22 - Conta Salário/Agência/Município – Banco Santander - Mediante encaminhamento Depto de Recursos Humanos.

23 - Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF) do cônjuge e dos pais

24 - Qualificação profissional do cônjuge e dos pais

25 - Telefone de contato (residencial e/ou celular)

26 - E-mail

27 - PIS/PASEP

28 - Declaração de confidencialidade

29 - Declaração de responsabilização pela veracidade das informações prestadas sob pena de responder criminalmente.

30 - Os candidatos que concorrerão aos cargos PNE, deverão apresentar lardos médicos que comprova a deficiência do mesmo.

Observação:

ü Os documentos deverão ser cópia de boa qualidade, bem legível.

ü Cada documento deverá ser tirado cópia independente um em cada folha formato retrato.

ü Solicitamos a apresentação previa junto ao Depto de Recursos Humanos para conferencia e/ou orientação.

ü Solicitamos o preenchimento da ficha de cadastramento junto ao site da prefeitura de Confresa. https://confresa.org/recursoshumanos/cadastramento.

ü Informamos, que, os modelos das declarações estão disponíveis no site da prefeitura https://confresa.org/recursoshumanos.

ü Os exames médicos e laboratoriais para realização do exame admissional, solicitado no Item 20 serão de inteira responsabilidade do candidato e em hipótese alguma a Prefeitura Municipal de Confresa se responsabilizará pela execução e pagamento dos mesmos.

CONTABILIDADE
BALANÇO FINANCEIRO FEVEREIRO 2022

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA
BALANÇO FINANCEIRO - Anexo 13
Administração Direta

EXERCÍCIO:2022
PERÍODO (MÊS): Janeiro Á Fevereiro
DATA DE EMISSÃO:18/03/2022
PAGINA:1

INGRESSOS		DISPÊNDIOS	
ESPECIFICAÇÃO	**Exercício Atual**	**ESPECIFICAÇÃO**	**Exercício Atual**
Receita Orçamentária (I)	**20.516.390,36**	**Despesas Orçamentária (VII)**	**40.319.337,46**
Ordinária	11.509.050,53	Ordinária	26.920.267,97
Vinculada	9.007.339,83	Vinculada	13.399.069,49
Operações de Crédito Vinculadas à Educação	189,65	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Est	721.790,01
Operações de Crédito vinculadas à Saúde	10,14	Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	34.019,00
Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da Uniã	11.441,48	Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Públic	2.996.675,67
Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Est	152.066,85	Recursos de Alienação de Bens/Ativos - Administração Direta	7.031,00
Outras Transferências de Recursos do FNDE	1.204,22	Recursos Vinculados a Fundos	1.080.000,00
Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	18.674,13	Transf. de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio	72.840,00
Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Públic	650.249,87	Transf. Fundo a Fundo de Recursos do SUS prov. do G. F. - Bloco de Estr	122.063,59
Recursos de Alienação de Bens/Ativos - Administração Direta	16.679,17	Transf. Fundo a Fundo de Recursos do SUS prov. do G. F. - Bloco de Man	1.642.336,98
Recursos Vinculados a Fundos	400.538,84	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNA	47.744,69
Transf. de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio	59,07	Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social	3.893,94
Transf. do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congê	386,70	Transferência do Salário Educação	184.649,70
Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do G. F.- Bloco de Manut.das	6.401,70	Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de	68.678,16
Transf. Fundo a Fundo de Recursos do SUS prov. do G. F. - Bloco de Estr	254.672,98	Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêne	49.916,01
Transf. Fundo a Fundo de Recursos do SUS prov. do G. F. - Bloco de Man	2.193.581,55	Transferências do FUNDEB Impostos e Transferências de Impostos	2.033.240,95
Transferência da União Referente à Compensação Financeira de Recurso	10.632,07	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Gove	4.334.189,79
Transferência da União Referente a Royalties do Petróleo e Gás Natural	87.230,81	**Transferências Financeiras Concedidas (VIII)**	**848.661,80**
Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNA	706,12	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	848.661,80
Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social	342,34	**Pagamentos Extraorçamentários (X)**	**3.308.777,05**
Transferência do Salário Educação	217.609,14	RP NAO PROCESSADOS PAGOS	1.532.291,16
Transferências da União - Inciso I do art. 5º da Lei Complementar 173/202	3.319,53	RP PROCESSADOS PAGOS	933.525,21
Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Dinheiro Di	98,95	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	842.960,68
Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de	8.846,46	**Saldo para o Exercício Seguinte (XI)**	**25.039.715,95**
Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêne	6.914,22	APLICAÇÕES FINANCEIRAS	24.775.945,96
Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêne	84,42	BANCO C/ MOVIMENTO	228.989,47
Transferências do FUNDEB Impostos e Transferências de Impostos	4.267.596,08	BANCOS C/ VINCULADAS	2.198,35
Transferências do Gov. Federal referentes a Convênios e Instrumentos Co	1.933,39	POUPANÇA	32.582,17
Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Gove	695.869,95		
Transferências Financeiras Recebidas (II)	**0,00**	**TOTAL (XII) = (VII+VIII+IX+X+XI)**	**69.516.492,26**
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	0,00		
Recebimentos Extraorçamentários (IV)	**31.570.071,61**		
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	25.888.103,87		
Inscrição de Restos a Pagar Processados	4.050.754,41		
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	1.631.213,33		
Saldo do Exercício Anterior (V)	**17.430.030,29**		
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	17.316.075,28		
BANCO C/ MOVIMENTO	79.561,52		
BANCOS C/ VINCULADAS	2.198,35		
POUPANÇA	32.195,14		
TOTAL (VI) = (I+II+III+IV+V)	**69.516.492,26**		

MÁRCIA

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA
BALANÇO FINANCEIRO - Anexo 13
Administração Direta

EXERCÍCIO:2022
PERÍODO (MÊS): Janeiro Á Fevereiro
DATA DE EMISSÃO:18/03/2022
PAGINA:2

INGRESSOS		DISPÊNDIOS	
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual

Confresa, 18/03/2022

RONIO CONDAO BARROS MILHOMEM	RONIA MARIA C. B. MILHOMEM	MARISANGELA JUNKER JARDIM BELLÉ
PREFEITO MUNICIPAL	SECRETARIA DE FINANÇAS	CRC-MT- 009136/O-2

MÁRCIA

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 155/2022 DE 18 DE MARÇO DE 2022.

Portaria 155/2022 de 18 de Março de 2022.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL OCUPANTE DE CARGO EFETIVO

E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO: o Oficio 637//2021 SMS de 15/03/2022.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder LICENÇA PRÊMIO de 90 (noventa) dias ininterruptos no período de 03/03/2022 a 31/05/2022 referente ao período aquisitivo 31/01/2005 a 31/01/2010 a Servidora Pública Municipal MARIA LUCIA RODRIGUES, matricula 001050, ocupante do cargo efetivo de ASSISTENTE DA SAUDE/AUXILIAR DE ENFERMAGEM lotada na Secretaria Municipal de Saúde/Hospital Municipal.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 18 de Março de 2022.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 154/2022 DE 18 DE MARÇO DE 2022.

Portaria 154/2022 de 18 de Março de 2022.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL OCUPANTE DE CARGO EFETIVO

E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO: o Oficio 627//2021 SMS de 15/03/2022.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder LICENÇA PRÊMIO de 90 (noventa) dias ininterruptos no período de 01/04/2022 a 29/06/2022 referente ao período aquisitivo 01/02/2014 a 29/06/2019 a Servidora Pública Municipal LIBERACI DA CUNHA, matricula 000668, ocupante do cargo efetivo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO lotada na Secretaria Municipal de Saúde/Caps- Centro de Atenção Psicossocial.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 18 de Março de 2022.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU

SEC. GOVERNO
LEI 1.176/2022

Altera dispositivo da Lei Municipal n.º 1.163/2021, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Cotriguaçu, Estado de Mato Grosso, da Administração Direta e Indireta, para o Exercício de 2022, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU-MT, Faço saber que, a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º O inciso II, do art. 4.º, da Lei Municipal n.º 1.163/2021, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 4.º (...):

(...);

II - até o limite de 30% (trinta por cento) da despesa fixada no art. 1.º, da presente Lei, para os casos de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias, podendo, desde que não haja prejuízos a execução orçamentária do projeto/atividade e/ou órgão unidade de origem.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Cotriguaçu-MT, 15 de março de 2022.

OLIRIO OLIVEIRA DOS SANTOS

Prefeito Municipal

SEC. GOVERNO
DECRETO N.º 1.504, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022

Dispõe sobre a nomeação dos novos integrantes da composição do Conselho Municipal de Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, do Município de Cotriguaçu, Estado de Mato Grosso, para os Exercícios Financeiros 2021/2022, em conformidade com a Lei Municipal n.º 1.140/2021, revoga o Decreto Municipal n.º 1.433/2021, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU-MT, OLIRIO OLIVEIRA DOS SANTOS, **no uso das suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal e pelo art.** 81, inciso III, da Lei Orgânica do Município; em conformidade com as disposições da Lei Municipal n.º 1.140/2021, que dispõe sobre a alteração da composição e organização do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - CACS/FUNDEB, do Município de Cotriguaçu, Estado de Mato Grosso, de acordo com as disposições dos arts. 33 e ss., da Lei Federal n.º 14.113/2020,

DECRETA:

Art. 1.º Ficam nomeados os seguintes integrantes para compor o Conselho Municipal de Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, do Município de Cotriguaçu, Estado de Mato Grosso, para os Exercícios Financeiros 2021/2023:

I – REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL:

a) Titular: Noeli Maria Lorandi; e,

b) Suplente: Valdete Veronez França;

c) Titular: Adriana Otoni Pereira; e,

d) Suplente: Marli Oliveira dos Santos;

II - REPRESENTANTES DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA:

a) Titular: Sandro Trettel da Silva; e,

b) Suplente: Silvana Cardoso da Silva;

III - REPRESENTANTES DOS DIRETORES DAS ESCOLAS BÁSICAS PÚBLICAS:

a) Titular: Carlos Niero Filho; e,

b) Suplente: Paulo Fernandes Peres;

IV - REPRESENTANTES DOS SERVIDORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS DAS ESCOLAS BÁSICAS PÚBLICAS:

a) Titular: Juliana Cruz Amorim; e,

b) Suplente: Joceli Teodoro Candido de Jesus.

V - REPRESENTANTE DOS PAIS DE ALUNOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA**:**

a) Titular: Erica Aparecida Santiago; b) Suplente: Rodrigo Evandro Borchert; e

c) Titular: Fabiane Dias Ferreira; e

d) Suplente: Jocelaine Crisitna Bernardi.

VI - REPRESENTANTES DOS ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA:

a) Titular: Caroline Ferreira Wunder; e,

b) Suplente: Emilya da Silva Dias;

c) Titular: Thaynara Czernek de Freitas; e,

d) Suplente: Kerolly Jamanda Amorim Batista;

VII - REPRESENTANTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CME**:**

a) Titular: Rogerio Gonçalves Lopes; e,

b) Suplente: Amanda Almeida dos Santos.

VIII - REPRESENTANTES DO CONSELHO TUTELAR:

a) Titular: Joserlanha Macedo de Oliveira; e,

b) Suplente: Mislene Andréia Braga Casado;

IX - REPRESENTANTES DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL**:**

a) Vanilda Aparecida Pinto; b) Aparecida Costa Bravo;

c) Regiane Castanha de Melo; e,

d) Neri da Costa Lage.

Parágrafo Único. Os integrantes do Conselho Municipal de Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB nomeados pelo presente Decreto terão mandatos até a data de 31 de dezembro de 2022, e os seguintes terão mandatos de 04 (quatro) anos, para fins de adequação e regularização às novas disposições introduzidas pela Lei Federal n. º 14.113/2020.

Art. 2.º A escolha do Presidente e do Secretário do Conselho Municipal que trata o art. 1.º, do presente Decreto, serão eleitos por seus pares.

Art. 3.º Compete ao Conselho do FUNDEB:

I – acompanhar e controlar a repartição, transferência e aplicação dos recursos do Fundo;

II – supervisionar a realização do Censo Escolar e a elaboração da proposta orçamentária anual do Poder Executivo Municipal, com o objetivo de concorrer para o regular e tempestivo tratamento e encaminhamento dos dados estatísticos e financeiros que alicerçam a operacionalização do FUNDEB;

III – examinar os registros contábeis e demonstrativos gerenciais mensais e atualizados relativos aos recursos repassados ou retidos à conta do Fundo;

IV – emitir parecer sobre as prestações de contas dos recursos do Fundo, que deverão ser disponibilizadas mensalmente pelo Poder Executivo Municipal; e,

V – acompanhar a aplicação dos recursos federais transferidos à conta do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar - PNATE e do Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos - PEJA e, ainda, receber e analisar as prestações de contas referentes a esses Programas, formulando pareceres conclusivos acerca da aplicação desses recursos e encaminhando-os ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE; e,

VI - outras competências que a legislação específica eventualmente estabeleça.

Parágrafo Único. O parecer de que trata o inciso IV, do presente artigo, deverá ser apresentado ao Poder Executivo Municipal em até 30 (trinta) dias antes do vencimento do prazo para a apresentação da prestação de contas junto ao Tribunal de Contas do Estado.

Art. 4.º Os integrantes do Conselho Municipal de Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, não serão remunerados pelos serviços prestados, mas a atuação dos mesmos constituirá serviço público relevante e estabelecerá presunção de idoneidade moral.

Art. 5.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial, o Decreto Municipal n.º 1.433/2021.

Cotriguaçu-MT, 22 de fevereiro de 2022.

OLIRIO OLIVEIRA DOS SANTOS

Prefeito Municipal

REGISTRADO e PUBLICADO por afixação na data supra no local de costume.

SEC. GOVERNO
DECRETO N.º 1.491, DE 06 DE JANEIRO DE 2022

FIXA AS METAS BIMESTRAIS DE ARRECADAÇÃO PARA O EXERCICIO DE 2022, ESTABELECE A PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA E RESPECTIVO CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU-MT, OLIRIO OLIVEIRA DOS SANTOS, **no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto nos Arts. 8º e 13, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece a normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, e**

Considerando o disposto no inciso I, art. 47 da Lei Municipal nº 1.151/2021 (Lei de Diretrizes Orçamentarias para o exercício de 2022).

DECRETA:

Art. 1º Fica desdobrada em metas bimestrais a receita estimada para o exercício financeiro de 2022, é estabelecida a Programação Financeira e o respectivo Cronograma de Desembolso Mensal que cada Unidade Orçamentária estará autorizada a executar, de conformidade com os Anexos I e II, que integram este decreto.

Parágrafo Único. Os recursos legalmente vinculados a finalidade específica tais como: convênios, acordos e similares, terão sua programação fixada de acordo com os seus respectivos planos de aplicação.

Art. 2º Se verificado, ao final de um determinado bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas estabelecidas, o Poder Executivo comunicará este fato ao Poder Legislativo, devendo cada Poder, por ato próprio, promover a limitação de empenho e a movimentação financeira, de modo a manter o equilíbrio entre receitas e despesas.

Parágrafo Único. Excetuam-se do disposto no caput as despesas que constituam obrigações legais ou constitucionais.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cotriguaçu-MT, 06 de janeiro de 2022.

OLIRIO OLIVEIRA DOS SANTOS

Prefeito Municipal

REGISTRADO e PUBLICADO por afixação na data supra no local de costume.

Natureza Jurídica não encontrada

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUACU

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2022

Cronograma Bimestral de Desembolso por Órgão e Unidade Orçamentária (Art. 8º, da L.C. 101/00)

Seleção: Realização da despesa por: Empenho

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUACU

Órgão: 02.00 - GABINETE DO PREFEITO

Unidade Orçamentária: 02.01 - GABINETE DO PREFEITO

Código	Especificação	1º Bimestre	2º Bimestre	3º Bimestre	4º Bimestre	5º Bimestre	6º Bimestre	Total
04	Administração							
04.122	Administração Geral							
04.122.0001	APOIO E MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO							
04.122.0001.2001.1	GESTÃO E MANUTENÇÃO DO GABINETE							
3.1.90.11.00.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL C	126.841,99	126.841,99	126.841,99	126.841,99	126.841,99	126.842,03	761.051,98
3.1.90.13.02.00.00.00	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL - RGPS	21.666,66	21.666,66	21.666,66	21.666,66	21.666,66	21.666,70	130.000,00
3.1.90.13.03.00.00.00	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL - RPPS	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,35	20.000,00
3.1.90.16.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS - PESSOAL CIVIL	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,35	5.000,00
3.1.90.91.00.00.00.00	SENTENCAS JUDICIAIS	353,66	353,66	353,66	353,66	353,66	353,70	2.122,00
3.1.91.13.00.00.00.00	OBRIGACOES PATRONAIS	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	18.000,00
3.3.50.41.00.00.00.00	CONTRIBUICOES	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	300.000,00
3.3.70.41.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES	18.858,42	18.858,42	18.858,42	18.858,42	18.858,42	18.858,42	113.150,52
3.3.90.14.00.00.00.00	DIARIAS - CIVIL	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,35	50.000,00
3.3.90.30.00.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	60.000,00
3.3.90.33.00.00.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	2.775,41	2.775,41	2.775,41	2.775,41	2.775,41	2.775,45	16.652,50
3.3.90.35.00.00.00.00	SERVICOS DE CONSULTORIA	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	7.500,00
3.3.90.36.00.00.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FIS	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,35	5.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JUF	49.166,66	49.166,66	49.166,66	49.166,66	49.166,66	49.166,70	295.000,00
3.3.90.46.00.00.00.00	AUXILIO-ALIMENTACAO	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,35	5.000,00
3.3.90.91.00.00.00.00	SENTENCAS JUDICIAIS	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	1.500,00
3.3.90.92.00.00.00.00	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,35	5.000,00
3.3.90.93.00.00.00.00	INDENIZACOES E RESTITUICOES	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,35	5.000,00
4.4.90.52.00.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,35	50.000,00
04.122.0001.2002.2	CONTROLADORIA MUNICIPAL							
3.1.90.11.00.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL C	29.751,80	29.751,80	29.751,80	29.751,80	29.751,80	29.751,83	178.510,83
3.1.90.13.03.00.00.00	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL - RPPS	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	30.000,00
3.1.91.13.00.00.00.00	OBRIGACOES PATRONAIS	5.912,50	5.912,50	5.912,50	5.912,50	5.912,50	5.912,50	35.475,00
3.3.90.14.00.00.00.00	DIARIAS - CIVIL	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,70	2.500,00
3.3.90.30.00.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,70	1.000,00
3.3.90.33.00.00.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,70	1.000,00
3.3.90.46.00.00.00.00	AUXILIO-ALIMENTACAO	300,00	300,00	300,00	300,00	300,00	300,00	1.800,00
4.4.90.52.00.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	3.000,00

Natureza Jurídica não encontrada

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUACU

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2022

Cronograma Bimestral de Desembolso por Órgão e Unidade Orçamentária (Art. 8º, da L.C. 101/00)

Seleção: Realização da despesa por: Empenho

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUACU

Órgão: 02.00 - GABINETE DO PREFEITO

Unidade Orçamentária: 02.01 - GABINETE DO PREFEITO

Código	Especificação	1º Bimestre	2º Bimestre	3º Bimestre	4º Bimestre	5º Bimestre	6º Bimestre	Total
06	Segurança Pública							
06.181	Policiamento							
06.181.0001	APOIO E MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO							
06.181.0001.2101.3	SEGURANÇA PUBLICA							
3.3.50.41.00.00.00.00	CONTRIBUICOES	11.666,66	11.666,66	11.666,66	11.666,66	11.666,66	11.666,70	70.000,00
3.3.90.93.00.00.00.00	INDENIZACOES E RESTITUICOES	13.333,33	13.333,33	13.333,33	13.333,33	13.333,33	13.333,35	80.000,00
	Total Unidade:	**375.543,71**	**375.543,71**	**375.543,71**	**375.543,71**	**375.543,71**	**375.544,28**	**2.253.262,83**

Natureza Jurídica não encontrada

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUACU

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2022

Cronograma Bimestral de Desembolso por Órgão e Unidade Orçamentária (Art. 8º, da L.C. 101/00)

Seleção: Realização da despesa por: Empenho

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUACU

Órgão: 04.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO

Unidade Orçamentária: 04.01 - DIVISAO ADMINISTRATIVA

Código	Especificação	1º Bimestre	2º Bimestre	3º Bimestre	4º Bimestre	5º Bimestre	6º Bimestre	Total
04	Administração							
04.122	Administração Geral							
04.122.0002	APOIO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATI							
04.122.0002.1001.4	CONSTRUÇÃO DA SUB PREFEITURA EM NOVA UNIÃO							
4.4.90.51.00.00.00.00	OBRAS E INSTALACOES	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,35	50.000,00
04.122.0002.1002.7	CONSTRUÇÃO DO PREDIO DO PAÇO MUNICIPAL							
4.4.90.51.00.00.00.00	OBRAS E INSTALACOES	5.208,33	5.208,33	5.208,33	5.208,33	5.208,33	5.208,35	31.250,00
04.122.0002.1003.8	REFORMA E AMPLIAÇÃO DE PREDIOS PUBLICOS							
4.4.90.30.00.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,35	5.000,00
4.4.90.36.00.00.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FIS	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,35	5.000,00
4.4.90.39.00.00.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JUF	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,35	5.000,00
4.4.90.51.00.00.00.00	OBRAS E INSTALACOES	3.229,16	3.229,16	3.229,16	3.229,16	3.229,16	3.229,20	19.375,00
04.122.0002.2003.5	GESTÃO E MANUTENÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO							
3.1.90.11.00.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL C	263.333,33	263.333,33	263.333,33	263.333,33	263.333,33	263.333,35	1.580.000,00
3.1.90.13.02.00.00.00	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL - RGPS	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,35	20.000,00
3.1.90.13.03.00.00.00	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL - RPPS	19.333,33	19.333,33	19.333,33	19.333,33	19.333,33	19.333,35	116.000,00
3.1.90.16.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS - PESSOAL CIVIL	7.000,00	7.000,00	7.000,00	7.000,00	7.000,00	7.000,00	42.000,00
3.1.90.91.00.00.00.00	SENTENCAS JUDICIAIS	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	3.000,00
3.1.91.13.00.00.00.00	OBRIGACOES PATRONAIS	43.333,33	43.333,33	43.333,33	43.333,33	43.333,33	43.333,35	260.000,00
3.3.90.14.00.00.00.00	DIARIAS - CIVIL	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,35	50.000,00
3.3.90.30.00.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	300.000,00
3.3.90.32.00.00.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVICO PARA DISTRIB.GRAT	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,35	5.000,00
3.3.90.33.00.00.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,35	20.000,00
3.3.90.35.00.00.00.00	SERVICOS DE CONSULTORIA	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,70	10.000,00
3.3.90.36.00.00.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FIS	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,70	25.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JUF	133.333,33	133.333,33	133.333,33	133.333,33	133.333,33	133.333,35	800.000,00
3.3.90.40.00.00.00.00	SERVIÇOS DE TECN. DA INFORMAÇÃO E COMUNIC	78.333,33	78.333,33	78.333,33	78.333,33	78.333,33	78.333,35	470.000,00
3.3.90.46.00.00.00.00	AUXILIO-ALIMENTACAO	11.666,66	11.666,66	11.666,66	11.666,66	11.666,66	11.666,70	70.000,00
3.3.90.91.00.00.00.00	SENTENCAS JUDICIAIS	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,35	5.000,00
3.3.90.92.00.00.00.00	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	5.333,33	5.333,33	5.333,33	5.333,33	5.333,33	5.333,35	32.000,00
3.3.90.93.00.00.00.00	INDENIZACOES E RESTITUICOES	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,35	5.000,00
4.4.90.52.00.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	150.000,00

Natureza Jurídica não encontrada

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUACU

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2022

Cronograma Bimestral de Desembolso por Órgão e Unidade Orçamentária (Art. 8º, da L.C. 101/00)

Seleção: Realização da despesa por: Empenho

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUACU

Órgão: 04.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO

Unidade Orçamentária: 04.01 - DIVISAO ADMINISTRATIVA

Código	Especificação	1º Bimestre	2º Bimestre	3º Bimestre	4º Bimestre	5º Bimestre	6º Bimestre	Total
04	Administração							
04.122	Administração Geral							
04.122.0002	APOIO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATI							
04.122.0002.2004.6	REVISÃO DO PLANO DE CARGO, CARREIRA E SALARIC							
3.3.90.39.00.00.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JUF	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,35	50.000,00
	Total Unidade:	**688.104,08**	**688.104,08**	**688.104,08**	**688.104,08**	**688.104,08**	**688.104,60**	**4.128.625,00**

Natureza Jurídica não encontrada

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUACU

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2022

Cronograma Bimestral de Desembolso por Órgão e Unidade Orçamentária (Art. 8º, da L.C. 101/00)

Seleção: Realização da despesa por: Empenho

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUACU
Órgão: 05.00 - SECRETARIA DE FINANCAS
Unidade Orçamentária: 05.01 - DIVISAO FINANCEIRAS

Código	Especificação	1º Bimestre	2º Bimestre	3º Bimestre	4º Bimestre	5º Bimestre	6º Bimestre	Total
04	Administração							
04.122	Administração Geral							
04.122.0003	PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA							
04.122.0003.2007.11	GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS FINANÇAS							
3.1.90.11.00.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL C	99.000,00	99.000,00	99.000,00	99.000,00	99.000,00	99.000,00	594.000,00
3.1.90.13.02.00.00.00	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL - RGPS	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	30.000,00
3.1.90.16.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS - PESSOAL CIVIL	916,66	916,66	916,66	916,66	916,66	916,70	5.500,00
3.1.90.91.00.00.00.00	SENTENCAS JUDICIAIS	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,70	2.500,00
3.1.91.13.00.00.00.00	OBRIGACOES PATRONAIS	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,70	100.000,00
3.3.90.14.00.00.00.00	DIARIAS - CIVIL	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,35	20.000,00
3.3.90.30.00.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	6.666,66	6.666,66	6.666,66	6.666,66	6.666,66	6.666,70	40.000,00
3.3.90.35.00.00.00.00	SERVICOS DE CONSULTORIA	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,35	5.000,00
3.3.90.36.00.00.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FIS	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	3.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JUF	39.875,00	39.875,00	39.875,00	39.875,00	39.875,00	39.875,00	239.250,00
3.3.90.46.00.00.00.00	AUXILIO-ALIMENTACAO	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,35	20.000,00
3.3.90.92.00.00.00.00	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	333,33	333,33	333,33	333,33	333,33	333,35	2.000,00
3.3.90.93.00.00.00.00	INDENIZACOES E RESTITUICOES	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,35	5.000,00
4.4.90.52.00.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	8.340,03	8.340,03	8.340,03	8.340,03	8.340,03	8.340,07	50.040,22
04.125	Normatização e Fiscalização							
04.125.0003	PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA							
04.125.0003.2005.9	INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES FISCAI							
3.3.90.39.00.00.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JUF	6.250,00	6.250,00	6.250,00	6.250,00	6.250,00	6.250,00	37.500,00
04.125.0003.2006.10	ATUALIZAÇÃO DO CODIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL							
3.3.90.30.00.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,70	2.500,00
3.3.90.39.00.00.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JUF	23.333,33	23.333,33	23.333,33	23.333,33	23.333,33	23.333,35	140.000,00
28	Encargos Especiais							
28.846	Outros Encargos Especiais							
28.846.0003	PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA							
28.846.0003.2008.12	OPERAÇÕES ESPECIAIS							
3.2.90.21.00.00.00.00	JUROS SOBRE A DIVIDA POR CONTRATO	20.666,66	20.666,66	20.666,66	20.666,66	20.666,66	20.666,70	124.000,00
3.3.70.41.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,35	20.000,00
3.3.90.47.00.00.00.00	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	99.651,57	99.651,57	99.651,57	99.651,57	99.651,57	99.651,60	597.909,45
4.6.90.71.00.00.00.00	PRINCIPAL DA DIVIDA CONTRATUAL RESGATADO	25.181,75	25.181,75	25.181,75	25.181,75	25.181,75	25.181,80	151.090,55

Natureza Jurídica não encontrada

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUACU

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2022

Cronograma Bimestral de Desembolso por Órgão e Unidade Orçamentária (Art. 8º, da L.C. 101/00)

Seleção: Realização da despesa por: Empenho

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUACU
Órgão: 05.00 - SECRETARIA DE FINANCAS
Unidade Orçamentária: 05.01 - DIVISAO FINANCEIRAS

Código	Especificação	1º Bimestre	2º Bimestre	3º Bimestre	4º Bimestre	5º Bimestre	6º Bimestre	Total
99	Reserva de Contingência							
99.999	Reserva de Contingência							
99.999.0003	PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA							
99.999.0003.2010.13	RESERVA DE CONTIGENCIA							
9.9.99.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	115.833,33	115.833,33	115.833,33	115.833,33	115.833,33	115.833,35	695.000,00
	Total Unidade:	**480.714,95**	**480.714,95**	**480.714,95**	**480.714,95**	**480.714,95**	**480.715,47**	**2.884.290,22**

Natureza Jurídica não encontrada

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUACU

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2022

Cronograma Bimestral de Desembolso por Órgão e Unidade Orçamentária (Art. 8º, da L.C. 101/00)

Seleção: Realização da despesa por: Empenho

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUACU

Órgão: 06.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO E CULTURA

Unidade Orçamentária: 06.01 - DIVISAO DE EDUCACAO FUNDAMENTAL E ESPECIAL

Código	Especificação	1º Bimestre	2º Bimestre	3º Bimestre	4º Bimestre	5º Bimestre	6º Bimestre	Total
12	Educação							
12.122	Administração Geral							
12.122.0004	GESTÃO DA POLITICA DA EDUCAÇÃO E CULTURA							
12.122.0004.2016.22	GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCA(							
3.1.90.11.00.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL C	21.505,33	21.505,33	21.505,33	21.505,33	21.505,33	21.505,35	129.032,00
3.1.90.13.02.00.00.00	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL - RGPS	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,70	10.000,00
3.1.90.16.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS - PESSOAL CIVIL	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,35	20.000,00
3.1.90.91.00.00.00.00	SENTENCAS JUDICIAIS	884,16	884,16	884,16	884,16	884,16	884,20	5.305,00
3.1.90.92.00.00.00.00	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	2.581,76	2.581,76	2.581,76	2.581,76	2.581,76	2.581,80	15.490,60
3.1.91.13.00.00.00.00	OBRIGACOES PATRONAIS	19.666,66	19.666,66	19.666,66	19.666,66	19.666,66	19.666,70	118.000,00
3.3.50.41.00.00.00.00	CONTRIBUICOES	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,35	5.000,00
3.3.70.41.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,35	5.000,00
3.3.90.14.00.00.00.00	DIARIAS - CIVIL	2.652,50	2.652,50	2.652,50	2.652,50	2.652,50	2.652,50	15.915,00
3.3.90.30.00.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	21.705,37	21.705,37	21.705,37	21.705,37	21.705,37	21.705,39	130.232,24
3.3.90.31.00.00.00.00	PREMIACOES CULTURAIS, ARTISTICAS E OUTRAS	884,16	884,16	884,16	884,16	884,16	884,20	5.305,00
3.3.90.32.00.00.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVICO PARA DISTRIB.GRAT	353,66	353,66	353,66	353,66	353,66	353,70	2.122,00
3.3.90.33.00.00.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	1.768,33	1.768,33	1.768,33	1.768,33	1.768,33	1.768,35	10.610,00
3.3.90.36.00.00.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FIS	707,33	707,33	707,33	707,33	707,33	707,35	4.244,00
3.3.90.39.00.00.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JUF	66.272,63	66.272,63	66.272,63	66.272,63	66.272,63	66.272,64	397.635,79
3.3.90.46.00.00.00.00	AUXILIO-ALIMENTACAO	11.691,66	11.691,66	11.691,66	11.691,66	11.691,66	11.691,70	70.150,00
3.3.90.91.00.00.00.00	SENTENCAS JUDICIAIS	2.613,80	2.613,80	2.613,80	2.613,80	2.613,80	2.613,82	15.682,82
3.3.90.92.00.00.00.00	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	176,83	176,83	176,83	176,83	176,83	176,85	1.061,00
4.4.90.51.00.00.00.00	OBRAS E INSTALACOES	10.416,66	10.416,66	10.416,66	10.416,66	10.416,66	10.416,70	62.500,00
4.4.90.52.00.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	13.061,91	13.061,91	13.061,91	13.061,91	13.061,91	13.061,93	78.371,48
12.361	Ensino Fundamental							
12.361.0004	GESTÃO DA POLITICA DA EDUCAÇÃO E CULTURA							
12.361.0004.1004.14	CONSTRUÇÃO DE QUADRA COBERTA NOS ESPAÇOS E							
4.4.90.51.00.00.00.00	OBRAS E INSTALACOES	10.416,65	10.416,65	10.416,65	10.416,65	10.416,65	10.416,75	62.500,00
12.361.0004.1005.15	REFORMA, AMPLIAÇÃO E READEQUAÇÃO DOS PREDI(							
4.4.90.30.00.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	15.000,00
4.4.90.39.00.00.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JUF	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,35	50.000,00
4.4.90.51.00.00.00.00	OBRAS E INSTALACOES	29.166,66	29.166,66	29.166,66	29.166,66	29.166,66	29.166,70	175.000,00

Natureza Jurídica não encontrada

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUACU

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2022

Cronograma Bimestral de Desembolso por Órgão e Unidade Orçamentária (Art. 8º, da L.C. 101/00)

Seleção: Realização da despesa por: Empenho

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUACU

Órgão: 06.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO E CULTURA

Unidade Orçamentária: 06.01 - DIVISAO DE EDUCACAO FUNDAMENTAL E ESPECIAL

Código	Especificação	1º Bimestre	2º Bimestre	3º Bimestre	4º Bimestre	5º Bimestre	6º Bimestre	Total
12	Educação							
12.361	Ensino Fundamental							
12.361.0004	GESTÃO DA POLITICA DA EDUCAÇÃO E CULTURA							
12.361.0004.1006.16	CONSTRUÇÃO DE NOVAS ESCOLAS E CENTROS EDUC							
3.3.90.39.00.00.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JUF	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,35	50.000,00
4.4.90.51.00.00.00.00	OBRAS E INSTALACOES	33.333,33	33.333,33	33.333,33	33.333,33	33.333,33	33.333,35	200.000,00
12.361.0004.1007.17	REFORMA DO PREDIO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃC							
4.4.90.30.00.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,35	5.000,00
4.4.90.39.00.00.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JUF	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,35	5.000,00
4.4.90.51.00.00.00.00	OBRAS E INSTALACOES	3.333,32	3.333,32	3.333,32	3.333,32	3.333,32	3.333,40	20.000,00
12.361.0004.1008.18	CONCLUSÃO DA CRECHE MUNICIPAL PACTUADA COM							
3.3.90.39.00.00.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JUF	2.882,37	2.882,37	2.882,37	2.882,37	2.882,37	2.882,38	17.294,23
4.4.90.51.00.00.00.00	OBRAS E INSTALACOES	5.450,96	5.450,96	5.450,96	5.450,96	5.450,96	5.450,96	32.705,76
12.361.0004.2011.19	INFORMATIZAÇÃO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS							
4.4.90.52.00.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	6.249,99	6.249,99	6.249,99	6.249,99	6.249,99	6.250,05	37.500,00
12.361.0004.2013.20	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS							
4.4.90.52.00.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	4.999,99	4.999,99	4.999,99	4.999,99	4.999,99	5.000,05	30.000,00
12.361.0004.2015.21	ESTRUTURAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS CONSELHOS D							
3.3.90.30.00.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	333,33	333,33	333,33	333,33	333,33	333,35	2.000,00
3.3.90.33.00.00.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	3.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JUF	333,33	333,33	333,33	333,33	333,33	333,35	2.000,00
4.4.90.52.00.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	3.000,00
12.361.0004.2017.23	FORMAÇÃO CONTINUADA COM FOCO NO DESEMPENH							
3.3.90.30.00.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,70	10.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JUF	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,70	25.000,00
12.361.0004.2018.24	IMPLEMENTAÇÃO AS AÇOES DO RECURSO DO VAAT							
3.3.90.30.00.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	10.800,00	10.800,00	10.800,00	10.800,00	10.800,00	10.800,00	64.800,00
3.3.90.36.00.00.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FIS	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	90.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JUF	25.200,00	25.200,00	25.200,00	25.200,00	25.200,00	25.200,00	151.200,00
4.4.90.51.00.00.00.00	OBRAS E INSTALACOES	6.300,00	6.300,00	6.300,00	6.300,00	6.300,00	6.300,00	37.800,00
4.4.90.52.00.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	2.700,00	2.700,00	2.700,00	2.700,00	2.700,00	2.700,00	16.200,00

Natureza Jurídica não encontrada

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUACU

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2022

Cronograma Bimestral de Desembolso por Órgão e Unidade Orçamentária (Art. 8º, da L.C. 101/00)

Seleção: Realização da despesa por: Empenho

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUACU

Órgão: 06.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO E CULTURA

Unidade Orçamentária: 06.01 - DIVISAO DE EDUCACAO FUNDAMENTAL E ESPECIAL

Código	Especificação	1º Bimestre	2º Bimestre	3º Bimestre	4º Bimestre	5º Bimestre	6º Bimestre	Total
12	Educação							
12.361	Ensino Fundamental							
12.361.0004	GESTÃO DA POLITICA DA EDUCAÇÃO E CULTURA							
12.361.0004.2019.25	ENSINO INFANTIL CRECHE							
3.1.90.11.00.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL C	17.208,33	17.208,33	17.208,33	17.208,33	17.208,33	17.208,35	103.250,00
3.1.90.13.02.00.00.00	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL - RGPS	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	15.000,00
3.1.91.13.00.00.00.00	OBRIGACOES PATRONAIS	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	15.000,00
3.3.90.30.00.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	30.000,00
3.3.90.36.00.00.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FIS	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,70	10.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JUF	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	15.000,00
12.361.0004.2020.26	ENSINO INFANTIL PRE ESCOLA							
3.1.90.11.00.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL C	36.666,66	36.666,66	36.666,66	36.666,66	36.666,66	36.666,70	220.000,00
3.1.90.13.02.00.00.00	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL - RGPS	5.833,33	5.833,33	5.833,33	5.833,33	5.833,33	5.833,35	35.000,00
3.1.91.13.00.00.00.00	OBRIGACOES PATRONAIS	5.833,33	5.833,33	5.833,33	5.833,33	5.833,33	5.833,35	35.000,00
3.3.90.30.00.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,35	50.000,00
3.3.90.36.00.00.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FIS	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	15.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JUF	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,35	20.000,00
4.4.90.51.00.00.00.00	OBRAS E INSTALACOES	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,70	10.000,00
4.4.90.52.00.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	15.000,00
12.361.0004.2021.27	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL							
3.1.90.11.00.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL C	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,70	100.000,00
3.1.90.13.02.00.00.00	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL - RGPS	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	30.000,00
3.1.91.13.00.00.00.00	OBRIGACOES PATRONAIS	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,35	50.000,00
3.3.90.14.00.00.00.00	DIARIAS - CIVIL	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,35	5.000,00
3.3.90.30.00.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	30.000,00
3.3.90.36.00.00.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FIS	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	15.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JUF	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,35	20.000,00
4.4.90.51.00.00.00.00	OBRAS E INSTALACOES	12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	75.000,00
4.4.90.52.00.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	75.000,00
12.361.0004.2023.28	REESTRUTURAÇÃO E AVALIAÇÃO DO PLANO MUNICIP.							
3.3.90.39.00.00.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JUF	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	30.000,00
	Total Unidade:	**537.484,25**	**537.484,25**	**537.484,25**	**537.484,25**	**537.484,25**	**537.485,67**	**3.224.906,92**

Natureza Jurídica não encontrada

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUACU

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2022

Cronograma Bimestral de Desembolso por Órgão e Unidade Orçamentária (Art. 8º, da L.C. 101/00)

Seleção: Realização da despesa por: Empenho

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUACU

Órgão: 06.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO E CULTURA

Unidade Orçamentária: 06.02 - FUNDEB 70%

Código	Especificação	1º Bimestre	2º Bimestre	3º Bimestre	4º Bimestre	5º Bimestre	6º Bimestre	Total
12	Educação							
12.361	Ensino Fundamental							
12.361.0005	GESTÃO DE RECURSOS DO FUNDEB 70%							
12.361.0005.2014.30	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB 7							
3.1.90.11.00.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL C	439.999,99	439.999,99	439.999,99	439.999,99	439.999,99	440.000,05	2.640.000,00
3.1.90.13.02.00.00.00	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL - RGPS	116.666,66	116.666,66	116.666,66	116.666,66	116.666,66	116.666,70	700.000,00
3.1.90.16.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS - PESSOAL CIVIL	155.629,08	155.629,08	155.629,08	155.629,08	155.629,08	155.629,09	933.774,49
3.1.91.13.00.00.00.00	OBRIGACOES PATRONAIS	116.666,66	116.666,66	116.666,66	116.666,66	116.666,66	116.666,70	700.000,00
12.365	Educação Infantil							
12.365.0005	GESTÃO DE RECURSOS DO FUNDEB 70%							
12.365.0005.2012.29	MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL PRE ESCOLA - FU							
3.1.90.11.00.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL C	94.879,86	94.879,86	94.879,86	94.879,86	94.879,86	94.879,90	569.279,20
3.1.90.13.02.00.00.00	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL - RGPS	19.679,63	19.679,63	19.679,63	19.679,63	19.679,63	19.679,63	118.077,78
3.1.90.16.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS - PESSOAL CIVIL	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	90.000,00
3.1.91.13.00.00.00.00	OBRIGACOES PATRONAIS	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	120.000,00
12.365.0005.2024.31	MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL CRECHE - FUNDE							
3.1.90.11.00.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL C	44.521,50	44.521,50	44.521,50	44.521,50	44.521,50	44.521,50	267.129,00
3.1.90.13.02.00.00.00	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL - RGPS	9.166,66	9.166,66	9.166,66	9.166,66	9.166,66	9.166,70	55.000,00
3.1.91.13.00.00.00.00	OBRIGACOES PATRONAIS	9.166,66	9.166,66	9.166,66	9.166,66	9.166,66	9.166,70	55.000,00
	Total Unidade:	**1.041.376,70**	**1.041.376,70**	**1.041.376,70**	**1.041.376,70**	**1.041.376,70**	**1.041.376,97**	**6.248.260,47**

Natureza Jurídica não encontrada

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUACU

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2022

Cronograma Bimestral de Desembolso por Órgão e Unidade Orçamentária (Art. 8º, da L.C. 101/00)

Seleção: Realização da despesa por: Empenho

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUACU

Órgão: 06.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO E CULTURA

Unidade Orçamentária: 06.03 - FUNDEB 30%

Código	Especificação	1º Bimestre	2º Bimestre	3º Bimestre	4º Bimestre	5º Bimestre	6º Bimestre	Total
12	Educação							
12.361	Ensino Fundamental							
12.361.0006	GESTÃO DE RECURSOS DO FUNDEB 30%							
12.361.0006.2025.32	MANUTENÇÃO DO FUNDEB 30%							
3.1.90.11.00.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL C	199.833,32	199.833,32	199.833,32	199.833,32	199.833,32	199.833,40	1.199.000,00
3.1.90.13.02.00.00.00	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL - RGPS	24.999,99	24.999,99	24.999,99	24.999,99	24.999,99	25.000,05	150.000,00
3.1.90.16.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS - PESSOAL CIVIL	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,70	1.000,00
3.1.91.13.00.00.00.00	OBRIGACOES PATRONAIS	24.999,99	24.999,99	24.999,99	24.999,99	24.999,99	25.000,05	150.000,00
3.3.90.14.00.00.00.00	DIARIAS - CIVIL	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	30.000,00
3.3.90.30.00.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	53.372,68	53.372,68	53.372,68	53.372,68	53.372,68	53.372,72	320.236,12
3.3.90.36.00.00.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FIS	13.333,33	13.333,33	13.333,33	13.333,33	13.333,33	13.333,35	80.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JUF	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,70	100.000,00
3.3.90.46.00.00.00.00	AUXILIO-ALIMENTACAO	33.333,33	33.333,33	33.333,33	33.333,33	33.333,33	33.333,35	200.000,00
3.3.90.92.00.00.00.00	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	30.000,00
3.3.90.93.00.00.00.00	INDENIZACOES E RESTITUICOES	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,35	20.000,00
4.4.90.51.00.00.00.00	OBRAS E INSTALACOES	21.666,66	21.666,66	21.666,66	21.666,66	21.666,66	21.666,70	130.000,00
4.4.90.52.00.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	75.000,00
	Total Unidade:	**414.205,95**	**414.205,95**	**414.205,95**	**414.205,95**	**414.205,95**	**414.206,37**	**2.485.236,12**

Natureza Jurídica não encontrada

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUACU

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2022

Cronograma Bimestral de Desembolso por Órgão e Unidade Orçamentária (Art. 8º, da L.C. 101/00)

Seleção: Realização da despesa por: Empenho

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUACU

Órgão: 06.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO E CULTURA

Unidade Orçamentária: 06.05 - TRANSPORTE ESCOLAR

Código	Especificação	1º Bimestre	2º Bimestre	3º Bimestre	4º Bimestre	5º Bimestre	6º Bimestre	Total
12	Educação							
12.239	Transporte Escolar							
12.239.0007	TRANSPORTE ESCOLAR							
12.239.0007.2026.33	TRANSPORTE ESCOLAR							
3.3.90.30.00.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	130.996,97	130.996,97	130.996,97	130.996,97	130.996,97	130.997,08	785.981,93
3.3.90.36.00.00.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FIS	12.055,37	12.055,37	12.055,37	12.055,37	12.055,37	12.055,43	72.332,28
3.3.90.39.00.00.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JUF	218.333,32	218.333,32	218.333,32	218.333,32	218.333,32	218.333,40	1.310.000,00
4.4.90.52.00.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	94.214,05	94.214,05	94.214,05	94.214,05	94.214,05	94.214,16	565.284,41
12.239.0007.2027.34	AQUISIÇÃO DE VEICULOS PARA O TRANSPORTE ESC(							
3.3.90.30.00.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	150.000,00
4.4.90.52.00.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	150.000,00
	Total Unidade:	**505.599,71**	**505.599,71**	**505.599,71**	**505.599,71**	**505.599,71**	**505.600,07**	**3.033.598,62**

Natureza Jurídica não encontrada

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUACU

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2022

Cronograma Bimestral de Desembolso por Órgão e Unidade Orçamentária (Art. 8º, da L.C. 101/00)

Seleção: Realização da despesa por: Empenho

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUACU

Órgão: 06.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO E CULTURA

Unidade Orçamentária: 06.06 - SALARIO EDUCACAO

Código	Especificação	1º Bimestre	2º Bimestre	3º Bimestre	4º Bimestre	5º Bimestre	6º Bimestre	Total
12	Educação							
12.361	Ensino Fundamental							
12.361.0008	SALÁRIO EDUCAÇÃO							
12.361.0008.2028.35	SALARIO EDUCAÇÃO							
3.3.90.30.00.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	18.948,05	18.948,05	18.948,05	18.948,05	18.948,05	18.948,06	113.688,31
3.3.90.36.00.00.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FIS	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,70	100.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JUF	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,70	100.000,00
4.4.90.52.00.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	31.051,94	31.051,94	31.051,94	31.051,94	31.051,94	31.051,99	186.311,69
	Total Unidade:	**83.333,31**	**83.333,31**	**83.333,31**	**83.333,31**	**83.333,31**	**83.333,45**	**500.000,00**

Natureza Jurídica não encontrada

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUACU

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2022

Cronograma Bimestral de Desembolso por Órgão e Unidade Orçamentária (Art. 8º, da L.C. 101/00)

Seleção: Realização da despesa por: Empenho

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUACU

Órgão: 06.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO E CULTURA

Unidade Orçamentária: 06.07 - MERENDA ESCOLAR

Código	Especificação	1º Bimestre	2º Bimestre	3º Bimestre	4º Bimestre	5º Bimestre	6º Bimestre	Total
12	Educação							
12.306	Alimentação e Nutrição							
12.306.0009	MERENDA ESCOLAR							
12.306.0009.2029.36	ATENDIMENTO A MERENDA ESCOLAR FUNDAMENTAL							
3.3.90.30.00.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	28.954,93	28.954,93	28.954,93	28.954,93	28.954,93	28.954,95	173.729,60
3.3.90.32.00.00.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVICO PARA DISTRIB.GRAT	15.378,39	15.378,39	15.378,39	15.378,39	15.378,39	15.378,44	92.270,39
12.306.0009.2030.37	ATENDIMENTO DE MERENDA ESCOLAR PRE ESCOLA							
3.3.90.30.00.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	22.104,89	22.104,89	22.104,89	22.104,89	22.104,89	22.104,89	132.629,34
3.3.90.32.00.00.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVICO PARA DISTRIB.GRAT	8.645,11	8.645,11	8.645,11	8.645,11	8.645,11	8.645,11	51.870,66
12.365	Educação Infantil							
12.365.0009	MERENDA ESCOLAR							
12.365.0009.2031.38	ATENDIMENTO DE MERENDA ESCOLAR CRECHE							
3.3.90.30.00.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	25.239,57	25.239,57	25.239,57	25.239,57	25.239,57	25.239,65	151.437,50
	Total Unidade:	**100.322,89**	**100.322,89**	**100.322,89**	**100.322,89**	**100.322,89**	**100.323,04**	**601.937,49**

Natureza Jurídica não encontrada

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUACU

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2022

Cronograma Bimestral de Desembolso por Órgão e Unidade Orçamentária (Art. 8º, da L.C. 101/00)

Seleção: Realização da despesa por: Empenho

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUACU

Órgão: 06.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO E CULTURA

Unidade Orçamentária: 06.09 - EDUCACAO ESPECIAL

Código	Especificação	1º Bimestre	2º Bimestre	3º Bimestre	4º Bimestre	5º Bimestre	6º Bimestre	Total
12	Educação							
12.367	Educação Especial							
12.367.0010	EDUCAÇÃO ESPECIAL							
12.367.0010.2032.39	ATENDIMENTO DE ALUNOS PORTADORES DE NECESS							
3.3.90.30.00.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	4.583,32	4.583,32	4.583,32	4.583,32	4.583,32	4.583,40	27.500,00
	Total Unidade:	**4.583,32**	**4.583,32**	**4.583,32**	**4.583,32**	**4.583,32**	**4.583,40**	**27.500,00**

Natureza Jurídica não encontrada

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUACU

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2022

Cronograma Bimestral de Desembolso por Órgão e Unidade Orçamentária (Art. 8º, da L.C. 101/00)

Seleção: Realização da despesa por: Empenho

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUACU

Órgão: 06.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO E CULTURA

Unidade Orçamentária: 06.11 - PROGRAMA DE INCETIVO A ATIVIDADES CULTURAIS

Código	Especificação	1º Bimestre	2º Bimestre	3º Bimestre	4º Bimestre	5º Bimestre	6º Bimestre	Total
12	Educação							
12.392	Difusão Cultural							
12.392.0011	DIFUSÃO E DESENVOLVIMENTO CULTURAL							
12.392.0011.2033.40	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE CULTURA							
3.1.90.11.00.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL C	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,35	20.000,00
3.1.90.13.02.00.00.00	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL - RGPS	1.116,66	1.116,66	1.116,66	1.116,66	1.116,66	1.116,70	6.700,00
3.1.90.16.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS - PESSOAL CIVIL	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,35	5.000,00
3.1.91.13.00.00.00.00	OBRIGACOES PATRONAIS	375,00	375,00	375,00	375,00	375,00	375,00	2.250,00
3.3.90.30.00.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	4.924,99	4.924,99	4.924,99	4.924,99	4.924,99	4.925,05	29.550,00
3.3.90.31.00.00.00.00	PREMIACOES CULTURAIS, ARTISTICAS E OUTRAS	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,35	5.000,00
3.3.90.32.00.00.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVICO PARA DISTRIB.GRAT	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,35	5.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JUF	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,35	5.000,00
3.3.90.46.00.00.00.00	AUXILIO-ALIMENTACAO	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	1.500,00
4.4.90.52.00.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	624,99	624,99	624,99	624,99	624,99	625,05	3.750,00
	Total Unidade:	**13.958,29**	**13.958,29**	**13.958,29**	**13.958,29**	**13.958,29**	**13.958,55**	**83.750,00**

Natureza Jurídica não encontrada

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUACU

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2022

Cronograma Bimestral de Desembolso por Órgão e Unidade Orçamentária (Art. 8º, da L.C. 101/00)

Seleção: Realização da despesa por: Empenho

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUACU

Órgão: 07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

Unidade Orçamentária: 07.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

Código	Especificação	1º Bimestre	2º Bimestre	3º Bimestre	4º Bimestre	5º Bimestre	6º Bimestre	Total
10	Saúde							
10.122	Administração Geral							
10.122.0012	GESTÃO DOS SERVIÇOS E AÇÕES DA POLITICA DE SAÚ							
10.122.0012.2034.41	GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SAÚDE E SANEAMENTO							
3.1.90.11.00.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL C	200.000,00	200.000,00	200.000,00	200.000,00	200.000,00	200.000,00	1.200.000,00
3.1.90.13.02.00.00.00	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL - RGPS	41.666,66	41.666,66	41.666,66	41.666,66	41.666,66	41.666,70	250.000,00
3.1.90.16.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS - PESSOAL CIVIL	11.666,66	11.666,66	11.666,66	11.666,66	11.666,66	11.666,70	70.000,00
3.1.90.92.00.00.00.00	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,35	20.000,00
3.1.91.13.00.00.00.00	OBRIGACOES PATRONAIS	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	300.000,00
3.3.50.41.00.00.00.00	CONTRIBUICOES	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	30.000,00
3.3.90.14.00.00.00.00	DIARIAS - CIVIL	14.666,04	14.666,04	14.666,04	14.666,04	14.666,04	14.666,10	87.996,30
3.3.90.30.00.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	111.274,13	111.274,13	111.274,13	111.274,13	111.274,13	111.274,29	667.644,94
3.3.90.33.00.00.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	30.000,00
3.3.90.35.00.00.00.00	SERVICOS DE CONSULTORIA	2.498,83	2.498,83	2.498,83	2.498,83	2.498,83	2.498,86	14.993,01
3.3.90.36.00.00.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FIS	41.333,33	41.333,33	41.333,33	41.333,33	41.333,33	41.333,35	248.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JUF	58.333,33	58.333,33	58.333,33	58.333,33	58.333,33	58.333,35	350.000,00
3.3.90.46.00.00.00.00	AUXILIO-ALIMENTACAO	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	30.000,00
3.3.90.48.00.00.00.00	OUTROS AUXILIOS FINANCEIROS A PESSOAS FISI	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	30.000,00
3.3.90.91.00.00.00.00	SENTENCAS JUDICIAIS	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,70	1.000,00
3.3.90.92.00.00.00.00	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,70	1.000,00
3.3.90.93.00.00.00.00	INDENIZACOES E RESTITUICOES	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,35	50.000,00
4.4.90.51.00.00.00.00	OBRAS E INSTALACOES	20.833,33	20.833,33	20.833,33	20.833,33	20.833,33	20.833,35	125.000,00
4.4.90.52.00.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	2.410,76	2.410,76	2.410,76	2.410,76	2.410,76	2.410,84	14.464,64
	Total Unidade:	**586.683,05**	**586.683,05**	**586.683,05**	**586.683,05**	**586.683,05**	**586.683,64**	**3.520.098,89**

Natureza Jurídica não encontrada

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUACU

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2022

Cronograma Bimestral de Desembolso por Órgão e Unidade Orçamentária (Art. 8º, da L.C. 101/00)

Seleção: Realização da despesa por: Empenho

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUACU

Órgão: 07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

Unidade Orçamentária: 07.02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Código	Especificação	1º Bimestre	2º Bimestre	3º Bimestre	4º Bimestre	5º Bimestre	6º Bimestre	Total
10	Saúde							
10.122	Administração Geral							
10.122.0013	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE							
10.122.0013.1034.63	CONSTRUÇÃO, REFORMA, READEQUAÇÃO E AMPLIAÇ							
4.4.90.51.00.00.00.00	OBRAS E INSTALACOES	6.250,00	6.250,00	6.250,00	6.250,00	6.250,00	6.250,00	37.500,00
10.122.0013.1036.65	CONSTRUÇÃO DA CASA DE APOIO							
4.4.90.51.00.00.00.00	OBRAS E INSTALACOES	20.833,32	20.833,32	20.833,32	20.833,32	20.833,32	20.833,40	125.000,00
10.122.0013.2051.58	ENFRENTAMENTO DA EMERGENCIA DO COVID-19							
3.1.90.11.00.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL C	16.166,66	16.166,66	16.166,66	16.166,66	16.166,66	16.166,70	97.000,00
3.1.90.13.02.00.00.00	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL - RGPS	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,70	10.000,00
3.1.91.13.00.00.00.00	OBRIGACOES PATRONAIS	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,70	10.000,00
3.3.90.14.00.00.00.00	DIARIAS - CIVIL	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,35	5.000,00
3.3.90.30.00.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,35	50.000,00
3.3.90.36.00.00.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FIS	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,35	20.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JUF	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	30.000,00
3.3.90.46.00.00.00.00	AUXILIO-ALIMENTACAO	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	3.000,00
4.4.90.52.00.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,70	25.000,00
10.301	Atenção Básica							
10.301.0013	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE							
10.301.0013.1009.59	CONSTRUÇÃO DE UNIDADE BASICA DE SAUDE - BL AT							
4.4.90.51.00.00.00.00	OBRAS E INSTALACOES	28.433,98	28.433,98	28.433,98	28.433,98	28.433,98	28.434,03	170.603,93
10.301.0013.1012.62	CONSTRUÇÃO, REFORMA, READEQUAÇÃO E AMPLIAÇ							
3.3.90.30.00.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.4.90.51.00.00.00.00	OBRAS E INSTALACOES	6.250,00	6.250,00	6.250,00	6.250,00	6.250,00	6.250,00	37.500,00
10.301.0013.2035.42	INTENSIFICAÇÃO DAS AÇÕES DE EDUCAÇÃO DA SAÚI							
3.3.90.30.00.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	20.833,31	20.833,31	20.833,31	20.833,31	20.833,31	20.833,44	124.999,99
10.301.0013.2036.43	PROJETOS ESPECIAIS EM ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃC							
3.3.90.30.00.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	10.416,66	10.416,66	10.416,66	10.416,66	10.416,66	10.416,70	62.500,00
10.301.0013.2037.44	AQUISIÇÃO DE VEICULO PARA AS EQUIPES DA ESTRA							
4.4.90.52.00.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	8.333,32	8.333,32	8.333,32	8.333,32	8.333,32	8.333,40	50.000,00
10.301.0013.2038.45	GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SAÚDE BUCAL							
3.3.90.30.00.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	33.886,71	33.886,71	33.886,71	33.886,71	33.886,71	33.886,81	203.320,36

Natureza Jurídica não encontrada

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUACU

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2022

Cronograma Bimestral de Desembolso por Órgão e Unidade Orçamentária (Art. 8º, da L.C. 101/00)

Seleção: Realização da despesa por: Empenho

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUACU

Órgão: 07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

Unidade Orçamentária: 07.02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Código	Especificação	1º Bimestre	2º Bimestre	3º Bimestre	4º Bimestre	5º Bimestre	6º Bimestre	Total
10	Saúde							
10.301	Atenção Básica							
10.301.0013	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE							
10.301.0013.2038.45	GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SAÚDE BUCAL							
4.4.90.52.00.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	4.554,67	4.554,67	4.554,67	4.554,67	4.554,67	4.554,78	27.328,13
10.301.0013.2040.47	GESTÃO E MANUTENÇÃO DE AGENTES COMUNITÁRIC							
3.1.90.11.00.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL C	30.500,00	30.500,00	30.500,00	30.500,00	30.500,00	30.500,00	183.000,00
3.1.90.13.02.00.00.00	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL - RGPS	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,35	50.000,00
3.1.90.16.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS - PESSOAL CIVIL	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,35	5.000,00
3.1.91.13.00.00.00.00	OBRIGACOES PATRONAIS	12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	75.000,00
3.3.90.14.00.00.00.00	DIARIAS - CIVIL	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,35	5.000,00
3.3.90.30.00.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,35	20.000,00
3.3.90.36.00.00.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FIS	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,70	1.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JUF	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,70	1.000,00
3.3.90.46.00.00.00.00	AUXILIO-ALIMENTACAO	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,70	10.000,00
10.301.0013.2043.50	GESTÃO E MANUTENÇÃO DE AGENTES COMUNITÁRIC							
3.1.90.11.00.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL C	23.464,87	23.464,87	23.464,87	23.464,87	23.464,87	23.464,92	140.789,27
3.1.90.13.02.00.00.00	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL - RGPS	5.464,88	5.464,88	5.464,88	5.464,88	5.464,88	5.464,88	32.789,28
3.1.90.16.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS - PESSOAL CIVIL	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	3.000,00
3.1.91.13.00.00.00.00	OBRIGACOES PATRONAIS	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	30.000,00
3.3.90.14.00.00.00.00	DIARIAS - CIVIL	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	1.500,00
3.3.90.30.00.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,70	10.000,00
3.3.90.36.00.00.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FIS	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	30.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JUF	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	30.000,00
3.3.90.46.00.00.00.00	AUXILIO-ALIMENTACAO	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,35	20.000,00
4.4.90.52.00.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	3.090,53	3.090,53	3.090,53	3.090,53	3.090,53	3.090,55	18.543,20
10.301.0013.2047.54	GESTÃO E MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO BÁSICA							
3.1.90.11.00.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL C	144.666,66	144.666,66	144.666,66	144.666,66	144.666,66	144.666,70	868.000,00
3.1.90.13.02.00.00.00	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL - RGPS	26.666,66	26.666,66	26.666,66	26.666,66	26.666,66	26.666,70	160.000,00
3.1.90.16.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS - PESSOAL CIVIL	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,35	50.000,00
3.1.90.92.00.00.00.00	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,35	50.000,00

Natureza Jurídica não encontrada

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUACU

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2022

Cronograma Bimestral de Desembolso por Órgão e Unidade Orçamentária (Art. 8º, da L.C. 101/00)

Seleção: Realização da despesa por: Empenho

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUACU

Órgão: 07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

Unidade Orçamentária: 07.02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Código	Especificação	1º Bimestre	2º Bimestre	3º Bimestre	4º Bimestre	5º Bimestre	6º Bimestre	Total
10	Saúde							
10.301	Atenção Básica							
10.301.0013	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE							
10.301.0013.2047.54	GESTÃO E MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO BÁSICA							
3.1.91.13.00.00.00.00	OBRIGACOES PATRONAIS	26.666,66	26.666,66	26.666,66	26.666,66	26.666,66	26.666,70	160.000,00
3.3.50.41.00.00.00.00	CONTRIBUICOES	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,35	5.000,00
3.3.90.14.00.00.00.00	DIARIAS - CIVIL	3.333,32	3.333,32	3.333,32	3.333,32	3.333,32	3.333,40	20.000,00
3.3.90.30.00.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	130.916,66	130.916,66	130.916,66	130.916,66	130.916,66	130.916,70	785.500,00
3.3.90.33.00.00.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,35	5.000,00
3.3.90.35.00.00.00.00	SERVICOS DE CONSULTORIA	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,35	5.000,00
3.3.90.36.00.00.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FIS	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,70	100.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JUF	49.999,99	49.999,99	49.999,99	49.999,99	49.999,99	50.000,05	300.000,00
3.3.90.46.00.00.00.00	AUXILIO-ALIMENTACAO	14.166,66	14.166,66	14.166,66	14.166,66	14.166,66	14.166,70	85.000,00
3.3.90.93.00.00.00.00	INDENIZACOES E RESTITUICOES	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,35	5.000,00
4.4.90.52.00.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	52.672,08	52.672,08	52.672,08	52.672,08	52.672,08	52.672,15	316.032,55
10.301.0013.2048.55	GESTÃO E MANUTENÇÃO DO SAMU							
3.1.90.11.00.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL C	12.833,33	12.833,33	12.833,33	12.833,33	12.833,33	12.833,35	77.000,00
3.1.90.13.02.00.00.00	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL - RGPS	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,35	5.000,00
3.1.90.16.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS - PESSOAL CIVIL	333,33	333,33	333,33	333,33	333,33	333,35	2.000,00
3.1.91.13.00.00.00.00	OBRIGACOES PATRONAIS	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	15.000,00
3.3.90.14.00.00.00.00	DIARIAS - CIVIL	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,70	1.000,00
3.3.90.30.00.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	29.058,02	29.058,02	29.058,02	29.058,02	29.058,02	29.058,12	174.348,22
3.3.90.46.00.00.00.00	AUXILIO-ALIMENTACAO	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,35	5.000,00
4.4.90.52.00.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	208,33	208,33	208,33	208,33	208,33	208,35	1.250,00
10.301.0013.2050.57	MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAUDE							
3.3.90.30.00.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1.666,65	1.666,65	1.666,65	1.666,65	1.666,65	1.666,75	10.000,00
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial							
10.302.0013	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE							
10.302.0013.1010.60	CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO NA ESTRUTU							
4.4.90.51.00.00.00.00	OBRAS E INSTALACOES	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,70	100.000,00
10.302.0013.1011.61	CONSTRUÇÃO, REFORMA, READEQUAÇÃO E AMPLIAÇ							
4.4.90.51.00.00.00.00	OBRAS E INSTALACOES	6.250,00	6.250,00	6.250,00	6.250,00	6.250,00	6.250,00	37.500,00

Natureza Jurídica não encontrada

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUACU

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2022

Cronograma Bimestral de Desembolso por Órgão e Unidade Orçamentária (Art. 8º, da L.C. 101/00)

Seleção: Realização da despesa por: Empenho

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUACU

Órgão: 07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

Unidade Orçamentária: 07.02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Código	Especificação	1º Bimestre	2º Bimestre	3º Bimestre	4º Bimestre	5º Bimestre	6º Bimestre	Total
10	Saúde							
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial							
10.302.0013	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE							
10.302.0013.2039.46	GESTÃO E MANUTENÇÃO DE ALTA COMPLEXIDADE - M							
3.1.90.11.00.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL C	161.666,66	161.666,66	161.666,66	161.666,66	161.666,66	161.666,70	970.000,00
3.1.90.13.02.00.00.00	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL - RGPS	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	150.000,00
3.1.90.16.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS - PESSOAL CIVIL	6.833,33	6.833,33	6.833,33	6.833,33	6.833,33	6.833,35	41.000,00
3.1.91.13.00.00.00.00	OBRIGACOES PATRONAIS	33.333,33	33.333,33	33.333,33	33.333,33	33.333,33	33.333,35	200.000,00
3.3.90.14.00.00.00.00	DIARIAS - CIVIL	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,35	50.000,00
3.3.90.30.00.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	171.752,98	171.752,98	171.752,98	171.752,98	171.752,98	171.753,03	1.030.517,93
3.3.90.33.00.00.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,35	50.000,00
3.3.90.36.00.00.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FIS	33.333,33	33.333,33	33.333,33	33.333,33	33.333,33	33.333,35	200.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JUF	66.666,66	66.666,66	66.666,66	66.666,66	66.666,66	66.666,70	400.000,00
3.3.90.46.00.00.00.00	AUXILIO-ALIMENTACAO	13.083,33	13.083,33	13.083,33	13.083,33	13.083,33	13.083,35	78.500,00
3.3.90.91.00.00.00.00	SENTENCAS JUDICIAIS	333,33	333,33	333,33	333,33	333,33	333,35	2.000,00
3.3.90.92.00.00.00.00	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	333,33	333,33	333,33	333,33	333,33	333,35	2.000,00
3.3.90.93.00.00.00.00	INDENIZACOES E RESTITUICOES	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,35	5.000,00
4.4.90.52.00.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	30.000,00
10.302.0013.2042.49	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMAN							
4.4.90.52.00.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	59.721,01	59.721,01	59.721,01	59.721,01	59.721,01	59.721,14	358.326,19
10.302.0013.2044.51	MANUTENÇÃO DA ASSISTENCIA FARMACEUTICA							
3.3.90.30.00.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	28.524,23	28.524,23	28.524,23	28.524,23	28.524,23	28.524,32	171.145,47
3.3.90.32.00.00.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVICO PARA DISTRIB.GRAT	32.417,28	32.417,28	32.417,28	32.417,28	32.417,28	32.417,30	194.503,70
4.4.90.52.00.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	3.486,73	3.486,73	3.486,73	3.486,73	3.486,73	3.486,82	20.920,47
10.302.0013.2046.53	AQUISIÇÃO DE TRANSPORTE SANITARIO (AMBULANC							
4.4.90.52.00.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	24.999,99	24.999,99	24.999,99	24.999,99	24.999,99	25.000,05	150.000,00
10.302.0013.2049.56	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE - PAICI							
3.3.50.41.00.00.00.00	CONTRIBUICOES	14.999,99	14.999,99	14.999,99	14.999,99	14.999,99	15.000,05	90.000,00
3.3.90.30.00.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,70	10.000,00

Natureza Jurídica não encontrada

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUACU

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2022

Cronograma Bimestral de Desembolso por Órgão e Unidade Orçamentária (Art. 8º, da L.C. 101/00)

Seleção: Realização da despesa por: Empenho

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUACU

Órgão: 07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

Unidade Orçamentária: 07.02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Código	Especificação	1º Bimestre	2º Bimestre	3º Bimestre	4º Bimestre	5º Bimestre	6º Bimestre	Total
10	Saúde							
10.303	Suporte Profilático e Terapêutico							
10.303.0013	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE							
10.303.0013.1035.64	CONSTRUÇÃO, REFORMA, AMPLIAÇÃO E READEQUAÇ							
4.4.90.51.00.00.00.00	OBRAS E INSTALACOES	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,35	50.000,00
10.305	Vigilância Epidemiológica							
10.305.0013	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE							
10.305.0013.2045.52	GESTÃO, MANUTENÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DA VIGIL/							
3.1.90.11.00.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL C	28.954,07	28.954,07	28.954,07	28.954,07	28.954,07	28.954,18	173.724,53
3.1.90.13.02.00.00.00	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL - RGPS	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,35	5.000,00
3.1.90.16.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS - PESSOAL CIVIL	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,35	50.000,00
3.1.90.92.00.00.00.00	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	1.806,07	1.806,07	1.806,07	1.806,07	1.806,07	1.806,08	10.836,43
3.1.91.13.00.00.00.00	OBRIGACOES PATRONAIS	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,35	5.000,00
3.3.50.41.00.00.00.00	CONTRIBUICOES	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,35	20.000,00
3.3.90.14.00.00.00.00	DIARIAS - CIVIL	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,70	10.000,00
3.3.90.30.00.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,70	10.000,00
3.3.90.33.00.00.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,70	10.000,00
3.3.90.35.00.00.00.00	SERVICOS DE CONSULTORIA	541,66	541,66	541,66	541,66	541,66	541,70	3.250,00
3.3.90.36.00.00.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FIS	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,70	10.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JUF	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,70	10.000,00
3.3.90.46.00.00.00.00	AUXILIO-ALIMENTACAO	1.233,33	1.233,33	1.233,33	1.233,33	1.233,33	1.233,35	7.400,00
3.3.90.48.00.00.00.00	OUTROS AUXILIOS FINANCEIROS A PESSOAS FISI	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,70	1.000,00
3.3.90.93.00.00.00.00	INDENIZACOES E RESTITUICOES	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,70	10.000,00
4.4.90.52.00.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.783,49	1.783,49	1.783,49	1.783,49	1.783,49	1.783,58	10.701,03
	Total Unidade:	**1.616.471,19**	**1.616.471,19**	**1.616.471,19**	**1.616.471,19**	**1.616.471,19**	**1.616.474,73**	**9.698.830,68**

Natureza Jurídica não encontrada

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUACU

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2022

Cronograma Bimestral de Desembolso por Órgão e Unidade Orçamentária (Art. 8º, da L.C. 101/00)

Seleção: Realização da despesa por: Empenho

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUACU

Órgão: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTAO SOCIAL E TRABAI

Unidade Orçamentária: 08.01 - FNAS- Serviço de Convivencia e Fortalecimento de V

Código	Especificação	1º Bimestre	2º Bimestre	3º Bimestre	4º Bimestre	5º Bimestre	6º Bimestre	Total
08	Assistência Social							
08.241	Assistência ao Idoso							
08.241.0014	GESTÃO DOS SERVIÇOS ASSISTENCIAIS							
08.241.0014.2052.66	AQUISIÇÃO DE ACADEMIA PARA A TERCEIRA IDADE							
4.4.90.51.00.00.00.00	OBRAS E INSTALACOES	1.774,64	1.774,64	1.774,64	1.774,64	1.774,64	1.774,64	10.647,84
4.4.90.52.00.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	4.297,10	4.297,10	4.297,10	4.297,10	4.297,10	4.297,12	25.782,62
	Total Unidade:	**6.071,74**	**6.071,74**	**6.071,74**	**6.071,74**	**6.071,74**	**6.071,76**	**36.430,46**

Natureza Jurídica não encontrada

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUACU

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2022

Cronograma Bimestral de Desembolso por Órgão e Unidade Orçamentária (Art. 8º, da L.C. 101/00)

Seleção: Realização da despesa por: Empenho

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUACU

Órgão: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTAO SOCIAL E TRABAI

Unidade Orçamentária: 08.02 - ATENCAO AS CRIANCAS E ADOLESCENTES CONSELHC

Código	Especificação	1º Bimestre	2º Bimestre	3º Bimestre	4º Bimestre	5º Bimestre	6º Bimestre	Total
08	Assistência Social							
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente							
08.243.0015	CONSELHO TUTELAR CRIANÇAS E ADOLESCENTES							
08.243.0015.2053.67	MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR							
3.1.90.11.00.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL C	16.833,33	16.833,33	16.833,33	16.833,33	16.833,33	16.833,35	101.000,00
3.1.90.13.02.00.00.00	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL - RGPS	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	15.000,00
3.1.91.13.00.00.00.00	OBRIGACOES PATRONAIS	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,35	5.000,00
3.3.90.14.00.00.00.00	DIARIAS - CIVIL	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,35	5.000,00
3.3.90.30.00.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,35	50.000,00
3.3.90.33.00.00.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	18.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JUF	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,35	20.000,00
3.3.90.46.00.00.00.00	AUXILIO-ALIMENTACAO	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	9.000,00
3.3.90.93.00.00.00.00	INDENIZACOES E RESTITUICOES	333,33	333,33	333,33	333,33	333,33	333,35	2.000,00
4.4.90.52.00.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	2.083,33	2.083,33	2.083,33	2.083,33	2.083,33	2.083,35	12.500,00
	Total Unidade:	**39.583,31**	**39.583,31**	**39.583,31**	**39.583,31**	**39.583,31**	**39.583,45**	**237.500,00**

Natureza Jurídica não encontrada

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUACU

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2022

Cronograma Bimestral de Desembolso por Órgão e Unidade Orçamentária (Art. 8º, da L.C. 101/00)

Seleção: Realização da despesa por: Empenho

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUACU

Órgão: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTAO SOCIAL E TRABAI

Unidade Orçamentária: 08.03 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Código	Especificação	1º Bimestre	2º Bimestre	3º Bimestre	4º Bimestre	5º Bimestre	6º Bimestre	Total
08	Assistência Social							
08.122	Administração Geral							
08.122.0016	FUNDO DE ASSISTENCIA							
08.122.0016.2060.74	GESTÃO E MANUTENÇÃO DA ASSISTENCIA SOCIAL E							
3.1.90.11.00.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL C	63.988,14	63.988,14	63.988,14	63.988,14	63.988,14	63.988,18	383.928,88
3.1.90.13.02.00.00.00	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL - RGPS	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	60.000,00
3.1.90.16.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS - PESSOAL CIVIL	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,35	50.000,00
3.1.90.91.00.00.00.00	SENTENCAS JUDICIAIS	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,35	5.000,00
3.1.91.13.00.00.00.00	OBRIGACOES PATRONAIS	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	60.000,00
3.3.90.14.00.00.00.00	DIARIAS - CIVIL	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,35	5.000,00
3.3.90.30.00.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	34.999,99	34.999,99	34.999,99	34.999,99	34.999,99	35.000,05	210.000,00
3.3.90.36.00.00.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FIS	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	30.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JUF	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,35	50.000,00
3.3.90.46.00.00.00.00	AUXILIO-ALIMENTACAO	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,35	5.000,00
3.3.90.91.00.00.00.00	SENTENCAS JUDICIAIS	333,33	333,33	333,33	333,33	333,33	333,35	2.000,00
3.3.90.92.00.00.00.00	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,35	5.000,00
3.3.90.93.00.00.00.00	INDENIZACOES E RESTITUICOES	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,35	5.000,00
4.4.90.52.00.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	57.834,91	57.834,91	57.834,91	57.834,91	57.834,91	57.834,92	347.009,47
08.241	Assistência ao Idoso							
08.241.0016	FUNDO DE ASSISTENCIA							
08.241.0016.2054.68	INTENSIFICAR AÇÕES DO SCFV							
3.3.90.30.00.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	11.396,55	11.396,55	11.396,55	11.396,55	11.396,55	11.396,63	68.379,38
08.244	Assistência Comunitária							
08.244.0016	FUNDO DE ASSISTENCIA							
08.244.0016.1013.76	AMPLIAÇÃO, REFORMA E READEQUAÇÃO DO CENTR							
4.4.90.51.00.00.00.00	OBRAS E INSTALACOES	10.416,65	10.416,65	10.416,65	10.416,65	10.416,65	10.416,75	62.500,00
08.244.0016.1014.82	AMPLIAÇÃO, REFORMA E READEQUAÇÃO DO CENTRO							
4.4.90.51.00.00.00.00	OBRAS E INSTALACOES	10.753,59	10.753,59	10.753,59	10.753,59	10.753,59	10.753,71	64.521,66
08.244.0016.1015.83	CONSTRUÇÃO DE ESPAÇO DE LAZER PARA OS GRUP							
4.4.90.51.00.00.00.00	OBRAS E INSTALACOES	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,70	100.000,00
08.244.0016.1016.84	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO, REFORMA E READEQUAÇ							
4.4.90.51.00.00.00.00	OBRAS E INSTALACOES	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,35	50.000,00

Natureza Jurídica não encontrada

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUACU

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2022

Cronograma Bimestral de Desembolso por Órgão e Unidade Orçamentária (Art. 8º, da L.C. 101/00)

Seleção: Realização da despesa por: Empenho

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUACU

Órgão: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTAO SOCIAL E TRABAI

Unidade Orçamentária: 08.03 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Código	Especificação	1º Bimestre	2º Bimestre	3º Bimestre	4º Bimestre	5º Bimestre	6º Bimestre	Total
08	Assistência Social							
08.244	Assistência Comunitária							
08.244.0016	FUNDO DE ASSISTENCIA							
08.244.0016.1017.85	CONSTRUÇÃO, REFORMA, AMPLIAÇÃO E READEQUAÇ							
4.4.90.51.00.00.00.00	OBRAS E INSTALACOES	14.086,93	14.086,93	14.086,93	14.086,93	14.086,93	14.087,02	84.521,67
08.244.0016.1018.86	AMPLIAÇÃO, REFORMA E READEQUAÇÃO DA SECRET.							
4.4.90.51.00.00.00.00	OBRAS E INSTALACOES	6.249,99	6.249,99	6.249,99	6.249,99	6.249,99	6.250,05	37.500,00
08.244.0016.2055.69	AQUISIÇÃO DE MAQUINAS, MOVES E EQUIPAMENTOS							
3.3.90.30.00.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	15.290,13	15.290,13	15.290,13	15.290,13	15.290,13	15.290,16	91.740,81
4.4.90.52.00.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5.470,52	5.470,52	5.470,52	5.470,52	5.470,52	5.470,59	32.823,19
08.244.0016.2056.70	EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS DE PROTEÇÃO SOCIAL							
3.3.90.30.00.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	26.046,85	26.046,85	26.046,85	26.046,85	26.046,85	26.046,85	156.281,10
3.3.90.36.00.00.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FIS	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,35	50.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JUF	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,35	50.000,00
4.4.90.52.00.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	23.157,82	23.157,82	23.157,82	23.157,82	23.157,82	23.157,89	138.946,99
08.244.0016.2057.71	IMPLANTAÇÃO DE OFICINAS E PRODUTOS ARTESANA							
3.3.90.30.00.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	3.084,60	3.084,60	3.084,60	3.084,60	3.084,60	3.084,60	18.507,60
08.244.0016.2058.72	REALIZAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DOS							
3.3.90.30.00.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	3.230,60	3.230,60	3.230,60	3.230,60	3.230,60	3.230,65	19.383,65
08.244.0016.2059.73	EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS SOCIAIS DE MEDIA COI							
3.3.90.30.00.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1.787,73	1.787,73	1.787,73	1.787,73	1.787,73	1.787,74	10.726,39
4.4.90.52.00.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.021,85	1.021,85	1.021,85	1.021,85	1.021,85	1.021,90	6.131,15
08.244.0016.2061.75	GESTÃO E EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS DE TRANSFI							
3.3.90.30.00.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	10.416,65	10.416,65	10.416,65	10.416,65	10.416,65	10.416,75	62.500,00
08.244.0016.2063.77	ASSITENCIA A HABITAÇÃO							
3.3.90.30.00.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,70	25.000,00
08.244.0016.2065.79	ENFRENTAMENTO DE EMERGENCIA DA COVID 19 DE A							
3.3.90.30.00.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1.041,66	1.041,66	1.041,66	1.041,66	1.041,66	1.041,70	6.250,00
3.3.90.39.00.00.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JUF	1.041,66	1.041,66	1.041,66	1.041,66	1.041,66	1.041,70	6.250,00
4.4.90.52.00.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	2.083,32	2.083,32	2.083,32	2.083,32	2.083,32	2.083,40	12.500,00
08.244.0016.2066.80	AQUISIÇÃO DE ONIBUS PARA ATENDIMENTOS DOS GF							
4.4.90.52.00.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	6.249,99	6.249,99	6.249,99	6.249,99	6.249,99	6.250,05	37.500,00

Natureza Jurídica não encontrada

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUACU

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2022

Cronograma Bimestral de Desembolso por Órgão e Unidade Orçamentária (Art. 8º, da L.C. 101/00)

Seleção: Realização da despesa por: Empenho

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUACU

Órgão: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTAO SOCIAL E TRABAI

Unidade Orçamentária: 08.03 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Código	Especificação	1º Bimestre	2º Bimestre	3º Bimestre	4º Bimestre	5º Bimestre	6º Bimestre	Total
08	Assistência Social							
08.244	Assistência Comunitária							
08.244.0016	FUNDO DE ASSISTENCIA							
08.244.0016.2067.87	GESTÃO E EXECUÇÃO DOS BENEFICIOS ENVENTUAIS							
3.3.90.30.00.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,35	50.000,00
	Total Unidade:	**409.983,41**	**409.983,41**	**409.983,41**	**409.983,41**	**409.983,41**	**409.984,89**	**2.459.901,94**

Natureza Jurídica não encontrada

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUACU

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2022

Cronograma Bimestral de Desembolso por Órgão e Unidade Orçamentária (Art. 8º, da L.C. 101/00)

Seleção: Realização da despesa por: Empenho

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUACU

Órgão: 09.00 - SEC. MUN. DE INFRA ESTRUTURA E TRANSITO RODOV

Unidade Orçamentária: 09.04 - DIVISAO DE INFRA ESTRUTURA

Código	Especificação	1º Bimestre	2º Bimestre	3º Bimestre	4º Bimestre	5º Bimestre	6º Bimestre	Total
15	Urbanismo							
15.451	Infra-Estrutura Urbana							
15.451.0017	MANUTENÇÃO E APOIO A INFRA ESTRUTURA							
15.451.0017.1031.92	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO, REFORMA E READEQUAÇ							
4.4.90.51.00.00.00.00	OBRAS E INSTALACOES	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,70	100.000,00
15.451.0017.1032.93	CONSTRUÇÃO DE PONTES E BUEIROS							
4.4.90.51.00.00.00.00	OBRAS E INSTALACOES	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	300.000,00
15.451.0017.2022.88	AQUISIÇÃO DE MAQUINAS, CAMINHOES E VEICULOS							
4.4.90.52.00.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	83.333,33	83.333,33	83.333,33	83.333,33	83.333,33	83.333,35	500.000,00
15.451.0025	MANUTENÇÃO EM NOVA UNIÃO							
15.451.0025.2100.137	MANUTENÇÃO EM NOVA UNIÃO							
3.1.90.11.00.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL C	78.333,33	78.333,33	78.333,33	78.333,33	78.333,33	78.333,35	470.000,00
3.1.90.13.02.00.00.00	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL - RGPS	6.841,66	6.841,66	6.841,66	6.841,66	6.841,66	6.841,70	41.050,00
3.1.90.16.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS - PESSOAL CIVIL	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	60.000,00
3.1.90.92.00.00.00.00	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,35	5.000,00
3.1.91.13.00.00.00.00	OBRIGACOES PATRONAIS	11.000,00	11.000,00	11.000,00	11.000,00	11.000,00	11.000,00	66.000,00
3.3.50.41.00.00.00.00	CONTRIBUICOES	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,35	5.000,00
3.3.90.14.00.00.00.00	DIARIAS - CIVIL	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	15.000,00
3.3.90.30.00.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	121.045,18	121.045,18	121.045,18	121.045,18	121.045,18	121.045,23	726.271,13
3.3.90.33.00.00.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,35	5.000,00
3.3.90.36.00.00.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FIS	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,35	50.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JUF	133.333,33	133.333,33	133.333,33	133.333,33	133.333,33	133.333,35	800.000,00
3.3.90.46.00.00.00.00	AUXILIO-ALIMENTACAO	2.333,33	2.333,33	2.333,33	2.333,33	2.333,33	2.333,35	14.000,00
3.3.90.48.00.00.00.00	OUTROS AUXILIOS FINANCEIROS A PESSOAS FISI	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,70	10.000,00
3.3.90.93.00.00.00.00	INDENIZACOES E RESTITUICOES	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,35	5.000,00
4.4.90.51.00.00.00.00	OBRAS E INSTALACOES	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,35	50.000,00
4.4.90.52.00.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,70	100.000,00
26	Transporte							
26.122	Administração Geral							
26.122.0017	MANUTENÇÃO E APOIO A INFRA ESTRUTURA							
26.122.0017.2068.89	GESTÃO E MANUTENÇÃO DA INFRA ESTRUTURA							
3.1.90.11.00.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL C	162.499,99	162.499,99	162.499,99	162.499,99	162.499,99	162.500,05	975.000,00
3.1.90.13.02.00.00.00	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL - RGPS	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	60.000,00

Natureza Jurídica não encontrada

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUACU

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2022

Cronograma Bimestral de Desembolso por Órgão e Unidade Orçamentária (Art. 8º, da L.C. 101/00)

Seleção: Realização da despesa por: Empenho

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUACU

Órgão: 09.00 - SEC. MUN. DE INFRA ESTRUTURA E TRANSITO RODOV

Unidade Orçamentária: 09.04 - DIVISAO DE INFRA ESTRUTURA

Código	Especificação	1º Bimestre	2º Bimestre	3º Bimestre	4º Bimestre	5º Bimestre	6º Bimestre	Total
26	Transporte							
26.122	Administração Geral							
26.122.0017	MANUTENÇÃO E APOIO A INFRA ESTRUTURA							
26.122.0017.2068.89	GESTÃO E MANUTENÇÃO DA INFRA ESTRUTURA							
3.1.90.16.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS - PESSOAL CIVIL	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	30.000,00
3.1.90.91.00.00.00.00	SENTENCAS JUDICIAIS	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,35	5.000,00
3.1.91.13.00.00.00.00	OBRIGACOES PATRONAIS	18.333,33	18.333,33	18.333,33	18.333,33	18.333,33	18.333,35	110.000,00
3.3.90.14.00.00.00.00	DIARIAS - CIVIL	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,70	10.000,00
3.3.90.30.00.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	219.993,56	219.993,56	219.993,56	219.993,56	219.993,56	219.993,61	1.319.961,41
3.3.90.36.00.00.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FIS	21.666,66	21.666,66	21.666,66	21.666,66	21.666,66	21.666,70	130.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JUF	191.666,66	191.666,66	191.666,66	191.666,66	191.666,66	191.666,70	1.150.000,00
3.3.90.46.00.00.00.00	AUXILIO-ALIMENTACAO	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,35	20.000,00
3.3.90.91.00.00.00.00	SENTENCAS JUDICIAIS	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,70	10.000,00
3.3.90.92.00.00.00.00	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,70	10.000,00
3.3.90.93.00.00.00.00	INDENIZACOES E RESTITUICOES	6.666,66	6.666,66	6.666,66	6.666,66	6.666,66	6.666,70	40.000,00
4.4.90.52.00.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,70	100.000,00
26.122.0017.2069.90	REEQUIPAR A SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA							
3.3.90.30.00.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	208,33	208,33	208,33	208,33	208,33	208,35	1.250,00
4.4.90.52.00.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	208,32	208,32	208,32	208,32	208,32	208,40	1.250,00
26.451	Infra-Estrutura Urbana							
26.451.0017	MANUTENÇÃO E APOIO A INFRA ESTRUTURA							
26.451.0017.2070.91	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS VICIN							
3.3.90.30.00.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	150.000,00
3.3.90.36.00.00.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FIS	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,70	10.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JUF	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	90.000,00
4.4.90.51.00.00.00.00	OBRAS E INSTALACOES	100.325,33	100.325,33	100.325,33	100.325,33	100.325,33	100.325,41	601.952,06
	Total Unidade:	**1.357.788,92**	**1.357.788,92**	**1.357.788,92**	**1.357.788,92**	**1.357.788,92**	**1.357.790,00**	**8.146.734,60**

Natureza Jurídica não encontrada

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUACU

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2022

Cronograma Bimestral de Desembolso por Órgão e Unidade Orçamentária (Art. 8º, da L.C. 101/00)

Seleção: Realização da despesa por: Empenho

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUACU

Órgão: 12.00 - SEC. DESENV. ECONOMICO, AGRICULTURA

Unidade Orçamentária: 12.01 - DIVISAO AGRICULTURA

Código	Especificação	1º Bimestre	2º Bimestre	3º Bimestre	4º Bimestre	5º Bimestre	6º Bimestre	Total
20	Agricultura							
20.122	Administração Geral							
20.122.0018	GESTÃO DA POLITICA DA AGRICULTURA							
20.122.0018.1021.108	INCENTIVO A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA							
3.3.90.30.00.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,70	10.000,00
4.4.90.52.00.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,70	10.000,00
20.122.0018.2071.94	GESTÃO E MANUTENÇÃO DA AGRICULTURA							
3.1.90.11.00.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL C	60.833,33	60.833,33	60.833,33	60.833,33	60.833,33	60.833,35	365.000,00
3.1.90.13.02.00.00.00	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL - RGPS	1.745,83	1.745,83	1.745,83	1.745,83	1.745,83	1.745,85	10.475,00
3.1.90.16.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS - PESSOAL CIVIL	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	15.000,00
3.1.90.92.00.00.00.00	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,70	2.500,00
3.1.91.13.00.00.00.00	OBRIGACOES PATRONAIS	11.333,33	11.333,33	11.333,33	11.333,33	11.333,33	11.333,35	68.000,00
3.3.50.41.00.00.00.00	CONTRIBUICOES	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,35	5.000,00
3.3.90.14.00.00.00.00	DIARIAS - CIVIL	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,70	10.000,00
3.3.90.30.00.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	13.333,33	13.333,33	13.333,33	13.333,33	13.333,33	13.333,35	80.000,00
3.3.90.33.00.00.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,35	5.000,00
3.3.90.36.00.00.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FIS	14.166,66	14.166,66	14.166,66	14.166,66	14.166,66	14.166,70	85.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JUF	32.000,00	32.000,00	32.000,00	32.000,00	32.000,00	32.000,00	192.000,00
3.3.90.46.00.00.00.00	AUXILIO-ALIMENTACAO	1.750,00	1.750,00	1.750,00	1.750,00	1.750,00	1.750,00	10.500,00
3.3.90.48.00.00.00.00	OUTROS AUXILIOS FINANCEIROS A PESSOAS FISI	1.750,00	1.750,00	1.750,00	1.750,00	1.750,00	1.750,00	10.500,00
3.3.90.93.00.00.00.00	INDENIZACOES E RESTITUICOES	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,35	5.000,00
4.4.90.52.00.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5.833,33	5.833,33	5.833,33	5.833,33	5.833,33	5.833,35	35.000,00
20.605	Abastecimento							
20.605.0018	GESTÃO DA POLITICA DA AGRICULTURA							
20.605.0018.2072.95	ABASTECIMENTO E FOMENTO PARA ATIVIDADES AGR							
3.3.90.30.00.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,70	10.000,00
4.4.90.52.00.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,70	10.000,00
20.605.0018.2076.99	ORIENTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MUDAS							
3.3.90.30.00.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	12.429,17	12.429,17	12.429,17	12.429,17	12.429,17	12.429,27	74.575,12
20.605.0018.2077.100	FOMENTO E APOIO CONTINUADO A PRODUÇÃO LEITE							
3.3.90.30.00.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	10.996,23	10.996,23	10.996,23	10.996,23	10.996,23	10.996,24	65.977,39

Natureza Jurídica não encontrada

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUACU

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2022

Cronograma Bimestral de Desembolso por Órgão e Unidade Orçamentária (Art. 8º, da L.C. 101/00)

Seleção: Realização da despesa por: Empenho

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUACU

Órgão: 12.00 - SEC. DESENV. ECONOMICO, AGRICULTURA

Unidade Orçamentária: 12.01 - DIVISAO AGRICULTURA

Código	Especificação	1º Bimestre	2º Bimestre	3º Bimestre	4º Bimestre	5º Bimestre	6º Bimestre	Total
20	Agricultura							
20.606	Extensão Rural							
20.606.0018	GESTÃO DA POLITICA DA AGRICULTURA							
20.606.0018.1019.106	AMPLIAÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DAS CADEIAS PRODU							
3.3.90.30.00.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.4.90.52.00.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,70	25.000,00
20.606.0018.2073.96	ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSÃO RURAL PARA AGI							
3.3.90.30.00.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	2.083,33	2.083,33	2.083,33	2.083,33	2.083,33	2.083,35	12.500,00
4.4.90.52.00.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	2.083,33	2.083,33	2.083,33	2.083,33	2.083,33	2.083,35	12.500,00
20.606.0018.2080.103	INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL							
3.3.90.30.00.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	4.066,40	4.066,40	4.066,40	4.066,40	4.066,40	4.066,50	24.398,50
4.4.90.52.00.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	443,58	443,58	443,58	443,58	443,58	443,68	2.661,58
20.608	Promoção da Produção Agropecuária							
20.608.0018	GESTÃO DA POLITICA DA AGRICULTURA							
20.608.0018.1020.107	AMPLIAÇÃO DO CENTRO DE ABASTECIMENTO FEIRA L							
4.4.90.51.00.00.00.00	OBRAS E INSTALACOES	3.749,99	3.749,99	3.749,99	3.749,99	3.749,99	3.750,05	22.500,00
20.608.0018.2074.97	APOIO A GESTÃO DO COOPERAVITISMO E ASSOCIATI\							
3.3.90.30.00.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1.833,33	1.833,33	1.833,33	1.833,33	1.833,33	1.833,35	11.000,00
4.4.90.52.00.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.833,33	1.833,33	1.833,33	1.833,33	1.833,33	1.833,35	11.000,00
20.608.0018.2075.98	FOMENTO E APOIO CONTINUADO A PRODUÇÃO CAFEI							
3.3.90.30.00.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	2.499,99	2.499,99	2.499,99	2.499,99	2.499,99	2.500,05	15.000,00
4.4.90.52.00.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,35	5.000,00
20.608.0018.2078.101	APOIO CONTINUADO AS ORGANIZAÇÕES COMUNITÁR							
3.3.90.30.00.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	2.199,24	2.199,24	2.199,24	2.199,24	2.199,24	2.199,27	13.195,47
20.608.0018.2079.102	PROGRAMA NOSSO LEITE							
3.3.90.30.00.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	833,32	833,32	833,32	833,32	833,32	833,40	5.000,00
4.4.90.52.00.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.249,99	1.249,99	1.249,99	1.249,99	1.249,99	1.250,05	7.500,00
20.608.0018.2081.104	FOMENTO E APOIO A PRODUÇÃO CACAUEIRA							
3.3.90.30.00.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	2.083,33	2.083,33	2.083,33	2.083,33	2.083,33	2.083,35	12.500,00
20.608.0018.2082.105	SISTEMA DE INSPEÇÃO RURAL							
3.3.90.30.00.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	2.083,33	2.083,33	2.083,33	2.083,33	2.083,33	2.083,35	12.500,00
	Total Unidade:	**211.963,64**	**211.963,64**	**211.963,64**	**211.963,64**	**211.963,64**	**211.964,86**	**1.271.783,06**

Natureza Jurídica não encontrada

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUACU

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2022

Cronograma Bimestral de Desembolso por Órgão e Unidade Orçamentária (Art. 8º, da L.C. 101/00)

Seleção: Realização da despesa por: Empenho

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUACU

Órgão: 13.00 - SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE

Unidade Orçamentária: 13.01 - DIVISÃO DE MEIO AMBIENTE

Código	Especificação	1º Bimestre	2º Bimestre	3º Bimestre	4º Bimestre	5º Bimestre	6º Bimestre	Total
18	Gestão Ambiental							
18.122	Administração Geral							
18.122.0019	GESTÃO DO MEIO AMBIENTE							
18.122.0019.2094.120	GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MEIO AMBIENTE							
3.1.90.11.00.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL C	49.666,66	49.666,66	49.666,66	49.666,66	49.666,66	49.666,70	298.000,00
3.1.90.13.02.00.00.00	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL - RGPS	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,70	10.000,00
3.1.90.16.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS - PESSOAL CIVIL	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,35	5.000,00
3.1.90.92.00.00.00.00	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,70	2.500,00
3.1.91.13.00.00.00.00	OBRIGACOES PATRONAIS	9.166,66	9.166,66	9.166,66	9.166,66	9.166,66	9.166,70	55.000,00
3.3.50.41.00.00.00.00	CONTRIBUICOES	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,70	10.000,00
3.3.90.14.00.00.00.00	DIARIAS - CIVIL	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,35	5.000,00
3.3.90.30.00.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	13.333,33	13.333,33	13.333,33	13.333,33	13.333,33	13.333,35	80.000,00
3.3.90.33.00.00.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,35	5.000,00
3.3.90.36.00.00.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FIS	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,70	10.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JUF	18.333,33	18.333,33	18.333,33	18.333,33	18.333,33	18.333,35	110.000,00
3.3.90.46.00.00.00.00	AUXILIO-ALIMENTACAO	3.033,33	3.033,33	3.033,33	3.033,33	3.033,33	3.033,35	18.200,00
3.3.90.48.00.00.00.00	OUTROS AUXILIOS FINANCEIROS A PESSOAS FISI	333,33	333,33	333,33	333,33	333,33	333,35	2.000,00
3.3.90.93.00.00.00.00	INDENIZACOES E RESTITUICOES	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,70	10.000,00
4.4.90.52.00.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	30.000,00
18.541	Preservação e Conservação Ambiental							
18.541.0019	GESTÃO DO MEIO AMBIENTE							
18.541.0019.2083.109	EDUCAÇÃO AMBIENTAL							
3.3.90.30.00.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	14.011,59	14.011,59	14.011,59	14.011,59	14.011,59	14.011,59	84.069,54
18.542	Controle Ambiental							
18.542.0019	GESTÃO DO MEIO AMBIENTE							
18.542.0019.1022.122	CRIAÇÃO DE PARQUE ECOLOGICO MUNICIPAL NAS M/							
3.3.90.30.00.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	2.261,58	2.261,58	2.261,58	2.261,58	2.261,58	2.261,64	13.569,54
4.4.90.51.00.00.00.00	OBRAS E INSTALACOES	4.220,23	4.220,23	4.220,23	4.220,23	4.220,23	4.220,25	25.321,40
18.542.0019.2084.110	ESTRUTURAÇÃO DA EQUIPE DE FISCALIZAÇÃO AMBIE							
3.3.90.30.00.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,70	10.000,00
18.542.0019.2085.111	PROGRAMA DE SERVIÇOS AMBIENTAIS							
3.1.95.91.54.00.00.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS-SENT.JUD. PESSOAL I	443,59	443,59	443,59	443,59	443,59	443,64	2.661,59
3.3.90.30.00.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1.044,35	1.044,35	1.044,35	1.044,35	1.044,35	1.044,40	6.266,15

Natureza Jurídica não encontrada

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUACU

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2022

Cronograma Bimestral de Desembolso por Órgão e Unidade Orçamentária (Art. 8º, da L.C. 101/00)

Seleção: Realização da despesa por: Empenho

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUACU

Órgão: 13.00 - SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE

Unidade Orçamentária: 13.01 - DIVISÃO DE MEIO AMBIENTE

Código	Especificação	1º Bimestre	2º Bimestre	3º Bimestre	4º Bimestre	5º Bimestre	6º Bimestre	Total
18	Gestão Ambiental							
18.542	Controle Ambiental							
18.542.0019	GESTÃO DO MEIO AMBIENTE							
18.542.0019.2085.111	PROGRAMA DE SERVIÇOS AMBIENTAIS							
4.4.90.52.00.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	22,18	22,18	22,18	22,18	22,18	22,18	133,08
18.542.0019.2086.112	RECUPERAÇÃO DE AREAS DE PRESERVAÇÃO PERMA							
3.3.90.30.00.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	877,68	877,68	877,68	877,68	877,68	877,75	5.266,15
4.4.90.51.00.00.00.00	OBRAS E INSTALACOES	855,51	855,51	855,51	855,51	855,51	855,53	5.133,08
18.542.0019.2087.113	FORTALECIMENTO DE CADEIAS PRODUTIVAS							
3.3.90.30.00.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,70	10.000,00
18.542.0019.2088.114	REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL							
3.3.90.30.00.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	967,12	967,12	967,12	967,12	967,12	967,18	5.802,78
4.4.90.52.00.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	563,84	563,84	563,84	563,84	563,84	563,88	3.383,08
18.542.0019.2090.116	REALIZAÇÃO DE CAMPANHAS EDUCATIVAS (Sensibiliz							
3.3.90.30.00.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	2.083,33	2.083,33	2.083,33	2.083,33	2.083,33	2.083,35	12.500,00
18.542.0019.2091.117	PREVENÇÃO DE QUEIMADAS E DESMATAMENTOS							
3.3.90.30.00.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	9.000,00
18.542.0019.2092.118	LICENCIAMENTO AMBIENTAL MUNICIPAL							
3.3.90.30.00.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1.875,00	1.875,00	1.875,00	1.875,00	1.875,00	1.875,00	11.250,00
18.542.0019.2093.119	FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL							
3.3.90.30.00.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,70	10.000,00
18.542.0019.2095.121	REVITALIZAÇÃO DE CORREGOS PERIMETRO URBANO							
3.3.90.30.00.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	625,00	625,00	625,00	625,00	625,00	625,00	3.750,00
4.4.90.51.00.00.00.00	OBRAS E INSTALACOES	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	7.500,00
18.543	Recuperação de Áreas Degradadas							
18.543.0019	GESTÃO DO MEIO AMBIENTE							
18.543.0019.1023.123	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA INTEGRADO DE RESIDUOS							
3.3.90.30.00.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	4.344,91	4.344,91	4.344,91	4.344,91	4.344,91	4.344,99	26.069,54
4.4.90.51.00.00.00.00	OBRAS E INSTALACOES	3.597,42	3.597,42	3.597,42	3.597,42	3.597,42	3.597,46	21.584,56
18.543.0019.2089.115	ESTIMULAÇÃO DA AGROSSILVICUTURA PARA RECUPE							
3.3.90.30.00.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	2.083,33	2.083,33	2.083,33	2.083,33	2.083,33	2.083,35	12.500,00
	Total Unidade:	**156.076,57**	**156.076,57**	**156.076,57**	**156.076,57**	**156.076,57**	**156.077,64**	**936.460,49**

Natureza Jurídica não encontrada

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUACU

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2022

Cronograma Bimestral de Desembolso por Órgão e Unidade Orçamentária (Art. 8º, da L.C. 101/00)

Seleção: Realização da despesa por: Empenho

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUACU

Órgão: 14.00 - Secretaria Mun. da Cidade

Unidade Orçamentária: 14.01 - Divisao da Secretaria da Cidade

Código	Especificação	1º Bimestre	2º Bimestre	3º Bimestre	4º Bimestre	5º Bimestre	6º Bimestre	Total
15	Urbanismo							
15.122	Administração Geral							
15.122.0024	GESTÃO DA POLITICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO							
15.122.0024.2096.124	GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRE							
3.1.90.11.00.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL C	60.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	360.000,00
3.1.90.13.02.00.00.00	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL - RGPS	7.150,00	7.150,00	7.150,00	7.150,00	7.150,00	7.150,00	42.900,00
3.1.90.16.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS - PESSOAL CIVIL	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	30.000,00
3.1.90.92.00.00.00.00	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,35	5.000,00
3.1.91.13.00.00.00.00	OBRIGACOES PATRONAIS	7.000,00	7.000,00	7.000,00	7.000,00	7.000,00	7.000,00	42.000,00
3.3.50.41.00.00.00.00	CONTRIBUICOES	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,70	10.000,00
3.3.90.14.00.00.00.00	DIARIAS - CIVIL	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,70	10.000,00
3.3.90.30.00.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	69.999,99	69.999,99	69.999,99	69.999,99	69.999,99	70.000,05	420.000,00
3.3.90.33.00.00.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,70	10.000,00
3.3.90.35.00.00.00.00	SERVICOS DE CONSULTORIA	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,70	1.000,00
3.3.90.36.00.00.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FIS	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	60.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JUF	183.333,33	183.333,33	183.333,33	183.333,33	183.333,33	183.333,35	1.100.000,00
3.3.90.46.00.00.00.00	AUXILIO-ALIMENTACAO	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,70	10.000,00
3.3.90.48.00.00.00.00	OUTROS AUXILIOS FINANCEIROS A PESSOAS FISI	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	1.500,00
3.3.90.93.00.00.00.00	INDENIZACOES E RESTITUICOES	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,35	20.000,00
4.4.90.51.00.00.00.00	OBRAS E INSTALACOES	12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	75.000,00
4.4.90.52.00.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	83.333,33	83.333,33	83.333,33	83.333,33	83.333,33	83.333,35	500.000,00
15.327	ILuminação Publica							
15.327.0024	GESTÃO DA POLITICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO							
15.327.0024.2097.125	FUNDO MUNICIPAL DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA							
3.3.90.30.00.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,70	100.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JUF	21.666,66	21.666,66	21.666,66	21.666,66	21.666,66	21.666,70	130.000,00
15.451	Infra-Estrutura Urbana							
15.451.0024	GESTÃO DA POLITICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO							
15.451.0024.1024.126	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DE RUAS E AVENIDAS E M/							
4.4.90.51.00.00.00.00	OBRAS E INSTALACOES	26.816,92	26.816,92	26.816,92	26.816,92	26.816,92	26.816,99	160.901,59
15.451.0024.1025.127	PAVIMENTAÇÃO E RECAPEAMENTO DE VIAS URBANAS							
4.4.90.51.00.00.00.00	OBRAS E INSTALACOES	79.166,65	79.166,65	79.166,65	79.166,65	79.166,65	79.166,75	475.000,00

Natureza Jurídica não encontrada

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUACU

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2022

Cronograma Bimestral de Desembolso por Órgão e Unidade Orçamentária (Art. 8º, da L.C. 101/00)

Seleção: Realização da despesa por: Empenho

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUACU

Órgão: 14.00 - Secretaria Mun. da Cidade

Unidade Orçamentária: 14.01 - Divisao da Secretaria da Cidade

Código	Especificação	1º Bimestre	2º Bimestre	3º Bimestre	4º Bimestre	5º Bimestre	6º Bimestre	Total
15	Urbanismo							
15.451	Infra-Estrutura Urbana							
15.451.0024	GESTÃO DA POLITICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO							
15.451.0024.1026.128	CONSTRUÇÃO REFORMA, AMPLIAÇÃO E READEQUAÇ							
3.3.90.30.00.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,35	50.000,00
4.4.90.51.00.00.00.00	OBRAS E INSTALACOES	12.083,32	12.083,32	12.083,32	12.083,32	12.083,32	12.083,40	72.500,00
15.451.0024.1033.129	CONSTRUÇÃO E REVITALIZAÇÃO DO LAGO MUNICIPAL							
4.4.90.51.00.00.00.00	OBRAS E INSTALACOES	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,70	25.000,00
	Total Unidade:	**618.466,81**	**618.466,81**	**618.466,81**	**618.466,81**	**618.466,81**	**618.467,54**	**3.710.801,59**

Natureza Jurídica não encontrada

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUACU

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2022

Cronograma Bimestral de Desembolso por Órgão e Unidade Orçamentária (Art. 8º, da L.C. 101/00)

Seleção: Realização da despesa por: Empenho

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUACU

Órgão: 14.00 - Secretaria Mun. da Cidade

Unidade Orçamentária: 14.02 - Divisao de Esporte Turismo e Lazer

Código	Especificação	1º Bimestre	2º Bimestre	3º Bimestre	4º Bimestre	5º Bimestre	6º Bimestre	Total
27	Desporto e Lazer							
27.122	Administração Geral							
27.122.0020	GESTÃO ESPORTE TURISMO E LAZER							
27.122.0020.2098.130	GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ESPOR							
3.1.90.11.00.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL C	23.333,33	23.333,33	23.333,33	23.333,33	23.333,33	23.333,35	140.000,00
3.1.90.13.02.00.00.00	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL - RGPS	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,70	1.000,00
3.1.90.16.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS - PESSOAL CIVIL	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,70	1.000,00
3.1.90.92.00.00.00.00	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,70	1.000,00
3.1.91.13.00.00.00.00	OBRIGACOES PATRONAIS	4.833,33	4.833,33	4.833,33	4.833,33	4.833,33	4.833,35	29.000,00
3.3.50.41.00.00.00.00	CONTRIBUICOES	23.333,33	23.333,33	23.333,33	23.333,33	23.333,33	23.333,35	140.000,00
3.3.90.14.00.00.00.00	DIARIAS - CIVIL	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,70	10.000,00
3.3.90.30.00.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	10.666,66	10.666,66	10.666,66	10.666,66	10.666,66	10.666,70	64.000,00
3.3.90.33.00.00.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,70	10.000,00
3.3.90.36.00.00.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FIS	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,70	10.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JUF	11.666,66	11.666,66	11.666,66	11.666,66	11.666,66	11.666,70	70.000,00
3.3.90.46.00.00.00.00	AUXILIO-ALIMENTACAO	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,70	2.500,00
3.3.90.48.00.00.00.00	OUTROS AUXILIOS FINANCEIROS A PESSOAS FISI	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,70	10.000,00
3.3.90.93.00.00.00.00	INDENIZACOES E RESTITUICOES	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,35	5.000,00
4.4.90.51.00.00.00.00	OBRAS E INSTALACOES	2.217,99	2.217,99	2.217,99	2.217,99	2.217,99	2.218,02	13.307,97
4.4.90.52.00.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	3.773,49	3.773,49	3.773,49	3.773,49	3.773,49	3.773,50	22.640,95
27.812	Desporto Comunitário							
27.812.0020	GESTÃO ESPORTE TURISMO E LAZER							
27.812.0020.2099.131	APOIO, INCENTIVO E REALIZAÇÃO DE EVENTOS E PR/							
3.3.90.30.00.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,35	50.000,00
3.3.90.31.00.00.00.00	PREMIACOES CULTURAIS, ARTISTICAS E OUTRAS	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,70	25.000,00
3.3.90.32.00.00.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVICO PARA DISTRIB.GRAT	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,70	25.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JUF	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,35	50.000,00
27.812.0020.2102.132	FOMENTAR O DESENVOLVIMENTO TURISITICO MUNIC							
3.3.90.30.00.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	2.083,33	2.083,33	2.083,33	2.083,33	2.083,33	2.083,35	12.500,00
27.813	Lazer							
27.813.0020	GESTÃO ESPORTE TURISMO E LAZER							
27.813.0020.1027.133	CONSTRUÇÃO, REFORMA, AMPLIAÇÃO E READEQUAÇ							
3.3.90.30.00.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Natureza Jurídica não encontrada

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUACU

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2022

Cronograma Bimestral de Desembolso por Órgão e Unidade Orçamentária (Art. 8º, da L.C. 101/00)

Seleção: Realização da despesa por: Empenho

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUACU

Órgão: 14.00 - Secretaria Mun. da Cidade

Unidade Orçamentária: 14.02 - Divisao de Esporte Turismo e Lazer

Código	Especificação	1º Bimestre	2º Bimestre	3º Bimestre	4º Bimestre	5º Bimestre	6º Bimestre	Total
27	Desporto e Lazer							
27.813	Lazer							
27.813.0020	GESTÃO ESPORTE TURISMO E LAZER							
27.813.0020.1027.133	CONSTRUÇÃO, REFORMA, AMPLIAÇÃO E READEQUAÇ							
4.4.90.51.00.00.00.00	OBRAS E INSTALACOES	8.333,32	8.333,32	8.333,32	8.333,32	8.333,32	8.333,40	50.000,00
	Total Unidade:	**123.658,03**	**123.658,03**	**123.658,03**	**123.658,03**	**123.658,03**	**123.658,77**	**741.948,92**

Natureza Jurídica não encontrada

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUACU

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2022

Cronograma Bimestral de Desembolso por Órgão e Unidade Orçamentária (Art. 8º, da L.C. 101/00)

Seleção: Realização da despesa por: Empenho

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUACU

Órgão: 14.00 - Secretaria Mun. da Cidade

Unidade Orçamentária: 14.03 - Diivisao de Agua e Esgoto Sanitario

Código	Especificação	1º Bimestre	2º Bimestre	3º Bimestre	4º Bimestre	5º Bimestre	6º Bimestre	Total
17	Saneamento							
17.512	Saneamento Básico Urbano							
17.512.0021	GESTÃO AGUA E ESGOTO SANITÁRIO							
17.512.0021.1028.135	AMPLIAÇÃO DO ABASTECIMENTO DE AGUA E BARRAC							
4.4.90.51.00.00.00.00	OBRAS E INSTALACOES	100.036,88	100.036,88	100.036,88	100.036,88	100.036,88	100.036,95	600.221,35
17.512.0021.1029.136	IMPLANTAÇÃO DE REDE DE ESGOTO							
4.4.90.51.00.00.00.00	OBRAS E INSTALACOES	33.333,33	33.333,33	33.333,33	33.333,33	33.333,33	33.333,35	200.000,00
17.512.0021.2103.134	GESTÃO E MANUTENÇÃO DE AGUA E ESGOTO							
3.1.90.11.00.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL C	27.500,00	27.500,00	27.500,00	27.500,00	27.500,00	27.500,00	165.000,00
3.1.90.13.02.00.00.00	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL - RGPS	333,33	333,33	333,33	333,33	333,33	333,35	2.000,00
3.1.90.16.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS - PESSOAL CIVIL	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,70	10.000,00
3.1.90.92.00.00.00.00	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,70	1.000,00
3.1.91.13.00.00.00.00	OBRIGACOES PATRONAIS	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	30.000,00
3.3.90.14.00.00.00.00	DIARIAS - CIVIL	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,35	5.000,00
3.3.90.30.00.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,70	100.000,00
3.3.90.33.00.00.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	1.500,00
3.3.90.36.00.00.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FIS	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,70	10.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JUF	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	30.000,00
3.3.90.46.00.00.00.00	AUXILIO-ALIMENTACAO	666,66	666,66	666,66	666,66	666,66	666,70	4.000,00
3.3.90.48.00.00.00.00	OUTROS AUXILIOS FINANCEIROS A PESSOAS FISI	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,70	1.000,00
3.3.90.93.00.00.00.00	INDENIZACOES E RESTITUICOES	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,35	5.000,00
4.4.90.51.00.00.00.00	OBRAS E INSTALACOES	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,35	50.000,00
4.4.90.52.00.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.108,99	1.108,99	1.108,99	1.108,99	1.108,99	1.109,03	6.653,98
	Total Unidade:	**203.562,48**	**203.562,48**	**203.562,48**	**203.562,48**	**203.562,48**	**203.562,93**	**1.221.375,33**

Natureza Jurídica não encontrada

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUACU

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2022

Cronograma Bimestral de Desembolso por Órgão e Unidade Orçamentária (Art. 8º, da L.C. 101/00)

Seleção: Realização da despesa por: Empenho

Entidade: 3 - CAMARA MUNICIPAL DE COTRIGUACU - CONSOLIDADO

Órgão: 01.00 - CAMARA MUNICIPAL

Unidade Orçamentária: 01.01 - CAMARA MUNICIPAL

Código	Especificação	1º Bimestre	2º Bimestre	3º Bimestre	4º Bimestre	5º Bimestre	6º Bimestre	Total
01	Legislativa							
01.031	Ação Legislativa							
01.031.0022	GESTÃO DAS AÇÕES DO PODER LEGISLATIVO MUNICIP/							
01.031.0022.1030.3	MODERNIZAÇÃO DO PROCESSO LEGISLATIVO							
4.4.90.51.00.00.00.00	OBRAS E INSTALACOES	12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	75.000,00
01.031.0022.2104.1	MANUTENÇÃO DOS ENCARGOS DA CAMARA MUNICIP/							
3.1.90.04.00.00.00.00	CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,70	10.000,00
3.1.90.11.00.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL C	171.611,06	171.611,06	171.611,06	171.611,06	171.611,06	171.611,08	1.029.666,38
3.1.90.13.00.00.00.00	OBRIGACOES PATRONAIS	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	120.000,00
3.1.91.13.00.00.00.00	OBRIGACOES PATRONAIS	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,70	100.000,00
3.3.50.41.00.00.00.00	CONTRIBUICOES	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,35	50.000,00
3.3.90.14.00.00.00.00	DIARIAS - CIVIL	17.633,00	17.633,00	17.633,00	17.633,00	17.633,00	17.633,00	105.798,00
3.3.90.30.00.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,70	100.000,00
3.3.90.33.00.00.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,70	25.000,00
3.3.90.35.00.00.00.00	SERVICOS DE CONSULTORIA	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,35	20.000,00
3.3.90.36.00.00.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FIS	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,70	100.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JUF	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	150.000,00
3.3.90.46.00.00.00.00	AUXILIO-ALIMENTACAO	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	15.000,00
3.3.90.93.00.00.00.00	INDENIZACOES E RESTITUICOES	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	150.000,00
01.031.0022.2105.2	AQUISIÇÃO DE MOVEIS MAQUINAS E EQUIPAMENTOS							
4.4.90.52.00.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	22.899,47	22.899,47	22.899,47	22.899,47	22.899,47	22.899,48	137.396,83
	Total Unidade:	**364.643,49**	**364.643,49**	**364.643,49**	**364.643,49**	**364.643,49**	**364.643,76**	**2.187.861,21**

Natureza Jurídica não encontrada

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUACU

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2022

Cronograma Bimestral de Desembolso por Órgão e Unidade Orçamentária (Art. 8º, da L.C. 101/00)

Seleção: Realização da despesa por: Empenho

Entidade: 4 - INST MUN PREV SOC SERV COTRIGUACU - CONSOLIDADO

Órgão: 11.00 - PREVIDENCIA MUNICIPAL DE COTRIGUACU

Unidade Orçamentária: 11.01 - DIVISAO PREVIDENCIARIA

Código	Especificação	1º Bimestre	2º Bimestre	3º Bimestre	4º Bimestre	5º Bimestre	6º Bimestre	Total
09	Previdência Social							
09.272	Previdência do Regime Estatutário							
09.272.0023	PREVIDENCIA							
09.272.0023.2106.1	GESTÃO E MANUTENÇÃO DO PREVICOTRI							
3.1.90.01.00.00.00.00	APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REM. E RE	219.833,33	219.833,33	219.833,33	219.833,33	219.833,33	219.833,35	1.319.000,00
3.1.90.03.00.00.00.00	PENSOES DO RPPS E DO MILITAR	67.583,33	67.583,33	67.583,33	67.583,33	67.583,33	67.583,35	405.500,00
3.1.90.04.00.00.00.00	CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO	333,33	333,33	333,33	333,33	333,33	333,35	2.000,00
3.1.90.11.00.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL C	11.666,66	11.666,66	11.666,66	11.666,66	11.666,66	11.666,70	70.000,00
3.1.90.13.00.00.00.00	OBRIGACOES PATRONAIS	2.666,66	2.666,66	2.666,66	2.666,66	2.666,66	2.666,70	16.000,00
3.1.90.16.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS - PESSOAL CIVIL	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,70	10.000,00
3.1.90.91.00.00.00.00	SENTENCAS JUDICIAIS	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,35	20.000,00
3.1.91.13.00.00.00.00	OBRIGACOES PATRONAIS	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,35	20.000,00
3.2.90.21.00.00.00.00	JUROS SOBRE A DIVIDA POR CONTRATO	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,35	5.000,00
3.3.90.08.00.00.00.00	OUTROS BENEF. ASSIST.DO SERVIDOR OU DO MIL	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,70	10.000,00
3.3.90.14.00.00.00.00	DIARIAS - CIVIL	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,70	10.000,00
3.3.90.30.00.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,35	50.000,00
3.3.90.33.00.00.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,70	10.000,00
3.3.90.34.00.00.00.00	OUTRAS DESP. DE PESS.DEC.DE CONTR.DE TERC	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	15.000,00
3.3.90.35.00.00.00.00	SERVICOS DE CONSULTORIA	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	60.000,00
3.3.90.36.00.00.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FIS	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,70	10.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JUF	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,70	100.000,00
3.3.90.40.00.00.00.00	SERVIÇOS DE TECN. DA INFORMAÇÃO E COMUNIC	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	30.000,00
3.3.90.46.00.00.00.00	AUXILIO-ALIMENTACAO	6.666,66	6.666,66	6.666,66	6.666,66	6.666,66	6.666,70	40.000,00
3.3.90.47.00.00.00.00	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	4.083,33	4.083,33	4.083,33	4.083,33	4.083,33	4.083,35	24.500,00
3.3.90.91.00.00.00.00	SENTENCAS JUDICIAIS	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	30.000,00
3.3.90.92.00.00.00.00	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,70	10.000,00
3.3.90.93.00.00.00.00	INDENIZACOES E RESTITUICOES	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	3.000,00
4.4.90.51.00.00.00.00	OBRAS E INSTALACOES	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,70	25.000,00
4.4.90.52.00.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	13.333,33	13.333,33	13.333,33	13.333,33	13.333,33	13.333,35	80.000,00
4.6.90.71.00.00.00.00	PRINCIPAL DA DIVIDA CONTRATUAL RESGATADO	12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	75.000,00
	Total Unidade:	**408.333,23**	**408.333,23**	**408.333,23**	**408.333,23**	**408.333,23**	**408.333,85**	**2.450.000,00**
	Total Geral:	**10.348.513,03**	**10.348.513,03**	**10.348.513,03**	**10.348.513,03**	**10.348.513,03**	**10.348.529,69**	**62.091.094,84**

Natureza Jurídica não encontrada

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUACU

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2022

Metas Bimestrais de Arrecadação - Programado/Orçado (L.R.F., Artigo 13º da L.C. 101/00)

Seleção: Entidade = 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUACU

Código	Especificação	Bimestre 1	Bimestre 2	Bimestre 3	Bimestre 4	Bimestre 5	Bimestre 6	Total
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUACU		**9.940.181,87**	**9.940.181,87**	**9.940.181,87**	**9.940.181,87**	**9.940.181,87**	**9.940.185,49**	**59.641.094,84**
4.0.0.0.0.00.0.0.00.00.00	RECEITAS	9.940.181,87	9.940.181,87	9.940.181,87	9.940.181,87	9.940.181,87	9.940.185,49	59.641.094,84
4.1.0.0.0.00.0.0.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	9.570.510,67	9.570.510,67	9.570.510,67	9.570.510,67	9.570.510,67	9.570.514,07	57.423.067,42
4.1.1.0.0.00.0.0.00.00.00	IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MEL	724.621,45	724.621,45	724.621,45	724.621,45	724.621,45	724.622,70	4.347.729,95
4.1.1.1.0.00.0.0.00.00.00	IMPOSTOS	600.042,11	600.042,11	600.042,11	600.042,11	600.042,11	600.042,85	3.600.253,40
4.1.1.1.2.00.0.0.00.00.00	IMPOSTOS SOBRE O PATRIMÔNIO	247.974,21	247.974,21	247.974,21	247.974,21	247.974,21	247.974,51	1.487.845,56
4.1.1.1.2.50.0.0.00.00.00	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIA	114.640,88	114.640,88	114.640,88	114.640,88	114.640,88	114.641,16	687.845,56
4.1.1.1.2.50.0.1.00.00.00	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREI	80.361,97	80.361,97	80.361,97	80.361,97	80.361,97	80.362,10	482.171,95
4.1.1.1.2.50.0.1.01.00.00	IPTU - Principal	38.573,75	38.573,75	38.573,75	38.573,75	38.573,75	38.573,78	231.442,53
4.1.1.1.2.50.0.1.02.00.00	IPTU - Principal	24.108,59	24.108,59	24.108,59	24.108,59	24.108,59	24.108,64	144.651,59
4.1.1.1.2.50.0.1.03.00.00	IPTU - Principal	17.679,63	17.679,63	17.679,63	17.679,63	17.679,63	17.679,68	106.077,83
4.1.1.1.2.50.0.2.00.00.00	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREI	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,70	1.000,00
4.1.1.1.2.50.0.2.01.00.00	IPTU - Multas e Juros	80,00	80,00	80,00	80,00	80,00	80,00	480,00
4.1.1.1.2.50.0.2.02.00.00	IPTU - Multas e Juros	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	300,00
4.1.1.1.2.50.0.2.03.00.00	IPTU - Multas e Juros	36,66	36,66	36,66	36,66	36,66	36,70	220,00
4.1.1.1.2.50.0.3.00.00.00	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREI	31.945,59	31.945,59	31.945,59	31.945,59	31.945,59	31.945,66	191.673,61
4.1.1.1.2.50.0.3.01.00.00	IPTU - Dívida Ativa	15.333,88	15.333,88	15.333,88	15.333,88	15.333,88	15.333,93	92.003,33
4.1.1.1.2.50.0.3.02.00.00	IPTU - Divida Ativa	9.583,68	9.583,68	9.583,68	9.583,68	9.583,68	9.583,69	57.502,09
4.1.1.1.2.50.0.3.03.00.00	IPTU - Dívida Ativa	7.028,03	7.028,03	7.028,03	7.028,03	7.028,03	7.028,04	42.168,19
4.1.1.1.2.50.0.4.00.00.00	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREI	2.166,66	2.166,66	2.166,66	2.166,66	2.166,66	2.166,70	13.000,00
4.1.1.1.2.50.0.4.01.00.00	IPTU - Multas e Juros da Divida Ativa	1.040,00	1.040,00	1.040,00	1.040,00	1.040,00	1.040,00	6.240,00
4.1.1.1.2.50.0.4.02.00.00	IPTU - Multas e Juros da Divida Ativa	650,00	650,00	650,00	650,00	650,00	650,00	3.900,00
4.1.1.1.2.50.0.4.03.00.00	IPTU - Multas e Juros da Divida Ativa	476,66	476,66	476,66	476,66	476,66	476,70	2.860,00
4.1.1.1.2.53.0.0.00.00.00	IMPOSTOS SOBRE TRANSMISSÃO "INTER '	133.333,33	133.333,33	133.333,33	133.333,33	133.333,33	133.333,35	800.000,00
4.1.1.1.2.53.0.1.00.00.00	IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO "INTER	133.333,33	133.333,33	133.333,33	133.333,33	133.333,33	133.333,35	800.000,00
4.1.1.1.2.53.0.1.01.00.00	ITBI - Principal	64.000,00	64.000,00	64.000,00	64.000,00	64.000,00	64.000,00	384.000,00
4.1.1.1.2.53.0.1.02.00.00	ITBI - Principal	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	240.000,00
4.1.1.1.2.53.0.1.03.00.00	ITBI - Principal	29.333,33	29.333,33	29.333,33	29.333,33	29.333,33	29.333,35	176.000,00
4.1.1.1.3.00.0.0.00.00.00	IMPOSTOS SOBRE A RENDA E PROVENTOS	162.161,43	162.161,43	162.161,43	162.161,43	162.161,43	162.161,53	972.968,68
4.1.1.1.3.03.0.0.00.00.00	IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FC	162.161,43	162.161,43	162.161,43	162.161,43	162.161,43	162.161,53	972.968,68
4.1.1.1.3.03.1.0.00.00.00	IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA F	125.652,18	125.652,18	125.652,18	125.652,18	125.652,18	125.652,23	753.913,13
4.1.1.1.3.03.1.1.00.00.00	IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA	125.652,18	125.652,18	125.652,18	125.652,18	125.652,18	125.652,23	753.913,13

Natureza Jurídica não encontrada

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUACU

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2022

Metas Bimestrais de Arrecadação - Programado/Orçado (L.R.F., Artigo 13º da L.C. 101/00)

Seleção: Entidade = 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUACU

Código	Especificação	Bimestre 1	Bimestre 2	Bimestre 3	Bimestre 4	Bimestre 5	Bimestre 6	Total
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUACU		**9.940.181,87**	**9.940.181,87**	**9.940.181,87**	**9.940.181,87**	**9.940.181,87**	**9.940.185,49**	**59.641.094,84**
4.1.1.1.3.03.1.1.01.00.00	IRRF - Trabalho	49.150,11	49.150,11	49.150,11	49.150,11	49.150,11	49.150,12	294.900,67
4.1.1.1.3.03.1.1.02.00.00	IRRF - Trabalho	44.135,92	44.135,92	44.135,92	44.135,92	44.135,92	44.135,94	264.815,54
4.1.1.1.3.03.1.1.03.00.00	IRRF - Trabalho	32.366,15	32.366,15	32.366,15	32.366,15	32.366,15	32.366,17	194.196,92
4.1.1.1.3.03.4.0.00.00.00	IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA F	36.509,25	36.509,25	36.509,25	36.509,25	36.509,25	36.509,30	219.055,55
4.1.1.1.3.03.4.1.00.00.00	IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA	36.509,25	36.509,25	36.509,25	36.509,25	36.509,25	36.509,30	219.055,55
4.1.1.1.3.03.4.1.01.00.00	IRRF - Outros Rendimentos	19.597,07	19.597,07	19.597,07	19.597,07	19.597,07	19.597,10	117.582,45
4.1.1.1.3.03.4.1.02.00.00	IRRF - Outros Rendimentos	14.191,51	14.191,51	14.191,51	14.191,51	14.191,51	14.191,53	85.149,08
4.1.1.1.3.03.4.1.03.00.00	IRRF - Outros Rendimentos	2.720,67	2.720,67	2.720,67	2.720,67	2.720,67	2.720,67	16.324,02
4.1.1.1.4.00.0.0.00.00.00	IMPOSTOS SOBRE A PRODUÇÃO E CIRCULA	189.739,81	189.739,81	189.739,81	189.739,81	189.739,81	189.740,11	1.138.439,16
4.1.1.1.4.51.0.0.00.00.00	IMPOSTOS SOBRE SERVIÇOS	189.739,81	189.739,81	189.739,81	189.739,81	189.739,81	189.740,11	1.138.439,16
4.1.1.1.4.51.1.0.00.00.00	IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS	184.203,15	184.203,15	184.203,15	184.203,15	184.203,15	184.203,41	1.105.219,16
4.1.1.1.4.51.1.1.00.00.00	IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQU	77.318,00	77.318,00	77.318,00	77.318,00	77.318,00	77.318,07	463.908,07
4.1.1.1.4.51.1.1.01.00.00	ISSQN - Principal	37.112,64	37.112,64	37.112,64	37.112,64	37.112,64	37.112,67	222.675,87
4.1.1.1.4.51.1.1.02.00.00	ISSQN - Principal	23.195,40	23.195,40	23.195,40	23.195,40	23.195,40	23.195,42	139.172,42
4.1.1.1.4.51.1.1.03.00.00	ISSQN - Principal	17.009,96	17.009,96	17.009,96	17.009,96	17.009,96	17.009,98	102.059,78
4.1.1.1.4.51.1.2.00.00.00	IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQU	25.166,66	25.166,66	25.166,66	25.166,66	25.166,66	25.166,70	151.000,00
4.1.1.1.4.51.1.2.01.00.00	ISSQN - Multas e Juros	12.080,00	12.080,00	12.080,00	12.080,00	12.080,00	12.080,00	72.480,00
4.1.1.1.4.51.1.2.02.00.00	ISSQN - Multas e Juros	7.550,00	7.550,00	7.550,00	7.550,00	7.550,00	7.550,00	45.300,00
4.1.1.1.4.51.1.2.03.00.00	ISSQN - Multas e Juros	5.536,66	5.536,66	5.536,66	5.536,66	5.536,66	5.536,70	33.220,00
4.1.1.1.4.51.1.3.00.00.00	IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQU	3.833,33	3.833,33	3.833,33	3.833,33	3.833,33	3.833,35	23.000,00
4.1.1.1.4.51.1.3.01.00.00	ISSQN - Divida Ativa	1.840,00	1.840,00	1.840,00	1.840,00	1.840,00	1.840,00	11.040,00
4.1.1.1.4.51.1.3.02.00.00	ISSQN - Divida Ativa	1.150,00	1.150,00	1.150,00	1.150,00	1.150,00	1.150,00	6.900,00
4.1.1.1.4.51.1.3.03.00.00	ISSQN - Divida Ativa	843,33	843,33	843,33	843,33	843,33	843,35	5.060,00
4.1.1.1.4.51.1.4.00.00.00	IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQU	173,33	173,33	173,33	173,33	173,33	173,35	1.040,00
4.1.1.1.4.51.1.4.01.00.00	ISSQN - Multas e Juros da Divida Ativa	83,20	83,20	83,20	83,20	83,20	83,20	499,20
4.1.1.1.4.51.1.4.02.00.00	ISSQN - Multas e Juros da Divida Ativa	52,00	52,00	52,00	52,00	52,00	52,00	312,00
4.1.1.1.4.51.1.4.03.00.00	ISSQN - Multas e Juros da Divida Ativa	38,13	38,13	38,13	38,13	38,13	38,15	228,80
4.1.1.1.4.51.1.5.00.00.00	IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS - ISS - ASPS	33.333,33	33.333,33	33.333,33	33.333,33	33.333,33	33.333,35	200.000,00
4.1.1.1.4.51.1.5.01.00.00	ISS - Principal - ASPS	16.000,00	16.000,00	16.000,00	16.000,00	16.000,00	16.000,00	96.000,00
4.1.1.1.4.51.1.5.02.00.00	ISS - Principal - ASPS	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	60.000,00
4.1.1.1.4.51.1.5.03.00.00	ISS - Principal - ASPS	7.333,33	7.333,33	7.333,33	7.333,33	7.333,33	7.333,35	44.000,00

Natureza Jurídica não encontrada

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUACU

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2022

Metas Bimestrais de Arrecadação - Programado/Orçado (L.R.F., Artigo 13º da L.C. 101/00)

Seleção: Entidade = 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUACU

Código	Especificação	Bimestre 1	Bimestre 2	Bimestre 3	Bimestre 4	Bimestre 5	Bimestre 6	Total
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUACU		**9.940.181,87**	**9.940.181,87**	**9.940.181,87**	**9.940.181,87**	**9.940.181,87**	**9.940.185,49**	**59.641.094,84**
4.1.1.1.4.51.1.6.00.00.00	IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQU	4.693,33	4.693,33	4.693,33	4.693,33	4.693,33	4.693,35	28.160,00
4.1.1.1.4.51.1.6.01.00.00	ISSQN - Nota Eletronica	2.252,80	2.252,80	2.252,80	2.252,80	2.252,80	2.252,80	13.516,80
4.1.1.1.4.51.1.6.02.00.00	ISSQN - Nota Eletronica	1.408,00	1.408,00	1.408,00	1.408,00	1.408,00	1.408,00	8.448,00
4.1.1.1.4.51.1.6.03.00.00	ISSQN - Nota Eletronica	1.032,53	1.032,53	1.032,53	1.032,53	1.032,53	1.032,55	6.195,20
4.1.1.1.4.51.1.9.00.00.00	IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS - ISS	39.685,17	39.685,17	39.685,17	39.685,17	39.685,17	39.685,24	238.111,09
4.1.1.1.4.51.1.9.01.00.00	ISS - Principal	23.442,43	23.442,43	23.442,43	23.442,43	23.442,43	23.442,45	140.654,60
4.1.1.1.4.51.1.9.02.00.00	ISS - Principal	9.370,86	9.370,86	9.370,86	9.370,86	9.370,86	9.370,87	56.225,17
4.1.1.1.4.51.1.9.03.00.00	ISS - Principal	6.871,88	6.871,88	6.871,88	6.871,88	6.871,88	6.871,92	41.231,32
4.1.1.1.4.51.2.0.00.00.00	ADICIONAL ISS - FUNDO MUNICIPAL DE C	5.536,66	5.536,66	5.536,66	5.536,66	5.536,66	5.536,70	33.220,00
4.1.1.1.4.51.2.1.00.00.00	ADICIONAL ISS - FUNDO MUNICIPAL DE C	5.536,66	5.536,66	5.536,66	5.536,66	5.536,66	5.536,70	33.220,00
4.1.1.1.4.51.2.1.01.00.00	ISS - Fundo Municipal de Combate a Pobre	2.657,60	2.657,60	2.657,60	2.657,60	2.657,60	2.657,60	15.945,60
4.1.1.1.4.51.2.1.02.00.00	ISS - Fundo Municipal de Combate a Pobre	1.661,00	1.661,00	1.661,00	1.661,00	1.661,00	1.661,00	9.966,00
4.1.1.1.4.51.2.1.03.00.00	ISS - Fundo Municipal de Combate a Pobre	1.218,06	1.218,06	1.218,06	1.218,06	1.218,06	1.218,10	7.308,40
4.1.1.1.9.00.0.0.00.00.00	OUTROS IMPOSTOS	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,70	1.000,00
4.1.1.1.9.99.0.0.00.00.00	OUTROS IMPOSTOS	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,70	1.000,00
4.1.1.1.9.99.0.2.00.00.00	OUTROS IMPOSTOS - MULTAS E JUROS	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,70	1.000,00
4.1.1.2.0.00.0.0.00.00.00	TAXAS	124.579,34	124.579,34	124.579,34	124.579,34	124.579,34	124.579,85	747.476,55
4.1.1.2.2.00.0.0.00.00.00	TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	124.579,34	124.579,34	124.579,34	124.579,34	124.579,34	124.579,85	747.476,55
4.1.1.2.2.01.0.0.00.00.00	TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EI	124.579,34	124.579,34	124.579,34	124.579,34	124.579,34	124.579,85	747.476,55
4.1.1.2.2.01.0.1.00.00.00	TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	124.579,34	124.579,34	124.579,34	124.579,34	124.579,34	124.579,85	747.476,55
4.1.1.2.2.01.0.1.01.00.00	Taxa de Funcionamento Estab. Comercial/I	23.573,33	23.573,33	23.573,33	23.573,33	23.573,33	23.573,35	141.440,00
4.1.1.2.2.01.0.1.02.00.00	Taxa de Expediente	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,35	5.000,00
4.1.1.2.2.01.0.1.03.00.00	Taxa de Funcionamento de Estab. em Hora	86,66	86,66	86,66	86,66	86,66	86,70	520,00
4.1.1.2.2.01.0.1.04.00.00	Taxa de Glosa	346,66	346,66	346,66	346,66	346,66	346,70	2.080,00
4.1.1.2.2.01.0.1.05.00.00	Taxa de Lincença para Execução de Obras	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,35	5.000,00
4.1.1.2.2.01.0.1.06.00.00	Taxa de Permissão de Outras Natureza	1.213,33	1.213,33	1.213,33	1.213,33	1.213,33	1.213,35	7.280,00
4.1.1.2.2.01.0.1.07.00.00	Taxa para o Exercicio de Comercio Ambula	86,66	86,66	86,66	86,66	86,66	86,70	520,00
4.1.1.2.2.01.0.1.08.00.00	Taxa de Cetidão Negativa	86,66	86,66	86,66	86,66	86,66	86,70	520,00
4.1.1.2.2.01.0.1.09.00.00	Taxa de Certidão de Uso do Solo	86,66	86,66	86,66	86,66	86,66	86,70	520,00
4.1.1.2.2.01.0.1.10.00.00	Taxa de Inseminação Artificial	86,66	86,66	86,66	86,66	86,66	86,70	520,00
4.1.1.2.2.01.0.1.11.00.00	Taxa de Abate de Animais	606,66	606,66	606,66	606,66	606,66	606,70	3.640,00

Natureza Jurídica não encontrada

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUACU

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2022

Metas Bimestrais de Arrecadação - Programado/Orçado (L.R.F., Artigo 13º da L.C. 101/00)

Seleção: Entidade = 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUACU

Código	Especificação	Bimestre 1	Bimestre 2	Bimestre 3	Bimestre 4	Bimestre 5	Bimestre 6	Total
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUACU		**9.940.181,87**	**9.940.181,87**	**9.940.181,87**	**9.940.181,87**	**9.940.181,87**	**9.940.185,49**	**59.641.094,84**
4.1.1.2.2.01.0.1.12.00.00	Taxa de Hora Maquina Trabalhada	1.861,25	1.861,25	1.861,25	1.861,25	1.861,25	1.861,27	11.167,52
4.1.1.2.2.01.0.1.13.00.00	Taxa Registro Marca de Gado	346,66	346,66	346,66	346,66	346,66	346,70	2.080,00
4.1.1.2.2.01.0.1.14.00.00	Taxa de Car	60,66	60,66	60,66	60,66	60,66	60,70	364,00
4.1.1.2.2.01.0.1.15.00.00	Taxa de Aluguel Ginasio de Esportes	133,33	133,33	133,33	133,33	133,33	133,35	800,00
4.1.1.2.2.01.0.1.16.00.00	Taxa de Limpeza Publica	3.064,36	3.064,36	3.064,36	3.064,36	3.064,36	3.064,36	18.386,16
4.1.1.2.2.01.0.1.17.00.00	Outras Taxas de Prestação de Serviços	91.273,14	91.273,14	91.273,14	91.273,14	91.273,14	91.273,17	547.638,87
4.1.2.0.0.00.0.0.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES	43.691,63	43.691,63	43.691,63	43.691,63	43.691,63	43.691,70	262.149,85
4.1.2.1.0.00.0.0.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	29.108,30	29.108,30	29.108,30	29.108,30	29.108,30	29.108,35	174.649,85
4.1.2.1.5.00.0.0.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES PARA REGIMES PRÓPRIO	29.108,30	29.108,30	29.108,30	29.108,30	29.108,30	29.108,35	174.649,85
4.1.2.1.5.01.0.0.00.00.00	CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR CIVIL	29.108,30	29.108,30	29.108,30	29.108,30	29.108,30	29.108,35	174.649,85
4.1.2.1.5.01.1.0.00.00.00	CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR CIVIL ATIV	29.108,30	29.108,30	29.108,30	29.108,30	29.108,30	29.108,35	174.649,85
4.1.2.1.5.01.1.1.00.00.00	CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR CIVIL ATI	29.108,30	29.108,30	29.108,30	29.108,30	29.108,30	29.108,35	174.649,85
4.1.2.1.5.01.1.1.01.00.00	Contribuição do Servidor Civil Ativo - Execu	28.816,64	28.816,64	28.816,64	28.816,64	28.816,64	28.816,65	172.899,85
4.1.2.1.5.01.1.1.02.00.00	Contribuição do Servidor Civil Ativo - Legisl	291,66	291,66	291,66	291,66	291,66	291,70	1.750,00
4.1.2.4.0.00.0.0.00.00.00	CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇ	14.583,33	14.583,33	14.583,33	14.583,33	14.583,33	14.583,35	87.500,00
4.1.2.4.1.00.0.0.00.00.00	CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVI	14.583,33	14.583,33	14.583,33	14.583,33	14.583,33	14.583,35	87.500,00
4.1.2.4.1.50.0.0.00.00.00	CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERV	14.583,33	14.583,33	14.583,33	14.583,33	14.583,33	14.583,35	87.500,00
4.1.2.4.1.50.0.1.00.00.00	CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SE	14.583,33	14.583,33	14.583,33	14.583,33	14.583,33	14.583,35	87.500,00
4.1.3.0.0.00.0.0.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	40.378,29	40.378,29	40.378,29	40.378,29	40.378,29	40.378,55	242.270,00
4.1.3.2.0.00.0.0.00.00.00	VALORES MOBILIÁRIOS	40.378,29	40.378,29	40.378,29	40.378,29	40.378,29	40.378,55	242.270,00
4.1.3.2.1.00.0.0.00.00.00	JUROS E CORREÇÕES MONETÁRIAS	40.378,29	40.378,29	40.378,29	40.378,29	40.378,29	40.378,55	242.270,00
4.1.3.2.1.01.0.0.00.00.00	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIO	39.636,63	39.636,63	39.636,63	39.636,63	39.636,63	39.636,85	237.820,00
4.1.3.2.1.01.0.1.00.00.00	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁI	39.636,63	39.636,63	39.636,63	39.636,63	39.636,63	39.636,85	237.820,00
4.1.3.2.1.01.0.1.01.00.00	Remun. Dep. Banc. FUNDEB 70%	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,35	50.000,00
4.1.3.2.1.01.0.1.02.00.00	Remun. Dep. Banc. FUNDEB 30%	6.666,66	6.666,66	6.666,66	6.666,66	6.666,66	6.666,70	40.000,00
4.1.3.2.1.01.0.1.03.00.00	Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. Fundo de S	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,35	50.000,00
4.1.3.2.1.01.0.1.04.00.00	Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. FNAS	6.666,66	6.666,66	6.666,66	6.666,66	6.666,66	6.666,70	40.000,00
4.1.3.2.1.01.0.1.99.00.00	Remun. de Outros Dep. Banc. Recursos Vi	9.636,65	9.636,65	9.636,65	9.636,65	9.636,65	9.636,75	57.820,00
4.1.3.2.1.01.0.1.99.01.00	Remun. de Outros Dep. Banc. Recursos V	3.790,87	3.790,87	3.790,87	3.790,87	3.790,87	3.790,88	22.745,23
4.1.3.2.1.01.0.1.99.02.00	Remun. de Outros Dep. Banc. Recursos V	4.577,12	4.577,12	4.577,12	4.577,12	4.577,12	4.577,17	27.462,77
4.1.3.2.1.01.0.1.99.03.00	Remun. de Outros Dep. Banc. Recursos V	1.268,66	1.268,66	1.268,66	1.268,66	1.268,66	1.268,70	7.612,00

Natureza Jurídica não encontrada

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUACU

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2022

Metas Bimestrais de Arrecadação - Programado/Orçado (L.R.F., Artigo 13º da L.C. 101/00)

Seleção: Entidade = 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUACU

Código	Especificação	Bimestre 1	Bimestre 2	Bimestre 3	Bimestre 4	Bimestre 5	Bimestre 6	Total
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUACU		**9.940.181,87**	**9.940.181,87**	**9.940.181,87**	**9.940.181,87**	**9.940.181,87**	**9.940.185,49**	**59.641.094,84**
4.1.3.2.1.04.0.0.00.00.00	REMUNERAÇÃO DOS RECURSOS DO REGI	741,66	741,66	741,66	741,66	741,66	741,70	4.450,00
4.1.3.2.1.04.0.1.00.00.00	REMUNERAÇÃO DOS RECURSOS DO RE	741,66	741,66	741,66	741,66	741,66	741,70	4.450,00
4.1.3.2.1.04.0.1.01.00.00	Remun. RPPS - Legislativo	408,33	408,33	408,33	408,33	408,33	408,35	2.450,00
4.1.3.2.1.04.0.1.02.00.00	Remun. RPPS - Executivo	333,33	333,33	333,33	333,33	333,33	333,35	2.000,00
4.1.6.0.0.00.0.0.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS	11.871,60	11.871,60	11.871,60	11.871,60	11.871,60	11.871,72	71.229,72
4.1.6.1.0.00.0.0.00.00.00	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,70	25.000,00
4.1.6.1.1.00.0.0.00.00.00	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAI	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,70	25.000,00
4.1.6.1.1.02.0.0.00.00.00	INSCRIÇÃO EM CONCURSOS E PROCESSO	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,70	25.000,00
4.1.6.1.1.02.0.1.00.00.00	INSCRIÇÃO EM CONCURSOS E PROCES	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,70	25.000,00
4.1.6.9.0.00.0.0.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS	7.704,94	7.704,94	7.704,94	7.704,94	7.704,94	7.705,02	46.229,72
4.1.6.9.9.00.0.0.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS	7.704,94	7.704,94	7.704,94	7.704,94	7.704,94	7.705,02	46.229,72
4.1.6.9.9.99.0.0.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS	7.704,94	7.704,94	7.704,94	7.704,94	7.704,94	7.705,02	46.229,72
4.1.6.9.9.99.0.1.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS - PRINCIPAL	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,70	10.000,00
4.1.6.9.9.99.0.2.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS - MULTAS E JUROS I	6.038,28	6.038,28	6.038,28	6.038,28	6.038,28	6.038,32	36.229,72
4.1.7.0.0.00.0.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	8.628.470,84	8.628.470,84	8.628.470,84	8.628.470,84	8.628.470,84	8.628.472,49	51.770.826,69
4.1.7.1.0.00.0.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENT	3.615.594,13	3.615.594,13	3.615.594,13	3.615.594,13	3.615.594,13	3.615.594,96	21.693.565,61
4.1.7.1.1.00.0.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DECORRENTES DE PART	2.398.352,01	2.398.352,01	2.398.352,01	2.398.352,01	2.398.352,01	2.398.351,96	14.390.112,01
4.1.7.1.1.51.0.0.00.00.00	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO	2.378.505,40	2.378.505,40	2.378.505,40	2.378.505,40	2.378.505,40	2.378.505,30	14.271.032,30
4.1.7.1.1.51.1.0.00.00.00	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃ	2.168.436,74	2.168.436,74	2.168.436,74	2.168.436,74	2.168.436,74	2.168.436,57	13.010.620,27
4.1.7.1.1.51.1.1.00.00.00	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇ	2.488.618,41	2.488.618,41	2.488.618,41	2.488.618,41	2.488.618,41	2.488.618,45	14.931.710,50
4.1.7.1.1.51.1.1.01.00.00	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal	1.623.870,72	1.623.870,72	1.623.870,72	1.623.870,72	1.623.870,72	1.623.870,72	9.743.224,32
4.9.7.1.1.51.1.1.01.00.00	(-)Dedução para o FUNDEB - FPM	-541.096,12	-541.096,12	-541.096,12	-541.096,12	-541.096,12	-541.096,14	-3.246.576,74
4.1.7.1.1.51.1.1.02.00.00	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal	914.043,37	914.043,37	914.043,37	914.043,37	914.043,37	914.043,41	5.484.260,26
4.1.7.1.1.51.1.1.03.00.00	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal	491.800,44	491.800,44	491.800,44	491.800,44	491.800,44	491.800,46	2.950.802,66
4.9.7.1.1.51.1.2.01.00.00	(-)Dedução para o FUNDEB - ICMS - Deso	-172,52	-172,52	-172,52	-172,52	-172,52	-172,57	-1.035,17
4.9.7.1.1.51.1.2.02.00.00	(-)Dedução para o FUNDEB - ICMS - Deso	-20,80	-20,80	-20,80	-20,80	-20,80	-20,83	-124,83
4.9.7.1.1.51.1.3.01.00.00	(-)Dedução para o FUNDEB - ICMS	-200.133,98	-200.133,98	-200.133,98	-200.133,98	-200.133,98	-200.134,03	-1.200.803,93
4.9.7.1.1.51.1.3.02.00.00	(-)Dedução para o FUNDEB - ICMS	-100.145,58	-100.145,58	-100.145,58	-100.145,58	-100.145,58	-100.145,63	-600.873,53
4.9.7.1.1.51.1.4.01.00.00	(-)Dedução para o FUNDEB - IPVA	-2.527,90	-2.527,90	-2.527,90	-2.527,90	-2.527,90	-2.527,90	-15.167,40
4.9.7.1.1.51.1.4.02.00.00	(-)Dedução para o FUNDEB - IPVA	-10.431,70	-10.431,70	-10.431,70	-10.431,70	-10.431,70	-10.431,71	-62.590,21
4.9.7.1.1.51.1.5.01.00.00	(-)Dedução para o FUNDEB - IPI	-2.749,19	-2.749,19	-2.749,19	-2.749,19	-2.749,19	-2.749,21	-16.495,16

Natureza Jurídica não encontrada

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUACU

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2022

Metas Bimestrais de Arrecadação - Programado/Orçado (L.R.F., Artigo 13º da L.C. 101/00)

Seleção: Entidade = 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUACU

Código	Especificação	Bimestre 1	Bimestre 2	Bimestre 3	Bimestre 4	Bimestre 5	Bimestre 6	Total
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUACU		**9.940.181,87**	**9.940.181,87**	**9.940.181,87**	**9.940.181,87**	**9.940.181,87**	**9.940.185,49**	**59.641.094,84**
4.9.7.1.1.51.1.6.01.00.00	(-)Dedução para o FUNDEB - ITR	-3.386,24	-3.386,24	-3.386,24	-3.386,24	-3.386,24	-3.386,24	-20.317,44
4.9.7.1.1.51.1.6.02.00.00	(-)Dedução para o FUNDEB - ITR	-613,76	-613,76	-613,76	-613,76	-613,76	-613,76	-3.682,56
4.1.7.1.1.51.2.0.00.00.00	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃ	108.333,33	108.333,33	108.333,33	108.333,33	108.333,33	108.333,35	650.000,00
4.1.7.1.1.51.2.1.00.00.00	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇ	108.333,33	108.333,33	108.333,33	108.333,33	108.333,33	108.333,35	650.000,00
4.1.7.1.1.51.2.1.01.00.00	Cota-Parte do FPM - 1 % Entregue em Dez	52.000,00	52.000,00	52.000,00	52.000,00	52.000,00	52.000,00	312.000,00
4.1.7.1.1.51.2.1.02.00.00	Cota-Parte do FPM - 1 % Entregue em Dez	32.500,00	32.500,00	32.500,00	32.500,00	32.500,00	32.500,00	195.000,00
4.1.7.1.1.51.2.1.03.00.00	Cota-Parte do FPM - 1 % Entregue em Dez	23.833,33	23.833,33	23.833,33	23.833,33	23.833,33	23.833,35	143.000,00
4.1.7.1.1.51.3.0.00.00.00	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃ	101.735,33	101.735,33	101.735,33	101.735,33	101.735,33	101.735,38	610.412,03
4.1.7.1.1.51.3.1.00.00.00	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇ	101.735,33	101.735,33	101.735,33	101.735,33	101.735,33	101.735,38	610.412,03
4.1.7.1.1.51.3.1.01.00.00	Cota-Parte do FPM - 1 % Entregue em Jull	49.681,43	49.681,43	49.681,43	49.681,43	49.681,43	49.681,46	298.088,61
4.1.7.1.1.51.3.1.02.00.00	Cota-Parte do FPM - 1 % Entregue em Jull	28.672,07	28.672,07	28.672,07	28.672,07	28.672,07	28.672,07	172.032,42
4.1.7.1.1.51.3.1.03.00.00	Cota-Parte do FPM - 1 % Entregue em Jull	23.381,83	23.381,83	23.381,83	23.381,83	23.381,83	23.381,85	140.291,00
4.1.7.1.1.52.0.0.00.00.00	COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROP	19.846,61	19.846,61	19.846,61	19.846,61	19.846,61	19.846,66	119.079,71
4.1.7.1.1.52.0.1.00.00.00	COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PRO	19.846,61	19.846,61	19.846,61	19.846,61	19.846,61	19.846,66	119.079,71
4.1.7.1.1.52.0.1.01.00.00	Cota-Parte do ITR	11.907,97	11.907,97	11.907,97	11.907,97	11.907,97	11.907,98	71.447,83
4.1.7.1.1.52.0.1.02.00.00	Cota-Parte do ITR	4.961,65	4.961,65	4.961,65	4.961,65	4.961,65	4.961,67	29.769,92
4.1.7.1.1.52.0.1.03.00.00	Cota-Parte do ITR	2.976,99	2.976,99	2.976,99	2.976,99	2.976,99	2.977,01	17.861,96
4.1.7.1.3.00.0.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTE	655.397,26	655.397,26	655.397,26	655.397,26	655.397,26	655.397,76	3.932.384,06
4.1.7.1.3.50.0.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SIST	655.397,26	655.397,26	655.397,26	655.397,26	655.397,26	655.397,76	3.932.384,06
4.1.7.1.3.50.1.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BL	600.293,44	600.293,44	600.293,44	600.293,44	600.293,44	600.293,85	3.601.761,05
4.1.7.1.3.50.1.1.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BI	600.293,44	600.293,44	600.293,44	600.293,44	600.293,44	600.293,85	3.601.761,05
4.1.7.1.3.50.1.1.01.00.00	Custeio SUS - PAB - Inc. Ações Estrategica	85.406,63	85.406,63	85.406,63	85.406,63	85.406,63	85.406,69	512.439,84
4.1.7.1.3.50.1.1.01.01.00	Custeio SUS - PAB - Inc. Ações Estrategi	75.571,13	75.571,13	75.571,13	75.571,13	75.571,13	75.571,16	453.426,81
4.1.7.1.3.50.1.1.01.02.00	Custeio SUS - PAB - Inc. Ações Estrategi	9.835,50	9.835,50	9.835,50	9.835,50	9.835,50	9.835,53	59.013,03
4.1.7.1.3.50.1.1.02.00.00	Custeio SUS - PAB - Inc. Financeiro ASPS	158.640,67	158.640,67	158.640,67	158.640,67	158.640,67	158.640,72	951.844,07
4.1.7.1.3.50.1.1.02.01.00	Custeio SUS - PAB - Inc. Financeiro ASP	157.178,76	157.178,76	157.178,76	157.178,76	157.178,76	157.178,81	943.072,61
4.1.7.1.3.50.1.1.02.02.00	Custeio SUS - PAB - Inc. Financeiro ASP	1.461,91	1.461,91	1.461,91	1.461,91	1.461,91	1.461,91	8.771,46
4.1.7.1.3.50.1.1.03.00.00	Custeio SUS - Agente Comunitário de Saúd	38.216,83	38.216,83	38.216,83	38.216,83	38.216,83	38.216,86	229.301,01
4.1.7.1.3.50.1.1.03.01.00	Custeio SUS - Agente Comunitário de Sa	30.635,03	30.635,03	30.635,03	30.635,03	30.635,03	30.635,04	183.810,19
4.1.7.1.3.50.1.1.03.02.00	Custeio SUS - Agente Comunitário de Sa	7.581,80	7.581,80	7.581,80	7.581,80	7.581,80	7.581,82	45.490,82
4.1.7.1.3.50.1.1.04.00.00	Custeio SUS - Programa de Informatizaçã	36.210,93	36.210,93	36.210,93	36.210,93	36.210,93	36.210,96	217.265,61

Natureza Jurídica não encontrada

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUACU

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2022

Metas Bimestrais de Arrecadação - Programado/Orçado (L.R.F., Artigo 13º da L.C. 101/00)

Seleção: Entidade = 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUACU

Código	Especificação	Bimestre 1	Bimestre 2	Bimestre 3	Bimestre 4	Bimestre 5	Bimestre 6	Total
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUACU		**9.940.181,87**	**9.940.181,87**	**9.940.181,87**	**9.940.181,87**	**9.940.181,87**	**9.940.185,49**	**59.641.094,84**
4.1.7.1.3.50.1.1.04.01.00	Custeio SUS - Programa de Informatizaçã	26.649,62	26.649,62	26.649,62	26.649,62	26.649,62	26.649,65	159.897,75
4.1.7.1.3.50.1.1.04.02.00	Custeio SUS - Programa de Informatizaçã	9.561,31	9.561,31	9.561,31	9.561,31	9.561,31	9.561,31	57.367,86
4.1.7.1.3.50.1.1.05.00.00	Custeio - CORONAVIRUS (Covid 19) ASPS	9.866,66	9.866,66	9.866,66	9.866,66	9.866,66	9.866,70	59.200,00
4.1.7.1.3.50.1.1.05.01.00	Custeio - CORONAVIRUS (Covid 19) ASF	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,35	20.000,00
4.1.7.1.3.50.1.1.05.02.00	Custeio - CORONAVIRUS (Covid 19) ASF	6.533,33	6.533,33	6.533,33	6.533,33	6.533,33	6.533,35	39.200,00
4.1.7.1.3.50.1.1.06.00.00	Custeio SAMU	56.215,68	56.215,68	56.215,68	56.215,68	56.215,68	56.215,73	337.294,13
4.1.7.1.3.50.1.1.06.01.00	Custeio SAMU	22.873,12	22.873,12	22.873,12	22.873,12	22.873,12	22.873,17	137.238,77
4.1.7.1.3.50.1.1.06.02.00	Custeio SAMU	33.342,56	33.342,56	33.342,56	33.342,56	33.342,56	33.342,56	200.055,36
4.1.7.1.3.50.1.1.07.00.00	Custeio MAC	57.953,36	57.953,36	57.953,36	57.953,36	57.953,36	57.953,42	347.720,22
4.1.7.1.3.50.1.1.07.01.00	Custeio MAC	48.796,15	48.796,15	48.796,15	48.796,15	48.796,15	48.796,20	292.776,95
4.1.7.1.3.50.1.1.07.02.00	Custeio MAC	9.157,21	9.157,21	9.157,21	9.157,21	9.157,21	9.157,22	54.943,27
4.1.7.1.3.50.1.1.08.00.00	Custeio SUS - Vigilancia Sanitaria	666,66	666,66	666,66	666,66	666,66	666,70	4.000,00
4.1.7.1.3.50.1.1.08.01.00	Custeio SUS - Vigilancia Sanitaria	76,64	76,64	76,64	76,64	76,64	76,64	459,84
4.1.7.1.3.50.1.1.08.02.00	Custeio SUS - Vigilancia Sanitaria	137,12	137,12	137,12	137,12	137,12	137,12	822,72
4.1.7.1.3.50.1.1.08.03.00	Custeio SUS - Vigilancia Sanitaria	452,90	452,90	452,90	452,90	452,90	452,94	2.717,44
4.1.7.1.3.50.1.1.09.00.00	Transferencia de Recursos SUS - Investim	157.116,02	157.116,02	157.116,02	157.116,02	157.116,02	157.116,07	942.696,17
4.1.7.1.3.50.1.1.09.01.00	Transferencia de Recursos SUS - Investir	43.247,75	43.247,75	43.247,75	43.247,75	43.247,75	43.247,80	259.486,55
4.1.7.1.3.50.1.1.09.02.00	Transferencia de Recursos SUS - Investir	113.868,27	113.868,27	113.868,27	113.868,27	113.868,27	113.868,27	683.209,62
4.1.7.1.3.50.3.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BL	55.103,82	55.103,82	55.103,82	55.103,82	55.103,82	55.103,91	330.623,01
4.1.7.1.3.50.3.1.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BI	55.103,82	55.103,82	55.103,82	55.103,82	55.103,82	55.103,91	330.623,01
4.1.7.1.3.50.3.1.01.00.00	Transferencia de Recursos do SUS - Vigila	55.103,82	55.103,82	55.103,82	55.103,82	55.103,82	55.103,91	330.623,01
4.1.7.1.3.50.3.1.01.01.00	Transferencia de Recursos do SUS - Vigil	17.937,17	17.937,17	17.937,17	17.937,17	17.937,17	17.937,21	107.623,06
4.1.7.1.3.50.3.1.01.02.00	Transferencia de Recursos do SUS - Vigil	37.166,65	37.166,65	37.166,65	37.166,65	37.166,65	37.166,70	222.999,95
4.1.7.1.4.00.0.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNI	419.699,85	419.699,85	419.699,85	419.699,85	419.699,85	419.700,11	2.518.199,36
4.1.7.1.4.50.0.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DO SALÁRIO-EDUCAÇÃ	39.081,16	39.081,16	39.081,16	39.081,16	39.081,16	39.081,20	234.487,00
4.1.7.1.4.50.0.1.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DO SALÁRIO-EDUCA(	39.081,16	39.081,16	39.081,16	39.081,16	39.081,16	39.081,20	234.487,00
4.1.7.1.4.51.0.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FNDE REF	237.575,36	237.575,36	237.575,36	237.575,36	237.575,36	237.575,40	1.425.452,20
4.1.7.1.4.51.0.1.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FNDE RI	237.575,36	237.575,36	237.575,36	237.575,36	237.575,36	237.575,40	1.425.452,20
4.1.7.1.4.52.0.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS REFERENTES AO PROC	58.333,31	58.333,31	58.333,31	58.333,31	58.333,31	58.333,45	350.000,00
4.1.7.1.4.52.0.1.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS REFERENTES AO PR(	58.333,31	58.333,31	58.333,31	58.333,31	58.333,31	58.333,45	350.000,00
4.1.7.1.4.52.0.1.01.00.00	PNAE - Ensino Fundamental	44.333,33	44.333,33	44.333,33	44.333,33	44.333,33	44.333,35	266.000,00

Natureza Jurídica não encontrada

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUACU

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2022

Metas Bimestrais de Arrecadação - Programado/Orçado (L.R.F., Artigo 13º da L.C. 101/00)

Seleção: Entidade = 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUACU

Código	Especificação	Bimestre 1	Bimestre 2	Bimestre 3	Bimestre 4	Bimestre 5	Bimestre 6	Total
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUACU		**9.940.181,87**	**9.940.181,87**	**9.940.181,87**	**9.940.181,87**	**9.940.181,87**	**9.940.185,49**	**59.641.094,84**
4.1.7.1.4.52.0.1.02.00.00	PNAE - Pré Escola	6.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	36.000,00
4.1.7.1.4.52.0.1.03.00.00	PNAE - Atendimento Educacional Especial	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,70	1.000,00
4.1.7.1.4.52.0.1.04.00.00	PNAE - Mais Educação	2.333,33	2.333,33	2.333,33	2.333,33	2.333,33	2.333,35	14.000,00
4.1.7.1.4.52.0.1.05.00.00	PNAE - Creche	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,70	25.000,00
4.1.7.1.4.52.0.1.06.00.00	PNAP - Pré - Escola	1.333,33	1.333,33	1.333,33	1.333,33	1.333,33	1.333,35	8.000,00
4.1.7.1.4.53.0.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS REFERENTES AO PROG	84.710,02	84.710,02	84.710,02	84.710,02	84.710,02	84.710,06	508.260,16
4.1.7.1.4.53.0.1.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS REFERENTES AO PR	84.710,02	84.710,02	84.710,02	84.710,02	84.710,02	84.710,06	508.260,16
4.1.7.1.4.53.0.1.01.00.00	PNATE - Infantil	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,70	10.000,00
4.1.7.1.4.53.0.1.02.00.00	PNATE - Principal	81.043,36	81.043,36	81.043,36	81.043,36	81.043,36	81.043,36	486.260,16
4.1.7.1.4.53.0.1.03.00.00	PNATE - Médio	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	12.000,00
4.1.7.1.6.00.0.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNI	42.845,02	42.845,02	42.845,02	42.845,02	42.845,02	42.845,08	257.070,18
4.1.7.1.6.50.0.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUN	42.845,02	42.845,02	42.845,02	42.845,02	42.845,02	42.845,08	257.070,18
4.1.7.1.6.50.0.1.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FI	42.845,02	42.845,02	42.845,02	42.845,02	42.845,02	42.845,08	257.070,18
4.1.7.1.6.50.0.1.01.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO F	41.467,13	41.467,13	41.467,13	41.467,13	41.467,13	41.467,15	248.802,80
4.1.7.1.6.50.0.1.02.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO F	1.377,89	1.377,89	1.377,89	1.377,89	1.377,89	1.377,93	8.267,38
4.1.7.1.7.00.0.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃ	98.333,33	98.333,33	98.333,33	98.333,33	98.333,33	98.333,35	590.000,00
4.1.7.1.7.99.0.0.00.00.00	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIC	98.333,33	98.333,33	98.333,33	98.333,33	98.333,33	98.333,35	590.000,00
4.1.7.1.7.99.0.1.00.00.00	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊ	98.333,33	98.333,33	98.333,33	98.333,33	98.333,33	98.333,35	590.000,00
4.1.7.1.7.99.0.1.01.00.00	Transferência de Auxilio Financeiro da Uniã	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,35	5.000,00
4.1.7.1.7.99.0.1.02.00.00	Transferência Financeira Lei Kandir 176/20	97.500,00	97.500,00	97.500,00	97.500,00	97.500,00	97.500,00	585.000,00
4.1.7.1.9.00.0.0.00.00.00	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS	966,66	966,66	966,66	966,66	966,66	966,70	5.800,00
4.1.7.1.9.51.0.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS DO ICMS	966,66	966,66	966,66	966,66	966,66	966,70	5.800,00
4.1.7.1.9.51.0.1.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS DO ICM	966,66	966,66	966,66	966,66	966,66	966,70	5.800,00
4.1.7.1.9.51.0.1.01.00.00	ICMS - Desoneração - L.C. Nº 87/96	464,00	464,00	464,00	464,00	464,00	464,00	2.784,00
4.1.7.1.9.51.0.1.02.00.00	ICMS - Desoneração - L.C. Nº 87/96	290,00	290,00	290,00	290,00	290,00	290,00	1.740,00
4.1.7.1.9.51.0.1.03.00.00	ICMS - Desoneração - L.C. Nº 87/96	212,66	212,66	212,66	212,66	212,66	212,70	1.276,00
4.1.7.2.0.00.0.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DIST	3.613.185,91	3.613.185,91	3.613.185,91	3.613.185,91	3.613.185,91	3.613.186,63	21.679.116,18
4.1.7.2.1.00.0.0.00.00.00	PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DOS ESTADOS	3.217.955,45	3.217.955,45	3.217.955,45	3.217.955,45	3.217.955,45	3.217.955,80	19.307.733,05
4.1.7.2.1.50.0.0.00.00.00	COTA-PARTE DO ICMS	2.750.382,01	2.750.382,01	2.750.382,01	2.750.382,01	2.750.382,01	2.750.382,08	16.502.292,13
4.1.7.2.1.50.0.1.00.00.00	COTA-PARTE DO ICMS - PRINCIPAL	2.750.382,01	2.750.382,01	2.750.382,01	2.750.382,01	2.750.382,01	2.750.382,08	16.502.292,13
4.1.7.2.1.50.0.1.01.00.00	Cota - Parte do ICMS	1.073.568,37	1.073.568,37	1.073.568,37	1.073.568,37	1.073.568,37	1.073.568,42	6.441.410,27

Natureza Jurídica não encontrada

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUACU

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2022

Metas Bimestrais de Arrecadação - Programado/Orçado (L.R.F., Artigo 13º da L.C. 101/00)

Seleção: Entidade = 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUACU

Código	Especificação	Bimestre 1	Bimestre 2	Bimestre 3	Bimestre 4	Bimestre 5	Bimestre 6	Total
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUACU		**9.940.181,87**	**9.940.181,87**	**9.940.181,87**	**9.940.181,87**	**9.940.181,87**	**9.940.185,49**	**59.641.094,84**
4.1.7.2.1.50.0.1.02.00.00	Cota - Parte do ICMS	1.171.552,63	1.171.552,63	1.171.552,63	1.171.552,63	1.171.552,63	1.171.552,65	7.029.315,80
4.1.7.2.1.50.0.1.03.00.00	Cota - Parte do ICMS	505.261,01	505.261,01	505.261,01	505.261,01	505.261,01	505.261,01	3.031.566,06
4.1.7.2.1.51.0.0.00.00.00	COTA-PARTE DO IPVA	141.624,66	141.624,66	141.624,66	141.624,66	141.624,66	141.624,77	849.748,07
4.1.7.2.1.51.0.1.00.00.00	COTA-PARTE DO IPVA - PRINCIPAL	141.624,66	141.624,66	141.624,66	141.624,66	141.624,66	141.624,77	849.748,07
4.1.7.2.1.51.0.1.01.00.00	Cota - Parte do IPVA	68.390,55	68.390,55	68.390,55	68.390,55	68.390,55	68.390,59	410.343,34
4.1.7.2.1.51.0.1.02.00.00	Cota - Parte do IPVA	42.815,97	42.815,97	42.815,97	42.815,97	42.815,97	42.815,99	256.895,84
4.1.7.2.1.51.0.1.03.00.00	Cota - Parte do IPVA	30.418,14	30.418,14	30.418,14	30.418,14	30.418,14	30.418,19	182.508,89
4.1.7.2.1.52.0.0.00.00.00	COTA-PARTE DO IPI - MUNICÍPIOS	13.745,95	13.745,95	13.745,95	13.745,95	13.745,95	13.746,06	82.475,81
4.1.7.2.1.52.0.1.00.00.00	COTA-PARTE DO IPI - MUNICÍPIOS - PRIN	13.745,95	13.745,95	13.745,95	13.745,95	13.745,95	13.746,06	82.475,81
4.1.7.2.1.52.0.1.01.00.00	Cota - Parte do IPI	6.756,96	6.756,96	6.756,96	6.756,96	6.756,96	6.757,01	40.541,81
4.1.7.2.1.52.0.1.02.00.00	Cota - Parte do IPI	4.032,10	4.032,10	4.032,10	4.032,10	4.032,10	4.032,13	24.192,63
4.1.7.2.1.52.0.1.03.00.00	Cota - Parte do IPI	2.956,89	2.956,89	2.956,89	2.956,89	2.956,89	2.956,92	17.741,37
4.1.7.2.1.53.0.0.00.00.00	COTA-PARTE DA CONTRIBUIÇÃO DE INTER	33.333,33	33.333,33	33.333,33	33.333,33	33.333,33	33.333,35	200.000,00
4.1.7.2.1.53.0.1.00.00.00	COTA-PARTE DA CONTRIBUIÇÃO DE INTI	33.333,33	33.333,33	33.333,33	33.333,33	33.333,33	33.333,35	200.000,00
4.1.7.2.1.53.0.1.01.00.00	Cota - Parte do CIDE	33.333,33	33.333,33	33.333,33	33.333,33	33.333,33	33.333,35	200.000,00
4.1.7.2.1.98.0.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DECORRENTES DE PAF	278.869,50	278.869,50	278.869,50	278.869,50	278.869,50	278.869,54	1.673.217,04
4.1.7.2.1.98.0.2.00.00.00	COTA-PARTE DO FETHAB	278.869,50	278.869,50	278.869,50	278.869,50	278.869,50	278.869,54	1.673.217,04
4.1.7.2.2.00.0.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DAS COMPENSAÇÕES F	31.166,66	31.166,66	31.166,66	31.166,66	31.166,66	31.166,70	187.000,00
4.1.7.2.2.52.0.0.00.00.00	COTA-PARTE ROYALTIES - COMPENSAÇÃO	31.166,66	31.166,66	31.166,66	31.166,66	31.166,66	31.166,70	187.000,00
4.1.7.2.2.52.0.1.00.00.00	COTA-PARTE ROYALTIES - COMPENSAÇ/	31.166,66	31.166,66	31.166,66	31.166,66	31.166,66	31.166,70	187.000,00
4.1.7.2.2.52.0.1.01.00.00	Cota-Parte Royaltes - Petroleo	31.166,66	31.166,66	31.166,66	31.166,66	31.166,66	31.166,70	187.000,00
4.1.7.2.3.00.0.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTI	215.435,42	215.435,42	215.435,42	215.435,42	215.435,42	215.435,61	1.292.612,71
4.1.7.2.3.50.0.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SIST	215.435,42	215.435,42	215.435,42	215.435,42	215.435,42	215.435,61	1.292.612,71
4.1.7.2.3.50.0.1.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SI	215.435,42	215.435,42	215.435,42	215.435,42	215.435,42	215.435,61	1.292.612,71
4.1.7.2.3.50.0.1.02.00.00	PAICI - Programa de Apoio ao Desenvolvin	10.640,00	10.640,00	10.640,00	10.640,00	10.640,00	10.640,00	63.840,00
4.1.7.2.3.50.0.1.03.00.00	PSF - Programa Saude Familia	103.392,63	103.392,63	103.392,63	103.392,63	103.392,63	103.392,68	620.355,83
4.1.7.2.3.50.0.1.03.01.00	PSF - Programa Saude Familia	47.176,04	47.176,04	47.176,04	47.176,04	47.176,04	47.176,04	283.056,24
4.1.7.2.3.50.0.1.03.02.00	PSF - Programa Saude Familia	56.216,59	56.216,59	56.216,59	56.216,59	56.216,59	56.216,64	337.299,59
4.1.7.2.3.50.0.1.04.00.00	PSB - Programa Saude Bucal	12.806,38	12.806,38	12.806,38	12.806,38	12.806,38	12.806,41	76.838,31
4.1.7.2.3.50.0.1.05.00.00	PAFB - Programa Assistencia Farmaceutic	26.345,50	26.345,50	26.345,50	26.345,50	26.345,50	26.345,50	158.073,00
4.1.7.2.3.50.0.1.06.00.00	Média e Alta Complexidade - MAC - SES	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	18.000,00

Natureza Jurídica não encontrada

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUACU

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2022

Metas Bimestrais de Arrecadação - Programado/Orçado (L.R.F., Artigo 13º da L.C. 101/00)

Seleção: Entidade = 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUACU

Código	Especificação	Bimestre 1	Bimestre 2	Bimestre 3	Bimestre 4	Bimestre 5	Bimestre 6	Total
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUACU		**9.940.181,87**	**9.940.181,87**	**9.940.181,87**	**9.940.181,87**	**9.940.181,87**	**9.940.185,49**	**59.641.094,84**
4.1.7.2.3.50.0.1.07.00.00	Diabetes Millitus	22.502,98	22.502,98	22.502,98	22.502,98	22.502,98	22.502,99	135.017,89
4.1.7.2.3.50.0.1.08.00.00	Programa Incentivo Alcance	6.065,14	6.065,14	6.065,14	6.065,14	6.065,14	6.065,19	36.390,89
4.1.7.2.3.50.0.1.09.00.00	SAMU - SES	30.682,79	30.682,79	30.682,79	30.682,79	30.682,79	30.682,84	184.096,79
4.1.7.2.9.00.0.0.00.00.00	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS	148.628,38	148.628,38	148.628,38	148.628,38	148.628,38	148.628,52	891.770,42
4.1.7.2.9.52.0.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DESTIN	87.833,32	87.833,32	87.833,32	87.833,32	87.833,32	87.833,40	527.000,00
4.1.7.2.9.52.0.1.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DEST	87.833,32	87.833,32	87.833,32	87.833,32	87.833,32	87.833,40	527.000,00
4.1.7.2.9.52.0.1.01.00.00	Transferência de Convenios para o Transp	46.166,66	46.166,66	46.166,66	46.166,66	46.166,66	46.166,70	277.000,00
4.1.7.2.9.52.0.1.02.00.00	Transferência de Convenios para a Merenc	41.666,66	41.666,66	41.666,66	41.666,66	41.666,66	41.666,70	250.000,00
4.1.7.2.9.99.0.0.00.00.00	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS	60.795,06	60.795,06	60.795,06	60.795,06	60.795,06	60.795,12	364.770,42
4.1.7.2.9.99.0.1.00.00.00	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DOS ESTAD	60.795,06	60.795,06	60.795,06	60.795,06	60.795,06	60.795,12	364.770,42
4.1.7.2.9.99.0.1.01.00.00	FETHAB - Fundo de Transporte e Habitaçã	51.075,90	51.075,90	51.075,90	51.075,90	51.075,90	51.075,94	306.455,44
4.1.7.2.9.99.0.1.02.00.00	FEAS - CO Financiamento	9.719,16	9.719,16	9.719,16	9.719,16	9.719,16	9.719,18	58.314,98
4.1.7.5.0.00.0.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕE	1.399.690,80	1.399.690,80	1.399.690,80	1.399.690,80	1.399.690,80	1.399.690,90	8.398.144,90
4.1.7.5.1.00.0.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNI	1.399.690,80	1.399.690,80	1.399.690,80	1.399.690,80	1.399.690,80	1.399.690,90	8.398.144,90
4.1.7.5.1.50.0.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUN	1.399.690,80	1.399.690,80	1.399.690,80	1.399.690,80	1.399.690,80	1.399.690,90	8.398.144,90
4.1.7.5.1.50.0.1.00.00.00	FUNDEB - TRANSFERÊNCIAS DE RECUR	1.399.690,80	1.399.690,80	1.399.690,80	1.399.690,80	1.399.690,80	1.399.690,90	8.398.144,90
4.1.7.5.1.50.0.1.01.00.00	Transferencia de Recursos do FUNDEB	315.392,34	315.392,34	315.392,34	315.392,34	315.392,34	315.392,38	1.892.354,08
4.1.7.5.1.50.0.1.02.00.00	Transferencia de Recursos do FUNDEB	861.229,79	861.229,79	861.229,79	861.229,79	861.229,79	861.229,83	5.167.378,78
4.1.7.5.1.50.0.1.03.00.00	Transferencia de Recursos do FUNDEB	45.000,00	45.000,00	45.000,00	45.000,00	45.000,00	45.000,00	270.000,00
4.1.7.5.1.50.0.1.04.00.00	Transferencia de Recursos do FUNDEB	178.068,67	178.068,67	178.068,67	178.068,67	178.068,67	178.068,69	1.068.412,04
4.1.9.0.0.00.0.0.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	121.476,86	121.476,86	121.476,86	121.476,86	121.476,86	121.476,91	728.861,21
4.1.9.2.0.00.0.0.00.00.00	INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCI	90.166,66	90.166,66	90.166,66	90.166,66	90.166,66	90.166,70	541.000,00
4.1.9.2.2.00.0.0.00.00.00	RESTITUIÇÕES	90.166,66	90.166,66	90.166,66	90.166,66	90.166,66	90.166,70	541.000,00
4.1.9.2.2.51.0.0.00.00.00	RESTITUIÇÕES DE RECURSOS DO FUNDEI	90.166,66	90.166,66	90.166,66	90.166,66	90.166,66	90.166,70	541.000,00
4.1.9.2.2.51.0.9.00.00.00	OUTRAS RESTITUIÇÕES	90.166,66	90.166,66	90.166,66	90.166,66	90.166,66	90.166,70	541.000,00
4.1.9.2.2.51.0.9.01.00.00	Restituição de Convênios - Financeiras	2.666,66	2.666,66	2.666,66	2.666,66	2.666,66	2.666,70	16.000,00
4.1.9.2.2.51.0.9.02.00.00	Outras Restituições	87.500,00	87.500,00	87.500,00	87.500,00	87.500,00	87.500,00	525.000,00
4.1.9.9.0.00.0.0.00.00.00	DEMAIS RECEITAS CORRENTES	31.310,20	31.310,20	31.310,20	31.310,20	31.310,20	31.310,21	187.861,21
4.1.9.9.9.00.0.0.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	31.310,20	31.310,20	31.310,20	31.310,20	31.310,20	31.310,21	187.861,21
4.1.9.9.9.99.0.0.00.00.00	OUTRAS RECEITAS	31.310,20	31.310,20	31.310,20	31.310,20	31.310,20	31.310,21	187.861,21
4.1.9.9.9.99.1.0.00.00.00	Outras Receitas Primárias	31.310,20	31.310,20	31.310,20	31.310,20	31.310,20	31.310,21	187.861,21

Natureza Jurídica não encontrada

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUACU

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2022

Metas Bimestrais de Arrecadação - Programado/Orçado (L.R.F., Artigo 13º da L.C. 101/00)

Seleção: Entidade = 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUACU

Código	Especificação	Bimestre 1	Bimestre 2	Bimestre 3	Bimestre 4	Bimestre 5	Bimestre 6	Total
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUACU		**9.940.181,87**	**9.940.181,87**	**9.940.181,87**	**9.940.181,87**	**9.940.181,87**	**9.940.185,49**	**59.641.094,84**
4.2.0.0.0.00.0.0.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	369.671,20	369.671,20	369.671,20	369.671,20	369.671,20	369.671,42	2.218.027,42
4.2.2.0.0.00.0.0.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS	1.333,33	1.333,33	1.333,33	1.333,33	1.333,33	1.333,35	8.000,00
4.2.2.3.0.00.0.0.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS INTANGÍVEIS	1.333,33	1.333,33	1.333,33	1.333,33	1.333,33	1.333,35	8.000,00
4.2.2.3.1.00.0.0.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS INTANGÍVEIS	1.333,33	1.333,33	1.333,33	1.333,33	1.333,33	1.333,35	8.000,00
4.2.2.3.1.01.0.0.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS INTANGÍVEIS	1.333,33	1.333,33	1.333,33	1.333,33	1.333,33	1.333,35	8.000,00
4.2.2.3.1.01.0.1.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS INTANGÍVEIS - PRI	1.333,33	1.333,33	1.333,33	1.333,33	1.333,33	1.333,35	8.000,00
4.2.2.3.1.01.0.1.01.00.00	Alienação de Titulos Mobiliários - Principal	1.333,33	1.333,33	1.333,33	1.333,33	1.333,33	1.333,35	8.000,00
4.2.4.0.0.00.0.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	368.337,87	368.337,87	368.337,87	368.337,87	368.337,87	368.338,07	2.210.027,42
4.2.4.1.0.00.0.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENT	250.186,52	250.186,52	250.186,52	250.186,52	250.186,52	250.186,53	1.501.119,13
4.2.4.1.4.00.0.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃ	250.186,52	250.186,52	250.186,52	250.186,52	250.186,52	250.186,53	1.501.119,13
4.2.4.1.4.50.0.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNI	108.776,08	108.776,08	108.776,08	108.776,08	108.776,08	108.776,08	652.656,48
4.2.4.1.4.50.0.1.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA U	108.776,08	108.776,08	108.776,08	108.776,08	108.776,08	108.776,08	652.656,48
4.2.4.1.4.50.0.1.01.00.00	Transf. Convênio da União destinadas a Pr	108.776,08	108.776,08	108.776,08	108.776,08	108.776,08	108.776,08	652.656,48
4.2.4.1.4.51.0.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNI	31.537,49	31.537,49	31.537,49	31.537,49	31.537,49	31.537,49	189.224,94
4.2.4.1.4.51.0.1.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA U	31.537,49	31.537,49	31.537,49	31.537,49	31.537,49	31.537,49	189.224,94
4.2.4.1.4.51.0.1.01.00.00	Prog. de Apoio ao Transp. Escolar - Educa	31.537,49	31.537,49	31.537,49	31.537,49	31.537,49	31.537,49	189.224,94
4.2.4.1.4.54.0.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNI	109.872,95	109.872,95	109.872,95	109.872,95	109.872,95	109.872,96	659.237,71
4.2.4.1.4.54.0.1.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA U	109.872,95	109.872,95	109.872,95	109.872,95	109.872,95	109.872,96	659.237,71
4.2.4.2.0.00.0.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DIST	118.151,35	118.151,35	118.151,35	118.151,35	118.151,35	118.151,54	708.908,29
4.2.4.2.2.00.0.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS ES	118.151,35	118.151,35	118.151,35	118.151,35	118.151,35	118.151,54	708.908,29
4.2.4.2.2.53.0.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS ES	47.119,99	47.119,99	47.119,99	47.119,99	47.119,99	47.120,04	282.719,99
4.2.4.2.2.53.0.1.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS	47.119,99	47.119,99	47.119,99	47.119,99	47.119,99	47.120,04	282.719,99
4.2.4.2.2.54.0.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS ES	59.429,09	59.429,09	59.429,09	59.429,09	59.429,09	59.429,19	356.574,64
4.2.4.2.2.54.0.1.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS	59.429,09	59.429,09	59.429,09	59.429,09	59.429,09	59.429,19	356.574,64
4.2.4.2.2.54.0.1.01.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DO	58.985,50	58.985,50	58.985,50	58.985,50	58.985,50	58.985,55	353.913,05
4.2.4.2.2.54.0.1.02.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DO	443,59	443,59	443,59	443,59	443,59	443,64	2.661,59
4.2.4.2.2.99.0.0.00.00.00	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIC	11.602,27	11.602,27	11.602,27	11.602,27	11.602,27	11.602,31	69.613,66
4.2.4.2.2.99.0.1.00.00.00	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊN	11.602,27	11.602,27	11.602,27	11.602,27	11.602,27	11.602,31	69.613,66

Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUACU
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2022
Metas Bimestrais de Arrecadação - Programado/Orçado (L.R.F., Artigo 13º da L.C. 101/00)
Seleção: Entidade = 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUACU

Código	Especificação	Bimestre 1	Bimestre 2	Bimestre 3	Bimestre 4	Bimestre 5	Bimestre 6	Total
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUACU		**9.940.181,87**	**9.940.181,87**	**9.940.181,87**	**9.940.181,87**	**9.940.181,87**	**9.940.185,49**	**59.641.094,84**
4.2.4.2.2.99.0.1.01.00.00	Outras Transferencias dos Estados - Princi	11.602,27	11.602,27	11.602,27	11.602,27	11.602,27	11.602,31	69.613,66
	TOTAL GERAL:	**9.940.181,87**	**9.940.181,87**	**9.940.181,87**	**9.940.181,87**	**9.940.181,87**	**9.940.185,49**	**59.641.094,84**

TERMO DE RESULTADO E HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO SRPº Nº 002/2022 PROCESSO Nº 008/2022

Do resultado:

A Prefeitura Municipal de Cotriguaçu/MT, torna público o resultado da Licitação, para conhecimento dos interessados que o Pregão Eletrônico- SRP nº 002/2022.

A empresa: ADOVANDRO LUIZ FRAPORTI CNPJ 07.554.943/0001-05 foi vencedora da licitação dos itens: 1. Com o valor global de R$ 54.000,00.

Da homologação:

O Prefeito Municipal, OLIRIO OLIVEIRA DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

a) Processo Nr.: 008/2022

b) Licitação Nr.: 002/2022

c) Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO

d) Data Homologação: 15/03/2022

e) Objeto da Licitação: "REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE POLTRONA HOSPITALAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO HOSPITAL MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE COTRIGUAÇU – MT".

OLIRIO OLIVEIRA DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

SEC. GOVERNO
DECRETO N.º 1.503, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022

Dispõe sobre a nomeação dos membros do Conselho Municipal de Educação – CME, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU-MT, OLIRIO OLIVEIRA DOS SANTOS, **no uso das suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal e pelo art.** 81, inciso III, da Lei Orgânica do Município; em conformidade com as disposições da Lei Municipal n.º 104/95, que dispõe sobre a criação, organização e funcionamento do Conselho Municipal de Educação, com as modificações introduzidas pela Lei Municipal n.º 395/2005 com as modificações introduzidas pela Lei Municipal n.º 395/2005,

DECRETA:

Art. 1.º Ficam nomeados os seguintes membros para compor o Conselho Municipal de Educação – CME, do Município de Cotriguaçu, Estado de Mato Grosso:

I – SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA: Miriam Miranda de Oliveira;

II - REPRESENTANTES DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL:

a) Titular: Valdirlei Aparecido Vaz; e,

b) Suplente: Gilmar Pereira Nunes;

III - REPRESENTANTES DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA:

a) Titular: Mislene Andréia Braga Casado; e,

b) Suplente: Carlos Niero Filho;

IV - REPRESENTANTES DOS PAIS:

a) Titular: Gisele Auxiliadora Ponde da Silva; e,

b) Suplente: Jocelaine Cristina Bernardi;

V - REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL:

a) Titular: Noeli Maria Lorandi; e,

b) Suplente: Valdete Veronez França da Silva.

VI - REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA:

a) Titular: Aparecida Costa Bravo;

b) Titular: Vanilda Aparecida Pinto;

c) Suplente: Regiane Castanha de Melo; e,

d) Suplente: Neri da Costa Lage.

Parágrafo Único. Os membros do Conselho Municipal de Educação – CME, do Município de Cotriguaçu, Estado de Mato Grosso, terão mandatos de 02 (dois) anos, com direito a reeleição, consoante o art. 6.º, da Lei Municipal n.º 104/95.

Art. 2.º A escolha do Presidente do Conselho Municipal de Educação – CME será dentre os membros titulares, pelo voto direto e secreto.

Art. 3.º Compete ao Conselho Municipal de Educação – CME:

I - elaborar o seu regimento;

II - definir a política Educacional no âmbito do Município;

III - aprovar os Planos de Educação no Município, definindo prioridades;

IV - exercer as atribuições que lhe forem delegadas pelo Conselho Estadual de Educação no caie se refere a interpretação, normatização e fiscalização do cumprimento da Legislação Federal e Estadual no âmbito e Jurisdição do Município;

V - acompanhar e fiscalizar a aplicação do percentual de recursos destinados à Educação definido na Lei Orgânica Municipal (artigo 135);

VI - estabelecer critério e sugerir medidas que visem à expansão e ao aperfeiçoamento do ensino no Município;

VII - emitir parecer sobre:

a) assuntos e questões de natureza educacional que lhe forem submetidos pelos Poderes Executivo e Legislativo Municipal;

b) Concessão de contribuições a instituições educacionais que o Poder Público Municipal submeter a apreciação;

VIII – fiscalizar o desempenho do Sistema Municipal de Ensino face às diretrizes e metas estabelecidas nos Planos;

IX - identificar e debater formas de integração e compatibilização de decisões e ações das diversas esferas de Governo no campo da Educação, visando ao melhor atendimento à população o a racionalização de esforços e recursos;

X - manter intercâmbio com o Conselho Estadual de Educação Conselhos Municipais diversos e outros órgãos educacionais.

Art. 4.º Os membros do Conselho Municipal de Educação – CME, não serão remunerados pelos serviços prestados, mas a atuação dos mesmos constituirá serviço público relevante e estabelecerá presunção de idoneidade moral.

Art. 5.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6.º Revogam-se as disposições em contrário.

Cotriguaçu-MT, 22 de Fevereiro de 2022.

OLIRIO OLIVEIRA DOS SANTOS

Prefeito Municipal

REGISTRADO e PUBLICADO por afixação na data supra no local de costume.

SEC. GOVERNO
DECRETO N.º 1.499, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

Decreta PONTO FACULTATIVO, *em decorrências do Evento Festivo do Carnaval 2022,* no âmbito dos Órgãos e Entidades da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo do Município de Cotriguaçu, Estado de Mato Grosso, e **dá outras providências.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU-MT, OLIRIO OLIVEIRA DOS SANTOS, **no uso das suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal e pelo art.** 81, inciso III, da Lei Orgânica do Município; e, CONSIDERANDO o Feriado Nacional de Carnaval, datado de 01 de março de 2022 (terça-feira),

DECRETA,

Art. 1.º PONTO FACULTATIVO, no âmbito dos **Órgãos e Entidades da** Administração Direta e Indireta do Poder Executivo do Município de Cotriguaçu, Estado de Mato Grosso, no dia 28 de fevereiro de 2022 (segunda-feira), em decorrências do Feriado Nacional e Evento Festivo do Carnaval 2022, datado de 01 de março de 2022 (terça-feira).

Art. 2.º Para todos os efeitos, o disposto no art. 1.º, do presente Decreto, não será aplicado para:

I - os serviços essenciais, tais como aqueles pertinentes às áreas de saúde, Hospital Municipal, Centro de Atendimento Covid, limpeza urbana, coleta de lixo e outros que se fizerem necessários, que exercerão as suas funções conforme determinação das Secretarias Municipais pertinentes; e,

II – as Unidades Educacionais vinculadas à Secretaria Municipal de Educação e Cultura que deverão seguir a programação constante do Calendário Escolar.

Parágrafo Único. As Unidades Básicas de Saúde e a Farmácia Básica manterão o expediente normal no dia 28 de fevereiro de 2022 (segunda-feira).

Art. 3.º Fica a critério da Administração Municipal a qualquer momento através de ato do Chefe do Poder Executivo Municipal ou do **Secretários Municipais/Chefes** de Órgãos Autônomos e Independentes da respectiva pasta, se necessário for, convocar todos ou parte dos servidores municipais para executarem tarefas consideradas inadiáveis e indispensáveis diante do interesse público, utilizando-se da jornada normal de trabalho.

Art. 4.º A Secretaria Municipal de Administração e o Setor de Recursos Humanos deverão dar ciência do inteiro teor do presente Decreto, mediante cópia, a todos:

I - os Secretários Municipais e Chefes de Órgãos Autônomos e Independentes da Municipalidade, para adoção das providências dispostas, neste Decreto.

II - os Órgãos e Entidades da Administração Pública Estadual e Federal, radicadas no Município de Cotriguaçu, Estado de Mato Grosso, com antecedência de, no mínimo, 03 (três) dias antes da data de 01 de março de 2022 (terça-feira), assim como a todas as Entidades de Classes da Indústria, do Comércio e de Prestação de Serviços com sede no Município.

Art. 5.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cotriguaçu-MT, 18 de fevereiro de 2022.

OLIRIO OLIVEIRA DOS SANTOS

Prefeito Municipal

REGISTRADO e PUBLICADO por afixação na data supra no local de costume.

TERMO DE JULGAMENTO DO PREFEITO

Processo Administrativo n.º 005/2022;

Pregão Eletrônico SRP n.º 001/2022;

Município de Cotriguaçu-MT;

W.K.F Dedetizadora EIRELI: Recorrente;

Contratação de empresa especializada em serviços de controle de pragas (dedetização, descupinização e desratização) em área interna e externa, limpeza e vedação do forro: Objeto;

Assunto: Recurso Administrativo.

Vistos etc...

Cuida-se do Recurso Administrativo interposto nos autos acima mencionado pela empresa, W.K.F DEDETIZADORA EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 13.255.330/0001-70, contra a decisão da Pregoeira Designada que entendeu pela habilitação da empresa, VALDEMIR BOGADO LTDA, mesmo não tendo essa empresa apresentado Licença Ambiental e Certidão do CREA da pessoa jurídica, conforme exigido no Edital o Certame, pelo subitem 9.1.2, alíneas “a” e “b” respectivamente.

Não foi apresentada contrarrazão recursal ao Recurso apresentado.

Desta feita, não havendo reconsideração da decisão pela Pregoeira Designada quanto ao Recurso interposto, os autos uma vez instruídos, foram encaminhados concluso ao Gabinete do Prefeito Municipal, com base no art. 109, § 4.°, da Lei Federal n.° 8.666/93, c/c o art. 9.°, da Lei Federal n.° 10.520/2002, para efeitos de julgamento.

É sucinto o relatório.

Passo a analisar e julgar o Recurso interposto pela Recorrente.

Inicialmente, preenchidas as formalidades recursais exigidas, o recurso da empresa, W.K.F DEDETIZADORA EIRELI, deve ser admitido, porém quanto ao mérito, de plano, constato que não lhe assiste razão.

Desta forma, com acerto a Pregoeira Designada quando afirma que a empresa, VALDEMIR BOGADO LTDA., apresentou um atestado de regularidade com os requisitos de licenciamento no âmbito estadual, assinado pelo responsável técnico da empresa, informando que a atividade de imunização e controle de pragas urbanas não é passível de licenciamento ambiental, haja vista que não consta no rol de atividades a serem licenciadas, conforme estabelecido no Decreto Estadual n.º 1.268/2022. Aliás, basta analisar a redação do mencionado Decreto, mesmo de forma superficial, que já é possível verificar que a atividade do código CNAE (81.22-2-00) do objeto da licitação (imunização e controle de pragas urbanas) está dispensada do licenciamento ambiental perante a Secretaria de Estado de Meio Ambiente de Mato Grosso – SEMA-MT, para todos os efeitos legais.

De outra parte, apreciando detidamente os autos, apesar de ser exigido pelo edital a apresentação do licenciamento ambiental, nota-se que no presente caso, existe uma impossibilidade material da referida apresentação, conforme bem mencionado pela pregoeira em sua decisão, em vista

das disposições do Decreto Estadual n.º 1.268/2022, que dispensa o referido licenciamento para a atividade de imunização e controle de pragas urbanas, cujo objeto a Municipalidade visa contratar.

Sendo assim, observados os princípios que regem e norteiam os processos licitatórios em geral, não se vislumbra fundamento legal ou normativo em vigor que autorize a não habilitação da empresa, VALDEMIR BOGADO LTDA, no presente caso, ante a impossibilidade material da apresentação do mencionado licenciamento ambiental.

Ademais, importante frisar nesse azo, como bem pontuou a Pregoeira Designada, que o licenciamento é exigido para comprovar que a empresa possui as medidas de contenção de danos ambientais, decorrente de suas atividades. Entretanto, o próprio Órgão Ambiental competente do Estado de Mato Grosso, ao definir por Decreto quais as atividades passíveis de licenças ambientais, não incluiu a atividade de imunização e controle de pragas urbanas no seu rol, certamente, por entender que referida atividade não é geradora de substancial dano em potencial ao meio ambiente, dispensando-a do licenciamento ambiental.

Noutra direção, também sustenta o recorrente como fundamento das suas razões recursais, que é possível obter o referido licenciamento ambiental para atividade de Coleta de Resíduos não Perigosos, o qual consta no CNAE da empresa, VALDEMIR BOGADO LTDA., alegando, em suma, que essa empresa deveria ter apresentado a mencionada licença. Sem embargo, entendo hilário tal postulado ou pretensão, mormente, considerando que os atos administrativos prendem-se em sua íntegra ao princípio da legalidade. Portanto, é inadmissível a exigência de um licenciamento ambiental para uma atividade que não condiz ou é distinto daquele objeto que está sendo licitado.

Outrossim, quanto a sustentação de que a empresa, VALDEMIR BOGADO LTDA., deixou de apresentar cópia do registro da empresa no Conselho Regional Competente, também não assiste razão a empresa Recorrente. Nesse aspecto, desfechou com acerto a Pregoeira Designada, vez que a alínea “b”, do subitem 9.1.2. do Edital do Certame, é claríssimo no sentido de que a exigência é de apresentação do Registro Técnico no Conselho Regional competente, do responsável técnico pelos serviços e da empresa, requisito que foi devidamente apresentado pela referida empresa, restando a interpretação da empresa Recorrente - no sentido de que o registro exigido é o da empresa (Pessoa Jurídica) – plenamente incorreta e inapropriada, no caso que nos ocupamos.

ANTE O EXPOSTO, com base no entendimento da Pregoeira Designada, nos fundamentos de fato e de direito registrados nas linhas acima e no mais que constam dos autos do Pregão Eletrônico SRP n.º 001/2022, CONHECO do Recurso Administrativo interposto pela empresa, W.K.F DEDETIZADORA EIRELI., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o n°. 13.255.330/0001-70, mas quanto ao seu mérito JULGO pelo seu IMPROVIMENTO e, consequentemente, mantenho inalterada a Decisão da Pregoeira prolatada nos autos do procedimento licitatório, no sentido da habilitação da empresa, VALDEMIR BOGADO LTDA.

Por consequência, DETERMINO a remessa destes autos a Pregoeira Designada, para que sejam tomadas as providências posteriores, na forma da legislação vigente, em especial, a publicação do extrato resumido do presente Termo de Julgamento no Diário Oficial de Contas do TCE-MT e/ou no Diário Oficial da AMM Diário Oficial, bem como a notificação pessoal ou via *e-mail* dos Representantes Legais das empresas, W.K.F DEDETIZADORA EIRELI, ora Recorrente, com cópia do inteiro teor do presente Termo.

DETERMINO, por fim, a Pregoeira Designada, que dê prosseguimento ao procedimento de licitação do Pregão Eletrônico SRP n.º 001/2022 até seus posteriores termos, na forma da legislação vigorante.

Cotriguaçu-MT, 18 de março de 2022.

Publique-se.

Notifique-se.

Cumpra-se.

OLIRIO OLIVEIRA DOS SANTOS

Prefeito Municipal

TERMO DE RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DA DISPENSA Nº 004/2022 - PROCESSO Nº 018/2022

O Prefeito Municipal de Cotriguaçu–MT, no uso das atribuições e de acordo com o art. 24 e 43, VI, da Lei Federal nº 8.666/93, e conforme consta no Processo a manifestação da Comissão Permanente de Licitação e de acordo com o Parecer da Assessoria Jurídica desta Prefeitura, Resolve RATIFICAR E HOMOLOGAR o presente Processo Licitatório.

a) Processo Nr: 018/2022

b) Licitação Nr: 004/2022

c) Modalidade: DISPENSA

d) Data Homologação: **18/03/2022**

e) Objeto da Licitação: **“CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROFISSIONAL TEMPORÁRIO DO TIPO PEDREIRO PARA REFORMA PARCIAL DA COBERTURA DA ESCOLA 07 DE SETEMBRO- OURO VERDE DOS PIONEIROS, COM MADEIRAMENTO INCLUSO”.**

EXTRATO DO CONTRATO 012/2022

De um lado a Prefeitura Municipal De Cotriguaçu-MT, inscrita no CNPJ sob o nº 37.465.309/0001-67, situada à av. 20 de dezembro, nº 725 – bairro centro em Cotriguaçu-MT, neste ato representada pelo Prefeito Municipal S.r. Olirio Oliveira Dos Santos, que doravante passa a ser identificado e chamado de **"CONTRATANTE"**, e a empresa **L. G. F. PAULI & CIA LTDA CNPJ 09.677.256/0001-02** endereçada em Logradouro Av Henrique Xavier Rodovalho, Número 487, Complemento ********, Cep 78.330-000, Bairro/Distrito Centro, Município Cotriguaçu UF MT, denominado **“CONTRATADO”**. Objeto: **“CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROFISSIONAL TEMPORÁRIO DO TIPO PEDREIRO PARA REFORMA PARCIAL DA COBERTURA DA ESCOLA 07 DE SETEMBRO- OURO VERDE DOS PIONEIROS, COM MADEIRAMENTO INCLUSO”.**

DISPENSA: 004/2022

PROCESSO: 018/2022

VALOR: O presente contrato tem o valor global de R$ 8.000,00 (oito mil reais) conforme proposta apresentada, que integra o presente instrumento e que é de pleno conhecimento das partes.

VIGÊNCIA: O presente contrato tem vigência de **21 de março de 2022 até 21 de julho de 2023** podendo ser prorrogado.

_____

OLIRIO OLIVEIRA DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO PESSOAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA PERÍCIA MÉDICA Nº 09/2022

OLIRIO OLIVEIRA DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, **CONVOCA** os Servidores abaixo relacionados para realização de **PERÍCIA MÉDICA** conforme encaminhamento descrito:

Servidores:

*1 – **LUCINEIA RODRIGUES BONFIM;***

*2 – **NEUSA MARIA DO NASCIMENTO MALLMANN;***

Data: *Perícia Médica em 25/03/2022*

Horário: A partir das 11:00 horas

Local: Centro de Ultrassonografia Juruena, consultório médico Dr. Cesar, Av. 24 de Setembro, nº 59, Bairro Centro, Juruena – MT.

Médico Perito: Dr. Cesar Francisco Aranibar Zavaleta

Sob pena de suspensão dos vencimentos, o periciando deverá comparecer no local, na data e hora informadas para avaliação médica, munido de todos os exames, laudos e demais documentos médicos que comprovem o histórico das moléstias adquiridas.

Informações complementares que se fizerem necessárias deverão ser solicitadas ao Departamento de Recursos Humanos, dentro do horário de expediente, 07:00 às 11:00 e das 13:00 às 17:00 pelo telefone (66) 3555-1224 ou (66) 98421-0536.

Cotriguaçu–MT, em 18 de Março de 2022.

OLIRIO OLIVEIRA DOS SANTOS

Prefeito de Cotriguaçu

SEC. GOVERNO
DECRETO N.º 1.508, DE 14 DE MARÇO DE 2022

DECLARA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA nas áreas do Município de Cotriguaçu, Estado de Mato Grosso, afetadas por Chuvas intensas - Código 1.3.2.1.4 - da Classificação e Codificação Brasileira de Desastres – COBRADE, conforme IN/MI 01/2012, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU-MT, OLIRIO OLIVEIRA DOS SANTOS, no uso das suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal e pelo art. 81, inciso III, da Lei Orgânica do Município; e com base no art. 8.º, Inciso VI, da Lei Federal n.º 12.608, de 10 de abril de 2012, que instituiu a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC; dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil - CONPDEC; e,

CONSIDERANDO:

I – as chuvas intensas – Código 1.3.2.1.4 - da Classificação e Codificação Brasileira de Desastres – COBRADE, que assolaram e assolam o município de Cotriguaçu-MT, no período de final de fevereiro e início de março de 2022, com drástica intensificação entre os dias 26 de fevereiro e 10 de março do corrente ano, causando grandes inundações em todo o município interrompendo a trafegabilidade das vias de acesso aos distritos e propriedades rurais, causando grandes prejuízos aos produtores de leite, pecuaristas, madeireiros e grande quantidade de pequenos produtores da agricultura familiar;

II – o Estado de Calamidade que causou também danos ao transporte escolar, ao atendimento à saúde nos distritos e comunidades rurais, ao sistema de captação e abastecimento de água do Município, considerados prejuízos de grande monta para o erário público e para a população em geral;

III – as informações trazidas pela Equipe de Infraestrutura e Obras da Municipalidade, dando conta dos seguintes fatos e circunstâncias que assolaram e assolam o Município, gerando danos e prejuízos de grande monta para o erário público e para a população em geral, pela necessidade de recuperações e construções de Pontes, Bueiros e Aterros no Município de Cotriguaçu-MT, conforme relacionados abaixo:

a) Pontes e Bueiros a ser recuperados na Sede, do Município de Cotriguaçu-MT:

1. Ponte na Linha 06, no Km 03;

2. Ponte na Linha R1, no Km 18;

3. Ponte na Linha 02, no Km 12;

4. Bueiro na Linha 12, no Km 08;

5. Pontes na Linha 14, no Km 14

6. Pontes na Linha 14, no Km 25;

7. Ponte sobre Rio Acordo, na Linha Vicinal 14, no Km 17;

8. Ponte na Linha 07, no Km 08;

9. Ponte na Linha 08, no Km 05;

10. Ponte Linha R1, no Km 20;

11. Ponte Linha 11, no Km 25;

12. Ponte Linha 15, no Km 14;

13. Ponte na Linha 13, Km 14;

14. Ponte na Linha Muriru, no Km 19;

15. Ponte na Linha 28, no Km 31;

16. Bueiro na Linha 02, no Km 18;

b) Pontes e Bueiros a ser construídos no Distrito de Nova União, PA Nova Cotriguaçu, no Município de Cotriguaçu-MT:

1. Ponte sobre o Rio Capivara, na Linha R1;

2. Ponte na Linha 07 - Nova Esperança, no Km 43;

3. Ponte na Linha 02, no Km 06;

4. Ponte na Linha 19, no Km 09;

5. Ponte na Linha 20, no Km 08;

6. Ponte na Linha 04;

7. Ponte na Linha 09, no Km 30;

8. Ponte na Linha R1, no Km 33;

9. Bueiro na Linha V5, no Km 32;

10. Bueiro Linha Muriru.

IV - as chuvas intensas que assolam o território municipal que, além das Pontes citadas nas alíneas acima, destruíram outras Pontes, Bueiros e Aterros no Município de Cotriguaçu-MT, sendo que a Equipe de Engenharia da Municipalidade já está realizando um levantamento para averiguar qual a situação das mencionadas obras de engenharia, as condições de suas estruturas, bem como o montante do dano em espécie ocorrido; e,

V – por derradeiro, a necessidade imperiosa da constituição da Comissão da Defesa Civil do Município de Cotriguaçu-MT, com a finalidade de acompanhar a situação das Pontes, Bueiros e Aterros no Município de Cotriguaçu-MT, e exarar Parecer Técnico sobre os sérios riscos à saúde pública, danos e prejuízos de grande monta causados de modo geral a toda a população radicada no território municipal em decorrência das chuvas intensas que atingiram e atingem o município, em todo o território municipal, razão pela qual urge a necessidade imperiosa da decretação e declaração de situação de emergência no Município de Cotriguaçu-MT,

DECRETA:

Art. 1.º FICA DECLARADA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA nas áreas do Município de Cotriguaçu, Estado de Mato Grosso, a ser informada no Formulário de Informações do Desastre - FIDE e demais documentos que integram o presente Decreto, em virtude do desastre classificado e codificado como Chuvas Intensas n.º 1.3.2.1.4, da Classificação e Codificação Brasileira de Desastres – COBRADE, consoante IN/MI n.º 01/2012.

Art. 2.º As Secretarias Municipais e demais Órgãos e Setores da Municipalidade, em conjunto e separadamente, ficam autorizados a atuar sob a coordenação da Comissão da Defesa Civil do Município de Cotriguaçu-MT, a ser constituída por Decreto do Executivo, nas ações de resposta ao desastre, na reabilitação do cenário e na sua, consequente, reconstrução.

Art. 3.º Com base no art. 24, Inciso IV, da Lei Federal n.º 8.666/93, sem prejuízo das restrições da Lei Complementar Federal n.º 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), ficam dispensados de licitação os contratos de

aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação e reconstrução dos cenários atingidos pelos desastres, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir da caracterização dos resultados de cada desastre isolado (chuvas intensas), vedada a prorrogação dos contratos.

Art. 4.º Fica DETERMINADO:

I - a todas as Secretarias Municipais, cada uma na sua área de atuação, com a colaboração de todos os Órgãos e Setores da Administração Pública Municipal e de terceiros interessados, realizar o levantamento de todos os danos e prejuízos causados pelas intensas chuvas que atingiram e assolam o território do Município de Cotriguaçu-MT, bem como elaborar ao final, em conjunto, uma planilha orçamentária do montante das despesas tanto para os cofres públicos quanto para os particulares, de forma estimada;

II – a Equipe de Engenharia da Municipalidade em conjunto com a Comissão da Defesa Civil do Município de Cotriguaçu-MT, a realização de um levantamento mais detalhado e minucioso sobre as Pontes, Bueiros e Aterros do Município que necessitam ser recuperadas e construídas, instruindo o estudo, com fotos, coordenadas geográficas e outras provas que for possíveis produzir, a fim de ser exarado uma Parecer Técnico a ser encaminhado para os Órgãos Estaduais e Federais de Defesa Civil, observada a legislação vigente na espécie.

Art. 5.º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, prorrogando seus efeitos pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 6.º Revogam-se as disposições em contrário

Cotriguaçu-MT, 14 de março de 2022.

OLIRIO OLIVEIRA DOS SANTOS

Prefeito Municipal

REGISTRADO e PUBLICADO por afixação na data supra no local de costume.

DEPARTAMENTO PESSOAL
EDITAL DE DESISTÊNCIA/RENUNCIA N° 17/2022

Considerando que o Edital de Convocação n° 040/2022 de 08/03/2022 estabeleceu o prazo de 10 dias para o envio da documentação necessária à Prefeitura Municipal, para posse no Processo Seletivo Simplificado 004/2021.

Considerando o não envio da documentação necessária à Prefeitura Municipal de Cotriguaçu os abaixo relacionados são reconhecidos como desistentes nas vagas oferecidas, reservando-se à Administração o direito de convocar outro candidato.

Convocado	Cargo
Cleber de Souza Gomes	Apoio Operacional

Cotriguaçu-MT, 18 de Março de 2022.

OLIRIO OLIVEIRA DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

SEC. GOVERNO
DECRETO N.º 1.502, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022

Dispõe sobre a Constituição da Comissão Paritária de Controle da Atividade Municipal Delegada, no âmbito do Município de Cotriguaçu, Estado de Mato Grosso, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU-MT, OLIRIO OLIVEIRA DOS SANTOS, **no uso das suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal e pelo art.** 81, inciso III, da Lei Orgânica do Município; e, com base no art. 5.º, da Lei Municipal n.º 1.152/2021, que dispõe sobre autorização para celebrar Termo de Cooperação com o Estado de Mato Grosso, por intermédio da Secretaria de Estado de Segurança Pública - SESP-MT, para fins de implantação de Atividade Municipal Delegada, no âmbito do Município de Cotriguaçu-MT, e dá outras providências,

DECRETA,

Art. 1.º Fica constituída a *Comissão Paritária de Controle da* Atividade Municipal Delegada, no âmbito do Município de Cotriguaçu, Estado de Mato Grosso, pelos seguintes integrantes abaixo relacionados, para o Exercício Financeiro de 2022, sob a presidência do 1.º (primeiro) relacionado:

NOME	CPF/MF	REPRESENTATIVIDADE
JACIELIO DO NASCIMENTO EUFRÁSIO	778.708.671-87	Poder Executivo Municipal
GEOVANE TORRENTE SILVA	045.551.511-51	Conselho - CONSEG
ROBSON DE OLIVEIRA PINTO	048.845.789-02	Polícia Militar do Estado de MT

Art. 2.º O Secretário da Comissão deverá ser designado pelo Presidente, mediante Termo de Compromisso de Secretário.

Art. 3.º Compete a Comissão Paritária de Controle da Atividade Municipal Delegada atestar o valor a ser repassado, a título de indenização, pelo exercício da referida Atividade Municipal Delegada, registrado em Planilha a ser encaminhada, mensalmente, pelo Comandante da 1.ª CiaPM, com o número das horas realizadas, individualmente, por Policial Militar, bem como o montante total em reais, conforme os valores estabelecidos pela **Lei Municipal n.º** 1.152/2021.

Art. 4.º Atestados os valores pela Comissão Paritária de Controle que trata o artigo anterior, o Poder Executivo Municipal efetuará diretamente o repasse em conta bancária previamente informada pelo Policial Militar que exerceu a Atividade Delegada.

Art. 5.º Os Integrantes da Comissão Paritária de Controle da Atividade Municipal Delegada, não serão remunerados pelos serviços prestados, mas a atuação dos mesmos constituirá serviço público relevante e estabelecerá presunção de idoneidade moral.

Art. 6.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 7.º Revogam-se as disposições em contrário.

Cotriguaçu-MT, 22 de fevereiro de 2022.

OLIRIO OLIVEIRA DOS SANTOS

Prefeito Municipal

REGISTRADO e PUBLICADO por afixação na data supra no local de costume.

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 3/2022 PREGÃO ELETRÔNICO-SRP Nº002/2022 PROCESSO Nº008/2022

ESTADO DO MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUACU

Processo Nº.: 8/2022
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 2/2022

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 3/2022

No dia 15 do mês de Março do ano de 2022, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUACU , Estado de MATO GROSSO, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 37.465.309/0001-67, com sede administrativa localizada na AVENIDA 20 DE DEZEMBRO, 725, bairro CENTRO, CEP nº. 78330-000, nesta cidade de Cotriguaçu/MT, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). OLIRIO OLIVEIRA DOS SANTOS, inscrito no CPF sob o nº. 115.202.302-06, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO nº. 2/2022, Processo Licitatório nº. 8/2022, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) "REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE POLTRONA HOSPITALAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO HOSPITAL MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE COTRIGUAÇU - MT' Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
13559	ADOVANDRO LUIZ FRAPORTI	1
13307	CIRURGICA MM HOSPITALAR EIRELI	
13102	PORTAL DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA	
13560	SEVEN COMERCIO E SERVICOS LTDA	

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: ..... (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
ADOVANDRO LUIZ FRAPORTI	07.554.943/0001-05		. . -
CIRURGICA MM HOSPITALAR EIRELI	17.059.112/0001-10		. . -
PORTAL DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA	26.570.361/0001-67		. . -
SEVEN COMERCIO E SERVICOS LTDA	40.989.882/0001-84		. . -

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:
"REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE POLTRONA HOSPITALAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO HOSPITAL MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE COTRIGUAÇU - MT'
Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de Por Item - Menor Preço, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 13559 - ADOVANDRO LUIZ FRAPORTI

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	AQUISIÇÃO DE POLTRONA HOSPITALAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO HOSPITAL MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE COTRIGUAÇU - MT	UNI	ALFRS	40,000	1.350,0000	54.000,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na aliena "d" do inciso II do caput e do §5° do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5° do art. 65 da Lei n° 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com conseqüente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4°, da Lei n° 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4° do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3° do Decreto Municipal n° 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços “de oficio” através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contrações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;

b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;

d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;

e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal n° 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;

f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4° do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea “a”, da Lei n° 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será sustado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;

b) cancelamento do preço registrado;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;

b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

a) advertência, por escrito, nas falta leves;

b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;

c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei n° 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Cotriguaçu para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Cotriguaçu,15 de Março de 2022.

OLIRIO OLIVEIRA DOS SANTOS
PREFEITO MUNICIPAL

Empresas Participantes:

ADOVANDRO LUIZ FRAPORTI	CNPJ: 07.554.943/0001-05	_____
CIRURGICA MM HOSPITALAR EIRELI	CNPJ: 17.059.112/0001-10	_____
PORTAL DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA	CNPJ: 26.570.361/0001-67	_____
SEVEN COMERCIO E SERVICOS LTDA	CNPJ: 40.989.882/0001-84	_____

EXTRATO DO CONTRATO Nº 008737/2022.P PREVI COTRI

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESTRATÉGICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, QUE ENTRE SI CELEBRAM INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE COTRIGUAÇU E A EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMACOES DA PREVIDENCIA – DATAPREV S.A.

Pelo presente Instrumento Particular, a EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA – DATAPREV S.A., empresa pública

constituída nos termos da Lei n.º 6.125, de 04/11/1974, alterada pela MP n.º 2.216-37, de 31/08/2001, com Estatuto Social aprovado pela 3ª Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 13 de novembro de 2017 e alterações posteriores, inscrita no CNPJ sob o n.º 42.422.253/0001-01, localizada na SAS Quadra 01, Bloco E/F, Brasília/DF, neste ato representada pelo seu Superintendente da Sup. de Relacionamento Comercial - SURC Saulo Milhomem dos Santos e seu Gerente do Departamento de Relacionamento Comercial - DERC Pedro Neto de Oliveira, doravante denominada simplesmente DATAPREV, de um lado, e, de outro, INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE COTRIGUAÇU, inscrita no CNPJ sob o nº 05.070.835/0001-31, localizada na AV 20 DE DEZEMBRO, COTRIGUAÇU/MATO GROSSO, neste ato representada por seu DIRETOR EXECUTIVO Leocádia Gomes Padilha, doravante denominada, simplesmente, CONTRATANTE, com fundamento na legislação aplicável, têm entre si ajustado o Contrato em referência, mediante as Cláusulas e condições seguintes:

Prestação de serviços estratégicos de solução de tecnologia da informação (TI) pela DATAPREV à CONTRATANTE, conforme especificações técnicas descritas no Anexo I (Modelo de Negócio), visando atender os objetivos estratégicos da CONTRATANTE. O valor total contratado estimado dos serviços a serem prestados é de R$ 9.000,00, conforme o Anexo I - Modelo de Negócios e o enquadramento da entidade segundo a SPREV, em publicação própria, considerando a Quantidade de Segurados Ativos, Aposentados e Pensionistas do RPPS. O valor estimado mensal correponde a R$ 150,00. O presente Contrato terá vigência pelo prazo de 60 (sessenta) meses a contar da data da sua última assinatura digital. Cotriguaçu 14 de março de 2022.

SEC. GOVERNO
LEI Nº 1.177/2022

Autoriza o Poder Executivo Municipal, a abrir Crédito Adicional Suplementar nas dotações orçamentárias por Fonte de Recursos que menciona, do Orçamento Vigente, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU-MT, faço saber que, a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei**:**

Art. 1.º Fica o Poder Executivo do Município de Cotriguaçu, Estado de Mato Grosso, autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar, no valor de R$ 190.000,00 (Cento e noventa mil reais), nas seguintes dotações Orçamentárias, do Orçamento Vigente para o Exercício Financeiro de 2022, aprovado pela Lei Municipal n.º 1.163, de 09 de dezembro de 2021:

Órgão: 07 – Secretaria Municipal de Saúde

Unidade 02- Fundo Municipal de Saúde

Função: 10 – Saúde

Sub Função: 301 – Atenção Básica

Programa: 13 – Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade: 2.047 – Gestão e Manutenção da Atenção Básica

Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Elemento de Despesa	Valor
33.90.14.00	600- Transferência Recursos SUS- Federal	Diária Civil	R$ 20.000,00
33.90.39.00	600- Transferência Recursos SUS- Federal	Outros Serviços de Terceiro PJ	R$ 130.000,00
TOTAL		**R$ 150.000,00**	

Sub Função: 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Programa: 13 – Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade: 2.039 – Gestão e Manutenção de Alta Complexidade- MAC

Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Elemento de Despesa	Valor
33.90.14.00	600- Transferência Recursos SUS- Federal	Diária Civil	R$ 20.000,00
33.90.14.00	621- Transferência Recursos SUS- Estado	Diária Civil	R$ 20.000,00
TOTAL		**R$ 40.000,00**	
TOTAL GERAL		**R$ 190.000,00**	

ART. 2º -Para da cobertura ao crédito aberto pelo artigo 1º desta Lei em igual valor, a seguinte dotação:

Órgão: 07 – Secretaria Municipal de Saúde

Unidade 02- Fundo Municipal de Saúde

Função: 10 – Saúde

Sub Função: 301 – Atenção Básica

Programa: 13: Fundo Municipal de Saúde

Projeto Atividade: 2.047 Gestão e Manutenção da Atenção Básica

Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Elemento	Valor
33.90.30.00	500-Transferencia Recursos SUS- Estado	Material de Consumo	R$ 150.000,00
TOTAL			**R$ 150.000,00**

Sub Função: 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Programa: 13 – Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade: 2.039 – Gestão e Manutenção de Alta Complexidade- MAC

Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Elemento de Despesa	Valor
33.90.30.00	600- Transferência Recursos SUS- Federal	Material de Consumo	R$40.000,00
TOTAL			**R$ 40.000,00**
TOTAL GERAL			**R$ 190.000,00**

Art. 3.º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a fazer as alterações necessárias e proceder à inclusão da despesa que trata a presente Lei, nos instrumentos de planejamento exigidos pela Lei Complementar Federal n.º 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), entre eles, na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, na Lei Orçamentária Anual – LOA e no Plano Plurianual – PPA, para o exercício financeiro de 2022.

Art. 4.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cotriguaçu-MT, 15 de março de 2022.

OLIRIO OLIVEIRA DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO (PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 117.088/2021)

TOMADA DE PREÇO N° 005/2022/PMC

ÓRGÃO SOLICITANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA - SMHARF

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PRESTADORA DE **SERVIÇOS DE SOLUÇÃO WEB DE CRM (CITIZEN RELATIONSHIP MENAGEMENT)** VISANDO O FORNECIMENTO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO PARA FORNECIMENTO DE LICENÇA DE DIREITO DE USO DE SOFTWARE DE ATENDIMENTO DA GESTÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, GESTÃO DE CARTEIRA IMOBILIÁRIA E GESTÃO DE DEMANDA HABITACIONAL, COM CAPACITAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ/SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, **SISTEMA DENOMINADO HABITANET**, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E LOCAIS CONSTANTES DO EDITAL E SEUS ANEXOS.

DATA E HORA: Às 09h00min. (nove horas) do dia 20 de abril de 2022 (fuso horário de Cuiabá).

LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA: Sala de Licitações localizada no subsolo da Prefeitura Municipal de Cuiabá - Palácio Alencastro, situado na Praça Alencastro, nº 158 - Bairro: Centro - Município de Cuiabá/MT.

INFORMAÇÕES: Secretaria Adjunta Especial de Licitações e Contratos/ Secretaria Municipal de Gestão – SAELC/SMGe - Telefone: (65) 3645-6241. Atendimento: das 08:00 as 12:00hs e das 14:00 às 18:00hs. E-mail: cpl@cuiaba.mt.gov.br.

AQUISIÇÃO DO EDITAL: O edital e seus anexos estarão disponíveis por meio do endereço: http://licitacao.cuiaba.mt.gov.br/licitacao/. Clicar na data designada para ocorrer a licitação.

Cuiabá/MT, 18 de Março de 2022.

Luciana Carla Pirani Nascimento

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Agmar Divino Lara de Siqueira

Secretário Adjunto Especial de Licitações e Contratos

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA MUNICIPAL Nº 121/2022

"DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DO PROJETO DE **SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE PAVIMENTO ASFÁLTICO COM MICRORREVESTIMENTO A FRIO COM EMULSÃO MODIFICADA COM POLÍMERO** EM DIVERSAS RUA E AVENIDAS DO MUNICÍPIO DE CURVELÂNDIA/MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JADILSON ALVES DE SOUZA - Prefeito Municipal de Curvelândia-MT, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - Por meio desta Portaria, através do Setor de Engenharia do Município de Curvelândia/MT, tornar público a APROVAÇÃO DO PROJETO de Serviços **de Manutenção e Conservação de Pavimento Asfáltico com Microrrevestimento a Frio com Emulsão Modificada com Polímero** em diversas rua e avenidas, conforme abaixo:

EXPEDIENTE	OBJETO	RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO	RESPONSAVEL PELA APROVAÇÃO
Aprovação de Projeto	**Serviços de Manutenção e Conservação de Pavimento Asfáltico com Microrrevestimento a Frio com Emulsão Modificada com Polímero em 65.460,01 m²**	Eduardo Emílio Chaves Diniz Engenheiro Civil CREA: MG 102603D	Eduardo Emílio Chaves Diniz Engenheiro Civil CREA: MG 102603D

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrária.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Curvelândia - MT, 16 de março de 2022.

_____

JADILSON ALVES DE SOUZA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

PORTARIA Nº 075/2022

PORTARIA Nº 075/2022

MANOEL LOUREIRO NETO, Prefeito Municipal do Município de Diamantino, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a Srª.**ANA ROSE BORGES DO NASCIMENTO,** portadora do RG nº 990338 SSP/MT, inscrita no CPF nº 651.854.201.20 como **Fiscal do Contrato nº 19/2022 –** cujo OBJETO é: **Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de produção audiovisual para a execução do projeto "Mulheres Diamante", em formato de web série, para atender as comemorações do mês das mulheres no município de Diamantino/MT.**

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Diamantino, 18 de março de 2022.

MANOEL LOUREIRO NETO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 039/2022/SMEC

PORTARIA Nº 039/2022/SMEC

A Secretária Municipal de Educação e Cultura do município de Diamantino, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei,

R E S O L V E:

Art. 1º - DESIGNAR a servidora **Maria do Carmo Queiróz Wirgues**, professora, matrícula nº 2977-1, CPF nº 411.948.451-34 RG nº426.911-0 SSP/MT, lotada na Escola Municipal Maria Euzébia Ferreira, para a função gratificada de **Diretora** na referida Escola, a partir de 04 de março de 2. 022, onde a mesma desenvolverá as atividades administrativas, pedagógicas e financeiras.

Art. 2º O subsídio será de conformidade com o valor definido na lei complementar nº 56 de 12 de Novembro de 2.019.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos financeiros a partir do dia **04 de março de 2.022**, ficando revogadas as disposições contrarias.

CUMPRA-SE, PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE.

Diamantino – MT, em 18 de março de 2022.

Profª Rosilei Carris Montini

Secretária Municipal de Educação e Cultura

AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2022

A Prefeitura Municipal de Diamantino-MT, torna público que ás **09:00 horas** do dia de **20 de abril de 2022**, serão recebidos os documentos de Habilitação e Proposta de preços para a **TOMADA DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE AGÊNCIA DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CRIAÇÃO, VEICULAÇÃO, PLANEJAMENTO, PESQUISAS E PRODUÇÃO DE MATERIAL PARA TELEVISAO, RÁDIO, JORNAL IMPRESSO E INTERNET, PARA ATENDIMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO/MT.** O Edital poderá ser obtido junto à Comissão Permanente de Licitação do Poder Executivo de Diamantino, durante o horário de expediente e também estará disponível no site www.diamantino.mt.gov.br . Maiores informações poderão ser solicitadas em horário de expediente através do telefone (65) 3336-6400/ 6423.

Diamantino-MT, 18 de março de 2022.

JOÃO PAULO LIMA

Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM AQUINO

LICITAÇÃO, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
EXTRATO DO 4º TERMO DE REALINHAMENTO DE PREÇOS ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 038/2021

EXTRATO DO 4º TERMO DE REALINHAMENTO DE PREÇOS ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 038/2021

PREGÃO Nº. 012/2021

CONTRATADA: AUTO POSTO BORDAS DO LAGO, CNPJ: 28.082.503/ 0002-53

OBJETO: O presente Termo tem como objeto o realinhamento de preços registrados na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 038/2021, originada pelo PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 012/2021, conforme requerido pela empresa AUTO POSTO BORDAS DO LAGO.

DATA DE ASSINATURA: 18/03/2022

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO 012/2022

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO 012/2022

Após constatada a regularidade dos atos procedimentais, o PREFEITO MUNICIPAL, abaixo assinado, **HOMOLOGA,** nos termos do Inciso VI do Art. 13 do Decreto nº 10.024/2019, o resultado do procedimento licitatório em epígrafe, cujo objeto é: *registro de preço para futura e eventual CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA COMODATO DE EQUIPAMENTOS LABORATORIAIS, COM FORNECIMENTO DE REAGENTES E INSUMOS PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES PARA O LABORATÓRIO MUNICIPAL DE ANÁLISES CLÍNICAS DO MUNICÍPIO DE DOM AQUINO.*

Fornecedores: HABX COMERCIO & PRESTACAO DE SERVICOS EM EQUIPAMENTOS DE HOSPITAIS E LABORATORIOS LTDA, detentora do CNPJ: 28.767.124/0001-16, no valor global de R$ 226.498,00 (duzentos e vinte e seis mil, quatrocentos e noventa e oito reais), conforme resultado do Pregão eletrônico nº 012/2022, destinado a atender a demanda da Secretaria de Saúde, deste município.

Nos termos do Parecer Jurídico, **HOMOLOGO,** o presente certame, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Dom Aquino-MT, 18 de março de 2022.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
EXTRATO DO 3º TERMO DE REALINHAMENTO DE PREÇOS ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 041/2021

EXTRATO DO 3º TERMO DE REALINHAMENTO DE PREÇOS ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 041/2021

PREGÃO Nº. 016/2021

CONTRATADA:AUTO POSTO BORDAS DO LAGO, CNPJ: 28.082.503/ 0002-53

OBJETO: O presente Termo tem como objeto o realinhamento de preços registrados na **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 041/2021**, originada pelo **PREGÃO Nº. 016/2021**, conforme requerido pela empresa **AUTO POSTO BORDAS DO LAGO**.

DATA DE ASSINATURA: 18/03/2022

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 020/2022

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 020/2022

CONTRATADA:ARUANAS INFORMATICA LTDA **- CNPJ: 40.735.739/ 0001-66**

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de Aquisição de notebooks para os professores da rede municipal de ensino, em atendimento ao objeto do Convenio 1151-2021-Seduc-MT, para atender a demanda da Secretaria de Educação, Esporte e Lazer, conforme condições, especificações, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, Edital e todos seus Anexos.

VALOR:R$ 202.000,00 (DUZENTOS E DOIS MIL REAIS)

DATA DE ASSINATURA: 18/03/2022

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE RETIFICAÇÃO E PRORROGAÇÃO DE EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 001/2022 REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2022

A Prefeitura Municipal de Feliz Natal - MT, através de seu Pregoeiro Oficial, vem, por meio deste, RETIFICAR o Edital - PREGÃO ELETRÔNICO N°. 001/2022, cujo objeto é o REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE VEICULO, CAMINHÃO CAÇAMBA, NOVO, ZERO KM 6X2, MOTOR DIESEL, POTÊNCIA MÍNIMA DE 250CV, CONFORME CONVÊNIO Nº. 29995/2021 / SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE - SUDECO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL – MT, conforme segue abaixo:

a). Fica alterado a data de abertura do certame, por interesse da Administração:

b). Considerando a retificação, fica prorrogada a data de abertura das propostas, para o dia **04 DE ABRIL DE 2022, às 08h00min,** (horário de Mato Grosso), mantido o local.

c). Por fim, esclarecemos que o Edital devidamente retificado poderá ser obtido junto ao Departamento de Licitação, durante o horário normal de expediente e também estará disponível no site: www.feliznatal.mt.gov.br. Maiores informações poderão ser obtidas junto à Comissão Permanente de Licitação, na Prefeitura Municipal, em horário de expediente, através dos Telefones: (66) 3585-2700.

Feliz Natal – MT, 18 de março de 2022.

JOAQUIM MARTINS DA SILVA NETO

PREGOEIRO

PORTARIA MUNICIPAL Nº. 023/2022

DEPARTAMENTO PESSOAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO 014/2022

CONCURSO PÚBLICO 001/2018

JOSÉ ANTONIO DUBIELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, convoca os candidatos relacionados, aprovados e classificados no Concurso Público, objeto do Edital do Concurso Público n° 001/2018 para se apresentar junto a Prefeitura Municipal, Avenida Maravilha, Praça da Bíblia, Centro, em horário comercial das 7 h às 11 h ou das 13 h ás 17 h, **A PARTIR DE 18 DE MARÇO DE 2022 ATÉ A DATA MÁXIMA DE 16 DE ABRIL DE 2022**, munido dos documentos necessários, constantes no item n° 12 do Edital Completo n° 001/2018, para eventual contratação.

CARGO: MÉDICO VETERINÁRIO			
NOME	**INSCRIÇÃO**	**PONTUAÇÃO**	**CLASSIFICAÇÃO**
ALINE FERNANDES SOARES	1312218	55,5	4° CLASSIFICADA

FELIZ NATAL – MT, 18 DE MARÇO DE 2022

JOSÉ ANTONIO DUBIELLA

PREFEITO MUNICIPAL

EMANUEL LIMA COSTA

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,

PLANEJAMENTO E FINANÇAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE

APOSTILA DE REAJUSTE DE PREÇOS Nº. 001/2022

APOSTILA DE REAJUSTE DE PREÇOS Nº. 001/2022

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 011/2022

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2022

PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 011/2022

Por meio do presente termo de apostila para reajuste de preços, o **MUNICÍPIO DE GAÚCHA DO NORTE**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público municipal, com sede administrativa na Av. Brasil nº 1200, Centro, Gaúcha do Norte - MT, devidamente inscrita no C.N.P.J./MF, sob o nº. 01.614.539/0001-01, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal o Sr. **VONEY RODRIGUES GOULART**, brasileiro, solteiro, pecuarista, residente e domiciliado na cidade de Gaúcha do Norte, inscrito no CPF nº. 402.603.301-59 e a empresa **JOÃO MARINHO**, doravante denominada CONTRATADA, inscrita no CNPJ nº 02. 378.934/0001-97, estabelecida na Avenida Brasil s/n, centro, na cidade de Gaúcha do Norte, Estado de Mato Grosso, neste ato pelo empresário Sr. **João Marinho**, portador da cédula de identidade RG nº 143.865- SSP/MS e do CPF nº 367.140.971-15, resolvem firmar o presente **termo de apostila** nos termos abaixo descritos,

CLÁUSULA PRIMEIRA - Em virtude de autorização da **Agencia Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustível – ANP**, órgãos Federal que regulamenta os preços do combustível, ficou alterado o valor do combustível licitados no referido certame para o fornecimento do objeto mencionado, conforme comprovação por notas fiscais de aquisição.

PARÁGRAFO ÚNICO: Com o reajuste acima mencionado, fica alterado o valor unitário de preço constante na Ata de Registro de Preços acima referenciado, ficando o novo preço, que será praticado **a partir do dia 18 de Março de 2022** do corrente ano e nos valores abaixo descritos:

ITEM	UND.	DESCRIÇÃO	Valor Anterior	Valor Alterado
01	lt	Diesel – S-10	6,49	7,17
02	lt	Gasolina comum	7,24	7,74
03	lt	Oleo diesel bs500	6,36	7,10

CLÁUSULA SEGUNDA - As despesas com execução da presente Apostila de Reajuste de Preços correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

GABINETE DO PREFEITO

ORGAO: 02

UNIDADE: 001

PROJ/ATIV: 20003

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.07

COD REDUZIDO: 257

ADMINISTRAÇÃO

ORGAO: 03

UNIDADE: 001

PROJ/ATIV: 20007

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.07

COD REDUZIDO: 268

SEC SAUDE

ORGAO: 06

UNIDADE: 002

PROJ/ATIV: 20009.

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.07

COD REDUZIDO: 288

SEC OBRAS

ORGAO: 09

UNIDADE: 001

PROJ/ATIV: 20042

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.07

COD REDUZIDO: 336

SEC FINANÇAS

ORGAO: 11

UNIDADE: 001

PROJ/ATIV: 20045

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.07

COD REDUZIDO: 357

SEC EDUCAÇÃO

ORGAO: 12

UNIDADE: 003

PROJ/ATIV: 20060

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.07

COD REDUZIDO: 380

ASSISTENCIA SOCIAL

ORGAO: 13

UNIDADE: 002

PROJ/ATIV: 20080

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.07

COD REDUZIDO: 413

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO

ORGAO: 08

UNIDADE: 003

PROJ/ATIV: 20035

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.07

COD REDUZIDO: 521

CLÁUSULA TERCEIRA - A presente Apostila de Reajuste de Preços ampara-se no artigo 65, II, d, e § 5º da Lei Nº 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS - As demais cláusulas e condições ajustadas na **ATA - SRP**, desde que compatíveis, permanecem inalteradas, sendo ratificadas neste ato pelas partes contratantes. Fica eleito o Foro da Comarca de Paranatinga – MT, para dirimir quaisquer dúvidas que por ventura surgirem em função da execução do presente termo o qual será assinado na presença de 02 testemunhas.

Gaúcha do Norte – MT, 18 de março de 2022.

MUNICÍPIO DE GAÚCHA DO NORTE

VONEY RODRIGUES GOULART

Prefeito Municipal

JOÃO MARINHO

CNPJ: 02.378.934/0001-97

CONTRATADO

Testemunhas: 1) _____CPF: _____

2)_____CPF: _____

CONTRATO Nº. 017/2022

CONTRATO Nº. 017/2022

Contrato que entre si celebram O MUNICÍPIO DE GAÚCHA DO NORTE e a empresa **MASCARELLO CARROCERIAS E ONIBUS LTDA**, COMO ABAIXO SE DECLARA.

Contrato que entre si celebram, de um lado a **MUNICÍPIO DE GAÚCHA DO NORTE,** Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público municipal, com sede administrativa à Avenida Brasil quadra 110 n°1.200, Centro, Gaúcha do Norte - MT, devidamente inscrita no C.N.P.J./MF, sob o nº. 01. 614.539/0001-01, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal o **Sr. VONEY RODRIGUES GOULART,** brasileiro, solteiro, pecuarista, residente e domiciliado na cidade de Gaúcha do Norte, inscrito no CPF nº. 402.603.301-59, que doravante denominado, simplesmente de CONTRATANTE e, de outro lado a empresa **MASCARELLO CARROCERIAS E ONIBUS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, regularmente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.440.065/0001-71, com sede Av. Aracy Tanaka Biazetto, nº 16.450, Santos Dumont, Cascavel/PR, CEP 85.804-605. , neste ato representada pelo Sr(a). Renato Ianelli, portador do RG nº 44.172.482-6 SSP/SP e do CPF nº 229.188.288-07, denominada simplesmente de CONTRATADA, firmam o presente Contrato, nos termos Processo nº 552108/2021-UNEMAT, têm como justos, pactuados e contratados este ajuste, nos termos da Lei Federal 10.520/02, Lei Federal nº 8.666/93, Lei Estadual nº 7.696/02 e Decreto Estadual nº 840/17 e suas respectivas alterações posteriores e Decreto Federal nº 10.024/2019, conforme as cláusulas e condições seguintes:

Cláusula Primeira - Do Objeto:

1.1. O presente Contrato tem por objeto a **aquisição de veículo, tipo ônibus, para atender a demanda da Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte-MT** , conforme Adesão à Ata de **Registro de Preços nº 016/2021 - UNEMAT**, advindo do **Pregão Eletrônico nº 016/2021 – UNEMAT**, o **Processo Administrativo nº 552108/2021- UNEMAT** e a proposta apresentada e adjudicada da empresa vencedora.

1.2. Para a presente contratação foi realizada a **Adesão à Ata de Registro de Preços nº 016/2021-UNEMAT**, advindo do **Pregão Eletrônico nº 016/2021 – UNEMAT**, o **Processo Administrativo nº 552108/2021- UNEMAT**, nos termos da Lei Federal 10.520/02, Lei Federal nº 8.666/93, Lei Estadual nº 7.696/02, Decreto Estadual nº 840/17 e Decreto Federal nº 10.024/2019.

1.3. Independentemente de transcrição fazem parte deste contrato o edital do **Pregão Eletrônico nº 016/2021 – UNEMAT**, o **Processo Administrativo nº 552108/2021-UNEMAT** e a proposta apresentada e adjudicada da empresa vencedora.

Cláusula Segunda - Das Especificações e Quantidades dos Materiais:

2.1. Os valores poderão eventualmente sofrer revisão (aumento ou decréscimos) nas seguintes hipóteses:

2.1.1. Para mais, visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do Contrato, na hipótese de sobrevir fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de conseqüências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior caso fortuito, fato do príncipe e fato da administração, nos termos do art. 65, II, “d” e § 5º da Lei 8.666/93;

2.1.2. Para menos, na hipótese do valor contratado ficar muito superior ao valor do mercado, ou, ainda, quando ocorrer o fato do príncipe previsto no art. 65, § 5º da Lei 8.666/93.

2.2. A revisão de preços será feita com fundamento em planilhas de composição de custos e/ou preço de mercado.

2.3. Nos preços supracitados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, etc.).

2.4. Os preços para os bens contratados são os constantes da proposta apresentada no Pregão, conforme discriminação abaixo:

Item	Especificação	Unid.	Quant.	Marca e Modelo	VL Unit.	VL Total
	Lt 001					
1	VEÍCULO ZERO KM, TIPO ÔNIBUS RODOVIÁRIO E DA LINHA DE PRODUÇÃO, ANO/MODELO DE ACORDO COM A NOTA FISCAL. MOTOR DIANTEIRO; MOVIDO A DIESEL; TURBO-ALIMENTADO; ADMISSÍVEL INTERCOOLER; COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 185 CV; TRANSMISSÃO MANUAL COM NO MÍNIMO 06 MARCHAS A FRENTE E 01 A RÉ, ADMISSÍVEL AUTOMÁTICA; DIREÇÃO HIDRÁULICA; AR CONDICIONADO DE TETO E DUTADO ORIGINAL DE FÁBRICA COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 125.000 BTUS; FREIO A AR COM DUPLO CIRCUITO INDEPENDENTE TIPO "S" CAME, FREIO MOTOR; SIRENE DE RÉ COM INTERRUPTOR NO PAINEL; MONTADO SOBRE CHASSI DE ÔNIBUS, COM PBT MÍNIMO HOMOLOGADO DE 15 TONELADAS; DISTÂNCIA MÍNIMA ENTRE EIXOS DE 5.000 MM. CARROCERIA DE ÔNIBUS PADRÃO RODOVIÁRIA COM COMPRIMENTO TOTAL MÍNIMO DE 11.000 MM; ALTURA INTERNA MÍNIMA DE 1.880 MM; LARGURA EXTERNA DA CARROCERIA MÍNIMA DE 2.500 MM; ISOLAMENTO TERMO-ACÚSTICO DO MOTOR. CAPACIDADE PARA TRANSPORTAR NO MÍNIMO 44 PASSAGEIROS SENTADOS, MAIS O MOTORISTA; NÃO DEVERÁ POSSUIR SANITÁRIO; POLTRONAS EXECUTIVA (SOFT) TIPO RODOVIÁRIA, RECLINÁVEIS DE NO MÍNINO TRÊS PONTOS DE REGULAGEM, COM LARGURA MÍNIMA DE 500 MM, REVESTIMENTO FRONTAL EM TECIDO E A TRASEIRA EM COURVIM OU TECIDO RESISTENTE PADRÃO DA LINHA DE MONTAGEM; ESPAÇO MÍNIMO ENTRE POLTRONAS DE 300 MM; POLTRONA DO MOTORISTA DOTADA DE AMORTECEDOR HIDRÁULICO, APOIO DE CABEÇA E CINTO DE SEGURANÇA DE 3 PONTAS. CARROCERIA DE ÔNIBUS TIPO PADRÃO RODOVIÁRIA, ESTRUTURA TOTAL (DIANTEIRA, TRASEIRA, LATERAIS E TETO) EM DURALUMÍNIO OU AÇO GALVANIZADO, CHAPEAMENTO EM ALUMÍNIO, SENDO PERMITIDAS MÁSCARAS (DIANTEIRA, TRASEIRA E TETO) EM FIBRA DE VIDRO E AÇO INCORPORADO; ACABAMENTO INTERNO E EXTERNO DE PRIMEIRA QUALIDADE COM VEDAÇÃO PERFEITA E SUFICIENTE PARA EVITAR INFILTRAÇÃO DE ÁGUA; DOTADO DE UMA PORTA LATERAL DIANTEIRA TIPO PANTOGRÁFICA COM DISPOSITIVO QUE IMPEÇA A ARRANCADA COM A PORTA ABERTA E UM SISTEMA DE ILUMINAÇÃO DOS DEGRAUS QUE É ACIONADO AO ABRIR A PORTA; JANELAS TIPO RODOVIÁRIA COM VIDROS MÓVEIS E CORTINAS, SAÍDAS DE EMERGÊNCIA EM CONFORMIDADE COM A NORMA NBR 15320 E SUAS ALTERAÇÕES; PARA-SOL COM REGULAGEM PRECISA; PORTA-PACOTE COMPLETO (AR, SOM E ILUMINAÇÃO); PAREDE DIVISÓRIA TOTAL COM PORTA SEPARANDO A CABINE DO SALÃO DOS PASSAGEIROS; SISTEMA DE ILUMINAÇÃO INTERNA CONSTITUÍDA DE LUMINÁRIAS LONGITUDINAIS EM TODA A EXTENSÃO DO TETO, COM LÂMPADAS FLUORESCENTES OU LED; SISTEMA DE SOM AMBIENTE COM RÁDIO AM/FM COM ENTRADA USB; BAGAGEIROS LATERAIS EXTERNOS; PISO REVESTIDO COM PASSADEIRA ANTIDERRAPANTE, PADRÃO ORIGINAL DE FÁBRICA E DA LINHA DE PRODUÇÃO; CAIXA DE VISTA COM A EXPRESSÃO "UNEMAT" E INDICAÇÃO ABREVIADA DO CÂMPUS. CAIXA DE FERRAMENTAS, SENDO A TAMPA REFORÇADA (NÃO TELADA) E FECHADURA; TAMPA DO TANQUE DE COMBUSTÍVEL COM FECHADURA. PINTURA INTERNA NA COR CINZA (MUNSELL N-3,5) ORIGINAL DE FÁBRICA E EXTERNA ORIGINAL DE FÁBRICA NA COR BRANCA; PARA-CHOQUES NA COR DO VEÍCULO; PNEUS: PADRÃO ORIGINAL DE FÁBRICA E DA LINHA DE PRODUÇÃO; EIXO: EIXO DIANTEIRO E EIXO TRASEIRO PADRÃO ORIGINAL DE FÁBRICA E DA LINHA DE PRODUÇÃO; SUSPENSÃO METÁLICA ORIGINAL DE FÁBRICA E DA LINHA DE PRODUÇÃO; SISTEMA ELÉTRICO ORIGINAL DE FÁBRICA E DA LINHA DE PRODUÇÃO; DEVERÁ POSSUIR DISPOSITIVO DE ACESSIBILIDADE À PESSOA COM DEFICIÊNCIA OU DPM – DISPOSITIVO DE POLTRONA MÓVEL, EM CONFORMIDADE COM A NORMA NBR 15320; CONSTRUÍDO DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR. COM TODOS OS EQUIPAMENTOS DE SÉRIE QUE ACOMPANHAM O VEÍCULO, BEM COMO, TODOS OS EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA EXIGIDOS PELO CONTRAN. FRETE, IMPOSTOS E SEGURO DE TRANSPORTE INCLUSOS. DEVIDAMENTE LICENCIADO E EMPLACADO JUNTO AO DETRAN DO ESTADO DE MATO GROSSO (CATEGORIA DO VEÍCULO: OFICIAL) CONFORME LEGISLAÇÃO. GARANTIA CONFORME TERMO DE GARANTIA ORIGINAL DE FÁBRICA DE NO MÍNIMO 12 MESES. UNIDADE.	**UN**	**01**	MARCA MASCAR ELLO, MODELO ELLO CHASSI VOLKSWAGEN MODELO 17-30	580.000,00	580.000,00
	VALOR TOTAL Lt 001 R$ 580.000,00					

Cláusula Terceira – Das Obrigações da Contratada

3.1. O(s) produto(s) contratado(s) deverá(ão) ser entregue(s) de acordo com a necessidade do CONTRATANTE;

3.2. O fornecimento deverá ser executado de forma a garantir os melhores resultados, cabendo à CONTRATADA otimizar a gestão de seus recursos humanos, com vistas à qualidade do fornecimento e à satisfação do CONTRATADA;

3.3. Prestar o fornecimento dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

3.4. Entregar o(s) produto(s) adjudicado(s), nos termos, prazos, quantidades, qualidade e condições estabelecidas conforme abaixo:

3.4.1.DOS PRAZOS, FORMA E LOCAIS DE ENTREGA DOS PRAZOS E HORÁRIOS DE ENTREGA

O prazo de entrega das quantidades contratadas será de até 150 (cento e cinquenta) dias após a emissão da ordem de fornecimento.

Os produtos serão entregues/instalados de segunda a sexta-feira, das 08:00 às 12:00 horas e das 14:00 às 18:00 horas.

Havendo causa impeditiva para o cumprimento dos prazos, a CONTRATADA deverá apresentar justificativa por escrito ao fiscal do contrato, indicando o prazo necessário, que por sua vez analisará e tomará as necessárias providências para a aceitação ou não das justificativas apresentadas.

3.4.2. Local de Entrega

O veículo objeto deste Pregão deverá ser entregues na Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte – MT CEP: 78.875-000; Avenida Brasil quadra 110 n°1. 200, Centro.

3.4.3. DA FORMA DE ENTREGA/EXECUÇÃO

3.4.3.1. O objeto inclui o fornecimento dos materiais e execução dos serviços, incluindo montagem.

3.4.3.2. As dimensões detalhadas (comprimento e altura das paredes), além dos endereços dos imóveis, serão informadas na Ordem de Serviços ou documento equivalente;

3.4.3.3. Os materiais deverão ser fornecidos em perfeitas condições de uso e de boa qualidade, não devem apresentar arranhões, diferença de cor, empenos, defeitos de corte e outros;

3.4.3.4. Durante o manuseio, atentar para que não ocorram pancadas ou quedas que provoquem qualquer tipo de avaria ao material;

3.4.3.5. Na entrega não será aceita troca de marca e fabricante dos produtos ofertados na proposta.

3.4.3.6. O descarregamento do produto ficará a cargo da CONTRATADA, devendo ser providenciada a mão de obra necessária.

3.5. A CONTRATADA deverá entregar o(s) produto(s) utilizando-se dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios próprios;

3.6. Responsabilizar-se pelo transporte, acondicionamento e entrega inclusive o descarregamento dos materiais;

3.7. Respeitar as normas de controle de bens e de fluxo de pessoas nas dependências dos Órgãos/entidades CONTRATANTE;

3.8. Comunicar imediatamente ao CONTRATANTE qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

3.9. Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, ao CONTRATANTE ou a terceiros;

3.10. A CONTRATADA responsabilizar-se-á integralmente pelo fornecimento contratado, cumprindo as disposições legais que interfiram em sua execução;

3.11. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

3.12. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

3.13. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

3.14. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

3.15. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

3.16. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

3.17. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

3.18. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

3.19. Substituir material entregue quando houver defeito de fabricação.

3.20. Recolher os materiais que no período de 30 (trinta) dias apresentarem defeitos sistemáticos de fabricação cobertos pela garantia técnica.

3.21. Substituir às suas expensas todos os materiais que apresentarem defeitos de fabricação ou desgastes prematuros cobertos pela garantia técnica.

3.22. Assumir inteira responsabilidade pela entrega dos materiais, como fretes, tributos, seguros e quaisquer outros encargos.

3.23. Proceder à entrega dos materiais, em conformidade com o quantitativo e especificações deste Termo.

3.24. Responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes do fornecimento dos produtos, tais como: salários; seguros de acidente; taxas, impostos e contribuições; indenizações; vale-refeição; vale-transporte e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo.

3.25. Respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências da Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte- MT.

3.26. Apresentar, sempre que solicitado, documentos que comprovem a procedência do produto fornecido.

3.27. Comunicar à Supervisão de Transporte qualquer anormalidade de caráter urgente (Recall), referente ao fornecimento do produto e prestar os esclarecimentos julgados necessários.

3.28. Responsabilizar-se pelas despesas decorrentes da entrega do objeto desta licitação, inclusive materiais, mão-de-obra, locomoção, transporte, seguros de acidentes, impostos, contribuições previdenciária, encargos trabalhistas, comerciais e outras decorrentes de sua execução.

3.29. Manter, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, a compatibilidade com as obrigações a serem assumidas e com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas nesta licitação.

3.30. Comunicar à Setor de Licitação (E-mail: licitacaogauchadonorte@gmail.com), quando da entrega do objeto no Órgão.

3.31. O primeiro registro deverá estar em nome da Prefeitura Municipal, sendo fornecido por concessionária ou montadora, conforme Art. 122, do Código de Trânsito Brasileiro (Lei federal nº 9.503 de 23 Set 1997) e Lei nº 6.729, de 28 de novembro de 1979.

3.32. A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias no objeto da aquisição, em até 25% (vinte e cinco por cento), do valor inicial do contrato.

3.33. Indenizar terceiros e/ou ao Órgão/Entidade, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

3.34. Demais obrigações e responsabilidades previstas na Lei nº. 8.666/93 e alterações, na Lei nº. 10.520/2002 e Decreto Estadual 840/2017 e alterações e Decreto Federal nº 10.024/2019;

3.35. A inobservância das regras previstas neste contrato acarreta descumprimento contratual absoluto, implicando a possibilidade de rescisão por iniciativa da Administração Pública.

Cláusula Quarta - Da Execução do Contrato:

4.1. O Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com Cláusulas contratuais e as normas da Lei 8.666/93, respondendo cada uma pelas conseqüências de sua inexecução total ou parcial;

4.2. A entrega dos objetos ora contratados serão acompanhados e fiscalizados por representante da Contratante, com atribuições específicas, por meio de termo específico de recebimento/entrega;

4.3. A fiscalização exercida na entrega dos bens não exclui a responsabilidade da Contratada, por quaisquer irregularidades resultantes de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência deste, não implica co-responsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos.

Cláusula Quinta – Da Garantia Contratual:

5.1. Fica dispensada a prestação de garantia para execução do contrato, conforme faculta o artigo 56 da Lei 8.666/93 e suas alterações.

Cláusula Sexta – Das Obrigações do Contratante:

6.1. A Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte-MT, obriga-se a:

6.2. Emitir ordem de fornecimento estabelecendo dia, hora, quantidade, local e demais informações que achar pertinentes para o bom cumprimento do objeto;

6.3. Fiscalizar, através de pessoa previamente designada, a execução do contrato;

6.4. Esclarecer eventuais dúvidas sobre detalhes dos serviços a serem executados e possíveis interferências que porventura não tenham sido suficientemente esclarecidas;

6.5. Efetuar os pagamentos devidos pela execução do objeto, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências estabelecidas no Edital;

6.6. Notificar por escrito, à contratada a ocorrência de quaisquer imperfeições no curso da execução do fornecimento, fixando prazo para sua correção;

6.7. Prestar informações e esclarecimentos pertinentes às normas internas da Universidade do Estado de Mato Grosso quanto ao uso das instalações, caso venham a ser solicitados pelos empregados da contratada;

6.8. Disponibilizar local adequado para a realização da entrega.

6.9. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pela CONTRATADA;

6.10. Notificar a CONTRATADA de qualquer alteração ou irregularidade encontrada na execução do contrato;

6.11. Receber os veículos entregues pela CONTRATADA, desde que estejam em conformidade com as especificações contidas neste Termo.

6.12. Notificar extrajudicialmente a CONTRATADA, quando detectadas irregularidades na entrega dos veículos.

6.13. Devolver, com a devida justificativa, o(s) veículo(s) entregues em desacordo com as especificações constantes da proposta da CONTRATADA.

6.14. Prestar as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.

6.15. Encaminhar o veículo para manutenção preventiva e corretiva somente em empresas autorizadas;

6.16. Supervisionar a entrega e a assistência técnica por intermédio das Unidades contempladas com os veículos.

6.17. Providenciar os pagamentos à licitante, mediante apresentação das Notas Fiscais/Faturas devidamente atestadas, nos prazos fixados.

Cláusula Sétima - Da Dotação Orçamentária:

7.1. As despesas decorrentes da aquisição/contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento, conforme a discriminação que segue:

SEC. MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL

ORGAO: 13

UNIDADE: 002

PROJ/ATIV: 10106

ELEMENTO DE DESPESA: 4.4.90.52.00.00

COD REDUZIDO: 185/541

7.2. As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, no exercício seguinte, correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento do mesmo.

Cláusula Oitava - Do Pagamento:

8.1. O pagamento será efetuado pela contratante em favor da contratada mediante nota de ordem bancária a ser depositada em conta corrente, no valor correspondente, data fixada de acordo com a Instrução Normativa 001/2007 – SAGP/SEFAZ publicada no DOE de 25/05/2007 (página 32), após a apresentação da nota fiscal/fatura devidamente atestada pelo fiscal da contratante.

8.2. A contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição e quantitativo dos serviços, o número e o nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento.

8.3. O pagamento a contratada para a execução dos serviços, objeto deste contrato, será conforme especificações constantes do relatório analítico de despesa devidamente aprovado pela contratante.

8.4. Caso constatado alguma irregularidade nas Notas Fiscais/Faturas, estas serão devolvidas a contratada, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

8.5. Nenhum pagamento isentará a contratada das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

8.6. A contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”.

8.7. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da contratada.

8.8. Não serão efetuados quaisquer pagamentos enquanto perdurar pendência de liquidação de obrigações, em virtude de penalidades impostas à contratada, ou inadimplência contratual.

8.9. O pagamento somente será efetuado mediante a apresentação dos seguintes documentos:

a) Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual, expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda da sede ou domicilio do credor;

b) Prova de regularidade junto à Divida Ativa do Estado, expedida pela Procuradoria-Geral do Estado da sede ou domicilio do credor;

c) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), quando o Poder Executivo do Estado de Mato Grosso for solidário na obrigação.

8.10. No caso de atraso de pagamento, será utilizado, para atualização do valor devido, o Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna – IGP-DI, caluna 2, publicada pela Fundação Getúlio Vargas.

.

Cláusula Nona - Da Vigência:

9.1. Para o fiel cumprimento das obrigações assumidas, será firmado Contrato com a adjudicatária, de acordo com a legislação vigente, com vigência de 12 (meses) meses após assinaturama, prorrogáveis, nos termos do inciso II do art. 57 da Lei n.º 8.666/93 e alterações posteriores, tendo seu extrato publicado no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso.

Cláusula Décima – Da Rescisão, do Reconhecimento dos Direitos da Administração Previstas no Art. 77 da Lei Federal 8.666/93:

10.1. O inadimplemento das cláusulas estabelecidas neste contrato pela contratada assegurará a Contratante o direito de rescindi-lo, no todo ou em parte, a qualquer tempo, mediante comunicação oficial de no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência à outra parte, em consonância com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

10.2. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei n° 8.666/93, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma lei, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

10.3. Tal rescisão poderá ocorrer a qualquer tempo mediante comunicação oficial de no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência à outra parte.

10.4. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à contratada o direito a prévia e ampla defesa.

10.5. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei n° 8.666/1993.

10.6. O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pela contratada poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.

Cláusula Décima Primeira – Das Sanções:

11.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

11.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

11.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

11.1.3. fraudar na execução do contrato;

11.1.4. comportar-se de modo inidôneo;

11.1.5. cometer fraude fiscal;

11.1.6. não mantiver a proposta.

11.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

11.2.1. advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

11.2.2. multa moratória de 0,1% (um décimo por cento) por dia, calculada sobre o valor do contrato ou parcela inadimplida, por até 30 (trinta) dias de atraso injustificado na execução do contrato;

11.2.3. multa moratória de 0,2% (dois décimos por cento) por dia, calculada sobre o valor do contrato ou parcela inadimplida, de 31 (trinta e um) a 60 (sessenta) dias de atraso injustificado na execução do contrato;

11.2.4. multa moratória de 0,3% (três décimos por cento) por dia, calculada sobre o valor do contrato ou parcela inadimplida, a partir de 61 (sessenta e um) dias de atraso injustificado na execução do contrato, quando o mesmo poderá ser rescindido nos termos dos arts. 77 a 80 da Lei nº 8.666/93;

11.2.5. multa moratória de 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor do contrato por dia de atraso injustificado pela reapresentação do material rejeitado, depois de esgotado o prazo fixado para substituição, correção ou reparação;

11.2.6. multa moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação dos dados de catalogação, quando for o caso; e

11.2.7. multa moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia de execução do contrato, ainda que seja para reforço, sendo que o atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração a promover a rescisão do contrato;

11.2.8. multa compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

11.2.9. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

11.2.10. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

11.2.11. impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública com o consequente descredenciamento pelo prazo de até cinco anos;

11.2.12. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.

11.3. As multas compensatória e moratória poderão ser aplicadas cumulativamente, até o limite de 30% (trinta por cento) do valor do contrato, e poderão, ainda, ser aplicadas concomitantemente com as demais sanções, facultada a defesa prévia do interessado no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data em que tomar ciência;

11.3.1. Para efeito de aplicação de multa, o valor do contrato será apurado deduzindo-se dele o valor das entregas realizadas dentro do prazo pactuado e aceitas pelo Contratante;

11.3.2. A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia de execução do respectivo contrato;

11.3.3. Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a contratada pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente;

11.3.4. As datas firmadas no canhoto da Nota Fiscal e no atesto do verso da própria Nota Fiscal deverão ser as mesmas, o que caracterizará a entrega do objeto contratado.

11.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas e os profissionais que:

11.4.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

11.4.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

11.4.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

11.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999;

11.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade;

11.7. As penalidades serão obrigatoriamente registradas.

Cláusula Décima Terceira - Do Direito de Petição:

13.1. No tocante a recursos, representações e pedidos de reconsideração, deverá ser observado o disposto no art. 109 da Lei nº 8.666\93.

Cláusula Décima Quarta – Da Fiscalização e Acompanhamento:

14.1. A fiscalização da execução do Contrato será exercida pelo responsável pela Secretaria Municipal de Assistência Social, neste ato denominado fiscal ou gestor do Contrato devidamente credenciado pela autoridade competente, ao que competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução (art. 67 Lei nº 8666/93), independentemente de qualquer outra supervisão, assessoramento e/ou acompanhamento do objeto que venha a ser determinado pela CONTRATANTE à seu exclusivo juízo. 14.1.1. O exercício da fiscalização pelo Contratante não excluirá nem reduzirá as responsabilidades de competência da Contratada.

14.2. As atribuições do fiscal do Contrato, que deve conhecer detalhadamente o instrumento contratual e o edital da licitação, sanando qualquer dúvida com os demais setores competentes da Administração para o fiel cumprimento das cláusulas neles estabelecidas:

a) acompanhar a execução contratual, em seus aspectos quantitativos e qualitativos;

b) registrar todas as ocorrências surgidas durante a execução do objeto;

c) determinar a reparação, correção, remoção, reconstrução ou substituição, às expensas da empresa Contratada, no total ou em parte, o objeto do Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

d) rejeitar, no todo ou em parte, obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o Contrato;

e) exigir e assegurar o cumprimento dos prazos previamente estabelecidos;

f) exigir o cumprimento das cláusulas do Contrato e respectivos termos aditivos (verificar a existência de possível subcontratação vedada contratualmente, por exemplo);

g) aprovar a medição dos serviços efetivamente realizados, em consonância com o regime de execução previsto no Contrato (o fiscal jamais deve atestar a conclusão de serviços que não foram totalmente executados);

h) liberar as faturas ou notas fiscais;

i) comunicar à autoridade superior, em tempo hábil, qualquer ocorrência que requeira decisões ou providências que ultrapassarem sua competência, em face de risco ou iminência de prejuízo ao interesse público;

j) receber o objeto contratual, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes;

l) manter controle das notas fiscais emitidas a fim de evitar que o valor do Contrato seja ultrapassado;

m) emitir atestados de avaliação dos serviços prestados (certidões ou atestados).

n) comunicar formalmente e com antecedência o seu afastamento das atividades de fiscalização para que assuma o substituto;

o) solicitar, em tempo hábil, com a concordância da unidade solicitante, os aditamentos do Contrato;

p) receber e dar o encaminhamento devido ás dúvidas ou questionamentos;

q) confeccionar relatórios circunstanciados de acompanhamento de execução da obra, ou de serviços contratados, ou de entrega de materiais;

r) apresentar, quando solicitado, especialmente pelos órgãos de controle, relatórios circunstanciados de acompanhamento de execução da obra, ou de serviços contratado, ou de entrega de materiais;

14.3. Cabendo ao fiscal acompanhar os prazos do Contrato, informando aos interessados e providenciando, em tempo hábil, a solicitação de aditamentos e alterações à Supervisão de Acompanhamento de Contratos;

14.4. O fiscal, a fim de se resguardar, deve protocolar, junto à autoridade superior, qualquer registro de dificuldade ou impossibilidade para o cumprimento de suas obrigações, com identificação dos elementos impeditivos do exercício da atividade, além das providências e sugestões que porventura entender cabíveis.

Cláusula Décima Quinta – Das Garantias e Assistência Técnica:

15.1. O prazo mínimo de Garantia Técnica do Objeto do Contrato será conforme previsto na especificação técnica. Todos os prazos serão contados a partir da data do seu Recebimento Definitivo.

15.2. O prazo a que se refere o subitem anterior será interrompido durante o período em que o veículo permanecer indisponível no prazo máximo de 30 (trinta) dias, aguardando as providências para reparação ou em manutenção pela CONTRATADA.

15.3. A Garantia Técnica deve abranger todo e qualquer defeito de fabricação, quer por falha de funcionamento ou por montagem ou, ainda, em decorrência de desgaste prematuro, em uso normal da viatura, nos seus diversos conjuntos, peças e acessórios, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE.

15.4. A ocorrência de qualquer defeito de funcionamento que provoque sua indisponibilidade, coberto pela garantia, implicará na obrigação, por parte da CONTRATADA, do transporte da viatura e da correção do problema no prazo máximo de até 30 (trinta) dias após a comunicação oficial, sem ônus para a CONTRATANTE, podendo ser prorrogado pela CONTRATANTE, mediante solicitação.

15.5. Os Campus deverão reportar à Supervisão de Transporte a constatação de todos os defeitos de funcionamento não solucionados pela assistência técnica, no mais curto prazo possível, para as providências decorrentes.

15.6. A CONTRATADA se compromete agilizar a reparação ou substituição do material defeituoso, por materiais novos, não recondicionados e disponibilizar todos os meios ao seu alcance, com o objetivo de reduzir o prazo de devolução do material reparado ou entrega de um material substituto.

15.7. O não cumprimento dos prazos previsto para correção dos defeitos poderá acarretar, a critério da CONTRATANTE, as penalidades estipuladas na legislação pertinente, sobretudo as elencadas na Lei Nº 8.666/93.

15.8. Quando houver necessidade de substituição de materiais defeituosos pela CONTRATADA, a mesma se compromete a utilizar peças e conjuntos de reparação genuínos, não se admitindo a reposição com produtos recuperados.

15.9. A Garantia Técnica não se aplicará aos materiais e conjuntos danificados em decorrência de acidente, a menos que tenha sido ocasionado por material defeituoso. Caso haja indícios de que o acidente tenha sido causado por material defeituoso, far-se-á necessário um Inquérito Técnico, a cargo da CONTRATANTE, acompanhada pela CONTRATADA, a fim de que se apurem as causas, efeitos e responsabilidades do acidente.

15.10. A Garantia Técnica se aplicará, também, aos materiais e conjuntos de reparação novos substituídos ou aplicados aos veículos após o acidente.

15.11. Os custos decorrentes da realização do Inquérito Técnico serão de responsabilidade da CONTRATADA ou CONTRATANTE, conforme apuração da responsabilidade do acidente.

Cláusula Décima Quinta – Das Disposições Gerais:

15.1. Este Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas previstas na Lei nº 8.666/93, no Decreto Estadual nº 840/2017 e Decreto Federal nº 10.024/2019, respondendo elas pelas conseqüências de sua inexecução total ou parcial.

15.2 O Contratante poderá revogar este Contrato, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado;

15.2.1. A declaração de nulidade deste Contrato opera retroativamente, impedindo efeitos jurídicos que nele, ordinariamente, deverá produzir, além de desconstituir os que porventura já tenha produzido;

15.2.2. A nulidade não exonera o Contratante do dever de indenizar o Contratado pelo que este houver executado até a data em que ela for declarada e por outros prejuízos regularmente comprovados, contanto que não lhe seja imputável, promovendo a responsabilidade de quem lhe deu causa;

Cláusula Décima Sexta – Dos Casos Omissos:

16.1. Os casos omissos relativos à execução deste contrato administrativo serão resolvidos pelas partes, com a estrita observância das disposições contidas nos termos da Lei Federal 10.520/02, Lei Federal nº 8.666/93, Lei Estadual nº 7.696/02, Decreto Estadual nº 840/2017 e suas respectivas alterações posteriores e Decreto Federal nº 10.024/2019, bem como as demais legislações complementares aplicáveis a espécie.

Cláusula Décima Sétima – Da Cláusula Anticorrupção:

17.1. Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, o que deve ser observado, ainda, pelos prepostos e colaboradores.

Cláusula Décima Oitava – Do Foro:

18.1. Para dirimir todas as questões oriundas do presente Contrato será competente o foro da Comarca de Paranatinga, Estado de Mato Grosso.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente Contrato, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da CONTRATANTE, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Gaúcha do Norte- MT, 15 de Março de 2022.

MUNICÍPIO DE GAÚCHA DO NORTE

Voney Rodrigues Goulart

CONTRATANTE

MASCARELLO CARROCERIAS E ONIBUS LTDA

05.440.065/0001-71

CONTRATADO

Fiscal do Contrato

Portaria nº:

TESTEMUNHAS:

1)_____

2)_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO

ANEXO DA LEI Nº 1088/2021

ANEXO I

ESCALONAMENTO DO DÉFICIT ATUARIAL DA LEI Nº1088/2021 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2021

ANO DE AMORTIZAÇÃO	ALÍQUOTA
2021	11,00%
2022	12,97%
2023	14,94%
2024	16,90%
2025	18,87%
2026	20,84%
2027	22,81%
2028	24,77%
2029	26,74%
2030	28,71%
2031	30,68%
2032	32,64%
2033	34,61%
2034	36,58%
2035	38,55%
2036	40,51%
2037	42,48%
2038	44,45%
2039	46,42%
2040	48,38%
2041	50,35%
2042	52,32%
2043	54,29%
2044	56,25%
2045	58,22%
2046	60,19%
2047	62,16%
2048	64,13%
2049	66,09%
2050	68,06%
2051	70,03%
2052	72,00%
2053	73,96%
2054	75,93%
2055	77,90%

PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIAVAÍ

AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL SRP 008/2022

A Prefeitura Municipal de Indiavaí-MT, através do Pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados que realizará a licitação na modalidade de Pregão Presencial SRP por ITEM nº 008/2022, cujo Objeto é: Registro de Preços para Futuras Aquisições de tubos de concreto armado e transporte. Dia: 31/03/2022. Entrega dos Envelopes: Até as 08:00 horas (Horário de Mato Grosso), do dia 31/03/2022. Edital Completo: Afixado no endereço Rua NS do Carmo, s/n, Centro, Indiavaí/MT. CEP 78.295-000, no site www.indiavai.mt.gov.br e no e-mail pmindiavailicitacao@gmail.com, **(quando o edital for baixado pelo site as empresas deverão encaminhar seus dados empresariais para o e-mail (**pmindiavailicitacao@gmail.com); Abertura do envelope Nº 01: Às 08:30 horas, do dia 31 março de 2022, no endereço acima. Fundamento Legal: Regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, regulamentada pelo Decreto 3.555/2000 e

subsidiariamente pela Lei 8.666 de 21/06/93 (com alterações da Lei 8883/94 e da Lei nº 9.648/98).

Indiavaí – MT. 18 de Março de 2022.

CLEBER PEREIRA DOS SANTOS

Pregoeiro Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 054/2022

PORTARIA N° 054/2022

SÚMULA: "Atribui responsabilidades ao servidor que menciona e da outras providencias."

O Excelentíssimo Senhor EDU LAUDI PASCOSKI, Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, amparado pela Lei Complementar Municipal 120/2022 e Lei Complementar Municipal 107/2020 e suas alterações posteriores.

RESOLVE:

Art. 1º. Atribuir ao Sr. RHONATA CORREA SCHEEREN, matricula 1221, efetivo no cargo de **Guarda de Patrimônio 40h**, a responsabilidade pelas atribuições do cargo de *Vistoriador da Agencia Municipal de Trânsito do Município*.

Art. 2°. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 15 de março de 2022.

Afixado no Mural desta Prefeitura
Em _____/_____/2022

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se e Afixe

Emerson Sabatine

Secretário de Finanças e Planejamento

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
AVISO - PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 006/2022

Em conformidade com o disposto no art. 24, Inciso II da Lei Federal nº 8.666/93, justifica-se e ratifica-se a dispensa de licitação para **Dispensa de Licitação para "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DECORAÇÃO PARA "MOSTRA CULTURAL DE ITANHANGÁ", DE ACORDO COM O TERMO DE CONVÊNIO N° 1723/2021 FIRMADO COM A SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA, ESPORTE E LAZER DO ESTADO DE MATO GROSSO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ – MT".**

FUNDAMENTO LEGAL: art. 24, inciso II da Lei Federal n° 8.666/93.

CONTRATADA: JOSY SOFIA SILVA DE SOUZA BARBOSA 96467789172

CNPJ: 35.821.415/0001-00

Endereço: Rua Valdecir Martins, n° 824, Bairro: Centro, na cidade de Itanhangá – MT – CEP: 78579-000.

VALOR GLOBAL: R$ 5.150,00 (cinco mil cento e cinquenta reais).

VIGÊNCIA: 60 (sessenta dias).

HOMOLOGO.

Itanhangá – MT, 18 de março de 2022.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
AVISO DE PUBLICAÇÃO - PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 005/2022

Em conformidade com o disposto no art. 24, Inciso II da Lei Federal nº 8.666/93, justifica-se e ratifica-se a dispensa de licitação para **Dispensa de Licitação para "AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO AOS PARTICIPANTES DO "ITA-DANCE" DO PROJETO MOSTRA CULTURAL DE ACORDO COM O TERMO DE CONVÊNIO N° 1723/2021 FIRMADO COM A SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA, ESPORTE E LAZER DO ESTADO DE MATO GROSSO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ – MT"**

FUNDAMENTO LEGAL: art. 24, inciso II da Lei Federal n° 8.666/93.

CONTRATADA: ELIZEU DE OLIVEIRA & CIA LTDA – EPP.

CNPJ: 10.545.178/0001-71.

Endereço: Rua Santo Antônio, n° 621, Centro, na cidade de Itanhangá – MT – CEP: 78579-000.

VALOR GLOBAL: R$ 4.121,32 (quatro mil cento e vinte e um reais e trinta e dois centavos).

VIGÊNCIA: 60 (sessenta dias).

HOMOLOGO.

Itanhangá – MT, 18 de março de 2022.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 123/2022

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 123/2022.

Data da vigência: 24/02/2022 a 24/02/2023

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT

CONTRATADO(A): RENATO ROCHA.

Objeto: Contrato Administrativo nº 123/2022 firmado entre as partes de 24/02/2022 a 24/02/2023, o qual visa a prestação de serviços por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público no Cargo de MOTORISTA - OURO BRANCO DO SUL.

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA LEGISLATIVA Nº 028/2022

DISPÕE SOBRE PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA POSSE DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIA.

Alcides Anfilofio de Campos Ferreira, Presidente da Câmara Municipal de Itiquira, Estado de Mato Grosso (gestão 2021/2022), no uso das atribuições que lhes confere a Lei e, especialmente na lei municipal nº 379/99, no edital de concurso público nº 001/2020 e no art. 1º Edital de Convocação nº001/2022, desta casa de leis,

Considerando requerimento escrito formulado pelo candidato Felipe Douglas Santos Lucas, solicitando prorrogação no prazo de sua posse por um novo período de 30(trinta) dias,

RESOLVE:

Art. 1º Fica prorrogado o prazo de posse do Candidato Felipe Douglas Santos Lucas no cargo de advogado, pelo prazo de 30 (trinta) dias, a contar do termo final do prazo anteriormente concedido.

Art.2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registra-se,

Publica-se.

Itiquira-MT, 18 de março de 2022.

Alcides Anfilofio de Campos Ferreira
Presidente
(Gestão 2021/2022)

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 132/2022.

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 132/2022.

Data da vigência: 09/03/2022 a 09/03/2023

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT

CONTRATADO(A): LINDINALVA CAMPOS MOTA.

Objeto: Contrato Administrativo nº 132/2022 firmado entre as partes de 09/03/2022 a 09/03/2023, o qual visa a prestação de serviços por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público no Cargo de AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS.

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 120/2022.

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 120/2022.

Data da vigência: 22/02/2022 a 19/12/2022

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT

CONTRATADO(A): CATIANA FERNANDA BOARETTO.

Objeto: Contrato Administrativo nº 120/2022 firmado entre as partes de 22/02/2022 a 19/12/2022, o qual visa a prestação de serviços por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público no Cargo de PROFESSOR NÍVEL II - AREA DE PEDAGOGIA - ITIQUIRA.

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 078/2022.

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 078/2022.

Data da vigência: 03/02/2022 a 03/02/2023

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT

CONTRATADO(A): TATIELIN RODRIGUES DE SOUZA.

Objeto: Contrato Administrativo nº 078/2022 firmado entre as partes de 03/02/2022 a 03/02/2023, o qual visa a prestação de serviços por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público no Cargo de AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL.

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 133/2022.

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 133/2022.

Data da vigência: 14/03/2022 a 14/03/2023

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT

CONTRATADO(A): ANDERSON ADORNO DE MATOS.

Objeto: Contrato Administrativo nº 133/2022 firmado entre as partes de 14/03/2022 a 14/03/2023, o qual visa a prestação de serviços por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público no Cargo de TÉCNICO DE RAIO X - OURO BRANCO DO SUL.

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N° 128, DE 18 DE MARÇO DE 2022.

PORTARIA N° 128, DE 18 DE MARÇO DE 2022.

Exonera o Servidor que menciona para exercer cargo em comissão de livre nomeação e exoneração, e dá outras providencias.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, incisos I, combinado com o art. 95, inciso II da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO a necessidade de adequação funcional na estrutura administrativa do Poder Executivo/Prefeitura, para cumprimento das atribuições estabelecidas na legislação pertinente em vigor,

R E S O L V E:

Art. 1° - Exonerar o Servidor abaixo relacionado, para o exercício do cargo em comissão, de livre nomeação e exoneração**, a partir de dia 28/02/2022,** como segue:

1- **JAMISSON PAIXÃO SANTOS**

CPF: 007.490.645-36

COORDENADOR DE AÇÕES PROGRAMATICAS ESTRATÉGICAS - CAPE.

Art. 2° - Caberá aos órgãos competentes do Poder Executivo, as providências pertinentes, de acordo com a legislação em vigor, inclusive quantos aos procedimentos orçamentários e financeiros.

Art. 3° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos à 28/02/2022 e revoga-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira-MT, 18 de março de 2022.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

FABIANO DALLA VALLE

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 094/2022.

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 094/2022.

Data da vigência: 07/02/2022 a 19/02/2022

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT

CONTRATADO(A): LUCIENE GONÇALVES RIBEIRO.

Objeto: Contrato Administrativo nº 094/2022 firmado entre as partes de 07/02/2022 a 19/02/2022, o qual visa a prestação de serviços por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público no Cargo de PROFESSOR - AREA DE CIENCIAS HUMANAS - SJB.

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 090/2022.

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 090/2022.

Data da vigência: 04/02/2022 a 04/02/2023

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT

CONTRATADO(A): JOÃO PEREIRA DE ANDRADE.

Objeto: Contrato Administrativo nº 090/2022 firmado entre as partes de 04/02/2022 a 04/02/2023, o qual visa a prestação de serviços por tempo de-

terminado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público no Cargo de MOTORISTA.

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA LEGISLATIVA N.º 030/2022.

Retifica e Reedita a Portaria n.º027/2022, Dispõe sobre nomeação do Servidor Público Efetivo e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Itiquira, Estado de Mato Grosso, neste ato representada pela Mesa Diretora (gestão 2021/2022), no uso de suas atribuições legais e com base na legislação vigente no País, especialmente a Lei Orgânica e Leis Municipais nº 379/99, 971/2017 (e alterações) e demais normas vigentes.

Considerando, a Lei Municipal nº 379/99 em seu artigo 9º, inciso I e demais constante na Lei,

Considerando, a necessidade de adequação do salário base, conforme leis municipais nºs. 1090/2020, 1125/2021 e 1166/2022, que dispõem sobre com RGA Revisão Geral Anual,

Considerando, a necessidade de reeditar a respectiva portaria para retificar o texto de seu artigo 3º passando a ter a seguinte redação.

RESOLVE:

Art. 1º- NOMEAR, MARCOS DIEGO TEIXEIRA CAMPOS, brasileiro, solteiro, filho de Altemir Campos e Geralda Teixeira, natural de Itiquira, Estado de Mato Grosso, nascido em 21 de dezembro de 1993, portador do CPF/MF 029.036.771-90, RG 1870692-4 SSP/MT, para ocupar o cargo de AGENTE DE SEGURANÇA, a partir de 15 de março de 2022.

Art. 2º- Conforme previsão do art. 46, inciso III, da Lei municipal nº 971/2017, o servidor nomeado terá as seguintes atribuições : Serviços de vigilância do imóvel onde se situa a sede da Câmara Municipal, bem como todos os bens móveis e documentação existente na parte interna desse imóvel, protegendo-a contra roubo, furto, depredação ou qualquer tipo de violação, depreciação ou lapidação dos patrimônios do legislativo de modo geral; bem como manter a ordem interna, inclusive acionando os serviços policiais em caso de perigo iminente; controlar entrada e saída de pessoas e veículos no recinto interno do prédio; atender as determinações e diretrizes da Secretaria Executiva.

Parágrafo Único: Os Direitos, deveres e Responsabilidades estão previstos na Lei Municipal 379/99 e alterações nos seguintes artigos:

Direitos- Artigos 39 a 47.

Deveres- Artigos 109 e 110.

Responsabilidades- artigos 114 a 119.

Art. 3º- O salário base do servidor, será em conformidade com o disposto no art.12 da Lei Municipal 971/2017(e alterações), anexos I e II, totalizando a importância de R$ 1.553,72 (um mil, quinhentos e cinquenta e três reais e setenta e dois centavos).

Art. 4º - A carga horária será de 06 horas ininterruptas, com início ao 12h00 e término às 18h00.

Parágrafo único: O horário é passível de mudança, conforme necessidade da administração.

Art. 5º- Esta Portaria entrará em vigor, a partir da data de sua publicação.

Registra-se

Publica-se

Itiquira-MT, 18 de março de 2022.

Alcides Anfilofio de Campos Ferreira Presidente	Eufrazio Cabral da Costa 1º Secretário

_____

Enildo da Silva Paniago

2º secretário

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 085/2022.

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 085/2022.

Data da vigência: 04/02/2022 a 04/02/2023

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT

CONTRATADO(A): JOÃO VITOR MESSIAS DA SILVA.

Objeto: Contrato Administrativo nº 085/2022 firmado entre as partes de 04/02/2022 a 04/02/2023, o qual visa a prestação de serviços por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público no Cargo de CARPINTEIRO.

CAMARA MUNICIPAL
RESOLUÇÃO N.º 001/2022

Autoria: Mesa Diretora da Câmara Municipal de Itiquira

DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DO USO DOS VEÍCULOS OFICIAIS PELO PRESIDENTE DO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE ITIQUIRA-MT.

A CÂMARA MUNICIPAL DE ITIQUIRA – ESTADO DE MATO GROSSO, com fulcro no regimento Interno aprovou, e o presidente promulga a seguinte Resolução:

RESOLUÇÃO:

Artigo 1º - Fica autorizado o Presidente desta casa legislativa, assim como quem eventualmente o represente, a utilização dos veículos oficiais pertencentes ao Poder Legislativo.

Artigo 2º- O procedimento para utilização dos veículos oficiais pelo Presidente ou por quem o represente, será o instituído pelo Decreto Legislativo nº 01/2014 e instruções normativas da unidade de controle interno.

Artigo 3º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário;

Itiquira-MT, 15 de março de 2022.

Alcides Anfilofio de Campos Ferreira Presidente		**Eufrázio Cabral da Costa 1º Secretário**	
	Enildo da Silva Paniago 2º Secretário		

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 080/2022.

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 080/2022.

Data da vigência: 04/02/2022 a 19/12/2022

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT

CONTRATADO(A): APARECIDA SILVA PEREIRA.

Objeto: Contrato Administrativo nº 080/2022 firmado entre as partes de 04/02/2022 a 19/12/2022, o qual visa a prestação de serviços por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público no Cargo de PROFESSOR NIVEL II - AREA DE PEDAGOGIA-OURO BRANCO DO SUL.

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA LEGISLATIVA N.º 029/2022.

Retifica e Reedita a Portaria n.º026/2022, Dispõe sobre nomeação da Servidora Pública Efetiva e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Itiquira, Estado de Mato Grosso, neste ato representada pela Mesa Diretora (gestão 2021/2022), no uso de suas atribuições legais e com base na legislação vigente no País, especialmente a Lei Orgânica e Leis Municipais nº 379/99, 971/2017 (e alterações) e demais normas vigentes.

Considerando, a Lei Municipal nº 379/99 em seu artigo 9º, inciso I e demais constante na Lei,

Considerando, a necessidade de adequação do salário base, conforme leis municipais nºs. 1090/2020, 1125/2021 e 1166/2022, que dispõem sobre com RGA Revisão Geral Anual,

Considerando, a necessidade de reeditar a respectiva portaria para retificar o texto de seu artigo 3º passando a ter a seguinte redação.

RESOLVE:

Art. 1º- NOMEAR, **ÉDINA PEREIRA DE ANICÉSIO**, brasileira, filha de Antonio Pereira de Anicésio e Doralice Pereira de Anicésio, natural de Itiquira, Estado de Mato Grosso, nascida em 03 de outubro de 1979, portadora do CPF/MF 935.876.431-72, RG 1341065-2 SSP/MT, para ocupar o cargo de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS**, a partir de 10 de março de 2022.

Art. 2º- Conforme previsão do artigo 46, inciso I, da Lei Municipal nº 971/2017, a servidora nomeada terá as seguintes atribuições: Manter todos os ambientes em perfeito funcionamento; promover a limpeza de todo o imóvel e seus móveis; manter todos os ambientes higienizados; utilizar e armazenar corretamente os produtos químicos utilizados; recolher periodicamente o lixo a parte externa da sede da Câmara; utilizar-se de luvas e equipamentos necessários a preservação de sua saúde; estar atento para a correta limpeza dos aparelhos eletrônicos evitando danos materiais e físicos durante o processo de limpeza; comunicar a Secretária Executiva quando verificar algum defeito na parte elétrica, hidráulica ou estrutural da sede; manter o jardim em perfeito estado e disponibilizar café e água gelada durante todo o expediente; atender as determinações e diretrizes da Secretaria Executiva.

Parágrafo Único: Os Direitos, deveres e Responsabilidades da servidora ora nomeada, estão previstos na Lei Municipal 379/99 (e alterações) nos artigos abaixo e demais legislação vigente.

Direitos- Artigos 39 a 47.

Deveres - Artigos 109 e 110.

Responsabilidades – artigos 114 a 119.

Art. 3º- O salário base da servidora, será em conformidade com o disposto no art.12 da Lei Municipal 971/2017(e alterações), anexos I e II, totalizando a importância de R$ 1.553,72 (um mil, quinhentos e cinquenta e três reais e setenta e dois centavos).

Art. 4º - A carga horária será de 06 horas ininterruptas, sendo de responsabilidade da administração a definição o horário de entrada e saída.

Parágrafo único: O horário é passível de mudança, conforme previsto no artigo 98 § 2º, inciso VI, no máximo 08 horas diárias, com intervalo de 2 horas para a refeição.

Art. 5º- Esta Portaria entrará em vigor, a partir da data de sua publicação.

Registra-se

Publica-se

Itiquira-MT, 18 de março de 2022.

Alcides Anfilofio de Campos Ferreira Presidente	Eufrazio Cabral da Costa 1º Secretário

_____

Enildo da Silva Paniago

2º secretário

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 084/2022.

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 084/2022.

Data da vigência: 04/02/2022 a 04/02/2023

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT

CONTRATADO(A): JOSIMAR PEREIRA DA SILVA.

Objeto: Contrato Administrativo nº 084/2022 firmado entre as partes de 04/02/2022 a 04/02/2023, o qual visa a prestação de serviços por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público no Cargo de MOTORISTA - OURO BRANCO DO SUL.

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 124/2022.

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 124/2022.

Data da vigência: 24/02/2022 a 24/02/2023

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT

CONTRATADO(A): TALIANA APARECIDA MOTA DA SILVA.

Objeto: Contrato Administrativo nº 124/2022 firmado entre as partes de 24/02/2022 a 24/02/2023, o qual visa a prestação de serviços por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público no Cargo de NUTRICIONISTA - ITIQUIRA.

ASSESSORIA TÉCNICA DE LICITAÇÃO
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 002/2021

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 002/2021

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA/MT E STAF SISTEMAS LTDA - EPP, CNPJ nº 07.941.056/0001-90

OBJETO: O Presente aditivo tem como objeto a prorrogação da vigência do contrato nº 002/2021 assinado em 19/03/2021 por mais 12 (doze) meses, a partir de 19/03/2022, que tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE LICENÇA E LOCAÇÃO DE SISTEMAS INTEGRADOS DE GESTÃO PÚBLICA, COM ACESSOS SIMULTÂNEOS PARA USUÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, INCLUINDO CONVERSÃO DE DADOS, IMPLANTAÇÃO E TREINAMENTO.

Valor total: R$ 420.000,00 (quatrocentos e vinte mil reais), sendo o valor mensal em R$ 35.000,00 (trinta e cinco mil).

Data de Assinatura: 18/03/2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA

LICITAÇÃO E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO - CONCORRÊNCIA PÚBLICA 005/2022

A Prefeitura Municipal de Jaciara-MT, através da Comissão Permanente de Licitação, nomeada pela Portaria nº 153/2021 de 06 de abril de 2021, torna público que realizará Licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA PÚBLICA DE N.º 005/2022** do tipo **MENOR PREÇO**, sob a forma de execução indireta, em regime de **EMPREITA POR PREÇO GLOBAL**, que tem como objeto a "**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUTAR OBRA DE CONSTRUÇÃO DO MIRANTE – AVENIDA COROADOS NO MUNICÍPIO DE JACIARA–MT, ATRAVÉS DO CONVENIO N.°1969/2021/SEDEC**", nos termos da Lei Federal n.º 8666/93 e alterações posteriores, a realizar-se no dia 25 DE ABRIL DE 2022 – 13:30h - MT. Os interessados poderão obter o Edital completo através do site www.jaciara.mt.gov.br ou na Prefeitura, à Av. Antonio Ferreira Sobrinho,

n.º 1075, das 12:00 às 18:00 horas. Informações: tel. (0**66) 3461 7925. Jaciara-MT, 18 de Março de 2022.

ADEVANIR MARCOS RODRIGUES DE ARAÚJO

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

LICITAÇÃO E CONTRATOS
RESULTADO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO N. 006/2022

A Prefeitura Municipal de Jaciara - MT, através do Pregoeiro nomeado, torna público que, referente ao o procedimento Licitatório - modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO n.º 006/2022**, que tem por objeto o "**REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA ATENDER OS SERVIÇOS DE SAÚDE NO MUNICÍPIO DE JACIARA– MT",** onde foram vencedoras as empresas **DIHOL DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA** ao valor global de **R$ 58.990,00** (Cinquenta e oito mil novecentos e noventa reais), **OLIMPIO EQUIPAMENTOS HOSPITALARES EIRELI** ao valor global de **R$ 226.522,80** (Duzentos e vinte seis mil quinhentos e vinte dois reais e oitenta centavos), **IBF – INDÚSTRIA BRASILEIRA DE FILMES S/A** ao valor global de **R$ 203.760,00** (Duzentos e três mil setecentos e sessenta reais**), JARAGUÁ MERCANTIL EIRELI** ao valor global de **R$ 165,62** (Cento e sessenta cinco reais e sessenta dois centavos), **VALLEN DIAGNÓSTICO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA** ao valor global de **R$ 19.400,00** (Dezenove mil e quatrocentos reais), **M. CARREGA COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA** ao valor global de **R$ 11.500,00** (Onze mil e quinhentos reais), **CIRURGICA MM HOSPITALAR EIRELI** ao valor global de **R$ 8.745,00** (Oito mil setecentos quarenta cinco reais).

Jaciara-MT, 18 de março de 2022.

Adevanir Marcos Rodrigues de Araújo

Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Jaciara/MT

LICITAÇÃO E CONTRATOS
TERMO DE RECEBIMENTO PROVISORIO

A Prefeitura Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, inscrita no C. N.P.J nº 03.347.135/0001-16, com sede na avenida Antonio Ferreira Sobrinho nº 1075, Centro. Tendo vistoriado os serviços do Contrato Nº: **020/ 2021, - Lote 01 "Execução de Obras de**Readequações na Creche Alzira Souza Dutra no Município de Jaciara-MT.**",** executada com **Recurso Próprio,** cujo licitação **CARTA CONVITE Nº 004/2021** a cargo da empresa **PARREIRA CONSTRUTORA E COMÉRCIO DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA,** inscrita no CNPJ/MF **sob o nº 41.142.058/ 0001-57,** constatou que os mesmos foram executados em conformidade com as exigências contratuais, no que concerne aos elementos visíveis, estando em condição de **RECEBIMENTO PROVISÓRIO.**

Para a Prefeitura Municipal de Jaciara-MT fica considerado, a partir desta data, cumprido o pacto contratual para todos os efeitos legais, sendo então considerada recebida **PROVISORIAMENTE** do Serviço Prestado.

Jaciara/ MT, 28 de Fevereiro de 2022.

DIEFERSON CAMPOS

Engenheiro Civil – Prefeitura Municipal de Jaciara-MT

LICITAÇÃO E CONTRATOS
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2022 - PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS RECURSOS RECEBIDOS E APLICADOS NO MUNICÍPIO DE JACIARA, REFERENTE AO TERCEIRO QUADRIMESTRE DE 2021.

Aos dezesseis dias do mês de março de dois mil e vinte e dois, às quatorze horas e doze minutos, no Plenário da Câmara Municipal de Vereadores, sito a Rua Jurucê, Nº. 1.201 em Jaciara-MT. Em cumprimento as metas fiscais do terceiro quadrimestre do exercício de 2017, nos termos do artigo 9º, § 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal, foram apresentadas à população as atividades desenvolvidas no Terceiro Quadrimestre por cada Secretaria. A Audiência Pública contou com a presença de representantes das Secretarias de Administração e Finanças, Planejamento e Desenvolvimento Econômico, Secretaria de Educação, Cultura, Desporto e Lazer, Secretaria de Assistência Social, Secretaria Infraestrutura e Meio Ambiente, Secretaria de Agricultura e Turismo e Secretaria de Saúde. Também contamos com a presença do Vereador Charles Fernando. O senhor Ivan de Almeida, representante da Secretaria de Administração e Finanças fez a abertura da Audiência desejando boa tarde e agradecendo o comparecimento de todos. Na seqüência apresentou uma planilha detalhada com valores previstos e arrecadados no quadrimestre e o resultado da execução orçamentária por cada Secretaria. Apresentou também as Funções e Subfunções de cada órgão. Ressaltou a importância da participação da sociedade nas audiências públicas. Finalizou mostrando que a previsão de arrecadação para o período de R$ 68.441.956,73 (sessenta e oito milhões, quatrocentos e quarenta e um mil, novecentos e cinqüenta e seis reais e setenta três centavos), finalizando assim a sua apresentação. A Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Econômico, na pessoa da senhora Camila Doss, apresentou as tarefas realizadas pela Secretaria como: monitoramento de sistemas, participação em reuniões técnicas, visitas realizadas pelo setor de engenharia, fiscalizações, convênios firmados, elaboração de planilhas orçamentárias, emissão de alvarás, elaboração de projetos, prestação de contas, emissão de certidões dentre outros documentos feitos pela Secretaria. Em seguida a senhora Elisangela Lima representando a Secretaria de Educação, Cultura Desporto e Lazer, apresentou os dados do quadrimestre como: formação, eventos, infraestrutura e ações desenvolvidas pela gestão educacional. Com a volta do atendimento presencial *no Departamento de Esportes e Lazer tivemos 270 alunos matriculados nas seguintes modalidades: futsal, futebol, handebol, e voleibol.* E na Cultura houve a atualização da Lei do Conselho Municipal de Cultura, Projeto Natal de Luzes, Projeto Memorial Indígena, Projeto Recuperar e Preservar (reforma do Museu Histórico de Jaciara)**.** Logo após, a senhora Priscila Lima apresentou os atendimentos disponibilizados pela Secretaria de Assistência Social tais como: no CRAS são ofertados atendimentos no CADÚNICO (Programa Bolsa Família, INSS, Baixa renda, Habitação, inserção da taxa em concurso Público), Equipe Volante- Zona Rural, PAIF (Programa de Atenção Integral à Família),BPC (Beneficio de Prestação Continuada),BPC Escola (Criança de 0 a18 anos), SCFV (Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos) para Idosos, Crianças e Adolescentes, Benefícios Eventuais(Cesta Básica, Auxilio Funeral, Passagem e atendimento nas situação de calamidade pública) e Habitação. CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Socialé uma unidade pública da política de Assistência Social onde são atendidas famílias e pessoas que estão em situação de risco social ou tiveram seus direitos violados, e nesse quadrimestre foram atendidas 50 visitas domiciliares; 41 novos casos (família ou individuo) inseridos no período e 24 denúncias; foram realizadas também as campanhas Setembro Amarelo - prevenção ao suicídio. **Outubro Rosa -**Palestra sobre a importância dos cuidados com a saúde da mulher, com a enfermeira Patrícia, com os grupos PAIF E PAEFE. Na seqüência a senhora Carina Teixeira representou a Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente. A mesma apresentou em slide a recuperação e patrolamento de ruas e avenidas, serviços de limpeza, instalação de manilhas, de meio fio, coleta de lixo orgânico, serviço de correção do sistema de iluminação pública, recuperação e serviços de limpeza de ruas e avenidas. Na seqüência apresentou também as atividades que foram desenvolvidas pelo Departamento de Trânsito: Durante todo o mês de setembro, o Departamento de Trânsito, realizou ações voltadas à orientação e educação no trânsitoem parceria com o SAMU Jaciara, 7ª CIPM e 9ª CIBM; houve entrega de panfletos educativos com orientações sobre a segurança e educação no trânsito, material esse cedido pelo Detran MT; Comemoração do Dia do Taxista; e Revitalização das vagas prioritárias. O Senhor Stalone Moura apresentou os serviços oferecidos pelo setor de Meio Ambiente como: corte de árvore com vistoria técnica, fiscali-

zações de degradação ambiental, incluindo queimadas, desmatamento e descartes de dejetos em locais inadequados e degradação ambiental. E na seqüência o Senhor Yuri de Oliveira apresentou as atividades desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Agricultura e Turismo como: gradeação, roçagem, limpezas, apoio em transporte, Cadastros e entrega das autorizações de selos SIPAF (Selo de Identificação de produtos da agricultura familiar), parceria de Mudas com a EMPAER, aplicação de calcário com os pequenos produtores, Projeto Capim Açu, com visita técnica em Campo Verde juntamente com a EMPAER, Sindicato Rural e Produtores. A Senhora Kizi apresentou as atividades que foram desenvolvidas pelo Turismo nesse quadrimestre com entrega de madeiras cedidas pela Sema para construção da escadaria no Vale do Chico; Doação de frutas para os animais do Cânion das Índias afetados pelas queimadas; visita do Programa "E aí Bora Comigo" no Vale do Chico; Corrida 7k Praça Tamoios; Festival Tacho Quente Prato Típico com Vencedor: Hamburgueria Queen's burguer; Visita Técnica do Sindicato dos Guias de Turismo do MT no Vale do Chico e Cânion das Índias. Na seqüência o senhor Robson Casanova Secretário de Saúde, apresentou quantos e quais atendimentos foram realizados pela Secretaria de Saúde neste período: capacitações, campanhas de multivacinação, orientações para gestantes, orientações para a população, campanha de doação de sangue, mutirão coleta de teste COVID, Outubro Rosa, Novembro Azul, entrega de remédios pela assistência farmacêutica, quantidades de atendimento do CIASS, CAPs, SAMU, HMJ entre outros foram apresentadas as estatísticas.A Secretaria de Governo não compareceu. Após a apresentação por parte das Secretarias presentes, encerra-se a LIVE da Audiência. E nada mais havendo a relatar, eu Valdete Regina de Jesus secretariei a presente Ata na qual assino na presença dos demais.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA

CONTRATO Nº 006/2022

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE VESTIÁRIOS E DE ARQUIBANCADAS E ILUMINAÇÃO DO CAMPO MUNICIPAL DE JANGADA-MT.

PRAZO: 14/03/2022 à 14/03/2023

VALOR: R$ 459.927,74 (QUATROCENTOS E CINQUENTA E NOVE MIL NOVECENTOS E VINTE E SETE REAIS E SETENTA E QUATRO CENTAVOS).

CONTRATADO: ITALO AUGUSTO SOUZA-EPP

CNPJ Nº 22.030.516/0001-11

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JANGADA/MT – ROGÉRIO DE OLIVEIRA MEIRA

JANGADA/MT, 14 DE MARÇO DE 2022.

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2022

O Prefeito Municipal de Jangada, Estado de Mato Grosso, Sr. ROGERIO DE OLIVEIRA MEIRA, torna público que, considerando as informações prestadas pela Comissão Permanente de Licitação, bem como pelo contido no presente Processo de Inexigibilidade de Licitação, com todos seus documentos, juntamente com o parecer da Assessoria Jurídica, RATIFICO todos os atos do presente Processo de INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2022, autorizando assim a contratação da empresa INSTITUTO CULTURAL AMIGOS DA VIOLA, Inscrita no CNPJ Nº 29.377.730/0001-98, objeto: CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTISTICO COM A DUPLA SERTANEJA "CARREIRO E CAPATAZ", PARA ANIMAÇÃO DA 1ª FESTA DO TRABALHADOR NO MUNICIPIO DE JANGADA-MT, pelo valor total de R$ 80.000,00 (Oitenta mil reais), a serem pagos 50% no ato da assinatura do contrato, e outros 50%, no primeiro dia útil após a apresentação do SHOW, conforme disposição do Artigo 25, inciso III, da Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de Junho de 1993 e demais dispositivos legais pertinentes à matéria, RATIFICA a justificativa apresentada. Ademais, ordeno a sua publicação em cumprimento ao disposto no art. 26 do supracitado diploma legal.

Jangada/MT, 18 de Março de 2022.

_____

ROGERIO DE OLIVEIRA MEIRA

Prefeito Municipal

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 002/2022

O Prefeito Municipal de Jangada, Estado de Mato Grosso, Sr. ROGERIO DE OLIVEIRA MEIRA, torna público que, considerando as informações prestadas pela Comissão Permanente de Licitação, bem como pelo contido no presente Processo de Inexigibilidade de Licitação, com todos seus documentos, juntamente com o parecer da Assessoria Jurídica, RATIFICO todos os atos do presente Processo de INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 002/2022, autorizando assim a contratação da empresa C & C PRODUCOES E SHOWS LTDA-ME, Inscrita no CNPJ Nº 08.907.300/0001-60, objeto: CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTISTICO COM A DUPLA SERTANEJA "CLEBER E CAUAN", PARA ANIMAÇÃO DA 1ª FESTA DO TRABALHADOR NO MUNICIPIO DE JANGADA-MT, pelo valor total de R$ 160.000,00 (Cento e sessenta mil reais), a serem pagos 50% no ato da assinatura do contrato, e outros 50%, no primeiro dia útil após a apresentação do SHOW, conforme disposição do Artigo 25, inciso III, da Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de Junho de 1993 e demais dispositivos legais pertinentes à matéria, RATIFICA a justificativa apresentada. Ademais, ordeno a sua publicação em cumprimento ao disposto no art. 26 do supracitado diploma legal.

Jangada/MT, 18 de Março de 2022.

_____

ROGERIO DE OLIVEIRA MEIRA

Prefeito Municipal

PORTARIA N. 018 DE 15 DE MARÇO DE 2022

Institui o Comitê Gestor Municipal do Programa SER Família, define diretrizes gerais e dá outras providencias.

Rogerio de Oliveira Meira, *PREFEITO MUNICIPAL de Jangada/MT* no uso de suas atribuições legais.

Considerando o disposto na Lei Estadual 10.523, de 17 de março de 2017, que cria o Programa Pró-Família, com a Lei 10.657que altera e acrescenta dispositivos ao programa e Lei 11.222 que altera e acrescenta dispositivo e dá outras providências**;**

Considerando a Instrução Normativa da Secretaria de Estado de Assistência Social e Cidadania – SETASC Nº. 001 DE 10/10/2020:

RESOLVE:

Art. 1º. - Fica instituído o Comitê Gestor Municipal do Programa SER Família com as seguintes competências:

I - analisar e aprovar a lista de famílias encaminhadas pela equipe de referência do município e, após, encaminhar ao Comitê Gestor Estadual para a análise e aprovação;

II - aprovar e acompanhar o cumprimento do Pacto SER Família firmado pelo município;

III - apreciar relatório trimestral de evolução das famílias do Programa sob a responsabilidade do município, elaborado pela equipe técnica de referência e encaminhar à coordenação estadual do Programa SER Família;

IV - definir competências, composição e funcionamento;

V - integrar e apoiar iniciativas para instituição de políticas públicas sociais visando promover a emancipação das famílias beneficiadas, na esfera municipal;

VI - a seleção das famílias beneficiárias será feita por equipes de referência municipal da Assistência Social, atuantes no Programa, nos municípios, competindo ao Comitê Gestor Municipal a aprovação dos nomes selecionados das famílias a serem atendidas, encaminhados para posterior aprovação e/ou reprovação, a inserção ou o descredenciamento das famílias pelo Comitê Gestor Estadual;

VII - articular a rede de proteção do município e dinamizar a oferta de serviços, destinados às famílias participantes;

VIII - elaborar seu Regimento Interno;

IX - o Comitê Gestor Municipal deverá encaminhar à Gestão Estadual, em forma de planilha, as informações referentes às famílias beneficiárias substituídas, acrescentando se a família que será incluída no Programa em substituição à família excluída, bem como o motivo da substituição, e anexar a publicação deste procedimento, aprovados pelo Comitê Municipal;

Art. 2º - Elaboração do Regimento Interno de funcionamento do Comitê Gestor;

Art. 3º - A gestão municipal da Assistência Social, de acordo com o que dispõe a legislação estadual que criou o Programa SER Família, instituirá o Comitê Gestor Municipal do Programa, presidido pelo/a Secretário/a Municipal de Assistência Social, composto por representantes de Secretarias Municipais, estratégicas para o sucesso do Programa.

Assim, o Comitê poderá ser composto pelas seguintes Secretarias:

I - Secretaria Municipal de Assistência Social;

II - Secretaria Municipal de Educação;

III - Secretaria de Municipal de Saúde;

O Comitê Gestor Municipal do Programa SER Família será convocado, sempre que necessário, pelo Secretário Municipal, com antecedência, mínima de 2 dias úteis.

§ 1º. As deliberações se darão por votação e as aprovações ou reprovações por maioria dos votos presentes nas reuniões.

§ 2º. O Comitê Gestor Municipal do Programa contará com uma Secretária Executiva, designada por ato de seu Presidente.

§ 3º - O (A) Presidente do Comitê Municipal, Gestor (a) Secretário (a) Municipal de Assistência Social, deverá fazer ato de nomeação e dar publicidade à composição do Comitê, bem como convocará a primeira reunião dos seus membros no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da publicação dessa Portaria.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cumpra-se e publique-se.

Jangada – MT, 15 de Março de 2022.

Rogerio de Oliveira Meira

Prefeito Municipal de Jangada

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAURU

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico na forma do Artigo 26, da Lei Federal 8.666/93 a Dispensa de licitação constante do Processo Administrativo nº. 587/2022, DISPENSA nº. 015/2021, com base no Caput do Art. 24, inciso II, da Lei Federal nº 8. 666/93 e suas posteriores alterações, conforme parecer da Procuradoria Geral do Município datado de 17/03/2022. **AQUISIÇÃO DE CORTINAS E TOALHAS DE MESA PARA ESCOLA DA REDE PUBLICA DE ENSINO MUNICIPAL**. Tendo como fornecedor a empresa **SUELI FERREIRA DE FREITAS-MEI**, inscrita no CNPJ nº. 29.936.967/0001-61, no valor de **R$ 3.650,00 (três mil, seiscentos e cinquenta reais**).

Paço Municipal “José Peres”, em Jauru – MT, 18 de março de 2022.

VALDECI JOSÉ DE SOUZA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 048/2022

PORTARIA Nº 048 DE 16 FEVEREIRO DE 2022

VALDECI JOSE DE SOUZA, PREFEITO MUNICIPAL DE JAURU, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS;

RESOLVE:

CONCEDER, aos servidores abaixo relacionados, a conversão em espécie remunerada de 90 dias de Licença Prêmio, em conformidade com o art. 20 da Lei Complementar nº 073/2011 de 02 de maio 2011.

Nome	Período
WALTER LUIZ RODRIGUES TEIXEIRA	2015-2020

Gabinete do Prefeito, Paço Municipal José Peres, Jauru-MT, 16 de fevereiro de 2022.

VALDECI JOSE DE SOUZA Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 049/2022

PORTARIA Nº 049 DE 16 FEVEREIRO DE 2022

VALDECI JOSE DE SOUZA, PREFEITO MUNICIPALDE JAURU, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS;

RESOLVE:

CONCEDER, a pedido, a partir do dia 01 de fevereiro de 2022, 30 (trinta) dias de FÉRIAS regulamentares, referente ao período aquisitivo de 2020/2021, sendo 20 (vinte) dias de férias a serem gozadas e 10 (dez) dias de férias a ser transformada em pecúnia em conformidade a Lei Complementar nº 045/2006 de 06 de dezembro de 2006, o Servidor WILLIAN SANTOS DE OLIVEIRA, brasileiro, servidor público municipal.

.

Gabinete do Prefeito, Paço Municipal José Peres, Jauru-MT, 16 de fevereiro de 2022.

VALDECI JOSE DE SOUZA Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 054/2022

PORTARIA Nº. 054 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2022.

“EFETUAR O ENQUADRAMENTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS CONFORME ESTABELECIDO NA LEI COMPLEMENTAR Nº. 117, DE 01 DE MARÇO DE 2016 – PLANOS DE CARGOS CARREIRAS E SALÁRIOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

VALDECI JOSE DE SOUZA, Prefeito Municipal de Jauru, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Considerando a Lei Complementar 117, de 01 de março de 2016, que reestrutura o Plano de Cargos Carreiras e Salários – PCCS dos servidores públicos municipais da Prefeitura Municipal de Jauru-MT, com exceção dos servidores públicos municipais do quadro da Secretaria Municipal de Educação abrangidos por outro Plano de Cargos Carreiras e Salários – PCCS, qual seja, Lei Complementar nº. 068/2010.

R E S O L V E:

Artigo 1º. Efetuar o enquadramento dos servidores públicos municipais abaixo relacionados, por tempo de serviço prestado ao município e por obtenção de titulação, de acordo com os ditames legais estabelecidos na Lei Complementar nº. 117, de 01 de março de 2016, - Plano de Cargos Carreiras e Salários – PCCS, e Lei Complementar nº. 068/2010, conforme tabela a seguir, bem como as alterações introduzidas pela lei complementar nº. 132/2018:

NOME DO SERVIDOR	CARGO	ENQUADRAMENTO	
		CLASSE	NÍVEL
ALESSANDRO OLIVEIRA ALMEIDA	PROFESSOR DE GEOGRAFIA	D	IV
ALMEDINA MANSUETO DE ALMEIDA RAMOS	PROFESSORA DE PEDAGOGIA	C	IX
ANA MARIA RODRIGUES DE SOUZA SILVA	TECNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL	D	VII
ANDREIA LOPES ALVES	TECNICO EM ENFERMAGEM	A	VII
ANGELA CRISTINA DE ALMEIDA	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL	D	VII
BEATRIZ PAVINI	PROFESSORA DE PEDAGOGIA	C	IX
CELIO CUSTODIO DA SILVA	FISCAL DE VIGILANCIA SANITARIA	B	V
CICERO GUILHERME DA SILVA	PROFESSOR DE PEDAGOGIA	D	VII
CORDENCIANO MOREIRA RODRIGUES	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL	A	VII
CLAUDIA APARECIDA DA SILVA	PROFESSOR DE PEDAGOGIA	C	IX
CLAUDECI DE SOUZA DA CRUZ	BRAÇAL	D	VII
CLODOALDO MANSANO	MOTORISTA I	B	VII
CLOTER OLIVEIRA DAVI	CONTADOR	D	VII
CREUZA LANA NASCIMENTO	PROFESSORA DE PEDAGOGIA	C	IX
CRISTALINO FERREIRA LEOPOLDINO	BRAÇAL	A	VII
DELMA PAULINA DE CARVALHO	PROFESSOR DE PEDAGOGIA	C	IX
EDIANA DE MORAIS RODRIGUES	PROFESSORA DE PEDAGOGIA	C	IX
EDIMAR RODRIGUES DA SILVA	CONTROLADOR INTERNO	D	VII
EDSON CANDIDO DA SILVA	BRAÇAL	A	VII
EZEQUIEL LESSI DE OLIVEIRA	PROFESSOR DE MATEMATICA	C	IV
FRANCISCA DA SILVA RIBEIRO	PROFESSORA DE PEDAGOGIA	C	IX
HERICA DEBORA SOUZA PERRUT	PROFESSORA DE PEDAGOGIA	C	IX
ILDA DA SILVA DE OLIVEIRA	AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS	C	IX
ILDEU GOMES DE OLIVEIRA	AUXILIAR DE OFICINA	C	IX
IRANI MOREIRA DA SILVA	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL	D	VII
IRENILDA PERES MADRONA PEREIRA	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL	D	VII
ISABEL CRISTINA LEMOS	PROFESSORA DE PEDAGOGIA	D	VII
IVONE APARECIDA DOS SANTOS SOUZA	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	D	VII
JOAO BATISTA DE SOUZA	OPERADOR DE MAQUINAS PESADAS I	B	IX
JOSE DO CARMO BRAZ	MOTORISTA II	A	IX
JOSE FIDEL DE SOUZA	BRAÇAL	A	VII
JOSIANA APARECIDA MIRANDA	PROFESSORA DE PEDAGOGIA	C	VII
KEILA TELES FERREIRA	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	D	VII
LAUDIRENE SANTANA DE SOUSA FERREIRA	PROFESSORA DE PEDAGOGIA	C	IX
LECIO ALBINO MOTTA	MOTORISTA I	C	VII
LUCINEIDE OLIVEIRA DA SILVA	TECNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL	D	IV
MARCELO DURIGAN BRITO	BIOQUIMICO	B	VIII
MARCIA MARIA PESTILE DE CARVALHO	FONOAUDIOLOGO	B	VII
MARIA DE JESUS GONCALVES DE ABREU	BRAÇAL	A	VII
MARIA DO PILAR DE JESUS GONCALVES	PROFESSOR DE PEDAGOGIA	C	IX
MARIA FERREIRA DE SOUZA	AUXILIAR DE ENFERMAGEM	C	VII
MARIA JOSE JUSTO DA SILVA	ASSISTENTE SOCIAL	C	VII
MARIA LUCIA DOS SANTOS	PROFESSORA DE PEDAGOGIA	C	IX
MARIA NEUZA RIBEIRO DA SILVA	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL	D	IX
MARILEIDE DA SILVA	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL	D	VII
MARILENE DAS DORES ARAUJO DA SILVA	PROFESSORA DE PEDAGOGIA	C	VII
MARISA DOS ANJOS HOLANDER	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL	D	VII
NILZA MARIA DA SILVA	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL	D	VII
OLIVIA COELHO DE MACEDO	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL	D	IX
OSMARINO PEREIRA DO NASCIMENTO	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL	A	VII
RITA COELHO DE BARROS	TECNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL	D	IX
ROBERTO COSTA CHAVES	BRAÇAL	A	VII
ROSA ALVES DE SOUZA	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL	C	VII
ROSENILDA DOS SANTOS LIMA	TECNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL	C	IX
SANDRA DA CRUZ SILVA	AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS	C	VII
SIDNEI RODRIGUES DOS SANTOS SOUZA	FISCAL DE VIGILANCIA SANITARIA	C	V
SIONEI DE FATIMA LIANDRO	PROFESSORA DE PEDAGOGIA	C	IV
VALDO ADAO CASTEDO	AUXILIAR DE ENFERMAGEM	A	VII
VALNIR DO PILAR MEIRA	AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS	C	VII
VERA LUCIA DA SILVA FREZ	PROFESSORA DE PEDAGOGIA	C	IX
ZANA GABRIELA MARQUES ALBEFARO	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	D	VII

Artigo. 2º. Os efeitos financeiros do enquadramento mencionado no artigo anterior, com efeito retroativo a competência de fevereiro/2.022.

Artigo 3º. Esta Portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se. Cumpra-se. Publique-se.

Paço Municipal “José Perez”, Prefeitura Municipal de Jauru - MT, 23 de fevereiro de 2022.

_____

VALDECI JOSE DE SOUZA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 051/2022

PORTARIA Nº 051 DE 16 FEVEREIRO DE 2022

VALDECI JOSE DE SOUZA, PREFEITO MUNICIPAL DE JAURU, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS;

RESOLVE:

CONCEDER, 90 (noventa) dias de Licença Prêmio, ao servidor abaixo relacionado, em conformidade com o art. 3° da Lei Complementar nº 077/2011 de 03 de junho de 2011.

Nome	Período	Gozo
ALCINEIA NASCIMENTO DA SILVA	2017/2022	08/02/2022 a 08/05/2022
MARIA LUCIA DOS SANTOS	2008/2013	07/02/2022 a 07/05/2022
VALNIR DO PILAR MEIRA	2009/2014	01/02/2022 a 01/05/2022

Gabinete do Prefeito, Paço Municipal Jose Peres, em Jauru – MT, 16 de Fevereiro de 2022.

_____

VALDECI JOSE DE SOUZA Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO DE REALINHAMENTO DE PREÇOS

Pregão Presencial SRP nº02/2021 e nº011/2021

Ata de Registro de Preços nº 08/2021 e nº 021/2021

O MUNICÍPIO DE JAURU, ESTADO DE MATO GROSSO, pessoa jurídica inscrito no CNPJ/MF 03.755.477/0001-75, e a Empresa AUTO POSTO JAURU LTDA, pessoa jurídica, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 13. 038.656/0001-45, pactuam nos termos da legislação vigente, Termo de Realinhamento de Preços, conforme cláusulas a seguir:

ITEM	VALOR ATUAL	VALOR REALINHADO
DIESEL S10	R$ 6,19	R$ 7,61
DIESEL COMUM	R$ 6,09	R$ 7,38
GASOLINA COMUM	R$ 6,99	R$ 7,49

Jauru MT, 18 de março de 2022

_____

VALDECI JOSÉ DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL DE JAURU

_____

NILSON ELIAS NOGUEIRA

AUTO POSTO SÃO DOMINGOS LTDA

PORTARIA Nº 047/2022

PORTARIA Nº 047 DE 16 FEVEREIRO DE 2022

VALDECI JOSE DE SOUZA, PREFEITO MUNICIPAL DE JAURU, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS;

RESOLVE:

CONCEDER, 30 (trinta) dias de férias regulamentares, aos servidores abaixo relacionados, em conformidade a Lei Complementar nº 045/2006 de 06 de dezembro de 2006.

Nome	Período	Gozo
CLODOALDO MANSANO	2019/ 2020	01/02/2021 a 02/03/ 2021
JOAO MARIA OLIVEIRA DA SILVEIRA	2019/ 2020	02/02/2022 a 03/03/ 2022
JOAO PAULO APARECIDO DA SILVA	2017/ 2017	14/02/2022 a 15/03/ 2022
JOSE JUNIOR INACIO	2018/ 2019	01/02/2022 a 02/03/ 2022
MARILENE DAS DORES ARAUJO DA SILVA	2021/ 2022	23/02/2022 a 24/03/ 2022
NIVALDO DOS SANTOS	2016/ 2017	01/02/2021 a 02/03/ 2021
ROSENILDA DOS SANTOS LIMA	2020/ 2021	08/02/2022 a 09/03/ 2022
TIAGO ALVES CELIS	2017/ 2018	08/02/2022 a 09/03/ 2022

Gabinete do Prefeito, Paço Municipal José Peres, Jauru-MT, 16 de fevereiro de 2022.

_____

VALDECI JOSE DE SOUZA Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA

RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº037/2022 DE 18 DE MARÇO DE 2022 REFERENTE AO ANALISE DE CURRICULO/CONTAGEM DE PONTOS DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº001/2022/PSS – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRONEGOCIO CONFO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº037/2022 DE 18 DE MARÇO DE 2022 REFERENTE AO ANALISE DE CURRICULO/CONTAGEM DE PONTOS DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº001/2022/PSS – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRONEGOCIO CONFORME PUBLICAÇÃO DO DIARIO OFICIAL N° 3.928 DO DIA 25/01/2022.

Art. 1° - O Governo Municipal de Juara-MT, convoca os candidatos que foram aprovados no Análise de Currículo/Contagem de Pontos do Processo Seletivo Simplificado n°001/2022/PSS - SMA, conforme abaixo descrito, para comparecer no prazo de **10 (dez)** dias, a partir da data da publicação deste Edital, na Secretaria Municipal de Agronegócio, apresentando os documentos de habilitação, conforme determinado no Edital do Análise de Currículo/Contagem de Pontos do Processo Seletivo Simplificado n°001/ 2022/PSS - SMA, a fim de ser contratado ao respectivo cargo no prazo acima estabelecido.

Art. 2º -

AUXILIAR DE INSPEÇÃO

ASSISTENTE

Item	Nome	Classificação
01	MARCIANA DA SILVA MAGALHÃES	08°

Art. 3º - Será considerado desistente perdendo a respectiva vaga, o candidato aprovado e ou classificado que não se apresentar no prazo fixado por este edital, não comprovar requisitos exigidos através da documentação necessária para o provimento do cargo, podendo o Governo Municipal convocar o candidato classificado na colocação subsequente.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Juara-MT, 18 de Março de 2022.

Marcia Regina Fernandes de Araújo

Secretaria Municipal de Administração

Portaria n°001/2021 de 04/01/2021

RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº038/2022 DE 18 DE MARÇO DE 2022

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº038/2022 DE 18 DE MARÇO DE 2022 REFERENTE AO ANALISE DE CURRICULO/CONTAGEM DE PONTOS DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº001/2022/PSS – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRONEGOCIO CONFORME PUBLICAÇÃO DO DIARIO OFICIAL N° 3.928 DO DIA 25/01/2022.

Art. 1° - O Governo Municipal de Juara-MT, convoca os candidatos que foram aprovados no Análise de Currículo/Contagem de Pontos do Processo Seletivo Simplificado n°001/2022/PSS - SMA, conforme abaixo descrito, para comparecer no prazo de **10 (dez)** dias, a partir da data da publicação deste Edital, na Secretaria Municipal de Agronegócio, apresentando os documentos de habilitação, conforme determinado no Edital do Análise de Currículo/Contagem de Pontos do Processo Seletivo Simplificado n°001/ 2022/PSS - SMA, a fim de ser contratado ao respectivo cargo no prazo acima estabelecido.

Art. 2º -

AUXILIAR DE INSPEÇÃO

ASSISTENTE

Item	Nome	Classificação
01	GUSTAVO GRIGORIO	09°

Art. 3º - Será considerado desistente perdendo a respectiva vaga, o candidato aprovado e ou classificado que não se apresentar no prazo fixado por este edital, não comprovar requisitos exigidos através da documentação necessária para o provimento do cargo, podendo o Governo Municipal convocar o candidato classificado na colocação subsequente.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Juara-MT, 18 de Março de 2022.

Marcia Regina Fernandes de Araújo

Secretaria Municipal de Administração

Portaria n°001/2021 de 04/01/2021

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS N. 003/2022/SECAD

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS N. 003/2022/SECAD

APURAÇÃO: Menor Valor por Empreitada Global.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE ADEQUAÇÃO ELETRICA DA ESCOLA MUNICIPAL PINGO DE GENTE, em Atendimento à Secretaria Municipal de Educação de Juara-MT– Divisão de Educação Infantil**,**conformeespecificações constantes no Projeto Básico– "Fornecido em CD ou outro modelo de arquivo ao interessado", que é parte integrante deste Edital.

EDITAL E INFORMAÇÕES: O Edital poderá ser obtido a partir de 18/03/2022, na Sede da Prefeitura Municipal de Juara/MT – Divisão de Licitações e Contratos, localizada à Rua Niterói, 81N, Centro – Juara/MT – Fone: (066) 3556-9400/9401 ou por meio do site: www.juara.mt.gov.br; para impressão do Edital será cobrada taxa de custos do requisitante.

ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO DO EDITAL: Decairá do direito de pedir esclarecimentos ou impugnar os termos deste Edital aquele que não o fizer até 03 (três) dias anteriores a data designada para a abertura dos envelopes, apontando de forma clara e objetiva as falhas ou irregularidades que entende viciarem o mesmo. As petições deverão ser protocoladas, devidamente instruídas (assinatura, endereço, razão social e telefone para contato), junto ao Serviço de Protocolo desta Prefeitura ou diretamente ao Pregoeiro Oficial ou ainda através do Fax (66) 3556-9400/9401; E-mail: www.juara.mt.gov.br que tem o prazo de 24 (vinte e quatro) horas úteis para respondê-las.

CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO: Poderão participar desta licitação, os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que estiverem cadastrados no Cadastro de Fornecedores do Município de Juara/MT ou que se Cadastrarem até 3 (três) dias úteis anteriores a data de entrega e abertura de envelopes.

ENTREGA DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇOS: Dia 06/04/2022 até às 13h30 local, na sala de Licitações e Contratos, no endereço indicado acima.

Juara-MT, 18 de Março de 2022.

Eliane Fuhr Carlos Amadeu Sirena

Diretora de Licitação Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUÍNA

PROCURADORIA JURIDICA
DECRETO N.º 230, DE 15 DE MARÇO DE 2022.

DECRETO N.º 230, DE 15 DE MARÇO DE 2022.

Dispõe sobre a extinção da doação e reversão do imóvel objeto da Matrícula Imobiliária n. 9.816 do 1º Serviço de Registro de Imóveis de Juína-MT, ao patrimônio Municipal, nos termos do art. 3° da Lei Municipal n. 1. 286/2011, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal e pelo art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei Municipal n. 1.286/2011; e

CONSIDERANDO o processo administrativo 177/2021/PGM;

CONSIDERANDO que mesmo se passando aproximados 10 (dez) anos, não foi implementado e desenvolvido nenhuma atividade educacional na área objeto de doação, assim como não há nenhuma previsão de sua implementação ou desenvolvimento;

CONSIDERANDO o descumprimento do art. 2° da Lei Municipal n. 1.286/2011, que determina a implementação e desenvolvimento de atividades educacionais na área objeto de doação;

CONSIDERANDO que nos termos do art. 3° da Lei Municipal n. 1.286/2011, a doação será extinta a qualquer tempo, e o imóvel revertido ao patrimônio público municipal do Doador, caso o Donatário dê destinação distinta da disposta no art. 2º, da lei, independentemente de indenizações por construção executada, material ou serviços aplicados, averbando-se a extinção no Cartório de Registro de Imóveis.

DECRETA:

Art. 1º Em cumprimento ao art. 3° da Lei Municipal n. 1.286/2011, fica extinta a doação realizada do imóvel urbano de 9.040,50 m² (nove mil quarenta metros quadrados e cinquenta centímetros quadrados), denominado "Setor "A", Praça, com 9.040,50 m² Núcleo Urbano de Juína, Projeto Juína 1ª Fase, situado no município de Juína-MT, possuindo os seguintes limites e confrontações: NORTE: Rua D-5; SUL: Avenida Perimetral 05-B; LESTE: Rua A-6; OESTE: Rua E-5. 1-2 distância de 138,00 m, com Av. Perimetral 05-B; 2-3 distância de 141,00 m com a Rua E-6; 3-4 distância de 48,00 m, com a Rua D-5; 4-1 distância de 47,50 m, com a Rua A-6, chegando ao final do caminhamento, objeto da matrícula imobiliária n. 22.041 atual matrícula imobiliária n. 9.816 do 1º Serviço de Registro de Imóveis de Juína-MT.

Art. 2º Em conformidade com a Lei Municipal n. 1.286/2011 e averbação R-02-9.816, fica revertido o imóvel objeto da matrícula imobiliária n. 9.816 do 1º serviço de registro de imóveis de Juína-MT ao patrimônio da Prefeitura Municipal de Juína-MT por expressa determinação legal.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Juína-MT, 15 de março de 2022.

PAULO AUGUSTO VERONESE

Prefeito Municipal

REGISTRADO e PUBLICADO por afixação na data supra no local de costume.

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N.º 3.137/2022.

PORTARIA N.º 3.137/2022.

Dispõe sobre a aprovação do Projeto Básico Executivo de Engenharia para Obras de Pavimentação Asfáltica, Drenagem Pluvial, Calçadas e Sinalização das seguintes vias: Rua Boa Esperança, Rua Padre Ezequiel Ramim, Rua Rancho Alegre, Rua Candido de Abreu, Rua Flor da Serra, Rua Prudentópolis, Rua Cornélio Procópio, Rua Japurá, Rua Xambre, Rua Marechal Rondom, Rua Cruzeiro do Oeste, Rua Iratema, Rua Humberto Paulin Tiepo, Rua Nova Cantu e Rua Ilha Bela no Bairro Módulo 05 – Setor F, no município de Juína-MT, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal e pelo art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Por meio desta portaria, através do setor de engenharia do Município de Juína/MT, tornar público a aprovação do Projeto Básico Executivo de Engenharia para Obras de Pavimentação Asfáltica, Drenagem Pluvial, Calçadas e Sinalização das seguintes vias: Rua Boa Esperança,

Rua Padre Ezequiel Ramim, Rua Rancho Alegre, Rua Candido de Abreu, Rua Flor da Serra, Rua Prudentópolis, Rua Cornélio Procópio, Rua Japurá, Rua Xambre, Rua Marechal Rondom, Rua Cruzeiro do Oeste, Rua Iratema, Rua Humberto Paulin Tiepo, Rua Nova Cantu e Rua Ilha Bela no Bairro Módulo 05 – Setor F, no município de Juína-MT, conforme discriminação abaixo:

Expediente	Objeto	Responsável pela elaboração	Responsável pela aprovação
Aprovação do projeto.	Projeto Básico Executivo de Engenharia para Obras de Pavimentação Asfáltica, Drenagem Pluvial, Calçadas e Sinalização das seguintes vias: Rua Boa Esperança, Rua Padre Ezequiel Ramim, Rua Rancho Alegre, Rua Candido de Abreu, Rua Flor da Serra, Rua Prudentópolis, Rua Cornélio Procópio, Rua Japurá, Rua Xambre, Rua Marechal Rondom, Rua Cruzeiro do Oeste, Rua Iratema, Rua Humberto Paulin Tiepo, Rua Nova Cantu e Rua Ilha Bela no Bairro Módulo 05 – Setor F, no município de Juína-MT. ÁREA DE PAVIMENTAÇÃO: 8.171,18 m²	Eng. Civil: Jonas Botan CREA MT: 034430	Engenheiro Civil: David Gimenes Beltrame CREA/MT 42374

Art. 2º O projeto foi elaborado, analisado e aprovado dentro das Leis Federais e Estaduais, NBR's, Orientações Técnicas e Instruções de Serviços Vigentes da SINFRA — Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística, respeitando ainda todos os Acórdãos do Tribunal de Contas do Estado.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Juína-MT, 16 de março de 2022.

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

PAULO AUGUSTO VERONESE

Prefeito Municipal

DAVID GIMENES BELTRAME

CREA/MT 42374

REGISTRADO e PUBLICADO por afixação na data supra no local de costume.

PROCURADORIA JURIDICA
DECISÃO FINAL DA SECRETÁRIA DE SAÚDE- INFRAÇÃO SANITÁRIA-PA Nº 017-2021

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Em cumprimento ao disposto no art. 37 da Lei Federal n. 6.437/77 e do art. 325, da Lei Municipal nº 1.528/2014, a Secretaria Municipal de Saúde de Juína/MT e o Departamento Municipal de Vigilância Sanitária, torna pública a seguinte DECISÃO FINAL no Processo Administrativo Sanitário:

Processo n.: 017/2021;

Autuado: EDEVALDO MENDONÇA DA SILVA;

Nome Fantasia: Mercado Favorito – Padre Duílio;

CNPJ ou CPF: 18.960.281/0001-90;

Auto de Infração nº: D- 4646 de 28/10/2021;

Localidade: Avenida Joinville, s/n.º, lote 24, quadra 09, bairro Padre Duílio, na cidade de Juína/MT;

Dispositivos legais transgredidos: art. 300, inciso XXIV e art. 186, da Lei Municipal n.º 1.528/2014;

Decisão Final: "JULGO pela SUBSISTÊNCIA da autuação e fixo a multa no valor de R$ 743,36 (setecentos e quarenta e três reais e trinta e seis centavos), com fundamento no art. 284 e 296, inciso I, da Lei Municipal n.º 1.528/2014."

Data da decisão final: 31/01/2022

Penalidade Imposta: MULTA

Registre-se.

Publique-se.

Cumpra-se.

Juína-MT, 18 de março de 2022.

MARCELA A. AMÉRICO ORTOLAN

Secretária Municipal de Saúde

Poder Executivo - Juína - Mato Grosso

PROCURADORIA JURIDICA
DECISÃO FINAL DA SECRETÁRIA DE SAÚDE- INFRAÇÃO SANITÁRIA- PA N.º 019/2021

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Em cumprimento ao disposto no art. 37 da Lei Federal n. 6.437/77 e do art. 325, da Lei Municipal nº 1.528/2014, a Secretaria Municipal de Saúde de Juína/MT e o Departamento Municipal de Vigilância Sanitária, torna pública a seguinte DECISÃO FINAL no Processo Administrativo Sanitário:

Processo n.: 019/2021;

Autuado: LEONARDO FELIPE DA ROCHA DE OLIVEIRA

Nome Fantasia: Mercado Todo Dia;

CNPJ ou CPF: 29.613.774/0001-70;

Auto de Infração nº: D- 5051 de 09/12/2021;

Localidade: Rua Dom Aquino, n.º 481-N, bairro módulo 05, na cidade de Juína/MT;

Dispositivos legais transgredidos: art. 300, inciso XXIV e art. 186, da Lei Municipal n.º 1.528/2014;

Decisão Final: "JULGO pela SUBSISTÊNCIA da autuação e fixo a multa no valor de R$ 2.230,08 (dois mil e duzentos e trinta reais e oito centavos), com fundamento no art. 284 e 296, inciso I, da Lei Municipal n.º 1.528/2014."

Data da decisão final: 31/01/2022

Penalidade Imposta: MULTA

Registre-se.

Publique-se.

Cumpra-se.

Juína-MT, 18 de março de 2022.

MARCELA A. AMÉRICO ORTOLAN

Secretária Municipal de Saúde

Poder Executivo - Juína - Mato Grosso

PROCURADORIA JURIDICA
DECISÃO FINAL DA SECRETÁRIA- INFRAÇÃO SANITÁRIA- PA N.º 015-2022

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Em cumprimento ao disposto no art. 37 da Lei Federal n. 6.437/77 e do art. 325, da Lei Municipal nº 1.528/2014, a Secretaria Municipal de Saúde de

Juína/MT e o Departamento Municipal de Vigilância Sanitária, torna pública a seguinte DECISÃO FINAL no Processo Administrativo Sanitário:

Processo n.: 015/2021;

Autuado: W. S. DE ARAUJO;

Nome Fantasia: Aladdin Distribuidora de Bebidas;

CNPJ ou CPF: 35.936.836/0001-87;

Auto de Infração nº: D- 4068 de 31/08/2021;

Localidade: Avenida Brasília, n.º 1551-E, Bairro Padre Duílio, na cidade de Juína/MT;

Dispositivos legais transgredidos: art. 300, inciso XXIV e art. 186, da Lei Municipal n.º 1.528/2014;

Decisão Final: "JULGO pela SUBSISTÊNCIA da autuação e fixo a multa no valor de R$ 371,68 (trezentos e setenta e um reais e sessenta e oito centavos), com fundamento no art. 284 e 296, inciso I, da Lei Municipal n. º 1.528/2014."

Data da decisão final: 31/01/2022

Penalidade Imposta: MULTA

Registre-se.

Publique-se.

Cumpra-se.

Juína-MT, 18 de março de 2022.

MARCELA A. AMÉRICO ORTOLAN

Secretária Municipal de Saúde

Poder Executivo - Juína - Mato Grosso

PROCURADORIA JURIDICA
DECISÃO FINAL DA SECRETÁRIA DE SAÚDE- INFRAÇÃO SANITÁRIA-PA Nº 018-2021

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Em cumprimento ao disposto no art. 37 da Lei Federal n. 6.437/77 e do art. 325, da Lei Municipal nº 1.528/2014, a Secretaria Municipal de Saúde de Juína/MT e o Departamento Municipal de Vigilância Sanitária, torna pública a seguinte DECISÃO FINAL no Processo Administrativo Sanitário:

Processo n.: 018/2021;

Autuado: ILZA DE OLIVEIRA COSTA;

Nome Fantasia: Bela Gula Center Pães;

CNPJ ou CPF: 37.407.148/0001-55;

Auto de Infração nº: D- 4786 de 17/11/2021;

Localidade: Avenida Joinville, n.º 300-S, bairro Padre Duílio, na cidade de Juína/MT;

Dispositivos legais transgredidos: art. 300, inciso XXIV, art. 186 e art. 55, inciso IX, da Lei Municipal n.º 1.528/2014;

Decisão Final: "JULGO pela SUBSISTÊNCIA da autuação e fixo a multa no valor de R$ 929,29 (novecentos e vinte e nove reais e vinte e nove centavos), com fundamento no art. 284 e 296, inciso I, da Lei Municipal n.º 1. 528/2014."

Data da decisão final: 31/01/2022

Penalidade Imposta: MULTA

Registre-se.

Publique-se.

Cumpra-se.

Juína-MT, 18 de março de 2022.

MARCELA A. AMÉRICO ORTOLAN

Secretária Municipal de Saúde

Poder Executivo - Juína - Mato Grosso

PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUENA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 022/2022
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 047/2022

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 022/2022

RATIFICO, no uso das atribuições que me são conferidas pela legislação em vigor, a **Dispensa de Licitação nº 022/2022, Processo Administrativo n° 047/2022,** DISPENSA PARA CONTRATACAO DE EMPRESA PARA MANUTENCAO DA MOTONIVELADORA 120 K MARCA CATERPILLAR SERIE JAP04799 ANO 2013 COM HIDROMETRO ATUAL 9.564 HORAS TRABALHADAS, ULTILIZADA NA EXECUÇAO DOS SERVICOS DE RECUPERACAO DAS ESTRADAS VICINAIS DO MUNICIPIO SOLICIDADA PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS.

Amparado pela **Lei 8.666/93** dispõe sobre as licitações e contrato, determino que se proceda aContratação.

Juruena - MT, 18 de março de 2022.

.

Manoel Gontijo de Carvalho

Prefeito Municipal de Juruena

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO SRP N.º 006/2022, PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 046/2022

AVISO DE LICITAÇÃO

A Comissão de Pregão, da Prefeitura Municipal de Juruena, no exercício das atribuições que lhe confere a Portaria n.º 049/2022, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará no dia **31/03/2022**, às **12:00 horas (horário de Brasilia)**, no endereço, Avenida Quatro de Julho, 360, Centro, Juruena - MT, a reunião de recebimento e abertura das documentações e propostas, conforme especificado no Edital de Licitação **Pregão Eletrônico SRP N.º 006/2022, Processo Administrativo N.º 046/2022**. Informamos que a íntegra do Edital encontra-se disponível no site www.pmjuruena.com.br. Maiores informações pelo telefone (66) 3553-1346 ou pelo email: licitacao@pmjuruena.com.br.

Objeto da Licitação: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO ELETROCARDIOGRAFO E CASSETE COMPLETO PARA RADIOLOGIA DIGITAL ATENDENDO AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE E SANEAMENTO.*,* conforme relação contidano Anexo I, observadas as especificações ali estabelecidas, visando contratações futuras.

Juruena - MT, 18 de março de 2022.

ROBSON GOMES DIAS Pregoeiro Oficial

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 024/2022
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 050/2022

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 024/2022

RATIFICO, no uso das atribuições que me são conferidas pela legislação em vigor, a **Dispensa de Licitação nº 024/2022, Processo Administrativo n° 050/2022,** DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE ALUGUEL DE CAMINHAO

MUNK POR 60 HORAS PARA AUXILIO NA TROCA DE LAMPADAS DE LED DA ILUMINAÇÃO PUBLICA DO MUNICIPIO ATENDENDO A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS.

Amparado pela **Lei 8.666/93** dispõe sobre as licitações e contrato, determino que se proceda aContratação.

Juruena - MT, 18 de março de 2022.

.

Manoel Gontijo de Carvalho

Prefeito Municipal de Juruena

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 002/2022, PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 051/2022

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Juruena/MT, no exercício das atribuições que lhe confere a Portaria n° 048/2022, torna público para conhecimento de todos, que com amparo no art. 25 Inc. II da Lei 8.666/93, realiza a INEXIGIBILIDADE de Licitação nº 002/2022, Processo Administrativo n° 051/2022.

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM TREINAMENTO DE ATUAÇÃO EM PROCESSOS DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO E ELABORAÇÃO DOS SEUS PRINCIPAIS DOCUMENTOS. ATUAÇÃO NO CERTAME E NA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS PARA ATENDER A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS EM UM TOTAL DE 15 INSCRIÇÕES.

FORNECEDOR:

NOVA LICITA TREINAMENTO EMPRESARIAL LTDA

CNPJ – 35.167.767/0001-94

VALOR DO FORNECEDOR: R$ 20.000,10 (vinte mil reais e dez centavos)

Juruena - MT, 18 de março de 2022.

Robson Gomes Dias Presidente da Comissão Permanente de Licitação

---

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 002/2022

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 002/2022

RATIFICO, no uso das atribuições que me são conferidas pela legislação em vigor, a **Inexigibilidade de Licitação nº 002/2022, Processo Administrativo n° 051/2022,** INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM TREINAMENTO DE ATUAÇÃO EM PROCESSOS DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO E ELABORAÇÃO DOS SEUS PRINCIPAIS DOCUMENTOS. ATUAÇÃO NO CERTAME E NA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS PARA ATENDER A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS EM UM TOTAL DE 15 INSCRIÇÕES.

Amparado pela **Lei 8.666/93** dispõe sobre as licitações e contrato, determino que se proceda aContratação.

Juruena - MT, 18 de março de 2022.

.

Manoel Gontijo de Carvalho

Prefeito Municipal de Juruena

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 022/2022, PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 047/2022

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Juruena/MT, no exercício das atribuições que lhe confere a Portaria n° 048/2022, torna público para conhecimento de todos, que com amparo no art. 24 Inc. II da Lei 8.666/93, realiza a Dispensa de Licitação nº 022/2022, Processo Administrativo n° 047/2022.

DISPENSA PARA CONTRATACAO DE EMPRESA PARA MANUTENCAO DA MOTONIVELADORA 120 K MARCA CATERPILLAR SERIE JAP04799 ANO 2013 COM HIDROMETRO ATUAL 9.564 HORAS TRABALHADAS, ULTILIZADA NA EXECUÇAO DOS SERVICOS DE RECUPERACAO DAS ESTRADAS VICINAIS DO MUNICIPIO SOLICIDADA PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS.

FORNECEDOR:

EDER GALDINO DE CASTRO 72989564187

CNPJ – 27.779.259/0001-39

VALOR DO FORNECEDOR: R$ 5.000 (cinco mil reais)

Juruena - MT, 18 de março de 2022.

Robson Gomes Dias Presidente da Comissão Permanente de Licitação

---

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 023/2022, PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 049/2022.

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Juruena/MT, no exercício das atribuições que lhe confere a Portaria n° 048/2022, torna público para conhecimento de todos, que com amparo no art. 24 Inc. II da Lei 8.666/93, realiza a Dispensa de Licitação nº 023/2022, Processo Administrativo n° 049/2022.

DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTIVOS PARA ATENDER A NECESSIDADE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE JURUENA – MT.

FORNECEDOR:

ISMAD DIESEL EIRELI

CNPJ – 42.590.718/0001-25

VALOR DO FORNECEDOR: R$ 12.098,00 (doze mil e noventa e oito reais)

Juruena - MT, 18 de março de 2022.

Robson Gomes Dias Presidente da Comissão Permanente de Licitação

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL SRP N.º 017/2022, PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 048/2022

AVISO DE LICITAÇÃO

A Comissão de Pregão, da Prefeitura Municipal de Juruena, no exercício das atribuições que lhe confere a Portaria n.º 049/2022, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará no dia **01/04/2022**, às **08:00 horas**, no endereço, Avenida Quatro de Julho, 360, Centro, Juruena - MT, a reunião de recebimento e abertura das documentações e propostas, conforme especificado no Edital de Licitação **Pregão Presencial SRP N.º 017/2022, Processo Administrativo N.º 048/2022**. Informamos que a íntegra do Edital encontra-se disponível no site www.pmjuruena.com.br. Maiores informações pelo telefone (66) 3553-1346 ou pelo email: licitacao@pmjuruena.com.br.

Objeto da Licitação: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE TOPOGRAFIA GEODÉSICA, CONFECÇÕES DE MAPAS, MEMÓRIAS DESCRITIVOS E IMAGENS AÉREAS (DRONE) DE ORTOFOTO, PARA FINS DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NO MUNICÍPIO DE JURUENA/MT*,* conforme relação contidano Anexo I, observadas as especificações ali estabelecidas, visando contratações futuras.

Juruena - MT, 18 de março de 2022.

ROBSON GOMES DIAS Pregoeiro Oficial

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 023/2022 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 049/2022

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 023/2022

RATIFICO, no uso das atribuições que me são conferidas pela legislação em vigor, a **Dispensa de Licitação nº 023/2022, Processo Administrativo n° 049/2022,** DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTIVOS PARA ATENDER A NECESSIDADE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE JURUENA – MT.

Amparado pela **Lei 8.666/93** dispõe sobre as licitações e contrato, determino que se proceda aContratação.

Juruena - MT, 18 de março de 2022.

.

Manoel Gontijo de Carvalho

Prefeito Municipal de Juruena

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 024/2022, PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 050/2022.

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Juruena/MT, no exercício das atribuições que lhe confere a Portaria n° 048/2022, torna público para conhecimento de todos, que com amparo no art. 24 Inc. II da Lei 8.666/93, realiza a Dispensa de Licitação nº 024/2022, Processo Administrativo n° 050/2022.

DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE ALUGUEL DE CAMINHAO MUNK POR 60 HORAS PARA AUXILIO NA TROCA DE LAMPADAS DE LED DA ILUMINAÇÃO PUBLICA DO MUNICIPIO ATENDENDO A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS.

FORNECEDOR:

V.A PEREIRA EIRELLI

CNPJ – 19.227.177/0001-53

VALOR DO FORNECEDOR: R$ 13.200,00 (treze mil e duzentos reais)

Juruena - MT, 18 de março de 2022.

Robson Gomes Dias Presidente da Comissão Permanente de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA

TERMO DE ADESÃO Nº 002/2022 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 012/2022

Termo de Adesão à Ata de Registro de Preços N° 04/2021**,** processo licitatório modalidade Pregão Eletrônico n° 01/2021, Aderente: Prefeitura Municipal de Juscimeira/MT, Secretaria De Infra estrutura, por meio do ofício n° 010/2022-SECINF. de 07/03/2022, dá anuência à solicitação de Adesão ao Pregão Eletrônico n° 01/2021, emitida através do OFÍCIO DE AUTORIZAÇÃO DE ADESÃO, da Prefeitura Municipal de Bom Jesus Do Araguaia/MT, conforme oficio de autorização n° 02/DEP/LIC/BJA/2022 – de 03 De Março 2022, e da empresa detentora da Ata Registro de Preços, conforme oficio nº 019/2022, de 23 De Fevereiro 2022, **TNOVE COMÉRCIO DE PEÇAS EIRELI,** detentora do **CNPJ nº 30.369.251/0001-09,** cujo objeto **"CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS/ACESSÓRIOS GENUINAS E ORIGINAIS DE PRIMEIRA LINHA PARA AUTOMOVEIS LEVES, CAMIONETES, ÔNIBUS, CAMINHÕES, IMPLEMENTOS AGRICOLAS, MÁQUINAS AGRICOLAS E PESADAS, INDEPENDENTE DE MARCA E CATEGORIA PARA ATENDIMENTO DA FROTA DO MUNICÍPIO",** de acordo com as especificações, quantidades estimadas e condições constantes no Termo de Referencia. Contratante na Ata de Registro de Preços N° 04/2021, O valor a ser pago a contratada, durante toda a vigência do contrato, será de **R$ 650.000,00 (Seiscentos Cinqüenta Mil Reais).**

Maiores informações junto à sede da Prefeitura Municipal de Juscimeira/MT, localizada na Av. Joaquim Miguel dos Santos, N° 210, Bairro Cajus, Fone (66) 3412-1371 das 07:00m às 13:00m.

JUSCIMEIRA-MT, 18 DE MARÇO 2022.

BEATRIZ CORREA DA SILVA PEREIRA

Presidente CPL

EXTRATO DO CONTRATO Nº 003/2022

EXTRATO DO CONTRATO Nº 003/2022

Extrato do Contrato nº 003/2022. Partes: Câmara Municipal de Juscimeira-MT e TW Telecom Juscimeira LTDA-ME inscrita no CNPJ nº 29.667.178. 0001-72. Objeto: Contratação de Empresa Especializada na Prestação de Serviços no Ramo de Distribuição de Sinal de Internet por Fibra Ótica, com finalidade de atender as necessidades da Câmara Municipal de Juscimeira-MT. Prazo: 09/03/2022 à 31/12/2022. Valor: 3.000,00 (três mil reais).

ROSIEL FERREIRA DE OLIVEIRA

CÂMARA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA-MT

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 011/2022 - AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2022

A Prefeitura Municipal de Juscimeira/MT, localizada a Avenida Joaquim Miguel dos Santos, nº 210 – Bairro Cajus, Juscimeira-MT através de seu Pregoeiro Oficial, nomeada pela Portaria nº 040/2022, TORNA PÚBLICO

que realizará às **07:30 HORAS DO DIA 31 DE MARÇO 2022,** na sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima citado, sessão pública para realização de licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2022**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, tendo por objeto o "**REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO MATERIAL DE EXPEDIENTE",** para atender as demandas das secretarias deste município**.** Os envelopes contendo as proposta de preços e os documentos de habilitação serão recebidos até às **07:30 HORAS DO DIA 31 DE MARÇO 2022.** O credenciamento **deverá ser efetuado no inicio da sessão (ou abertura dos envelopes)**. Os interessados poderão ler ou obter cópia do Edital e seus anexos na Prefeitura Municipal de Juscimeira no endereço acima, no horário das 08:00 às 13:00 horas, através petição do e-mail licitacao@juscimeira.mt.gov.br nos dias úteis a partir desta data. Outras informações poderão ser obtidas pelo telefone (66) 3412-1371 ou 1381.

JUSCIMEIRA/MT, 18 DE MARÇO 2.022.

DIVA MARIA SANTOS TRINDADE

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAMBARI D´OESTE

PORTARIA Nº 062/2022, DE 18 DE MARÇO DE 2022

PORTARIA Nº 062/2022, DE 18 DE MARÇO DE 2022

"Altera Portaria n° 182/2021, de 16 de junho de 2021, em que nomeia os membros do Conselho Municipal de Meio Ambiente e Turismo – (COMTUR), do Município de Lambari D' Oeste – MT.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAMBARI D'OESTE, Estado de Mato Grosso, Senhor **MARCELO VIEIRA VITORAZZI,** no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO a alteração de membros;

R E S O L V E:

Art. 1° - Alterar a Portaria n° 182/2021, de 16 junho de 2021, em que nomeia e dá posse aos membros do Conselho Municipal de Meio Ambiente e Turismo – (COMTUR), para o período de 01/03/2021 à 01/03/2023, conforme composição abaixo:

I – Representantes do Legislativo

Titular: Jane Ávila

CPF: 007.936.281-80

Suplente: Djanira Rodrigues da Silva

CPF: 050.096.764-43

II – Representantes do Executivo

Titular: Rodrigues de Souza Bortolozzo

CPF: 037.063.591-46

Suplente: Fagner Michaell de Almeida Silva Rok

CPF: **028.814.161-01**

III – Representantes do Comércio

Titular: Marcos Antonio Francisco Da Silva

CPF: 001.387.061-07

Suplente: Ediani Targa Rocha

CPF: 944.947.541-53

IV – Representantes da Igreja

Titular: Aneli Mateus de Araújo Mendonça

CPF: 629.255.391-49

Suplente: Diego Justiniano Severo

CPF: 037.514.111-19

V – Representantes da Secretaria Municipal de Promoção e Assistência Social

Titular: Elaine Duarte Vitorazzi

CPF: 029.092.031-07

Suplente: Fabiana Jean da Silva

CPF: 019.249.171-73

VI – Representantes da Secretaria Municipal de Educação e Cultura

Titular: Jonas Jose Vittorazzi

CPF: 156.171.731-20

Suplente: Valdinei Ribeiro dos Santos

CPF: 007.189.231.11

VII – Representantes da Secretaria Municipal de Agricultura e Turismo

Titular: Valdenir Luiz Silva

CPF: 572.224.011-72

Suplente: Valdinei Vitorazzi Vieira

CPF: **695.891.781-20**

VIII – Representantes da Secretaria Municipal de Saúde

Titular: Tais Tosta Vitorazzi Magosso

CPF: 019.650.251-96

Suplente: Jossué Modesto Pinto

CPF: 055.426.461-74

IX – Representantes do Conselho Tutelar

Titular: Thalia Domingos Santos

CPF: 041.865.721-19

Suplente: Marcilene Alves Farias

CPF: 031.105.251-78

Art. 2° - Sendo designado, dentre os membrosdo Conselho Municipal de Meio Ambiente e Turismo – (COMTUR), para exercerem as funções de:

Presidente: Valdinei Vitorazzi Vieira;

Vice-Presidente: Rodrigues de Souza Bortolozzo;

Secretário: Fagner Michaell de Almeida Silva Rok

Vice-Secretária: Elaine Duarte Vitorazzi

Art. 3° Os membros do Conselho Municipal de Meio Ambiente e Turismo – (COMTUR), exercerão as atividades pertinentes sem ônus para o município.

Art. 4° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 01 de janeiro do ano de dois mil e vinte e dois, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, Edifício Sede do poder Executivo, em Lambari D'Oeste – MT, aos dezoito dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e dois.

PUBLICA-SE, REGISTRE-SE, CIENTIFIQUE-SE E, CUMPRA-SE

MARCELO VIEIRA VITORAZZI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 061/2022, DE 18 DE MARÇO DE 2022

PORTARIA Nº 061/2022, DE 18 DE MARÇO DE 2022

Concede Licença-Maternidade a Servidora Pública Municipal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAMBARI D'OESTE, Estado de Mato Grosso, Senhor **MARCELO VIEIRA VITORAZZI,** no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Orgânica do Município, Art. 72, inciso III e, Art. 88 da Lei Complementar nº. 25/2006, de 28 de abril 2006, e Lei Municipal 682 de 19 de novembro de 2020.

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder Licença-Maternidade a Servidora Pública Municipal, segundo o que menciona, na forma que especifica:

SANDRA FERNANDES VAZ, ENFERMEIRA, Lotada na Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de 180 (cento e oitenta dias) dias a contar de 05/03/2022 a 31/08/2022 conforme consta em Atestado Médico;

Art. 2º - Caberá ao órgão/unidade competente do Poder Executivo, as providências requeridas, inclusive o controle do período da licença concedida.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia cinco de março de 2022, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo Municipal, aos dezoito dias do mês de março de dois mil e vinte e dois.

PUBLICA-SE, REGISTRE-SE, CIENTIFIQUE-SE E, CUMPRA-SE

MARCELO VIEIRA VITORAZZI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 040/2022

Pelo presente instrumento **O MUNICÍPIO DE MATUPÁ – ESTADO DE MATO GROSSO,** devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 24.772.188/0001-54, com sede na Prefeitura Municipal, localizada na Avenida Hermínio Ometto, nº. 101, ZE-022, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Senhor **BRUNO SANTOS MENA**, brasileiro, casado, portador do RG nº. 18278620-SSP/MT, inscrito no CPF sob o nº. 028.264.041-05, residente e domiciliado na Rua 19, nº. 169, Bairro Centro, nesta Cidade de Matupá/MT, RESOLVE registrar os preços da empresa **MOSAICO DISTRIBUIDORA ATACADO E ELETRÔNICOS EIRELI**, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. 26.148.070/0001-85 e Inscrição Estadual n° 13.648.990-7, com sede na Rua Comandante Costa, nº 14, Bairro Centro Sul, na Cidade de Várzea Grande/MT, CEP: 78.125-499, telefone (65) 3027-4010 / (65) 99940-8682, e-mail: mosaicodistribuidora@hotmail.com, neste ato representada pelo Sr. **DAVI ANTONIO NETO**, portador do CPF nº 551.557.315-34 e RG nº 3431507-1 SSP/MG, nas quantidades estimadas **na Seção quatro desta Ata de Registro de Preços**, de acordo com a classificação por elas alcançadas Global, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 8.666/93, 10580/02 e suas alterações e Decreto Municipal 1136, de 02 de fevereiro de 2009 e Decreto Municipal nº 1665/2013:

1 - OBJETO

1.1 - Constitui objeto desta ata de registro de preço, o "**PREGÃO ELETRÔNICO SISTEMA REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE, ESCRITÓRIOS, ESPORTIVOS E ESCOLARES EM ATENDIMENTO AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE MATUPÁ"** de acordo com a planilha partes integrantes do Edital da respectiva **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 08/2022.**

2 - ADESÃO DE ORGÃOS NÃO PARTICIPANTES

2.1 - Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

2.2 - Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do serviço, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que o fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

2.3 - As aquisições ou contratações adicionais, não poderão exceder, por órgão ou por entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

3 - DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 - O gerenciamento deste instrumento caberá a Prefeitura Municipal de Matupá.

3.2 - A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses**,** contados a partir de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios.

3.3 - As SECRETARIAS/ORGÃOS/ENTIDADES participantes desta Ata de Registro de Preços são:

Gabinete do Prefeito, Secretaria Municipal de Planejamento, Secretaria Municipal de Administração, Secretaria Municipal de Finanças, Secretaria Municipal de Agricultura, Secretaria Municipal de Educação e Desporto, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Obras, Urbanismo e Transportes e Secretaria Municipal de Industria, Comercio, Turismo, Cultura e Lazer.

4 – DOS PRODUTOS

4.1 - O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação dos produtos registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

CÓDIGO	NOME	UN.DE FORNEC.	MARCA	QUANT.	VL. UNIT.	TOTAL
363881	BALAO PLASTICO - EM LATEX,TAMANHO MEDIO, FORMATO DE CORACAO,NA COR VERMELHA - PACOTE DE 50 UNIDADES	PACOTE 50 UNIDADE	IDEATEX	194	7,10	1.377,40
364602	BLOCO PARA RECADO AUTOADESIVO - EM PAPEL OFFSET,MEDINDO 76,00X76,00MM, CORES VARIADAS - BLOCO 400 FOLHAS	BLOCO 400 ADESIVO	IMPRIMASTER	399	5,00	1.995,00
363913	BORRACHA - DE LATEX NATURAL,ESCOLAR, PARA LAPIS E GRAFITE, NO FORMATO RETANGULAR, NUMERO 60, NA COR BRANCA - CAIXA COM 60 UNIDADES	CAIXA 60 UNIDADE	RED BOR	78	8,00	624,00
372955	CANUDO DESCARTAVEL - DE PLASTICO, LISO, COM ASPIRAL, MEDINDO 21 CM DE COMPRIMENTO, CORES DIVERSAS PACOTE COM 100 UNIDADES	CENTO	STRAWPLAST	119	10,99	1.307,81
363946	CARTOLINA - PESANDO 180G, MEDINDO 50 X 66 CM, NA COR VARIADA	UNIDADE	ALOFORM	815	0,59	480,85

364025	ESTILETE - CABO EM PLASTICO RIGIDO, EM LAMINA DE ACO LARGA, MEDINDO 15CM	UNIDADE	MASTERPRINT	226	1,50	339,00
375128	ETIQUETA TÉRMICA PARA IMPRESSORA ZEBRA, COM UMA COLUNA, MEDIDAS DE 50X30MM EM BOPP ROLO DE 30 METROS	ROLO	SCALA	226	16,95	3.830,70
364236	FITA DECORATIVA - DE CETIM COMUM,Nº 3, COM 10M.	PECA 10 METRO	KIT	122	3,80	463,60
363921	MAQUINA DE CALCULAR - ALIMENTACAO POR PILHA, TIPO BOLSO, COM VISOR, 12 DIGITOS, RAIZ QUADRADA, TECLA DE MEMORIA, PERCENTAGEM, MUDANCA DE SINAL	UNIDADE	XHADAY	97	14,25	1.382,25
364169	PALITO - DE MADEIRA, PARA CHURRASCO, FORMATO REDONDO COM 20 CM - PACOTE COM 100 UNIDADES	CAIXA 100 UNIDADE	TEHOTO	201	4,31	866,31
364170	PALITO - DE PICOLE EM MADEIRA, PARA CONFECCAO DE PICOLE, TAMANHO 12 CM COM FORMATO CHATO	PACOTE 100 UNIDADE	THEOTO	251	2,00	502,00
372011	PAPEL - CONTACT,MEDINDO 10,00MX45,00CM, CORES DIVERSAS	ROLO 10 METRO	LEO LEO	60	33,08	1.984,80
369278	PERFURADOR PARA PAPEL/EVA - SCRAPBOOK GRANDE,PARA CORTAR PAPEL E EVA, EM FORMATOS VARIADOS (CORACAO, ESTRELA, CÍRCULO, FLOR, BORBOLETA, ENTRE OUTROS), EM ALAVANCA. TAMANHO DO FURO 38MM X 38MM. COM DEPOSITO PARA ARMAZENAGEM DOS RECORTES	UNIDADE	LEO LEO	104	27,00	2.808,00
376688	PLÁSTICO PARA PLASTIFICAÇÃO (79X108MM) - PACOTE COM 100 UNIDADES	UNIDADE	LASSANE	80	17,90	1.432,00
364523	QUADRO ESCOLAR - COM MOLDURA DE ALUMINIO, FORMICA MED. 150X120 M, LAMINADO BRANCO	UNIDADE	GUEDES	5	168,42	842,10
364135	REGUA - EM ACRILICO,MEDINDO 50,00CM,COM ESCALA MILIMETRICA EM BAIXO RELEVO,TRANSPARENTE	UNIDADE	WALEU	54	2,67	144,18
364161	TECIDO - TNT,TECIDO NAO TECIDO,100% POLIPROPILENO,45G/M2,MEDINDO 1,40X1,40M	UNIDADE	NEW	96	80,00	7.680,00
374983	TINTA ACRILICA - PARA UTILIZAÇÃO EM TECIDO, CORES VARIADAS, ACONDICIONADA EM POTE DE 37ML	UNIDADE	ACRILEX	61	4,39	267,79
372750	TRANSFERIDOR 180° EM ACRILICO, COM GRADUACAO, NA COR TRANSPARENTE	UNIDADE	WALEU	650	1,16	754,00
Total Fornecedor: .....**R$ 29.081,79**						

5 – DA FORMA DE FORNECIMENTO

5.1 – O prazo máximo para entrega dos produtos, objeto do pedido, é de (05) cinco dias, contados a partir do dia seguinte à data do recebimento da NAD (Nota de Autorização de Despesas) pela Adjudicatária, devendo o produto atender às normas técnicas contidas nas especificações;

5.2 – O recebimento dos objetos será efetuado pela Prefeitura, e, será recebido desde que:

5.2.1 Esteja compatível com esta Licitação;

5.2.2 Não apresente avaria ou adulteração.

5.3 - Em caso de recusa dos produtos pelas Secretarias de Matupá - MT será lavrado Termo de Recusa, no qual se consignarão as desconformidades, devendo o produto ser substituído pela Contratada, no prazo de 03 (três) dias da devolução, quando serão realizadas novamente as verificações antes referidas, consoante dispõe o artigo 69 da Lei nº 8.666/93;

5.4 – A entrega dos produtos desta licitação deverá ser feita nos locais indicados nas requisições, correndo por conta da Contratada as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da execução.

5.5 – Os produtos deverão ser novos, de primeiro uso, e em perfeito estado, acondicionado em embalagens que permitam sua proteção contra impactos, umidade e demais agentes de possam ocasionar danos. Não serão aceitos produtos remanufaturados, recondicionados, reciclados ou reutilizados.

5.6 - A empresa fornecedora dos produtos se responsabilizará pela qualidade, substituindo o produto, em todo ou em parte, se for constatado problemas.

5.7 - Os produtos ofertados pelas licitantes deverão, OBRIGATORIAMENTE, atender às exigências de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de fiscalização de qualidade industrial ABNT, INMETRO, etc. – atentando-se o proponente, principalmente para as prescrições contidas no art. 39, VIII, da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor);

5.8 - A empresa vencedora e responsável pela carga e descarga dos itens no local aonde a Secretaria solicitar.

5.9 - A empresa fornecedora dos produtos se responsabilizará pela qualidade, substituindo o produto, em todo ou em parte, se for constatado problemas.

5.10- Recebimento dos Produtos:

5.10.1 - Os produtos serão recebidos pelos fiscais de contrato e aceitos quando estiverem dentro das exigências do Edital;

5.10.2 - Observado o disposto no artigo 67 da Lei Federal n. 8.666/93, o acompanhamento e a fiscalização da entrega dos produtos será realizada por funcionários nomeados pelas Secretarias;

5.10.3 - O Município de Matupá/MT reserva-se o direito de não receber o objeto com atraso ou em desacordo com as especificações e condições constantes deste edital e seus anexos, podendo aplicar as penalidades e sanções previstas ou rescindir o registro e aplicar o disposto no art. 24, inciso XI, da Lei Federal n. 8.666/93.

5.11- Caberá à Licitante Vencedora:

5.11.1 Transportar, por sua conta e risco, o(s) objeto(s) objeto deste Termo de Referência, ficando sob sua responsabilidade quaisquer acidentes no trajeto de transporte;

5.11.2 Fazer o pagamento de tributos, seguros, taxas e serviços, encargos sociais e trabalhistas, e quaisquer despesas referentes aos produtos fornecidos;

5.11.3 Substituir produtos que apresentem defeito de fabricação.

5.12– Os materiais apresentados neste Termo de Referência deverão ser novos e com a garantia dos produtos. Não sendo, de forma alguma, permitido materiais reutilizados ou reaproveitados.

5.13- Na entrega dos produtos e nas informações adicionais da Nota Fiscal e obrigatória a Identificação da Secretaria que solicitou os produtos, para maior agilidade da identificação de quem solicitou na hora da entrega dos produtos.

6 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 - Executar a entrega dentro dos padrões estabelecidos pelas Secretarias, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

6.2 - Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelas Secretarias, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência mediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos atos de sua responsabilidade;

6.3 - Prover todos os meios necessários à garantia da plena entrega dos produtos, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

6.4 - A falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução da entrega do objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

6.5 - Comunicar imediatamente a Secretaria qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgadas necessárias para recebimento de correspondência;

6.6 - Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

6.7 - Fiscalizar o perfeito cumprimento da entrega do objeto a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

6.8 - Indenizar terceiros e/ou à própria Prefeitura em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

6.9 - A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

6.10 - Fornecer os itens, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

6.11 – Não poderá ocorrer a falta dos produtos por parte do licitante, pois são itens de primeira necessidade e a contratante deverá atender exatamente como se propôs a fazer;

6.12 – A CONTRATADA deverá manter durante toda a vigência da ata de registro de preço, as mesmas condições de habilitação, especialmente quanto à regularidade com FGTS e INSS;

6.13 - O atraso na entrega dos produtos caberá penalidades e sanções previstas no Art. 12 da Presente Ata;

7 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 - Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Entrega dos itens licitados;

7.2 - Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

7.3 - Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

7.4 - Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento do objeto;

7.5 -Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito reajustamento de preços ou a atualização monetária.

7.6 - Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

8 - DO PAGAMENTO

8.1 - Os pagamentos serão efetuados em até 15 (quinze) dias após a entrega do produtos bem como apresentação das notas fiscais eletrônicas em conformidade ao Protocolo ICMS Nº. 85, DE 09 DE JULHO DE 2010, devidamente atestada pela Secretaria responsável;

8.1.1 - Os pagamentos serão efetuados na Tesouraria da Prefeitura Municipal, sito Avenida Dr. Hermínio Ometto, n º 101 ZE-22, neste Município ou:

Os dados bancários para pagamento são:

Banco: Banco do Brasil, Agência 8687-8, Conta Corrente nº 1459-1, em nome de MOSAICO DISTRIBUIDORA ATACADO E ELETRÔNICOS EIRELI

8.2 - O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do item fornecido, de acordo com o especificado na Ordem de Entrega.

8.3 - Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

8.4 - Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do produto.

8.5 - O Contratante **não** efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de **cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring**";

8.6 - As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

9 - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

9.1 - Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação municipal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

9.2 - Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

9.3 - Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Prefeiturasolicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo único.

9.4 - Fracassada a negociação com o primeiro colocado a Prefeiturapoderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço da 1ª (primeira), as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

9.5 - Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Prefeitura.

9.6 – Poderão ocorrer mediante termo aditivo, onde a contratada ou contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou suspensões que se fizerem na prestação dos produtos, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da ata de registro de preço, nos termos do artigo 65, parágrafo 1º da lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

9.7 - Os preços serão revisados e reajustados de acordo com as variações determinadas pela política de preços dos combustíveis, mediante comprovação oficial por parte da Contratada.

10 - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1 - A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) Quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) Quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Em quaisquer hipóteses de inexecução total ou parcial da requisição/pedido dos produtos decorrente deste Registro;

d) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

f) Descumprir qualquer dos itens da cláusula sexta ou sétima.

10.2 - Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

10.3 - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Jornal Oficial dos Municípios (AMM), considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

10.4 - A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

10.5 - Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao produto do Item.

10.6 - Caso a Prefeitura não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

10.7 - A Ata de Registro de Preços, será cancelada automaticamente nas seguintes hipóteses:

a) Por decurso de prazo de vigência;

b) Pelo esgotamento das quantidades registradas.

10.8 - A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as conseqüências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, conforme art. 77 da lei 8666/93.

11 - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

11.1 - Os preços apresentados na proposta devem incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, treinamento, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto desta Ata de Registro de Preços.

12 - DAS PENALIDADES

12.1 - Ficará impedido de licitar e contratar com o município, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste termo de referência e das demais penalidades legais, aquele que:

12.1.1 - Cometer fraude fiscal;

12.1.2 - Apresentar documento falso;

12.1.3 - Fizer declaração falsa;

12.1.4 - Comportar-se de modo inidôneo;

12.1.5 - Não assinar a Ata de Registro de Preços ou Contrato no prazo estabelecido;

12.1.6 - Deixar de entregar a documentação exigida no certame;

12.1.7 - Não mantiver a proposta.

12.2 - O atraso injustificado no atendimento ao objeto sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

12.2.1 - A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Prefeitura Municipal de Matupá - MT, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 6.9. b;

12.3 - Ocorrendo a inexecução total ou parcial, atrasos no fornecimento dos produtos, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

a) Advertência por escrito;

b) Ao licitante que não cumprir as obrigações assumidas ou preceitos legais, serão aplicadas multa de 0,5% (meio por cento) sobre o atraso de entrega dos produtos, e até o limite de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato no caso de rescisão por culpa do fornecedor;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Matupá - MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos conforme prevê o inciso III do artigo 87 da Lei Federal 8.666/93 atualizada pela Lei nº 8.883/94;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002.

e) Ficará impedido de licitar e de contratar com a União e Município e será descredenciado no Sicaf, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

e. 1 - apresentar documentação falsa;

e.2 - causar o atraso na execução do objeto;

e.3 - não mantiver a proposta;

e.4 - falhar na execução do contrato;

e.5 - fraudar a execução do contrato;

e.6 - comportar-se de modo inidôneo;

e.7 - declarar informações falsas; e

e.8 - cometer fraude fiscal.

f) - O cancelamento da execução terá lugar de pleno direito independente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial quando a empresa adjudicatória:

f.1 – Falir, entrar em concordata, concurso de credores, dissolução ou liquidação;

f.2 – Transferir, no todo ou parte, as obrigações decorrentes desta licitação, sem prévia anuência do Governo deste Município;

12.4 - Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Matupá - MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Prefeitura e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

12.4.1 - Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirada da Ordem de Fornecimento dos Itens, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

12.5 - Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

12.6 - Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 12.3, c, d, desta Ata de Registro de Preços, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

13 – DO RECEBIMENTO DOS PRODUTOS

13.1 - Serão entregue produtos, de acordo com os critérios dos órgãos responsáveis pela fiscalização.

13.2 - Recebimento Dos Serviços/Produtos:

13.2.1 – A entrega dos serviços/produtos serão acompanhados pelos fiscais diariamente, recebidos e aceitos quando executados totalmente e de boa qualidade.

13.2.2 - Observado o disposto no artigo 67 da Lei Federal n. 8.666/93, o acompanhamento e a fiscalização da prestação dos serviços/entrega dos produtos será realizada por funcionários nomeados pelas Secretarias;

13.2.3 - O Município de Matupá/MT reserva-se o direito de não receber o objeto com atraso ou em desacordo com as especificações e condições constantes deste edital e seus anexos, podendo aplicar as penalidades e sanções previstas ou rescindir o registro e aplicar o disposto no art. 24, inciso XI, da Lei Federal n. 8.666/93.

14 - DOS ILÍCITOS PENAIS

14.1 - As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

15 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.1 - As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata de Registro de Preços, correrão à conta de dotação orçamentária citada abaixo, ou das demais que possam vir a aderir a presente ata e serão oriundas de Recursos Próprios do Município, do Estado de Mato Grosso e Federal:

CÓDIGO GERAL: 02.001.04.122.0033.20094 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 03.001.04.122.0024.20078 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 04.001.04.122.0026.20076 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 05.001.04.123.0036.2.0110 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE FINANÇAS – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 06.001.20.122.0021.20002 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA - 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.005.27.812.0047.20128 – MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ESPORTE – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.001.12.122.0029.20086 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.002.12.361.0015.2.0020 – MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.002.12.365.0018.2.0028 – MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO INFANTIL - PRÉ-ESCOLAS – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.002.12.361.0015.10045 – AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE – 4490.52.000 – MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 07.002.12.122.0015.10116 – AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE – 4490.52.000 – MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 07.002.12.365.0068.20043 – MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO INFANTIL - PRÉ-ESCOLAS – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.002.12.365.0015.10062 – AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE – 4490.52.000 – MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 07.002.12.365.0018.2.0029 – MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO INFANTIL - CMEIS – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.302.0013.2.0048 – MANUTENÇÃO DO LABORATORIO MUNICIPAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.304.0013.2.0105 – MANUTENÇÃO DA VIGILANCIA SANITARIA – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.302.0014.2.0046 – MANUTENÇÃO DO CRDO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.303.0040.2.0101 – MANUTENÇÃO DA ASSISTENCIA FARMACÊUTICA BÁSICA – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.122.0039.20115 – MANUTENÇÃO DO COMPLEXO REGULADOR MUNICIPAL - CRM – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.122.0038.20098 – MANUTENÇÃO DA UNIDADE ADMINISTRATIVA – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.302.0013.20047 – MANUTENÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.301.0012.20050 – MANUTENÇÃO DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE - SAÚDE DA FAMÍLIA – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.305.0041.2.0103 – MANUTENÇÃO VIGILÂNCIA EPIDEMIOLOGICA E AMBIENTAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.001.08.122.0008.20065 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL – 4490.52.000 – MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0028.10111 – AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE – 4490.52.000 – MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0007.20063 – MANUTENÇÃO IGD PBF – 4490.52.000 – MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0007.20063 – MANUTENÇÃO IGD PBF – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0005.20054 – MANUTENCAO DO CREAS/PAEFI – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0005.20056 – MANUTENÇÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMILIA – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0028.20083 – MANUTENÇÃO DO CRAS/PAIF – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0028.20082 – MANUTENÇÃO DO SCFV - SERVIÇO DE CONVIVENCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULOS – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.243.0010.20071 – MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0005.20055 – MANUTENÇÃO DA CASA LAR – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0006.2.0057 – MANUTENÇÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL BASICA – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0006.2.0058 – MANUTENÇÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 10.001.04.122.0004.20015 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE SECRETARIA DE OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTE – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 15.001.13.812.0017.20137 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE INDUSTRIA, COMÉRCIO, TURISMO, CULTURA E LAZER – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

16 - DO FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

16-1 – Foi Designado através de Portaria os servidores abaixo para assistir e subsidiar o gestor da ata de registro de preço indicado na epígrafe.

Secretaria	Servidor	Portaria
Gab. do Prefeito/Sec. Planejamento/ Sec. Administração/Sec. Finanças	Célia Pereira Bueno da Silva	11081/2022
Secretaria de Agricultura	Lucas Raul Fernandes	10718/2021
Secretaria de Educação	Elaine Rocha Tussi	10657/2021
Sec. de Saúde/UBS/Vigilância Sanitária	Janara de Souza Soares Tussi	7200/2018
Sec.de Saúde-Hosp. Munic. e Laboratório	Luciana de Fátima Souza	10896/2022
Sec.de Saúde-Centro de Reabilitação	Rita de Cassia Andrade	2718/2013
Sec.de Saúde-Complexo Regulador	Cleneci de Fatima da Silva Ferreira	6400/2017
Sec.de Saúde-Vigilância de Saúde	Francisco Carlos Vieira	11078/2022
Sec.de Saúde-Hospital/CAF	Isabelly de Oliveira Coelho	8549/2020
Sec.de Assistência Social	Cynthia Passos Carvalho Ximenes	7451/2018
Sec.de Obras e Transportes	Dayane Lais Ferreira	10821/2021
Departamento de Esportes	Maurina Marques da Silva	11012/2022
Sec.de Indústria Comércio Tur. Cult. e Lazer	José Sales de Souza Luna	10658/2021

16.2 - Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos produtos/serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

16.3 - A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.4 - O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências

relacionadas com a execução da ata, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

17 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 - As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II - Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão Eletrônico nº. 08/2022** e seus anexos e as propostas das classificadas.

III - É vedado caucionar ou utilizar da ata de registro de preço decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da **Prefeitura**.

18 - DO FORO

Aplica-se a Ata de Registro de Preço e dos casos omissos as disposições estabelecidas na lei 8666/1993 e suas alterações.

As partes contratantes elegem o foro de Matupá - MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Matupá - MT, 18 de março de 2022.

Município de Matupá

BRUNO SANTOS MENA

Contratante

MOSAICO DISTRIBUIDORA ATACADO E ELETRÔNICOS EIRELI

CNPJ sob o nº. 26.148.070/0001-85

DAVI ANTONIO NETO

CPF nº 551.557.315-34

Contratada

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 041/2022

Pelo presente instrumento **O MUNICÍPIO DE MATUPÁ – ESTADO DE MATO GROSSO,** devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 24.772.188/0001-54, com sede na Prefeitura Municipal, localizada na Avenida Hermínio Ometto, nº. 101, ZE-022, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Senhor **BRUNO SANTOS MENA**, brasileiro, casado, portador do RG nº. 18278620-SSP/MT, inscrito no CPF sob o nº. 028.264.041-05, residente e domiciliado na Rua 19, nº. 169, Bairro Centro, nesta Cidade de Matupá/MT, RESOLVE registrar os preços da empresa **MOTTIVA COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI**, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. 20.847.096/0001-35 e Inscrição Estadual n° 13.555.504-3, com sede na Rua Livramento, nº 408, Bairro Centro Sul, na Cidade de Várzea Grande/MT, CEP: 78.110-133, telefone (65) 3686-1642 / (65) 99209-8000, e-mail: mottivacomercio01@gmail.com, neste ato representada pelo Sr. **TIAGO DIAS DA SILVA**, portador do CPF nº 001.931.611-92 e RG nº 13365355 SEJSP/MT, nas quantidades estimadas **na Seção quatro desta Ata de Registro de Preços**, de acordo com a classificação por elas alcançadas Global, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 8.666/93, 10580/02 e suas alterações e Decreto Municipal 1136, de 02 de fevereiro de 2009 e Decreto Municipal nº 1665/2013:

1 - OBJETO

1.1 - Constitui objeto desta ata de registro de preço, o "**PREGÃO ELETRÔNICO SISTEMA REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE, ESCRITÓRIOS, ESPORTIVOS E ESCOLARES EM ATENDIMENTO AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE MATUPÁ"** de acordo com a planilha partes integrantes do Edital da respectiva **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 08/2022.**

2 - ADESÃO DE ORGÃOS NÃO PARTICIPANTES

2.1 - Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

2.2 - Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do serviço, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que o fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

2.3 - As aquisições ou contratações adicionais, não poderão exceder, por órgão ou por entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

3 - DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 - O gerenciamento deste instrumento caberá a Prefeitura Municipal de Matupá.

3.2 - A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses**,** contados a partir de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios.

3.3 - As SECRETARIAS/ORGÃOS/ENTIDADES participantes desta Ata de Registro de Preços são:

Gabinete do Prefeito, Secretaria Municipal de Planejamento, Secretaria Municipal de Administração, Secretaria Municipal de Finanças, Secretaria Municipal de Agricultura, Secretaria Municipal de Educação e Desporto, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Obras, Urbanismo e Transportes e Secretaria Municipal de Industria, Comercio, Turismo, Cultura e Lazer.

4 – DOS PRODUTOS

4.1 - O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação dos produtos registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

CÓDIGO	NOME	UN.DE FORNEC.	MARCA	QUANT.	VL. UNIT.	TOTAL
372957	ALFINETE - EM ACO, DO TIPO DE SEGURANCA N. 3 CAIXA COM 50 UNIDADES	CAIXA 50 UNIDADE	NYBC	60	6,69	401,40
372956	ALFINETE - EM ACO, DO TIPO DE SEGURANCA N. 4 CAIXA COM 50 UNIDADES	CAIXA 50 UNIDADE	NYBC	56	6,74	377,44
363880	BALAO PLASTICO - EM LATEX,TAMANHO MEDIO,EM CORES VARIADAS - PACOTE COM 50 UNIDADES	PACOTE 50,000 UNIDADE	IDEATEX	315	4,54	1. 430,10
376577	BALAO PLASTICO LISO, EM LATEX, TAMANHO N° 7, 20CM DE DIAMETRO INFLADO, CORES SORTIDAS, PACOTE COM 50 UNIDADES, ALTA DURABILIDADE E RESISTENCIA.	UNIDADE	IDEATEX	263	6,30	1. 656,90
364456	BOBINA - PARA RELOGIO DE PONTO REP,TIPO TERMICO,EM 01 VIA,LARGURA DO PAPEL DE 57MM, DIAMETRO DA BOBINA DE 45MM E COM COMPRIMENTO DE 22M,NA COR AMARELA SUAVE OU PALHA -	UNIDADE	CORPEL	459	2,20	1. 009,80
363941	CANETA PARA RETROPROJETOR - CORPO EM EM POLIPROPILENO, PONTA COM 1,00MM, EM POLIESTER, NA COR VARIADA	UNIDADE	JOCAR	190	1,98	376,20
363958	CLIPE - ACO, PARALELO, NIQUELADO, 2 - CAIXA COM 50 UNIDADES	CAIXA 50 UNIDADE	TOP	192	1,99	382,08
363959	CLIPE - ACO, PARALELO, NIQUELADO, 3 - CAIXA COM 50 UNIDADES	CAIXA 50 UNIDADE	TOP	255	1,99	507,45
363954	CLIPE - ACO, PARALELO, NIQUELADO, 4/0 - CAIXA COM 100 UNIDADES	CAIXA 100,000 UNIDADE	TOP	283	2,26	639,58
363961	CLIPE - METAL, 8/0, GALCANIZADO, 8/0 - CAIXA COM 25 UNIDADES	CAIXA 25 UNIDADE	TOP	213	1,99	423,87

374985	CLIPE - Nº 01, ACO, PARARELO, GALVANIZADO - CAIXA COM 100 UNIDADES	CAIXA 100 UNIDADE	TOP	152	1,99	302,48
20362	COLA BRANCA - ADESIVO VINILICO DE ALTA RESISTENCIA ROTULO AZUL GRANDE 1LT	TUBO 1 LITRO	CASCOREZ	157	18,69	2.934,33
372733	COLA BRANCA ESCOLAR, ATOXICA, SECAGEM NORMAL COM 90G E TAMPA ANTI-VAZAMENTO. VALIDADE MINIMA DE 12 MESES	UNIDADE	PIRATININGA	7227	1,48	10.695,96
372734	COLA COLORIDA CAIXA COM 6 TUDOS DE 23G CADA DE CORERS DIFERENTES (CORES OBRIGATÓRIAS: AMARELO, AZUL, VERDE, VERMELHO), SELO DO IMETRO E VALIDADE MINIMADE 12 MESES	UNIDADE	PIRATININGA	2932	6,67	19.556,44
363883	COLA DE SILICONE - EM SILICONE, DEVENDO SER APLICADA QUENTE ATRAVES DE PISTOLA APROPRIADA, PARA COLAR MATERIAIS EM PVC, PLASTICO, MADEIRA E ALUMINIO, DEVENDO SER FORNECIDO EM BASTAO, DIAMETRO 2 CM	UNIDADE	CLASSE	2718	1,28	3.479,04
363964	COLA - LIQUIDA,ATOXICA,NA COR BRANCA,SECAGEM RAPIDA - FRASCO 90GR	FRASCO 90 GRAMA	PIRATININGA	465	1,59	739,35
376588	COLCHONETE EM ESPUMA, DE REVESTIMENTO EM COURVIM, MEDINDO (1,30 X 0,60), NA COR COR AZUL, ENTRE 0,05 CM DE ESPESSURA, DENSIDADE 26	UNIDADE	LUXUS	168	58,90	9.895,20
376589	COLCHONETE - EM ESPUMA,REVESTIMENTO EM COURVIM,MEDINDO: 1,00M X 0,60M X 0,03M,NA COR AZUL,DENSIDADE 23	UNIDADE	LUXUS	102	47,50	4.845,00
364058	GRAMPO - DE METAL,TIPO TRILHO, COM 50,00 PARES	CAIXA 50 UNIDADE	LYKE	115	8,90	1.023,50
374982	GRAMPO TRILHO - DE METAL, 80MM, O FECHO DE APERTAR DEVERÁ SER PELO LADO DE DENTRO DA BASE PARA MELHOR FIXAÇÃO. COM 50 PARES RESISTENTES E DURAVEIS, CAPACIDADE PARA 300 FOLHAS OU MAIS. FABRICADO EM FOLHA-DE-FLANDRES (AÇO ESTANHADO). CAIXA 50 UNIDADES	CAIXA 50 UNIDADE	LYKE	210	9,45	1.984,50
374991	MOUSE PAD - COM APOIO DE PUNHO EM GEL, PARA SUPORTE E MANUSEIO DO MOUSE, REVESTIDO EM TECIDO, BASE ANTIDERRAPANTE, DESIGN ERGONOMICO, GARANTIA MINIMA DE 03 MESES DO FABRICANTE	UNIDADE	YAKAO	214	23,00	4.922,00
369270	PAPEL - CARTAO,MEDINDO 500,00X700,00MM,280G/M2,FOSCO, CORES VARIADAS	UNIDADE	RST	655	1,20	786,00
364537	PAPEL - PAPEL - CREPON,MEDINDO 200,00X48,00CM,28G/M2, CORES VARIADAS	UNIDADE	RST	479	1,06	507,74
364179	PAPEL PARA REVELACAO - TIPO PAPEL FOTOGRAFICO, BRANCO 180G,N0 FORMATO A4 (210X297)MM,PARA DOCUMENTACAO FOTOGRAFICA,ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADA - PACOTE COM 50 UNIDADES	CAIXA 50 UNIDADE	MASTERPRINT	377	18,95	7.144,15
6523	PAPEL SEDA MEDIDA APROXIMADAMENTE 48 X 70 CM	UNIDADE	RST	260	0,19	49,40
364197	PEN DRIVE - CAPACIDADE: 8 GB,COMPATIVEL COM: WINDOWS E LINUX,PROTECAO DO CONECTOR USB (CONECTOR RETRATIL OU TAMPA RETRATIL),INTERFACE: USB 2.0 (COMPATIVEL COM USB 1.0)	UNIDADE	MULTILASER	116	20,00	2.320,00
369277	PERCEVEJO - EM METAL,LATONADO,COM DIAMETRO DE 12,00MM - CX C/ 100 UNID	CAIXA 100 UNIDADE	LYKE	70	2,65	185,50
364521	PRENDEDOR DE PAPEL - EM ACO, GRAMPOMOL 41MM	UNIDADE	LYKE	351	0,91	319,41
369282	PRENDEDOR DE PAPEL - EM ACO, GRAMPOMOL 51MM	UNIDADE	LYKE	381	1,47	560,07
372009	QUADRO DE AVISO - CORTICA, MEDINDO (1,20X0,90) M, ESPESSURA DE 12MM, ALUMINIO, PROPRIA	UNIDADE	GUEDES	36	124,00	4.464,00
371991	QUADRO DE AVISOS EM FELTRO COM MOLDURA EM ALUMÍNIO 1,50X1,20	UNIDADE	GUEDES	35	149,99	5.249,65
372010	QUADRO - DE MOLDURA DE MADEIRA, MEDINDO 0,90X1,20M., QUADRO BRANCO.	UNIDADE	GUEDES	13	79,15	1.028,95
374992	RECADO AUTOADESIVO - EM PAPEL OFF-SET, SUPER ADERENTE, MEDINDO (76 X 76)MM, BLOCO COM 100 FOLHAS CADA, NA COR AMARELA	BLOCO COM 100 FOLHAS	MASTERPRINT	451	2,59	1.168,09
372740	TINTA GUACHE CAIXA COM 6 CORES VARIADAS (CORES OBRIGATÓRIAS: BRANCA, AMARELA, VERMELHA, AZUL E VERDE,) 15 ML POR UNIDADE, COM TAMPA PLÁSTICA DE ROSCA, FRASCO TRANSPARENTE E VALIDADE DE, NO MÍNIMO, 12 (DOZE) MESES	UNIDADE	PIRATININGA	2253	2,90	6.533,70
364530	TINTA PARA CARIMBO - TUBO DE TINTA PARA CARIMBO NA COR PRETA,BASE LÍQUIDA DE 28ML	FRASCO 28,000 MILILITRO	JAPAN	161	3,15	507,15
374971	UMEDECEDOR DE DEDO - MOLHA DEDO TIPO PASTA EM GEL. ATÓXICO. PERFUMADO. PARA MANUSEIO DE PAPEIS. LIVRE DE FUNGOS E BACTERIAS. POTE CONTENDO 12 GRAMAS. COMPOSIÇÃO: ÁCIDO GRAXO, GLICOIS E ESSÊNCIA AROMÁTICA, PODENDO CONTER CORANTE ALIMENTÍCIO.	UNIDADE	JAPAN	253	2,50	632,50
Total Fornecedor: .....**R$ 99.038,93**						

5 – DA FORMA DE FORNECIMENTO

5.1 – O prazo máximo para entrega dos produtos, objeto do pedido, é de (05) cinco dias, contados a partir do dia seguinte à data do recebimento da NAD (Nota de Autorização de Despesas) pela Adjudicatária, devendo o produto atender às normas técnicas contidas nas especificações;

5.2 – O recebimento dos objetos será efetuado pela Prefeitura, e, será recebido desde que:

5.2.1 Esteja compatível com esta Licitação;

5.2.2 Não apresente avaria ou adulteração.

5.3 - Em caso de recusa dos produtos pelas Secretarias de Matupá - MT será lavrado Termo de Recusa, no qual se consignarão as desconformidades, devendo o produto ser substituído pela Contratada, no prazo de 03 (três) dias da devolução, quando serão realizadas novamente as verificações antes referidas, consoante dispõe o artigo 69 da Lei nº 8.666/93;

5.4 – A entrega dos produtos desta licitação deverá ser feita nos locais indicados nas requisições, correndo por conta da Contratada as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da execução.

5.5 – Os produtos deverão ser novos, de primeiro uso, e em perfeito estado, acondicionado em embalagens que permitam sua proteção contra impactos, umidade e demais agentes de possam ocasionar danos. Não serão aceitos produtos remanufaturados, recondicionados, reciclados ou reutilizados.

5.6 - A empresa fornecedora dos produtos se responsabilizará pela qualidade, substituindo o produto, em todo ou em parte, se for constatado problemas.

5.7 - Os produtos ofertados pelas licitantes deverão, OBRIGATORIAMENTE, atender às exigências de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de fiscalização de qualidade industrial ABNT, INMETRO, etc. – atentando-se o proponente, principalmente para as prescrições contidas no art. 39, VIII, da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor);

5.8 - A empresa vencedora e responsável pela carga e descarga dos itens no local aonde a Secretaria solicitar.

5.9 - A empresa fornecedora dos produtos se responsabilizará pela qualidade, substituindo o produto, em todo ou em parte, se for constatado problemas.

5.10- Recebimento dos Produtos:

5.10.1 - Os produtos serão recebidos pelos fiscais de contrato e aceitos quando estiverem dentro das exigências do Edital;

5.10.2 - Observado o disposto no artigo 67 da Lei Federal n. 8.666/93, o acompanhamento e a fiscalização da entrega dos produtos será realizada por funcionários nomeados pelas Secretarias;

5.10.3 - O Município de Matupá/MT reserva-se o direito de não receber o objeto com atraso ou em desacordo com as especificações e condições constantes deste edital e seus anexos, podendo aplicar as penalidades e sanções previstas ou rescindir o registro e aplicar o disposto no art. 24, inciso XI, da Lei Federal n. 8.666/93.

5.11- Caberá à Licitante Vencedora:

5.11.1 Transportar, por sua conta e risco, o(s) objeto(s) objeto deste Termo de Referência, ficando sob sua responsabilidade quaisquer acidentes no trajeto de transporte;

5.11.2 Fazer o pagamento de tributos, seguros, taxas e serviços, encargos sociais e trabalhistas, e quaisquer despesas referentes aos produtos fornecidos;

5.11.3 Substituir produtos que apresentem defeito de fabricação.

5.12– Os materiais apresentados neste Termo de Referência deverão ser novos e com a garantia dos produtos. Não sendo, de forma alguma, permitido materiais reutilizados ou reaproveitados.

5.13- Na entrega dos produtos e nas informações adicionais da Nota Fiscal e obrigatória a Identificação da Secretaria que solicitou os produtos, para maior agilidade da identificação de quem solicitou na hora da entrega dos produtos.

6 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 - Executar a entrega dentro dos padrões estabelecidos pelas Secretarias, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

6.2 - Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelas Secretarias, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência mediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos atos de sua responsabilidade;

6.3 - Prover todos os meios necessários à garantia da plena entrega dos produtos, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

6.4 - A falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução da entrega do objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

6.5 - Comunicar imediatamente a Secretaria qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgadas necessárias para recebimento de correspondência;

6.6 - Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

6.7 - Fiscalizar o perfeito cumprimento da entrega do objeto a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

6.8 - Indenizar terceiros e/ou à própria Prefeitura em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

6.9 - A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

6.10 - Fornecer os itens, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

6.11 – Não poderá ocorrer a falta dos produtos por parte do licitante, pois são itens de primeira necessidade e a contratante deverá atender exatamente como se propôs a fazer;

6.12 – A CONTRATADA deverá manter durante toda a vigência da ata de registro de preço, as mesmas condições de habilitação, especialmente quanto à regularidade com FGTS e INSS;

6.13 - O atraso na entrega dos produtos caberá penalidades e sanções previstas no Art. 12 da Presente Ata;

7 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 - Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Entrega dos itens licitados;

7.2 - Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

7.3 - Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

7.4 - Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento do objeto;

7.5 -Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito reajustamento de preços ou a atualização monetária.

7.6 - Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

8 - DO PAGAMENTO

8.1 - Os pagamentos serão efetuados em até 15 (quinze) dias após a entrega do produtos bem como apresentação das notas fiscais eletrônicas em conformidade ao Protocolo ICMS Nº. 85, DE 09 DE JULHO DE 2010, devidamente atestada pela Secretaria responsável;

8.1.1 - Os pagamentos serão efetuados na Tesouraria da Prefeitura Municipal, sito Avenida Dr. Hermínio Ometto, n º 101 ZE-22, neste Município ou:

Os dados bancários para pagamento são:

Banco: Banco do Brasil, Agência 7139-0, Conta Corrente nº 66165-1, em nome de MOTTIVA COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI

8.2 - O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do item fornecido, de acordo com o especificado na Ordem de Entrega.

8.3 - Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

8.4 - Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do produto.

8.5 - O Contratante **não** efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de **cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring**";

8.6 - As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

9 - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

9.1 - Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação municipal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

9.2 - Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

9.3 - Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Prefeiturasolicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo único.

9.4 - Fracassada a negociação com o primeiro colocado a Prefeiturapoderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço da 1ª (primeira), as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

9.5 - Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Prefeitura.

9.6 – Poderão ocorrer mediante termo aditivo, onde a contratada ou contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou suspensões que se fizerem na prestação dos produtos, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da ata de registro de preço, nos termos do artigo 65, parágrafo 1º da lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

9.7 - Os preços serão revisados e reajustados de acordo com as variações determinadas pela política de preços dos combustíveis, mediante comprovação oficial por parte da Contratada.

10 - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1 - A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) Quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) Quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Em quaisquer hipóteses de inexecução total ou parcial da requisição/pedido dos produtos decorrente deste Registro;

d) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

f) Descumprir qualquer dos itens da cláusula sexta ou sétima.

10.2 - Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

10.3 - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Jornal Oficial dos Municípios (AMM), considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

10.4 - A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

10.5 - Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao produto do Item.

10.6 - Caso a Prefeitura não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

10.7 - A Ata de Registro de Preços, será cancelada automaticamente nas seguintes hipóteses:

a) Por decurso de prazo de vigência;

b) Pelo esgotamento das quantidades registradas.

10.8 - A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as conseqüências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, conforme art. 77 da lei 8666/93.

11 - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

11.1 - Os preços apresentados na proposta devem incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, treinamento, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto desta Ata de Registro de Preços.

12 - DAS PENALIDADES

12.1 - Ficará impedido de licitar e contratar com o município, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste termo de referência e das demais penalidades legais, aquele que:

12.1.1 - Cometer fraude fiscal;

12.1.2 - Apresentar documento falso;

12.1.3 - Fizer declaração falsa;

12.1.4 - Comportar-se de modo inidôneo;

12.1.5 - Não assinar a Ata de Registro de Preços ou Contrato no prazo estabelecido;

12.1.6 - Deixar de entregar a documentação exigida no certame;

12.1.7 - Não mantiver a proposta.

12.2 - O atraso injustificado no atendimento ao objeto sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

12.2.1 - A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Prefeitura Municipal de Matupá - MT, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 6.9. b;

12.3 - Ocorrendo a inexecução total ou parcial, atrasos no fornecimento dos produtos, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

a) Advertência por escrito;

b) Ao licitante que não cumprir as obrigações assumidas ou preceitos legais, serão aplicadas multa de 0,5% (meio por cento) sobre o atraso de entrega dos produtos, e até o limite de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato no caso de rescisão por culpa do fornecedor;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Matupá - MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos conforme prevê o inciso III do artigo 87 da Lei Federal 8.666/93 atualizada pela Lei nº 8.883/94;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002.

e) Ficará impedido de licitar e de contratar com a União e Município e será descredenciado no Sicaf, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

e. 1 - apresentar documentação falsa;

e.2 - causar o atraso na execução do objeto;

e.3 - não mantiver a proposta;

e.4 - falhar na execução do contrato;

e.5 - fraudar a execução do contrato;

e.6 - comportar-se de modo inidôneo;

e.7 - declarar informações falsas; e

e.8 - cometer fraude fiscal.

f) - O cancelamento da execução terá lugar de pleno direito independente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial quando a empresa adjudicatória:

f.1 – Falir, entrar em concordata, concurso de credores, dissolução ou liquidação;

f.2 – Transferir, no todo ou parte, as obrigações decorrentes desta licitação, sem prévia anuência do Governo deste Município;

12.4 - Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Matupá - MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Prefeitura e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

12.4.1 - Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirada da Ordem de Fornecimento dos Itens, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

12.5 - Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

12.6 - Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 12.3, c, d, desta Ata de Registro de Preços, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

13 – DO RECEBIMENTO DOS PRODUTOS

13.1 - Serão entregue produtos, de acordo com os critérios dos órgãos responsáveis pela fiscalização.

13.2 - Recebimento Dos Serviços/Produtos:

13.2.1 – A entrega dos serviços/produtos serão acompanhados pelos fiscais diariamente, recebidos e aceitos quando executados totalmente e de boa qualidade.

13.2.2 - Observado o disposto no artigo 67 da Lei Federal n. 8.666/93, o acompanhamento e a fiscalização da prestação dos serviços/entrega dos produtos será realizada por funcionários nomeados pelas Secretarias;

13.2.3 - O Município de Matupá/MT reserva-se o direito de não receber o objeto com atraso ou em desacordo com as especificações e condições constantes deste edital e seus anexos, podendo aplicar as penalidades e sanções previstas ou rescindir o registro e aplicar o disposto no art. 24, inciso XI, da Lei Federal n. 8.666/93.

14 - DOS ILÍCITOS PENAIS

14.1 - As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

15 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.1 - As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata de Registro de Preços, correrão à conta de dotação orçamentária citada abaixo, ou das demais que possam vir a aderir a presente ata e serão oriundas de Recursos Próprios do Município, do Estado de Mato Grosso e Federal:

CÓDIGO GERAL: 02.001.04.122.0033.20094 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 03.001.04.122.0024.20078 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 04.001.04.122.0026.20076 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 05.001.04.123.0036.2.0110 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE FINANÇAS – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 06.001.20.122.0021.20002 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA - 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.005.27.812.0047.20128 – MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ESPORTE – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.001.12.122.0029.20086 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.002.12.361.0015.2.0020 – MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.002.12.365.0018.2.0028 – MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO INFANTIL - PRÉ-ESCOLAS – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.002.12.361.0015.10045 – AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE – 4490.52.000 – MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 07.002.12.122.0015.10116 – AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE – 4490.52.000 – MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 07.002.12.365.0068.20043 – MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO INFANTIL - PRÉ-ESCOLAS – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.002.12.365.0015.10062 – AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE – 4490.52.000 – MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 07.002.12.365.0018.2.0029 – MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO INFANTIL - CMEIS – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.302.0013.2.0048 – MANUTENÇÃO DO LABORATORIO MUNICIPAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.304.0013.2.0105 – MANUTENÇÃO DA VIGILANCIA SANITARIA – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.302.0014.2.0046 – MANUTENÇÃO DO CRDO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.303.0040.2.0101 – MANUTENÇÃO DA ASSISTENCIA FARMACÊUTICA BÁSICA – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.122.0039.20115 – MANUTENÇÃO DO COMPLEXO REGULADOR MUNICIPAL - CRM – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.122.0038.20098 – MANUTENÇÃO DA UNIDADE ADMINISTRATIVA – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.302.0013.20047 – MANUTENÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.301.0012.20050 – MANUTENÇÃO DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE - SAÚDE DA FAMÍLIA – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.305.0041.2.0103 – MANUTENÇÃO VIGILÂNCIA EPIDEMIOLOGICA E AMBIENTAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.001.08.122.0008.20065 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL – 4490.52.000 – MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0028.10111 – AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE – 4490.52.000 – MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0007.20063 – MANUTENÇÃO IGD PBF – 4490.52.000 – MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0007.20063 – MANUTENÇÃO IGD PBF – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0005.20054 – MANUTENCAO DO CREAS/PAEFI – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0005.20056 – MANUTENÇÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMILIA – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0028.20083 – MANUTENÇÃO DO CRAS/PAIF – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0028.20082 – MANUTENÇÃO DO SCFV - SERVIÇO DE CONVIVENCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULOS – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.243.0010.20071 – MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0005.20055 – MANUTENÇÃO DA CASA LAR – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0006.2.0057 – MANUTENÇÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL BASICA – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0006.2.0058 – MANUTENÇÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 10.001.04.122.0004.20015 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE SECRETARIA DE OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTE – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 15.001.13.812.0017.20137 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE INDUSTRIA, COMÉRCIO, TURISMO, CULTURA E LAZER – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

16 - DO FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

16-1 – Foi Designado através de Portaria os servidores abaixo para assistir e subsidiar o gestor da ata de registro de preço indicado na epígrafe.

Secretaria	Servidor	Portaria
Gab.do Prefeito/Sec. Planejamento/ Sec. Administração/Sec. Finanças	Célia Pereira Bueno da Silva	11081/2022
Secretaria de Agricultura	Lucas Raul Fernandes	10718/2021
Secretaria de Educação	Elaine Rocha Tussi	10657/2021
Sec. de Saúde/UBS/Vigilância Sanitária	Janara de Souza Soares Tussi	7200/2018
Sec.de Saúde-Hosp. Munic. e Laboratório	Luciana de Fátima Souza	10896/2022
Sec.de Saúde-Centro de Reabilitação	Rita de Cassia Andrade	2718/2013
Sec.de Saúde-Complexo Regulador	Cleneci de Fatima da Silva Ferreira	6400/2017
Sec.de Saúde-Vigilância de Saúde	Francisco Carlos Vieira	11078/2022
Sec.de Saúde-Hospital/CAF	Isabelly de Oliveira Coelho	8549/2020
Sec.de Assistência Social	Cynthia Passos Carvalho Ximenes	7451/2018
Sec.de Obras e Transportes	Dayane Lais Ferreira	10821/2021
Departamento de Esportes	Maurina Marques da Silva	11012/2022
Sec.de Indústria Comércio Tur. Cult. e Lazer	José Sales de Souza Luna	10658/2021

16.2 - Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos produtos/serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

16.3 - A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.4 - O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências

relacionadas com a execução da ata, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

17 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 - As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II - Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão Eletrônico nº. 08/2022** e seus anexos e as propostas das classificadas.

III - É vedado caucionar ou utilizar da ata de registro de preço decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da **Prefeitura**.

18 - DO FORO

Aplica-se a Ata de Registro de Preço e dos casos omissos as disposições estabelecidas na lei 8666/1993 e suas alterações.

As partes contratantes elegem o foro de Matupá - MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Matupá - MT, 18 de março de 2022.

_____

Município de Matupá

BRUNO SANTOS MENA

Contratante

_____

MOTTIVA COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI

CNPJ sob o nº. 20.847.096/0001-35

TIAGO DIAS DA SILVA

CPF nº 001.931.611-92

Contratada

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 042/2022

Pelo presente instrumento **O MUNICÍPIO DE MATUPÁ – ESTADO DE MATO GROSSO,** devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 24.772.188/0001-54, com sede na Prefeitura Municipal, localizada na Avenida Hermínio Ometto, nº. 101, ZE-022, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Senhor **BRUNO SANTOS MENA**, brasileiro, casado, portador do RG nº. 18278620-SSP/MT, inscrito no CPF sob o nº. 028.264.041-05, residente e domiciliado na Rua 19, nº. 169, Bairro Centro, nesta Cidade de Matupá/MT, RESOLVE registrar os preços da empresa **ORIGINAL COMERCIO E SERVIÇOS LTDA**, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. 05.774.463/0001-24 e Inscrição Estadual n° 13.224.913-8, com sede na Av. Tenente Coronel Duarte, nº 215, Bairro Centro Norte, na Cidade de Cuiabá/MT, CEP: 78.005-500, telefone (65) 3052-7001, e-mail: originalpapelaria@globo.com, original.comercio@hotmail.com neste ato representada pelo Sr. **VALMIR RODRIGUES PENA**, portador do CPF nº 827.469.071-00 e RG nº 1.113.922-6 SJ/MT, nas quantidades estimadas **na Seção quatro desta Ata de Registro de Preços**, de acordo com a classificação por elas alcançadas Global, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 8.666/93, 10580/02 e suas alterações e Decreto Municipal 1136, de 02 de fevereiro de 2009 e Decreto Municipal nº 1665/2013:

1 - OBJETO

1.1 - Constitui objeto desta ata de registro de preço, o "**PREGÃO ELETRÔNICO SISTEMA REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE, ESCRITÓRIOS, ESPORTIVOS E ESCOLARES EM ATENDIMENTO AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE MATUPÁ"** de acordo com a planilha partes integrantes do Edital da respectiva **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 08/2022.**

2 - ADESÃO DE ORGÃOS NÃO PARTICIPANTES

2.1 - Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

2.2 - Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do serviço, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que o fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

2.3 - As aquisições ou contratações adicionais, não poderão exceder, por órgão ou por entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

3 - DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 - O gerenciamento deste instrumento caberá a Prefeitura Municipal de Matupá.

3.2 - A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses**,** contados a partir de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios.

3.3 - As SECRETARIAS/ORGÃOS/ENTIDADES participantes desta Ata de Registro de Preços são:

Gabinete do Prefeito, Secretaria Municipal de Planejamento, Secretaria Municipal de Administração, Secretaria Municipal de Finanças, Secretaria Municipal de Agricultura, Secretaria Municipal de Educação e Desporto, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Obras, Urbanismo e Transportes e Secretaria Municipal de Industria, Comercio, Turismo, Cultura e Lazer.

4 – DOS PRODUTOS

4.1 - O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação dos produtos registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

CÓDIGO	NOME	UNID.DE FORNEC.	MARCA	QUANT.	VL. UNIT.	TOTAL
363848	ALFINETE - EM ACO,TIPO ALFINETE CORRENTE Nº 29	CAIXA 50 UNIDADE	BACCHI	63	5,98	376,74
372730	APONTADOR COM DEPÓSITO DUPLO (JUMBO E GRAFITE), DEPÓSITO EM PLÁTICO TRANSPARENTE, DIÂMETRO COMPATIVEL COM LAPÍS GRAFITE E LAPÍS GRAFITE/DE COR TAMANHO JUMBO	UNIDADE	LEO LEO	2881	1,68	4.840,08
376579	BALAO PLASTICO LISO, EM LATEX, TAMANHO N° 7, 20CM DE DIAMETRO INFLADO, NA COR AMARELO CITRINO, PACOTE COM 50 UNIDADES, ALTA DURABILIDADE E RESISTENCIA.	UNIDADE	IDEATEX	221	7,10	1.569,10
376576	BALAO PLASTICO LISO, EM LATEX, TAMANHO N° 7, 20CM DE DIAMETRO INFLADO, NA COR AZUL BEBÊ, PACOTE COM 50 UNIDADES, ALTA DURABILIDADE E RESISTENCIA.	UNIDADE	IDEATEX	181	7,10	1.285,10
376578	BALAO PLASTICO LISO, EM LATEX, TAMANHO N° 7, 20CM DE DIAMETRO INFLADO, NA COR BRANCO POLAR, PACOTE COM 50 UNIDADES, ALTA DURABILIDADE E RESISTENCIA.	UNIDADE	IDEATEX	226	6,34	1.432,84
376585	BALAO PLASTICO LISO, EM LATEX, TAMANHO N° 7, 20CM DE DIAMETRO INFLADO, NA COR LILAS, PACOTE COM 50 UNIDADES, ALTA DURABILIDADE E RESISTENCIA.	UNIDADE	IDEATEX	176	7,10	1.249,60
376582	BALAO PLASTICO LISO, EM LATEX, TAMANHO N° 7, 20CM DE DIAMETRO INFLADO, NA COR PRETO EBANO, PACOTE COM 50 UNIDADES, ALTA DURABILIDADE E RESISTENCIA.	UNIDADE	IDEATEX	141	7,20	1.015,20
376580	BALAO PLASTICO LISO, EM LATEX, TAMANHO N° 7, 20CM DE DIAMETRO INFLADO, NA COR ROSA SHOCK, PACOTE COM 50 UNIDADES, ALTA DURABILIDADE E RESISTENCIA.	UNIDADE	IDEATEX	222	6,70	1.487,40
376584	BALAO PLASTICO LISO, EM LATEX, TAMANHO N° 7, 20CM DE DIAMETRO INFLADO, NA COR VERDE FOLHA, PACOTE COM 50 UNIDADES, ALTA DURABILIDADE E RESISTENCIA	UNIDADE	IDEATEX	176	7,15	1.258,40
376583	BALAO PLASTICO LISO, EM LATEX, TAMANHO N° 7, 20CM DE DIAMETRO INFLADO, NA COR VERDE MAÇA, PACOTE COM 50 UNIDADES, ALTA DURABILIDADE E RESISTENCIA.	UNIDADE	IDEATEX	87	7,15	622,05
376581	BALAO PLASTICO LISO, EM LATEX, TAMANHO N° 7, 20CM DE DIAMETRO INFLADO, NA COR VERMELHO QUENTE, PACOTE COM 50 UNIDADES, ALTA DURABILIDADE E RESISTENCIA.	UNIDADE	IDEATEX	181	7,15	1.294,15
376586	BOLA EM VINIL DENTE DE LEITE, PESANDO 60 GRAMAS, DIAMETRO DE NO MINIMO 20CM, CORES DIVERSAS, COM SELO DO INMETRO	UNIDADE	LIDER	343	4,40	1.509,20
364469	CADERNO - TIPO ESPIRAL,ESPIRAL EM ARAME GALVANIZADO,MEDINDO 200,00X275,00MM,COM 12 MATERIAS,CAPA FLEXIVEL,COM 90G/M2,FOLHA PAUTADA,COM 144 FOLHAS,DE 56G/M2	UNIDADE	CREDEAL	124	9,27	1.149,48
363924	CANETA ESFEROGRAFICA - CORPO EM POLIESTIRENO CRISTAL, REDONDO, PONTA EM LATAO, ESFERA DE TUNGSTENIO E, COM ESPESSURA DE (1,0MM), NA COR AZUL, TAMPA ANTIASFIXIANTE - CAIXA COM 50 UNIDADES	CAIXA 50 UNIDADE	PAPER MATER	116	23,50	2.726,00
364027	ESTILETE - EM PLASTICO,LAMINA DE ACO CARBONO,COM LARGURA DE 18,00MM	UNIDADE	MASTERPRINT	173	1,73	299,29
233926	FITA ADESIVA - EM CREPE, MEDINDO 18,00MM X 50 METROS, NA COR BRANCA	UNIDADE	ADELBRAS	326	3,49	1.137,74
363974	FITA ADESIVA - POLIPROPILENO, MEDINDO 12MMX30M, NA COR INCOLOR, DUREX	UNIDADE	ADELBRAS	330	0,99	326,70
369264	GLITTER ESCOLAR - COMPOSTO DE PARTICULAS DE PVC METALIZADAS, DESTINADO PARA PARA TRABALHOS ESCOLARES, COM BOA APRESENTACAO VISUAL E SEM RESISTENCIA A LAVAGEM OU SOLVENTES, NA COR CORES VARIADAS, ACONDICIONADO EM EM FRASCO CONTENDO 3,0 GRAMAS, EMBALADO EM EMBALADO DE FORMA ADEQUADA CAIXA 12 UNIDADE (cód.: 188)	CAIXA 12 UNIDADE	LANTECOR	185	5,59	1.034,15
228493	GRAFITE - COM ESPESSURA/DIAMETRO DE 0,7 MM, NA COR PRETA, TUBO COM 12 UNIDADES	TUBO 12 MINA	LEO LEO	100	0,63	63,00
376562	LAPIS DE COR - NO FORMATO SEXTAVADO, MEDINDO 170MM, NOS LIMITES CONFORME NORMA EUROPEIA EN 71/3, 24 CORES.	UNIDADE	LEO LEO	32	3,93	125,76
364069	LIVRO ATA - MODELO MO 140, COM CAPA DURA, CONTENDO 100 FOLHAS, MEDINDO (220X330)MM, COM PAUTA	UNIDADE	SIDGRAF	279	7,52	2.098,08
364071	LIVRO ATA - MODELO OFICIAL N. 140, COM PAPELAO PRENSADO (CAPA DURA), CONTENDO 50 FLS., MEDINDO (220X310)MM, COM PAUTA/SEM PAUTA	UNIDADE	SIDGRAF	365,0000	5,2100	1.901,65
376687	PAPEL - CONTACT,MEDINDO 25,00MX45,00CM,NA COR TRANSPARENTE	UNIDADE	COLACRIL	56	60,00	3.360,00
364104	PASTA - CATALOGO,EM POLIPROPILENO,MEDINDO 250,00X355,00MM,COM 50 ENVELOPES TRANSPARENTES,NA COR PRETA	UNIDADE	ACP	140	13,94	1.951,60
372946	PINCEL ATOMICO - COR VARIADA, COM PONTA DE FELTRO CHANFRADA, DO TIPO DESCARTAVEL	UNIDADE	LEO LEO	239	1,52	363,28
364134	PRANCHETA PORTATIL - EM ACRILICO,FORMATO A4,COM PRENDEDOR DE METAL,FUME	UNIDADE	WALLEU	366	13,67	5.003,22
Total Fornecedor:..... R$ 39.479,81						

5 – DA FORMA DE FORNECIMENTO

5.1 – O prazo máximo para entrega dos produtos, objeto do pedido, é de (05) cinco dias, contados a partir do dia seguinte à data do recebimento da NAD (Nota de Autorização de Despesas) pela Adjudicatária, devendo o produto atender às normas técnicas contidas nas especificações;

5.2 – O recebimento dos objetos será efetuado pela Prefeitura, e, será recebido desde que:

5.2.1 Esteja compatível com esta Licitação;

5.2.2 Não apresente avaria ou adulteração.

5.3 - Em caso de recusa dos produtos pelas Secretarias de Matupá - MT será lavrado Termo de Recusa, no qual se consignarão as desconformidades, devendo o produto ser substituído pela Contratada, no prazo de 03 (três) dias da devolução, quando serão realizadas novamente as verificações antes referidas, consoante dispõe o artigo 69 da Lei nº 8.666/93;

5.4 – A entrega dos produtos desta licitação deverá ser feita nos locais indicados nas requisições, correndo por conta da Contratada as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da execução.

5.5 – Os produtos deverão ser novos, de primeiro uso, e em perfeito estado, acondicionado em embalagens que permitam sua proteção contra impactos, umidade e demais agentes de possam ocasionar danos. Não serão aceitos produtos remanufaturados, recondicionados, reciclados ou reutilizados.

5.6 - A empresa fornecedora dos produtos se responsabilizará pela qualidade, substituindo o produto, em todo ou em parte, se for constatado problemas.

5.7 - Os produtos ofertados pelas licitantes deverão, OBRIGATORIAMENTE, atender às exigências de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de fiscalização de qualidade industrial ABNT, INMETRO, etc. – atentando-se o proponente, principalmente para as prescrições contidas no art. 39, VIII, da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor);

5.8 - A empresa vencedora e responsável pela carga e descarga dos itens no local aonde a Secretaria solicitar.

5.9 - A empresa fornecedora dos produtos se responsabilizará pela qualidade, substituindo o produto, em todo ou em parte, se for constatado problemas.

5.10- Recebimento dos Produtos:

5.10.1 - Os produtos serão recebidos pelos fiscais de contrato e aceitos quando estiverem dentro das exigências do Edital;

5.10.2 - Observado o disposto no artigo 67 da Lei Federal n. 8.666/93, o acompanhamento e a fiscalização da entrega dos produtos será realizada por funcionários nomeados pelas Secretarias;

5.10.3 - O Município de Matupá/MT reserva-se o direito de não receber o objeto com atraso ou em desacordo com as especificações e condições constantes deste edital e seus anexos, podendo aplicar as penalidades e sanções previstas ou rescindir o registro e aplicar o disposto no art. 24, inciso XI, da Lei Federal n. 8.666/93.

5.11- Caberá à Licitante Vencedora:

5.11.1 Transportar, por sua conta e risco, o(s) objeto(s) objeto deste Termo de Referência, ficando sob sua responsabilidade quaisquer acidentes no trajeto de transporte;

5.11.2 Fazer o pagamento de tributos, seguros, taxas e serviços, encargos sociais e trabalhistas, e quaisquer despesas referentes aos produtos fornecidos;

5.11.3 Substituir produtos que apresentem defeito de fabricação.

5.12– Os materiais apresentados neste Termo de Referência deverão ser novos e com a garantia dos produtos. Não sendo, de forma alguma, permitido materiais reutilizados ou reaproveitados.

5.13- Na entrega dos produtos e nas informações adicionais da Nota Fiscal e obrigatória a Identificação da Secretaria que solicitou os produtos, para maior agilidade da identificação de quem solicitou na hora da entrega dos produtos.

6 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 - Executar a entrega dentro dos padrões estabelecidos pelas Secretarias, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

6.2 - Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelas Secretarias, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência mediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos atos de sua responsabilidade;

6.3 - Prover todos os meios necessários à garantia da plena entrega dos produtos, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

6.4 - A falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução da entrega do objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

6.5 - Comunicar imediatamente a Secretaria qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgadas necessárias para recebimento de correspondência;

6.6 - Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

6.7 - Fiscalizar o perfeito cumprimento da entrega do objeto a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

6.8 - Indenizar terceiros e/ou à própria Prefeitura em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

6.9 - A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

6.10 - Fornecer os itens, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

6.11 – Não poderá ocorrer a falta dos produtos por parte do licitante, pois são itens de primeira necessidade e a contratante deverá atender exatamente como se propôs a fazer;

6.12 – A CONTRATADA deverá manter durante toda a vigência da ata de registro de preço, as mesmas condições de habilitação, especialmente quanto à regularidade com FGTS e INSS;

6.13 - O atraso na entrega dos produtos caberá penalidades e sanções previstas no Art. 12 da Presente Ata;

7 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 - Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Entrega dos itens licitados;

7.2 - Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

7.3 - Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

7.4 - Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento do objeto;

7.5 -Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito reajustamento de preços ou a atualização monetária.

7.6 - Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

8 - DO PAGAMENTO

8.1 - Os pagamentos serão efetuados em até 15 (quinze) dias após a entrega do produtos bem como apresentação das notas fiscais eletrônicas em conformidade ao Protocolo ICMS Nº. 85, DE 09 DE JULHO DE 2010, devidamente atestada pela Secretaria responsável;

8.1.1 - Os pagamentos serão efetuados na Tesouraria da Prefeitura Municipal, sito Avenida Dr. Hermínio Ometto, n º 101 ZE-22, neste Município ou:

Os dados bancários para pagamento são:

Banco: Banco do Brasil, Agência 0046-9, Conta Corrente nº 276695-7, em nome de ORIGINAL COMERCIO E SERVIÇOS LTDA

8.2 - O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do item fornecido, de acordo com o especificado na Ordem de Entrega.

8.3 - Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

8.4 - Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do produto.

8.5 - O Contratante **não** efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de **cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring**";

8.6 - As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

9 - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

9.1 - Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação municipal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

9.2 - Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

9.3 - Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Prefeiturasolicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo único.

9.4 - Fracassada a negociação com o primeiro colocado a Prefeiturapoderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço da 1ª (primeira), as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

9.5 - Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Prefeitura.

9.6 – Poderão ocorrer mediante termo aditivo, onde a contratada ou contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou suspensões que se fizerem na prestação dos produtos, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da ata de registro de preço, nos termos do artigo 65, parágrafo 1º da lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

9.7 - Os preços serão revisados e reajustados de acordo com as variações determinadas pela política de preços dos combustíveis, mediante comprovação oficial por parte da Contratada.

10 - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1 - A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) Quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) Quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Em quaisquer hipóteses de inexecução total ou parcial da requisição/pedido dos produtos decorrente deste Registro;

d) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

f) Descumprir qualquer dos itens da cláusula sexta ou sétima.

10.2 - Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

10.3 - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Jornal Oficial dos Municípios (AMM), considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

10.4 - A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

10.5 - Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao produto do Item.

10.6 - Caso a Prefeitura não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

10.7 - A Ata de Registro de Preços, será cancelada automaticamente nas seguintes hipóteses:

a) Por decurso de prazo de vigência;

b) Pelo esgotamento das quantidades registradas.

10.8 - A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as conseqüências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, conforme art. 77 da lei 8666/93.

11 - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

11.1 - Os preços apresentados na proposta devem incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, treinamento, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto desta Ata de Registro de Preços.

12 - DAS PENALIDADES

12.1 - Ficará impedido de licitar e contratar com o município, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste termo de referência e das demais penalidades legais, aquele que:

12.1.1 - Cometer fraude fiscal;

12.1.2 - Apresentar documento falso;

12.1.3 - Fizer declaração falsa;

12.1.4 - Comportar-se de modo inidôneo;

12.1.5 - Não assinar a Ata de Registro de Preços ou Contrato no prazo estabelecido;

12.1.6 - Deixar de entregar a documentação exigida no certame;

12.1.7 - Não mantiver a proposta.

12.2 - O atraso injustificado no atendimento ao objeto sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

12.2.1 - A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Prefeitura Municipal de Matupá - MT, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 6.9. b;

12.3 - Ocorrendo a inexecução total ou parcial, atrasos no fornecimento dos produtos, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

a) Advertência por escrito;

b) Ao licitante que não cumprir as obrigações assumidas ou preceitos legais, serão aplicadas multa de 0,5% (meio por cento) sobre o atraso de entrega dos produtos, e até o limite de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato no caso de rescisão por culpa do fornecedor;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Matupá - MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos conforme prevê o inciso III do artigo 87 da Lei Federal 8.666/93 atualizada pela Lei nº 8.883/94;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002.

e) Ficará impedido de licitar e de contratar com a União e Município e será descredenciado no Sicaf, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

e. 1 - apresentar documentação falsa;

e.2 - causar o atraso na execução do objeto;

e.3 - não mantiver a proposta;

e.4 - falhar na execução do contrato;

e.5 - fraudar a execução do contrato;

e.6 - comportar-se de modo inidôneo;

e.7 - declarar informações falsas; e

e.8 - cometer fraude fiscal.

f) - O cancelamento da execução terá lugar de pleno direito independente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial quando a empresa adjudicatória:

f.1 – Falir, entrar em concordata, concurso de credores, dissolução ou liquidação;

f.2 – Transferir, no todo ou parte, as obrigações decorrentes desta licitação, sem prévia anuência do Governo deste Município;

12.4 - Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Matupá - MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Prefeitura e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

12.4.1 - Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirada da Ordem de Fornecimento dos Itens, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

12.5 - Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

12.6 - Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 12.3, c, d, desta Ata de Registro de Preços, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

13 – DO RECEBIMENTO DOS PRODUTOS

13.1 - Serão entregue produtos, de acordo com os critérios dos órgãos responsáveis pela fiscalização.

13.2 - Recebimento Dos Serviços/Produtos:

13.2.1 – A entrega dos serviços/produtos serão acompanhados pelos fiscais diariamente, recebidos e aceitos quando executados totalmente e de boa qualidade.

13.2.2 - Observado o disposto no artigo 67 da Lei Federal n. 8.666/93, o acompanhamento e a fiscalização da prestação dos serviços/entrega dos produtos será realizada por funcionários nomeados pelas Secretarias;

13.2.3 - O Município de Matupá/MT reserva-se o direito de não receber o objeto com atraso ou em desacordo com as especificações e condições constantes deste edital e seus anexos, podendo aplicar as penalidades e sanções previstas ou rescindir o registro e aplicar o disposto no art. 24, inciso XI, da Lei Federal n. 8.666/93.

14 - DOS ILÍCITOS PENAIS

14.1 - As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

15 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.1 - As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata de Registro de Preços, correrão à conta de dotação orçamentária citada abaixo, ou das demais que possam vir a aderir a presente ata e serão oriundas de Recursos Próprios do Município, do Estado de Mato Grosso e Federal:

CÓDIGO GERAL: 02.001.04.122.0033.20094 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 03.001.04.122.0024.20078 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 04.001.04.122.0026.20076 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 05.001.04.123.0036.2.0110 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE FINANÇAS – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 06.001.20.122.0021.20002 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA - 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.005.27.812.0047.20128 – MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ESPORTE – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.001.12.122.0029.20086 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.002.12.361.0015.2.0020 – MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.002.12.365.0018.2.0028 – MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO INFANTIL - PRÉ-ESCOLAS – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.002.12.361.0015.10045 – AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE – 4490.52.000 – MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 07.002.12.122.0015.10116 – AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE – 4490.52.000 – MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 07.002.12.365.0068.20043 – MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO INFANTIL - PRÉ-ESCOLAS – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.002.12.365.0015.10062 – AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE – 4490.52.000 – MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 07.002.12.365.0018.2.0029 – MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO INFANTIL - CMEIS – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.302.0013.2.0048 – MANUTENÇÃO DO LABORATORIO MUNICIPAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.304.0013.2.0105 – MANUTENÇÃO DA VIGILANCIA SANITARIA – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.302.0014.2.0046 – MANUTENÇÃO DO CRDO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.303.0040.2.0101 – MANUTENÇÃO DA ASSISTENCIA FARMACÊUTICA BÁSICA – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.122.0039.20115 – MANUTENÇÃO DO COMPLEXO REGULADOR MUNICIPAL - CRM – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.122.0038.20098 – MANUTENÇÃO DA UNIDADE ADMINISTRATIVA – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.302.0013.20047 – MANUTENÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.301.0012.20050 – MANUTENÇÃO DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE - SAÚDE DA FAMÍLIA – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.305.0041.2.0103 – MANUTENÇÃO VIGILÂNCIA EPIDEMIOLOGICA E AMBIENTAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.001.08.122.0008.20065 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL – 4490.52.000 – MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0028.10111 – AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE – 4490.52.000 – MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0007.20063 – MANUTENÇÃO IGD PBF – 4490.52.000 – MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0007.20063 – MANUTENÇÃO IGD PBF – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0005.20054 – MANUTENCAO DO CREAS/PAEFI – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0005.20056 – MANUTENÇÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMILIA – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0028.20083 – MANUTENÇÃO DO CRAS/PAIF – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0028.20082 – MANUTENÇÃO DO SCFV - SERVIÇO DE CONVIVENCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULOS – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.243.0010.20071 – MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0005.20055 – MANUTENÇÃO DA CASA LAR – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0006.2.0057 – MANUTENÇÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL BASICA – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0006.2.0058 – MANUTENÇÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 10.001.04.122.0004.20015 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE SECRETARIA DE OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTE – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 15.001.13.812.0017.20137 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE INDUSTRIA, COMÉRCIO, TURISMO, CULTURA E LAZER – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

16 - DO FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

16-1 – Foi Designado através de Portaria os servidores abaixo para assistir e subsidiar o gestor da ata de registro de preço indicado na epígrafe.

Secretaria	Servidor	Portaria
Gab.do Prefeito/Sec. Planejamento/ Sec. Administração/Sec. Finanças	Célia Pereira Bueno da Silva	11081/2022
Secretaria de Agricultura	Lucas Raul Fernandes	10718/2021
Secretaria de Educação	Elaine Rocha Tussi	10657/2021
Sec. de Saúde/UBS/Vigilância Sanitária	Janara de Souza Soares Tussi	7200/2018
Sec.de Saúde-Hosp. Munic. e Laboratório	Luciana de Fátima Souza	10896/2022
Sec.de Saúde-Centro de Reabilitação	Rita de Cassia Andrade	2718/2013
Sec.de Saúde-Complexo Regulador	Cleneci de Fatima da Silva Ferreira	6400/2017
Sec.de Saúde-Vigilância de Saúde	Francisco Carlos Vieira	11078/2022
Sec.de Saúde-Hospital/CAF	Isabelly de Oliveira Coelho	8549/2020
Sec.de Assistência Social	Cynthia Passos Carvalho Ximenes	7451/2018
Sec.de Obras e Transportes	Dayane Lais Ferreira	10821/2021
Departamento de Esportes	Maurina Marques da Silva	11012/2022
Sec.de Indústria Comércio Tur. Cult. e Lazer	José Sales de Souza Luna	10658/2021

16.2 - Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos produtos/serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

16.3 - A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.4 - O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências

relacionadas com a execução da ata, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

17 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 - As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II - Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão Eletrônico nº. 08/2022** e seus anexos e as propostas das classificadas.

III - É vedado caucionar ou utilizar da ata de registro de preço decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da **Prefeitura**.

18 - DO FORO

Aplica-se a Ata de Registro de Preço e dos casos omissos as disposições estabelecidas na lei 8666/1993 e suas alterações.

As partes contratantes elegem o foro de Matupá - MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Matupá - MT, 18 de março de 2022.

_____

Município de Matupá

BRUNO SANTOS MENA

Contratante

_____

ORIGINAL COMERCIO E SERVIÇOS LTDA

CNPJ sob o nº. 05.774.463/0001-24

VALMIR RODRIGUES PENA

CPF nº 827.469.071-00

Contratada

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE RESULTADO PREGÃO ELETRÔNICO - Nº. 060/2021

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da equipe da pregoeira, comunica a todos os interessados que realizou por meio do site www.bllcompras.org.br "**PREGÃO ELETRÔNICO PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES, MOVEIS E ELETRÔNICOS CONFORME RECURSOS DAS EMENDAS PARLAMENTARES FEDERAIS: 97537. 980000/1160-02, 97537.980000/1160-06 E 97537.980000/1160-01 APROVADAS PELO FUNDO NACIONAL DE SAÚDE**", aonde consagrou-se vencedores os Licitantes: URSA COMERCIAL LTDA com valor de R$ 4.239,00, C. E. CARVALHO COMERCIAL ME com valor de R$ 17.139,52, KONICA MINOLTA HEALTHCARE DO BRASIL INDUSTRIA DE EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA com valor de R$ 119.900,00, OESTE MEDIC DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI **com valor total de R$ 28.400,00**.Matupá – MT, 18 de março de 2022.ALEXSANDRA TOSTA BATISTA- Pregoeira Oficial –

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 043/2022

Pelo presente instrumento **O MUNICÍPIO DE MATUPÁ – ESTADO DE MATO GROSSO,** devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 24.772.188/0001-54, com sede na Prefeitura Municipal, localizada na Avenida Hermínio Ometto, nº. 101, ZE-022, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Senhor **BRUNO SANTOS MENA**, brasileiro, casado, portador do RG nº. 18278620-SSP/MT, inscrito no CPF sob o nº. 028.264.041-05, residente e domiciliado na Rua 19, nº. 169, Bairro Centro, nesta Cidade de Matupá/MT, RESOLVE registrar os preços da empresa **IGUATEMI COMERCIO ATACADISTA EIRELI**, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. 14.420.347/0001-06 e Inscrição Estadual n° 001.852.375.00-45, com sede na Rua Ademar Martins Vieira, nº 300, Bairro Ouro Preto, na Cidade de Belo Horizonte/MG, CEP: 31.310-630, telefone (31) 98727-2700/(31) 99452-9040, e-mail: vendasnoatacado@yahoo.com.br, matheus@educabraz.com.br neste ato representada pela Sócia Gerente Sra. **JANALVA MUNIQUE SAMPAIO ALVES ROSA**, portadora do CPF nº 035.088.066-26 e RG: MG-10.332.593 SSP/MG, nas quantidades estimadas **na Seção quatro desta Ata de Registro de Preços**, de acordo com a classificação por elas alcançadas Global, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 8.666/93, 10580/02 e suas alterações e Decreto Municipal 1136, de 02 de fevereiro de 2009 e Decreto Municipal nº 1665/2013:

1 - OBJETO

1.1 - Constitui objeto desta ata de registro de preço, o "**PREGÃO ELETRÔNICO SISTEMA REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE, ESCRITÓRIOS, ESPORTIVOS E ESCOLARES EM ATENDIMENTO AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE MATUPÁ"** de acordo com a planilha partes integrantes do Edital da respectiva **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 08/2022.**

2 - ADESÃO DE ORGÃOS NÃO PARTICIPANTES

2.1 - Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

2.2 - Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do serviço, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que o fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

2.3 - As aquisições ou contratações adicionais, não poderão exceder, por órgão ou por entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

3 - DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 - O gerenciamento deste instrumento caberá a Prefeitura Municipal de Matupá.

3.2 - A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses**,** contados a partir de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios.

3.3 - As SECRETARIAS/ORGÃOS/ENTIDADES participantes desta Ata de Registro de Preços são:

Gabinete do Prefeito, Secretaria Municipal de Planejamento, Secretaria Municipal de Administração, Secretaria Municipal de Finanças, Secretaria Municipal de Agricultura, Secretaria Municipal de Educação e Desporto, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Obras, Urbanismo e Transportes e Secretaria Municipal de Industria, Comercio, Turismo, Cultura e Lazer.

4 – DOS PRODUTOS

4.1 - O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação dos produtos registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

CÓDIGO	NOME	UN.DE FORNEC.	MARCA	QUANT.	VL. UNIT.	TOTAL
376600	JOGO DE DOMINO PEDAGÓGICO ASSOCIAÇÃO DE IDÉIAS, 28 PEÇAS, CONFECCIONADO EM MDF, 28 PEÇAS DE 7 X 3,5 CM, PINTADA E SERIGRAFADA COM TINTA ULTRAVIOLETA ATÓXICA EM UMA DAS FACES, EMBALAGEM CAIXA DE PAPEL CARTONADO ILUSTRADO MEDINDO 14 X 4,5CM.	UNIDADE	CARLU	50	14,38	719,00
376574	JOGO DE MEMORIA CONFECCIONADO EM MADEIRA, COMPOSTO POR 24 PECAS GRANDES, COLORIDAS, RESISTENTES E SEGURA, EMBALAGEM EM MADEIRA, 22,7CM X 4,5CM X 21,2CM.	UNIDADE	CARLU	18	18,83	338,94
376573	JOGO DE MEMORIA EM MDF, COMPOSTO POR 40 PECAS, EMBALAGEM EM MADEIRA, MEDINDO 13,00X13,00X5,00 CM.	UNIDADE	CARLU	28	12,62	353,36
372752	JOGO PEDAGOGICO ALFABETO MOVEL EM EVA, PARA ENSINO DIDATICO, COM 312 LETRAS EM CAIXA ALTA (MAIUSCULAS) MEDINDO 50X50X8MM EM CORES VARIADAS ACONDICIONADO EM SACO PLASTICO.	UNIDADE	CARLU	810	46,09	37. 332,90
372753	MATERIAL DOURADO CONFECCIONADO EM MADEIRA ENCERADA, PARA ENSINO MATEMATICO, COM 62 PECAS SENDO: 2 PRISMAS REPRESENTANDO AS CENTENAS, 10 PRISMAS REPRESENTANDO AS DEZENAS E 50 CUBINHOS REPRESENTANDO AS UNIDADES ACONDICIONADO EM CAIXA DE MADEIRA	UNIDADE	CARLU	801	17,63	14. 121,63
Total Fornecedor:..... R$ 52.865,83						

5 – DA FORMA DE FORNECIMENTO

5.1 – O prazo máximo para entrega dos produtos, objeto do pedido, é de (05) cinco dias, contados a partir do dia seguinte à data do recebimento da NAD (Nota de Autorização de Despesas) pela Adjudicatária, devendo o produto atender às normas técnicas contidas nas especificações;

5.2 – O recebimento dos objetos será efetuado pela Prefeitura, e, será recebido desde que:

5.2.1 Esteja compatível com esta Licitação;

5.2.2 Não apresente avaria ou adulteração.

5.3 - Em caso de recusa dos produtos pelas Secretarias de Matupá - MT será lavrado Termo de Recusa, no qual se consignarão as desconformidades, devendo o produto ser substituído pela Contratada, no prazo de 03 (três) dias da devolução, quando serão realizadas novamente as verificações antes referidas, consoante dispõe o artigo 69 da Lei nº 8.666/93;

5.4 – A entrega dos produtos desta licitação deverá ser feita nos locais indicados nas requisições, correndo por conta da Contratada as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da execução.

5.5 – Os produtos deverão ser novos, de primeiro uso, e em perfeito estado, acondicionado em embalagens que permitam sua proteção contra impactos, umidade e demais agentes de possam ocasionar danos. Não serão aceitos produtos remanufaturados, recondicionados, reciclados ou reutilizados.

5.6 - A empresa fornecedora dos produtos se responsabilizará pela qualidade, substituindo o produto, em todo ou em parte, se for constatado problemas.

5.7 - Os produtos ofertados pelas licitantes deverão, OBRIGATORIAMENTE, atender às exigências de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de fiscalização de qualidade industrial ABNT, INMETRO, etc. – atentando-se o proponente, principalmente para as prescrições contidas no art. 39, VIII, da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor);

5.8 - A empresa vencedora e responsável pela carga e descarga dos itens no local aonde a Secretaria solicitar.

5.9 - A empresa fornecedora dos produtos se responsabilizará pela qualidade, substituindo o produto, em todo ou em parte, se for constatado problemas.

5.10- Recebimento dos Produtos:

5.10.1 - Os produtos serão recebidos pelos fiscais de contrato e aceitos quando estiverem dentro das exigências do Edital;

5.10.2 - Observado o disposto no artigo 67 da Lei Federal n. 8.666/93, o acompanhamento e a fiscalização da entrega dos produtos será realizada por funcionários nomeados pelas Secretarias;

5.10.3 - O Município de Matupá/MT reserva-se o direito de não receber o objeto com atraso ou em desacordo com as especificações e condições constantes deste edital e seus anexos, podendo aplicar as penalidades e sanções previstas ou rescindir o registro e aplicar o disposto no art. 24, inciso XI, da Lei Federal n. 8.666/93.

5.11- Caberá à Licitante Vencedora:

5.11.1 Transportar, por sua conta e risco, o(s) objeto(s) objeto deste Termo de Referência, ficando sob sua responsabilidade quaisquer acidentes no trajeto de transporte;

5.11.2 Fazer o pagamento de tributos, seguros, taxas e serviços, encargos sociais e trabalhistas, e quaisquer despesas referentes aos produtos fornecidos;

5.11.3 Substituir produtos que apresentem defeito de fabricação.

5.12– Os materiais apresentados neste Termo de Referência deverão ser novos e com a garantia dos produtos. Não sendo, de forma alguma, permitido materiais reutilizados ou reaproveitados.

5.13- Na entrega dos produtos e nas informações adicionais da Nota Fiscal e obrigatória a Identificação da Secretaria que solicitou os produtos, para maior agilidade da identificação de quem solicitou na hora da entrega dos produtos.

6 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 - Executar a entrega dentro dos padrões estabelecidos pelas Secretarias, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

6.2 - Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelas Secretarias, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência mediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos atos de sua responsabilidade;

6.3 - Prover todos os meios necessários à garantia da plena entrega dos produtos, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

6.4 - A falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução da entrega do objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

6.5 - Comunicar imediatamente a Secretaria qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgadas necessárias para recebimento de correspondência;

6.6 - Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

6.7 - Fiscalizar o perfeito cumprimento da entrega do objeto a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

6.8 - Indenizar terceiros e/ou à própria Prefeitura em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

6.9 - A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

6.10 - Fornecer os itens, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

6.11 – Não poderá ocorrer a falta dos produtos por parte do licitante, pois são itens de primeira necessidade e a contratante deverá atender exatamente como se propôs a fazer;

6.12 – A CONTRATADA deverá manter durante toda a vigência da ata de registro de preço, as mesmas condições de habilitação, especialmente quanto à regularidade com FGTS e INSS;

6.13 - O atraso na entrega dos produtos caberá penalidades e sanções previstas no Art. 12 da Presente Ata;

7 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 - Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Entrega dos itens licitados;

7.2 - Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

7.3 - Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

7.4 - Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento do objeto;

7.5 -Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito reajustamento de preços ou a atualização monetária.

7.6 - Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

8 - DO PAGAMENTO

8.1 - Os pagamentos serão efetuados em até 15 (quinze) dias após a entrega do produtos bem como apresentação das notas fiscais eletrônicas em conformidade ao Protocolo ICMS Nº. 85, DE 09 DE JULHO DE 2010, devidamente atestada pela Secretaria responsável;

8.1.1 - Os pagamentos serão efetuados na Tesouraria da Prefeitura Municipal, sito Avenida Dr. Hermínio Ometto, n º 101 ZE-22, neste Município ou:

Os dados bancários para pagamento são:

Banco: Banco Bradesco, Agência 1850, Conta Corrente nº 7892-1, em nome de IGUATEMI COMERCIO ATACADISTA EIRELI

8.2 - O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do item fornecido, de acordo com o especificado na Ordem de Entrega.

8.3 - Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

8.4 - Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do produto.

8.5 - O Contratante **não** efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de **cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring**";

8.6 - As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

9 - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

9.1 - Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação municipal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

9.2 - Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

9.3 - Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Prefeiturasolicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo único.

9.4 - Fracassada a negociação com o primeiro colocado a Prefeiturapoderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço da 1ª (primeira), as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

9.5 - Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Prefeitura.

9.6 – Poderão ocorrer mediante termo aditivo, onde a contratada ou contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou suspensões que se fizerem na prestação dos produtos, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da ata de registro de preço, nos termos do artigo 65, parágrafo 1º da lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

9.7 - Os preços serão revisados e reajustados de acordo com as variações determinadas pela política de preços dos combustíveis, mediante comprovação oficial por parte da Contratada.

10 - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1 - A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) Quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) Quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Em quaisquer hipóteses de inexecução total ou parcial da requisição/pedido dos produtos decorrente deste Registro;

d) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

f) Descumprir qualquer dos itens da cláusula sexta ou sétima.

10.2 - Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

10.3 - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Jornal Oficial dos Municípios (AMM), considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

10.4 - A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

10.5 - Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao produto do Item.

10.6 - Caso a Prefeitura não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

10.7 - A Ata de Registro de Preços, será cancelada automaticamente nas seguintes hipóteses:

a) Por decurso de prazo de vigência;

b) Pelo esgotamento das quantidades registradas.

10.8 - A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as conseqüências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, conforme art. 77 da lei 8666/93.

11 - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

11.1 - Os preços apresentados na proposta devem incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, treinamento, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto desta Ata de Registro de Preços.

12 - DAS PENALIDADES

12.1 - Ficará impedido de licitar e contratar com o município, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste termo de referência e das demais penalidades legais, aquele que:

12.1.1 - Cometer fraude fiscal;

12.1.2 - Apresentar documento falso;

12.1.3 - Fizer declaração falsa;

12.1.4 - Comportar-se de modo inidôneo;

12.1.5 - Não assinar a Ata de Registro de Preços ou Contrato no prazo estabelecido;

12.1.6 - Deixar de entregar a documentação exigida no certame;

12.1.7 - Não mantiver a proposta.

12.2 - O atraso injustificado no atendimento ao objeto sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

12.2.1 - A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Prefeitura Municipal de Matupá - MT, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 6.9. b;

12.3 - Ocorrendo a inexecução total ou parcial, atrasos no fornecimento dos produtos, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

a) Advertência por escrito;

b) Ao licitante que não cumprir as obrigações assumidas ou preceitos legais, serão aplicadas multa de 0,5% (meio por cento) sobre o atraso de entrega dos produtos, e até o limite de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato no caso de rescisão por culpa do fornecedor;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Matupá - MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos conforme prevê o inciso III do artigo 87 da Lei Federal 8.666/93 atualizada pela Lei nº 8.883/94;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002.

e) Ficará impedido de licitar e de contratar com a União e Município e será descredenciado no Sicaf, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

e. 1 - apresentar documentação falsa;

e.2 - causar o atraso na execução do objeto;

e.3 - não mantiver a proposta;

e.4 - falhar na execução do contrato;

e.5 - fraudar a execução do contrato;

e.6 - comportar-se de modo inidôneo;

e.7 - declarar informações falsas; e

e.8 - cometer fraude fiscal.

f) - O cancelamento da execução terá lugar de pleno direito independente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial quando a empresa adjudicatória:

f.1 – Falir, entrar em concordata, concurso de credores, dissolução ou liquidação;

f.2 – Transferir, no todo ou parte, as obrigações decorrentes desta licitação, sem prévia anuência do Governo deste Município;

12.4 - Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Matupá - MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Prefeitura e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

12.4.1 - Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirada da Ordem de Fornecimento dos Itens, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

12.5 - Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

12.6 - Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 12.3, c, d, desta Ata de Registro de Preços, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

13 – DO RECEBIMENTO DOS PRODUTOS

13.1 - Serão entregue produtos, de acordo com os critérios dos órgãos responsáveis pela fiscalização.

13.2 - Recebimento Dos Serviços/Produtos:

13.2.1 – A entrega dos serviços/produtos serão acompanhados pelos fiscais diariamente, recebidos e aceitos quando executados totalmente e de boa qualidade.

13.2.2 - Observado o disposto no artigo 67 da Lei Federal n. 8.666/93, o acompanhamento e a fiscalização da prestação dos serviços/entrega dos produtos será realizada por funcionários nomeados pelas Secretarias;

13.2.3 - O Município de Matupá/MT reserva-se o direito de não receber o objeto com atraso ou em desacordo com as especificações e condições constantes deste edital e seus anexos, podendo aplicar as penalidades e sanções previstas ou rescindir o registro e aplicar o disposto no art. 24, inciso XI, da Lei Federal n. 8.666/93.

14 - DOS ILÍCITOS PENAIS

14.1 - As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

15 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.1 - As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata de Registro de Preços, correrão à conta de dotação orçamentária citada abaixo, ou das demais que possam vir a aderir a presente ata e serão oriundas de Recursos Próprios do Município, do Estado de Mato Grosso e Federal:

CÓDIGO GERAL: 02.001.04.122.0033.20094 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 03.001.04.122.0024.20078 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 04.001.04.122.0026.20076 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 05.001.04.123.0036.2.0110 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE FINANÇAS – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 06.001.20.122.0021.20002 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA - 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.005.27.812.0047.20128 – MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ESPORTE – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.001.12.122.0029.20086 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.002.12.361.0015.2.0020 – MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.002.12.365.0018.2.0028 – MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO INFANTIL - PRÉ-ESCOLAS – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.002.12.361.0015.10045 – AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE – 4490.52.000 – MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 07.002.12.122.0015.10116 – AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE – 4490.52.000 – MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 07.002.12.365.0068.20043 – MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO INFANTIL - PRÉ-ESCOLAS – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.002.12.365.0015.10062 – AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE – 4490.52.000 – MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 07.002.12.365.0018.2.0029 – MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO INFANTIL - CMEIS – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.302.0013.2.0048 – MANUTENÇÃO DO LABORATORIO MUNICIPAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.304.0013.2.0105 – MANUTENÇÃO DA VIGILANCIA SANITARIA – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.302.0014.2.0046 – MANUTENÇÃO DO CRDO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.303.0040.2.0101 – MANUTENÇÃO DA ASSISTENCIA FARMACÊUTICA BÁSICA – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.122.0039.20115 – MANUTENÇÃO DO COMPLEXO REGULADOR MUNICIPAL - CRM – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.122.0038.20098 – MANUTENÇÃO DA UNIDADE ADMINISTRATIVA – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.302.0013.20047 – MANUTENÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.301.0012.20050 – MANUTENÇÃO DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE - SAÚDE DA FAMÍLIA – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.305.0041.2.0103 – MANUTENÇÃO VIGILÂNCIA EPIDEMIOLOGICA E AMBIENTAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.001.08.122.0008.20065 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL – 4490.52.000 – MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0028.10111 – AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE – 4490.52.000 – MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0007.20063 – MANUTENÇÃO IGD PBF – 4490.52.000 – MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0007.20063 – MANUTENÇÃO IGD PBF – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0005.20054 – MANUTENCAO DO CREAS/PAEFI – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0005.20056 – MANUTENÇÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMILIA – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0028.20083 – MANUTENÇÃO DO CRAS/PAIF – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0028.20082 – MANUTENÇÃO DO SCFV - SERVIÇO DE CONVIVENCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULOS – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.243.0010.20071 – MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0005.20055 – MANUTENÇÃO DA CASA LAR – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0006.2.0057 – MANUTENÇÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL BASICA – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0006.2.0058 – MANUTENÇÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 10.001.04.122.0004.20015 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE SECRETARIA DE OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTE – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 15.001.13.812.0017.20137 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE INDUSTRIA, COMÉRCIO, TURISMO, CULTURA E LAZER – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

16 - DO FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

16-1 – Foi Designado através de Portaria os servidores abaixo para assistir e subsidiar o gestor da ata de registro de preço indicado na epígrafe.

Secretaria	Servidor	Portaria
Gab.do Prefeito/Sec. Planejamento/ Sec. Administração/Sec. Finanças	Célia Pereira Bueno da Silva	11081/2022
Secretaria de Agricultura	Lucas Raul Fernandes	10718/2021
Secretaria de Educação	Elaine Rocha Tussi	10657/2021
Sec. de Saúde/UBS/Vigilância Sanitária	Janara de Souza Soares Tussi	7200/2018
Sec.de Saúde-Hosp. Munic. e Laboratório	Luciana de Fátima Souza	10896/2022
Sec.de Saúde-Centro de Reabilitação	Rita de Cassia Andrade	2718/2013
Sec.de Saúde-Complexo Regulador	Cleneci de Fatima da Silva Ferreira	6400/2017
Sec.de Saúde-Vigilância de Saúde	Francisco Carlos Vieira	11078/2022
Sec.de Saúde-Hospital/CAF	Isabelly de Oliveira Coelho	8549/2020
Sec.de Assistência Social	Cynthia Passos Carvalho Ximenes	7451/2018
Sec.de Obras e Transportes	Dayane Lais Ferreira	10821/2021
Departamento de Esportes	Maurina Marques da Silva	11012/2022
Sec.de Indústria Comércio Tur. Cult. e Lazer	José Sales de Souza Luna	10658/2021

16.2 - Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos produtos/serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

16.3 - A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.4 - O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências

relacionadas com a execução da ata, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

17 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 - As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II - Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão Eletrônico nº. 08/2022** e seus anexos e as propostas das classificadas.

III - É vedado caucionar ou utilizar da ata de registro de preço decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da **Prefeitura**.

18 - DO FORO

Aplica-se a Ata de Registro de Preço e dos casos omissos as disposições estabelecidas na lei 8666/1993 e suas alterações.

As partes contratantes elegem o foro de Matupá - MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Matupá - MT, 18 de março de 2022.

_____

Município de Matupá

BRUNO SANTOS MENA

Contratante

_____

IGUATEMI COMERCIO ATACADISTA EIRELI

CNPJ sob o nº. 14.420.347/0001-06

JANALVA MUNIQUE SAMPAIO ALVES ROSA

Sócia Gerente

CPF nº 035.088.066-26

Contratada

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 039/2022

Pelo presente instrumento **O MUNICÍPIO DE MATUPÁ – ESTADO DE MATO GROSSO,** devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 24.772.188/0001-54, com sede na Prefeitura Municipal, localizada na Avenida Hermínio Ometto, nº. 101, ZE-022, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Senhor **BRUNO SANTOS MENA**, brasileiro, casado, portador do RG nº. 18278620-SSP/MT, inscrito no CPF sob o nº. 028.264.041-05, residente e domiciliado na Rua 19, nº. 169, Bairro Centro, nesta Cidade de Matupá/MT, RESOLVE registrar os preços da empresa **CUIABA COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA EIRELI**, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. 21.058.617/0001-38 e Inscrição Estadual n° 13.559.360-3, com sede na Av. Alzira Santana, nº s/nº, Bairro Ikaray, na Cidade de Várzea Grande/MT, CEP: 78.130-724, telefone (65) 3686-1304 / (65) 99940-8682, e-mail: geandiegom@gmail.com, neste ato representada pelo Sr. **GEAN DIEGO MEISTER**, portador do CPF nº 944.142.621-00 e RG nº 1423493-9 SSP/MT, nas quantidades estimadas **na Seção quatro desta Ata de Registro de Preços**, de acordo com a classificação por elas alcançadas Global, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 8.666/93, 10580/02 e suas alterações e Decreto Municipal 1136, de 02 de fevereiro de 2009 e Decreto Municipal nº 1665/2013:

1 - OBJETO

1.1 - Constitui objeto desta ata de registro de preço, o "**PREGÃO ELETRÔNICO SISTEMA REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE, ESCRITÓRIOS, ESPORTIVOS E ESCOLARES EM ATENDIMENTO AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE MATUPÁ"** de acordo com a planilha partes integrantes do Edital da respectiva **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 08/2022.**

2 - ADESÃO DE ORGÃOS NÃO PARTICIPANTES

2.1 - Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

2.2 - Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do serviço, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que o fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

2.3 - As aquisições ou contratações adicionais, não poderão exceder, por órgão ou por entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

3 - DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 - O gerenciamento deste instrumento caberá a Prefeitura Municipal de Matupá.

3.2 - A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses**,** contados a partir de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios.

3.3 - As SECRETARIAS/ORGÃOS/ENTIDADES participantes desta Ata de Registro de Preços são:

Gabinete do Prefeito, Secretaria Municipal de Planejamento, Secretaria Municipal de Administração, Secretaria Municipal de Finanças, Secretaria Municipal de Agricultura, Secretaria Municipal de Educação e Desporto, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Obras, Urbanismo e Transportes e Secretaria Municipal de Industria, Comercio, Turismo, Cultura e Lazer.

4 – DOS PRODUTOS

4.1 - O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação dos produtos registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

CÓDIGO	NOME	UNID.DE FORNEC.	MARCA	QUANT.	VL. UNIT.	TOTAL

364657	CANETA MARCA TEXTO - CORPO PLASTICO RIGIDO OPACO, PONTA 5MM, NA COR ROSA FLUORESCENTE	UNIDADE	MASTERPRINT	405	1,24	502,20
364074	CANETA MARCA TEXTO - EM PLASTICO RIGIDO E OPACO, 5,0 MM, AMARELO FLUORESCENTE	UNIDADE	MASTERPRINT	647	1,16	750,52
364658	CANETA MARCA TEXTO - EM PLASTICO RIGIDO E OPACO, 5 MM, COR VERDE FLUORESCENTE	UNIDADE	MASTERPRINT	560	1,21	677,60
371932	COLA - COLA BRANCA ,PARA EMBORRACHADO E.V.A., EMBALADO EM TUBO DE 25G - UNIDADE	UNIDADE	KOALA	171	2,57	439,47
372940	COLA DE SILICONE - EM SILICONE, DEVENDO SER APLICADA QUENTE, ATRAVES DE PISTOLA PROPRIA PARA APLICACAO, PARA COLAR MATERIAIS EM PVC E PLASTICO, DEVENDO SER FORNECIDO EM BASTAO COM DIAMETRO DE 1CM	UNIDADE	RENDICOLA	1992	0,59	1.175,28
364032	FITA ADESIVA - CREPE, MEDINDO (12MMX30M), NA COR BRANCA, DUPLA FACE	UNIDADE	ADELBRAS	220	3,49	767,80
364033	FITA METRICA - CONFECCIONADA EM LONA, COM COMPRIMENTO DE 1,5 M, NUMERADA A CADA CM, ESCALA DE MM EM MM	UNIDADE	TRADER	163	2,47	402,61
372751	FITA METRICA DE 1,5M PARA AVALIAÇÃO DE MEDIDAS CONFECCIONADA EM LONA, COM COMPRIMENTO DE 1,5 M, NUMERADA A CADA CM, ESCALA DE MM EM MM	UNIDADE	TRADER	838	2,47	2.069,86
363975	FOLHA EM EVA - NA COR (DIVERSAS), CONFECCIONADA EM E.V.A. (ESPUMA VINILICA ACETINADA), MEDINDO (600 X 400 X 2)MM	UNIDADE	BRW	1786	1,82	3.250,52
364038	GIZ ESCOLAR - COMUM,COLORIDO - CAIXA COM 50 UNIDADES	CAIXA 50 UNIDADE	DELTA	41	3,73	152,93
364041	GIZ ESCOLAR - COR BRANCA,COMUM - CAIXA COM 50 UNIDADES	UNIDADE	DELTA	42	3,29	138,18
364057	GRAMPO - DE PLASTICO,,TIPO TRILHO, CAIXA COM 50,00 PARES	CAIXA 50 UNIDADE	CARBRINK	146	8,95	1.306,70
374981	GRAMPO PARA GRAMPEADOR - TAMANHO 26/6. EM AÇO GALVANIZADO. COM PERFURAÇÃO MÍNIMA 20 FOLHAS DE SULFITE (75G/M2). CAIXA COM 5.000 GRAMPOS.	CAIXA 5000 UNIDADE	BRW	227	4,25	964,75
374990	JOGO DE DAMA - TABULEIRO EM MDF, MEDINDO APROXIMADAMENTE (30 X 30)CM, CAIXA COM 24 PECAS EM PLASTICO, COM ATESTADO DO INMETRO	UNIDADE	JOTT PLAY	54	9,52	514,08
376572	JOGO DE DOMINO PROFISSIONAL COM PEDRAS EM OSSO, ESTOJO 28 PEÇAS RESISTENTE.	UNIDADE	BARCELONA	34	27,87	947,58
374979	LACRE PARA MALOTE - TAMANHO 16, LACRES NUMERADOS, TIPO ESCADA, DEVERÁ FORNECER NAS CORES AMARELA, AZUL E VERMELHA (CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA), FABRICADO EM POLIPROPILENO, PACOTE COM 100 UNIDADES	PACOTE 100 UNIDADE	PLASTEF	20	21,69	433,80
364661	LAPIS GRAFITE - EM MADEIRA,FORMATO REDONDO,N.2,MEDINDO 170,00MM - CAIXA COM 144 UNIDADES	CAIXA 144 UNIDADE	MASTERPRINT	39	36,79	1.434,81
364073	LIVRO PROTOCOLO DE CORRESPONDENCIA - RECICLADO PAPEL 100% RECICLADO, NA COR NATURAL, COM GRAMATURA DE PESANDO : CAPA DURA 120GR/M2 - MIOLO 56GR/M2, MEDINDO: CAPA (217 X 157)MM - MIOLO (205 X 150)MM	UNIDADE	SÃO DOMINGOS	40	9,26	370,40
376602	PAPEL FOTOGRAFICO GLOSSY TIPO ETIQUETA AUTOADESIVA, TAMANHO A4, 21 ETIQUETAS POR FOLHA, PACOTE COM 10 FOLHAS.	UNIDADE	MASTERPRINT	45	11,60	522,00
364100	PAPEL - SULFITE,FORMATO A4,75G/M2,NA COR BRANCA - RESMA 500 FOLHAS	RESMA 500 FOLHA	PAPER MAIS	4951	18,75	92.831,25
376564	PASTA - CATALOGO, EM PLASTICO, FORMATO A4, COM 10 ENVELOPES NA ESPESSURA DE 0,15 MICRAS E PRESILHAS DE METAL, NA COR PRETA.	UNIDADE	ACP	81	7,96	644,76
364101	PASTA - COM ABA E ELASTICO,EM PLASTICO TRANSPARENTE,180,00X245,00MM,NA COR CRISTAL	UNIDADE	PLASTYLINE	482	2,97	1.431,54
369170	PETECA - BASE EM BORRACHA,TAMANHO OFICIAL,APROVADA PELA FMP E/OU CBP	UNIDADE	ZL	225	14,07	3.165,75
364122	PINCEL ESCOLAR - PELO EM FILAMENTOS SINTETICOS,CHATO,N.8,VIROLA EM ALUMINIO,CABO DE PLASTICO,LONGO	UNIDADE	GOLLER	85	1,98	168,30
364131	PISTOLA - DE PLASTICO, COM GATILHO,PARA APLICACAO DE COLA QUENTE,POTENCIA DE 40W, BIVOLT.	UNIDADE	VMP	156	19,76	3.082,56
369281	PORTA FITA ADESIVA - DE MESA, ADAPTAVEL EM ROLO DUREX PARA TAMANHO 50MM X 50M	UNIDADE	WALEU	45	37,99	1.709,55
364132	PORTA OBJETOS - DE ACRILICO, PARA PORTA LAPIS.LEMBRETE E CLIPS, FUME	UNIDADE	WALEU	135	10,89	1.470,15
246688	TESOURA PARA COSTURA, AÇO INOX CABO PLÁSTICO 24 CM	UNIDADE	BRW	194	23,03	4.467,82
364189	TINTA - GUACHE,A BASE DE AGUA,6 CORES - CAIXA COM 06 UNIDADES	CAIXA 6,000 UNIDADE	PIRATININGA	470	3,27	1.536,90
Total Fornecedor:..... R$ 127.329,67						

5 – DA FORMA DE FORNECIMENTO

5.1 – O prazo máximo para entrega dos produtos, objeto do pedido, é de (05) cinco dias, contados a partir do dia seguinte à data do recebimento da NAD (Nota de Autorização de Despesas) pela Adjudicatária, devendo o produto atender às normas técnicas contidas nas especificações;

5.2 – O recebimento dos objetos será efetuado pela Prefeitura, e, será recebido desde que:

5.2.1 Esteja compatível com esta Licitação;

5.2.2 Não apresente avaria ou adulteração.

5.3 - Em caso de recusa dos produtos pelas Secretarias de Matupá - MT será lavrado Termo de Recusa, no qual se consignarão as desconformidades, devendo o produto ser substituído pela Contratada, no prazo de 03 (três) dias da devolução, quando serão realizadas novamente as verificações antes referidas, consoante dispõe o artigo 69 da Lei nº 8.666/93;

5.4 – A entrega dos produtos desta licitação deverá ser feita nos locais indicados nas requisições, correndo por conta da Contratada as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da execução.

5.5 – Os produtos deverão ser novos, de primeiro uso, e em perfeito estado, acondicionado em embalagens que permitam sua proteção contra impactos, umidade e demais agentes de possam ocasionar danos. Não serão aceitos produtos remanufaturados, recondicionados, reciclados ou reutilizados.

5.6 - A empresa fornecedora dos produtos se responsabilizará pela qualidade, substituindo o produto, em todo ou em parte, se for constatado problemas.

5.7 - Os produtos ofertados pelas licitantes deverão, OBRIGATORIAMENTE, atender às exigências de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de fiscalização de qualidade industrial ABNT, INMETRO, etc. – atentando-se o proponente, principalmente para as prescrições contidas no art. 39, VIII, da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor);

5.8 - A empresa vencedora e responsável pela carga e descarga dos itens no local aonde a Secretaria solicitar.

5.9 - A empresa fornecedora dos produtos se responsabilizará pela qualidade, substituindo o produto, em todo ou em parte, se for constatado problemas.

5.10- Recebimento dos Produtos:

5.10.1 - Os produtos serão recebidos pelos fiscais de contrato e aceitos quando estiverem dentro das exigências do Edital;

5.10.2 - Observado o disposto no artigo 67 da Lei Federal n. 8.666/93, o acompanhamento e a fiscalização da entrega dos produtos será realizada por funcionários nomeados pelas Secretarias;

5.10.3 - O Município de Matupá/MT reserva-se o direito de não receber o objeto com atraso ou em desacordo com as especificações e condições constantes deste edital e seus anexos, podendo aplicar as penalidades e sanções previstas ou rescindir o registro e aplicar o disposto no art. 24, inciso XI, da Lei Federal n. 8.666/93.

5.11- Caberá à Licitante Vencedora:

5.11.1 Transportar, por sua conta e risco, o(s) objeto(s) objeto deste Termo de Referência, ficando sob sua responsabilidade quaisquer acidentes no trajeto de transporte;

5.11.2 Fazer o pagamento de tributos, seguros, taxas e serviços, encargos sociais e trabalhistas, e quaisquer despesas referentes aos produtos fornecidos;

5.11.3 Substituir produtos que apresentem defeito de fabricação.

5.12– Os materiais apresentados neste Termo de Referência deverão ser novos e com a garantia dos produtos. Não sendo, de forma alguma, permitido materiais reutilizados ou reaproveitados.

5.13- Na entrega dos produtos e nas informações adicionais da Nota Fiscal e obrigatória a Identificação da Secretaria que solicitou os produtos, para maior agilidade da identificação de quem solicitou na hora da entrega dos produtos.

6 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 - Executar a entrega dentro dos padrões estabelecidos pelas Secretarias, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

6.2 - Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelas Secretarias, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência mediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos atos de sua responsabilidade;

6.3 - Prover todos os meios necessários à garantia da plena entrega dos produtos, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

6.4 - A falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução da entrega do objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

6.5 - Comunicar imediatamente a Secretaria qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgadas necessárias para recebimento de correspondência;

6.6 - Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

6.7 - Fiscalizar o perfeito cumprimento da entrega do objeto a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

6.8 - Indenizar terceiros e/ou à própria Prefeitura em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

6.9 - A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

6.10 - Fornecer os itens, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

6.11 – Não poderá ocorrer a falta dos produtos por parte do licitante, pois são itens de primeira necessidade e a contratante deverá atender exatamente como se propôs a fazer;

6.12 – A CONTRATADA deverá manter durante toda a vigência da ata de registro de preço, as mesmas condições de habilitação, especialmente quanto à regularidade com FGTS e INSS;

6.13 - O atraso na entrega dos produtos caberá penalidades e sanções previstas no Art. 12 da Presente Ata;

7 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 - Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Entrega dos itens licitados;

7.2 - Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

7.3 - Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

7.4 - Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento do objeto;

7.5 -Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito reajustamento de preços ou a atualização monetária.

7.6 - Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

8 - DO PAGAMENTO

8.1 - Os pagamentos serão efetuados em até 15 (quinze) dias após a entrega do produtos bem como apresentação das notas fiscais eletrônicas em conformidade ao Protocolo ICMS Nº. 85, DE 09 DE JULHO DE 2010, devidamente atestada pela Secretaria responsável;

8.1.1 - Os pagamentos serão efetuados na Tesouraria da Prefeitura Municipal, sito Avenida Dr. Hermínio Ometto, n º 101 ZE-22, neste Município ou:

Os dados bancários para pagamento são:

Banco: Sicredi Ag. nº 0804 Conta Corrente nº 43018-2 em nome de CUIABA COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA EIRELI

8.2 - O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do item fornecido, de acordo com o especificado na Ordem de Entrega.

8.3 - Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

8.4 - Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do produto.

8.5 - O Contratante **não** efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de **cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring**";

8.6 - As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

9 - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

9.1 - Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação municipal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

9.2 - Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

9.3 - Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Prefeiturasolicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo único.

9.4 - Fracassada a negociação com o primeiro colocado a Prefeiturapoderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço da 1ª (primeira), as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

9.5 - Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Prefeitura.

9.6 – Poderão ocorrer mediante termo aditivo, onde a contratada ou contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou suspensões que se fizerem na prestação dos produtos, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da ata de registro de preço, nos termos do artigo 65, parágrafo 1º da lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

9.7 - Os preços serão revisados e reajustados de acordo com as variações determinadas pela política de preços dos combustíveis, mediante comprovação oficial por parte da Contratada.

10 - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1 - A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) Quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) Quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Em quaisquer hipóteses de inexecução total ou parcial da requisição/pedido dos produtos decorrente deste Registro;

d) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

f) Descumprir qualquer dos itens da cláusula sexta ou sétima.

10.2 - Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

10.3 - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Jornal Oficial dos Municípios (AMM), considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

10.4 - A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

10.5 - Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao produto do Item.

10.6 - Caso a Prefeitura não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

10.7 - A Ata de Registro de Preços, será cancelada automaticamente nas seguintes hipóteses:

a) Por decurso de prazo de vigência;

b) Pelo esgotamento das quantidades registradas.

10.8 - A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as conseqüências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, conforme art. 77 da lei 8666/93.

11 - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

11.1 - Os preços apresentados na proposta devem incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, treinamento, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto desta Ata de Registro de Preços.

12 - DAS PENALIDADES

12.1 - Ficará impedido de licitar e contratar com o município, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste termo de referência e das demais penalidades legais, aquele que:

12.1.1 - Cometer fraude fiscal;

12.1.2 - Apresentar documento falso;

12.1.3 - Fizer declaração falsa;

12.1.4 - Comportar-se de modo inidôneo;

12.1.5 - Não assinar a Ata de Registro de Preços ou Contrato no prazo estabelecido;

12.1.6 - Deixar de entregar a documentação exigida no certame;

12.1.7 - Não mantiver a proposta.

12.2 - O atraso injustificado no atendimento ao objeto sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

12.2.1 - A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Prefeitura Municipal de Matupá - MT, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 6.9. b;

12.3 - Ocorrendo a inexecução total ou parcial, atrasos no fornecimento dos produtos, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

a) Advertência por escrito;

b) Ao licitante que não cumprir as obrigações assumidas ou preceitos legais, serão aplicadas multa de 0,5% (meio por cento) sobre o atraso de entrega dos produtos, e até o limite de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato no caso de rescisão por culpa do fornecedor;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Matupá - MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos conforme prevê o inciso III do artigo 87 da Lei Federal 8.666/93 atualizada pela Lei nº 8.883/94;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002.

e) Ficará impedido de licitar e de contratar com a União e Município e será descredenciado no Sicaf, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

e. 1 - apresentar documentação falsa;

e.2 - causar o atraso na execução do objeto;

e.3 - não mantiver a proposta;

e.4 - falhar na execução do contrato;

e.5 - fraudar a execução do contrato;

e.6 - comportar-se de modo inidôneo;

e.7 - declarar informações falsas; e

e.8 - cometer fraude fiscal.

f) - O cancelamento da execução terá lugar de pleno direito independente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial quando a empresa adjudicatória:

f.1 – Falir, entrar em concordata, concurso de credores, dissolução ou liquidação;

f.2 – Transferir, no todo ou parte, as obrigações decorrentes desta licitação, sem prévia anuência do Governo deste Município;

12.4 - Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Matupá - MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Prefeitura e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

12.4.1 - Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirada da Ordem de Fornecimento dos Itens, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

12.5 - Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

12.6 - Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 12.3, c, d, desta Ata de Registro de Preços, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

13 – DO RECEBIMENTO DOS PRODUTOS

13.1 - Serão entregue produtos, de acordo com os critérios dos órgãos responsáveis pela fiscalização.

13.2 - Recebimento Dos Serviços/Produtos:

13.2.1 – A entrega dos serviços/produtos serão acompanhados pelos fiscais diariamente, recebidos e aceitos quando executados totalmente e de boa qualidade.

13.2.2 - Observado o disposto no artigo 67 da Lei Federal n. 8.666/93, o acompanhamento e a fiscalização da prestação dos serviços/entrega dos produtos será realizada por funcionários nomeados pelas Secretarias;

13.2.3 - O Município de Matupá/MT reserva-se o direito de não receber o objeto com atraso ou em desacordo com as especificações e condições constantes deste edital e seus anexos, podendo aplicar as penalidades e sanções previstas ou rescindir o registro e aplicar o disposto no art. 24, inciso XI, da Lei Federal n. 8.666/93.

14 - DOS ILÍCITOS PENAIS

14.1 - As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

15 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.1 - As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata de Registro de Preços, correrão à conta de dotação orçamentária citada abaixo, ou das demais que possam vir a aderir a presente ata e serão oriundas de Recursos Próprios do Município, do Estado de Mato Grosso e Federal:

CÓDIGO GERAL: 02.001.04.122.0033.20094 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 03.001.04.122.0024.20078 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 04.001.04.122.0026.20076 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 05.001.04.123.0036.2.0110 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE FINANÇAS – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 06.001.20.122.0021.20002 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA - 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.005.27.812.0047.20128 – MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ESPORTE – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.001.12.122.0029.20086 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.002.12.361.0015.2.0020 – MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.002.12.365.0018.2.0028 – MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO INFANTIL - PRÉ-ESCOLAS – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.002.12.361.0015.10045 – AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE – 4490.52.000 – MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 07.002.12.122.0015.10116 – AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE – 4490.52.000 – MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 07.002.12.365.0068.20043 – MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO INFANTIL - PRÉ-ESCOLAS – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.002.12.365.0015.10062 – AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE – 4490.52.000 – MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 07.002.12.365.0018.2.0029 – MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO INFANTIL - CMEIS – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.302.0013.2.0048 – MANUTENÇÃO DO LABORATORIO MUNICIPAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.304.0013.2.0105 – MANUTENÇÃO DA VIGILANCIA SANITARIA – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.302.0014.2.0046 – MANUTENÇÃO DO CRDO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.303.0040.2.0101 – MANUTENÇÃO DA ASSISTENCIA FARMACÊUTICA BÁSICA – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.122.0039.20115 – MANUTENÇÃO DO COMPLEXO REGULADOR MUNICIPAL - CRM – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.122.0038.20098 – MANUTENÇÃO DA UNIDADE ADMINISTRATIVA – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.302.0013.20047 – MANUTENÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.301.0012.20050 – MANUTENÇÃO DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE - SAÚDE DA FAMÍLIA – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.305.0041.2.0103 – MANUTENÇÃO VIGILÂNCIA EPIDEMIOLOGICA E AMBIENTAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.001.08.122.0008.20065 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL – 4490.52.000 – MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0028.10111 – AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE – 4490.52.000 – MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0007.20063 – MANUTENÇÃO IGD PBF – 4490.52.000 – MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0007.20063 – MANUTENÇÃO IGD PBF – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0005.20054 – MANUTENCAO DO CREAS/PAEFI – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0005.20056 – MANUTENÇÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMILIA – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0028.20083 – MANUTENÇÃO DO CRAS/PAIF – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0028.20082 – MANUTENÇÃO DO SCFV - SERVIÇO DE CONVIVENCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULOS – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.243.0010.20071 – MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0005.20055 – MANUTENÇÃO DA CASA LAR – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0006.2.0057 – MANUTENÇÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL BASICA – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0006.2.0058 – MANUTENÇÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 10.001.04.122.0004.20015 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE SECRETARIA DE OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTE – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 15.001.13.812.0017.20137 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE INDUSTRIA, COMÉRCIO, TURISMO, CULTURA E LAZER – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

16 - DO FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

16-1 – Foi Designado através de Portaria os servidores abaixo para assistir e subsidiar o gestor da ata de registro de preço indicado na epígrafe.

Secretaria	Servidor	Portaria
Gab.do Prefeito/Sec. Planejamento/ Sec. Administração/Sec. Finanças	Célia Pereira Bueno da Silva	11081/2022
Secretaria de Agricultura	Lucas Raul Fernandes	10718/2021
Secretaria de Educação	Elaine Rocha Tussi	10657/2021
Sec. de Saúde/UBS/Vigilância Sanitária	Janara de Souza Soares Tussi	7200/2018
Sec.de Saúde-Hosp. Munic. e Laboratório	Luciana de Fátima Souza	10896/2022
Sec.de Saúde-Centro de Reabilitação	Rita de Cassia Andrade	2718/2013
Sec.de Saúde-Complexo Regulador	Cleneci de Fatima da Silva Ferreira	6400/2017
Sec.de Saúde-Vigilância de Saúde	Francisco Carlos Vieira	11078/2022
Sec.de Saúde-Hospital/CAF	Isabelly de Oliveira Coelho	8549/2020
Sec.de Assistência Social	Cynthia Passos Carvalho Ximenes	7451/2018
Sec.de Obras e Transportes	Dayane Lais Ferreira	10821/2021
Departamento de Esportes	Maurina Marques da Silva	11012/2022
Sec.de Indústria Comércio Tur. Cult. e Lazer	José Sales de Souza Luna	10658/2021

16.2 - Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos produtos/serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

16.3 - A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.4 - O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências

relacionadas com a execução da ata, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

17 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 - As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II - Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão Eletrônico nº. 08/2022** e seus anexos e as propostas das classificadas.

III - É vedado caucionar ou utilizar da ata de registro de preço decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da **Prefeitura**.

18 - DO FORO

Aplica-se a Ata de Registro de Preço e dos casos omissos as disposições estabelecidas na lei 8666/1993 e suas alterações.

As partes contratantes elegem o foro de Matupá - MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Matupá - MT, 18 de março de 2022.

_____

Município de Matupá

BRUNO SANTOS MENA

Contratante

_____

CUIABA COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA EIRELI

CNPJ sob o nº. 21.058.617/0001-38

GEAN DIEGO MEISTER

CPF nº 944.142.621-00

Contratada

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 038/2022

Pelo presente instrumento **O MUNICÍPIO DE MATUPÁ – ESTADO DE MATO GROSSO,** devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 24.772.188/0001-54, com sede na Prefeitura Municipal, localizada na Avenida Hermínio Ometto, nº. 101, ZE-022, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Senhor **BRUNO SANTOS MENA**, brasileiro, casado, portador do RG nº. 18278620-SSP/MT, inscrito no CPF sob o nº. 028.264.041-05, residente e domiciliado na Rua 19, nº. 169, Bairro Centro, nesta Cidade de Matupá/MT, RESOLVE registrar os preços da empresa **RIBEIRO COMERCIO DE COMPUTADORES LTDA**, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. 09.237.458/0001-33 e Inscrição Estadual n° 13.347.772-0, com sede na Rua 21, nº 3002, Bairro Centro, na Cidade de Matupá/MT, CEP: 78.525-000, telefone (66) 3595-2128, e-mail: florenca_matupa_mt@hotmail.com, neste ato representada pela Sra. **DIONEIDE APARECIDA RIBEIRO**, portadora do CPF nº 850.445.711-72 e RG nº 1226202-1 SJ/MT, nas quantidades estimadas **na Seção quatro desta Ata de Registro de Preços**, de acordo com a classificação por elas alcançadas Global, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 8.666/93, 10580/02 e suas alterações e Decreto Municipal 1136, de 02 de fevereiro de 2009 e Decreto Municipal nº 1665/2013:

1 - OBJETO

1.1 - Constitui objeto desta ata de registro de preço, o "**PREGÃO ELETRÔNICO SISTEMA REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE, ESCRITÓRIOS, ESPORTIVOS E ESCOLARES EM ATENDIMENTO AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE MATUPÁ"** de acordo com a planilha partes integrantes do Edital da respectiva **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 08/2022.**

2 - ADESÃO DE ORGÃOS NÃO PARTICIPANTES

2.1 - Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

2.2 - Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do serviço, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que o fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

2.3 - As aquisições ou contratações adicionais, não poderão exceder, por órgão ou por entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

3 - DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 - O gerenciamento deste instrumento caberá a Prefeitura Municipal de Matupá.

3.2 - A presente Ata terá validade **de 12 (doze) meses,** contados a partir de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios.

3.3 - As SECRETARIAS/ORGÃOS/ENTIDADES participantes desta Ata de Registro de Preços são:

Gabinete do Prefeito, Secretaria Municipal de Planejamento, Secretaria Municipal de Administração, Secretaria Municipal de Finanças, Secretaria Municipal de Agricultura, Secretaria Municipal de Educação e Desporto, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Obras, Urbanismo e Transportes e Secretaria Municipal de Industria, Comercio, Turismo, Cultura e Lazer.

4 – DOS PRODUTOS

4.1 - O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação dos produtos registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

CÓDIGO	NOME	UNID.DE FORNEC.	MARCA	QUANT.	VAL. UNIT.	TOTAL
363844	ALFINETE PARA MAPA - CABECA DE POLIETILENO DE 5MM, COMPRIMENTO TOTAL 18MM CORES VARIADAS - CAIXA COM 50 UNIDADES	CAIXA 50 UNIDADE	JOCAR	146	2,99	436,54
363845	ALFINETE PARA MAPA - CABECA DE POLIETILENO DE 5MM, COMPRIMENTO TOTAL 18MM NA COR AZUL - CAIXA COM 50 UNIDADES	CAIXA 50 UNIDADE	JOCAR	101	3,05	308,05
363846	ALMOFADA PARA CARIMBO - EM ESTOJO PLASTICO, COM ENTINTAMENTO, PRETA,Nº 3	UNIDADE	RADEX	74	3,39	250,86
363865	APAGADOR - DE GIZ, COM ESTOJO, DE MADEIRA, MEDINDO 18,3X6,5X5,9CM, COM BASE DE FELTRO	UNIDADE	SOUZA	23	3,99	91,77
363867	APAGADOR - PARA QUADRO BRANCO, DE PLASTICO, MEDINDO 15,00X5,00CM, COM BASE DE ESPUMA,COM ESTOJO PARA DOIS PINCEIS	UNIDADE	JOCAR	87	3,59	312,33
372856	APONTADOR COM DEPÓSITO SIMPLES (GRAFITE), DEPÓSITO EM PLÁTICO TRANSPARENTE, DIÂMETRO COMPATIVEL COM LÁPIS GRAFITE E LAPIS DE COR TAMANHO NORMAL	UNIDADE	LEO	928	0,37	343,36
376686	APONTADOR DE LAPIS - DE METAL,SIMPLES,SEM DEPOSITO	UNIDADE	KAS	553	0,83	458,99
363870	APONTADOR DE LAPIS - DE PLASTICO,SIMPLES,COM DEPOSITO	UNIDADE	LEO	373	0,45	167,85
363876	BALAO PLASTICO - EM LATEX,TAMANHO MEDIO, NO FORMATO DE CANUDO,EM CORES VARIADAS - PACOTE COM 50 UNIDADES	PACOTE 50 UNIDADE	SAO ROQUE	244	7,25	1.769,00
363920	BANDEJA PARA EXPEDIENTE - EM CAIXA PARA CORRESPONDENCIAS,, EM ACRILICO,, NA COR TRANPARENTE, MEDINDO 360X250X30	UNIDADE	CARBRINK	69	17,99	1.241,31
374987	BANDEJA PARA EXPEDIENTE - TIPO CAIXA CORRESPONDENCIA, TRIPLA (TRÊS COMPARTIMENTOS), ARTICULÁVEL, EM ACRILICO, NA COR FUMÊ, DIMENSOES APROXIMADAS 260X350 MM, EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE	UNIDADE	CARBRINK	75	51,00	3.825,00
372960	BARBANTE COLORIDO COMPOSIÇÃO: 85% ALGODÃO E 15% OUTRAS FIBRAS NR.2 COM 610M, UNIDADE.	UNIDADE	PIRATININGA	183	17,99	3.292,17
374778	BOBINA PARA IMPRESSÃO TÉRMICA DO REGISTRADOR ELETRÔNICO DE PONTO, 56MMX300M	UNIDADE	MAXPRINT	283	26,39	7.468,37
372978	BOBINA TERMICA PARA PDV AMARELA 57MM X 40M - CAIXA COM 30 UNIDADES	CAIXA 30 UNIDADE	MAXPRINT	42	96,90	4.069,80
369174	BOBINA TERMICA PARA PDV AMARELA 57MM X 40M PCT COM 02 UNID	UNIDADE	MAXPRINT	58	6,44	373,52
369176	BOBINA TERMO SENSÍVEL AMARELA 57MM X 22MM	UNIDADE	MAXPRINT	335	2,19	733,65
376286	BOLA DE HANDEBOL H2L TAMANHO 54-56 CM, PESO 325-375G, CÂMARA 6D, COSTURADA, MATERIAL PU ULTRA GRIP, MIOLO CÁPSULA SIS REMOVÍVEL E LUBRIFICADO; CONTENDO RECONHECIMENTO E CHANCELA DA FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE HANDEBOL; (IHF)	UNIDADE	PENALTY	21	114,99	2.414,79
376288	BOLA DE VOLEIBOL OFICIAL, MICROFIBRA, 18 GOMOS, CAMADA NEOTEC, CÁPSULA SIS, TERMOTEC, PESO: 260-280G, CIRCUNFERÊNCIA: 65-67CM CONTENDO LOGOMARCA DA CBV (VOLEI BRASIL) E CHANCELA DE APROVAÇÃO DA FIVB (FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE VOLEIBOL).	UNIDADE	PENALTY	28	125,70	3.519,60
376283	BOLA FUTEBOL SOCIETY TAMANHO 6869 CM, PESO 425-445 G, CÂMARA 6D, TERMOTEC, MATERIAL PU, MIOLO CÁPSULA SIS REMOVÍVEL E LUBRIFICADO.	UNIDADE	PENALTY	22	90,50	1.991,00
364953	BOLA OFICIAL DE FUTSAL, TERMOTEC, COM 11 GOMOS, CONFECCIONADA EM PU ULTRA 100% E CAMADA EXTRA DE NEOGEL, APROVADA PELA FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE FUTEBOL (FIFA), PELA CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTSAL (CBFS) E A BOLA OFICIAL DA SELEÇÃO BRASILEIRA DE FUTSAL, CIRCUNFERÊNCIA ENTRE 61-64 CM, PESO: 410-440 GRAMAS, CÂMARA AIRBILITY E MIOLO SLIP SYSTEM REMOVÍVEL E LUBRIFICADO.	UNIDADE	PENALTY	27	104,99	2.834,73
363912	BORRACHA - DE LATEX NATURAL, ESCOLAR, PARA LAPIS E GRAFITE, NO FORMATO RETANGULAR, NUMERO 40, NA COR BRANCA - CAIXA COM 40 UNIDADES	CAIXA 40 UNIDADE	RED BOR	123	10,59	1.302,57
372857	BORRACHA ESCOLAR Nº 60 DE LATEX NATURAL, ESCOLAR, PARA LAPIS E GRAFITE, NO FORMATO RETANGULAR, NA COR BRANCA	UNIDADE	RED BOR	13810	0,15	2.071,50
376565	BRINQUEDO EDUCATIVO E RECREATIVO - BOLINHAS PARA PISCINA, 100% EM POLIETILENO 70MM, EM DIVERSAS CORES, COM 100 UNIDADES	UNIDADE	NATALPLAST	20	46,69	933,80
376598	BRINQUEDO EDUCATIVO E RECREATIVO - KIT COM 12 TAPETES TATAME EM EVA COM BORDA 50CM X 50CM X 2CM CORES VARIADAS, PARA SEREM UTILIZADOS EM ACADEMIAS, ESCOLAS, QUARTOS, BERCARIO	UNIDADE	RDJ	13	289,90	3.768,70
363916	CADERNO BROCHURA - CADERNO CAPA DURA, UNIVERSITARIO, CAPA SIMPLES, PESANDO 90G/M2, COM 96 FLS, PESANDO 56G/M2, 1 MATÉRIA	UNIDADE	PANAMERICANA	209	4,87	1.017,83
372741	CADERNO BROCHURÃO CAPA DURA 96 FOLHAS, PAUTADO, GRAMATURA DE 56 G/M², FORMATO 200X275MM	UNIDADE	PANAMERICANA	6580	5,79	38.098,20
376701	CADERNO CALIGRAFIA COSTURADO 1/4 PEQUENO COM CAPA DURA UNISEX COM 40 FOLHAS	UNIDADE	CREDEAL	2105	3,51	7.388,55
375663	CADERNO DE DESENHO GRANDE 96 FOLHAS TIPO ESPIRAL DE CARTOGRAFIA, SEM MARGEM, SEM FOLHA DE SEDA, MEDINDO NO MINIMO (275X200)MM, ESPIRAL COMPOSTO DE ARAME ESTANHADO E ACABAMENTO COIL-LOCK,CAPA DURA COM GRAMATURA MINIMA DE 280G/M2 PRODUTO CERTIFICADO (FOREST STEWARDSHIP COUNCIL A. C) E CERTIFICACAO DO INMETRO	UNIDADE	PANAMERICANA	5077	7,49	38.026,73
363915	CADERNO - TIPO BROCHURA, COSTURADO, MEDINDO 140,00X200,00MM, NO FORMATO 1/4, CAPA DURA, COM 90G/M2, FOLHA PAUTADA, COM 96 FOLHAS, DE 56G/M2	UNIDADE	CREDEAL	460	3,99	1.835,40
364544	CADERNO - TIPO ESPIRAL, ESPIRAL EM ARAME GALVANIZADO, MEDINDO 144,00X200,00MM, CAPA DURA, COM 90G/M2, FOLHA PAUTADA, COM 96 FOLHAS, DE 75G/M2	UNIDADE	CREDEAL	458	5,19	2.377,02
372746	CADERNO UNIVERSITÁRIO 12 MATÉRIAS TIPO ESPIRAL EM ARAME GALVANIZADO, MEDINDO 200,00 MMX275,00 MM, NO FORMATO UNIVERSITARIO, COM CAPA DURA COM 280 G/M2, FOLHA PAUTADA, COM 240 FOLHAS DE 56 G/M2.	UNIDADE	PANAMERICANA	683	14,60	9.971,80
369498	CAIXA DE ARQUIVO MORTO - EM POLIPROPILENO CORRUGADO, (360X250X135)MM, NA COR AMARELA	UNIDADE	POLIBRAS	221	6,79	1.500,59

363919	CAIXA DE ARQUIVO MORTO - EM POLIPROPILENO CORRUGADO, (360X250X135)MM, NA COR AZUL	UNIDADE	POLIBRAS	634	5,85	3.708,90
369500	CAIXA DE ARQUIVO MORTO - EM POLIPROPILENO CORRUGADO, (360X250X135)MM, NA COR BRANCA	UNIDADE	POLIBRAS	241	6,79	1.636,39
369537	CAIXA DE ARQUIVO MORTO - EM POLIPROPILENO CORRUGADO, (360X250X135)MM, NA COR CINZA	UNIDADE	POLIBRAS	176	5,85	1.029,60
369535	CAIXA DE ARQUIVO MORTO - EM POLIPROPILENO CORRUGADO, (360X250X135)MM, NA COR PRETA	UNIDADE	POLIBRAS	166	6,52	1.082,32
369499	CAIXA DE ARQUIVO MORTO - EM POLIPROPILENO CORRUGADO, (360X250X135)MM, NA COR VERMELHA	UNIDADE	POLIBRAS	196	5,99	1.174,04
364221	CAIXA DE ARQUIVO MORTO - EM POLIPROPILENO, MEDINDO: (350 X 130 X 245)MM, CORES VARIADAS	UNIDADE	POLIBRAS	327	6,52	2.132,04
369536	CAIXA DE ARQUIVO MORTO - POLIPROPILENO, CORRUGADO, (360X250X135)MM, NA COR VERDE	UNIDADE	POLIBRAS	213	7,38	1.571,94
369180	CAIXA ORGANIZADORA - EM ACRILICO,BANDEJA TRIPLA,MEDINDO 33,50 CM COMPRIMENTO X 30,00 CM LARGURA X 12,00 CM ALTURA,TRANSPARENTE,ACONDICIONADO DE FORMA ADEQUADA PARA NAO DANIFICAR O PRODUTO	UNIDADE	DELLO	53	53,40	2.830,20
374977	CALCULADORA DE MESA - VISOR DOBRÁVEL DE 12 DÍGITOS EXTRAGRANDES. 05 OPÇÕES DE CASAS DECIMAIS E 03 DE ARREDONDAMENTO. ALIMENTAÇÃO SOLAR E BATERIA. TECLAS RAIZ QUADRADA, PORCENTAGEM, INVERSÃO DE SINAIS, DUPLO ZERO, CORREÇÃO DO ULTIMO DÍGITO, OFF, MU. TECLA + (SOMA) TAMANHO GRANDE.	UNIDADE	MOLERE JAR	90	17,10	1.539,00
363923	CANETA - ESFEROGRAFICA,CORPO EM ACRILICO,PONTA EM LATAO,COM ESPESSURA DE 0,70MM,TINTA PRETA,TAMPA VENTILADA,VALIDADE MINIMA DE 5 ANOS - CAIXA COM 50 UNIDADES	CAIXA 50 UNIDADE	COMPACTOR	122	27,88	3.401,36
376700	CANETA - ESFEROGRAFICA,CORPO EM ACRILICO,PONTA EM LATAO,COM ESPESSURA DE 0,70MM,TINTA PRETA,TAMPA VENTILADA,	UNIDADE	COMPACTOR	1396	0,59	823,64
363939	CANETA - ESFEROGRAFICA,CORPO EM ACRILICO,PONTA EM LATAO,COM ESPESSURA DE 0,70MM,TINTA VERMELHA,TAMPA VENTILADA,VALIDADE MINIMA DE 5 ANOS - CAIXA COM 50 UNIDADES	CAIXA 50 UNIDADE	COMPACTOR	76	27,88	2.118,88
376702	CANETA ESFEROGRAFICA - CORPO EM ACRILICO, SEXTAVADO, PONTA EM LATAO, ESFERA DE TUNGSTENIO, COM ESPESSURA DE 0,7 MM, NA COR AZUL, TAMPA VENTILADA	UNIDADE	COMPACTOR	2393	0,59	1.411,87
363922	CANETA HIDROGRAFICA COM CORPO EM PLASTICO,COM PONTA FINA DE 0,5MM, COM RESERVATORIO DE TINTA GEL,COM IMPRESSAO EM CORES DIVERSAS,PARA ESCREVER EM PAPEL - CAIXA COM 12 UNIDADES	CAIXA 12 UNIDADE	LEO	166	5,20	863,20
363943	CANETA HIDROGRAFICA PONTA POROSA - CORPO PLASTICO RIGIDO OPACO, MEDIA, JOGO COM 12 CORES VARIADAS	CAIXA 12 UNIDADE	LEO	142	4,20	596,40
20479	CAPA PARA ENCADERNACAO - DE PVC, A4, PRETA, PACOTE COM 100 UNIDADES	PACOTE 100 UNIDADE	PLASTILINE	335	26,99	9.041,65
20480	CAPA PARA ENCADERNACAO - DE PVC, A4, TRANSPARENTE, PACOTE COM 100 UNIDADES	PACOTE 100 UNIDADE	PLASTILINE	218	28,99	6.319,82
363953	CLIPE - ACO, PARALELO, NIQUELADO, 6/0 - CAIXA COM 50 UNIDADES	CAIXA 50 UNIDADE	NEW	224	2,29	512,96
363957	CLIPE - ACO, TRANCADO, NIQUELADO, 1 - CAIXA COM 100 UNIDADES	CAIXA 100 UNIDADE	NEW	157	2,13	334,41
13950	COLA - BASTAO, ATOXICA, NA COR BRANCA, BASTAO 20 GRAMAS	BASTAO 20 GRAMA	LEO	438	1,65	722,70
372941	COLA - DO TIPO ADESIVA A BASE DE PVA PARA UTILIZACAO DE COLAGEM EM PORCELANA FRIA (BISCUIT), CONTENDO 1KG,DE SECAGEM RAPIDA	UNIDADE	TEC BONDER	32	21,65	692,80
364230	COLA - DO TIPO BISNAGA CONTENDO 17G, TRANSPARENTE,PARA COLAGEM DE PAPEL E ARTESANATO EM GERAL SECAGEM RAPIDA, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADA, PRODUTO COM SELO DO INMETRO	UNIDADE	TEC BONDER	148	12,99	1.922,52
363966	COLA - LIQUIDA,ATOXICA,NA COR TRANSPARENTE,SECAGEM RAPIDA,PARA ISOPOR - FRASCO 90GR	FRASCO 90 GRAMA	PIRATININGA	111	5,06	561,66
372961	COLA LIQUIDA COLORIDA COM GLITER, SECAGEM RÁPIDA, 35G, CORES VARIADAS	UNIDADE	PIRATININGA	122	3,60	439,20
374975	COLCHETE - Nº 12, ESTREITO, LARGURA: 05 MM, FABRICADO EM CHAPA DE AÇO REVESTIDO, CAIXA CONTENDO 72 UNIDADES	CAIXA 72 UNIDADE	NEW	209	8,24	1.722,16
374974	COLCHETE - Nº 15, ESTREITO, LARGURA: 05 MM, FABRICADO EM CHAPA DE AÇO REVESTIDO, CAIXA CONTENDO 72 UNIDADES	CAIXA 72 UNIDADE	NEW	259	12,29	3.183,11
376591	CORDA DE SEDA POLIESTER TRANCADA 10 MM.	UNIDADE	SO CORDAS	755	2,63	1.985,65
376592	CORDA DE SEDA POLIESTER TRANCADA 12MM.	UNIDADE	SO CORDAS	755	2,24	1.691,20
374986	CORRETIVO EM FITA, MEDINDO 4,20 MM X 12,00 METROS	UNIDADE	JOCAR	675	5,29	3.570,75
364600	CORRETIVO - TIPO FITA,MEDINDO 4,00MMX8,00M	UNIDADE	JOCAR	374	4,19	1.567,06
364585	ELASTICO - DE BORRACHA, NR 18, AMARELO, PACOTE COM 1 KG	PACOTE 1 QUILO	RED BOR	45	20,70	931,50
376737	EMBORRACHADO - EM EVA, TIPO TATAME, COM PELÍCULA SILICONIZADA COM TEXTURA ESPECIAL PARA PRATICA DESPORTIVA.COMPOSIÇÃO: E.V.A COPOLÍMERO ETILENO ACETATO DE VINILA ESPECIALMENTE DESENVOLVIDO PARA ABSORÇÃO DE IMPACTOS COM ÓTIMA MEMÓRIA DE RETORNO,ESPESSURAS 40MM*. DIMENSÕES: 1000MM X 1000MM (1M X 1M)CORTES:CORTE DENTADO DE ENCAIXE, CORES VARIADAS	UNIDADE	RDJ	100	105,00	10.500,00
364005	ENVELOPE DE PAPELARIA - EM PAPEL KRAFT, 75 G/M2, SACO PEQUENO, SEM IMPRESSAO COM ABA, 110X170MM, PARDO	UNIDADE	SCRITY	1577	0,11	173,47
364003	ENVELOPE DE PAPELARIA - EM PAPEL KRAFT, 80G/M2, TIPO SACO, SEM IMPRESSAO, MEDINDO (200X280)MM, NA COR PARDA	UNIDADE	SCRITY	2040	0,13	265,20
363979	ENVELOPE DE PAPELARIA - EM PAPEL KRAFT, TIPO SACO, SEM IMPRESSAO, MEDINDO (240X340)MM (MEDIO), COM ABA, NA COR PARDO	UNIDADE	SCRITY	3320	0,21	697,20

363977	ENVELOPE DE PAPELARIA - EM PAPEL OFICIO, CARTA, SEM IMPRESSAO, 114 X 229 MM, COM ABA, BRANCO	UNIDADE	SCRITY	1380	0,07	96,60
372942	ENVELOPE DE PAPELARIA - EM PAPEL PARDO, SACO, SEM IMPRESSAO, 26 X 36 CM, COM ABA, NA COR PARDA	UNIDADE	SCRITY	1666	0,24	399,84
369257	ENVELOPE PLASTICO - PARA PASTA CATALOGO, TAMANHO OFICIO, 04 FUROS, COM ESPESSURA DE (0,15)MICRAS, TRANSPARENTE PACOTE 50 UNIDADE (COD.: 210)	PACOTE 50 UNIDADE	DAC	433	20,99	9.088,67
369258	ENVELOPE SACO KRAFT NATURAL 80G 250X353 42SKN CELUCAT CX 250 UN COD. 196	UNIDADE	SCRITY	950	60,99	57.940,50
369259	ESPIRAL 33 MM P/ 250 FOLHAS cod. 01	UNIDADE	USA FOLIEN	327	1,00	327,00
374988	ESPIRAL - DE PLASTICO (INCOLOR), COM 33 MM	UNIDADE	USA FOLIEN	406	1,00	406,00
364010	ESPIRAL - DE PLASTICO, PRETA, COM 12MM	UNIDADE	USA FOLIEN	663	0,21	139,23
364011	ESPIRAL - DE PLASTICO, PRETA, COM 14MM	UNIDADE	USA FOLIEN	933	0,26	242,58
364013	ESPIRAL - DE PLASTICO, PRETA, COM 17MM	UNIDADE	USA FOLIEN	675	0,29	195,75
364015	ESPIRAL - DE PLASTICO, PRETA, COM 20MM	UNIDADE	USA FOLIEN	654	0,29	189,66
364020	ESPIRAL - DE PLASTICO, PRETA, COM 29MM	UNIDADE	USA FOLIEN	383	0,90	344,70
364022	ESPIRAL - DE PLASTICO, PRETA, COM 50MM	UNIDADE	USA FOLIEN	408	2,73	1.113,84
364009	ESPIRAL - DE PLASTICO, PRETA, COM 7MM	UNIDADE	USA FOLIEN	902	0,11	99,22
364007	ESPIRAL - DE PLASTICO, PRETA, COM 9MM - PACOTE COM 50 UNIDADES	PACOTE 50 UNIDADE	USA FOLIEN	206	8,08	1.664,48
372747	ESQUADRO 45° EM PLASTICO, COM GRADUACAO, MEDINDO 21,00CM, NA COR TRANSPARENTE	UNIDADE	MAXCRIL	688	1,14	784,32
372748	ESQUADRO 60° EM ACRILICO, COM GRADUACAO, DE 30 CM NA COR TRANSPARENTE	UNIDADE	MAXCRIL	688	1,57	1.080,16
374998	ETIQUETA ADESIVA PARA IMPRESSORA INK-JET E LASER - MEDINDO (143,4X199,9)MM, NA COR BRANCA, COM 2 ETIQUETAS POR FOLHA EM PAPEL A4, PACOTE/CAIXA COM 100 FOLHAS	CAIXA 100 FOLHA	MAXPRINT	21	41,86	879,06
375000	ETIQUETA ADESIVA PARA IMPRESSORA INK-JET E LASER - MEDINDO (15,0X26,0)MM, NA COR BRANCA, COM 126 ETIQUETAS POR FOLHA EM PAPEL A4, PACOTE/CAIXA COM 100 FOLHAS	CAIXA 100 FOLHA	MAXPRINT	14	41,86	586,04
374995	ETIQUETA ADESIVA PARA IMPRESSORA INK-JET E LASER - MEDINDO (288,5X200,0)MM, NA COR BRANCA, COM 1 ETIQUETA POR FOLHA EM PAPEL A4, PACOTE/CAIXA COM 100 FOLHAS	CAIXA 100 FOLHA	MAXPRINT	69	36,49	2.517,81
374999	ETIQUETA ADESIVA PARA IMPRESSORA INK-JET E LASER - MEDINDO (46,5X63,5)MM, NA COR BRANCA, COM 18 ETIQUETAS POR FOLHA EM PAPEL A4, PACOTE/CAIXA COM 100 FOLHAS	CAIXA 100 FOLHA	MAXPRINT	9	36,49	328,41
369260	ETIQUETAS +INK JET + LASER -PACOTE COM 100 FOLHAS CONTENDO 20 ETIQUETAS MEDINDO 25,4MM X 101,6MM	UNIDADE	MAXPRINT	13	36,49	474,37
369256	E.V.A. ATOALHADO MEDIDA APROXIMADAMENTE DE 40 X 60 - CORES VARIADAS COD. 01	UNIDADE	RDJ	1048	4,38	4.590,24
369255	E.V.A ESTAMPADO MEDIDA APROXIMADAMENTE DE 40 X 60 - CORES VARIADAS COD. 01	UNIDADE	RDJ	1559	2,49	3.881,91
372012	EXTRATOR DE GRAMPOS - EM ACO E PLASTICO,TIPO RATINHO	UNIDADE	JOCAR	132	4,14	546,48
364029	EXTRATOR DE GRAMPOS - EM INOX, TIPO ESPATULA	UNIDADE	NEW	239	1,62	387,18
364031	FITA ADESIVA - EM CREPE,MEDINDO 19,00MMX50,00M,NA COR BRANCA	UNIDADE	ADELBRAS	255	3,49	889,95
364034	FITA ADESIVA - EM PVC, PARA EMPACOTAMENTO,COM 48MM DE LARGURA,50M DE COMPRIMENTO	UNIDADE	ADELBRAS	1274	3,87	4.930,38
372943	FITA ADESIVA - EM SILICONE VHB,DUPLA FACE,MEDINDO 12,00MM X 20,00MM,NA COR TRANSPARENTE	UNIDADE	RENDICOLA	159	5,89	936,51
364234	FITA DECORATIVA - DE CETIM COMUM,Nº 1, COM 10M.	PECA 10 METRO	KIT	104	2,34	243,36
364235	FITA DECORATIVA - DE CETIM COMUM,Nº 2, COM 10M.	PECA 10 METRO	KIT	115	2,34	269,10
229126	FITILHO - DE PLASTICO, TIPO SIMPLES, MEDINDO 10 MM DE ESPESSURA, CORES VARIADAS, ROLO DE 50 METROS	ROLO 50 METRO	ALBANO	164	2,15	352,60
376587	FLUTUADOR - DO TIPO ESPAGUETE OU MACARRAO, MATERIAL: POLIETILENO, DIMENSOES: 65MM X 165CM (D X C), PESO: 100 G, CERTIFICADO PELO INMETRO PARA SUPORTAR ATE 75 KG, EM CORES VARIADAS	UNIDADE	MOR	326	8,69	2.832,94
371933	FOLHA EM EVA - COOM GLITER, NAS CORES VARIADAS, CONFECCIONADA EM E.V.A. (ESPUMA VINILICA ACETINADA), MEDINDO 900 X 1800 X 5 MM UNDIDADE	UNIDADE	RDJ	1400	6,29	8.806,00
372735	GIZ DE CERA BIG COM 12 CORES VARIADAS (CORES OBRIGATÓRIAS: PRETO, AMARELO, VERMELHO, MARROM, DOIS TONS DE AZUL, DOIS TONS DE VERDE), SUPERFÍCIE LISA E UNIFORME, ATOXICO E LAVAVEL	UNIDADE	PIRATININGA	1492	3,18	4.744,56
369265	GRAMPEADOR INDUSTRIAL - TIPO MANUAL, COM CAPACIDADE PARA 61 GRAMPOS,TIPO 106/4,106/6 E 106/8, MEDINDO (150 X 40 X 190)MM (A X L X C), PESO 0,65KG	UNIDADE	JOCAR	15	35,30	529,50
364056	GRAMPEADOR INDUSTRIAL - TIPO PISTOLA, COM CAPACIDADE PARA 105 GRAMPOS, PRESSAO MAXIMA DE 100 LB, E VELOCIDADE PARA 90 GRAMPOS/MIN, MEDINDO < 15 X 22 > CM, < A X C >	UNIDADE	JOCAR	31	62,49	1.937,19
364050	GRAMPEADOR - MESA, METAL, 26/6, PRETO, TAMANHO MEDIO(CAPACIDADE MINIMA 200 GRAMPOS)	UNIDADE	BRW	190	10,60	2.014,00
364049	GRAMPEADOR - PROFISSIONAL P/GRAMPEAR ACIMA DE 100FLS., METAL, 24/13, METALICO, GRANDE	UNIDADE	JOCAR	26	63,29	1.645,54
364168	GRAMPO PARA GRAMPEADOR - EM ACO COBREADO,26/6 - CAIXA COM 5000 UNIDADES	CAIXA 5000 UNIDADE	NEW	286	5,97	1.707,42
369266	GRAMPO PARA GRAMPEADOR - EM ACO GALVANIZADO,23/13 CAIXA 5000 UNIDADE (COD.: 219)	CAIXA 5000 UNIDADE	JOCAR	87	14,90	1.296,30
364167	GRAMPO PARA GRAMPEADOR - EM ACO GALVANIZADO,23/15 - CAIXA COM 5000 UNIDADES	CAIXA 5000 UNIDADE	MAXPRINT	54	15,90	858,60
364060	GUILHOTINA - MANUAL, 30 FOLHAS.	UNIDADE	KIT	11	239,90	2.638,90
376570	JOGO CARA A CARA, TABULEIRO MULTICORES, MATERIAL PLASTICO, PARA CRIANÇAS ACIMA DE 6 ANOS.	UNIDADE	ESTRELA	59	81,89	4.831,51

376563	JOGO DE CORDAS MUSICAIS - DE EM ACO, PARA VIOLAO 7 CORDAS 6A.	UNIDADE	CANARIO	50	19,99	999,50
371930	JOGO DE CORDAS MUSICAIS - DE EM NYLON, PARA VIOLAO 7 CORDAS, 5A - JOGO;	JOGO	CANARIO	101	27,99	2.826,99
376575	JOGO DE PERGUNTAS E RESPOSTAS Q.I. COM 3600 PERGUNTAS, COMPOSIÇÃO DO MATERIAL PAPEL CARTÃO, PARA 2 A 6 JOGADORES, CONTENDO 1 TABULEIRO, 400 CARTÕES DE PERGUNTAS, 1 DADO, 6 PEÕES, 1 CARTELA DE ADESIVOS, 36 FICHAS DE PONTUAÇÃO (6 AZUIS, 6 AMARELAS, 6 VERDES, 6 BRANCAS, 6 VERMELHAS E 6 PRETAS) E 1 MANUAL DE INSTRUÇÕES, MEDIDA DA EMBALAGEM 27x8x28cm, PESO 575G.	UNIDADE	ESTRELA	27	89,45	2.415,15
376571	JOGO DE XADREZ MAGNÉTICO COM 32 PEÇAS IMANTADAS 19,5 CM	UNIDADE	MAGNETIC	45	30,90	1.390,50
364040	LAPIS DE CERA - PARA TRABALHOS PEDAGOGICOS, EM CORES VARIADAS - CAIXA COM 12 UNIDADES	CAIXA 12 UNIDADE	PIRATININGA	197	2,35	462,95
375001	LAPIS DE CERA - PARA TRABALHOS PEDAGOGICOS, TIPO GIZAO, MEDINDO (110 X 10)MM, EM CORES VARIADAS, COM 12 UNIDADES	CAIXA 12 UNIDADE	PIRATININGA	178	2,97	528,66
372742	LAPIS DE COR COM 12 CORES VARIADAS (CORES OBRIGATÓRIAS: PRETO, AMARELO, VERMELHO, MARROM, DOIS TONS DE AZUL, DOIS TONS DE VERDE), FORMATO REDONDO, LONGO E ERGONÔMICO, COM CORES VIVAS QUE FACILITAM O APRENDIZADO, MINA MACIA, MAIS GROSSA E RESISTENTE	UNIDADE	LEO LEO	2075	3,77	7.822,75
364066	LAPIS DE COR - EM MADEIRA,FORMATO REDONDO,GRANDE,COLORIDO COM 12 CORES,EM CONFORMIDADE COM A NORMA EN 71/3	UNIDADE	LEO LEO	322	3,90	1.255,80
372754	LAPIS DE COR JUMBO COM 12 CORES VARIADAS (CORES OBRIGATÓRIAS: PRETO, AMARELO, VERMELHO, MARROM, DOIS TONS DE AZUL, DOIS TONS DE VERDE), FORMATO TRIANGULAR, LONGO E ERGONÔMICO, IDEAL PARA MÃOS PEQUENAS, ESTIMULA O DESENVOLVIMENTO PSICOMOTOR COM CORES VIVAS QUE FACILITAM O APRENDIZADO, MINA MACIA, MAIS GROSSA E RESISTENTE	UNIDADE	LEO LEO	1498	9,87	14.785,26
22824	LAPISEIRA - EM PLASTICO, NO FORMATO REDONDO, PONTA EM METAL, GRAFITE MEDINDO 0,7MM, GRAFITE ACIONADO POR BORRACHA RETRATIL	UNIDADE	LEO	95	2,99	284,05
364068	LAPIS GRAFITE - EM MADEIRA,FORMATO RETANGULAR,F,MEDINDO 180,00MM,NA COR PRETA - CAIXA COM 188 UNIDADES	CAIXA 144 UNIDADE	KAS	56	37,96	2.125,76
364511	LAPIS GRAFITE - EM MADEIRA,FORMATO SEXTAVADO,6B,MEDINDO 180,00MM,NA COR PRETA	CAIXA 12 UNIDADE	KAS	60	11,99	719,40
372736	LAPIS GRAFITE Nº 2, CORPO REDONDO E LONGO, DURÁVEL, COM GRAFITE ULTRA RESISTENTE	UNIDADE	KAS	17880	0,21	3.754,80
363918	LIVRO PROTOCOLO DE CORRESPONDENCIA - PORTA CORRESPONDENCIA COM 100 FOLHAS, CAPA EM PAPELAO PLASTIFICADO, MIOLO EM PAPEL OFF-SET,NA COR NATURAL COM FOLHAS NUMERADAS,COM GRAMATURA : CAPA DURA 120-GR/M2 PLASTIFICADO- MIOLO 56GR/M2 OFF-SET,MEDINDO: CAPA (153 X 216)MM	UNIDADE	TILIBRA	84	9,68	813,12
364545	MARCADOR DE PAGINAS - EM PAPEL AUTO ADESIVO,MEDINDO (12 X 48)MM,EM CORES DIVERSAS	UNIDADE	BRW	427	2,95	1.259,65
375036	MARCADOR DE PÁGINA TRANSPARENTE - TIPO PLÁSTICO AUTOADESIVO (42X12MM). MARCADORES COM 05 CORES DIFERENTES. REPOSICIONÁVEIS. ACEITA ESCRITA. TOTAL MÍNIMO: 100 UNIDADES. TAMANHO MÍNIMO DE CADA ADESIVO: 42 X 12 MM. PACOTE COM 05 BLOCOS DE CADA COR.	UNIDADE	BRW	305	2,93	893,65
5563	MASSA DE MODELAR CX C/ 12 UND	UNIDADE	KAS	426	4,70	2.002,20
375003	MASSA PARA MODELAR - EM BASTAO, CORES DIVERSAS, ACONDICIONADA EM CAIXA COM 180 GRAMAS CONTENDO 12 UNIDADES	CAIXA 12 UNIDADE	KAS	142	4,67	663,14
364076	PAPEL CAMURCA - MEDINDO 40 X 60, NA COR CORES DIVERSAS	UNIDADE	VMP	243	1,04	252,72
376603	PAPEL FOTOGRÁFICO AUTOADESIVO GLOSSY DE ALTA RESOLUÇÃO, TAMANHO A4 130GR PACOTE COM 50 FOLHAS, SECAGEM RAPIDA, A PROVA D'AGUA.	UNIDADE	OFF PAPER	109	47,00	5.123,00
374996	PAPEL GLOSSY PAPER DE PAPELARIA - PESANDO 95G/M2, NO FORMATO A4 GLOSSY ADESIVO, MEDINDO 210X297MM, NA COR BRANCA, PACOTE COM 10 FOLHAS	UNIDADE	OFF PAPER	250	6,83	1.707,50
373023	PAPEL KRAFT 80G, MEDINDO 60CMX100CM, NA COR NATURAL ACONDICIONADO EM BOBINA	BOBINA	N. SENHORA	106	66,74	7.074,44
8399	PAPEL KRAFT 80G, MEDINDO 60CMX200M, NA COR NATURAL ACONDICIONADO EM BOBINA	BOBINA	N. SENHORA	67	66,74	4.471,58
10330	PAPEL MANTEIGA MEDIDA APROXIMADA DE 70 X 100 CM	UNIDADE	VMP	220	0,61	134,20
364181	PAPEL - MICROONDULADO, MEDINDO (70 X 60)MM, NA COR CORES DIVERSAS	UNIDADE	VMP	236	2,78	656,08
373024	PAPEL PARA PRESENTE - EM BOBINA COM ESTAMPAS VARIADAS MEDINDO 60X100CM	BOBINA	VMP	88	60,00	5.280,00
374973	PAPEL SULFITE - PARA PLOTTER. NA COR BRANCA. GRAMATURA: 75G/M2. EM BOBINA, TUBETE DE 2 POLEGADAS. LARGURA: 610MM. ROLO DE 50 METROS. PARA USO EM IMPRESSORA TIPO PLOTTER	BOBINA	PSP	134	39,90	5.346,60
364194	PAPEL - VERGE,FORMATO A4,90G/M2,NA COR BRANCA	PACOTE 50 FOLHA	OFF PAPER	397	9,99	3.966,03
372945	PASTA - COM ABA E ELASTICO,EM POLIONDA,MEDINDO 226,00X315,00MM,LOMBADA DE 55,00MM, COR AZUL	UNIDADE	ACP	256	4,99	1.277,44
364105	PASTA - COM ABA E ELASTICO,EM POLIPROPILENO,245,00X180,00MM,NA COR AZUL	UNIDADE	ACP	455	2,49	1.132,95
376699	PASTA - COM ABA E ELASTICO,EM POLIPROPILENO,FORMATO OFICIO,LOMBADA DE 50,00MM, NA COR TRANSPARENTE	UNIDADE	ACP	1906	5,14	9.796,84
253928	PASTA FICHARIO - NO TAMANHO AZ, TAMANHO OFICIO, NA COR PRETA, LOMBADA LARGA, SEM ARGOLA, EM ACO NIQUELADO, MEDINDAS APROXIMADAS: 280,00MM X 350,00MM, LOMBADA 60,00MM	UNIDADE	POLICART	470	10,99	5.165,30
372964	PASTA L EM PLASTICO TRANSPARENTE TAMANHO 0,20/23X33CM (OFÍCIO 2)	UNIDADE	ACP	493	0,89	438,77
369273	PASTA - SANFONADA,EM POLIETILENO,250,00X370,00MM,COM 31 DIVISORIAS E FECHAMENTO EM ELASTICO	UNIDADE	ACP	40	55,49	2.219,60
372965	PASTA SIMPLES COM PRESILHAS TIPO ROMEU E JULIETA (GRAMPO/FAQUETA) TRANSPARENTE	UNIDADE	ACP	236	2,19	516,84
374989	PASTA SUSPENSA - CARTÃO MARMORIZADO PLASTIFICADO 350G/M2 PRENDEDORES INTERNOS EM PLASTICOS TIPO GRAMPO TRILHO MEDINDO 240X360MM (OFICIO) COM VISOR DE ACETATO TRANSPARENTE E ETIQUETA DE PAPEL BRANCO PARA IDENTIFICACAO NA COR PARDA	UNIDADE	POLICART	1356	2,75	3.729,00
364186	PASTA SUSPENSA - COM HASTE PLASTICA CONFECCIONADA EM CARTAO KRAFT PARDO,PESANDO 420 GRAMAS,COM REFORCO EXTERNO EM PERCA-	UNIDADE	POLICART	2024	2,06	4.169,44

	LUX,MEDINDO (240 X 360)MM,COM VISOR TRANSPARENTE DE ACETADO E ETIQUETA DE PAPEL PARA IDENTIFICACAO,NA COR BRANCA					
374994	PASTA SUSPENSA - EM CARTOLINA 35G/M2, MEDINDO 365,00X240,00MM, COM PRENDEDOR EM PLASTICO E VISOR DE PLASTICO COM 90,00MM, NA COR MARMORIZADO	UNIDADE	DELLO	616	2,25	1.386,00
369275	PEN DRIVE - CAPACIDADE: 16 GB,COMPATIBILIDADE: WINDOWS E LINUX,CONECTOR: COM TAMPA OU RETRATIL,INTERFACE: USB 2.0, VELOCIDADE DE GRAVACAO: 20 MB/S,VELOCIDADE DE LEITURA: 10 MB/S	UNIDADE	MULTILASER	122	20,90	2.549,80
364117	PERFURADOR PARA PAPEL - EM ACO,CAPACIDADE DE 25 FOLHAS COM 75G/M2,COM 2 VAZADORES,NA COR PRETA	UNIDADE	JOCAR	54	20,79	1.122,66
364114	PERFURADOR PARA PAPEL - EM ACO, DE ALTA RESISTENCIA,COM CAPACIDADE DE 40 FOLHAS,COM 02 VAZADORES,COM MARGINADOR PERMITINDO PERFEITA CENTRALIZACAO DOS FUROS,NA COR PRETA	UNIDADE	BRW	47	34,59	1.625,73
369279	PERFURADOR PARA PAPEL/EVA - SCRAPBOOK MEDIO PARA CORTAR PAPEL E EVA, EM FORMATOS VARIADOS (CORACAO, ESTRELA, CÍRCULO, FLOR, BORBOLETA, ENTRE OUTROS), EM ALAVANCA. TAMANHO DO FURO 25MM X 25MM. COM DEPOSITO PARA ARMAZENAGEM DOS RECORTES	UNIDADE	BRW	101	22,80	2.302,80
364118	PINCEL ATOMICO - CORES VARIADAS, COM PONTA DE FELTRO, DO TIPO MARCADOR PERMANENTE,RECARREGAVEL	UNIDADE	JOCAR	308	1,92	591,36
372738	PINCEL ESCOLAR N° 8 COM PELO EM CERDA BRANCA, CHATO, IROLA EM ALUMINIO, LONGO, NA COR AMARELA	UNIDADE	LEO	1450	1,95	2.827,50
364124	PINCEL ESCOLAR - PELO EM FILAMENTOS SINTETICOS,CHATO,N.10,VIROLA EM ALUMINIO,CABO DE PLASTICO,LONGO	UNIDADE	LEO	91	2,20	200,20
364126	PINCEL ESCOLAR - PELO EM FILAMENTOS SINTETICOS,CHATO,N.18,VIROLA EM ALUMINIO,CABO DE PLASTICO,LONGO	UNIDADE	LEO	143	2,99	427,57
364187	PINCEL P/ QUADRO BRANCO - NA COR (VARIADAS), COMPOSTO DE TINTA ORGANICA, COM PONTA DE ACRILICO TIPO ORGIVAL DE 4MM, ESPESSURA ESCRITA DE 2MM, DO TIPO DESCARTAVEL	UNIDADE	JOCAR	337	1,97	663,89
376566	PISCINA DE BOLINHAS PLÁSTICA 0,95M X 0,95M BABY, ESTRUTURA EM POLIETILENO ROTOMOLDADO, MONTAGEM POR ENCAIXE, LAVÁVEL, COM 250 BOLINHAS ATÓXICAS COLORIDAS.	UNIDADE	MOR	8	596,00	4.768,00
364129	PISTOLA DE COLA DE SILICONE - DE PLASTICO, MEDINDO 20 CM, PARA UMA TENSAO DE 110V, PARA UMA POTENCIA ELETRICA DE 40WATTS	UNIDADE	JOCAR	134	19,89	2.665,26
375002	PISTOLA DE COLA DE SILICONE - TRANSPARENTE E OPACO, DE 26CM, PARA APLICACAO DE COLA QUENTE GROSSA COM O CORPO TODO PRETO, POTENCIA 40W, 127 BIVOLT, COM FIACAO E PLUG DE ACORDO COM CERTIFICADO DE SEGURANCA DO INMETRO.	UNIDADE	JOCAR	79	20,00	1.580,00
372963	PLASTIFICADORA - EM CHAPA DE ACO, BOTOES DE SILICONE,ROTATIVA, COM 4 CILINDROS DE VIDRO, PARA DOCUMENTOS COM LARGURA DE ATE 33CM, COM CONTROLE DE VELOCIDADE E TEMPERATURA, DISPLAY DIGITAL, MOTOR COM REVERSAO, SISTEMA POLASEAL,MEDINDO APROXIDAMANTE 120MM DE ALTURA, 506MM DE LARGURA E 250MM PROFUNDIDADE,BIVOLT	UNIDADE	AURORA	12	1.200,00	14.400,00
372952	PURPURINA - COMPOSTA DE PO METALICO FINO TIPO GLITER,UTILIZADO EM SUPERFICIE POROSA, EM FERRO E EM TRABALHOS MANUAIS,ACONDICIONADO EM FRASCO PLASTICO DE 250G, CORES VARIADAS.	FRASCO 250 GRAMA	BRILHOS	74	19,85	1.468,90
372729	QUEBRA CABEÇA PAPELÃO, TEMAS VARÍADOS COM 50 A 70 PEÇAS DE TAMANHO MÉDIO, FAIXA ETÁRIA ENTRE 4 E 5 ANOS ACONDICIONADO EM CAIXA DE PAPELÃO	UNIDADE	PAIS & FILHOS	1437	15,46	22.216,02
369284	RECADO AUTO ADESIVO - EM PAPEL OFF-SET, SUPER ADERENTE,MEDINDO (76 X 76)MM, BLOCO COM 100 FOLHAS CADA,CORES VARIADAS EM NEON	BLOCO 100 FOLHA	BRW	519	3,75	1.946,25
374993	RECADO AUTOADESIVO - MEDINDO (38X50)MM, EM PAPEL OFF-SET, ADESIVO ACRILICO REMOVIVEL E REPOSICIONAVEL, COM 100 FOLHAS CADA BLOCO, 04 CORES DIFERENTES EM NEON, PACOTE COM 4 UNIDADES	PACOTE 4 UNIDADE	BRW	528	2,99	1.578,72
372016	REFIL PARA CANETA - REFIL PARA PINCEL DE QUADRO BRANCO,MEDINDO 0,08CM,NA COR VERMELHA	UNIDADE	JOCAR	102	2,42	246,84
372014	REFIL PARA CANETA - REFIL PARA PINCEL DE QUADRO BRANCO,NA COR AZUL	UNIDADE	JOCAR	105	2,42	254,10
372015	REFIL PARA CANETA - REFIL PARA PINCEL DE QUADRO BRANCO,NA COR PRETA	UNIDADE	JOCAR	103	2,42	249,26
372743	REGUA - DE ACRILICO, MEDINDO 30CM,COM ESCALA MILIMETRICA EM BAIXO RELEVO, NA COR TRANSPARENTE	UNIDADE	MAXCRIL	2226	0,79	1.758,54
369285	REGUA - DE PLASTICO, MEDINDO 60CM, COM ESCALA MILIMETRICA, NA COR CRISTAL	UNIDADE	MAXCRIL	83	3,37	279,71
364145	REGUA - DE PLASTICO, TRANSPARENTE, COM ESCALA MILIMETRICA, MEDINDO 30 CM.	UNIDADE	MAXCRIL	327	0,84	274,68
364137	REGUA - EM MADEIRA,MEDINDO 100,00CM,COM ESCALA MILIMETRICA	UNIDADE	STALO	66	8,00	528,00
364525	RELOGIO - DE PLASTICO, MODELO DE PAREDE, REDONDO, TIPO A PILHA	UNIDADE	WINCY	88	23,55	2.072,40
369288	TESOURA ESCOLAR - DE EM ACO INOXIDAVEL,MEDINDO 21CM,CABO DE PLASTICO,NA COR PRETA,PARA USO DIVERSO,COM FORMATO 02 DEDOS,LAMINA DE ACO,COM PONTA,GARANTIA CONTRA DEFEITO DE FABRICACAO POR GARANTIA POR TEMPO INDETERMINADO	UNIDADE	JOCAR	204	6,00	1.224,00
372739	TESOURA ESCOLAR SEM PONTA, EM ACO INOXIDAVEL, COM 8,00CM, CABO PLASTICO, PONTA ARREDONDADA, COM REBITE	UNIDADE	JOCAR	2882	1,75	5.043,50
364159	TESOURA - USO ESCOLAR,EM ACO INOXIDAVEL,COM 8,00CM,CABO PLASTICO,PONTA ARREDONDADA,COM REBITE	UNIDADE	JOCAR	217	1,77	384,09
369435	TESOURA - USO PROFISSIONAL,EM ACO INOXIDAVEL,COM 13,00CM,CABO PLASTICO,NA COR PRETA,PONTA AFIADA,PARA PICOTAR	UNIDADE	JOCAR	115	48,98	5.632,70
364615	TINTA - ACRILICA, NA COR VARIADA, PARA PINTURA DE TELA, ACONDICIONADA EM BISNAGA DE 20ML	UNIDADE	ACRILEX	316	7,30	2.306,80
5762	TINTA GUACHE 250 ML	UNIDADE	PIRATININGA	163	3,24	528,12
369554	TINTA PARA CARIMBO AUTOMATICO 28ML AZUL	UNIDADE	CARBRINK	84	3,78	317,52
364534	TINTA - PARA MARCADOR DE QUADRO BRANCO,A BASE DE ALCOOL,AZUL POTE 500 MILILITRO	UNIDADE	BRW	35	73,00	2.555,00
372948	TINTA PARA PINCEL ATOMICO - NA COR PRETA, A BASE DE ALCOOL TUBO 40 ML	TUBO 40 MILILITRO	CARBRINK	45	3,37	151,65
10385	TINTA P/ PINCEL ATÔMICO - CORES VARIADAS COM NO MINIMO 40 ML	TUBO 40 MILILITRO	CARBRINK	110	3,37	370,70

10387	TINTA P/ PINCEL ATÔMICO VERMELHA COM NO MINIMO 37 ML	FRASCO 37 MILILI-TRO	CARBRINK	23	3,37	77,51
369292	TINTA - RELEVO DIMENSIONAL 3D,A BASE DE RESINA COM GLITER	UNIDADE	ACRILEX	91	5,38	489,58
Total Fornecedor:.....R$ 543.245,61						

5 – DA FORMA DE FORNECIMENTO

5.1 – O prazo máximo para entrega dos produtos, objeto do pedido, é de (05) cinco dias, contados a partir do dia seguinte à data do recebimento da NAD (Nota de Autorização de Despesas) pela Adjudicatária, devendo o produto atender às normas técnicas contidas nas especificações;

5.2 – O recebimento dos objetos será efetuado pela Prefeitura, e, será recebido desde que:

5.2.1 Esteja compatível com esta Licitação;

5.2.2 Não apresente avaria ou adulteração.

5.3 - Em caso de recusa dos produtos pelas Secretarias de Matupá - MT será lavrado Termo de Recusa, no qual se consignarão as desconformidades, devendo o produto ser substituído pela Contratada, no prazo de 03 (três) dias da devolução, quando serão realizadas novamente as verificações antes referidas, consoante dispõe o artigo 69 da Lei nº 8.666/93;

5.4 – A entrega dos produtos desta licitação deverá ser feita nos locais indicados nas requisições, correndo por conta da Contratada as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da execução.

5.5 – Os produtos deverão ser novos, de primeiro uso, e em perfeito estado, acondicionado em embalagens que permitam sua proteção contra impactos, umidade e demais agentes de possam ocasionar danos. Não serão aceitos produtos remanufaturados, recondicionados, reciclados ou reutilizados.

5.6 - A empresa fornecedora dos produtos se responsabilizará pela qualidade, substituindo o produto, em todo ou em parte, se for constatado problemas.

5.7 - Os produtos ofertados pelas licitantes deverão, OBRIGATORIAMENTE, atender às exigências de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de fiscalização de qualidade industrial ABNT, INMETRO, etc. – atentando-se o proponente, principalmente para as prescrições contidas no art. 39, VIII, da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor);

5.8 - A empresa vencedora e responsável pela carga e descarga dos itens no local aonde a Secretaria solicitar.

5.9 - A empresa fornecedora dos produtos se responsabilizará pela qualidade, substituindo o produto, em todo ou em parte, se for constatado problemas.

5.10- Recebimento dos Produtos:

5.10.1 - Os produtos serão recebidos pelos fiscais de contrato e aceitos quando estiverem dentro das exigências do Edital;

5.10.2 - Observado o disposto no artigo 67 da Lei Federal n. 8.666/93, o acompanhamento e a fiscalização da entrega dos produtos será realizada por funcionários nomeados pelas Secretarias;

5.10.3 - O Município de Matupá/MT reserva-se o direito de não receber o objeto com atraso ou em desacordo com as especificações e condições constantes deste edital e seus anexos, podendo aplicar as penalidades e sanções previstas ou rescindir o registro e aplicar o disposto no art. 24, inciso XI, da Lei Federal n. 8.666/93.

5.11- Caberá à Licitante Vencedora:

5.11.1 Transportar, por sua conta e risco, o(s) objeto(s) objeto deste Termo de Referência, ficando sob sua responsabilidade quaisquer acidentes no trajeto de transporte;

5.11.2 Fazer o pagamento de tributos, seguros, taxas e serviços, encargos sociais e trabalhistas, e quaisquer despesas referentes aos produtos fornecidos;

5.11.3 Substituir produtos que apresentem defeito de fabricação.

5.12– Os materiais apresentados neste Termo de Referência deverão ser novos e com a garantia dos produtos. Não sendo, de forma alguma, permitido materiais reutilizados ou reaproveitados.

5.13- Na entrega dos produtos e nas informações adicionais da Nota Fiscal e obrigatória a Identificação da Secretaria que solicitou os produtos, para maior agilidade da identificação de quem solicitou na hora da entrega dos produtos.

6 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 - Executar a entrega dentro dos padrões estabelecidos pelas Secretarias, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

6.2 - Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelas Secretarias, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência mediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos atos de sua responsabilidade;

6.3 - Prover todos os meios necessários à garantia da plena entrega dos produtos, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

6.4 - A falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução da entrega do objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

6.5 - Comunicar imediatamente a Secretaria qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgadas necessárias para recebimento de correspondência;

6.6 - Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

6.7 - Fiscalizar o perfeito cumprimento da entrega do objeto a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

6.8 - Indenizar terceiros e/ou à própria Prefeitura em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

6.9 - A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

6.10 - Fornecer os itens, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

6.11 – Não poderá ocorrer a falta dos produtos por parte do licitante, pois são itens de primeira necessidade e a contratante deverá atender exatamente como se propôs a fazer;

6.12 – A CONTRATADA deverá manter durante toda a vigência da ata de registro de preço, as mesmas condições de habilitação, especialmente quanto à regularidade com FGTS e INSS;

6.13 - O atraso na entrega dos produtos caberá penalidades e sanções previstas no Art. 12 da Presente Ata;

7 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 - Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Entrega dos itens licitados;

7.2 - Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

7.3 - Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

7.4 - Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento do objeto;

7.5 -Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito reajustamento de preços ou a atualização monetária.

7.6 - Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

8 - DO PAGAMENTO

8.1 - Os pagamentos serão efetuados em até 15 (quinze) dias após a entrega do produtos bem como apresentação das notas fiscais eletrônicas em conformidade ao Protocolo ICMS Nº. 85, DE 09 DE JULHO DE 2010, devidamente atestada pela Secretaria responsável;

8.2 - O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do item fornecido, de acordo com o especificado na Ordem de Entrega.

8.3 - Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

8.4 - Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do produto.

8.5 - O Contratante **não** efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de **cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring**";

8.6 - As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

9 - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

9.1 - Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação municipal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

9.2 - Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

9.3 - Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Prefeiturasolicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo único.

9.4 - Fracassada a negociação com o primeiro colocado a Prefeiturapoderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço da 1ª (primeira), as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

9.5 - Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Prefeitura.

9.6 – Poderão ocorrer mediante termo aditivo, onde a contratada ou contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou suspensões que se fizerem na prestação dos produtos, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da ata de registro de preço, nos termos do artigo 65, parágrafo 1º da lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

9.7 - Os preços serão revisados e reajustados de acordo com as variações determinadas pela política de preços dos combustíveis, mediante comprovação oficial por parte da Contratada.

10 - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1 - A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) Quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) Quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Em quaisquer hipóteses de inexecução total ou parcial da requisição/pedido dos produtos decorrente deste Registro;

d) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

f) Descumprir qualquer dos itens da cláusula sexta ou sétima.

10.2 - Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

10.3 - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Jornal Oficial dos Municípios (AMM), considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

10.4 - A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

10.5 - Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao produto do Item.

10.6 - Caso a Prefeitura não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

10.7 - A Ata de Registro de Preços, será cancelada automaticamente nas seguintes hipóteses:

a) Por decurso de prazo de vigência;

b) Pelo esgotamento das quantidades registradas.

10.8 - A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as conseqüências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, conforme art. 77 da lei 8666/93.

11 - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

11.1 - Os preços apresentados na proposta devem incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, treinamento, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto desta Ata de Registro de Preços.

12 - DAS PENALIDADES

12.1 - Ficará impedido de licitar e contratar com o município, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste termo de referência e das demais penalidades legais, aquele que:

12.1.1 - Cometer fraude fiscal;

12.1.2 - Apresentar documento falso;

12.1.3 - Fizer declaração falsa;

12.1.4 - Comportar-se de modo inidôneo;

12.1.5 - Não assinar a Ata de Registro de Preços ou Contrato no prazo estabelecido;

12.1.6 - Deixar de entregar a documentação exigida no certame;

12.1.7 - Não mantiver a proposta.

12.2 - O atraso injustificado no atendimento ao objeto sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

12.2.1 - A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Prefeitura Municipal de Matupá - MT, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 6.9. b;

12.3 - Ocorrendo a inexecução total ou parcial, atrasos no fornecimento dos produtos, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

a) Advertência por escrito;

b) Ao licitante que não cumprir as obrigações assumidas ou preceitos legais, serão aplicadas multa de 0,5% (meio por cento) sobre o atraso de entrega dos produtos, e até o limite de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato no caso de rescisão por culpa do fornecedor;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Matupá - MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos conforme prevê o inciso III do artigo 87 da Lei Federal 8.666/93 atualizada pela Lei nº 8.883/94;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002.

e) Ficará impedido de licitar e de contratar com a União e Município e será descredenciado no Sicaf, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

e. 1 - apresentar documentação falsa;

e.2 - causar o atraso na execução do objeto;

e.3 - não mantiver a proposta;

e.4 - falhar na execução do contrato;

e.5 - fraudar a execução do contrato;

e.6 - comportar-se de modo inidôneo;

e.7 - declarar informações falsas; e

e.8 - cometer fraude fiscal.

f) - O cancelamento da execução terá lugar de pleno direito independente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial quando a empresa adjudicatória:

f.1 – Falir, entrar em concordata, concurso de credores, dissolução ou liquidação;

f.2 – Transferir, no todo ou parte, as obrigações decorrentes desta licitação, sem prévia anuência do Governo deste Município;

12.4 - Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Matupá - MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Prefeitura e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

12.4.1 - Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirada da Ordem de Fornecimento dos Itens, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

12.5 - Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

12.6 - Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 12.3, c, d, desta Ata de Registro de Preços, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

13 – DO RECEBIMENTO DOS PRODUTOS

13.1 - Serão entregue produtos, de acordo com os critérios dos órgãos responsáveis pela fiscalização.

13.2 - Recebimento Dos Serviços/Produtos:

13.2.1 – A entrega dos serviços/produtos serão acompanhados pelos fiscais diariamente, recebidos e aceitos quando executados totalmente e de boa qualidade.

13.2.2 - Observado o disposto no artigo 67 da Lei Federal n. 8.666/93, o acompanhamento e a fiscalização da prestação dos serviços/entrega dos produtos será realizada por funcionários nomeados pelas Secretarias;

13.2.3 - O Município de Matupá/MT reserva-se o direito de não receber o objeto com atraso ou em desacordo com as especificações e condições constantes deste edital e seus anexos, podendo aplicar as penalidades e sanções previstas ou rescindir o registro e aplicar o disposto no art. 24, inciso XI, da Lei Federal n. 8.666/93.

14 - DOS ILÍCITOS PENAIS

14.1 - As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

15 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.1 - As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata de Registro de Preços, correrão à conta de dotação orçamentária citada abaixo, ou das demais que possam vir a aderir a presente ata e serão oriundas de Recursos Próprios do Município, do Estado de Mato Grosso e Federal:

CÓDIGO GERAL: 02.001.04.122.0033.20094 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 03.001.04.122.0024.20078 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 04.001.04.122.0026.20076 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 05.001.04.123.0036.2.0110 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE FINANÇAS – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 06.001.20.122.0021.20002 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA - 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.005.27.812.0047.20128 – MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ESPORTE – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.001.12.122.0029.20086 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.002.12.361.0015.2.0020 – MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.002.12.365.0018.2.0028 – MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO INFANTIL - PRÉ-ESCOLAS – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.002.12.361.0015.10045 – AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE – 4490.52.000 – MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 07.002.12.122.0015.10116 – AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE – 4490.52.000 – MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 07.002.12.365.0068.20043 – MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO INFANTIL - PRÉ-ESCOLAS – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.002.12.365.0015.10062 – AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE – 4490.52.000 – MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 07.002.12.365.0018.2.0029 – MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO INFANTIL - CMEIS – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.302.0013.2.0048 – MANUTENÇÃO DO LABORATORIO MUNICIPAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.304.0013.2.0105 – MANUTENÇÃO DA VIGILANCIA SANITARIA – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.302.0014.2.0046 – MANUTENÇÃO DO CRDO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.303.0040.2.0101 – MANUTENÇÃO DA ASSISTENCIA FARMACÊUTICA BÁSICA – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.122.0039.20115 – MANUTENÇÃO DO COMPLEXO REGULADOR MUNICIPAL - CRM – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.122.0038.20098 – MANUTENÇÃO DA UNIDADE ADMINISTRATIVA – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.302.0013.20047 – MANUTENÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.301.0012.20050 – MANUTENÇÃO DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE - SAÚDE DA FAMÍLIA – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.305.0041.2.0103 – MANUTENÇÃO VIGILÂNCIA EPIDEMIOLOGICA E AMBIENTAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.001.08.122.0008.20065 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL – 4490.52.000 – MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0028.10111 – AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE – 4490.52.000 – MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0007.20063 – MANUTENÇÃO IGD PBF – 4490.52.000 – MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0007.20063 – MANUTENÇÃO IGD PBF – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0005.20054 – MANUTENCAO DO CREAS/PAEFI – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0005.20056 – MANUTENÇÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMILIA – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0028.20083 – MANUTENÇÃO DO CRAS/PAIF – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0028.20082 – MANUTENÇÃO DO SCFV - SERVIÇO DE CONVIVENCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULOS – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.243.0010.20071 – MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0005.20055 – MANUTENÇÃO DA CASA LAR – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0006.2.0057 – MANUTENÇÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL BASICA – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0006.2.0058 – MANUTENÇÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 10.001.04.122.0004.20015 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE SECRETARIA DE OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTE – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 15.001.13.812.0017.20137 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE INDUSTRIA, COMÉRCIO, TURISMO, CULTURA E LAZER – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

16 - DO FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

16-1 – Foi Designado através de Portaria os servidores abaixo para assistir e subsidiar o gestor da ata de registro de preço indicado na epígrafe.

Secretaria	Servidor	Portaria
Gab.do Prefeito/Sec. Planejamento/ Sec. Administração/Sec. Finanças	Célia Pereira Bueno da Silva	11081/2022
Secretaria de Agricultura	Lucas Raul Fernandes	10718/2021
Secretaria de Educação	Elaine Rocha Tussi	10657/2021
Sec. de Saúde/UBS/Vigilância Sanitária	Janara de Souza Soares Tussi	7200/2018
Sec.de Saúde - Hosp. Munic. e Laboratório	Luciana de Fátima Souza	10896/2022
Sec.de Saúde-Centro de Reabilitação	Rita de Cassia Andrade	2718/2013
Sec.de Saúde-Complexo Regulador	Cleneci de Fatima da Silva Ferreira	6400/2017
Sec.de Saúde-Vigilância de Saúde	Francisco Carlos Vieira	11078/2022
Sec.de Saúde-Hospital/CAF	Isabelly de Oliveira Coelho	8549/2020
Sec.de Assistência Social	Cynthia Passos Carvalho Ximenes	7451/2018

Sec.de Obras e Transportes	**Dayane Lais Ferreira**	**10821/2021**
Departamento de Esportes	**Maurina Marques da Silva**	**11012/2022**
Sec.de Indústria Comércio Tur. Cult. e Lazer	**José Sales de Souza Luna**	**10658/2021**

16.2 - Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos produtos/serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

16.3 - A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.4 - O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências

relacionadas com a execução da ata, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

17 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 - As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II - Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão Eletrônico nº. 08/2022** e seus anexos e as propostas das classificadas.

III - É vedado caucionar ou utilizar da ata de registro de preço decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da **Prefeitura**.

18 - DO FORO

Aplica-se a Ata de Registro de Preço e dos casos omissos as disposições estabelecidas na lei 8666/1993 e suas alterações.

As partes contratantes elegem o foro de Matupá - MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Matupá - MT, 18 de março de 2022.

_____

Município de Matupá

BRUNO SANTOS MENA

Contratante

_____

RIBEIRO COMÉRCIO DE COMPUTADORES LTDA – ME

CNPJ sob o nº 09.237.458/0001-33

DIONEIDE APARECIDA RIBEIRO

CPF nº 850.445.711-72

Contratada

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE RESULTADO PREGÃO ELETRÔNICO - Nº. 010/2022

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da equipe da pregoeira, comunica a todos os interessados que realizou por meio do site www.bllcompras.org.br "**PREGÃO ELETRÔNICO SISTEMA REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÕES DE HERBICIDAS, LESMICIDA, FORMICIDA, RATICIDA E INSETICIDA EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT**", aonde consagrou-se vencedores os Licitantes: MERCOSUL AGRONEGOCIOS EIRELI com valor total de R$ 332.880,00, BIDDEN COMERCIAL LTDA **com valor total de R$ 162.086,22**.Matupá – MT, 18 de março de 2022.ALEXSANDRA TOSTA BATISTA- Pregoeira Oficial –

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 044/2022

Pelo presente instrumento **O MUNICÍPIO DE MATUPÁ – ESTADO DE MATO GROSSO,** devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 24.772.188/0001-54, com sede na Prefeitura Municipal, localizada na Avenida Hermínio Ometto, nº. 101, ZE-022, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Senhor **BRUNO SANTOS MENA**, brasileiro, casado, portador do RG nº. 18278620-SSP/MT, inscrito no CPF sob o nº. 028.264.041-05, residente e domiciliado na Rua 19, nº. 169, Bairro Centro, nesta Cidade de Matupá/MT, RESOLVE registrar os preços da empresa **P. MOREIRA LIMA COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI**, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. 21.395.275/0001-41 e Inscrição Estadual n° 13.563.300-1, com sede na Av. Couto

Magalhães, nº 2349, Bairro Centro Norte, na Cidade de Várzea Grande/MT, CEP: 78.110-400, telefone (65) 3682-3026 / (65) 99284-8570, e-mail: contato@lupsesportes.com.br, neste ato representada pela Proprietária Sra. **PATRICA MOREIRA DE LIMA REZENDE**, portadora do CPF nº 040.081.251-75 e RG: nº 1994988-0 SSP/MG, nas quantidades estimadas **na Seção quatro desta Ata de Registro de Preços**, de acordo com a classificação por elas alcançadas Global, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 8.666/93, 10580/02 e suas alterações e Decreto Municipal 1136, de 02 de fevereiro de 2009 e Decreto Municipal nº 1665/2013:

1 - OBJETO

1.1 - Constitui objeto desta ata de registro de preço, o "**PREGÃO ELETRÔNICO SISTEMA REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE, ESCRITÓRIOS, ESPORTIVOS E ESCOLARES EM ATENDIMENTO AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE MATUPÁ"** de acordo com a planilha partes integrantes do Edital da respectiva **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 08/2022.**

2 - ADESÃO DE ORGÃOS NÃO PARTICIPANTES

2.1 - Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

2.2 - Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do serviço, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que o fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

2.3 - As aquisições ou contratações adicionais, não poderão exceder, por órgão ou por entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

3 - DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 - O gerenciamento deste instrumento caberá a Prefeitura Municipal de Matupá.

3.2 - A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses**,** contados a partir de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios.

3.3 - As SECRETARIAS/ORGÃOS/ENTIDADES participantes desta Ata de Registro de Preços são:

Gabinete do Prefeito, Secretaria Municipal de Planejamento, Secretaria Municipal de Administração, Secretaria Municipal de Finanças, Secretaria Municipal de Agricultura, Secretaria Municipal de Educação e Desporto, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Obras, Urbanismo e Transportes e Secretaria Municipal de Industria, Comercio, Turismo, Cultura e Lazer.

4 – DOS PRODUTOS

4.1 - O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação dos produtos registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

CÓDIGO	NOME	UN.DE FORNEC.	MARCA	QUANT.	VL. UNIT.	TOTAL
365079	BOLA - EM PVC,PESANDO 280G,DE VOLEI DE PRAIA,NO TAMANHO ENTRE (CIRCUNFERENCIA) 66CM A 68CM,NAS CORES AZUL, AMARELA E BRANCA,ACABAMENTO SEM COSTURA, COM 10 GOMOS, TERMOTEC, CÂMARA AIRBILITY E MIOLO SLIP SYSTEM REMOVIVEL E LUBRIFICADO	UNIDADE	PENALTY	32	104,93	3.357,76
363910	BOMBA PARA ENCHER BOLAS - DE PLASTICO,DUPLA ACAO ENCHE NOS DOIS SENTIDOS AO MOVIMENTO,COM MANGUEIRA DE BORRACHA REVESTIDA EM NYLON,BICO DE METAL SOBRESSALENTE	UNIDADE	MAGUSSY	30	23,93	717,90
376597	JOGO DA MEMORIA TEMAS VARIADOS PRODUZIDO EM PAPEL CARTOLADO, COM 54 PEÇAS SENDO 27 PARES E MANUAL DE INSTRUÇÃO.	UNIDADE	PAIS E FILHOS	68	18,64	1.267,52
376569	JOGO DE QUEBRA CABECA, CONFECCIONADO EM PAPEL CARTONADO FIRME, TEMAS VARIADOS, COM 100 PECAS	UNIDADE	PAIS E FILHOS	34	16,19	550,46
376601	JOGO EDUCATIVO ALFABETO 2 EM 1 MEMÓRIA E DOMINO EM MADEIRA, DOMINO 31 PEÇAS, JOGO DA MEMORIA 20 PEÇAS.	UNIDADE	PAIS E FILHOS	28	33,97	951,16
376599	KIT 6 JOGOS CLASSICOS SENDO: DAMA, LUDO, XADREZ, TRILHA, DOMINO E FORCA, ITENS INCLUSOS: 4 TABULEIROS, 32 PEÇAS XADREZ, 16 PEÕES LUDO, 1 DADO, 24 PEÇAS DAMA E TRILHA, 128 FICHAS FORCA, 28 PEDRAS PARA DOMINO.	UNIDADE	PAIS E FILHOS	18	52,99	953,82
376596	KIT COM 10 TAPETES TATAME EM EVA COM BORDA 50CM X 50CM X 1MM NA COR PRETO	UNIDADE	HAITI	42	111,92	4.700,64
376567	TAPETE TATAME INFANTIL EVA ALFANUMERICO 30CM X 30CM COM 36 PLACAS COLORIDO 8MM	UNIDADE	EVAMAX	12	146,89	1.762,68
Total Fornecedor:..... R$ 14.261,94						

5 – DA FORMA DE FORNECIMENTO

5.1 – O prazo máximo para entrega dos produtos, objeto do pedido, é de (05) cinco dias, contados a partir do dia seguinte à data do recebimento da NAD (Nota de Autorização de Despesas) pela Adjudicatária, devendo o produto atender às normas técnicas contidas nas especificações;

5.2 – O recebimento dos objetos será efetuado pela Prefeitura, e, será recebido desde que:

5.2.1 Esteja compatível com esta Licitação;

5.2.2 Não apresente avaria ou adulteração.

5.3 - Em caso de recusa dos produtos pelas Secretarias de Matupá - MT será lavrado Termo de Recusa, no qual se consignarão as desconformidades, devendo o produto ser substituído pela Contratada, no prazo de 03 (três) dias da devolução, quando serão realizadas novamente as verificações antes referidas, consoante dispõe o artigo 69 da Lei nº 8.666/93;

5.4 – A entrega dos produtos desta licitação deverá ser feita nos locais indicados nas requisições, correndo por conta da Contratada as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da execução.

5.5 – Os produtos deverão ser novos, de primeiro uso, e em perfeito estado, acondicionado em embalagens que permitam sua proteção contra impactos, umidade e demais agentes de possam ocasionar danos. Não serão aceitos produtos remanufaturados, recondicionados, reciclados ou reutilizados.

5.6 - A empresa fornecedora dos produtos se responsabilizará pela qualidade, substituindo o produto, em todo ou em parte, se for constatado problemas.

5.7 - Os produtos ofertados pelas licitantes deverão, OBRIGATORIAMENTE, atender às exigências de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de fiscalização de qualidade industrial ABNT, INMETRO, etc. – atentando-se o proponente, principalmente para as prescrições contidas no art. 39, VIII, da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor);

5.8 - A empresa vencedora e responsável pela carga e descarga dos itens no local aonde a Secretaria solicitar.

5.9 - A empresa fornecedora dos produtos se responsabilizará pela qualidade, substituindo o produto, em todo ou em parte, se for constatado problemas.

5.10- Recebimento dos Produtos:

5.10.1 - Os produtos serão recebidos pelos fiscais de contrato e aceitos quando estiverem dentro das exigências do Edital;

5.10.2 - Observado o disposto no artigo 67 da Lei Federal n. 8.666/93, o acompanhamento e a fiscalização da entrega dos produtos será realizada por funcionários nomeados pelas Secretarias;

5.10.3 - O Município de Matupá/MT reserva-se o direito de não receber o objeto com atraso ou em desacordo com as especificações e condições constantes deste edital e seus anexos, podendo aplicar as penalidades e sanções previstas ou rescindir o registro e aplicar o disposto no art. 24, inciso XI, da Lei Federal n. 8.666/93.

5.11- Caberá à Licitante Vencedora:

5.11.1 Transportar, por sua conta e risco, o(s) objeto(s) objeto deste Termo de Referência, ficando sob sua responsabilidade quaisquer acidentes no trajeto de transporte;

5.11.2 Fazer o pagamento de tributos, seguros, taxas e serviços, encargos sociais e trabalhistas, e quaisquer despesas referentes aos produtos fornecidos;

5.11.3 Substituir produtos que apresentem defeito de fabricação.

5.12– Os materiais apresentados neste Termo de Referência deverão ser novos e com a garantia dos produtos. Não sendo, de forma alguma, permitido materiais reutilizados ou reaproveitados.

5.13- Na entrega dos produtos e nas informações adicionais da Nota Fiscal e obrigatória a Identificação da Secretaria que solicitou os produtos, para maior agilidade da identificação de quem solicitou na hora da entrega dos produtos.

6 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 - Executar a entrega dentro dos padrões estabelecidos pelas Secretarias, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

6.2 - Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelas Secretarias, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência mediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos atos de sua responsabilidade;

6.3 - Prover todos os meios necessários à garantia da plena entrega dos produtos, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

6.4 - A falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução da entrega do objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

6.5 - Comunicar imediatamente a Secretaria qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgadas necessárias para recebimento de correspondência;

6.6 - Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

6.7 - Fiscalizar o perfeito cumprimento da entrega do objeto a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

6.8 - Indenizar terceiros e/ou à própria Prefeitura em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

6.9 - A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

6.10 - Fornecer os itens, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

6.11 – Não poderá ocorrer a falta dos produtos por parte do licitante, pois são itens de primeira necessidade e a contratante deverá atender exatamente como se propôs a fazer;

6.12 – A CONTRATADA deverá manter durante toda a vigência da ata de registro de preço, as mesmas condições de habilitação, especialmente quanto à regularidade com FGTS e INSS;

6.13 - O atraso na entrega dos produtos caberá penalidades e sanções previstas no Art. 12 da Presente Ata;

7 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 - Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Entrega dos itens licitados;

7.2 - Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

7.3 - Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

7.4 - Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento do objeto;

7.5 -Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito reajustamento de preços ou a atualização monetária.

7.6 - Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

8 - DO PAGAMENTO

8.1 - Os pagamentos serão efetuados em até 15 (quinze) dias após a entrega do produtos bem como apresentação das notas fiscais eletrônicas em conformidade ao Protocolo ICMS Nº. 85, DE 09 DE JULHO DE 2010, devidamente atestada pela Secretaria responsável;

8.1.1 - Os pagamentos serão efetuados na Tesouraria da Prefeitura Municipal, sito Avenida Dr. Hermínio Ometto, n º 101 ZE-22, neste Município ou:

Os dados bancários para pagamento são:

Banco: Banco do Brasil, Agência 7139-0, Conta Corrente nº 66309-3, em nome de P. MOREIRA LIMA COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI

8.2 - O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do item fornecido, de acordo com o especificado na Ordem de Entrega.

8.3 - Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

8.4 - Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do produto.

8.5 - O Contratante **não** efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de **cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring**";

8.6 - As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

9 - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

9.1 - Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação municipal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

9.2 - Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

9.3 - Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Prefeiturasolicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo único.

9.4 - Fracassada a negociação com o primeiro colocado a Prefeiturapoderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço da 1ª (primeira), as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

9.5 - Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Prefeitura.

9.6 – Poderão ocorrer mediante termo aditivo, onde a contratada ou contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou suspensões que se fizerem na prestação dos produtos, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da ata de registro de preço, nos termos do artigo 65, parágrafo 1º da lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

9.7 - Os preços serão revisados e reajustados de acordo com as variações determinadas pela política de preços dos combustíveis, mediante comprovação oficial por parte da Contratada.

10 - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1 - A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) Quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) Quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Em quaisquer hipóteses de inexecução total ou parcial da requisição/pedido dos produtos decorrente deste Registro;

d) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

f) Descumprir qualquer dos itens da cláusula sexta ou sétima.

10.2 - Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

10.3 - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Jornal Oficial dos Municípios (AMM), considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

10.4 - A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

10.5 - Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao produto do Item.

10.6 - Caso a Prefeitura não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

10.7 - A Ata de Registro de Preços, será cancelada automaticamente nas seguintes hipóteses:

a) Por decurso de prazo de vigência;

b) Pelo esgotamento das quantidades registradas.

10.8 - A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as conseqüências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, conforme art. 77 da lei 8666/93.

11 - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

11.1 - Os preços apresentados na proposta devem incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, treinamento, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto desta Ata de Registro de Preços.

12 - DAS PENALIDADES

12.1 - Ficará impedido de licitar e contratar com o município, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste termo de referência e das demais penalidades legais, aquele que:

12.1.1 - Cometer fraude fiscal;

12.1.2 - Apresentar documento falso;

12.1.3 - Fizer declaração falsa;

12.1.4 - Comportar-se de modo inidôneo;

12.1.5 - Não assinar a Ata de Registro de Preços ou Contrato no prazo estabelecido;

12.1.6 - Deixar de entregar a documentação exigida no certame;

12.1.7 - Não mantiver a proposta.

12.2 - O atraso injustificado no atendimento ao objeto sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

12.2.1 - A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Prefeitura Municipal de Matupá - MT, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 6.9. b;

12.3 - Ocorrendo a inexecução total ou parcial, atrasos no fornecimento dos produtos, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

a) Advertência por escrito;

b) Ao licitante que não cumprir as obrigações assumidas ou preceitos legais, serão aplicadas multa de 0,5% (meio por cento) sobre o atraso de entrega dos produtos, e até o limite de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato no caso de rescisão por culpa do fornecedor;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Matupá - MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos conforme prevê o inciso III do artigo 87 da Lei Federal 8.666/93 atualizada pela Lei nº 8.883/94;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002.

e) Ficará impedido de licitar e de contratar com a União e Município e será descredenciado no Sicaf, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

e. 1 - apresentar documentação falsa;

e.2 - causar o atraso na execução do objeto;

e.3 - não mantiver a proposta;

e.4 - falhar na execução do contrato;

e.5 - fraudar a execução do contrato;

e.6 - comportar-se de modo inidôneo;

e.7 - declarar informações falsas; e

e.8 - cometer fraude fiscal.

f) - O cancelamento da execução terá lugar de pleno direito independente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial quando a empresa adjudicatória:

f.1 – Falir, entrar em concordata, concurso de credores, dissolução ou liquidação;

f.2 – Transferir, no todo ou parte, as obrigações decorrentes desta licitação, sem prévia anuência do Governo deste Município;

12.4 - Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Matupá - MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Prefeitura e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

12.4.1 - Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirada da Ordem de Fornecimento dos Itens, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

12.5 - Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

12.6 - Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 12.3, c, d, desta Ata de Registro de Preços, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

13 – DO RECEBIMENTO DOS PRODUTOS

13.1 - Serão entregue produtos, de acordo com os critérios dos órgãos responsáveis pela fiscalização.

13.2 - Recebimento Dos Serviços/Produtos:

13.2.1 – A entrega dos serviços/produtos serão acompanhados pelos fiscais diariamente, recebidos e aceitos quando executados totalmente e de boa qualidade.

13.2.2 - Observado o disposto no artigo 67 da Lei Federal n. 8.666/93, o acompanhamento e a fiscalização da prestação dos serviços/entrega dos produtos será realizada por funcionários nomeados pelas Secretarias;

13.2.3 - O Município de Matupá/MT reserva-se o direito de não receber o objeto com atraso ou em desacordo com as especificações e condições constantes deste edital e seus anexos, podendo aplicar as penalidades e sanções previstas ou rescindir o registro e aplicar o disposto no art. 24, inciso XI, da Lei Federal n. 8.666/93.

14 - DOS ILÍCITOS PENAIS

14.1 - As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

15 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.1 - As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata de Registro de Preços, correrão à conta de dotação orçamentária citada abaixo, ou das demais que possam vir a aderir a presente ata e serão oriundas de Recursos Próprios do Município, do Estado de Mato Grosso e Federal:

CÓDIGO GERAL: 02.001.04.122.0033.20094 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 03.001.04.122.0024.20078 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 04.001.04.122.0026.20076 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 05.001.04.123.0036.2.0110 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE FINANÇAS – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 06.001.20.122.0021.20002 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA - 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.005.27.812.0047.20128 – MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ESPORTE – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.001.12.122.0029.20086 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.002.12.361.0015.2.0020 – MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.002.12.365.0018.2.0028 – MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO INFANTIL - PRÉ-ESCOLAS – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.002.12.361.0015.10045 – AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE – 4490.52.000 – MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 07.002.12.122.0015.10116 – AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE – 4490.52.000 – MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 07.002.12.365.0068.20043 – MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO INFANTIL - PRÉ-ESCOLAS – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.002.12.365.0015.10062 – AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE – 4490.52.000 – MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 07.002.12.365.0018.2.0029 – MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO INFANTIL - CMEIS – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.302.0013.2.0048 – MANUTENÇÃO DO LABORATORIO MUNICIPAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.304.0013.2.0105 – MANUTENÇÃO DA VIGILANCIA SANITARIA – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.302.0014.2.0046 – MANUTENÇÃO DO CRDO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.303.0040.2.0101 – MANUTENÇÃO DA ASSISTENCIA FARMACÊUTICA BÁSICA – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.122.0039.20115 – MANUTENÇÃO DO COMPLEXO REGULADOR MUNICIPAL - CRM – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.122.0038.20098 – MANUTENÇÃO DA UNIDADE ADMINISTRATIVA – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.302.0013.20047 – MANUTENÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.301.0012.20050 – MANUTENÇÃO DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE - SAÚDE DA FAMÍLIA – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.305.0041.2.0103 – MANUTENÇÃO VIGILÂNCIA EPIDEMIOLOGICA E AMBIENTAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.001.08.122.0008.20065 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL – 4490.52.000 – MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0028.10111 – AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE – 4490.52.000 – MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0007.20063 – MANUTENÇÃO IGD PBF – 4490.52.000 – MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0007.20063 – MANUTENÇÃO IGD PBF – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0005.20054 – MANUTENCAO DO CREAS/PAEFI – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0005.20056 – MANUTENÇÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMILIA – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0028.20083 – MANUTENÇÃO DO CRAS/PAIF – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0028.20082 – MANUTENÇÃO DO SCFV - SERVIÇO DE CONVIVENCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULOS – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.243.0010.20071 – MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0005.20055 – MANUTENÇÃO DA CASA LAR – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0006.2.0057 – MANUTENÇÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL BASICA – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0006.2.0058 – MANUTENÇÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 10.001.04.122.0004.20015 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE SECRETARIA DE OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTE – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 15.001.13.812.0017.20137 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE INDUSTRIA, COMÉRCIO, TURISMO, CULTURA E LAZER – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

16 - DO FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

16-1 – Foi Designado através de Portaria os servidores abaixo para assistir e subsidiar o gestor da ata de registro de preço indicado na epígrafe.

Secretaria	Servidor	Portaria
Gab.do Prefeito/Sec. Planejamento/ Sec. Administração/Sec. Finanças	Célia Pereira Bueno da Silva	11081/2022
Secretaria de Agricultura	Lucas Raul Fernandes	10718/2021
Secretaria de Educação	Elaine Rocha Tussi	10657/2021
Sec. de Saúde/UBS/Vigilância Sanitária	Janara de Souza Soares Tussi	7200/2018
Sec.de Saúde-Hosp. Munic. e Laboratório	Luciana de Fátima Souza	10896/2022
Sec.de Saúde-Centro de Reabilitação	Rita de Cassia Andrade	2718/2013
Sec.de Saúde-Complexo Regulador	Cleneci de Fatima da Silva Ferreira	6400/2017
Sec.de Saúde-Vigilância de Saúde	Francisco Carlos Vieira	11078/2022
Sec.de Saúde-Hospital/CAF	Isabelly de Oliveira Coelho	8549/2020
Sec.de Assistência Social	Cynthia Passos Carvalho Ximenes	7451/2018
Sec.de Obras e Transportes	Dayane Lais Ferreira	10821/2021
Departamento de Esportes	Maurina Marques da Silva	11012/2022
Sec.de Indústria Comércio Tur. Cult. e Lazer	José Sales de Souza Luna	10658/2021

16.2 - Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos produtos/serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

16.3 - A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.4 - O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências

relacionadas com a execução da ata, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

17 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 - As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II - Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão Eletrônico nº. 08/2022** e seus anexos e as propostas das classificadas.

III - É vedado caucionar ou utilizar da ata de registro de preço decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da **Prefeitura**.

18 - DO FORO

Aplica-se a Ata de Registro de Preço e dos casos omissos as disposições estabelecidas na lei 8666/1993 e suas alterações.

As partes contratantes elegem o foro de Matupá - MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Matupá - MT, 18 de março de 2022.

_____

Município de Matupá

BRUNO SANTOS MENA

Contratante

_____

P. MOREIRA LIMA COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI

CNPJ sob o nº. 21.395.275/0001-41

PATRICA MOREIRA DE LIMA REZENDE

Proprietária

CPF nº 040.081.251-75

Contratada

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D´OESTE

CAMARA MUNICIPAL DE MIRASSOL D OESTE
PORTARIA Nº. 019 DE 18 DE MARÇO DE 2022.

PORTARIA Nº. 019 DE 18 DE MARÇO DE 2022.

"Nomeia membros Titulares e Suplentes da Comissão de Licitação do Poder Legislativo Municipal de Mirassol D'Oeste-MT, para o Exercício Financeiro de 2022."

O VEREADOR ELTON CESAR MARQUES DE QUEIROZ, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MIRASSOL D´OESTE, ESTADO DE MATO GROSSO, Usando de suas legais atribuições; e atendendo ao disposto no Artigo 51 e seus Parágrafos da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/1993, tendo em vista a necessidade de se realizar Licitações para atender a este Poder Legislativo:

R E S O L V E :

ARTIGO 1º. – Nomear membros Titulares e Suplente da Comissão de Licitação do Poder Legislativo Municipal de Mirassol D'Oeste-MT, para o exercício de 2022, composta pelos seguintes servidores:

MEMBROS TITULARES:

Presidente: IGOR EDUARDO DEL MOURA TRINDADE – CPF 053.665. 541-36

Vice-Presidente: DAIANE REIS FARIAS DA COSTA - CPF. Nº 037.066. 041-24

Secretario: VALMIR BORGES VIRTUOSO - CPF 702.850.711-49

MEMBROS SUPLENTES: LUIZ EMILIO TOLON - CPF: 705.522.311-34

JOLDEMAR AGUEIRO - CPF 567.725.641-20

ARTIGO 2° - A Comissão de Licitação de que trata esta Portaria, será responsável pela elaboração, supervisão e julgamento dos procedimentos licitatórios a serem realizado pelo Poder Legislativo Municipal no decorrer deste Exercício de 2022, e deverá cumprir aos princípios gerais de direito público, em especial as regras e determinações instituídas pela Lei de Licitações (Lei 8.666/93) consoante as alterações que lhe forem dadas.

ARTIGO 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, fica revogada a Portaria 002 de 13 de janeiro de 2022.

PUBLICA-SE, REGISTRA-SE, CUMPRA-SE:

Gabinete da Presidente da Câmara Municipal de Mirassol D´Oeste, Estado de Mato Grosso, Edifício Leocídio Pereira Benevides, em 18 de março de 2022.

ELTON CESAR MARQUES DE QUEIROZ

Presidente da Câmara Municipal

LICITAÇÃO
RESULTADO DE PREGAO

RESULTADO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRONICO N. 07/2022. OBJETO AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS E FERRAMENTAS ELÉTRICAS PARA SECRETARIAS EM GERAL - SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS , sendo vencedoras as empresas abaixo,**APPOLARI INFORMATICA LTDA - ME** o item 41, com o valor de R$ 4.095,36 (quatro mil e noventa e cinco reais e trinta e seis centavos); o item 44, com o valor de R$ 1.237,80 (um mil, duzentos e trinta e sete reais e oitenta centavos); o item 99, com o valor de R$ 100,00 (cem reais); o item 100, com o valor de R$ 100,00 (cem reais); o item 107, com o valor de R$ 3.564,00 (três mil, quinhentos e sessenta e quatro reais). Perfazendo o valor total de R$ 9.097,16 (nove mil e noventa e sete reais e dezesseis centavos). **3E TERRAPLANAGEM E CONSTRUÇOES EIRELI** o item 27, com o valor de R$ 148,50 (cento e quarenta e oito reais e cinquenta centavos); o item 33, com o valor de R$ 1.980,00 (um mil, novecentos e oitenta reais); o item

49, com o valor de R$ 3.456,00 (três mil, quatrocentos e cinquenta e seis reais); o item 65, com o valor de R$ 426,30 (quatrocentos e vinte e seis reais e trinta centavos); o item 66, com o valor de R$ 481,39 (quatrocentos e oitenta e um reais e trinta e nove centavos); o item 101, com o valor de R$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais). Perfazendo o valor total de R$ 6.942,19 (seis mil, novecentos e quarenta e dois reais e dezenove centavos). **LUZ & CIA EIRELI** o item 20, com o valor de R$ 27.639,00 (vinte e sete mil, seiscentos e trinta e nove reais); o item 48, com o valor de R$ 1.116,00 (um mil, cento e dezesseis reais); o item 50, com o valor de R$ 816,00 (oitocentos e dezesseis reais); o item 79, com o valor de R$ 8. 630,50 (oito mil, seiscentos e trinta reais e cinquenta centavos); o item 83, com o valor de R$ 553,60 (quinhentos e cinquenta e três reais e sessenta centavos); o item 84, com o valor de R$ 1.427,56 (um mil, quatrocentos e vinte e sete reais e cinquenta e seis centavos). Perfazendo o valor total de R$ 40.182,66 (quarenta mil, cento e oitenta e dois reais e sessenta e seis centavos). **BARAO DE PIRACICABA MATERIAIS DE CONSTRUCAO EIRELI** o item 40, com o valor de R$ 2.029,50 (dois mil e vinte e nove reais e cinquenta centavos). **NACIONAL MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA** o item 1, com o valor de R$ 85,50 (oitenta e cinco reais e cinquenta centavos); o item 2, com o valor de R$ 160,00 (cento e sessenta reais); o item 3, com o valor de R$ 40,00 (quarenta reais); o item 4, com o valor de R$ 415,14 (quatrocentos e quinze reais e quatorze centavos); o item 5, com o valor de R$ 205,70 (duzentos e cinco reais e setenta centavos); o item 6, com o valor de R$ 530,00 (quinhentos e trinta reais); o item 7, com o valor de R$ 420,00 (quatrocentos e vinte reais); o item 8, com o valor de R$ 1.761,60 (um mil, setecentos e sessenta e um reais e sessenta centavos); o item 9, com o valor de R$ 221,65 (duzentos e vinte e um reais e sessenta e cinco centavos); o item 10, com o valor de R$ 1.523,42 (um mil, quinhentos e vinte e três reais e quarenta e dois centavos); o item 11, com o valor de R$ 624,00 (seiscentos e vinte e quatro reais); o item 12, com o valor de R$ 241,00 (duzentos e quarenta e um reais); o item 13, com o valor de R$ 153.000,00 (cento e cinquenta e três mil reais); o item 14, com o valor de R$ 11.903,80 (onze mil, novecentos e três reais e oitenta centavos); o item 15, com o valor de R$ 238.327,30 (duzentos e trinta e oito mil, trezentos e vinte e sete reais e trinta centavos); o item 16, com o valor de R$ 78.202,80 (setenta e oito mil, duzentos e dois reais e oitenta centavos); o item 17, com o valor de R$ 165.200,00 (cento e sessenta e cinco mil e duzentos reais); o item 18, com o valor de R$ 60.840,00 (sessenta mil, oitocentos e quarenta reais); o item 19, com o valor de R$ 102.900,00 (cento e dois mil e novecentos reais); o item 21, com o valor de R$ 41.636,40 (quarenta e um mil, seiscentos e trinta e seis reais e quarenta centavos); o item 22, com o valor de R$ 5.115,00 (cinco mil, cento e quinze reais); o item 23, com o valor de R$ 11.578,00 (onze mil, quinhentos e setenta e oito reais); o item 24, com o valor de R$ 4.611,20 (quatro mil, seiscentos e onze reais e vinte centavos); o item 25, com o valor de R$ 219,17 (duzentos e dezenove reais e dezessete centavos); o item 26, com o valor de R$ 4.550,00 (quatro mil, quinhentos e cinquenta reais); o item 28, com o valor de R$ 648,00 (seiscentos e quarenta e oito reais); o item 29, com o valor de R$ 194,40 (cento e noventa e quatro reais e quarenta centavos); o item 30, com o valor de R$ 111,00 (cento e onze reais); o item 31, com o valor de R$ 264,60 (duzentos e sessenta e quatro reais e sessenta centavos); o item 32, com o valor de R$ 3.598,50 (três mil, quinhentos e noventa e oito reais e cinquenta centavos); o item 34, com o valor de R$ 5.364,00 (cinco mil, trezentos e sessenta e quatro reais); o item 35, com o valor de R$ 3. 051,09 (três mil e cinquenta e um reais e nove centavos); o item 36, com o valor de R$ 4.859,70 (quatro mil, oitocentos e cinquenta e nove reais e setenta centavos); o item 37, com o valor de R$ 3.038,58 (três mil e trinta e oito reais e cinquenta e oito centavos); o item 38, com o valor de R$ 3. 471,93 (três mil, quatrocentos e setenta e um reais e noventa e três centavos); o item 39, com o valor de R$ 4.910,69 (quatro mil, novecentos e dez reais e sessenta e nove centavos); o item 42, com o valor de R$ 719,20 (setecentos e dezenove reais e vinte centavos); o item 43, com o valor de R$ 2.295,00 (dois mil, duzentos e noventa e cinco reais); o item 45, com o valor de R$ 2.321,40 (dois mil, trezentos e vinte e um reais e quarenta centavos); o item 46, com o valor de R$ 3.381,40 (três mil, trezentos e oitenta e um reais e quarenta centavos); o item 47, com o valor de R$ 2.486,40 (dois mil, quatrocentos e oitenta e seis reais e quarenta centavos); o item 51, com o valor de R$ 22.591,71 (vinte e dois mil, quinhentos e noventa e um reais e setenta e um centavos); o item 52, com o valor de R$ 2.543,40 (dois mil, quinhentos e quarenta e três reais e quarenta centavos); o item 53, com o valor de R$ 3.663,60 (três mil, seiscentos e sessenta e três reais e sessenta centavos); o item 54, com o valor de R$ 4.047,00 (quatro mil e quarenta e sete reais); o item 55, com o valor de R$ 3.329,28 (três mil, trezentos e vinte e nove reais e vinte e oito centavos); o item 56, com o valor de R$ 8.630,40 (oito mil, seiscentos e trinta reais e quarenta centavos); o item 57, com o valor de R$ 19.730,60 (dezenove mil, setecentos e trinta reais e sessenta centavos); o item 58, com o valor de R$ 3.104,64 (três mil, cento e quatro reais e sessenta e quatro centavos); o item 59, com o valor de R$ 2.716,56 (dois mil, setecentos e dezesseis reais e cinquenta e seis centavos); o item 60, com o valor de R$ 589,60 (quinhentos e oitenta e nove reais e sessenta centavos); o item 61, com o valor de R$ 5.875,00 (cinco mil, oitocentos e setenta e cinco reais); o item 62, com o valor de R$ 5.773,00 (cinco mil, setecentos e setenta e três reais); o item 63, com o valor de R$ 4.350,85 (quatro mil, trezentos e cinquenta reais e oitenta e cinco centavos); o item 64, com o valor de R$ 3.699,00 (três mil, seiscentos e noventa e nove reais); o item 67, com o valor de R$ 1.404,54 (um mil, quatrocentos e quatro reais e cinquenta e quatro centavos); o item 68, com o valor de R$ 12.314,40 (doze mil, trezentos e quatorze reais e quarenta centavos); o item 69, com o valor de R$ 83.368,00 (oitenta e três mil, trezentos e sessenta e oito reais); o item 70, com o valor de R$ 4.877,60 (quatro mil, oitocentos e setenta e sete reais e sessenta centavos); o item 71, com o valor de R$ 2.289,00 (dois mil, duzentos e oitenta e nove reais); o item 72, com o valor de R$ 3.463,90 (três mil, quatrocentos e sessenta e três reais e noventa centavos); o item 73, com o valor de R$ 3.320,10 (três mil, trezentos e vinte reais e dez centavos); o item 74, com o valor de R$ 5.004,90 (cinco mil e quatro reais e noventa centavos); o item 75, com o valor de R$ 1.144,00 (um mil, cento e quarenta e quatro reais); o item 76, com o valor de R$ 20.091,00 (vinte mil e noventa e um reais); o item 77, com o valor de R$ 760,20 (setecentos e sessenta reais e vinte centavos); o item 78, com o valor de R$ 15.393,90 (quinze mil, trezentos e noventa e três reais e noventa centavos); o item 80, com o valor de R$ 5.934,90 (cinco mil, novecentos e trinta e quatro reais e noventa centavos); o item 81, com o valor de R$ 31.719,60 (trinta e um mil, setecentos e dezenove reais e sessenta centavos); o item 82, com o valor de R$ 3.149,40 (três mil, cento e quarenta e nove reais e quarenta centavos); o item 85, com o valor de R$ 29.790,54 (vinte e nove mil, setecentos e noventa reais e cinquenta e quatro centavos); o item 86, com o valor de R$ 17.639,10 (dezessete mil, seiscentos e trinta e nove reais e dez centavos); o item 87, com o valor de R$ 24.291,90 (vinte e quatro mil, duzentos e noventa e um reais e noventa centavos); o item 88, com o valor de R$ 6.442,20 (seis mil, quatrocentos e quarenta e dois reais e vinte centavos); o item 89, com o valor de R$ 4. 963,50 (quatro mil, novecentos e sessenta e três reais e cinquenta centavos); o item 90, com o valor de R$ 1.528,30 (um mil, quinhentos e vinte e oito reais e trinta centavos); o item 91, com o valor de R$ 10.366,20 (dez mil, trezentos e sessenta e seis reais e vinte centavos); o item 92, com o valor de R$ 5.014,98 (cinco mil e quatorze reais e noventa e oito centavos); o item 93, com o valor de R$ 15.118,20 (quinze mil, cento e dezoito reais e vinte centavos); o item 94, com o valor de R$ 2.874,00 (dois mil, oitocentos e setenta e quatro reais); o item 95, com o valor de R$ 430,80 (quatrocentos e trinta reais e oitenta centavos); o item 96, com o valor de R$ 1.701,00 (um mil, setecentos e um reais); o item 97, com o valor de R$ 2.299,00 (dois mil, duzentos e noventa e nove reais); o item 98, com o valor de R$ 2.429,10 (dois mil, quatrocentos e vinte e nove reais e dez centavos); o item 102, com o valor de R$ 1.152,00 (um mil, cento e cinquenta e dois reais); o item 103, com o valor de R$ 1.080,00 (um mil e oitenta reais); o item 104, com o valor de R$ 1.062,00 (um mil e sessenta e dois reais); o item 105, com o valor de R$ 195,60 (cento e noventa e cinco reais e sessenta centavos); o item 106, com o valor de R$ 244,80 (duzentos e

quarenta e quatro reais e oitenta centavos). Perfazendo o valor total de R$ 1.338.530,87 (um milhão, trezentos e trinta e oito mil, quinhentos e trinta reais e oitenta e sete centavos). Perfazendo esta licitação o valor global de R$ 1.396.782,38 (um milhão, trezentos e noventa e seis mil, setecentos e oitenta e dois reais e trinta e oito centavos) O processo foi **HOMOLOGADO** em **18/03/2022. LUISMAR DA SILVA MARTINS - Pregoeiro - Portaria 073/2021.** M. D' Oeste, 21/03/2022.

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
PORTARIA Nº 178 DE 18 DE MARÇO DE 2022.

NOMEIA FISCAL DO CONTRATO ADMINISTRATIVO 018/2022, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉCTOR ALVARES BEZERRA, Prefeito do Município de Mirassol d'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas legais atribuições resguardadas na Lei Orgânica do Município;

Considerando a necessidade do cumprimento do disposto no artigo 67 da Lei 8.666/93; Decreto Municipal nº 2761/2014 e Instrução Normativa nº 50/2014;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor **ROBYSON BARCELLOS GALEANO** ,inscrito no CPF. de nº 961.903.821-04, para acompanhar e fiscalizar, como titular, a execução do **Contrato Administrativo nº 018/2022** celebrado entre a **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MIRASSOL D'OESTE,** e a **EMPRESA FM TELECOMUNICAÇÕES LTDA,** CNPJ 24.776.975/0001-74, constitui objeto do presente contrato contratação de empresa para serviços de acesso e utilização de internet via fibra óptica com 20 MBPS, link dedicado, com pontos individuais para Secretaria de Administração, Planejamento e Coordenadoria Geral, Gabinete do Prefeito e PROCON, Assessoria Jurídico, Secretaria de Desenvolvimento Sustentável, Secretaria de Fazenda, Secretaria de Educação, Esporte, Lazer e Cultura, Secretaria de Assistência Social, Praça Ataide Pereira Leite (Praça Centro), Praça Martinho Tamandaré (Praça Cidade Tamandaré), Praça Marechal Rondon (Distrito do Sonho Azul), Sala de Monitoramento Câmeras de Segurança no Batalhão da Polícia Militar.

Art. 2º - Fica designada para substituir, nos impedimentos do titular, o servidor **SILVIO JOSÉ PRATINHA**, inscrito no CPF. de nº 593.952.811-20.

Art. 3º - Compete o fiscal ora designado as atribuições especificadas no Decreto nº 2761 de 07 de novembro de 2014 e na Instrução Normativa nº 50 de 07 de novembro de 2014, bem como o atendimento à Lei 8.666/93 no que for pertinente à execução dos contratos.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do contrato ou até sua rescisão.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito do Município de Mirassol d'Oeste, Estado de Mato Grosso, Paço Municipal "Miguel Botelho de Carvalho", em 18 de Março 2022.

HÉCTOR ALVARES BEZERRA

Prefeito

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
PORTARIA Nº 179 DE 18 DE MARÇO DE 2022.

HÉCTOR ALVARES BEZERRA, Prefeito do Município de Mirassol d'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas legais atribuições resguardadas na Lei Orgânica do Município;

Considerando a necessidade do cumprimento do disposto no artigo 67 da Lei 8.666/93; Decreto Municipal nº 2761/2014 e Instrução Normativa nº 50/2014;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor **JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA** ,inscrito no CPF. de nº 651.075.941-15, para acompanhar e fiscalizar, como titular, a execução do **Contrato Administrativo nº 017/2022** celebrado entre a **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MIRASSOL D'OESTE,** e a empresa **TATIANA CAPITANIO VEÍCULOS ,** CNPJ 09.103.941/0001-25, constitui objeto do presente contrato, Adesão a Ata de Registro de Preço nº 015/2021 da Licitação na Modalidade Pregão Presencial nº 012/2021, do Município de Nova Ubiratã-MT, contratação de empresa para aquisição de duas caminhonetes do tipo pick-up.

Art. 2º - Fica designada para substituir, nos impedimentos do titular, o servidor **NELSON JOSE DOS SANTOS**, inscrito no CPF de nº 388.258.801-20.

Art. 3º - Compete o fiscal ora designado as atribuições especificadas no Decreto nº 2761 de 07 de novembro de 2014 e na Instrução Normativa nº 50 de 07 de novembro de 2014, bem como o atendimento à Lei 8.666/93 no que for pertinente à execução dos contratos.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do contrato ou até sua rescisão.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito do Município de Mirassol d'Oeste, Estado de Mato Grosso, Paço Municipal "Miguel Botelho de Carvalho", em 18 de Março 2022.

HÉCTOR ALVARES BEZERRA

Prefeito

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
PORTARIA Nº 177 DE 18 DE MARÇO DE 2022.

NOMEIA ENGENHEIRO RESPONSÁVEL PELA FISCALIZAÇÃO E EXECUÇÃO DE OBRA QUE ESPECIFICA.

HÉCTOR ALVARES BEZERRA, Prefeito do Município de Mirassol d'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas legais atribuições;

R E S O L V E:

Artigo 1º - Nomear engenheiro do Município de Mirassol d'Oeste/MT, para responder pela Execução e Fiscalização da obra de Execução Direta referente aos serviços de **passagem elevada na Rua Barão do Rio Branco.**

MARCUS VINICIUS GRANADO PARPINELLI

Engº. Civil CREA-MT 037359 - Matricula nº 27533.

RG: 1932626-2 SSP/MT CPF: 038.442.511-97

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, Paço Municipal "Miguel Botelho de Carvalho", em 18 de Março de 2022.

HÉCTOR ALVARES BEZERRA

Prefeito

LICITAÇÃO
AVISO P.E. 19.2022

ABERTURA DE LICITAÇÃO – EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO n. 19/2022 –(Com participação exclusiva de ME e EPP nos itens cujo valor total de referencia seja de até R$ 80.000,00 (oitenta mil reais)Tipo de Licitação: Menor Preço por item.OBJETO: AQUISIÇÃO DE **MEDICAMENTOS PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA -** NO SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS. Prazos para Recebimento e Julgamento das propostas: VIDE EDITAL. Início da sessão de disputa de preços: **04/04/2022 às**

9h. (horário de Brasília). Local: www.licitanet.com.br**. Obtenção do edital pelos sites: www.mirassoldoeste.mt.gov.br e www.licitanet.com.br. INFORMAÇÕES: Telefone: (0**65) 3241.1012/5152. PREGOEIRO: LUISMAR DA SILVA MARTINS - Portaria 073/2021. M. D'Oeste, 21/03/2022.**

PREFEITURA DE MIRASSOL D'OESTE/MIRASSOL PREVI
PORTARIA N.º 010/2022

PORTARIA N.º 010/2022

*"Dispõe sobre a retificação da Portaria nº 005/2022 que dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Idade ao "**Sr. João Parreira",** servidor público efetivo deste município."*

O Diretor Executivo do MIRASSOL-PREVI - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Mirassol D' Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

Resolve:

Art. 1º RETIFICAR a Portaria n. 005/2022, publicada no Jornal Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, na data de 17 de janeiro de 2022, Edição 3.899, que concedeu benefício de **Aposentadoria por Idade** ao **Sr. JOAO PARREIRA**, brasileiro, portador da cédula de Identidade nº 0905249-0 SESP-MT e CPF sob o nº 388.265.181-49 servidor efetivo no cargo de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS**, Classe "A", Nível "11", lotada na Secretaria de Educação, Esporte, Lazer e Cultura matriculada sob nº 2717, com carga horária de 40 horas semanais; contando com **29 anos, 09 meses e 12 dias** de tempo de contribuição, **com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, calculado pela média aritmética simples**, conforme processo administrativo do **MIRASSOL-PREVI**, n.º **2020.02.00024P,** até posterior deliberação.

Onde se lê: (...) benefício de **aposentadoria por idade** ao **Sr. JOAO PARREIRA**, brasileiro, portador da cédula de Identidade nº **0905249-0** SESP-MT e CPF sob o nº 388.265.181-49. (...).

Leia-se: (...) benefício de **aposentadoria por idade** ao **Sr. JOAO PARREIRA**, brasileiro, portador da cédula de Identidade nº **0905249-6** SESP-MT e CPF sob o nº 388.265.181-49(...);

Onde se lê: (...) com carga horária de 40 horas semanais; contando com **29 anos, 09 meses e 12 dias** de tempo de contribuição, **com proventos proporcionais ao tempo de contribuição**. (...).

Leia-se: (...) com carga horária de 40 horas semanais; contando com **29 anos, 09 meses e 13 dias** de tempo de contribuição, **com proventos proporcionais ao tempo de contribuição** (...);

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, **retroagindo os seus efeitos legais a partir de 01 de janeiro de 2022**, revogadas as disposições em contrário.

Mirassol D' Oeste/MT, 18 de março de 2022.

RODRIGO DONIZETE TERRADAS

Diretor Executivo do MIRASSOL-PREVI

Homologo:

HECTOR ALVARES BEZERRA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES

PORTARIA Nº. 157/2022

*"Dispõe sobre a Exoneração do Sr. **Silas de Oliveira Souto**,e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferidas pela Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º. - Exonerar o Sr. ***Silas de Oliveira Souto***, portador do RG nº. 12053911 SSP/MT, e devidamente cadastrado no CPF nº. 057.892.556-71, do cargo em Comissão de Assistente de Secretaria.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor, retroagindo seus efeitos na data 02/03/2022, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 08 de março de 2022.

Leocir Hanel **Prefeito Municipal de Nobres**

PORTARIA Nº. 156/2022

*"Dispõe sobre a Exoneração do Sr. **Renato Cesar Santos da Conceição** e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferida pela Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º. Exonerar o Sr. ***Renato Cesar Santos da Conceição,*** portador do RG nº. 2814585-2 SSP/MT, devidamente cadastrado no CPF nº. 058.985.831-90, do cargo em Comissão de Encarregado de Divisão na Secretaria de Infraestrutura.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo a partir do dia 02/03/2022, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 08 de março de 2022.

Leocir Hanel

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 161/2022

*"Dispõesobre a Exoneração do Sr**. Manoel Messias Pereira,** e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferida pela Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º. Exonerar o Sr. ***Manoel Messias Pereira,*** portador do RG nº 19583419 SESP/MT, devidamente cadastrado no CPF nº. 031.053.548-40, do cargo em comissão de Chefe de Departamento na Secretaria de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 01/03/2022, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 17 de março de 2022.

Leocir Hanel

Prefeito Municipal de Nobres

PORTARIA Nº. 155/2022

*Dispõe sobre a Exoneraçãodo Sr. **Mauro Ferreira,** e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferida pela Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º. Exonerar o Sr. ***Mauro Ferreira,*** portador do RG nº. 2607783-3 SSP/MT, e inscrito no CPF nº.513.057.049-91, do cargo em Comissão de Analista de Secretaria.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, tornando seus efeitos ao dia 02/03/2022, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 08 de março de 2022.

Leocir Hanel

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 162/2022

*"Dispõesobre a Exoneração do Sr**. Ozéias José de Souza,** e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferida pela Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º. Exonerar o Sr. ***Ozéias José de Souza,*** portador do RG nº 0680603-1 SSP/MT, devidamente cadastrado no CPF nº. 460.478.321-72, do cargo em comissão de Chefe de Departamento da Secretaria de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, tornando seus efeitos ao dia 01/03/2022, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 17 de março de 2022.

Leocir Hanel

Prefeito Municipal de Nobres

PORTARIA Nº. 160/2022

"Homologação de Estágio Probatório dos servidores aprovados para o cargo de Agente Comunitário de Saúde - Edital de Convocação nº 05/2019.

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **LEOCIR HANEL**, no uso das atribuições legais lhe conferida pela Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º - HOMOLOGAR o Estágio Probatório dos servidores abaixo relacionado, aprovados com base no Relatório e Parecer Conclusivo da Comissão de Avaliação de Desempenho instituída através do Decreto nº 081/2018, Ofícios nº 05,06,07 e 08/2022/CAEP, nos termos da Lei 992/2006, reconhecendo como sendo de 03 anos o período de Estágio Probatório assim como o período para aquisição de estabilidade.

NNº.	NOME DO SERVIDOR	CARGO
1	LAURA BATISTA DA SILVA	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE
2	JOICE DE OLIVEIRA DA SILVA	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE
3	BEATRIZ DE MIRANDA FERREIRA	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE
4	MARLY MARIA DE ARRUDA	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 14 de março de 2022.

Leocir Hanel

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 159/2022

*"Dispõe sobre a designação da Sra. **Elza de Oliveira Souza**,e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferida pela Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º. Designar a Servidora ***Elza de Oliveira Souza***, portadora do RG nº. 0592893-1 SESP/MT, e inscrita no CPF nº. 427.903.521-00, para o cargo de Fiscal de Contratos da Secretaria de Municipal de Finanças.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 02/03/2022, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 14 de março de 2022.

Leocir Hanel

Prefeito Municipal de Nobres

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO

LEI Nº 1009/ 2022

LEI Nº 1009/ 2022

Abre no orçamento vigente crédito adicional especial e da outras providências

O(A) PREFEITO(A) DO MUNICIPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO, Faço saber que a

Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional especial na

importância de R$90.000,00 distribuídos as seguintes dotações:

Suplementação (+) 90.000,00

02 13 01 GESTÃO DA CULTURA E TURISMO

479 13.392.0015.2289.0000 REAL.E APOIO A EVENTOS CULT. FOLC. RELI E CÍVICOS 90.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 1 1 701

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos

provenientes de:

Anulação:

02 13 01 GESTÃO DA CULTURA E TURISMO

453 13.392.0015.2288.0000 MANUTENÇÃO DA COORDENAÇÃO DE CULTURA E TURISMO -90.000,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R. Grupo: 1 1 700

Anulação (-) -90.000,00

Artigo 3o.- Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Nossa Senhor do Livramento, 18 de Março de 2022.

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

PREFEITO MUNICIPAL

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 013 2022

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 013 2022

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REFORMA EM GERAL DE UNIDADES ESCOLARES, CONSTRUÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA, CONSTRUÇÃO DE PONTE DE CONCRETO E PERFURAÇÃO DE POÇO TUBULAR PROFUNDO COM BOMBA, ACESSÓRIOS ELÉTRICOS E LICENCIAMENTO AMBIENTAL PARA ATENDER AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO, DE EDUCAÇÃO E DE OBRAS E INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO/MT,*QUE* ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA: ABR CONSTRUÇÃO E LOCAÇÕES EIRELI,PREGÃO ELETRÔNICO Nº23/2021 - PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 4411/2021

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 013 2022

FORNECEDOR: Empresa **ABR CONSTRUÇÃO E LOCAÇÕES EIRELI**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 30.264.677/0001-06, com sede a **Rua Abdala de Almeida nº 136 Santa Isabel CEP 78.150-348 V. Grande-MT** doravante denominado CONTRATADA, neste ato representada pela Senhora Bruna Molinari Cabral, portadora da Carteira de Identidade 2557553-8 SJ-MT e CPF: 070.277.921-09, residente e domiciliada Rua Comendador Henrique 1030, Bairro Dom Aquino Cuiabá/MT CEP: 78015-050

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 1.1 A presente Ata tem por objeto Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa de engenharia para prestação de serviço de **reforma em geral de unidades escolares**, **construção de quadra poliesportiva**, **construção de ponte de concreto** e **perfuração de poço tubular profundo com bomba, acessórios elétricos e licenciamento ambiental** para atender as Secretarias Municipais de Administração e Planejamento, de Educação e de Obras e Infraestrutura d**o Município de Nossa Senhora do Livramento/MT,** Termo de Referência, 2411/2021 anexo I do edital de *Pregão Eletronico* nº 023./2021 Processo Administrativo 411/2021, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 O preço registrado, as especificações do objeto e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Razão Social:	Empresa ABR CONSTRUÇÃO E LOCAÇÕES EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 30.264.677/0001-06							
Endereço:	RUA abdala de Almeida 136 Santa Isabel CEP: 78150-348 VARZEA GRANDE MT							
Contatos:	***(65) 9648-7739(65) 99807-7448 / (65) 99804-4842 e mail*** wgl.assessoria@hotmail.com ***abrconstrutoramt@gmail.com***							
Representante:	Bruna Molinari Cabral							
Razão Social	**CPF/CNPJ**	**Lote**	**Descrição**	**Udade**	**Marca**	**Qudade**	**Vl. Unit.**	**Vl. Total**
ABR CONSTRUÇÕES E LOCAÇÕES EIRELI	30264677000106	5	CONSTRUÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA NA ESCOLA HENRIQUETA RAINHA DE FRANÇA	UN	SERVIÇOS	1	R$ 443.500,00	R$ 443.500,00
R$ 443.500,00 (quatrocentos e quarenta e três mil e quinhentos Reais								

CLÁUSULA QUARTA - VALIDADE DA ATA

4.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a partir meses a partir meses a partir de sua publicação no diário oficial do municipio;

Nossa Senhora do Livramento – MT, 14 de Março de 2022

CONTRATANTE:

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

Prefeito Municipal

FORNECEDOR:

Empresa **ABR CONSTRUÇÃO E LOCAÇÕES EIRELI**,

CNPJ sob o nº 30.264.677/0001-06,

Representada pela Senhora Bruna Molinari Cabral,

RG: 2557553-8 SJ-MT e CPF: 070.277.921-09

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO EXCLUSIVO PARA ME/EPP PREGÃO ELETRONICO N. 05.2022

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO EXCLUSIVO PARA ME/EPP

PREGÃO ELETRONICO N. 05.2022

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO-MT**,através de sua Pregoeira e Equipe de Apoio, nomeada na Portaria n 004/2022 do'' dia 14 de Janeiro de 2022, **TORNA PÚBLICO** que se encontra autorizada a realização de licitação **EXCLUSIVO PARA ME/EPP**na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, sobre o **Nº 05/2022**, do tipo de disputa **ABERTO E FECHADO** - **MENOR PREÇO POR ITEM**, na forma de Execução direta, tendo por finalidade a qualificação de empresas e a seleção de proposta mais vantajosa, conforme descrito neste Edital e seus anexos, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto nº 7892, de 23 de janeiro e 2013, da Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto n° 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital.

OBJETO: O objeto da presente licitação tem o objetivo REGISTRO DE PREÇO para futura e eventual AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS para atender a demanda da Secretaria de Educação, Esporte e Lazer, na execução do convênio nº 0643-2021, conforme quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e ANEXO I.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: a partir do dia 22 de março de 2022, às 10:00 horas- (horário de Brasília - DF);

DO ENCERRAMENTO DAS PROPOSTAS: dia 05 de abril de 2022, às 09:00 horas- (horário de Brasília - DF);

DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: dia 05 de abril de 2022, às 09:30 horas - (horário de Brasília - DF);

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: dia 05 de abril de 2022, às 10:30 horas-(horário de Brasília - DF).

ENDEREÇO ELETRÔNICO: O Pregão Eletrônico será realizado no endereço eletrônico www.bll.org.br, através da Pregoeira e Equipe de Apoio.

EDITAL: O Instrumento Convocatório e todos os elementos integrantes encontram-se disponíveis para consulta e retirada no endereço eletrônico mencionado e site http://www.nossasenhoradolivramento.mt.gov.br/.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: Maiores informações e esclarecimentos sobre o certame serão prestados pela Pregoeira e Equipe de Apoio na sede da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT, sito à Avenida Coronel Botelho n458 – CEP 78.178.000, Nossa Senhora do Livramento - MT, em dias úteis nos horários de 07h00min as

13h00min (Horário de Cuiabá/MT), telefone: (65) 3351-1200 site: http://www.nossasenhoradolivramento.mt.gov.br/ ou pelo e-mail: licitacao@livramento.mt.gov.br

Nossa Senhora do Livramento-MT., 17 de março de 2022.

Leonildes Fátima da S. Benevides

Pregoeira 004/2022

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO EXCLUSIVO PARA ME/EPP PREGÃO ELETRONICO N. 04.2022

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO EXCLUSIVO PARA ME/EPP

PREGÃO ELETRONICO N. 04.2022

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO-MT**,através de sua Pregoeira e Equipe de Apoio, nomeada na Portaria n 004/2022 do'' dia 14 de Janeiro de 2022, **TORNA PÚBLICO** que se encontra autorizada a realização de licitação **EXCLUSIVO PARA ME/EPP**na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, sobre o **Nº 04/2022**, do tipo de disputa **ABERTO E FECHADO** - **MENOR PREÇO POR ITEM**, na forma de Execução direta, tendo por finalidade a qualificação de empresas e a seleção de proposta mais vantajosa, conforme descrito neste Edital e seus anexos, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto nº 7892, de 23 de janeiro e 2013, da Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto n° 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital.

OBJETO: O objeto da presente licitação tem o objetivo Registro de preço para futura e eventual aquisição de equipamentos de academia ao ar livre visando atender o Convênio nº 1609/2021 firmado com o Fundo de Desenvolvimento Desportivo - FUNDED-MT e as necessidades das demais secretarias municipais, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e ANEXO I.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: a partir do dia 22 de março de 2022, às 10:00 horas- (horário de Brasília - DF);

DO ENCERRAMENTO DAS PROPOSTAS: dia 01 de abril de 2022, às 09:00 horas- (horário de Brasília - DF);

DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: dia 01 de abril de 2022, às 09:30 horas - (horário de Brasília - DF);

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: dia 01 de abril de 2022, às 10:30 horas-(horário de Brasília - DF).

ENDEREÇO ELETRÔNICO: O Pregão Eletrônico será realizado no endereço eletrônico www.bll.org.br, através da Pregoeira e Equipe de Apoio.

EDITAL: O Instrumento Convocatório e todos os elementos integrantes encontram-se disponíveis para consulta e retirada no endereço eletrônico mencionado e site http://www.nossasenhoradolivramento.mt.gov.br/.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: Maiores informações e esclarecimentos sobre o certame serão prestados pela Pregoeira e Equipe de Apoio na sede da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT, sito à Avenida Coronel Botelho n458 – CEP 78.178.000, Nossa Senhora do Livramento - MT, em dias úteis nos horários de 07h00min as 13h00min (Horário de Cuiabá/MT), telefone: (65) 3351-1200 site: http://www.nossasenhoradolivramento.mt.gov.br/ ou pelo e-mail: licitacao@livramento.mt.gov.br

Nossa Senhora do Livramento-MT., 17 de março de 2022.

Leonildes Fátima da S. Benevides

Pregoeira 004/2022

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 012 2022

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 012 2022

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL –PARA AQUISIÇÃO DE 01 VEÍCULO TIPO CAMINHONETE PICK-UP OBJETO DO CONVÊNIO Nº 832641/2016 FIRMADO COM O MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, AQUISIÇÃO DE 07 VEÍCULO TIPO CAMINHONETE PICK-UP PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS, SENDO 1 PARA SEC. ASSISTÊNCIA SOCIAL, 1 SEC. EDUCAÇÃO, 1 SEC. OBRAS, 2 SEC. ADMINISTRAÇÃO E 2 PARA SEC. SAÚDE, 01 VAN PARA ATENDER A SEC. DE SAÚDE, AQUISIÇÃO DE PATRULHA MECANIZA FORMADA POR 01 CARRETA AGRÍCOLA, 01 ROÇADEIRA HIDRÁULICA E 01 TRATOR AGRÍCOLA, DA ATRAVÉS DO CONVÊNIO Nº 890791/2019, AQUISIÇÃO DE 03 CAMINHÕES PARA ATENDER A SEC. DE OBRAS, AQUISIÇÃO PATRULHA MECANIZADA FORMADA POR 01 COLHEDORA DE FORRAGEM, 01 PULVERIZADOR, 01 CARRETA FORRAGEIRA E 01 TRATOR AGRÍCOLA PARA ATENDE A SEC. DES RURAL, AQUISIÇÃO DE PATRULHA MECANIZADA FORMADA POR 01 TRATOR AGRÍCOLA E 01 CARRETA AGRÍCOLA,*QUE* ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA:TORINO COMERCIAL DE VEICULO LTDA, EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº22/2021 - PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 3737/2021

FORNECEDOR: EMPRESA TORINO COMERCIAL DE VEICULO LTDA pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ: 02.416.362/0001-93 , com sede Av Ulisses Pompeo de Campos 656 municipio de Varzea GrandeMT CEP: 78110-600, neste ato representada pela Senhora Renata Cortese de Oliveira, portadora do CPF nº 513.164.559-04, Carteira de Identidade nº 3.139.038-9 SSP/PR, órgão expedidor SSP - MT, residente e domiciliado na Av Lavapes 728 apto 1100 Bairro Duque de Caxias município de Cuiaba/MT.

CLAUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto Registro de Preços para futura e eventual para aquisição de 01 Veículo Tipo caminhonete pick-up objeto do Convênio nº 832641/2016 firmado com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, aquisição de 07 Veículo Tipo caminhonete pick-up para atender as necessidades das Secretarias, sendo 1 para Sec. Assistência Social, 1 Sec. Educação, 1 Sec. Obras, 2 Sec. Administração e 2 para Sec. Saúde, 01 Van para atender a Sec. de Saúde, aquisição de Patrulha Mecaniza formada por 01 Carreta Agrícola, 01 Roçadeira Hidráulica e 01 Trator Agrícola, da através do Convênio nº 890791/2019, aquisição de 03 Caminhões para atender a Sec. de Obras, aquisição patrulha Mecanizada formada por 01 Colhedora de Forragem, 01 Pulverizador, 01 Carreta Forrageira e 01 trator Agrícola para atende a Sec. Des Rural, Aquisição de Patrulha Mecanizada formada por 01 Trator Agrícola e 01 Carreta Agrícola.,. especificados nos itens do Termo de Referência nº**209**/2021 do **EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº22/2021 - PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 3737/2021.**,que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

CLAUSUALA SEGUNDA DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Razão Social:	TORINO COMERCIAL DE VEICULO LTDA CNPJ: 02.416.362/0001-93								
Endereço:	Av Ulisses Pompeo de Campos 656 municipio de Varzea GrandeMT CEP: 78110-600								
Contatos:	licitacao@albertobarrosadvocaci.com.br 65 3632 7700 65 99619-6656 (Douglas)								
Representante:	**Renata Corteze de Oliveira**								
Razão Social	**CPF/ CNPJ**	**Item**	**Descrição**	**Unidade**	**Marca**	**Modelo**	**Qdade**	**Vl. Unit.**	**Vl. Total**
TORINO COMERCIO DE VEICULO LTDA	**02416362/ 0001-93**	**7**	Caminhão novo com equipamento compactador de lixo motor diesel mínimo 04 cilindros, com sistema de injeção eletrônica, com potencia mínima de 185 cv, bomba hidráulica com vaza() de no mínimo 80 lpm a 1200rpm volume do lixo compactado na caixa de no mínimo 15,1 m3.	**UN**	**IVECO**	TECTOR 170E21	**01**	**R$ 559. 000,00**	**R$ 559. 000,00**
VALOR TOTAL: R$ 559.000,00 (QUINHENTOS E CINQUENTA E NOVE MIL REAIS)									

2.2 A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata. (caso houver).

CLÁUSULA QUINTA - VALIDADE DA ATA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a partir meses a partir de sua assinatura;, não podendo ser prorrogada.

Nossa Senhora do Livramento – MT, 21 de Fevereiro de 2022

CONTRATANTE:

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

Prefeito Municipal

FORNECEDOR:

EMPRESA TORINO COMERCIAL DE VEICULO LTDA

CNPJ: 02.416.362/0001-93 ,

Representada pela Senhora Renata Cortese de Oliveira,

CPF nº 513.164.559-04, RG nº 3.139.038-9 SSP/PR

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 014 2022

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 014 2022

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REFORMA EM GERAL DE UNIDADES ESCOLARES, CONSTRUÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA, CONSTRUÇÃO DE PONTE DE CONCRETO E PERFURAÇÃO DE POÇO TUBULAR PROFUNDO COM BOMBA, ACESSÓRIOS ELÉTRICOS E LICENCIAMENTO AMBIENTAL PARA ATENDER AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO, DE EDUCAÇÃO E DE OBRAS E INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO/MT,*QUE* ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA:CONSTRUTORA BRIDGE LTDAPREGÃO ELETRÔNICO Nº23/2021 - PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 4411/2021

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 014 2022

FORNECEDOR: EMPRESA CONSTRUTORA BRIDGE LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 26.827.066/0001-43, com sede a na Avenida dos Expedicionarios, 576, Centro Ribeirão Cascalheira/MT CEP: 78.675-000 doravante designada CONTRATADA, neste ato representado pelo Sr. Andre Teixeira de Freitas Silveira portador da Carteira de Identidade nº 849.986 2º Via SSP/TO, e CPF nº 016.002.861-27,

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 1.1 A presente Ata tem por objeto Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa de engenharia para prestação de serviço de **reforma em geral de unidades escolares**, **construção de quadra poliesportiva**, **construção de ponte de concreto** e **perfuração de poço tubular profundo com bomba, acessórios elétricos e licenciamento ambiental** para atender as Secretarias Municipais de Administração e Planejamento, de Educação e de Obras e Infraestrutura d**o Município de Nossa Senhora do Livramento/MT,** Termo de Referência, 2411/2021 anexo I do edital de *Pregão Eletronico* nº 023./2021 Processo Administrativo 411/2021, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 O preço registrado, as especificações do objeto e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Razão Social:	**EMPRESA CONSTRUTORA BRIDGE LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 26.827.066/0001-43**								
Endereço:	Avenida dos Expedicionarios, 576, Centro Ribeirão Cascalheira/MT CEP: 78.675-000								
Contatos:	e mail: bridge@constutorabrige.page 63 - 99971 8010								
Representante:	Andre Teixeira de Freitas Silveira								
Razão Social	**CPF/CNPJ**	**Lote**	**Descrição**	**Udade**	**Marca**	**Modelo**	**Qdade**	**Vl. Unit.**	**Vl. Total**
CONSTRUTORA BRIDGE LTDA	26827066000143	6	CONSTRUÇÃO DE PONTE DE CONCRETO ARMADO COM EXTENSÃO DE 10,00 M,DE COMPRIMENTO E 5,00 M DE LARGURA SOBRE O CÓRREGO PORTEIRINHA ? COMUNIDADE TANQUE BELO ? COORDENADAS UTC -15º57?48?S ? -56º26?6?W	UN	PROPIA	PONTE	1	R$ 499. 941,24	R$ 499. 941,24
		7	CONSTRUÇÃO DE PONTE DE CONCRETO ARMADO COM EXTENSÃO DE 10,00 M,DE COMPRIMENTO E 5,00 M DE LARGURA SOBRE O CÓRREGO CRUZEIRO ? COMUNIDADE CAPIM VERDE ? COORDENADAS UTC -15º54?3?S ? -56º27?32?W	UN	PROPIA	PONTE	1	R$ 499. 998,35	R$ 499. 998,35

R$ 999.939,59 (novecentos e noventa e nove mil e novecentos e trinta e nove reais e cinquenta e nove centavos).

.

VALIDADE DA ATA

4.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a partir meses a partir meses a partir de sua publicação no diário oficial do municipio;

Nossa Senhora do Livramento – MT, 14 de Março de 2022

CONTRATANTE:

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

Prefeito Municipal

FORNECEDOR:

EMPRESA CONSTRUTORA BRIDGE LTDA,

CNPJ sob o nº 26.827.066/0001-43,

Representado pelo Sr. Andre Teixeira de Freitas Silveira

RG: nº 849.986 2º Via SSP/TO, e CPF nº 016.002.861-27

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 015 2022

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 015 2022

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REFORMA EM GERAL DE UNIDADES ESCOLARES, CONSTRUÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA, CONSTRUÇÃO DE PONTE DE CONCRETO E PERFURAÇÃO DE POÇO TUBULAR PROFUNDO COM BOMBA, ACESSÓRIOS ELÉTRICOS E LICENCIAMENTO AMBIENTAL PARA ATENDER AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO, DE EDUCAÇÃO E DE OBRAS E INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO/MT,*QUE* ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA:FERNANDES E. EIRELI PREGÃO ELETRÔNICO Nº23/2021 - PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 4411/2021

FORNECEDOR: EMPRESA FERNANDES E. EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 32.628.929/0001-56, com sede a na Avenida Argentina (Res 15 de maio) Nº17 Bairro: Primavera, município de Várzea Grande/MT CEP: 78.132-310,CONTRATADA, neste ato representada pelo senhor FERNANDES ELESBAN, empresário portador do RG: 12323543 SESP/MT e CPF: 947.342.241-53, residente e domiciliado na Avenida Argentina (Res 15 de maio) S/N Bairro: Disitrito Primavera, município de Várzea Grande/MT CEP: 78.132-310

- DO OBJETO

1.1 1.1 A presente Ata tem por objeto Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa de engenharia para prestação de serviço de **reforma em geral de unidades escolares**, **construção de quadra poliesportiva**, **construção de ponte de concreto** e **perfuração de poço tubular profundo com bomba, acessórios elétricos e licenciamento ambiental** para atender as Secretarias Municipais de Administração e Planejamento, de Educação e de Obras e Infraestrutura d**o Município de Nossa Senhora do Livramento/MT,** Termo de Referência, 2411/2021 anexo I do edital de *Pregão Eletronico* nº 023./2021 Processo Administrativo 411/2021, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

- DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 O preço registrado, as especificações do objeto e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Razão Social:	**EMPRESA FERNANDES E. EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 32.628.929/0001-56**							
Endereço:	Avenida Argentina (Res 15 de maio) Nº17 Bairro: Disitrito Primavera, município de Várzea Grande/MT CEP: 78.132-310							
Contatos:	contato@construtorauruguay.com telefone: 3692-5060 99267-5568 65 99978-9016							
Representante:	FERNANDES ELESBAN							
Razão Social	**CPF/CNPJ**	**Lote**	**Descrição**	**Unidade**	**Marca**	**Quantidade**	**Vl. Unit.**	**Vl. Total**
FERNANDES E. EIRELI	32628929000156	1	REFORMA DA ESCOLA MUNICIPAL MANOEL SANTANA DA SILVA- COMUNIDADE DOS COXOS	UN	SERVIÇOS	1	R$ 83. 000,00	R$ 83. 000,00
		3	REFORMA DA ESCOLA MUNICIPAL JOSÉ DESIDERIO DE PINHO- COMUNIDADE CRISTAL	UN	SERVIÇOS	1	R$ 215. 000,00	R$ 215. 000,00
		4	REFORMA DA ESCOLA MUNICIPAL LUIZ MANDES DA SILVA- COMUNIDADE ESTRELA DO ORIENTE	UN	SERVIÇOS	1	R$ 240. 000,00	R$ 240. 000,00
R$ 538.000,00 (quinhentos e trinta e oito mil reais).								

- VALIDADE DA ATA

4.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a partir meses a partir meses a partir de sua publicação no diário oficial do municipio;

Nossa Senhora do Livramento – MT, 14 de Março de 2022

CONTRATANTE:

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

Prefeito Municipal

FORNECEDOR:

Empresa FERNANDES E. EIRELI,

CNPJ sob o nº 32.628.929/0001-56,

Representada pelo senhor FERNANDES ELESBAN,

RG: 12323543 SESP/MT e CPF: 947.342.241-53

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 016 2022

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 016 2022

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REFORMA EM GERAL DE UNIDADES ESCOLARES, CONSTRUÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA, CONSTRUÇÃO DE PONTE DE CONCRETO E PERFURAÇÃO DE POÇO TUBULAR PROFUNDO COM BOMBA, ACESSÓRIOS ELÉTRICOS E LICENCIAMENTO AMBIENTAL PARA ATENDER AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO, DE EDUCAÇÃO E DE OBRAS E INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO/MT,*QUE* ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA:R. BARROS RIBEIRO EIRELI PREGÃO ELETRÔNICO Nº23/2021 - PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 4411/2021

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 016 2022

FORNECEDOR: EMPRESA R. BARROS RIBEIRO EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 34.127.109/0001-06, com sede a na Avenida Presidente Arthur Bernardes nº 1.184, cas 19 Bairro: Centro Sul município de Várzea Grande/MT CEP: 78.125-100,CONTRATADA, neste ato representada pelo senhor Raul Barros Ribeiro, Titular/Administrador portador do RG: 209622-07 SSP/MT e CPF: 032.173.641-98, residente e domiciliado na Avenida Presidente Arthur Bernardes nº 1.184, cas 19 Bairro: Centro Sul município de Várzea Grande/MT CEP: 78.125-100.

- DO OBJETO

1.1 1.1 A presente Ata tem por objeto Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa de engenharia para prestação de serviço de **reforma em geral de unidades escolares**, **construção de quadra poliesportiva**, **construção de ponte de concreto** e **perfuração de poço tubular profundo com bomba, acessórios elétricos e licenciamento ambiental** para atender as Secretarias Municipais de Administração e Planejamento, de Educação e de Obras e Infraestrutura d**o Município de Nossa Senhora do Livramento/MT,**

Termo de Referência, 2411/2021 anexo I do edital de *Pregão Eletronico* nº 023./2021 Processo Administrativo 411/2021, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

- DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 O preço registrado, as especificações do objeto e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Razão Social:	R. Barros Ribeiro Eireli								
Endereço:	Av Presidente Arthur Bernardes 1184 casa 19 Bairro Centro Sul municipio de Varzea Grande								
Contatos:	e mail contato@frpocos.com.br telefone 65 99965 2963 65 99999-7957								
Representante:	Raul Barros Ribeiro								
Razão Social	**CPF/CNPJ**	**Lote**	**Descrição**	**UN**	**Marca**	**Modelo**	**Qdade**	**Vl. Unit.**	**Vl. Total**
R. BARROS RIBEIRO EIRELI	34127109000106	2	REFORMA DA ESCOLA MUNICIPAL VENCESLAU DA SILVA BARROS- COMUNIDADE QUILOMBO	UN	Própria	Próprio	1	R$ 219.099,66	R$ 219.099,66
		8	SERVICO EM POCO TUBULAR - DO TIPO PERFURACAO DE ATÉ 100 METROS DE PROFUNDIDADE CONTENDO BOMBA 1.5 CV + ASSESSORIOS ELETRICOS INSTALADOS + LICENCIAMENTO	S	Própria	Próprio	20	R$ 28.500,00	R$ 570.000,00
		9	SERVICO EM POCO TUBULAR - DO TIPO PERFURACAO DE ATE 80 METROS DE PROFUNDIDADE, CONTENDO BOMBA 1.5 CV + ASSESSORIOS ELETRICOS INSTALADOS + LICENCIAMENTO	S	Própria	Próprio	30	R$ 29.000,00	R$ 870.000,00
R$ 1.659.099,66 (um milhão e seiscentos e cinquenta e nove mil e noventa e nove reais e sessenta e seis centavos).									

- VALIDADE DA ATA

4.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a partir meses a partir meses a partir de sua publicação no diário oficial do municipio;

Nossa Senhora do Livramento – MT, 14 de Março de 2022

CONTRATANTE:

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

Prefeito Municipal

FORNECEDOR:

EMPRESA R. BARROS RIBEIRO EIRELI,

CNPJ sob o nº 34.127.109/0001-06,

Representada pelo senhor Raul Barros Ribeiro

Titular/Administrador

RG: 209622-07 SSP/MT e CPF: 032.173.641-9

LEI Nº 1010/2022

LEI Nº 1010/2022

“Dispõe sobre autorização para abertura de Crédito Adicional Especial por Saldo do Exercício Anterior e Anulação de dotação, à LOA/PPA/LDO do exercício de 2022.”

O(A) PREFEITO(A) DO MUNICIPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO, Faço saber que a

Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Artigo 1º.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional especial na

importância de R$5.161.947,20 distribuídos as seguintes dotações:

Suplementação (+) 5.161.947,20

02 04 08 GESTÃO DE ADM E PLANEJAMENTO

484 04.122.0002.2089.0000 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ADM E PLANEJAMENTO 260.000,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R.: 1 2 500

2 Recursos de Exercícios Anteriores

02 04 03 GESTÃO DO SANEAMENTO

489 17.512.0005.1977.0000 CONST. AMPL. E MANUTENÇÃO - CEFEM 1.502.792,20

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R.: 1 2 500

2 Recursos de Exercícios Anteriores

02 05 06 GESTÃO DO FUNDEB

170 12.361.0016.2087.0000 CONST. REFORMA E AMPLI. UNID. ESCOLARES FUNDEB 40% 1.200.600,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R.: 1 1 540

1 Recursos do Exercício Corrente

02 05 01 GESTÃO DE EDUCAÇÃO

486 12.361.0016.2032.0000 ATIVIDADES EM EDUCAÇÃO CEFEM 220.000,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R.: 1 2 500

2 Recursos de Exercícios Anteriores

02 05 01 GESTÃO DE EDUCAÇÃO

487 12.361.0016.2045.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA EDUCAÇÃO 258.555,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R.: 1 1 500

1 Recursos do Exercício Corrente

02 08 01 SECRETARIA DE OBRAS E INFRA ESTRUTURA

488 04.122.0002.2019.0000 Atividades de Infra-Estrutura CEFEM 1.000.000,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R.: 1 2 500

2 Recursos de Exercícios Anteriores

485 26.451.0019.2279.0000 OBRAS PÚBLICAS E INFRA ESTRUTURA 720.000,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R.: 1 2 500

2 Recursos de Exercícios Anteriores

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos

provenientes de:

Superávit Financeiro: 3.702.792,20

FONTE DE RECURSOS VALOR TIPO CONTA BANCÁRIA

500 260.000,00 IPVA – C/C 51.813-1

500 500.000,00 ICMS – BIO C/C 2.925-4

500 220.000,00 SAE – C/C 026-0

500 2.722.792,20 CEFEM – C/C 36.576-9

Anulação (-) -1.459.155,00

02 05 01 GESTÃO DE EDUCAÇÃO

106 12.361.0016.1975.0000 ESCOLA MODELO DA SEDE MUNICIPAL -459.155,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R. Grupo: 1 1 500

1 Recursos do Exercício Corrente

108 12.361.0016.1975.0000 ESCOLA MODELO DA SEDE MUNICIPAL -1.000.000,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R. Grupo: 1 1 540

1 Recursos do Exercício Corrente

Artigo 3o.- Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Nossa Senhora do Livramento, 18 de Março de 2022.

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

PREFEITO MUNICIPAL

LEI Nº 1008/2022.

LEI Nº 1008/2022.

"DISPÕE SOBRE A REMISSÃO RELATIVA AO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA – IPTU, NOS CASOS DO SITIO DE RECREIO SYLVIA RACHEL, SOMBRA DA MATA E NINHO DAS ÁGUIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.”

SILMAR SOUZA GONÇALVES, Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1ºEsta Lei concede, aos loteamentos dos Sítios de Recreio Sylvia Rachel, Sombra da Mata e Ninho das Águias, a remissão de créditos tributários relativos ao Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU, nas hipóteses e nas condições estipuladas nos artigos seguintes.

Art. 2º Ficam remitidos os créditos tributários constituídos até 31 de dezembro de 2020, inscritos em dívida ativa, relativos ao IPTU, quando o sujeito passivo for dos Sítios de Recreio Sylvia Rachel, Sombra da Mata e Ninho das Águias, observado o disposto na lei municipal n° 932/2020.

Art. 3º A remissão será aplicada primeiramente aos créditos mais antigos.

Art. 4º Os benefícios previstos no art. 2º, só poderão ser concedidos se o contribuinte, no prazo improrrogável de cento e vinte dias a contar da publicação desta Lei:

I – confessar expressamente serem devidos todos os créditos tributários de que trata o art. 2º, desistindo de qualquer impugnação ou recurso administrativo ou ação judicial a eles relativos e renunciando ao direito sobre o qual se fundamentem tais litígios.

§ 1º Os atos praticados antes do início da vigência desta Lei não substituem o requisito do inciso I.

Art. 5º A remissão prevista nesta Lei não geram direito à restituição de qualquer quantia que tiver sido paga.

Art. 6. No caso dos parcelamentos em curso, a remissão somente incidirá sobre os créditos tributários relativos às parcelas que ainda não tenham sido quitadas.

Art. 7. É de responsabilidade do contribuinte a baixa dos protestos realizados durante esse período descriminados no art.2º.

Art. 8. Na hipótese de desistência em ação judicial, o contribuinte deverá arcar com o recolhimento das custas e encargos porventura devidos.

Art. 9. A remissão prevista nesta Lei não gera direito adquirido e será cancelada de ofício, sempre que se apure que o beneficiado não satisfazia ou deixou de satisfazer as condições ou não cumprira ou deixou de cumprir os requisitos para a concessão do favor, cobrando-se o crédito acrescido de juros de mora.

Art. 10.Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Nossa Senhora do Livramento, 18 de Março de 2022.

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

Prefeito Municipal

LEI N° 1007/2022

Lei n° 1007/2022

"Dispõe sobre autorização ao Poder Executivo Municipal para aquisição de imóvel para abrigar família em estado de vulnerabilidade social por tempo determinado."

O Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a adquirir por compra, um imóvel urbano com área de 360 m² localizado na Rua Emiliano Monteiro, Quadra 08, Lote 08, Setor 04 no Bairro Frei Hugulino, Município de Nossa Senhora do Livramento – MT, cuja posse longeva com *animus domini* e justo título é exercida pelo Sr. Manoel Lourenço de Oliveira.

Art. 2º - O imóvel em questão está edificado contendo uma casa de com 85m² de área construída sendo considerado propício para a finalidade a que será destinado, ficando o Poder Executivo autorizado a adquirir o imóvel declinado no artigo anterior, sem o processo de licitação, pelo preço de até R$63.638,00 conforme Laudo de Avaliação de Imóvel – Anexo I desta lei.

Art. 3º - O imóvel cuja aquisição é autorizada por esta lei será cedido para uso de família em situação de risco social por tempo determinado e mediante expedição de decreto de permissão de uso.

Parágrafo único. Cessada a situação de vulnerabilidade social a permissão de uso poderá ser cessada mediante expedição de novo decreto que estabelecerá prazo razoável para a desocupação do imóvel.

Art. 4º Para cobertura da despesa relacionada no artigo anterior efetuando a aquisição do terreno serão utilizados Recursos Próprios.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Nossa Senhora do Livramento/MT, 18 de Março de 2022.

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

Prefeito Municipal

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL RESOLUÇÃO Nº 004/2022/CMAS

Conselho Municipal de Assistência Social

Resolução Nº 004/2022/CMAS

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS de Nª Srª do Livramento, no uso de suas atribuições legais contidas na Lei Nº 624/2009:

Considerando o Disposto no seu Regimento Interno Cap. IV Art. IX e da LOAS Lei Nº 8741;

Considerando a Deliberação em Reunião Ordinária do CMAS, realizada no dia 17 de Março 2022 sob o Registro da Ata Nº 002/2022/CMAS;

Resolve:

Art. 1° - Aprovar o Plano de Ação do Cô-Financiamento do Governo Estadual referente ao exercício de 2022.

Parágrafo Único: O Cô Financiamento é no valor de R$ 71.304,70 (setenta e um mil trezentos e quatro reais e setenta centavos) e será gasto com a Proteção Social Básica-PSB, Proteção Social Especial-PSE, Gestão do SUAS e Benefícios Eventuais.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se!

Nª Srª do Livramento, 17 de Março de 2022.

João Vinícius do Prado

Presidente do CMAS de Nossa Senhora do Livramento -MT

RESOLUÇÃO Nº 003/2022/CMAS

Conselho Municipal de Assistência Social

Resolução Nº 003/2022/CMAS

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS de Nª Srª do Livramento, no uso de suas atribuições legais contidas na Lei Nº 624/2009:

Considerando o Disposto no seu Regimento Interno Cap. IV, Art. IX e da LOAS Lei Nº 8741;

Considerando a Deliberação em Reunião Ordinária do CMAS, realizada no dia 17 de Março de 2022 sob o Registro da Ata Nº 002/2022/CMAS;

Resolve:

Art. 1º - Aprovar a Prestação de Contas dos Recursos repassados pelo Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS ao Município de Nª Srª do Livramento referente ao ano de 2021, conforme apresenta abaixo:

Valor da Receita do FEAS	Valor Gasto em 2021
R$ 96.061,13	R$ 66.339,53

Art. 2º - Aprovar a Reprogramação do Saldo de R$ 29.721,60 (vinte e nove mil setecentos e vinte e um reais e sessenta centavos) para ser utilizado no exercício de 2022.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor a partir desta data.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se!

Nª Srª do Livramento, 17 de Março de 2022.

João Vinícius do Prado

Presidente do CMAS de Nossa Senhora do Livramento -MT

7º TERMO ADITIVO DE REEQUILIBRIO FINANCIERO AO CONTRATO 077 2018

7º TERMO ADITIVO DE REEQUILIBRIO FINANCIERO AO CONTRATO 077 2018 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO ESPECIALIZADO DE CONSERVAÇÃO, LIMPEZA E MANUTENÇÃO GERAL DA PISCINA COM 104M², DA LONA TÉRMICA E DA CAIXA DE MÁQUINAS, COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA E TODOS OS MATERIAIS, PRODUTOS, EQUIPAMENTOS, FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS NECESSÁRIO PARA A REALIZAÇÃO DO SERVIÇO POR UM PERÍODO DE 12 MESES, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRE-

SA A.M. DE ABREU EIRELI PROCESSO ADMINISTRATIVO: 1095/2018, MODALIDADE: PREGÃO ELETRONICO 013/2018, AS CLAUSULAS A SEGUIR:

Considerando a existência de interesse da Contratada de continuar com a execução contratual, bem como do Contratante;

Considerando o interesse público na continuidade contratual nos moldes previamente definidos **PROCESSO ADMINISTRATIVO: 1095/2018, MODALIDADE: PREGÃO ELETRONICO 013/2018**;

Considerando que o referido contrato está fundamentada nos Art. 57, § II e 65, § I, da Lei 8.666/93, mediante termos aditivos e/ou havendo conveniência e interesse público;

Considerando o Processo Administrativo nº 834/2022 de aditivação de Reequilíbrio Financeiro ao contrato nº 77/2018 que autorizou termo aditivo.

Assim, pelas razões elencadas, verifica-se que estão atendidos aos princípios da legalidade e da economicidade, em razão dos quais se procede o presente Termo Aditivo prazo e valor, conforme segue:

PRIMEIRA –

De conformidade com as motivações administrativas constantes na justificativa da Secretaria Municipal de Saúde no processo Administrativo nº 4588/2021 de aditivação de Reequilíbrio Financeiro ao contrato 077/2018 alterando o valor unitario do referido contrato, referente Contratação de prestação de serviço especializado de conservação, limpeza e manutenção geral da piscina com 104m², da lona térmica e da caixa de máquinas, com fornecimento de mão de obra e todos os materiais, produtos, equipamentos, ferramentas e utensílios necessário para a realização do serviço. Essa manutenção consiste no tratamento físico (limpeza ao redor da piscina e das bordas, filtração, peneirar material em suspensão e aspirar a piscina) e no tratamento químico, através do controle de parâmetros como alcalinidade, PH e cloro. O serviço será realizado duas vezes na semana, com a Empresa,**EMPRESA A.M. DE ABREU EIRELI** pessoa jurídica de direito privado CNPJ nº 18.523.063/0001-98, com sede a Rua Almirante Barroso (Lot C Sul), nº 376 Bairro Centro Sul CEP: 78.110-046, município de Várzea Grande/MT, firmam o presente termo aditivo de Reequilibrio Financeiro.

DO REAJUSTE

2.1 Para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro entre as partes em razão do aumento do valor registrado abaixo descriminado para o item o termo é lavrado para fazer constar o reequilíbrio econômico-financeiro.

Razão Social:	**EMPRESA A.M. DE ABREU EIRELI** pessoa jurídica de direito privado CNPJ nº 18.523.063/0001-98		
Endereço:	Rua Almirante Barroso (Lot C Sul), nº 376 Bairro Centro Sul CEP: 78.110-046, município de Várzea Grande/MT		
Contatos:	guaranisolucoes@hotmail.com 65-3026-6955 / 3029-7800		
Representante:	Ana Maria de Abreu		
Item	**Descrição**	**VALOR UNITARIO CONFORME O PROCESSO HOMOLOGADO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO: 1095/2018, MODALIDADE: PREGÃO ELETRONICO 013/2018**;	**VALOR UNITÁRIO REEQUILIBRIO FINANCEIRO PROCESSO ADMINISTRATIVO 834/2022 PARECER JURIDICO 145/2022 DATA DE 16/03/2022**
01	A prestação de serviço de conservação, limpeza e manutenção geral da piscina com 104m², da lona térmica e da caixa de máquinas, com fornecimento de mão de obra e todos os materiais, produtos, equipamentos, ferramentas e utensílios necessário para a realização do serviço. Essa manutenção consiste no tratamento físico (limpeza ao redor da piscina e das bordas, filtração, peneirar material em suspensão e aspirar a piscina) e no tratamento químico, através do controle de parâmetros como alcalinidade, PH e cloro. O serviço será realizado duas vezes na semana.	**R$ 1.400,00**	**R$ 2.051,98**

DO FUNDAMENTO LEGAL

Fundamenta-se o presente Termo Aditivo do Art. 57, no inciso II e 65, II, da Lei 8.666/93, com suas alterações e parecer jurídico nº 145/2022

DAS RATIFICAÇÕES

4.1 Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Termo de Contrato original.

E por estarem assim justas e acertadas, as partes contratantes firmam o presente Termo Aditivo ao Contrato 77/2018 em 02 (duas) vias de igual teor e valor jurídico, para todos os efeitos legais.

Nossa Senhora do Livramento - MT, 16 de Março de 2022

CONTRATANTE

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADO:

EMPRESA A.M. DE ABREU EIRELI

CNPJ nº 18.523.063/0001-98,

Representada pela Senhora Ana Maria de Abreu

RG: nº 1433071-7 SSPMT, CPF-MF nº 951.204.321-15

PRIMEIRO ADITAMENTO CONTRATUAL CONTRATO Nº. 04/2021

PRIMEIRO ADITAMENTO CONTRATUAL

CONTRATO Nº. 04/2021

PRESTAÇÃO DE SERVIÇO EVENTUAL DE EMISSÃO DE PARECERES

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO, AO CONTRATO Nº 04/2021, DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EVENTUAL DE EMISSÃO DE PARECERES NOS PROCESSOS DE APOSENTADORIA, E ELABORAÇÃO DE PARECER ANUAL NA CONTA DE GESTÃO DO INSTITUTO, QUE CELEBRAM O NOSSA PREVI – INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO – MT, E ROBSON ORTIZ, CONTROLADOR INTERNO, CONFORME CLÁUSULAS E CONDIÇÕES QUE SEGUEM.

O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE

NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO – NOSSA PREVI, pessoa jurídica de direito público interno, autarquia, CNPJ nº 03.303.941/0001-92, localizada na Av. Coronel Botelho nº 458, Centro, Cidade de Nossa Senhora do Livramento, CEP: 78.170.000, neste ato representado pelo seu Diretor Executivo, **Emanuel Arcanjo da Silva**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade – Registro Geral Q 13727575 SSP/MT e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o Q 956.691.321-49, residente e domiciliado à Avenida Coronel Botelho, Nº 331, Bairro Centro, Nossa Senhora do Livramento – MT, neste ato denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado na qualidade de autônomo, **Robson Ortiz**, brasileiro, solteiro, RG: 12869740 SSP/MT e CPF: 882.392.091-49, Residente na Rua: Santa Terezinha, Bairro: Novo Horizonte-Ikaray, Várzea Grande-MT, Neste ato denominado de **CONTRATADO**. Tem entre os mesmos de maneira justa e acordada, o presente **TERMO ADITIVO AO CONTRATO**

DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO, ficando desde já aceito, pelas cláusulas abaixo descritas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO MOTIVO

1.1. De conformidade com as motivações administrativas constantes na justificativa apresentada pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de Nossa Senhora do Livramento -MT, como também do parecer jurídico nº 170/2021, e pelo art. 57, II da lei 8.666/93 e suas alterações, aditiva o prazo do contrato 04/2021, de **prestação de serviços de p**essoa **fí**sica, para **emissão de pareceres eventuais de controle interno, nos processos de aposentadorias e na elaboração do parecer anual na conta de gestão do RPPS do ano de 2021.**

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGENCIA CONTRATUAL

2.1. O prazo de vigência do contrato 04/2021, com vencimento em 17/12/2021, de comum acordo, entre as partes, fica prorrogado mediante este Primeiro Aditamento, até 17/03/2022.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

3.1. Permanecem inalteradas todas as demais cláusulas e condições contratuais.

E por estarem assim justos e contratados, as partes assinam o presente termo de aditamento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Este termo aditivo entra em vigor a partir da assinatura deste aditamento contratual.

Nossa Senhora do Livramento - MT, 16 de dezembro de 2021.

INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO - MT

EMANUEL ARCANJO DA SILVA

CONTRATANTE

ROBSON ORTIZ

CONTRATADA

Testemunhas: **Nome:** **RG n.** **CPF n.** **Assinatura:.....**	**Nome** **RG n.** **CPF n.** **Assinatura:.....**

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO 009 2022

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO 009 2022

CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM TRANSFERÊNCIA DE RAMAIS E LINHAS TELEFÔNICAS, INSTALAÇÃO DE CABO DE INTERNET E REPAROS NAS LINHAS E RAMAIS CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO, PARA ATENDIMENTO A TODAS AS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO.QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E O SENHOR CARLOS FAGNER VIEGAS FERRAZ CONFORME PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0646/2022, DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 08/2022 AS CLAUSULAS A SEGUIR:

DO OBJETO

1.1 É objeto do presente contrato a Contratação de prestação de serviços em transferência de ramais e linhas telefônicas, instalação de cabo de internet e reparos nas linhas e ramais conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, para atendimento a todas as secretarias da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento.

1.2 Conforme especificações contidas no Termo de Referência nº 044/2021, **processo administrativo nº 0646/2022, dispensa de licitação nº 08/2022**e parecer jurídico nº 141/2022.

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QDADE	*VALOR UNIT*	*VALOR TOTAL*
01	Contratação de serviços em transferência de ramais e linhas telefônicas, instalação de cabo de internet e reparos nas linhas e ramais	Serviço	1	R$ 17.000,00	R$ 17.000,00

VIGÊNCIA DO CONTRATO

3.1. Este contrato terá vigência de 12 (dose) meses a contar da data de assinatura.

Nossa Senhora Do Livramento-MT, 18 de Março de 2022

CONTRATANTE:

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

Prefeito Municipal

CONTRATADO:

Senhor Carlos Fagner Viegas Ferraz

RG: 1842257-8 SSP/MT

CPF: 032.831.011-59,

CONTRATO PRESTAÇÃO DE SERVIÇO 008 2022

CONTRATO PRESTAÇÃO DE SERVIÇO 008 2022

***CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM MANUTENÇÃO E LIMPEZA DOS RESERVATÓRIOS DE ÁGUA LOCALIZADO NO DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO (DAE) DO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO, NAS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO TERMO DE REFERÊNCIA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - DAE.*QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA CLEBER ANTONIO DA SILVA CAMPOS 73404519191 CONFORME PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0699/2022, DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 07/2022 CLAUSULAS A SEGUIR:**

DO FUNDAMENTO:

O presente contrato decorre do Processo Administrativo **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0699/2022, DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 07/2022** nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, publicado a ratificação dia 17 de Março de 2022 • Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso • ANO XVII | N°3941 e TCE/MT

DO OBJETO:

2.1 - Constitui objeto deste contrato a C***ontratação emergencial de empresa especializada em manutenção e limpeza dos reservatórios de água localizado no Departamento de água e esgoto (DAE) do município de Nossa Senhora do Livramento, nas especificações constantes do Termo de Referência para atender as necessidades da Secretaria de Administração - DAE.***,

Item	Qtde	Und	Especificações	Preço Unit R$	Preço Total R$
01	**02**	**un**	Manutenção, limpeza dos reservatórios de água do departamento de água e esgoto (DAE) com capacidade de 500 mil litros cada, limpeza interna.	R$ 12. 500,00	R$ 25. 000,00
Valor Total; R$ R$ 25.000,00(Vinte Cinco Mil Reais)					

2.2. Nos preços supracitados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, etc.) .

DA VIGENCIA CONTRATUAL:

5.1 A vigência deste contrato será de 03 (meses) meses a contar da sua assinatura.

Nossa Senhora do Livramento, 18 de Março de 2022

CONTRATANTE

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

CONTRATADO:

Empresa **CLEBER ANTONIO DA SILVA CAMPOS 73404519191**,

CNPJ sob o nº 38.405.358/0001-77,

Representada pelo Senhor Clever Antonio da Silva Campos

RG: 24161403 SSP/MT e CPF: **734.045.191-91**,

CONTRATO PRESTAÇÃO DE SERVIÇO 010 2022

CONTRATO PRESTAÇÃO DE SERVIÇO 010 2022

***CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE*SERVIÇO DE LIGAÇÃO DOMICILIAR DE ÁGUA, CORTE DE ÁGUA, RELIGAÇÃO DE ÁGUA, MANUTENÇÃO DA REDE, LIGAÇÃO E DESLIGAMENTO DE BOMBA. *DO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO/MT.*QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA NILSON BENEDITO DOS SANTOS 82895422168 CONFORME PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0864/2022, DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 09/2022 AS CLAUSULAS A SEGUIR:**

DO FUNDAMENTO

O presente contrato decorre do Processo Administrativo **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0864/2022, DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 09/2022** nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, publicado a ratificação da Dispensa no dia 07 de março no Jornal AMM/MT Edição nº 3941

DO OBJETO:

2.1 - Constitui objeto deste contrato a **Contratação de empresa para prestação de serviço de ligação domiciliar de água, corte de água, religação de água, manutenção da rede, ligação e desligamento de bomba no município de Nossa Senhora do Livramento-MT**, conforme condições, especificações e quantidades, no **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0864/2022, DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 09/2022.**

Item	Qtde	Und	Especificações	Preço Unit R$	Preço Total R$
01	**09**	**und**	Serviço de ligação domiciliar de água, corte de água, religação de água, manutenção da rede, ligação e desligamento de bomba.	R$ 1. 944,00	R$ 17. 496,00
R$ 17.496,00 (Dezesete Mil Quatrocentos e Noventa e Seis)					

2.4. Nos preços supracitados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, etc.) .

Nossa Senhora do Livramento, 18 de Março de 2022

CONTRATANTE

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

CONTRATADO:

Empresa: NILSON BENEDITO DOS SANTOS 82895422168**,**

CNPJ sob o nº 29.493.501/0001-39

Representada pelo Senhor Nilson Benedito dos Santos

RG: 10937153 SSP/MT e CPF: 828.954.221-68

TESTEMUNHA

Marcos David Silva de Sousa

CPF:

RETIFICAÇÃO DE AVISO DE ADJUDICAÇÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº21/2021.

RETIFICAÇÃO DE AVISO DE ADJUDICAÇÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº21/2021.

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de pneus novos 1ª linha, câmara de ar e protetor de aro, para manutenção da frota de veículos e máquinas pesadas das Secretarias Municipais da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT.

Com base no PARECER JURÍDICO nº. 048/2022 – Processo Administrativo nº. 0000000524/2022, a Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento, através da Pregoeira e membros de equipe - CPL, nomeada pela Portaria 004/2022, publicada no Jornal da AMM 14/01/2022, e, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pela Lei nº 10.024/2019, artigo 17, inciso IX, **ADJUDICA** em favor das empresas convocadas na ordem de classificação do certame: Empresas vencedoras valor total: R$1.034.165,11 (um milhão e trinta e quatro mil e cento e sessenta e cinco reais e onze centavos): **BOREAL SUL COMERCIAL LTDA** (39422751000131) com os lotes: 7, 8, 11, 18, 27, 28 e 30 no valor total de R$252.201,11 (duzentos e cinquenta e dois mil e duzentos e um reais e onze centavos). **PNEUAR COMÉRCIO DE PNEUS LTDA** (03532991000141) com os lotes: 29, 31 e 33 no valor total de R$372.030,00 (trezentos e setenta e dois mil e trinta reais). **G.MANOEL DA SILVA - ME** (12514236000125) com os lotes: 1, 2, 3, 4, 5, 6, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 19, 20, 23, 24, 25, 26 e 32 no valor total de R$409.934,00 (quatrocentos e nove mil e novecentos e trinta e quatro reais).

Item cancelado: 21

Itens fracassados: 9, 10, 22 e 34

NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO - MT, 18 de março de 2022

LEONILDES FATIMA BENEVIDES DA SILVA Pregoeira.

retificação de AVISO DE homologação PREGÃO ELETRÔNICO Nº21/2021.

Com base no PARECER JURÍDICO nº. 048/2022 – Processo Administrativo nº. 0000000524/2022, e, Nos termos do Art. 43, inciso VI da Lei Federal Nº. 8.666/93 e as suas alterações e, **HOMOLOGA,** em favor das empresas convocadas na ordem de classificação do certame: em favor das empresas convocadas na ordem de classificação do certame: Empresas vencedoras valor total: R$1.034.165,11 (um milhão e trinta e quatro mil e cento e sessenta e cinco reais e onze centavos): **BOREAL SUL COMERCIAL LTDA** (39422751000131) com os lotes: 7, 8, 11, 18, 27, 28 e 30 no valor total de R$252.201,11 (duzentos e cinquenta e dois mil e duzentos e um reais e onze centavos). **PNEUAR COMÉRCIO DE PNEUS LTDA** (03532991000141) com os lotes: 29, 31 e 33 no valor total de R$372.030,00 (trezentos e setenta e dois mil e trinta reais). **G.MANOEL DA SILVA - ME** (12514236000125) com os lotes: 1, 2, 3, 4, 5, 6, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 19, 20, 23, 24, 25, 26 e 32 no valor total de R$409.934,00 (quatrocentos e nove mil e novecentos e trinta e quatro reais).

Item cancelado: 21

Itens fracassados: 9, 10, 22 e 34.

NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO - MT, 18 de março de 2022

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES-Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
TERCEIRO TERMO DE ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 053/2021

TERCEIRO TERMO DE ALTERAÇÃO DA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 053/2021

PREGÃO PRESENCIAL Nº 076/2021

O Município de Nova Bandeirantes-MT, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no C.N.P.J/MF sob Nº 33.683.822/0001-73, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **Sr. CÉSAR AUGUSTO PÉRIGO**,brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade RG nº. 9.001.064-6 SSP/MT, e do CIC/CPF nº. 037.458.769-89, residente e domiciliada nesta Cidade de Nova Bandeirantes - MT, doravante denominado simplesmente **ÓRGÃO GERENCIADOR** e a empresa **J. SOARES TEIXEIRA COMERCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA**, devidamente inscrita no CNPJ. **37.150.518/0001-11**, situada na Av. Dom Chavier, s/n.º, Centro, Distrito de Japuranã, Município de Nova Bandeirantes - MT, representada pelo Sr. **JOÃO SOARES TEIXEIRA,** portador do RG n°. 11446981 SSP/PR e inscrita sob o CPF n°. 811.876.611-04, residente e domiciliado na Av. Lidia Rosa Dalignol, n°. S/N, no Distrito de Japuranã Zona Rural, Município de Nova Bandeirantes - MT, denominada simplesmente **FORNECEDOR REGISTRADO**, têm entre si justo e avençado e celebram, por força do presente instrumento, o terceiro termo de alteração da Ata de Registro de Preços nº. 053/2021, cujo objeto e o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE OLEO DIESEL, OLEO S-10, GASOLINA E ETANOL, NO DISTRITO DE JAPURANÃ, COM ENTREGA PARCELADA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICIPIO DE NOVA BANDEIRANTES/MT,** conforme especificações detalhadas e constantes no Termo de Referência (Anexo I)**,**com base na lei nº 8.666/93 atualizada, sob clausulas e condições a seguir mencionadas, as quais passam a fazer parte integrante da ata original.

CLAUSULA PRIMEIRA – OBJETO:

1.1. O objeto do presente termo aditivo visa à alteração dos valores, objeto licitatório do Pregão Presencial n º. 076/2021, para requerer a revisão (reequilíbrio de preços ou realinhamento), devidamente comprovado através de notas fiscais.

CLAUSULA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO:

2.1. A presente ata de registro teve alteração nos seguintes itens, conforme tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR REGISTRADO	VALOR REAJUSTADO
02	GASOLINA COMUM	R$ 7,28	R$ 7,67
03	ÓLEO DIESEL COMUM	R$ 6,35	R$ 7,43
04	ÓLEO S-10	R$ 6,50	R$ 7,69

CLÁUSULA TERCEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL

3.1. O presente aditivo encontra embasamento legal no decreto 7.892 de 23 de janeiro de 2013, artigo 65, inciso II, alínea "d" e parágrafo primeiro, do mesmo artigo, da Lei Federal n 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1. As demais Cláusulas da ata de registro de preço permanecem inalteradas.

4.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Nova Monte Verde, para dirimir as dúvidas que por ventura surgirem em decorrência deste aditamento, excluindo-se qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem devidamente acordados, declaram as partes aceitar as disposições estabelecidas neste Instrumento, sujeitando-se às normas contidas na Lei nº 8.666/93 e assinam o presente em 03 (três) vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais, na presença de 2 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Nova Bandeirantes - MT, 18 de março de 2022.

_____

CÉSAR AUGUSTO PÉRIGO

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

_____

J. SOARES TEIXEIRA COMERCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA

CNPJ: **37.150.518/0001-11**

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

_____ _____

Nome: Andressa Cristine F. Moreira Nome: Ademir Urtado Junior

C.P.F.: 041.729.241-40 C.P.F.: 040.719.819-97

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 007/2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA

ESTADO DE MATO GROSSO

AVISO DE PUBLICAÇÃO - EXTRATOS DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Pelo presente, certifico que o extrato abaixo foi afixado no mural da Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia/MT, para devidas publicações.

PROCESSO ADMINISTRATIVO N º. 016/2022

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 007/2022 de 18/03/2022

De conformidade com a Legislação Pertinente, justifica-se e ratifica-se a dispensa de licitação para **CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE PROFISSIONAL MÉDICO (PESSOA FISICA) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS COM ATUAÇÃO NA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE IRMÃ MARIA CLARA EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DESTE MUNICIPIO.**

VALOR GLOBAL: R$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais)

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo. 24 caput e inciso IV da Lei n° 8.666/93.

CONTRATADA: EMILLY STEPHANNY DE SOUZA CAVALCANTE, inscrita no CPF: **Nº. 052.468.641- 62**

Nova Brasilândia - MT, 18 de março de 2022.

JÚLIO CESAR BONFIM LOPES

Presidente CPL

Portaria: 018/2022

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 007/2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA

ESTADO DE MATO GROSSO

AVISO DE PUBLICAÇÃO - EXTRATOS DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Pelo presente, certifico que o extrato abaixo foi afixado no mural da Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia/MT, para devidas publicações.

PROCESSO ADMINISTRATIVO N º. 016/2022

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 007/2022 de 18/03/2022

De conformidade com a Legislação Pertinente, justifica-se e ratifica-se a dispensa de licitação para **CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE PROFISSIONAL MÉDICO (PESSOA FISICA) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS COM ATUAÇÃO NA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE IRMÃ MARIA CLARA EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DESTE MUNICIPIO.**

VALOR GLOBAL: R$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais)

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo. 24 caput e inciso IV da Lei n° 8.666/93.

CONTRATADA: EMILLY STEPHANNY DE SOUZA CAVALCANTE, inscrita no CPF: **Nº. 052.468.641- 62**

Nova Brasilândia - MT, 18 de março de 2022.

JÚLIO CESAR BONFIM LOPES

Presidente CPL

Portaria: 018/2022

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2022

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2022.

ORGÃO GERENCIADOR: **Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT**

FORNECEDORA REGISTRADA: **GERSON MOURA LIMA**

CNPJ: 39.679.294/0001-65

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação **REGISTRO DE PREÇOS objetivando a futura e eventual para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA DE PEDREIRO, SERVENTE DE PEDREIRO E PINTOR PARA REALIZAR MANUTENÇÃO COM PEQUENOS REPAROS E PINTURAS NAS ESTRUTURAS FISICAS E INSTALAÇÃO DE ADUELAS E EQUIPAMENTOS DOS LOGRADOUROS PUBLICOS EM ATENDIMENTO AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE NOVA BRASILÂNDIA/MT**, observado as especificações contidas no ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA deste edital e em seus anexos, Pregão Presencial n°001/2022.

VALOR TOTAL R$ 666.760,00 (Seiscentos e Sessenta e Seis Mil Setecentos e Sessenta Reais).

ASSINATURA: 17 de março de 2022**.**

VIGENCIA: **17 de março de 2022 a 17 de março de 2023.**

FUNDAMENTO: **De acordo com a Lei nº 8.666/93 e a lei nº 10.520/2002**

Prefeita Municipal: **MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA**

EXTRATO DO SÉTIMO TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº 059/2020

EXTRATO DO SÉTIMO TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº 059/2020.

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT**

CONTRATADA**: V.C GONÇALVES ME.**

CNPJ: 29.183.140/0001-24

OBJETO:Prorrogação de prazo de vigência do contrato original por mais **03 (três)** meses, com vigência a partir de **11 de março de 2022 a 11 de junho de 2022**.

ASSINATURA: **10 de março 2022.**

FUNDAMENTO: **De acordo com a Lei nº 8.666/93.**

Prefeita Municipal: **MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA**

PREVBRAS
PORTARIA 1522022 COMISSÃO SELETIVO EDUCAÇÃO

PORTARIA N° 152/2022, DE 18 DE MARÇO DE 2022.

" DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DA COMISSÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO CONTAGEM DE PONTOS E ATRIBUIÇÃO DE CLASSES E /OU AULAS E DO REGIME /JORNADA DE TRABALHO, NA EDUCAÇÃO INFANTIL, ENSINO FUNDAMENTAL PERTENCENTE Á REDE MUNICIPAL ENSINO.".

A Prefeita Municipal de Nova Brasilândia - Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são concedidas por Lei e considerando o Artigo 5º e 6º da Lei Municipal nº 160/2001 de 06 de novembro de 2001.

RESOLVE:

Artigo 1º - Nomear os membros abaixo relacionados, para compor a Comissão de Atribuição de Classes e /ou aulas do Regime /Jornada de Trabalho, em virtude da contagem de pontos e atribuição de classes e /ou aulas dos profissionais da Educação em acordo com a Instrução Normativa 001/2021 SMED-NB/MT:

Representantes da Secretaria Municipal de Educação e Desporto.

Ø José Ademir Lopes Pereira

Representante dos Profissionais da Educação

Ø Beatriz de Souza Cardoso

Ø Luzia Helena Mendes Campos

Ø Danielle Grazziele Soehn da Costa

Representantes do Conselho Deliberativo das Escolas Municipais

Ø Edney Florentino Borges

Ø Nilza Luzia Bezerra

Ø Vanilce Marques

Representante de Diretores das Escolas Municipais

Ø Romilda Lemes Queiroz Almeida

Ø Vilma Bernardes Carvalho de Souza

Ø Wilson Florentino Borges

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registrada e Publicada, Cumpra-se.

Gabinete da Prefeita Municipal,

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

JEOLLI CERUTTI AMORIM

Secretária Municipal de Administração, Economia e Finanças

Portaria n° 001/2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA

ADMINISTRATIVO
AVISO DE LICITAÇÃO CHAMADA PÚBLICA 03/2022

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA – MT, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará o **Chamamento Público**, para a **Seleção de Organizações da Sociedade Civil, interessadas na celebração de parceria, em regime de Mútua Cooperação, visando à execução do serviço de acolhimento institucional para crianças e adolescentes– Modalidade Casa Lar**, tudo em conformidade com as características técnicas e quantitativos descritos em Edital.

Os interessados deverão entregar suas Propostas na Secretaria Municipal de Assistência Social, entre os dias **21 de Março a 25 de Abril de 2022**, das **07:00 hrs** às **10:00 hrs** e das **13:00 hrs** as **16:00 hrs**.

Conforme Edital nos termos da das Lei n° 13.019, de 31 de julho de 2014, seguido de suas alterações introduzidas pela Lei nº 13.204, de 14 de dezembro de 2015 e Decreto Municipal Nº 017/2022/GP/PMNG, neste município de Nova Guarita - MT, com data prevista para Seleção nos dias **26/04/2022** e **27/04/2022**. Cópias do edital e informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal localizada na Av. dos Migrantes, Travessa 01, N° 30, em Nova Guarita – MT, no horário das das **07:00 hrs** às **11:00 hrs** e das **13:00 hrs** as **17:00 hrs**, ou através do site www.novaguarita.mt.gov.br do fone/fax (66) 3574-1404 ou e-mail licitacao@novaguarita.mt.gov.br.

Nova Guarita – MT, em 18 de Março de 2022.

Graciela Schuster

Presidente da C.P.L

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATOS DE CONTRATO DE PESSOAL

CONTRATO: 002/2022/SMAF/PMNG

RECURSO: PRÓPRIO

PRAZO: 21/03/2022 À 21/03/2023

CONTRATADA: **UELISSON JOSÉ FERREIRA**

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA FUNÇÃO DE OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS (ESCAVADEIRA HIDRÁULICA E MOTONIVELADORA), DEVENDO SEGUIR AS DIRETRIZES E ATRIBUIÇÕES DESIGNADAS PELA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE E PELO PREFEITO MUNICIPAL.

VALOR: R$ 2.800,00(MENSAL)

DATAÇÃO: ELEMENTO: 3190.04.00.00.00: FUNCIONAL PROGRAMÁTICO: 04.122.0006.2044

DATA: 18/03/2022.

ADMINISTRAÇÃO
CERTIDÃO

CERTIFICO para os devidos fins e a quem de direito interessar possa que publicamos a convocação do (a) candidato (a) Alberi Campolim de Moura aprovado no Processo Seletivo Simplificado 001/2022 para o cargo de Motorista I (veículo grande), protocolou na data de 18/03/2022 no departamento de recursos humanos declaração de desistência definitiva do cargo.

Nova Guarita - MT, 18 de março de 2022.

Idianês Teresinha Machado

Chefe de RH

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 162/2022/GP/PMNG

O Prefeito Municipal de Nova Guarita, Estado de Mato Grosso, Sr. JOSE LAIR ZAMONER, no uso de suas atribuições legais e considerando o resultado final do Processo Seletivo Simplificado desta Prefeitura, nos termos do Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2022.

RESOLVE

ART. 1º - Convocar os candidato abaixo, para comparecer ao prédio sede da Prefeitura Municipal de Nova Guarita - MT, no prazo de 15 (quinze) dias

a contar da publicação desta Portaria, de acordo com o que dispõe a item 9.4 do Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2022.

§ PRIMEIRO – O não comparecimento do candidato no prazo estipulado neste artigo implicará na sua desclassificação, sendo considerado desistente da vaga.

§ SEGUNDO – O candidato convocado deverá apresentar-se no prazo estipulado nesta portaria para a apresentação de documentos de Habilitação conforme item 9.2 do Edital de Processo Seletivo Simplificado 001/2022 e demais documentos conforme relação em anexo.

NOME	INSC. Nº	CARGO
Marcio Alves Teixeira	0000720	Motorista I (veículo grande)
Jessica Santos De Melo	0001070	Auxiliar De Sala (Alunos Com Necessidades Especiais)
Geovana Aparecida Miguel	0001500	Auxiliar De Sala (Alunos Com Necessidades Especiais)
Fabiane Helena Patel Zamoner	0001270	Auxiliar De Sala (Alunos Com Necessidades Especiais)
Mirelly Gomes De Lima	0000730	Professor III - Pedagogia
Rosane Maria Lieberknecht	0001120	Professor IV – Áreas específicas - Geografia

ART. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, por afixação nos locais de costume, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, aos dezessete dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e dois.

Registre-se. Publique-se. Cientifique-se. CUMPRA-SE.

JOSE LAIR ZAMONER

Prefeito Municipal

Anexo a Portaria 162/2022/GP/PMNG

Cópia e Original para Autenticação

1) Original e Cópia da Carteira de Identidade;

2) Original e Cópia Título de Eleitor e certidão de regularidade expedida pelo TRE no site http://www.tre-mt.jus.br;

3) Original e Cópia do CPF; Comprovante de situação Cadastral emitida no site da receita federal (http://receita.economia.gov.br).

4) Original e Cópia do Certificado de Reservista, ou documento equivalente, ou ainda dispensa de incorporação (se do sexo masculino);

5) Comprovante de endereço atualizado;

6) Original e Cópia da Certidão de nascimento ou Comprovante do estado civil (casado), união estável (declaração de união estável com assinatura dos dois);

7) Cópia do Cartão de Cadastramento do PIS/PASEP;

8) Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social;

9) Original e Cópia do Diploma ou dos documentos que comprovem a escolaridade exigida para a função/categoria profissional/especialidade reconhecida pelo Conselho, conforme discriminado neste Edital, e respectivo registro no Conselho de Classe se for o caso;

10) Carteira de habilitação (no caso de exigência da função);

11) Declaração de bens e valores que compõe seu patrimônio;

12) Declaração de não acumulação remunerada ou não, de cargos, funções e empregos públicos e quando houver a acumulação a declaração de compatibilidade de cargo, empregos ou funções e horários, conforme disposto do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal;

13) Declaração de não ter sofrido, no exercício da função público, penalidades impeditivas de assumir função pública;

14) Certidão ou atestado atualizado, que comprovem estar apto ao exercício da função (expedido pelo órgão de classe respectivo – curso superior).

15) Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 (quatorze)anos, ou menores de 24 (vinte e quatro)anos, no caso de estudante de nível superior, para fins de cadastro de dependentes;

16) Carteira de Vacinação dos Filhos menores de 14 (quatorze) anos;

17) Cópia do CPF dos filhos declarados como dependentes;

18) CPF de pai e mãe ou declaração constando o CPF ou se já são falecidos.

19) Comprovante de conta salário no Banco Sicredi

20) Certidão da Justiça (civil e criminal de 1º e 2º grau), acessar o site: www.tjmt.jus.br e emitir a certidão no campo certidões.

21) 01 foto 3X4 colorida e recente

O candidato convocado deverá submeter-se a exame médico Pré-admissional ou a exame médico específico (portadores de deficiência) a ser realizado pelo órgão de saúde indicado pela **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA/MT**, que terá decisão terminativa.

ADMINISTRATIVO
AVISO DE PRORROGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 08/2022
PROCESSO 172/2022

A PREFEITURA MUNICIPAL, através da sua Pregoeira Oficial, torna público para conhecimento dos interessados, a prorrogação no Edital, tendo em vista que nenhuma empresa licitante se fez presente à sessão pública, tornando-a **deserta** por não haver licitantes interessados para o seguinte objeto: **Contratação de serviços médicos para atender a população no Centro de Saúde do município de Nova Guarita – MT, com carga horária de 40 horas semanais.**

Portanto o prazo para a abertura da licitação, fica prorrogado para **04 de Abril de 2022**, às 08:30 horas (Horário de Mato Grosso). Informações disponíveis na Prefeitura Municipal localizada na Av. dos Migrantes, Travessa 01, N° 30, em Nova Guarita – MT, no horário das 07:00 hs as 11:00, fone: (66) 3574-1404 ou através do e-mail licitacao@novaguarita.mt.gov.br. O Edital e demais arquivos encontram-se a disposição dos interessados no Portal Transparência pelo site https://www.novaguarita.mt.gov.br/Transparencia/.

Nova Guarita – MT, 18 de Março de 2022.

Yana Maria Marcon

Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL PREGÃO 15/2022

AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL PREGÃO 15/2022

À Prefeitura Municipal de Nova Lacerda, torna público que fará realizar Pregão Presencial 15/2022.

ABERTURA: 01 de abril de 2022 ás 13:30 horas;

CREDENCIAMENTO: das 13:15 ás 13:30 horas;

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para em apoio a administração realizar os serviços de Consultoria e assessoria tributária, objetivando otimizar a fiscalização e operacionalização do ITR, com fornecimento de software que possibilite o cadastro de propriedades com tecnologias que venham a ser utilizadas como ferramenta de apoio as atividades desenvolvidas por esse município, nas mais diversas áreas, tributária, meio ambiente, obras, saúde, etc, atendendo a Secretaria de Finanças.

LOCAL: Prefeitura Municipal de Nova Lacerda, sala de licitações, sito na Rua 16 de Julho, 815, Centro, Nova Lacerda- MT.

Os interessados em adquirir o Edital completo e maiores informações no site: www.novalacerda.mt.gov.br.

Nova Lacerda-MT 18 de março de 2022.

JACSON DOUGLAS NUNES CORDEIRO

PREGOEIRO

PROCURADORIA JURÍDICA
CONTRATO Nº 012/2022

CONTRATANTE: **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA-MT**

CONTRATADA: **ALDILENE COSTA VIEIRA**

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente contrato consiste na **Contratação de médico para prestar serviços profissionais na categoria de clínica médica, através de atividades na Estratégia de Saúde da Família para usuários do Sistema único de Saúde de nova Lacerda-MT**

Nova Lacerda MT, 15 de março de 2022

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
DISPENSA LICITAÇÃO Nº 06/2022

DISPENSA LICITAÇÃO Nº 06/2022

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Nova Lacerda- MT, torna público aos interessados a contratação;

Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviços de Procedimentos de Histerectomia + Sapingectomia, conforme as Especificações e quantidades constantes do termo de referencia atendendo a Secretaria de Saúde.

Favorecida: RONDELO DUARTE E DE SOUZA DUARTE LTDA

R$ 17.600,00 (dezessete mil e seiscentos reais)

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 24, Inciso II da Lei nº 8.666/93, Lei Municipal 730/2015 e Decreto municipal 895/2015.

Nova Lacerda- MT 18 de março de 2022.

Uilson Jose da Silva

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURÍDICA
PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 083/2021 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 077/2021

CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE NOVA LACERDA**

CONTRATADA: **AUTO POSTO FIUZA LTDA**

CLAUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1 – Aditar à Ata de Registro de Preço 083/2021, decorrente do Pregão Presencial 077/2021, devido reajuste de preços ao reequilíbrio econômico e aumento que recaíram sobre os itens relacionados abaixo, aceitos pelo Município, visando à manutenção do equilíbrio econômico e financeiro previsto na alinea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8.666/199393. A partir desta data, o preço desses produtos passa a ser conforme a tabela abaixo:

Item	Preço anterior	Reajuste %	Valor do Reajuste	Valor Atual
Óleo diesel S-10	R$ 5,98	27,5919 %	**R$ 1,65**	**R$ 7,63**
Óleo diesel comum	R$ 5,98	24,0802 %	**R$ 1,44**	**R$ 7,42**
Gasolina comum	R$ 6,99	2,1459 %	**R$ 0,15**	**R$ 7,14**

Nova Lacerda – MT, 16 de março de 2022

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
DISPENSA LICITAÇÃO Nº 04/2022

DISPENSA LICITAÇÃO Nº 04/2022

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Nova Lacerda- MT, torna público aos interessados a contratação;

Aquisição de ovos de páscoa para distribuição aos alunos escolas municipais do Município de Nova Lacerda-MT

Favorecida: ELTON ANTONIO ALVES 04451086140

R$ 15.004,98 (quinze mil e quatro reais e noventa e oito centavos)

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 24, Inciso II da Lei nº 8.666/93, Lei Municipal 730/2015 e Decreto municipal 895/2015.

Nova Lacerda- MT 18 de março de 2022.

Uilson Jose da Silva

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA

LICITAÇÃO E CONTRATOS
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO 012/2022

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COMO MOTORISTA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA – MT.

O Prefeito Municipal de NOVA MARILANDIA /MT, comunica a quem interessar que em virtude de ter concordado com as justificativas apresentadas pela Comissão Permanente de Licitação, na contratação do **EVERTON COSTA DA SILVA,** considerados como necessários e indispensáveis a **CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COMO MOTORISTA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA – MT**, formulou-se expediente de dispensa com base na Lei 8.666/93, art. 24, inciso II, c/c Lei Municipal nº 703/2014, que determinou a contratação do supracitado, do Senhor: EVERTON COSTA DA SILVA**,** inscrita no CPF: 013.940.471-69, no valor total de **R$ 7.890,00** (Sete mil oitocentos e noventa reais).

NOVA MARILÂNDIA – MT, 18 de Março de 2022.

BRUNA C. P. DADALT

PRESIDENTE DA CPL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 074/2022

Data: 18 de Março de 2022.

EMENTA: CONCEDE FÉRIAS AOS SERVIDORES PÚBLICO MUNICIPAL RELACIONADOS ABAIXO**.**

JEFFERSON NOGUEIRA SOUTO, PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E EM CONFORMIDADE COM O QUE DETERMINA A LEI MUNICIPAL Nº. 725/2016, EXPEDE A SEGUINTE PORTARIA.

RESOLVENDO:

Art. 1º – Conceder férias aos Servidores Público Municipal relacionados abaixo, atendendo a requerimento de **FÉRIAS** que têm direito, em conformidade com o Art. 180 da Lei Nº 725/2016, alterada pela Lei Municipal Nº 782/2017.

NOME	CARGO	LOTAÇÃO/ SECRETARIA	FÉRIAS	
			INÍCIO	FIM
ANDRÉ LUIZ BUENO FIGUEIRA	AGENTE DE CONTROLE INTERNO	CONTROLADORIA MUNICIPAL	21/03/2022	09/04/2022
RAYANY CRISTINA RINALDI	DIRETOR DE DEPARTAMENTO ADM. AÇÕES DE SAÚDE PÚBLICA	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	21/03/2022	09/04/2022

KATIANE FERNANDES SILVA	DIRETOR DE CADASTRO TRIBUTÁRIO	SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E SANEAMENTO	22/03/2022	20/04/2022

Art. 2º - Ao término do período concedido neste ato deverão os servidores retornar às atividades concernentes aos seus cargos junto à sua Secretaria neste município Nova Marilândia – MT.

Art. 3º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PAÇO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DEZOITO DIAS DO MÊS DE MARÇO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE DOIS – 18/03/2022.

_____

_____

JEFFERSON NOGUEIRA SOUTO

Prefeito de Nova Marilândia – MT

Registrada e Publicada pela Secretaria Municipal de Administração, na data supra e na forma da lei.

LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO 019/2022

Texto:

CONTRATO N°019/2022 – ASS- 15/03/2022 –VCTO – 30/06/2022 - R$ 17.500,00 (dezessete mil e quinhentos reais)

OBJ: **CONTRATAÇÃO DE UM PROFISSIONAL PARA SERVIÇOS DE PINTURA PREDIAL DA ESOCLA MUNICIPAL CRIANÇA ESPERANÇA NO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA - MT**

CONTRATADO: SOLANGE ALVES SILVA 56764065187-ME, CNPJ sob o nº 28.226.665/0001-37

JEFFERSON NOGUEIRA SOUTO

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO 020/2022

Texto:

CONTRATO N°020/2022 – ASS- 17/03/2022 –VCTO – 31/12/2022 - R$ 15.000,00 (quinze mil reais)

OBJ: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM ASSESSORIA DE IMPRENSA EM CUIABÁ PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA-MT**

CONTRATADO: **SISTEMA BRASIL DE JORNALISMO,** inscrita no CNPJ**: 32.628.837/0001-76**

JEFFERSON NOGUEIRA SOUTO

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO E CONTRATOS
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO 013/2022

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COMO MOTORISTA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA – MT.

O Prefeito Municipal de NOVA MARILANDIA /MT, comunica a quem interessar que em virtude de ter concordado com as justificativas apresentadas pela Comissão Permanente de Licitação, na contratação do AGOSTINHO XAVIER DE AMORIM**,** considerados como necessários e indispensáveis a **CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COMO MOTORISTA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA – MT**, formulou-se expediente de dispensa com base na Lei 8.666/93, art. 24, inciso II, c/c Lei Municipal nº 703/2014, que determinou a contratação do supracitado, do Senhor: AGOSTINHO XAVIER DE AMORIM**,** inscrita no CPF: 503.564.101-53, no valor total de **R$ 7. 890,00** (Sete mil oitocentos e noventa reais).

NOVA MARILÂNDIA – MT, 18 de Março de 2022.

BRUNA C. P. DADALT

PRESIDENTE DA CPL

LICITAÇÃO E CONTRATOS
AVISO DE CREDENCIAMENTO 002/2022 CHAMAMENTO PÚBLICO 003/2022

O Município de Nova Marilândia-MT, através da Comissão Permanente de Licitação torna público, para conhecimento dos interessados a abertura do edital para o CREDENCIAMENTO N° 002/2022 Chamamento Público 003/2022, o recebimentos dos envelopes será durante os dias 21/03/2022 à 06/04/2022, das 07h00min às 11h00min e das 12h30min às 16h30min, de segunda à sexta feira e CONVOCA todos os interessados para **CREDENCIAMENTO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE JARDINAGEM, PINTURA E MANUTENÇÃO PREDIAL PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE NOVA MARILANDIA-MT**, à apresentarem SEU CREDENCIAMENTO nos termos do Edital e especificações detalhadas e constantes no Termo de Referência (Anexo I) e demais anexos. A sessão pública para a abertura dos envelopes ocorrerá dia 07/04/2022 às 08:00 horas. O edital completo do credenciamento se encontra disponível no endereço eletrônico www.novamarilandia.mt.gov.br ou através do e-mail pmnovamarilandia@hotmail.com ou telefone (65) 3352-1122.

Nova Marilândia – MT, 18 de março de 2022.

BRUNA CRISTINA P. DADALT

PRESIDENTE DA CPL

LICITAÇÃO E CONTRATOS
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO 011/2022

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COMO MOTORISTA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA – MT.

O Prefeito Municipal de NOVA MARILANDIA /MT, comunica a quem interessar que em virtude de ter concordado com as justificativas apresentadas pela Comissão Permanente de Licitação, na contratação do **LOURIVAL MOURA DA SILVA JUNIOR,** considerados como necessários e indispensáveis a **CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COMO MOTORISTA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA – MT**, formulou-se expediente de dispensa com base na Lei 8.666/93, art. 24, inciso II, c/c Lei Municipal nº 703/2014, que determinou a contratação do supracitado, do Senhor: **LOURIVAL MOURA DA SILVA JUNIOR,** inscrita no CPF: 267.758.674-68, no valor total de **R$ 7.890,00** (Sete mil oitocentos e noventa reais).

NOVA MARILÂNDIA – MT, 18 de Março de 2022.

BRUNA C. P. DADALT

PRESIDENTE DA CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - DISPENSA DE LICITAÇÃO 016/2022

A Prefeitura Municipal de Nova Maringá – MT, Estado de Mato Grosso através do Agente de Contratação designado pela portaria 190/2021 de 02 de Julho, torna publico o resultado da Dispensa de Licitação n° 016/2022, tendo como Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO PARA EFEITO DE ELABORAÇÃO DE PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO DAS RODOVIAS MT-488 E ESTRADA BOA SORTE NO MUNICIPIO DE NOVA MARINGÁ – MT**, a empresa **DIOGO AUGUSTO CAVAZZINI** com **CNPJ 17.997.264/0001-64,** apresentou a menor proposta no Valor total de **R$ 28.200,00** (Vinte e oito mil e duzentos reais), com os termos no inciso II da Lei nº 14.133/2021.

O processo referente a licitação acima, encontra- se a disposição dos interessados na sala da licitação da Prefeitura, localizada na Av. Amos Bernardino Zanchet, Centro, neste Município de Nova Maringá, de segunda a sexta no horário de atendimento ao público e no site http://www.novamaringa.mt.gov.br.

Nova Maringá - MT, 18 de Março de 2022.

EDI CARLOS RODRIGUES JULIO - **Agente de Contratação**

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS 004/2022

A Prefeitura Municipal de Nova Maringá, Estado de Mato Grosso, através de sua Presidente da Comissão Permanente de Licitação e Equipe de Apoio, instituída pela Portaria nº 020/2022/GAPRE, torna público para conhecimento de quantos possam interessar que fará realizar no dia **06/04/2022** as**09h00min**(horário de Cuiabá/MT), em sua sede situada na Av. Amos Bernardino Zanchet, nº 50E, Centro, Fone (66) 98154-3919, CEP 78445-000, na cidade de Nova Maringá-MT, Licitação na modalidade Tomada de Preços - Empreitada por Preço Global. OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO, IMPLANTAÇÃO E INTERLIGAÇÃO DE 02 RESERVATÓRIOS DE ÁGUA DE 200 M³ NO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA CIDADE DE NOVA MARINGÁ/MT,** com recebimento e abertura das documentações e proposta, conforme especificado no Edital de Tomada de Preços n° **004/2022.**

O edital da Tomada de Preços e seus anexos encontram-se disponíveis aos interessados junto a comissão permanente de licitação no endereço supracitado, site http://www.novamaringa.mt.gov.br/Transparencia e e-mail: licitacao@novamaringa.mt.gov.br

Nova Maringá-MT, 18 de Março de 2022.

ROSIMEIRE DA SILVA SOUZA - Presidente da Comissão 020/2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

LICITACAO
AVISO ABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 09/2022

AVISO ABERTURA DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 09/2022

O Município de Nova Monte Verde-MT, Estado de Mato Grosso, através da Comissão Permanente de Licitação, nomeada pelo Decreto Nº 020/2022/PMNMV/GAB de 26 de Janeiro de 2022, comunica aos interessados que será aberta licitação na modalidade de **Pregão Eletrônico nº. 092022, do TIPO MENOR PREÇO POR ITEM,** no dia **01/04/2022 às 09:00 horas** (Horário Oficial de Brasília) no Portal da Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br, cujo objeto é o ***REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MOTONIVELADORA MOTOR 06 CILINDROS, INJEÇAO DIRETA, COM POTÊNCIA LÍQUIDA DE 140 A 2. 200 RPM, FREIOS A DISCO COM BANHO DE ÓLEO, PNEUS 14X24X12 OU 17X05X25, 12 LONAS COM ZÍPER TRASEIRO E 05 DENTES, CABINE FECHADA COM AR CONDICIONADO, PESO APROX. 15.500 PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO.***

O procedimento licitatório obedecerá integralmente à legislação que se aplica a modalidade Pregão, sob a égide da Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº. 10.024, de 20 de setembro de 2019, da Lei Complementar n°. 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto n° 8.538, de 06 de outubro de 2015, Acordo de Cooperação Técnica para Utilização de Sistema Informatizado de Licitações, firmado com a BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES e, subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, bem como as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

O Edital completo contendo as instruções estará à disposição dos interessados no site www.novamonteverde.mt.gov.br, no campo **Publicações - Editais - 2022 – Campo Geral e também no site** www.bll.org.br.

Demais informações pelo telefone (66) 3597-2800.

Nova Monte Verde-MT, 18 de Março de 2022.

CLAUDIO DOS SANTOS MARIA

Presidente da CPL

Decreto 020/2022

Publique-se.

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 1176/2022.

LEI Nº 1176/2022.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DA LEI MUNICIPAL Nº 520/2011 E PROMOVE REVISÃO GERAL ANUAL (RGA) DAS PERDAS SALARIAIS DOS SERVIDORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE – MT, PARA O ANO DE 2022 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faço saber que a Câmara aprova e, sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º – Fica o poder Legislativo Municipal, autorizado a realizar a recomposição das perdas salariais dos servidores e promover a substituição dos Anexos I ao VI da Lei 520/2011, Anexo VII da Lei 658/2014 e anexos V, VI e VII da Lei 901/2017, visando atualização das Tabelas salariais dos servidores da Câmara Municipal de Nova Monte Verde-MT.

Art. 2º – O ajuste remuneratório ora estabelecido trata da Revisão Geral Anual (RGA) referente às perdas salariais dos servidores da Câmara Municipal de Nova Monte Verde-MT, relativamente ao exercício de 2020 na porcentagem de 4,52% (Quatro virgula cinquenta e dois por cento) e ao exercício de 2021 na porcentagem de 10,06% (Dez virgula zero seis por cento), perfazendo um percentual total acumulado de 14,58% (Quatorze virgula cinquenta e oito por cento), medidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo– IPCA/IBGE/2021.

Art. 3º – As despesas decorrentes com a execução da presente Lei atenderão os limites legais de despesas de pessoal e correrão por conta de verbas próprias consignadas no Orçamento Geral Anual do Poder Legislativo Municipal, referente ao exercício financeiro de 2022.

Art. 4º – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação e revoga as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal nº 1052, de 20 de fevereiro 2020, com efeitos retroativos para a folha salarial de março de 2022.

AUTORIA: MESA DIRETORA.

Nova Monte Verde MT, 18 de Março de 2022.

EDEMILSON MARINO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

ANEXO – I

Quadro do Grupo Funcional dos Cargos de

DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIOR – DAS

Símbolo	Pessoal de Carreira (opcional)	Pessoal Externo	Cargos	Vagas
DAS - 07	VB	5.735,46	Advogado	01

ANEXO – II

Quadro do Grupo Funcional dos Cargos de

DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO INTERMEDIÁRIO – D A I

Símbolo	Pessoal de Carreira (opcional)	Pessoal Externo	Cargos	Vagas
D A I - 05	VB	2.593,69	Diretora Geral de Administração	01

ANEXO – III

Quadro do Grupo Funcional dos

CARGOS DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E INFRAESTRUTURA – SMI

(ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO)

Símbolo	Nível de Ref.	Vencimento Inicial	Cargo	Hs Sem.	Vagas
S M I	01	1.249,06	Zeladora	40	02
S M I	02	1.249,06	Vigia	40	02

Quadro do Grupo Funcional dos

CARGOS AUXILIARES – AUX

(ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO)

Símbolo	Nível de Ref.	Vencimento inicial	Cargo	Hr/Sem.	Vagas
AUX	01	1.249,06	Contínuo	40	1
AUX	02	1.249,06	Auxiliar administrativo	40	1

ANEXO – IV

Quadro do Grupo Funcional dos

CARGOS DE SERVIÇOS DE NIVEL MÉDIO – SNM

Símbolo	Nível de Ref.	Vencimento Inicial	Cargo	Hs Sem.	Vagas
SNM	03	1.605,93	Agente Administrativo	40	01
SNM	05	2.319,67	Assistente Administrativo	40	02

ANEXO – V

Quadro do Grupo Funcional dos

CARGOS DE SERVIÇOS TÉCNICO DE NIVEL SUPERIOR – TNS

Símbolo	Nível de Ref.	Vencimento Inicial	Cargo	Hs Sem.	Vagas
TNS	10	5.376,99	Contador	30	01
TNS	11	5.735,46	Controlador Interno	30	01

ANEXO – VI QUADRO DOS NÍVEIS DE REFERÊNCIA TABELA DE VENCIMENTO INICIAL

NÍVEL DE REFERÊNCIA	VECIMENTO INCIAL (PADRÃO “A”)

01	1.249,06
02	1.249,06
03	1.605,93
05	2.319,67
10	5.376,99
11	5.735,46

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA NAZARÉ

PREFEITURA DE NOVA NAZARÉ
PORTARIA Nº 1569 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2022.

PORTARIA Nº 1569 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2022.

Dispõe sobre o remanejamento de cargo em Comissão e dá outras providências.

O Senhor **JOÃO TEODORO FILHO** Prefeito Municipal de Nova Nazaré, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º – Remanejar o Senhora **KÊNIA CRISTINA CAMPOS DE AZEVEDO IUEN,** inscrita no CPF sob o nº, **550.239.241-49**,do cargo em comissão de **Secretária de Administração** para **Diretora de Meio Ambiente**, junto a Secretaria de Meio Ambiente.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeitura de Nova Nazaré, Estado de Mato Grosso, aos 28 dias do mês de fevereiro 2022.

JOÃO TEODORO FILHO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA

LICITAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL N. º 041 DE 18 DE MARÇO DE 2022.

"QUE DISPÕE SOBRE NOMEAÇAO DE MEMBROS PARA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES PARA O PERÍODO DE 18/03/2022 A 18/03/2023. "

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE, Prefeito Municipal Interino de Nova Olímpia, Estado de Mato Grosso, no uso da atribuição que lhe confere o art. 72 Inciso IV da Lei Orgânica, expede a seguinte Portaria, resolvendo, e ainda, CONSIDERANDO, o disposto no inciso XVI, artigo 6º da Lei N. º 8.666 de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear como membros da Comissão Permanente de Licitações da Prefeitura Municipal de Nova Olímpia-MT, **no período de 18 de março de 2022 a 18 de março de 2023**, para efeitos de instrução e julgamento de processos licitatórios nas modalidades previstos na Lei Federal N. º 8. 666/1993, os servidores abaixo relacionados:

Nome	CPF	Função
Aldeni Antonia do Nascimento	011.048.901-27	presidente
Eliete Maria da Silva	971.817.061-87	secretaria
Givaldo Valerio dos Santos Filho	023.713.554-02	membro

Art. 2º - Os membros da Comissão Permanente de Licitações, nomeados através da presente portaria deverá cumprir os princípios da legalidade, da impessoalidade, da imparcialidade, da moralidade, da probidade administrativa e também, os princípios constitucionais e demais diplomas legais que regem a matéria.

Art. 3º - Os membros da Comissão Permanente de Licitações só serão remunerados, a critério da administração municipal, por se tratar de serviço de relevante interesse público administrativo.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas às disposições em contrário, **em especial a contida na PORTARIA MUNICIPAL N. º 280 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2021.**

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeitura Municipal de Nova Olímpia-MT, 18 de março de 2022.

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO DE ADITAMENTO DE PRAZO Nº 032/2022/PMNO.

TERCEIRO TERMO DE ADITAMENTO DE PRAZO N° 032/2022/PMNO

PROCESSO ADMNISTRATIVO Nº 069/2022/PMNO.

REF: AO CONTRATO 100/2020, DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 30/2020/ PMNO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 127/2020/ PMNO.

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA- MT inscrita no CNPJ. Sob n.º 03.238.920/0001-30, com sede na Rua Wilson de Almeida, N.º 259-S, Ouro verde, nesta cidade, nesta cidade, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Senhor JOSÉ ELPÍDIO DE MORAES CAVALCANTE, brasileiro, casado, portador do Documento de Identidade RG sob N.º 250859 SSP/AL e do CPF 099.414.364-87, residente e domiciliado a Rua Vinte e Oito, Nº 295, Bairro Jardim das Oliveiras, CEP: 78.370-000, na cidade de Nova Olímpia-MT.

CONTRATADA: SERFLORA ASSESSORIA E CONSULTORIA FLORESTAL E AMBIENTAL LTDA-ME CNPJ: 11.770.188/0001-73 residente na Rua Saturnino de Paula da Silveira Nº302 E, Bairro Centro, Na Cidade De Tangara Da Serra-MT Cep: 78.300-000, Representada Neste Ato Pela senhora Marline Debortoli, Brasileira, Solteira, Engenheira Florestal, Portadora do RG**:** 3.450.511-3 SPP./SC e o CPF: 949.160.639-53 Crea Nº2506573879 E Cadastro Na Sema/MT Nº1689 Residente e domiciliado na Rua Saturnino de Paula Silveira Nº293-E Centro Tangará da Serra/MT.

MOTIVO: TERCEIRO TERMO DE ADITAMENTO DE PRAZO, AO CONTRATO 100/2021/PMNO, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA-MT, E A EMPRESA, **CNPJ: 11.770.188/0001-73**, FUNDAMENTADO ART.57 INCISO II da lei nº 8.666/93.

DOTAÇÃO ORCAMENTARIA: 08080010412200052226339039000000150000000 - Secretaria Municipal de obras e serviços. – Serviços de Consultoria.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS PARA OBTENÇÃO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL COMPREENDENDO, LEVANTAMENTO DE CAMPO PARA COLETA DE DADOS, AMOSTRAS, COORDENADOS GEOGRÁFICOS, FOTOS; ELABORAÇÃO DOS PROJETOS PARA OBTENÇÃO DE LICENÇA, PRÉVIA (LP), LICENÇA DE INSTALAÇÃO (LI) E LICENÇA DE OPERAÇÃO (LO), PROTOCOLOS DOS REQUERIMENTOS JUNTO A SEMA E ACOMPANHAMENTO DOS PROCESSOS ATÉ SEU DEFERIMENTO AOS LOTEAMENTOS DO MUNICÍPIO DEMONSTRADOR JARDIM OURO VERDE II E JARDIM ITAMARATI II, LOCALIZADO NO PERÍMETRO URBANO DA CIDADE DE NOVA OLÍMPIA/MT.

VIGÊNCIA: 25/03/2022 Á 25/09/2022.

Nova Olímpia-MT, 18 de março de 2022.

JOSÉ ELPÍDIO DE MORAES CAVALCANTE

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
TERMO DE POSSE

Aos 04 **(quatro) dias do mês de Março do ano de 2022 (dois mil e vinte e dois)**, perante o Exmº Sr. **JOSE ELPÍDIO DE MORAES CAVALCANTE,** DD. Prefeito Municipal deste Município de Nova Olímpia-MT, compareceu a Senhora **LUIZA REGINA DA SILVA CORREA,** brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade RG: 22116265 SSP-MT e do CPF: 058. 086.081-71, para ocupar o **Cargo de Provimento Efetivo de AUDITOR FISCAL**. A candidata acima citada foi devidamente aprovada em Concurso Público Municipal realizado por esta municipalidade Edição 001/2021. Foi devidamente nomeada por força da **Portaria nº. 033/2022 de 04 de Março de 2022** do Poder Executivo Municipal. A remuneração da servidora será concedida de acordo com a Lei Complementar nº. 077/2021 de 23/12/2021 e suas alterações posteriores, em consonância com anexo X, Tabela III, em sua respectiva categoria funcional, Nível 01 e Classe A. O presente Termo tem o fim específico de dar posse ao candidato (a) ora nomeado, para desempenhar com dedicação e responsabilidade as atividades inerentes ao seu cargo.

E para constar, lavrou-se o presente Termo, que lido e achado conforme, vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal, Chefe do Departamento de Pessoal e pelo empossado.

_____

José Elpídio de Moraes Cavalcante

Prefeito Municipal

_____

Vilmar Rodrigues Ferreira

Chefe do Deptº Pessoal

Portaria 023/2021

_____

Luiza Regina da Silva Correa

Empossado

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
PORTARIA MUNICIPAL Nº. 033 DE 04 DE MARÇO DE 2022.

"QUE DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL"

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE, Prefeito Municipal de Nova Olímpia-MT, usando de suas atribuições legais que lhe são inerentes por Lei, expede a seguinte portaria;

R E S O L V E N D O:

Art.1º - Nomear para ocupar o cargo de Provimento Efetivo de **AUDITOR FISCAL** a Senhora **LUIZA REGINA DA SILVA CORREA**, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 2211626-5 - SESP-MT e CPF nº. 058.086.081-71, no âmbito de seu respectivo cargo, candidata aprovado em Concurso Público Municipal realizado por esta municipalidade Edição nº 001/2021.

Art. 2º-A remuneração da servidora, será concedida de acordo com a sua respectiva categoria funcional, Nível 01 e classe A, em consonância com o anexo X Tabela III Técnicos de Serviços Administrativos Nível Médio 40 horas Administração Geral da Lei Complementar nº. 077de vinte e três de dezembro de dois mil e vinte e um suas alterações posteriores.

Art.3º-As atribuições do cargo estão prescritas em Lei e restritas a ela, cabendo ao servidor ora nomeado, vinculado e subordinado à **SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E MEIO AMBIENTE,** todas as atividades e responsabilidades inerentes ao seu cargo.

Art.4º-Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Olímpia MT, 04 de Março de 2022.

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº013/2022/PMNO

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 064/2022/PMNO

O município de Nova Olímpia - Mato Grosso, através da Pregoeira devidamente instituída, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar a Licitação na Modalidade PREGÃO SRP Nº. 013/2022/PMNO, para seleção da melhor proposta pelo MENOR PREÇO POR ITEM, tendo como objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA DE FOSSA SÉPTICA E CAIXA DE PASSAGEM DE GORDURA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS ÓRGÃOS PUBLICOS DO MUNICÍPIO DE NOVA OLIMPIA-MT.** A abertura do certame está prevista para as 08h00min do dia **01 de abril de 2022**. As especificações detalhadas encontram-se no edital. O edital completo poderá ser obtido pelos interessados através do site www.novaolimpia.mt.gov.br. As dúvidas sobre o certame serão dirimidas no departamento de licitações de segunda a sexta-feira no prédio da prefeitura municipal de Nova Olímpia localizado na Rua Wilson de Almeida, nº 259 s Bairro Jardim Ouro Verde, Cidade de Nova Olímpia/ MT, no horário de 07h00min as 11h00min das 13h00min às 17h00min horas, ou contatar pelo telefone (65) 3332-1130.

Nova Olímpia/MT, 18 de março de 2022.

Eliete Silva

Pregoeira Oficial

Port. 281/2021

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº014/2022/PMNO

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 065/2022/PMNO

O município de Nova Olímpia - Mato Grosso, através da Pregoeira devidamente instituída, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar a Licitação na Modalidade PREGÃO SRP Nº. 014/2022/PMNO, para seleção da melhor proposta pelo MENOR PREÇO POR ITEM, tendo como **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇAO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS PANIFICAÇAO E AFINS DESTINADOS A MERENDA ESCOLAR E PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE NOVA OLIMPIA/MT.** A abertura do certame está prevista para as 08h00min do dia **04 de abril de 2022**. As especificações detalhadas encontram-se em anexo acompanhado do edital. O edital completo poderá ser obtido pelos interessados através do site www.novaolimpia.mt.gov.br. As dúvidas sobre o certame serão dirimidas no departamento de licitações de segunda a sexta-feira no prédio da prefeitura municipal de Nova Olímpia localiza-

do na Rua Wilson de Almeida, nº 259 s Bairro Jardim Ouro Verde, Cidade de Nova Olímpia/ MT, no horário de 07h00min as 11h00min das 13h00min às 17h00min horas, ou contatar pelo telefone (65) 3332-1130.

Nova Olímpia/MT, 18 de março de 2022.

Eliete Silva

Pregoeira Oficial

Port. 281/2021

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº015/2022/PMNO

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 068/2022/PMNO

O município de Nova Olímpia - Mato Grosso, através da Pregoeira devidamente instituída, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar a Licitação na Modalidade PREGÃO SRP Nº. 015/2022/PMNO, para seleção da melhor proposta pelo MENOR PREÇO POR ITEM, tendo como **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇAO DE VESTIMENTAS DO TIPO CAMISETAS PERSONALIZADAS, JALECOS E AFINS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE NOVA OLIMPIA/MT.** A abertura do certame está prevista para as 08h00min do dia **05 de abril de 2022**. As especificações detalhadas encontram-se em anexo acompanhado do edital. O edital completo poderá ser obtido pelos interessados através do site www.novaolimpia.mt.gov.br. As dúvidas sobre o certame serão dirimidas no departamento de licitações de segunda a sexta-feira no prédio da prefeitura municipal de Nova Olímpia localizado na Rua Wilson de Almeida, nº 259 s Bairro Jardim Ouro Verde, Cidade de Nova Olímpia/ MT, no horário de 07h00min as 11h00min das 13h00min às 17h00min horas, ou contatar pelo telefone (65) 3332-1130.

Nova Olímpia/MT, 18 de março de 2022.

Eliete Silva

Pregoeira Oficial

Port. 281/2021

LICITAÇÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO DE SUPRESSÃO FINANCEIRA N. º 031/2022/PMNO

PROCESSO ADMINISTRATVO 067/2022/PMNO, PROCESSO ADMINISTRATIVO 067/2022/PMNO.

REFERENTE AO CONTRATO Nº 006/2022, ORIUNDO À ADESÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 11/2021. PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA-MT, SENDO A ADESÃO N° 003/2022/PMNO DO MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA – MT**,**

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA- MT inscrita no CNPJ. Sob n. º 03.238.920/0001-30, com sede na Rua Wilson de Almeida, N. º 259-S, Ouro verde, nesta cidade, nesta cidade, neste ato representada por seu Prefeito Municipal o Senhor **JOSÉ ELPÍDIO DE MORAES CAVALCANTE,** brasileiro, casado, portador do Documento de Identidade RG sob N. º 250859 SSP/AL e do CPF 099.414.364-87, residente e domiciliado a Rua Vinte e Oito, Nº 295, Bairro Jardim das Oliveiras, Cep: 78. 370-000, na cidade de Nova Olímpia-MT.

CONTRATADA: a empresa **GESTÃO MT ASSESSORIA LTDA** inscrita sob o CNPJ_ nº **12.015.532/0001-81** com sede na Avenida André Antônio Maggi, Nº487, Andar 11, Sala 1104, Edifício Concorde, Bairro Alvorada, CEP-78.048.847, cidade CUIABÁ-MT, neste ato representado pelo senhor Luiz Rodrigo Da Silva Bernardi, com CPF: 955.898.721-20 e RG: 001193899 SSP-MT, residente e domiciliado na Avenida André Antônio Maggi, Nº487, Andar 11 ,Sala 1104, Edifício Concorde, Bairro Alvorada, CEP-78.048.847, cidade CUIABÁ-MT.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA CONTÁBIL E FINANCEIRA, COM RESPONSABILIDADE TÉCNICA E ENVIO DAS INFORMAÇÕES RELATIVAS AO APLIC A SEREM ENVIADAS AO TCE-MT, ORÇAMENTOS, CARGA INICIAL, CARGA MENSAL, CARGAS ESPECIAIS (PPA, LDO E LOA), CONTAS DE GOVERNO REFRENTE AO EXERCICIO DO MUNICÍPIO DE NOVA OLIMPIA/MT.

MOTIVO: *alterar a **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO,*** do Contrato Nº 006/2022/PMNO, referente à Adesão da Ata de Registro de Preços n° 11/2021. Prefeitura Municipal de Colniza-MT, sendo a Adesão n° 003/2022/PMNO do município de Nova Olímpia – MT, conforme tabela de preços e comprovação de redução de valor praticado atualmente em anexo que faz parte integrante deste termo, cuja clausula passa a ser da seguinte forma:

VALOR TOTAL GERAL DO CONTRATO: Valor Global Licitado de R$ 204.000,00 (duzentos e quatro mil reais), sendo pagos em 12 (doze) parcelas de R$ 17.000,00 (dezessete mil reais). Tendo assim uma supressão de 17.647058823529%, passando a ter o valor total geral do contrato com a supressão financeira de R$ 168.000,00 (cento e sessenta e oito mil reais), sendo pagos em 12 (doze) parcelas de R$ 14.000,00 (quatorze mil reais).

DOTAÇÃO ORCAMENTARIA:

As despesas decorrentes do presente contrato correrão a conta da seguinte Dotação Orçamentária:

DOTAÇÃO FONTE
04.04001.04.123.0006.2031.3.3.90.39.00.00.015000000

FUNDAMENTO LEGAL: O presente Termo de Supressão Financeira encontra embasamento legal no artigo **ART 65, § 1°, da lei 8666**

Nova Olímpia-MT, 17 de março de 2022.

JOSÉ ELPÍDIO DE MORAES CAVALCANTE

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE ABERTURA E RESULTADO DA SESSÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2022/PMNO

CHAMADA PUBLICA DA AGRICULTURA FAMILIAR Nº 001/2022/PMNO

ORGAO: O MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA- MT inscrita no CNPJ. Sob n.º 03.238.920/0001-30, com sede na Rua Wilson de Almeida, N.º 259-S, Ouro verde, nesta cidade, nesta cidade, neste ato representada por seu Prefeito Municipal o Senhor José Elpídio De Moraes Cavalcante, brasileiro, divorciado, portador do Documento de Identidade RG sob N.º 250859 SSP/AL e do CPF 099.414.364-87, residente e domiciliado a Rua Vinte e Oito, Nº 295, Bairro Jardim das Oliveiras, Cep: 78.370-000, na cidade de Nova Olímpia-MT.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (FRUTAS VERDURAS E LEGUMES) DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, para alimentação escolar com dispensa de licitação, Lei nº 11.947, Resolução nº 38 do FNDE, de 16/07/2009.

LICITANTES VENCEDORES GRUPO INFORMAL:

NOME AGRICULTOR: GERALDO GONÇALVES DA SILVA CPF: 257. 891.801-59.

VALOR GLOBAL R$:21.925,00 (vinte e um mil novecentos e vinte e cinco centavos)

NOME AGRICULTOR: EDGAR REINOLDO ROHLING CPF: 713.617. 741-34.

VALOR GLOBAL: R$: 27.981,00 (vinte e sete mil novecentos e noventa e um reais)

NOME AGRICULTOR: MARIA DA CONCEIÇAO GONÇALVES CPF: 446. 513.171-20.

VALOR GLOBAL: **R$ 26.946,00 (vinte e seis mil novecentos e quarenta e seis reais)**

NOME AGRICULTOR: ARVITOR AMARO MEDEIROS CPF: 664.872. 180-49.

VALOR GLOBAL: R$ 18.191,00 (dezoito mil cento e noventa e um real).

NOME AGRICULTOR: EDINEUZA RODRIGUES DA SILVA CPF: 432. 278.721-53.

VALOR GLOBAL: R$37.448,00 (trinta e sete mil quatrocentos e quarenta e oito reais)

NOME AGRICULTOR: CLAUDIA MOREIRA ALVES CPF: 020.742. 551-52.

VALOR GLOBAL: R$ 25.538,00 (vinte e cinco mil quinhentos e trinta e oito reais).

NOME /AGRICULTOR: ADELSON AUGUSTO DA SILVA CPF: 020.883. 414-12.

VALOR GLOBAL: R$ 8.974,00 (oito mil novecentos e setenta e quatro reais)

NOME AGRICULTOR: CAMILO MOREIRA DA SILVA CPF: 140.554. 651-49.

VALOR GLOBAL: R$ 29.735,00 (vinte e nove mil e setecentos e trinta e cinco reais).

Nova Olímpia-MT,18 de março de 2022.

Givaldo Valério dos santos filho

Presidente da CPL

Port. 280/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA

PORTARIA N.º 003/2022 RPPS

*"Dispõe sobre a RETIFICAÇÃO da Portaria n. 002/2022 que versa sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição ao servidor **Sr. Mariozan Aparecido Fogaça.**"*

A Diretora do Fundo Municipal de Previdência Social dos servidores do Município de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o preenchimento dos requisitos previstos no art. 6º incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº. 41/2003 c/c § 5º da Constituição Federal com redação dada pela Emenda Constitucional nº. 41/2003, e artigo 87, incisos I, II, III e IV da Lei Municipal nº 491 de 09/05/2012, Adicional por Tempo de Serviço conforme art. 57 da Lei Municipal n.º 061 de 25/02/2002, e Lei Municipal nº. 1013 de 21 de Janeiro de 2022, que dispõe sobre a atualização do piso salarial dos profissionais do magistério da municipalidade, referente ao último reajuste concedido no exercício de 2022;

Resolve:

Art. 1º - **RETIFICAR** a Portaria nº. 002/2022, publicada no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso - ANO XVII - N. 3. 940, de 16 de março de 2022, que concedeu benefício de aposentadoria por tempo de contribuição ao servidor Sr. **Mariozan Aparecido Fogaça**, brasileiro, portador da cédula de identidade n.º 549127 SSP/MT e CPF n. º 553.663.769-04, efetivo no cargo de Professor III, Nível "01", Classe "I" lotado na Secretaria de Educação, Cultura, Desporto e Lazer, com carga horária de 30 horas semanais, matriculado sob nº 58, contando com 35 (trinta e cinco) anos, 07 (sete) meses e 11 (onze) dias de tempo de contribuição, exclusivos na função de magistério; com proventos integrais, com base na última remuneração do cargo efetivo, conforme processo administrativo de **SANTA HELENA-PREVI**, n.º **2022.04.00001P**, até posterior deliberação.

Onde se Lê: "(...) efetivo no cargo de Professor III, Nível "01", Classe "I" (. .)".

Leia-se:"(...) efetivo no cargo de Professor, Nível "01", Classe "C" (..)".

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de **04 de março de 2022**, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Nova Santa Helena/MT, 18 de março de 2022.

Bruna Maria Procópio Martins Parron

Diretora Executiva

Homologo,

Paulinho Bortolini

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2022 – SRP

AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2022 – SRP

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA/MT, através de sua Pregoeira, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de PREGÃO em sua forma ELETRÔNICA sob o nº 008/2022; TIPO: Menor Preço por Item; OBJETO: registro de preços para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios - itens fracassados, para serem utilizados na composição do cardápio da merenda escolar distribuída aos alunos das escolas municipais de Nova Santa Helena/MT; ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: 31/03/2022 às 08h30min. (Horário de Brasília/DF); REALIZAÇÃO: Por meio do site www.portaldecompraspublicas.com.br; ÍNTEGRA do EDITAL: por meio do site: www.portaldecompraspublicas.com.br e no site da Prefeitura: www.novasantahelena.mt.gov.br (Ícone: SIC – Serviço de Informação ao Cidadão – Licitações e Contratos – Editais).

Nova Santa Helena/MT, 18 de março de 2022.

EDINALVA NUNES

Pregoeira Oficial

Publique-se

EDITAL COMPLEMENTAR 004 - GABARITO OFICIAL PROCESSO SELETIVO PUBLICO 001-2022

EDITAL COMPLEMENTAR 004 - PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº. 001/2022

1. DIVULGAÇÃO GABARITO OFICIAL DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº. 001/2022.

AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE
Língua Portuguesa	Língua Portuguesa

1	A	B	C	D	1	A	B	C	D
2	A	B	C	D	2	A	B	C	D
3	A	B	C	D	3	A	B	C	D
4	A	B	C	D	4	A	B	C	D
5	A	B	C	D	5	A	B	C	D
Matemática					Matemática				
1	A	B	C	D	1	A	B	C	D
2	A	B	C	D	2	A	B	C	D
3	A	B	C	D	3	A	B	C	D
4	A	B	C	D	4	A	B	C	D
5	A	B	C	D	5	A	B	C	D
Conhecimento específico do cargo					Conhecimento específico do cargo				
1	A	B	C	D	1	A	B	C	D
2	A	B	C	D	2	A	B	C	D
3	A	B	C	D	3	A	B	C	D
4	A	B	C	D	4	A	B	C	D
5	A	B	C	D	5	A	B	C	D
6	A	B	C	D	6	A	B	C	D
7	A	B	C	D	7	A	B	C	D
8	A	B	C	D	8	A	B	C	D
9	A	B	C	D	9	A	B	C	D
10	A	B	C	D	10	A	B	C	D

Nova Santa Helena/MT, 17 de março de 2022.

Janaina Matheus De Nadai

Pres. da Comissão do Processo Seletivo Publico 001/2022

EDITAL COMPLEMENTAR 005 - RESULTADO PRELIMINAR DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO 001-2022

EDITAL COMPLEMENTAR 005 - RESULTADO PRELIMINAR DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO 001/2022

Excelentíssimo Sr. Paulinho Bortolini, Prefeito do Município de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Edital de Processo Seletivo Público nº 001/2022.

TORNA PÚBLICA A RELAÇÃO DOS CANDIDATOS APROVADOS, REPROVADOS E DESCLASSIFICADOS.

Da relação contida no Anexo I dos candidatos aprovados, reprovados e desclassificados no Processo Seletivo Público 001/2022 de prova realizado no dia 13 de março de 2022.

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS – (URBANA) **MICRO ÁREA 02**

N. ORD.	NOME	PORT.	MATE.	ESPEC.	TOTAL	CLASSIFICAÇÃO
01	WENDRILL KOVALSKI CEBRIAN	4	5	5	7.0	Aprovado
02	VALDEMIRA OLIVEIRA DA SILVA	3	3	5	5.5	Classificado
03	LUCIANA ALVES DA SILVA	1	3	2	3.0	Reprovado
04	ZENAIDE FONSECA DA C. DOMINGUES	0	0	1	0.5	Reprovado

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS – (URBANA) **MICRO ÁREA 03**

N. ORD.	NOME	PORT.	MATE.	ESPEC.	TOTAL	CLASSIFICAÇÃO
01	DIVINA FERREIRA	2	2	8	6.0	Aprovado
02	DIVANIRA DIAS DE LIMA	3	2	5	5.0	Classificado
03	ESTER APARECIDA VARGAS VALERIO FERNANDES	3	3	4	5.0	Classificado
04	JESSICA DE GODOY	3	2	5	5.0	Classificado
05	THAMILY RAMOS VIEIRA	1	2	6	4.5	Reprovado
06	GLAUCIA APARECIDA DA SILVA PRADO	2	0	6	4.0	Reprovado
07	ELZA DA SILVA	1	0	3	2.0	Reprovado
08	AMANDA COSTA BRANDAO	2	1	1	2.0	Reprovado
09	MARIA VITORIA MARCONDES	-	-	-	-	Ausente

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS (RURAL) **MICRO ÁREA 12**

N. ORD.	NOME	PORT.	MATE.	ESPEC.	TOTAL	CLASSIFICAÇÃO
01	PERLA APARECIDA DRUNM MOLINAS	2	4	4	5.0	Aprovado

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS (RURAL) **MICRO ÁREA 13**

N. ORD.	NOME	PORT.	MATE.	ESPEC.	TOTAL	CLASSIFICAÇÃO
01	MARINEIDE PEREIRA BARBOSA	2	1	7	5.0	Aprovado

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS (RURAL) **MICRO ÁREA 14**

N. ORD.	NOME	PORT.	MATE.	ESPEC.	TOTAL	CLASSIFICAÇÃO
01	WENER VALERIO DA SILVA	4	4	3	5.5	Aprovado

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS (RURAL) **MICRO ÁREA 17**

N. ORD.	NOME	PORT.	MATE.	ESPEC.	TOTAL	CLASSIFICAÇÃO
01	BRUNA CAZARI PEREIRA	2	2	6	5.0	Aprovado

AGENTES COMBATE A ENDEMIAS – ACE

N. ORD.	NOME	PORT.	MATE.	ESPEC.	TOTAL	CLASSIFICAÇÃO
01	GABRIELY YAMADA SUZUKI	4	4	8	8.0	Aprovado
02	PAULO HENRIQUE DE SOUZA KORTE	3	3	7	6.5	Classificado
03	BRUNA VIEIRA RODRIGUES MESQUITA	3	2	7	6.0	Classificado
04	MARONI MATEUS HORA DE ALMEIDA	4	2	5	5.5	Classificado
05	LUANA PAULA DE LIMA SOARES	2	3	5	5.0	Classificado
06	VITOR GABRIEL KOVALSKI DE SOUZA	3	3	4	5.0	Classificado
07	MARIA APARECIDA DE SOUZA	2	2	5	4.5	Reprovado
08	NAIZE SOARES DA SILVA	1	4	4	4.5	Reprovado
09	NEIRICLEIA SILVA	2	2	5	4.5	Reprovado
10	POLIANA CAETANO DA SILVA	2	1	6	4.5	Reprovado
11	ROSANE ZIMMER LOEWENSTEIN	1	3	4	4.0	Reprovado
12	ALINE CRISTINA QUEIROZ RIBEIRO	1	2	3	3.0	Reprovado
13	ROSANGELA MARTINS DOS SANTOS	0	2	3	2.5	Reprovado
14	LEA DA ROCHA	1	0	2	1.5	Reprovado

Nova Santa Helena/MT, 18 de março 2022.

Paulinho Bortolini

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ

COVID-19: DECRETO MUNICIPAL N. º 029/2022

DECRETO MUNICIPAL N. º 029/2022

DATA: 18 DE MARÇO DE 2022

SÚMULA: DISPÕE SOBRE AS MEDIDAS TOMADAS PELO COMITÊ DE ENFRENTAMENTO, ACOMPANHAMENTO, MONITORAMENTO E ADOÇÃO DE MEDIDAS DE EMERGÊNCIA EM SAÚDE PÚBLICA DECORRENTE DO CORONAVÍRUS A SEREM ADOTADOS PELO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDEGAR JOSÉ BERNARDI, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a reunião de deliberação do comitê de enfrentamento, acompanhamento, monitoramento e adoção de medidas de emergência em saúde pública decorrente do coronavírus, realizada em 18 de março de 2022, às 07h30min na Sala de Reunião da Câmara de Vereadores de Nova Ubiratã, na qual foi discutido sobre a flexibilização das medidas a serem adotadas no município;

CONSIDERANDO que o Governo do Estado de Mato Grosso editou o Decreto nº 1.304, de 08 de março de 2022, o qual revogou o Art. 1º do Decreto nº 1.134, de 01 de outubro de 2021, desobrigando assim a utilização de máscaras de proteção em todo o território do Estado, refletindo assim nas condutas adotadas pelos municípios;

CONSIDERANDO o Boletim Coronavírus nº 716, de 17 de março de 2022;

DECRETA:

Art. 1º A utilização de máscaras de proteção passa a ser facultativa no âmbito do município de Nova Ubiratã, podendo tal medida ser revista a qualquer tempo.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º - Revogam–se às disposições em contrário, em especial o Decreto Municipal 22 de 18 de fevereiro de 2022.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ - MT, EM 18 DE MARÇO DE 2022.

EDEGAR JOSÉ BERNARDI

Prefeito Municipal

Certifico que este Decreto foi registrado e publicado por afixação no mural da Prefeitura Municipal na data de 18/03/2022.
Francine Oliveira
Secretária Municipal de Administração
Decreto nº 001/2021

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

Francine Oliveira

Secretária Municipal de Administração

Decreto. n.º 001/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 528/2022

PORTARIA N.º 528/2022

Dispõe sobre autorização para ausentar-se do serviço,e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, combinado com o disposto na alínea "a" do inciso II do art. 64 da na Lei Municipal n.º 2.340, de 21 de dezembro de 2022 que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT;* e demais legislação que trata da matéria*;* **resolve:**

Art. 1º Em razão de casamento autoriza àservidora pública municipal **Ilda Francisco Campos**, Auxiliar de Enfermagem, Matrícula Funcional 36, lotada junto a Secretaria Municipal de Saúde, a se ausentar dos serviços pelo período compreendido de 14/3/2022 a 21/3/2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 14 de março de 2022.

João Machado Neto – João Bang

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 527/2022

PORTARIA N.º 527/2022

*Dispõe sobre a nomeação de **Antonia Tavares Pimentel**, e dá outras providências.*

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 2.337, de 21 de dezembro de 2021 que "*Institui **o Plano de Carreiras, Cargos e Salários e de Valorização dos Profissionais da Educação Básica, no âmbito do Poder Executivo do Município de Nova Xavantina e dá outras providências"***;

Considerando que foi realizado o *Demonstrativo de Impacto Orçamentário e Financeiro (artigo 16 da Lei Complementar 101/2000) – nº 10/2022*; **resolve**:

Art. 1º Nomear, a partir de 15 de março de 2022, a servidor(a) público(a) municipal **Antonia Tavares Pimentel**, Professora, Matrícula Funcional 4282, para exercer a função gratificada de *Coordenadora Pedagógica Escolar da Escola Municipal Professor Ivo Garcia Hespporte***,** junto a Secretaria Municipal de Educação, fazendo jus a gratificação pertinente ao cargo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 14 de março de 2022.

João Machado de Neto – João Bang

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 526/2022

PORTARIA N.º 526/2022

*Dispõe sobre a exoneração de **Elitânia Anjos Ribeiro**, e dá outras providências.*

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 2.337, de 21 de dezembro de 2021 que "*Institui **o Plano de Carreiras, Cargos e Salários e de Valorização dos Profissionais da Educação Básica, no âmbito do Poder Executivo do Município de Nova Xavantina e dá outras providências"***; **resolve**:

Art. 1º Exonerar, a partir de 15 de março de 2022, a servidor(a) público(a) municipal **Elitânia Anjos Ribeiro**, Professora, Matrícula Funcional 4337, que exercia a função gratificada de *Coordenadora Pedagógica Escolar da Escola Municipal Professor Ivo Garcia Hespporte***,** junto a Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 14 de março de 2022.

João Machado de Neto – João Bang

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
COVID-19: PORTARIA N.º 525/2022

PORTARIA N.º 525/2022

Dispõe sobre isolamento(s) social/afastamento(s) de servidor(a) público(a) municipal, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica e demais legislação que trata da matéria;

CONSIDERANDO que a atual situação demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação do Covid-19;

CONSIDERANDO as recomendações emanadas da Organização Mundial de Saúde para que os países redobrem o comprometimento contra a pandemia do novo Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO o comprometimento da atual gestão com o bem-estar e saúde de toda a população novaxavantinense;

CONSIDERANDO que o Município de Nova Xavantina deve pautar suas ações buscando o enfrentamento ao COVID-19 de forma estratégica, com atuação, sobretudo, preventiva;

CONSIDERANDO os princípios que fundamentam os atos da Administração Pública, em especial os da supremacia do interesse público; **resolve**:

Art. 1º De acordo com *Atestado Médico,* determinar, como medida preventiva, o isolamento/afastamento social do(a) servidor(a) público(a) municipal contratada **Jéssica Prestes Silqueira**, Enfermeira, Matrícula Funcional 4441, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Saúde, pelo período compreendido de 1/3/2022 a 7/3/2022.

Art. 2º O(a) servidor(a) em isolamento social/afastamento será submetido a nova perícia médica, quando da expiração do período de isolamento/afastamento para verificar a necessidade de continuidade do isolamento/afastamento ou aptidão para retornar ao exercício do cargo.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 14 de março de 2022.

João Machado de Neto – João Bang

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 524/2022

PORTARIA N.º 524/2022

Altera dispositivos constantes na Portaria n.º 483/2022 que dispõe sobre a concessão de férias, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 2.340, de 21 de dezembro de 2021 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º O art. Parágrafo único do 1º da Portaria n.º 483/2022 que "concede 10 (dez) dias de férias a(o) servidor(a) público(a) municipal **Sanzia Silvestre Marques Balestrin**, Agente Administrativo, Matrícula Funcional 3617, Secretaria Municipal da Saúde" passa a vigorar com a seguinte retificação:

Onde se lê:

"Parágrafo único. As férias de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá ao período de 18/4/2022 a 17/4/2022."

Leia-se:

"Parágrafo único. As férias de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá ao período de 18/4/2022 a 2/4/2022."

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 14 de março de 2022.

João Machado de Neto – João Bang

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 523/2022

PORTARIA N.º 523/2022

Altera dispositivos constantes na Portaria n.º 482/2022 que dispõe sobre a concessão de férias, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 2.340, de 21 de dezembro de 2021 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º O art. 1º da Portaria n.º 482/2022 que "*concede 30 (trinta) dias de férias a(o) servidor(a) público(a) municipal* ***Vanderlene Maria de Oliveira****, Professora, Matrícula Funcional 1178, Secretaria Municipal da Educação*" passa a vigorar com a seguinte retificação:

Onde se lê:

"referente ao período aquisitivo de 2/2/2021 a 1/2/2022."

Leia-se

"referente ao período aquisitivo de 1/2/2021 a 31/1/2022."

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 14 de março de 2022.

João Machado de Neto – João Bang

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 522/2022

PORTARIA N.º 522/2022

Altera dispositivos constantes na Portaria n.º 487/2022 que dispõe sobre a concessão de férias, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 2.340, de 21 de dezembro de 2021 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º O art. 1º da Portaria n.º 487/2022 passa a vigorar com a seguinte redação:

"..
.."

Art. 1º Conceder 10 (dez) dias de férias a(o) servidor(a) público(a) municipal **Genivaldo Gomes de Araújo**, Enfermeiro, Matrícula Funcional 1942, Secretaria Municipal da Saúde, referente ao período aquisitivo de 1/9/2019 a 31/8/2021.

Parágrafo único. As férias de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá ao período de 6/3/2022 a 15/3/2022.

.....
."

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 14 de março de 2022.

João Machado de Neto – João Bang

Prefeito Municipal

TERMO DE DISTRATO REFERENTE AO CONTRATO DE Nº. 12/2022

O Município de Nova Xavantina, Estado de Mato Grosso**,** representada neste ato pelo Prefeito Municipal Sr.**JOAO MACHADO NETO – JOÃO BANG,** brasileiro, casado, inscrito (a) no CPF/MF nº. 581.980.241.15 e no RG nº. 698.029 SSP/MT, ora denominado CONTRATANTE e do outro lado (a) Sr. (a) **FRANCIELE NOETZOLD,** brasileiro (a), **matricula funcional nº 4604,** inscrito(a) no CPF/MF nº 038.709.729-55 e no RG n.º 4550720 SSP/SP**,** na qualidade de Agente Comunitária de Saúde UBS 02, residente e domiciliado (a) nesta cidade, neste ato denominado (a) DISTRATADO (**A**), para os efeitos deste ato, ajustam e acordam:

CLÁUSULA I

Fica distratado a pedido o Contrato de trabalho por tempo determinado de número **12/2022,** junto a Secretaria Municipal de Saúde, a partir de **02 de março de 2022**.

CLÁUSULA II

Com a celebração do presente ato, ficam distratadas as obrigações de ambas as partes, dando o (a) **DISTRATADO** (**A**), total quitação do contrato após o recebimento das obrigações trabalhistas consignadas em Lei.

E por estarem de acordo, firmam o presente Termo de Distrato, em duas vias de mesmo teor na presença das testemunhas abaixo.

Nova Xavantina MT, 18 de março de 2022.

JOAO MACHADO NETO – JOÃO BANG

Prefeito Municipal

FRANCIELE NOETZOLD

Distratado (a)

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 505/2022

PORTARIA N.º 505/2022

Dispõe sobre a concessão de Licença Médica, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 2.340, de 21 de dezembro de 2021 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º De acordo com o *Laudo de Inspeção de Saúde*, lavrado em 10 de março de 2022, pelo médico *Álvaro Rizzardi* – CRM-MT 1703, **deferir licença médica**, a(o) servidor(a) público(a) municipal **Rhaymura Yasmyn Gomes Abreu**, Analista Tributária, Matrícula Funcional 4266, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Finanças, pelo período de 2/3/2022 a 31/3/2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 11 de março de 2022.

João Machado Neto – João Bang

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 521/2022

PORTARIA N.º 521/2022

*Dispõe sobre a concessão de **licença prêmio por assiduidade** e dá outras providências.*

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 2.340, de 21 de dezembro de 2021 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e suas alterações posteriores, e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de **licença prêmio por assiduidade** a(o) servidor(a) público(a) municipal **Kelly Lane Alves Marques**, Agente Comunitário de Saúde - ACS, Matrícula Funcional 3660, Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2/7/2012 a 1/7/2017.

Parágrafo único. A licença prêmio por assiduidade de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá ao período de 7/3/2022 a 5/4/2022.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 7 de março de 2022.

João Machado de Neto – João Bang

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 514/2022

PORTARIA N.º 514/2022

Dispõe sobre a concessão de férias, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 2.340, de 21 de dezembro de 2021 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias a(o) servidor(a) público(a) municipal **Gisele Cristina Ferreira**, Auxiliar de Serviços Gerais, Matrícula Funcional 651, Secretaria Municipal da Infraestrutura, referente ao período aquisitivo de 26/2/2021 a 25/2/2022.

Parágrafo único. As férias de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá ao período de 14/3/2022 a 12/4/2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 14 de março de 2022.

João Machado de Neto – João Bang

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO N.º 4.539, DE 3 DE MARÇO DE 2022.

DECRETO N.º 4.539, DE 3 DE MARÇO DE 2022.

Aprova o desdobramento de áreas e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 1.973, de 29 de dezembro de 2016, que *Dispõe sobre o parcelamento do solo, e dá outras providências*; e demais legislação que trata da matéria;

- considerando as disposições contidas na Lei Federal 6.766/79;

- considerando o disposto na **Certidão 049/2021 – favorável ao desdobramento**, que integra o presente Decreto, da lavra do Engenheiro Civil - Edbert Moreira Júnior – CONFEA RN. n.º 260.136.459-9; **Decreta**:

Art. 1º Fica aprovado o **desdobramento de 1 (uma) área de terras, situada no perímetro urbano desta cidade, com superfície de 20.709,00m², Cadastro Municipal 001.16.100.07-B001, designada Lote 7-B, do Projeto Xavantina,** setor Nova Brasília, nesta cidade, que se encontra Matriculada sob n.º 20.907 – 1º Ofício de Registro de Imóveis de Nova Xavantina – MT, em **73 (setenta e três) lotes urbano** (antigo Lote 07-B da Quadra – 100 atual Cadastro Municipal 001.16.107-B.01.001 para Cadastros Municipais 001.16.107-B.01 a 73.001), de propriedade de **Maria Socorro Lídia da Silva**, brasileiro(a), portador(a) do CI/RG n.º 1031705-8-SJ/MT, inscrito(a) no CPF sob o n.º 460.777.071-04, residente e domiciliado nesta cidade de Nova Xavantina – MT, que passam a ser assim descritos e caracterizados:

	Quadra	Lote	Cadastro Municipal	Área da parcela(m²)	Endereço Frente para a
1	107-B	01	001.16.107-B.01.001	203,93	Av. Carazinho nº 2277
2	107-B	02	001.16.107-B.02.001	237,30	Av Carazinho n° 2267
3	107-B	03	001.16.107-B.03.001	250,00	Rua NS-9 nº 869 – anti Rua “L”
4	107-B	04	001.16.107-B.04.001	250,00	Rua NS-9 nº 853
5	107-B	05	001.16.107-B.05.001	250,00	Rua NS-9 nº 835
6	107-B	06	001.16.107-B.06.001	250,00	Rua NS-9 nº 827
7	107-B	07	001.16.107-B.07.001	250,00	Rua NS-9 nº 821
8	107-B	08	001.16.107-B.08.001	250,00	Rua NS-9 nº 815
9	107-B	09	001.16.107-B.09.001	250,00	Rua NS-9 nº 805
10	107-B	10	001.16.107-B.10.001	250,00	Rua NS-9 nº 791
11	107-B	11	001.16.107-B.11.001	250,00	Rua NS-9 nº 779
12	107-B	12	001.16.107-B.12.001	250,00	Rua NS-9 nº 765
13	107-B	13	001.16.107-B.13.001	226,00	Rua NS-9 nº 759

14	107-B	14	001.16.107-B.14001	325,50	Rua NS-9 nº 753
15	107-B	15	001.16.107-B.15.001	335,125	Rua NS-9 nº 751
16	107-B	16	001.16.107-B.16.001	250,00	Rua NS-9 nº 745
17	107-B	17	001.16.107-B.17.001	250,00	Rua NS-9 nº 733
18	107-B	18	001.16.107-B.18.001	250,00	Rua NS-9 nº 727
19	107-B	19	001.16.107-B.19.001	250,00	Rua NS-9 nº 719
20	107-B	20	001.16.107-B.20.001	250,00	Rua NS-9 nº 705
21	107-B	21	001.16.107-B.21.001	250,00	Rua NS-9 nº 691
22	107-B	22	001.16.107-B.22.001	250,00	Rua NS-9 nº 685
23	107-B	23	001.16.107-B.23.001	250,00	Rua NS-9 nº 681
24	107-B	24	001.16.107-B.24.001	250,00	Rua NS-9 nº 671
25	107-B	25	001.16.107-B.25.001	250,00	Rua NS-9 nº659
26	107-B	26	001.16.107-B.26.001	250,00	Rua NS-9 nº 647
27	107-B	27	001.16.107-B.27.001	250,00	Rua NS-9 nº 639
28	107-B	28	001.16.107-B.28.001	250,00	Rua NS-9 nº 635
29	107-B	29	001.16.107-B.29.001	250,00	Rua NS-9 nº 627
30	107-B	30	001.16.107-B.30.001	250,00	Rua NS-9 nº 603
31	107-B	31	001.16.107-B.31.001	250,00	Rua NS-9 nº 589
32	107-B	32	001.16.107-B.32.001	250,00	Rua NS-9 nº 585
33	107-B	33	001.16.107-B.33.001	250,00	Rua NS-9 nº 579
34	107-B	34	001.16.107-B.34.001	250,00	Rua NS-9 nº 565
35	107-B	35	001.16.107-B.35.001	250,00	Rua NS-9 nº 545
36	107-B	36	001.16.107-B.36.001	250,00	Rua NS-9 nº 539
37	107-B	37	001.16.107-B.37.001	250,00	Rua NS-9 nº 529
38	107-B	38	001.16.107-B.38.001	250,00	Rua NS-9 nº 525
39	107-B	39	001.16.107-B.39.001	250,00	Rua NS-9 nº 513
40	107-B	40	001.16.107-B.40.001	250,00	Rua NS-9 nº 501
41	107-B	41	001.16.107-B.41.001	250,00	Rua NS-9 nº 489
42	107-B	42	001.16.107-B.42.001	250,00	Rua NS-9 nº 475
43	107-B	43	001.16.107-B.43.001	350,875	Rua NS-9 nº 469
44	107-B	44	001.16.107-B.44.001	651,00	Rua NS-9 nº 461
45	107-B	45	001.16.107-B.45.001	307,625	Rua NS-9 nº 457
46	107-B	46	001.16.107-B.46.001	250,00	Rua NS-9 nº 449
47	107-B	47	001.16.107-B.47.001	250,00	Rua NS-9 nº 441
48	107-B	48	001.16.107-B.48.001	250,00	Rua NS-9 nº 439
49	107-B	49	001.16.107-B.49.001	250,00	Rua NS-9 nº 431
50	107-B	50	001.16.107-B.50.001	250,00	Rua NS-9 nº 421
51	107-B	51	001.16.107-B.51.001	250,00	Rua NS-9 nº 407
52	107-B	52	001.16.107-B.52.001	250,00	Rua NS-9 nº 393
53	107-B	53	001.16.107-B.53.001	250,00	Rua NS-9 nº 379
54	107-B	54	001.16.107-B.54.001	250,00	Rua NS-9 nº 373
55	107-B	55	001.16.107-B.55.001	250,00	Rua NS-9 nº 357
56	107-B	56	001.16.107-B.56.001	250,00	Rua NS-9 nº 345
57	107-B	57	001.16.107-B.57.001	250,00	Rua NS-9 nº 339
58	107-B	58	001.16.107-B.58.001	250,00	Rua NS-9 nº 331
59	107-B	59	001.16.107-B.59.001	250,00	Rua NS-9 nº 319
60	107-B	60	001.16.107-B.60.001	250,00	Rua NS-9 nº 309
61	107-B	61	001.16.107-B.61.001	250,00	Rua NS-9 nº 299
62	107-B	62	001.16.107-B.62.001	250,00	Rua NS-9 nº 289
63	107-B	63	001.16.107-B.63.001	250,00	Rua NS-9 nº 281
64	107-B	64	001.16.107-B.64.001	250,00	Rua NS-9 nº 271
65	107-B	65	001.16.107-B.65.001	250,00	Rua NS-9 nº 245
66	107-B	66	001.16.107-B.66.001	250,00	Rua NS-9 nº 235
67	107-B	67	001.16.107-B.67.001	250,00	Rua NS-9 nº 227
68	107-B	68	001.16.107-B.68.001	250,00	Rua NS-9 nº 221
69	107-B	69	001.16.107-B.69.001	290,125	Rua NS-9 nº 213
70	107-B	70	001.16.107-B.70.001	325,25	Rua NS-9 nº 209
71	107-B	71	001.16.107-B.71.001	250,00	Rua NS-9 nº 201
72	107-B	72	001.16.107-B.72.001	300,00	Rua NS-9 nº 193
73	107-B	73	001.16.107-B.73.001	306,50	Rua NS-9 nº 183
				19.109,23	
Área de calçadas				1.599,77	
TOTAL				20.709,00	

Parágrafo único. Integram o presente Decreto: ART de OBRAS/SERVIÇO 1220210020054, memoriais descritivos e mapas, da lavra de Sebastião Teixeira da Silva – RNP 1209352737.

Art. 2º Nos termos do art. 18 da Lei n.º 6766/79, deverá o desdobramento, sob pena de caducidade, ser levado a registro no prazo de 180 (cento e oitenta dias).

Art. 3º Deverá a Gerência de Tributação e Arrecadação adotar as medidas necessárias para anotação do desdobramento, inclusive, quanto a índice cadastral.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 3 de março de 2022.

João Machado Neto – João Bang

Prefeito Municipal

Edbert Moreira Júnior

Engenheiro Civil

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO N.º 4.540, DE 3 DE MARÇO DE 2022.

DECRETO N.º 4.540, DE 3 DE MARÇO DE 2022.

Aprova o desdobramento de áreas e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 1.973, de 29 de dezembro de 2016, que *Dispõe sobre o parcelamento do solo, e dá outras providências*; e demais legislação que trata da matéria;

- considerando as disposições contidas na Lei Federal 6.766/79;

- considerando o disposto na **Certidão 053/2021 – favorável ao desdobramento**, que integra o presente Decreto, da lavra do Engenheiro Civil - Edbert Moreira Júnior – CONFEA RN. n.º 260.136.459-9; **Decreta**:

Art. 1º Fica aprovado o **desdobramento de 1 (uma) área de terras, situada na zona urbana desta cidade, com área de 3,9817ha (**39.817,00m²**)(três hectares, noventa e oito ares e dezessete centiares), Cadastro Municipal 001.16.100.522.001, bairro Verdes Campos,** setor Nova Brasília, nesta cidade, que se encontra Matriculada sob n.º 11.491 – 1º Ofício de Registro de Imóveis de Nova Xavantina – MT, em **25 (vinte e cinco) lotes urbano** (Lote 522 Quadra 100 atual Cadastro Municipal 001.16.100.522.001 para Cadastros Municipais 001.16.100.522-01 a 25.001), de propriedade de **Izabel de Araújo Pereira**, brasileiro(a), portador(a) do CI/RG n.º 045570442012-8-SSP/MA, inscrito(a) no CPF sob o n.º 613.322.023-65, residente e domiciliado nesta cidade de Nova Xavantina – MT, que passam a ser assim descritos e caracterizados:

	Quadra	Lote	Cadastro Municipal	Área da parcela(m²)	Endereço Frente para a
1	100	522-1	001.16.100.522-1.001	375,00	Rua Acre nº 395
2	100	522-2	001.16.100.522-2.001	300,00	Rua Acre nº 403
3	100	522-3	001.16.100.522-3.001	300,00	Rua Acre nº 413
4	100	522-4	001.16.100.522-4.001	300,00	Rua Acre nº 425
5	100	522-5	001.16.100.522-5.001	300,00	Rua Acre nº 433
6	100	522-6	001.16.100.522-6.001	250,00	Rua Acre nº 439
7	100	522-7	001.16.100.522-7.001	250,00	Rua Acre nº 445
8	100	522-8	001.16.100.522-8.001	250,00	Rua Acre nº 451
9	100	522-9	001.16.100.522-9.001	250,00	Rua Acre nº 455
10	100	522-10	001.16.100.522-10.001	250,00	Rua Acre nº 467
11	100	522-11	001.16.100.522-11.001	250,00	Rua Acre nº 471
12	100	522-12	001.16.100.522-12.001	250,00	Rua Acre nº 483
13	100	522-13	001.16.100.522-13.001	250,00	Rua Acre nº 489
14	100	522-14	001.16.100.522-14.001	250,00	Rua Acre nº 493
15	100	522-15	001.16.100.522-15.001	250,00	Rua Acre nº 499
16	100	522-16	001.16.100.522-16.001	250,00	Rua Acre nº 511
17	100	522-17	001.16.100.522-17.001	250,00	Rua Acre nº 519
18	100	522-18	001.16.100.522-18.001	353,13	Rua Acre nº 523
19	100	522-19	001.16.100.522-19.001	248,29	Rua Acre nº 539
20	100	522-20	001.16.100.522-20.001	246,15	Rua Acre nº 551
21	100	522-21	001.16.100.522-21.001	250,00	Rua Acre nº 567
22	100	522-22	001.16.100.522-22.001	239,61	Rua Acre nº 573
23	100	522-23	001.16.100.522-23.001	254,70	Rua Acre nº 583
24	100	522-24	001.16.100.522-24.001	758,89	Rua Acre nº 601
25	100	522-25	001.16.100.522-25.001	32.791,23	Av. Espírito Santo nº 1546
TOTAL				39.817,00m²	

Parágrafo único. Integram o presente Decreto: ART de OBRAS/SERVIÇO 1220210020025, memoriais descritivos e mapas, da lavra de Sebastião Teixeira da Silva – RNP 1209352737.

Art. 2º Nos termos do art. 18 da Lei n.º 6766/79, deverá o desdobramento, sob pena de caducidade, ser levado a registro no prazo de 180 (cento e oitenta dias).

Art. 3º Deverá a Gerência de Tributação e Arrecadação adotar as medidas necessárias para anotação do desdobramento, inclusive, quanto a índice cadastral.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 3 de março de 2022.

João Machado Neto – João Bang

Prefeito Municipal

Edbert Moreira Júnior

Engenheiro Civil

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO N.º 4.546/2022

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA

CNPJ: 15024045000173
Av Expedicao Roncador Xingu, 0000249 - Centro
Telefone 06634382653
rh@novaxavantina.mt.gov.br

DECRETO Nº 004546/2022

RETIFICA DECRETO 4534 ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Poder Executivo Municipal de NOVA XAVANTINA, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal **02372/2022** , e em consonância com a Lei Federal 4320/64.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto o credito adicional especial no valor de R$ 2.212.884,38, destinado a dar cobertura as seguintes dotações orçamentárias relacionadas abaixo:

07.002-FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Superávit Financeiro-Rec.Vinc.

07.002.10.301.0037.2054.3.3.9.0.30.00.00.0 0 Material de Consumo	
2602000800-Recurso recebido para enfrentamento do Coronavírus	98.734,54
07.002.10.301.0037.2054.3.3.9.0.39.00.00.0 0 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	
2602000800-Recurso recebido para enfrentamento do Coronavírus	20.000,00
07.002.10.302.0021.2053.3.3.9.0.41.00.00.0 0 CONTRIBUICOES	
2621000000-Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadua	18.048,68
07.002.10.302.0038.2055.3.1.9.0.04.00.00.0 0 Contratacao por Tempo Determinado	
2602000800-Recurso recebido para enfrentamento do Coronavírus	199.488,20
07.002.10.302.0038.2055.3.1.9.0.11.00.00.00 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	
2602000800-Recurso recebido para enfrentamento do Coronavírus	100.000,00
07.002.10.302.0038.2055.3.3.9.0.30.00.00.0 0 Material de Consumo	
2602000800-Recurso recebido para enfrentamento do Coronavírus	153.169,60
07.002.10.302.0038.2055.3.3.9.0.39.00.00.0 0 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	
2602000800-Recurso recebido para enfrentamento do Coronavírus	50.000,00
07.002.10.303.0023.2052.3.3.9.0.32.00.00.0 0 Material de Distribuicao Gratuita	
2621000000-Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadua	34.121,48
Sub-Total:	**673.562,50**

08.001-INFRAESTRUTURA

08.001.15.451.0024.1061.4.4.9.0.39.00.00.0 0 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	
2754000000-Recursos de Operações de Crédito	926.103,00
Sub-Total:	**926.103,00**

07.002-FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

07.002.10.302.0021.2053.3.3.9.0.41.00.00.0 0 CONTRIBUICOES	
1621000000-Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadua	108.292,08
07.002.10.302.0021.2053.3.3.9.0.41.00.00.0 0 CONTRIBUICOES	
1500100200-Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	504.191,80
Sub-Total:	**612.483,88**
Total Parcial Suplementado:	**2.212.149,38**

Art. 2º - Para dar cobertura será utilizado o valor de 612.483,88 oriundo do cancelamentos de dotações orçamentárias e o valor de R$ 1.600.400,50, oriundo do superavit de fontes de recursos, ambos relacionados abaixo:

08.001-INFRAESTRUTURA

Anulação de dotações

08.001.15.451.0024.1034.4.4.9.0.52.00.00.0 0 Equipamentos e Material Permanente	
1754000000-Recursos de Operações de Crédito	497.677,85
08.001.15.451.0024.1035.4.4.9.0.51.00.00.0 0 OBRAS E INSTALACOES	
1700000000-Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	114.806,03

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA

CNPJ: 15024045000173

Av Expedicao Roncador Xingu, 0000249 - Centro

Telefone 06634382653

rh@novaxavantina.mt.gov.br

DECRETO Nº 004546/2022

	Sub-Total:	**612.483,88**
Superávit Financeiro – Recursos Vinculados		
2.7.54.000000 – Operações de Créditos		926.103,00
2.6.21.000000 – Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS Provenientes do Governo Estadual		52.170,16
2.6.02.000800 – Recurso Recebido para o Enfretamento do Coronavírus		621.392,34
	Sub-Total:	**1.599.665,50**
	Total Parcial Reduzido:	**2.212.149,38**

Art. 3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 21 de fevereiro de 2022, revogadas as disposições em contrário. Gabinete do Poder Executivo Municipal.

NOVA XAVANTINA, 8, março de 2022

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 507/2022

PORTARIA N.º 507/2022

Altera dispositivos constantes na Portaria n.º 4462022 (Portaria 298/2022) que dispõe sobre a concessão de férias, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 2.340, de 21 de dezembro de 2021 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e demais legislação que trata da matéria;

Considerando que através do Ofício nº 018/2022/GTA, em anexo, a Gerência de Tributação e Arrecadação informa que a servidora de que trata esta Portaria foi convocada para retornar ao trabalho, interrompendo, dessa forma, o período de gozo de férias;

Considerando a necessidade de retificação de dispositivos constantes na Portaria n.º 298/2022; **resolve**:

Art. 1º O art. 1º da Portaria n.º 298/2022 passa a vigorar com as seguintes alterações:

".....
....."

Art. 1º Conceder 10 (dez) dias de férias a(o) servidor(a) público(a) municipal **Fernanda Cristhina Martins Ganassin**, Assistente Administrativo,

Matrícula Funcional 4379, Secretaria Municipal da Finanças, referente ao período aquisitivo de 15/5/2020 a 14/5/2021.

Parágrafo único. As férias de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá ao período de 14/2/2022 a 23/2/2022.

Art. 1º Conceder 4 (quatro) dias de férias a(o) servidor(a) público(a) municipal **Fernanda Cristhina Martins Ganassin**, Assistente Administrativo, Matrícula Funcional 4379, lotada junto a Gerência de Tributação e Arrecadação, Secretaria Municipal de Finanças, referente ao período aquisitivo de 15/5/2020 a 14/5/2021.

§ 1º As férias de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá ao período de 14/2/2022 a 17/2/2022.

§ 2º A servidora de que trata o *caput* deste artigo, ficará com saldo remanescente de férias de 6 (seis) dias, que serão usufruídos de acordo com escala definida pela **Secretaria Municipal de Finanças**.

.....
....."

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 11 de março de 2022.

João Machado de Neto – João Bang

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
LEI MUNICIPAL N.º 2.381, DE 16 DE MARÇO DE 2022

LEI MUNICIPAL N.º 2.381, DE 16 DE MARÇO DE 2022

Autoriza abertura de créditos adicionais especial dentro do orçamento vigente e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições constitucionais de seu cargo, propõe o seguinte Projeto de Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional especial no orçamento do ano de 2.022, em conformidade ao disposto no inciso II, do artigo 41 da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1.964, com a finalidade de criar dotação orçamentária, no valor de R$ 210.000,00 (Duzentos e dez mil reais) destinado a custear despesas com benefícios previdenciários do poder Legislativo pelo Fundo de Previdência Municipal (PREVINX), cobertos pelo anulação parcial de dotação orçamentária.

Art. 2º O crédito adicional especial definido no artigo 1º, terá a seguinte classificação orçamentária:

12 — Fundo Municipal de Previdência Social

12.001 — Direção Executiva da PREVINX

09 — Previdência Social

09.272 — Previdência do Regime Estatutário

09.272.0035 — Desenvolvimento das Atividades do Fundo Mun. De Previdência

09.272.0035.2056 — Benefícios Previdenciários Poder Legislativo

3.1.90.01.00.00.00 — Aposentadorias e Reformas..... R$ 200.000,00

3.1.90.03.00.00.00 — Pensões..... R$ 10.000,00

Art. 3º O Crédito adicional especial de que trata os artigos 1º e 2º será coberto pela anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

12 — Fundo Municipal de Previdência Social

12.001 — Direção Executiva da PREVINX

09 — Previdência Social

09.272 — Previdência do Regime Estatutário

09.272.0035 — Desenvolvimento das Atividades do Fundo Mun. De Previdência

09.272.0035.2049 — Apoio Adm. ao Fundo Mun. de Previ Social

3.1.90.01.00.00.00 — Aposentadorias e Reformas..... R$ 200.000,00

3.1.90.03.00.00.00 — Pensões..... R$ 10.000,00

Art. 4º O Crédito adicional especial de que trata o artigo 1º, será detalhado pela seguinte fonte:

1.800.1121000 – Benefícios Previd. – Poder Legislativo.....R$ 210.000,00

Art. 5º Fica atualizado o Demonstrativo "Quadro de Detalhamento da Despesa" anexo da Lei nº 2.334 de 14 de dezembro de 2021 que dispõe sobre o Orçamento para o exercício 2022 atualizando os elementos de despesas na fonte de recurso conforme acima relacionado.

Art. 6º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina – MT, 16 de março de 2022.

João Machado Neto – João Bang

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO N.º 4.550, DE 14 DEMARÇO DE 2022.

DECRETO N.º 4.550, DE 14 DEMARÇO DE 2022.

Aprova o remembramento/unificação de áreas e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 1.973, de 29 de dezembro de 2016, que *Dispõe sobre o parcelamento do solo, e dá outras providências*; considerando as disposições contidas na Lei Federal 6.766/79 e demais legislação que trata da matéria; **Decreta**:

Art. 1º Fica aprovado o remembramento/unificação de 4 (cinco) lotes de terras, situados no perímetro urbano desta cidade de Nova Xavantina – MT, assim discriminados: locados sob os n.ºs 1 (um), 2 (dois), 3 (três) e 4 (quatro), todos da quadra 16 (dezesseis), bairro Jardim Tropical III - Cohab, setor Nova Brasília, nesta cidade, respectivamente matriculados sob os n.ºs 13.832, 13.833, 13.834 e 21.773, registrados no 1º Ofício de Registro de Imóveis de Nova Xavantina – MT, de propriedade de **Município (Prefeitura) de Nova Xavantina - MT**, inscrita no CNPJ sob o n.º 15.024.045/0001-73, que passam a ser assim descrito e caracterizado: **Lote 1 (um) da quadra 16 (dez), com área de 1.500,00m², bairro Jardim Tropical III - Cohab, no setor Nova Brasília, nesta cidade**, com os seguintes limites e confrontações: frente para a Rua Santa Rosa, medindo 60,00 metros, lado direito para a Rua Sagrada Família, medindo 25,00 metros, lado esquerdo para a Avenida 14 de Abril, medindo 25,00 metros e fundos para os lotes 5 e 6, da quadra 16, medindo 60,00 metros, tudo em conformidade com memoriais descritivos e mapas da lavra de Edbert Moreira Junior – RN Confea 260.136.459-9, Crea 194.635/D SP, que integram o presente Decreto.

Art. 2º Nos termos do art. 18 da Lei n.º 6766/79, deverá o remembramento, sob pena de caducidade, ser levado a registro no prazo de 180 (cento e oitenta dias).

Art. 3º Para a efetivação do remembramento de que trata este Decreto, deverá o proprietário do imóvel requerer junto a Gerência de Tributação e Arrecadação a adoção das medidas necessárias para anotação junto ao

Cadastro Municipal, inclusive, proceder ao recolhimento do ITBI nos casos devidos, sob pena revogação deste ato.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 14 de março de 2022.

João Machado Neto – João Bang

Prefeito Municipal

Edbert Moreira Junior

Engenheiro Civil

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO N.º 4.549, DE 11 DE MARÇO DE 2022.

DECRETO N.º 4.549, DE 11 DE MARÇO DE 2022.

Altera dispositivos constantes no Decreto n.º 4.524/2022 que dispõe sobre a concessão de Adicional por Tempo de Serviço e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto na Lei Municipal n.º 2.340, de 21 de dezembro de 2021, que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT*, e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria;**Decreta**:

Art. 1º O art. 1º do Decreto n.º 4.524, de 16 de fevereiro de 2022 passa a vigorar com a seguinte redação:

".....

.....

Art. 1º Concede **Adicional por Tempo de Serviço** a(o) servidor(a) pública(a) municipal **Claudia Custódio Vieira da Silva**, Auxiliar de Educação Infantil, Matrícula Funcional 3728, da Classe/Nível A/3 para a Classe/Nível A/4, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo 2/2020 a 2/2022.

....."

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 11 de março de 2022.

João Machado Neto – João Bang

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO N.º 4.548, DE 11 DE MARÇO DE 2022.

DECRETO N.º 4.548, DE 11 DE MARÇO DE 2022.

Altera dispositivos constantes no Decreto n.º 4.513/2022 que dispõe sobre a concessão de Progressão Funcional, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto na Lei Municipal n.º 2.340, de 21 de janeiro de 2021, que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT*, e suas alterações posteriores, de acordo com a Lei Municipal n.º 2.337, de 21 de dezembro de 2021, que ***Institui o Plano de Carreiras, Cargos e Salários e de Valorização dos Profissionais da Educação Básica, no âmbito do Poder Executivo do Município de Nova Xavantina e dá outras providências*** e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria;

Considerando que foi realizado o ***Demonstrativo de Impacto Orçamentário e Financeiro (artigo 16 da Lei Complementar 101/2000) – nº 20/2022*** e a ***Estimativa do Impacto Orçamentário Financeiro para Gasto com Pessoal – nº 20/2022***; **Decreta**:

Art. 1º O art. 1º do Decreto n.º 4.513, de 16 de fevereiro de 2022 passa a vigorar com a seguinte redação:

".....

Art. 1º Concede **Progressão Funcional** a(o) servidor(a) pública(a) municipal **Ivone Gonçalves da Silva Cruz**, Auxiliar de Educação Infantil, Matrícula Funcional 3783, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Educação, do Anexo III - A - Classe/Nível B4 – não profissionalizado para o Anexo III - B - Classe/Nível B4 - profissionalizado.

....."

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 11 de março de 2022.

João Machado Neto – João Bang

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO N.º 4.541, DE 3 DEMARÇO DE 2022.

DECRETO N.º 4.541, DE 3 DEMARÇO DE 2022.

Aprova o remembramento/unificação de áreas e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 1.973, de 29 de dezembro de 2016, que *Dispõe sobre o parcelamento do solo, e dá outras providências*; e demais legislação que trata da matéria;

- considerando as disposições contidas na Lei Federal 6.766/79;

- considerando o disposto na **Certidão 007/2022 – favorável ao remembramento**, que integra o presente Decreto, da lavra do Engenheiro Civil - Edbert Moreira Júnior – CONFEA RN. n.º 260.136.459-9; **Decreta**:

Art. 1º Fica aprovado o remembramento/unificação de 2 (dois) lotes de terras, situados no perímetro urbano desta cidade de Nova Xavantina – MT, assim discriminados: locados sob os n.ºs 8 (oito) e 10 (dez), todos da quadra 4E (quatro "E"), bairro Estilac Leal, setor Nova Brasília, nesta cidade, respectivamente matriculados sob os n.ºs 9.902 e 9.903, registrados no 1º Ofício de Registro de Imóveis de Nova Xavantina – MT, de propriedade de **Cong. Cristã no Brasil**, inscrita no CNPJ sob o n.º 03.670.205/0001-72, neste ato representada por *Tiago Rufino Mota*, portador do Carteira de Identidade/Policia Militar de Goiás 38.391, inscrito no CPF sob o n.º 039.163.021-08, que passam a ser assim descrito e caracterizado: **Lote 10 (dez) da quadra 4E (quatro "E"), Cadastro Municipal 001.02.004E.10.001, com área de 750,00m², bairro Estilac Leal, no setor Nova Brasília, nesta cidade**, com os seguintes limites e confrontações: frente para a Rua Londrina (ant. Projetada 27), medindo 30,00 metros, lado direito para o lote 12 da quadra 4E, medindo 25,00 metros, lado esquerdo para o lote 6 da quadra 4E, medindo 25,00 metros e fundos para os lotes 7 e 9, da quadra 4E, medindo 30,00 metros, tudo em conformidade com ART de Obra/Serviço 1220220014813, memoriais descritivos e mapas da lavra de Ana Paula Klaus Locatelli – RNP 1214695426, que integram o presente Decreto.

Art. 2º Nos termos do art. 18 da Lei n.º 6766/79, deverá o remembramento, sob pena de caducidade, ser levado a registro no prazo de 180 (cento e oitenta dias).

Art. 3º Para a efetivação do remembramento de que trata este Decreto, deverá o proprietário do imóvel requerer junto a Gerência de Tributação e Arrecadação a adoção das medidas necessárias para anotação junto ao Cadastro Municipal, inclusive, proceder ao recolhimento do ITBI nos casos devidos, sob pena revogação deste ato.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 3 de março de 2022.

João Machado Neto – João Bang

Prefeito Municipal

Edbert Moreira Junior

Engenheiro Civil

SECRETARIA DE GABINETE
COVID-19: DECRETO N.º 4.547, DE 9 DE MARÇO DE 2022.

DECRETO N.º 4.547, DE 9 DE MARÇO DE 2022.

Revoga o Decreto nº 4.536/2022 e suas posteriores alterações que dispõe sobre a adoção, no âmbito da administração pública direta e indireta do município de Nova Xavantina, de medidas temporárias e emergenciais de prevenção de contágio pelo coronavírus (covid-19) e dá outras providências;

O Prefeito do Município de Nova Xavantina, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, Código Sanitário e demais legislações que tratam da matéria:

CONSIDERANDO que o Governador de Mato Grosso revogou o artigo 1° do Decreto 1.134/2021, que obrigava uso de máscara em Mato Grosso; e

CONSIDERANDO o firme e reiterado comprometimento da Administração Pública com a preservação da saúde e bem estar de toda população Xavantinense. DECRETA:

Art. 1º Fica REVOGADO o Decreto Municipal de nº 4.536 de 24 de Fevereiro de 2022 que “dispõe sobre a adoção, no âmbito da administração pública direta e indireta do município de Nova Xavantina, de medidas temporárias e emergenciais de prevenção de contágio pelo coronavírus (covid-19) e dá outras providências”.

Art. 2º Para pessoas com sintomas gripais fica obrigatória a utilização de máscara de proteção em espaço públicos e privados.

Parágrafo único. A utilização de máscara permanece obrigatória nas Unidades Básicas de Saúde e Hospital Municipal.

Art. 3º No caso de eventos artísticos/shows deverá ser feita a aferição de temperatura na entrada se for maior que 37,5° C fica proibido o acesso da pessoa no estabelecimento.

Art. 4º Recomenda-se que em locais de grande circulação de pessoas o munícipe utilize máscara.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e pode sofrer qualquer alteração a qualquer momento, dependendo da evolução dos casos de covid-19.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 9 de março de 2022.

João Machado Neto – João Bang

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO N.º 4.542, DE 3 DEMARÇO DE 2022.

DECRETO N.º 4.542, DE 3 DEMARÇO DE 2022.

Aprova o remembramento/unificação de áreas e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 1.973, de 29 de dezembro de 2016, que *Dispõe sobre o parcelamento do solo, e dá outras providências*; e demais legislação que trata da matéria;

- considerando as disposições contidas na Lei Federal 6.766/79;

- considerando o disposto na **Certidão 008/2022 – favorável ao remembramento**, que integra o presente Decreto, da lavra do Engenheiro Civil - Edbert Moreira Júnior – CONFEA RN. n.º 260.136.459-9; **Decreta**:

Art. 1º Fica aprovado o remembramento/unificação de 4 (quatro) lotes de terras, situados no perímetro urbano desta cidade de Nova Xavantina – MT, assim discriminados: locados sob os n.ºs 7 (sete), 8-A (oito “A”), 8 (oito) e 9 (nove), todos da quadra 10 (dez), Cadastros no município 001.07.010.07, 08A, 08 e 09.001, bairro Tonetto, setor Nova Brasília, nesta cidade, respectivamente matriculados sob os n.ºs 14.967, 15.103, 10.523 e 13.198, registrados no 1º Ofício de Registro de Imóveis de Nova Xavantina – MT, de propriedade de **Congregação Cristã no Brasil**, inscrita no CNPJ sob o n.º 03.670.205/0001-72, neste ato representada por *Tiago Rufino Mota*, portador do Carteira de Identidade/Policia Militar de Goiás 38.391, inscrito no CPF sob o n.º 039.163.021-08, que passam a ser assim descrito e caracterizado: **Lote 7 (sete) da quadra 10 (dez), Cadastro Municipal 001.07.010.07.001, com área de 1.377,00m², bairro Tonetto, no setor Nova Brasília, nesta cidade**, com os seguintes limites e confrontações: frente para a Travessa Visconde do Rio Branco, medindo 45,00 metros, lado direito para a Rua Boa Vista, medindo 30,60 metros, lado esquerdo para o lote 6 da quadra 10, medindo 30,60 metros e fundos para os lotes 12 e 10 da quadra 10, medindo 45,00 metros, tudo em conformidade com ART de Obra/Serviço 1220220013725, memoriais descritivos e mapas da lavra de Ana Paula Klaus Locatelli – RNP 1214695426, que integram o presente Decreto.

Art. 2º Nos termos do art. 18 da Lei n.º 6766/79, deverá o remembramento, sob pena de caducidade, ser levado a registro no prazo de 180 (cento e oitenta dias).

Art. 3º Para a efetivação do remembramento de que trata este Decreto, deverá o proprietário do imóvel requerer junto a Gerência de Tributação e Arrecadação a adoção das medidas necessárias para anotação junto ao Cadastro Municipal, inclusive, proceder ao recolhimento do ITBI nos casos devidos, sob pena revogação deste ato.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 3 de março de 2022.

João Machado Neto – João Bang

Prefeito Municipal

Edbert Moreira Junior

Engenheiro Civil

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO N.º 4.545, DE 8 DEMARÇO DE 2022.

DECRETO N.º 4.545, DE 8 DEMARÇO DE 2022.

Aprova o remembramento/unificação de áreas e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, com-

binado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 1.973, de 29 de dezembro de 2016, que *Dispõe sobre o parcelamento do solo, e dá outras providências*; considerando as disposições contidas na Lei Federal 6.766/79 e demais legislação que trata da matéria; **Decreta**:

Art. 1º Fica aprovado o remembramento/unificação de 5 (cinco) lotes de terras, situados no perímetro urbano desta cidade de Nova Xavantina – MT, assim discriminados: locados sob os n.ºs 25 (vinte e cinco), 26 (vinte e seis), 27 (vinte e sete), 28 (vinte e oito) e 29 (vinte e nove), todos da quadra 16 (dezesseis), Cadastros no município 001.29.016.025 a 029.001, bairro Jardim Tropical III - Cohab, setor Nova Brasília, nesta cidade, respectivamente matriculados sob os n.ºs 13.855, 13.856, 13.857, 13.858 e 13.859, registrados no 1º Ofício de Registro de Imóveis de Nova Xavantina – MT, de propriedade de **Município (Prefeitura) de Nova Xavantina - MT**, inscrita no CNPJ sob o n.º 15.024.045/0001-73, que passam a ser assim descrito e caracterizado: **Lote 25 (vinte e cinco) da quadra 16 (dez), com área de 1.500,00m², bairro Jardim Tropical III - Cohab, no setor Nova Brasília, nesta cidade**, com os seguintes limites e confrontações: frente para a Avenida Carazinho, medindo 60,00 metros, lado direito para a Rua Cristo Rei, medindo 25,00 metros, lado esquerdo para a Rua Sagrada Família, medindo 25,00 metros e fundos para os lotes 23 e 24 da quadra 16, medindo 60,00 metros, tudo em conformidade com memoriais descritivos e mapas da lavra de Edbert Moreira Junior – RN Confea 260.136.459-9, Crea 194.635/D SP, que integram o presente Decreto.

Art. 2º Nos termos do art. 18 da Lei n.º 6766/79, deverá o remembramento, sob pena de caducidade, ser levado a registro no prazo de 180 (cento e oitenta dias).

Art. 3º Para a efetivação do remembramento de que trata este Decreto, deverá o proprietário do imóvel requerer junto a Gerência de Tributação e Arrecadação a adoção das medidas necessárias para anotação junto ao Cadastro Municipal, inclusive, proceder ao recolhimento do ITBI nos casos devidos, sob pena revogação deste ato.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 8 de março de 2022.

João Machado Neto – João Bang

Prefeito Municipal

Edbert Moreira Junior

Engenheiro Civil

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO N.º 4.544, DE 3 DE MARÇO DE 2022.

DECRETO N.º 4.544, DE 3 DE MARÇO DE 2022.

Estabelece horário de atendimento ao público e funcionamentos de categorias funcionais da Administração Municipal, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e demais legislação que trata da matéria; **Decreta**:

Art. 1º Estabelecer, excepcionalmente as **sextas-feiras das 7h às 13h,** horário de atendimento ao público e funcionamento a ser adotado pelas categorias funcionais de Agente Comunitário de Saúde (ACS) e Agente de Combate às Endemias (ACE).

Parágrafo único. Reserva-se a Administração Municipal o direito de convocar os servidores em horário diferenciado do previsto no presente Decreto, sempre que necessário e assim exigir no interesse do serviço público.

Art. 2º Ficará sob a responsabilidade de cada Secretário(a), Chefe de Direção, Gerente e Chefe de Divisão a divulgação e afixação de comunicado informando os horários de expediente e funcionamento de cada setor, bem como oficiar previamente a Gerência de Gestão de Pessoas os escalonamentos de trabalho dos servidores de cada órgão.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor a partir do dia 4 de março de 2022.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 3 de março de 2022.

João Machado Neto – João Bang

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO N.º 4.543, DE 3 DE MARÇO DE 2022.

DECRETO N.º 4.543, DE 3 DE MARÇO DE 2022.

Aprova o desmembramento de uma área de terras, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal;

- considerando o disposto na **Certidão 009/2022 – favorável ao desmembramento**, que integra o presente Decreto, da lavra do Engenheiro Civil - Edbert Moreira Júnior – CONFEA RN. n.º 260.136.459-9

- Considerando as disposições contidas na Lei Federal 6.766/79; **Decreta:**

Art. 1º Fica aprovado o **desmembramento de 02 (dois) lote de terras, situado na zona urbana,** correspondentes a uma área que se encontra Matriculada sob n.º 15.147 - 1º Ofício de Registro de Imóveis de Nova Xavantina – MT, de propriedade de **Joaquim Alves Faria**, portador(a) do CI/RG n.º 1664019-5-SSP/MT, inscrito(a) no CPF sob o n.º 010.638.111-39, residente e domiciliado nesta cidade, que passam a ser assim descritas e caracterizadas:

I – lote desmembramento: 01 (um) lote de terras, situado na zona urbana, com área de **225,00m²**, designado de **Lote 10A (dez "A") da Quadra 116 (cento e dezesseis**), **Cadastro Municipal 001.09.116.10A.001,** bairro Tonetto, setor Nova Brasília, nesta cidade, de propriedade do **Joaquim Alves Faria**, já qualificado no *caput* deste artigo, com os seguintes limites e confrontações: frente para a Rua Formosa, medindo 15,00 metros, lado direito para a Rua Redenção, medindo 15,00 metros, lado esquerdo para o lote 10, medindo 15,00 metros e fundos para o lote 11, medindo 15,00 metros;

II – lote desmembramento/remanescente: 01 (um) lote de terras, situado na zona urbana, com área de **150,00m²**, designado de **Lote 10 (dez) da Quadra 116 (cento e dezesseis**), **Cadastro Municipal 001.09.116.10.001,** bairro Tonetto, setor Nova Brasília, nesta cidade, de propriedade de **Giomar Elsner Rebelatto**, portador do CI/RG n.º 4.075.112-2-SSP/PR, inscrito no CPF sob o n.º 588.954.779-87,com os seguintes limites e confrontações: frente para a Rua Formosa, medindo 15,00 metros, lado direito para o lote 10, medindo 15,00 metros, lado esquerdo para o lote 9, medindo 15,00 metros e fundos para o lote 11, medindo 15,00 metros.

Parágrafo único. Integram o presente Decreto: ART 1220220019103, memoriais descritivos e mapas, da lavra de Luciana Dias Santiago – RNP 1218336838.

Art. 2º Nos termos do art. 18 da Lei n.º 6766/79, deverá o desmembramento, sob pena de caducidade, ser levado a registro no prazo de 180 (cento e oitenta dias).

Art. 3º Para a efetivação do desmembramento de que trata este Decreto, deverá o proprietário do imóvel requerer junto a Gerência de Tributação e Arrecadação a adoção das medidas necessárias para anotação junto ao Cadastro Municipal, inclusive, proceder ao recolhimento do ITBI nos casos devidos, sob pena revogação deste ato.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 3 de março de 2022.

João Machado Neto – João Bang

Prefeito Municipal

Edbert Moreira Junior

Engenheiro Civil

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 515/2022

PORTARIA N.º 515/2022

Dispõe sobre a concessão de férias, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 2.340, de 21 de dezembro de 2021 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º Conceder 20 (vinte) dias de férias a(o) servidor(a) público(a) municipal **Fábio Camilo da Silva**, Gari, Matrícula Funcional 4327, Secretaria Municipal da Infraestrutura, referente ao período aquisitivo de 2/10/2020 a 1/10/2021.

Parágrafo único. As férias de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá ao período de 13/4/2022 a 2/5/2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 14 de março de 2022.

João Machado de Neto – João Bang

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 516/2022

PORTARIA N.º 516/2022

Dispõe sobre a concessão de férias, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 2.340, de 21 de dezembro de 2021 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º Conceder 10 (dez) dias de férias a(o) servidor(a) público(a) municipal **José Silveira Dias**, Técnico de Segurança do Trabalho, Matrícula Funcional 4272, Secretaria Municipal da Administração, referente ao período aquisitivo de 6/6/2020 a 5/6/2021.

Parágrafo único. As férias de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá ao período de 1/3/2022 a 10/3/2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 14 de março de 2022.

João Machado de Neto – João Bang

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 508/2022

PORTARIA N.º 508/2022

Dispõe sobre a concessão de Licença para Tratar de Interesses Particulares, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica, combinado com o disposto na Lei Municipal nº 2.340, de 21 de dezembro de 2021, que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina - MT,* suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria;

Considerando que de acordo com a legislação, a licença para tratar de interesses particulares poderá ser interrompida, a qualquer tempo, a pedido do servidor ou no interesse público;

Considerando que a Procuradoria Geral através do Ofício 029/2022/PGM exarou manifestação favorável ao pleito do servidor de que trata esta Portaria; **resolve**:

Art. 1º A pedido, conceder a partir de 6 de abril 2022, 2 (dois) anos de *Licença para Tratar de Interesses Particulares*, sem ônus para o município, a(o) servidor(a) público(a) municipal **Dilson Lucas Fernandes Silva**, Assistente Administrativo, Matrícula Funcional 4293, lotado junto a Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 11 de março de 2022.

João Machado Neto – João Bang

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 542/2022

PORTARIA N.º 542/2022

*Por desistência, torna sem efeitos a nomeação de **Henrique Kaayan Silva dos Santos** constante da **Portaria n.º 325/2022**, e dá outras providências.*

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal; de acordo com o resultado final do **Concurso Público Municipal n.º 001/2017**, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 2.340, de 21 de dezembro de 2021, que *dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis do Município de Nova Xavantina, e dá outras providências,* e suas alterações posteriores; de acordo com a Lei Municipal n.º 2.337, de 21 de dezembro de 2021, que *Institui o Plano de Carreiras, Cargos e Salários e de Valorização dos Profissionais da Educação Básica, no âmbito do Poder Executivo do Município de Nova Xavantina e dá outras providências*, e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria;

- considerando que o(a) candidato(a) ***Henrique Kaayan Silva dos Santos*** convocado **não compareceu para tomar posse no cargo público de *Fiscal de Tributos;* resolve:**

Art. 1º Por não comparecimento, tornar sem efeitos a nomeação de ***Henrique Kaayan Silva dos Santos***, para exercer em estágio probatório as funções do cargo de ***Fiscal de Tributos***, constante da Portaria n.º 325/2022, publicada no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, do dia 10 de fevereiro de 2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 16 de março de 2022.

João Machado Neto – João Bang

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 510/2022

PORTARIA N.º 510/2022

Dispõe sobre a concessão de férias, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 2.340, de 21 de dezembro de 2021 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º Conceder 10 (dez) dias de férias a(o) servidor(a) público(a) municipal **Eliabe Maracahipes dos Santos**, Motorista de Veículo de Emergência, Matrícula Funcional 4274, Secretaria Municipal da Saúde, referente ao período aquisitivo de 1/6/2020 a 31/5/2021.

Parágrafo único. As férias de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá ao período de 12/4/2022 a 21/4/2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 11 de março de 2022.

João Machado de Neto – João Bang

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 517/2022

PORTARIA N.º 517/2022

Dispõe sobre a concessão de férias, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 2.340, de 21 de dezembro de 2021 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias a(o) servidor(a) público(a) municipal **Jairo Rogério Alves da Silva**, Conselheiro Tutelar, Matrícula Funcional 4505, Secretaria Municipal da Assistência Social, referente ao período aquisitivo de 9/3/2021 a 8/3/2022.

Parágrafo único. As férias de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá ao período de 18/4/2022 a 17/5/2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 14 de março de 2022.

João Machado de Neto – João Bang

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 518/2022

PORTARIA N.º 518/2022

*Dispõe sobre a concessão de **licença prêmio por assiduidade** e dá outras providências.*

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 2.340, de 21 de dezembro de 2021 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e suas alterações posteriores, e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de **licença prêmio por assiduidade** a(o) servidor(a) público(a) municipal **Belmiro Barbosa dos Santos**, Motorista, Matrícula Funcional 4020, Secretaria Municipal de Infraestrutura, referente ao período aquisitivo de 20/7/2015 a 19/7/2020.

Parágrafo único. A licença prêmio por assiduidade de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá ao período de 7/3/2022 a 5/4/2022.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 7 de março de 2022.

João Machado de Neto – João Bang

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 506/2022

PORTARIA N.º 506/2022

Dispõe sobre a concessão de Licença Médica, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 2.340, de 21 de dezembro de 2021 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º De acordo com o *Laudo de Inspeção de Saúde*, lavrado em 10 de março de 2022, pelo médico *Álvaro Rizzardi* – CRM-MT 1703, **deferir licença médica**, a(o) servidor(a) público(a) municipal **Aliane Borges Leal**, Médico Veterinário, Matrícula Funcional 4631, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, pelo período de 2/3/2022 a 17/3/2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 11 de março de 2022.

João Machado Neto – João Bang

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 519/2022

PORTARIA N.º 519/2022

*Dispõe sobre a concessão de **licença prêmio por assiduidade** e dá outras providências.*

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 2.340, de 21

de dezembro de 2021 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e suas alterações posteriores, e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de **licença prêmio por assiduidade** a(o) servidor(a) público(a) municipal **Nelson Zilli**, Motorista, Matrícula Funcional 764, Secretaria Municipal de Infraestrutura, referente ao período aquisitivo de 12/4/2012 a 11/4/2017.

Parágrafo único. A licença prêmio por assiduidade de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá ao período de 7/3/2022 a 5/4/2022.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 7 de março de 2022.

João Machado de Neto – João Bang

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 520/2022

PORTARIA N.º 520/2022

*Dispõe sobre a concessão de **licença prêmio por assiduidade** e dá outras providências.*

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 2.340, de 21 de dezembro de 2021 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e suas alterações posteriores, e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º Conceder 60 (sessenta) dias de **licença prêmio por assiduidade** a(o) servidor(a) público(a) municipal **Isabel Vilela da Silva Santos**, Agente Comunitário de Saúde - ACS, Matrícula Funcional 1985, Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2/1/2013 a 31/12/2018.

Parágrafo único. A licença prêmio por assiduidade de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá ao período de 1/2/2022 a 3/4/2022.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 7 de março de 2022.

João Machado de Neto – João Bang

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 509/2022

PORTARIA N.º 509/2022

Dispõe sobre a concessão de férias, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 2.340, de 21 de dezembro de 2021 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º Conceder 10 (dez) dias de férias a(o) servidor(a) público(a) municipal **Maria de Fátima Nunes Leal e Silva**, Técnica de Enfermagem, Matrícula Funcional 855, Secretaria Municipal da Saúde, referente ao período aquisitivo de 7/11/2019 a 6/11/2020.

Parágrafo único. As férias de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá ao período de 20/4/2022 a 29/4/2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 11 de março de 2022.

João Machado de Neto – João Bang

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 541/2022

PORTARIA N.º 541/2022

Dispõe sobre a concessão de Licença Médica, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 2.340, de 21 de dezembro de 2021 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º De acordo com o *Laudo de Inspeção de Saúde*, lavrado em 15 de março de 2022, pelo médico *Álvaro Rizzardi* – CRM-MT 1703, **deferir licença médica**, a(o) servidor(a) público(a) municipal **Claudinei Spanholi**, Operador de Máquinas Pesadas, Matrícula Funcional 4381, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Infraestrutura, pelo período de 8/3/2022 a 17/3/2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 16 de março de 2022.

João Machado Neto – João Bang

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 540/2022

PORTARIA N.º 540/2022

*Dispõe sobre a concessão de **licença maternidade** e dá outras providências.*

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica, combinado com o disposto na Lei Municipal n.º 2.340, de 21 de dezembro de 2021 que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Civis do Município* e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º Conceder 180 (cento e oitenta) dias de *licença maternidade* a **Edelma Ferreira da Silva**, Agente Comunitária de Saúde - ACS, Matrícula Funcional 1949, lotada junto a Secretaria Municipal de saúde, no período compreendido de 11/3/2022 a 6/9/2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 15 de março de 2022

João Machado Neto – João Bang

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
COVID-19: PORTARIA N.º 539/2022

PORTARIA N.º 539/2022

Dispõe sobre isolamento(s) social/afastamento(s) de servidor(a) público(a) municipal, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica e demais legislação que trata da matéria;

CONSIDERANDO que a atual situação demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação do Covid-19;

CONSIDERANDO as recomendações emanadas da Organização Mundial de Saúde para que os países redobrem o comprometimento contra a pandemia do novo Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO o comprometimento da atual gestão com o bem-estar e saúde de toda a população novaxavantinense;

CONSIDERANDO que o Município de Nova Xavantina deve pautar suas ações buscando o enfrentamento ao COVID-19 de forma estratégica, com atuação, sobretudo, preventiva;

CONSIDERANDO os princípios que fundamentam os atos da Administração Pública, em especial os da supremacia do interesse público; **resolve**:

Art. 1º De acordo com *Atestado Médico,* determinar, como medida preventiva, o isolamento/afastamento social do(a) servidor(a) público(a) municipal **Lacy Gomes Guimarães**, Professora, Matrícula Funcional 4653, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Educação, pelo período compreendido de 10/3/2022 a 16/3/2022.

Art. 2º O(a) servidor(a) em isolamento social/afastamento será submetido a nova perícia médica, quando da expiração do período de isolamento/afastamento para verificar a necessidade de continuidade do isolamento/afastamento ou aptidão para retornar ao exercício do cargo.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 15 de março de 2022.

João Machado de Neto – João Bang

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
COVID-19: PORTARIA N.º 538/2022

PORTARIA N.º 538/2022

Dispõe sobre isolamento(s) social/afastamento(s) de servidor(a) público(a) municipal, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica e demais legislação que trata da matéria;

CONSIDERANDO que a atual situação demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação do Covid-19;

CONSIDERANDO as recomendações emanadas da Organização Mundial de Saúde para que os países redobrem o comprometimento contra a pandemia do novo Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO o comprometimento da atual gestão com o bem-estar e saúde de toda a população novaxavantinense;

CONSIDERANDO que o Município de Nova Xavantina deve pautar suas ações buscando o enfrentamento ao COVID-19 de forma estratégica, com atuação, sobretudo, preventiva;

CONSIDERANDO os princípios que fundamentam os atos da Administração Pública, em especial os da supremacia do interesse público; **resolve**:

Art. 1º De acordo com *Atestado Médico,* determinar, como medida preventiva, o isolamento/afastamento social do(a) servidor(a) público(a) municipal **Delmeires Pereira Borges**, Técnico de Imobilização Hospitalar, Matrícula Funcional 4303, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Saúde, pelo período compreendido de 13/3/2022 a 16/3/2022.

Art. 2º O(a) servidor(a) em isolamento social/afastamento será submetido a nova perícia médica, quando da expiração do período de isolamento/afastamento para verificar a necessidade de continuidade do isolamento/afastamento ou aptidão para retornar ao exercício do cargo.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 15 de março de 2022.

João Machado de Neto – João Bang

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 504/2022

PORTARIA N.º 504/2022

Dispõe sobre a transferência de servidor(a) público(a) municipal e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 2.340, de 21 de dezembro de 2021 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º Transferir o(a) servidor(a) público(a) municipal efetivo(a) **Anayara Pereira da Silva,** Professora, atualmente ocupando o cargo de Gerente Responsável Técnico de Biblioteca, Matrícula Funcional 4284, da Secretaria Municipal de Educação para a Secretaria Municipal de Turismo e Cultura

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 8/2/2022.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 11 de março de 2022.

João Machado Neto – João Bang

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 511/2022

PORTARIA N.º 511/2022

Dispõe sobre a nomeação de fiscais, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município; e,

Considerando o **Contrato de Prestação de Serviço nº 013/2.022**, firmado entre o *Município de Nova Xavantina* e a empresa **Contract Show Produções Artísticas Ltda**que tem por objeto *apresentação artística da dupla João Neto e Frederico, a ser realizado na ExpoNovaXavantina, no muni-*

cípio de Nova Xavantina – MT, no dia 07 de maio de 2.022, duração de 1 hora e 30 minutos – **Inexigibilidade nº 002/2.022***;* **resolve:**

Art. 1º Nomear a partir de 14 de março de 2022, os servidores públicos municipais, abaixo relacionados, para atuar como fiscal(is) técnico do **Contrato de Prestação de Serviço nº 013/2.022**, em conformidade com a legislação que versa sobre a matéria, passa a vigorar com a seguinte redação:

I – Ana Maria Rodrigues Duarte, Assistente Administrativo, Matrícula Funcional 4543;

II – Maria Deusdete Rodrigues Matista, Atendente, Matrícula Funcional 3650;;

III – Sueli de Fatima Ribeiro da Silva Oliveira, Atendente, Matrícula Funcional 1000.

Art. 2º Delegar atribuições e competências constantes do Edital do certame licitatório, da **Ata de Registro de Preços nº 013/2.022** e demais normas necessárias ao fiel cumprimento do disposto na legislação.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 14 de março de 2021.

João Machado Neto – João Bang

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 544/2022

PORTARIA N.º 544/2022

Dispõe sobre o retorno de servidora pública municipal de Licença para Tratar de Interesses Particulares, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 2.340, de 21 de dezembro de 2021 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º A pedido, retornar de *Licença para Tratar de Interesses Particulares* a partir de 1º de abril de 2022, a servidora pública municipal **Angélica de Jesus Silva,** Farmacêutica, Matrícula Funcional 4118, lotada junto a Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Fica a partir de 1º de abril de 2022, revogada a Portaria n.º 1713/2021 que *dispõe sobre a concessão de Licença para Tratar de Interesses Particulares, e dá outras providências.*

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 16 de março de 2022.

João Machado Neto – João Bang

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 512/2022

PORTARIA N.º 512/2022

Dispõe sobre a concessão de férias, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 2.340, de 21 de dezembro de 2021 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º Conceder 20 (vinte) dias de férias a(o) servidor(a) público(a) municipal **Álvaro Rizzardi**, Médico, Matrícula Funcional 383, Secretaria Municipal da Saúde, referente ao período aquisitivo de 15/2/2019 a 14/2/2020.

Parágrafo único. As férias de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá ao período de 1/4/2022 a 20/4/2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 14 de março de 2022.

João Machado de Neto – João Bang

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 537/2022

PORTARIA N.º 537/2022

Dispõe sobre a concessão de ***licença prêmio por assiduidade*** *e dá outras providências.*

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 2.340, de 21 de dezembro de 2021 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e suas alterações posteriores, e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de **licença prêmio por assiduidade** a(o) servidor(a) público(a) municipal **Sonia Maria Freitas Fernandes**, Técnica de Enfermagem, Matrícula Funcional 3805, Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 1/4/2013 a 31/8/2018.

Parágrafo único. A licença prêmio por assiduidade de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá ao período de 1/4/2022 a 30/4/2022.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 15 de março de 2022.

João Machado de Neto – João Bang

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 513/2022

PORTARIA N.º 513/2022

Dispõe sobre a concessão de férias, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 2.340, de 21 de dezembro de 2021 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º Conceder 10 (dez) dias de férias a(o) servidor(a) público(a) municipal **Gisele Cristina Ferreira**, Auxiliar de Serviços Gerais, Matrícula Funcional 651, Secretaria Municipal da Infraestrutura, referente ao período aquisitivo de 26/2//2020 a 25/2/2021.

Parágrafo único. As férias de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá ao período de 2/3/2022 a 11/3/2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 14 de março de 2022.

João Machado de Neto – João Bang

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 514/2022

PORTARIA N.º 514/2022

Dispõe sobre a concessão de férias, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 2.340, de 21 de dezembro de 2021 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias a(o) servidor(a) público(a) municipal **Gisele Cristina Ferreira**, Auxiliar de Serviços Gerais, Matrícula Funcional 651, Secretaria Municipal da Infraestrutura, referente ao período aquisitivo de 26/2/2021 a 25/2/2022.

Parágrafo único. As férias de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá ao período de 14/3/2022 a 12/4/2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 14 de março de 2022.

João Machado de Neto – João Bang

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 536/2022

PORTARIA N.º 536/2022

Dispõe sobre a concessão de férias, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 2.340, de 21 de dezembro de 2021 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º Conceder 15 (quinze) dias de férias a(o) servidor(a) público(a) municipal **Laurene Nunes de Oliveira**, Biomédica, Matrícula Funcional 3939, Secretaria Municipal da Saúde, referente ao período aquisitivo de 5/1/2019 a 4/1/2020.

Parágrafo único. As férias de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá ao período de 18/4/2022 a 2/5/2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 15 de março de 2022.

João Machado de Neto – João Bang

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 543/2022

PORTARIA N.º 543/2022

*Dispõe sobre a nomeação de **Ana Rafaela da Silva**, e dá outras providências.*

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal; de acordo com o resultado final do **Concurso Público Municipal n.º 001/2017**, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 2.340, de 21 de dezembro de 2021, que *dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis do Município de Nova Xavantina, e dá outras providências,* e suas alterações posteriores, em conformidade com demais legislação que trata da matéria;

Considerando os princípios que fundamentam os atos da Administração Pública, em especial os da supremacia do interesse público;

Considerando que o(a) candidato(a) foi aprovado(a) em Concurso Público Municipal, ficando classificado(a) em 6º lugar para o cargo de ***Fiscal de tributos***;

Por fim, considerando a viabilidade do pleito conforme o *Demonstrativo de Impacto Orçamentário e Financeiro (artigo 16 da Lei Complementar 101/2000) – nº 13/2022*; **resolve**:

Art. 1º Nomear ***Ana Rafaela da Silva***, para exercer em estágio probatório as funções do cargo de ***Fiscal de Tributos***, fazendo jus ao vencimento inicial da função.

Parágrafo único. No termos do § 1º do art. 18 da Lei Municipal n.º 2.340/2021 e suas alterações posteriores, o(a) candidato(a) de que trata o *caput* deste artigo, terá 30 (trinta) dias para tomar posse, contados da publicação do ato de nomeação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 16 de março de 2022.

João Machado Neto – João Bang

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 535/2022

PORTARIA N.º 535/2022

Dispõe sobre a concessão de férias, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 2.340, de 21 de dezembro de 2021 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º Conceder 10 (dez) dias de férias a(o) servidor(a) público(a) municipal **Luciene Pedro da Silva**, Técnica de Enfermagem, Matrícula Funcional 3640, Secretaria Municipal da Saúde, referente ao período aquisitivo de 29/7/2019 a 28/7/2020.

Parágrafo único. As férias de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá ao período de 31/3/2022 a 9/4/2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 15 de março de 2022.

João Machado de Neto – João Bang

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 534/2022

PORTARIA N.º 534/2022

Dispõe sobre a concessão de férias, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 2.340, de 21 de dezembro de 2021 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º Conceder 15 (quinze) dias de férias a(o) servidor(a) público(a) municipal **Wanderley Almeida da Paixão**, Técnico de Enfermagem, Matrícula Funcional 3637, Secretaria Municipal da Saúde, referente ao período aquisitivo de 20/5/2019 a 19/5/2020.

Parágrafo único. As férias de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá ao período de 1/4/2022 a 15/4/2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 15 de março de 2022.

João Machado de Neto – João Bang

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 533/2022

PORTARIA N.º 533/2022

Dispõe sobre a concessão de férias, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 2.340, de 21 de dezembro de 2021 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º Conceder 10 (dez) dias de férias a(o) servidor(a) público(a) municipal **Divina Nascimento das Neves Preto**, Técnica de Enfermagem, Matrícula Funcional 3399, Secretaria Municipal da Saúde, referente ao período aquisitivo de 3/11/2020 a 2/11/2021.

Parágrafo único. As férias de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá ao período de 31/3/2022 a 9/4/2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 15 de março de 2022.

João Machado de Neto – João Bang

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 545/2022

PORTARIA N.º 545/2022

Dispõe sobre autorização para ausentar-se do serviço,e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, combinado com o disposto na alínea “a” do inciso II do art. 64 da na Lei Municipal n.º 2.340, de 21 de dezembro de 2022 que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT;* e demais legislação que trata da matéria*;* **resolve:**

Art. 1º Em razão de casamento autoriza àservidora pública municipal **Rosilene Pereira de Moura**, Apoio Administrativo Educacional – Manutenção Infraestrutura, Matrícula Funcional 4005, lotada junto a Secretaria Municipal de Educação, a se ausentar dos serviços pelo período compreendido de 16/3/2022 a 23/3/2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 16 de março de 2022.

João Machado Neto – João Bang

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 532/2022

PORTARIA N.º 532/2022

*Dispõe sobre a nomeação de **Greigthon Morais de Castro**, e dá outras providências.*

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 2.335, de 21 de dezembro de 2021 – que *dispõe sobre a Estrutura Administrativa do Município de Nova Xavantina, e dá outras providências* e suas alterações posteriores, e demais legislação que trata da matéria;

Considerando que foi realizado o *Demonstrativo de Impacto Orçamentário e Financeiro (artigo 16 da Lei Complementar 101/2000) – nº 1/2022*; **resolve**:

Art. 1º Nomear, a partir do dia 15 de março de 2022, **Greigthon Morais de Castro**, para exercer a função em confiança de **Secretário Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento**, junto a Secretaria Municipal de Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento, fazendo jus aos vencimentos pertinentes ao cargo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 15 de março de 2022.

João Machado de Neto – João Bang

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
LEI MUNICIPAL N.º 2.380, DE 16 DE MARÇO DE 2022

LEI MUNICIPAL N.º 2.380, DE 16 DE MARÇO DE 2022

Autoriza o Poder Executivo Municipal celebrar Acordo de Cooperação com a Universidade Federal do Estado de Mato Grosso - UFMT, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Nova Xavantina, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º *Fica o Poder Executivo Municipal autorizado celebrar* Acordo de Cooperação para Regularização Patrimonial da Prefeitura Municipal de Nova Xavantina, com a Universidade Federal do Estado de Mato Grosso – UFMT, conforme Proposta Técnico-Financeira, em anexo.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias previstas no Orçamento Anual do município.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina – MT, 16 de março de 2022.

João Machado Neto – João Bang

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 531/2022

PORTARIA N.º 531/2022

Revoga em todos os seus termos a Portaria n.º 302/2022 que dispõe sobre a designação de ***Geysa Ribeiro Braga Leão****, e dá outras providências.*

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 2.335, de 21 de dezembro de 2021 – que *dispõe sobre a Estrutura Administrativa do Município de Nova Xavantina, e dá outras providências,* e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º Revogar em todos os seus termos a Portaria n.º 302/2022 que designar, sem ônus para o município, a partir de 4 de fevereiro de 2022, Geysa Ribeiro Braga Leão para responder interinamente, pela função em confiança de Secretária Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento, junto a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria n. º 302/2022.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 15 de março de 2022.

João Machado de Neto – João Bang

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 530/2022

PORTARIA N.º 530/2022

Dispõe sobre a nomeação de ***Afannazio Jazadji Ferreira Berto****, e dá outras providências.*

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 2.335, de 21 de dezembro de 2021 – que *dispõe sobre a Estrutura Administrativa do Município de Nova Xavantina, e dá outras providências* e suas alterações posteriores, e demais legislação que trata da matéria;

Considerando que foi realizado o *Demonstrativo de Impacto Orçamentário e Financeiro (artigo 16 da Lei Complementar 101/2000) – nº 1/2022*; **resolve**:

Art. 1º Nomear, a partir do dia 15 de março de 2022, o servidor público municipal **Afannazio Jazadji Ferreira Berto**, Enfermeiro, Matrícula Funcional 4124, para exercer a função gratificada de **Chefe da Direção de Atenção Primária a Saúde - GF**, junto a Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 15 de março de 2022.

João Machado de Neto – João Bang

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 529/2022

PORTARIA N.º 529/2022

Dispõe sobre a exoneração de ***Afannazio Jazadji Ferreira Berto****, e dá outras providências.*

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 2.335, de 21 de dezembro de 2021 – que *dispõe sobre a Estrutura Administrativa do Município de Nova Xavantina, e dá outras providências* e suas alterações posteriores, e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º Exonerar, a partir do dia 15 de março de 2022, o servidor público municipal **Afannazio Jazadji Ferreira Berto**, Enfermeiro, Matrícula Funcional 4124, que exercia a função gratificada de **Chefe da Divisão de Unidade Básica de Saúde (UBS-2) - GF**, junto a Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria n. º 212/2022.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 15 de março de 2022.

João Machado de Neto – João Bang

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE

BALANCETE DE VERIFICAÇÃO PLANO PCASP-MT ATRIBUTO: TODOS

Código	Contas	Saldos Anteriores		Movimento à Débito		Movimento à Crédito		Saldos Atuais	
		Débito	Crédito	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	Débitos	Créditos
2.1.8.9.1.14	**CONSORCIOS A PAGAR**								
2.1.8.9.1.14.00	**CONSORCIOS A PAGAR**								
2.1.8.9.1.14.00.01	CONSORCIOS A PAGAR (F)		21.955,00	21.955,00	21.955,00	325.047,60	325.047,60		325.047,60
2.1.8.9.1.14.00.51	CONSORCIOS A PAGAR (P)			325.047,60	325.047,60			325.047,60	

2.2	**PASSIVO NAO-CIRCULANTE**								
2.2.1	**OBRIGACOES TRABALHISTAS, PREVIDENCIARIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR**								
2.2.1.4	**ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR**								
2.2.1.4.1	**ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR- CONSOLIDACAO**								
2.2.1.4.1.01	**CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS - DEBITO PARCELADO**								
2.2.1.4.1.01.00	**CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS - DEBITO PARCELADO**								
2.2.1.4.1.01.00.51	CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS - DEBITO PARCELADO (P)		263.417,31	6.754,29	6.754,29				256.663,02
2.2.3	**FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO**								
2.2.3.1	**FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO**								
2.2.3.1.1	**FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO - CONSOLIDACAO**								
2.2.3.1.1.10	**CONTAS A PAGAR - CREDORES NACIONAIS A LONGO PRAZO**								
2.2.3.1.1.10.02	**CONTAS PARCELADAS A PAGAR**								
2.2.3.1.1.10.02.51	CONTAS PARCELADAS A PAGAR (P)		216.544,00						216.544,00
2.3	**PATRIMONIO LIQUIDO**								
2.3.7	**RESULTADOS ACUMULADOS**								
2.3.7.1	**SUPERAVITS OU DEFICITS ACUMULADOS**								
2.3.7.1.1	**SUPERAVITS OU DEFICITS ACUMULADOS - CONSOLIDACAO**								
2.3.7.1.1.01	SUPERAVITS OU DEFICITS DO EXERCICIO	14.365.061,79				14.365.061,79	14.365.061,79		
2.3.7.1.1.02	SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCICIOS ANTERIORES	16.684.084,21		14.377.600,51	14.377.600,51			31.061.684,72	
2.3.7.1.1.03	AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	12.538,72		72.357,44	72.357,44	12.538,72	12.538,72	72.357,44	
2.3.7.1.2	**SUPERAVITS OU DEFICITS ACUMULADOS - INTRA OFSS**								
2.3.7.1.2.01	SUPERAVITS OU DEFICITS DO EXERCICIO	1.621.066,87				1.621.066,87	1.621.066,87		
2.3.7.1.2.02	SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCICIOS ANTERIORES	4.863.512,01		1.621.066,87	1.621.066,87			6.484.578,88	
2.3.7.1.3	**SUPERAVITS OU DEFICITS ACUMULADOS - INTER OFSS - UNIAO**								
2.3.7.1.3.01	SUPERAVITS OU DEFICITS DO EXERCICIO		12.107.075,03	12.107.075,03	12.107.075,03				
2.3.7.1.3.02	SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCICIOS ANTERIORES		31.049.626,99			12.107.075,03	12.107.075,03		43.156.702,02
2.3.7.1.4	**SUPERAVITS OU DEFICITS ACUMULADOS - INTER OFSS - ESTADO**								
2.3.7.1.4.01	SUPERAVITS OU DEFICITS DO EXERCICIO		5.782.684,20	5.782.684,20	5.782.684,20				
2.3.7.1.4.02	SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCICIOS ANTERIORES		10.010.669,98			5.782.684,20	5.782.684,20		15.793.354,18
2.3.7.1.5	**SUPERAVITS OU DEFICITS ACUMULADOS - INTER OFSS - MUNICIPIO**								
2.3.7.1.5.01	SUPERAVITS OU DEFICITS DO EXERCICIO		83.203,30	83.203,30	83.203,30				
2.3.7.1.5.02	SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCICIOS ANTERIORES		290.200,99			83.203,30	83.203,30		373.404,29
3	**VARIACAO PATRIMONIAL DIMINUTIVA**								
3.1	**PESSOAL E ENCARGOS**								

Código	Contas	Saldos Anteriores		Movimento à Débito		Movimento à Crédito		Saldos Atuais	
		Débito	Crédito	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	Débitos	Créditos
2.1.8.9.1.14	**CONSORCIOS A PAGAR**								
2.1.8.9.1.14.00	**CONSORCIOS A PAGAR**								
2.1.8.9.1.14.00.01	CONSORCIOS A PAGAR (F)		21.955,00	21.955,00	21.955,00	325.047,60	325.047,60		325.047,60
2.1.8.9.1.14.00.51	CONSORCIOS A PAGAR (P)			325.047,60	325.047,60			325.047,60	
2.2	**PASSIVO NAO-CIRCULANTE**								
2.2.1	**OBRIGACOES TRABALHISTAS, PREVIDENCIARIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR**								
2.2.1.4	**ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR**								
2.2.1.4.1	**ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR- CONSOLIDACAO**								
2.2.1.4.1.01	**CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS - DEBITO PARCELADO**								
2.2.1.4.1.01.00	**CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS - DEBITO PARCELADO**								
2.2.1.4.1.01.00.51	CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS - DEBITO PARCELADO (P)		263.417,31	6.754,29	6.754,29				256.663,02
2.2.3	**FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO**								

2.2.3.1	**FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO**								
2.2.3.1.1	**FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO - CONSOLIDACAO**								
2.2.3.1.1.10	**CONTAS A PAGAR - CREDORES NACIONAIS A LONGO PRAZO**								
2.2.3.1.1.10.02	**CONTAS PARCELADAS A PAGAR**								
2.2.3.1.1.10.02.51	CONTAS PARCELADAS A PAGAR (P)		216.544,00						216.544,00
2.3	**PATRIMONIO LIQUIDO**								
2.3.7	**RESULTADOS ACUMULADOS**								
2.3.7.1	**SUPERAVITS OU DEFICITS ACUMULADOS**								
2.3.7.1.1	**SUPERAVITS OU DEFICITS ACUMULADOS - CONSOLIDACAO**								
2.3.7.1.1.01	SUPERAVITS OU DEFICITS DO EXERCICIO	14.365.061,79				14.365.061,79	14.365.061,79		
2.3.7.1.1.02	SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCICIOS ANTERIORES	16.684.084,21		14.377.600,51	14.377.600,51			31.061.684,72	
2.3.7.1.1.03	AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	12.538,72		72.357,44	72.357,44	12.538,72	12.538,72	72.357,44	
2.3.7.1.2	**SUPERAVITS OU DEFICITS ACUMULADOS - INTRA OFSS**								
2.3.7.1.2.01	SUPERAVITS OU DEFICITS DO EXERCICIO	1.621.066,87				1.621.066,87	1.621.066,87		
2.3.7.1.2.02	SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCICIOS ANTERIORES	4.863.512,01		1.621.066,87	1.621.066,87			6.484.578,88	
2.3.7.1.3	**SUPERAVITS OU DEFICITS ACUMULADOS - INTER OFSS - UNIAO**								
2.3.7.1.3.01	SUPERAVITS OU DEFICITS DO EXERCICIO		12.107.075,03	12.107.075,03	12.107.075,03				
2.3.7.1.3.02	SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCICIOS ANTERIORES		31.049.626,99			12.107.075,03	12.107.075,03		43.156.702,02
2.3.7.1.4	**SUPERAVITS OU DEFICITS ACUMULADOS - INTER OFSS - ESTADO**								
2.3.7.1.4.01	SUPERAVITS OU DEFICITS DO EXERCICIO		5.782.684,20	5.782.684,20	5.782.684,20				
2.3.7.1.4.02	SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCICIOS ANTERIORES		10.010.669,98			5.782.684,20	5.782.684,20		15.793.354,18
2.3.7.1.5	**SUPERAVITS OU DEFICITS ACUMULADOS - INTER OFSS - MUNICIPIO**								
2.3.7.1.5.01	SUPERAVITS OU DEFICITS DO EXERCICIO		83.203,30	83.203,30	83.203,30				
2.3.7.1.5.02	SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCICIOS ANTERIORES		290.200,99			83.203,30	83.203,30		373.404,29
3	**VARIACAO PATRIMONIAL DIMINUTIVA**								
3.1	**PESSOAL E ENCARGOS**								

BALANCETE DE VERIFICAÇÃO PLANO PCASP-MT ATRIBUTO: TODOS

Código	Contas	Saldos Anteriores		Movimento à Débito		Movimento à Crédito		Saldos Atuais	
		Débito	Crédito	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	Débitos	Créditos
3.3.2.3.1.06	MANUTENCAO E CONSERVACAO			22.400,91	22.400,91			22.400,91	
3.3.2.3.1.07	SERVICOS DE APOIO			86.536,77	86.536,77			86.536,77	
3.3.2.3.1.10	LOCACOES			350,00	350,00			350,00	
3.3.2.3.1.12	SERVICOS DE TRANSPORTE			4.103,31	4.103,31			4.103,31	
3.3.2.3.1.31	SERV.MEDICO-HOSPITALAR,ODONTOL.E LABORATORIAIS			47.046,01	47.046,01			47.046,01	
3.3.2.3.1.32	SERVICOS BANCARIOS			2.984,71	2.984,71			2.984,71	
3.3.2.3.1.35	SERVICOS DE ASSISTENCIA SOCIAL			19.318,47	19.318,47			19.318,47	
3.3.2.3.1.51	SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS			3.200,00	3.200,00			3.200,00	
3.3.2.3.1.99	OUTROS SERVICOS TERCEIROS - PJ			2.115,00	2.115,00			2.115,00	
3.4	**VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS**								
3.4.2	**JUROS E ENCARGOS DE MORA**								
3.4.2.4	**JUROS E ENCARGOS DE MORA DE OBRIGACOES TRIBUTARIAS**								
3.4.2.4.1	**JUROS E ENCARGOS DE MORA DE OBRIGACOES TRIBUTARIAS - CONSOLIDA**								
3.4.2.4.1.01	JUROS			67,54	67,54			67,54	
3.4.2.4.1.02	MULTAS DEDUTIVEIS			1.025,40	1.025,40			1.025,40	
3.5	**TRANSFERENCIAS E DELEGACOES CONCEDIDAS**								
3.5.1	**TRANSFERENCIASINTRAGOVERNAMENTAIS**								
3.5.1.1	**TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS PARA A EXECUCAO ORCAMENTARIA**								

3.5.1.1.2	**TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS PARA A EXECUCAO ORCAMENTARIA - INTRA**								
3.5.1.1.2.02	**REPASSE CONCEDIDO**								
3.5.1.1.2.02.01	REPASSE CONCEDIDO - DUODECIMO			73.667,40	73.667,40			73.667,40	
3.7	**TRIBUTARIAS**								
3.7.2	**CONTRIBUICOES**								
3.7.2.1	**CONTRIBUICOES SOCIAIS**								
3.7.2.1.1	**CONTRIBUICOES SOCIAIS - CONSOLIDACAO**								
3.7.2.1.1.02	PIS/PASEP			17.672,52	17.672,52			17.672,52	
3.9	**OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS**								
3.9.9	**DIVERSAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS**								
3.9.9.9	**VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADO**								
3.9.9.9.1	VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORE			124,50	124,50	124,50	124,50		
4	**VARIACAO PATRIMONIAL AUMENTATIVA**								
4.1	**IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUICOES DE MELHORIA**								
4.1.1	**IMPOSTOS**								
4.1.1.2	**IMPOSTOS SOBRE PATRIMONIO E A RENDA**								
4.1.1.2.1	**IMPOSTOS SOBRE PATRIMONIO E A RENDA - CONSOLIDACAO**								
4.1.1.2.1.02	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA					816,71	816,71		816,71
4.1.1.2.1.03	**IMPOSTO SOBRE A RENDA E PROVENTOS DE QUALQUER NATUREZA**								
4.1.1.2.1.03.01	IR - PESSOAS FISICAS					27.572,49	27.572,49		27.572,49

BALANCETE DE VERIFICAÇÃO PLANO PCASP-MT ATRIBUTO: TODOS

Código	Contas	Saldos Anteriores		Movimento à Débito		Movimento à Crédito		Saldos Atuais	
		Débito	Crédito	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	Débitos	Créditos
4.1.1.2.1.04	ITBI					2.000,00	2.000,00		2.000,00
4.1.1.2.1.97	(-) DEDUCAO			301.779,63	301.779,63			301.779,63	
4.1.1.3	**IMPOSTOS SOBRE A PRODUCAO E A CIRCULACAO**								
4.1.1.3.1	**IMPOSTOS SOBRE A PRODUCAO E A CIRCULACAO - CONSOLIDACAO**								
4.1.1.3.1.02	ISS					8.335,96	8.335,96		8.335,96
4.1.2	**TAXAS**								
4.1.2.1	**TAXAS PELO EXERCICIO DO PODER DE POLICIA**								
4.1.2.1.1	**TAXAS PELO EXERCICIO DO PODER DE POLICIA - CONSOLIDACAO**								
4.1.2.1.1.15	**TAXA DE SERVICOS ADMINISTRATIVO**								
4.1.2.1.1.15.01	ATOS DA ADMINISTRACAO EM GERAL					43.204,07	43.204,07		43.204,07
4.2	**CONTRIBUICOES**								
4.2.3	**CONTRIBUICAO DE ILUMINACAO PUBLICA**								
4.2.3.1	**CONTRIBUICAO DE ILUMINACAO PUBLICA**								
4.2.3.1.1	**CONTRIBUICAO DE ILUMINACAO PUBLICA - CONSOLIDACAO**								
4.2.3.1.1.01	CONTRIBUICAO DE ILUMINACAO PUBLICA					550,95	550,95		550,95
4.4	**VARIACOESPATRIMONIAISAUMENTATIVASFINANCEIRAS**								
4.4.5	**REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS E APLICACOES FINANCEIRAS**								
4.4.5.1	**REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS**								
4.4.5.1.1	REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS - CONSOLIDACAO					28.054,37	28.054,37		28.054,37
4.5	**TRANSFERENCIAS E DELEGACOES RECEBIDAS**								
4.5.2	**TRANSFERENCIAS INTER GOVERNAMENTAIS**								
4.5.2.1	**TRANSFERENCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS DE RECEITAS**								
4.5.2.1.3	**TRANSFERENCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS DE RECEITAS - INTER OFSS -**								
4.5.2.1.3.02	COTA-PARTE FPM					894.233,67	894.233,67		894.233,67
4.5.2.1.3.03	COTA-PARTE ITR					14.589,41	14.589,41		14.589,41
4.5.2.1.3.06	TRANSFERENCIA DA COMPENSACAO FINANCEIRA PELA EXPLORACAO DE RECU					18.823,53	18.823,53		18.823,53
4.5.2.1.3.07	TRANSFERENCIAS DE RECURSOS DO SUS					1.344.586,10	1.344.586,10		1.344.586,10
4.5.2.1.3.09	TRANSFERENCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DO DESENVOLVIMENT					13.183,78	13.183,78		13.183,78
4.5.2.1.3.99	OUTRAS PARTICIPACOES NA RECEITA DA UNIAO					24.326,78	24.326,78		24.326,78
4.5.2.1.4	**TRANSFERENCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS DE RECEITAS - INTER OFSS -**								

4.5.2.1.4.01	COTA-PARTE ICMS					585.340,95	585.340,95		585.340,95
4.5.2.1.4.02	COTA-PARTE IPVA					15.110,25	15.110,25		15.110,25
4.5.2.1.4.04	COTA-PARTE DA CONTRIBUICAO DE INTERVENCAO NO DOMINIO ECONOMICO					4.490,30	4.490,30		4.490,30
4.5.2.1.4.06	TRANSFERENCIA DE RECURSOS DO ESTADO PARA PROGRAMAS DE SAUDE - R					3,51	3,51		3,51
4.5.2.1.4.99	OUTRAS PARTICIPACOES NA RECEITA DOS ESTADOS					72.861,07	72.861,07		72.861,07
4.5.2.3	**TRANSFERENCIASVOLUNTARIAS**								
4.5.2.3.1	**TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS - CONSOLIDACAO**								
4.5.2.3.1.01	TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS DE VALORES - CONSOLIDACAO					217.434,18	217.434,18		217.434,18

BALANCETE DE VERIFICAÇÃO PLANO PCASP-MT ATRIBUTO: TODOS

Código	Contas	Saldos Anteriores		Movimento à Débito		Movimento à Crédito		Saldos Atuais	
		Débito	Crédito	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	Débitos	Créditos
4.6	**VALORIZACAO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORACAO DE PASSIVOS**								
4.6.3	**GANHOS COM INCORPORACAO DE ATIVOS**								
4.6.3.9	**OUTROS GANHOS COM INCORPORACAO DE ATIVOS**								
4.6.3.9.1	**OUTROS GANHOS COM INCORPORACAO DE ATIVOS - CONSOLIDACAO**								
4.6.3.9.1.01	GANHOS COM INCORPORACAO DE IMOBILIZADO					29.250,00	29.250,00		29.250,00
5	**CONTROLES DA APROVACAO DO PLANEJAMENTO E ORCAMENTO**								
5.1	**PLANEJAMENTO APROVADO**								
5.1.1	**PPA - APROVADO**								
5.1.1.1	APROVACAO INICIAL DO PPA	109.327.210,30						109.327.210,30	
5.1.1.2	REVISAO DO PPA			1.706.300,00	1.706.300,00	1.136.300,00	1.136.300,00	570.000,00	
5.2	**ORCAMENTO APROVADO**								
5.2.1	**PREVISAO DA RECEITA**								
5.2.1.1	**PREVISAO INICIAL DA RECEITA**								
5.2.1.1.1	PREVISAO INICIAL DA RECEITA BRUTA			32.204.104,00	32.204.104,00			32.204.104,00	
5.2.1.1.2	**(-) PREVISAO DE DEDUCOES DA RECEITA**								
5.2.1.1.2.01	**(-) DEDUCOES POR TRANSFERENCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS**								
5.2.1.1.2.01.01	(-) FUNDEB					3.578.000,00	3.578.000,00		3.578.000,00
5.2.2	**FIXACAO DA DESPESA**								
5.2.2.1	**DOTACAO ORCAMENTARIA**								
5.2.2.1.1	**DOTACAO INICIAL**								
5.2.2.1.1.01	CREDITO INICIAL			25.464.270,00	25.464.270,00			25.464.270,00	
5.2.2.1.2	**DOTACAO ADICIONAL POR TIPO DE CREDITO**								
5.2.2.1.2.01	CREDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR			1.136.300,00	1.136.300,00			1.136.300,00	
5.2.2.1.2.02	**CREDITO ADICIONAL - ESPECIAL**								
5.2.2.1.2.02.01	CREDITOS ESPECIAIS ABERTOS			570.000,00	570.000,00			570.000,00	
5.2.2.1.3	**DOTACAO ADICIONAL POR FONTE**								
5.2.2.1.3.02	EXCESSO DE ARRECADACAO			570.000,00	570.000,00			570.000,00	
5.2.2.1.3.03	ANULACAO DE DOTACAO			1.136.300,00	1.136.300,00			1.136.300,00	
5.2.2.1.3.09	(-) CANCELAMENTO DE DOTACOES					1.136.300,00	1.136.300,00		1.136.300,00
5.2.2.1.3.99	VALOR GLOBAL DA DOTACAO ADICIONAL POR FONTE			1.136.300,00	1.136.300,00	1.706.300,00	1.706.300,00		570.000,00
5.2.2.1.9	**CANCELAMENTO/REMANEJAMENTODEDOTACAO**								
5.2.2.1.9.04	(-) CANCELAMENTO DE DOTACOES					1.136.300,00	1.136.300,00		1.136.300,00
5.3	**INSCRICAO DE RESTOS A PAGAR**								
5.3.1	**INSCRICAO DE RP NAO PROCESSADOS**								
5.3.1.1	RP NAO PROCESSADOS INSCRITOS	21.955,00		257.527,52	257.527,52			279.482,52	
5.3.1.2	RP NAO PROCESSADOS - EXERCICIOS ANTERIORES	305.229,30						305.229,30	
5.3.1.7	RP NAO PROCESSADOS - INSCRICAO NO EXERCICIO	257.527,52				257.527,52	257.527,52		
5.3.2	**INSCRICAO DE RP PROCESSADOS**								

BALANCETE DE VERIFICAÇÃO PLANO PCASP-MT ATRIBUTO: TODOS

Código	Contas	Saldos Anteriores		Movimento à Débito		Movimento à Crédito		Saldos Atuais	
		Débito	Crédito	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	Débitos	Créditos
2.1.1.4.1.01	**CONTRIBUICOES AO RGPS A PAGAR**								
2.1.1.4.1.01.01	**CONTRIBUICOES AO RGPS SOBRE SALARIOS E REMUNERACOES**								
2.1.1.4.1.01.01.01	CONTRIBUICOES AO RGPS SOBRE SALARIOS E REMUNERACOES (F)			19.896,64	19.896,64	104.228,08	104.228,08		84.331,44
2.1.1.4.3	**ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR-INTER OFSS - UNIAO**								
2.1.1.4.3.01	**CONTRIBUICOES AO RGPS A PAGAR**								
2.1.1.4.3.01.02	**CONTRIBUICOES AO RGPS - DEBITO PARCELADO**								
2.1.1.4.3.01.02.01	CONTRIBUICOES AO RGPS - DEBITO PARCELADO (F)			6.754,29	6.754,29	6.754,29	6.754,29		
2.1.1.4.3.01.02.51	CONTRIBUICOES AO RGPS - DEBITO PARCELADO (P)			6.754,29	6.754,29	6.754,29	6.754,29		
2.1.3	**FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO**								
2.1.3.1	**FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO**								
2.1.3.1.1	**FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO - CONSOL**								
2.1.3.1.1.01	**FORNECEDORES NACIONAIS**								
2.1.3.1.1.01.01	**FORNECEDORES NAO PARCELADOS A PAGAR**								
2.1.3.1.1.01.01.01	FORNECEDORES NAO PARCELADOS A PAGAR (F)		199.159,16	516.927,32	516.927,32	478.129,45	478.129,45		160.361,29
2.1.3.1.1.01.99	**DEMAIS FORNECEDORES A PAGAR**								
2.1.3.1.1.01.99.01	DEMAIS FORNECEDORES A PAGAR (F)		97.844,98	58.046,47	58.046,47	58.046,47	58.046,47		97.844,98
2.1.4	**OBRIGACOES FISCAIS A CURTO PRAZO**								
2.1.4.1	**OBRIGACOES FISCAIS A CURTO PRAZO COM A UNIAO**								
2.1.4.1.1	**OBRIGACOES FISCAIS A CURTO PRAZO COM A UNIAO - CONSOLIDACAO**								
2.1.4.1.1.11	**PIS/PASEP A RECOLHER**								
2.1.4.1.1.11.00	**PIS/PASEP A RECOLHER**								
2.1.4.1.1.11.00.01	PIS/PASEP A RECOLHER (F)		11.749,66	21.230,72	21.230,72	17.672,52	17.672,52		8.191,46
2.1.8	**DEMAIS OBRIGACOES A CURTO PRAZO**								
2.1.8.8	**VALORES RESTITUIVEIS**								
2.1.8.8.1	**VALORES RESTITUIVEIS - CONSOLIDACAO**								
2.1.8.8.1.01	**CONSIGNACOES**								
2.1.8.8.1.01.03	ENCARGOS SOCIAIS - OUTRAS ENTIDADES (F)			8.447,42	8.447,42	82.514,36	82.514,36		74.066,94
2.1.8.8.1.01.10	PENSAO ALIMENTICIA (F)			731,10	731,10	731,10	731,10		
2.1.8.8.1.01.15	RETENCOES - EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS (F)			67.036,33	67.036,33	67.036,33	67.036,33		
2.1.8.8.1.01.99	OUTROS CONSIGNATARIOS (F)			33.081,80	33.081,80	33.081,80	33.081,80		
2.1.8.9	**OUTRAS OBRIGACOES A CURTO PRAZO**								
2.1.8.9.1	**OUTRAS OBRIGACOES A CURTO PRAZO - CONSOLIDACAO**								
2.1.8.9.1.02	**DIARIAS A PAGAR**								
2.1.8.9.1.02.00	**DIARIAS A PAGAR**								
2.1.8.9.1.02.00.01	DIARIAS A PAGAR (F)			9.640,00	9.640,00	9.640,00	9.640,00		
2.1.8.9.1.03	**SUPRIMENTOS DE FUNDOS A PAGAR**								
2.1.8.9.1.03.00	**SUPRIMENTOS DE FUNDOS A PAGAR**								
2.1.8.9.1.03.00.01	SUPRIMENTOS DE FUNDOS A PAGAR (F)			8.000,00	8.000,00	8.000,00	8.000,00		

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 1.375 DE 18 DE MARÇO DE 2022

***SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo Municipal de Novo Horizonte do Norte, Estado de Mato Grosso a abrir vaga a de caráter efetivo e dá outras providências*.**

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte, Estado de Mato Grosso, Sr. **SILVANO PEREIRA NEVES**, no uso das atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e Ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo de Novo Horizonte do Norte, Estado de Mato Grosso, autorizado a abrir vaga de caráter efetivo para atender necessidades de interesse público.

Art. 2º - A vaga se faz necessária, para suprir a demanda do efetivo conforme abaixo:

DENOMINAÇÃO	QUANTIDADE
ENFERMEIRO	01

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor, na data de sua Publicação, revogam-se todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte/MT, em 18 de março de 2022**.**

SILVANO PEREIRA NEVES

PREFEITO MUNICIPAL

BALANCETE DE VERIFICAÇÃO PLANO PCASP-MT ATRIBUTO: TODOS

Código	Contas	Saldos Anteriores		Movimento à Débito		Movimento à Crédito		Saldos Atuais	
		Débito	Crédito	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	Débitos	Créditos
1.2.2.1.1.01.07	PARTICIPACAO EM CONSORCIOS PUBLICOS (P)	516.000,00						516.000,00	
1.2.3	**IMOBILIZADO**								
1.2.3.1	**BENS MOVEIS**								
1.2.3.1.1	**BENS MOVEIS - CONSOLIDACAO**								
1.2.3.1.1.01	MAQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS (P)	1.890.208,73		56.846,40	56.846,40			1.947.055,13	
1.2.3.1.1.05	VEICULOS (P)	973.100,64						973.100,64	
1.2.3.1.1.99	**DEMAIS BENS MOVEIS**								
1.2.3.1.1.99.99	OUTROS BENS MOVEIS (P)	5.520.327,70						5.520.327,70	
1.2.3.2	**BENS IMOVEIS**								
1.2.3.2.1	**BENS IMOVEIS - CONSOLIDACAO**								
1.2.3.2.1.05	BENS DE USO COMUM DO POVO (P)	14.193.735,56						14.193.735,56	
1.2.3.2.1.99	**DEMAIS BENS IMOVEIS**								
1.2.3.2.1.99.99	OUTROS BENS IMOVEIS (P)	981.399,94						981.399,94	
1.2.3.8	**(-) DEPRECIACAO, EXAUSTAO E AMORTIZACAO ACUMULADAS**								
1.2.3.8.1	**(-)DEPRECIACAO,EXAUSTAO E AMORTIZACAO ACUMULADAS - CONSOLIDAC**								
1.2.3.8.1.01	(-) DEPRECIACAO ACUMULADA - BENS MOVEIS (P)		3.699.745,43						3.699.745,43
1.2.3.8.1.02	(-) DEPRECIACAO ACUMULADA - BENS IMOVEIS (P)		1.664.457,51						1.664.457,51
2	**PASSIVO E PATRIMONIO LIQUIDO**								
2.1	**PASSIVO CIRCULANTE**								
2.1.1	**OBRIGACOES TRABALHISTAS, PREVIDENCIARIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR**								
2.1.1.1	**PESSOAL A PAGAR**								
2.1.1.1.1	**PESSOAL A PAGAR - CONSOLIDACAO**								
2.1.1.1.1.01	**PESSOAL A PAGAR**								
2.1.1.1.1.01.01	**SALARIOS, REMUNERACOES E BENEFICIOS**								
2.1.1.1.1.01.01.01	SALARIOS, REMUNERACOES E BENEFICIOS (F)			747.425,59	747.425,59	747.425,59	747.425,59		
2.1.1.2	**BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS A PAGAR**								
2.1.1.2.1	**BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS A PAGAR- CONSOLIDACAO**								
2.1.1.2.1.01	**BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS A PAGAR- CONSOLIDACAO**								
2.1.1.2.1.01.00	**BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS A PAGAR- CONSOLIDACAO**								
2.1.1.2.1.01.00.01	BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS A PAGAR (F)			461,43	461,43	461,43	461,43		
2.1.1.3	**BENEFICIOS ASSISTENCIAIS A PAGAR**								
2.1.1.3.1	**BENEFICIOS ASSISTENCIAIS A PAGAR - CONSOLIDACAO**								
2.1.1.3.1.04	**PRECATORIOS DE BENEFICIOS ASSISTENCIAIS - REGIME ORDINARIO**								
2.1.1.3.1.04.03	**PRECATORIOS DE BENEFICIOS ASSISTENCIAIS - REGIME ORDINARIO - A PAR**								
2.1.1.3.1.04.03.01	PRECATORIOS DE BENEFICIOS ASSISTENCIAIS - REGIME ORDINARIO - A PARTI			3.668,15	3.668,15	82.688,53	82.688,53		79.020,38
2.1.1.3.1.04.03.51	PRECATORIOS DE BENEFICIOS ASSISTENCIAIS - REGIME ORDINARIO - A PARTI		88.035,60	82.688,53	82.688,53				5.347,07
2.1.1.4	**ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR**								
2.1.1.4.1	**ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR-CONSOLIDACAO**								

BALANCETE DE VERIFICAÇÃO PLANO PCASP-MT ATRIBUTO: TODOS

Código	Contas	Saldos Anteriores		Movimento à Débito		Movimento à Crédito		Saldos Atuais	
		Débito	Crédito	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	Débitos	Créditos
5.3.2.1	RP PROCESSADOS - INSCRITOS			308.753,80	308.753,80			308.753,80	
5.3.2.7	RP PROCESSADOS - INSCRICAO NO EXERCICIO	308.753,80				308.753,80	308.753,80		
6	**CONTROLES DA EXECUCAO DO PLANEJAMENTO E ORCAMENTO**								
6.1	**EXECUCAO DO PLANEJAMENTO**								
6.1.1	**EXECUCAO DO PPA**								
6.1.1.1	PPA A ALOCAR EM LEIS ORCAMENTARIAS ANUAIS		109.327.210,30	28.306.870,00	28.306.870,00	2.842.600,00	2.842.600,00		83.862.940,30
6.1.1.2	PPA ALOCADO EM LEIS ORCAMENTARIAS ANUAIS			5.306.765,70	5.306.765,70	27.170.570,00	27.170.570,00		21.863.804,30
6.1.1.3	PPA EXECUTADO					4.170.465,70	4.170.465,70		4.170.465,70

6.2	**EXECUCAO DO ORCAMENTO**								
6.2.1	**EXECUCAO DA RECEITA**								
6.2.1.1	RECEITA A REALIZAR			6.893.812,92	6.893.812,92	32.505.883,63	32.505.883,63		25.612.070,71
6.2.1.2	RECEITA REALIZADA					3.315.812,92	3.315.812,92		3.315.812,92
6.2.1.3	**(-) DEDUCOES DA RECEITA ORCAMENTARIA**								
6.2.1.3.1	**(-) DEDUCOES POR TRANSFERENCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS**								
6.2.1.3.1.01	(-) FUNDEB			301.779,63	301.779,63			301.779,63	
6.2.2	**EXECUCAO DA DESPESA**								
6.2.2.1	**DISPONIBILIDADES DE CREDITO**								
6.2.2.1.1	CREDITO DISPONIVEL			5.306.765,70	5.306.765,70	27.170.570,00	27.170.570,00		21.863.804,30
6.2.2.1.3	**CREDITO UTILIZADO**								
6.2.2.1.3.01	CREDITO EMPENHADO A LIQUIDAR			1.835.805,72	1.835.805,72	4.170.465,70	4.170.465,70		2.334.659,98
6.2.2.1.3.02	CREDITO EMPENHADO EM LIQUIDACAO			537.970,26	537.970,26	863.017,86	863.017,86		325.047,60
6.2.2.1.3.03	CREDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR			1.266.473,93	1.266.473,93	1.510.758,12	1.510.758,12		244.284,19
6.2.2.1.3.04	CREDITO EMPENHADO LIQUIDADO PAGO					1.266.473,93	1.266.473,93		1.266.473,93
6.3	**EXECUCAO DE RESTOS A PAGAR**								
6.3.1	**EXECUCAO DE RP NAO PROCESSADOS**								
6.3.1.1	RP NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR		305.229,30	2.090,00	2.090,00	257.527,52	257.527,52		560.666,82
6.3.1.2	RP NAO PROCESSADOS EM LIQUIDACAO		21.955,00	24.045,00	24.045,00	2.090,00	2.090,00		
6.3.1.3	RP NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS A PAGAR			24.045,00	24.045,00	24.045,00	24.045,00		
6.3.1.4	RP NAO PROCESSADOS PAGOS					24.045,00	24.045,00		24.045,00
6.3.1.7	**RP NAO PROCESSADOS - INSCRICAO NO EXERCICIO**								
6.3.1.7.1	RP NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR- INSCRICAO NO EXERCICIO		257.527,52	257.527,52	257.527,52				
6.3.2	**EXECUCAO DE RP PROCESSADOS**								
6.3.2.1	RP PROCESSADOS A PAGAR			202.308,82	202.308,82	308.753,80	308.753,80		106.444,98
6.3.2.2	RP PROCESSADOS PAGOS					202.308,82	202.308,82		202.308,82
6.3.2.7	RP PROCESSADOS - INSCRICAO NO EXERCICIO		308.753,80	308.753,80	308.753,80				
7	**CONTROLES DEVEDORES**								
7.1	**ATOS POTENCIAIS**								
7.1.1	**ATOS POTENCIAIS ATIVOS**								

BALANCETE DE VERIFICAÇÃO PLANO PCASP-MT ATRIBUTO: TODOS

Código	Contas	Saldos Anteriores		Movimento à Débito		Movimento à Crédito		Saldos Atuais	
		Débito	Crédito	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	Débitos	Créditos
7.1.1.2	**DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGENERES**								
7.1.1.2.1	**DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGENERES - CONSO**								
7.1.1.2.1.01	DIREITOS CONVENIADOS	4.674.467,72						4.674.467,72	
7.1.2	**ATOS POTENCIAIS PASSIVOS**								
7.1.2.2	**OBRIGACOES CONVENIADAS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGENERES**								
7.1.2.2.1	**OBRIGACOES CONVENIADAS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGENERES - CO**								
7.1.2.2.1.01	OBRIGACOES CONVENIADAS	2.406.021,48						2.406.021,48	
7.1.2.3	**OBRIGACOES CONTRATUAIS**								
7.1.2.3.1	**OBRIGACOES CONTRATUAIS - CONSOLIDACAO**								
7.1.2.3.1.02	CONTRATOS DE SERVICOS	2.757.955,89		149.882,40	149.882,40			2.907.838,29	
7.1.2.3.1.03	CONTRATOS DE ALUGUEIS	8.400,00						8.400,00	
7.1.2.3.1.04	CONTRATOS DE FORNECIMENTO DE BENS	681.435,00				39.600,00	39.600,00	641.835,00	
7.2	**ADMINISTRACAO FINANCEIRA**								
7.2.1	**DISPONIBILIDADES POR DESTINACAO**								
7.2.1.1	**CONTROLE DA DISPONIBILIDADE DE RECURSOS**								
7.2.1.1.1	RECURSOS ORDINARIOS	2.055.474,76		2.715.067,91	2.715.067,91	1.270.754,11	1.270.754,11	3.499.788,56	
7.2.1.1.2	RECURSOS VINCULADOS	1.575.515,32		1.676.353,12	1.676.353,12	106.633,63	106.633,63	3.145.234,81	
7.3	**DIVIDA ATIVA**								
7.3.2	**CONTROLE DA INSCRICAO DE CREDITOS EM DIVIDA ATIVA**								

7.3.2.1	**INSCRICAO DE CREDITOS EM DIVIDA ATIVA**								
7.3.2.1.1	INSCRICAO DE CREDITOS EM DIVIDA ATIVA TRIBUTARIA	624.307,70						624.307,70	
7.9	**OUTROS CONTROLES**								
7.9.1	**RESPONSABILIDADE POR VALORES, TITULOS E BENS**								
7.9.1.2	**RESPONSABILIDADE DE TERCEIROS POR VALORES, TITULOS E BENS**								
7.9.1.2.1	CONTROLE DE ADIANTAMENTOS/SUPRIMENTOS DE FUNDOS CONCEDIDOS	159.928,22		8.051,40	8.051,40			167.979,62	
7.9.5	**CONTRAPARTIDA DE CONTROLES ESPECIFICOS TCE/MT**								
7.9.5.5	CONTRAPARTIDA DO CONTROLE FINANCEIRO DOS VALORES EM CONSIGNACA			183.437,33	183.437,33			183.437,33	
8	**CONTROLES CREDORES**								
8.1	**EXECUCAO DOS ATOS POTENCIAIS**								
8.1.1	**EXECUCAO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS**								
8.1.1.2	**EXECUCAO DE DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGEN**								
8.1.1.2.1	**EXECUCAO DE DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGEN**								
8.1.1.2.1.01	**EXECUCAO DE CONVENIOS**								
8.1.1.2.1.01.01	CONVENIOS A RECEBER		4.674.467,72						4.674.467,72
8.1.2	**EXECUCAO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS**								
8.1.2.2	**EXECUCAO DE OBRIGACOES CONVENIADAS E OUTROS INSTRUMENTOS CON**								
8.1.2.2.1	**EXECUCAO DE OBRIGACOES CONVENIADAS E OUTROS INSTRUMENTOS CON**								
8.1.2.2.1.01	**EXECUCAO DE CONVENIOS**								

BALANCETE DE VERIFICAÇÃO PLANO PCASP-MT ATRIBUTO: TODOS JANEIRO / 2022

Código	Contas	Saldos Anteriores		Movimento à Débito		Movimento à Crédito		Saldos Atuais	
		Débito	Crédito	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	Débitos	Créditos
1	**ATIVO**								
1.1	**ATIVO CIRCULANTE**								
1.1.1	**CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**								
1.1.1.1	**CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL**								
1.1.1.1.1	**CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL - CONSOLIDACAO**								
1.1.1.1.1.02	CONTA UNICA (F)	3.630.990,08		4.370.521,14	4.370.521,14	2.848.916,06	2.848.916,06	5.152.595,16	
1.1.2	**CREDITOS A CURTO PRAZO**								
1.1.2.1	**CREDITOS TRIBUTARIOS A RECEBER**								
1.1.2.1.1	**CREDITOS TRIBUTARIOS A RECEBER - CONSOLIDACAO**								
1.1.2.1.1.01	**IMPOSTOS**								
1.1.2.1.1.01.99	OUTROS IMPOSTOS A RECEBER (P)		96.460,05			294,84	294,84		96.754,89
1.1.2.5	**DIVIDA ATIVA TRIBUTARIA**								
1.1.2.5.1	**DIVIDA ATIVA TRIBUTARIA - CONSOLIDACAO**								
1.1.2.5.1.01	**DIVIDA ATIVA TRIBUTARIA DOS IMPOSTOS**								
1.1.2.5.1.01.05	DIVIDA ATIVA DO IPTU (P)	593.603,89						593.603,89	
1.1.2.5.1.01.07	DIVIDA ATIVA DO ISS (P)	15.358,02						15.358,02	
1.1.2.5.1.02	**DIVIDA ATIVA TRIBUTARIA DAS TAXAS**								
1.1.2.5.1.02.01	DIVIDA ATIVA DAS TAXAS PELO EXERCICIO DO PODER DE POLICIA (P)	15.345,79						15.345,79	
1.1.3	**DEMAIS CREDITOS E VALORES A CURTO PRAZO**								
1.1.3.1	**ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS**								
1.1.3.1.1	**ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS - CONSOLIDACAO**								
1.1.3.1.1.02	**SUPRIMENTO DE FUNDOS**								
1.1.3.1.1.02.00	**SUPRIMENTO DE FUNDOS**								
1.1.3.1.1.02.00.51	SUPRIMENTO DE FUNDOS (P)			8.000,00	8.000,00	8.000,00	8.000,00		
1.1.3.8	**OUTROS CREDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO**								
1.1.3.8.1	**OUTROS CREDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO - CONSOLIDAC**								
1.1.3.8.1.14	CREDITOS A RECEBER DECORRENTES DE ALIENACAO DE BENS MOVEIS E IMO		35.464,00						35.464,00
1.1.5	**ESTOQUES**								
1.1.5.6	**ALMOXARIFADO**								
1.1.5.6.1	**ALMOXARIFADO - CONSOLIDACAO**								
1.1.5.6.1.01	MATERIAL DE CONSUMO (P)			246.358,96	246.358,96			246.358,96	
1.2	**ATIVO NAO CIRCULANTE**								
1.2.2	**INVESTIMENTOS**								

1.2.2.1	**PARTICIPACOES PERMANENTES**								
1.2.2.1.1	**PARTICIPACOES PERMANENTES - CONSOLIDACAO**								
1.2.2.1.1.01	**PARTICIPACOES AVALIADAS PELO METODO DE EQUIVALENCIA PATRIMONIAL**								

BALANCETE DE VERIFICAÇÃO PLANO PCASP-MT ATRIBUTO: TODOS

Código	Contas	Saldos Anteriores		Movimento à Débito		Movimento à Crédito		Saldos Atuais	
		Débito	Crédito	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	Débitos	Créditos
8.1.2.2.1.01.01	CONVENIOS A LIBERAR		1.234.445,76						1.234.445,76
8.1.2.2.1.01.02	CONVENIOS A COMPROVAR		1.166.536,07						1.166.536,07
8.1.2.2.1.01.03	CONVENIOS A APROVAR		5.039,65						5.039,65
8.1.2.3	**EXECUCAO DE OBRIGACOES CONTRATUAIS**								
8.1.2.3.1	**EXECUCAO DE OBRIGACOES -CONSOLIDACAO**								
8.1.2.3.1.02	**CONTRATOS DE SERVICOS**								
8.1.2.3.1.02.01	A EXECUTAR		2.757.955,89	13.112,90	13.112,90	149.882,40	149.882,40		2.894.725,39
8.1.2.3.1.02.02	EXECUTADOS					13.112,90	13.112,90		13.112,90
8.1.2.3.1.03	**CONTRATOS DE ALUGUEIS**								
8.1.2.3.1.03.01	A EXECUTAR		8.400,00						8.400,00
8.1.2.3.1.04	**CONTRATOS DE FORNECIMENTO DE BENS**								
8.1.2.3.1.04.01	A EXECUTAR		681.435,00	39.600,00	39.600,00				641.835,00
8.2	**EXECUCAO DA ADMINISTRACAO FINANCEIRA**								
8.2.1	**EXECUCAO DAS DISPONIBILIDADES POR DESTINACAO**								
8.2.1.1	**EXECUCAO DA DISPONIBILIDADE DE RECURSOS**								
8.2.1.1.1	**DISPONIBILIDADE POR DESTINACAO DE RECURSOS**								
8.2.1.1.1.01	RECURSOS DISPONIVEIS PARA O EXERCICIO		2.737.524,46	5.621.645,34	5.621.645,34	4.391.545,53	4.391.545,53		1.507.424,65
8.2.1.1.2	**DISPONIBILIDADE POR DESTINACAO DE RECURSOS COMPROMETIDA POR EM**								
8.2.1.1.2.01	DISPONIBILIDADE POR DESTINACAO DE RECURSOS COMPROMETIDA POR EMP		562.756,82	1.512.848,12	1.512.848,12	3.845.418,10	3.845.418,10		2.895.326,80
8.2.1.1.2.02	DISPONIBILIDADE POR DESTINACAO DE RECURSOS COMPROMETIDA POR EMP		21.955,00	562.015,26	562.015,26	865.107,86	865.107,86		325.047,60
8.2.1.1.3	**DISPONIBILIDADE POR DESTINACAO DE RECURSOS COMPROMETIDA POR LI**								
8.2.1.1.3.01	COMPROMETIDA POR LIQUIDACAO (F)		308.753,80	1.493.025,99	1.493.025,99	1.535.001,36	1.535.001,36		350.729,17
8.2.1.1.3.02	COMPROMETIDA POR RETENCOES E CONSIGNACOES (F)			109.296,65	109.296,65	183.363,59	183.363,59		74.066,94
8.2.1.1.4	**DISPONIBILIDADE POR DESTINACAO DE RECURSOS UTILIZADA**								
8.2.1.1.4.01	UTILIZADA COM EXECUCAO ORCAMENTARIA					1.288.887,01	1.288.887,01		1.288.887,01
8.2.1.1.4.02	UTILIZADA COM RETENCOES E CONSIGNACOES					129.873,80	129.873,80		129.873,80
8.2.1.1.4.99	DEMAIS UTILIZACOES					73.667,40	73.667,40		73.667,40
8.3	**EXECUCAO DA DIVIDA ATIVA**								
8.3.2	**EXECUCAO DA INSCRICAO DE CREDITOS EM DIVIDA ATIVA**								
8.3.2.3	**CREDITOS INSCRITOS EM DIVIDA ATIVA A RECEBER**								
8.3.2.3.1	**CREDITOS INSCRITOS EM DIVIDA ATIVA TRIBUTARIA A RECEBER**								
8.3.2.3.1.01	CREDITOS INSCRITOS EM DIVIDA ATIVA TRIBUTARIA A RECEBER EM COBRANCA		624.307,70						624.307,70
8.9	**OUTROS CONTROLES**								
8.9.1	**EXECUCAO DE RESPONSABILIDADE POR VALORES, TITULOS E BENS**								
8.9.1.2	**EXECUCAO DE RESPONSABILIDADE DE TERCEIROS POR VALORES, TITULOS**								
8.9.1.2.1	**EXECUCAO DE ADIANTAMENTOS/SUPRIMENTOS DE FUNDOS CONCEDIDOS**								
8.9.1.2.1.01	ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A COMPROVAR		11.600,00	5.851,40	5.851,40	8.051,40	8.051,40		13.800,00
8.9.1.2.1.02	ADIANTAMENTOS A APROVAR			5.851,40	5.851,40	5.851,40	5.851,40		

EDITAL DE PUBLICAÇÃO N° 004/2022

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte, Estado de Mato Grosso, Sr. Silvano Pereira Neves, torna público a quem possa interessar, que está a disposição nas dependências da Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do norte, O BALANCETE DE VERIFICAÇÃO DO PLANO PCASP, do mês de JANEIRO do exercício de 2022, da Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte.

Novo Horizonte do Norte, em 17 de março de 2022

Silvano Pereira neves

Prefeito Municipal

BALANCETE DE VERIFICAÇÃO PLANO PCASP-MT ATRIBUTO: TODOS

Código	Contas	Saldos Anteriores		Movimento à Débito		Movimento à Crédito		Saldos Atuais	
		Débito	Crédito	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	Débitos	Créditos
8.9.1.2.1.03	ADIANTAMENTOS APROVADOS					5.851,40	5.851,40		5.851,40
8.9.1.2.1.05	ADIANTAMENTOS EM INDADIMPLENCIA		148.328,22						148.328,22
8.9.5	**CONTROLES ESPECIFICOS TCE/MT**								
8.9.5.5	**CONTROLE FINANCEIRO DOS VALORES EM CONSIGNACAO**								
8.9.5.5.1	CONSIGNACOES A PAGAR			108.973,91	108.973,91	183.437,33	183.437,33		74.463,42
8.9.5.5.2	CONSIGNACOES PAGAS					108.973,91	108.973,91		108.973,91
	Total de Grupo:	**191.040.515,96**	**190.882.475,20**	**171.392.807,30**	**171.392.807,30**	**171.471.827,68**	**171.471.827,68**	**259.983.829,02**	**259.904.808,64**
	Total Geral:	**191.040.515,96**	**190.882.475,20**	**171.392.807,30**	**171.392.807,30**	**171.471.827,68**	**171.471.827,68**	**259.983.829,02**	**259.904.808,64**

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO - SRP 006/2022

Processo Licitatório 008/2022

A **Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte – MT**, através do pregoeiro, torna público aos interessados a **Adjudicação** do processo licitatório cujo objeto é o **Registro de preços para futura e eventual aquisição de medicamentos para manutenção da Farmácia Básica, Hospital Municipal e Unidades Básicas de Saúde,** conforme especificações e condições do edital e seus anexos, em favor da empresa vencedora do certame **Amazônia Medicamentos e Produtos Hospitalares EIRELI**. , inscrita no **CNPJ sob nº 36.178.933/0001-10,** com proposta no valor global de **R$ 99.883,14 (Noventa e nove mil, oitocentos e oitenta e três reais e quatorze centavos)** para os **Itens: 19, 25, 35, 119, 165, 214, 284, 286, 301, 304, 317, 351, 365 e 386**, **Armazém dos Medicamentos EIRELI,** inscrita no **CNPJ sob nº 27.718.661/0001-03,** com proposta no valor global de **R$ 65.932,90 (Sessenta e cinco mil, novecentos e trinta e dois reais e noventa centavos)** para os **Itens: 15, 36, 37, 43, 68, 71, 74, 109, 120, 123, 124, 139, 145, 152, 182, 211, 213, 261, 262, 264, 280, 288, 338, 356, 363 e 374**, **BR Dantai Distribuidor Hospitalar Ltda,** inscrita no **CNPJ sob nº 10.761.735/0001-91,** com proposta no valor global de **R$ 103.645,10 (Cento e três mil, seiscentos e quarenta e cinco reais e dez centavos)** para os **Itens: 57, 128, 217, 251, 287, 300, 347, 360 e 373**, **Cirúrgica Assis Distribuidora de Produtos para Saúde Ltda,** inscrita no **CNPJ sob nº 39.610.184/0001-47,** com proposta no valor global de **R$ 37.897,00 (Trinta e sete mil, oitocentos e noventa e sete reais)** para os **Itens: 34, 47, 73, 112, 232, 314, 332 e 355**, **Dismart Distribuidora Hospitalar EIRELI,** inscrita no **CNPJ sob nº 33.688692/0001-61,** com proposta no valor global de **R$ 46.195,80 (Quarenta e seis mil, cento e noventa e cinco reais e oitenta centavos)** para os **Itens: 09, 20, 41, 88, 89, 100, 125, 126, 127, 129, 176, 215 e 310**, **Distribuidora de Medicamentos Backes EIRELI,** inscrita no **CNPJ sob nº 25.279.552/0001-01,** com proposta no valor global de **R$ 43.585,395 (Quarenta e três mil, quinhentos e oitenta e cinco reais e trezentos e noventa e cinco milésimos)** para os **Itens: 02, 03, 04, 05, 07, 17, 18, 21, 23, 52, 61, 95, 108, 151, 175, 202, 203, 223, 248, 253, 256, 278, 281, 292, 293, 294, 320, 321, 323, 343, 344, 345, 371 e 375**, **Exemplarmed Comércio de Produtos Hospitalares Ltda,** inscrita no **CNPJ sob nº 23.312.871/0001-46,** com proposta no valor global de **R$ 17.333,50 (Dezessete mil, trezentos e trinta e três reais e cinquenta centavos)** para os **Itens: 92, 122, 185, 192, 243, 311, 339, 342 e 348**, **Galli e Liotto comércio de Produtos Hospitalares Ltda,** inscrita no **CNPJ sob nº 42.092.374/0001-24,** com proposta no valor global de **R$ 27.579,00 (Vinte e sete mil, quinhentos e setenta e nove reais)** para os **Itens: 48, 70, 116, 164, 218, 250, 252, 265, 273, 289, 302 e 312**, **Geomed Distribuidora de Medicamentos Ltda,** inscrita no **CNPJ sob nº 43.144.036/0001-51,** com proposta no valor global de **R$ 2.070,00 (Dois mil e setenta reais)** para os **Itens: 75 e 118**, **Life Center Comércio e Distribuidora de Medicamentos Ltda,** inscrita no **CNPJ sob nº 21.227.039/0001-16,** com proposta no valor global de **R$ 64.291,00 (Sessenta e quatro mil, duzentos e noventa e um reais)** para os **Itens: 31, 51, 53, 54, 77, 86, 141, 142, 187, 201, 226, 227, 229, 231, 259, 296 e 381**, **Luvermed Distribuidora de Medicamentos Ltda,** inscrita no **CNPJ sob nº 19.391.064/0001-99,** com proposta no valor global de **R$ 59.664,80 (Cinquenta e nove mil, seiscentos e sessenta e quatro reais e oitenta centavos)** para os **Itens: 06, 14, 24, 40, 46, 62, 67, 72, 78, 85, 105, 140, 154, 195, 197, 209, 236, 270, 327 e 370**, **Medic Vet Distribuidora de Medicamentos EIRELI,** inscrita no **CNPJ sob nº 20.637.873/0001-17,** com proposta no valor global de **R$ 6.117,00 (Seis mil, cento e dezessete reais)** para os **Itens: 134 e 135**, **Medicamentos de AZ Ltda,** inscrita no **CNPJ sob nº 09.676.256/0001-98,** com proposta no valor global de **R$ 119.274,80 (Cento e dezenove mil, duzentos e setenta e quatro reais e oitenta centavos)** para os **Itens: 01, 08, 10, 11, 12, 32, 44, 56, 59, 82, 83, 84, 117, 144, 146, 147, 159, 173, 177, 180, 181, 206, 224, 238, 239, 258, 263, 269, 290, 291, 299, 303, 315, 322, 330, 353, 354, 379 e 380**, **Nova Medicamentos Ltda,** inscrita no **CNPJ sob nº 41.365.113/0001-78,** com proposta no valor global de **R$ 152.958,56 (Cento e cinquenta e dois mil, novecentos e cinquenta e oito reais e cinquenta e seis centavos)** para os **Itens: 22, 29, 30, 55, 60, 69, 76, 79, 81, 91, 97, 103, 114, 115, 130, 131, 132, 136, 157, 169, 170, 172, 188, 194, 208, 210, 225, 230, 244, 246, 272, 275, 276, 279, 305, 309, 318, 324, 325, 326, 331, 349 e 389**, **Novasul Comércio de Produtos Hospitalares Ltda,** inscrita no **CNPJ sob nº 14.595.725/0001-84,** com proposta no valor global de **R$ 7.350,00 (Sete mil, trezentos e cinquenta reais)** para o **Item 306**, **Proativa Hospitalar EIRELI,** inscrita no **CNPJ sob nº 27.656.480/0001-08,** com proposta no valor global de **R$ 19.665,00 (Dezenove mil, seiscentos e sessenta e cinco reais)** para os **Itens: 42, 87 e 307**, **RCC - Distribuidora de Medicamentos, Correlatos e Produtos Médicos e Hospitalares EIRELI,** inscrita no **CNPJ sob nº 00.358.519/0001-46,** com proposta no valor global de **R$ 16.318,40 (Dezesseis mil, trezentos e dezoito reais e quarenta centavos)** para o **Item 137**, **Tolesul Distribuidora de Medicamentos Ltda,** inscrita no **CNPJ sob nº 35.959.514/0001-53,** com proposta no valor global de **R$ 58.467,00 (Cinquenta e oito mil, quatrocentos e sessenta e sete reais)** para os **Itens: 50, 102, 110, 161, 163, 167, 168, 174, 196, 204, 254, 282, 298, 329, 341, 357, 366 e 388**, **W. Araujo Distribuidora de Medicamentos EIRELI,** inscrita no **CNPJ sob nº 37.844.754/0001-38,** com proposta no valor global de **R$ 48.655,40 (Quarenta e oito mil, seiscentos e cinquenta e cinco reais e quarenta centavos)** para os **Itens: 27, 38, 49, 106, 107, 156, 171, 222, 237, 241, 257, 266, 268, 274, 295, 328, 346, 352, 358 e 390** e **Zafra Distribuidora de Medicamentos e Produtos Hospitalares Ltda,** inscrita no **CNPJ sob nº 41.347.974/0001-23,** com proposta no valor global de **R$ 9.644,00 (Nove mil, seiscentos e quarenta e quatro reais)** para os **Itens: 45, 104, 242 e 377.** Maiores informações nos ende-

reços eletrônicos www.portaldecompraspublicas.com.br e portal da transparência http://www.novohorizontedonorte.mt.gov.br.

Novo Horizonte do Norte-MT, 18 de março de 2022.

JULIANO GAMBA

Pregoeiro Oficial

BALANCETE DE VERIFICAÇÃO PLANO PCASP-MT ATRIBUTO: TODOS

Código	Contas	Saldos Anteriores		Movimento à Débito		Movimento à Crédito		Saldos Atuais	
		Débito	Crédito	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	Débitos	Créditos
3.1.1	**REMUNERACAO A PESSOAL**								
3.1.1.1	**REMUNERACAO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRANGIDOS PELO RPPS**								
3.1.1.1.1	**REMUNERACAO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRANGIDOS PELO RPPS - CONSO**								
3.1.1.1.1.01	**VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - RPPS**								
3.1.1.1.1.01.01	VENCIMENTOS E SALARIOS			678.716,60	678.716,60			678.716,60	
3.1.1.1.1.01.04	ABONO DE PERMANENCIA			37.480,09	37.480,09			37.480,09	
3.1.1.1.1.01.99	OUTROS VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL RPPS			2.129,77	2.129,77			2.129,77	
3.1.1.1.1.02	**OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS - PESSOAL CIVIL - RPPS**								
3.1.1.1.1.02.03	SERVICOS EXTRAORDINARIOS			18.106,17	18.106,17			18.106,17	
3.1.1.1.1.03	SENTENCAS JUDICIAIS			715,00	715,00			715,00	
3.1.1.2	**REMUNERACAO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRANGIDOS PELO RGPS**								
3.1.1.2.1	**REMUNERACAO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRANGIDOS PELO RGPS - CONSO**								
3.1.1.2.1.04	**CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO**								
3.1.1.2.1.04.99	OUTRAS CONTRATACOES POR TEMPO DETERMINADO			10.794,72	10.794,72			10.794,72	
3.1.2	**ENCARGOS PATRONAIS**								
3.1.2.1	**ENCARGOS PATRONAIS - RPPS**								
3.1.2.1.2	**ENCARGOS PATRONAIS - RPPS - INTRA OFSS**								
3.1.2.1.2.01	CONTRIBUICAO PATRONAL PARA O RPPS			84.331,44	84.331,44			84.331,44	
3.1.2.2	**ENCARGOS PATRONAIS - RGPS**								
3.1.2.2.1	**ENCARGOS PATRONAIS - RGPS - CONSOLIDACAO**								
3.1.2.2.1.01	CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS - RGPS			19.896,64	19.896,64			19.896,64	
3.2	**BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS**								
3.2.9	**OUTROS BENEFICIOS ASSISTENCIAIS**								
3.2.9.1	**OUTROS BENEFICIOS ASSISTENCIAIS - SERVIDOR CIVIL**								
3.2.9.1.1	**OUTROS BENEFICIOS ASSISTENCIAIS - SERVIDOR CIVIL - CONSOLIDACAO**								
3.2.9.1.1.12	**SALARIO-FAMILIA**								
3.2.9.1.1.12.01	SALARIO FAMILIA - ATIVO PESSOAL CIVIL			461,43	461,43			461,43	
3.3	**USO DE BENS, SERVICOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO**								
3.3.1	**USO DE MATERIAL DE CONSUMO**								
3.3.1.1	**CONSUMO DE MATERIAL**								
3.3.1.1.1	**CONSUMO DE MATERIAL - CONSOLIDACAO**								
3.3.1.1.1.99	OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO			8.000,00	8.000,00			8.000,00	
3.3.2	**SERVICOS**								
3.3.2.1	**DIARIAS**								
3.3.2.1.1	**DIARIAS - CONSOLIDACAO**								
3.3.2.1.1.01	DIARIAS PESSOAL CIVIL			9.640,00	9.640,00			9.640,00	
3.3.2.3	**SERVICOS TERCEIROS - PJ**								
3.3.2.3.1	**SERVICOS TERCEIROS - PJ - CONSOLIDACAO**								

ESTADO DE MATO GROSSO PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE FUMPS - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL EDITAL FUMPS Nº 11/2022

O FUMPS - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Novo Horizonte do Norte, Estado de Mato Grosso, representado pela Secretária de Administração, Sr. ALBERTO GORGES, abaixo assinado, vem através do presente e nos termos da legislação vigente, dar publicidade de que as contas anuais do Regime Próprio de Previdência Social, exercício de 2021, encontram-se à disposição de qualquer munícipe/segurado, na sede da prefeitura municipal, no horário de expediente normal daquele paço municipal, de segunda a sexta-feira.

NOVO HORIZONTE DO NORTE - MT, 11 de Fevereiro de 2022.

ALBERTO GORGES

SECRETARIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

CPF: 798.226.229-53

RG: 47286689

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO DE SERVIDOR Nº 102/2022

Contratante	Prefeitura Municipal de Novo Mundo.
Contratado	**GESIANE DE SOUSA DO SANTOS**, portadora da cédula de identidade Nº 2246890-0 SSP/MT e CPF N° 059.392.011-21, brasileira, residente no município de Novo Mundo/MT.

Objeto	O objeto do presente contrato temporário por serviço de excepcional interesse público é a contratação de **ZELADORA,** lotado e a disposição da Secretaria Municipal de Saúde.
Valor	O valor do presente contrato é de **R$ 1.201,75** (Um mil duzentos e um reais e setenta e cinco centavos), mensais, que serão pagos nas mesmas datas e formas utilizadas para pagamento de servidores efetivos do município.
Vigência do Contrato	**14/03/2022 (Período indeterminado)**

Novo Mundo/MT, 14 de março de 2022.

_____

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal de Novo Mundo

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO DE SERVIDOR Nº 104/2022

Contratante	Prefeitura Municipal de Novo Mundo.
Contratado	**CARINA SARTORI DE ALMEIDA**, portadora da cédula de identidade Nº 12534194-2 SSP/MT e CPF N° 099.239.589-57, brasileira, residente no município de Novo Mundo/MT.
Objeto	O objeto do presente contrato temporário por serviço de excepcional interesse público é a contratação de **CIRÚRGIÃ DENTISTA, lotado e a disposição da Secretaria Municipal de Saúde.**
Valor	O valor do presente contrato é de **R$ 3.916,91** (Três mil novecentos e dezesseis reais e noventa e um centavos), mensais, que serão pagos nas mesmas datas e formas utilizadas para pagamento de servidores efetivos do município.
Vigência do Contrato	**14/03/2022 a 14/10/2022**

Novo Mundo/MT, 14 de março de 2022.

_____

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal de Novo Mundo

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO DE SERVIDOR Nº 103/2022

Contratante	Prefeitura Municipal de Novo Mundo.
Contratado	**RAIANE MIRANDA DAMASCENO**, portadora da cédula de identidade Nº 3116666-0 SSP/MT e CPF N° 083.640.651-65, brasileira, residente no município de Novo Mundo/MT.
Objeto	O objeto do presente contrato temporário por serviço de excepcional interesse público é a contratação de **AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL - ASB, lotado e a disposição da Secretaria Municipal de Saúde.**
Valor	O valor do presente contrato é de **R$ 1.212,34** (Um mil duzentos e doze reais e trinta e quatro centavos), mensais, que serão pagos nas mesmas datas e formas utilizadas para pagamento de servidores efetivos do município.
Vigência do Contrato	**18/03/2022 a 31/12/2022**

Novo Mundo/MT, 18 de março de 2022.

_____

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal de Novo Mundo

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTÔNIO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 105/2022

DE 18 DE MARÇO DE 2022

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS CORRELATAS.

O **Prefeito do Município de Novo Santo Antônio**, Estado de Mato Grosso, Sr. **ADÃO SOARES NOGUEIRA**, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal.

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomear o Sr. **LESLEY GOMES REIS,** portador da Cédula de Identidade nº 20554427 SSP/MT e inscrito no CPF sob o nº 028.850. 601-40, para exercer a função comissionada de ***Diretor de Departamento de Esportes*** junto a Secretaria Municipal de Turismo, Cultura, Desporto e Lazer do Município de Novo Santo Antônio – MT, fazendo jus aos vencimentos pertinentes ao cargo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 7 de Março de 2022.

Art. 3º - Revogam –se as disposições ao contrario.

Registre-se Publique-se Cumpra-se

Gabinete do Prefeito Municipal, Novo Santo Antônio, 18 de Março de 2022.

ADÃO SOARES NOGUEIRA

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2022

Acha-se aberta Licitação abaixo descrita:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2022

PROCESSO Nº 021/2022

A Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio - MT, através de sua Pregoeira torna público para conhecimento dos interessados que realizará licitação, na modalidade Pregão Presencial, do tipo "**MENOR PREÇO**". O critério de julgamento **Menor Preço por item**, objetivando o **"REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM CAMINHÕES E HORAS MÁQUINAS, (ESCAVADEIRA, TRATOR SOBRE ESTEIRA, ROLO COMPACTADOR) A SEREM UTILIZADOS NA MANUTENÇÃO DE ESTRADAS MUNICIPAIS NÃO PAVIMENTADAS EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS DO MUNICÍPIO DE NOVO SANTO ANTONIO - MT"** em conformidade com as Leis 10.520/2002 e Lei 8. 666/93. O Credenciamento será realizado das 13h: 30mim até às 14h: 00 min do dia **29 de Março de 2022**. Na Avenida 29 de setembro, nº 244 - Centro no Paço Municipal. "A Sessão terá início às 14h: 00 min, (horário de Brasília) na mesma data e local". O Edital completo está à disposição dos interessados, na sede da Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio-MT, no horário das 08:00 as 11:00 e das 13:00 as 17:00 horas e também disponibilizado pelo site ***www.novosantoantonio.mt.gov.br*** ou através do e-mail ***licitacao@novosantoantonio.mt.gov.br***, demais esclarecimentos pelo telefone (66)3548-1140.

Novo Santo Antônio – MT, 21 de Março de 2022.

Eva Rodrigues Brito

Pregoeira Oficial

TERCEIRO TERMO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº 07/2021

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

TERCEIRO TERMO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº 07/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTÔNIO – MT.

CONTRATADO: JOSÉ EUSTÁQUIO DA SILVA26376326153.

CNPJ: 29.197.497/0001-61

OBJETO: O PRESENTE TERMO DE ADITIVO TEM POR OBJETO O REALINHAMENTO PARA O AUMENTO DOS PREÇOS DO ITEM UM (01) EM 4% DE ACORDO COM O ÍNDICE DO INPC, DA RELAÇÃO CONSTANTE DA CLÁUSULA OITAVA – DO REAJUSTE DE PREÇOS - PARA CONTINUIDADE DOS SERVIÇOS.

VIGÊNCIA: 21/03/2022 À 10/02/2023.

NOVO SANTO ANTÔNIO – MT, 21 DE MARÇO DE 2022.

_____

ADÃO SOARES NOGUEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 103/2022

DE 18 DE MARÇO DE 2022

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA SEM VENCIMENTOS O SERVIDOR LIZANDRO ARRUDA MARQUES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **Prefeito do Município de Novo Santo Antônio**, Estado de Mato Grosso, Sr. **ADÃO SOARES NOGUEIRA**, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal.

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder licença sem vencimento o servidor **LIZANDRO ARRUDA MARQUES**, inscrito no CPF sob o nº 468.924.271-20, lotado na Secretária Municipal de Obras, no cargo de Operador de Maquinas, no período de 01/03/2022 a 31/12/2022:

Paragrafo Único – Devendo o respectivo servidor retornar para sua atividade funcional em 01 de Janeiro de 2023.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 1º de Março de 2022.

Art. 3º - Revogam –se as disposições ao contrario.

Registre-se Publique-se Cumpra-se

Gabinete do Prefeito Municipal, Novo Santo Antônio, 18 de Março de 2022.

ADÃO SOARES NOGUEIRA

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 104/2022

DE 18 DE MARÇO DE 2022

DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO TOTAL DA PORTARIA Nº 063/2022 SOBRE CONCESSAO DE LICENÇA SEM VENCIMENTOS DO SERVIDOR GEOVANIO DA COSTA GOMES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **Prefeito do Município de Novo Santo Antônio**, Estado de Mato Grosso, Sr. **ADÃO SOARES NOGUEIRA**, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal.

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica revogado o inteiro teor da portaria nº 063 de 11 de Janeiro de 2022, que dispunha sobre **CONCESSAO DE LICENÇA SEM VENCIMENTOS DO SERVIDOR GEOVANIO DA COSTA GOMES**, e dá outras providências.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 18 de Fevereiro de 2022.

Art. 3º - Revogam –se as disposições ao contrario.

Registre-se Publique-se Cumpra-se

Gabinete do Prefeito Municipal, Novo Santo Antônio, 18 de Março de 2022.

ADÃO SOARES NOGUEIRA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO - CMAS

Novo São Joaquim MT, 14 de março de 2022

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

CONVOCO por meio do presente edital todos os membros do Conselho Municipal de Assistência Social-CMAS, Biênio 2022/2024, para reunião Ordinária do Conselho, tendo como pauta:

1 – Plano de Ação - 2022.

2 – Prestação de Contas 2021.

3 – Plano Municipal de Assistência Social – Quadriênio 2022-2025.

Data: 17 de março de 2022.

Horário: 15h.

Local: Sala dos Conselhos anexa a Secretaria Municipal de Educação, localizado na Rua Rui Barbosa, nº47, Bairro Centro.

Sara Jose Martins

Secretária Executiva para Conselhos Municipais

Portaria nº160/2021 de 20/07/2021.

LICITAÇÕES E CONTRATOS
RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2022

PROCESSO Nº 13/2022 - TIPO: Menor Preço por Item.

A Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim/MT, torna público para conhecimento dos interessados o resultado do Pregão Presencial nº 06/2022, cuja abertura ocorreu às 08h00min do dia 18 de março de 2022, na sede da Prefeitura Municipal, cujo objeto é a REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA, INSTALAÇÃO, DESINSTALAÇÃO E REMANEJAMENTO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO SPLIT, PARA ATENDIMENTO AS SECRETARIAS E UNIDADES ADMINISTRATIVAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM, sagrando vencedoras as empresas abaixo descritas:

EMPRESA	CNPJ	QUANT/ ITENS	VALOR TOTAL
WEMERSON DIAS DA SILVA 01044502150	28.622.219/ 0001-41	11	R$ 107. 860,00

Os autos do Processo Licitatório encontram-se na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim/MT. Novo São Joaquim-MT, 18 de março de 2022.

VALBER KENEDY BARBOZA SANDES - Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

OUVIDORIA MUNICIPAL
PORTARIA N° 103 DE 17 DE MARÇO DE 2022.

PORTARIA N° 103 DE 17 DE MARÇO DE 2022.

"NOMEIA ATRAVES DESTE, SUBCOMISSÃO TÉCNICA DESTINADA AO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS TÉCNICAS DO FUTURO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO, NA MODALIDADE TOMADA DE PREÇO, DO TIPO "TÉCNICA E PREÇO", EXECUÇÃO INDIRETA, SOB O REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, VISANDO A CONTRATAÇÃO DE AGÊNCIA DE PUBLICIDADE.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA, PREFEITO MUNICIPAL DE PARANATINGA, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS:

Subcomissão Técnica que irá proceder à análise e julgamento das propostas técnicas a serem apresentadas no âmbito do futuro procedimento licitatório, na modalidade **TOMADA DE PREÇO**, do tipo **"TÉCNICA E PREÇO"**, execução indireta, que tem por objetivo a contratação de uma agência de publicidade, em conformidade ao que determina a Lei Federal nº 8. 666/93, em sua atual redação; pelas Leis nº.s 4.680/65 e 12.232/2010, Decreto nº 57.690/66, Decreto n° 24.563, de 31.12.02; das Normas-Padrão da Atividade Publicitária do CENP (Conselho Executivo das Normas-Padrão).

Art. 1° A Subcomissão Técnica deverá realizar os seguintes procedimentos, que explicitará:

1- Para julgamento do critério de qualidade técnica da proposta, a avaliação das propostas técnicas será feita pela subcomissão técnica de Licitação, especialmente constituída para esse fim, no prazo de 10 (dez) dias úteis contados da data da abertura dos invólucros contendo a Proposta Técnica, nos termos do artigo 10 da Lei 12.232 de 29 de abril de 2010;

2- A Subcomissão Técnica analisará e julgará o conteúdo do Invólucro nº 3 de acordo com os critérios estabelecidos pelo edital e o devolverá à Comissão Especial ou Permanente de Licitação, com a ata de julgamento, planilha com as pontuações e justificativas escritas das razões que as fundamentaram, caso a caso;

3- A Subcomissão Técnica fará a análise individual e julgamento das vias não identificadas do Plano de Comunicação Publicitária, de acordo com os critérios estabelecidos pelo Edital.

Art. 2º As decisões e manifestações da Subcomissão Técnica deverão ter a participação e deliberação de 03 (três) nomes dentre os profissionais convidados, dos quais 02 (Dois) com vínculo com a Prefeitura Municipal de Paranatinga e 01 (Um) sem vínculo com a Prefeitura, ainda, foi sorteado mais 01 (um) profissional sem vínculo com a função de suplente aos membros integrantes, conforme relações abaixo.

I – NOMEAR, profissionais que representará a Administração Municipal, com fulcro do Resultado do Sorteio e Composição da Subcomissão Técnica, publicado na data de 11 de julho de 2021 (Diário Oficial Eletrônico do Município do Estado de Mato Grosso)

Membro Interno: - Rodrigo Alves Maciel - **Presidente**

Moisés Inácio de Souza - **Membro**

Membros Externos:

Edgar Araújo Costa - **Membro**

Marcelo Vinícius Bogo - **Membro/Suplente**

Art. 3º. Configurado que não houve impugnações protocoladas na Prefeitura sobre os nomes que integraram a lista de profissionais para o sorteio, nos termos do parágrafo 5º do artigo 10 da Lei Federal nº 12.232/2010).

Art. 4°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga – MT, 17 de março de 2022.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

CIÊNCIA DO PROFISSIONAIS DESIGNADO

RODRIGO ALVES MACIEL, MOISÉS INÁCIO DE SOUZA, EDGAR ARAÚJO COSTA, MARCELO VINICIUS BOGO**,** declara estar cientes da designação ora atribuídas, e das funções que são inerentes em razão da função.

_____

Rodrigo Alves Maciel

Presidente/ Membro Interno

_____

Moisés Inácio de Souza

Membro/ Membro Interno

_____

Edgar Araújo Costa

Membro/ Membro Externo

_____

Marcelo Vinícius Bogo

Membro/ / Membro Externo

OUVIDORIA MUNICIPAL
DECRETO N°. 2083 DE 15 DE MARÇO DE 2022.

DECRETO N°. 2083 DE 15 DE MARÇO DE 2022.

***"*REGULAMENTA AÇÕES ASSOCIADAS À PANDEMIA DO CORONAVIRUS (COVID-19) REFERENTE AO ÂMBITO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANATINGA, ESTADO DE MATO GROSSO, SR. JOSIMAR MARQUES BARBOSA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E CONSTITUCIONAIS, SOBRETUDO O DISPOSTO NOS ARTIGOS 78, VI; 11, II E 164, TODOS DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL E;

CONSIDERANDO, que apesar da redução significativa da expansão viral da COVID-19, é de suma importância manter a ordem e regramentos de controle viral junto aos estabelecimentos de ensino nesta Municipalidade, haja vista serem locais de grande e constante movimentação humana, o que desencadeia inevitavelmente a necessidade da manutenção de medidas preventivas a COVID-19.

DECRETA:

Artigo 1º - Este Decreto dispõe sobre medidas de prevenção, controle e contenção de riscos de espalhar o novo Coronavírus - COVID-19 no âmbito dos estabelecimentos de ensino no Município.

Artigo 2º. Fica determinado aos servidores e alunos da rede municipal de ensino e demais estabelecimentos de ensino nesta Municipalidade a manter tanto o uso da máscara de proteção individual, dentro de suas dependências quanto ao respeito ao conjunto de medidas de biossegurança para prevenção e controle da disseminação da Covid-19.

Artigo 14. Este Decreto entra em vigor a partir de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga, Estado de Mato Grosso, em 15 de março de 2022.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL DE PARANATINGA

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 013/2022.

Processo: Dispensa de Licitação nº 10/2022.

Contratante: Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT, CNPJ: 15.023.971/0001-24.

Contratada: ELETROMAR MOVEIS E ELETRODOMÉSTICOS LTDA CNPJ: 32.951.535/0104-40.

Objeto: Contratação de Empresa Especializada para **Aquisição de 01 (Uma) Máquina lavar Roupa, Electrolux Led 17 Kg,** atendendo as necessidades da Unidade de Acolhimento para idosos - ILPI José Barbosa de Moura, a pedido da Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social de Paranatinga-MT, com fulcro no Artigo 24 Inciso II da Lei 8.666/93 alterada pelo DECRETO Nº 9.412/2018.

Do prazo: 04/03/2022 até o dia 03/06/2022.

Do valor total R$: 2.649,00 (dois mil seiscentos e quarenta e nove reais).

Seq.	Item	Descrição	Unidade	Qtde.	Valor Unitário	Total
1	996668	Máquina lavar Roupa Electrolux Led 17 Kg	UNIDADE	1,00	R$ 2.649,00	R$ 2.649,00

Fica designado para exercer a função de fiscal do presente contrato nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93, e através da **Portaria nº 054 de 11 de fevereiro de 2022,** o servidor **Ângela Maria Santos Dias,** CPF nº. **03926812184**, lotada e representando a Secretaria Municipal de Trabalho de Assistência Social.

Departamento de Licitações e Contratos.

Paranatinga – MT, em 18 de março de 2022.

OUVIDORIA MUNICIPAL
PORTARIA N° 102 DE 17 DE MARÇO DE 2022.

PORTARIA N° 102 DE 17 DE MARÇO DE 2022.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANATINGA-MT, SR. JOSIMAR MARQUES BARBOSA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM O ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, LEI 024/97, E PLANO DE CARGOS CARREIRA E SALÁRIOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, LEI 035/2003,

RESOLVE:

Art. 1º - **HOMOLOGAR** o resultado da Avaliação Especial de Desempenho dos servidores em estágio probatório:

GABINETE DO PREFEITO

Matricula:	Nome:	Cargo:
5744	GUSTAVO DE FARIAS MIRANDA	AGENTE ADMINISTRATIVO

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE

Matricula:	Nome:	Cargo:
6576	VIVIAN MICAELLI STACKE	AGENTE ADMINISTRATIVO

Art. 2º - Conceder **ESTABILIDADE** a servidora abaixo relacionada, por ter completado 03(três) anos de efetivo exercício na Administração Pública Municipal, a partir da data especificada:

GABINETE DO PREFEITO

Matricula:	Nome:	Cargo:
5744	GUSTAVO DE FARIAS MIRANDA	AGENTE ADMINISTRATIVO

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE

Matricula:	Nome:	Cargo:
6576	VIVIAN MICAELLI STACKE	AGENTE ADMINISTRATIVO

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga – MT, 17 de março de 2022.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

OUVIDORIA MUNICIPAL
PORTARIA N° 101 DE 15 DE MARÇO DE 2022

PORTARIA N° 101 DE 15 DE MARÇO DE 2022

O Prefeito Municipal de Paranatinga – MT, **Sr. JOSIMAR MARQUES BARBOSA**, no uso e gozo de suas atribuições legais:

RESOLVE:

I – **NOMEAR** o Sr. **SR. WILIAN OLIVEIRA SILVA,** inscrito no CPF sob o número 055.131.711-63 e portador do RG de número 2283623-3 SSP/MT, para responder pelo Cargo de **DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE FROTAS E ALMOXARIFADO,** conforme a Lei Municipal n. 1402/2017.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

III – Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, 15 de março de 2022.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇO

EDITAL Nº 01/2022

A Prefeitura Municipal de Paranatinga, através do Presidente da CPL **Devenilson da Silva,** nomeado pela portaria nº 024/2019 de 17 de Janeiro de 2020, torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade **TOMADA DE PREÇO Nº 01/2022** do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL,** regido pela Lei nº 8.666/93 (e suas alterações posteriores), Decreto nº 8.538, de 2015 e Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006 que Institui o Estatuto Nacional da ME da EPP. **Objeto:** Constitui objeto da Presente Licitação a Contratação de Empresa Especializada para **Execução de Reforma e Ampliação do telhado da Prefeitura Municipal, com recursos financeiros do Tesouro Municipal,** atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento de Paranatinga-MT. Conforme especificações contidas nos respectivos ANEXOS do Edital. **Data de Abertura: Dia 05/04/2022. Às 08:00 h (horário local).** O Edital e os seus Anexos poderão ser retirados no site da Prefeitura www.**paranatinga**.mt.gov.br ou na sede da Prefeitura Municipal de Paranatinga - MT, Sito Av. Brasil, 1900 – Centro, maisInformações pelo e-mail: **edital.ptga@hotmail.com** ou Telefone 66 3573-1329/1756. Horário de atendimento é de segunda a sexta-feira das **07 às 11h (Horário Local)**. Paranatinga, MT, 18 de Março de 2022. Devenilson da Silva Presidente da CPL Portaria 024/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

DECRETO Nº 063/2022 - AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO ANUAL DO EXERCÍCIO DE 2022.

DE 18 DE MARÇO DE 2022.

Autoriza abertura de Crédito Adicional suplementar no Orçamento Anual do exercício de 2022.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional suplementar, no valor de R$ 2.650. 000,00 (dois milhões seiscentos e cinquenta mil reais), considerando a Lei n.º 1335, de 23 de fevereiro de 2022, a incluir no Orçamento Anual do exercício de 2022, para reforço das seguintes dotações:

Suplementação

06.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

06.001.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

06.001.22.000.0000.0.000. Indústria

06.001.22.334.0000.0.000. Fomento ao Trabalho

06.001.22.334.0014.0.000. DESENVOLVIMENTO ECONOMICO

06.001.22.334.0014.1.067. AQUISIÇÃO DE IMÓVEL PARA IMPLANTAÇÃO DE DISTRITO INDUSTRIAL

151 - 4.4.90.61.00.00 1 AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS 2.650.000,00

Art. 2º Em consonância com o disposto na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, art. 43, §1º, III, para cobertura do crédito de que trata o art. 1º desta Lei, serão utilizados recursos provenientes do Superávit Financeiro:

Art. 3º Fica alterado o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual para o exercício orçamentário vigente, nos termos do Crédito Adicional de que trata o art. 1º desta Lei.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA-MT.

AOS DEZOITO DIAS DO MÊS DE MARÇO DO ANO DE 2022.

NELSON ANTONIO ORLATO

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 062/2022 - AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL NO ORÇAMENTO VIGENTE

DE 18 DE MARÇO DE 2022.

Autoriza o Poder Executivo a abertura de crédito adicional no orçamento vigente, e dá outras providencias;

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

CONSIDERANDO a Lei nº 1.343, de 18 de março de 2022.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no orçamento vigente, Lei Municipal nº 1.323/2021, no valor de R$ 1.337.208,00 (Um milhão trezentos e trinta e sete mil duzentos e oito reais), a ser consignado nas seguintes Dotações Orçamentárias:

Projeto/Atividade: 1006 – Aquis de Veículo Equip.e Mat. Permanente

01.001.01.031.0003.1006-4.4.90.52.00.00 Equipamento e Material Permanente 200.000,00

Projeto/Atividade: 1007 – Aquisição de Veículo

01.001.01.031.0003.1007-4.4.90.52.00.00 Equipamento e Material Permanente 200.000,00

Projeto/Atividade: 1008 – Reforma e Ampliação do prédio do Poder Legislativo

01.001.01.031.0003.1008-339030.00.00 Material de Consumo 15.000,00

01.001.01.031.0003.1008-339036.00.00 Outros Serv. Terceiros - Pessoa Física 15.000,00

01.001.01.031.0003.1008-339039.00.00 Outros Serv. Terceiros - Pessoa Jurídica 15.000,00

01.001.01.031.0003.1008-4.4.90.51.00.00 Obras e Instalações 15.000,00

Projeto/Atividade: 2033 – Manutenção das Atividades da Câmara Municipal

01.001.01.031.0003.2033-319011.00.00 Venc. e Vant. Fixas _ Pessoal Civil 400.000,00

01.001.01.031.0003.2033-319013.00.00 Obrigações Patronais 105.000,00

01.001.01.031.0003.2033-339014.00.00 Diárias Civil 10.000,00

01.001.01.031.0003.2033-339030.00.00 Material de Consumo 52.208,00

01.001.01.031.0003.2033-339035.00.00 Serviços de Consultoria 50. 000,00

01.001.01.031.0003.2033-339036.00.00 Outros Serv. Terceiros - Pessoa Física 40.000,00

01.001.01.031.0003.2033-339039.00.00 Outros Serv. Terceiros - Pessoa Jurídica 60.000,00

01.001.01.031.0003.2033-339040.00.00 Serv. de Tecnologia da Inf. e Comunicação - Pessoa Jurídica 30.000,00

Projeto/Atividade: 2035 – Manutenção do Gabinete do Presidente

01.001.01.031.0003.2035-319011.00.00 Venc. e Vant. Fixas _ Pessoal Civil 90.000,00

01.001.01.031.0003.2035-319013.00.00 Obrigações Patronais 20.000,00

01.001.01.031.0003.2035-339039.00.00 Outros Serv. Terceiros - Pessoa Jurídica 20.000,00

Total 1.337.208,00

Art. 2º Para amparar os créditos abertos no artigo anterior, serão utilizados os recursos:

a) **R$ 1.337.208,00 (Um milhão trezentos e trinta e sete mil duzentos e oito reais)** com base aos recursos mencionados no Art. 43, inciso III da Lei Federal nº. 4.320/1964, provenientes da anulação total e ou parcial das seguintes dotações orçamentárias:

Projeto/Atividade: 1001 – Realização de Reforma e Atualização de PCCS

03.001.04.122.0001.1001 – 33.90.39.00.00 – Outros Serv. Terc. Pessoa Jurídica 120.000,00

Projeto/Atividade: 1004 – Realização de Reforma Administrativa

03.001.04.122.0001.1004– 33.90.39.00.00 – Outros Serv. Terc. Pessoa Jurídica 50.000,00

Projeto/Atividade: 2001 – Regularização Fundiária

03.001.04.122.0001.2001 – 33.90.39.00.00 – Outros Serv. Terc. Pessoa Jurídica 150.000,00

Projeto/Atividade: 2009 – Manutenção das Atividades da Secretaria Administração

03.001.04.122.0001.2009 – 31.90.11.00.00 – Vencimentos e Vant. Pessoal Civil 500.000,00

Projeto/Atividade: 2025 – Manutenção das Atividades da Secretaria Obras

05.001.04.122.0001.2025 – 31.90.11.00.00 – Vencimentos e Vant. Pessoal Civil 300.000,00

Projeto/Atividade: 2025 – Manutenção das Atividades da Secretaria

05.001.04.122.0001.2025 – 33.90.30.00.00 – Material de Consumo 217. 208,00

TOTAL 1.337.208,00

Art. 3º Autoriza à inclusão da programação orçamentária que trata o artigo 1º desta lei, ao Anexo de Metas e Prioridades da Lei Municipal n°. 1.280/2021, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2022 - LDO, e na Lei Municipal nº. 1.322/2021, Plano Plurianual 2022/2025.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA-MT.

AOS DEZOITO DIAS DO MÊS DE MARÇO DO ANO DE 2022.

NELSON ANTONIO ORLATO

Prefeito Municipal

.

.

CONTRATO N.019-2022 - AVAL NEGÓCIOS E TERCERIZAÇÕES EIRELI

CONTRATO N.019-2022.

CONTRATANTE:PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA.	
CONTRATADO: AVAL NEGÓCIOS E TERCERIZAÇÕES EIRELI	
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº. 021/2021 E ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 023/2021	**DATA: 14/ 032022**
1.1. OBJETO:O presente contrato tem por objeto Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de varrição de ruas, avenidas e logradouros públicos, capina e limpeza de calçadas, guias e sarjetas, da sede do município e também Vila Garça Branca, poda de árvores localizadas em órgãos, praças e espaços públicos com fornecimento de EPIS, equipamentos, maquinários e mão de obra necessária à realização dos serviços a destinação dos resíduos, de equipe mínima com carga horária de 40 horas semanais.	
VALOR: R$ 1.079.880,00 (Um milhão e setenta e nove mil, oitocentos e oitenta reais).	
VIGÊNCIA: 14/03/2022 a 14/03/2023	
DOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS: **COD REDUZIDO: 104** Órgão: 05. - Secretaria Municipal De Viação e Obras Orgão/Unidade: 05.001 Secretaria Municipal De Viação e Obras Função/ Subfunção: 15.452 Urbanismo/ serviços urbanos Programa/ Projeto de atividade: 0004.2038 Serviços e Infraestrutura Urbana e Rural com qualidade, coleta e destinação de lixo e resíduos sólidos. Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica. F. de Recurso: 01 – Recursos Ordinários.	

PORTARIA Nº 150/2022 - LICENÇA PRÊMIO VALDIR CASTILHO

DE 18 DE MARÇO DE 2022

Dispõe sobre LICENÇA PRÊMIO de Servidor Público Municipal **e** dá outras providências;

NELSON ANTONIO ORLATO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO o recebimento do requerimento de Licença Prêmio protocolado pelo Departamento de Recursos Humanos.

CONSIDERANDO que o servidor faz jus a referida, adquirida no período aquisitivo de **06/09/2016 à 05/09/2021.**

RESOLVE:

Art.1º Conceder LICENÇA PRÊMIO ao servidor **Valdir Castilho,** lotado na Secretaria Municipal de Educação, ocupante do cargo de Motorista, a serem usufruídas no período de **15/03/2022 à 28/04/2022 e de 01/08/2022 à 14/09/2022.**

Art.2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo efeitos à 15/03/2022.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.

AOS DEZOITO DIAS DO MÊS DE MARÇO DO ANO DE 2022.

NELSON ANTONIO ORLATO

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial Da AMM.

TERMO DE CANCELAMENTO – DO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO SRP 006/2022

TERMO DE CANCELAMENTO –

DO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO SRP 006/2022

EDITAL DE LICITAÇÃO**: PREGÃO PREGÃO ELETRÔNICO SRP 006/2022.**

TIPO DE LICITAÇÃO**: MENOR PREÇO POR ITEM.**

OBJETO: **Registro de Preço para futura e eventual aquisição de uniformes escolares e mochilas de acordo com o Anexo IV – Termo de Referência e demais condições estabelecidas neste edital.**

O Prefeito Municipal de Pedra Preta - MT, no uso de suas atribuições legais, regimentais e com fundamento na Lei 8.666/1993 e suas alterações posteriores, a vista do **TERMO DE CANCELAMENTO – DO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO SRP 006/2022.**

No uso do princípio da **AUTO TUTELA**, a Administração Pública exerce controle sobre seus próprios atos, tendo a possibilidade de anular os ilegais e de revogar os inoportunos.

Portanto Administração podendo exercer o controle da legalidade de seus atos, decide **CANCELAR** o **EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO SRP 006/2022.**

À pedido da Secretária Municipal de Educação, Excelentíssima Senhora **Iranice Santana Cardoso** através do **Ofício Nº. 157/2022/SME** de **17 de Março de 2022** justifica:

"Para ajustes no edital acerca das especificações e a configuração dos produtos que deve ser por lotes e/ou conjunto com intuito de garantir tanto a entrega dos produtos na mesma data quanto na harmonia entre as cores da camiseta e short."

PEDRA PRETA - MT, 18 DE MARÇO DE 2022.

NELSON ANTÔNIO ORLATO

Prefeito Municipal

Rep. Legal do Órgão Gerenciador

KESIA CRISTINA NUNIS DE CASTRO

Chefe do Departamento de Licitação e Contratos

Portaria nº 527/2021 de 26 de Agosto de 2021

FERNANDO ARANTES CORRÊA DA COSTA

Gestor de Pregão e Ata de Registro de Preços

Portaria Nº. 409/2021

AVISO DE REABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO SRP N°. 009/2021

AVISO DE REABERTURA DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO SRP N°. 009/2021

O departamento de Licitação da Prefeitura Municipal de Pedra Preta, no uso de suas atribuições legais, torna público que fará realizar a licitação a seguir caracterizada:

MODALIDADE: **PREGÃO ELETRÔNICO SRP**

OBJETO: **"Registro de preço para futura e eventual aquisição de equipamento DR – Digitalizador de imagens Radiográficas."**

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS**: Á Partir do dia 18/03/2022 às 16h00min horas.**

DO ENCERRAMENTO DAS PROPOSTAS: **dia 30/03/2022 às 09h00min horas.**

DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: **Á partir do dia 30/03/2022 às 10h00min horas.**

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: **Á partir do dia 30/03/2022 às 14h05min horas.**

• Todos os horários serão seguidos pelo Fuso Horário do Mato Grosso

ONDE SE LÊ:

3. QUANTITATIVO E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO
01	01	UND	UMA UNIDADE DE PAINEL DIGITALIZADOR COM DIMENSÕES APROXIMADAMENTE 35 X 43 CM. PAINEL DE SILÍCIO AMORFO, PAINEL DIGITALIZADOR COM FIO OU SEM FIO (MÓVEL), QUE POSSIBILITE EXAMES NA MESA, NO BUCKY MURAL OU FORA DA MESA, MACA E CADEIRA DE RODAS. MATRIZ ATIVA DE **APROXIMADAMENTE 2500X3000** E **7 MILHÕES DE PIXELS**, PROFUNDIDADE DA IMAGEM PÓS-PROCESSADA DE NO MÍNIMO 14 BITS, TAMANHO MÁXIMO DO PIXEL DE **140 MICRÔMETROS**, CINTILADOR DE GADOLÍNIO OU CÉSIO. PESO MÁXIMO DE 3,4 KG. RESOLUÇÃO ESPACIAL COM NO **MÍNIMO DE 3,5 LP/MM**. COM SISTEMA AUTOMÁTICO DE DETECÇÃO DE RAIOS-X (AED) CICLO DE VIDA DA BATERIA NO MÍNIMO 400 CICLOS. TEMPO DE FUNCIONAMENTO MÍNIMO DE 3 HORAS. ESTAÇÃO DE TRABALHO (CPU). ESTAÇÃO DE TRABALHO COM ALTO DESEMPENHO, MONITOR DE ALTA RESOLUÇÃO COM NO MÍNIMO 19 POLEGADAS, IMAGENS RADIOGRÁFICAS EM FORMATO DICOM 3. 0 PLACA DE REDE TIPO ETHERNET SOFTWARE DE AQUISIÇÃO E GERENCIAMENTO DAS IMAGENS DIGITAIS. MEMÓRIA RAM DE NO MÍNIMO 4 GB PROCESSADOR COM VELOCIDADE DE NO MÍNIMO 1.8 GHZ. ARMAZENAMENTO DE PELO MENOS 1000 IMAGENS NO DISCO RÍGIDO. POSSIBILIDADE DE HARMONIZAÇÃO DE IMAGEM.FUNCIONALIDADES DICOM SEND, DICOM PRINT E DICOM WORKLIST. REGISTRO DE PACIENTE DE FORMA AUTOMÁTICA E MANUAL GERENCIAMENTO DOS DADOS E IMAGENS DO PACIENTE. AQUISIÇÃO E PÓS-PROCESSAMENTO: SELEÇÃO E PÓS-PROCESSAMENTO DE PROGRAMA DE ÓRGÃO; SELEÇÃO DE PARÂMETROS DO GERADOR, PARAMETRIZAÇÃO DO PRÉ-PROCESSAMENTO DE IMAGENS; VISUALIZAÇÃO DE MARCADORES DE IMAGEM. FUNÇÕES DE PROCESSAMENTO DE IMAGENS: ROTAÇÃO, INVERSÃO, ZOOM, JANELA, FILTRO, ANOTAÇÕES. DOCUMENTAÇÃO E ARQUIVO, DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA DE DADOS CONFIGURÁVEIS PELO USUÁRIO. SISTEMA/SOFTWARE DE COMPENSAÇÃO DE DENSIDADES; INVERSÃO POSITIVO/NEGATIVO; MEDIDAS DE DISTÂNCIA E ÂNGULO; ANOTAÇÕES SOBRE A IMAGEM. IMPRESSORA DRY (SECO) PARA USO EM MODALIDADES MÉDICAS PARA TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA, RESSONÂNCIA MAGNÉTICA, CR, DR. EQUIPAMENTO COM IMPRESSÃO DE TECNOLOGIA A SECO COM CARREGAMENTO DE FILMES EM MAGAZINES COM CAPACIDADE DE NO MÍNIMO 100 FILMES E RESOLUÇÃO MÍNIMA DE PELO MENOS 320 DPI COM UM SPOT SIZE DE 100MM PARA A IMAGEM FINAL. PRODUÇÃO DE NO MÍNIMO 70 FILMES/HORA 35X43CM, POSSUIR 2 BANDEJAS DE ARMAZENAMENTO ON-LINE DO sistema (qualquer TAMANHO DE FILME EM CADA BANDEJA). O EQUIPAMENTO DEVERÁ SER DICOM NATIVO, OU SEJA, SEM A NECESSIDADE DE ACESSÓRIOS EXTERNOS (PRINT SERVER) PARA CONVERSÃO DO SINAL AO PADRÃO DICOM 3.0; PERMITIR CONEXÃO COM MODALIDADES ATRAVÉS DO PROTOCOLO DICOM 3.0 E ETHERNET TCP/IP; NOBREAK COMPATÍVEL COM O SISTEMA DE NO MÍNIMO 2 KWA

LEIA-SE:

3. QUANTITATIVO E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO
01	01	UND	UMA UNIDADE DE PAINEL DIGITALIZADOR COM DIMENSÕES APROXIMADAMENTE 35 X 43 CM. PAINEL DE SILÍCIO AMORFO, PAINEL DIGITALIZADOR COM FIO OU SEM FIO (MÓVEL), QUE POSSIBILITE EXAMES NA MESA, NO BUCKY MURAL OU FORA DA MESA, MACA E CADEIRA DE RODAS. MATRIZ ATIVA DE **APROXIMADAMENTE 2300X2800** E **6,4 MILHÕES DE PIXELS**, PROFUNDIDADE DA IMAGEM PÓS-PROCESSADA DE NO MÍNIMO 14 BITS, TAMANHO MÁXIMO DO PIXEL DE **150 MICRÔMETROS**, CINTILADOR DE GADOLÍNIO OU CÉSIO. **PESO MÁXIMO DE 3,6 KG**. RESOLUÇÃO ESPACIAL COM NO **MÍNIMO DE 3,3 LP/MM**. COM SISTEMA AUTOMÁTICO DE DETECÇÃO DE RAIOS-X (AED) CICLO DE VIDA DA BATERIA NO MÍNIMO 400 CICLOS. TEMPO DE FUNCIONAMENTO MÍNIMO DE 3 HORAS. ESTAÇÃO DE TRABALHO (CPU). ESTAÇÃO DE TRABALHO COM ALTO DESEMPENHO, MONITOR DE ALTA RESOLUÇÃO COM NO MÍNIMO 19 POLEGADAS, IMAGENS RADIOGRÁFICAS EM FORMATO DICOM 3. 0 PLACA DE REDE TIPO ETHERNET SOFTWARE DE AQUISIÇÃO E GERENCIAMENTO DAS IMAGENS DIGITAIS. MEMÓRIA RAM DE NO MÍNIMO 4 GB PROCESSADOR COM VELOCIDADE DE NO MÍNIMO 1.8 GHZ. ARMAZENAMENTO DE PELO MENOS 1000 IMAGENS NO DISCO RÍGIDO. POSSIBILIDADE DE HARMONIZAÇÃO DE IMAGEM.FUNCIONALIDADES DICOM SEND, DICOM PRINT E DICOM WORKLIST. REGISTRO DE PACIENTE DE FORMA AUTOMÁTICA E MANUAL GERENCIAMENTO DOS DADOS E IMAGENS DO PACIENTE. AQUISIÇÃO E PÓS-PROCESSAMENTO: SELEÇÃO E PÓS-PROCESSAMENTO DE PROGRAMA DE ÓRGÃO; SELEÇÃO DE PARÂMETROS DO GERADOR, PARAMETRIZAÇÃO DO PRÉ-PROCESSAMENTO DE IMAGENS; VISUALIZAÇÃO DE MARCADORES DE IMAGEM. FUNÇÕES DE PROCESSAMENTO DE IMAGENS: ROTAÇÃO, INVERSÃO, ZOOM, JANELA, FILTRO, ANOTAÇÕES. DOCUMENTAÇÃO E ARQUIVO, DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA DE DADOS CONFIGURÁVEIS PELO USUÁRIO. SISTEMA/SOFTWARE DE COMPENSAÇÃO DE DENSIDADES; INVERSÃO POSITIVO/NEGATIVO; MEDIDAS DE DISTÂNCIA E ÂNGULO; ANOTAÇÕES SOBRE A IMAGEM. IMPRESSORA DRY (SECO) PARA USO EM MODALIDADES MÉDICAS PARA TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA, RESSONÂNCIA MAGNÉTICA, CR, DR. EQUIPAMENTO COM IMPRESSÃO DE TECNOLOGIA A SECO COM CARREGAMENTO DE FILMES EM MAGAZINES COM CAPACIDADE DE NO MÍNIMO 100 FILMES E RESOLUÇÃO MÍNIMA DE PELO MENOS 320 DPI COM UM SPOT SIZE DE 100MM PARA A IMAGEM FINAL. PRODUÇÃO DE NO MÍNIMO 70 FILMES/HORA 35X43CM, POSSUIR 2 BANDEJAS DE ARMAZENAMENTO ON-LINE DO sistema (qualquer TAMANHO DE FILME EM CADA BANDEJA). O EQUIPAMENTO DEVERÁ SER DICOM NATIVO, OU SEJA, SEM A NECESSIDADE DE ACESSÓRIOS EXTERNOS (PRINT SERVER) PARA CONVERSÃO DO SINAL AO PADRÃO DICOM 3.0; PERMITIR CONEXÃO COM MODALIDADES ATRAVÉS DO PROTOCOLO DICOM 3.0 E ETHERNET TCP/IP; NOBREAK COMPATÍVEL COM O SISTEMA DE NO MÍNIMO 2 KWA

Maiores informações poderão ser obtidas pelos fones (066) 3486-4400 ou através do e-mail licitacao@pedrapreta.mt.gov.br junto à Comissão Permanente de Licitação.

PEDRA PRETA - MT, 18 DE MARÇO DE 2022.

KESIA CRISTINA NUNIS DE CASTRO

Chefe do Departamento de Licitação e Contratos

Portaria nº 527/2021 de 26 de Agosto de 2021

SEXTO ADITIVO AO CONTRATO Nº 013/2019 - LIONS TUR TRANSPORTES LTDA

SEXTO ADITIVO AO CONTRATO N.013/2019.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA.	
CONTRATADO: LIONS TUR TRANSPORTES LTDA	
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 004/2018	**DATA: 15/03/2022**

OBJETO:O presente termo aditivo tem por objetivo a prorrogação para mais **12 (doze)** meses, estendendo-se de 20/03/2022 até 20/03/2023. - O Reequilíbrio Financeiro do quantitativo inicialmente pactuado no item 9, 11, 12, 13, 14 e 15 motivado pela empresa Licitante e por e interesse da Administração, nos termos do item 12.1 do contrato;	
VIGÊNCIA: 20/03/2022 até 20/03/2023	

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 040/2022 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2021

18 DE MARÇO DE 2022

Dispõe sobre convocação de aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 01/2021.

NELSON ANTONIO ORLATO, Prefeito Municipal de *Pedra Preta*, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas;

CONSIDERANDO a necessidade de continuidade dos serviços públicos e o princípio da Supremacia do Interesse Público;

CONSIDERANDO o oficio nº 162/2022/SME

CONSIDERANDO a homologação do Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado n.º 001/2021 realizada por meio do Decreto nº 043/2021, de autoria do Executivo Municipal, Publicado no diário oficial da AMM na data de 22/03/2021, **TORNA PÚBLICO** o presente Edital, ficando **CONVOCADOS** os candidatos abaixo relacionados a comparecerem na sede da Prefeitura Municipal de Pedra Preta – MT, situada na Avenida Fernando Correa da Costa, 940, Centro, cidade de Pedra Preta, **no prazo máximo de 05 (cinco) dias**, munidos dos documentos necessários à comprovação dos requisitos para provimento do cargo pleiteado, conforme estabelecido no **EDITAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2021,** sob pena de ser considerado como desistente, perdendo a respectiva vaga, podendo à Prefeitura convocar o candidato imediatamente posterior.

CANDIDATOS CONVOCADOS:

AGENTE DE VIGILÂNCIA/SEDE

Inscrição	NOME	POSIÇÃO
0012170	ROBERTO CARLOS RAMIL	51º
0012560	FLAVIO GONÇALVES BORGES	52º
0010850	LUIZ CLAUDIO BIBIANO DA SILVA OLIVEIRA	53º

Justificativa: Para atender as necessidades das unidades de ensino relacionadas, tendo em vista que a solicitação está baseada na desistência de alguns celetistas convocados anteriormente:

01 vaga CMEI Professor José Luiz Bárbara Filho

01 vaga Escola Municipal Luciana Garcia Duran

01 vaga Escola Municipal Professora Ivonne Tramarim de Oliveira

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA - MT

AOS DEZOITO DIAS DO MÊS DE MARÇO DO ANO DE 2022

NELSON ANTONIO ORLATO

Prefeito Municipal

TORNAR SEM EFEITO A PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO CONTRATO 117/2021.

TORNAR SEM EFEITO A PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO CONTRATO 117/2021.

TORNAR SEM EFEITO A PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO CONTRATO 117/2021.

A Prefeitura Municipal de Pedra Preta através do Setor de Licitações e Contratos torna público para conhecimento dos interessados que decidiu tornar sem efeito a Publicação do Extrato do Contrato nº 116/2021. Data da Circulação: Diário Oficial Eletrônico do Município, endereço https://www.pedrapreta.mt.gov.br/, publicado no dia 20 de dezembro de 2021 (segunda-feira).

Késia Cristina Nunes de Castro

Chefe de Licitação

Portaria n° 527/2021

TERMO DE RETIFICAÇÃO – DO EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL 002/2022

TERMO DE RETIFICAÇÃO –

DO EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL 002/2022

EDITAL DE LICITAÇÃO**: PREGÃO PRESENCIAL 002/2022.**

TIPO DE LICITAÇÃO**: MENOR PREÇO POR ITEM.**

OBJETO: **Prestação de serviços de confecção de prateleiras e carrinho de carga para atender as necessidades do Almoxarifado Central, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no edital e seus anexos.**

O Prefeito Municipal de Pedra Preta - MT, no uso de suas atribuições legais, regimentais e com fundamento na Lei 8.666/1993 e suas alterações posteriores, a vista do **TERMO DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL PREGÃO PRESENCIAL 002/2022.**

No uso do princípio da **AUTO TUTELA**, a Administração Pública exerce controle sobre seus próprios atos, tendo a possibilidade de anular os ilegais e de revogar os inoportunos.

Portanto Administração podendo exercer o controle da legalidade de seus atos, decide **RETIFICAR** o **PREGÃO PRESENCIAL 002/2022.**

ONDE SE LÊ:

1.3. RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES: Data: 23/03/2022, Horário: 08h00min, Endereço: Prefeitura Municipal de Pedra Preta, Estado de Mato Grosso, Avenida Fernando Correa da Costa, n.º 940, CEP: 78.795-000, Bairro: Centro – Setor de Licitações.

LEIA-SE:

1.3. RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES: Data: 23/03/2022, Horário: 13h00min, Endereço: Prefeitura Municipal de Pedra Preta, Estado de Mato Grosso, Avenida Fernando Correa da Costa, n.º 940, CEP: 78.795-000, Bairro: Centro – Setor de Licitações.

PEDRA PRETA, 18 DE MARÇO DE 2022.

Késia Cristina Nunis de Castro

Chefe do Departamento de Licitação e Contratos

Portaria nº 527/2021 de 26 de Agosto de 2021

FERNANDO ARANTES CORRÊA DA COSTA

Gestor de Pregão e Ata de Registro de Preços

Portaria Nº. 409/2021

AVISO DE REABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL SRP N°. 027/2021

AVISO DE REABERTURA DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL SRP N°. 027/2021

O departamento de Licitação da Prefeitura Municipal de Pedra Preta, no uso de suas atribuições legais, torna público que fará realizar a licitação a seguir caracterizada:

MODALIDADE: **PREGÃO PRESENCIAL SRP**

OBJETO: **"Registro de Preço para futura e eventual Contratação de empresa especializada em Limpeza de caixas d'água, limpeza de fossas, limpeza de caixas de gordura e controle de pragas, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no edital e seus anexos."**

ONDE SE LÊ:

1.3. RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES: Data: **03/02/2022**, Horário: **08h00min**, Endereço: Prefeitura Municipal de Pedra Preta, Estado de Mato Grosso, Avenida Fernando Correa da Costa, n.º 940, CEP: 78.795-000, Bairro: Centro – Setor de Licitações.

E TAMBÉM

9.2 DOCUMENTAÇÕES QUANTO À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.

A documentação relativa à Qualificação Técnica consistirá na apresentação dos seguintes documentos:

9.2.1. Apresentar no mínimo 01 (um) Atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, para as quais tenha fornecido bens com características semelhantes às do objeto desta licitação, com as especificações técnicas, quantitativos e demais características capazes de aferir efetivamente a capacidade técnica do licitante.

9.2.2. Se o atestado de capacidade for fornecido por empresa privada, o mesmo deverá ter assinatura reconhecida em cartório.

LEIA-SE:

1.3. RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES: Data: **01/04/2022**, Horário: **13h00min**, Endereço: Prefeitura Municipal de Pedra Preta, Estado de Mato Grosso, Avenida Fernando Correa da Costa, n.º 940, CEP: 78.795-000, Bairro: Centro – Setor de Licitações.

E TAMBÉM

9.2 DOCUMENTAÇÕES QUANTO À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.

A documentação relativa à Qualificação Técnica consistirá na apresentação dos seguintes documentos:

9.2.1. Apresentar no mínimo 01 (um) Atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, para as quais tenha fornecido bens com características semelhantes às do objeto desta licitação, com as especificações técnicas, quantitativos e demais características capazes de aferir efetivamente a capacidade técnica do licitante;

9.2.2. Se o atestado de capacidade for fornecido por empresa privada, o mesmo deverá ter assinatura reconhecida em cartório;

9.2.3. Alvará da Vigilância Sanitária Municipal, Estadual ou Federal emitida pelo órgão competente;

9.2.4. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente;

9.2.5. Responsável técnico habilitado pela função;

9.2.6. Cadastro Técnico Federal (emitido pelo IBAMA);

9.2.7. LICENCA OPERACIONAL AMBIENTAL (LO) em nome da Licitante;

Maiores informações poderão ser obtidas pelos fones (066) 3486-4400 ou através do e-mail licitacao@pedrapreta.mt.gov.br junto à Comissão Permanente de Licitação.

PEDRA PRETA - MT, 18 DE MARÇO DE 2022.

KESIA CRISTINA NUNIS DE CASTRO

Chefe do Departamento de Licitação e Contratos

Portaria nº 527/2021 de 26 de Agosto de 2021

QUARTO ADITIVO AO CONTRATO Nº 035/2019 - PELEGRINO E CIA LTDA - EPP

QUARTO ADITIVO AO CONTRATO N.035/2019.

CONTRATANTE:PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA.	
CONTRATADO: PELEGRINO E CIA LTDA - EPP	
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2019	**DATA: 11/03/2022**
OBJETO:O presente termo aditivo tem por objetivo o aditivo no valor de R$ 942,68; Referente ao aditivo no valor da mensalidade pela inclusão de 01 (uma) unidade escolar, passando o valor mensal para R$ 9.426,83 (Nove mil quatrocentos e vinte e seis reais e oitenta e três centavos), conforme Clausula Décima Sexta do Contrato Original.	
DOTAÇÃO: 07.001.12.122.0015.2139.339039.0000 07.001.12.361.0013.2029.339039.0000 07.001.12.365.0014.2034.339039.0000	

LEI Nº 1.343/2022 - AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL NO ORÇAMENTO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS

DE 18 DE MARÇO DE 2022.

Autoriza o Poder Executivo a abertura de crédito adicional no orçamento vigente, e dá outras providencias;

NELSON ANTONIO ORLATO, Prefeito Municipal de Pedra Preta, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei.

FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DECRETA E ELE SANCIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica autorizado a abertura de Crédito Adicional Suplementar no orçamento vigente, Lei Municipal nº 1.323/2021, no valor de R$ 1.337. 208,00 (Um milhão trezentos e trinta e sete mil duzentos e oito reais), a ser consignado nas seguintes Dotações Orçamentárias:

Projeto/Atividade: 1006 – Aquis de Veículo Equip.e Mat. Permanente

01.001.01.031.0003.1006-4.4.90.52.00.00 Equipamento e Material Permanente 200.000,00

Projeto/Atividade: 1007 – Aquisição de Veículo

01.001.01.031.0003.1007-4.4.90.52.00.00 Equipamento e Material Permanente 200.000,00

Projeto/Atividade: 1008 – Reforma e Ampliação do prédio do Poder Legislativo

01.001.01.031.0003.1008-339030.00.00 Material de Consumo 15.000,00

01.001.01.031.0003.1008-339036.00.00 Outros Serv. Terceiros - Pessoa Física 15.000,00

01.001.01.031.0003.1008-339039.00.00 Outros Serv. Terceiros - Pessoa Jurídica 15.000,00

01.001.01.031.0003.1008-4.4.90.51.00.00 Obras e Instalações 15.000,00

Projeto/Atividade: 2033 – Manutenção das Atividades da Câmara Municipal

01.001.01.031.0003.2033-319011.00.00 Venc. e Vant. Fixas _ Pessoal Civil 400.000,00

01.001.01.031.0003.2033-319013.00.00 Obrigações Patronais 105.000,00

01.001.01.031.0003.2033-339014.00.00 Diárias Civil 10.000,00

01.001.01.031.0003.2033-339030.00.00 Material de Consumo 52.208,00

01.001.01.031.0003.2033-339035.00.00 Serviços de Consultoria 50. 000,00

01.001.01.031.0003.2033-339036.00.00 Outros Serv. Terceiros - Pessoa Física 40.000,00

01.001.01.031.0003.2033-339039.00.00 Outros Serv. Terceiros - Pessoa Jurídica 60.000,00

01.001.01.031.0003.2033-339040.00.00 Serv. de Tecnologia da Inf. e Comunicação - Pessoa Jurídica 30.000,00

Projeto/Atividade: 2035 – Manutenção do Gabinete do Presidente

01.001.01.031.0003.2035-319011.00.00 Venc. e Vant. Fixas _ Pessoal Civil 90.000,00

01.001.01.031.0003.2035-319013.00.00 Obrigações Patronais 20.000,00

01.001.01.031.0003.2035-339039.00.00 Outros Serv. Terceiros - Pessoa Jurídica 20.000,00

Total 1.337.208,00

Art. 2º Para amparar os créditos abertos no artigo anterior, serão utilizados os recursos:

a) **R$ 1.337.208,00 (Um milhão trezentos e trinta e sete mil duzentos e oito reais)** com base aos recursos mencionados no Art. 43, inciso III da Lei Federal nº. 4.320/1964, provenientes da anulação total e ou parcial das seguintes dotações orçamentárias:

Projeto/Atividade: 1001 – Realização de Reforma e Atualização de PCCS

03.001.04.122.0001.1001 – 33.90.39.00.00 – Outros Serv. Terc. Pessoa Jurídica 120.000,00

Projeto/Atividade: 1004 – Realização de Reforma Administrativa

03.001.04.122.0001.1004– 33.90.39.00.00 – Outros Serv. Terc. Pessoa Jurídica 50.000,00

Projeto/Atividade: 2001 – Regularização Fundiária

03.001.04.122.0001.2001 – 33.90.39.00.00 – Outros Serv. Terc. Pessoa Jurídica 150.000,00

Projeto/Atividade: 2009 – Manutenção das Atividades da Secretaria Administração

03.001.04.122.0001.2009 – 31.90.11.00.00 – Vencimentos e Vant. Pessoal Civil 500.000,00

Projeto/Atividade: 2025 – Manutenção das Atividades da Secretaria Obras

05.001.04.122.0001.2025 – 31.90.11.00.00 – Vencimentos e Vant. Pessoal Civil 300.000,00

Projeto/Atividade: 2025 – Manutenção das Atividades da Secretaria

05.001.04.122.0001.2025 – 33.90.30.00.00 – Material de Consumo 217.208,00

TOTAL 1.337.208,00

Art. 3º Autoriza à inclusão da programação orçamentária que trata o artigo 1º desta lei, ao Anexo de Metas e Prioridades da Lei Municipal n°. 1.280/2021, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2022 - LDO, e na Lei Municipal nº. 1.322/2021, Plano Plurianual 2022/2025.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Lei nº 1.342 de 16 de março de 2022.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA-MT.

AOS DEZOITO DIAS DO MÊS DE MARÇO DO ANO DE 2022.

NELSON ANTONIO ORLATO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

TERMO DE CONVÊNIO N° 005/2022.

TERMO DE CONVÊNIO N° 005/2022

TERMO DE CONVÊNIO QUE CELEBRAM O MUNICIPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO E O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO, PARA OS FINS QUE ESPECIFICAM.

O **MUNICIPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO – ESTADO DE MATO GROSSO,** entidade de direito publico interno, devidamente inscrito no CNPJ sob o n° 03.238.631/0001-31, com sede na Prefeitura Municipal, localizada na Rua Ministro César Cals, n 226, Centro, na Cidade de Peixoto de Azevedo/MT,neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, brasileiro, casado, empresário, portador da CI RG n° 3.462.335-0-SSP/PR, inscrito no CPF sob n° 408.557.409-49, residente e domiciliado na Avenida Itamar Dias, nº 363, Bairro Centro Novo, na Cidade de Peixoto de Azevedo/MT, denominado de **CONCEDENTE**, e o **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SÁUDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO,** associação pública sem fins lucrativos, inscrito no CNPJ sob o n° 02.997.711/0001-08, com sede a Travessa Bartolomeu Dias, n° 269, Bairro Alvorada, na Cidade de Peixoto de Azevedo/MT, neste ato representado pelo Presidente, o Sr. **PASCOAL ALBERTON**, brasileiro, casado, portador da CIRG n° 3.700.571-1, SSP/PR, inscrito no CPF sob n° 502.469.339-68, residente e domiciliado na Rua das Mangueiras, n° 161, Bairro Centro, na Cidade de Terra Nova do Norte/MT, ora denominado de **CONVENENTE** resolvem celebrar o presente Convênio conforme as cláusulas a seguir explicitadas, ficando, desde já, o presente instrumento vinculado às normas legais vigentes, em especial à Lei nº11.107, de 6 de abril de 2006 e ao Decreto nº6.017, de 17 de janeiro de 2007, e, no que couber, à Lei nº8.666/93.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO.

1.1. Constitui objeto do presente Convênio a consecução das ações previstas em Lei, que autoriza o ingresso no Consórcio, bem como das demais normas estatutárias aos serviços de assistência a saúde a ser realizado pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto, do qual ser refere à ***FINALIDADE DE REPASSE DE RECURSO FINANCEIRO AO CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO PARA REALIZAÇÃO DE CUSTEIO, MANUTENÇAO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS JUNTO AO HOSPITAL REGIONAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO.***

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR.

2. A fixação do valor total será de aproximadamente R$1.844.480,88(um milhão, oitocentos e quarenta e quatro mil, oitocentos e quarenta reais e oitenta e oito centavos), a ser pago em 10 (dez) parcelas mensais.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA FORMA DE PAGAMENTO.

3. O valor do presente Convênio, constante na clausula segunda, será pago até o ultimo dia de cada mês impreterivelmente. Sendo que a parcela do mês de março do ano de 2022 será no valor de 461.120,22 (quatrocentos e sessenta e um mil, cento e vinte reais e vinte e dois centavos) e as demais parcelas serão de R$ 153.706,74(cento e cinquenta e três mil, setecentos e seis reais e setenta e quatro centavos) cada uma, conforme Plano de trabalho.

PARAGRAFO ÚNICO: O valor das parcelas mensais, conforme consta na clausula segunda, ***será depositado na conta corrente n°10.315-2 agência 5916-1 do Banco do Brasil S/A de titularidade do Consorcio Intermunicipal de Saúde a Região do Vale do Peixoto.***

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO.

4. O valor a ser pago mensalmente pela concedente à Convenente correrá à conta da dotação orçamentária abaixo especificada.

ÓRGÃO 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE 001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

FUNÇÃO 10 – SAÚDE

SUBFUNÇÃO 302 – ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL

PROGRAMA 0019 – ATENDIMENTO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

PROJ/ATIVIDADE 20.460 – MANUTENÇÃO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE

DOTAÇÃO 570 - 3371.70.00 – RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSORCIO PÚBLICO

FONTE DE RECURSO 15001002 – RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS – SAÚDE.

CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO.

5. O presente Convênio terá sua vigência contada a partir da data de sua assinatura até **31 DE DEZEMBRO DE 2022,** podendo ser aditivado em comum acordo das partes**.**

5.1. O CONCEDENTE prorrogará "de ofício" a vigência deste Termo de Convênio, quando der causa ao atraso na liberação dos recursos, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado.

CLÁUSULA SEXTA – DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO.

6. O presente Convênio poderá ser:

I - denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença.

II - rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:

a) utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;

b) inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;

c) constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado; e d) verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

Parágrafo Único. A rescisão do Convênio, quando resulte dano ao erário, ensejará a instauração de Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESTITUIÇÃO DE RECURSOS.

7. Quando da conclusão do objeto pactuado, da denúncia, da rescisão ou da extinção deste Convênio, o CONVENENTE, no mesmo prazo estabelecido para a prestação de contas, sob pena de imediata instauração de Tomada de Contas Especial, obriga-se a recolher em favor do Concedente:

I - o eventual saldo remanescente dos recursos financeiros, inclusive o proveniente das receitas obtidas nas aplicações financeiras realizadas e não utilizadas no objeto pactuado, ainda que não tenha havido aplicação, informando o número e a data do Convênio;

II - o valor total transferido pelo CONCEDENTE, atualizado monetariamente e acrescido de juros legais, na forma da legislação aplicável aos débitos para com a Fazenda Municipal, a partir da data de recebimento, nos seguintes casos:

a) quando não for executado o objeto do Convênio;

b) quando não for apresentada a prestação de contas no prazo fixado neste instrumento; e

c) quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida neste Convênio.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES.

8.1- Compete à concedente:

a) Efetuar o pagamento do valor mensal, conforme consignado na cláusula segunda, até o ultimo dia de cada mês, impreterivelmente.;

b) Acompanhar, fiscalizar e avaliar, sistematicamente, a execução do objeto deste Convênio, comunicando ao CONVENENTE quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos públicos ou outras pendências de ordem técnica ou legal, bem como suspender a liberação de recursos, fixando o prazo estabelecido na legislação pertinente para saneamento ou apresentação de informações e esclarecimentos;

c) Analisar a prestação de contas relativa a este Convênio, emitindo parecer conclusivo sobre sua aprovação ou não, além de avaliar os resultados alcançados, inclusive no que diz respeito à qualidade dos serviços conveniados com emissão de relatórios;

d) Notificar o CONVENENTE quando não apresentada a prestação de contas dos recursos aplicados ou constatada a má aplicação dos recursos públicos transferidos, e instaurar, se for o caso, a Tomada de Contas Especial.

8.2 – Compete ao Convenente:

a) Executar fielmente o objeto pactuado, de acordo com o Plano de Trabalho aprovados pelo CONCEDENTE, adotando todas as medidas necessárias à correta execução deste Convênio;

b) Aplicar os recursos discriminados no Plano de Trabalho exclusivamente no objeto do presente Convênio;

c) Executar e fiscalizar os trabalhos necessários à consecução do objeto pactuado no Convênio, inclusive os serviços eventualmente contratados, observando a qualidade, quantidade, prazos e custos definidos no Plano de Trabalho;

d) Assegurar, na sua integralidade, a qualidade técnica dos projetos e da execução dos produtos e serviços conveniados, em conformidade com as normas brasileiras e os normativos dos programas, ações e atividades, determinando a correção de vícios que possam comprometer a fruição do benefício pela população beneficiária, quando detectados pelo CONCEDENTE ou pelos órgãos de controle;

e) Submeter previamente ao CONCEDENTE qualquer proposta de alteração do Plano de Trabalho aprovado, na forma definida neste instrumento, observadas as vedações relativas à execução das despesas;

f) Manter e movimentar os recursos financeiros de que trata este Convênio em conta específica, aberta em instituição financeira oficial, federal ou estadual, inclusive os resultantes de eventual aplicação no mercado financeiro, aplicando-os, na conformidade do Plano de Trabalho e, exclusivamente, no cumprimento do seu objeto, observadas as vedações constantes neste instrumento relativas à execução das despesas;

g) Manter os comprovantes originais das despesas arquivados, em ordem cronológica, no próprio local em que forem contabilizados, à disposição dos órgãos de controle interno e externo, pelo prazo de 10 (dez) anos, contados da data em que foi aprovada a prestação de contas e na hipótese de digitalização, os documentos originais devem ser conservados em arquivo, pelo prazo de 5 (cinco) anos do julgamento das contas dos responsáveis concedentes pelo Tribunal de Contas, findo o qual poderão ser incinerados mediante termo;

i) Manter atualizada a escrituração contábil específica dos atos e fatos relativos à execução deste Convênio, para fins de fiscalização, acompanhamento e avaliação dos resultados obtidos;

j) Facilitar a supervisão e a fiscalização do CONCEDENTE, permitindo-lhe efetuar acompanhamento in loco e fornecendo, sempre que solicitado, as informações e os documentos relacionados com a execução do objeto deste Convênio, especialmente no que se refere ao exame da documentação relativa aos contratos celebrados;

k) Permitir o livre acesso de servidores do CONCEDENTE e dos órgãos de controle interno e externo, do fiscal e/ou comissão fiscalizadora, a qualquer tempo e lugar, aos processos, documentos e informações referentes a este Convênio, bem como aos locais de execução do respectivo objeto;

l) Apresentar a prestação de contas dos recursos recebidos por meio deste Convênio, no prazo e forma estabelecidos neste instrumento;

m) Apresentar todo e qualquer documento comprobatório de despesa efetuada à conta dos recursos deste Convênio, a qualquer tempo e a critério do CONCEDENTE, sujeitando-se, no caso da não apresentação no prazo estipulado na respectiva notificação, ao mesmo tratamento dispensado às despesas comprovadas com documentos inidôneos ou impugnados, nos termos estipulados neste Termo de Convênio;

n) Responsabilizar-se por todos os encargos de natureza trabalhista, fiscal, comercial e previdenciária, decorrentes de eventuais demandas judi-

ciais relativas a recursos humanos utilizados na execução do objeto deste Convênio, bem como por todos os encargos tributários ou extraordinários que incidam sobre o presente Instrumento;

p) Operar, manter e conservar adequadamente o patrimônio público gerado pelos investimentos decorrentes do Convênio, após sua execução, de modo a assegurar a sustentabilidade do projeto e atender as finalidades sociais às quais se destina;

p) Manter o CONCEDENTE informado sobre situações que eventualmente possam dificultar ou interromper o curso normal da execução do Convênio e prestar informações sobre as ações desenvolvidas para viabilizar o respectivo acompanhamento e fiscalização.

q) Permitir ao CONCEDENTE, bem como aos órgãos de controle interno e externo, o acesso à movimentação financeira da conta específica vinculada ao presente Convênio;

r) Ao tomar conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dar ciência aos órgãos de controle e, havendo fundada suspeita de crime ou de improbidade administrativa, cientificar o Ministério Público; e

s) Garantir a manutenção da capacidade técnica e operacional necessária ao bom desempenho das atividades.

t) Cumprir os dispositivos constitucionais e da jurisprudência nacional em relação às compras e contratações, em especial às pertinentes à Licitação Pública, quando for o caso.

CLÁUSULA NONA – DAS VEDAÇÕES.

9. É vedado ao CONVENENTE, sob pena de rescisão do ajuste:

I - Utilizar, ainda que em caráter emergencial, os recursos em finalidade diversa da estabelecida no Plano de Trabalho;

II – Vincular/pagar com recursos do presente convênio despesas realizadas em data anterior à vigência deste;

III - Efetuar pagamento em data posterior à vigência deste Termo de Convênio, salvo se expressamente autorizado pela autoridade competente do CONCEDENTE e desde que o fato gerador da despesa tenha ocorrido durante sua vigência;

IV – Atribuir vigência ou efeitos financeiros retroativos ao presente instrumento;

V - Realizar despesas com taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos, exceto no que se refere às multas, se decorrentes de atraso na transferência de recursos pelo CONCEDENTE, e desde que os prazos para pagamento e os percentuais sejam os mesmos aplicados no mercado;

VI – É expressamente vedada a realização de pagamento em espécie ou por meio de cheque;

VII – É vedada a realização de saques na conta deste convênio;

VIII – É vedada a movimentação de recursos financeiros por outros meios que não seja o eletrônico.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO.

10.1. Incumbirá ao CONCEDENTE exercer as atribuições de acompanhamento, fiscalização e avaliação das ações constantes no Plano de Trabalho, de forma suficiente para garantir a plena execução do objeto, sendo a Comissão de Monitoramento e Avaliação a responsável por desempenhar este papel, conforme Portaria nº 388 de 03 de março de 2022.

10.2. O CONVENENTE é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução deste convênio, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONCEDENTE.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS ALTERAÇÕES.

11. Será objeto de Termo Aditivo qualquer alteração julgada necessária pelos signatários, do presente Convênio.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS PARCIAL E FINAL.

12.1. A Prestação de Contas Parcial deverá ser apresentada, TRIMESTRALMENTE, e deverá ocorrer em até 30 (trinta) dias após o pagamento da última parcela repassada, acompanhada dos seguintes documentos:

I – Relatório de Execução do Objeto;

II – Documentos comprobatórios da execução do objeto (notas fiscais, comprovantes de pagamentos e outros documentos pertinentes);

II – Relatório de Execução Financeira;

III – Extratos Bancários;

IV – Relatório de Gestão das ações executadas com os recursos repassados por meio do presente convênio.

12.1.2. – Deverá constar nos documentos comprobatórios destacados no inciso II referência expressa ao presente convênio.

12.2. A Prestação de Contas Final deverá ser apresentada até o dia 31 de janeiro do ano subsequente, e compreenderá a apresentação dos seguintes documentos: Relatório de Execução do Objeto; Relatório de Execução Financeira; Extratos Bancários e Relatório de Gestão das ações executadas com os valores repassados por meio do presente convênio referentes às parcelas repassadas no último trimestre, bem como compreenderá relatório consolidado das prestações de contas dos trimestres anteriores.

§1º - Quando a prestação de contas não for encaminhada no prazo estabelecido neste instrumento, o CONCEDENTE estabelecerá o prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias para sua apresentação, ou recolhimento dos recursos, incluídos os rendimentos da aplicação no mercado financeiro, atualizados monetariamente e acrescidos de juros de mora, na forma da lei

§2º - Se o CONVENENTE não apresentar a prestação de contas, nem devolver os recursos, o CONCEDENTE registrará a inadimplência por omissão do dever de prestar contas, e instaurará Tomada de Contas Especial sob aquele argumento e adoção de outras medidas para reparação do dano ao erário;

§3º - O CONCEDENTE deverá registrar o recebimento da prestação de contas, cuja análise será oportunamente com base na documentação apresentada, não se equiparando a auditoria contábil, e terá por fim atestar ou não a conclusão da execução do objeto, bem como a verificação dos documentos relacionados.

§4º - O CONVENENTE deverá ser notificado previamente sobre as irregularidades apontadas na análise da prestação de contas;

§5º - Caso a prestação de contas não seja aprovada, exauridas todas as providências cabíveis para regularização da pendência ou reparação do dano, o CONCEDENTE, registrará o fato no processo e adotará as providências necessárias à instauração da Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA EXTINÇÃO.

13. O presente Convênio poderá ser extinto de comum acordo pelas partes signatárias, ou unilateralmente, mediante notificação da Concedente à Convenente, com prazo nunca inferior a 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- DO FORO.

14. Fica eleito o Foro da Comarca de Peixoto de Azevedo/MT para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente Convênio.

Por estarem as partes de acordo e conveniadas, assinam o presente Termo de Convênio em 02 (duas) vias de iguais teor e forma na presença de 02 (duas) testemunhas.

Peixoto de Azevedo-MT, 03 de março de 2022.

_____

O MUNICIPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO

MAURICIO FERREIRA DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL/ CONCEDENTE

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO

PASCOAL ALBERTON

PRESIDENTE/PROPONENTE

POLÍTICA ANUAL DE INVESTIMENTOS - PREVIPAZ

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE

PEIXOTO DE AZEVEDO-MT

2022

PREVI-PAZ

ÍNDICE

1 - INTRODUÇÃO **5**

2 - OBJETIVOS DA GESTÃO *7*

2 . 1 - META ATUARIAL 7

2 . 2 - PARÂMETROS DE RENTABILIDADE..... 10

3 - GESTÃO DOS RECURSOS..... *14*

3 . 1 - FORMAS DE GESTÃO..... *14*

3 . 2 - CERTIFICAÇÃO INSTITUCIONAL E CATEGORIA DE INVESTIDOR..... 14

3 . 3 - GOVERNANÇA CORPORATIVA..... *18*

3 . 3 . 1 - ESTRUTURA DA GESTÃO DE INVESTIMENTOS..... 18

3 . 3 . 2 - COMPETÊNCIA DOS ORGÃOS ENVOLVIDOS..... 20

3 **.** 4 - ORIGEM DOS RECURSOS..... *22*

3 . 5 - SEPARAÇÃO DOS RECURSOS ACUMULADOS (Provisão de Caixa)..... 22

3 . 6 - POLÍTICA DE TRANSPARÊNCIA..... 24

3 . 7 - GERENCIAMENTO E ANÁLISE DE RISCOS..... 25

3 . 8 - CLASSIFICAÇÃO DE RISCO DE CRÉDITO (Análise de Rating)..... 26

3 . 9 - RESTRIÇÃO E LIMITAÇÃO DE INVESTIMENTOS AOS RPPS..... 28

3 . 9 . 1 - RESTRIÇÃO, VEDAÇÃO E LIMITAÇÃO DA GESTÃO DE INVESTIMENTOS DO RPPS 34

3 . 10 - PRECIFICAÇÃO E CUSTÓDIA..... 35

3 . 11 - CONTRATAÇÕES DE PRESTADORES DE SERVIÇOS E CONSULTORIAS DE INVESTIMENTOS 36

3 . 11 . 1 - PRESTADOR DE SERVIÇO (CUSTODIANTE)..... *37*

3 **.** 11 . 2 - PRESTADOR DE SERVIÇO (CONSULTORIAS DE INVESTIMENTOS)..... *37*

3 . 12 - CREDENCIAMENTO DAS INSTITUIÇÕES E FUNDOS DE INVESTIMENTO E SUA ATUALIZAÇÃO 38

3 **.** 12 . 1 - INSTITUIÇÕES 38

3 . 12 **.** 2 - FUNDOS DE INVESTIMENTO**.....** 39

3 . 12 **.** 3 - TERMO DE ANÁLISE DE CREDENCIAMENTO..... 41

3 . 12 **.** 4 - ATESTADO DE CREDENCIAMENTO**.....** 42

4 - ANÁLISE MACROECONÔMICA, FINANCEIRA, POLÍTICA E INSTRUMENTOS	
DE GESTÃO	**43**
4 . 1 - CENÁRIO MACROECONÔMICO E FINANCEIRO E ANÁLISES SETORIAIS:	
PERSPECTIVAS PARA OS INVESTIMENTOS	**43**
4 . 1 . 1 - ANÁLISE MACROECONÔMICA INTERNA	**43**
4 . 1 . 2 - ANÁLISE MACROECONÔMICA EXTERNA	**44**
4 . 1 . 3 - INFLAÇÃO	**44**
4 . 1 . 4 - INSTRUMENTO DE ANÁLISE ECONÔMICA	**47**
4 . 2 - AVALIAÇÃO DOS ASPECTOS INTERNOS DO RPPS	**49**
4 . 2 . 1 - SITUAÇÃO ATUAL DO RPPS – EQUILÍBRIO FINANCEIRO	**E**
ATUARIAL	**49**
4 . 2 . 2 - CONTEXTO ECONÔMICO E POLÍTICO	**51**
4 . 3 - METODOLOGIA E INSTRUMENTOS DE ANÁLISE DE RISCOS	**51**
4 . 4 - ALM – ASSET LIABILITY MANAGEMENT	**52**

5 - ESTRATÉGIAS DE ALOCAÇÃO DOS RECURSOS DE 2022	55
5 . 1 - RENDA FIXA	56
5 . 1 . 1 - TÍTULOS PÚBLICOS	56
5 . 1 . 2 - FUNDOS DE RENDA FIXA, COMPOSTOS 100% EM TÍTULOS PÚBLICOS OU	

OPERAÇÕES COMPROMISSADAS 57

5 . 1 . 3 - FUNDOS DE ÍNDICE DE MERCADO DE RENDA FIXA, COMPOSTOS 100% EM TÍTULOS PÚBLICOS OU OPERAÇÕES COMPROMISSADAS 58

5 . 1 . 4 - OPERAÇÕES COMPROMISSADAS COM TÍTULOS PÚBLICOS. 59

5 . 1 . 5 - FUNDOS DE RENDA FIXA 60

5 . 1 . 6 - FUNDOS EM ÍNDICES DE MERCADO DE RENDA FIXA 61

5 . 1 . 7 - ATIVOS FINANCEIROS DE RENDA FIXA 62

5 . 1 . 8 - FIDC - FUNDOS EM DIREITOS CREDITÓRIOS 63

5 . 1 . 9 - FUNDOS DE RENDA FIXA DE CRÉDITO PRIVADO 64

5 . 1 . 10 - FUNDOS DE RENDA FIXA COMPOSTOS 85% DE DEBÊNTURES 65

5 . 2 - RENDA VARIÁVEL			66
	5 . 2 . 1 - FUNDOS DE INVESTIMENTO EM AÇÕES		67
	5 . 2 . 2 - FUNDOS EM ÍNDICES DE MERCADO DE RENDA VARIÁVEL		68
5 . 3 - INVESTIMENTO ESTRUTURADO			69
	5 . 3 . 1 - FUNDOS DE INVESTIMENTO MULTIMERCADOS		70

5 . 3 . 2 - FUNDOS DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES			71
5 . 3 . 3 - FUNDOS DE INVESTIMENTO AÇÕES - MERCADO DE ACESSO			72
5 . 4 - FUNDOS IMOBILIÁRIOS			73
	5 . 4 . 1 - FUNDOS DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIOS		74
5 . 5 - INVESTIMENTOS NO EXTERIOR			75
	5 . 5 . 1 - FUNDOS DE INVESTIMENTOS - RENDA FIXA - DÍVIDA EXTERNA		76
	5 . 5 . 2 - FIC - ABERTO - INVESTIMENTO NO EXTERIOR		77
	5 . 5 . 3 - FUNDOS DE AÇÕES - BDR NÍVEL I		78
5 . 6 - EMPRÉSTIMO CONSIGNADO			79
	5 . 6 . 1 - EMPRÉSTIMO CONSIGNADO		80
5 . 7 - RESUMO DAS ESTRATÉGIAS DE ALOCAÇÃO			81
5 . 8 - LIMITE DE ALOCAÇÃO POR BENCHMARK			82

6 - CLASSIFICAÇÃO DE PERFIL DE INVESTIDOR 84

7 - ADERÊNCIA DAS METAS AO PERFIL DA CARTEIRA DO RPPS E DAS OBRIGAÇÕES DO PLANO 86

7 . 1 - ADERÊNCIA DAS METAS AO PERFIL DA CARTEIRA 86

7 . 2 - ADERÊNCIA DAS OBRIGAÇÕES PREVIDENCIÁRIAS DO PLANO 87

8 - CONSIDERAÇÕES FINAIS 89

8 . 1 - MEMBROS DO COMITÊ DE INVESTIMENTO 91

8 . 2 - MEMBROS DO CONSELHO CURADOR 92

8 . 3 - MEMBROS DO CONSELHO DE FISCALIZAÇÃO 94

9 - ANEXO 95

9 . 1 - RESUMO DAS ESTRATÉGIAS DE ALOCAÇÃO DOS RECURSOS 95

9 . 2 - TERMO DE ANÁLISE DE CREDENCIAMENTO SIMPLIFICADO 96

9 . 3 - TERMO DE ANÁLISE DE CREDENCIAMENTO COMPLETO 98

9 . 4 - ATESTADO DE CREDENCIAMENTO COMPLETO 101

9 . 5 - TERMO DE ANÁLISE E CADASTRO DO DISTRIBUIDOR 102

9 . 6 - ANÁLISE DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS 104

1 – INTRODUÇÃO

O presente documento objetiva estabelecer as diretrizes e linhas gerais de procedimentos, que nortearão os investimentos do RPPS - Regime Próprio de Previdência Social do Município de PEIXOTO DE AZEVEDO-MT, PREVI-PAZ, com foco no cumprimento da Meta Atuarial, definida para o ano de 2022, tendo em consideração o cenário macroeconômico esperado.

O Artigo 4 da Resolução CMN 4.963 de 26 de novembro de 2021, estabelece que os responsáveis pela gestão dos RPPS, **antes do exercício a que se referir**, deverão definir a Política Anual de Aplicação dos Recursos (**PAI - Política Anual de Investimentos).**

Respeitados os limites e regulamentos definidos pela CMN - Conselho Monetário Nacional, por meio da Resolução CMN 4.963/2021, a distribuição proposta para os recursos, nas modalidades de aplicações existentes no mercado financeiro, visa otimizar o retorno desses investimentos e assegurar a sustentabilidade do plano de benefícios dos RPPS.

No tocante a gestão de investimentos, o art. 1º § 1º da Resolução CMN 4.963/2021, de 26 de novembro de 2021, determina aos responsáveis pela gestão do RPPS, observar os seguintes princípios:

I - *observar os princípios de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez, motivação, adequação à natureza de suas obrigações e transparência;*

II *- exercer suas atividades com boa fé, lealdade e dilig ência;* ***III*** *- zelar por elevados padrões éticos;*

IV *- adotar regras, procedimentos e controles internos que visem garantir o cumprimento de suas obrigações, respeitando a política de investimentos estabelecida, observados os segmentos, limites e demais requisitos previstos nesta Resolução e os parâmetros estabelecidos nas normas gerais de organização e funcionamento desses regimes, em regulamentação da Secretaria de Previdência;*

Além disso, o art. 1º, § 2º da Resolução CMN 4.963/2021, determina que, para assegurar o cumprimento dos princípios acima, os responsáveis pela gestão do Regime Próprio de Previdência Social e os demais participantes do processo decisório dos investimentos deverão comprovar experiência profissional e conhecimento técnico conforme requisitos estabelecidos nas normas gerais desses regimes (como a Lei 9.717/1997 e a Portaria MPS 519/2011, entre outras).

O **PAI** e suas possíveis revisões, deverão ser aprovadas pelo órgão superior competente, antes de sua implementação, conforme exige o **Artigo 5 da Resolução CMN 4.963/2021.**

2 – OBJETIVOS DA GESTÃO

II **– META ATUARIAL**

Conforme consta na Avaliação Atuarial e na Portaria MF nº 464/2018, as Provisões Matemáticas Previdenciárias precisam ser capitalizadas no mercado financeiro, no intuito de manter o seu poder de compra, no momento que estas Provisões retornarem para os Segurados, no ato da concessão de Benefício. Para a manutenção do poder de compra dos recursos previdenciário é estabelecida uma Taxa Real de Juros a ser alcançada, chamada de **META ATUARIAL.**

Conforme exigência da **Portaria MF nº 464/2018**, a Taxa Real de Juros (Meta Atuarial) deverá ser definida, através de cálculos da Duração do Passivo Previdenciário que seguirão uma metodologia chamada **Estrutura a Termo de Taxa de Juros Média**, calculada sobre o Fluxo Atuarial da Avaliação Atuarial, conforme a **Instrução Normativa SPREV nº 02/2018.**

A Estrutura a Termo de Taxa de Juros Média, calculará um índice (pontos), que servirá como parâmetro para a definição da Taxa Real de Juros (Meta Atuarial) que será definida em uma escala entre **2,60%** a **5,04%,** conforme o **ANEXO I**, da **Portaria ME nº 6.132 de 25 de maio de 2021.**

ANEXO I, da Portaria nº 6.132/2021

Pontos *(em anos)*	**Taxa de Juros Parâmetro (% a.a.)**
1,0	2,60
1,5	2,90
2,0	3,24
2,5	3,52
3,0	3,74
3,5	3,91
4,0	4,05
4,5	4,15
5,0	4,24
5,5	4,31
6,0	4,38
6,5	4,43
7,0	4,47
7,5	4,51
8,0	4,55
8,5	4,58
9,0	4,61
10,0	4,66
10,5	4,68
11,0	4,71
11,5	4,72
12,0	4,74
12,5	4,76
13,0	4,77
13,5	4,79
14,0	4,80
14,5	4,81
15,0	4,83
15,5	4,84
16,0	4,85
16,5	4,86
17,0	4,87
17,5	4,88
18,0	4,88
18,5	4,89
19,0	4,90

De 19,50 a 20,0	4,91
20,5	4,92
De 21,0 a 21,5	4,93
De 22,0 a 22,5	4,94
De 23,0 a 23,5	4,95
De 24,0 a 24,5	4,96
De 25,0 a 26,0	4,97
De 26,5 a 27,0	4,98
De 27,5 a 29,0	4,99
De 29,5 a 30,5	5,00
De 31,0 a 33,0	5,01
33,5	5,02
De 34,0 ou mais	5,04

Fonte: ANEXO I, da Portaria ME nº 6.132 de 25 de maio de 2021, modificado.

Conforme o cálculo da Duração do Passivo sobre o Fluxo Atuarial da Avaliação Atuarial/2021, data focal 31/12/2020, a Duração do Passivo do PREVI-PAZ é de 19,23 anos. Conforme a metodologia de Estrutura a Termo de Taxa de Juros Média, os recursos financeiros administrados pelo PREVI-PAZ deverão ser aplicados de forma a buscar um retorno real equivalente á 4,90% a.a.. O índice inflacionário utilizado é o IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

A escolha do IPCA deve-se ao fato de ser o índice oficial que mede a inflação do país adotada pelo Governo Federal.

PROJEÇÃO DA TAXA DE JUROS ATUARIAL (META ATUARIAL)

(4,90% a.a. + IPCA)

Meta Atuarial	2018	2019	2020	2021 *	2022 *	2023 *	2024 *
IPCA (final do ano)	3,75%	4,31%	4,52%	10,15%	5,00%	3,42%	3,10%
Taxa de Juros Atuarial	6,00%	6,00%	5,87%	5,43%	4,90%	4,90%	4,90%
Meta Atuarial	9,95%	10,54%	10,63%	16,08%	10,12%	8,47%	8,14%

FONTE: Boletim FOCUS – Banco Central – 26 de novembro de 2021.

A projeção do IPCA para o final dos anos de 2021, 2022, 2023 e 2024 encontram-se disponíveis no Boletim FOCUS – Relatório de Mercado, elaborado pelo Banco Central, posicionado em 26 de novembro de 2021.

Portanto, conforme a Portaria MF nº 464/2018, a Instrução Normativa SPREV nº 02/2018 e a Portaria ME nº 6.132/2021, a Taxa Real de Juros (Meta Atuarial), será de 4,90%

a.a. acrescido do IPCA.

***III* – PARÂMETROS DE RENTABILIDADE**

No ano de 2012, os RPPS apresentaram excelente desempenho de suas carteiras, devido a constante redução da Taxa Selic, que favoreceu os investimentos atrelados a índices pré-fixados (como o subíndice IMA - B, IRF - M...). Em 2013, o desempenho das carteiras foi o inverso. Devido o descontrole da inflação, tivemos forte elevação da Taxa Selic, impactando negativamente o desempenho dos Fundos atrelados a índices pré-fixados, com alguns rentabilizando com desvalorização de **-11%, como foi o caso do subíndice IMA - B.**

A partir de outubro de 2016, voltamos a ter uma forte e constante redução da Taxa Selic, que passou de 14,25%, chegando atualmente ao patamar histórico de 7,75% a.a.. Esse movimento constante de redução da Taxa Selic, favoreceu os investimentos de Longo Prazo durante esse período, como os subídices IRF - M; IMA - B; IRF - M 1+, IMA - B 5+ entre outros, além de ter auxiliado a impulsionar os indicadores de Renda Variável, que também são favorecidos com a redução da Taxa de Juros.

Pela falta de conhecimento geral sobre o funcionamento do mercado financeiro, os Regimes Próprios passaram a ser mais cautelosos na hora de elaborar suas Políticas de Investimento, no tocante ao risco de mercado oferecido pelos investimentos. Por isso, a projeção da Taxa Selic se torna importante para a definição das estratégias de investimentos do exercício de 2022. Atualmente, a Taxa Selic se encontra em 7,75% a.a., com previsão de fechar o ano de 2021 em 9,25% a.a., e o ano de 2022 em 11,25% a.a., conforme previsão do Boletim FOCUS – Relatório de mercado, elaborado pelo Banco Central, do dia 26/11/2021.

A composição da carteira de investimentos buscará rentabilidades utilizando-se como referência (benchmark), indicadores para Fundos de Renda Fixa como **o CDI, os subíndices IMA (IMA – GERAL, IRF – M, IMA – B, IMA – B 5, IDKA e etc..) e para Fundos de Renda Variável, indicadores como IBOVESPA, IBrX e IBrX-50, entre outros.**

Conforme o cenário macroeconômico descrito no capítulo 4 desta Política de Investimentos, projetamos o seguinte cenário de rentabilidade para os índices abaixo:

PROJEÇÃO ESPERADA DE RETORNO/2022

ÍNDICES	PESSIMISTA	OTIMISTA
CDI	8,42%	11,49%
IRF - M 1	8,22%	11,25%
IRF - M	8,01%	13,36%
IRF - M 1 +	7,43%	15,90%
IMA - B 5	8,64%	13,06%
IMA - B	9,20%	16,55%

IMA - B 5 +	9,88%	18,99%
IMA - GERAL	8,72%	14,56%
IDKA 2	8,79%	12,53%
IDKA 3	7,94%	14,69%
IBOVESPA	-3,91%	8,00%
IBr-X	-3,40%	9,36%
BDR - NÍVEL I	10,88%	27,00%

PROJEÇÃO DA TAXA SELIC

Taxa Selic	2018	2019	2020	2021 *	2022 *	2023 *	2024 *
Final do período	6,50%	4,50%	2,00%	9,25%	11,25%	7,75%	7,00%

FONTE: Boletim FOCUS – Banco Central – 26 de novembro de 2021.

A projeção da Taxa Selic para o final do ano de 2021, 2022, 2023 e 2024 encontram-se disponíveis no Boletim FOCUS – Relatório de Mercado, elaborado pelo Banco Central, posicionado em 26 de novembro de 2021.

A Projeção de elevação da Taxa Selic, a partir de 2022, requer cautela na elaboração da Política de Investimento, com relação aos investimentos de Longo Prazo, mais sensíveis a

elevação de Taxa de Juros.

50,00%

45,00%

40,00%

35,00%

30,00%

25,00%

20,00%

15,00%

10,00%

5,00%

0,00%

TAXA SELIC (1998 - 2024)

2013

FONTE: Boletim FOCUS – Banco Central – 26 de novembro de 2021.

15,00%

12,00%

TAXA SELIC (2017 a 2024)

2022

9,00%

6,00%

3,00%

0,00%

FONTE: Boletim FOCUS – Banco Central – 26 de novembro de 2021.

3 – GESTÃO DOS RECURSOS

***II* – FORMAS DE GESTÃO**

De acordo com as hipóteses previstas no inciso I, §1º, art. 21 da Resolução CMN nº 4.963/2021 a atividade de gestão da aplicação dos ativos administrados pelo PREVI-PAZ será realizada por gestão própria.

De acordo com o **inciso II, §5º, do art. 3 da Portaria MPS 519/2011 (incluído pela Portaria MPS 440/2013)**, entende-se por gestão própria, quando o RPPS realiza diretamente à execução da alocação dos recursos, conforme sua Política de Investimentos.

***Art. 3, § 5º, II** - Gestão própria: quando o RPPS realiza diretamente a execução da política de investimentos de sua carteira, decidindo sobre as alocações dos recursos, respeitados os parâmetros da legislação.*

***III* – CERTIFICAÇÃO INSTITUCIONAL E CATEGORIA DE INVESTIDOR**

A Instrução CVM 554 de 17 de dezembro de 2014, separa os investidores em duas categorias: **Investidor Qualificado e Investidor Profissional.** O Investidor que não se enquadra em uma destas duas categorias é considerado um **Investidor em Geral (ou Investidor comum).**

O **artigo 9 – C da Instrução CVM 554/2014** passou o poder decisório de definir a categoria de investidor dos RPPS, ao MPS - Ministério da Previdência Social, sendo atualmente definido pela **SPREV** – Secretaria de Previdência, vinculado ao Ministério da Economia.

Art. 9º - C, Instrução CVM 554/2014 - *Os regimes próprios de previdência social previdência social instituídos pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou Federal ou por Municípios são considerados investidores profissionais ou investidores qualificados apenas se reconhecidos como tais conforme regulamentação específica do Ministério da Previdência Social.*

A fim de atender a Instrução CVM 554/2014, o MPS publicou a Portaria MPS 185/2015, dispondo sobre o **Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social - "Pró-Gestão RPPS".**

O **artigo 2º da Portaria MPS 185/2015**, informa que o **Pró - Gestão RPPS** tem por objetivo, incentivar os RPPS's a adotarem melhores práticas de gestão previdenciária, que proporcionem maior controle dos seus ativos e passivos e mais transparência no relacionamento com os segurados e a sociedade.

O **Art. 3º da Portaria MPS 185/2015**, informa que a adesão será **facultativa**, devendo ser formalizada por meio de termo assinado pelos representantes legais do ente federativo e da unidade gestora do RPPS. Nesse caso, não aderindo ao programa, o RPPS será declarado um **Investidor em Geral (Investidor Comum).**

Art. 6º - A, da Portaria MPS 519/2011 (incluída pela Portaria MPS 300/2015), considera **INVESTIDOR QUALIFICADO**, o RPPS que atenda cumulativamente aos seguintes requisitos:

I *- Cujo ente federativo instituidor de RPPS possua Certificado de Regularidade Previdenciária -* ***CRP vigente na data da realização de cada aplicação exclusiva para tal categoria de investidor*** *, pelo cumprimento das normas gerais de organização e funcionamento dos RPPS, estabelecidas na Lei nº 9.717/1998 e nos atos normativos dela decorrentes;*

II - *Revogado pela Portaria MPS 577/2017 - Possua recursos aplicados, informados no Demonstrativo das decorrentes Aplicações e Investimentos dos Recursos -* ***DAIR enviado à SPPS, do bimestre imediatamente anterior à data***

de realização de exclusiva para tal categoria de investidor, em montante

igual ou para tal categoria de investidor, em montante igual ou superior a

R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais);

III - comprove o efetivo funcionamento do Comitê de Investimentos, na forma do art. 3º-A;

Inciso IV da Portaria MPS 519, revogado pela portaria MPS 577, designa:

alínea a *- de imediato, a formalização da adesão ao Pró - Gestão RPPS; e*

alínea b - *em até três anos a contar do primeiro ato de credenciamento, a obtenção da certificação institucional.*

Assim, atendendo aos atuais requisitos para classificação da categoria de investidor, o PREVI-PAZ é considerado um INVESTIDOR EM GERAL, conforme as informações encontradas em 02/12/2021.

CATEGORIA DE INVESTIDOR

EXIGÊNCIA	REQUISITOS	SIM/ NÃO
Art. 6 – A, I, da Portaria		
MPS 300/2015, incluso na Portaria MPS	CRP VIGENTE ATÉ: 02/12/2021?	SIM
519/2011		
	INFORMADO O DAIR DO MÊS	
Art. 6 – A, II, da Portaria	ANTERIOR a 02/12/2021? (SIM ou NÃO)	SIM
MPS 300/2015, incluso		
na Portaria MPS	PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO	
519/2011	RPPS até 02/12/2021 é maior que R$	SIM
	10.000.000,00?	
Art. 6 – A, III, da Portaria MPS 300/2015, incluso na Portaria MPS 519/2011	O RPPS COMPROVOU O FUNCIONAMENTO DO COMITÊ DE INVESTIMENTO ANTERIOR a 02/12/2021? (SIM ou NÃO)	NÃO
Art. 6 – A, IV, Parágrafo §1º, da Portaria MF 01/2017, incluso na Portaria MPS 519/2011	O RPPS ADERIU AO PRÓ- GESTÃO? (SIM ou NÃO)	NÃO

O PREVI-PAZ NÃO ATENDE OS REQUISITOS, SENDO CONSIDERADO UM INVESTIDOR EM GERAL

IV **– GOVERNANÇA CORPORATIVA**

É o sistema pelo qual as empresas e demais organizações, sejam elas públicas ou privadas, são dirigidas, monitoradas e incentivadas, envolvendo o relacionamento entre sócios, conselho de administração, diretoria, órgãos de fiscalização e controle e demais partes interessadas.

3.3.1 – ESTRUTURA DA GESTÃO DE INVESTIMENTOS

A estrutura da gestão de investimentos do PREVI-PAZ, distribui-se sobre o representante da Unidade Gestora, o Gestor de Investimentos, o Conselho Curador, o Conselho de Fiscalização e o Comitê de Investimentos.

No intuito de auxiliar a gestão dos recursos, o PREVI-PAZ, contratará uma consultoria de investimentos, devidamente credenciada pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários, auxiliando na elaboração de Relatórios mensais, trimestrais e anual de investimento, analisando o desempenho da carteira de investimentos ao longo do exercício, além de auxiliar na elaboração da Política Anual de investimento do exercício seguinte.

O organograma da estrutura de gestão de investimentos do PREVI-PAZ, distribui-se da seguinte forma:

ORGANOGRAMA DA ESTRUTURA DA GESTÃO DE INVESTIMENTOS

19

3.3.2 – COMPETÊNCIA DOS ORGÃOS ENVOLVIDOS

A competência dos órgãos envolvidos na gestão dos recursos do PREVI-PAZ são:

. Diretor e Gestor de Investimentos – Com relação aos Investimentos e administração dos recursos do PREVI-PAZ, em estrita observância das normas legais e regulatórias, cumprir e fazer cumprir as decisões do Conselho Curador, apresentar relatórios, no mínimo trimestrais, conforme exige a legislação, da

gestão dos recursos e praticar demais atos de gestão do PREVI-PAZ.

. Comitê de Investimento – Órgão auxiliar no processo decisório, quanto a formulação e execução da política de investimentos.

. Conselho Curador – Com funções de deliberação superior, cujas as deliberações serão promulgadas por meio de resoluções, decide sobre qualquer questão administrativa e

financeira que lhe seja submetida, pelo Diretor Executivo ou Pelo Conselho de Fiscalização e julgar os recursos interpostos das decisões do Conselho de Fiscalização e dos atos do Diretor Executivo.

. Conselho de Fiscalização – Com função de fiscalizar e acompanhar a execução

orçamentária, verificar as contas e julgar os recursos interpostos por segurados e

dependentes, dos despachos atinentes a processos de benefícios.

. Consultoria/Assessoria de Investimentos – Empresa contratada para desempenhar

atividade de avaliação de investimentos em valores mobiliários, com a finalidade de produzir recomendações, através de relatórios de acompanhamentos, estudos e pareceres, que auxiliem no processo de tomada de decisão de investimento do PREVI- PAZ.

Conforme o Art. 4, VI e VII da Resolução CMN 4.963/2021, se encontram descristos nesta Política de Investimentos, a metodologia e os critérios que serão adotados, para acompanhamento do retorno esperado da carteira, assim como a análise prévia e o acompanhamento dos riscos dos investimentos.

A avaliação e acompanhamento dos riscos e retorno da carteira serão analisados por meio de Relatórios periódicos e Pareceres de Investimento, elaborados por empresa especializada na avaliação de investimentos em valores mobiliários.

Os Relatórios periódicos e os pareceres de investimento serão encaminhados a Diretoria Executiva, o Comitê de Investimentos e o Conselho Deliberativo para apreciação e possível aprovação, nos casos que se tratar de aplicação em novos Investimentos.

Conforme o Art. 4, VIII, da Resolução CMN 4.963/2021, o plano de contingência do RPPS, em caso de descumprimento dos limites e requisitos previstos na Resolução, se aplicará no exercício vigente, para regularização do CRP - Certificado de Regularidade Previdenciária.

***V* – ORIGEM DOS RECURSOS**

Os recursos em moeda corrente do PREVI-PAZ são originários de disponibilidades oriundas das receitas correntes e de capitais, das aplicações financeiras, dos títulos e valores mobiliários, dos ativos vinculados por lei ao RPPS e demais bens, direitos e ativos com finalidade previdenciária e demais ingressos financeiros auferidos pelo PREVI-PAZ.

***VI* – SEPARAÇÃO DOS RECURSOS ACUMULADOS (Provisão de Caixa)**

A partir de 2010, as carteiras dos RPPS passaram a apresentar grande volatilidade, devido à inclusão dos índices ANBIMA. Para amenizar esse efeito sobre as obrigações previdenciárias do PREVI-PAZ, no mínimo, os valores anuais, referente as obrigações previdenciárias, que deverão ser utilizadas no exercício da vigência desta Política de Investimento, acrescidos de uma margem de segurança de 10% deverão estar alocados em investimentos cujos índices são considerados conservadores, como o DI ou o IRF – M 1 e/ou caderneta de poupança.

Essa separação, que funciona como uma PROVISÃO DE CAIXA, tem o intuito de amenizar os efeitos da volatilidade do mercado, sobre os recursos utilizados no curto prazo, em casos de interrupção dos repasses das contribuições realizadas pelo Ente.

PROVISÃO DE CAIXA

DESPESA	ESTIMATIVA DE VALORES	(%) Sobre os Recursos do RPPS*
FOLHA ANUAL - PREVIDENCIÁRIA 2022	4.756.865,47	7,94%
FOLHA ANUAL - DESPESA ADM 2022	843.569,56	1,41%
TOTAL	5.600.435,04	9,35%
MARGEM DE SEGURANÇA (10%)	*560.043,50*	*0,94%*
TOTAL acrescido de Margem de Segurança	6.160.478,54	10,29%

POSIÇÃO DA CARTEIRA (R$) EM 31/10/2021.

Os responsáveis pela gestão do RPPS, terão prazo máximo de 90 dias, a contar a partir de 01º de janeiro de 2022, para aplicar em um ou mais Fundo(s) de Investimento, o valor mínimo de R$ 6.160.478,54, conforme estimativa de despesas para a Folha Anual de Benefícios e Despesas Administrativas, para o exercício de 2022.

Ao longo do exercício, os recursos acumulados para PROVISÃO DE CAIXA poderão ser transferidos para investimentos considerados moderados e/ou arrojados, à medida que a necessidade dessa provisão diminuir ao longo do exercício.

***VII* – POLÍTICA DE TRANSPARÊNCIA**

As informações relevantes à gestão financeira do PREVI-PAZ, com destaque para o desempenho da carteira de investimentos e o cumprimento da Meta Atuarial, serão disponibilizadas ao Comitê de Investimentos, Conselho Curador e Conselho de Fiscalização e aos demais interessados.

Deverão ser disponibilizados aos Segurados e aos Pensionistas, as seguintes informações com relação a Gestão de Investimentos, conforme o Art. 3º, inciso VIII da Portaria MPS 519/2011.

***Art. 3º** A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão observar na gestão dos recursos de seus RPPS as seguintes obrigações, além daquelas previstas na Resolução do CMN que dispõe sobre a aplicação dos recursos dos RPPS:*

***VIII** - disponibilizar aos seus segurados e pensionistas:*

***a)** a política anual de investimentos e suas revisões, no prazo de até trinta dias, a partir da data de sua aprovação;*

***b)** as informações contidas nos formulários APR - Autorização de Aplicação e Resgate, no prazo de até trinta dias, contados da respectiva aplicação ou resgate;*

***c)** a composição da carteira de investimentos do RPPS, no prazo de até trinta dias após o encerramento do mês;*

***d)** os procedimentos de seleção das eventuais entidades autorizadas e credenciadas;*

***e)** as informações relativas ao processo de credenciamento de instituições para receber as aplicações dos recursos do RPPS;*

***f)** relação das entidades credenciadas para atuar com o RPPS e respectiva data de atualização do credenciamento;*

***g)** as datas e locais das reuniões dos órgãos de deliberação colegiada e do Comitê de Investimentos;*

***h)** os relatórios de que trata o inciso V deste artigo.*

O Art. 3º, inciso V da Portaria MPS 519/2011, menciona que o RPPS deverá elaborar relatórios detalhados, no mínimo, trimestralmente, sobre a rentabilidade, os riscos das diversas modalidades de operações realizadas nas aplicações dos recursos do RPPS e a aderência à política anual de investimentos e suas revisões e submetê-los às instâncias superiores de deliberação e controle.

***VIII* – GERENCIAMENTO E ANÁLISE DE RISCOS**

Nos investimentos diretos via Títulos Públicos ou Operações Compromissadas e os investimentos indiretos via fundos de investimentos, do PREVI-PAZ levará em conta para sua política de investimentos os seguintes riscos envolvidos nas operações.

. Risco de mercado: é o risco de oscilações de preços do ativo conforme o

cenário macroeconômico. Este é voltado para a volatilidade dos papéis, sobretudo de Renda Fixa (Títulos Públicos e fundos atrelados à inflação) e Renda Variável (ações, dólar e etc..).

. Risco de crédito: possibilidade de o devedor não honrar seus compromissos.

Nesses casos, o ideal é selecionar para a carteira, papéis que tenham recomendação de mercado.

. Risco de liquidez: É conhecido pela falta de condição de pagamento do emissor ou ausência de mercado secundário daquele tipo de ativo. É o risco de o

investidor não conseguir dar liquidez ao ativo financeiro ou conseguir liquidez abaixo do preço de mercado.

. Risco sistêmico: São os riscos da política econômica do país, ou as

consequências dessa política para outros países.

. Risco de Taxa de Juros: É o risco da variação das Taxas de Juros praticadas no

mercado impactar na rentabilidade dos Investimentos.

***IX* – CLASSIFICAÇÃO DE RISCO DE CRÉDITO (Análise de Rating)**

Na hipótese de aplicação de recursos financeiros do PREVI-PAZ que exijam classificação do risco de crédito das emissões (ativos financeiros, Títulos e valores mobiliários) e dos emitentes (instituições financeiras) a decisão será fundamentada em classificações mínimas de risco (rating), atribuídas por entidades legalmente autorizadas a realizar tal atividade.

O Art. 7, § 3º, I da Resolução CMN 4.963/2021, determina que as aplicações dos RPPS em fundos de investimentos que necessitem de classificação de risco, sejam no mínimo classificadas como BAIXO RISCO DE CRÉDITO, pelas agências classificadoras de risco, registrada ou reconhecida pela CVM.

Visando elevar os princípios de segurança, solvência e liquidez dos Recursos Financeiros, conforme estabelece o art. 1º, § 1º, I da Resolução CMN 4.963/2021, caso o fundo de investimento ou a Instituição Financeira necessite de classificação por agências de risco (rating), o PREVI-PAZ adotará escala acima de classificação de rating, exigida pela Resolução CMN em vigor, aplicando seus recursos somente em Fundos de Investimentos e Instituições Financeiras que possuam classificação de risco, no mínimo, MUITO BAIXO, baseado nas classificações das empresas de rating listadas abaixo.

CLASSIFICAÇÃO DAS AGÊNCIAS DE RATING

STANDARD & POORS		MOODY'S		FITCH		ATLANTIC	SR	AUSTIN	TIPO DE RISCO
Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo	-	-	-	
A1+	AAA		Aaa		AAA	AAA	AAA	AAA	Quase Nulo
	AA+		Aa1		AA+	AA+	AA+	AA+	
	AA	P1	Aa2	F 1 +	AA	AA	AA	AA	Irrisório
	AA-		Aa3		AA-	AA-	AA-	AA-	
A1	A+		A1	F 1	A+	A+	A+	A+	
	A		A2		A	A	A	A	Muito baixo
A2	A-	P2	A3	F 2	A-	A-	A-	A-	
	BBB+		Baa1		BBB+	BBB+	BBB+	BBB+	
A3	BBB	P3	Baa2	F 3	BBB	BBB	BBB	BBB	Baixo
	BBB-		Baa3		BBB-	BBB-	BBB-	BBB-	
	BB+		Ba1		BB+	BB+	BB+	BB+	
B	BB		Ba2	B	BB	BB	BB	BB	Moderado
	BB-		Ba3		BB-	BB-	BB-	BB-	
	B+		B1		B+	B+	B+	B+	
	B	Not Prime	B2		B	B	B	B	Médio
	B-		B3		B-	B-	B-	B-	
	CCC		Caa		CCC	CCC (+/-)	CCC	CCC	Alto
C	CC		Ca	C	CC	CC (+/-)	CC	CC	Muito Alto
	C		C		C	C (+/-)	C	C	Altíssimo
D	D		D		D	D e E	D		Inadimplente

***X* – RESTRIÇÃO, VEDAÇÃO E LIMITAÇÃO DE INVESTIMENTOS AOS RPPS**

Serão observados os limites de concentração dos investimentos da seguinte forma, conforme a Resolução CMN 4.963/2021.

. Ressalvadas as regras expressamente previstas na Resolução CMN 4.963/2021,

no artigo 2, § 4º aplicam-se aos fundos de investimento os limites de concentração por emissor e por modalidade de ativo financeiro e demais critérios definidos pela Comissão de Valores Mobiliários em regulamentação específica;

. Conforme o **artigo 16 da Resolução CMN 4.963/2021**, as aplicações dos RPPS em fundos de investimento em cotas de fundos de investimento serão

admitidas desde que seja possível identificar e demonstrar que os respectivos fundos mantenham as composições, limites e garantias exigidas para os fundos de investimento de que trata a Resolução;

. Conforme o **artigo 18, Parágrafo Único da Resolução CMN 4.963/2021**, as aplicações em cotas de um mesmo fundo de investimento, fundo de

investimento em cotas de fundos de investimento ou fundo de índice não podem, direta ou indiretamente, exceder a **20%** (vinte por cento) das aplicações dos recursos do RPPS, não se aplicando aos fundos de investimento que apliquem seus recursos exclusivamente em títulos definidos na alínea "a" do inciso I do art. 7º ou em compromissadas lastreadas nesses títulos.

. Conforme o **artigo 19 da Resolução CMN 4.963/2021**, o total das aplicações dos recursos do RPPS, em um mesmo fundo de investimento deverá representar, no

máximo, 15% (quinze por cento) do patrimônio líquido do fundo, observado o disposto no art. 16 da Resolução CMN 4.963/2021.

. Conforme o **artigo 20, da Resolução CMN 4.963/2021**, o total das aplicações dos recursos do regime próprio de previdência social em fundos de

investimento e carteiras administradas não pode exceder a 5% (cinco por cento) do volume total de recursos de terceiros gerido por um mesmo gestor ou por gestoras ligadas ao seu respectivo grupo econômico, assim definido pela CVM em regulamentação específica.

. Conforme o **artigo 21, § 2º, inciso de I a III da Resolução CMN 4.963/2021**, o

RPPS somente poderá aplicar recursos em cotas de fundos de investimento quando atendidas, cumulativamente, as seguintes condições: o administrador ou o gestor do fundo de investimento seja instituição autorizada a funcionar pelo BACEN obrigada a instituir comitê de auditoria e comitê de riscos, nos termos da regulamentação do CMN; o administrador do fundo de investimento detenha, no máximo, 50% (cinquenta por cento) dos recursos sob sua administração oriundos de RPPS; o gestor e o administrador do fundo de investimento tenha sido objeto de prévio credenciamento e sejam considerados pelos responsáveis pela gestão do RPPS como de boa qualidade de gestão e de ambiente de controle de investimento.

. Conforme o **artigo 27 da Resolução CMN 4.963/2021**, os RPPS poderão manter em carteira, por até 180 (cento e oitenta) dias, as aplicações que passem a ficar

desenquadradas em relação a esta Resolução, desde que seja comprovado que o desenquadramento foi decorrente de situações involuntárias, para as quais não tenha dado causa, e que o seu desinvestimento ocasionaria, comparativamente à sua manutenção, maiores riscos para o atendimento aos princípios previstos no art. 1º da Resolução CMN 4.963/2021.

. Conforme o **artigo 27, § 1º da Resolução CMN 4.963/2021**, são consideradas

situações involuntárias: entrada em vigor de alterações desta Resolução; resgate de cotas de fundos de investimento por um outro cotista, nos quais o RPPS não efetue novos aportes; valorização ou desvalorização de ativos financeiros do RPPS; reorganização da estrutura do fundo de investimento em decorrência de incorporação, fusão, cisão e transformação ou de outras deliberações da assembleia geral de cotistas, após as aplicações realizadas pela unidade gestora do RPPS; ocorrência de eventos de riscos que prejudiquem a formação das reservas e a evolução do patrimônio do RPPS ou quando decorrentes de revisão do plano de custeio e da segregação da massa de segurados do regime; aplicações efetuadas na aquisição de cotas de fundo de investimento destinado exclusivamente a investidores qualificados ou profissionais, caso o RPPS deixe de atender aos critérios estabelecidos para essa categorização em regulamentação específica e aplicações efetuadas em ativos financeiros que deixarem de observar os requisitos e condições previstos nesta Resolução.

. Conforme o **artigo 27, § 2º da Resolução CMN 4.963/2021**, as aplicações que apresentem prazos para vencimento, resgate, carência ou para conversão de

cotas de fundos de investimento, previstos em seu regulamento, superiores ao previsto no caput, poderão ser mantidas em carteira, durante o respectivo prazo, desde que o regime próprio de previdência social demonstre a adoção de medidas de melhoria da governança e do controle de riscos na gestão das aplicações, conforme regulamentação estabelecida pela Secretaria de Previdência.

. Conforme o **artigo 28, I da Resolução CMN 4.963/2021**, é vedado aplicar recursos na aquisição de cotas de fundo de investimento cuja atuação em

mercados de derivativos gere exposição superior a uma vez o respectivo patrimônio líquido (fundos de investimento que prevejam Alavancagem);

. Conforme o **artigo 28, II da Resolução CMN 4.963/2021**, é vedado aplicar recursos, diretamente ou por meio de cotas de fundo de investimento, em

títulos ou outros ativos financeiros nos quais ente federativo figure como emissor, devedor ou preste fiança, aval, aceite ou coobrigação sob qualquer outra forma;

. Conforme o **artigo 28, III da Resolução CMN 4.963/2021**, é vedado aplicar recursos na aquisição de cotas de fundo de investimento em direitos creditórios

não padronizados;

. Conforme o **artigo 28, IV da Resolução CMN 4.963/2021**, é vedado praticar as operações denominadas day-trade, assim consideradas aquelas iniciadas e

encerradas no mesmo dia;

. Conforme o **artigo 28, V da Resolução CMN 4.963/2021**, é vedado atuar em modalidades operacionais ou negociar com duplicatas, títulos de crédito ou

outros ativos que não os previstos nesta Resolução;

. Conforme o **artigo 28, VI da Resolução CMN 4.963/2021**, é vedado negociar cotas de fundos de índice em mercado de balcão;

. Conforme o **artigo 28, VII da Resolução CMN 4.963/2021**, é vedado aplicar recursos direta ou indiretamente, na aquisição de cotas de fundo de

investimento destinado exclusivamente a investidores qualificados ou profissionais, quando não atendidos os critérios estabelecidos em regulamentação específica.

. Conforme o **artigo 28, VIII da Resolução CMN 4.963/2021**, é vedado remunerar quaisquer prestadores de serviço relacionados direta ou indiretamente aos

fundos de investimento em que foram aplicados seus recursos, de forma distinta das seguintes: taxas de administração, taxa performance, ingresso ou saída previstas em regulamento ou encargos do fundo, nos termos da regulamentação da CVM.

. Conforme o **artigo 28, IX da Resolução CMN 4.963/2021**, é vedado aplicar recursos na aquisição de cotas de fundo de investimento cujos prestadores de

serviço, ou partes a eles relacionadas, direta ou indiretamente, figurem como emissores dos ativos das carteiras, salvo as hipóteses previstas na regulamentação da CVM.

. Conforme o **artigo 28, X, da Resolução CMN 4.963/2021**, é vedado ao RPPS

aplicar recursos em empréstimos de qualquer natureza, ressalvado o disposto no art. 12 da Resolução CMN 4.963/2021.

. Conforme o **artigo 28, XI, da Resolução CMN 4.963/2021**, é vedado ao RPPS aplicar recursos diretamente em certificados de operações estruturadas (COE).

3.9.1 – RESTRIÇÃO, VEDAÇÃO E LIMITAÇÃO DA GESTÃO DE INVESTIMENTOS DO RPPS

As restrições, vedações e limitações descritas no item 3.9 desta Política de Investimento, são exigências da Resolução CMN em vigor.

No intuito de elevar as condições de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez, motivação, adequação à natureza de suas obrigações e transparência da Gestão de Investimentos, mencionadas no artigo 1º da Resolução CMN 4.963/2021, o PREVI-PAZ, adicionalmente, restrige, veda e limita:

. É vedado aplicação em fundos de investimento que prevejam Taxa de

Performance em seu Regulamento.

. É vedado aplicação em fundos de investimento que prevejam Taxa de ENTRADA (Ingresso) e/ou TAXA de SAÍDA em seu Regulamento.

***XI* – PRECIFICAÇÃO E CUSTÓDIA**

Em consonância com o disposto na Resolução CMN 3.922/10, alterada pela Resolução CMN 4.695/2018, os Títulos Públicos serão custodiados por instituição legalmente habilitada para a prestação do serviço após procedimento formal de contratação.

Conforme o art. 22 da Resolução CMN 4.963/2021, a aquisição e a venda de Títulos Públicos Federais deverão ser respaldadas através de consulta à instituição financeira, à instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou às pessoas jurídicas autorizadas pela Comissão de Valores Mobiliários para o exercício profissional de administração de carteira e deverão observar as informações divulgadas, diariamente, por entidades reconhecidamente idôneas pela sua transparência e elevado padrão técnico na difusão de preços e taxas dos títulos, para fins de utilização como referência em negociações no mercado financeiro, antes do efetivo fechamento da operação.

Os títulos públicos integrante da carteira do Fundo serão registrados contabilmente e terão seus valores ajustados pela curva de mercado (marcação a mercado), observados regras e procedimentos definidos pelo MPS - Ministério da Previdência Social.

Caso o RPPS adquira Títulos e Valores Mobiliários, estes poderão ser contabilizados pelo seu valor de aquisição (Marcação na Curva), desde que atenda todos os requisitos da Portaria MPS nº 402/2008, com a redação alterada pela Portaria MPS nº 577/2017, conforme descrito no art. 16, VIII, § 2º.

***XII* – CONTRATAÇÕES DE PRESTADORES DE SERVIÇOS E CONSULTORIAS DE INVESTIMENTOS**

A fim de atender os princípios de gestão dos recursos que constam no Art. 1º §1º, V, da Resolução CMN 4.963/2021 de 25 de novembro de 2021, o PREVI-PAZ deverá realizar com diligência, a seleção, o acompanhamento e a avaliação dos Prestadores de Serviços contratados.

Conforme o **Art. 24, inciso I e II da Resolução CMN 4.963/2021**, na hipótese de contratação objetivando a prestação de serviços relacionados à gestão dos recursos do RPPS, esta deverá recair sobre pessoas jurídicas registradas na CVM ou credenciadas por entidade autorizada para tanto pela CVM.

Conforme o **Art. 24, III da Resolução CMN 4.963/2021**, a contratação sujeitará o prestador e as partes a ele relacionadas, direta ou indiretamente, em relação às aplicações dos recursos do RPPS, a fim de que não recebam qualquer remuneração, benefício ou vantagem que potencialmente prejudiquem a independência na prestação de serviço, e não figurem como emissores dos ativos ou atuem na originação e estruturação dos produtos de investimento.

Conforme o **Art. 24, § 2º da Resolução CMN 4.963/2021**, o RPPS deverá avaliar a capacidade técnica e potenciais conflitos de interesse de seus prestadores de serviços e das pessoas que participam do processo decisório, inclusive por meio de assessoramento.

3.11.1 – PRESTADOR DE SERVIÇO (CUSTODIANTE)

Conforme o **Art. 23 da Resolução CMN 4.963/2021**, em caso de contratação de serviços de custódia pelo regime próprio de previdência social deverá ser efetuado o prévio credenciamento de que trata o inciso VI do § 1º do art. 1º da Resolução CMN 4.963/2021, e observada a regulamentação estabelecida pela CVM e pelo Banco Central do Brasil.

3.11.2 – PRESTADOR DE SERVIÇO (CONSULTORIAS DE INVESTIMENTOS)

Conforme o Art. 4, § 2º da Resolução CMN 4.963/2021, o RPPS deverá estabelecer critérios para a contratação de pessoas jurídicas que desempenham atividade de avaliação de investimentos em valores mobiliários, as quais devem ser registradas, autorizadas ou credenciadas nos termos da regulamentação da CVM, com a finalidade de produção de recomendações, relatórios de acompanhamento e estudos, que auxiliem no processo de formulação da política de investimento e de tomada de decisão de investimento.

Adicionalmente a legislação, o PREVI-PAZ, na hipótese de contratação de prestação de serviços de consultoria, exigirá que a responsabilidade técnica dos pareceres e relatórios emitidos pela prestadora, recaia sobre pessoa física, com registro junto a CVM e, no mínimo, certificada como Especialista em Investimentos - CEA ANBIMA ou outra certificação semelhante e de mesmo nível.

***XIII* – CREDENCIAMENTO DAS INSTITUIÇÕES E FUNDOS DE INVESTIMENTO E SUA ATUALIZAÇÃO**

Conforme o **artigo 3º, IX, da Portaria MPS 519/2011 (alterada pela Portaria MPS 440/2013)**, na **gestão própria**, antes da realização de qualquer operação, os RPPS deverão assegurar, que as instituições escolhidas para receber as aplicações tenham sido objeto de **prévio credenciamento.**

Art. 3º, IX, Portaria MPS 519/2011 (alterada pela Portaria MPS 440/2013) - *na gestão própria, antes da realização de qualquer operação, assegurar que as instituições escolhidas para receber as aplicações tenham sido objeto de prévio credenciamento.*

Conforme o **Art 3º, § 3º, da Portaria MPS 519/2011 (Alterada pela Portaria MPS 440/2013 e posteriormente alterada pela Portaria MF 01/2017)**, o credenciamento deverá ser atualizado, no mínimo, a cada doze meses.

Art. 3º, § 3º, Portaria MPS 519/2011 (alterada pela Portaria MPS 440/2013 e posteriormente alterada pela Portaria MF 01/2017) - *A análise dos quesitos verificados nos processos de credenciamento deverá ser atualizada a cada 12 (doze) meses.*

3.12.1 – INSTITUIÇÕES

Para o credenciamento das Instituições, deverão ser observados e formalmente atestados pelos represantes dos RPPS, no mínimo:

Art. 1º, § 3º Resolução CMN 4.963/2021 - *Os parâmetros para o credenciamento das instituições de que trata o inciso VI do § 1º deverão contemplar, entre outros, o histórico e experiência de atuação, o volume de recursos sob a gestão e administração da instituição, a solidez patrimonial, a exposição a risco reputacional, padrão ético de conduta e aderência da rentabilidade a indicadores de desempenho.*

Art. 3º, § 1º, Portaria MPS 519/2011 (alterada pela Portaria MPS 440/2013) - *Para o credenciamento referido no inciso IX deste artigo deverão ser observados, e formalmente atestados pelo representante legal do RPPS, no mínimo:*

alínea a da Portaria MPS 519/2011 (incluído pela Portaria MPS 170/2012) - *Atos de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Banco Central do Brasil ou Comissão de Valores Mobiliários ou órgão competente;*

alínea b da Portaria MPS 519/2011 (incluído pela Portaria MPS 170/2012) - *Observação de elevado padrão ético de conduta nas operações realizadas no mercado financeiro e ausência de restrições que, a critério do Banco Central do Brasil, da Comissão de Valores Mobiliários ou de outros órgãos competentes desaconselhem um relacionamento seguro.*

alínea c da Portaria MPS 519/2011 (alterada pela Portaria MPS 440/2013) - *Regularidade fiscal e previdenciária.*

3.12.2 – FUNDOS DE INVESTIMENTO

Para o credenciamento dos Fundos de Investimento, deverão ser observados e formalmente atestados pelos representes dos RPPS, no mínimo:

Art. 3º, § 2º, Portaria MPS 519/2011 (alterada pela Portaria MPS 440/2013) -

Quando se tratar de fundos de investimento:

inciso I da Portaria MPS 519/2011 (alterada pela Portaria MPS 440/2013) - *O previsto no § 1º do inciso IX deste artigo recairá também sobre a figura do gestor e do administrador do fundo, contemplando, no mínimo:*

alínea a da Portaria MPS 519/2011 (incluído pela Portaria MPS 440/2013) - *A análise do histórico e experiência de atuação do gestor e do administrador do fundo de investimento e de seus controladores;*

alínea b da Portaria MPS 519/2011 (incluído pela Portaria MPS 440/2013) - *A análise quanto ao volume de recursos sob sua gestão e administração, bem como quanto a qualificação do corpo técnico e segregação de atividades;*

alínea c da Portaria MPS 519/2011 (incluído pela Portaria MPS 440/2013) - *A avaliação da aderência da rentabilidade aos indicadores de desempenho e riscos assumidos pelos fundos de investimentos sob sua gestão e administração, no período mínimo de dois anos anteriores ao credenciamento.*

inciso II da Portaria MPS 519/2011 (incluído pela Portaria MPS 440/2013) - *Deverá ser realizada a análise e registro do distribuidor, instituição integrante do sistema de distribuição ou agente autônomo de investimento, certificando-se sobre o contrato para distribuição e mediação do produto ofertado e a regularidade com a Comissão de Valores Mobiliários - CVM.*

Art. 3º, § 4º, Portaria MPS 519/2011 (alterada pela Portaria MPS 440/2013) - *As aplicações que apresentem prazos para desinvestimento, inclusive prazos de carência e para conversão de cotas de fundos de investimentos, deverão ser precedidas e atestado do responsável legal pelo RPPS, evidenciando a sua compatibilidade com as obrigações presentes e futuras do regime.*

3.12.3 – TERMO DE ANÁLISE DE CREDENCIAMENTO

No intuito de atender o art. 6º - E, da Portaria MPS 519/2011 (incluído pela Portaria MPS 300/2015), o PREVI-PAZ seguirá o TERMO DE ANÁLISE DE CREDENCIAMENTO,

disponibilizada no site da SPREV - Secretaria de Previdência.

Art. 6º - E, Portaria MPS 519/2011 (incluído pela Portaria MPS 300/2015) - *Sem prejuízo do disposto nos §§ 1º, 2º e 3º do art. 3º, serão observadas em relação ao credenciamento de que trata o inciso IX daquele artigo as seguintes disposições:*

inciso I - *a análise das informações relativas à instituição credenciada e a verificação dos requisitos mínimos estabelecidos para o credenciamento deverão ser registradas em* ***Termo de Análise de Credenciamento,*** *cujo conteúdo mínimo constará de formulário disponibilizado pela SPPS no endereço eletrônico do MPS na rede mundial de computadores – Internet.* ***(GRIFO NOSSO)***

As informações e documentos utilizados para o preenchimento do **TERMO DE ANÁLISE DE CREDENCIAMENTO** deverão conter em sua identificação: **1-Data, 2-validade e 3-Disponibilizados pela instituição credenciada em sites e cujo acesso seja de caráter público, conforme exigido pelo artigo 6º - E, III, da Portaria MPS 519/2011 (incluído pela Portaria MPS 300/2015).** Essas informações encontradas deverão ser mantidas pelo RPPS, no mínimo, em arquivos em meio digital e apresentados à SPREV – Secretaria de Previdência e aos demais órgãos de controle e fiscalização, internos ou externos.

Art. 6º - E, III, Portaria MPS 519/2011 (incluído pela Portaria MPS 300/2015) - *os documentos que instruírem o credenciamento, desde que contenham identificação de sua data de emissão e validade e sejam disponibilizados pela instituição credenciada em página na rede mundial de computadores-Internet, cujo acesso seja livre a qualquer interessado, poderão ser mantidos pelo RPPS por meio de arquivos em meio digital, que deverão ser apresentados à SPREV e aos demais órgãos de controle e fiscalização, internos ou externos, sempre que solicitados.*

O TERMO DE ANÁLISE DE CREDENCIAMENTO para as Instituições, Administradores, Gestores, Distribuidores e Fundos de Investimento, adotado pelo PREVI-PAZ, encontra - se disponível no ANEXO desta Política Anual de Investimentos.

3.12.4 – ATESTADO DE CREDENCIAMENTO

Após realizar o preenchimento ou a atualização do TERMO DE ANÁLISE DE CREDENCIAMENTO, a decisão sobre o credenciamento da instituição, deverá ser formalizada em um formulário disponibilizado pela SPREV, em endereço eletrônico, denominado **ATESTADO DE CREDENCIAMENTO**, conforme exigido pelo **artigo 6º - E, II, da Portaria MPS 519/2011 (incluído pela Portaria MPS 300/2015).**

Art. 6º - E, II, Portaria MPS 519/2011 (incluído pela Portaria MPS 300/2015) - *a decisão final quanto ao credenciamento da instituição constará de Atestado de Credenciamento, conforme formulário disponibilizado pela SPPS no endereço eletrônico do MPS na rede mundial de computadores - Internet.*

O **ATESTADO DE CREDENCIAMENTO** encontra-se disponível no **ANEXO** desta Política de Investimentos.

4 – ANÁLISE MACROECONÔMICA, FINANCEIRA, POLÍTICA E INSTRUMENTOS DE GESTÃO

***II* – CENÁRIO MACROECONÔMICO E FINANCEIRO E ANÁLISES SETORIAIS: PERSPECTIVAS PARA OS INVESTIMENTOS**

4.1.1 – ANÁLISE MACROECONÔMICA INTERNA

Conforme a ata do COPOM, em relação à atividade econômica brasileira, os indicadores da produção industrial e do comércio apresentaram resultados negativos e abaixo do esperado. O setor de serviços, continua em trajetória de recuperação robusta. O Comitê manteve a expectativa de uma retomada da atividade no 2º semestre/2021, ainda que menos intensa e mais concentrada no setor de serviços. Essa reavaliação reflete o impacto das limitações na oferta de insumos em determinadas cadeias produtivas, que devem perdurar até 2022. Em 2022, o crescimento tende a ser beneficiado por três fatores: 1-A continuação da recuperação do mercado de trabalho e do setor de serviços; 2-o desempenho de setores menos ligados ao ciclo de negócios, como agropecuária e indústria extrativa; e 3-os resquícios do processo de normalização da economia conforme a crise sanitária arrefece.

Com relação a taxa básica de juros brasileira, o COPOM avalia que o atual ritmo de crescimento da economia se torna apropiado a elevação dos juros. A assimetria no balanço de riscos, resultante das incertezas no cenário fiscal, implica elevação do risco altista, e avalia que esse viés de alta é agora maior do que o anteriormente considerado. Como consequência, o Comitê concluiu que o grau apropriado de aperto monetário é significativamente mais contracionista do que o utilizado no cenário anterior. A trajetória da atual elevação da Taxa de Juros se encontra compatível com a convergência da Inflação para a meta em 2022.

O cenário de referência supõe, segundo as projeções do COPOM, que ao final de 2021 e 2022, as taxas de juros estejam, respectivamente em, 8,75% a.a. ; 9,50% a.a..

4.1.2 – ANÁLISE MACROECONÔMICA EXTERNA

No cenário externo, o ambiente tem se tornado menos favorável, refletindo a persistência do processo inflacionário e a consequente reação dos bancos centrais. O próximo ano deve ser caracterizado por menor crescimento, com a reversão dos impulsos fiscais e avanço nos processos de normalização da política monetária. Para as economias emergentes, essa combinação implica um cenário mais desafiador.

O cenário de referência supõe, segundo o Boletim Focus, que ao final de 2021 e 2022, a taxa de câmbio se mantenha em R$ 5,50 (sobre US$ 1,00).

4.1.3 – INFLAÇÃO

O cenário de inflação envolve fatores de risco em todas as direções. Novos prolongamentos das políticas fiscais de resposta à pandemia que pressionem a demanda agregada e piorem a trajetória fiscal podem elevar os prêmios de risco do país. Apesar do desempenho mais positivo das contas públicas, o COPOM avalia que os questionamentos em relação ao arcabouço fiscal elevaram o risco de desancoragem das expectativas de inflação, aumentando a assimetria altista no balanço de riscos.

O cenário de referência, segundo as projeções do COPOM, implica maior probabilidade de trajetórias para inflação acima do projetado de acordo com o cenário básico, elevando os prémios de risco.

Para a trajetória de preços administrados, que compõe as projeções condicionais para a inflação produzidas pelo Copom, projeta-se variação de 16,98% em 2021; 4,20% em 2022; 3,83% em 2023 e 3,50% em 2024.

As expectativas de inflação apuradas pela pesquisa Focus variam em torno de 10,15% para 2021; 5,00% para 2022; 3,42% para 2023 e 3,10% para 2024.

A projeção do IPCA para o final dos anos de 2021, 2022, 2023 e 2024 encontram-se disponíveis no Boletim FOCUS – Relatório de Mercado, elaborado pelo Banco Central, posicionado em 26 de novembro de 2021.

1,40%

1,20%

1,00%

0,80%

0,60%

0,40%

0,20%

0,00%

IPCA - MENSAL 2021

Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

JAN FEV MAR ABR MAI JUN JUL AGO SET OUT NOV DEZ

O Boletim Focus, com data em 26 de novembro de 2021, prevê o IPCA de 2021 em 10,15%, ficando bem abaixo do intervalo de tolerância, do centro da meta.

12,00%

10,00%

8,00%

6,00%

4,00%

2,00%

EVOLUÇÃO IPCA - ANUAL

Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

0,00%

2013 2014 2015 2016 2017 2018 2019 2020 2021 2022 2023 2024

O IPCA de 2021 e 2022, tratam-se de projeções extraídos do Boletim FOCUS,

elaborado na data de 26 de novembro de 2021.

4.1.4 – INSTRUMENTO DE ANÁLISE ECONÔMICA

. Relatório FOCUS – Relatório semanal elaborado pelo Banco Central do Brasil,

que relata as projeções do mercado com base em consulta de cem instituições financeiras aproximadamente, durante a semana anterior.

. Atas do COPOM – Atas emitidas ás quartas-feiras da semana seguinte á

divulgação da Taxa Selic. O Comitê de Política Monetária - COPOM divulga a ata da reunião, onde avalia a Evolução recente da economia, a tendência da inflação, implementação da política monetária, a atividade econômica no País, a expectativa do Mercado de trabalho, Crédito e inadimplência, Ambiente Econômico externo, Comércio exterior, as reservas internacionais, o Mercado monetário e as operações de mercado aberto.

. Pesquisa Mensal de Emprego – Pesquisa realizada pelo IBGE, onde produz

indicadores sobre o mercado de trabalho nas suas áreas de abrangência, constituindo um indicativo ágil dos efeitos da conjuntura econômica sobre esse mercado, além de atender a outras necessidades importantes para o planejamento socioeconômico do País. Abrange informações referentes à condição de atividade, condição de ocupação, rendimento médio nominal e real, posição na ocupação, posse de carteira de trabalho assinada, entre outras, tendo como unidade de coleta os domicílios.

. Contas Nacionais Trimestrais – Pesquisa realizada pelo IBGE, onde é

apresentado o Produto Interno Bruto a preços de mercado, impostos sobre produtos, valor adicionado a preços básicos, consumo pessoal, consumo do governo, formação bruta de capital fixo, variação de estoques, exportações e importações de bens e serviços.

. IPCA e o INPC – índices de Inflação divulgados pelo IBGE, necessários para a

estimativa da Meta Atuarial.

. IPCA - 15 – índice de inflação divulgado pelo IBGE, onde é feita a coleta dos atual. Funciona como uma prévia do IPCA mensal.

Abaixo apresentamos a tendência de alguns índices, analisados sobre os instrumentos de análise econômica e de inflação citados acima.

PROJEÇÃO - INDICADORES ECONÔMICOS

Indicadores Econômicos	**2018**	**2019**	**2020**	**2021 ***	**2022 ***	**2023 ***	**2024 ***
IPCA	6,29%	4,31%	4,52%	10,15%	5,00%	**3,42%**	**3,10%**
IGP-M	7,19%	7,32%	23,14%	18,08%	5,38%	**4,00%**	**4,00%**
Taxa de Câmbio (R$/US$) ***(final do período)***	3,85	4,10	5,14	5,50	5,50	**5,35**	**5,30**
Taxa SELIC ***(final do período)***	6,50%	4,50%	2,00%	9,25%	11,25%	**7,75%**	**7,00%**
Dívida Líquida do Setor Público (% PIB)	54,00%	56,20%	64,60%	59,60%	63,00%	**65,20%**	**67,30%**
Crescimento do PIB	1,30%	1,17%	-4,36%	4,78%	0,58%	**2,00%**	**2,00%**
Conta Corrente (US$ Bilhões)	(15,00)	(51,08)	(4,60)	(11,44)	(19,00)	**(19,75)**	**(30,00)**
Balança Comercial (US$ Bilhões)	57,10	44,50	55,05	70,00	63,65	**56,50**	**60,00**
Investimento estrangeiro direto (US$ Bilhões)	75,00	76,12	40,00	50,00	56,80	**70,00**	**74,25**
Preços Administrados	6,50%	5,16%	2,70%	16,98%	4,20%	**3,83%**	**3,50%**

FONTE: Boletim FOCUS – Banco Central – 26 de novembro de 2021.

***III* – AVALIAÇÃO DOS ASPECTOS INTERNOS DO RPPS**

4.2.1 – SITUAÇÃO ATUAL DO RPPS - EQUILÍBRIO FINANCEIRO E

ATUARIAL

Uma ferramenta importante para a definição da Política de Investimentos dos recursos financeiros do RPPS é quanto ao seu ***Equilíbrio Financeiro e Atuarial*** contida nas Avaliações Atuariais. Municípios que possuem **superávit atuarial** possuem uma "folga" financeira a longo prazo, para pagamento de benefícios. Nesse caso, o RPPS possui recursos financeiros acima da sua necessidade de Benefícios a Conceder para os próximos 35 anos. Sendo assim, RPPS com essas características de Equilíbrio podem se expor mais aos riscos de investimentos que apresentem alta oscilação.

Já RPPS que possuem **Déficit Atuarial elevado**, a aplicação dos seus recursos financeiros em renda variável, fundos atrelados à inflação ou títulos públicos, necessitam um pouquinho mais de estudo, pois podem representar um risco a curto ou médio prazo, se não for definida uma estratégia segura de investimento quanto a "valores" e "prazos de resgate". RPPS's com Déficit Atuarial podem, devido sua má situação demográfica ou capacidade financeira baixa, utilizar seus recursos poupados para o pagamento de Benefícios antes dos prazos de vencimento definidos nas aplicações. Com isso, há possibilidade de ser amargar baixas rentabilidades ou até mesmo prejuízo em alguns investimentos devido a esse "descasamento" do fluxo de caixa do RPPS. Para pulverizar esse tipo de risco, um estudo importantíssimo para definir o valor aplicado ou o prazo seguro para não ocorrer esse tipo de descasamento é a utilização do estudo de ***ALM – Asset Liability Management.***

Equilíbrio Financeiro

Com relação ao Equilíbrio Financeiro, o PREVI-PAZ se encontra em situação confortável no curto e médio prazo. Analisando as RECEITAS e DESPESAS do exercício, descritas na Reavaliação Atuarial/2021, data focal 31/12/2020, o PREVI-PAZ não apresenta risco de liquidez, com relação as obrigações previdenciárias. O total de Receitas estimadas para o exercício, sem considerar ganhos com a carteira de investimento e nem os créditos de

parcelamento, é no valor de R$ 12.401.089,44, enquanto o Total de Despesas Estimadas para o mesmo período é de R$ 4.644.371,09, resultando em um Superávit Financeiro de R$ 7.756.718,35.

Esse superávit financeiro representa uma sobra de 63% da receita arrecadada no exercício, minimizando qualquer tipo de risco de liquidez no curto e médio prazo.

Equilíbrio Atuarial

Com relação ao Déficit Atuarial, os resultados da Reavaliação Atuarial/2021, data focal 31/12/2020, indicam um desequilíbrio Atuarial, no valor de R$ (-104.825.435,82). Entretanto, analisando a composição demográfica do Instituto Previdenciário, os Ativos Garantidores e as Provisões Matemáticas do Plano, este Déficit Atuarial poderá apresentar problemas no Fluxo de Caixa, por volta do ano de 2029 e insolvência financeira a partir do ano de 2038, conforme a Projeção Atuarial. Nesse caso, o Déficit Atuarial representa BAIXO RISCO DE LIQUIDEZ para o

Plano de Benefícios.

4.2.2 – CONTEXTO ECONÔMICO E POLÍTICO

O PREVI-PAZ é um Regime Próprio de Previdência Social – RPPS do Município de PEIXOTO DE AZEVEDO-MT, ente de natureza autárquica, pertencente à Administração Pública Indireta do Município, dotada de personalidade jurídica individualizada de direito público interno.

A Diretoria Executiva é o órgão de execução das atividades do PREVI-PAZ e será composta pelo Dirigente da Unidade Gestora e o Gestor de Investimentos.

O cargo de Diretor Executivo do PREVI-PAZ será de livre nomeação e exoneração por parte do Prefeito Municipal, sendo pessoa física.

***IV* – METODOLOGIA E INSTRUMENTOS DE ANÁLISE DE RISCOS**

A Renda Variável tem como objetivo a diversificação da carteira de investimentos do Fundo Previdenciário, buscando aplicações financeiras mais rentáveis. Porém, em decorrência de sua característica de investimento de risco, essas aplicações só poderão ser realizadas se o Fundo possuir recursos em moeda corrente que não irá, necessariamente, ter que dispor no curto prazo. Além disso, tais aplicações deverão observar os limites estabelecidos nesta Política de Investimentos e na referida norma regulamentar.

A Política Anual de Investimentos para a seleção de fundos de investimento, basear-se-á em instrumentos como:

. Value at Risk (VaR) – fornece uma medida da pior perda esperada em ativo ou carteira para um determinado período de tempo e um intervalo de confiança

previamente especificado.

. Stress Testing – processo que visa identificar e gerenciar situações que possam

causar perdas extraordinárias, com quebra de relações históricas, sejam temporárias ou permanentes.

. Índice de Sharpe – unidade de medida que através de estudos estatísticos, mede a relação do risco com o retorno do fundo.

. Coeficiente Beta/Correlação – unidade de medida que através da covariância entre ativos, mede o potencial que cada ativo isoladamente pode amplificar ou

reduzir o risco do fundo, através da aderência ao benchmark escolhido, avaliando assim, o efeito da diversificação do fundo.

. Desvio-padrão – Medida estatística que mede a variação de um ativo ao longo de um período determinado. Quanto menor o resultado, menor a oscilação da

rentabilidade.

. ALM - Outro mecanismo importantíssimo para a definição de valores e prazos de aplicação em Renda Variável é o estudo de **ALM** – *Asset Liability Management* ,

que visa analisar o período exato da utilização dos recursos aplicados. Lembramos que pelo risco que rendas variáveis oferece ao investidor é recomendável pelos analistas de mercado um prazo mínimo de 6 anos de aplicação.

***V* – ALM – ASSET LIABILITY MANAGEMENT**

A busca de títulos de renda fixa e renda variável com adequada relação retorno-risco, com vencimentos que coincidam com os pagamentos futuros dos benefícios, representam um dos grandes desafios da gestão da carteira de investimentos.

A tarefa mais árdua para um administrador de um **Plano de Benefício Definido (BD), como é o caso dos RPPS** é a gestão de seus ativos. Sabemos bem que retornos abaixo do esperado, no longo prazo, irão significar aumento de contribuição da parte patronal, já que o benefício está previamente definido.

Para atender a essas necessidades consultores, atuários e profissionais de investimentos desenvolveram uma série de estudos, que culminou no modelo hoje denominado por muitos de **"Asset Liability Management" (ALM).**

Os modelos de ALM buscam um casamento entre os ativos e os passivos futuros, ou seja, o casamento de fluxos de caixa futuro, no intuito de obter investimentos que acompanhem o fluxo projetado para o passivo. Para tanto, os atuários projetam as contribuições e os pagamentos de benefícios esperados para os próximos anos. Como essa tarefa não é simples, o aconselhável é que **NÃO SE ASSUMA ALGUM CRESCIMENTO POPULACIONAL (entrada de novos Servidores Ativos)**, conforme explicitado na introdução deste estudo.

O gerenciamento de ativos e passivos – **ALM** – será uma ferramenta de suma importância, pois irá mensurar com mais segurança, a exposição do patrimônio do instituto aos riscos do mercado financeiro, tornando mais consistentes os objetivos estabelecidos pelos gestores e conselheiros da administração dos Regimes Próprios de Previdência Social.

De acordo com o Estudo de Duration do Fluxo de Caixa do Plano Previdenciário, que se encontra na Reavaliação Atuarial/2021, data focal 31/12/2020, o PREVI-PAZ possui um horizonte de 8 anos para começar a utilizar os recursos para pagamento de benefícios, sem considerar a ocorrência de concursos públicos futuros. Esse horizonte servirá de base para investimentos que visam o longo prazo, como Fundos atrelados à inflação, Fundos com juros pré- fixados, Fundos com prazo de carência, Investimentos de Renda Variável e Títulos Públicos Federais.

Duração do Passivo com Riscos - VIGENTE

Instante em que o RPPS passará a consumir os recursos poupados -

(Geração Atual)

10.000.000

5.000.000

0

-5.000.000

-10.000.000

-15.000.000

-20.000.000

-25.000.000

-30.000.000

-35.000.000

5 – ESTRATÉGIAS DE ALOCAÇÃO DOS RECURSOS DE 2022

Conforme o art. 2º da Resolução CMN 4.963/2021, os recursos dos Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS deverão ser alocados em três segmentos de aplicação:

I - Renda Fixa;

II - Renda Variável;

III - Investimento no Exterior;

IV - Investimentos estruturados; V - Fundos Imobiliários; e

VI - Empréstimos Consignados.

Investimentos em Renda Fixa são investimentos que possuem regras de remuneração definidas no momento da aplicação (rendimento pré determinado), podendo ter taxa de juros pós-fixada ou pré-fixada.

Investimentos em Renda Variável são investimentos que não se pode determinar os seus rendimentos, pois dependem de eventos futuros e comportamento macroeconômicos local e externo. É o tipo de investimento que possibilita alto retorno, porém, o risco é proporcional a esse retorno.

Investimentos Estruturados são aqueles ativos que realizam operações estruturadas no mercado combinando dois ou mais ativos. Por exemplo, as operações no mercado de Derivativos e alguns fundos de investimentos que são considerados como Investimentos Estruturados, como os Fundos de Investimentos Multimercados; Fundos de Investimentos em Participações (FIP) e Fundos de Investimentos "Ações - Mercado de acesso".

Investimento no Exterior são investimentos de Renda Variável, cujo ativo financeiro é

negociado no mercado externo.

5 – ESTRATÉGIAS DE ALOCAÇÃO DOS RECURSOS DE 2022

5.1 – RENDA FIXA

5.1.1 – TÍTULOS PÚBLICOS

Títulos públicos federais de responsabilidade do Tesouro Nacional, apresentam o menor risco do mercado financeiro doméstico e é permitido aos RPPS aplicarem até **100%** dos seus recursos, conforme a Resolução CMN nº 4.963/2021.

Art. 7º *– No segmento de renda fixa, as aplicações dos recursos dos regimes próprios de previdência social subordinam-se aos seguintes limites:*

I *– até* ***100%*** *(cem por cento) em:*

a) *Títulos de emissão do Tesouro Nacional, registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC);*

Títulos Públicos Federal

LIMITE INFERIOR DE APLICAÇÃO DETERMINADO (%)	ESTRATÉGIA ALVO (%)	LIMITE SUPERIOR DE APLICAÇÃO DETERMINADO (%)	LIMITE DA RESOLUÇÃO CMN 4.963/2021
0,00%	0,00%	100,00%	-

5.1.2 – FUNDOS REFERENCIADO DE RENDA FIXA, COMPOSTOS 100% EM TÍTULOS PÚBLICOS OU OPERAÇÕES COMPROMISSADAS

São fundos de investimento, cuja carteira é composta **100%** em Títulos Públicos e/ou Operações Compromissadas, de forma direta ou indireta, permitido aos RPPS aplicarem até 100% conforme a Resolução CMN nº 4.963/2021.

Art. 7º *– No segmento de renda fixa, as aplicações dos recursos dos regimes próprios de previdência social subordinam-se aos seguintes limites:*

***I** – até **100%** (cem por cento) em:*

***a)** cotas de fundos de investimento classificados como renda fixa, conforme regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários, constituídos sob a forma de condomínio aberto, cujos regulamentos determinem que seus recursos sejam aplicados exclusivamente em títulos definidos na alínea "a", ou compromissadas lastreadas nesses títulos;*

F.I. 100% T.P.F. e/ou Operações Compromissadas

LIMITE INFERIOR DE APLICAÇÃO DETERMINADO	ESTRATÉGIA ALVO (%)	LIMITE SUPERIOR DE APLICAÇÃO DETERMINADO	RESOLUÇÃO CMN 4.963/2021	
			LIMITE DO SEGMENTO	LIMITE GLOBAL
0,00%	59,33%	100,00%	-	-

5.1.3 – FUNDOS DE ÍNDICE DE MERCADO (ETF) DE RENDA FIXA, COMPOSTOS 100% EM TÍTULOS PÚBLICOS OU OPERAÇÕES COMPROMISSADAS

São fundos de investimento atrelados á índices de Mercado (ETF), cuja carteira é composta **100%** em Títulos Públicos ou Operações Compromissadas, de forma direta ou indireta, permitido aos RPPS aplicarem até 100% conforme a Resolução CMN nº 4.963/2021.

***Art. 7º** – No segmento de renda fixa, as aplicações dos recursos dos regimes próprios de previdência social subordinam-se aos seguintes limites:*

***I –** até **100%** (cem por cento) em:*

***a)** cotas de fundos de investimento em índice de mercado de renda fixa, negociáveis em bolsa de valores, conforme regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários, cujos regulamentos determinem que suas carteiras sejam compostas exclusivamente em títulos definidos na alínea "a", ou compromissadas lastreadas nesses títulos (fundos de índice de renda fixa);*

F.I. Índice de Renda Fixa 100% T.P.F. e/ou Operações

LIMITE INFERIOR DE APLICAÇÃO DETERMINADO	ESTRATÉGIA ALVO (%)	LIMITE SUPERIOR DE APLICAÇÃO DETERMINADO	RESOLUÇÃO CMN 4.963/2021	
			LIMITE DO SEGMENTO	LIMITE GLOBAL
0,00%	0,00%	100,00%	-	-

5.1.4 – OPERAÇÕES COMPROMISSADAS COM TÍTULOS PÚBLICOS

Operação compromissada é a possibilidade de o investidor realizar operações de empréstimos, dando Títulos como garantia. As operações compromissadas podem ter taxas pré

- fixadas ou pós - fixadas, sendo permitida aos RPPS, realizar essas operações, exclusivamente com Títulos Públicos Federais, até **5%** do seu patrimônio líquido, conforme a Resolução CMN nº 4.963/2021.

***Art. 7º** – No segmento de renda fixa, as aplicações dos recursos dos regimes próprios de previdência social subordinam-se aos seguintes limites:*

***II** – até 5% (cinco por cento) em operações compromissadas, lastreadas exclusivamente pelos títulos definidos na alínea "a" do inciso I;*

Operações Compromissadas

LIMITE INFERIOR DE APLICAÇÃO DETERMINADO	ESTRATÉGIA ALVO (%)	LIMITE SUPERIOR DE APLICAÇÃO DETERMINADO	RESOLUÇÃO CMN 4.963/2021	
			LIMITE DO SEGMENTO	LIMITE GLOBAL
0,00%	0,00%	5,00%	-	-

5.1.5 – FUNDOS REFERENCIADO EM INDICADORES DE RENDA FIXA

São fundos de investimento, cuja carteira é referenciada por ativos financeiros de Renda Fixa, permitido aos RPPS aplicarem até **60%**, conforme a Resolução CMN 4.963/2021, cumulativo aos fundos de investimento classificados como **artigo 7, III, b da Resolução CMN.**

***Art. 7º** - No segmento de renda fixa, as aplicaç ões dos recursos dos regimes próprios de previdência social subordinam-se aos seguintes limites:*

III – até **60%** (sessenta por cento) no somatórios dos seguintes ativos

***a)** cotas de fundos de investimento classificados como renda fixa, conforme regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários, constituídos sob a forma de condomínio aberto (fundos de renda fixa);*

LIMITE INFERIOR DE APLICAÇÃO DETERMINADO	ESTRATÉGIA ALVO (%)	LIMITE SUPERIOR DE APLICAÇÃO DETERMINADO	RESOLUÇÃO CMN 4.963/2021	
			LIMITE DO SEGMENTO	LIMITE GLOBAL
0,00%	17,21%	60,00%	*60%*	*60%*

F.I. de Renda Fixa

5.1.6 – FUNDOS EM ÍNDICES DE MERCADO (ETF) DE RENDA FIXA

São fundos de investimento, cuja carteira é composta por ativos financeiros em Índices de Mercado (ETF) de Renda Fixa, permitido aos RPPS, aplicarem até **60%**, conforme a Resolução CMN 4.963/2021, cumulativo aos fundos de investimento classificados como **artigo 7, III, a da Resolução CMN.**

***Art. 7º** - No segmento de renda fixa, as aplicaç ões dos recursos dos regimes próprios de previdência social subordinam-se aos seguintes limites:*

***III** – até **60%** (sessenta por cento) no somatórios dos seguintes ativos*

***b)** cotas de fundos de investimento em índice de mercado de renda fixa, negociáveis em bolsa de valores, compostos por ativos financeiros que busquem refletir as variações e rentabilidade de índice de renda fixa, conforme regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários (fundos de índice de renda fixa);*

F.I. de Índice de Renda Fixa

LIMITE INFERIOR DE APLICAÇÃO DETERMINADO	ESTRATÉGIA ALVO (%)	LIMITE SUPERIOR DE APLICAÇÃO DETERMINADO	RESOLUÇÃO CMN 4.963/2018	
			LIMITE DO SEGMENTO	LIMITE GLOBAL
0,00%	**12,79%**	**60,00%**	*60%*	*60%*

5.1.7 – ATIVOS FINANCEIROS DE RENDA FIXA

São Títulos de Renda Fixa, emitidos por Instituições Financeiras Bancárias, autorizadas a funcionar pelo BACEN, permitidos aos RPPS aplicarem até **20%** conforme a Resolução CMN nº 4.963/2021.

***Art. 7º** - No segmento de renda fixa, as aplicaç ões dos recursos dos regimes próprios de previdência social subordinam-se aos seguintes limites:*

***IV** - até 20% (vinte por cento) diretamente em ativos financeiros de renda fixa de emissão com obrigação ou coobrigação de instituições financeiras bancárias autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que atendam às condições previstas no inciso I do*

§ 2º do art. 21

Ativos Financeiros de Renda Fixa de I.F.

LIMITE INFERIOR DE APLICAÇÃO DETERMINADO	ESTRATÉGIA ALVO (%)	LIMITE SUPERIOR DE APLICAÇÃO DETERMINADO	RESOLUÇÃO CMN 4.963/2021	
			LIMITE DO SEGMENTO	LIMITE GLOBAL
0,00%	**0,00%**	**20,00%**	-	-

5.1.8 – FIDC - FUNDOS EM DIREITOS CREDITÓRIOS

São fundos de investimento de Renda Fixa, chamados no mercado de "recebíveis", provenientes dos créditos que uma empresa tem a receber, como duplicatas, cheques e outros tipos de Título financeiro, permitido aos RPPS aplicarem até **5%** conforme a Resolução CMN nº 4.963/2021.

***Art. 7º** - No segmento de renda fixa, as aplicaç ões dos recursos dos regimes próprios de previdência social subordinam-se aos seguintes limites:*

***V** - até 5% (cinco por cento) em:*

***a)** cotas de classe sênior de fundos de investimento em direitos creditórios (FIDC);*

FIDC - Classe Sênior

LIMITE INFERIOR DE APLICAÇÃO DETERMINADO	ESTRATÉGIA ALVO (%)	LIMITE SUPERIOR DE APLICAÇÃO DETERMINADO	RESOLUÇÃO CMN 4.695/2018	
			LIMITE DO SEGMENTO	LIMITE GLOBAL
0,00%	**0,00%**	**0,00%**	-	-

5.1.9 – FUNDOS DE RENDA FIXA DE CRÉDITO PRIVADO

São fundos de investimento que possuem no mínimo, **51%** de Títulos de caráter privado, classificados como renda fixa ou como referenciados em indicadores de desempenho de renda fixa que contenham em sua denominação a expressão “crédito privado”, permitido aos RPPS aplicarem até 5% conforme a Resolução CMN nº 4.963/2021.

***Art. 7º** - No segmento de renda fixa, as aplicaç ões dos recursos dos regimes próprios de previdência social subordinam-se aos seguintes limites:*

***V** - até 5% (cinco por cento) em:*

***b)** cotas de fundos de investimento classificados como renda fixa com sufixo “crédito privado” constituídos sob a forma de condomínio aberto, conforme regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários (fundos de renda fixa);*

F.I. Renda Fixa de 'Crédito Privado'

LIMITE INFERIOR DE APLICAÇÃO DETERMINADO	ESTRATÉGIA ALVO (%)	LIMITE SUPERIOR DE APLICAÇÃO DETERMINADO	RESOLUÇÃO CMN 4.963/2021	
			LIMITE DO SEGMENTO	LIMITE GLOBAL
0,00%	**0,00%**	**0,00%**	-	-

5.1.10 – FUNDOS DE RENDA FIXA COMPOSTOS 85% DE DEBÊNTURES

São fundos de investimento de Renda Fixa, que deverão informar em seu Regulamento, que a composição da carteira do Fundo será de no mínimo 85% de Debêntures, permitido aos RPPS aplicarem até **5%** conforme a Resolução CMN nº 4.695/2018.

***Art. 7º** - No segmento de renda fixa, as aplicaç ões dos recursos dos regimes próprios de previdência social subordinam-se aos seguintes limites:*

***V** – até **5%** (cinco por cento) em:*

***c)** cotas de fundo de investimento de que trata art. 3º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, que disponha em seu regulamento que 85% (oitenta e cinco por cento) do patrimônio líquido do fundo seja aplicado em debêntures de que trata o art. 2º dessa mesma Lei, observadas as normas da Comissão de Valores Mobiliários.*

F.I. em 85% de Debêntures

LIMITE INFERIOR DE APLICAÇÃO DETERMINADO	ESTRATÉGIA ALVO (%)	LIMITE SUPERIOR DE APLICAÇÃO DETERMINADO	RESOLUÇÃO CMN 4.695/2018	
			LIMITE DO SEGMENTO	LIMITE GLOBAL
0,00%	0,00%	0,00%	-	-

5.2 – RENDA VARIÁVEL

Conforme o Art. 8 da Resolução CMN 4.963/2021, as aplicações previstas em Renda Variável, cumulativamente, limitar-se-ão a 30% (trinta por cento) da totalidade das aplicações do PREVI-PAZ.

Essas aplicações, caso realizadas, terão como objetivo, a diversificação dos investimentos do PREVI-PAZ, tendo em vista a necessidade de se buscar investimentos mais rentáveis. Porém, em decorrência do alto risco de volatividade, essas aplicações só poderão ser realizadas, se o PREVI-PAZ possuir horizonte de aplicação de médio e/ou longo prazo, não possuindo necessidade de consumir recursos no curto prazo.

O Histórico dessa modalidade de investimento demonstra que, quanto maior o prazo de aplicação, menor é o risco de uma rentabilidade acumulada baixa, devido os meses negativos perderem significância com prazos extensos.

Aplicação em Renda Variável pode trazer rentabilidade negativa em alguns meses e nesse caso, qualquer aplicação nesse segmento pelo PREVI-PAZ, será respeitado um prazo de 5 anos para aplicação em renda variável, desde que o Duration do fluxo de caixa do Plano de Benefícios, mas podendo ser interrompido, caso a valorização dos fundos de Renda Variável em algum determinado ano, mostre uma excelente oportunidade de ganho antes do prazo determinado.

5.2.1 – FUNDOS DE INVESTIMENTO EM AÇÕES

São fundos de investimento em ações, conforme regulamentação estabelecida pela CVM, permitido aos RPPS aplicarem até **30%**, conforme a Resolução CMN 4.963/2021.

Art. 8º *No segmento de renda variável, as aplicações dos recursos dos regimes próprios de previdência social subordinam-se ao limite de até 30% (trinta por cento) em:*

I *- cotas de fundos de investimento classificados como ações, constituídos sob a forma de condomínio aberto, conforme regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários (fundos de renda variável);*

F.I. Ações

LIMITE INFERIOR DE APLICAÇÃO DETERMINADO	ESTRATÉGIA ALVO (%)	LIMITE SUPERIOR DE APLICAÇÃO DETERMINADO	RESOLUÇÃO CMN 4.695/2018	
			LIMITE DO SEGMENTO	LIMITE GLOBAL
0,00%	10,67%	30,00%	-	-

5.2.2 – FUNDOS EM ÍNDICES DE MERCADO (ETF) DE RENDA VARIÁVEL

São fundos de investimento em ações em índice de mercado, cuja carteira é composta por ativos financeiros, que buscam refletir as variações e rentabilidade de índices de renda variável, divulgados por Bolsa de Valores no Brasil, permitido aos RPPS aplicarem até **30%** conforme a Resolução CMN 4.963/2021.

Art. 8º *No segmento de renda variável, as aplicações dos recursos dos regimes próprios de previdência social subordinam-se ao limite de até 30% (trinta por cento) em:*

II *- cotas de fundos de investimento em índice de mercado de renda variável, negociáveis em bolsa de valores, cujas carteiras sejam compostas por ativos financeiros que busquem refletir as variações e rentabilidade de índices de renda variável, divulgados ou negociados por bolsa de valores no Brasil, conforme regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários (fundos de índice de renda variável).*

F.I. Ações em Índices de Renda Variável

LIMITE INFERIOR DE APLICAÇÃO DETERMINADO	ESTRATÉGIA ALVO (%)	LIMITE SUPERIOR DE APLICAÇÃO DETERMINADO	RESOLUÇÃO CMN 4.695/2018	
			LIMITE DO SEGMENTO	LIMITE GLOBAL
0,00%	0,00%	30,00%	-	-

5.3 – INVESTIMENTO ESTRUTURADO

Conforme o art. 2, § 1º da Resolução CMN 4.693/2021, são considerados investimentos estruturados:

I - fundos de investimento classificados como multimercado; II - fundo de investimento em participações (FIP); e

III - fundos de investimentos classificados como "Ações - Mercado de Acesso".

Conforme o Art. 10 da Resolução CMN 4.963/2021, as aplicações previstas em Investimentos Estruturados, cumulativamente, subordinam-se ao limite global de até 15% (quinze por cento) da totalidade das aplicações do PREVI-PAZ.

Essas aplicações, caso realizadas, terão como objetivo, a diversificação dos investimentos do PREVI-PAZ, tendo em vista a necessidade de se buscar investimentos mais rentáveis. Porém, em decorrência do alto risco de volatividade, essas aplicações só poderão ser realizadas, se o PREVI-PAZ possuir horizonte de aplicação de médio e/ou longo prazo, não possuindo necessidade de consumir recursos no curto prazo.

O Histórico dessa modalidade de investimento demonstra que, quanto maior o prazo de aplicação, menor é o risco de uma rentabilidade acumulada baixa, devido os meses negativos perderem significância com prazos extensos.

Aplicação em Renda Variável pode trazer rentabilidade negativa em alguns meses e nesse caso, qualquer aplicação nesse segmento pelo PREVI-PAZ, será respeitado um prazo de 5 anos para aplicação em renda variável, desde que o Duration do fluxo de caixa do Plano de Benefícios, mas podendo

ser interrompido, caso a valorização dos fundos de Renda Variável em algum determinado ano, mostre uma excelente oportunidade de ganho antes do prazo determinado.

5.3.1 – FUNDOS DE INVESTIMENTO MULTIMERCADOS

São fundos de investimento, cuja carteira é composta de ativos de renda fixa e ativos de renda variável, sem fator de concentração em algum índice, permitido aos RPPS aplicarem até **10%** conforme a Resolução CMN 4.963/2021.

Art. 10. *No segmento de investimentos estruturados, as aplicações dos recursos do regime próprio de previdência social subordinam-se ao limite global de até 15% (quinze por cento), e adicionalmente aos seguintes:*

I *- até 10% (dez por cento) em cotas de fundos de investimento classificados como multimercado (FIM) e em cotas de fundos de investimento em cotas de fundos de investimento classificados como multimercado (FICFIM);*

F.I. e F.I.C FI Multimercados

LIMITE INFERIOR DE APLICAÇÃO DETERMINADO	ESTRATÉGIA ALVO (%)	LIMITE SUPERIOR DE APLICAÇÃO DETERMINADO	RESOLUÇÃO CMN 4.695/2018	
			LIMITE DO SEGMENTO	LIMITE GLOBAL
0,00%	0,00%	10,00%	-	-

5.3.2 – FUNDOS DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES

São fundos de investimento de condomínio fechado e destinam-se à aquisição de ações, debêntures, bônus de subscrição de ações ou outros títulos e valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de emissão de companhias, abertas ou fechadas, participando do processo decisório da companhia investida, permitido aos RPPS aplicarem até **5%** conforme a Resolução CMN nº 4.963/2021.

Art. 10. *No segmento de investimentos estruturados, as aplicações dos recursos do regime próprio de previdência social subordinam-se ao limite global de até 15% (quinze por cento), e adicionalmente aos seguintes:*

II *- até 5% (cinco por cento) em cotas de fundos de investimento em participações (FIP), constituídos sob a forma de condomínio fechado, vedada a subscrição em distribuições de cotas subsequentes, salvo se para manter a mesma proporção já investida nesses fundos;*

F.I. em Participações

LIMITE INFERIOR DE APLICAÇÃO DETERMINADO	ESTRATÉGIA ALVO (%)	LIMITE SUPERIOR DE APLICAÇÃO DETERMINADO	RESOLUÇÃO CMN 4.695/2018	
			LIMITE DO SEGMENTO	LIMITE GLOBAL
0,00%	0,00%	0,00%	-	-

5.3.3 – FUNDOS DE INVESTIMENTO AÇÕES - MERCADO DE ACESSO

São fundos de investimento, cuja carteira é composta por ações com direito de participarem do processo decisório da companiha investida, permitido aos RPPS aplicarem até **5%** conforme a Resolução CMN nº 4.963/2021.

Art. 10. *No segmento de investimentos estruturados, as aplicações dos recursos do regime próprio de previdência social subordinam-se ao limite global de até 15% (quinze por cento), e adicionalmente aos seguintes:*

III *- até 5% (cinco por cento) em cotas de fundos de investimento classificados como "Ações - Mercado de Acesso", conforme regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários.*

F.I. Ações - Mercado de Acesso

LIMITE INFERIOR DE APLICAÇÃO DETERMINADO	ESTRATÉGIA ALVO (%)	LIMITE SUPERIOR DE APLICAÇÃO DETERMINADO	RESOLUÇÃO CMN 4.695/2018	
			LIMITE DO SEGMENTO	LIMITE GLOBAL
0,00%	0,00%	0,00%	-	-

5.4 – FUNDOS IMOBILIÁRIOS

Fundos Imobiliários (FII) são fundos de investimento destinados à aplicação em empreendimentos imobiliários, o que inclui, além da aquisição de direitos reais sobre bens imóveis, o investimento em títulos relacionados ao mercado imobiliário, como letras de crédito imobiliário (LCI), letras hipotecárias (LH), cotas de outros FII, certificados de potencial adicional de construção, (CEPAC), certificados de recebíveis imobiliários (CRI), e outros previstos na regulamentação.

Conforme o Art. 11 da Resolução CMN 4.963/2021, as aplicações previstas em cotas de fundos de investimento imobiliários (FII) negociadas nos pregões de bolsa de valores, sujeitam-se ao limite de até 5% (cinco por cento) da totalidade das aplicações do PREVI-PAZ.

Essas aplicações, caso realizadas, terão como objetivo, a diversificação dos investimentos do PREVI-PAZ, tendo em vista a necessidade de se buscar investimentos mais rentáveis. Porém, em decorrência do alto risco de volatividade, essas aplicações só poderão ser realizadas, se o PREVI-PAZ possuir horizonte de aplicação de médio e/ou longo prazo, não possuindo necessidade de consumir recursos no curto prazo.

O Histórico dessa modalidade de investimento demonstra que, quanto maior o prazo de aplicação, menor é o risco de uma rentabilidade acumulada baixa, devido os meses negativos perderem significância com prazos extensos.

5.4.1 – FUNDOS DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIOS

São fundos de investimento, cuja carteira é uma comunhão de recursos captados por meio do sistema de distribuição de valores mobiliários e destinados à aplicação em empreendimentos imobiliários, permitido aos RPPS aplicarem até **5%** conforme a Resolução CMN nº 4.963/2021.

Art. 11. *No segmento de fundos imobiliários, as aplicações dos recursos do regime próprio de previdência social sujeitam-se ao limite de até 5% (cinco por cento) em cotas de fundos de investimento imobiliários (FII) negociadas nos pregões de bolsa de valores.*

F.I. Imobiliário

LIMITE INFERIOR DE APLICAÇÃO DETERMINADO	ESTRATÉGIA ALVO (%)	LIMITE SUPERIOR DE APLICAÇÃO DETERMINADO	RESOLUÇÃO CMN 4.695/2018	
			LIMITE DO SEGMENTO	LIMITE GLOBAL
0,00%	0,00%	0,00%	-	-

5.5 – INVESTIMENTOS NO EXTERIOR

Poderá ser disponibilizada uma parcela de até 10% dos recursos do PREVI-PAZ para essas aplicações, conforme permitido pela Resolução CMN nº 4. 963/2021, a qual prevê a possibilidade de Investimentos no Exterior.

Este tipo de investimento é considerado Renda Variável, mas sendo negociado com ativos oferecidos no Exterior ou lastreados em Instituições domiciliadas no Exterior, sendo mais uma opção de aplicação para os RPPS. Em decorrência do alto risco de volatividade, essas aplicações só poderão ser realizadas, se o PREVI-PAZ possuir horizonte de aplicação de médio e/ou longo prazo, não possuindo necessidade de consumir recursos no curto prazo.

O Histórico dessa modalidade de investimento demonstra que, quanto maior o prazo de aplicação, menor é o risco de uma rentabilidade acumulada baixa, devido os meses negativos perderem significância com prazos extensos.

Conforme o artigo 10º, da Resolução CMN 4.963/2021, as aplicações dos recursos dos RPPS subordinam-se ao limite de até 10% (dez por cento) previstos em Investimento no Exterior, da totalidade das aplicações do PREVI-PAZ.

5.5.1 – F.I. E F.I.C - RENDA FIXA - DÍVIDA EXTERNA

São fundos de investimentos classificados como "Renda Fixa - Dívida Externa", cuja carteira é composta por até **80%** em **Títulos de Dívida Externa do Brasil**, permitido aos RPPS aplicarem até **10%** conforme a Resolução CMN nº 4.963/2021.

Art. 9º *No segmento de investimentos no exterior, as aplicações dos recursos dos regimes próprios de previdência social subordinam-se ao limite de até 10% (dez por cento) no conjunto de:*

I *- cotas de fundos de investimento e cotas de fundos de investimento em cotas de fundos de investimento classificados como "Renda Fixa - Dívida Externa";*

FIC e FIC FI - Renda Fixa - Dívida Externa

LIMITE INFERIOR DE APLICAÇÃO DETERMINADO	ESTRATÉGIA ALVO (%)	LIMITE SUPERIOR DE APLICAÇÃO DETERMINADO	RESOLUÇÃO CMN 4.695/2018	
			LIMITE DO SEGMENTO	LIMITE GLOBAL
0,00%	0,00%	10,00%	-	-

5.5.2 – FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS - ABERTO - INVESTIMENTO NO EXTERIOR

São cotas de fundos de investimento constituídos no Brasil sob a forma de condomínio aberto com o sufixo "Investimento no Exterior", cuja carteira é composta por, no mínimo, **67%** do seu patrimônio líquido em cotas de fundos de investimento constituídos no exterior, permitido aos RPPS aplicarem até **10%** conforme a Resolução CMN nº 4.963/2021.

Art. 9º *No segmento de investimentos no exterior, as aplicações dos recursos dos regimes próprios de previdência social subordinam-se ao limite de até 10% (dez por cento) no conjunto de:*

II *- cotas de fundos de investimento constituídos no Brasil sob a forma de condomínio aberto com o sufixo "Investimento no Exterior", nos termos da regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários, que invistam, no mínimo, 67% (sessenta e sete por cento) do seu patrimônio líquido em cotas de fundos de investimento constituídos no exterior;*

FIC - Aberto - Investimento no Exterior

LIMITE INFERIOR DE APLICAÇÃO DETERMINADO	ESTRATÉGIA ALVO (%)	LIMITE SUPERIOR DE APLICAÇÃO DETERMINADO	RESOLUÇÃO CMN 4.695/2018	
			LIMITE DO SEGMENTO	LIMITE GLOBAL
0,00%	0,00%	10,00%	-	-

5.5.3 – FUNDOS DE AÇÕES - BDR NÍVEL I

São fundos de investimento em ações, cuja carteira é uma comunhão de ações de empresas estrangeiras negociadas no Brasil, permitido aos RPPS aplicarem até **10%** conforme a Resolução CMN 4.963/2021.

Art. 9º *No segmento de investimentos no exterior, as aplicações dos recursos dos regimes próprios de previdência social subordinam-se ao limite de até 10% (dez por cento) no conjunto de:*

III *- cotas dos fundos da classe "Ações – BDR Nível I", nos termos da regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários.*

Fundos de Ações - BDR Nível I

LIMITE INFERIOR DE APLICAÇÃO DETERMINADO	ESTRATÉGIA ALVO (%)	LIMITE SUPERIOR DE APLICAÇÃO DETERMINADO	RESOLUÇÃO CMN 4.695/2018	
			LIMITE DO SEGMENTO	LIMITE GLOBAL
0,00%	0,00%	10,00%	-	-

5.6 – EMPRÉSTIMO CONSIGNADO

O crédito consignado é a modalidade de empréstimo pessoal em que o valor das parcelas é descontado automaticamente, direto no contracheque do Servidor Púbico ou, sobre os proventos dos Aposentados/Pensionistas.

Conforme o Art. 12, I da Resolução CMN 4.963/2021, no segmento de empréstimos a segurados, na modalidade consignados, as aplicações dos RPPS subordinam-se, até 5% (cinco por cento), para os regimes que não alcançarem os níveis de governança previstos no § 7º do art. 7º da Resolução CMN 4.963/2021.

Por mais que esta Política de Investimento permita com que o PREVI-PAZ disponibilize o limite máximo de seu Patrimônio Líquido (5,00%), conforme a Resolução CMN 4.963/2021, para o segmento de Empréstimos Consignado, o PREVI-PAZ deverá, além de atender todo o artigo 12 da Resolução CMN 4.963/2021, aguardar a Secretaria de Previdência publicar as regulamentações procedimentais para verificação da viabilidade econômico-financeira da execução do segmento de empréstimo consignado junto aos seus Segurados.

5.6.1 – EMPRÉSTIMO CONSIGNADO

I - até 5% (cinco por cento), para os regimes que não alcançarem os níveis de governança previstos no § 7º do art. 7º;

Art. 12. *No segmento de empréstimos a segurados, na modalidade consignados, as aplicações dos recursos do regime próprio de previdência social subordinam-se, alternativamente, aos seguintes limites, apurados na forma do caput do art. 6º:*

I - até 5% (cinco por cento), para os regimes que não alcançarem os níveis de governança previstos no § 7º do art. 7º;

Empréstimo Consignado

LIMITE INFERIOR DE APLICAÇÃO DETERMINADO	ESTRATÉGIA ALVO (%)	LIMITE SUPERIOR DE APLICAÇÃO DETERMINADO	RESOLUÇÃO CMN 4.695/2018	
			LIMITE DO SEGMENTO	LIMITE GLOBAL
0,00%	0,00%	5,00%	-	-

5.7 - RESUMO DAS ESTRATÉGIAS DE ALOCAÇÃO DOS RECURSOS

ORDEM TABELA	*TIPO DE ATIVO*	*RESOLUÇÃO CMN 4.963/2021*		*ESTRATÉGIA DE ALOCAÇÃO - POLÍTICA DE INVESTIMENTO 2022*		
		ARTIGO	*LIMITE*	*LIMITE INFERIOR (%)*	*ESTRATÉGIA ALVO (%)*	*LIMITE SUPERIOR (%)*
1	Títulos Públicos Federal	7, I, a	100%	0,00%	0,00%	100,00%
2	F.I. 100% T.P.F. e/ou Operações Compromissadas	7, I, b	100%	0,00%	59,33%	100,00%
3	F.I. Índice de Renda Fixa 100% T.P.F. e/ou Operações	7, I, c	100%	0,00%	0,00%	100,00%
4	Operações Compromissadas	7, II	5%	0,00%	0,00%	5,00%
5	F.I. de Renda Fixa	7, III, a	60%	0,00%	17,21%	60,00%
6	F.I. de Índice de Renda Fixa	7, III, b	60%	0,00%	12,79%	60,00%
7	Ativos Financeiros de Renda Fixa de I.F.	7, IV	20%	0,00%	0,00%	20,00%
8	FIDC - Classe Sênior	7, V, a	5%	0,00%	0,00%	0,00%
9	F.I. Renda Fixa de "Crédito Privado"	7, V, b	5%	0,00%	0,00%	0,00%
10	F.I. em 85% de Debêntures	7, V, c	5%	0,00%	0,00%	0,00%
11	SUB-TOTAL RENDA FIXA			0,00%	89,33%	-
12	F.I. Ações	8, I	30%	0,00%	10,67%	30,00%
13	F.I. Ações em Índices de Renda Variável	8, II	30%	0,00%	0,00%	30,00%
14	SUB-TOTAL RENDA VARIÁVEL			0,00%	10,67%	30,00%
15	F.I. e F.I.C FI Multimercados	10, I	10%	0,00%	0,00%	10,00%
16	F.I. em Participações	10, II	5%	0,00%	0,00%	0,00%
17	F.I. Ações - Mercado de Acesso	10, III	5%	0,00%	0,00%	0,00%
18	SUB-TOTAL INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS			0,00%	0,00%	15,00%
19	F.I. Imobiliário	11	5%	0,00%	0,00%	0,00%
20	SUB-TOTAL FUNDOS IMOBILIÁRIOS			0,00%	0,00%	5,00%
21	FIC e FIC FI - Renda Fixa - Dívida Externa	9º, I	10%	0,00%	0,00%	10,00%
22	FIC - Aberto - Investimento no Exterior	9º, II	10%	0,00%	0,00%	10,00%
23	Fundos de Ações - BDR Nível I	9º, III	10%	0,00%	0,00%	10,00%
24	SUB-TOTAL INVESTIMENTO NO EXTERIOR			0,00%	0,00%	10,00%
25	Empréstimo Consignado	12	5%	0,00%	0,00%	5,00%
26	SUB-TOTAL EMPRÉSTIMO CONSIGNADO			0,00%	0,00%	5,00%
27	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (11 + 14 + 18 + 20 + 24 + 26)				100,00%	

81

5.8 – LIMITE DE ALOCAÇÃO POR BENCHMARK

Apesar de ser recomendável a diversificação da carteira em momentos de incertezas e recuperação econômica, o PREVI-PAZ precisa perseguir a Meta Atuarial, sob penalidade de elevar o Déficit Atuarial.

Para conciliar os riscos de oscilação, com a necessidade do cumprimento da Meta Atuarial é aconselhável que durante o exercício de 2022, o PREVI-PAZ mantenha uma carteira bem diversificada, distribuindo seus recursos em investimentos de Renda Fixa e de Renda Variável. Com relação as aplicações em subíndices ANBIMA, a carteira terá uma concentração especial, em índices moderados, como IMA - B 5, IDKA 2 ou IMA - GERAL, por serem mais estáveis.

Analisando o gráfico abaixo, praticamente o **IMA – B 5** rentabilizou a mesma coisa que o subíndice **IMA – B**, mas sem oferecer oscilações como em 2013.

RENTABILIDADE 2014 - 2021 (7 ANOS)

CDI IMA - B IMA - B 5

160,00%

140,00%

120,00%

100,00%

80,00%

60,00%

40,00%

20,00%

0,00%

-20,00%

No intuito de amenizar as possíveis oscilações da carteira do PREVI-PAZ, a alocação dos recursos financeiros deverá seguir o limite proposto para cada benchmark.

RESUMO DA ALOCAÇÃO DA CARTEIRA POR BENCHMARK *

ÍNDICE BENCHMARK	POSIÇÃO DA CARTEIRA (R$) EM 31/10/2021	LIMITE INFERIOR	LIMITE SUPERIOR

RENDA FIXA

DI	*12,79%*	**0,00%**	**80,00%**
IRF - M 1	*15,75%*	**0,00%**	**50,00%**
IRF - M	*9,18%*	**0,00%**	**40,00%**
IRF - M 1 +	*3,23%*	**0,00%**	**13,23%**
IMA - B 5	*16,46%*	**0,00%**	**60,00%**
IMA - B	*15,20%*	**0,00%**	**30,00%**
IMA - B 5 +	*0,00%*	**0,00%**	**5,00%**
IMA - GERAL, IMA – GERAL ex – C	*0,00%*	**0,00%**	**10,00%**
IDKA 2, IDKA 3	*16,72%*	**0,00%**	**50,00%**
IPCA	*0,00%*	**0,00%**	**30,00%**
IPCA + TAXA DE JUROS	*0,00%*	**0,00%**	**30,00%**

RENDA VARIÁVEL

MULTIMERCADO	*0,00%*	**0,00%**	**10,00%**
ÍNDICES DE RENDA VARIÁVEL	*10,67%*	**0,00%**	**30,00%**

INVESTIMENTO NO EXTERIOR

ÍNDICES DE INVESTIMENTO NO EXTERIOR	*0,00%*	**0,00%**	**10,00%**

6 – CLASSIFICAÇÃO DE PERFIL DE INVESTIDOR

A definição do perfil de investidor, através da metodologia de escala de 1 a 10, tem como objetivo auxiliar os gestores a elaborarem uma carteira de investimento, que busque atender seus objetivos (Meta Atuarial), sua aversão a risco e seu horizonte de aplicação.

A **Classificação de Perfil de Investidor**, segue a seguinte escala de classificação:

CLASSIFICAÇÃO DE PERFIL DE INVESTIDOR

1	**EXTREMAMENTE CONSERVADOR**
2	**CONSERVADOR**
3	**CONSERVADOR com tendência a ser MODERADA**
4	**MODERADO com tendência a ser CONSERVADORA**
5	**MODERADO**
6	**MODERADO com tendência a ser ARROJADA**
7	**ARROJADO com tendência a ser CONSERVADORA**
8	**ARROJADO com tendência a ser MODERADA**
9	**ARROJADO**
10	**EXTREMAMENTE ARROJADO**

Alguns investidores tendem a manter a carteira de investimento em índices conservadores, como **zona de conforto**, porém, não existe outra forma de cumprir a Meta Atuarial, se não elevarmos o **RISCO DE MERCADO** da carteira. Portanto, a metodologia descrita acima, busca elaborar uma carteira que apresente a melhor relação de **risco x retorno** ou, **Oscilação de Mercado x Meta Atuarial.**

A definição do perfil de investidor do PREVI-PAZ, leva em consideração a perspectiva macroeconômica e dos investimentos e a aversão a risco do investidor.

Dentro da metodologia de Classificação de Perfil de Investidor, o PREVI-PAZ adotará uma carteira com PERFIL 6 - MODERADO COM TENDÊNCIA ARROJADA.

Descrição do Perfil de Investidor

Objetivo do perfil

Comportamento da carteira

7 – ADERÊNCIA DAS METAS AO PERFIL DA CARTEIRA DO RPPS E DAS OBRIGAÇÕES DO PLANO

7.1 – ADERÊNCIA DAS METAS AO PERFIL DA CARTEIRA

No ano de 2021, o PREVI-PAZ adotou o PERFIL 6 – MODERADO COM TENDÊNCIA

ARROJADA, conseguindo até 31/10/2021, uma rentabilidade de -3,12%, contra uma Meta Atuarial de 13,07%, ainda buscando o objetivo de cumprir a Meta Atuarial.

Como os indicadores econômicos, projetam uma inflação maior para o ano seguinte (2022 – 5,00% ; 2021 – 10,15%) e uma Taxa Selic com iminência de elevação, o PREVI-PAZ adotará um tipo de perfil de investidor, na maior parte do exercício financeiro, podendo oscilar em períodos curtos, para um perfil 1 ponto abaixo e 1 ponto acima do perfil escolhido.

PERFIL DE INVESTIDOR

LIMITE INFERIOR DO PERFIL	*LIMITE ALVO DO PERFIL*	*LIMITE SUPERIOR DO PERFIL*
5 - MODERADO	**6 - MODERADO com tendência a ser ARROJADA**	**7 - ARROJADO com tendência a ser CONSERVADORA**

Apesar de termos uma Meta Atuarial menor a ser cumprida, a possibilidade de elevação da Taxa de Juros poderá trazer oscilações sobre os investimentos pré -fixados.

Mesmo que o perfil adotado exponha menos a carteira de investimentos a riscos de mercado, se a inflação se mantiver controlada e no patamar projetado, o PREVI-PAZ conseguirá cumprir a Meta Atuarial sem maiores dificuldades.

Portanto, o perfil de investidor adotado pela Política de Investimentos é aderente as suas metas.

7.2 – ADERÊNCIA DAS OBRIGAÇÕES PREVIDENCIÁRIAS DO PLANO

O primeiro objetivo financeiro de um Plano de Previdência é pagar benefícios aos seus Segurados (ou participantes). Por esse motivo, não podemos bloquear o resgate dos recursos, devido um planejamento financeiro mal feito. Para verificarmos se os investimentos ofertados mercado financeiro, não irão comprometer as obrigações previdenciárias a longo prazo, recomendamos no mínimo, a elaboração e análise da **Duration do fluxo de caixa do Plano de Benefícios** ou do **Fluxo Atuarial do RPPS,** contida nas Reavaliações Atuariais, para verificação da compatibilidade de caixa.

De acordo com o Estudo de Duration do Fluxo de Caixa do Plano Previdenciário, que se encontra na Reavaliação Atuarial/, data focal 31/12/2020, o PREVI-PAZ possui um horizonte de 8 anos para começar a utilizar os recursos para pagamento de benefícios, sem considerar a ocorrência de concursos públicos futuros. Esse horizonte servirá de base para investimentos que visam o longo prazo, como Fundos atrelados à inflação, Fundos com juros pré-fixados, Fundos com prazo de carência, Investimentos de Renda Variável e Títulos Públicos Federais.

Segundo o RELATÓRIO MENSAL DE INVESTIMENTO - 10/2021, a distribuição atual da carteira de investimentos, por horizonte temporal é da seguinte forma:

100%

100%

DISTRIBUIÇÃO DA DISPONIBILIDADE DOS RECURSOS (LIQUIDEZ x IMOBILIZADO)

80%

60%

40%

20%

0%

ORDEM	*PRAZO (até x anos)*	% DISTRIBUIÇÃO POR PRAZO
1	**0**	**100,00%**
		100,00%

Portanto, o horizonte temporal da carteira de investimento é aderente as obrigações previdenciárias do plano.

8 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente Política de Investimentos deverá ser revista anualmente, a contar da data de sua aprovação pelo Conselho Curador, Conselho de Fiscalização e o Comitê de Investimento, sendo que o prazo de vigência compreenderá o período de 01 de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2022.

As aplicações que não estiverem claramente definidas neste documento, e que estiverem de acordo com as diretrizes de investimento e em conformidade com a legislação aplicável em vigor, deverão ser levadas ao Comitê de Investimentos e ao Conselho Curador do PREVI-PAZ, para avaliação e possível aprovação.

As aplicações realizadas pelo PREVI-PAZ passarão por um processo de análise, para o qual serão utilizados alguns instrumentos de análise de risco, além do histórico de quotas e rentabilidade de fundos de investimento, informações de mercado on-line, pesquisa em sites institucionais e outras. Além de estudar o regulamento e o prospecto dos fundos de investimento, será feita uma análise do gestor/emissor e da taxa de administração cobrada. Estes investimentos serão constantemente avaliados através de acompanhamento de desempenho e da análise da composição da carteira dos fundos. As avaliações serão feitas para orientar as definições de estratégias e as tomadas de decisão, de forma a otimizar o retorno da carteira, cumprir a meta atuarial e minimizar riscos.

O responsável pela gestão dos recursos do PREVI-PAZ deverá ser pessoa física, vinculada ao Ente Federativo e a unidade gestora do Regime Próprio como servidor de cargo efetivo ou de livre nomeação e exoneração. Deverá ainda ter sido aprovado em exame de certificação profissional, organizado por entidade autônoma de reconhecida capacidade técnica e difusão no mercado brasileiro de capitais.

A presente Política está sujeita a modificação, conforme o artigo 4º §1º da Resolução CMN 4.963/2021, em virtude de alterações na legislação que rege a aplicação de recursos dos regimes de previdência bem como em decorrência de mudanças significativas no cenário econômico. Em ambos os casos, a adequação da presente política será discutida em reunião do Conselho Curador.

Destacamos que no artigo 1º § 3º da Portaria MPS 519/2011, a Política Anual de Investimentos e suas revisões, bem como as aprovações exigidas deverão permanecer à disposição dos órgãos de acompanhamento, supervisão e controle pelo prazo de 10 (dez) anos.

PEIXOTO DE AZEVEDO-MT, 02 DE DEZEMBRO DE 2021.

WILLIAN CESAR GOMES PEREIRA

Diretor do PREVI-PAZ

CPF: 862.026.771-04

Lidiane Silva Rodrigues

Gestor de Investimentos do PREVI-PAZ Certificação Profissional ANBIMA - CPA 10 CPF: 030.611.381-37

8.1 – MEMBROS DO COMITÊ DE INVESTIMENTO

Willian Cesar Gomes Pereira CPF: 862.026.771-04

Lidiane Silva Rodrigues Certificação Profissional ANBIMA - CPA 10

CPF: 030.611.381-37

Edilaine de Fátima Bagnara Grandini Certificação Profissional ANBIMA - CPA 10 CPF: 005.714.801-52

8.2 – MEMBROS DO CONSELHO CURADOR

Marcos Monteiro Farias CPF: 847.786.011-49

Silvia Barbara Priscila Vacario CPF: 041.028.639-74

Wadilson de Freitas CPF: 768.481.911-91

Diana Leandro da Silva CPF: 784.459.301-68

Cristiane Macedo Lima CPF: 022.301.681-00

Samuel Leite Correa CPF: 074.744.268-11

Rafael Silva Santos CPF: 755.936.881.68

Marcos Alves Oliveira CPF: 053.206.291-41

Josias Silvia Oliveira CPF: 958.116.301-82

8.3 – MEMBROS DO CONSELHO DE FISCALIZAÇÃO

Geliton Pereira Camelo CPF: 631.047.761-72

Ana Paula Teles dos Reis CPF: 005.716.781-81

Dalverlandia Chaves da Silva Kotikoski

CPF: 701.819.001-06

Ronaldo Kenis Ferreira Sousa

CPF: 960.758.721-91

Jose Bernardino da Costa CPF:180.790.672-87

9 – ANEXO 9.1 – RESUMO DAS ESTRATÉGIAS DE ALOCAÇÃO DOS RECURSOS, RESOLUÇÃO CMN 4.963/2018

TIPO DE ATIVO	*RESOLUÇÃO CMN 4.695/2018*		*POSIÇÃO DA CARTEIRA (R$) EM 31/10/2021*	*POSIÇÃO ATUAL DA CARTEIRA (%)*	*ESTRATÉGIA DE ALOCAÇÃO - POLÍTICA DE INVESTIMENTO 2022*		
	ARTIGO	*LIMITE*			*LIMITE INFERIOR (%)*	*ESTRATÉGIA ALVO (%)*	*LIMITE SUPERIOR (%)*
Títulos Tesouro Nacional - SELIC	**7, I, a**	**100%**	-	0,00%	**0,00%**	**0,00%**	**10,00%**
FI Refer. 100% Títulos Tesouro Nacional - SELIC	**7, I, b**	**100%**	35.520.161,02	59,32%	**0,00%**	**59,33%**	**79,00%**
FI índice Mercado 100% Títulos Tesouro Nacional - SELIC	**7, I, c**	**100%**	-	0,00%	**0,00%**	**0,00%**	**79,00%**
Operações Compromissadas lastreadas em Títulos Públicos	**7, II**	**5%**	-	0,00%	**0,00%**	**0,00%**	**0,00%**
FI Referenciados em Indicadores de Renda Fixa	**7, III, a**	**60%**	10.305.385,53	17,21%	**0,00%**	**17,21%**	**40,00%**
FI de Índices em Indicadores de Renda Fixa	**7, III, b**	**60%**	-	0,00%	**0,00%**	**0,00%**	**40,00%**
FI de Renda Fixa	**7, IV, a**	**40%**	7.660.485,60	12,79%	**0,00%**	**12,79%**	**40,00%**
FI de índices de Renda Fixa	**7, IV, b**	**40%**	-	0,00%	**0,00%**	**0,00%**	**40,00%**
LIG - Letras Imobiliárias Garantidas	**7, V, b**	**20%**	-	0,00%	**0,00%**	**0,00%**	**0,00%**
CDB - Certificado de Depósito Bancário	**7, VI, a**	**15%**	-	0,00%	**0,00%**	**0,00%**	**13,00%**
Depósito Poupança	**7, VI, b**	**15%**	-	0,00%	**0,00%**	**0,00%**	**2,00%**
FI em Direitos Creditórios - Cota Sênior	**7, VII, a**	**5%**	-	0,00%	**0,00%**	**0,00%**	**0,00%**
FI de Renda Fixa Crédito Privado	**7, VII, b**	**5%**	-	0,00%	**0,00%**	**0,00%**	**0,00%**
FI em Debêntures	**7, VII, c**	**5%**	-	0,00%	**0,00%**	**0,00%**	**0,00%**
1 - SUB-TOTAL RENDA FIXA			**53.486.032,15**	**89,33%**	**0,00%**	**89,33%**	**-**
FI em índices de RV - (mín. 50 ações)	**8, I, a**	**30%**	-	0,00%	**0,00%**	**0,00%**	**10,00%**
FI em índices de Mercado de RV - (mín. 50 ações)	**8, I, b**	**30%**	-	0,00%	**0,00%**	**0,00%**	**10,00%**
FI em Ações	**8, II, a**	**20%**	6.388.297,40	10,67%	**0,00%**	**10,67%**	**20,00%**
FI em índices de Mercado de RV	**8, II, b**	**20%**	-	0,00%	**0,00%**	**0,00%**	**10,00%**
FI Multimercado - aberto	**8, III**	**10%**	-	0,00%	**0,00%**	**0,00%**	**10,00%**
FI em Participações - fechado	**8, IV, a**	**5%**	-	0,00%	**0,00%**	**0,00%**	**0,00%**
FIC Ações - Mercado de Acesso	**8, IV, c**	**5%**	-	0,00%	**0,00%**	**0,00%**	**0,00%**
FI Imobiliário	**8, IV, b**	**5%**	-	0,00%	**0,00%**	**0,00%**	**0,00%**
2 - SUB-TOTAL RENDA VARIÁVEL	**8, § 1º**		**6.388.297,40**	**10,67%**	**0,00%**	**10,67%**	**30,00%**
FIC e FIC FI - Renda Fixa - Dívida Externa	**9º A, I**	**10%**	-	0,00%	**0,00%**	**0,00%**	**10,00%**
FIC - Aberto - Investimento no Exterior	**9º A, II**	**10%**	-	0,00%	**0,00%**	**0,00%**	**10,00%**
Fundos de Ações - BDR Nível I	**9º A, III**	**10%**	-	0,00%	**0,00%**	**0,00%**	**10,00%**
3 - SUB-TOTAL INVESTIMENTO NO EXTERIOR	**9º-A**		**-**	**0,00%**	**0,00%**	**0,00%**	**10,00%**
4 - TOTAL DO PATRIMÔNIO (1+2+3)			**59.874.329,55**	**100,00%**		**100,00%**	

95

9.2 – TERMO DE ANÁLISE DE CREDENCIAMENTO SIMPLIFICADO

TERMO DE ANÁLISE E ATESTADO DE CREDENCIAMENTO DO ADMINISTRADOR OU GESTOR DE FUNDO QUE ATENDA AO PREVISTO NO ART. 15, § 2º, I, DA RESOLUÇÃO CMN Nº 3922/2010	
Número do Termo de Análise de Credenciamento	
Número do Processo (Nº protocolo ou processo)	
I - REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – RPPS	

Ente Federativo		CNPJ	
Unidade Gestora do RPPS		CNPJ	

II- INSTITUIÇÃO A SER CREDENCIADA:		**Adminstrador:**		**Gestor:**	
Razão Social		CNPJ			
Endereço		Data Constituição			
E-mail (s)		Telefone (s)			
Data do registro na CVM		Categoria (s)			
Data do registro na BACEN		Categoria (s)			

Principais contatos com o RPPS	**Cargo**	**E-mail**	**Telefone**

Instituição atende ao previsto nos incisos I e II do § 2° ou § 8º do art. 15 da Resolução CMN Nº			
SIM		**NÃO**	

Relação dos documentos referentes à análise da Instituição (art. 6º-E, III, Portaria MPS nº 519/2011):

Identificação do documento analisado	**Data de validade das certidões**	**Página na internet em que o documento foi consultado ou disponibilizado pela instituição**
1. Certidão da Fazenda Municipal		
2. Certidão da Fazenda Estadual ou Distrital		
3. Certidão de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União		
4. Certidão quanto a Contribuições para o FGTS		

III - Parecer final quanto ao credenciamento da Instituição:	

IV - Classe(s) de Fundo(s) de Investimento para os quais a Instituição foi credenciada:

	Art. 7º, I, “b”		Art. 8º, I,“b”
	Art. 7º, I,“c”		Art. 8º, II,“a”
	Art. 7º, III,“a”		Art. 8º, II,“b”
	Art. 7º, III,“b”		Art. 8º, III
	Art. 7º, IV,“a”		Art. 8º, IV,“a”
	Art. 7º, IV,“b”		Art. 8º, IV,“b”
	Art. 7º, VII,“a”		Art. 8º, IV,“c”
	Art. 7º, VII,“b”		Art. 9º-A, I
	Art. 7º, VII,“c”		Art. 9º-A, II
	Art. 8º, I,“a”		Art. 9º-A, III

V – Fundo (s) de Investimento de Investimento administrado(s)/ gerido(s) pela instituição para futura decisão de Investimentos:	**CNPJ**	**Data da Análise**
Data:		

Responsáveis pelo Credenciamento:	**Cargo**	**CPF**	**Assinatura**

9.3 – TERMO DE ANÁLISE DE CREDENCIAMENTO COMPLETO

TERMO DE ANÁLISE DE CREDENCIAMENTO ADMINISTRADOR OU GESTOR DE FUNDO DE INVESTIMENTO	
Número do Termo de Análise de Credenciamento	
Número do Processo (Nº protocolo ou processo)	

I - REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – RPPS			
Ente Federativo		CNPJ	
Unidade Gestora do RPPS		CNPJ	

Possui critérios preestabelecidos para credenciamento ou alocação de recursos do RPPS? ( ) SIM ( ) NÃO
(Esses critérios, caso existentes, podem ser mais seletivos que os previstos na Resolução CMN nº 3.922/2010, mas devem se relacionar a questões objetivas relativas às características de atuação da instituição, tais como, posição em ranking de volume de recursos sob a administração, patrimônio da instituição, tempo e experiência de atuação, diversificação da base de investidores, evitando-se a exigência de documentação que extrapole a comprovação desses critérios).

1. Tipo de ato normativo/edital:		Data	
2. Critérios:			
a.			
b. -			
c. -			

II- INSTITUIÇÃO A SER CREDENCIADA:		**Adminstrador:**		**Gestor:**	
Razão Social		CNPJ			
Endereço		Data Constituição			
E-mail (s)		Telefone (s)			
Data do registro na CVM		Categoria (s)			

Principais contatos com o RPPS	**Cargo**	**E-mail**	**Telefone**

Atende ao previsto nos incisos I e II do § 2º do art. 15 da Resolução CMN nº 3.922/2010?	
Atende ao previsto no art. 14-A da Resolução CMN nº 3.922/2010?	
Em caso de FIP, atende ao previsto no § 5º do art. 8º da Resolução CMN nº 3.922/2010?	
Em caso de FIDC, atende ao previsto no inc. III do § 4º do art. 8º da Res. CMN nº 3.922/2010?	

II.1 Relação dos documentos referentes à análise da Instituição (art. 6º-E, III, Portaria MPS nº 519/2011):

Identificação do documento analisado	**Data do documento**	**Data de validade das certidões***	**Página na internet em que o documento foi consultado ou disponibilizado pela instituição**
1. Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social			

*2. Certidão da Fazenda Municipal**			
*3. Certidão da Fazenda Estadual ou Distrital**			
*4. Certidão de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União**			
*5. Certidão quanto a Contribuições para o FGTS**			
6. Relatórios de Gestão de Qualidade			

7. Relatórios de Rating			
8. Questionário Padrão Due Diligence para Fundos de Investimento – Seção 1 e seus Anexos			

II.2 - Classificação do Rating de Gestão ou outra forma de avaliação, pelo dirigente do RPPS, da boa qualidade de gestão e de ambiente de controle da instituição(art. 15, III, da Resolução CMN nº 3.922/2010):

Tipo de Nota	Agência	Classificação obtida	Data

Principais riscos associados à Instituição:	
Outra foma de avaliação da boa qualidade de gestão:	

II.3 - Informações relativas à pesquisa de padrão ético de conduta (art. 3º, §1º, Portaria MPS nº 519/2011):

Resultado de pesquisa ao site da CVM (ex.: http://sistemas.cvm.gov.br/) sobre Processos Administrativos e Processos Administrativos Sancionadores, no site do Bacen (ex.: http://www.bcb.gov.br/crsfn/crsfn.htm) sobre Processos Administrativos Punitivos, além de outras pesquisas de processos administrativos, judiciais, ou informações de conhecimento público que possam caracterizar indício de irregularidades na atuação da Instituição, seus controladores, sócios ou executivos:

Processo/Decisão	Assunto/objeto	Data	Fonte da informação

Resultado da análise destas informações:	

II.4 - Dados Gerais da Instituição e do Portfólio sob sua administração/ gestão (art. 3º, §2º, I, "b", Portaria MPS nº 519/2011):

Mês/Ano	Patrimônio da Instituição (R$)	Patrimônio total sob admin / gestão (R$)	Patrimônio total dos RPPS sob admin / gestão (R$)	Nº de fundos sob admin / gestão	Nº de cotistas dos fundos sob admin / gestão	Nº de cotistas RPPS dos fundos sob admin / gestão
12/2018						
12/2017						
12/2016						
12/2015						
12/2014						

II.5 - Política de Distribuição - Integrantes do sistema de distribuição que atuam na abrangência do RPPS (art. 3º, § 2º, II, da Portaria MPS nº 519/2011)

Nome/Razão Social:	
CPF/CNPJ:	
Informações sobre a Política de Distribuição:	

II.6 - Dados gerais de Fundos sob sua administração/gestão (art. 3º, §2º, I, "b", Portaria MPS nº 519/2011):

Fundos de Investimento sob administração/ges tão por classificação Resolução CMN	Nº de fundos	Patrimônio total dos fundos (R$)	Nº total de cotistas	Nº de cotistas RPPS	Total investido por RPPS	Desde quando gere fundos dessas classes	Observações sobre (performance/ histórico) da instituição com relação a esses tipos de fundos (texto)
Art. 7º, I, "b"							
Art. 7º, I,"c"							
Art. 7º, III,"a"							
Art. 7º, III,"b"							
Art. 7º, IV,"a"							
Art. 7º, IV,"b"							
Art. 7º, VII,"a"							
Art. 7º, VII,"b"							
Art. 7º, VII,"c"							
Art. 8º, I,"a"							
Art. 8º, I,"b"							
Art. 8º, II,"a"							
Art. 8º, II,"b"							
Art. 8º, III							
Art. 8º, IV,"a"							
Art. 8º, IV,"b"							
Art. 8º, IV,"c"							
Art. 9º-A, I							
Art. 9º-A, II							
Art. 9º-A, III							

III - FUNDO(S) DE INVESTIMENTO ADM/GERIDO PELA INSTITUIÇÃO P/ FUTURA DECISÃO DE

Nome do(s) Fundo(s) de Investimento(s)	CNPJ do Fundo	Classificação Resolução CMN	Aderência ao benchmarking do mercado, ao perfil da carteira do RPPS e às estratégias da política de investimentos

IV – COMPARAÇÃO COM OUTRAS INSTITUIÇÕES ADM/GESTORAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO

Nome da Instituição	CNPJ	Principais produtos (textos)	Principais vantagens/problemas em geral identificados com essas outras instituições(textos)

Comparação histórico, experiência, de volume de recursos, rentabilidade e riscos com outras Instituições credenciadas que ofertam mesma classe de produtos/fundos (texto conclusivo):
V - CONCLUSÃO DA ANÁLISE da Instituição administradora/gestora objeto do presente Credenciamento

Data:			
Responsáveis pela Análise:	**Cargo**	**CPF**	**Assinatura**

9.4 – ATESTADO DE CREDENCIAMENTO COMPLETO

ATESTADO DE CREDENCIAMENTO				
Ente Federativo		**CNPJ**		
Unidade Gestora do RPPS		**CNPJ**		
Instituição Credenciada				
Razão Social		**CNPJ**		
Número do Termo de Análise de Credenciamento				
Data do Termo de Análise de Credenciamento				
Parecer final quanto ao credenciamento da Instituição:				
Classificação de Fundo(s) de Investimento para os quais a Instituição foi credenciada				
	Art. 7º, I, “b”		Art. 8º, I,“b”	
	Art. 7º, I,“c”		Art. 8º, II,“a”	
	Art. 7º, III,“a”		Art. 8º, II,“b”	
	Art. 7º, III,“b”		Art. 8º, III	
	Art. 7º, IV,“a”		Art. 8º, IV,“a”	
	Art. 7º, IV,“b”		Art. 8º, IV,“b”	
	Art. 7º, VII,“a”		Art. 8º, IV,“c”	
	Art. 7º, VII,“b”		Art. 9º-A, I	
	Art. 7º, VII,“c”		Art. 9º-A, II	
	Art. 8º, I,“a”		Art. 9º-A, III	
Fundo(s) de Investimento Analisado(s)		**CNPJ**	**Data da Análise**	
Data:				
Responsáveis pelo Credenciamento:	**Cargo**	**CPF**	**Assinatura**	

TERMO DE ANÁLISE E CADASTRAMENTO DO DISTRIBUIDOR **Análise de Agente Autônomo de Investimentos**				
Número do Termo de Análise de Credenciamento do Distribuidor				
Número do Processo instaurado na unidade gestora do RPPS				
I - REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – RPPS				
Ente Federativo			CNPJ	
Unidade Gestora do RPPS			CNPJ	
II- Identificação do Distribuidor				
Razão Social			CNPJ	
Endereço			Data Constituição	
E-mail (s)			Telefone (s)	
Data do registro na CVM		Categoria (s)		
Controlador/ Grupo Econômico				**CNPJ**
Principal contato com RPPS	**Cargo**	**E-mail**		**Telefone**
III - Relação dos documentos referentes á análise da Instituição que instruem o Processo de Análise e Cadastramento obtidos na(s) seguinte(s) páginas(s) da Internet(art. 6ºE,III, Portaria MPS nº 519/2011):				
Identificação do documento analisado	**Data do documento**		**Data da Validade (Certificações)**	
1. Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social				
2. Certidão da Fazenda Municipal				
3. Certidão da Fazenda Estadual ou Distrital				
4. Certidão de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União				
5. Certidão quanto a Contribuições para o FGTS				
.....				
IV - Informações relativas à pesquisa de padrão ético de conduta (art. 3º, §1º, Portaria MPS nº 519/2011):				
Resultado de pesquisa ao site da CVM (ex.: http://sistemas.cvm.gov.br/) sobre Processos Administrativos e Processos Administrativos Sancionadores, no site do Bacen (ex.: http://www.bcb.gov.br/crsfn/crsfn.htm) sobre Processos Administrativos Punitivos, além de outras pesquisas de processos administrativos, judiciais, ou informações de conhecimento público que possam caracterizar indício de irregularidades na atuação da Instituição, seus controladores, sócios ou executivos:				
Processo/Decisão	Assunto/ objeto	Data	Fonte da informação	
Resultado da análise destas informações pelo responsável pelo Credenciamento:				

9.5 – TERMO DE ANÁLISE E CADASTRO DO DISTRIBUIDOR

V – FUNDO(S) DE INVESTIMENTO DA INSTITUIÇÃO			
Nome do(s) Fundo(s) de Investimento(s)	CNPJ do Fundo	Classificação Resolução CMN	Data de Início do Fundo
Outro(s) Tipo(s) de Ativo(s)/Produto(s):			
VI – Contratos de Distribuição relativos aos fundos de investimento ou produtos acima elencados:			

Nome/Razão Social	CPF/CNPJ:	Contrato Registrado CVM(sim/não)	Data do Instrumento contratual

Informações sobre a Política de Distribuição (Forma de remuneração dos distribuidores, relação entre distribuidores e a Instituição, concentração de fundos sob administração/gestão e distribuidores):	
VII – CONCLUSÃO DA ANÁLISE	
Análise da Instituição administradora/gestora objeto do presente Processo de Credenciamento	
A - Verificação de informações sobre conduta nas operações realizadas no mercado financeiro e restrições que desaconselhem um relacionamento seguro:	
B - Regularidade Fiscal e Previdenciária:	
C - Qualificação do corpo técnico:	
D - Histórico e experiência de atuação:	
E - Outros critérios de análise:	
Data:	

Responsáveis pelo Credenciamento:	**Cargo**	**CPF**	**Assinatura**

9.6 – ANÁLISE DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS

ANEXO 1 - ANÁLISE DE FUNDOS DE INVESTIMENTO (A ser anexado ao Atestado de Credenciamento da Instituição Administradora e Gestora do Fundo de					
Nome Fundo				**CNPJ**	
Administrador		**Nº Termo Cred.**		**CNPJ**	
Gestor		**Nº Termo Cred.**		**CNPJ**	
Custodiante				**CNPJ**	

Classificação do Fundo Resolução CMN 4.604/2017:			
	Art. 7º, I, “b”		Art. 8º, I,“b”
	Art. 7º, I,“c”		Art. 8º, II,“a”
	Art. 7º, III,“a”		Art. 8º, II,“b”
	Art. 7º, III,“b”		Art. 8º, III
	Art. 7º, IV,“a”		Art. 8º, IV,“a”
	Art. 7º, IV,“b”		Art. 8º, IV,“b”
	Art. 7º, VII,“a”		Art. 8º, IV,“c”
	Art. 7º, VII,“b”		Art. 9º-A, I
	Art. 7º, VII,“c”		Art. 9º-A, II
	Art. 8º, I,“a”		Art. 9º-A, III

Identificação dos documentos analisados referentes ao Fundo:	**Data do Documento**	**Página na internet em que o documento foi consultado ou disponibilizado pela instituição**
1. Questionário Padrão Due Diligence para Fundo de Investimento – Seção 2 da ANBIMA		
2. Regulamento		
3. Lâmina de Informações essenciais		
4. Formulário de informações complementares		
5. Perfil Mensal		
6. Demonstração de Desempenho		
7. Relatórios de Rating		
8. Demonstrações Contábeis		

II.5 Forma de Distribuição do Fundo (art.3º, § 2º, II, da Portaria MPS nº 519/2011)	
Nome/Razão Social do distribuidor:	
CPF/CNPJ:	
Informações sobre a Política de Distribuição:	

Resumo das informações do Fundo de Investimento			
Data de Constituição:		Data de Início das Atividades:	
Política de Investimentos do Fundo	Índice de referencia/objetivo de rentabilidade		
Público-alvo:			

Condições de Investimento (Prazos/Condições para resgate)	Prazo de Duração do Fundo		
	Prazo de Carência (dias)		
	Prazo para Conversão de Cotas (dias)		
	Prazo para Pagamento dos Resgates (dias)		
	Prazo Total (dias)		
Condições de Investimento (Custos/Taxas)	Taxa de entrada (%)		
	Taxa de saída (%)		
	Taxa de Administração (%)		
	Taxa de Performance		
	Índice de referencia	Frequência	Linha-d'água
Aderência do Fundo aos quesitos estabelecidos na Resolução do CMN relativos, dentre outros, aos gestores e administradores do fundo, aos ativos de crédito privado que compõem sua carteira			
Alterações ocorridas relativas às instituições administradoras e gestoras do fundo:			
Análise de fatos relevantes divulgados:			
Análise da aderência do fundo ao perfil da carteira do RPPS e à sua Política de Investimentos:			
Principais riscos associados ao Fundo:			

Histórico de Rentabilidade do Fundo:						
Ano	**Nº de Cotistas**	**Patrimônio Líquido (R$)**	**Valor da Cota do Fundo (R$)**	**Rentabilidade (%)**	**Variação % do índice de referência**	**Contribuição em relação ao índice de referência ou desempenho do fundo como % do índice de referência**
2021						
2020						
2019						
2018						
2017						

Análise da Carteira do Fundo de Investimento			
Composição da carteira (atual)	**Espécie de ativos**		**% do PL**
Caso o Fundo aplique em cotas de outros Fundos de Investimento	**CNPJ Fundo(s)**	**Classificação Resolução CMN**	**% do PL**
	1.		
	2.		
	3.		
	4.		
	...		
Maiores emissores de títulos de crédito privado em estoque do Fundo	**Emissor (CPF/CNPJ)**	**Classificação Resolução CMN**	**% do PL**
Carteira do Fundo é aderente à Política de Investimentos estabelecida em seu regulamento e com a classificação na Resolução CMN			
Prazo médio da carteira de títulos do Fundo (em meses (30) dias)			
Compatibilidade do Fundo com as obrigações presentes e futuras do RPPS			
Nota de Risco de Crédito		**Agência de risco**	**Nota**
Análise conclusiva e comparativa com outros fundos:			
Comentários Adicionais			
Declaro que tenho conhecimento dos aspectos que caracterizam este Fundo de Investimento, em relação ao conteúdo de seu Regulamento e de fatos relevantes que possam contribuir para seu desempenho, além de sua compatibilidade ao perfil da carteira e à Política de Investimentos do RPPS.			
Data:			
Responsáveis pela Análise:	**Cargo**	**CPF**	**Assinatura**

TERMO DE FOMENTO N° 003/2022.

TERMO DE FOMENTO N° 003/2022

TERMO DE FOMENTO QUE CELEBRAM O MUNICIPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO E APAE - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS.

O **MUNICIPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO – ESTADO DE MATO GROSSO,** entidade de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ sob o n° 03.238.631/0001-31, com sede na Prefeitura Municipal, localizada na Rua Ministro César Cals, n 226, Centro, na Cidade de Peixoto de Azevedo/MT,neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, brasileiro, casado, empresário, portador da CI RG n° 3.462.335-0-SSP/PR, inscrito no CPF sob n° 408.557.409-49, residente e domiciliado na Avenida Itamar Dias, nº 363, Bairro Centro Novo, na Cidade de Peixoto de Azevedo/MT, denominado de **CONCEDENTE**, a **APAE ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS ,** associação pública sem fins lucrativos, inscrito no CNPJ sob o n° 37.466.240/0001-96, com sede Rua Novo Hamburgo n°S/N , bairro Bela Vista , na Cidade de Peixoto de Azevedo/MT, neste ato representado pelo Presidente, o **Sr. WILSON JOSE VONSOVSKI** , brasileiro, portador da CIRG n°8.401.030-8, SSP/PR, inscrito no CPF sob n°621.621.281-87, residente e domiciliado na Rua Campo Grande , n° 202, Bairro Nova Esperança , na Cidade de PEIXOTO DE AZEVEDO /MT, ora denominado de **CONVENENTE** no uso dos poderes conferidos .Considerando a necessidade de descentralização das aquisições e despesas para manutenção da **APAE- ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS,** resolvem celebrar o presente Termo de Fomento, sujeitando – se os participes as normas da Instrução Normativa n°03de 19/04/1993, Lei n°9.604 de 05 de fevereiro de 1998 do Tesouro Nacional, Lei Municipal n°949, de 20 Abril de 2017, bem como lei municipal n°457/2003, e demais legislações pertinentes , mediante as seguintes clausulas e condições .

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO.

1.1. Constitui objeto do presente Termo de Fomento tem por objetivo, o repasse mensal de recursos do FNDE- Fundeb, Manutenção e encargos com a Educação Especial – Fundeb 60- Fundeb 40- para repasse a **APAE ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS** através do plano aprovado que passa a fazer parte integrante do presente instrumento , independentemente de sua transcrição . **1.2. CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR.**

2. O valor global do presente convênio é de ***R$34.400,00 (trinta e quatro mil e quatrocentos reais),*** a serem pago em 10 (dez) parcelas mensais, conforme estipulado no plano de trabalho.

2.1 Do valor global acima mencionado, R$33.297,56 correspondem ao valor a ser repassado pelo município e R$1102,44 correspondem a contra partida da **APAE- ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS.**

CLÁUSULA TERCEIRA - DA FORMA DE PAGAMENTO.

3. O valor do presente Termo de Fomento, constante na clausula segunda, será pago até o ultimo dia de cada mês impreterivelmente. Sendo que a parcela do mês de março do ano de 2022 será no valor de R$ 8. 324,40(oito mil trezentos e vinte quatro reais e quarenta centavos) e as demais parcelas serão pagas no valor de R$ 2.774,80 (dois mil, setecentos e setenta e quatro reais e oitenta centavos), conforme Plano de trabalho.

PARAGRAFO ÚNICO: O valor das parcelas mensais, conforme consta na clausula segunda, ***será depositado na conta corrente n°4.500-4, agência 3931-4, do Banco Brasil 001 de titularidade da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais***

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO.

4. O valor a ser pago mensalmente pela concedente à Convenente correrá à conta da dotação orçamentária abaixo especificada.

ÓRGÃO 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIDADE 005 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BASICA 70%

FUNÇÃO 12- EDUCAÇÃO

SUBFUNÇÃO 367- EDUCAÇÃO ESPECIAL

PROGRAMA 0009 – REVITALIZANDO E ESTRT A EDUCAÇÃO BASICA MUNICIPAL

PROJ/ATIVIDADE 2026 –MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM FUNDEB70% EDUCAÇÃO ESPECIAL

DOTAÇÃO 287 – 33.50.43.00 - SUBVENÇÕES SOCIAIS.

FONTE DE RECURSOS:

15000/ 15000- RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

ÓRGÃO 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIDADE 005 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BASICA 70%

FUNÇÃO 12- EDUCAÇÃO

SUBFUNÇÃO 367- EDUCAÇÃO ESPECIAL

PROGRAMA 0009 – REVITALIZANDO E ESTRT A EDUCAÇÃO BASICA MUNICIPAL

PROJ/ATIVIDADE 2026 –MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM FUNDEB70% EDUCAÇÃO ESPECIAL

DOTAÇÃO 286 – 33.50.43.00 - SUBVENÇÕES SOCIAIS.

FONTE DE RECURSOS:

1540107000 / 1540107 TRANSFERENCIAS DO FUNDEB IMPOSTOS E TRANSFERENCIAS DE IMPOSTOS

ÓRGÃO 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIDADE 006- FUNDEB FUNDO MUN EDUCAÇÃO. BASICA 30%

FUNÇÃO 12- EDUCAÇÃO

SUBFUNÇÃO 367- EDUCAÇÃO ESPECIAL

PROGRAMA 0009 – REVITALIZANDO E ESTRT A EDUCAÇÃO BASICA MUNICIPAL

PROJ/ATIVIDADE 2030 –MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM FUNDEB30% EDUCAÇÃO ESPECIAL

DOTAÇÃO 319 – 33.50.43.00 - SUBVENÇÕES SOCIAIS.

FONTE DE RECURSOS:

319 – **154000 TRANSFERENCIAS DO FUNDEB IMPOSTO E TRANSFERENCIAS DE IMPOSTOS**

CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO.

5. O presente Termo de Fomento, terá sua vigência contada a partir da data de sua assinatura até **31 DE DEZEMBRO DE 2022,** podendo ser aditivado em comum acordo das partes**.**

5.1. O CONCEDENTE prorrogará "de ofício" a vigência deste Termo de Fomento, quando der causa ao atraso na liberação dos recursos, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado.

CLÁUSULA SEXTA – DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO.

6. O presente Termo de Fomento poderá ser:

I - Denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença.

II - Rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:

a) utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;

b) inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;

c) constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado; e d) verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

Parágrafo Único. A rescisão do Termo de Fomento, quando resulte danos ao erário, ensejará a instauração de Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESTITUIÇÃO DE RECURSOS.

7. Quando da conclusão do objeto pactuado, da denúncia, da rescisão ou da extinção deste Termo Fomento, o CONVENENTE, no mesmo prazo estabelecido para a prestação de contas, sob pena de imediata instauração de Tomada de Contas Especial, obriga-se a recolher em favor do Concedente:

I - O eventual saldo remanescente dos recursos financeiros, inclusive o proveniente das receitas obtidas nas aplicações financeiras realizadas e não utilizadas no objeto pactuado, ainda que não tenha havido aplicação, informando o número e a data do Termo de Fomento;

II - O valor total transferido pelo CONCEDENTE, atualizado monetariamente e acrescido de juros legais, na forma da legislação aplicável aos débitos para com a Fazenda Municipal, a partir da data de recebimento, nos seguintes casos:

a) quando não for executado o objeto do Termo de Fomento;

b) quando não for apresentada a prestação de contas no prazo fixado neste instrumento; e

c) quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida neste Termo Fomento.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES.

8.1- Compete à concedente:

a) Efetuar o pagamento do valor mensal, conforme consignado na cláusula segunda, até o ultimo dia de cada mês, impreterivelmente.;

b) Acompanhar, fiscalizar e avaliar, sistematicamente, a execução do objeto deste Termo Fomento, comunicando ao CONVENENTES quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos públicos ou outras pendências de ordem técnica ou legal, bem como suspender a liberação de recursos, fixando o prazo estabelecido na legislação pertinente para saneamento ou apresentação de informações e esclarecimentos;

c) Analisar a prestação de contas relativa a este Termo de Fomento, emitindo parecer conclusivo sobre sua aprovação ou não, além de avaliar os resultados alcançados, inclusive no que diz respeito à qualidade dos serviços conveniados com emissão de relatórios;

d) Notificar o CONVENENTE quando não apresentada a prestação de contas dos recursos aplicados ou constatada a má aplicação dos recursos públicos transferidos, e instaurar, se for o caso, a Tomada de Contas Especial.

8.2 – Compete ao Convenente:

a) Executar fielmente o objeto pactuado, de acordo com o Plano de Trabalho aprovados pelo CONCEDENTE, adotando todas as medidas necessárias à correta execução deste Termo de Fomento;

b) Aplicar os recursos discriminados no Plano de Trabalho exclusivamente no objeto do presente Termo de Fomento;

c) Executar e fiscalizar os trabalhos necessários à consecução do objeto pactuado no Termo de Fomento, inclusive os serviços eventualmente contratados, observando a qualidade, quantidade, prazos e custos definidos no Plano de Trabalho;

d) Assegurar, na sua integralidade, a qualidade técnica dos projetos e da execução dos produtos e serviços conveniados, em conformidade com as normas brasileiras e os normativos dos programas, ações e atividades, determinando a correção de vícios que possam comprometer a fruição do be-

nefício pela população beneficiária, quando detectados pelo CONCEDENTE ou pelos órgãos de controle;

e) Submeter previamente ao CONCEDENTE qualquer proposta de alteração do Plano de Trabalho aprovado, na forma definida neste instrumento, observadas as vedações relativas à execução das despesas;

f) Manter e movimentar os recursos financeiros de que trata este Termo de Fomento em conta específica, aberta em instituição financeira oficial, federal ou estadual, inclusive os resultantes de eventual aplicação no mercado financeiro, aplicando-os, na conformidade do Plano de Trabalho e, exclusivamente, no cumprimento do seu objeto, observadas as vedações constantes neste instrumento relativas à execução das despesas;

g) Manter os comprovantes originais das despesas arquivados, em ordem cronológica, no próprio local em que forem contabilizados, à disposição dos órgãos de controle interno e externo, pelo prazo de 10 (dez) anos, contados da data em que foi aprovada a prestação de contas e na hipótese de digitalização, os documentos originais devem ser conservados em arquivo, pelo prazo de 5 (cinco) anos do julgamento das contas dos responsáveis concedentes pelo Tribunal de Contas, findo o qual poderão ser incinerados mediante termo;

i) Manter atualizada a escrituração contábil específica dos atos e fatos relativos à execução deste Convênio, para fins de fiscalização, acompanhamento e avaliação dos resultados obtidos;

j) Facilitar a supervisão e a fiscalização do CONCEDENTE, permitindo-lhe efetuar acompanhamento in loco e fornecendo, sempre que solicitado, as informações e os documentos relacionados com a execução do objeto deste Termo de Fomento, especialmente no que se refere ao exame da documentação relativa aos contratos celebrados;

k) Permitir o livre acesso de servidores do CONCEDENTE e dos órgãos de controle interno e externo, do fiscal e/ou comissão fiscalizadora, a qualquer tempo e lugar, aos processos, documentos e informações referentes a este Convênio, bem como aos locais de execução do respectivo objeto;

l) Apresentar a prestação de contas dos recursos recebidos por meio deste Termo Fomento, no prazo e forma estabelecidos neste instrumento;

m) Apresentar todo e qualquer documento comprobatório de despesa efetuada à conta dos recursos deste Convênio, a qualquer tempo e a critério do CONCEDENTE, sujeitando-se, no caso da não apresentação no prazo estipulado na respectiva notificação, ao mesmo tratamento dispensado às despesas comprovadas com documentos inidôneos ou impugnados, nos termos estipulados neste Termo de Fomento;

n) Responsabilizar-se por todos os encargos de natureza trabalhista, fiscal, comercial e previdenciária, decorrentes de eventuais demandas judiciais relativas a recursos humanos utilizados na execução do objeto deste Termo de Fomento, bem como por todos os encargos tributários ou extraordinários que incidam sobre o presente Instrumento;

p) Operar, manter e conservar adequadamente o patrimônio público gerado pelos investimentos decorrentes do Convênio, após sua execução, de modo a assegurar a sustentabilidade do projeto e atender as finalidades sociais às quais se destina;

p) Manter o CONCEDENTE informado sobre situações que eventualmente possam dificultar ou interromper o curso normal da execução do Termo de Fomento e prestar informações sobre as ações desenvolvidas para viabilizar o respectivo acompanhamento e fiscalização.

q) Permitir ao CONCEDENTE, bem como aos órgãos de controle interno e externo, o acesso à movimentação financeira da conta específica vinculada ao presente termo fomento;

r) Ao tomar conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dar ciência aos órgãos de controle e, havendo fundada suspeita de crime ou de improbidade administrativa, cientificar o Ministério Público; e

s) Garantir a manutenção da capacidade técnica e operacional necessária ao bom desempenho das atividades.

t) Cumprir os dispositivos constitucionais e da jurisprudência nacional em relação às compras e contratações, em especial às pertinentes à Licitação Pública, quando for o caso.

CLÁUSULA NONA – DAS VEDAÇÕES.

9. É vedado ao CONVENENTE, sob pena de rescisão do ajuste:

I - Utilizar, ainda que em caráter emergencial, os recursos em finalidade diversa da estabelecida no Plano de Trabalho;

II – Vincular/pagar com recursos do presente Termo de Fomento despesas realizadas em data anterior à vigência deste;

III - Efetuar pagamento em data posterior à vigência deste Termo de Fomento, salvo se expressamente autorizado pela autoridade competente do CONCEDENTE e desde que o fato gerador da despesa tenha ocorrido durante sua vigência;

IV – Atribuir vigência ou efeitos financeiros retroativos ao presente instrumento;

V - Realizar despesas com taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos, exceto no que se refere às multas, se decorrentes de atraso na transferência de recursos pelo CONCEDENTE, e desde que os prazos para pagamento e os percentuais sejam os mesmos aplicados no mercado;

VI – É expressamente vedada a realização de pagamento em espécie ou por meio de cheque;

VII – É vedada a realização de saques na conta deste Termo de Fomento;

VIII – É vedada a movimentação de recursos financeiros por outros meios que não seja o eletrônico.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO.

10.1. Incumbirá ao CONCEDENTE exercer as atribuições de acompanhamento, fiscalização e avaliação das ações constantes no Plano de Trabalho, de forma suficiente para garantir a plena execução do objeto, sendo a Comissão de Monitoramento e Avaliação a responsável por desempenhar este papel.

10.2. O CONVENENTE é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução deste Termo de Fomento, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONCEDENTE.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS ALTERAÇÕES.

11. Será objeto de Termo Aditivo qualquer alteração julgada necessária pelos signatários, do presente Termo de Fomento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS PARCIAL E FINAL.

12.1. A Prestação de Contas Parcial deverá ser apresentada, TRIMESTRALMENTE, e deverá ocorrer em até 30 (trinta) dias após o pagamento da última parcela repassada, acompanhada dos seguintes documentos:

I – Relatório de Execução do Objeto;

II – Documentos comprobatórios da execução do objeto (notas fiscais, comprovantes de pagamentos e outros documentos pertinentes);

II – Relatório de Execução Financeira;

III – Extratos Bancários;

IV – Relatório de Gestão das ações executadas com os recursos repassados por meio do presente convênio.

12.1.2. – Deverá constar nos documentos comprobatórios destacados no inciso II referência expressa ao presente convênio.

12.2. A Prestação de Contas Final deverá ser apresentada até o dia 31 de janeiro do ano subsequente, e compreenderá a apresentação dos seguintes documentos: Relatório de Execução do Objeto; Relatório de Execução Financeira; Extratos Bancários e Relatório de Gestão das ações executadas com os valores repassados por meio do presente convênio referentes às parcelas repassadas no último trimestre, bem como compreenderá relatório consolidado das prestações de contas dos trimestres anteriores.

§1º - Quando a prestação de contas não for encaminhada no prazo estabelecido neste instrumento, o CONCEDENTE estabelecerá o prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias para sua apresentação, ou recolhimento dos recursos, incluídos os rendimentos da aplicação no mercado financeiro, atualizados monetariamente e acrescidos de juros de mora, na forma da lei

§2º - Se o CONVENENTE não apresentar a prestação de contas, nem devolver os recursos, o CONCEDENTE registrará a inadimplência por omissão do dever de prestar contas, e instaurará Tomada de Contas Especial sob aquele argumento e adoção de outras medidas para reparação do dano ao erário;

§3º - O CONCEDENTE deverá registrar o recebimento da prestação de contas, cuja análise será oportunamente com base na documentação apresentada, não se equiparando a auditoria contábil, e terá por fim atestar ou não a conclusão da execução do objeto, bem como a verificação dos documentos relacionados.

§4º - O CONVENENTE deverá ser notificado previamente sobre as irregularidades apontadas na análise da prestação de contas;

§5º - Caso a prestação de contas não seja aprovada, exauridas todas as providências cabíveis para regularização da pendência ou reparação do dano, o CONCEDENTE, registrará o fato no processo e adotará as providências necessárias à instauração da Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA EXTINÇÃO.

13. O presente Termo de Fomento poderá ser extinto de comum acordo pelas partes signatárias, ou unilateralmente, mediante notificação da Concedente à Convenente, com prazo nunca inferior a 60 (sessenta) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- DO FORO.

14. Fica eleito o Foro da Comarca de Peixoto de Azevedo/MT para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente Termo de Fomento.

Por estarem as partes de acordo e conveniadas, assinam o presente Termo de Fomento em 02 (duas) vias de iguais teor e forma na presença de 02 (duas) testemunhas.

Peixoto de Azevedo-MT, 18 de março de 2022.

MUNICIPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO

MAURICIO FERREIRA DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL/ CONCEDENTE

APAE ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PEIXOTO DE AZEVEDO- MT

WILSON JOSE VONSOVKI

PRESIDENTE/PROPONENTE

TERMO DE FOMENTO N° 002/2022.

TERMO DE FOMENTO N° 002/2022

TERMO DE FOMENTO QUE CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FMAS ATRAVÉS DA PREFEITURA PEIXOTO DE AZEVEDO E APAE - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS.

O **MUNICIPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO – ESTADO DE MATO GROSSO,** entidade de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ sob o n° 03.238.631/0001-31, com sede na Prefeitura Municipal, localizada na Rua Ministro César Cals, n 226, Centro, na Cidade de Peixoto de Azevedo/MT,neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, brasileiro, casado, empresário, portador da CI RG n° 3.462.335-0-SSP/PR, inscrito no CPF sob n° 408.557.409-49, residente e domiciliado na Avenida Itamar Dias, nº 363, Bairro Centro Novo, na Cidade de Peixoto de Azevedo/MT, denominado de **CONCEDENTE**, a **APAE ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS ,** associação pública sem fins lucrativos, inscrito no CNPJ sob o n° 37.466.240/0001-96, com sede Rua Novo Hamburgo n°S/N , bairro Bela Vista , na Cidade de Peixoto de Azevedo/MT, neste ato representado pelo Presidente, o **Sr. WILSON JOSE VONSOVSKI** , brasileiro, portador da CIRG n°8.401.030-8, SSP/PR, inscrito no CPF sob n°621.621.281-87, residente e domiciliado na Rua Campo Grande , n° 202, Bairro Nova Esperança , na Cidade de PEIXOTO DE AZEVEDO /MT, ora denominado de **CONVENENTE** no uso dos poderes conferidos ,objetivando execução das ações prevista na Lei Orgânica da Assistência Social- LOAS, de acordo com as normas contidas na Constituição Federal e no Decreto- Lei n°200 de 25 Fevereiro de 1967,Instrução Normativa n°01 de 15 de Janeiro de 1997 e Instrução Normativa n°03 de 19/04/1993, na Lei 8.666 de 21 de Junho de 1993,no Decreto n°93.872 a 23 de Dezembro de 1998 e Decreto Federal n°2.529 de 25 de março de 1998, a Lei Federal 10.741 de 01 de Outubro de 2003, a Lei Municipal n°457 de 22 de Agosto de 2003, tem justo e acertado o presente **TERMO DE FOMENTO** mediante clausula e condições seguintes :

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO.

1.1. Constitui objeto do presente Termo de Fomento tem por objetivo a execução descentralizada do Programa de Pessoa Portadora de Deficiência PPD, com repasse dos recursos advindos do **MDS/SECRETARIA DE ASSITENCIA SOACIAL,** através do Plano aprovado que passa a fazer parte integrante do presente instrumento, independente da sua transcrição. 1.2.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR.

2. O valor global do presente convênio é de ***R$276.300,00 (duzentos e setenta e seis mil e trezentos reais),*** a serem pago em 10 (dez) parcelas mensais.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA FORMA DE PAGAMENTO.

3. O valor do presente Termo de Fomento, constante na clausula segunda, será pago até o ultimo dia de cada mês impreterivelmente. Sendo que a parcela do mês de março do ano de 2022 será no valor de R$69.075,00 (sessenta e nove mil e setenta e cinco reais) e as demais parcelas serão pagas conforme Plano de trabalho.

PARAGRAFO ÚNICO: O valor das parcelas mensais, conforme consta na clausula segunda, ***será depositado na conta corrente n°17.891-8, agência 3931-4, do Banco Brasil 001 de titularidade da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais***

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO.

4. O valor a ser pago mensalmente pela concedente à Convenente correrá à conta da dotação orçamentária abaixo especificada.

ÓRGÃO 08 – SECRETARIA MUNICIPAL ASSIST SOCIAL TRAB CIDADANIA

UNIDADE 002 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

FUNÇÃO 08- ASSISTENCIA SOCIAL

SUBFUNÇÃO 242 – ASSITENCIA AO PORTADOR DE DEFICIENCIA

PROGRAMA 0036 – APAE

PROJ/ATIVIDADE 20720 –APOIO AS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS

DOTAÇÃO 647 – 33.50.43.00 - SUBVENÇÕES SOCIAIS.

FONTE DE RECURSOS /SALDO DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA DISPONIVEL

166000/166000- TRANSFERENCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTENCIA SOCIAL – FNAS

ÓRGÃO 08 – SECRETARIA MUNICIPAL ASSIST SOCIAL TRAB CIDADANIA

UNIDADE 002 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

FUNÇÃO 08- ASSISTENCIA SOCIAL

SUBFUNÇÃO 242 – ASSITENCIA AO PORTADOR DE DEFICIENCIA

PROGRAMA 0036 – APAE

PROJ/ATIVIDADE 20720 –APOIO AS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS

DOTAÇÃO 648 – 33.50.43.00 - SUBVENÇÕES SOCIAIS.

FONTE DE RECURSOS /SALDO DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA DISPONIVEL

15000/15000- RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO.

5. O presente Termo de Fomento, terá sua vigência contada a partir da data de sua assinatura até **31 DE DEZEMBRO DE 2022,** podendo ser aditivado em comum acordo das partes**.**

5.1. O CONCEDENTE prorrogará "de ofício" a vigência deste Termo de Fomento, quando der causa ao atraso na liberação dos recursos, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado.

CLÁUSULA SEXTA – DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO.

6. O presente Termo de Fomento poderá ser:

I - Denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença.

II - Rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:

a) utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;

b) inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;

c) constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado; e d) verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

Parágrafo Único. A rescisão do Termo de Fomento, quando resulte danos ao erário, ensejará a instauração de Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESTITUIÇÃO DE RECURSOS.

7. Quando da conclusão do objeto pactuado, da denúncia, da rescisão ou da extinção deste Termo Fomento, o CONVENENTE, no mesmo prazo estabelecido para a prestação de contas, sob pena de imediata instauração de Tomada de Contas Especial, obriga-se a recolher em favor do Concedente:

I - O eventual saldo remanescente dos recursos financeiros, inclusive o proveniente das receitas obtidas nas aplicações financeiras realizadas e não utilizadas no objeto pactuado, ainda que não tenha havido aplicação, informando o número e a data do Termo de Fomento;

II - O valor total transferido pelo CONCEDENTE, atualizado monetariamente e acrescido de juros legais, na forma da legislação aplicável aos débitos para com a Fazenda Municipal, a partir da data de recebimento, nos seguintes casos:

a) quando não for executado o objeto do Termo de Fomento;

b) quando não for apresentada a prestação de contas no prazo fixado neste instrumento; e

c) quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida neste Termo Fomento.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES.

8.1- Compete à concedente:

a) Efetuar o pagamento do valor mensal, conforme consignado na cláusula segunda, até o ultimo dia de cada mês, impreterivelmente.;

b) Acompanhar, fiscalizar e avaliar, sistematicamente, a execução do objeto deste Termo Fomento, comunicando ao CONVENENTES quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos públicos ou outras pendências de ordem técnica ou legal, bem como suspender a liberação de recursos, fixando o prazo estabelecido na legislação pertinente para saneamento ou apresentação de informações e esclarecimentos;

c) Analisar a prestação de contas relativa a este Termo de Fomento, emitindo parecer conclusivo sobre sua aprovação ou não, além de avaliar os resultados alcançados, inclusive no que diz respeito à qualidade dos serviços conveniados com emissão de relatórios;

d) Notificar o CONVENENTE quando não apresentada a prestação de contas dos recursos aplicados ou constatada a má aplicação dos recursos públicos transferidos, e instaurar, se for o caso, a Tomada de Contas Especial.

8.2 – Compete ao Convenente:

a) Executar fielmente o objeto pactuado, de acordo com o Plano de Trabalho aprovados pelo CONCEDENTE, adotando todas as medidas necessárias à correta execução deste Termo de Fomento;

b) Aplicar os recursos discriminados no Plano de Trabalho exclusivamente no objeto do presente Termo de Fomento;

c) Executar e fiscalizar os trabalhos necessários à consecução do objeto pactuado no Termo de Fomento, inclusive os serviços eventualmente contratados, observando a qualidade, quantidade, prazos e custos definidos no Plano de Trabalho;

d) Assegurar, na sua integralidade, a qualidade técnica dos projetos e da execução dos produtos e serviços conveniados, em conformidade com as normas brasileiras e os normativos dos programas, ações e atividades, determinando a correção de vícios que possam comprometer a fruição do benefício pela população beneficiária, quando detectados pelo CONCEDENTE ou pelos órgãos de controle;

e) Submeter previamente ao CONCEDENTE qualquer proposta de alteração do Plano de Trabalho aprovado, na forma definida neste instrumento, observadas as vedações relativas à execução das despesas;

f) Manter e movimentar os recursos financeiros de que trata este Termo de Fomento em conta específica, aberta em instituição financeira oficial, federal ou estadual, inclusive os resultantes de eventual aplicação no mercado financeiro, aplicando-os, na conformidade do Plano de Trabalho e, exclusivamente, no cumprimento do seu objeto, observadas as vedações constantes neste instrumento relativas à execução das despesas;

g) Manter os comprovantes originais das despesas arquivados, em ordem cronológica, no próprio local em que forem contabilizados, à disposição dos órgãos de controle interno e externo, pelo prazo de 10 (dez) anos, contados da data em que foi aprovada a prestação de contas e na hipótese de digitalização, os documentos originais devem ser conservados em arquivo, pelo prazo de 5 (cinco) anos do julgamento das contas dos responsáveis concedentes pelo Tribunal de Contas, findo o qual poderão ser incinerados mediante termo;

i) Manter atualizada a escrituração contábil específica dos atos e fatos relativos à execução deste Convênio, para fins de fiscalização, acompanhamento e avaliação dos resultados obtidos;

j) Facilitar a supervisão e a fiscalização do CONCEDENTE, permitindo-lhe efetuar acompanhamento in loco e fornecendo, sempre que solicitado,

as informações e os documentos relacionados com a execução do objeto deste Termo de Fomento, especialmente no que se refere ao exame da documentação relativa aos contratos celebrados;

k) Permitir o livre acesso de servidores do CONCEDENTE e dos órgãos de controle interno e externo, do fiscal e/ou comissão fiscalizadora, a qualquer tempo e lugar, aos processos, documentos e informações referentes a este Convênio, bem como aos locais de execução do respectivo objeto;

l) Apresentar a prestação de contas dos recursos recebidos por meio deste Termo Fomento, no prazo e forma estabelecidos neste instrumento;

m) Apresentar todo e qualquer documento comprobatório de despesa efetuada à conta dos recursos deste Convênio, a qualquer tempo e a critério do CONCEDENTE, sujeitando-se, no caso da não apresentação no prazo estipulado na respectiva notificação, ao mesmo tratamento dispensado às despesas comprovadas com documentos inidôneos ou impugnados, nos termos estipulados neste Termo de Fomento;

n) Responsabilizar-se por todos os encargos de natureza trabalhista, fiscal, comercial e previdenciária, decorrentes de eventuais demandas judiciais relativas a recursos humanos utilizados na execução do objeto deste Termo de Fomento, bem como por todos os encargos tributários ou extraordinários que incidam sobre o presente Instrumento;

p) Operar, manter e conservar adequadamente o patrimônio público gerado pelos investimentos decorrentes do Convênio, após sua execução, de modo a assegurar a sustentabilidade do projeto e atender as finalidades sociais às quais se destina;

p) Manter o CONCEDENTE informado sobre situações que eventualmente possam dificultar ou interromper o curso normal da execução do Termo de Fomento e prestar informações sobre as ações desenvolvidas para viabilizar o respectivo acompanhamento e fiscalização.

q) Permitir ao CONCEDENTE, bem como aos órgãos de controle interno e externo, o acesso à movimentação financeira da conta específica vinculada ao presente termo fomento;

r) Ao tomar conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dar ciência aos órgãos de controle e, havendo fundada suspeita de crime ou de improbidade administrativa, cientificar o Ministério Público; e

s) Garantir a manutenção da capacidade técnica e operacional necessária ao bom desempenho das atividades.

t) Cumprir os dispositivos constitucionais e da jurisprudência nacional em relação às compras e contratações, em especial às pertinentes à Licitação Pública, quando for o caso.

CLÁUSULA NONA – DAS VEDAÇÕES.

9. É vedado ao CONVENENTE, sob pena de rescisão do ajuste:

I - Utilizar, ainda que em caráter emergencial, os recursos em finalidade diversa da estabelecida no Plano de Trabalho;

II – Vincular/pagar com recursos do presente Termo de Fomento despesas realizadas em data anterior à vigência deste;

III - Efetuar pagamento em data posterior à vigência deste Termo de Fomento, salvo se expressamente autorizado pela autoridade competente do CONCEDENTE e desde que o fato gerador da despesa tenha ocorrido durante sua vigência;

IV – Atribuir vigência ou efeitos financeiros retroativos ao presente instrumento;

V - Realizar despesas com taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos, exceto no que se refere às multas, se decorrentes de atraso na transferência de recursos pelo CONCEDENTE, e desde que os prazos para pagamento e os percentuais sejam os mesmos aplicados no mercado;

VI – É expressamente vedada a realização de pagamento em espécie ou por meio de cheque;

VII – É vedada a realização de saques na conta deste Termo de Fomento;

VIII – É vedada a movimentação de recursos financeiros por outros meios que não seja o eletrônico.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO.

10.1. Incumbirá ao CONCEDENTE exercer as atribuições de acompanhamento, fiscalização e avaliação das ações constantes no Plano de Trabalho, de forma suficiente para garantir a plena execução do objeto, sendo a Comissão de Monitoramento e Avaliação a responsável por desempenhar este papel.

10.2. O CONVENENTE é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução deste Termo de Fomento, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONCEDENTE.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS ALTERAÇÕES.

11. Será objeto de Termo Aditivo qualquer alteração julgada necessária pelos signatários, do presente Termo de Fomento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS PARCIAL E FINAL.

12.1. A Prestação de Contas Parcial deverá ser apresentada, TRIMESTRALMENTE, e deverá ocorrer em até 30 (trinta) dias após o pagamento da última parcela repassada, acompanhada dos seguintes documentos:

I – Relatório de Execução do Objeto;

II – Documentos comprobatórios da execução do objeto (notas fiscais, comprovantes de pagamentos e outros documentos pertinentes);

II – Relatório de Execução Financeira;

III – Extratos Bancários;

IV – Relatório de Gestão das ações executadas com os recursos repassados por meio do presente convênio.

12.1.2. – Deverá constar nos documentos comprobatórios destacados no inciso II referência expressa ao presente convênio.

12.2. A Prestação de Contas Final deverá ser apresentada até o dia 31 de janeiro do ano subsequente, e compreenderá a apresentação dos seguintes documentos: Relatório de Execução do Objeto; Relatório de Execução Financeira; Extratos Bancários e Relatório de Gestão das ações executadas com os valores repassados por meio do presente convênio referentes às parcelas repassadas no último trimestre, bem como compreenderá relatório consolidado das prestações de contas dos trimestres anteriores.

§1º - Quando a prestação de contas não for encaminhada no prazo estabelecido neste instrumento, o CONCEDENTE estabelecerá o prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias para sua apresentação, ou recolhimento dos recursos, incluídos os rendimentos da aplicação no mercado financeiro, atualizados monetariamente e acrescidos de juros de mora, na forma da lei

§2º - Se o CONVENENTE não apresentar a prestação de contas, nem devolver os recursos, o CONCEDENTE registrará a inadimplência por omissão do dever de prestar contas, e instaurará Tomada de Contas Especial sob aquele argumento e adoção de outras medidas para reparação do dano ao erário;

§3º - O CONCEDENTE deverá registrar o recebimento da prestação de contas, cuja análise será oportunamente com base na documentação apresentada, não se equiparando a auditoria contábil, e terá por fim atestar ou não a conclusão da execução do objeto, bem como a verificação dos documentos relacionados.

§4º - O CONVENENTE deverá ser notificado previamente sobre as irregularidades apontadas na análise da prestação de contas;

§5º - Caso a prestação de contas não seja aprovada, exauridas todas as providências cabíveis para regularização da pendência ou reparação do

dano, o CONCEDENTE, registrará o fato no processo e adotará as providências necessárias à instauração da Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA EXTINÇÃO.

13. O presente Termo de Fomento poderá ser extinto de comum acordo pelas partes signatárias, ou unilateralmente, mediante notificação da Concedente à Convenente, com prazo nunca inferior a 60 (sessenta) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- DO FORO.

14. Fica eleito o Foro da Comarca de Peixoto de Azevedo/MT para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente Termo de Fomento.

Por estarem as partes de acordo e conveniadas, assinam o presente Termo de Fomento em 02 (duas) vias de iguais teor e forma na presença de 02 (duas) testemunhas.

Peixoto de Azevedo-MT, 18 de março de 2022.

MUNICIPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO

MAURICIO FERREIRA DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL/ CONCEDENTE

APAE ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PEIXOTO DE AZEVEDO- MT

WILSON JOSE VONSOVKI

PRESIDENTE/PROPONENTE

TERMO DE FOMENTO N° 005/2022.

TERMO DE FOMENTO N° 005/2022

TERMO DE FOMENTO QUE CELEBRAM A PREFEITURA PEIXOTO DE AZEVEDO E – O CONSELHO DA COMUNIDADE NA EXECUÇÃO PENAL

O **MUNICIPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO – ESTADO DE MATO GROSSO,** entidade de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ sob o n° 03.238.631/0001-31,0 com sede na Prefeitura Municipal, localizada na Rua Ministro César Cals, n 226, Centro, na Cidade de Peixoto de Azevedo/MT,neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, brasileiro, casado, empresário, portador da CI RG n° 3.462.335-0-SSP/PR, inscrito no CPF sob n° 408.557.409-49, residente e domiciliado na Avenida Itamar Dias, nº 363, Bairro Centro Novo, na Cidade de Peixoto de Azevedo/MT, denominado de **CONCEDENTE**, a o **CONSELHO DA COMUNIDADE NA EXECUÇÃO PENAL DA COMARCA DE PEIXOTO DE AZEVEDO MT,** associação pública sem fins lucrativos, inscrito no CNPJ sob o n°32.812.918/0001-21, com sede Rua Joselandia , bairro Bela Vista N° s/n Presidio, na Cidade de Peixoto de Azevedo/MT, neste ato representado pelo Presidente, a **Sr.ª FLAVIA ALVES ANDRADE GOMES** , brasileira, portador da CIRG n°24747718, SSP/MT, inscrito no CPF sob n°048.550.091-48, na Cidade de PEIXOTO DE AZEVEDO /MT, ora denominado de **CONVENENTE ,** e ainda como outro partícipe **CADEIA PÚBLICA DE PEIXOTO DE AZEVEDO-MT**, pessoa jurídica de direito público vinculada à SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS, inscrita no CNPJ sob nº03.507.415/0020-17, com sede na Rua Joselândia, S/N, Bairro Bela Vista, Município de Peixoto de Azevedo-MT, neste ato representado pelo seu Diretor, MANOY DA SILVA RODRIGUES, portador da RG-140.170.9-1 SSP-MT e CPF-840.549. 481-20, resolvem fazer no presente Termo e Fomento.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO.

Constitui objeto de o presente Termo de Fomento viabilizar todos os dispositivos da LEI MUNICIPAL Nº1.040, de 16 de maio de 2019, que autoriza o Poder Executivo Municipal a repassar recursos financeiros ao Conselho da Comunidade na Execução Penal da Comarca de Peixoto de Azevedo-MT Conselho Comunitário de Segurança Pública do Município de Peixoto de Azevedo-MT.

1.1. CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR.

2. O valor global do presente convênio é de ***R$190.000,00 (cento e noventa mil reais),*** a serem pago em 10 (dez) parcelas mensais.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA FORMA DE PAGAMENTO.

3. O valor do presente Termo de Fomento, constante na clausula segunda, será pago até o ultimo dia de cada mês impreterivelmente, sendo que a 1° parcela será paga no mês de Março do amo de 2022, cuja o valor será de R$ 19.000,00 (dezenove mil reais) e as demais parcelas serão pagas no valor conforme Plano de trabalho.

PARAGRAFO ÚNICO: O valor das parcelas mensais, conforme consta na clausula segunda, ***será depositado na conta corrente n°39523-7, agência 0818, do Banco Sicredi de titularidade da CONSELHO DA COMUNIDADE NA EXECUÇÃO PENAL.***

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO.

4. O valor a ser pago mensalmente pela concedente à Convenente correrá à conta da dotação orçamentária abaixo especificada.

ÓRGÃO 04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

UNIDADE 001 – GABINETE DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

FUNÇÃO 04- ADMINISTRAÇÃO

SUBFUNÇÃO 122- ADMINISTRAÇÃO GERAL

PROGRAMA 0002 – GESTÃO E PLANEJAMENTO DAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS

PROJ/ATIVIDADE 2010 –APOIO A ENTI S/FINS LUCR E OUTRAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS

DOTAÇÃO 33.70.41 CONTRIBUIÇÕES

FONTE DE RECURSOS

15000/ 15000- RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO.

5. O presente Termo de Fomento, terá sua vigência contada a partir da data de sua assinatura até **31 DE DEZEMBRO DE 2022,** podendo ser aditivado em comum acordo das partes**.**

5.1. O CONCEDENTE prorrogará "de ofício" a vigência deste Termo de Fomento, quando der causa ao atraso na liberação dos recursos, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado.

CLÁUSULA SEXTA – DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO.

6. O presente Termo de Fomento poderá ser:

I - Denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença.

II - Rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:

a) utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;

b) inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;

c) constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado; e d) verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

Parágrafo Único. A rescisão do Termo de Fomento, quando resulte danos ao erário, ensejará a instauração de Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESTITUIÇÃO DE RECURSOS.

7. Quando da conclusão do objeto pactuado, da denúncia, da rescisão ou da extinção deste Termo Fomento, o CONVENENTE, no mesmo prazo estabelecido para a prestação de contas, sob pena de imediata instauração de Tomada de Contas Especial, obriga-se a recolher em favor do Concedente:

I - O eventual saldo remanescente dos recursos financeiros, inclusive o proveniente das receitas obtidas nas aplicações financeiras realizadas e não utilizadas no objeto pactuado, ainda que não tenha havido aplicação, informando o número e a data do Termo de Fomento;

II - O valor total transferido pelo CONCEDENTE, atualizado monetariamente e acrescido de juros legais, na forma da legislação aplicável aos débitos para com a Fazenda Municipal, a partir da data de recebimento, nos seguintes casos:

a) quando não for executado o objeto do Termo de Fomento;

b) quando não for apresentada a prestação de contas no prazo fixado neste instrumento; e

c) quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida neste Termo Fomento.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES.

8.1- Compete à concedente:

a) Efetuar o pagamento do valor mensal, conforme consignado na cláusula segunda, até o ultimo dia de cada mês, impreterivelmente.;

b) Acompanhar, fiscalizar e avaliar, sistematicamente, a execução do objeto deste Termo Fomento, comunicando ao CONVENENTES quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos públicos ou outras pendências de ordem técnica ou legal, bem como suspender a liberação de recursos, fixando o prazo estabelecido na legislação pertinente para saneamento ou apresentação de informações e esclarecimentos;

c) Analisar a prestação de contas relativa a este Termo de Fomento, emitindo parecer conclusivo sobre sua aprovação ou não, além de avaliar os resultados alcançados, inclusive no que diz respeito à qualidade dos serviços conveniados com emissão de relatórios;

d) Notificar o CONVENENTE quando não apresentada a prestação de contas dos recursos aplicados ou constatada a má aplicação dos recursos públicos transferidos, e instaurar, se for o caso, a Tomada de Contas Especial.

8.2 – Compete ao Convenente:

a) Executar fielmente o objeto pactuado, de acordo com o Plano de Trabalho aprovados pelo CONCEDENTE, adotando todas as medidas necessárias à correta execução deste Termo de Fomento;

b) Aplicar os recursos discriminados no Plano de Trabalho exclusivamente no objeto do presente Termo de Fomento;

c) Executar e fiscalizar os trabalhos necessários à consecução do objeto pactuado no Termo de Fomento, inclusive os serviços eventualmente contratados, observando a qualidade, quantidade, prazos e custos definidos no Plano de Trabalho;

d) Assegurar, na sua integralidade, a qualidade técnica dos projetos e da execução dos produtos e serviços conveniados, em conformidade com as normas brasileiras e os normativos dos programas, ações e atividades, determinando a correção de vícios que possam comprometer a fruição do benefício pela população beneficiária, quando detectados pelo CONCEDENTE ou pelos órgãos de controle;

e) Submeter previamente ao CONCEDENTE qualquer proposta de alteração do Plano de Trabalho aprovado, na forma definida neste instrumento, observadas as vedações relativas à execução das despesas;

f) Manter e movimentar os recursos financeiros de que trata este Termo de Fomento em conta específica, aberta em instituição financeira oficial, federal ou estadual, inclusive os resultantes de eventual aplicação no mercado financeiro, aplicando-os, na conformidade do Plano de Trabalho e, exclusivamente, no cumprimento do seu objeto, observadas as vedações constantes neste instrumento relativas à execução das despesas;

g) Manter os comprovantes originais das despesas arquivados, em ordem cronológica, no próprio local em que forem contabilizados, à disposição dos órgãos de controle interno e externo, pelo prazo de 10 (dez) anos, contados da data em que foi aprovada a prestação de contas e na hipótese de digitalização, os documentos originais devem ser conservados em arquivo, pelo prazo de 5 (cinco) anos do julgamento das contas dos responsáveis concedentes pelo Tribunal de Contas, findo o qual poderão ser incinerados mediante termo;

i) Manter atualizada a escrituração contábil específica dos atos e fatos relativos à execução deste Convênio, para fins de fiscalização, acompanhamento e avaliação dos resultados obtidos;

j) Facilitar a supervisão e a fiscalização do CONCEDENTE, permitindo-lhe efetuar acompanhamento in loco e fornecendo, sempre que solicitado, as informações e os documentos relacionados com a execução do objeto deste Termo de Fomento, especialmente no que se refere ao exame da documentação relativa aos contratos celebrados;

k) Permitir o livre acesso de servidores do CONCEDENTE e dos órgãos de controle interno e externo, do fiscal e/ou comissão fiscalizadora, a qualquer tempo e lugar, aos processos, documentos e informações referentes a este Convênio, bem como aos locais de execução do respectivo objeto;

l) Apresentar a prestação de contas dos recursos recebidos por meio deste Termo Fomento, no prazo e forma estabelecidos neste instrumento;

m) Apresentar todo e qualquer documento comprobatório de despesa efetuada à conta dos recursos deste Convênio, a qualquer tempo e a critério do CONCEDENTE, sujeitando-se, no caso da não apresentação no prazo estipulado na respectiva notificação, ao mesmo tratamento dispensado às despesas comprovadas com documentos inidôneos ou impugnados, nos termos estipulados neste Termo de Fomento;

n) Responsabilizar-se por todos os encargos de natureza trabalhista, fiscal, comercial e previdenciária, decorrentes de eventuais demandas judiciais relativas a recursos humanos utilizados na execução do objeto deste Termo de Fomento, bem como por todos os encargos tributários ou extraordinários que incidam sobre o presente Instrumento;

p) Operar, manter e conservar adequadamente o patrimônio público gerado pelos investimentos decorrentes do Convênio, após sua execução, de modo a assegurar a sustentabilidade do projeto e atender as finalidades sociais às quais se destina;

p) Manter o CONCEDENTE informado sobre situações que eventualmente possam dificultar ou interromper o curso normal da execução do Termo de Fomento e prestar informações sobre as ações desenvolvidas para viabilizar o respectivo acompanhamento e fiscalização.

q) Permitir ao CONCEDENTE, bem como aos órgãos de controle interno e externo, o acesso à movimentação financeira da conta específica vinculada ao presente termo fomento;

r) Ao tomar conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dar ciência aos órgãos de controle e, havendo fundada suspeita de crime ou de improbidade administrativa, cientificar o Ministério Público; e

s) Garantir a manutenção da capacidade técnica e operacional necessária ao bom desempenho das atividades.

t) Cumprir os dispositivos constitucionais e da jurisprudência nacional em relação às compras e contratações, em especial às pertinentes à Licitação Pública, quando for o caso.

CLÁUSULA NONA – DAS VEDAÇÕES.

9. É vedado ao CONVENENTE, sob pena de rescisão do ajuste:

I - Utilizar, ainda que em caráter emergencial, os recursos em finalidade diversa da estabelecida no Plano de Trabalho;

II – Vincular/pagar com recursos do presente Termo de Fomento despesas realizadas em data anterior à vigência deste;

III - Efetuar pagamento em data posterior à vigência deste Termo de Fomento, salvo se expressamente autorizado pela autoridade competente do

CONCEDENTE e desde que o fato gerador da despesa tenha ocorrido durante sua vigência;

IV – Atribuir vigência ou efeitos financeiros retroativos ao presente instrumento;

V - Realizar despesas com taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos, exceto no que se refere às multas, se decorrentes de atraso na transferência de recursos pelo CONCEDENTE, e desde que os prazos para pagamento e os percentuais sejam os mesmos aplicados no mercado;

VI – É expressamente vedada a realização de pagamento em espécie ou por meio de cheque;

VII – É vedada a realização de saques na conta deste Termo de Fomento;

VIII – É vedada a movimentação de recursos financeiros por outros meios que não seja o eletrônico.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO.

10.1. Incumbirá ao CONCEDENTE exercer as atribuições de acompanhamento, fiscalização e avaliação das ações constantes no Plano de Trabalho, de forma suficiente para garantir a plena execução do objeto, sendo a Comissão de Monitoramento e Avaliação a responsável por desempenhar este papel.

10.2. O CONVENENTE é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução deste Termo de Fomento, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONCEDENTE.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS ALTERAÇÕES.

11. Será objeto de Termo Aditivo qualquer alteração julgada necessária pelos signatários, do presente Termo de Fomento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS PARCIAL E FINAL.

12.1. A Prestação de Contas Parcial deverá ser apresentada, TRIMESTRALMENTE, e deverá ocorrer em até 30 (trinta) dias após o pagamento da última parcela repassada, acompanhada dos seguintes documentos:

I – Relatório de Execução do Objeto;

II – Documentos comprobatórios da execução do objeto (notas fiscais, comprovantes de pagamentos e outros documentos pertinentes);

II – Relatório de Execução Financeira;

III – Extratos Bancários;

IV – Relatório de Gestão das ações executadas com os recursos repassados por meio do presente convênio.

12.1.2. – Deverá constar nos documentos comprobatórios destacados no inciso II referência expressa ao presente convênio.

12.2. A Prestação de Contas Final deverá ser apresentada até o dia 31 de janeiro do ano subsequente, e compreenderá a apresentação dos seguintes documentos: Relatório de Execução do Objeto; Relatório de Execução Financeira; Extratos Bancários e Relatório de Gestão das ações executadas com os valores repassados por meio do presente convênio referentes às parcelas repassadas no último trimestre, bem como compreenderá relatório consolidado das prestações de contas dos trimestres anteriores.

§1º - Quando a prestação de contas não for encaminhada no prazo estabelecido neste instrumento, o CONCEDENTE estabelecerá o prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias para sua apresentação, ou recolhimento dos recursos, incluídos os rendimentos da aplicação no mercado financeiro, atualizados monetariamente e acrescidos de juros de mora, na forma da lei

§2º - Se o CONVENENTE não apresentar a prestação de contas, nem devolver os recursos, o CONCEDENTE registrará a inadimplência por omissão do dever de prestar contas, e instaurará Tomada de Contas Especial sob aquele argumento e adoção de outras medidas para reparação do dano ao erário;

§3º - O CONCEDENTE deverá registrar o recebimento da prestação de contas, cuja análise será oportunamente com base na documentação apresentada, não se equiparando a auditoria contábil, e terá por fim atestar ou não a conclusão da execução do objeto, bem como a verificação dos documentos relacionados.

§4º - O CONVENENTE deverá ser notificado previamente sobre as irregularidades apontadas na análise da prestação de contas;

§5º - Caso a prestação de contas não seja aprovada, exauridas todas as providências cabíveis para regularização da pendência ou reparação do dano, o CONCEDENTE, registrará o fato no processo e adotará as providências necessárias à instauração da Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA EXTINÇÃO.

13. O presente Termo de Fomento poderá ser extinto de comum acordo pelas partes signatárias, ou unilateralmente, mediante notificação da Concedente à Convenente, com prazo nunca inferior a 60 (sessenta) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- DO FORO.

14. Fica eleito o Foro da Comarca de Peixoto de Azevedo/MT para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente Termo de Fomento.

Por estarem as partes de acordo e conveniadas, assinam o presente Termo de Fomento em 02 (duas) vias de iguais teor e forma na presença de 02 (duas) testemunhas.

Peixoto de Azevedo-MT, 15 de março de 2022.

MUNICIPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO

MAURICIO FERREIRA DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL/ CONCEDENTE

CONSELHO DA COMUNIDADE NA EXECUÇÃO PENAL DA COMARCA DE PEIXOTO DE AZEVEDO - MT

FLAVIA ALVES ANDRADE GOMES

PRESIDENTE/PROPONENTE

CONTRATO DE RATEIO N° 002/2022.

CONTRATO DE RATEIO N° 002/2022

CONTRATO DE RATEIO QUE CELEBRAM O MUNICIPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO E O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO, PARA OS FINS QUE ESPECIFICAM.

O **MUNICIPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO – ESTADO DE MATO GROSSO,** entidade de direito publico interno, devidamente inscrito no CNPJ sob o n**°** 03.238.631/0001-31, com sede na Prefeitura Municipal, localizada na Rua Ministro César Cals, n 226, Centro, na Cidade de Peixoto de Azevedo/MT,neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, brasileiro, casado, empresário, portador da CI RG n**°** 3.462.335-0-SSP/PR, inscrito no CPF sob n° 408.557.409-49, residente e domiciliado na Avenida Itamar Dias, nº 363, Bairro Centro Novo, na Cidade de Peixoto de Azevedo/MT, denominado de **CONCEDENTE**, e o **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SÁUDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO,** associação pública sem fins lucrativos, inscrito no CNPJ sob o n° 02.997.711/0001-08, com sede a Travessa Bartolomeu Dias, n° 269, Bairro Alvorada, na Cidade de Peixoto de Azevedo/MT, neste ato representado pelo Presidente, o Sr. **PASCOAL ALBERTON**, brasileiro, casado, portador da CIRG n° 3.700.571-1, SSP/PR, inscrito no CPF sob n° 502.469. 339-68, residente e domiciliado na Rua das Mangueiras, n° 161, Bairro Centro, na Cidade de Terra Nova do Norte/MT, ora denominado de **CONVENENTE** resolvem celebrar o presente Convênio conforme as cláusulas a seguir explicitadas, ficando, desde já, o presente instrumento vinculado às normas legais vigentes, em especial à Lei nº11.107, de 6 de abril de

2006 e ao Decreto nº6.017, de 17 de janeiro de 2007, e, no que couber, à Lei nº8.666/93.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO.

1.1. Constitui objeto do presente Convênio a consecução das ações previstas em Lei, que autoriza o ingresso no Consórcio, bem como das demais normas estatutárias aos serviços de assistência a saúde a ser realizado pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto, do qual ser refere à Constitui objeto do presente Contrato de Rateio a consecução das ações previstas no Decreto nº1.328, de 14 de Maio de 2008, que dispõe sobre o Sistema de Transferência Voluntária de Recursos Financeiros do Fundo Estadual de Saúde aos Fundos Municipais de Saúde e Portaria nº087/2008/GBSES que instituiu o Programa de Apoio ao Desenvolvimento e Implementação dos Consórcios Intermunicipais de Saúde (PAICI), que visa o repasse de incentivo aos municípios consorciados, no âmbito do Sistema Único de Saúde-SUS no Estado de Mato Grosso e que autorizou o ingresso no Consórcio, bem como as demais normas estatutárias aos serviços de assistência sócio a saúde a ser realizada pelo CISVP e no termo de compromisso PAICI/2022, que será firmado com a SES de Mato Grosso, bem como Plano de Metas para 2022.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR.

2. O valor global do presente convênio é de **R$ 958.366,56 (NOVECENTOS E CINQUENTA E OITO MIL, TREZENTOS E SESSENTA E SEIS REAIS E CINQUENTA E SEIS CENTAVOS),** a ser pago em 10 (dez) parcelas mensais.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA FORMA DE PAGAMENTO.

3. O valor do presente Convênio, constante na clausula segunda, será pago até o ultimo dia de cada mês impreterivelmente. Sendo que a parcela do mês de março do ano de 2022 será no valor de R$ 239.591,64 (duzentos e trinta e nove mil, quinhentos e noventa e um reais e sessenta e quatro centavos) e as demais parcelas serão pagas no valor de R$ 79.863,88 (setenta e nove mil, oitocentos e sessenta e três reais e oitenta e oito reais), conforme Plano de trabalho.

PARAGRAFO ÚNICO: O valor das parcelas mensais, conforme consta na clausula segunda, ***será depositado na conta corrente n° 8993-1, agência 5916-1 do Banco do Brasil S.A de titularidade do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto.***

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO.

4. O valor a ser pago mensalmente pela concedente à Convenente correrá à conta da dotação orçamentária abaixo especificada.

ÓRGÃO 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE 001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

FUNÇÃO 10 – SAÚDE

SUBFUNÇÃO 302 – ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL

PROGRAMA 0019 – ATENDIMENTO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

PROJ/ATIVIDADE 20460 – MANUTENÇÃO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE

DOTAÇÃO 568 - 33371.70 – RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSORCIO PÚBLICO.

FONTE DE RECURSOS 1621000–Transferência Fundo a Fundo de Recursos do SUS Prov. Do Gov. Estadual.

CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO.

5. O presente Convênio terá sua vigência contada a partir da data de sua assinatura até **31 DE DEZEMBRO DE 2022,** podendo ser aditivado em comum acordo das partes**.**

5.1. O CONCEDENTE prorrogará "de ofício" a vigência deste Termo de Convênio, quando der causa ao atraso na liberação dos recursos, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado.

CLÁUSULA SEXTA – DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO.

6. O presente Convênio poderá ser:

I - denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença.

II - rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:

a) utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;

b) inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;

c) constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado; e d) verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

Parágrafo Único. A rescisão do Convênio, quando resulte dano ao erário, ensejará a instauração de Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESTITUIÇÃO DE RECURSOS.

7. Quando da conclusão do objeto pactuado, da denúncia, da rescisão ou da extinção deste Convênio, o CONVENENTE, no mesmo prazo estabelecido para a prestação de contas, sob pena de imediata instauração de Tomada de Contas Especial, obriga-se a recolher em favor do Concedente:

I - o eventual saldo remanescente dos recursos financeiros, inclusive o proveniente das receitas obtidas nas aplicações financeiras realizadas e não utilizadas no objeto pactuado, ainda que não tenha havido aplicação, informando o número e a data do Convênio;

II - o valor total transferido pelo CONCEDENTE, atualizado monetariamente e acrescido de juros legais, na forma da legislação aplicável aos débitos para com a Fazenda Municipal, a partir da data de recebimento, nos seguintes casos:

a) quando não for executado o objeto do Convênio;

b) quando não for apresentada a prestação de contas no prazo fixado neste instrumento; e

c) quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida neste Convênio.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES.

8.1- Compete à concedente:

a) Efetuar o pagamento do valor mensal, conforme consignado na cláusula segunda, até o ultimo dia de cada mês, impreterivelmente.;

b) Acompanhar, fiscalizar e avaliar, sistematicamente, a execução do objeto deste Convênio, comunicando ao CONVENENTE quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos públicos ou outras pendências de ordem técnica ou legal, bem como suspender a liberação de recursos, fixando o prazo estabelecido na legislação pertinente para saneamento ou apresentação de informações e esclarecimentos;

c) Analisar a prestação de contas relativa a este Convênio, emitindo parecer conclusivo sobre sua aprovação ou não, além de avaliar os resultados alcançados, inclusive no que diz respeito à qualidade dos serviços conveniados com emissão de relatórios;

d) Notificar o CONVENENTE quando não apresentada a prestação de contas dos recursos aplicados ou constatada a má aplicação dos recursos públicos transferidos, e instaurar, se for o caso, a Tomada de Contas Especial.

8.2 – Compete ao Convenente:

a) Executar fielmente o objeto pactuado, de acordo com o Plano de Trabalho aprovados pelo CONCEDENTE, adotando todas as medidas necessárias à correta execução deste Convênio;

b) Aplicar os recursos discriminados no Plano de Trabalho exclusivamente no objeto do presente Convênio;

c) Executar e fiscalizar os trabalhos necessários à consecução do objeto pactuado no Convênio, inclusive os serviços eventualmente contratados, observando a qualidade, quantidade, prazos e custos definidos no Plano de Trabalho;

d) Assegurar, na sua integralidade, a qualidade técnica dos projetos e da execução dos produtos e serviços conveniados, em conformidade com as normas brasileiras e os normativos dos programas, ações e atividades, determinando a correção de vícios que possam comprometer a fruição do benefício pela população beneficiária, quando detectados pelo CONCEDENTE ou pelos órgãos de controle;

e) Submeter previamente ao CONCEDENTE qualquer proposta de alteração do Plano de Trabalho aprovado, na forma definida neste instrumento, observadas as vedações relativas à execução das despesas;

f) Manter e movimentar os recursos financeiros de que trata este Convênio em conta específica, aberta em instituição financeira oficial, federal ou estadual, inclusive os resultantes de eventual aplicação no mercado financeiro, aplicando-os, na conformidade do Plano de Trabalho e, exclusivamente, no cumprimento do seu objeto, observadas as vedações constantes neste instrumento relativas à execução das despesas;

g) Manter os comprovantes originais das despesas arquivados, em ordem cronológica, no próprio local em que forem contabilizados, à disposição dos órgãos de controle interno e externo, pelo prazo de 10 (dez) anos, contados da data em que foi aprovada a prestação de contas e na hipótese de digitalização, os documentos originais devem ser conservados em arquivo, pelo prazo de 5 (cinco) anos do julgamento das contas dos responsáveis concedentes pelo Tribunal de Contas, findo o qual poderão ser incinerados mediante termo;

i) Manter atualizada a escrituração contábil específica dos atos e fatos relativos à execução deste Convênio, para fins de fiscalização, acompanhamento e avaliação dos resultados obtidos;

j) Facilitar a supervisão e a fiscalização do CONCEDENTE, permitindo-lhe efetuar acompanhamento in loco e fornecendo, sempre que solicitado, as informações e os documentos relacionados com a execução do objeto deste Convênio, especialmente no que se refere ao exame da documentação relativa aos contratos celebrados;

k) Permitir o livre acesso de servidores do CONCEDENTE e dos órgãos de controle interno e externo, do fiscal e/ou comissão fiscalizadora, a qualquer tempo e lugar, aos processos, documentos e informações referentes a este Convênio, bem como aos locais de execução do respectivo objeto;

l) Apresentar a prestação de contas dos recursos recebidos por meio deste Convênio, no prazo e forma estabelecidos neste instrumento;

m) Apresentar todo e qualquer documento comprobatório de despesa efetuada à conta dos recursos deste Convênio, a qualquer tempo e a critério do CONCEDENTE, sujeitando-se, no caso da não apresentação no prazo estipulado na respectiva notificação, ao mesmo tratamento dispensado às despesas comprovadas com documentos inidôneos ou impugnados, nos termos estipulados neste Termo de Convênio;

n) Responsabilizar-se por todos os encargos de natureza trabalhista, fiscal, comercial e previdenciária, decorrentes de eventuais demandas judiciais relativas a recursos humanos utilizados na execução do objeto deste Convênio, bem como por todos os encargos tributários ou extraordinários que incidam sobre o presente Instrumento;

p) Operar, manter e conservar adequadamente o patrimônio público gerado pelos investimentos decorrentes do Convênio, após sua execução, de modo a assegurar a sustentabilidade do projeto e atender as finalidades sociais às quais se destina;

p) Manter o CONCEDENTE informado sobre situações que eventualmente possam dificultar ou interromper o curso normal da execução do Convênio e prestar informações sobre as ações desenvolvidas para viabilizar o respectivo acompanhamento e fiscalização.

q) Permitir ao CONCEDENTE, bem como aos órgãos de controle interno e externo, o acesso à movimentação financeira da conta específica vinculada ao presente Convênio;

r) Ao tomar conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dar ciência aos órgãos de controle e, havendo fundada suspeita de crime ou de improbidade administrativa, cientificar o Ministério Público; e

s) Garantir a manutenção da capacidade técnica e operacional necessária ao bom desempenho das atividades.

t) Cumprir os dispositivos constitucionais e da jurisprudência nacional em relação às compras e contratações, em especial às pertinentes à Licitação Pública, quando for o caso.

CLÁUSULA NONA – DAS VEDAÇÕES.

9. É vedado ao CONVENENTE, sob pena de rescisão do ajuste:

I - Utilizar, ainda que em caráter emergencial, os recursos em finalidade diversa da estabelecida no Plano de Trabalho;

II – Vincular/pagar com recursos do presente convênio despesas realizadas em data anterior à vigência deste;

III - Efetuar pagamento em data posterior à vigência deste Termo de Convênio, salvo se expressamente autorizado pela autoridade competente do CONCEDENTE e desde que o fato gerador da despesa tenha ocorrido durante sua vigência;

IV – Atribuir vigência ou efeitos financeiros retroativos ao presente instrumento;

V - Realizar despesas com taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos, exceto no que se refere às multas, se decorrentes de atraso na transferência de recursos pelo CONCEDENTE, e desde que os prazos para pagamento e os percentuais sejam os mesmos aplicados no mercado;

VI – É expressamente vedada a realização de pagamento em espécie ou por meio de cheque;

VII – É vedada a realização de saques na conta deste convênio;

VIII – É vedada a movimentação de recursos financeiros por outros meios que não seja o eletrônico.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO.

10.1. Incumbirá ao CONCEDENTE exercer as atribuições de acompanhamento, fiscalização e avaliação das ações constantes no Plano de Trabalho, de forma suficiente para garantir a plena execução do objeto, sendo a Comissão de Monitoramento e Avaliação a responsável por desempenhar este papel, conforme Portaria nº 388 de 03 de março de 2022.

10.2. O CONVENENTE é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução deste convênio, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONCEDENTE.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS ALTERAÇÕES.

11. Será objeto de Termo Aditivo qualquer alteração julgada necessária pelos signatários, do presente Convênio.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS PARCIAL E FINAL.

12.1. A Prestação de Contas Parcial deverá ser apresentada, TRIMESTRALMENTE, e deverá ocorrer em até 30 (trinta) dias após o pagamento da última parcela repassada, acompanhada dos seguintes documentos:

I – Relatório de Execução do Objeto;

II – Documentos comprobatórios da execução do objeto (notas fiscais, comprovantes de pagamentos e outros documentos pertinentes);

II – Relatório de Execução Financeira;

III – Extratos Bancários;

IV – Relatório de Gestão das ações executadas com os recursos repassados por meio do presente convênio.

12.1.2. – Deverá constar nos documentos comprobatórios destacados no inciso II referência expressa ao presente convênio.

12.2. A Prestação de Contas Final deverá ser apresentada até o dia 31 de janeiro do ano subsequente, e compreenderá a apresentação dos seguintes documentos: Relatório de Execução do Objeto; Relatório de Execução Financeira; Extratos Bancários e Relatório de Gestão das ações executadas com os valores repassados por meio do presente convênio referentes às parcelas repassadas no último trimestre, bem como compreenderá relatório consolidado das prestações de contas dos trimestres anteriores.

§1º - Quando a prestação de contas não for encaminhada no prazo estabelecido neste instrumento, o CONCEDENTE estabelecerá o prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias para sua apresentação, ou recolhimento dos recursos, incluídos os rendimentos da aplicação no mercado financeiro, atualizados monetariamente e acrescidos de juros de mora, na forma da lei

§2º - Se o CONVENENTE não apresentar a prestação de contas, nem devolver os recursos, o CONCEDENTE registrará a inadimplência por omissão do dever de prestar contas, e instaurará Tomada de Contas Especial sob aquele argumento e adoção de outras medidas para reparação do dano ao erário;

§3º - O CONCEDENTE deverá registrar o recebimento da prestação de contas, cuja análise será oportunamente com base na documentação apresentada, não se equiparando a auditoria contábil, e terá por fim atestar ou não a conclusão da execução do objeto, bem como a verificação dos documentos relacionados.

§4º - O CONVENENTE deverá ser notificado previamente sobre as irregularidades apontadas na análise da prestação de contas;

§5º - Caso a prestação de contas não seja aprovada, exauridas todas as providências cabíveis para regularização da pendência ou reparação do dano, o CONCEDENTE, registrará o fato no processo e adotará as providências necessárias à instauração da Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA EXTINÇÃO.

13. O presente Convênio poderá ser extinto de comum acordo pelas partes signatárias, ou unilateralmente, mediante notificação da Concedente à Convenente, com prazo nunca inferior a 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- DO FORO.

14. Fica eleito o Foro da Comarca de Peixoto de Azevedo/MT para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente Convênio.

Por estarem as partes de acordo e conveniadas, assinam o presente Termo de Convênio em 02 (duas) vias de iguais teor e forma na presença de 02 (duas) testemunhas.

Peixoto de Azevedo-MT, 03 de março de 2022.

_____

O MUNICIPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO

MAURICIO FERREIRA DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL/ CONCEDENTE

_____

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO

PASCOAL ALBERTON

PRESIDENTE/PROPONENTE

CONTRATO DE RATEIO N° 003/2022.

CONTRATO DE RATEIO N° 003/2022

CONTRATO DE RATEIO QUE CELEBRAM O MUNICIPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO E O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO, PARA OS FINS QUE ESPECIFICAM.

O **MUNICIPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO – ESTADO DE MATO GROSSO,** entidade de direito publico interno, devidamente inscrito no CNPJ sob o n° 03.238.631/0001-31, com sede na Prefeitura Municipal, localizada na Rua Ministro César Cals, n 226, Centro, na Cidade de Peixoto de Azevedo/MT,neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, brasileiro, casado, empresário, portador da CI RG n° 3.462.335-0-SSP/PR, inscrito no CPF sob n° 408.557.409-49, residente e domiciliado na Avenida Itamar Dias, nº 363, Bairro Centro Novo, na Cidade de Peixoto de Azevedo/MT, denominado de **CONCEDENTE**, e o **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SÁUDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO,** associação pública sem fins lucrativos, inscrito no CNPJ sob o n° 02.997.711/0001-08, com sede a Travessa Bartolomeu Dias, n° 269, Bairro Alvorada, na Cidade de Peixoto de Azevedo/MT, neste ato representado pelo Presidente, o Sr. **PASCOAL ALBERTON**, brasileiro, casado, portador da CIRG n° 3.700.571-1, SSP/PR, inscrito no CPF sob n° 502.469. 339-68, residente e domiciliado na Rua das Mangueiras, n° 161, Bairro Centro, na Cidade de Terra Nova do Norte/MT, ora denominado de **CONVENENTE** resolvem celebrar o presente Convênio conforme as cláusulas a seguir explicitadas, ficando, desde já, o presente instrumento vinculado às normas legais vigentes, em especial à Lei nº11.107, de 6 de abril de 2006 e ao Decreto nº6.017, de 17 de janeiro de 2007, e, no que couber, à Lei nº8.666/93.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO.

1.1. Constitui objeto do presente Convênio a consecução das ações previstas em Lei, que autoriza o ingresso no Consórcio, bem como das demais normas estatutárias aos serviços de assistência a saúde a ser realizado pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto, do qual ser refere à ***FINALIDADE DE REPASSE DE INCENTIVO FINANCEIRO AO CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO PARA Incentivo para Atenção Especializada aos Povos Indígenas – IAE-PI.***

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR.

2. O valor global do presente convênio é de **R$ 137.454,60 (CENTO E TRINTA E SETE MIL, QUATROCENTOS E CINQUENTA E QUATRO REAIS E SESSENTA CENTAVOS),** a ser pago em 10 (dez) parcelas mensais.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA FORMA DE PAGAMENTO.

3. O valor do presente Convênio, constante na clausula segunda, será pago até o ultimo dia de cada mês impreterivelmente. Sendo que a parcela do mês de março do ano de 2022 será no valor de R$ 34.363,65 (trinta e quatro mil, trezentos e sessenta e três reais e sessenta e cinco centavos) e as demais parcelas serão pagas no valor de R$ 11.454,55 (onze mil, quatrocentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta e cinco centavos) cada uma, conforme Plano de trabalho.

PARAGRAFO ÚNICO: O valor das parcelas mensais, conforme consta na clausula segunda, ***será depositado na conta corrente n° 25.000-7,***

agência 5916-1 do Banco do Brasil S.A de titularidade do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO.

4. O valor a ser pago mensalmente pela concedente à Convenente correrá à conta da dotação orçamentária abaixo especificada.

ÓRGÃO 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE 001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

FUNÇÃO 10 – SAÚDE

SUBFUNÇÃO 302 – ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL

PROGRAMA 0019 – ATENDIMENTO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

PROJ/ATIVIDADE 20460 – MAUTENÇÃO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE

DOTAÇÃO 568–3371.70.00 – RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO CONSÓRCIO PÚBLICO

FONTE DE RECURSOS 1621000 – TRANSFERÊNCIA FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-ESTADO

CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO.

5. O presente Convênio terá sua vigência contada a partir da data de sua assinatura até **31 DE DEZEMBRO DE 2022,** podendo ser aditivado em comum acordo das partes**.**

5.1. O CONCEDENTE prorrogará "de ofício" a vigência deste Termo de Convênio, quando der causa ao atraso na liberação dos recursos, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado.

CLÁUSULA SEXTA – DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO.

6. O presente Convênio poderá ser:

I - denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença.

II - rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:

a) utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;

b) inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;

c) constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado; e d) verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

Parágrafo Único. A rescisão do Convênio, quando resulte dano ao erário, ensejará a instauração de Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESTITUIÇÃO DE RECURSOS.

7. Quando da conclusão do objeto pactuado, da denúncia, da rescisão ou da extinção deste Convênio, o CONVENENTE, no mesmo prazo estabelecido para a prestação de contas, sob pena de imediata instauração de Tomada de Contas Especial, obriga-se a recolher em favor do Concedente:

I - o eventual saldo remanescente dos recursos financeiros, inclusive o proveniente das receitas obtidas nas aplicações financeiras realizadas e não utilizadas no objeto pactuado, ainda que não tenha havido aplicação, informando o número e a data do Convênio;

II - o valor total transferido pelo CONCEDENTE, atualizado monetariamente e acrescido de juros legais, na forma da legislação aplicável aos débitos para com a Fazenda Municipal, a partir da data de recebimento, nos seguintes casos:

a) quando não for executado o objeto do Convênio;

b) quando não for apresentada a prestação de contas no prazo fixado neste instrumento; e

c) quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida neste Convênio.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES.

8.1- Compete à concedente:

a) Efetuar o pagamento do valor mensal, conforme consignado na cláusula segunda, até o ultimo dia de cada mês, impreterivelmente.;

b) Acompanhar, fiscalizar e avaliar, sistematicamente, a execução do objeto deste Convênio, comunicando ao CONVENENTE quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos públicos ou outras pendências de ordem técnica ou legal, bem como suspender a liberação de recursos, fixando o prazo estabelecido na legislação pertinente para saneamento ou apresentação de informações e esclarecimentos;

c) Analisar a prestação de contas relativa a este Convênio, emitindo parecer conclusivo sobre sua aprovação ou não, além de avaliar os resultados alcançados, inclusive no que diz respeito à qualidade dos serviços conveniados com emissão de relatórios;

d) Notificar o CONVENENTE quando não apresentada a prestação de contas dos recursos aplicados ou constatada a má aplicação dos recursos públicos transferidos, e instaurar, se for o caso, a Tomada de Contas Especial.

8.2 – Compete ao Convenente:

a) Executar fielmente o objeto pactuado, de acordo com o Plano de Trabalho aprovados pelo CONCEDENTE, adotando todas as medidas necessárias à correta execução deste Convênio;

b) Aplicar os recursos discriminados no Plano de Trabalho exclusivamente no objeto do presente Convênio;

c) Executar e fiscalizar os trabalhos necessários à consecução do objeto pactuado no Convênio, inclusive os serviços eventualmente contratados, observando a qualidade, quantidade, prazos e custos definidos no Plano de Trabalho;

d) Assegurar, na sua integralidade, a qualidade técnica dos projetos e da execução dos produtos e serviços conveniados, em conformidade com as normas brasileiras e os normativos dos programas, ações e atividades, determinando a correção de vícios que possam comprometer a fruição do benefício pela população beneficiária, quando detectados pelo CONCEDENTE ou pelos órgãos de controle;

e) Submeter previamente ao CONCEDENTE qualquer proposta de alteração do Plano de Trabalho aprovado, na forma definida neste instrumento, observadas as vedações relativas à execução das despesas;

f) Manter e movimentar os recursos financeiros de que trata este Convênio em conta específica, aberta em instituição financeira oficial, federal ou estadual, inclusive os resultantes de eventual aplicação no mercado financeiro, aplicando-os, na conformidade do Plano de Trabalho e, exclusivamente, no cumprimento do seu objeto, observadas as vedações constantes neste instrumento relativas à execução das despesas;

g) Manter os comprovantes originais das despesas arquivados, em ordem cronológica, no próprio local em que forem contabilizados, à disposição dos órgãos de controle interno e externo, pelo prazo de 10 (dez) anos, contados da data em que foi aprovada a prestação de contas e na hipótese de digitalização, os documentos originais devem ser conservados em arquivo, pelo prazo de 5 (cinco) anos do julgamento das contas dos responsáveis concedentes pelo Tribunal de Contas, findo o qual poderão ser incinerados mediante termo;

i) Manter atualizada a escrituração contábil específica dos atos e fatos relativos à execução deste Convênio, para fins de fiscalização, acompanhamento e avaliação dos resultados obtidos;

j) Facilitar a supervisão e a fiscalização do CONCEDENTE, permitindo-lhe efetuar acompanhamento in loco e fornecendo, sempre que solicitado,

as informações e os documentos relacionados com a execução do objeto deste Convênio, especialmente no que se refere ao exame da documentação relativa aos contratos celebrados;

k) Permitir o livre acesso de servidores do CONCEDENTE e dos órgãos de controle interno e externo, do fiscal e/ou comissão fiscalizadora, a qualquer tempo e lugar, aos processos, documentos e informações referentes a este Convênio, bem como aos locais de execução do respectivo objeto;

l) Apresentar a prestação de contas dos recursos recebidos por meio deste Convênio, no prazo e forma estabelecidos neste instrumento;

m) Apresentar todo e qualquer documento comprobatório de despesa efetuada à conta dos recursos deste Convênio, a qualquer tempo e a critério do CONCEDENTE, sujeitando-se, no caso da não apresentação no prazo estipulado na respectiva notificação, ao mesmo tratamento dispensado às despesas comprovadas com documentos inidôneos ou impugnados, nos termos estipulados neste Termo de Convênio;

n) Responsabilizar-se por todos os encargos de natureza trabalhista, fiscal, comercial e previdenciária, decorrentes de eventuais demandas judiciais relativas a recursos humanos utilizados na execução do objeto deste Convênio, bem como por todos os encargos tributários ou extraordinários que incidam sobre o presente Instrumento;

p) Operar, manter e conservar adequadamente o patrimônio público gerado pelos investimentos decorrentes do Convênio, após sua execução, de modo a assegurar a sustentabilidade do projeto e atender as finalidades sociais às quais se destina;

p) Manter o CONCEDENTE informado sobre situações que eventualmente possam dificultar ou interromper o curso normal da execução do Convênio e prestar informações sobre as ações desenvolvidas para viabilizar o respectivo acompanhamento e fiscalização.

q) Permitir ao CONCEDENTE, bem como aos órgãos de controle interno e externo, o acesso à movimentação financeira da conta específica vinculada ao presente Convênio;

r) Ao tomar conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dar ciência aos órgãos de controle e, havendo fundada suspeita de crime ou de improbidade administrativa, cientificar o Ministério Público; e

s) Garantir a manutenção da capacidade técnica e operacional necessária ao bom desempenho das atividades.

t) Cumprir os dispositivos constitucionais e da jurisprudência nacional em relação às compras e contratações, em especial às pertinentes à Licitação Pública, quando for o caso.

CLÁUSULA NONA – DAS VEDAÇÕES.

9. É vedado ao CONVENENTE, sob pena de rescisão do ajuste:

I - Utilizar, ainda que em caráter emergencial, os recursos em finalidade diversa da estabelecida no Plano de Trabalho;

II – Vincular/pagar com recursos do presente convênio despesas realizadas em data anterior à vigência deste;

III - Efetuar pagamento em data posterior à vigência deste Termo de Convênio, salvo se expressamente autorizado pela autoridade competente do CONCEDENTE e desde que o fato gerador da despesa tenha ocorrido durante sua vigência;

IV – Atribuir vigência ou efeitos financeiros retroativos ao presente instrumento;

V - Realizar despesas com taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos, exceto no que se refere às multas, se decorrentes de atraso na transferência de recursos pelo CONCEDENTE, e desde que os prazos para pagamento e os percentuais sejam os mesmos aplicados no mercado;

VI – É expressamente vedada a realização de pagamento em espécie ou por meio de cheque;

VII – É vedada a realização de saques na conta deste convênio;

VIII – É vedada a movimentação de recursos financeiros por outros meios que não seja o eletrônico.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO.

10.1. Incumbirá ao CONCEDENTE exercer as atribuições de acompanhamento, fiscalização e avaliação das ações constantes no Plano de Trabalho, de forma suficiente para garantir a plena execução do objeto, sendo a Comissão de Monitoramento e Avaliação a responsável por desempenhar este papel, conforme Portaria nº 388 de 03 de março de 2022.

10.2. O CONVENENTE é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução deste convênio, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONCEDENTE.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS ALTERAÇÕES.

11. Será objeto de Termo Aditivo qualquer alteração julgada necessária pelos signatários, do presente Convênio.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS PARCIAL E FINAL.

12.1. A Prestação de Contas Parcial deverá ser apresentada, TRIMESTRALMENTE, e deverá ocorrer em até 30 (trinta) dias após o pagamento da última parcela repassada, acompanhada dos seguintes documentos:

I – Relatório de Execução do Objeto;

II – Documentos comprobatórios da execução do objeto (notas fiscais, comprovantes de pagamentos e outros documentos pertinentes);

II – Relatório de Execução Financeira;

III – Extratos Bancários;

IV – Relatório de Gestão das ações executadas com os recursos repassados por meio do presente convênio.

12.1.2. – Deverá constar nos documentos comprobatórios destacados no inciso II referência expressa ao presente convênio.

12.2. A Prestação de Contas Final deverá ser apresentada até o dia 31 de janeiro do ano subsequente, e compreenderá a apresentação dos seguintes documentos: Relatório de Execução do Objeto; Relatório de Execução Financeira; Extratos Bancários e Relatório de Gestão das ações executadas com os valores repassados por meio do presente convênio referentes às parcelas repassadas no último trimestre, bem como compreenderá relatório consolidado das prestações de contas dos trimestres anteriores.

§1º - Quando a prestação de contas não for encaminhada no prazo estabelecido neste instrumento, o CONCEDENTE estabelecerá o prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias para sua apresentação, ou recolhimento dos recursos, incluídos os rendimentos da aplicação no mercado financeiro, atualizados monetariamente e acrescidos de juros de mora, na forma da lei

§2º - Se o CONVENENTE não apresentar a prestação de contas, nem devolver os recursos, o CONCEDENTE registrará a inadimplência por omissão do dever de prestar contas, e instaurará Tomada de Contas Especial sob aquele argumento e adoção de outras medidas para reparação do dano ao erário;

§3º - O CONCEDENTE deverá registrar o recebimento da prestação de contas, cuja análise será oportunamente com base na documentação apresentada, não se equiparando a auditoria contábil, e terá por fim atestar ou não a conclusão da execução do objeto, bem como a verificação dos documentos relacionados.

§4º - O CONVENENTE deverá ser notificado previamente sobre as irregularidades apontadas na análise da prestação de contas;

§5º - Caso a prestação de contas não seja aprovada, exauridas todas as providências cabíveis para regularização da pendência ou reparação do

dano, o CONCEDENTE, registrará o fato no processo e adotará as providências necessárias à instauração da Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA EXTINÇÃO.

13. O presente Convênio poderá ser extinto de comum acordo pelas partes signatárias, ou unilateralmente, mediante notificação da Concedente à Convenente, com prazo nunca inferior a 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- DO FORO.

14. Fica eleito o Foro da Comarca de Peixoto de Azevedo/MT para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente Convênio.

Por estarem as partes de acordo e conveniadas, assinam o presente Termo de Convênio em 02 (duas) vias de iguais teor e forma na presença de 02 (duas) testemunhas.

Peixoto de Azevedo-MT, 23 de fevereiro de 2022.

_____

O MUNICIPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO

MAURICIO FERREIRA DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL/ CONCEDENTE

_____

_____

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO

PASCOAL ALBERTON

PRESIDENTE/PROPONENTE

TERMO DE CONVÊNIO N° 001/2022.

TERMO DE CONVÊNIO N° 001/2022

TERMO DE CONVÊNIO QUE CELEBRAM O MUNICIPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO E O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO, PARA OS FINS QUE ESPECIFICAM.

O **MUNICIPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO – ESTADO DE MATO GROSSO,** entidade de direito publico interno, devidamente inscrito no CNPJ sob o n° 03.238.631/0001-31, com sede na Prefeitura Municipal, localizada na Rua Ministro César Cals, n 226, Centro, na Cidade de Peixoto de Azevedo/MT,neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, brasileiro, casado, empresário, portador da CI RG n° 3.462.335-0-SSP/PR, inscrito no CPF sob n° 408.557.409-49, residente e domiciliado na Avenida Itamar Dias, nº 363, Bairro Centro Novo, na Cidade de Peixoto de Azevedo/MT, denominado de **CONCEDENTE**, e o **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SÁUDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO,** associação pública sem fins lucrativos, inscrito no CNPJ sob o n° 02.997.711/0001-08, com sede a Travessa Bartolomeu Dias, n° 269, Bairro Alvorada, na Cidade de Peixoto de Azevedo/MT, neste ato representado pelo Presidente, o Sr. **PASCOAL ALBERTON**, brasileiro, casado, portador da CIRG n° 3.700.571-1, SSP/PR, inscrito no CPF sob n° 502.469. 339-68, residente e domiciliado na Rua das Mangueiras, n° 161, Bairro Centro, na Cidade de Terra Nova do Norte/MT, ora denominado de **CONVENENTE** resolvem celebrar o presente Convênio conforme as cláusulas a seguir explicitadas, ficando, desde já, o presente instrumento vinculado às normas legais vigentes, em especial à Lei nº11.107, de 6 de abril de 2006 e ao Decreto nº6.017, de 17 de janeiro de 2007, e, no que couber, à Lei nº8.666/93.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO.

1.1. Constitui objeto do presente Convênio a consecução das ações previstas em Lei, que autoriza o ingresso no Consórcio, bem como das demais normas estatutárias aos serviços de assistência a saúde a ser realizado pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto, do qual ser refere à ***FINALIDADE DE REPASSE DE RECURSO FINANCEIRO AO CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO PARA REALIZAÇÃO DE CUSTEIO, MANUTENÇAO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS JUNTO AO HOSPITAL REGIONAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO.***

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR.

2. O valor global do presente convênio é de ***R$ 1.912.563,00 (Um milhão novecentos e doze mil reais quinhentos e sessenta e três reais),*** a serem pago em 10 (dez) parcelas mensais.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA FORMA DE PAGAMENTO.

3. O valor do presente Convênio, constante na clausula segunda, será pago até o ultimo dia de cada mês impreterivelmente. Sendo que a parcela do mês de março do ano de 2022 será no valor de R$478.140,75 (nove mil seiscentos e cinquenta e cinco reais e dezesseis centavos) e as demais parcelas serão pagas no valor de R$ ***159.380,25*** (***cento e cinquenta e nove mil trezentos e oitenta reais e vinte e cinco centavos***), conforme Plano de trabalho.

PARAGRAFO ÚNICO: O valor das parcelas mensais, conforme consta na clausula segunda, ***será depositado na conta corrente n° 60.000-8, agência 5916-1, do Banco do Brasil S/A de titularidade do Consorcio Intermunicipal de Saúde a Região do Vale do Peixoto.***

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO.

4. O valor a ser pago mensalmente pela concedente à Convenente correrá à conta da dotação orçamentária abaixo especificada.

ÓRGÃO 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE 001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

FUNÇÃO 10 – SAÚDE

SUBFUNÇÃO 302 – ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL

PROGRAMA 0019 – ATENDIMENTO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

PROJ/ATIVIDADE 20.460–MANUTENÇÃO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE

DOTAÇÃO 569 - 3371.70–RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSORCIO PUBLICO.

FONTE DE RECURSOS 16000– RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS DE SAÚDE

CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO.

5. O presente Convênio terá sua vigência contada a partir da data de sua assinatura até **31 DE DEZEMBRO DE 2022,** podendo ser aditivado em comum acordo das partes**.**

5.1. O CONCEDENTE prorrogará “de ofício” a vigência deste Termo de Convênio, quando der causa ao atraso na liberação dos recursos, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado.

CLÁUSULA SEXTA – DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO.

6. O presente Convênio poderá ser:

I - denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença.

II - rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:

a) utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;

b) inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;

c) constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado; e d) verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

Parágrafo Único. A rescisão do Convênio, quando resulte dano ao erário, ensejará a instauração de Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESTITUIÇÃO DE RECURSOS.

7. Quando da conclusão do objeto pactuado, da denúncia, da rescisão ou da extinção deste Convênio, o CONVENENTE, no mesmo prazo estabelecido para a prestação de contas, sob pena de imediata instauração de Tomada de Contas Especial, obriga-se a recolher em favor do Concedente:

I - o eventual saldo remanescente dos recursos financeiros, inclusive o proveniente das receitas obtidas nas aplicações financeiras realizadas e não utilizadas no objeto pactuado, ainda que não tenha havido aplicação, informando o número e a data do Convênio;

II - o valor total transferido pelo CONCEDENTE, atualizado monetariamente e acrescido de juros legais, na forma da legislação aplicável aos débitos para com a Fazenda Municipal, a partir da data de recebimento, nos seguintes casos:

a) quando não for executado o objeto do Convênio;

b) quando não for apresentada a prestação de contas no prazo fixado neste instrumento; e

c) quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida neste Convênio.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES.

8.1- Compete à concedente:

a) Efetuar o pagamento do valor mensal, conforme consignado na cláusula segunda, até o ultimo dia de cada mês, impreterivelmente.;

b) Acompanhar, fiscalizar e avaliar, sistematicamente, a execução do objeto deste Convênio, comunicando ao CONVENENTE quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos públicos ou outras pendências de ordem técnica ou legal, bem como suspender a liberação de recursos, fixando o prazo estabelecido na legislação pertinente para saneamento ou apresentação de informações e esclarecimentos;

c) Analisar a prestação de contas relativa a este Convênio, emitindo parecer conclusivo sobre sua aprovação ou não, além de avaliar os resultados alcançados, inclusive no que diz respeito à qualidade dos serviços conveniados com emissão de relatórios;

d) Notificar o CONVENENTE quando não apresentada a prestação de contas dos recursos aplicados ou constatada a má aplicação dos recursos públicos transferidos, e instaurar, se for o caso, a Tomada de Contas Especial.

8.2 – Compete ao Convenente:

a) Executar fielmente o objeto pactuado, de acordo com o Plano de Trabalho aprovados pelo CONCEDENTE, adotando todas as medidas necessárias à correta execução deste Convênio;

b) Aplicar os recursos discriminados no Plano de Trabalho exclusivamente no objeto do presente Convênio;

c) Executar e fiscalizar os trabalhos necessários à consecução do objeto pactuado no Convênio, inclusive os serviços eventualmente contratados, observando a qualidade, quantidade, prazos e custos definidos no Plano de Trabalho;

d) Assegurar, na sua integralidade, a qualidade técnica dos projetos e da execução dos produtos e serviços conveniados, em conformidade com as normas brasileiras e os normativos dos programas, ações e atividades, determinando a correção de vícios que possam comprometer a fruição do benefício pela população beneficiária, quando detectados pelo CONCEDENTE ou pelos órgãos de controle;

e) Submeter previamente ao CONCEDENTE qualquer proposta de alteração do Plano de Trabalho aprovado, na forma definida neste instrumento, observadas as vedações relativas à execução das despesas;

f) Manter e movimentar os recursos financeiros de que trata este Convênio em conta específica, aberta em instituição financeira oficial, federal ou estadual, inclusive os resultantes de eventual aplicação no mercado financeiro, aplicando-os, na conformidade do Plano de Trabalho e, exclusivamente, no cumprimento do seu objeto, observadas as vedações constantes neste instrumento relativas à execução das despesas;

g) Manter os comprovantes originais das despesas arquivados, em ordem cronológica, no próprio local em que forem contabilizados, à disposição dos órgãos de controle interno e externo, pelo prazo de 10 (dez) anos, contados da data em que foi aprovada a prestação de contas e na hipótese de digitalização, os documentos originais devem ser conservados em arquivo, pelo prazo de 5 (cinco) anos do julgamento das contas dos responsáveis concedentes pelo Tribunal de Contas, findo o qual poderão ser incinerados mediante termo;

i) Manter atualizada a escrituração contábil específica dos atos e fatos relativos à execução deste Convênio, para fins de fiscalização, acompanhamento e avaliação dos resultados obtidos;

j) Facilitar a supervisão e a fiscalização do CONCEDENTE, permitindo-lhe efetuar acompanhamento in loco e fornecendo, sempre que solicitado, as informações e os documentos relacionados com a execução do objeto deste Convênio, especialmente no que se refere ao exame da documentação relativa aos contratos celebrados;

k) Permitir o livre acesso de servidores do CONCEDENTE e dos órgãos de controle interno e externo, do fiscal e/ou comissão fiscalizadora, a qualquer tempo e lugar, aos processos, documentos e informações referentes a este Convênio, bem como aos locais de execução do respectivo objeto;

l) Apresentar a prestação de contas dos recursos recebidos por meio deste Convênio, no prazo e forma estabelecidos neste instrumento;

m) Apresentar todo e qualquer documento comprobatório de despesa efetuada à conta dos recursos deste Convênio, a qualquer tempo e a critério do CONCEDENTE, sujeitando-se, no caso da não apresentação no prazo estipulado na respectiva notificação, ao mesmo tratamento dispensado às despesas comprovadas com documentos inidôneos ou impugnados, nos termos estipulados neste Termo de Convênio;

n) Responsabilizar-se por todos os encargos de natureza trabalhista, fiscal, comercial e previdenciária, decorrentes de eventuais demandas judiciais relativas a recursos humanos utilizados na execução do objeto deste Convênio, bem como por todos os encargos tributários ou extraordinários que incidam sobre o presente Instrumento;

p) Operar, manter e conservar adequadamente o patrimônio público gerado pelos investimentos decorrentes do Convênio, após sua execução, de modo a assegurar a sustentabilidade do projeto e atender as finalidades sociais às quais se destina;

p) Manter o CONCEDENTE informado sobre situações que eventualmente possam dificultar ou interromper o curso normal da execução do Convênio e prestar informações sobre as ações desenvolvidas para viabilizar o respectivo acompanhamento e fiscalização.

q) Permitir ao CONCEDENTE, bem como aos órgãos de controle interno e externo, o acesso à movimentação financeira da conta específica vinculada ao presente Convênio;

r) Ao tomar conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dar ciência aos órgãos de controle e, havendo fundada suspeita de crime ou de improbidade administrativa, cientificar o Ministério Público; e

s) Garantir a manutenção da capacidade técnica e operacional necessária ao bom desempenho das atividades.

t) Cumprir os dispositivos constitucionais e da jurisprudência nacional em relação às compras e contratações, em especial às pertinentes à Licitação Pública, quando for o caso.

CLÁUSULA NONA – DAS VEDAÇÕES.

9. É vedado ao CONVENENTE, sob pena de rescisão do ajuste:

I - Utilizar, ainda que em caráter emergencial, os recursos em finalidade diversa da estabelecida no Plano de Trabalho;

II – Vincular/pagar com recursos do presente convênio despesas realizadas em data anterior à vigência deste;

III - Efetuar pagamento em data posterior à vigência deste Termo de Convênio, salvo se expressamente autorizado pela autoridade competente do CONCEDENTE e desde que o fato gerador da despesa tenha ocorrido durante sua vigência;

IV – Atribuir vigência ou efeitos financeiros retroativos ao presente instrumento;

V - Realizar despesas com taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos, exceto no que se refere às multas, se decorrentes de atraso na transferência de recursos pelo CONCEDENTE, e desde que os prazos para pagamento e os percentuais sejam os mesmos aplicados no mercado;

VI – É expressamente vedada a realização de pagamento em espécie ou por meio de cheque;

VII – É vedada a realização de saques na conta deste convênio;

VIII – É vedada a movimentação de recursos financeiros por outros meios que não seja o eletrônico.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO.

10.1. Incumbirá ao CONCEDENTE exercer as atribuições de acompanhamento, fiscalização e avaliação das ações constantes no Plano de Trabalho, de forma suficiente para garantir a plena execução do objeto, sendo a Comissão de Monitoramento e Avaliação a responsável por desempenhar este papel, conforme Portaria nº 388 de 03 de março de 2022.

10.2. O CONVENENTE é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução deste convênio, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONCEDENTE.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS ALTERAÇÕES.

11. Será objeto de Termo Aditivo qualquer alteração julgada necessária pelos signatários, do presente Convênio.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS PARCIAL E FINAL.

12.1. A Prestação de Contas Parcial deverá ser apresentada, TRIMESTRALMENTE, e deverá ocorrer em até 30 (trinta) dias após o pagamento da última parcela repassada, acompanhada dos seguintes documentos:

I – Relatório de Execução do Objeto;

II – Documentos comprobatórios da execução do objeto (notas fiscais, comprovantes de pagamentos e outros documentos pertinentes);

II – Relatório de Execução Financeira;

III – Extratos Bancários;

IV – Relatório de Gestão das ações executadas com os recursos repassados por meio do presente convênio.

12.1.2. – Deverá constar nos documentos comprobatórios destacados no inciso II referência expressa ao presente convênio.

12.2. A Prestação de Contas Final deverá ser apresentada até o dia 31 de janeiro do ano subsequente, e compreenderá a apresentação dos seguintes documentos: Relatório de Execução do Objeto; Relatório de Execução Financeira; Extratos Bancários e Relatório de Gestão das ações executadas com os valores repassados por meio do presente convênio referentes às parcelas repassadas no último trimestre, bem como compreenderá relatório consolidado das prestações de contas dos trimestres anteriores.

§1º - Quando a prestação de contas não for encaminhada no prazo estabelecido neste instrumento, o CONCEDENTE estabelecerá o prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias para sua apresentação, ou recolhimento dos recursos, incluídos os rendimentos da aplicação no mercado financeiro, atualizados monetariamente e acrescidos de juros de mora, na forma da lei

§2º - Se o CONVENENTE não apresentar a prestação de contas, nem devolver os recursos, o CONCEDENTE registrará a inadimplência por omissão do dever de prestar contas, e instaurará Tomada de Contas Especial sob aquele argumento e adoção de outras medidas para reparação do dano ao erário;

§3º - O CONCEDENTE deverá registrar o recebimento da prestação de contas, cuja análise será oportunamente com base na documentação apresentada, não se equiparando a auditoria contábil, e terá por fim atestar ou não a conclusão da execução do objeto, bem como a verificação dos documentos relacionados.

§4º - O CONVENENTE deverá ser notificado previamente sobre as irregularidades apontadas na análise da prestação de contas;

§5º - Caso a prestação de contas não seja aprovada, exauridas todas as providências cabíveis para regularização da pendência ou reparação do dano, o CONCEDENTE, registrará o fato no processo e adotará as providências necessárias à instauração da Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA EXTINÇÃO.

13. O presente Convênio poderá ser extinto de comum acordo pelas partes signatárias, ou unilateralmente, mediante notificação da Concedente à Convenente, com prazo nunca inferior a 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- DO FORO.

14. Fica eleito o Foro da Comarca de Peixoto de Azevedo/MT para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente Convênio.

Por estarem as partes de acordo e conveniadas, assinam o presente Termo de Convênio em 02 (duas) vias de iguais teor e forma na presença de 02 (duas) testemunhas.

Peixoto de Azevedo-MT, 03 de março de 2022.

MUNICIPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO

MAURICIO FERREIRA DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL/ CONCEDENTE

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO

PASCOAL ALBERTON

PRESIDENTE/PROPONENTE

TERMO DE CONVÊNIO N° 002/2022.

TERMO DE CONVÊNIO N° 002/2022

TERMO DE CONVÊNIO QUE CELEBRAM O MUNICIPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO E O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO, PARA OS FINS QUE ESPECIFICAM.

O **MUNICIPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO – ESTADO DE MATO GROSSO,** entidade de direito publico interno, devidamente inscrito no CNPJ sob o n° 03.238.631/0001-31, com sede na Prefeitura Municipal, localizada na Rua Ministro César Cals, n 226, Centro, na Cidade de Peixoto de Azevedo/MT,neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, brasileiro, casado, empresário, portador da CI RG n° 3.462.335-0-SSP/PR, inscrito no CPF sob n° 408.557.409-49, residente e

domiciliado na Avenida Itamar Dias, nº 363, Bairro Centro Novo, na Cidade de Peixoto de Azevedo/MT, denominado de **CONCEDENTE**, e o **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SÁUDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO,** associação pública sem fins lucrativos, inscrito no CNPJ sob o n° 02.997.711/0001-08, com sede a Travessa Bartolomeu Dias, n° 269, Bairro Alvorada, na Cidade de Peixoto de Azevedo/MT, neste ato representado pelo Presidente, o Sr. **PASCOAL ALBERTON**, brasileiro, casado, portador da CIRG n° 3.700.571-1, SSP/PR, inscrito no CPF sob n° 502.469. 339-68, residente e domiciliado na Rua das Mangueiras, n° 161, Bairro Centro, na Cidade de Terra Nova do Norte/MT, ora denominado de **CONVENENTE** resolvem celebrar o presente Convênio conforme as cláusulas a seguir explicitadas, ficando, desde já, o presente instrumento vinculado às normas legais vigentes, em especial à Lei nº11.107, de 6 de abril de 2006 e ao Decreto nº6.017, de 17 de janeiro de 2007, e, no que couber, à Lei nº8.666/93.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO.

1.1. Constitui objeto do presente Convênio o repasse às ações de custeio Federal de Leitos Clínicos de Suporte Ventilatório Pulmonar (LSVP) em Caráter Excepcional da saúde relacionadas ao enfrentamento da circulação do Coronavírus-COVID-19 no Município de Peixoto de Azevedo-MT, que atenderem aos termos e requisitos dispostos na Portaria nº845/2021/GM/MS de 30 de Abril de 2021; Portaria nº1412/2021/GM/MS de 28 de junho de 2021 e Portaria nº 4.007/GM/MS 28 de dezembro de 2021. Garantir excepcionalmente, o custeio de novos leitos de suporte ventilatório pulmonar (adulto) Leito de Enfermaria Clínica Hospitalar (Adulta) e Leitos de o custeio de Novos leitos de suporte Ventilatório Pulmonar (adulto), leitos de Enfermaria Clinica Hospitalar (adulto) e leitos de Internação Clínica (adulta) de Baixa Complexidade e Oxigenoterapia para atendimentos exclusivos aos pacientes em tratamento de infecção do Corona vírus (COVID-19) no território do Estado de Mato Grosso**.**

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR.

2. O valor global do presente convênio é de ***R$ 861.696,00 (Oitocentos e sessenta e um mil seiscentos e noventa e seis reais),*** a ser pago em 10 (dez) parcelas mensais.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA FORMA DE PAGAMENTO.

3. O valor do presente Convênio, constante na clausula segunda, será pago até o ultimo dia de cada mês impreterivelmente. Sendo que a parcela do mês de março do ano de 2022 será no valor de R$ 215.424,00 (duzentos e quinze mil, quatrocentos e vinte e quatro reais) e as demais parcelas serão pagas no valor de R$71.808,00 (setenta e um mil, oitocentos e oito reais), conforme Plano de trabalho.

PARAGRAFO ÚNICO: O valor das parcelas mensais, conforme consta na clausula segunda, ***conta corrente n°14081-3, agência 5916-1 do Banco do Brasil S/A de titularidade do Consorcio Intermunicipal de Saúde a Região do Vale do Peixoto.***

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO.

4. O valor a ser pago mensalmente pela concedente à Convenente correrá à conta da dotação orçamentária abaixo especificada.

ÓRGÃO 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE 001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

FUNÇÃO 10 – SAÚDE

SUBFUNÇÃO 305 – VIGILANCIA EPIDEMIOLÓGICA

PROGRAMA 0022 – AÇÃO DE SAÚDE PARA ENFRENTAMENTO DO CORONAVIRUS-COVID-19

PROJ/ATIVIDADE 20.440 – MANUTENÇÃO DE DESPESAS COM COVID-19-SEC. SAÚDE

DOTAÇÃO 620- 3371.70.00 – RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSORCIO PÚBLICO

FONTE DE RECURSO 16000– TRANSFERENCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DOS SUS PROV. DO GOV. FEDERAL - CUST

CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO.

5. O presente Convênio terá sua vigência contada a partir da data de sua assinatura até **31 DE DEZEMBRO DE 2022,** podendo ser aditivado em comum acordo das partes**.**

5.1. O CONCEDENTE prorrogará “de ofício” a vigência deste Termo de Convênio, quando der causa ao atraso na liberação dos recursos, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado.

CLÁUSULA SEXTA – DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO.

6. O presente Convênio poderá ser:

I - denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença.

II - rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:

a) utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;

b) inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;

c) constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado; e d) verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

Parágrafo Único. A rescisão do Convênio, quando resulte dano ao erário, ensejará a instauração de Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESTITUIÇÃO DE RECURSOS.

7. Quando da conclusão do objeto pactuado, da denúncia, da rescisão ou da extinção deste Convênio, o CONVENENTE, no mesmo prazo estabelecido para a prestação de contas, sob pena de imediata instauração de Tomada de Contas Especial, obriga-se a recolher em favor do Concedente:

I - o eventual saldo remanescente dos recursos financeiros, inclusive o proveniente das receitas obtidas nas aplicações financeiras realizadas e não utilizadas no objeto pactuado, ainda que não tenha havido aplicação, informando o número e a data do Convênio;

II - o valor total transferido pelo CONCEDENTE, atualizado monetariamente e acrescido de juros legais, na forma da legislação aplicável aos débitos para com a Fazenda Municipal, a partir da data de recebimento, nos seguintes casos:

a) quando não for executado o objeto do Convênio;

b) quando não for apresentada a prestação de contas no prazo fixado neste instrumento; e

c) quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida neste Convênio.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES.

8.1- Compete à concedente:

a) Efetuar o pagamento do valor mensal, conforme consignado na cláusula segunda, até o ultimo dia de cada mês, impreterivelmente.;

b) Acompanhar, fiscalizar e avaliar, sistematicamente, a execução do objeto deste Convênio, comunicando ao CONVENENTE quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos públicos ou outras pendências de ordem técnica ou legal, bem como suspender a liberação de recursos, fixando o prazo estabelecido na legislação pertinente para saneamento ou apresentação de informações e esclarecimentos;

c) Analisar a prestação de contas relativa a este Convênio, emitindo parecer conclusivo sobre sua aprovação ou não, além de avaliar os resultados alcançados, inclusive no que diz respeito à qualidade dos serviços conveniados com emissão de relatórios;

d) Notificar o CONVENENTE quando não apresentada a prestação de contas dos recursos aplicados ou constatada a má aplicação dos recursos públicos transferidos, e instaurar, se for o caso, a Tomada de Contas Especial.

8.2 – Compete ao Convenente:

a) Executar fielmente o objeto pactuado, de acordo com o Plano de Trabalho aprovados pelo CONCEDENTE, adotando todas as medidas necessárias à correta execução deste Convênio;

b) Aplicar os recursos discriminados no Plano de Trabalho exclusivamente no objeto do presente Convênio;

c) Executar e fiscalizar os trabalhos necessários à consecução do objeto pactuado no Convênio, inclusive os serviços eventualmente contratados, observando a qualidade, quantidade, prazos e custos definidos no Plano de Trabalho;

d) Assegurar, na sua integralidade, a qualidade técnica dos projetos e da execução dos produtos e serviços conveniados, em conformidade com as normas brasileiras e os normativos dos programas, ações e atividades, determinando a correção de vícios que possam comprometer a fruição do benefício pela população beneficiária, quando detectados pelo CONCEDENTE ou pelos órgãos de controle;

e) Submeter previamente ao CONCEDENTE qualquer proposta de alteração do Plano de Trabalho aprovado, na forma definida neste instrumento, observadas as vedações relativas à execução das despesas;

f) Manter e movimentar os recursos financeiros de que trata este Convênio em conta específica, aberta em instituição financeira oficial, federal ou estadual, inclusive os resultantes de eventual aplicação no mercado financeiro, aplicando-os, na conformidade do Plano de Trabalho e, exclusivamente, no cumprimento do seu objeto, observadas as vedações constantes neste instrumento relativas à execução das despesas;

g) Manter os comprovantes originais das despesas arquivados, em ordem cronológica, no próprio local em que forem contabilizados, à disposição dos órgãos de controle interno e externo, pelo prazo de 10 (dez) anos, contados da data em que foi aprovada a prestação de contas e na hipótese de digitalização, os documentos originais devem ser conservados em arquivo, pelo prazo de 5 (cinco) anos do julgamento das contas dos responsáveis concedentes pelo Tribunal de Contas, findo o qual poderão ser incinerados mediante termo;

i) Manter atualizada a escrituração contábil específica dos atos e fatos relativos à execução deste Convênio, para fins de fiscalização, acompanhamento e avaliação dos resultados obtidos;

j) Facilitar a supervisão e a fiscalização do CONCEDENTE, permitindo-lhe efetuar acompanhamento in loco e fornecendo, sempre que solicitado, as informações e os documentos relacionados com a execução do objeto deste Convênio, especialmente no que se refere ao exame da documentação relativa aos contratos celebrados;

k) Permitir o livre acesso de servidores do CONCEDENTE e dos órgãos de controle interno e externo, do fiscal e/ou comissão fiscalizadora, a qualquer tempo e lugar, aos processos, documentos e informações referentes a este Convênio, bem como aos locais de execução do respectivo objeto;

l) Apresentar a prestação de contas dos recursos recebidos por meio deste Convênio, no prazo e forma estabelecidos neste instrumento;

m) Apresentar todo e qualquer documento comprobatório de despesa efetuada à conta dos recursos deste Convênio, a qualquer tempo e a critério do CONCEDENTE, sujeitando-se, no caso da não apresentação no prazo estipulado na respectiva notificação, ao mesmo tratamento dispensado às despesas comprovadas com documentos inidôneos ou impugnados, nos termos estipulados neste Termo de Convênio;

n) Responsabilizar-se por todos os encargos de natureza trabalhista, fiscal, comercial e previdenciária, decorrentes de eventuais demandas judiciais relativas a recursos humanos utilizados na execução do objeto deste Convênio, bem como por todos os encargos tributários ou extraordinários que incidam sobre o presente Instrumento;

p) Operar, manter e conservar adequadamente o patrimônio público gerado pelos investimentos decorrentes do Convênio, após sua execução, de modo a assegurar a sustentabilidade do projeto e atender as finalidades sociais às quais se destina;

p) Manter o CONCEDENTE informado sobre situações que eventualmente possam dificultar ou interromper o curso normal da execução do Convênio e prestar informações sobre as ações desenvolvidas para viabilizar o respectivo acompanhamento e fiscalização.

q) Permitir ao CONCEDENTE, bem como aos órgãos de controle interno e externo, o acesso à movimentação financeira da conta específica vinculada ao presente Convênio;

r) Ao tomar conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dar ciência aos órgãos de controle e, havendo fundada suspeita de crime ou de improbidade administrativa, cientificar o Ministério Público; e

s) Garantir a manutenção da capacidade técnica e operacional necessária ao bom desempenho das atividades.

t) Cumprir os dispositivos constitucionais e da jurisprudência nacional em relação às compras e contratações, em especial às pertinentes à Licitação Pública, quando for o caso.

CLÁUSULA NONA – DAS VEDAÇÕES.

9. É vedado ao CONVENENTE, sob pena de rescisão do ajuste:

I - Utilizar, ainda que em caráter emergencial, os recursos em finalidade diversa da estabelecida no Plano de Trabalho;

II – Vincular/pagar com recursos do presente convênio despesas realizadas em data anterior à vigência deste;

III - Efetuar pagamento em data posterior à vigência deste Termo de Convênio, salvo se expressamente autorizado pela autoridade competente do CONCEDENTE e desde que o fato gerador da despesa tenha ocorrido durante sua vigência;

IV – Atribuir vigência ou efeitos financeiros retroativos ao presente instrumento;

V - Realizar despesas com taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos, exceto no que se refere às multas, se decorrentes de atraso na transferência de recursos pelo CONCEDENTE, e desde que os prazos para pagamento e os percentuais sejam os mesmos aplicados no mercado;

VI – É expressamente vedada a realização de pagamento em espécie ou por meio de cheque;

VII – É vedada a realização de saques na conta deste convênio;

VIII – É vedada a movimentação de recursos financeiros por outros meios que não seja o eletrônico.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO.

10.1. Incumbirá ao CONCEDENTE exercer as atribuições de acompanhamento, fiscalização e avaliação das ações constantes no Plano de Trabalho, de forma suficiente para garantir a plena execução do objeto, sendo a Comissão de Monitoramento e Avaliação a responsável por desempenhar este papel, conforme Portaria nº 388 de 03 de março de 2022.

10.2. O CONVENENTE é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução deste convênio, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONCEDENTE.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS ALTERAÇÕES.

11. Será objeto de Termo Aditivo qualquer alteração julgada necessária pelos signatários, do presente Convênio.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS PARCIAL E FINAL.

12.1. A Prestação de Contas Parcial deverá ser apresentada, TRIMESTRALMENTE, e deverá ocorrer em até 30 (trinta) dias após o pagamento da última parcela repassada, acompanhada dos seguintes documentos:

I – Relatório de Execução do Objeto;

II – Documentos comprobatórios da execução do objeto (notas fiscais, comprovantes de pagamentos e outros documentos pertinentes);

II – Relatório de Execução Financeira;

III – Extratos Bancários;

IV – Relatório de Gestão das ações executadas com os recursos repassados por meio do presente convênio.

12.1.2. – Deverá constar nos documentos comprobatórios destacados no inciso II referência expressa ao presente convênio.

12.2. A Prestação de Contas Final deverá ser apresentada até o dia 31 de janeiro do ano subsequente, e compreenderá a apresentação dos seguintes documentos: Relatório de Execução do Objeto; Relatório de Execução Financeira; Extratos Bancários e Relatório de Gestão das ações executadas com os valores repassados por meio do presente convênio referentes às parcelas repassadas no último trimestre, bem como compreenderá relatório consolidado das prestações de contas dos trimestres anteriores.

§1º - Quando a prestação de contas não for encaminhada no prazo estabelecido neste instrumento, o CONCEDENTE estabelecerá o prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias para sua apresentação, ou recolhimento dos recursos, incluídos os rendimentos da aplicação no mercado financeiro, atualizados monetariamente e acrescidos de juros de mora, na forma da lei

§2º - Se o CONVENENTE não apresentar a prestação de contas, nem devolver os recursos, o CONCEDENTE registrará a inadimplência por omissão do dever de prestar contas, e instaurará Tomada de Contas Especial sob aquele argumento e adoção de outras medidas para reparação do dano ao erário;

§3º - O CONCEDENTE deverá registrar o recebimento da prestação de contas, cuja análise será oportunamente com base na documentação apresentada, não se equiparando a auditoria contábil, e terá por fim atestar ou não a conclusão da execução do objeto, bem como a verificação dos documentos relacionados.

§4º - O CONVENENTE deverá ser notificado previamente sobre as irregularidades apontadas na análise da prestação de contas;

§5º - Caso a prestação de contas não seja aprovada, exauridas todas as providências cabíveis para regularização da pendência ou reparação do dano, o CONCEDENTE, registrará o fato no processo e adotará as providências necessárias à instauração da Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA EXTINÇÃO.

13. O presente Convênio poderá ser extinto de comum acordo pelas partes signatárias, ou unilateralmente, mediante notificação da Concedente à Convenente, com prazo nunca inferior a 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- DO FORO.

14. Fica eleito o Foro da Comarca de Peixoto de Azevedo/MT para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente Convênio.

Por estarem as partes de acordo e conveniadas, assinam o presente Termo de Convênio em 02 (duas) vias de iguais teor e forma na presença de 02 (duas) testemunhas.

Peixoto de Azevedo-MT, 03 de março de 2022.

_____

O MUNICIPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO

MAURICIO FERREIRA DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL/ CONCEDENTE

_____

_____

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO

PASCOAL ALBERTON

PRESIDENTE/PROPONENTE

TERMO DE CONVÊNIO N° 004/2022.

TERMO DE CONVÊNIO N° 004/2022

TERMO DE CONVÊNIO QUE CELEBRAM O MUNICIPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO E O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO, PARA OS FINS QUE ESPECIFICAM.

O **MUNICIPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO – ESTADO DE MATO GROSSO,** entidade de direito publico interno, devidamente inscrito no CNPJ sob o n**°** 03.238.631/0001-31, com sede na Prefeitura Municipal, localizada na Rua Ministro César Cals, n 226, Centro, na Cidade de Peixoto de Azevedo/MT,neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, brasileiro, casado, empresário, portador da CI RG n**°** 3.462.335-0-SSP/PR, inscrito no CPF sob n° 408.557.409-49, residente e domiciliado na Avenida Itamar Dias, nº 363, Bairro Centro Novo, na Cidade de Peixoto de Azevedo/MT, denominado de **CONCEDENTE**, e o **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SÁUDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO,** associação pública sem fins lucrativos, inscrito no CNPJ sob o n° 02.997.711/0001-08, com sede a Travessa Bartolomeu Dias, n° 269, Bairro Alvorada, na Cidade de Peixoto de Azevedo/MT, neste ato representado pelo Presidente, o Sr. **PASCOAL ALBERTON**, brasileiro, casado, portador da CIRG n° 3.700.571-1, SSP/PR, inscrito no CPF sob n° 502.469. 339-68, residente e domiciliado na Rua das Mangueiras, n° 161, Bairro Centro, na Cidade de Terra Nova do Norte/MT, ora denominado de **CONVENENTE** resolvem celebrar o presente Convênio conforme as cláusulas a seguir explicitadas, ficando, desde já, o presente instrumento vinculado às normas legais vigentes, em especial à Lei nº11.107, de 6 de abril de 2006 e ao Decreto nº6.017, de 17 de janeiro de 2007, e, no que couber, à Lei nº8.666/93.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO.

1.1. Constitui objeto do presente Convênio a consecução das ações previstas em Lei, para custeio e manutenção da Agência Transfusional que tem seus serviços prestados no Hospital Regional de Peixoto de Azevedo, em conformidade com a Portaria nº102/2016/GBSES, de 19 de maio de 2019 e as Portarias nºs. 060/2019/GBSES, 061/2019/GBSES, 079/2019/GBSES, 115/2019/GBSES e 151/2019/GBSES**.**

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR.

2. O valor global do presente convênio é de R$36.000,00(TRINTA E SEIS MIL REAIS)**,** a ser pago em 10 (dez) parcelas mensais.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA FORMA DE PAGAMENTO.

3. O valor do presente Convênio, constante na clausula segunda, será pago até o ultimo dia de cada mês impreterivelmente. Sendo que a parcela do mês de março do ano de 2022 será de R$9.000,00 (NOVE MIL REAIS), e as demais parcelas serão pagas no valor de R$3.000,00 (TRES MIL REAIS) cada uma, conforme Plano de trabalho.

PARAGRAFO ÚNICO: O valor das parcelas mensais, conforme consta na clausula segunda, ***será depositado na conta corrente n° 13.315-2, agência 5916-1 do Banco do Brasil S/A de titularidade do Consorcio Intermunicipal de Saúde a Região do Vale do Peixoto.***

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO.

4. O valor a ser pago mensalmente pela concedente à Convenente correrá à conta da dotação orçamentária abaixo especificada.

ÓRGÃO 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE 001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

FUNÇÃO 10 - SAÚDE

SUBFUNÇÃO 302 – ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL

PROGRAMA 0019 – ATENDIMENTO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

PROJ/ATIVIDADE 20.460 - MANUTENÇÃO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE

DOTAÇÃO 568 - 3371.70.00 – RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSORCIO PUBLICO.

FONTE DE RECURSOS – 1621000 – TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS-ESTADO

CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO.

5. O presente Convênio terá sua vigência contada a partir da data de sua assinatura até **31 DE DEZEMBRO DE 2022,** podendo ser aditivado em comum acordo das partes**.**

5.1. O CONCEDENTE prorrogará "de ofício" a vigência deste Termo de Convênio, quando der causa ao atraso na liberação dos recursos, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado.

CLÁUSULA SEXTA – DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO.

6. O presente Convênio poderá ser:

I - denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença.

II - rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:

a) utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;

b) inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;

c) constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado; e d) verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

Parágrafo Único. A rescisão do Convênio, quando resulte dano ao erário, ensejará a instauração de Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESTITUIÇÃO DE RECURSOS.

7. Quando da conclusão do objeto pactuado, da denúncia, da rescisão ou da extinção deste Convênio, o CONVENENTE, no mesmo prazo estabelecido para a prestação de contas, sob pena de imediata instauração de Tomada de Contas Especial, obriga-se a recolher em favor do Concedente:

I - o eventual saldo remanescente dos recursos financeiros, inclusive o proveniente das receitas obtidas nas aplicações financeiras realizadas e não utilizadas no objeto pactuado, ainda que não tenha havido aplicação, informando o número e a data do Convênio;

II - o valor total transferido pelo CONCEDENTE, atualizado monetariamente e acrescido de juros legais, na forma da legislação aplicável aos débitos para com a Fazenda Municipal, a partir da data de recebimento, nos seguintes casos:

a) quando não for executado o objeto do Convênio;

b) quando não for apresentada a prestação de contas no prazo fixado neste instrumento; e

c) quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida neste Convênio.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES.

8.1- Compete à concedente:

a) Efetuar o pagamento do valor mensal, conforme consignado na cláusula segunda, até o ultimo dia de cada mês, impreterivelmente.;

b) Acompanhar, fiscalizar e avaliar, sistematicamente, a execução do objeto deste Convênio, comunicando ao CONVENENTE quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos públicos ou outras pendências de ordem técnica ou legal, bem como suspender a liberação de recursos, fixando o prazo estabelecido na legislação pertinente para saneamento ou apresentação de informações e esclarecimentos;

c) Analisar a prestação de contas relativa a este Convênio, emitindo parecer conclusivo sobre sua aprovação ou não, além de avaliar os resultados alcançados, inclusive no que diz respeito à qualidade dos serviços conveniados com emissão de relatórios;

d) Notificar o CONVENENTE quando não apresentada a prestação de contas dos recursos aplicados ou constatada a má aplicação dos recursos públicos transferidos, e instaurar, se for o caso, a Tomada de Contas Especial.

8.2 – Compete ao Convenente:

a) Executar fielmente o objeto pactuado, de acordo com o Plano de Trabalho aprovados pelo CONCEDENTE, adotando todas as medidas necessárias à correta execução deste Convênio;

b) Aplicar os recursos discriminados no Plano de Trabalho exclusivamente no objeto do presente Convênio;

c) Executar e fiscalizar os trabalhos necessários à consecução do objeto pactuado no Convênio, inclusive os serviços eventualmente contratados, observando a qualidade, quantidade, prazos e custos definidos no Plano de Trabalho;

d) Assegurar, na sua integralidade, a qualidade técnica dos projetos e da execução dos produtos e serviços conveniados, em conformidade com as normas brasileiras e os normativos dos programas, ações e atividades, determinando a correção de vícios que possam comprometer a fruição do benefício pela população beneficiária, quando detectados pelo CONCEDENTE ou pelos órgãos de controle;

e) Submeter previamente ao CONCEDENTE qualquer proposta de alteração do Plano de Trabalho aprovado, na forma definida neste instrumento, observadas as vedações relativas à execução das despesas;

f) Manter e movimentar os recursos financeiros de que trata este Convênio em conta específica, aberta em instituição financeira oficial, federal ou estadual, inclusive os resultantes de eventual aplicação no mercado financeiro, aplicando-os, na conformidade do Plano de Trabalho e, exclusivamente, no cumprimento do seu objeto, observadas as vedações constantes neste instrumento relativas à execução das despesas;

g) Manter os comprovantes originais das despesas arquivados, em ordem cronológica, no próprio local em que forem contabilizados, à disposição dos órgãos de controle interno e externo, pelo prazo de 10 (dez) anos, contados da data em que foi aprovada a prestação de contas e na hipótese de digitalização, os documentos originais devem ser conservados em arquivo, pelo prazo de 5 (cinco) anos do julgamento das contas dos responsáveis concedentes pelo Tribunal de Contas, findo o qual poderão ser incinerados mediante termo;

i) Manter atualizada a escrituração contábil específica dos atos e fatos relativos à execução deste Convênio, para fins de fiscalização, acompanhamento e avaliação dos resultados obtidos;

j) Facilitar a supervisão e a fiscalização do CONCEDENTE, permitindo-lhe efetuar acompanhamento in loco e fornecendo, sempre que solicitado, as informações e os documentos relacionados com a execução do objeto deste Convênio, especialmente no que se refere ao exame da documentação relativa aos contratos celebrados;

k) Permitir o livre acesso de servidores do CONCEDENTE e dos órgãos de controle interno e externo, do fiscal e/ou comissão fiscalizadora, a qualquer tempo e lugar, aos processos, documentos e informações referentes a este Convênio, bem como aos locais de execução do respectivo objeto;

l) Apresentar a prestação de contas dos recursos recebidos por meio deste Convênio, no prazo e forma estabelecidos neste instrumento;

m) Apresentar todo e qualquer documento comprobatório de despesa efetuada à conta dos recursos deste Convênio, a qualquer tempo e a critério do CONCEDENTE, sujeitando-se, no caso da não apresentação no prazo estipulado na respectiva notificação, ao mesmo tratamento dispensado às despesas comprovadas com documentos inidôneos ou impugnados, nos termos estipulados neste Termo de Convênio;

n) Responsabilizar-se por todos os encargos de natureza trabalhista, fiscal, comercial e previdenciária, decorrentes de eventuais demandas judiciais relativas a recursos humanos utilizados na execução do objeto deste Convênio, bem como por todos os encargos tributários ou extraordinários que incidam sobre o presente Instrumento;

p) Operar, manter e conservar adequadamente o patrimônio público gerado pelos investimentos decorrentes do Convênio, após sua execução, de modo a assegurar a sustentabilidade do projeto e atender as finalidades sociais às quais se destina;

p) Manter o CONCEDENTE informado sobre situações que eventualmente possam dificultar ou interromper o curso normal da execução do Convênio e prestar informações sobre as ações desenvolvidas para viabilizar o respectivo acompanhamento e fiscalização.

q) Permitir ao CONCEDENTE, bem como aos órgãos de controle interno e externo, o acesso à movimentação financeira da conta específica vinculada ao presente Convênio;

r) Ao tomar conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dar ciência aos órgãos de controle e, havendo fundada suspeita de crime ou de improbidade administrativa, cientificar o Ministério Público; e

s) Garantir a manutenção da capacidade técnica e operacional necessária ao bom desempenho das atividades.

t) Cumprir os dispositivos constitucionais e da jurisprudência nacional em relação às compras e contratações, em especial às pertinentes à Licitação Pública, quando for o caso.

CLÁUSULA NONA – DAS VEDAÇÕES.

9. É vedado ao CONVENENTE, sob pena de rescisão do ajuste:

I - Utilizar, ainda que em caráter emergencial, os recursos em finalidade diversa da estabelecida no Plano de Trabalho;

II – Vincular/pagar com recursos do presente convênio despesas realizadas em data anterior à vigência deste;

III - Efetuar pagamento em data posterior à vigência deste Termo de Convênio, salvo se expressamente autorizado pela autoridade competente do CONCEDENTE e desde que o fato gerador da despesa tenha ocorrido durante sua vigência;

IV – Atribuir vigência ou efeitos financeiros retroativos ao presente instrumento;

V - Realizar despesas com taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos, exceto no que se refere às multas, se decorrentes de atraso na transferência de recursos pelo CONCEDENTE, e desde que os prazos para pagamento e os percentuais sejam os mesmos aplicados no mercado;

VI – É expressamente vedada a realização de pagamento em espécie ou por meio de cheque;

VII – É vedada a realização de saques na conta deste convênio;

VIII – É vedada a movimentação de recursos financeiros por outros meios que não seja o eletrônico.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO.

10.1. Incumbirá ao CONCEDENTE exercer as atribuições de acompanhamento, fiscalização e avaliação das ações constantes no Plano de Trabalho, de forma suficiente para garantir a plena execução do objeto, sendo a Comissão de Monitoramento e Avaliação a responsável por desempenhar este papel, conforme Portaria nº 388 de 03 de março de 2022.

10.2. O CONVENENTE é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução deste convênio, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONCEDENTE.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS ALTERAÇÕES.

11. Será objeto de Termo Aditivo qualquer alteração julgada necessária pelos signatários, do presente Convênio.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS PARCIAL E FINAL.

12.1. A Prestação de Contas Parcial deverá ser apresentada, TRIMESTRALMENTE, e deverá ocorrer em até 30 (trinta) dias após o pagamento da última parcela repassada, acompanhada dos seguintes documentos:

I – Relatório de Execução do Objeto;

II – Documentos comprobatórios da execução do objeto (notas fiscais, comprovantes de pagamentos e outros documentos pertinentes);

II – Relatório de Execução Financeira;

III – Extratos Bancários;

IV – Relatório de Gestão das ações executadas com os recursos repassados por meio do presente convênio.

12.1.2. – Deverá constar nos documentos comprobatórios destacados no inciso II referência expressa ao presente convênio.

12.2. A Prestação de Contas Final deverá ser apresentada até o dia 31 de janeiro do ano subsequente, e compreenderá a apresentação dos seguintes documentos: Relatório de Execução do Objeto; Relatório de Execução Financeira; Extratos Bancários e Relatório de Gestão das ações executadas com os valores repassados por meio do presente convênio referentes às parcelas repassadas no último trimestre, bem como compreenderá relatório consolidado das prestações de contas dos trimestres anteriores.

§1º - Quando a prestação de contas não for encaminhada no prazo estabelecido neste instrumento, o CONCEDENTE estabelecerá o prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias para sua apresentação, ou recolhimento dos recursos, incluídos os rendimentos da aplicação no mercado financeiro, atualizados monetariamente e acrescidos de juros de mora, na forma da lei

§2º - Se o CONVENENTE não apresentar a prestação de contas, nem devolver os recursos, o CONCEDENTE registrará a inadimplência por omissão do dever de prestar contas, e instaurará Tomada de Contas Especial sob aquele argumento e adoção de outras medidas para reparação do dano ao erário;

§3º - O CONCEDENTE deverá registrar o recebimento da prestação de contas, cuja análise será oportunamente com base na documentação apresentada, não se equiparando a auditoria contábil, e terá por fim atestar ou não a conclusão da execução do objeto, bem como a verificação dos documentos relacionados.

§4º - O CONVENENTE deverá ser notificado previamente sobre as irregularidades apontadas na análise da prestação de contas;

§5º - Caso a prestação de contas não seja aprovada, exauridas todas as providências cabíveis para regularização da pendência ou reparação do

dano, o CONCEDENTE, registrará o fato no processo e adotará as providências necessárias à instauração da Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA EXTINÇÃO.

13. O presente Convênio poderá ser extinto de comum acordo pelas partes signatárias, ou unilateralmente, mediante notificação da Concedente à Convenente, com prazo nunca inferior a 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- DO FORO.

14. Fica eleito o Foro da Comarca de Peixoto de Azevedo/MT para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente Convênio.

Por estarem as partes de acordo e conveniadas, assinam o presente Termo de Convênio em 02 (duas) vias de iguais teor e forma na presença de 02 (duas) testemunhas.

Peixoto de Azevedo-MT, 03 de março de 2022.

_____

O MUNICIPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO

MAURICIO FERREIRA DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL/ CONCEDENTE

_____

_____

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO

PASCOAL ALBERTON

PRESIDENTE/PROPONENTE

TERMO DE CONVÊNIO N° 003/2022.

TERMO DE CONVÊNIO N° 003/2022

TERMO DE CONVÊNIO QUE CELEBRAM O MUNICIPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO E O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO, PARA OS FINS QUE ESPECIFICAM.

O **MUNICIPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO – ESTADO DE MATO GROSSO,** entidade de direito publico interno, devidamente inscrito no CNPJ sob o n° 03.238.631/0001-31, com sede na Prefeitura Municipal, localizada na Rua Ministro César Cals, n 226, Centro, na Cidade de Peixoto de Azevedo/MT,neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, brasileiro, casado, empresário, portador da CI RG n° 3.462.335-0-SSP/PR, inscrito no CPF sob n° 408.557.409-49, residente e domiciliado na Avenida Itamar Dias, nº 363, Bairro Centro Novo, na Cidade de Peixoto de Azevedo/MT, denominado de **CONCEDENTE**, e o **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SÁUDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO,** associação pública sem fins lucrativos, inscrito no CNPJ sob o n° 02.997.711/0001-08, com sede a Travessa Bartolomeu Dias, n° 269, Bairro Alvorada, na Cidade de Peixoto de Azevedo/MT, neste ato representado pelo Presidente, o Sr. **PASCOAL ALBERTON**, brasileiro, casado, portador da CIRG n° 3.700.571-1, SSP/PR, inscrito no CPF sob n° 502.469. 339-68, residente e domiciliado na Rua das Mangueiras, n° 161, Bairro Centro, na Cidade de Terra Nova do Norte/MT, ora denominado de **CONVENENTE** resolvem celebrar o presente Convênio conforme as cláusulas a seguir explicitadas, ficando, desde já, o presente instrumento vinculado às normas legais vigentes, em especial à Lei nº11.107, de 6 de abril de 2006 e ao Decreto nº6.017, de 17 de janeiro de 2007, e, no que couber, à Lei nº8.666/93.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO.

1.1. Constitui objeto do presente Convênio a consecução das ações previstas em Lei, que autoriza o ingresso no Consórcio, bem como das demais normas estatutárias aos serviços de assistência a saúde a ser realizado pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto, do qual ser refere à ***CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE COLETA TRANSBORDO, ARMAZENAMENTO, TRANSPORTE E DESTINAÇAO FINAL DE RESIDUOS DE SAÚDE E SERVIÇOS LABORATORIAIS NA ESPECIALIDADE DE MICROBIOLOGIA DA ÁGUA.***

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR.

2. O valor global do presente convênio é de ***R$ 57.930,96 (CINQUENTA E SETE MIL, NOVECENTOS E TRINTA REAIS E NOVENTA E SEIS CENTAVOS),*** a ser pago em 10 (dez) parcelas mensais.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA FORMA DE PAGAMENTO.

3. O valor do presente Convênio, constante na clausula segunda, será pago até o ultimo dia de cada mês impreterivelmente. Sendo que a parcela do mês de março do ano de 2022 será no valor de R$ 14.482,74 (quatorze mil, quatrocentos e oitenta e dois reais e setenta e quatro centavos) e as demais parcelas serão pagas no valor de R$ 4.827,58 (quatro mil, oitocentos e vinte e sete reais e cinquenta e oito centavos), conforme Plano de trabalho.

PARAGRAFO ÚNICO: O valor das parcelas mensais, conforme consta na clausula segunda, ***será depositado na conta corrente n° 8993-1, agência 5916-1, do Banco do Brasil S/A de titularidade do Consorcio Intermunicipal de Saúde a Região do Vale do Peixoto.***

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO.

4. O valor a ser pago mensalmente pela concedente à Convenente correrá à conta da dotação orçamentária abaixo especificada.

ÓRGÃO 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE 001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

FUNÇÃO 10 – SAÚDE

SUBFUNÇÃO 302 – ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL

PROGRAMA 0019 – ATENDIMENTO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

PROJ/ATIVIDADE 20.460–MANUTENÇÃO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE

DOTAÇÃO 570 - 3371.70–RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSORCIO PUBLICO.

FONTE DE RECURSOS 15001002– RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS DE SAÚDE

CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO.

5. O presente Convênio terá sua vigência contada a partir da data de sua assinatura até **31 DE DEZEMBRO DE 2022,** podendo ser aditivado em comum acordo das partes**.**

5.1. O CONCEDENTE prorrogará "de ofício" a vigência deste Termo de Convênio, quando der causa ao atraso na liberação dos recursos, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado.

CLÁUSULA SEXTA – DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO.

6. O presente Convênio poderá ser:

I - denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença.

II - rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:

a) utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;

b) inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;

c) constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado; e d) verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

Parágrafo Único. A rescisão do Convênio, quando resulte dano ao erário, ensejará a instauração de Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESTITUIÇÃO DE RECURSOS.

7. Quando da conclusão do objeto pactuado, da denúncia, da rescisão ou da extinção deste Convênio, o CONVENENTE, no mesmo prazo estabelecido para a prestação de contas, sob pena de imediata instauração de Tomada de Contas Especial, obriga-se a recolher em favor do Concedente:

I - o eventual saldo remanescente dos recursos financeiros, inclusive o proveniente das receitas obtidas nas aplicações financeiras realizadas e não utilizadas no objeto pactuado, ainda que não tenha havido aplicação, informando o número e a data do Convênio;

II - o valor total transferido pelo CONCEDENTE, atualizado monetariamente e acrescido de juros legais, na forma da legislação aplicável aos débitos para com a Fazenda Municipal, a partir da data de recebimento, nos seguintes casos:

a) quando não for executado o objeto do Convênio;

b) quando não for apresentada a prestação de contas no prazo fixado neste instrumento; e

c) quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida neste Convênio.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES.

8.1- Compete à concedente:

a) Efetuar o pagamento do valor mensal, conforme consignado na cláusula segunda, até o ultimo dia de cada mês, impreterivelmente.;

b) Acompanhar, fiscalizar e avaliar, sistematicamente, a execução do objeto deste Convênio, comunicando ao CONVENENTE quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos públicos ou outras pendências de ordem técnica ou legal, bem como suspender a liberação de recursos, fixando o prazo estabelecido na legislação pertinente para saneamento ou apresentação de informações e esclarecimentos;

c) Analisar a prestação de contas relativa a este Convênio, emitindo parecer conclusivo sobre sua aprovação ou não, além de avaliar os resultados alcançados, inclusive no que diz respeito à qualidade dos serviços conveniados com emissão de relatórios;

d) Notificar o CONVENENTE quando não apresentada a prestação de contas dos recursos aplicados ou constatada a má aplicação dos recursos públicos transferidos, e instaurar, se for o caso, a Tomada de Contas Especial.

8.2 – Compete ao Convenente:

a) Executar fielmente o objeto pactuado, de acordo com o Plano de Trabalho aprovados pelo CONCEDENTE, adotando todas as medidas necessárias à correta execução deste Convênio;

b) Aplicar os recursos discriminados no Plano de Trabalho exclusivamente no objeto do presente Convênio;

c) Executar e fiscalizar os trabalhos necessários à consecução do objeto pactuado no Convênio, inclusive os serviços eventualmente contratados, observando a qualidade, quantidade, prazos e custos definidos no Plano de Trabalho;

d) Assegurar, na sua integralidade, a qualidade técnica dos projetos e da execução dos produtos e serviços conveniados, em conformidade com as normas brasileiras e os normativos dos programas, ações e atividades, determinando a correção de vícios que possam comprometer a fruição do benefício pela população beneficiária, quando detectados pelo CONCEDENTE ou pelos órgãos de controle;

e) Submeter previamente ao CONCEDENTE qualquer proposta de alteração do Plano de Trabalho aprovado, na forma definida neste instrumento, observadas as vedações relativas à execução das despesas;

f) Manter e movimentar os recursos financeiros de que trata este Convênio em conta específica, aberta em instituição financeira oficial, federal ou estadual, inclusive os resultantes de eventual aplicação no mercado financeiro, aplicando-os, na conformidade do Plano de Trabalho e, exclusivamente, no cumprimento do seu objeto, observadas as vedações constantes neste instrumento relativas à execução das despesas;

g) Manter os comprovantes originais das despesas arquivados, em ordem cronológica, no próprio local em que forem contabilizados, à disposição dos órgãos de controle interno e externo, pelo prazo de 10 (dez) anos, contados da data em que foi aprovada a prestação de contas e na hipótese de digitalização, os documentos originais devem ser conservados em arquivo, pelo prazo de 5 (cinco) anos do julgamento das contas dos responsáveis concedentes pelo Tribunal de Contas, findo o qual poderão ser incinerados mediante termo;

i) Manter atualizada a escrituração contábil específica dos atos e fatos relativos à execução deste Convênio, para fins de fiscalização, acompanhamento e avaliação dos resultados obtidos;

j) Facilitar a supervisão e a fiscalização do CONCEDENTE, permitindo-lhe efetuar acompanhamento in loco e fornecendo, sempre que solicitado, as informações e os documentos relacionados com a execução do objeto deste Convênio, especialmente no que se refere ao exame da documentação relativa aos contratos celebrados;

k) Permitir o livre acesso de servidores do CONCEDENTE e dos órgãos de controle interno e externo, do fiscal e/ou comissão fiscalizadora, a qualquer tempo e lugar, aos processos, documentos e informações referentes a este Convênio, bem como aos locais de execução do respectivo objeto;

l) Apresentar a prestação de contas dos recursos recebidos por meio deste Convênio, no prazo e forma estabelecidos neste instrumento;

m) Apresentar todo e qualquer documento comprobatório de despesa efetuada à conta dos recursos deste Convênio, a qualquer tempo e a critério do CONCEDENTE, sujeitando-se, no caso da não apresentação no prazo estipulado na respectiva notificação, ao mesmo tratamento dispensado às despesas comprovadas com documentos inidôneos ou impugnados, nos termos estipulados neste Termo de Convênio;

n) Responsabilizar-se por todos os encargos de natureza trabalhista, fiscal, comercial e previdenciária, decorrentes de eventuais demandas judiciais relativas a recursos humanos utilizados na execução do objeto deste Convênio, bem como por todos os encargos tributários ou extraordinários que incidam sobre o presente Instrumento;

p) Operar, manter e conservar adequadamente o patrimônio público gerado pelos investimentos decorrentes do Convênio, após sua execução, de modo a assegurar a sustentabilidade do projeto e atender as finalidades sociais às quais se destina;

p) Manter o CONCEDENTE informado sobre situações que eventualmente possam dificultar ou interromper o curso normal da execução do Convênio e prestar informações sobre as ações desenvolvidas para viabilizar o respectivo acompanhamento e fiscalização.

q) Permitir ao CONCEDENTE, bem como aos órgãos de controle interno e externo, o acesso à movimentação financeira da conta específica vinculada ao presente Convênio;

r) Ao tomar conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dar ciência aos órgãos de controle e, havendo fundada suspeita de crime ou de improbidade administrativa, cientificar o Ministério Público; e

s) Garantir a manutenção da capacidade técnica e operacional necessária ao bom desempenho das atividades.

t) Cumprir os dispositivos constitucionais e da jurisprudência nacional em relação às compras e contratações, em especial às pertinentes à Licitação Pública, quando for o caso.

CLÁUSULA NONA – DAS VEDAÇÕES.

9. É vedado ao CONVENENTE, sob pena de rescisão do ajuste:

I - Utilizar, ainda que em caráter emergencial, os recursos em finalidade diversa da estabelecida no Plano de Trabalho;

II – Vincular/pagar com recursos do presente convênio despesas realizadas em data anterior à vigência deste;

III - Efetuar pagamento em data posterior à vigência deste Termo de Convênio, salvo se expressamente autorizado pela autoridade competente do CONCEDENTE e desde que o fato gerador da despesa tenha ocorrido durante sua vigência;

IV – Atribuir vigência ou efeitos financeiros retroativos ao presente instrumento;

V - Realizar despesas com taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos, exceto no que se refere às multas, se decorrentes de atraso na transferência de recursos pelo CONCEDENTE, e desde que os prazos para pagamento e os percentuais sejam os mesmos aplicados no mercado;

VI – É expressamente vedada a realização de pagamento em espécie ou por meio de cheque;

VII – É vedada a realização de saques na conta deste convênio;

VIII – É vedada a movimentação de recursos financeiros por outros meios que não seja o eletrônico.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO.

10.1. Incumbirá ao CONCEDENTE exercer as atribuições de acompanhamento, fiscalização e avaliação das ações constantes no Plano de Trabalho, de forma suficiente para garantir a plena execução do objeto, sendo a Comissão de Monitoramento e Avaliação a responsável por desempenhar este papel, conforme Portaria nº 388 de 03 de março de 2022.

10.2. O CONVENENTE é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução deste convênio, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONCEDENTE.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS ALTERAÇÕES.

11. Será objeto de Termo Aditivo qualquer alteração julgada necessária pelos signatários, do presente Convênio.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS PARCIAL E FINAL.

12.1. A Prestação de Contas Parcial deverá ser apresentada, TRIMESTRALMENTE, e deverá ocorrer em até 30 (trinta) dias após o pagamento da última parcela repassada, acompanhada dos seguintes documentos:

I – Relatório de Execução do Objeto;

II – Documentos comprobatórios da execução do objeto (notas fiscais, comprovantes de pagamentos e outros documentos pertinentes);

II – Relatório de Execução Financeira;

III – Extratos Bancários;

IV – Relatório de Gestão das ações executadas com os recursos repassados por meio do presente convênio.

12.1.2. – Deverá constar nos documentos comprobatórios destacados no inciso II referência expressa ao presente convênio.

12.2. A Prestação de Contas Final deverá ser apresentada até o dia 31 de janeiro do ano subsequente, e compreenderá a apresentação dos seguintes documentos: Relatório de Execução do Objeto; Relatório de Execução Financeira; Extratos Bancários e Relatório de Gestão das ações executadas com os valores repassados por meio do presente convênio referentes às parcelas repassadas no último trimestre, bem como compreenderá relatório consolidado das prestações de contas dos trimestres anteriores.

§1º - Quando a prestação de contas não for encaminhada no prazo estabelecido neste instrumento, o CONCEDENTE estabelecerá o prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias para sua apresentação, ou recolhimento dos recursos, incluídos os rendimentos da aplicação no mercado financeiro, atualizados monetariamente e acrescidos de juros de mora, na forma da lei

§2º - Se o CONVENENTE não apresentar a prestação de contas, nem devolver os recursos, o CONCEDENTE registrará a inadimplência por omissão do dever de prestar contas, e instaurará Tomada de Contas Especial sob aquele argumento e adoção de outras medidas para reparação do dano ao erário;

§3º - O CONCEDENTE deverá registrar o recebimento da prestação de contas, cuja análise será oportunamente com base na documentação apresentada, não se equiparando a auditoria contábil, e terá por fim atestar ou não a conclusão da execução do objeto, bem como a verificação dos documentos relacionados.

§4º - O CONVENENTE deverá ser notificado previamente sobre as irregularidades apontadas na análise da prestação de contas;

§5º - Caso a prestação de contas não seja aprovada, exauridas todas as providências cabíveis para regularização da pendência ou reparação do dano, o CONCEDENTE, registrará o fato no processo e adotará as providências necessárias à instauração da Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA EXTINÇÃO.

13. O presente Convênio poderá ser extinto de comum acordo pelas partes signatárias, ou unilateralmente, mediante notificação da Concedente à Convenente, com prazo nunca inferior a 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- DO FORO.

14. Fica eleito o Foro da Comarca de Peixoto de Azevedo/MT para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente Convênio.

Por estarem as partes de acordo e conveniadas, assinam o presente Termo de Convênio em 02 (duas) vias de iguais teor e forma na presença de 02 (duas) testemunhas.

Peixoto de Azevedo-MT, 03 de março de 2022.

_____

O MUNICIPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO

MAURICIO FERREIRA DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL/ CONCEDENTE

_____

_____

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO

PASCOAL ALBERTON

PRESIDENTE/PROPONENTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA

EXTRATO DE TERMO DE ADESÃO PARA TRABALHO VOLUNTÁRIO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA – MT

EXTRATO DE TERMO DE ADESÃO PARA TRABALHO VOLUNTÁRIO

OBJETO: Regulamentação dos serviços que serão prestados pelo voluntário, não gerando este vínculo empregatício, nos termos da Lei nº 9.608.

ENTIDADE: Prefeitura Municipal de Planalto da Serra-MT.

VOLUNTÁRIO: Juvenil da Silva Santana

CPF: 049.715.271-17.

PRAZO: Indeterminado

NATAL ALVES DE ASSIS SOBRINHO – Prefeito Municipal

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 002/2022

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 002/2022

Objeto: Apresentação e Avaliação do Relatório Resumido de Execução Orçamentária RREO 1º Bimestre de 2022.

A Prefeitura Municipal de Planalto da Serra, Estado de Mato Grosso, cumprindo os dispositivos legais estabelecidos pelo artigo 48 da Lei Complementar nº 101 de 04/05/2002 (LRF), COMUNICA que em virtude da Pandemia do Coronavírus (Covid19) a audiência não será realizada e que as documentações encontra-se a disposição de qualquer contribuinte, na sede do Executivo Municipal, situada a Praça São Carlos nº 755, nesta Cidade de Planalto da Serra - MT, relativa a Apresentação e Avaliação dos Relatório Resumido de Execução Orçamentária **RREO do 1º Bimestre de 2022**, os interessados poderão ter acesso a todas as informações pertinentes, bem como se manifestarem sobre os assuntos envolvidos, e que as documentações serão publicadas no sitio do município entre outros.

Planalto da Serra, 18 de Março de 2022.

Prefeitura Municipal de Planalto da Serra - MT.

PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DO EXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE N° 083/2020

SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE N° 083/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

CONTRATADO: DEO SERVIÇOS (D. C. DE FREITAS – ME)

CLAUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO

Fica estabelecida a prorrogação deste contrato pelo período de 20 de março de 2022 a 20 de junho de 2022.

Poconé/MT, 18 de março de 2022.

ATAIL MARQUES DO AMARAL

Prefeito Municipal de Poconé

SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO 008/2022

O Município de Poconé, através do pregoeiro e equipe de apoio, nomeados pela portaria n° 004/2022 torna publico a **RETIFICAÇÃO** do pregão presencial n° 08/2022, que tem por objeto a AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA EM ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE POCONÉ/MT, que devido a um erro na importação da tabela dos itens, em alguns deles faltou a continuação da descrição. Em a razão dessa ausência resolve **RETIFICAR o ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA** no **item 9.1** e **acrescentar a continuação da descrição nos item que faltavam,** passando a vigorar com as seguintes alterações:

LEIA-SE:

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

9. DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E DO PRAZO DE ENTREGA.

9.1 O material licitado deverá cumprir com as **especificidades e quantidades**, a seguir:

Codigo	Material	Und	Quantidade	Valor Unitario estimado	Valor total estimado
1	COMPUTADOR: Processador no mínimo Intel core i5 , memória ram8gb, ddr4, 1600 mhz, disco rígido SSD 240Gb e HD Sata de 1TB, tipo de monitor 19,5", mouse usb, 800 dpi, 2 botões, scrool (com fio), fonte compatível com o item, sistema operacional windows10 pro (64 bits), garantia mínima de 12 meses, teclado multimídia usb, abnt2, 107 teclas (com fio), interfaces de rede 10/100/1000, interfaces de vídeo integrada, unidade de disco ótico cd/dvd rom ESPECIFICAÇÕES TECNICAS: Gabinete 4 Baias; Gabinete com 2 USB Frontais; Fonte mínimo 560W Reais; Cooler Original; - 1 x 24-pin main conector; 1 x 8-pin EPS12V; 1 x 4/8-pin CPU; 4 x 6/8-pin PCI-Express; 4 x SATA; Processador com Socket LGA 1151 Tecnologia mínima de 32Nm; processador com 4 Núcleos 4 threads e cachê L3 Mínima de 6Mb; processador com velocidade de clock mínimo 3.9 GHz; - Processador com Cooler Original da mesma marca do processador; placa mãe com 4 slot DDR4 FSB 2133 MHz,e que suporte mínimo 16Gb; placa Mãe com saída de vídeo e HDMI; placa Mãe com mínimo 06 USBs; placa mãe com 1 slot PCI express 3.0X16; placa mãe com 1 slot PCI express 1.0 X1; placa mãe com sistema de áudio de alta definição; placa de rede on board 10/100/1000Kbps; mídia de Instalação com todos drivers .	UN	97,0000	R$4.875,0000	R$472.875,00
2	NOBREAK BIVOLT PARA COMPUTADOR: Potência 1 KVA, tensão entrada e saída bi volt, alarmes áudio e visual, bateria interna 01 selada, garantia mínima de 12 meses. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA: Modelos bi volt automático: entrada 115/127V ou 220V e saída 115V. Filtro de linha. Estabilizador interno com 4 estágios de regulação. Forma de onda senoidal por aproximação (retangular PWM). DC Start: permite que o nobreak seja ligado na ausência de rede elétrica. BatterySaver: evita o consumo desnecessário das cargas da bateria, preservando a sua vida útil. Auto diagnóstico de bateria: informa quando a bateria precisa ser substituída. Recarga automática das baterias em 4 estágios, mesmo com o nobreak desligado. Recarregador Strong Charger: possibilita a recarga das baterias mesmo com níveis muito baixos de carga. Conector do tipo engate rápido para conexão do módulo de bateria externo ao nobreak. True RMS: analisa os distúrbios da rede elétrica e possibilita a atuação precisa do equipamento. Ideal para redes instáveis ou com geradores. Microprocessador RISC/FLASH de alta velocidade: aumenta a confiabilidade e o desempenho do circuito eletrônico interno. Auto teste: ao ser ligado, o nobreak testa os circuitos internos, garantindo assim o seu funcionamento ideal. Interativo - regulação on-line. Inversor sincronizado com a rede (sistema PLL). Circuito desmagnetizador: garante o valor de tensão adequado para equipamentos de informática, áudio e vídeo (cargas não lineares).	UN	126,0000	R$1.800,0000	R$226.800,00
3	SCANNER: Digitalização; 2-in-1 Scanning; Digitalização Frente e Verso (Duplex); Velocidade Máx. Digitalização: 24 ppm (em cores/preto e branco, uma face) 48 ipm (em cores/preto e branco, frente e verso); Modos de Digitalização: Digitalização de até 50 folhas, em cores e em uma única passagem; Área Máxima do Scanner: Até 21,6 cm x 86,3 cm Área de Digitalização: Até 21,6 cm x 86,3 cm; Resolução Óptica: Até 600 x 600 dpi; Driver para Windows/Mac (DVD-ROM); Interface: USB 2.0; Compatível com Sistema Operacional: Windows; Cabo USB: USB 2.0; Consumo de Energia: Aprox. 7 W (Modo Pronto) Aprox. 1,5 W (Modo DeepSleep); Dimensões (LxAxP): 29,9 x 18 x 22,1 cm; Interface USB Direta; Interface Padrão: USB 2.0; Velocidade Máx. Digitalização (Duplex): 48 ipm (em cores/preto e branco, frente e verso); Velocidade Máx. Digitalização: 24 ppm (em cores/preto e branco, uma face); Tipo de Scanner: CIS Duplo; Tamanho do Documento (Máximo): Até 21,6 cm x 86,3 cm; Resolução Interpolada: Interpolada: Até 1200 x 1200 dpi; Profundidade de Tons de Cinza: 256 níveis; Profundidade de Cor: 30 bits (entrada)/24 bits (saída) (colorido) CD-ROM (Windows® Software); Capacidade de Entrada de Papel: Digitalização de até 50 folhas, em cores e em	UN	34,0000	R$3.036,6666	R$103.246,66

	uma única passagem; Função "Digitalizar para": Email, PDF, Imagem, OCR, Arquivo, USB; Compatível com TWAIN: Sim.				
4	**NOTEBOOK COMPUTADOR PORTATIL: Disco rígido SSD 240Gb, processador no mínimo Intel core i7, memória ram8gb, ddr4, tamanho da tela mínimo de 14", teclado abnt2, mouse touchpad, interfaces de rede 10/100/1000 e wifi, interface usb, hdmi, dispalyport/ vga, sdcard, bateria mínimo de 3 horas, webcam, sistema operacional windows10 pro (64 bits), garantia mínima de 06 meses, unidade de disco ótico cd/dvd rom.**	**UN**	**70,0000**	**R$5. 066,6666**	**R$354. 666,66**
5	**PROJETOR MULTIMIDIA: Tecnologia LCD, resolução mínima nativa de 1024 x 768, entrada de VGA a FULL HD, luminosidade mínimo de 2500 lumens, conectividade entrada/saída RGB 15 pinos e HDMI, garantia mínima de 06 meses. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA: Dimensões aproximadas do produto Projetor Multimídia S12 - 2800 Lumens Altura: 8.00 cm Largura: 30.00 cm profundidade: 23.00 cm Peso: 2.30 kg resolução Max SVGA (800x600) suportada: VGA, XGA, SXGA Luminosidade 2800 ANSI Lumens Entradas USB, entrada para memória/câmera de documento. Entrada áudio e vídeo. Lâmpada 200W UHE Vida Útil da Lâmpada 4000 H (Alto Brilho) e 5000 H (Baixo Brilho) Reprodução de Cores 24 bit; 16.7 Milhões Tamanho da imagem 30 à 350. Distância de projeção 0,88 - 10,44 m Nível de Ruído 37 dB (Alto Brilho) / 29 dB (Baixo Brilho) Controle Remoto Entrada, Power, modo de cor, botões para conexão direta (computador, vídeo e USB), volume, e-zoom, a/v mute, num, freeze, menu, help, auto, aspecto, pointer, pgup / pgdown, botões de navegação, botão user, esc e enter. Outros, Tecnologia 3LCD Aviso Imagem meramente Ilustrativa Itens Inclusos 1 Projetor; 1 Maleta de transporte; 1 Cabo de alimentação; 1 Cabo de computador; 1 Cabo USB; 1 Controle remoto; Software de rede; Manual do usuário.**	**UN**	**25,0000**	**R$2. 000,0000**	**R$50. 000,00**
6	**MONITOR:Monitor LED; Cores brilhantes, visão sustentável; Visão Sustentável: Plástico reciclado, retro iluminação LED, Acer EcoDisplay; Tela de 19.5 Full HD Acer ComfyView; Conectividade: VGA; Contraste: 100.000.000:1; Tamanho da tela: 19.5 (16:9); Tempo de resposta: 5 ms; Proporção da tela: 16: 9; Área ativa do display: 43.2 x 23.9 cm; Tipo de painel: TwistedNematicFilm (TN Film); Resolução máxima e taxa de atualização: 1366 X 768; Contraste: 100 milhões :1 max; Brilho: 200 cd/m2; Ângulo de visão: 90° (Horizontal) e 65° (Vertical); Cores: 16,7 milhões; Bits: 6-bit + Hi-FRC; Sinais de entrada: 1 – VGA; Furação VESA para suporte:100 x 100 mm; Ângulo ajustável de exibição; Ângulo de inclinação: -5º para 25º; Fonte de energia (100 V - 240 V): Interna; Certificação: MPR-II / ENERGY STAR® / EPEAT Gold; PartNumber UM.IV6AA.B07; Dimensões: 507 x 111x 373mm.**	**UN**	**107,0000**	**R$1. 126,6666**	**R$120. 553,33**
7	**IMPRESSORA MULTIFUCIONAL A LASER MONOCROMÁTICA: Resolução da Cópia (máxima em dpi): Até 1200 x 600 dpi; Cópias Múltiplas; Acesso Remoto; Relatório de Atividades/Relatórios Periódicos; Principais Funções: Impressão, digitalização, cópia; Cópia Duplex (Frente e Verso); Tempo de Impressão da Primeira Página: 8 segundos; Tecnologia de Impressão: Laser Eletrofotográfico; minimo Memória Padrão: 512 MB; Velocidade Máx. de Impressão em Preto (ppm): 42/40 ppm (carta/A4); Resolução da Impressão (máxima em dpi): Até 1200 x 1200 dpi; Capacidade da Bandeja de Papel: 250 folhas; Capacidade de Papel na Bandeja Opcional (folhas): 2 x 520 folhas; Bandeja Multiuso: 50 folhas; Capacidade de Impressão Duplex (Frente e Verso); Interface de Rede Embutida: Ethernet, Hi-Speed USB 2.0; Compatibilidade com o Driver de Impressora: Windows®, Mac OS®, Linux; Emulações: PCL6, BR-Script3, IBM Proprinter, Epson FX, PDF Version 1.7, XPS Version 1.0; Ciclo de Trabalho Mensal Máx.: 50.000 páginas; Volume Máximo de Ciclo Mensal: 50.000 páginas; Volume de Impressão Mensal Recomendado: Até 3.500 páginas.**	**UN**	**44,0000**	**R$2. 343,3333**	**R$103. 106,67**
8	**Multifuncional Laser Mono Ricoh 4510sf 42ppm. Impressora Multifuncional Preto e Branco Enfrente trabalhos difíceis em espaços pequenos - Imprime a até 42 ppm, cópia, digitalização, fax - Resolução máxima de impressão 1200x1200 dpi - Capacidade de papel até 1.600 páginas - Design elegante e compacto cabe em quase qualquer lugar Compartilhe informações na velocidade de sua empresa Realize mais com a Impressora Preto e Branco Multifuncional de Mesa RICOH SP 4510SF com potência tudo-em-um para copiar, imprimir, digitalizar e enviar fax. Uma poderosa controladora com 1 GB de RAM padrão está apta a manipular com facilidade e simultaneamente trabalhos de impressão e arquivos grandes. Conte com qualidade de impressão profissional de até 42 páginas por minuto em 1.200 dpi. Além disso, adicione duas unidades de papel de 500 folhas para uma capacidade de 1.600 folhas visando trabalhos de impressão suaves e ininterruptos. Colete dados de novas maneiras Conecte-se e trabalhe em nuvem e leve suas informações com você. O serviço Integrated Cloud Environment (ICE) opcional permite a você imprimir de apps ou digitalizar para apps como DocumentMall&trade, Evernotetrade, Dropboxtrade ou Google Drivetrade, tudo sem utilizar servidores caros no local, integração de sistema nem atualizações de software. Com ele, é possível também armazenar e acessar seus documentos nos lugares em que você preferir, para cômodo compartilhamento a qualquer hora. Conquiste mais Obtenha novos níveis de produtividade sem sacrificar a qualidade. A tecnologia de Imagem LED Padrão assegura qualidade de imagem em 1.200 dpi reais a toda velocidade.**	**UN**	**56,0000**	**R$4. 326,6666**	**R$242. 293,33**
9	**IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL A LASER COLOR: Tecnologia de impressão: Laser Color Velocidade de impressão frente e verso (letter): até 11 pm; Saída da primeira página em preto (letter, pronta): até 11,5 segundos; Saída da primeira página em cores (carta, pronta): até 13 segundos; Volume mensal de páginas recomendado: 250 a 2500; Qualidade de impressão preto (ótima): até 600 ppp; Qualidade de impressão colorida (melhor): até 600 ppp; Capacidade de impressão móvel: Impressão Wireless Direct, Apple AirPrint, Certificação Mopria, Aplicativos móveis; Capacidade sem fios: 802.11 b/g/n integrado; Autenticação via WEP, WPA/WPA2 ou 802.11x; Criptografia via AES ou TKIP; WPS; Wi-Fi Direct; NFC; Conectividade padrão: Porta USB 2.0 de alta velocidade; porta de rede Fast Ethernet 10/100/1000Base-TX integrada; Host USB; Pronto para trabalhar em rede: Ethernet 802.11 b/g/n padrão integrada. O Wi-Fi opera como PA (com Wi-Fi Direct) e STA; Monitor: Tela de toque LCD de 3 polegadas (colorida); Velocidade do processador: 800 MHz; Manuseio de Papel: Manuseio de entrada de papel, padrão: Bandeja de entrada para 150 folhas, bandeja multiuso; Capacidade de entrada: Até 150 folhas (altura da pilha de 15 mm) na bandeja 2; Capacidade máxima de entrada (folhas): Até 150 folhas (altura da pilha de 15 mm) na bandeja 2; Manuseio de saída de papel, padrão: Bandeja para 100 folhas; Capacidade de saída: Até 100 folhas (altura da pilha de 10 mm).**	**UN**	**46,0000**	**R$6. 393,3333**	**R$294. 093,33**
VALOR TOTAL ESTIMADO: R$ 1.967.634,98					

Todas as demais clausulas e condições do edital permanecerão inalteradas, inclusive a data e hora da sessão pública de recebimento das propostas e documentação .

Poconé-MT, 18 de Março de 2022.

ERASMO PAULO DE LIMA Pregoeiro

DIVULGAÇÃO DO JULGAMENTO DO RECURSO CONTRA AS SOLICITAÇÕES DE ISENÇÃO INDEFERIDAS DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2022

ATAIL MARQUES DO AMARAL, Prefeito do Município de Poconé , Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, em conjunto com a **COMISSÃO ESPECIAL PARA SUPERVISIONAR E ACOMPANHAR A REALIZAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2022,** nomeada pela **Portaria nº 006/2022 de 17 de janeiro de 2022**, mediante as condições estipuladas neste Edital e demais disposições legais aplicáveis, **TORNA PÚBLICO**, aos interessados, a **DIVULGAÇÃO DO JULGAMENTO DO RECURSO CONTRA AS SOLICITAÇÕES DE ISENÇÃO INDEFERIDA DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2022, conforme abaixo discriminado:**

001 - FISCAL DE TRIBUTOS - POCONÉ

RECURSO	INSCRIÇÃO	NOME	VAGA	SITUAÇÃO
17787	266	ELLEN FERREIRA DA SILVA RONDON	001 - FISCAL DE TRIBUTOS - POCONÉ	DEFERIDO
17764	22	GIOVANA DE SOUZA SILVA	001 - FISCAL DE TRIBUTOS - POCONÉ	DEFERIDO
17771	92	JULIENE DA SILVA RONDON	001 - FISCAL DE TRIBUTOS - POCONÉ	DEFERIDO
17779	138	NADIA CECILIA SILVA SANTIAGO	001 - FISCAL DE TRIBUTOS - POCONÉ	DEFERIDO
17785	227	WELLINTON LUIZ DE ARRUDA E SILVA	001 - FISCAL DE TRIBUTOS - POCONÉ	DEFERIDO

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Poconé/MT, 18 de março de 2022.

Prefeito Municipal

ATAIL MARQUES DO AMARAL

DIVULGAÇÃO DO JULGAMENTO DO RECURSO CONTRA AS SOLICITAÇÕES DE ISENÇÃO INDEFERIDAS DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 001/2022

ATAIL MARQUES DO AMARAL, Prefeito do Município de Poconé , Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, em conjunto com a **COMISSÃO ESPECIAL PARA SUPERVISIONAR E ACOMPANHAR A REALIZAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 001/2022,** nomeada pela **Portaria nº 007/2022 de 17 de janeiro de 2022**, mediante as condições estipuladas neste Edital e demais disposições legais aplicáveis, **TORNA PÚBLICO**, aos interessados, **DIVULGAÇÃO DO JULGAMENTO DO RECURSO CONTRA AS SOLICITAÇÕES DE ISENÇÃO INDEFERIDAS DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 001/2022 conforme abaixo discriminado:**

003 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - PSF BOM PASTOR - PSF BOM PASTOR

RECURSO	INSCRIÇÃO	NOME	VAGA	SITUAÇÃO
17786	264	CACIA GONÇALINA PEREIRA DE ALMEIDA	003 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - PSF BOM PASTOR - PSF BOM PASTOR	DEFERIDO
002 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - PSD COHAB NOVA - PSF COHAB NOVA				
17770	215	ELIANE MARIA REIS MUNIZ	002 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - PSD COHAB NOVA - PSF COHAB NOVA	DEFERIDO
004 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - PSF JOÃO GODOFREDO - PSF JOÃO GODOFREDO				
17780	181	NADIA CECILIA SILVA SANTIAGO	004 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - PSF JOÃO GODOFREDO - PSF JOÃO GODOFREDO	DEFERIDO

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Poconé/MT, 18 de março de 2022.

Prefeito Municipal

ATAIL MARQUES DO AMARAL

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DO SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE N° 085/2020

SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE N° 085/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

CONTRATADO: VG TRANSPORTES PEÇAS E SERVIÇOS

CLAUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO

Fica estabelecida a prorrogação deste contrato pelo período de 20 de março de 2022 a 20 de junho de 2022.

Poconé/MT, 18 de março de 2022.

ATAIL MARQUES DO AMARAL

Prefeito Municipal de Poconé

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DO SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE N° 084/2020

SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE N° 084/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

CONTRATADO: P M DOS SANTOS – ME (JETTE TUR TRANSPORTES)

CLAUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO

Fica estabelecida a prorrogação deste contrato pelo período de 20 de março de 2022 a 20 de junho de 2022.

Poconé/MT, 18 de março de 2022.

ATAIL MARQUES DO AMARAL

Prefeito Municipal de Poconé

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DO TERMO DE RETIFICAÇÃO AO EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 11/2022

TERMO DE RETIFICAÇÃO AO EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 11/2022- **JORNAL Nº 3.939**

DATA: 15/03/2022 – Página: 657

LEIA-SE

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 011/2022

Ata de Registro de preço n° 011/2022 – CARONA Nº 003/2022

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

Contratado: **R BARROS RIBEIRO EIRELI**, inscrita no CNPJ sob o nº. 34.127.109/0001-06

Objeto: Futura e eventual contratação de empresa especializada em prestação de serviço de manutenção de bombas submersas e manutenção de poços tubulares profundos, para atender a demanda da Prefeitura Municipal de Poconé/MT, em atendimento a Secretaria Municipal de Infraestrutura.

ÓRGÃO	DOTAÇÃO
SEC. MUN. DE infraestrutura	12.002.15.452.0024.2125.33.90.00000.1.500.00000

Valor Registrado: R$ 1.154.610,90

Período: 12 meses

Poconé/MT, 14 de março de 2022.

ATAIL MARQUES DO AMARAL

Prefeito Municipal de Poconé

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE READAPTAÇÃO

PORTARIA Nº 20/2022

EMENTA: *Concede Readaptação à servidora Municipal e estabelece outras providencias.*

Senhor Clenei Parreira da Silva, Prefeito Municipal de Ponte Branca, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder, a Servidora ELIANE DE OLIVEIRA SILVA, matrícula funcional nº 909, ocupante do cargo efetivo de Gari, lotada na Secretaria Municipal de Viação e Obras de Ponte Branca, Mato Grosso, pelo período inicial de 180 (cento e oitenta) dias de Readaptação Funcional, no período de 18.03.2022 à 14.09.2022, nos termos do disposto no Artigo 383, da Lei Complementar 211, de 14 de Dezembro de 1993, que Institui o Regime Jurídico Único dos Servidores Público Civis do Município de Ponte Branca - MT.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

Publique-se, registre – se, Cumpre-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ponte Branca – MT, 18 de Março de 2022.

CLENEI PARREIRA DA SILVA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA
LEI MUNICIPAL Nº779/2022

LEI MUNICIPAL Nº779, DE 16 DE MARÇO DE 2022

*Dispõe sobre a autorização de abertura de **Crédito Adicional Especial** no orçamento corrente, e inclusão de metas, ações e programas no PPA 2022, e LDO/2022, e dá outras providências.*

O **Prefeito Municipal de Ponte Branca/MT**, Senhor **CLENEI PARREIRA DA SILVA**, **faz saber** que a Câmara Municipal **aprovou** e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abertura de Crédito Adicional Especial para inclusão de novo elemento de despesa ao projeto atividade existente no orçamento corrente no valor de **R$ 125.287,34 (Cento e Vinte e Cinco Mil, Duzentos e Oitenta e Sete Reais e Trinta e Quatro Centavos)**.

Poder:	02 – PODER EXECUTIVO
Órgão:	05– SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇAO
Unidade Orçamentária:	05 EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA
Função:	12 – EDUCAÇÃO
Subfunção:	361 Ensino Fundamental
Programa:	MANUTENÇÃO DO ENSINO BÁSICO PÚBLICO
Ação:	MANTER REM. DOS PROF. DA EDUC. BAS. FUND. 70%
Natureza da Despesa:	3.1.90.11.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.....R$ $ 125.287,34
Fonte R/Detalhamento	**2.2.540**
Total:	**R$ 125.287,34**

Art. 2º - O Crédito aberto no valor de **R$ 125.287,34**, na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de Superavit Financeiro de Recursos apurado no Anexo 14 **-** Balanço Patrimonial do exercício anterior **– Fonte 2.540 FUNDEB,** conforme o § 1, Inciso I do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 3º - Fica autorizado à inclusão e atualização destas despesas nos instrumentos de planejamento exigidos pela **Lei nº 101/00, (PPA/LDO/LOA).**

Art. 4º- A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroativo a primeiro de março do exercício corrente.

Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ponte Branca/MT, 16 de Março de 2022.

CLENEI PARREIRA DA SILVA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE CONTRATOS
PUBLICAÇÃO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 06 2022

EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 06/2022.

FUNDAMENTO: Tomada de Preços nº. 10/2021, Processo Administrativo nº 145/2021

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE-MT.

EMPRESA: CONSTRUTORA IMPERIO EIRELI-ME

C.N.P.J. n.º 18.363.482/0001-00

Valor Total R$ 881.197,79 (Oitocentos e Oitenta e Um Mil Cento e Noventa e Sete Reais e Setenta e Nove Centavos).

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE UMA QUADRA POLIESPORTIVA NA ESCOLA ESTADUAL GILVAN DE SOUZA NO MUNICIPIO DE PORTO ALEGRE DO NORTE/MT CONFORME PROJETO BASICO E TERMO DE CONVÊNIO Nº 0889-2020 - GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO – SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO - SEDUC.

Local da obra: AV. Cuiabá s/nº, setor dos Buritis – Município de Porto Alegre do Norte/MT.

VIGÊNCIA: Prazo 12 meses, contados a partir da assinatura da mesma, 17/03/2022 até 17/03/2023.

DANIEL ROSA DO LAGO

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE CONTRATOS
PUBLICAÇÃO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 07 2022

EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 07/2022.

FUNDAMENTO: Tomada de Preços nº. 11/2021, Processo Administrativo nº 146/2021

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE-MT.

EMPRESA: CONSTRUTORA IMPERIO EIRELI-ME

C.N.P.J. n.º 18.363.482/0001-00

Valor Total R$ 898.712,99 (Oitocentos e Noventa e Oito mil Setecentos e Doze reais e Noventa e Nove centavos),

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE UMA QUADRA POLIESPORTIVA NA ESCOLA ESTADUAL 13 DE MAIO NO MUNICIPIO DE PORTO ALEGRE DO NORTE/MT CONFORME PROJETO BASICO E TERMO DE CONVÊNIO Nº 0884-2020 - GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO – SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO - SEDUC.

Local da obra: Rua Amazonas, s/n, Setor dos Esportes, Município de Porto alegre do Norte/MT.

VIGÊNCIA: Prazo 12 meses, contados a partir da assinatura da mesma, 17/03/2022 até 17/03/2023.

DANIEL ROSA DO LAGO

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE CONTRATOS
PUBLICAÇÃO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 08 2022

EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 08/2022.

FUNDAMENTO: Tomada de Preços nº. 12/2021, Processo Administrativo nº 147/2021

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE-MT.

EMPRESA: CONSTRUTORA IMPERIO EIRELI-ME

C.N.P.J. n.º 18.363.482/0001-00

Valor Total do Projeto R$ 960.032,20 (Novecentos e sessenta mil e trinta e dois reais e vinte centavos).

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE UMA QUADRA POLIESPORTIVA NA ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRE QUIRINO DE SOUZA NO MUNICIPIO DE PORTO ALEGRE DO NORTE/MT CONFORME PROJETO BASICO E TERMO DE CONVÊNIO Nº

0882-2020 - GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO – SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO - SEDUC.

Local da obra: Rua São Pedro, Nº 472- Centro do Município de Porto Alegre do Norte/MT.

VIGÊNCIA: Prazo 12 meses, contados a partir da assinatura da mesma, 17/03/2022 até 17/03/2023.

DANIEL ROSA DO LAGO

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIÃO

LICITAÇÃO
PUBLICAÇÃO DE HOMOLOGAÇÃO CARTA CONVITE 08/2022

PUBLICAÇÃO DE HOMOLOGAÇÃO

CARTA CONVITE 08/2022

A prefeitura de Porto Esperidião-MT, torna público a HOMOLOGAÇÃO da CARTA CONVITE 08/2022 do Objeto:**CONTRATAÇÃO EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE 01 (UM CAMINHÃO TIPO CAÇAMBA).** Em favor da empresa: **DURANTI SERVIÇOS ME CNPJ: 40.221.408/0001-08** Porto Esperidião-MT, 18 de Março de 2022. Martins Dias de Oliveira – Prefeito.

LICITAÇÃO
PUBLICAÇÃO DE ABERTURA EDITAL PREGÃO 07/2022

PUBLICAÇÃO DE ABERTURA DE EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL REG. DE PREÇO 07/2022.

A prefeitura de Porto Esperidião-MT, torna público a **Abertura do Pregão Presencial 07/2022,** DO OBJETO:**CONTRATAÇÃO EMPRESA PARA FUTURA E VENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSESSORIA E CONSULTORIA EM "APOIO À ADMINISTRAÇÃO".** No seguinte local, data e horário: Local: sala de licitações-**Data**: **31/03/2022**–Horário: 09 horas-**Porto Esperidião-MT, 18 DE Março de 2022 - RONEY BATISTA CARDOSO-PREGOEIRO.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU

RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 005/2022

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 005/2022

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU-MT, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o que determina o Art. 37, item II da Constituição Federal, art.93, Inciso III da Lei Orgânica do Município de Poxoréu e o disposto no artigo 5º, inciso I e 44 da Lei 905 de 21/11/2003 e, tendo em vista o Concurso Público 001/2019 publicado em 12 de abril de 2019, homologado pelo Decreto nº 024 de 15 de julho de 2019 e Publicado no Diário da AMM no dia 17 de julho de 2019 nas páginas 270 a 289 e no mural da prefeitura, considerada as vagas a serem preenchidas.

CONVOCA

Os abaixo relacionados, aprovados no concurso Público Municipal realizado nos dias 08 e 09 de junho de 2019, que deverão comparecer no prazo de trinta dias, a contar da publicação, na Secretaria de Administração na Gerência de Talentos Humanos no horário de 07:00 às 11:00 e das 13:00 as 17:00, para assumir suas funções, em conformidade da Lei 905/2003, apresentando a seguinte documentação.

Fotocópia da certidão de nascimento ou averbações se houver (com original) Fotocópia da certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos e para os maiores de 14 anos o CPF. (com original) se tiver; Fotocópia autenticada da Cédula de Identidade ou Carteira de Identidade Profissional (curso superior) se for o caso e CPF; Cartão de Cadastramento no PIS ou PASEP (se possuir); Cartão de vacinação atualizado; Cartão Nacional do SUS; 02 (duas) fotografias 3x4 recentes; Fotocópia do Título de Eleitor (com original) com comprovante da última eleição; Fotocópia do Certificado de reservista, de isenção ou de dispensa (com original); Declaração que não possui antecedente criminal, salvo se cumprida a pena, fornecida pelo Fórum da Comarca de Poxoréu; Declaração de que nunca foi demitido do serviço Público por justa causa; Fotocópia do comprovante de escolaridade para o exercício do cargo, bem como registro no órgão competente, quando cabível (com original); Declaração de Bens e valores; Possuir idade mínima de 18 anos; Apresentar cópia da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) série D, no caso de Motorista e na série C de Operador de Máquina (com original); Declaração de Inexistência de Incompatibilidade ou Impedimento Temporário; Comprovante de residência; Conta bancária no Banco do Brasil: corrente ou salário; Telefone de contato; Certidão negativa de débitos municipais-CNDM; Laudo Médico Favorável que aponte como APTO ao desenvolvimento das atribuições do cargo a que se propõe ocupar.

As fotocópias devem ser apresentadas com o original para autenticação pelo servidor conforme determina a Lei 13.726/2018.

Listagem de exames a serem apresentados pelos candidatos convocados a Clínica Primmed – Saúde Ocupacional, localizada na Rua Poxoréu, 486 – Centro – Primavera do Leste –MT, CEP 78.850.000 – Telefone (66) 3498 3741, munido dos exames e laudos abaixo elencados:

a) Hemograma completo (com plaquetas);

b) Classificação de grupo sanguíneo e fator RH;

c) Glicemia (em jejum);

d) HBsAg;

e) Anti HBc Total;

f) Gama GT (gama glutinal transferase) TGO – TGP;

g) Anti HAV – IgM, IgG;

h) Anti HCV;

i) Ureia e Creatinina;

j) Urina I;

k) Protoparasitológico;

l) Espirometria;

m) Colposcopia e Colpocitologia Oncológica (**somente para o sexo feminino**);

n) Mamografia (**para mulheres a partir dos 40 anos**);

o) Eletrocardiograma (**com avaliação cardiológica, se patológica, definir o grau**);

p) Eletroencefalograma (**com laudo**);

q) Oftalmológico (**com laudo**);

r) Dermatológico (**com laudo**);

s) Teste das Pirâmides Coloridas Pfister (**com laudo de sanidade mental**);

t) PSA Prostático (**para homens acima de 40 anos de idade**).

VII – Além dos exames elencados no inciso VI deste Edital, são OBRIGATÓRIOS para o cargo de PROFESSOR os seguintes exames:

a) Otorrinolaringológico (**laringoscopia indireta**);

b) Audiometria Vocal e Tonal (**com laudo**);

c) Raio X de Tórax (**com laudo**);

d) Raio X de Coluna Lombo-Sacra (**com laudo**);

e) Ultrassom dos ombros (**com laudo**).

VIII – Além dos exames elencados no inciso VI deste Edital, são OBRIGATÓRIOS para o cargo de MOTORISTA os seguintes exames:

a) Audiometria Vocal e Tonal (**com laudo**);

b) Raio X de Tórax (**com laudo**);

c) Raio X de Coluna Lombo-Sacra (**com laudo**);

d) Ultrassom dos ombros (**com laudo**).

O não comparecimento do (a) interessado (a) no prazo de 30 (trinta dias), a partir da data da publicação e apresentação da documentação prevista acima, implicará no reconhecimento da DESISTÊNCIA E RENÚNCIA quanto ao preenchimento do cargo para o qual foi aprovado (a), reservando-se à Administração o direito de convocar outro candidato.

PROFESSOR			
NOME	INSCRIÇÃO	NOTA	COLOCAÇÃO
MONICA MOREIRA DA LUZ	384280	72,0	46º

Publique-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, Poxoréu/MT, 18 de março de 2022.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Este Edital foi publicado no Saguão da Prefeitura Municipal de Poxoréu-MT, no site da Prefeitura Municipal de Poxoréu e no Diário Oficial da AMM.

MARIA APARECIDA COUTINHO MIRANDA E SOUZA

Secretária de Administração

RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 004/2022

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 004/2022

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU-MT, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o que determina o Art. 37, item II da Constituição Federal, art.93, Inciso III da Lei Orgânica do Município de Poxoréu e o disposto no artigo 5º, inciso I e 44 da Lei 905 de 21/11/2003 e, tendo em vista o Concurso Público 001/2019 publicado em 12 de abril de 2019, homologado pelo Decreto nº 024 de 15 de julho de 2019 e Publicado no Diário da AMM no dia 17 de julho de 2019 nas páginas 270 a 289 e no mural da prefeitura, considerada as vagas a serem preenchidas.

CONVOCA

Os abaixo relacionados, aprovados no concurso Público Municipal realizado nos dias 08 e 09 de junho de 2019, que deverão comparecer no prazo de trinta dias, a contar da publicação, na Secretaria de Administração na Gerência de Talentos Humanos no horário de 07:00 às 11:00 e das 13:00 as 17:00, para assumir suas funções, em conformidade da Lei 905/2003, apresentando a seguinte documentação.

Fotocópia da certidão de nascimento ou averbações se houver (com original) Fotocópia da certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos e para os maiores de 14 anos o CPF. (com original) se tiver; Fotocópia autenticada da Cédula de Identidade ou Carteira de Identidade Profissional (curso superior) se for o caso e CPF; Cartão de Cadastramento no PIS ou PASEP (se possuir); Cartão de vacinação atualizado; Cartão Nacional do SUS; 02 (duas) fotografias 3x4 recentes; Fotocópia do Título de Eleitor (com original) com comprovante da última eleição; Fotocópia do Certificado de reservista, de isenção ou de dispensa (com original); Declaração que não possui antecedente criminal, salvo se cumprida a pena, fornecida pelo Fórum da Comarca de Poxoréu; Declaração de que nunca foi demitido do serviço Público por justa causa; Fotocópia do comprovante de escolaridade para o exercício do cargo, bem como registro no órgão competente, quando cabível (com original); Declaração de Bens e valores; Possuir idade mínima de 18 anos; Apresentar cópia da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) série D, no caso de Motorista e na série C de Operador de Máquina (com original); Declaração de Inexistência de Incompatibilidade ou Impedimento Temporário; Comprovante de residência; Conta bancária no Banco do Brasil: corrente ou salário; Telefone de contato; Certidão negativa de débitos municipais-CNDM; Laudo Médico Favorável que aponte como APTO ao desenvolvimento das atribuições do cargo a que se propõe ocupar.

As fotocópias devem ser apresentadas com o original para autenticação pelo servidor conforme determina a Lei 13.726/2018.

Listagem de exames a serem apresentados pelos candidatos convocados a Clínica Primmed – Saúde Ocupacional, localizada na Rua Poxoréu, 486 – Centro – Primavera do Leste –MT, CEP 78.850.000 – Telefone (66) 3498 3741, munido dos exames e laudos abaixo elencados:

a) Hemograma completo (com plaquetas);

b) Classificação de grupo sanguíneo e fator RH;

c) Glicemia (em jejum);

d) HBsAg;

e) Anti HBc Total;

f) Gama GT (gama glutinal transferase) TGO – TGP;

g) Anti HAV – IgM, IgG;

h) Anti HCV;

i) Ureia e Creatinina;

j) Urina I;

k) Protoparasitológico;

l) Espirometria;

m) Colposcopia e Colpocitologia Oncológica (**somente para o sexo feminino**);

n) Mamografia (**para mulheres a partir dos 40 anos**);

o) Eletrocardiograma (**com avaliação cardiológica, se patológica, definir o grau**);

p) Eletroencefalograma (**com laudo**);

q) Oftalmológico (**com laudo**);

r) Dermatológico (**com laudo**);

s) Teste das Pirâmides Coloridas Pfister (**com laudo de sanidade mental**);

t) PSA Prostático (**para homens acima de 40 anos de idade**).

VII – Além dos exames elencados no inciso VI deste Edital, são OBRIGATÓRIOS para o cargo de PROFESSOR os seguintes exames:

a) Otorrinolaringológico (**laringoscopia indireta**);

b) Audiometria Vocal e Tonal (**com laudo**);

c) Raio X de Tórax (**com laudo**);

d) Raio X de Coluna Lombo-Sacra (**com laudo**);

e) Ultrassom dos ombros (**com laudo**).

VIII – Além dos exames elencados no inciso VI deste Edital, são OBRIGATÓRIOS para o cargo de MOTORISTA os seguintes exames:

a) Audiometria Vocal e Tonal (**com laudo**);

b) Raio X de Tórax (**com laudo**);

c) Raio X de Coluna Lombo-Sacra (**com laudo**);

d) Ultrassom dos ombros (**com laudo**).

O não comparecimento do (a) interessado (a) no prazo de 30 (trinta dias), a partir da data da publicação e apresentação da documentação prevista acima, implicará no reconhecimento da DESISTÊNCIA E RENÚNCIA quanto ao preenchimento do cargo para o qual foi aprovado (a), reservando-se à Administração o direito de convocar outro candidato.

MONITOR DE CRECHE			
NOME	INSCRIÇÃO	NOTA	COLOCAÇÃO
MARIA CLÁUDIA GONÇALVES	385790	70,0	15º
NICOLE CANDIDA RIBEIRO DOS ANJOS SILVA	387445	70,0	16º
CREUSA PEREIRA DE BRITIS	386413	70,0	17º
NILSON ALVES DE CARVALHO	386696	70,0	18º

Publique-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, Poxoréu/MT, 18 de março de 2022.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Este Edital foi publicado no Saguão da Prefeitura Municipal de Poxoréu-MT, no site da Prefeitura Municipal de Poxoréu e no Diário Oficial da AMM.

MARIA APARECIDA COUTINHO MIRANDA E SOUZA

Secretária de Administração

FUNDO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE POXORÉU
CONCESSÃO DE APOSENTADORIA

PORTARIA N.º 773/2021 Poxoréu/MT, 23 de Novembro de 2021.

"Dispõe sobre a concessão do benefício de aposentadoria por tempo de contribuição em favor da Sra. Elvina Jorge do Carmo de Brito"

O Diretor Presidente do POXORÉU-PREVI, Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Poxoréu, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do art. 40, §1º, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal de 1988, com redação dada pela Emenda Constitucional 47/2005 (art. 3º, incisos "I", "II" e "III", da Emenda Constitucional nº. 47/05, de 05 de Julho de 2005) e Art. 106, incisos "I", "II", "III", "IV", "V", da Lei Municipal n.º 1.489/2012, de 13 de janeiro de 2012.

RESOLVE,

Art. 1º - Conceder o benefício de **aposentadoria por tempo de contribuição** em favor da **Sra. ELVINA JORGE DO CARMO DE BRITO,** portadora do RG. n.º 02629836 SSP/MT, inscrita no CPF/MF n.º 406.487.451-04 e Título Eleitoral de nº 007076371813, Zona "047", Seção "0180", efetivo no cargo de Agente Administrativo, Nível "XXXI", Classe "B", contando com um total de **12.008 dias, ou seja, 30 (trinta) anos, 07 (cinco) meses e 10 (dez) dias** de serviços prestados, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, com direito a **paridade e proventos integrais,** conforme o processo do POXORÉU-PREVI n.º 2021.10.017.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de Novembro de 2021, revogadas as disposições em contrário.

Registre, publique e cumpra-se.

Poxoréu - MT, 23 de Novembro de 2021.

AGNALDO FRANCISCO DA LUZ

Diretor Presidente

RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 06/2022 - PROCESSO SELETIVO/ CONTAGEM DE PONTOS Nº. 001/2022

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 06/2022

PROCESSO SELETIVO/CONTAGEM DE PONTOS Nº. 001/2022

Nelson Antônio Paim, Prefeito Municipal de Poxoréu –Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e, de acordo com o que determina o artigo 37, inciso IX da Constituição Federal, artigo 93, inciso X da Lei Orgânica Municipal de Poxoréu e o disposto no TÍTULO IX da Lei Municipal n.º 905, de 21 de novembro de 2003, embasado na Lei Municipal n.º 1.858, de 11 de abril de 2017, bem como no resultado oficial do Processo Seletivo Simplificado n.º 001/2022, divulgado através do Resultado Final Definitivo, de 25/02/2022, homologado em 25/02/2022, considerando a identificação de vagas disponíveis para provimento temporário, bem como a necessidade de servidores para complementação do quadro de funcionários da Administração Pública Municipal:

C O N V O C A:

Os abaixo elencados, conforme ordem de classificação no Processo Seletivo Simplificado n.º 001/2022, para, querendo, comparecerem no departamento de Recursos Humanos, vinculado à Secretaria Municipal de Administração, situada no prédio da Prefeitura Municipal de Poxoréu/MT, em horário de expediente, **no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, improrrogáveis a contar da publicação deste Edital**, para tomarem posse no cargo em que foram classificados, devendo apresentar as copias das seguinte documentação, sob pena de ser-lhes negada a posse:

01. RG;

02. CPF;

03. Certidão de Nascimento ou Casamento;

04. Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos (dependentes comprovantes) e CPF;

05. Carteira de Vacinação dos filhos menores de 05 anos e CPF.

06. Cartão de vacinação (atualizada anti-tetânica, tríplice viral, hepatite B) Hepatite B apenas para aqueles até 39 anos.

07. Cartão Nacional de Saúde

08. Diploma (Registrado no Órgão Competente);

09. Comprovante de escolaridade (Histórico Escolar);

10. Título de eleitor;

11. Certidão de Quitação Eleitoral;

12. Comprovante de Estar Quite com o Serviço Militar (masculino);

13. Número de Inscrição no Pis/Pasep ou Declaração de que não possui número de contribuição;

14. Comprovante de residência

15. Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de condições da acumulação amparada pela Constituição Federal;

16. Declaração negativa de não estar incompatibilizado com o serviço público, por ato de demissão por justa causa, nos termos da legislação vigente;

17. Declaração de bens;

18. Certidão Negativa de antecedentes criminais fornecida pelo site do tribunal de justiça de Mato Grosso.

19. Número da conta bancária do Banco do Brasil;

20. 1 Foto 3X4 (atual, colorida);

21. Declaração de Bens e Valores que integram seu patrimônio.

22. Certidão Negativa de Débitos Municipais - CNDM;

23. Atestado Admissional

t) Títulos apresentados na inscrição;

O não comparecimento do (a) convocado (a) no dia e horário da atribuição e a apresentação da documentação prevista acima implicará no reconhecimento da DESISTÊNCIA E RENÚNCIA quanto ao preenchimento do cargo para o qual fora aprovado (a), reservando-se a Administração ao direito de convocar outro candidato, caso haja.

CONVOCA:

MOTORISTA - SEDE

Classificação	Nome	CPF	

06°	ADMILSON RODRIGUES DA SILVA	604.XXX.XXX-72	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Registre-se. Publique-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, Poxoréu/MT, 18 de março de 2022.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito Municipal de Poxoréu/MT

Este Edital de Convocação foi publicado por afixação no saguão da Prefeitura Municipal de Poxoréu, de acordo com o disposto no art. 108 da Lei Orgânica do Município, em 19/12/2018 e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM, conforme Lei Municipal n.º 1.041, de 31 de maio de 200

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 030/2022 - PREGÃO ELETRÔNICO N° 001/2022.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO 030/2022

PROCESSO N° 005/2022

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2022

REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2022

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU;

CONTRATADA: GRÁFICA DO PRETO LTDA - EPP, inscrita no CNPJ: 03.750.414/0001-26

VALOR GLOBAL REGISTRADO: - R$ 18.750,00 (DEZOITO MIL, SETECENTOS E CINQUENTA REAIS);

OBJETO: AQUISIÇÃO DE LETREIRO INSTALADO EM ROTATÓRIA COM A FRASE “EU AMO POXORÉU”, ESTRUTURANDO EM ARTE (DESENHO) PRODUZIDA POR UMA ARTISTA CULTURAL DO MUNICÍPIO DE POXORÉU -MT, RETRATANDO DESENHOS CULTURAIS (FESTAS EM LOUVOR A SÃO JOÃO BATISTA, BOM JESUS DO ALTO COITÉ, CAVALGADA RUMOS AS ORIGENS E O ENCONTRO NACIONAL DE VIOLEIROS DO MUNICÍPIO DE POXORÉU.

DATA DA ASSINATURA: 18 DE MARÇO 2022;

VALIDADE: 12 DE MESES.

NELSON ANTONIO PAIM

PREFEITO DE POXORÉU

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE N.º 52/2022, DE 14 DE MARÇO DE 2022.

“ DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO A PEDIDO DO SENHOR ADAILSON BRITO DA SILVA DO CARGO DE DIRETOR DE OBRAS, LOTADO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE RESERVA DO CABAÇAL-MT”.

O Prefeito Municipal Jonas Campos Vieira, no uso da atribuição que lhe confere o art. 95, Inciso I, da Lei Complementar Nº 60 de 26 de Outubro de 2010, resolve:

Art. 1º - Exonerar a pedido do servidor ADAILSON BRITO DA SILVA, portador do RG 1535712767 SSP/BA, inscrito no CPF nº 070.588.275-67, ocupante do cargo de Diretor de Obras lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos do município de Reserva do Cabaçal-MT.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos 04/03/2022.

Art. 3º revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Reserva do Cabaçal-MT, Estado de Mato Grosso, 14 de março de 2022.

JONAS CAMPOS VIEIRA

Prefeito de Reserva do Cabaçal-MT

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 51/2022, DE 14 DE MARÇO DE 2022

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE 30 DIAS DE FÉRIAS AOS SERVIDORES EFETIVOS ABAIXO RELACIONADOS.

O Prefeito Municipal Jonas Campos Vieira, no uso da atribuição que lhe confere o art. 172, da Lei Nº 60 de 26 de outubro de 2010, resolve:

Art. 1º - CONCEDER, 30 dias de férias aos servidores relacionados:

I – Raimundo Marques Alves, portador do Rg. 06927645 SSP/MT e inscrito no CPF 917.679.101-20, 30 dias de férias referente ao período aquisitivo de 01/04/2020 a 31/03/2021, a partir de 02/03/2022.

II – Maria José Pacheco de Almeida, portadora do Rg. 1441177-6 SSP/MT e inscrito no CPF 001.261.451-30, 30 dias de férias referente ao período aquisitivo de 18/01/2020 a 17/01/2021, a partir de 02/03/2022.

III – Edson Pereira dos Santos, portador do Rg. 18246273 SSP/MT e inscrito no CPF 025.937.461-063, 30 dias de férias referente ao período aquisitivo de 21/02/2019 a 20/02/2020, a partir de 03/03/2022.

IV – Deuzina Pereira Cardoso, portadora do Rg. 590.878 SSP/MT e inscrita no CPF 424.600.931-87, 30 dias de férias referente ao período aquisitivo de 01/02/2021 a 31/01/2022, a partir de 03/03/2022.

V – Geraldo Bispo Faria, portador do Rg. 632061 SSP/MT e inscrito no CPF 452.509.521-00, 30 dias de férias referente ao período aquisitivo de 24/02/2020 a 23/02/2021, a partir de 03/03/2022.

VI – Valdecir de Souza Pereira, portador do Rg. 979586 SSP/MT e inscrito no CPF 814.768.331-68, 30 dias de férias referente ao período aquisitivo de 01/03/2021 a 28/02/2022, a partir de 03/03/2022.

VII – Pedro Paulino de Souza, portador do Rg. 15395758 SSP/MT e inscrito no CPF 980.370.801-53, 30 dias de férias referente ao período aquisitivo de 02/01/2019 a 01/01/2020, a partir de 03/03/2022.

VIII – Valtielio Douglas Ventura, portador do Rg. 17490170 SSP/MG e inscrito no CPF 109.835.996-88, 30 dias de férias referente ao período aquisitivo de 01/02/2021 a 31/01/2022, a partir de 04/03/2022.

IX – Gilson Ferreira da Cunha, portadora do Rg. 1790755-1 SSP/MT e inscrito no CPF 019.410.231-93, 30 dias de férias referente ao período aquisitivo de 22/05/2019 a 21/05/2020, a partir de 04/03/2022.

X – Andréia Silva Pocidônio, portadora do Rg. 1761415-5 SSP/MT e inscrita no CPF 015.411.131-55, 30 dias de férias referente ao período aquisitivo de 21/02/2020 a 20/02/2021, a partir de 04/03/2022.

XI – Marilene Francisca Lopes de Lima, portadora do Rg. 1761415-5 SSP/MT e inscrita no CPF 015.411.131-55, 30 dias de férias referente ao período aquisitivo de 25/02/2020 a 24/02/2021, a partir de 04/03/2022.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação, com efeito retroativo de 02 de março de 2022.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Reserva do Cabaçal-MT, Estado de Mato Grosso, 14 de Março de 2022.

JONAS CAMPOS VIEIRA

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 08/2022 – AO EDITAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2022

DIVULGA RESULTADO PRELIMINAR

PROVAS OBJETIVAS

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL/MT, no uso de suas atribuições legais, e em consonância com as disposições constitucionais referentes ao assunto, através da Comissão do Processo Seletivo Simplificado, nomeada pelo Decreto nº 10/2022, a qual compete à supervisionar e acompanhar todas as fases do Processo Seletivo Simplificado, **TORNA PÚBLICO**, aos interessados, **Divulgação do Resultado Preliminar das Provas Objetivas**, do Processo Seletivo Simplificado 01/2022, do Município de Reserva do Cabaçal/MT, conforme segue:

RESULTADO PRELIMINAR DA PROVA OBJETIVA

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS

Nº INSC	CANDIDATO	C. Espec.	Port.	C. Gerais	Nota final
1263	QUEILA JORGE DA SILVA	3,50	2,50	3,00	9,00
1319	LUAN LEAL RAMOS	3,50	2,50	3,00	9,00
1254	ROGERIO PROCOPE VIEIRA DE SOUZA	3,00	3,00	2,50	8,50
1207	ELUANA APARECIDA LOPES DE ANDRADE	3,00	2,50	3,00	8,50
1294	RAFAEL PARDIM LOURENÇO	3,00	3,00	2,50	8,50
1316	MARCILÉIA RODRIGUES DOMICIANO	3,00	2,50	3,00	8,50
1287	MYRLHIEMAR ALVES BATISTA	4,00	1,50	2,50	8,00
1247	JULIA HELOIZA NEGRIS ALECRIM	2,50	2,50	2,00	7,00
1231	LUCILEIA PACHECO SOUZA	2,00	3,00	2,00	7,00
1366	JADSON GONCALVES GOUVEIA	2,50	2,00	2,00	6,50
1273	FABIANA PEREIRA DOS REIS	2,00	1,50	3,00	6,50
1271	ROBERIO DOS SANTOS GARCIA	3,00	1,50	2,00	6,50
1340	JUSTINIANA PEREIRA DA SILVA	3,00	1,50	1,50	6,00
1295	EDIVAN RODRIGUES DOS REIS	2,50	1,50	1,50	5,50
1299	FÁBIO BRITO DE MORAES	2,50	2,00	0,50	5,00
1293	POLLYANA FERNANDES MORAIS	2,00	1,00	2,00	5,00
1314	MEIDIS CIRINO DE JESUS	2,00	1,50	1,00	4,50
1353	MIQUEIAS MARTINS LIMA	2,00	1,50	0,50	4,00

AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO

Nº INSC	CANDIDATO	Port.	Mat.	C. Gerais	Nota final
1305	RAQUEL LUMA TEIXEIRA DE OLIVEIRA	4,50	2,50	2,50	9,50
1212	MARIA JOSÉ ALECRIM	4,50	2,50	2,50	9,50
1306	CREUSA APARECIDA TEIXEIRA	4,50	2,50	2,00	9,00
1217	CLEUZENI PEREIRA ALECRIM	4,00	2,50	2,50	9,00
1223	SIMONE CONSTANTINO DOS SANTOS	4,00	2,50	2,00	8,50
1278	LUCILENE RODRIGUES NUNES	4,00	2,00	2,50	8,50
1310	VALERIA LOPES DA SILVA BARBOSA	3,50	2,50	2,50	8,50
1352	KALITA FERNANDA BATISTA	3,50	2,50	2,00	8,00
1234	LUZINÉIA DE OLIVEIRA VIEIRA	4,00	2,50	1,00	7,50
1259	ANDREIA APARECIDA NEIVA	2,50	2,00	2,00	6,50
1245	CRISTIANE DAS GRAÇAS DA SILVA	3,50	2,00	0,50	6,00
1209	SANDRA FERNANDES	2,50	1,50	1,50	5,50
1206	TEONILA DE SOUZA MARTINS	1,50	2,50	1,00	5,00
1285	JULIANA LUIZA DOS SANTOS RIBEIRO	3,00	1,50	0,00	4,50
1268	LUCIENE TOMAZ DE SOUZA	3,00	1,50	0,00	4,50
1275	ELIZABETH DOS SANTOS FERREIRA	3,00	1,50	0,00	4,50
1251	ROSA RODRIGUES FELICIO	3,00	1,00	0,50	4,50
1244	JESSICA PATRICIA DO CARMO SILVA	2,50	1,50	0,00	4,00
1269	EDILEUZA DOMINGOS SEVERINO	0,50	1,00	1,00	2,50
1240	ANA PAULA CARMO DA SILVA	0,00	0,00	0,00	Ausente

AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS MASCULINO

Nº INSC	CANDIDATO	Port.	Mat.	C. Gerais	Nota final
1216	ADÃO MENDES DOS SANTOS	3,00	2,00	1,50	6,50
1345	MILTON FERREIRA DA SILVA	2,00	1,50	1,50	5,00
1220	WELINGTON CASSIANO FIGUEREDO	1,50	0,50	0,50	2,50
1289	VALDIR NUNES DA COSTA	0,00	0,00	0,00	Ausente
1367	MARCELO GABRIEL SANTOS TONDATTO	0,00	0,00	0,00	Ausente

AGENTE ECOLÓGICO

Nº INSC	CANDIDATO	Port.	Mat.	C. Gerais	Nota final
1346	FIDELCINO CORREIA DE MERELES	2,50	1,50	1,00	5,00
1327	CELIO FERREIRA DA SILVA	1,50	2,00	1,00	4,50
1256	MARCIA PEREIRA DOS SANTOS	0,00	0,00	0,00	Ausente

ASSISTENTE SOCIAL

Nº INSC	CANDIDATO	C. Específ.	Port.	C. Gerais	Nota final
1298	ELIZIANE MENDONÇA DA SILVA	1,50	2,50	2,00	6,00
1260	GEISIANE BARBOZA PEREIRA	2,00	2,00	0,50	4,50
1288	CLEUSIANNA APARECIDA ALVES	1,00	1,00	1,50	3,50

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - CÂMARA

Nº INSC	CANDIDATO	Port.	Mat.	C. Gerais	Nota final
1241	VILMA CLERIA DE OLIVEIRA	3,00	2,50	1,00	6,50
1307	EDNA PEREIRA DOS SANTOS CASTRO	3,00	1,50	1,50	6,00
1214	MARIA LUCIA DOS REIS SOARES	3,00	1,50	1,00	5,50

BIOQUÍMICO FARMACÊUTICO

Nº INSC	CANDIDATO	C. Específ.	Port.	C. Gerais	Nota final
1248	CLEYSOM SIQUEIRA MARQUES	3,00	2,00	2,00	7,00
1253	VERÔNICA LETICIA DA SILVA	1,00	3,00	1,00	5,00
1370	NORMANDINA WILL	3,00	0,50	0,50	4,00

MERENDEIRA

Nº INSC	CANDIDATO	Port.	Mat.	C. Gerais	Nota final
1255	MARLAN PEREIRA MARQUES	4,00	2,00	2,00	8,00
1318	MARINALVA TEIXEIRA DE SOUZA DOMINGOS	3,50	2,00	2,00	7,50
1236	ELZA BARBOSA DA SILVA	3,00	2,00	2,50	7,50
1365	DILMA SOUZA DE PAULA	3,00	2,50	1,00	6,50
1303	RENILDA LEOPOLDINA FILHA MACIEL	3,00	1,50	0,50	5,00
1360	LUCINEIA TEIXEIRA DA SILVA	2,50	1,50	1,00	5,00
1232	SIRLEI INES NEIVA	2,00	1,50	1,50	5,00
1311	MARIA MADALENA CANDIDA DA SILVA	1,00	1,00	1,50	3,50
1354	MARIA FELIPE DA COSTA	1,00	1,50	0,50	3,00

MONITOR DE CRECHE

Nº INSC	CANDIDATO	C. Específ.	Port.	C. Gerais	Nota final
1211	SABRINA ESTEFFNY DE PENHA	5,00	2,50	2,50	10,00
1258	DEBORAH BEATHRIZ ALMEIDA BERTO	5,00	2,50	2,00	9,50
1355	ADRIANA ALVES LIMA	5,00	2,50	2,00	9,50
1282	FLÁVIA DOS REIS FARIAS	5,00	2,50	2,00	9,50
1224	HERICA KAUANA MEDEIROS DA SILVA	5,00	2,00	2,50	9,50
1315	POLIANA DA COSTA MONTOANELI	5,00	2,50	1,50	9,00
1312	MARLI APARECIDA GERMANO PEREIRA	5,00	2,00	2,00	9,00
1264	VITORIA REGINA TEIXEIRA DE OLIVEIRA	5,00	2,00	2,00	9,00
1331	JAINE CLAUDIANO DE OLIVEIRA	5,00	2,50	1,00	8,50
1332	CAROLINA VITORIA SILVA PEIXOTO	5,00	2,50	1,00	8,50
1215	LUCIMAR BARBOSA DA SILVA	5,00	2,00	1,50	8,50
1357	MARIA DE FATIMA BATISTA DA MOTA	5,00	2,00	1,50	8,50
1218	MIRELLY SARA SOUZA RIBEIRO	5,00	1,50	2,00	8,50
1276	CASSANDRA DE SOUZA SANTOS	4,50	2,00	1,00	7,50
1228	SIMONE GOMES DE SOUZA RAMOS	5,00	1,00	1,00	7,00
1301	JULYA IASMYNN ANTUNES FERREIRA	4,50	1,50	0,50	6,50
1323	FERNANDA TONIOLO	4,50	1,00	0,50	6,00
1290	JESSICA CARDOSO CATTELANI	3,50	1,00	1,50	6,00
1249	TATIANE ALVES DOS SANTOS	4,00	0,50	1,50	6,00
1242	SILMARA CAROLINE NEIVA GONCALVES	3,00	0,50	2,00	5,50
1309	NOISLAYNE TAYNARA DA SILVA CORREA	3,00	1,50	1,00	5,50
1334	BEATRIZ TEIXEIRA NUNES	3,00	0,50	1,50	5,00
1313	JOSIANA APARECIDA ALVES	4,00	0,00	1,00	5,00
1359	JULIANA GONCALVES NEGRIS	0,00	0,00	0,00	Ausente

MONITOR DE PROGRAMAS SOCIAIS

Nº INSC	CANDIDATO	Port.	C. Gerais	Inf.	Nota final
1280	DINAIR SILVA DE MENDONÇA	3,50	3,00	3,00	9,50
1347	LARISSA DOS SANTOS BARBOZA	3,50	3,50	2,00	9,00
1335	CASSIANE PEREIRA DA SILVA	3,00	3,00	3,00	9,00
1363	BRUNO DOS SANTOS FERREIRA	3,00	2,50	3,00	8,50
1227	MARIA APARECIDA DE MORAIS	3,00	2,50	2,50	8,00
1300	SANDRINHA DE PAULA MONTEIRO	2,50	3,00	2,50	8,00
1230	NATAN ANTONIO DE OLIVEIRA LOPES	2,50	2,50	2,50	7,50
1349	FERNANDA CAIADO MARTINS	2,50	2,00	2,50	7,00
1262	WESLEY BELINO DOS SANTOS	0,50	1,50	0,00	2,00
1336	LUCAS DA SILVA FERREIRA	0,00	0,00	0,00	Ausente

MOTORISTA CAT. D/E

Nº INSC	CANDIDATO	C. Específ.	Port.	C. Gerais	Nota final

1297	VALDIR ROJAS SENTURION	3,50	2,50	2,50	8,50
1222	EDERSON LOURENÇO DA SILVA	3,50	2,50	2,00	8,00
1226	JONAS GOLÇALVES DA SILVA	3,00	2,50	2,50	8,00
1233	JOZAFA SANTOS DE PAULA	3,00	2,50	2,00	7,50
1219	ILSON LEOPOLDINO NEGRIS	2,50	2,00	2,00	6,50
1350	RODOLFO BARROS ANDRADE	3,00	2,00	1,00	6,00
1210	CLAUDIMAR CAMARGO SANTOS	3,50	0,50	1,50	5,50
1351	RODRIGO DE JESUS SANTOS	2,50	0,50	1,00	4,00
1257	EDELSO DOS REIS SOARES	2,00	0,50	1,50	4,00
1328	MARCOS ANTONIO RIBEIRO	0,00	0,00	0,00	Ausente
1235	VALTER NOGUEIRA DOS SANTOS	0,00	0,00	0,00	Ausente

PROFESSOR GRADUADO EM PEDAGOGIA

Nº INSC	CANDIDATO	C. Específ.	Port.	C. Gerais	Nota final
1333	MARCIA DE SOUZA MOTTA LOPES	4,00	3,00	2,50	9,50
1229	LUIZA ILZA DE ALMEIDA	4,00	3,00	2,50	9,50
1238	EMAUELLA PEREIRA VOLP DE SOUZA	4,00	2,50	3,00	9,50
1261	CELIA REGINA DA SILVA	3,50	3,00	3,00	9,50
1243	ROSELI MARTINS FERREIRA	3,50	2,50	3,00	9,00
1284	LEIDIVANI DA SILVA BRASSOROTO	3,50	2,50	3,00	9,00
1272	SEBASTIANA GOMES DA COSTA	3,50	2,50	2,50	8,50
1281	NILVANE GOMES ALVES	3,00	3,00	2,50	8,50
1270	JUCILENE BRITO DA CONCEIÇÃO SANTOS	3,50	2,00	2,50	8,00
1252	EMANOELA CRISTINA ALVES GOMES	2,50	2,00	2,50	7,00
1330	MARIA HELENA VIREIRA	2,50	1,50	2,00	6,00
1348	NATALIA MOTA PAIVA	2,00	2,00	1,50	5,50
1321	VANILDES MERCEDES DE LARA BARROS	2,50	1,50	1,00	5,00
1274	SILVANE LUIZA DE PAULA SILVA	2,50	1,50	1,00	5,00
1265	LAURINDA CANDOTE DE SOUZA	3,00	1,00	1,00	5,00
1302	ELTON MENDES TIGRE	2,00	2,00	0,50	4,50
1338	DELSIOMONE DONIZETE DA COSTA	1,50	1,50	1,00	4,00
1324	VANESSA CRISTHINA DA COSTA SILVA	2,00	1,50	0,50	4,00
1266	MIRIAM ALVES TEIXEIRA DE ASSIS	1,00	1,50	1,50	4,00
1325	MARIA APARECIDA PEREIRA DO NASCIMENTO	1,50	1,50	0,50	3,50

PSICÓLOGO

Nº INSC	CANDIDATO	C. Específ.	Port.	C. Gerais	Nota final
1221	VALÉRIA TIAGO DE PAIVA	3,50	3,00	2,50	9,00
1225	ADNA PRISCILA ANTUNES FERREIRA	3,50	2,50	2,50	8,50
1337	VERONICA SOARES DE OLIVEIRA FERNANDES	2,50	2,50	2,50	7,50
1339	LIDAHELLY PRISCYLLA NEVES DELUQUI	2,50	2,50	1,50	6,50
1329	GABR SANTOS SOARES	2,00	2,00	2,00	6,00
1369	ALANA CANDIDA DUARTE	2,50	2,00	1,00	5,50

RECEPCIONISTA

Nº INSC	CANDIDATO	Port.	Mat.	C. Gerais	Nota final
1239	VALDINÉIA RODRIGUES DOMICIANO	4,00	2,50	2,50	9,00
1237	WESLA FRAGA PENIDO	4,00	2,50	2,50	9,00
1341	WELICA SOUZA FAGUNDES	4,00	2,00	2,50	8,50
1342	JULIANA DE JESUS BARBOSA	3,50	2,50	2,50	8,50
1362	JULIA GABRIELLY DA COSTA SILVA	3,50	2,50	2,00	8,00
1320	BEATRIZ DE ARAÚJO SILVA	4,00	2,00	1,50	7,50
1205	REGIANE LUCAS DOS REIS	3,50	1,50	2,00	7,00
1358	JENNIFER FERNANDA MARTINS DE FREITAS	2,50	2,50	1,00	6,00
1368	HALLANA GABRIELLY SILVA DE OLIVEIRA	2,50	2,00	1,00	5,50
1304	BRUNA FERNANDES MORAIS	2,00	2,00	1,00	5,00
1213	GISMARA ALVES MARQUES	1,50	2,00	1,50	5,00
1317	BEATRIZ DOS SANTOS FERREIRA	2,50	2,00	0,50	5,00
1308	FLÁVIA ALESSANDRA SOUZA DA SILVA	2,00	1,50	1,00	4,50
1250	NATALINA PEREIRA GONÇALVES	1,50	1,50	1,50	4,50
1279	ANE KHAROLINY MARTINS DE PAULA	2,00	2,00	0,00	4,00
1344	MARIA JOSE MOREIRA JACINTO	1,00	1,00	0,50	2,50
1277	ADRIANA SILVA SOUZA	0,00	0,00	0,00	Ausente
1203	JULIA MELO FARIA	0,00	0,00	0,00	Ausente

TÉCNICO DE ENFERMAGEM

Nº INSC	CANDIDATO	C. Específ.	Port.	C. Gerais	Nota final
1364	MARCIO CONCEIÇÃO DA SILVA	3,50	1,00	1,50	6,00
1267	JOIANNE LOPES CENTURION	3,50	1,00	1,50	6,00

OBS.: Os candidatos que não atingiram os 50% do total de pontos, estarão Eliminados do Processo Seletivo Simplificado. Conforme item 7, subitem 7. 15 do Edital nº 01/2022.

7.15. O candidato deverá obter 50% (cinquenta por cento) ou mais na prova objetiva para não ser eliminado no Processo Seletivo Simplificado, além de não ser eliminado por outros critérios estabelecidos neste Edital.

I – Prazo para manifesto de recurso (até 21.03.2022).

Reserva do Cabaçal - MT, em 18 de Março de 2022.

Dalva de Laet França

Presidente da Comissão do P. S. Simplificado

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA

SETOR DE LICITAÇÃO
AVISO SUSPENSÃO DA TOMADA DE PREÇOS 02 2022

AVISO SUSPENSÃO DA TOMADA DE PREÇOS 02 2022

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira torna público aos interessados que está suspendendo a Tomada de Preços n° 02/2022, tendo como objeto "Contratação de empresa especializada em pavimentação asfáltica para atender as demandas da secretaria de infraestrutura.".

A suspensão ocorre para atender o interesse público, qual seja a readequação da Planilha Orçamentária pela AMM e posteriormente aprovação da SUDECO.

A Tomada de Preços 02 2022 ficará suspensa para readequação da Planilha Orçamentária e posteriormente será publicada

Ribeirão Cascalheira-MT, 17 de Março de 2022.

BRUNA APARECIDA DE MENEZES

Presidente da Comissão de Licitação

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO 22/2021

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO 22/2021

Partes: Município de Ribeirão Cascalheira – MT, CNPJ 24.772.113/0001-73 e a pessoa Juridica SISTEMA BRASIL DE JORNALISMO EIRELI

CNPJ 32.628.837/00001-76

CLÁUSULA PRIMEIRA – ALTERAÇÃO DACLÁUSULA SÉTIMA DA VIGÊNCIA

Em decorrência deste termo aditivo o contrato será prorrogado até o dia 19 de Dezembro de 2022

CLÁUSULA SEGUNDA – ALTERAÇÃO DA CLAUSULA SEGUNDA DO PREÇO

Em decorrência deste termo aditivo o contrato será aditivado no valor de R$ 11.250,00 (Onze mil duzentos e cinquenta reais).

Ficam ratificadas todas as demais Cláusulas do Contrato Original, não mencionadas neste Termo Aditivo.

. Ficam ratificadas todas as demais Cláusulas do Contrato Original, não mencionadas neste Termo Aditivo.

DATA DA ASSINATURA 18/03/2022

DA VIGENCIA: 19 de Dezembro de 2022

ASSINAM: Luzia Nunes Brandão – Prefeita Municipal de Ribeirão Cascalheira e a pessoa Juridica SISTEMA BRASIL DE JORNALISMO EIRELI

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA

DEPARATMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO – EDITAL DE CHAMADA

DISPENSA DE LICITAÇÃO DE Nº. 010/2022

(Inc. IV, do Art. 24, da Lei nº 8.666/93)

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA-MT, através de sua Presidente nomeada através do Decreto nº 122/GAB/PMR de 14 de Janeiro de 2022, **Torna Público** para o conhecimento dos interessados que está instaurado o procedimento licitatório sob a modalidade **DISPENSA DE LICITAÇÃO DE Nº. 010/2022**, processado nos autos do Processo Administrativo de nº.142/2022, cujas especificações detalhadas encontram-se no Edital e seus anexos. O julgamento da referida licitação será através do **MENOR PREÇO POR ITEM**, objetivando a **"Contratação de Empresa para Prestação de Serviço e Aquisição de Peças para Manutenção da Escavadeira Hidráulica Case CX220B, para atender as necessidades as Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos".**

A Proposta de Preço e toda documentação poderá ser encaminhada via e-mail institucional: cpl@rondolandia.mt.gov.br no período de até 01(um) dia útil da publicação, maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitação, na Prefeitura Municipal em horário normal de expediente das 07h00min às 13h00min ou através do telefone 0xx (66) 3542-1177.

Rondolândia - MT, 18 de Março de 2022.

_____

Keila Taiane Nascimento Freire

Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE

FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE ROSÁRIO OESTE - ROSÁRIO-PREVI
EXTRATO DE CONTRATO Nº 001 / 2022

EXTRATO DE CONTRATO Nº 001 / 2022

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE ROSÁRIO OESTE – ROSÁRIO-PREVI

CONTRATADO: CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO DOS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS MUNICÍPIOS MATOGROSSENSES – CONSPREV.

OBJETO: "O presente instrumento tem por objeto ratear as despesas do Consórcio Público Intermunicipal de Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social dos Municípios Mato-Grossenses – CONSPREV entre os CONSORCIADOS nos termos do art. 8º da Lei n. º 11.107/05."

VIGÊNCIA: a vigência é de 12 (doze) meses, contando de 03/01/2022 até 31/12/2022, podendo ser prorrogado excepcionalmente na forma da lei de Licitação.

VALOR ANUAL de R$ 2.568,00 (dois mil e quinhentos e sessenta e oito reais).

DATA: 03/01/2022.

PROCURADORIA MUNICIPAL
PORTARIA 045 - 2022

PORTARIA Nº 045/2022

de 18 de Março de 2022

"Dispõe sobre a Comissão Especial de Avaliação da Relação de Restos a Pagar e dá outras providências".

O Excelentíssimo Senhor **ALEX STEVES BERTO**, Prefeito Municipal de Rosário Oeste - MT, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando o que dispõe o artigo 36 da Lei Federal n.º 4.320/64;

Considerando os efeitos decorrentes dos restos a pagar inscritos do Balanço Geral;

Considerando a necessidade de convalidação da legitimidade do crédito face a verificação dos requisitos estabelecidos pelo artigo 63 da Lei Federal n.º 4.320/64;

Considerando a possibilidade de cancelamento dos restos a pagar constituídos de forma ilegítima (Súmula 473/STF), não observados os princípios que regem a Administração Pública (caput art. 37 da Constituição Federal);

Considerando o que dispõe as razões do Acórdão n.º 817/2006 do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso;

Considerando o que dispõe as razões do Acórdão n.º 740/2005 do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso;

Considerando o que dispõe as razões de voto do Acórdão n.º 1307/2002 do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso;

Considerando o que dispõe as razões de voto do Acórdão n.º 131/2002 do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeada a Comissão Especial de Avaliação da Relação de Restos a Pagar inscritos anteriores ao exercício de 2021, que fica assim composta:

a) **David Roger da Cruz Martines** - CPF 032.042.141-41;

b) **Kessia Erasmil de Matos** - CPF 018.222.341-82;

c) **Anna Cristine da Silva Santana** - CPF 703.632.061-32;

Parágrafo único – A Comissão Especial composta por este artigo poderá requisitar sempre que necessário apoio técnico da Assessoria Jurídica e Contábil da Prefeitura Municipal de Rosário Oeste - MT, para execução dos trabalhos.

Art. 2º - A Comissão Especial então composta, possui as seguintes atribuições:

I –verificar a legitimidade de cada crédito inscrito no Demonstrativo de Restos a Pagar até 31 de dezembro de 2021, especialmente quanto ao atendimento ao artigo 63 da Lei Federal n.º 4320/64;

II – Informar a Tesouraria os créditos considerados processados (liquidados) e legítimos objetivando a programação do pagamento;

III – Informar o Setor contábil, os Restos a Pagar com necessidade de Cancelamento, para que seja feita as escriturações contábeis necessárias;

IV – Notificar imediatamente ao Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso quanto a qualquer ato ilegal, ilegítimo ou anti-econômico verificado.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em Rosário Oeste – MT, 18 de Março de 2022.

ALEX STEVES BERTO

Prefeita Municipal

PROCURADORIA MUNICIPAL
PORTARIA 044 - 2022

PORTARIA Nº 044/2022

de 18 de Março de 2022

"Dispõe sobre nomeação de pessoa em cargos de comissão de livre nomeação e exoneração no âmbito da administração publica municipal, e dá outras providencias".

O EXCELENTÍSSIMO PREFEITO MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE – MT, ALEX STEVES BERTO, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Artigo 1º - Fica nomeado para exercício de cargo em comissão de livre nomeação e exoneração no âmbito da administração publica municipal, a pessoa abaixo relacionada:

a) **SIDNEY BENEDITO MALHEIROS** - Coordenador de Transporte Escolar – DAS 07, lotado na Secretaria Municipal de Educação;

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação/afixação.

Artigo 3º - Revogam-se disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Rosário Oeste – MT, 18 de Março de 2.022.

ALEX STEVES BERTO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
RESULTADO

RESULTADO DE JULGAMENTO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2022

OBJETO: "Seleção de melhor proposta objetivando o REGISTRO DE PREÇOS para locação futura e fracionada de MATERIAIS/ITENS DE ESTRUTURA E SERVIÇOS, AQUISIÇÃO DE CAMISETAS E COPOS PERSONALIZADOS, a serem locados/usados/contratados e adquiridos em eventos realizados pelo município de Salto do Céu/MT"; conforme discriminado no Termo de Referência ANEXO I, deste Edital, por um período de 12 meses.

RESULTADO DE JULGAMENTO

A Prefeitura de Salto do Céu-MT, através de sua Pregoeira Oficial torna público a todos os interessados, cidadãos ou licitantes, que participou do certame licitatório supramencionado a empresa L. B. DA SILVA EIRELICNPJ: 10.947.845/0001-42, sendo que se sagrou vencedora de todos os itens deste certame com Proposta no valor total e final para todos os itens em R$ 2.419.500,00 (dois milhões e quatrocentos e dezenove mil e quinhentos reais). O valor unitário de cada item estão registrados no relatório/manual e relatório final emitido pelo sistema, anexos ao procedimento.

Maiores informações com a CPL.

Salto do Céu – MT, 17 de Março de 2022.

MARIA INÊS PEREIRA DA SILVA

- Pregoeira -

PORTARIA N.º 073/2022 DE 18 DE MARÇO DE 2022

PORTARIA N.º 073/2022 DE 18 DE MARÇO DE 2022

PRORROGA A PORTARIA 325/2021 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2021 QUE CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SÁUDE A SERVIDORA QUE MENCIONA E, DÁ PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, exaradas no art. 49, inciso IV, da Lei Orgânica do Município, e Art.190, inciso I, letra F da Lei 069/93 Estatuto dos Servidores públicos Municipais.

CONSIDERANDO; O atestado Medica Datado em 14 de Março de 2022, tratamento medico no período de 120 dias.

RESOLVE:

Art. 1º - Prorroga os efeitos da Portaria **325/2021 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2021**, que concede Licença para Tratamento de Saúde a servidora*:* **EUZENI EUGENIA DE SOUZA,** Cargo: ESCRITURARIA, Órgão Unidade: Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, por mais 120 dias.

Art. 2º - Caberá aos órgãos e unidades competentes do Poder Executivo proceder às anotações/registros pertinentes e, as providências na substituição da Servidora acima citada, se for imprescindível e inadiável bem como efetuar o pagamento devido, na forma da Legislação que disciplina a matéria em vigor.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão à conta das respectivas dotações orçamentárias o corrente exercício, suplementadas, se necessário, na forma da Legislação específica que rege a matéria em vigor.

Art. 4º - Está portaria entrará em vigor na data de sua Publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Salto do Céu - MT, 18 de Março de 2022.

REGISTRE – SE, PUBLIQUE – SE E CUMPRA – SE.

MAUTO TEIXEIRA ESPÍNDOLA

PREFEITO

CONVOCAÇÃO 003/2022

CONVOCAÇÃO 003/2022

A Prefeitura Municipal de Salto do Céu, Estado de Mato Grosso, com sede e administração na Rua Carlos Laet, n. 11, bairro: Cachoeira em Salto do Céu/MT, neste ato, representada pelo Prefeito Municipal, **Sr. Mauto Teixeira Espíndola,** queno uso de suas atribuições legais, considerando a homologação por meio do Decreto nº 015/2022 de 10 de Março de 2022 do Processo Seletivo n. 001/2022, para contratação de pessoal por tempo determinado, para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público para preenchimento das vagas do quadro temporário da Prefeitura Municipal de Salto do Céu – MT.

Considerando, o item 12.1 do Edital de Abertura do Processo Seletivo Simplificado n. 001/2022, o qual permite a convocação de aprovados, desde que respeitados rigorosamente a ordem de classificação.

RESOLVE:

Convocar, os candidatos cadastro reserva relacionados no Anexo I e II, para que dentro do prazo de 05 dias de acordo com o disposto no item 12. 3 do Edital de Abertura do Certame, compareça na sede de administração da Prefeitura de Salto do Céu, ou apresente justificativa da impossibilidade, para mediante apresentação de documentos relacionados no Anexo III, tome posse do Processo Seletivo n. 001/2022.

Cabe observar, que será considerado desistente e, portanto, eliminado, o candidato que não comparecer até a data estabelecida.

ANEXO I -

RELAÇÃO DE CANDIDATOS

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO

Marildes Pinheiro da Silva
Recebi dia ___/___/____ Assinatura:_____

Cleide Aparecida dos Santos Oliveira
Recebi dia ___/___/____ Assinatura:_____

ANEXO III -

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS

Deverá ser apresentada as declarações no original e fotocópia dos documentos pessoais autenticados em cartório, que comprove o que segue abaixo:

1. Cédula de Identidade;

2. Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da Lei (art. 12 e 37, I da CF/88)

3. Certidão de Casamento ou Nascimento;

4. Cédula de Identidade e CPF do Conjunge (se for o caso);

5. Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos (se for o caso);

6. Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF);

7. Cartão do PIS/PASEP;

8. Comprovante de votação das duas últimas eleições que antecedem a posse;

9. Título de Eleitor;

10. Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da comarca de Rio Branco-MT ou do domicílio do candidato, de que o mesmo não tenha condenação criminal com trânsito em julgado, ou condenação cível, com trânsito em julgado, que lhe exclua os direitos de participar em concursos públicos de qualquer natureza;

11. Certidão Negativa de Débitos para como Município de Salto do Céu.

12. Atestado Médico de Aptidão Física e Mental;

13. Ter registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade;

14. Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);

15. Comprovante de Escolaridade;

16. Declaração contendo endereço residencial ou comprovante residencial;

17. Declaração negativa de acumulo de cargo público;

18. Declaração de Disponibilidade da Carga Horária do Cargo;

19. Declaração de não ter sido demitido, nos ultimos 05 (cinco) anos do serviço público por intermedio de Processo Administrativo Disciplinar com a nota *"a bem do serviço público"*.

20. Declaração de Bens;

21. Não ter infringindo as leis que fundamentaram o Edital;

22. Providênciar conta sálario no Banco Sicredi do Município e encaminhar o nº da mesma juntamente com os demais documentos ao Departamento de Recursos Humanos desta Prefeitura.

Salto do Céu - MT, 18 de Março de 2022.

_____

MAUTO TEIXEIRA ESPÍNDOLA

PREFEITO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO

COMPRAS E LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO PREGÃO ELETRÔNICO - 002/2022 Nº PROC. ADM. 014/2022

AVISO DE RESULTADO

PREGÃO ELETRÔNICO - 002/2022

Nº PROC. ADM. 014/2022

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE VEICULO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL REFERENTE AO CONVÊNIO N°1239-2021, SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA REFERENTE AO CONVÊNIO N°0927-2021 E DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, DO MUNICIPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO/MT.**

Comunicamos que conforme Edital publicado em meios eletrônicos, referente ao Pregão eletrônico nº 002/2022, tipo menor preço por item, cuja abertura se deu em 15/03/2022, sagrou-se vencedor a empresa **ASCIA COMERCIO DE VEICULOS LTDA, inscrita no CNPJ nº. 28.258221/0001-83**, conforme segue abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT.	MARCA/ MODELO	VALOR UNITARIO
02	AQUISIÇÃO DE VEICULO ZERO KM, TIPO CAMINHONETE, CABINE DUPLA, TRAÇÃO 4 X 2, TRASMISSÃO MANUAL DE 05 MARCHAS A FRENTE E 01 A RÉ, COMBUSTIVEL FLEX, POTENCIA MINIMA DE 177 CV, ANO/MODELO 2021/ 2022, EQUIPADO COM OS DEMAIS ACESSORIOS EXIGIDOS PELO CONTRAN, COM GARANTIA MINIMA DE 03 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO, COR BRANCA.	UNI	01	FIAT PICK UP TOURO FLEX	R$ 155. 333,33

Publique-se e afixe-se.

Santa Rita do Trivelato – MT, 15 de março de 2022.

Dieniffer Moura da Silva

Pregoeira Oficial

Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato - MT

COMPRAS E LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2022

AVISO DE RESULTADO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2022

OBJETO - REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE MARMITEX E REFEIÇÃO (ALMOÇO, JANTA), COM OBJETIVO DE ATENDER A DEMANDA DAS UNIDADES E SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO – MT.

Comunicamos que conforme Edital publicado em meios eletrônicos, referente ao Pregão Presencial nº 008/2022, tipo menor preço POR ITEM, cuja abertura se deu em 10/07/2022, sagrou-se vencedor a empresa Josevagno da Silva com a proposta referente ao item;

7063	32.418.804/0001-00	JOSEVAGNO DA SILVA 92224318120				
Itens						
Código	**Descrição**	**Marca**	**Und.**	**Quantidade**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
232832	REFEICAO INDIVIDUAL TIPO MARMITEX (PESO APROXIMADO DE 1 KG). DEVERA CONTER ARROZ, FEIJAO, FAROFA, MOLHO DE CARNE BRANCA E/OU VERMELHA, MASSA E SALADA. EMBALAGEM DE ISOPOR, COM TALHERES EM PLASTICO DESCARTAVEIS		UNIDADE	5.200,0000	18,9500	98.540,0000
232833	REFEICAO INDIVIDUAL TIPO MARMITEX (PESO APROXIMADO DE 850 G). DEVERA CONTER ARROZ, FEIJAO, FAROFA, MOLHO DE CARNE BRANCA E/OU VERMELHA, MASSA E SALADA. EMBALAGEM DE ISOPOR, COM TALHERES EM PLASTICO DESCARTAVEIS		UNIDADE	3.700,0000	16,9000	62.530,0000
236482	REFEICOEES COMERCIAIS (ALMOCO E JANTA). DEVERA CONTER ARROZ, FEIJAO, SALADA, CARNE (ASSADA, FRITA OU COZIDA) PELO MENOS 2 (DUAS) GUARNICOES (ABOBORA, QUIABO, BATATA, MACARRAO, POLENTA, ETC.) DISPONIBILIZADO DE SEGUNDA A DOMINGO E FERIADOS.		UNIDADE	1.190,0000	27,5000	32.725,0000
				Total Fornecedor:	**193.795,00**	

Santa Rita do Trivelato – MT, 10 de MARÇO de 2022.

DIENIFFER MOURA DA SILVA

PREGOEIRA OFICIAL

Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato - MT

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
AVISO DE PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2022

REGISTRO DE PREÇO

O Município de Santa Rita do Trivelato – MT, através de sua Pregoeira, torna público que, por motivos de não haver nenhuma empresa interessada no certame, decide **PRORROGAR** a data do referido certame, ao qual se realizará às **09h00min, do dia 01 de abril de 2022**, objetivando **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE ARBITRAGEM PARA OS CAMPEONATOS DE FUTSAL, FUTEBOL SOCIETY E FUTEBOL DE CAMPO, PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL ESPORTE DE SANTA RITA DO TRIVELATO - MT,** conforme condições e especificações constantes no Termo de Referência em anexo. O Edital estará disponível no **Site:** www.santaritadotrivelato.mt.gov.br . Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Depar-

tamento de Licitação, na Prefeitura Municipal, em horário de expediente, ou através do telefone (65) 3529-6161.

Santa Rita do Trivelato/MT, 21 de março de 2022.

DIENIFFER MOURA DA SILVA

Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO MUNICIPAL Nº 006/2022

DISPÕE SOBRE AS NOVAS MEDIDAS DE ADOÇÃO PARA USO DE MÁSCARA FACIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS NO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO MT.

O Senhor Luís Fernando Ferreira Falcão, Prefeito Municipal de Santo Afonso, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas atribuições legais, observando as disposições contidas nas Constituições Federal e Estadual, e nos artigos 69, VI, 95, I, da Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO, os dados epidemiológicos contido no painel epidemiológico nº 737 CORONAVIRUS/COVID 19 MATO GROSSO;

CONSIDERANDO, a disposição contida no Decreto do Estado de Mato Grosso, sob nº. 1.304, de 08 de março de 2022, que deixou a continuidade ou não do uso obrigatório de máscara, a cargo de cada município;

CONSIDERANDO, a ampliação da imunização contra a COVID-19 no Estado de Mato Grosso, conforme dados extraídos do ranking de desempenho de doses de reforço e cobertura vacinal da Secretaria de Estado de Saúde;

CONSIDERANDO, a diminuição na taxa de ocupação de leitos públicos de UTIs e de enfermaria no território mato-grossense;

CONSIDERANDO, a estabilidade dos casos ativos e a atual situação epidemiológica da COVID-19 no município;

R E S O L V E:

Art. 1º - O uso de máscaras de proteção individual, no território do município de Santo Afonso-MT, passa a ser facultativo para toda população acima de 12 anos, tanto em local aberto quanto em local fechado, podendo tal medida ser revista a qualquer momento à depender do cenário de contaminação da COVID-19 no município de Santo Afonso.

Parágrafo único – não se aplica o disposto no caput deste artigo, às pessoas infectadas ou com sintomas de contaminação pelo Coronavírus, durante o período de transmissão, visto que as mesmas deverão de forma obrigatória permanecer em isolamento social e utilizar a máscara facial.

Art. 2º - Fica mantida a obrigatoriedade do uso de máscara facial pelos profissionais, servidores e usuários, dentro das unidades de saúde, dos demais órgãos e veículos da mesma pasta que atendam a pacientes do sistema público de saúde;

Art. 3º - Fica mantida a obrigatoriedade do uso de máscaras facial, dentro do ambiente escolar para as crianças com idade de 3 à 4 anos pelo fato das mesmas não estarem imunizadas devido à falta da disponibilidade da vacina pelo Ministério da Saúde e crianças com idade entre 5 à 11 anos pelo fato das mesmas só possuírem a aplicação de apenas uma dose, não apresentando a imunização completa;

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO AFONSO-MT, EM 18 DE MARÇO DE 2022.

LUIS FERNANDO FERREIRA FALCÃO

CPF/MF: 022.566.881-51 RG: 160496-0 SSP/MT.

PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO AFONSO

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 058/2022

EMENTA: NOMEIA O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GOVERNO PARA REPRESENTAR O PREFEITO MUNICIPAL PERANTE O DETRAN-MT.

O SENHOR PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO, ESTADO DE MATO GROSSO, **LUIS FERNANDO FERREIRA FALCAO**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONSOANTE AS NORMAS GERAIS DE DIREITO PÚBLICO, OBSERVADO O QUE DISPÕE O ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E O PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS, EXPEDE A SEGUINTE PORTARIA.

R E S O L V E N D O

Art. 1º - Nomeia o Secretário municipal de Governo Sr. Augusto Cesar Ferreira Falcão para representar o Poder Executivo deste Município de Santo Afonso-MT perante o DETRAN-MT.

Art. 2º - O nomeado de que trata o artigo anterior, ficará com a responsabilidade de representar e assinar para fins de regularização dos documentos de todos os veículos de propriedade da frota municipal, sem acúmulo remuneratório.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO AFONSO-MT, EM 18 DE MARÇO DE 2022.

LUIS FERNANDO FERREIRA FALCAO

CPF/MF 022.566.881-51 – RG 16049640 SSP/MT

PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e Publicado na data supra, na forma da lei.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER

AVISO DE RESULTADO - PREGÃO PRESENCIAL N.º 004/2022.

AVISO DE RESULTADO

PROCESSO ADMINISTRATIVO 023/2022

PREGÃO PRESENCIAL N.º 004/2022.

O Município de Santo Antônio do Leverger, através da sua Pregoeira Oficial, torna público o RESULTADO do PREGÃO PRESENCIAL-SRP Nº 004/2022 Objeto: O REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E/OU EVENTUAL PARA AQUISIÇÃO DE LIXEIRA PARA COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS (LIXO) SELETIVA COM SUPORTE PARA ATENDER DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, MEIO AMBIENTE E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER -MT, conforme as especificações contidas no termo de referência deste edital e em seus anexos.

Na sessão pública realizada no dia às 09h30min do dia 10 de março de 2022. Nesta empresa: **COGEAN- COMPANHIA GERENCIADORA DE SNEAMENTO EIRELI i**nscrita no CNPJ sob o n° 22.580.606/0001-86 sagrou vencedor ITEM 01 COM VALOR R$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais mensal).Licitante representante da empresa abdicaram do interesse de apresentar o recurso.

Santo Antônio do Leverger – MT, 10 de março de 2021.

Lidiane Batista de Rezende

Pregoeira

Port. 037/GP/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE

TERMO DE ADJUDICAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2022

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 015/2022

OBJETO: Registro de preços para a futura e eventual aquisição de Hipoclorito de Sódio 12% para uso da Coordenadoria de Água e Esgoto, vinculado a Secretária Municipal de Viação, Obras e Serviços Públicos

A equipe de apoio bem como o pregoeiro, na conformidade do Art. 4º, inciso XX da Lei Federal nº 10.520/2002, de 17 de julho de 2002, adjudica o objeto licitado a;

INDUSTRIA QUIMICA CMT LTDA, CNPJ: 10.717.170/0001-45, vencedora com o valor total de R$ 67.000,00 (sessenta e sete mil reais).

ITEM	COD. TCE	DESRIÇÃO PRODUTO	UNID	QTD	V. UNITA-RIO	V.TO-TAL
01	377659-0	Hipoclorito de sódio líquido, fórmula químicaNaClO, comumente conhecido como água sanitária, apresen-tando coloração amarelo claro, densidade (20° C) igual a 1,20 g/cm³, peso molecular 74,45 g/mol, grau de pureza 12,0%, faixa de dosagem de 12,0, ponto de ebulição 110,0°C, solúvel em água, odor característico e semelhante ao da água sanitária com uma intensidade maior, forma límpido e Ph em solução de 5% em peso a 25°C igual a 11,0.Envasado em galões de capacidade de 65 kg, em material resistente a impactos externos, perfurações e derramamento do produto. Classe de Risco: 8 Número de Risco: 80 Número da ONU: 1791 Descrição da Classe: CORROSIVO	UN. TCE 3 KG	10. 000 kg	R$ 6,70	R$ 67. 000,00

Encaminhamos ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal para as providências cabíveis nos termos da Lei.

Santo Antônio do Leste - MT, 18 de março 2022.

_____

ERIKS MATOS DA SILVA

PREGOEIRO

ATO DE HOMOLOGAÇAO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2022

ATO DE HOMOLOGAÇAO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 015/2022

OBJETO: Registro de preços para a futura e eventual aquisição de Hipoclorito de Sódio 12% para uso da Coordenadoria de Água e Esgoto, vinculado a Secretária Municipal de Viação, Obras e Serviços Públicos.

Não tendo havido qualquer recurso. Não havendo nada que possa desabonar este processo licitatório, realizado sob o império da lei 8.666/1993 e 10. 520/2002, com as alterações subsequentes e estando o preço ofertado de acordo com o mercado, homologo o presente, para que produza os jurídicos e legais efeitos.

INDUSTRIA QUIMICA CMT LTDA, CNPJ: 10.717.170/0001-45, vencedora com o valor total de R$ 67.000,00 (sessenta e sete mil reais).

ITEM	COD. TCE	DESRIÇÃO PRODUTO	UNID	QTD	V. UNITA-RIO	V.TO-TAL
01	377659-0	Hipoclorito de sódio líquido, fórmula químicaNaClO, comumente conhecido como água sanitária, apresen-tando coloração amarelo claro, densidade (20° C) igual a 1,20 g/cm³, peso molecular 74,45 g/mol, grau de pureza 12,0%, faixa de dosagem de 12,0, ponto de ebulição 110,0°C, solúvel em água, odor característico e semelhante ao da água sanitária com uma intensidade maior, forma límpido e Ph em solução de 5% em peso a 25°C igual a 11,0.Envasado em galões de capacidade de 65 kg, em material resistente a impactos externos, perfurações e derramamento do produto. Classe de Risco: 8 Número de Risco: 80 Número da ONU: 1791 Descrição da Classe: CORROSIVO	UN. TCE 3 KG	10. 000 kg	R$ 6,70	R$ 67. 000,00

Santo Antônio do Leste - MT, 18 de março de 2022.

_____

JOSE ARIMATEIA VIEIRA ALVES

- PREFEITO MUNICIPAL-

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - LICITAÇÃO - THAYANE RAMOS BOTELHO TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO DA OBRA DA CONSTRUÇÃO DA PRAÇA DOM PEDRO CASALDÁLIGA

TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO

Termo de Recebimento definitivo da **Obra da construção da Praça Dom Pedro Casaldáliga,** conforme Tomada de Preços nº 003/2020, que faz a **Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia- MT –** e a empresa L.P. dos Santos Materiais Para Construção - ME, na forma abaixo.

Aos 30 (Trinta) dias do mês de Agosto do ano de 2021, no local em que foram executados os serviços da **Construção da Praça Dom Pedro Casaldáliga**, na cidade de São Félix do Araguaia – MT, presente de um lado a Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia-MT, representada pela Sra. Janaílza Taveira Leite, Prefeita Municipal e Markus Tulio Ferro de Brito, Engenheiro Civil, que ficam fazendo parte do presente Instrumento, juntamente com o representante executor a Sra. Lenita Pereira dos Santos Fernandes , portadora do RG n° 2626583, com poderes bastante conforme documentos arquivados na Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia-MT; procederam os mencionados representantes da Prefeitura Municipal, o exame da Obra supracitada, executada e concluída pelo executor em decorrência do Contrato nº 077/2020, celebrado aos 14 dias do mês de Agosto do ano de 2020. Tendo os representantes das partes signatárias verificado que os serviços objeto do Contrato foram executados pela Empresa, encontrando-se concluídos e de acordo com as normas técnicas em vigor para os serviços de obras dessa natureza. Os representantes da Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia-MT acima mencionados, neste Ato e por este Instrumento fizeram o **Recebimento Definitivo** da Obra citada.

São Félix do Araguaia-MT, 30 de Agosto de 2021.

PREF MUN DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA (MT)-UNIDADE DE CONTROLE INTERNO (UCI) - MARILEIKO APARECIDA MIYKE PSS Nº 01/2022 - 16ª CONVOCAÇÃO DE CANDIDATOS APROVADOS E/OU CLASSIFICADOS

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 27 AO EDITAL DE ABERTURA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2021

Dispõe sobre a **16ª convocação** de candidatos aprovados e/ou classificados no Processo Seletivo Simplificado nº 1/2021 da Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia, Estado de Mato Grosso, e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e, **considerando:**

I - o atendimento aos princípios constitucionais, em especial à Legalidade, à Impessoalidade e à Publicidade;

II - o interesse público e a necessidade da Administração;

III - a divulgação do resultado final do Processo Seletivo Simplificado nº 01/2021, via do Edital Complementar nº 10, de 10/01/2022;

IV - a publicação do Edital Complementar nº 10 no Diário Oficial Municipal em 11/01/2022, Edição 3.895 – ANO XVII – Páginas 507-616, disponível no *site* https://diariomunicipal.org/mt/amm/edicoes/;

V - o disposto no Decreto Municipal nº 4/2022, de 12/01/2022, que **homologou** o resultado final do Processo Seletivo Simplificado nº 1/2021; e

VI - a publicação do Decreto nº 4/2022 no Diário Oficial Municipal em 13/01/2022, Edição 3.897 – ANO XVII – Página 335, disponível no *site* https://diariomunicipal.org/mt/amm/edicoes/;

RESOLVE:

Art. 1º CONVOCAR para apresentação da documentação e assinatura do contrato temporário, os candidatos aprovados/classificados no Processo Seletivo Simplificado nº 1/2021, na forma do **Anexo I**.

Art. 2º Os candidatos convocados na forma do presente Edital deverão comparecer no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia-MT, na Avenida Araguaia, nº 248 - Bairro Centro, na Sede do Município, **até o dia 28 de março de 2022 (28/03/2022)**, no horário oficial de Brasília, das 14h30min às 17h30min.

§ 1º Nos termos do *caput* deste artigo, os candidatos deverão apresentar a documentação exigida no item 11 do Edital de Abertura do Processo Seletivo Simplificado nº 01/2021, que estão transcritos no **Anexo II** deste Edital.

§ 2º O não cumprimento das exigências estipuladas no *caput* e § 1º deste artigo, implicará na perda do direito à contratação e de qualquer outro direito inerente ao Processo Seletivo Simplificado nº 01/2021, conforme Edital de Abertura.

Art. 3º As demais condições constam dos Editais de Abertura e Complementares, do Decreto nº 4/2022 de Homologação do Processo Seletivo Simplificado nº 01/2021 e da legislação municipal aplicável.

Art. 4º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

São Félix do Araguaia-MT, em 18 de março de 2022.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

Prefeita Municipal

==========

==========

ANEXO I AO EDITAL COMPLEMENTAR Nº 27 AO EDITAL DE ABERTURA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 1/2021

RELAÇÃO DE CANDIDATOS CONVOCADOS

NOME	CARGO/FUNÇÃO PÚBLICA	LOCAL (LOTAÇÃO)	CLASSIFICAÇÃO
HANNA COSTA AGUIAR	TÉCNICA EM ENFERMAGEM	Laboratório Público Municipal – Sede	2ª
RAYNÃ SOUZA MENEZES	MOTORISTA DE TRATOR DE PNEU	Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural	2º

==========

==========

ANEXO II AO EDITAL COMPLEMENTAR Nº 27 AO EDITAL DE ABERTURA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 1/2021

TRANSCRIÇÃO DO ITEM 11 DO EDITAL DE ABERTURA E DO EDITAL COMPLEMENTAR Nº 01

11. DAS EXIGÊNCIAS PARA A CONTRATAÇÃO

11.1. Por ocasião da contratação, serão **exigidos** do candidato, os seguintes documentos e requisitos, sob pena de exclusão do presente Processo Seletivo Simplificado: **11.1.1.** Cumprir todas as determinações do presente Edital;

11.1.2. Não ter sido aposentado por invalidez ou aposentado compulsoriamente com mais de 70 anos de idade;

11.1.3. Não ser servidor investido em cargo comissionado, exceto se optar pela exoneração;

11.1.4. Ter, no ato da contratação, idade mínima de 18 (dezoito) anos, com exceção do Agente Operacional que é de 21 (vinte e um) anos, conforme Art. 138 da Lei 9.503/1997 (CTB);

11.1.5. Original de documento oficial de identificação com fotografia;

11.1.6. Original do Cadastro Pessoa Física (CPF);

11.1.7. Original de Título de Eleitor;

11.1.8. Original do comprovante de votação na última eleição, podendo ser substituído por Certidão de Quitação Eleitoral, disponível no site www.tse.jus.br ou no Cartório Eleitoral;

11.1.9. Original do Comprovante de quitação com o serviço militar (para candidatos do sexo masculino);

11.1.10. Original de Certidão de Casamento ou Certidão de Nascimento;

11.1.11. Original do CPF, Identidade e Certidão de Nascimento dos **filhos**, ou no mínimo a Certidão de Nascimento, caso ainda não tenham Identidade e CPF;

11.1.12. Original do RG, CPF, Título de Eleitor e Certidão da Nascimento/Casamento do **cônjuge ou convivente**;

11.1.13. Original do Cartão PIS/PASEP (Avulso ou Anotado na Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS);

11.1.14. Original da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), ou arquivo impresso da Carteira de Trabalho Digital;

11.1.15. Original da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) em vigor, na categoria "D", para a função de Agente Operacional (Motorista de Transporte Escolar), ou a categoria mínima para outros condutores, conforme o Código de Trânsito Brasileiro (CTB);

11.1.16. Original de Diploma ou Certificado, que comprove o nível de escolaridade exigido para a função;

11.1.17. Original do Histórico Escolar correspondente ao Diploma ou Certificado exigido para a função;

11.1.18. Documentos do Conselho de Classe, no caso de profissões regulamentadas, apresentando:

11.1.18.1. Original da Carteira Profissional de Registro no Conselho da respectiva categoria; e

11.1.18.2. Certidão de Regularidade expedida pelo respectivo Conselho.

11.1.19. Declaração acerca da acumulação ou não de cargo, emprego ou função pública, sendo:

11.1.19.1. Declaração de NÃO ACUMULAÇÃO de cargo/função/emprego público, na forma do **ANEXO XI**; ou

11.1.19.2. Declaração de ACUMULAÇÃO de até dois cargos/funções/empregos públicos, nos termos e condições de acumulação amparada pela Constituição Federal (legalmente acumuláveis e com compatibilidade de horário), na forma do **ANEXO XII**;

11.1.20. Declaração de bens e valores, na forma do **ANEXO XIII**;

11.1.21. Comprovante de residência, sendo válidas faturas de consumo de Cartão de Crédito, Água, Telefone, Energia Elétrica ou outro documento expedido por instituição pública;

11.1.22. Atestado de Saúde Ocupacional (ASO), na forma do **ANEXO X**;

11.1.23. Laudo Médico para Portador de Deficiência, na forma do **ANEXO IX,** apenas para os aprovados/classificados como Portadores de Necessidades Especiais, que declararam esta situação na Ficha de Inscrição;

11.1.24. Documento que comprove conta corrente ou poupança, sendo:

11.1.24.1. Necessariamente no Banco do Brasil (Conta Corrente), para contratos a serem pagos com recursos do FUNDEB; e

11.1.24.2. Preferencialmente no Banco do Brasil, para os demais casos.

11.1.25. Apresentar Certidões Negativas Criminais de 1º e 2º graus das justiças estadual e federal, mantendo essa condição até o término do contrato ou seus eventuais aditivos, sob pena de rescisão antecipada do contrato.

11.1.26. Para TODAS as funções previstas neste Edital, será obrigatório apresentar, no ato da contratação, o **"Passaporte da Vacina",** indicando estar imunizado contra a COVID-19, sendo que a recusa em apresentar tal documento implica na perda da vaga, ressalvados os casos com expressa recomendação médica, documentalmente comprovada.

11.1.26.1. O passaporte da vacina pode ser obtido no site do sistema SUS https://conectesus.saude.gov.br/home;

11.1.26.2. Caso o sistema não esteja atualizado, obter declaração junto à Secretaria de Saúde de sua cidade; ou

11.1.26.3. Apresentação da Carteira de Saúde (original e cópia), onde constem as vacinas recebidas para combate à Covid-19.

11.1.27. Para as funções de Motoristas de Ambulância, de Trator de Pneus, de Caminhão ou veículos menores, e ainda para Operadores de Máquinas Pesadas, além da CNH com categoria correspondente, deverão, para assinar contrato:

11.1.27.1. Comprovar experiência mínima de 1 (um) ano, através de apresentação de contrato assinado com empresas privadas ou com órgãos públicos, ou ainda com registro próprio na Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), não sendo aceitas simples declarações de terceiros; ou

11.1.27.2. Submeter-se a uma prova prática, de caráter **eliminatório,** que será regulamentada posteriormente, e aplicada por profissionais do próprio Município.

11.1.27.3. O Município, a seu critério, poderá submeter o profissional à prova prática, ainda que este comprove a experiência mínima exigida.

11.1.28. Para as funções de **Motoristas que transportem escolares** ou que transportem o **público usuário da assistência social** (cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos), além da CNH com categoria correspondente, deverão, para assinar contrato:

11.1.28.1. Comprovar experiência mínima de 1 (um) ano, através de apresentação de contrato assinado com empresas privadas ou com órgãos públicos, ou ainda com registro próprio na Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), não sendo aceitas simples declarações de terceiros; ou

11.1.28.2. Submeter-se a uma prova prática, de caráter **eliminatório,** que será regulamentada posteriormente, e aplicada por profissionais do próprio Município.

11.1.28.3. O Município, a seu critério, poderá submeter o profissional à prova prática, ainda que este comprove a experiência mínima exigida.

11.1.28.4. No caso do **Motorista de Transporte Escolar**, apresentar comprovante de Curso para Condutores de Transporte Escolar, dentro da validade.

11.1.28.5. Nas rotas de transporte escolar, no retorno dos alunos para suas residências, o veículo deverá permanecer no ponto final.

11.1.29. Para a função de **Apoio Administrativo Escolar (Nutrição),** deverão ser apresentados, previamente à contratação, os seguintes exames:

11.1.29.1. Exame de fezes (coprocultura e coproparasitológico), com Avaliação de Resultado **Negativo**;

11.1.29.2. Exame de sangue (hemograma e VDRL), com Avaliação de Resultado **Não Reagente**;

11.1.29.3. Carteira de Saúde emitida pela Vigilância Sanitária ou Atestado médico sobre as condições de saúde com Avaliação de Resultado **Apto**; e

11.1.29.4. Cópia da Carteira de Vacinação.

11.2. Entre 90 (noventa) e 180 (cento e oitenta) dias de transcurso do contrato decorrente deste Processo Seletivo Simplificado, o contratado será submetido à **Avaliação de Desempenho Funcional,** de forma análoga aos servidores efetivos, sendo que:

11.2.1. Haverá rescisão contratual antecipada imediata, por iniciativa da Administração, com pagamento das verbas rescisórias proporcionais ao tempo trabalhado, caso o contratado obtenha média inferior a 70% (setenta por cento) na referida avaliação; e

11.2.2. Todo o contratado estará sujeito à Avaliação de Desempenho Funcional, independentemente de ser ou não seu primeiro vínculo contratual com o Município.

11.3. A prática de ato de falsidade ideológica em prova documental resultará na eliminação do candidato do presente Processo Seletivo Simplificado e anulação dos demais atos decorrentes, sujeitando-se às penas da Lei.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FELIX DO ARAGUAIA - LICITAÇÃO - JEAN FLÁVIO DOS SANTOS MILHOMEM
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 007/2022.

Acha-se aberta Licitação abaixo descrita: PREGÃO PRESENCIAL SRP N° 007/2022. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 024/2022.

A Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia, Estado de Mato Grosso, torna público para conhecimento dos interessados que realizará licitação, na modalidade de ***Pregão Presencial SRP nº. 007/2022****. O critério de julgamento MENOR PREÇO POR ITEM.* **OBJETO: PREGAO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE TONER COMPATIVEL, CARTUCHO DE TINTA, CILINDRO COMPATIVEL E PAPEL SULFITE A-4 PARA TODOS OS DEPARTAMENTOS E SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA-MT, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES DESCRITAS NO EDITAL E TERMO DE REFERENCIA.** Os envelopes contendo as Propostas e Documentações deverão ser entregues até as **09h00min do dia 31 de MARÇO de 2022,** na Avenida Araguaia nº. 248, no Paço Municipal. A sessão terá início às 09h00min, (horário Oficial de Brasília), na mesma data e local. A cópia do Edital e seus anexos estarão disponíveis aos interessados por meio do **e-mail: pregaosfa@outlook.comou através do site http://www.saofelixdoaraguaia.mt.gov.br/**ou retirar na própria sede da prefeitura das 13h00min às 17h00min. Para maiores informações entrar em contato pelo tel.: (66)3522-1606 ramal 35, Falar no Departamento de Licitações com Sr. JEAN FLÁVIO.

São Félix do Araguaia – MT, 18 de março de 2022.

JEAN FLÁVIO DOS SANTOS MILHOMEM

Pregoeiro Oficial.

Port. nº 016/2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 08/2022 PROCESSO Nº 30/2022

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO-MT, através da Pregoeira designada pela portaria Municipal, de nº 02 de Janeiro do ano de 2022. Torna publico para o conhecimentos dos interessados que realizará Licitação na modalidade Pregão Presencial nº 08/2022, ás 13h30min do dia 31 de Março do ano de 2022, Sala de Licitação da Prefeitura Municipal de São Jose do Povo-MT, o procedimento Licitatório que dele resultara, integramente, a Lei Federal nº 10.520/2002 decreto Municipal nº 010/2016 de 28 de Janeiro, aplica-se subsidiariamente as normas da Lei Federal nº 8.666/93, 9.784/99 e suas modificações.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVAGEM DE VEÍCULOS, LEVES E PESADOS CAMINHÕES, ÔNIBUS E MÁQUINAS (SERVIÇOS DE LAVA-JATO), CONFORME RELACIONADO NO TERMO DE REFERÊNCIA.

2.1 1 -A sessão pública será realizada no Setor de Licitação, site na Rua; Jose Salmen Hansen, nº 924 Centro, neste Município, **no dia 31 de Março de 2022**, com início às **13h30min horas**, horário de MT, quaisquer outras informações entre em contato pelos **Tel. (66) 34941137 pelo site** http://www.saojosedopovo.mt.gov.br, ou **e-mail** licitacao2019sjp@gmail.com qualquer outras duvidas, **das 12h00min as 18h00min horas, de segunda a sexta-feira**, na Prefeitura de São Jose do Povo-MT.

SÃO JOSÉ DO POVO-MT18/03/2022.

Ivanildo Vilela da Silva

Prefeito Municipal

Maria Irandi Duarte

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 031/2022DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 007/2022O **Município de São José do Rio Claro – MT**, através do Prefeito Municipal Sr. **LEVI RIBEIRO**, torna público que, em virtude de haver concordado com as justificativas apresentada pela Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico, no processo para Contratação da empresa **DOMANI DISTRIBUIDORA VEICULOS LTDA,** inscrita no CNPJ nº 01.016.616/0001-13, para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA MANUTENÇÃO DE VEICULO PLACA RAW5A59 EM PERIODO DE GARANTIA JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA**, estima-se para a contratação o valor de R$ 884,86 (Oitocentos e oitenta e quatro reais e oitenta e seis centavos), pagos conforme apresentação da Nota fiscal atestada pela Secretaria responsável, as despesas referente a esta contratação será paga com recurso próprio do Município, após a verificação e autorização da Secretaria Municipal de Infraestrutura, conforme disposições em contrato próprio (a ser celebrado), onde formulou-se expediente de Dispensa de licitação, fulcrada no caput do art. 24, inciso XVII da Lei 8.666/93 e Decreto Federal n° 9.412/2018, **RATIFICA** as justificativas apresentadas e autoriza a contratação, dando cumprimento ao que dispõe o art. 26 do mesmo diploma legal. São José do Rio Claro – MT, 18 de março de 2022. **Levi Ribeiro** Prefeito Municipal.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE ADESÃO

ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 473/2021 ORIUNDA DO PREGÃO ELETRÔNICO N° 122/2021-REGISTRO DE PREÇOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS - MT.

Município de São José do Rio Claro-MT torna público a adesão ao Procedimento Administrativo Licitatório, modalidade Adesão a Ata de Registro de Preços Nº 473/2021 oriunda do Pregão Eletrônico n° 122/2021, objetivando a **AQUISIÇÃO DE UMA MOTONIVELADORA PARA ATENDER A SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO-MT**, aderida através do procedimento acima mencionado, no valor total **R$ 1.150.000,00 (um milhão cento e cinquenta mil).** A íntegra do ato de Adesão e demais documentos encontram-se nos autos, na Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro-MT. Fundamento Legal: Regida pela Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e subsidiariamente pela Lei 8.666 de 21/06/93 (com alterações da Lei 8883/94 e ainda pelo Decreto Nº 7.892 de 2013). São José do Rio Claro-MT, 18 de março de 2021. Levi Ribeiro Prefeito Municipal.

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 099/2022

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDORES, COMO FISCAL E SUPLENTE, RESPECTIVAMENTE, NO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO N.º 017/2022.

LEVI RIBEIRO, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os servidores **LEANDRO DE SOUSA CAETANO** e **ROSILENE BATISTA MEIRE SANTOS**, como Fiscal Titular e Fiscal Suplente, respectivamente, para o exercício de acompanhamento e fiscalização do Contrato descrito abaixo:

CONTRATO	EMPRESA	CNPJ
017/2022	SERVIÇO DE APOIO AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO ESTADO DE MATO GROSSO – SEBRAE–MT.	03.534. 450/ 0001-52

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro-MT, 17 de março de 2022.

LEVI RIBEIRO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
RESULTADO DO JULGAMENTO - PREGÃO ELETRONICO Nº 017-2022

O Município de São José do Rio Claro – MT, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público, para quem possa interessar que o julgamento do certame supracitado resultou vencedoras a Empresa: **COMERCIAL DE ALIMENTOS DIAMANTE AZUL LTDA,** inscrita no **CNPJ sob o n.º 37479359000101**, com o valor **R$ 52.015,00 (cinquenta e dois mil e quinze reais)**.São José do Rio Claro – MT, 18 de março de 2022. Levi Ribeiro – Prefeito Municipal.

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE POSSE - CONSELHEIRO TUTELAR SUPLENTE

Aos vinte e um dias do mês de janeiro de dois mil e vinte e dois, na Secretaria Municipal de Promoção e Assistência Social, sito a Avenida Argentina nº 103, na sala de reunião na presença do Prefeito Municipal Sr. Levi Ribeiroe a Senhora **Elaine Cristina de Assis**, inscrita no cpf: 946.058. 821-20, toma posse no cargo de **Conselheiro Tutelar Suplente**, conforme Lei Municipal nº 1.286 de 13/10/2020.

A investidura do Cargo/função fica consignada no presente termo de 21/ 03/2022 à 13/05/2022, conforme Edital 001/2019, para assumir o Cargo de Conselheiro Tutelar, devido a ao afastamento médico da Conselheira Tutelar, Sra Filomena Rosalina Sampaio Alexandre e nada mais havendo, o que constar, eu **Levi Ribeiro**, Prefeito Municipal, assino o presente Termo de Posse.

São José do Rio Claro, 18 de março de 2022.

_____

LEVI RIBEIRO

Prefeito Municipal

_____

ELAINE CRISTINA DE ASSIS

CPF: 946.058.821-20

CONSELHEIRA TUTELAR

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE DISPENSA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 030/2022

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 006/2022

O **Município de São José do Rio Claro – MT**, através do Prefeito Municipal Sr. **LEVI RIBEIRO**, torna público que, em virtude de haver concordado com as justificativas apresentada pela Secretaria Municipal de Infraestrutura , no processo para Contratação da empresa **EXTRA MAQUINAS S/A,** inscrita no CNPJ nº 19.293.041/0002-22, para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZA PARA REVISÕES DE MAQUINAS NO PERIODO DE GARANTIA JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA**, estima-se para a contratação o valor de R$ 4.074,54 (Quatro mil e setenta e quatro reais e cinquenta e quatro centavos), pagos conforme apresentação da Nota fiscal atestada pela Secretaria responsável, as despesas referente a esta contratação será paga com recurso próprio do Município, após a verificação e autorização da Secretaria Municipal de Infraestrutura, conforme disposições em contrato próprio (a ser celebrado), onde formulou-se expediente de Dispensa de licitação, fulcrada no caput do art. 24, inciso XVII da Lei 8.666/93 e Decreto Federal n° 9.412/2018, **RATIFICA** as justificativas apresentadas e autoriza a contratação, dando cumprimento ao que dispõe o art. 26 do mesmo diploma legal. São José do Rio Claro – MT, 18 de março de 2022. **Levi Ribeiro Prefeito Municipal.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N. 066/2022

PORTARIA N. 066/2022 DE 15 DE MARÇO DE 2022.

DISPÕE SOBRE ELEVAÇÃO DE CLASSE E NIVEL DA SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de São Jose do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr. SANDRO JOSE LUZ COSTA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o que preceitua o Plano de Cargos e carreiras, Anexo III, Art. 12 e 15 da Lei 492/2012, baixa a seguinte PORTARIA:

CONSIDERANDO que a servidora AQUIRIA APARECIDA VINHAL, tomou posse em seu cargo de Fiscal Sanitária em 01 de novembro de 2002;

CONSIDERANDO os Artigos abaixo, da lei 492/2012 e Anexo III:

Art. 12. A Carreira dos Profissionais do Sistema Único de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde é constituída de 07 (sete) carreiras:

IV. Apoio de Serviços do Sistema Único de Saúde, composto pelos cargos de Agente de Saúde, Agente de Saúde Ambiental, Agente Combate às Endemias e Fiscal Sanitário;

Art. 15. A série de Classes dos Cargos que compõem a Carreira dos Profissionais do Sistema Único de Saúde estrutura-se em linha horizontal de acesso, em conformidade com o respectivo nível de habilitação e perfil profissional e ocupacional, identificada por letras maiúsculas assim descritas:

V. Apoio de Serviços do SUS:

a) Classe A: habilitação em ensino médio;

b) Classe B: requisito da classe A, mais 120 (cento e vinte) horas de cursos de aperfeiçoamento, qualificação e/ou capacitação profissional;

c) Classe C: requisito da classe B, mais 140 (cento e quarenta) horas de cursos de aperfeiçoamento, qualificação e/ou capacitação profissional;

d) Classe D: Ensino Superior.

Baixa a Seguinte Portaria:

Art. 1° - Fica Concedida Elevação de Classe ‘C” Nível “5” para Classe “D” Nível “6” a servidora Aquiria Aparecida Vinhal, servidora pública municipal, exercendo o cargo efetiva de Fiscal Sanitária.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 15 de março de 2022.

Sandro Jose Luz Costa

Prefeito Municipal

Registre-se, publique-se Cumpre-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 107 DE 18 DE MARÇO DE 2022

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

JAMIS SILVA BOLANDIN, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICIPIO;

RESOLVE:

Artigo 1º - **CONCEDER** Licença Especial por assiduidade a servidora MARLUCE REJANE DE AZEVEDO CHIALLE IZIDORIO, conforme Art. 100, I, da Lei Complementar nº005/2003.

Artigo 2º - O período de gozo da licença concedida, referente ao **quinquênio 2010/2015**, será de 90 (noventa) dias, de 18 de março a 15 de junho de 2022.

Artigo 3º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRADA PUBLICADA CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AOS 18 DE MARÇO DE 2022

JAMIS SILVA BOLANDIN

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 106 DE 18 DE MARÇO DE 2022

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

JAMIS SILVA BOLANDIN, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER trinta dias de férias a servidora MARINA DE SOUZA CRUZ, no período de 02/03 a 31/02/2022, referente ao período aquisitivo 2020/2021.

Artigo 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 02 de março do corrente ano, revogando as disposições em contrário.

REGISTRADA	PUBLICADA	CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AOS 18 DE MARÇO 2022

JAMIS SILVA BOLANDIN

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 009/2022

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 009/2022

O Prefeito Municipal de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso**,** no uso de suas atribuições legais, considerando a homologação do Processo Seletivo simplificado Nº 004/2022, vem através deste convocar os candidatos aprovados no referido certame a comparecerem até o 21 de Março de 2022 à partir da 8h, na Secretaria Municipal de Educação e Secretaria de Assistência Social para apresentarem documentação exigida para a devida contratação – conforme disposto a seguir:

Auxiliar de Serviços Internos

29º - Wilian Vinicios Contardi Demarque

O não comparecimento no prazo legal implicará na desistência do convocado, podendo a Prefeitura de São José dos Quatro Marcos –MT, através da sua Secretaria Municipal de Educação, convocar imediatamente os posteriores, obedecendo a ordem de classificação dos candidatos.

São José dos Quatro dos Quatro Marcos – MT, 18 de Março de 2022.

JAMIS SILVA BOLANDIN

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA CIPA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATOS DE ADITIVO DE CONTRATO

EXTRATOS DE ADITIVO DE CONTRATO

Aditivo do Contrato: nº 049/2021

Lei Autorizativa**: 684/2021**

Contratante: **Prefeitura Municipal de São Pedro da Cipa/MT**

Contratado: **Mariana da Silva Abreu**

Objeto: O(a) contratado(a) trabalhara para a contratante na função de **Auxiliar de Desenvolvimento Infantil**

Valor do Contrato: 1.212,00 mensais

Data da Assinatura: 06/08/2021

Vigência: **06/08/2021 a 31/12/2023**

Aditivo do Contrato: nº 050/2021

Lei Autorizativa**: 684/2021**

Contratante: **Prefeitura Municipal de São Pedro da Cipa/MT**

Contratado: **Victoria Maria Ferreira Damacena**

Objeto: O(a) contratado(a) trabalhara para a contratante na função de **Auxiliar de Desenvolvimento Infantil**

Valor do Contrato: 1.212,00 mensais

Data da Assinatura: 06/08/2021

Vigência: **06/08/2021 a 31/12/2023**

Aditivo do Contrato: nº 051/2021

Lei Autorizativa**: 684/2021**

Contratante: **Prefeitura Municipal de São Pedro da Cipa/MT**

Contratado: **Luciana Barbosa dos Santos**

Objeto: O(a) contratado(a) trabalhara para a contratante na função de **Auxiliar de Desenvolvimento Infantil**

Valor do Contrato: 1.212,00 mensais

Data da Assinatura: 06/08/2021

Vigência: **06/08/2021 a 31/12/2023**

Aditivo do Contrato: nº 052/2021

Lei Autorizativa**: 684/2021**

Contratante: **Prefeitura Municipal de São Pedro da Cipa/MT**

Contratado: **Marilucy de Oliveira Moreira Santos**

Objeto: O(a) contratado(a) trabalhara para a contratante na função de **Professor(a)**

Valor do Contrato: 2.381,15 mensais

Data da Assinatura: 06/08/2021

Vigência: **06/08/2021 a 31/12/2023**

Aditivo do Contrato: nº 054/2021

Lei Autorizativa**: 684/2021**

Contratante: **Prefeitura Municipal de São Pedro da Cipa/MT**

Contratado: **Zélia Rodrigues da Silva Souza**

Objeto: O(a) contratado(a) trabalhara para a contratante na função de **Auxiliar de Desenvolvimento Infantil**

Valor do Contrato: 1.212,00 mensais

Data da Assinatura: 06/08/2021

Vigência: **06/08/2021 a 31/12/2023**

Aditivo do Contrato: nº 055/2021

Lei Autorizativa**: 684/2021**

Contratante: **Prefeitura Municipal de São Pedro da Cipa/MT**

Contratado: **Naiara Araújo Freire**

Objeto: O(a) contratado(a) trabalhara para a contratante na função de **Professor(a)**

Valor do Contrato: 2.381,15 mensais

Data da Assinatura: 06/08/2021

Vigência: **06/08/2021 a 31/12/2023**

Aditivo do Contrato: nº 056/2021

Lei Autorizativa**: 684/2021**

Contratante: **Prefeitura Municipal de São Pedro da Cipa/MT**

Contratado: **Ester Minson Gomes Queiroz**

Objeto: O(a) contratado(a) trabalhara para a contratante na função de **Professor(a)**

Valor do Contrato: 2.381,15 mensais

Data da Assinatura: 06/08/2021

Vigência: **06/08/2021 a 31/12/2023**

Aditivo do Contrato: nº 057/2021

Lei Autorizativa**: 684/2021**

Contratante: **Prefeitura Municipal de São Pedro da Cipa/MT**

Contratado: **Tania Marcia Oliveira de Miranda**

Objeto: O(a) contratado(a) trabalhara para a contratante na função de **Professor(a)**

Valor do Contrato: 2.381,15 mensais

Data da Assinatura: 06/08/2021

Vigência: **06/08/2021 a 31/12/2023**

Aditivo do Contrato: nº 058/2021

Lei Autorizativa**: 684/2021**

Contratante: **Prefeitura Municipal de São Pedro da Cipa/MT**

Contratado: **Andrea Rocha Castelli**

Objeto: O(a) contratado(a) trabalhara para a contratante na função de **Professor(a)**

Valor do Contrato: 2.381,15 mensais

Data da Assinatura: 06/08/2021

Vigência: **06/08/2021 a 31/12/2023**

Aditivo do Contrato: nº 059/2021

Lei Autorizativa**: 684/2021**

Contratante: **Prefeitura Municipal de São Pedro da Cipa/MT**

Contratado: **Rozivan Gomes Farias de Souza**

Objeto: O(a) contratado(a) trabalhara para a contratante na função de **Professor(a)**

Valor do Contrato: 2.381,15 mensais

Data da Assinatura: 06/08/2021

Vigência: **06/08/2021 a 31/12/2023**

Aditivo do Contrato: nº 060/2021

Lei Autorizativa**: 684/2021**

Contratante: **Prefeitura Municipal de São Pedro da Cipa/MT**

Contratado: **Luzeni da Silva Costa**

Objeto: O(a) contratado(a) trabalhara para a contratante na função de **Professor(a)**

Valor do Contrato: 2.381,15 mensais

Data da Assinatura: 17/08/2021

Vigência: **17/08/2021 a 31/12/2023**

Aditivo do Contrato: nº 093/2021

Lei Autorizativa**: 684/2021**

Contratante: **Prefeitura Municipal de São Pedro da Cipa/MT**

Contratado: **Renata Aparecida Delfino Araujo**

Objeto: O(a) contratado(a) trabalhara para a contratante na função de **Professor(a)**

Valor do Contrato: 2.381,15 mensais

Data da Assinatura: 17/09/2021

Vigência: **17/09/2021 a 31/12/2023**

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 008 DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2021

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 008

DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2021

A Prefeitura Municipal de São Pedro da Cipa, sito na Rui Barbosa, 335, Estado de Mato Grosso, CNPJ nº 37.464.948/0001-08, neste ato representada pelo Sr. Eduardo José da Silva Abreu, Prefeito Municipal de São Pedro da Cipa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, **CONVOCA** os candidatos relacionados abaixo, que foram classificados no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2021, destinados ao preenchimento do quadro de vagas desta Prefeitura, a comparecerem no Departamento de Recursos Humanos dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, no horário das 13:00 às 19:00, portando os documentos originais ou fotocópias autenticada em cartório conforme item 4 do Edital; para tomar posse e entrar em exercício.

CARGO: 11 – PROFESSOR 20 HORAS/ **VAGAS:** 01

	APROVADO
CLASS.	NOME
13	**NAGILA PEREIRA DE OLIVEIRA**

Fica ciente que o não comparecimento do convocado até a data indicada, a falta de comprovação de qualquer dos requisitos para investidura ou a prática de falsidade ideológica em prova documental acarretará o cancelamento da inscrição do candidato, sua eliminação do respectivo Processo Seletivo Simplificado e anulação de todos os atos com respeito a ele praticados, sem prejuízo das sanções legais cabíveis, nos termos do Edital.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Pedro da Cipa

Aos 14 de Fevereiro de 2022

Eduardo José da Silva Abreu

- Prefeito Municipal -

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 003/2022

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 003/2022

A Prefeitura Municipal de São Pedro da Cipa-MT, através do Pregoeiro nomeado, torna público que realizará licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS**, ao **MENOR VALOR GLOBAL**, tendo por objeto: "**Registro de Preço Contratação de Empresa para realização de Pesquisas com Metodologia aplicada por meio de entrevistas para avaliação a performance do Município quanto á execução das políticas Públicas da Saúde, Educacional e Sociais ,** nos termos da Lei 10.520/02, a realizar-se no dia **04 de Abril de 2022- as 14:00 h -MT.** Os interessados poderão obter o Edital completo na Prefeitura, à Rua Rui Barbosa, n.º 335, das 13:00 às 18:00 horas ou pelo site WWW.saopedrodacipa.mt.gov.br. Informações: tel. (0**66)3418-1500. São Pedro da Cipa, 18 de março de 2022. **MARCOS VINÍCIOS DE JESUS ABRAHÃO -Pregoeiro**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA NOVA DOURADA

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 014/2021

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 014/2021

PROCESSO Nº 034/2021

PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2021

CONTRATO Nº 014/2021

OBJETO: "Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de consultoria em saúde pública, compreendendo as áreas de: atenção básica, atenção especializada, assistência farmacêutica, vigilância de gestão do SUS para atender as necessidades da Secretaria de Saúde".

OBJETO DO TERMO ADITIVO: "O presente termo aditivo tem como objeto a prorrogação da vigência do contrato por um período de 06 (seis) meses".

FORNECEDOR: CGS CONSULTORIA E GESTÃO EM SAÚDE LTDA

CNPJ: 40.303.199/0001-41

VALOR: R$ 43.800,00 (quarenta e três mil e oitocentos reais)

DATA DA ASSINATURA: 17 de março de 2022

PRAZO DA VIGENCIA: 22/03/2022 a 22/09/2022

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 65, § 1º e artigo 57, inciso IV da Lei nº 8.666/93.

Serra Nova Dourada – MT, em 21 de março de 2022

Jean Everson Pereira Nascimento

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Portaria nº 132/2021

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA TOMADA DE PREÇO Nº 001/2022

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA TOMADA DE PREÇO Nº 001/2022

Processo administrativo 003/2022

O Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio do Município de Serra Nova Dourada/MT, torna público para conhecimento de todos que a licitação na modalidade Tomada de Preço nº 001/2022. Objeto: **"contratação de empresa especializada para construção do alambrado de proteção, urbanismo e instalação da caixa d'agua da Rua 01 e Rua Principal, centro – Serra Nova Dourada-MT, para atender a Secretaria Municipal de Obras – conforme Projeto básico e suas Planilhas e especificações do termo de referência do edital",** relativo ao Processo Administrativo nº 003/2022, cuja sessão de habilitação e abertura de propostas ocorreu no dia 18/03/2022 às 09h foi declarada **DESERTA**, por ausência de participantes/interessados onde será Publicado novamente "SINE DIE", nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, Art. 21, § 4º.

Serra Nova Dourada - MT, 18 de março de 2022.

Jean Everson Pereira Nascimento

Pregoeiro da Prefeitura Municipal

de Serra Nova Dourada - MT

Portaria nº 133/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORÃ

DECRETO Nº. 4.654/2022

EMENTA: HOMOLOGA O PARECER DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO QUANTO À CONCESSÃO DE ESTABILIDADE AOS SERVIDORES APROVADOS EM ESTÁGIO PROBATÓRIO EM JANEIRO E FEVEREIRO DE 2022.

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE: Art. 1º. Fica homologado o parecer da Comissão de Avaliação de Desempenho quanto aos servidores admitidos por meio do Concurso Público nº 001/2018 e aprovados em estágio probatório em Janeiro e Fevereiro de 2022, definindo a permanência, dos servidores listados abaixo, no serviço público municipal e a concessão de estabilidade aos mesmos.

NOME DO SERVIDOR	DATA DE ADMISSÃO	CARGO	PARECER DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO
ALEXANDRA STOCKMAM LUDWIG	28/01/2019	PROFESSOR	APROVADA
RUTE ESTER DE PAULA OLIVEIRA	01/02/2019	PROFESSOR	APROVADA

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 21 de Março de 2022.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 156/2022

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. DAR POR ENCERRADO O CONTRATO Nº 044/2019 da Senhora **MARYANA MILITÃO, na data de 21 de Março de 2022**, servidora contratada por meio de do **Processo Seletivo Simplificado – Educação - Nº. 002/2019**, com matrícula no RH nº. 1913, no cargo de **Apoio Administrativo Educacional – Infraestrutura,** Secretaria Municipal de Educação e Cultura desta Prefeitura, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.158/2019.

Artigo 3º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã/MT, em 21 de Março de 2022.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 155/2022

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – Conceder **Licença por motivo de Falecimento em Família,** ocorrido em 11/03/2022, sendo a **JOAO NERY VARGAS**, *Pai* da servidora **GISLENE GONÇALVES VARGAS MARTINS DE SOUZA,**servidora efetiva,nocargo de **Professor,** admitida em 01/03/1993, com matricula no RH nº. 45, lotada n**a** Secretaria Municipal de Educação e Cultura desta Prefeitura, pelo período de 08 (Oito) dias consecutivos, iniciando em 11/03/2022 e término em 17/03/2022, sem prejuízo de sua remuneração, de acordo com Lei Municipal nº. 1.080/2017 e com a Constituição Federal.

Artigo 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 11/03/2022, revogando as disposições em contrário.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 21 de Março de 2022.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE DISTRATO 005/2022

TERMO DE DISTRATO 005/2022

Que entre si fazem, tendo de um lado como contratante o **Município de Tabaporã - MT**, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº. 37.464.997/0001-40, situada na Avenida Comendador José Pedro Dias, 979/N, nesta cidade de Tabaporã – MT, de outro lado, como contratada Senhora **MARYANA MILITÃO** brasileira, servidora contratada no cargo de **APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - INFRAESTRUTURA** com matricula no RH sob o nº. 1913, residente e domiciliada neste município de Tabaporã/ MT**,** sendo que resolve de comum acordo, colocar um fim no **CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº44/2019**, por solicitação do contratado, datado e passado nesta cidade de Tabaporã – MT,**21 de Março de 2022.**

SIRINEU MOLETA MARYANA MILITÃO

Prefeito de Tabaporã CONTRATADO

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

DENIVALDO DE OLIVEIRA SOUZA PAULO KATSUMI TAKEDA

Secretaria Municipal deEducação Secretaria Mun de Adm e Planejamento

ASTOR BESKOW

PROCURADOR JURÍDICO

OAB/MT. 16586 B

PORTARIA Nº. 154/2022

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – CONCEDER *"FÉRIAS", de 30 (Trinta) dias, iniciando-se em 04/04/2022*, com término em 03/05/2022*, *referente ao período aquisitivo de 08/02/2021 à 07/02/2022,* a servidora ***ROSANGELA RODRIGUES DOS SANTOS BENTO*****,** servidora efetiva, admitida em 08/02/2017, com matricula no RH nº. 1693, no cargo de **Agente de Apoio a Saúde II – Recepcionista**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde desta Prefeitura, de acordo com a Lei Municipal nº 218/1999, Art. 87, e ainda, com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã MT, em 21 de Março de 2022.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 157/2022

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Considerando a expressa proibição de acumulo de férias semestrais de 20 (Vinte) dias aos operadores de Aparelho de Raio X.

RESOLVE:

Artigo 1º. – CONCEDER *"FÉRIAS PROPORCIONAL", de 20 (Vinte) dias, iniciando-se em 04/03/2022*, com término em *23/03/2022*, *referente ao período aquisitivo de 02/06/2020 à 01/06/2021,* a senhora ***IRAINA APARECIDA LEONEL SOUTO*****,** servidora efetiva, com matricula no RH nº. 751, no cargo de **Técnico da Saúde II – Técnico em Radiologia**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde desta Prefeitura, de acordo com a Lei Municipal nº. 218/1999, Art. 90, § Único, regra exclusiva para Operador de Raio X, *"a servidora tem direito como Técnico em Radiologia de tirar 40 (quarenta) dias de férias a cada período aquisitivo"*, e ainda, com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã/MT, em 21 de Março de 2022.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE NÃO COMPARECIMENTO/DESISTÊNCIA Nº. 006/2022.

TERMO DE NÃO COMPARECIMENTO/DESISTÊNCIA Nº. 006/2022

DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – EDUCAÇÁO – 002/2019

Certificamos para os devidos fins, que de acordo com o Edital do Processo Seletivo Simplificado – Educação - 002/2019 e da Portaria nº 143/2022, de convocação a posse, publicada em 15/03/2022, no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios MT, no endereço eletrônico https://diariomunicipal.org/mt/amm, que:

I - O candidato aprovado para o cargo de **APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - INFRAESTRUTURA, Sra. GESSICA DOS SANTOS CARLOS - INSCRIÇÃO 139** apresentou Termo de Desistência, em 18/03/2022.

II - Por ter apresentado o Termo de Desistência fica a Prefeitura Municipal autorizada a convocar o próximo candidato classificado seguindo a ordem de classificação do Processo Seletivo.

Publique-se, Registre-se.

Tabaporã/MT, 21 de Março de 2022.

CRISTIANE BÓBBO

Coordenadora de Recursos Humanos

CIENTE:

SIRINEU MOLETA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA

LEI ORDINÁRIA N.º 5.682, DE 16 DE MARÇO DE 2022.

LEI ORDINÁRIA N.º 5.682, DE **16** DE **MARÇO DE 2022.**

ALTERA E ACRESCENTA DISPOSITIVOS NA LEI ORDINÁRIA Nº 4. 964, DE 10 DE MAIO DE 2018, QUE DISPÕE SOBRE INCENTIVOS FISCAIS E ECONÔMICOS PARA EMPRESAS INDUSTRIAIS, COMERCIAIS E PRESTADORAS DE SERVIÇOS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO MUNICIPAL** Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica acrescido a alínea “e” no artigo 3º na Lei Ordinária nº 4.964, de 10 de maio de 2018, com a seguinte redação:

e) Caso a empresa beneficiada necessite de financiamento junto às instituições financeiras, o Chefe do Poder Executivo poderá outorgar, antes do cumprimento integral do projeto, cronogramas e demais exigências legais, a Escritura pró-solvendo, autorizando o donatário a oferecer o imóvel doado em garantia hipotecária, ressalvando os direitos da instituição financeira sobre eventual hipoteca, devendo a cláusula de reversão e demais obrigações serem garantidas por hipoteca, observado os termos do parágrafo único do presente artigo.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos **dezesseis** dias do mês de **março** do ano de **dois mil e vinte e dois, 45º** Aniversário de Emancipação Político-Administrativa.

Vander Alberto Masson

Prefeito Municipal

Arielzo da Guia e Cruz

Secretário Municipal de Administração

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado por afixação em lugar de costume na data supra e disponibilizado no site: www.tangaradaserra.mt.gov.br.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 024/2022 EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 002/2021

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 024/2022 EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADON.º 002/2021

O Município de Tangará da Serra/MT, por meio do Prefeito Senhor **Vander Alberto Masson,** no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO o presente Edital para convocar os candidatos e/ou classificados mediante o resultado final Homologado por meio do Edital Complementar nº. 013/2021, publicado em 28/12/2021 no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso – AMM – Ano XVII nº. 3885 e Diário Oficial de Contas de Mato Grosso em 29/12/2021 ano 10 nº. 2357, destinado à contratação e formação de cadastro de reserva para o exercício funcional temporário na Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Esportes e Secretaria Municipal de Saúde.

1. Convoca os candidatos abaixo relacionados para comparecer **Departamento de Gestão de Pessoas e Processos, vinculado a Secretaria Municipal de Educação**, 1º Piso do Paço Administrativo, situado a Avenida Brasil nº 2350-E no bairro Jardim Europa em Tangará da Serra-MT, **no dia 18/03/2022 às 08h00**, visando a atribuição de turmas e/ou aulas e, posteriormente, dar sequência ao item 4 do presente edital.

CARGO: 1281- AJUDANTE DE SERVIÇOS GERAIS INDÍGENA – EMI ZOZOITERO							
QTD.	NÚMERO DA INSCRIÇÃO	NOME DO INSCRITO	DOCUMENTO	NASCIMENTO	ACERTOS	PROVA OBJETIVA	RESULTADO
2	3463	YASMIN WIZOKAE	3306086-0	12/09/2002	**20**	**80**	**CLASSIFICADO**

CARGO: 1296- MOTORISTA – ZONA RURAL – DISTRITO DO PROGRESSO							
QTD.	NÚMERO DA INSCRIÇÃO	NOME DO INSCRITO	DOCUMENTO	NASCIMENTO	ACERTOS	PROVA OBJETIVA	RESULTADO
4	1332	VALDENIR DOS SANTOS	225965 SSP/MT	19/05/1961	**16**	**64**	**CLASSIFICADO**
5	2254	DEVANILDO RODRIGUES		11/06/1983	**16**	**64**	**CLASSIFICADO**

CARGO: 1289- MOTORISTA – ZONA RURAL – LINHA 12							
QTD.	NÚMERO DA INSCRIÇÃO	NOME DO INSCRITO	DOCUMENTO	NASCIMENTO	ACERTOS	PROVA OBJETIVA	RESULTADO
3	2312	ADRIANO ALVES DA CRUZ	2002004017042	05/09/1985	**16**	**64**	**CLASSIFICADO**
4	2516	MOACIR MODULO	00631078	27/03/1956	**15**	**60**	**CLASSIFICADO**
5	2724	GABRIEL ROBERTO DE SOUZA	294.694	16/09/1963	**15**	**60**	**CLASSIFICADO**

CARGO: 794- MOTORISTA – INDÍGENA							
QTD.	NÚMERO DA INSCRIÇÃO	NOME DO INSCRITO	DOCUMENTO	NASCIMENTO	ACERTOS	PROVA OBJETIVA	RESULTADO
1	1811	IVANIO ZEKEZOKEMAE	819347	12/12/1974	**14**	**56**	**CLASSIFICADO**

660- PROFESSOR PEDAGOGO - ZONA URBANA							
QTD.	NÚMERO DA INSCRIÇÃO	NOME DO INSCRITO	DOCUMENTO	NASCIMENTO	ACERTOS	PROVA OBJETIVA	RESULTADO
149	1628	ELEUZA PEREIRA DA SILVA QUEIROZ	0855018-2	05/07/1970	**20**	**80**	**CLASSIFICADO**

CARGO: 658- PROFESSOR LÍNGUA PORTUGUESA E ESTRANGEIRA – ZONA URBANA E RURAL

QTD.	NÚMERO DA INSCRIÇÃO	NOME DO INSCRITO	DOCUMENTO	NASCIMENTO	ACERTOS	PROVA OBJETIVA	RESULTADO
41	2936	JAÍNE BEATRIZ DE ALMEIDA TAVARES	2229353-1	27/11/1995	18	72	CLASSIFICADO

CARGO: 651- PROFESSOR CIÊNCIAS NATURAIS - ZONA URBANA E RURAL							
QTD.	NÚMERO DA INSCRIÇÃO	NOME DO INSCRITO	DOCUMENTO	NASCIMENTO	ACERTOS	PROVA OBJETIVA	RESULTADO
19	3178	DENIELE VIEGA GARCIA	18626572 SSPMT	23/08/1989	16	64	CLASSIFICADO
20	368	ROZINEIDE PEREIRA ALVES DE FRANÇA	1719640-0	11/12/1989	16	64	CLASSIFICADO

CARGO: 654- PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA – ZONA URBANA							
QTD.	NÚMERO DA INSCRIÇÃO	NOME DO INSCRITO	DOCUMENTO	NASCIMENTO	ACERTOS	PROVA OBJETIVA	RESULTADO
18	1617	BRUNA KAROLYNE OLIVEIRA MOTTA	2463061-6	24/12/1996	15	60	CLASSIFICADO

CARGO: 578- AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL E EDUCAÇÃO ESPECIAL – ADI/AEE - ZONA URBANA							
QTD.	NÚMERO DA INSCRIÇÃO	NOME DO INSCRITO	DOCUMENTO	NASCIMENTO	ACERTOS	PROVA OBJETIVA	RESULTADO
84	3087	SIDINÉIA MELATO SOCOLOSKI	2273905-0 SSP	29/09/1990	23	92	CLASSIFICADO
85	2115	GLAUCIA GONÇALVES	2063659-8	21/12/1990	23	92	CLASSIFICADO
86	3398	BETÂNIA DA SILVA FIGUEIREDO	2052972-4	09/06/1991	23	92	CLASSIFICADO

CARGO: 790- AJUDANTE DE SERVIÇOS GERAIS – ZONA URBANA							
QTD.	NÚMERO DA INSCRIÇÃO	NOME DO INSCRITO	DOCUMENTO	NASCIMENTO	ACERTOS	PROVA OBJETIVA	RESULTADO
158	425	JOSE CICERO DOS SANTOS SILVA	8560174	23/10/1990	16	64	CLASSIFICADO

2. Convoca os candidatos abaixo relacionados para comparecer **Departamento de Pessoal, vinculado a Secretaria Municipal de Administração**, 1º Piso do Paço Administrativo, situado a Avenida Brasil nº 2350-E no bairro Jardim Europa em Tangará da Serra-MT,para escolha do local de trabalho e posteriormente, dar sequência ao item 4 do presente edital.

CARGO: 696 – FARMACÊUTICO							
QTD.	NÚMERO DA INSCRIÇÃO	NOME DO INSCRITO	DOCUMENTO	NASCIMENTO	ACERTOS	PROVA OBJETIVA	RESULTADO
1	1064	JÉSSICA RAMOS	19166257	04/03/1988	19	76	CLASSIFICADO

CARGO: 695- MÉDICO CARDIOLOGISTA							
QTD.	NÚMERO DA INSCRIÇÃO	NOME DO INSCRITO	DOCUMENTO	NASCIMENTO	ACERTOS	PROVA OBJETIVA	RESULTADO
1	1704	NEISON MARQUES DUARTE	099402901 IFP/RJ	07/08/1967	14	56	APROVADO

CARGO: 700 – GESSEIRO							
QTD.	NÚMERO DA INSCRIÇÃO	NOME DO INSCRITO	DOCUMENTO	NASCIMENTO	ACERTOS	PROVA OBJETIVA	RESULTADO
2	2510	VIVIANE MENDES CHAGAS	2081925683	31/05/1977	18	72	CLASSIFICADO

CARGO: 797 – MÉDICO CLINICO GERAL LEI 4334/2014							
QTD.	NÚMERO DA INSCRIÇÃO	NOME DO INSCRITO	DOCUMENTO	NASCIMENTO	ACERTOS	PROVA OBJETIVA	RESULTADO
12	1060	LEANDRO DE ANDRADE JUNQUEIRA	13157507	06/10/1981	14	56	CLASSIFICADO
13	2001	CICIANNI BERNARDO VIANA	16995805	20/12/1984	13	52	CLASSIFICADO

CARGO: 699 – TÉCNICO DE RAIO-X- LEI 3340/2010							
QTD.	NÚMERO DA INSCRIÇÃO	NOME DO INSCRITO	DOCUMENTO	NASCIMENTO	ACERTOS	PROVA OBJETIVA	RESULTADO
1	1264	ELIANE DE FATIMA SCHWAAB	31503586	09/02/1976	15	60	CLASSIFICADO

3.Os candidatos deverão apresentar os **originais e entregar as cópias dos documentos** constantes no item 14 do Edital de abertura nos dias **18 e 21/03/2022** das 08h00 às 11h00 e das 13h00 às 16h00, sendo que o **exame admissional será definido posteriormente**.

Documentos a serem entregues:

a) Comprovante de escolaridade:

a.1) Para os cargos de ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO e COMPLETO: histórico escolar ou atestado de escolaridade expedido pela instituição escolar, reconhecido pelo MEC;

a.2) Para os cargos de ENSINO MÉDIO COMPLETO: certificado de conclusão e/ou histórico escolar ou atestado de escolaridade expedido pela instituição escolar, reconhecido pelo ME;

a.3) Para os cargos de CURSO TÉCNICO: certificado de conclusão do curso, reconhecido pelo ME;

a.4) Para os cargos de ENSINO SUPERIOR COMPLETO: Diploma ou atestado de conclusão com comprovação da colação de grau, expedido em papel timbrado, com carimbo e assinatura do responsável legal da instituição, reconhecido pelo ME;

b) Carteira de Registro Profissional e certidão negativa de débitos do respectivo Conselho de Classe ao qual pertence (quando for o caso);

c) Ser considerado APTO na perícia médica realizada por órgão ou pessoa especializada designada pela Prefeitura Municipal de Tangará da Serra;

c.1) Nos casos de candidatos que se inscreveram para a vaga de cargo como Pessoas com Deficiência, o atestado pré-admissional estará vinculado a perícia médica promovida pela Prefeitura Municipal, conforme o item 8.8 do edital;

d) Cédula de Identidade (RG) e Cadastro de Pessoa Física (CPF);

e) Título de Eleitor e Certidão Negativa Eleitoral;

f) Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);

g) Certidão de Casamento ou Nascimento (conforme o caso);

h) Cartão do SUS e a Carteira de vacinação atualizada do candidato;

i) Os candidatos para os cargos de Motorista deverão apresentar:

i.1) Carteira Nacional de Habilitação – CNH definitiva categoria D ou E, exigida pelo cargo;

i.2) Ter idade superior a 21 (vinte e um) anos;

i.3) Motorista SAMU:

i.3.1) Possuir curso de Transporte de Emergência reconhecido pelo DETRAN;

i.4) Motorista – indígena e Motorista - zona rural:

i.4.1) Possuir curso de Transporte de Passageiros, Movimentação e Operação de Produtos Perigosos - MOPP e Transporte Escolar reconhecidos pelo DETRAN;

i.4.2) Certidão de Condutor emitida pelo DETRAN.

i.5) Motorista e Operador de Máquinas – Secretaria Municipal de Infraestrutura:

i.5.1) Possuir curso Movimentação e Operação de Produtos Perigosos – MOPP.

j) Cópia da Carteira de trabalho na página da foto e verso;

k) Extrato do PIS/PASEP ou cópia do cartão cidadão (emitido pela Caixa Econômica Federal ou Ministério do Trabalho);

l) Comprovante de residência;

m) Certidão de nascimento dos filhos;

n) Atestado de Vacinação dos filhos menores de 05 anos (se for o caso);

o) Frequência escolar dos filhos menores de 14 anos (se for o caso);

p) CPF dos filhos;

q) CPF do pai, mãe e cônjuge do candidato;

r) Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da Comarca de Tangará da Serra-MT, relativo de ações cíveis e criminais de 1º e 2º graus (com trânsito em julgado);

s) Certidão Negativa fornecida pela Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, relativo de débitos Municipais (Setor de Tributação ou através do site www.tangaradaserra.mt.gov.br);

t) Declarações: de não acúmulo de cargo público, de bens, de parentesco e de ficha limpa, conforme modelo disponibilizado pelo site **www.tangarada-serra.mt.gov.br**;

u) Declaração de Imposto de Renda (Exercício 2021/Ano - Calendário 2020 ou mais recente), no caso de isento apresentar Comprovante de Regularização de Situação Cadastral no site **https://www.receita.fazenda.gov.br/**;

v) Declaração emitida pela UPSPA – Unidade Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, que não sofreu sanções disciplinares nos últimos 05 (cinco) anos, mediante processo administrativo devidamente instaurado;

w) Cópia do cartão Banco Bradesco ou cópia de documento legível que especifique número da conta na referida Instituição Financeira;

x) Para o cargo da Zona Indígena, o candidato deverá apresentar uma autorização emitida pelas lideranças da Comunidade Indígena na qual fora oportunizado a vaga e/ou que pretende trabalhar;

y) Foto 3X4;

3.3 O contratado submeter-se-á ao regime Jurídico Administrativo – Processo Seletivo Simplificado e ao Regime Geral de Previdência Social – INSS;

3.4 Os contratos terão vigência conforme a Lei Complementar n.º 103, de 09 de março de 2006 e suas alterações.

3.5O candidato terá **02 (dois) dias de prazo para apresentação dos documentos previsto no item 3 deste edital,** nas datas e horários estipulados acima para a entrega da documentação legal exigida no item 14 do Edital de Abertura sendo automaticamente desclassificado aquele candidato que não respeitar o prazo.

3.6 Será considerado como desistente, o candidato que não se apresentar no prazo referido deste edital.

4. Será desclassificado o candidato que:

a) não comparecer na data estipulada;

b) não apresentar a documentação exigida no item 3 do presente Edital;

c) – for declarado inapto para exercer o cargo a que foi classificado, mediante atestado médico.

5. Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Tangará da Serra – MT, 17 de Março de 2022.

Vander Alberto Masson

Prefeito Municipal

Arielzo da Guia e Cruz

Secretário Municipal de Administração

SAMAE
AVISO DE ABERTURA - PGE Nº 019/2022/SAMAE

O **SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Tangará da Serra - Mato Grosso,** através do Setor de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 019/2022/SAMAE,** para seleção da melhor proposta pelo **MENOR PREÇO POR LOTE,** tendo como objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE VEÍCULOS LOCADOS PARA UTILIZAÇÃO DA AUTARQUIA NA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS, TÉCNICOS, COMERCIAIS E OPERACIONAIS DO SAMAE NO MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT.** A abertura do certame está prevista para as **09h00min do dia 13 de Abril de 2022 (horário de Brasília - DF).** Endereço do SAMAE de Tangará da Serra/MT, éna Avenida Brasil, nº 2350-E, Paço Municipal - Anexo, Jardim Europa de segunda a sexta-feira, exceto feriados. O Edital completo poderá ser retirado no site: www.samaetga.com.br/publicações. Fone para contato: (65) 3311–6504 / 3311-6517 e 3311-6518.

Tangará da Serra/MT, 18 de Março de 2022.

EDINÉIA G. DE SOUZA VIEIRA

Setor de Licitação - SAMAE

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO– PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2022.

AVISO DE RESULTADO– PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2022. A Prefeitura Municipal de Tangará da Serra do Estado de Mato Grosso, depois de analisado o parecer jurídico e considerando a legalidade do procedimento, julgamento, habilitação e resultado relativo à licitação, modalidade de Pregão Eletrônico nº 016/2022, do tipo: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IDENTIFICAÇÃO, DESENHO, ATUALIZAÇÃO DAS METRAGENS E APRESENTAÇÃO DO NOVO QUANTITATIVO DAS ÁREAS EDIFICADAS NO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT DE 35.000 IMÓVEIS, VISÍVEIS SOBRE UM ORTOMOSAICO COM RESOLUÇÃO ESPACIAL DE 6 CM OU MELHOR,**conforme especificações contidas no Termo de Referência e demais exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos,torna público o resultado e homologação do certame acima referido, em que foi declarada como vencedora a empresa: **GEOQI CONSULTORIA E TECNOLOGIA LTDA,** inscrita no CNPJ sob o nº 24. 604.722/0001-13 o qual também poderá ser acessado, através do link: http://www.tangaradaserra.mt.gov.br/Resultado-de-Licitacao/.Tangará da Serra-MT,18.03.2022. Márcia Dourado Ferreira-Pregoeira.

LEI COMPLEMENTAR N.º 270, DE 16 DE MARÇO DE 2022.

LEI COMPLEMENTAR N.º 270, DE **16** DE **MARÇO**DE **2022.**

ALTERA O ANEXO I DO §1º E ANEXO II DO §2º DO ARTIGO 1º DA LEI COMPLEMENTAR 254 DE 08 DE JULHO DE 2021 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO MUNICIPAL** Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a Seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica alterado o anexo I, do §1º e anexo II do §2º, do artigo 1º, da Lei Complementar nº 254, de 08 de julho de 2021, que passa a vigorar com a seguinte redação:

§1º(...)

ANEXO I

Descrição	Vagas de:	Vagas para:	Carga horária	Salário R$ de:	Salário R$ para:	Formação/Atuação
Professor Arte – Zona Urbana e Rural	03	03	De 30 até 40 horas-aula	De R$ 3. 190,37 até R$ 4.253,88	De R$ 3.467,95 até R$ 4.623,99	Licenciatura Plena em Arte
Professor Ciências Naturais - Zona Urbana e Rural	08	08	De 30 até 40 horas-aula	De R$ 3. 190,37 até R$ 4.253,88	De R$ 3.467,95 até R$ 4.623,99	Licenciatura Plena em Ciências Naturais
Professor Educação Física – Zona Urbana	21	21	De 30 até 40 horas-aula	De R$ 3. 190,37 até R$ 4.253,88	De R$ 3.467,95 até R$ 4.623,99	Licenciatura Plena em Educação Física
Professor Educação Física – Rural	05	05	De 30 até 40 horas-aula	De R$ 3. 190,37 até R$ 4.253,88	De R$ 3.467,95 até R$ 4.623,99	Licenciatura Plena em Educação Física
Professor Geografia – Zona Urbana e Rural	09	09	De 30 até 40 horas-aula	De R$ 3. 190,37 até R$ 4.253,88	De R$ 3.467,95 até R$ 4.623,99	Licenciatura Plena em Geografia
Professor História – Zona Urbana e Rural	09	09	De 30 até 40 horas-aula	De R$ 3. 190,37 até R$ 4.253,88	De R$ 3.467,95 até R$ 4.623,99	Licenciatura Plena em História
Professor Língua Portuguesa e Estrangeira – Zona Urbana e Rural	26	26	De 30 até 40 horas-aula	De R$ 3. 190,37 até R$ 4.253,88	De R$ 3.467,95 até R$ 4.623,99	Licenciatura Plena em Letras
Professor Matemática – Zona Urbana e Rural	17	17	De 30 até 40 horas-aula	De R$ 3. 190,37 até R$ 4.253,88	De R$ 3.467,95 até R$ 4.623,99	Licenciatura Plena em Matemática

Professor Pedagogo - Zona Rural – CMAE Ulisses Guimarães	02	02	De 30 até 40 horas-aula	De R$ 3.190,37 até R$ 4.253,88	De R$ 3.467,95 até R$ 4.623,99	Licenciatura Plena em Pedagogia – Atuação na Educação Infantil e Anos Iniciais
Professor Pedagogo – Zona Rural - CME Profª. Jucileide Praxedes	07	07	De 30 até 40 horas-aula	De R$ 3.190,37 até R$ 4.253,88	De R$ 3.467,95 até R$ 4.623,99	Licenciatura Plena em Pedagogia – Atuação na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental
Professor Pedagogo – Zona Rural – CME Ernesto Che Guevara	05	05	De 30 até 40 horas-aula	De R$ 3.190,37 até R$ 4.253,88	De R$ 3.467,95 até R$ 4.623,99	Licenciatura Plena em Pedagogia – Atuação na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental
Professor Pedagogo – Zona Rural - CME Marechal Cândido Rondon	04	05	De 30 até 40 horas-aula	De R$ 3.190,37 até R$ 4.253,88	De R$ 3.467,95 até R$ 4.623,99	Licenciatura Plena em Pedagogia – Atuação na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental
Professor Pedagogo – Zona Rural - EM Chapadão do Rio Verde	03	10	De 30 até 40 horas-aula	De R$ 3.190,37 até R$ 4.253,88	De R$ 3.467,95 até R$ 4.623,99	Licenciatura Plena em Pedagogia – Atuação na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental
Professor Pedagogo – Zona Rural - CME Diva Martins Junqueira	04	05	De 30 até 40 horas-aula	De R$ 3.190,37 até R$ 4.253,88	De R$ 3.467,95 até R$ 4.623,99	Licenciatura Plena em Pedagogia – Atuação na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental
Professor Pedagogo – Zona Urbana	141	141	De 30 até 40 horas-aula	De R$ 3.190,37 até R$ 4.253,88	De R$ 3.467,95 até R$ 4.623,99	Licenciatura Plena em Pedagogia – Atuação na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental
Professor da Sala Multifuncional/Educação Especial – Zona Urbana e Rural	13	13	De 30 até 40 horas-aula	De R$ 3.190,37 até R$ 4.253,88	De R$ 3.467,95 até R$ 4.623,99	Licenciatura Plena em Pedagogia com Especialização no Campo da Psicopedagogia e/ou Educação Especial Inclusiva
Professor Educação Infantil, Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental Indígena	05	02	De 30 até 40 horas-aula	Tabela Anexo II	Anexo II	Professor Indígena com Ensino Médio Completo Professor Indígena com Magistério Professor Indígena com Licenciatura Plena
Professor Educação Infantil, Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental Indígena – EMI Formoso	10	06	De 30 até 40 horas-aula	Tabela Anexo II	Anexo II	Professor Indígena com Ensino Médio Completo Professor Indígena com Magistério Professor Indígena com Licenciatura Plena
Professor Educação Infantil, Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental Indígena - EMI Zozoitero	10	12	De 30 até 40 horas-aula	Tabela Anexo II	Anexo II	Professor Indígena com Ensino Médio Completo Professor Indígena com Magistério Professor Indígena com Licenciatura Plena
Professor Educação Infantil, Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental Indígena - EMI Cabeceira do Osso	10	08	De 30 até 40 horas-aula	Tabela Anexo II	Anexo II	Professor Indígena com Ensino Médio Completo Professor Indígena com Magistério Professor Indígena com Licenciatura Plena
Professor Educação Infantil, Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental Indígena - EMI Cabeceira do Sacre	10	08	De 30 até 40 horas-aula	Tabela Anexo II	Anexo II	Professor Indígena com Ensino Médio Completo Professor Indígena com Magistério Professor Indígena com Licenciatura Plena
Agente Administrativo	09	09	40 horas semanais	1.565,64	R$ 1.636,41	Ensino Médio
Ajudante de Serviços Gerais – Zona Urbana	100	96	40 horas semanais	932,42 + Complemento Constitucional	R$ 1.017,84 + Complemento Constitucional	Ensino Fundamental Incompleto
Ajudante de Serviços Gerais – Zona Rural - CME Diva Martins Junqueira	05	06	40 horas semanais	932,42 + Complemento Constitucional	R$ 1.017,84 + Complemento Constitucional	Ensino Fundamental Incompleto
Ajudante de Serviços Gerais – Zona Rural - CME Jucileide Praxedes	07	07	40 horas semanais	932,42 + Complemento Constitucional	R$ 1.017,84 + Complemento Constitucional	Ensino Fundamental Incompleto
Ajudante de Serviços Gerais – Zona Rural - CME Marechal Cândido Rondon	05	05	40 horas semanais	932,42 + Complemento Constitucional	R$ 1.017,84 + Complemento Constitucional	Ensino Fundamental Incompleto
Ajudante de Serviços Gerais – Zona Rural - CME Ernesto Che Guevara	05	05	40 horas semanais	932,42 + Complemento Constitucional	R$ 1.017,84 + Complemento Constitucional	Ensino Fundamental Incompleto
Ajudante de Serviços Gerais – Zona Rural - CMAE Ulisses Guimarães	05	05	40 horas semanais	932,42 + Complemento Constitucional	R$ 1.017,84 + Complemento Constitucional	Ensino Fundamental Incompleto
Ajudante de Serviços Gerais – Zona Rural - EMI Chapadão do Rio Verde	03	05	40 horas semanais	932,42 + Complemento Constitucional	R$ 1.017,84 + Complemento Constitucional	Ensino Fundamental Incompleto
Ajudante de Serviços Gerais Indígena	01	01	40 horas semanais	932,42 + Complemento Constitucional	R$ 1.017,84 + Complemento Constitucional	Ensino Fundamental Incompleto
Ajudante de Serviços Gerais Indígena - EMI Formoso	01	01	40 horas semanais	932,42 + Complemento Constitucional	R$ 1.017,84 + Complemento Constitucional	Ensino Fundamental Incompleto
Ajudante de Serviços Gerais Indígena – EMI Zozoitero	01	02	40 horas semanais	932,42 + Complemento Constitucional	R$ 1.017,84 + Complemento Constitucional	Ensino Fundamental Incompleto
Ajudante de Serviços Gerais Indígena - EMI Cabeceira do Osso	01	01	40 horas semanais	932,42 + Complemento Constitucional	R$ 1.017,84 + Complemento Constitucional	Ensino Fundamental Incompleto
Ajudante de Serviços Gerais Indígena - EMI Cabeceira do Sacre	01	01	40 horas semanais	932,42 + Complemento Constitucional	R$ 1.017,84 + Complemento Constitucional	Ensino Fundamental Incompleto

Auxiliar de Desenvolvimento Infantil e Educação Especial – ADI/AEE - Zona Urbana	55	55	40 horas semanais	1.565,64	R$ 1.636,41	Ensino Médio
Auxiliar de Desenvolvimento Infantil e Educação Especial – ADI/AEE - Zona Rural – CME Diva Martins Junqueira	05	05	40 horas semanais	1.565,64	R$ 1.636,41	Ensino Médio
Auxiliar de Desenvolvimento Infantil e Educação Especial – ADI/AEE - Zona Rural – CME Jucileide Praxedes	05	05	40 horas semanais	1.565,64	R$ 1.636,41	Ensino Médio
Auxiliar de Desenvolvimento Infantil e Educação Especial – ADI/AEE - Zona Rural - CME Marechal Cândido Rondon	05	05	40 horas semanais	1.565,64	R$ 1.636,41	Ensino Médio
Auxiliar de Desenvolvimento Infantil e Educação Especial – ADI/AEE - Zona Rural – CME Ernesto Che Guevara	05	05	40 horas semanais	1.565,64	R$ 1.636,41	Ensino Médio
Auxiliar de Desenvolvimento Infantil e Educação Especial – ADI/AEE - Zona Rural – CMAE Ulisses Guimarães	05	05	40 horas semanais	1.565,64	R$ 1.636,41	Ensino Médio
Auxiliar de Desenvolvimento Infantil e Educação Especial – ADI/AEE - Zona Rural – EM Chapadão do Rio Verde	02	02	40 horas semanais	1.565,64	R$ 1.636,41	Ensino Médio
Intérprete de Libras	05	05	40 horas semanais	2.095,75	R$ 2.190,47	Ensino Médio e Formação em Libras
Nutricionista	01	01	40 horas semanais	4.621,44	R$ 4.830,33	Nível Superior em Nutrição
Mecânico	03	03	40 horas semanais	1.188,70	R$ 1.242,43	Ensino Fundamental
Motorista – Zona Rural	12	08	40 horas semanais	1.188,70	R$ 1.242,43	Ensino Fundamental
Motorista – Zona Rural – Distrito do Progresso	02	04	40 horas semanais	1.188,70	R$ 1.242,43	Ensino Fundamental
Motorista – Zona Rural – Gleba Triangulo	03	03	40 horas semanais	1.188,70	R$ 1.242,43	Ensino Fundamental
Motorista – Zona Rural – Assentamento Antônio Conselheiro	05	05	40 horas semanais	1.188,70	R$ 1.242,43	Ensino Fundamental
Motorista – Zona Rural – Distrito de São Jorge	05	04	40 horas semanais	1.188,70	R$ 1.242,43	Ensino Fundamental
Motorista – Zona Rural – Linha 12	01	04	40 horas semanais	1.188,70	R$ 1.242,43	Ensino Fundamental
Motorista – Indígena	02	02	40 horas semanais	1.188,70	R$ 1.242,43	Ensino Fundamental
Recepcionista	04	04	40 horas semanais	1.188,70	R$ 1.242,43	Ensino Fundamental
Vigia	21	21	40 horas semanais	932,42 + Complemento Constitucional	R$ 1.017,84 + Complemento Constitucional	Ensino Fundamental Incompleto
Total de vagas	**612**	**612**				

§ 2º (…)

ANEXO II

Nível de Escolaridade/Formação	Carga Horária	Salário (R$) de:	Salário (R$) para:
Professor Indígena com Ensino Médio completo	Até 40 horas-aula	2.095,78	R$ 2.278,13
Professor Indígena com Formação Magistério	Até 40 horas-aula	2.443,79	R$ 2.656,42
Professor Indígena com Licenciatura Plena	Até 40 horas-aula	4.253,88	R$ 4.623,99

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data de 01 de fevereiro de 2022, revogando as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos **dezesseis** dias do mês de **março** do ano de **dois mil e vinte e dois, 45º** aniversário de Emancipação Político Administrativa.

Vander Alberto Masson

Prefeito Municipal

Vagner Constantino Guimarães

Secretário Municipal de Educação

Arielzo da Guia e Cruz

Secretário Municipal de Administração

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado por afixação em lugar de costume na data supra e disponibilizado no site: www.tangaradaserra.mt.gov.br.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL COMPLEMENTAR 015/2022 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2021

EDITAL COMPLEMENTAR 015/2022 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2021

O Município de Tangará da Serra/MT, por meio do Prefeito, **Senhor Vander Alberto Masson,** no uso de suas atribuições legais, **TORNA PÚBLICO o presente Edital para convocar os candidatos classificados mediante** o resultado final Homologado mediante o Edital Complementar nº. 015/2021, publicado no Diário Oficial de Contas, ano 10 nº. 2195 em 18/05/2021 e Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, ano XVI

nº. 3730 de 18/05/2021, referente ao Processo Seletivo nº 001/2021 de 05/03/2021, destinado à contratação e formação de cadastro de reserva**,** para o exercício funcional temporário na Secretaria Municipal de Educação.

1. Para que compareçam diretamente no Departamento de Pessoal vinculado a Secretaria Municipal de Administração, 1º Piso do Paço Administrativo, situado a Avenida Brasil nº 2350-E no bairro Jardim Europa em Tangará da Serra-MT, conforme abaixo relacionados:

504 – MOTORISTA SAMU							
QT	**INSC**	**NOME DO INSCRITO**	**Documento**	**DATA NASCIMENTO**	**ACERTOS**	**PROVA OBJETIVA**	**RESULTADO**
20	596	MAURICIO DE BARROS CAMARGO	29678975 SSP/SP	10/11/1977	17	**68**	**CLASSIFICADO**

770 – ORIENTADOR SOCIAL – SEMAS							
QT	**INSC**	**NOME DO INSCRITO**	**Documento**	**DATA NASCIMENTO**	**ACERTOS**	**PROVA OBJETIVA**	**RESULTADO**
8	2815	FERNANDA DALIANY DA SILVA FACHIN	15511669	21/03/1985	**18**	**72**	**CLASSIFICADO**

792-VIGIA							
QT	**INSC**	**NOME DO INSCRITO**	**Documento**	**DATA NASCIMENTO**	**ACERTOS**	**PROVA OBJETIVA**	**RESULTADO**
2	3030	CLEBER OLIVEIRA DA SILVA	16618750	04/04/1985	25	**100**	**CLASSIFICADO**

1151 - AJUDANTE DE SERVIÇOS GERAIS							
QT	**INSC**	**NOME DO INSCRITO**	**Documento**	**DATA NASCIMENTO**	**ACERTOS**	**PROVA OBJETIVA**	**RESULTADO**
29	1690	GISLAINE JUSTINO DOS SANTOS CARINHANHA	18805094	26/06/1984	**19**	**76**	**CLASSIFICADO**

2. Para entrega de documentos: Dia 18 e21/03/2022 das 08h00 às 11h00 e 13h00 às 16h00 e o exame admissional será definido posteriormente.

2.1 Os documentos abaixo relacionados deverão ser entregues no **Departamento de Pessoal** vinculado **a** Secretaria Municipal de Administração, 1º Piso do Paço Administrativo, situado a Avenida Brasil nº 2350-E no bairro Jardim Europa em Tangará da Serra-MT, **nos dias relacionados no Item 2 para entrega de documentos, munidos com ORIGINAIS E CÓPIAS dos documentos abaixo relacionados:**

2.2 No ato da contratação o candidato deverá apresentar os documentos **(ORIGINAIS E CÓPIAS)** abaixo relacionados:

a) Comprovante de escolaridade:

a.1) Para os cargos de ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO e COMPLETO: histórico escolar ou atestado de escolaridade expedido pela instituição escolar, reconhecido pelo MEC;

a.2) Para os cargos de ENSINO MÉDIO COMPLETO: certificado de conclusão e/ou histórico escolar ou atestado de escolaridade expedido pela instituição escolar, reconhecido pelo ME;

a.3) Para os cargos de CURSO TÉCNICO: certificado de conclusão do curso, reconhecido pelo ME;

a.4) Para os cargos de ENSINO SUPERIOR COMPLETO: Diploma ou atestado de conclusão com comprovação da colação de grau, expedido em papel timbrado, com carimbo e assinatura do responsável legal da instituição, reconhecido pelo ME;

b) Carteira de Registo Profissional e certidão negativa de débitos do respetivo Conselho de Classe ao qual pertence (quando for o caso);

c) Ser considerado APTO na perícia médica realizada por órgão ou pessoa especializada designada pela Prefeitura Municipal de Tangará da Serra;

c.1) Nos casos de candidatos que se inscreveram para a vaga de cargo como Pessoas com Deficiência, o atestado pré-admissional estará vinculado a perícia médica promovida pela Prefeitura Municipal, conforme o item 8.8 do edital;

d) Cédula de Identidade (RG) e Cadastro de Pessoa Física (CPF);

e) Título de Eleitor e Certidão Negativa Eleitoral;

f) Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);

g) Certidão de Casamento ou Nascimento (conforme o caso);

h) Cartão do SUS e a Carteira de vacinação atualizada do candidato;

i) Os candidatos para o cargo de Motorista deverão apresentar:

i.1) Carteira Nacional de Habilitação – CNH definitiva categoria D ou E, exigida pelo cargo;

i.2) Ter idade superior a 21 (vinte e um) anos;

i.3) Possuir curso de Transporte de Emergência, reconhecidos pelo DETRAN;

i.4) Possuir curso de Transporte de Passageiros (Movimento Operações de Produtos Especiais -

MOPE) e Transporte Escolar, reconhecidos pelo DETRAN;

i.5) Certidão de Condutor emitida pelo DETRAN;

j) Cópia da Carteira de trabalho na página da foto e verso;

k) Extrato do PIS/PASEP ou cópia do cartão cidadão (emitido pela Caixa Econômica Federal ou Ministério do Trabalho); **l)** Comprovante de residência; **m)** Certidão de nascimento dos filhos;

n) Atestado de Vacinação dos filhos menores de 05 anos (se for o caso);

o) Frequência escolar dos filhos menores de 14 anos (se for o caso);

p) CPF dos filhos; **q)** CPF do pai, mãe e cônjuge do candidato;

r) Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da Comarca de Tangará da Serra-MT, relativo de ações cíveis e criminais de 1º e 2º graus (com trânsito em julgado);

s) Certidão Negativa fornecida pela Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, relativo de débitos Municipais (Setor de Tributação ou através do site www.tangaradaserra.mt.gov.br);

t) Declarações: de não a cúmulo de cargo público, de bens, de parentesco e de ficha limpa, conforme modelo disponibilizado pelo site **www.tangarada-serra.mt.gov.br**;

u) Declaração de Imposto de Renda (Exercício 2021/Ano - Calendário 2020 ou mais recente), no caso de isento apresentar Comprovante de Regularização de Situação Cadastral no site **https://www.receita.fazenda.gov.br/**;

v) Declaração emitida pela UPSPA – Unidade Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, que não sofreu sanções disciplinares nos últimos 05 (cinco) anos, mediante processo administrativo devidamente instaurado;

w) Cópia do cartão Banco Bradesco ou cópia de documento legível que especifique número da conta na referida Instituição Financeira;

x) Para o cargo da Zona Indígena, o candidato deverá apresentar uma autorização emitida pelas lideranças da Comunidade Indígena na qual fora oportunizado a vaga e/ou que pretende trabalhar;

y) Foto 3X4;

2.3 O contratado submeter-se-á ao regime Jurídico Administrativo – Processo Seletivo Simplificado e ao Regime Geral de Previdência Social – INSS;

2.4 Os contratos terão vigência conforme a Lei Complementar n.º 103, de 09 de março de 2006 e suas alterações.

2.5O candidato terá **02 (dois) dias de prazo para apresentação dos documentos previsto nos itens 1 e 2 deste edital,** nas datas e horários estipulados acima para a entrega da documentação legal exigida no item 14 do Edital de Abertura sendo automaticamente desclassificado aquele candidato que não respeitar o prazo.

2.6 Será considerado como desistente, o candidato que não se apresentar no prazo referido deste edital.

3. Será desclassificado o candidato que:

a) não comparecer na data estipulada;

b) não apresentar a documentação exigida no item 2 do presente Edital;

c) – for declarado inapto para exercer o cargo a que foi classificado, mediante atestado médico.

4. Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Tangará da Serra – MT, 17 de Março de 2022.

Vander Alberto Masson

Prefeito Municipal

Arielzo da Guia e Cruz

Secretário Municipal de Administração

SAMAE
TERMO ADITIVO N. 016/2022/SAMAE

TERMO ADITIVO N. 016/2022/SAMAE

TIPO	Contrato 007/2022/SAMAE - Extraído da Ata Registro Preços n. 049/SAMAE/2021 – PREGÃO ELETRÔNICO N. 062/2021/SAMAE
CONTRATANTE	**SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TANGARÁ DA SERRA/MT**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ Nº. 06.068.089/0001-04, localizado à Av. Brasil, 2.350 E – Paço Municipal, na cidade de Tangará da Serra/MT, representado pelo Diretor Geral **HELITON LUIZ DE OLIVEIRA.**
CONTRATADA	**VF BEREGULA**, inscrita no **CNPJ: 11.180.588/0001-29,** localizada na Rua dos Caládios, 532 – Jardim Primaveras – Sinop – MT, CEP: 78.550-386, representada pela Sra. **ANA CAROLINA LOPES DE AZEVEDO.**
OBJETO FUNDAMENTO E VALOR	O presente Contrato tem por objeto**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA OPERAÇÃO E MONITORAMENTO REMOTO DO SISTEMA DE ÁGUA E ESGOTO, COM ESTABELECIMENTO DE PROTOCOLO OPERACIONAL PARA CONTROLE DOS PROCESSOS E OTIMIZAÇÃO DE USO ENERGÉTICO DO SAMAE, BEM COMO O FORNECIMENTO DOS EQUIPAMENTOS E INSUMOS NECESSÁRIOS PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, ATRAVÉS DE COMODATO.** Com supedâneo no Art. 65, § 1º, da Lei 8.666/93. **R$ 57.960,00 (Cinquenta e sete mil, novecentos e sessenta reais.**
	Tangará da Serra/MT, 09 de março de 2022**, prazo até 09 de março de 2023.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 18/2022 DE 18 DE MARÇO DE 2022.

SÚMULA: "Regulamenta a obrigatoriedade de elaboração de contratos, especialmente nos casos de adesão a atas de registros de preços, em observância ao Art. 62 da Lei Federal nº. 8.666/1993, no âmbito da Prefeitura de Terra Nova do Norte/MT, e dá outras providências".

O **PREFEITO DE TERRA NOVA DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO que os gestores, os membros e os servidores da Prefeitura de Terra Nova do Norte/MT, com a colaboração da Unidade de Controle Interno, deverão zelar pelo respeito às normas legais referentes aos contratos administrativos, especialmente o disposto no Art. 37 da Constituição Federal de 1988 e na Lei Federal n°. 8.666/1993;

CONSIDERANDO, a necessidade de observância ao Art. 62 da Lei Federal n° 8.666/1993, especialmente no que concerne à obrigatoriedade de formalização de termo contrato nos casos de adesão a ata de registo de preços;

CONSIDERANDO, que o abuso da discricionariedade com relação a substituição e termo de contrato por notas de empenho e outros instrumentos, fora dos limites estabelecidos pelo Art. 62, §§ 2º e 4º, da Lei Federal nº. 8.

666/1993, constitui ato atentatório ao interesse público de proteção patrimonial da Administração, gerando o risco de que ocorram apontamentos e imposição de sanções pelo Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, no exercício de sua atividade de controle externo;

DECRETA

Art. 1º. Ficam disciplinados por este Decreto os critérios de obrigatoriedade de elaboração de termos de contratos, especialmente nos casos de adesão a atas de registros de preços, no âmbito da Prefeitura de Terra Nova do Norte/MT, em observância ao Art. 62 da Lei Federal nº. 8.666/1993.

Parágrafo único. Para formalização de contratos administrativos deverá ser indicada a dotação orçamentária apta a acobertar seus custos, com a respectiva emissão do empenhamento da despesa.

Art. 2º. É necessário formalizar termo de contrato nos casos:

I - em que o valor da contratação seja superior ao valor da modalidade convite durante o exercício, ressalvados os casos de:

a) aquisição de medicamentos e insumos hospitalares;

b) aquisição de gêneros alimentícios.

II - em que o objeto contratado seja de alta complexidade, ainda que a contratação esteja abaixo do valor máximo da modalidade convite e que as obrigações sejam de compra com entrega imediata e integral; e

III - de compras que resultem em obrigações futuras, inclusive assistência técnica, não considerando, para tanto, as garantias legais e complementares amparadas pelos Arts. 24 e 50 do Código de Defesa do Consumidor.

§ 1º. Excepciona-se o disposto no inciso I do *caput,* podendo substituir o termo de contrato por outro instrumento hábil, independentemente do valor da contratação, nos casos de compra com entrega imediata e integral que não resulte em obrigação futura, inclusive assistência técnica, e que não se trate de objeto de alta complexidade.

§ 2º. As regras e exceções acima descritas tem como base a interpretação sistêmica do Art. 62, caput e §4º, da Lei Federal nº. 8.666/1993 c/c o Art. 9º da Lei Federal nº 10.520/2002 e com o Art. 15 do Decreto Federal nº. 7.892/2003.

§ 3º. Para efeitos deste Decreto, há:

I - objeto de alta complexidade, quando a contratação envolver elevada especialização, como fator de extrema relevância para garantir a execução do objeto a ser contratado ou que possa comprometer a continuidade da prestação do serviço contratado; e

II - obrigações futuras, quando:

a) a tradição do objeto não é imediata, em razão da tratativa;

b) há parcelamento da entrega (fracionamento), tais como nos casos de contratação de apólice de seguros, de financiamento e de locação, bem como de prestação de serviços de energia elétrica;

c) há previsão de assistência técnica, independentemente de haver entrega imediata.

§ 4º. A assistência técnica, que impõe a formalização de termo de contrato, é entendida como aquela que reclama detalhamento maior dos termos do comprometimento do fornecedor ou fabricante para sustentar a reposição de peças ou a execução de serviços especializados de suporte.

§ 5º. Para os fins deste Decreto, não se caracterizam assistência técnica: a garantia de execução do contrato (caução, seguro garantia, fiança bancária - Art. 56 da Lei Federal nº. 8.666/1993), a garantia legal extracontratual (Art. 24 do Código de Defesa do Consumidor) e a garantia contratual complementar à legal (Art. 50 do Código de Defesa do Consumidor).

§6°. Quando possível, os contratos administrativos serão matérias de aditivo de prazo, por iguais e sucessivos períodos até o limite de 60 (sessenta) meses.

§7º. Os contratos administrativos e seus respectivos aditivos deverão ser publicados até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente a sua celebração, ressalvados os casos de obras e serviços de engenharia que ensejarão a publicação no dia seguinte da assinatura.

Art. 3º. Quando proceder a substituição do termo de contrato pelos outros instrumentos hábeis, deve-se sempre, no que couber, observar as exigências das cláusulas necessárias prescritas pelo Art. 55 da Lei Federal nº. 8.666/1993.

Art. 4º. Nos casos em que expressamente é autorizada a dispensa do termo de contrato, são considerados instrumentos hábeis para substituí-lo, mediante justificativa fundamentada nos autos:

I - nota de empenho;

II - autorização de compra; e

III - ordem de execução de serviço;

Art. 5º. Nos casos de adesão pela Prefeitura de Terra Nova do Norte/MT a atas de registros de preços gerenciadas por outras entidades públicas, deverão ser observados se os preceitos acima detalhados foram respeitados, de acordo com o disposto nos Arts. 62 e 55 da Lei Federal nº. 8.666/1993, bem como se na ata de registo de preço aderida foi prevista minuta de termo de contrato.

§1º. Caso o órgão gerenciador tenha publicado termo de contrato junto ao edital da ata de registro de preços aderida, independente do objeto contratado, deverá obrigatoriamente ser celebrado o respectivo termo, nos moldes do instrumento aderido.

§2º. Caso não tenha o órgão gerenciador firmado termo contratual, poderá ser elaborada a própria minuta de contrato com base no Art. 55, da Lei n°. 8.6666/93, no edital e na ata de registro de preços aderida, ou substituído o termo por um dos instrumentos hábeis, se o caso permitir, conforme os dispositivos acima e mediante justificativa fundamentada nos autos.

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Terra Nova do Norte/MT, 18 de março de 2022.

PASCOAL ALBERTON

Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE TESOURO

EXTRATO DE CONTRATO 036/2021

EXTRATO DE CONTRATO 036/2021

Contratante: Município de Tesouro

CNPJ: 03.543.303/0001-49

Contratado: BR INFRAESTRUTURA EIRELI

CNPJ: 14.908.102/0001-14

Objeto: Aquisição de TUBO DE CONCRETO 100X100 TIPO PA1 - DE CONCRETO ARMADO.

Vigência: 06 (seis) meses

Valor total: R$ 26.750,00 (vinte seis mil e setecentos e cinquenta reais).

Data Assinatura: 28/07/2021

EXTRATO DE CONTRATO 061/2021

EXTRATO DE CONTRATO 061/2021

Contratante: Município de Tesouro

CNPJ: 03.543.303/0001-49

Contratado: ROBERTO MOREIRA DE MATOS

CNPJ: 21.857.456/0001-42

Objeto: Prestação de Serviços e entrega de Exames Laboratoriais para atendimento junto ao Posto de Saúde e Hospital e Maternidade São Lucas do Município.

Vigência: 03/12/2021 a 03/12/2022

Valor total: R$ 466.922,59 (quatrocentos e sessenta e seis mil novecentos e vinte e dois reais e cinquenta e nove centavos)

Data Assinatura: 03/12/2021

EXTRATO DE CONTRATO 065/2021

EXTRATO DE CONTRATO 065/2021

Contratante: Município de Tesouro

CNPJ: 03.543.303/0001-49

Contratado: FERNANDO SILVA DE SOUZA EIRELI EPP – CENTO SOLOS CONSULTORIA PROJETOS E CONSTRUÇÕES

CNPJ: 24.277.123/0001-32

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO, SOLICITAÇÃO COM URGÊNCIA DE PERFURAÇÃO DE SOLO PARA CONSTRUÇÃO DE QUADRAS POLIESPORTIVAS NO MUNICÍPIO DE TESOURO E SEU DISTRITO DE BATOVI/ESTADO DE MATO GROSSO.

Vigência: 90 (noventa) dias

Valor total: R$ 12.800,00 (doze mil e oitocentos reais)

Data Assinatura: 08/12/2021

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 009/2022

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 009/2022

Eu JOÃO ISAACK MOREIRA CASTELO BRANCO, Prefeito do Município de Tesouro – MT, através da Comissão Permanente de Licitação – CPL, por intermédio da Presidente, torna público, para conhecimento dos interessados, que após análise do procedimento de Compras, decidiu-se por adotar a modalidade Dispensa de Licitação nº 009/2022, nos moldes da Lei Federal 14.133/2021 e suas alterações, principalmente no que trata o Artigo 75, § 3º, da mesma Lei. Sendo o seguinte objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR ANALISE DE ACIDEZ DO SOLO.**

Conforme Termo de Referência e demais projetos que compõem o Processo Licitatório. Os interessados poderão obter informações através do e-mail: licitacaotesouro@gmail.com, ou através do site https://www.pmtesouro.com.br/site/: TRANSPARÊNCIA, LICITAÇÕES.

Tesouro/MT, 18 de março de 2022.

ROSILDA RODRIGUES DOS SANTOS

Presidente da Comissão de Licitação

EXTRATO DE CONTRATO 049/2021

EXTRATO DE CONTRATO 049/2021

Contratante: Município de Tesouro

CNPJ: 03.543.303/0001-49

Contratado: FAMA DISTRIBUIDORA LTDA-ME

CNPJ: 03.250.803/0001-92

Objeto: Aquisição de medicamentos, insumos para uso no PSF, Hospital e Maternidade do Município de Tesouro – MT

Vigência: 27/09/2021 a 27/09/2022

Valor total: R$ 423.596,22 (quatrocentos e vinte e três mil quinhentos e noventa e seis reais e vinte e dois centavos)

Data Assinatura: 27/09/2021

EXTRATO DE CONTRATO 064/2021

EXTRATO DE CONTRATO 064/2021

Contratante: Município de Tesouro

CNPJ: 03.543.303/0001-49

Contratado: EQUIPE PANELÃO DA PORTELA

CNPJ: 27.688.017/0001-30

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO, PANELÃO DA PORTELA EVENTOS, PARA O PREPARO DE REFEIÇÃO PARA CERCA DE 3 MIL PESSOAS NO EVENTO DO DIA 11 DE DEZEMBRO, MOMENTO QUE SE COMEMORA O ANIVERSÁRIO DA CIDADE DE TESOURO/MT.

Vigência: 30 (trinta) dias

Valor total: R$ 8.000,00 (oito mil reais)

Data Assinatura: 06/12/2021

EXTRATO DE CONTRATO 032/2021

EXTRATO DE CONTRATO 032/2021

Contratante: Município de Tesouro

CNPJ: 03.543.303/0001-49

Contratado: GOIANÃO PEÇAS E ACESSÓRIOS AUTOMOTIVOS LTDA

CNPJ: 21.385.767/0001-56

Objeto: Aquisição de Peças, Serviços e Acessórios Automotivos; material para manutenção de veículos da frota pertencente à Prefeitura Municipal de Tesouro-MT.

Vigência: 21/07/2021 a 31/12/2021

Valor total: R$ 653.351,52 (seiscentos e cinquenta e três mil trezentos e cinquenta e um reais e cinquenta e dois centavos)

Data Assinatura: 21/07/2021

RESCIÇÃO AMIGÁVEL AO CONTRATO Nº005/2022

TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL

RESCISÃO AMIGÁVEL, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE TESOURO/ESTADO DE MATO GROSSO E A EMPRESA ANA CLARA DE SOUZA OLIVEIRA – EIRELI.

Pelo presente instrumento, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE TESOURO/ESTADO DE MATO GROSSO, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 03.543.303/0001-49 neste ato devidamente representada pelo chefe do poder executivo Srº JOÃO ISAACK MOREIRA CASTELO BRANCO, brasileiro, solteiro, dentista, portador da cédula de identidade RG nº 1255318-2 SSP/MT, e inscrito no CPF (MF) sob nº 006.699.69-09, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e, do outro lado, a Empresa ANA CLARA DE SOUZA OLIVEIRA – EIRELI, inscrita no CNPJ sob nº 36.356.984/0001-95, com sede na Rua Antônio Alves da Silva, nº 351, Bairro Jardim Residencial Sunflower, CEP: 78.731-648, Rondonópolis/MT, resolve celebrar o presente TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL AO CONTRATO Nº 005/2022, doravante denominado CONTRATO ORIGINAL, de acordo com as formalidades constantes do *Convênio SICONV Nº 884130/2019*, na modalidade Pregão Eletrônico nº 001/2021 observadas as disposições da Lei 8.666/93, mediante as cláusulas e condições que abaixo seguem:

1 – CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO.

1.1 - O presente termo tem por objeto a rescisão amigável do contrato original nº 005/2022, em função da disparidade e a elevação dos valores dos materiais para efetuar a execução da obra.

2 – CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL.

2.1 – O presente instrumento está amparado pelo inciso II, do artigo 79 da Lei 8.666/93.

3 – CLÁUSULA TERCEIRA – DO DISTRATO.

Por força da presente rescisão, as partes dão por terminado, a partir da assinatura do presente termo, o contrato original, nada mais tendo a reclamar uma da outra, a qualquer título e em qualquer época, relativamente às obrigações contratuais assumidas.

4 – CLÁUSULA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO.

4.1 – A CONTRATANTE providenciará a publicação do extrato do presente Termo de Rescisão Amigável, em sítio oficial da PMTEO.

E, para firmeza e prova de assim haverem, entre si ajustado e acordado, após ter sido lido juntamente com seu(s) anexo (s), o presente Termo de Rescisão Amigável é assinado pelas partes, acompanhado de 02 testemunhas, e em duas vias de iguais teor.

Tesouro/MT, 12 de janeiro de 2022.

JOÃO ISAACK MOREIRA CASTELO BRANCO

PREFEITO MUNICIPAL DE TESOURO/MT

006.699.691-09

DISTRATANTE

ANA CARLA DE SOUZA OLIVEIRA - EIRELI

CNPJ Nº 36.356.984/0001-95

DISTRATADO

DANILO RODRIGUES DE SOUZA

ASSESSOR JURÍDICO

OAB/MT 24.727/O

EXTRATO DE CONTRATO 063/2021

EXTRATO DE CONTRATO 063/2021

Contratante: Município de Tesouro

CNPJ: 03.543.303/0001-49

Contratado: DIA DE FESTA LTDA

CNPJ: 19.023.784/0001-00

Objeto: Futura e eventual aquisição de artigos de decoração para serem utilizados nas festividades de Natal e Ano Novo em Tesouro-MT em locais públicos no Município de Tesouro/MT

Vigência: 29/11/2021 a 29/01/2022

Valor total: R$ 24.841,00 (Vinte e quatro mil oitocentos e quarenta e um reais)

Data Assinatura: 29/11/2021

EXTRATO DE CONTRATO 066/2021

EXTRATO DE CONTRATO 066/2021

Contratante: Município de Tesouro

CNPJ: 03.543.303/0001-49

Contratado: VOLTASA ENGENHARIA LTDA – EPP

CNPJ: 24.149.586/0001-19

Objeto: Futura e eventual aquisição de material betuminoso usinado a quente – CBUQ

Vigência: 14/12/2021 a 14/12/2022

Valor total: R$ 11.200,00 (onze mil e duzentos reais)

Data Assinatura: 14/12/2021

EXTRATO DE CONTRATO 067/2021

EXTRATO DE CONTRATO 067/2021

Contratante: Município de Tesouro

CNPJ: 03.543.303/0001-49

Contratado:MONTORO CARVALHO COMÉRCIO DE ALIMENTOS EIRELI

CNPJ: 37.674.131/0001-64

Objeto: Registro de preços para a futura e eventual aquisição de material de limpeza, produto de higiene, utensílios diversos, gênero alimentícios e açougue para atender as necessidades de diversas secretarias do município de Tesouro/MT

Vigência: 20/12/2021 a 20/12/2022

Valor total: R$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais)

Data Assinatura: 20/12/2021

EXTRATO DE CONTRATO 058/2021

EXTRATO DE CONTRATO 058/2021

Contratante: Município de Tesouro

CNPJ: 03.543.303/0001-49

Contratado:POSTO TRADIÇÃO LTDA – ME

CNPJ: 11.428.680/0001-65

Objeto: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS (ÓLEO DIESEL COMUM, ÓLEO DIESEL TIPO S10, GASOLINA COMUM E ETANOL)) E ÓLEOS LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS E FILTROS AUTOMOTIVOS PARA ATENDER AS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS PARA O PERÍODO DE 12 MESES.

Vigência: **10/11/2021 até 10/11/2022**

Valor total: R$ 591.557,31 (Quinhentos e noventa e um mil, quinhentos e cinquenta e sete reais e trinta e um centavos)

Data Assinatura: 10/11/2021

EXTRATO DE CONTRATO 068/2021

EXTRATO DE CONTRATO 068/2021

Contratante: Município de Tesouro

CNPJ: 03.543.303/0001-49

Contratado:ARAÚJO E OLIVEIRA EMPREENDIMENTOS LTDA

CNPJ: 40.626.136/0001-26

Objeto: Registro de preços para a futura e eventual aquisição de material de limpeza, produto de higiene, utensílios diversos, gênero alimentícios e açougue para atender as necessidades de diversas secretarias do município de Tesouro/MT.

Vigência: 21/12/2021 a 21/12/2022

Valor total: R$ 100.000,00 (cem mil reais)

Data Assinatura: 21/12/2021

EXTRATO DE CONTRATO 069/2021

EXTRATO DE CONTRATO 069/2021

Contratante: Município de Tesouro

CNPJ: 03.543.303/0001-49

Contratado:RJM COMERCIAL EIRELI

CNPJ: 20.771.901/0001-94

Objeto: Contratação de empresa especializada em fornecimentos de material elétrico para atender todas as secretarias municipais, conforme especificações e condições constantes na ARP para o uso conforme necessidade do município de Tesouro-MT

Vigência: 21/12/2021 a 21/12/2022

Valor total: R$ 665.000,00 (seiscentos e sessenta e cinco mil reais)

Data Assinatura: 21/12/2021

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 008/2022

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 008/2022

Eu JOÃO ISAACK MOREIRA CASTELO BRANCO, Prefeito do Município de Tesouro – MT, através da Comissão Permanente de Licitação – CPL, por intermédio da Presidente, torna público, para conhecimento dos interessados, que após análise do procedimento de Compras, decidiu-se por adotar a modalidade Dispensa de Licitação nº 008/2022, nos moldes da Lei Federal 14.133/2021 e suas alterações, principalmente no que trata o Artigo 75, § 3º, da mesma Lei. Sendo o seguinte objeto**: CONTRATAÇÃO DE UMA EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONSERTO E MANUTENÇÃO DE APARELHOS DE REDE TRANSMISSORES, PARA A MANUTENÇÃO NA TORRE E NOS APARELHOS TRANSMISSORES, PARA MELHORAR A QUALIDADE DA IMAGEM DOS TELEVISORES DOS NOSSO MUNÍCIPES.**

Conforme Termo de Referência e demais projetos que compõem o Processo Licitatório. Os interessados poderão obter informações através do e-mail: licitacaotesouro@gmail.com, ou através do site https://www.pmtesouro.com.br/site/: TRANSPARÊNCIA, LICITAÇÕES.

Tesouro/MT, 18 de março de 2022.

ROSILDA RODRIGUES DOS SANTOS

Presidente da Comissão de Licitação

ADITIVO AO CONTRATO Nº 48/2021.

1 – TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 48/2021.

Em 22 de janeiro de 2022, no gabinete do Prefeito Municipal foi celebrado o presente Termo Aditivo de Contrato, tendo como partes:

De um lado: MUNICÍPIO DE TESOURO/ESTADO DE MATO GROSSO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Prefeitura Municipal, sito à Rua Humberto Marcilio, nº 158, Centro, inscrito no CNPJ sob nº 03.543.303/0001-49, CEP: 78.775-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Srº. JOÃO ISAACK MOREIRA CASTELO BRANCO, brasileiro, solteiro, dentista, portador da cédula de identidade nº 125531182 SSP/MT, e inscrito no CPF (MF) sob nº 006.699.691-09, residente e domiciliado à Rua Epifânio Duarte, nº 54, Centro, CEP: 78.775-000, Tesouro/MT.

Do outro lado: ALINEIA DE SOUZA SANTOS, pessoa jurídica de direito privado com sede na Rua Antônio de Castro nº 270 - Tesouro Mato Grosso CEP 78775-000, inscrita no CNPJ/MF Nº 35.507.566/0001-99, neste ato Representada por Alinéia de Souza Santos, avençam que as partes acima identificadas têm, entre si, justo e acertado o presente Contrato de Fornecimento de Alimentos e Marmitas para a Prefeitura de Tesouro e suas Secretarias Municipais, através do Processo de Licitação Registro de Preços – modalidade Pregão Presencial nº 47/2021, adjudicado e homologado, com observância da Lei 10520/2002 e Lei 8.666/93, cujo Edital e seus Anexos são parte integrante deste, como se nele estivessem transcritos, com fundamento na Lei Federal 8.666/93, e legislações correlatas, resolvem celebrar o presente instrumento, mediante as cláusulas e condições a seguir: As partes acima qualificadas resolvem firmar o presente termo aditivo ao contrato 48/2021, alterando a cláusula a seguir especificada, de acordo com a Alínea “a” do inciso I, do Art. 65 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO.

O Termo Aditivo tem por objeto acrescer em 25% (vinte e cinco por cento) a quantidade e valor do objeto contratado passando a viger da seguinte maneira: Quantidade de marmitex 1.262 (mil Duzentos e sessenta e dois) unidades, cujo valor total será de R$ 22.842,20 (vinte dois mil oitocentos e quarenta e dois e vinte centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

A vigência permanece a mesma estabelecida no contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO.

As demais cláusulas do Contrato nº 48/2021, que não são abrangidas por este Termo Aditivo, permanecem inalteradas e em vigor.

CLÁUSULA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO.

A prefeitura publicará o referido Termo Aditivo no Diário Oficial dos Municípios, o que deverá ocorrer em até 30 (trinta) dias da data de sua celebração.

E por estarem justos e acordados, assinam as partes o presente Termo Aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma juntamente com as testemunhas abaixo, ratificando as demais Cláusulas do contrato primitivo.

Tesouro/MT, 22 de janeiro de 2022.

JOÃO ISAACK MOREIRA CASTELO BRANCO

PREFEITO MUNICIPAL DE TESOURO/MT

CPF: 006.699.691.09

CONTRATANTE

EXTRATO DE CONTRATO 052/2021

EXTRATO DE CONTRATO 052/2021

Contratante: Município de Tesouro

CNPJ: 03.543.303/0001-49

Contratado: GOIANÃO PEÇAS E ACESSÓRIOS AUTOMOTIVOS LTDA

CNPJ: 21.385.767/0001-56

Objeto: Aquisição de Peças, Serviços e Acessórios Automotivos; material para manutenção de veículos da frota pertencente à Prefeitura Municipal de Tesouro-MT.

Vigência: 06/10/2021 a 06/04/2022

Valor total: R$ 705.122,56(setecentos e cinco mil cento e vinte e dois reais e cinquenta e seis centavos)

Data Assinatura: 06/10/2021

EXTRATO DE CONTRATO 062/2021

EXTRATO DE CONTRATO 062/2021

Contratante: Município de Tesouro

CNPJ: 03.543.303/0001-49

Contratado: LUZ E CENA PRODUÇÕES DE EVENTOS – EIRELI

CNPJ: 33.326.761/0001-97

Objeto: Registro de Preços para futura eventual contratação de Empresa especializada em fornecimento de material, locação de itens de estrutura e ou equipamentos para realização de eventos, sociais, culturais e oficiais do Município de Tesouro-MT.

Vigência: 06/12/2021 à 06/12/2022

Valor total: R$ 172.200,00 (cento e setenta e dois mil e duzentos reais)

Data Assinatura: 06/12/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL

DECRETO Nº 1.373, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2022

Abre Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, do Exercício Financeiro de 2022.

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e autorizado pela Lei Municipal nº 779 de 09 de dezembro de 2021;

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica aberto, no Orçamento Geral do Município, do exercício financeiro de 2022, um Crédito Adicional Suplementar, no valor de R$ 485. 500,00 (quatrocentos e oitenta e cinco mil e quinhentos reais), para reforço das seguintes dotações orçamentárias e respectivas fontes:

04 – SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO

04.001 – GABINETE DO SECRETÁRIO

(46) 04.122.0001.2.008-3390.93.00.00.00 – Indenizações e Restituições.

Fonte: 1.5.00.000000 = R$ 500,00.

05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

05.001 – DEPARTAMENTO DE APOIO EDUCACIONAL

(65) 12.122.0004.1.016-4490.52.00.00 – Equipamentos e Material Permanente.

Fonte: 1.5.00.100100 = R$ 100.000,00.

(91) 12.361.0006.2.023-3390.30.00.00 – Material de Consumo.

Fonte: 1.5.00.100100 = R$ 60.000,00.

05.002 – FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA – FUNDEB

(131) 12.361.0006.2.021-3390.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

Fonte: 1.5.40.000000 = R$ 55.000,00.

(143) 12.365.0005.2.013-3390.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

Fonte: 1.5.40.000000 = R$ 5.000,00.

05.003 – DEPARTAMENTO DE CULTURA

(169) 13.392.0008.1.027-39.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

Fonte: 1.5.00.000000 = R$ 5.000,00.

06 – SECRETARIA DE SAUDE

06.002 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

(215) 10.122.0030.2.077-3390.30.00.00 – Material de Consumo.

Fonte: 1.6.59.000800 = R$ 2.000,00.

08 – SECRETARIA DE OBRAS VIAÇÃO URBANISMO E SANEAMENTO

08.001 – DIVISÃO DE TRANSPORTE

(333) 15.451.0001.2.055-3390.30.00.00 – Material de Consumo.

Fonte: 1.5.00.000000 = R$ 250.000,00.

(349) 25.752.0021.2.060-3390.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

Fonte: 1.5.00.000000 = R$ 5.000,00.

10 – SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER

10.001 – GABINETE DO PREFEITO

(411 27.812.0024.2.066-3190.94.00.00.00 – Indenizações e Restituições.

Fonte: 1.5.00.000000 = R$ 3.000,00.

TOTAL: R$ 485.500,00.

Art. 2º. Para cobertura do Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo 1º deste Decreto, fica anulada igual importância das seguintes dotações orçamentárias e fontes:

05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

05.001 – DEPARTAMENTO DE APOIO EDUCACIONAL

(96) 12.361.0006.2.025-3390.30.00.00 – Material de Consumo.

Fonte: 1.5.00.100100 = R$ 60.000,00.

(104) 12.365.0005.1.014-4490.51.00.00.00 – Obras e Instalações.

Fonte: 1.5.00.100100 = R$ 90.000,00.

05.002 – FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA – FUNDEB

(127) 12.361.0006.2.021-3190.11.00.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.

Fonte: 1.5.40.000000 = R$ 60.000,00.

08 – SECRETARIA DE OBRAS VIAÇÃO URBANISMO E SANEAMENTO

08.001 – DIVISÃO DE TRANSPORTE

(340) 15.451.0021.1.078-4490.51.00.00.00 – Obras e Instalações.

Fonte: 1.7.00.000000 = R$ 275.500,00.

TOTAL: R$ 485.500,00.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul - MT, 14 de fevereiro de 2022.

CLAUDIOMIRO J. DE QUEIROZ

Prefeito Municipal

AVISO DE RESULTADO DE JULGAMENTO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2022 - PROCESSO Nº 015/2022

A PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL - MT, através da Equipe Responsável por Licitações na modalidade de Pregão Presencial e Eletrônico, designada pela Portaria nº 002/2022, de 03/01/2022, em cumprimento aos termos da Lei nº 10.520 de 17/07/2002 e subsidiariamente da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, e na forma do Decreto nº 1.273 de 27/07/2020 e supletivamente do Decreto nº 901 de 24/03/2014, torna público que, conforme a licitação na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO sob Nº 001/2022, relativo ao Processo de Licitação de Nº 015/2022, para Registro de Preços, visando futura e eventual aquisição de Aparelhos de Ar Condicionado e Banheiros Químicos, para atender as necessidades das Secretarias da Administração Municipal de União do Sul – MT, e em conformidade com a descrição detalhada no Anexo I - Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico, depois de realizados os procedimentos licitatórios, o Pregoeiro apurou o seguinte resultado: a empresa NVF COMÉRCIO E SERVIÇOS DE CLIMATIZAÇÃO EIRELI, inscrita no CNPJ sob nº 41.401.446/0001-05, foi vencedora de 02 (dois) itens, no valor total de R$ 71.984,66 (setenta e um mil, novecentos e oitenta e quatro reais e sessenta e seis centavos); a empresa OLMI INFORMÁTICA LTDA., inscrita no CNPJ sob nº 00.789.321/0001-17, foi vencedora de 01 (um) item,

no valor total de R$ 87.475,00 (oitenta e sete mil, quatrocentos e setenta e cinco reais), e a empresa GO VENDAS ELETRÔNICAS EIRELI, inscrita no CNPJ sob nº 36.521.392/0001-81, foi vencedora de 03 (três) itens, no valor total de R$ 166.120,00 (cento e sessenta e seis mil e cento e vinte reais). Processo encaminhado à autoridade superior para as formalidades legais.

Publique-se – Afixe-se.

União do Sul - MT, 17 de Março de 2022.

RODRIGO VARELA DOS SANTOS

Pregoeiro - Portaria nº 002/2022

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE DE SÃO DOMINGOS

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE REALINHAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 01/2022

A Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos - MT, através do Prefeito Municipal, torna público o REALINHAMENTO DE PREÇOS, dos itens da Ata de Registro de Preços nº 01/2022 referente ao Pregão Presencial nº 01/2022, cuja detentora a empresa AUTO POSTO SÃO DOMINGOS EIRELI-EPP inscrita no CNPJ: 04.809.649/0001-09, conforme passa a demonstrar a seguir: ITEM 3/ DESCRIÇÃO: DIESEL COMUM/ VALOR UNITARIO REGISTRADO: R$ 6,29, VALOR UNITARIO REALINHADO: R$ 7,38, ITEM 4/ DESCRIÇÃO: DIESEL S-10/ VALOR UNITARIO REGISTRADO: R$ 6,40/VALOR UNITARIO REALINHADO: R$ 7,61. Os valores realinhados passam a vigorar a partir da data de assinatura e publicação na imprensa oficial do Município. **VALE DE SÃO DOMINGOS - MT,** 16 de Março de 2022. Geraldo Martins da Silva Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
LEI Nº 4.879/2022

LEI Nº 4.879/2022

Dispõe sobre a criação e denominação da Escola Municipal de Educação Básica – EMEB Professor Demétrio de Souza e dá outras providências.

KALIL SARAT BARACAT DE ARRUDA, Prefeito de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Municipal:

Art. 1º Fica criada e denominada a Escola Municipal de Educação Básica – EMEB Professor Demétrio de Souza.

Art. 2º Esta Lei Municipal entra em vigor na data de sua publicação.

Praça Três Poderes, Paço Municipal “Couto Magalhães”, Várzea Grande, 15 de março de 2022.

KALIL SARAT BARACAT DE ARRUDA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
LEI Nº 4.880/2022

LEI Nº 4.880/2022

Dispõe sobre a criação e denominação da Escola Municipal de Educação Básica – EMEB Heroclito Leôncio Monteiro e dá outras providências.

KALIL SARAT BARACAT DE ARRUDA, Prefeito de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Municipal:

Art. 1º Fica criada e denominada a Escola Municipal de Educação Básica – EMEB Heroclito Leôncio Monteiro.

Art. 2º Esta Lei Municipal entra em vigor na data de sua publicação.

Praça Três Poderes, Paço Municipal “Couto Magalhães”, Várzea Grande, 15 de março de 2022.

KALIL SARAT BARACAT DE ARRUDA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
LEI N.º 4.807/2021

LEI N.º 4.807/2021

Dispõe sobre o recebimento e depósito de sobras de materiais de construção e acabamento, para doação às pessoas carentes e entidades beneficentes ou habitacionais do município de Várzea Grande e dá outras providências.

KALIL SARAT BARACAT DE ARRUDA, Prefeito de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Municipal:

Art. 1º As sobras de materiais de construção e acabamento, procedentes de edificações, reformas, escombros ou ruínas para doação e reaproveitamento, por famílias destituídas de recursos e em situação de vulnerabilidade momentânea e entidades beneficentes ou habitacionais sem fins lucrativos podendo ser usados para pequenos reparos como também para a construção de moradias.

Parágrafo único: Os materiais de construção e acabamento destinados à doação deverão estar em condições de reaproveitamento.

Art. 2º As doações poderão ser efetuadas por empresas, pessoas físicas, e todo aquele que voluntariamente desejar fazê-la.

Art. 3º O poder público irá criar um cadastro com os dados das famílias e suas respectivas necessidades.

Art. 4º Vetado.

Art. 5º Poderão ser realizadas campanhas publicitárias e educativas para incentivar empresas, pessoas físicas e demais interessados a contribuir com essa obra de assistência.

Art. 6º As despesas da execução da presente Lei correrão por conta de dotações do orçamento vigente.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Praça Três Poderes, Paço Municipal “Couto Magalhães”, Várzea Grande, 15 de março de 2022.

KALIL SARAT BARACAT DE ARRUDA

Prefeito Municipal

Autoria: Ver. Bruno Lins Rios

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
EDITAL DE CONVOCAÇÃO REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMDEMA-VG

EDITAL DE CONVOCAÇÃO REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMDEMA-VG

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural Sustentável do Município de Várzea Grande, no uso das atribuições que lhe garantem a Lei Nº 3.546, faz saber que dia 30 de março de 2022 as 14:00, será realizada na sede da SEMMADRS, reunião ordinária do Conselho Municipal do Meio Ambiente de Várzea Grande – COMDEMA, com a seguinte pauta.

1. Prestação de Contas do FMMA;

2. Permissão para aumentar o valor destinado à construção da Base do Corpo de Bombeiro no Parque Berneck.

3. Assuntos de ordem geral.

Senhores Conselheiros, membros titulares e suplentes do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – COMDEMA, do Município de Várzea Grande/MT.

CONSELHEIROS	FUNÇÃO NO COMDEMA	INSTITUIÇÃO
CÉLIO DOS SANTOS	TITULAR	SEMMADRS
FERNANDO DA SILVA SÉ	SUPLENTE	SEMMADRS
ICARO GIBRAN REVELES DE ANDRADE	TITULAR	CÂMARA MUNICIPAL
IVAN DOS SANTOS OLIVEIRA	SUPLENTE	CÂMARA MUNICIPAL
BERNADETE DA SILVA SIQUEIRA	TITULAR	SMVO
JOÃO PAULO LANA PASINATO	SUPLENTE	SMVO
AMANDA CAROLINA LE DE ALMEIDA	TITULAR	SMS
LUIZ MARCOS GUIMARAES PATINI	SUPLENTE	SMS
KASSIA RABELO SILVA	TITULAR	PROCURADORIA GERAL
THIAGO COELHO DA CUNHA	SUPLENTE	PROCURADORIA GERAL
CARLOS CESAR BARROS PEREIRA	SUPLENTE	DAE
HERMES GONÇALVES FERREIRA	TITULAR	SMDUET
ANA CAROLINA SOARES DE SOUSA	SUPLENTE	SMDUET
VALQUIRIA PEREIRA DE BARROS	TITULAR	ASSCAVAG
JOANA FATIMA DE PAULA	SUPLENTE	ASSCAVAG
ADRIANO FLORES GALINDO	TITULAR	ACIVAG
JOSENIL RODRIGUES DE OLIVEIRA	SUPLENTE	ACIVAG
CLAIDO CELESTINO BATISTA	TITULAR	UNIVAB
OSMAR MILAN CAPILÉ	SUPLENTE	UNIVAB
KELLY DAYANA BENEDET MAAS	TITULAR	UNIVAG
WILLIAM DE OLIVEIRA ROCHA	SUPLENTE	UNIVAG
DANILO DE OLIVEIRA NUNES	TITULAR	OAB
ALBERTO ALEXANDRE DA SILVA	SUPLENTE	OAB
KAMILA BARROS BONFIM	TITULAR	CREA
LUCAS FERREIRA KEUNECKE	SUPLENTE	CREA
CARLOS ALBERTO ZINIANI	TITULAR	FEDERAÇÃO NACIONAL DE PEQUENOS CONSTRUTORES
DENNER DIEGO SILVA DE FIGUEIREDO	SUPLENTE	FEDERAÇÃO NACIONAL DE PEQUENOS CONSTRUTORES

Certos de contarmos com a costumeira colaboração, desde já agradecemos.

Atenciosamente;

Célio dos Santos

Secretário Municipal de Meio Ambiente e de Desenvolvimento Rural Sustentável - PMVG-MT

Presidente

Jean Lucas Teixeira de Carvalho

Assessor Jurídico COMDEMA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
PORTARIA Nº324/2022

PORTARIA Nº324/2022

O Prefeito Municipal de Várzea Grande, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta da Lei nº 3.453/2010 e Leis Complementares n°3.757/2012 e n°4.864/2021, que “dispõem sobre a Carreira dos Profissionais de Desenvolvimento Econômico e Social e dá outras providências”:

RESOLVE:

Enquadrar a servidora da Prefeitura Municipal de Várzea Grande, Secretaria Municipal de Serviços Públicos e Mobilidade Urbana, que possui carreira regida pelas Leis Complementares supracitadas, respectivamente, com cargo, classe e nível na carreira conforme descrito abaixo:

NÍVEL MÉDIO

NOME	CARGO DE ORIGEM	CARGO / PERFIL	DATA ADM	C/H	CLAS/ NÍVEL
RENATA EMY SEMOTO	FISCAL MUNICIPAL	FISCAL MUNICIPAL	07.04.2014	40H	**B-03**

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos financeiros a partirde **01.03.2022.**

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, **11 de março de 2022.**

KALIL SARAT BARACAT DE ARRUDA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
PORTARIA Nº325/2022

PORTARIA Nº325/2022

O Prefeito Municipal de Várzea Grande, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta da Lei nº 4.014/2014 e Leis Complementares n°. 4.293/2017 e 4.864/2021, que “dispõem sobre a Carreira dos Profissionais de Desenvolvimento Econômico e Social e dá outras providências”:

RESOLVE:

Enquadrar a servidora da Prefeitura Municipal de Várzea Grande, Secretaria Municipal de Administração que possui carreira regida pelas Leis Complementares supracitadas, respectivamente, com cargo, classe e nível na carreira conforme descrito abaixo:

NÍVELSUPERIOR

NOME	CARGO DE ORIGEM	CARGO / PERFIL	DATA ADM	C/H	CLAS/ NÍVEL

FERNANDA CARDOSO DO CARMO	TECNICO DE NIVEL SUPERIOR	TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL – PERFIL TECNICO DE NIVEL SUPERIOR	10.01. 2013	40H	**B-04**

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos financeiros a partirde **01.03.2022.**

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, **11 de março de 2022.**

KALIL SARAT BARACAT DE ARRUDA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
PORTARIA Nº323/2022

PORTARIA Nº323/2022

O Prefeito Municipal de Várzea Grande, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta da Lei 3.506/2010 e Leis Complementares nº 3.453/2010; e 4.293/2017, que “dispõem sobre a Carreira dos Profissionais da Secretaria Municipal de Saúde e dá outras providências”:

RESOLVE:

Enquadrar o servidor da Prefeitura Municipal de Várzea Grande, Secretaria Municipal de Saúde, que possui carreira regida pelas Leis Complementares supracitadas, respectivamente, com cargo, classe e nível na carreira conforme descrito abaixo:

NÍVELELEMENTAR

NOME	CARGO DE ORIGEM	CARGO / PERFIL	DATA ADM	C/H.	CLAS/ NÍ-VEL
ABELVAL LUIZ GOMES DA SILVA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	AGENTE DE APOIO DOS SERVIÇOS DO SUS – PERFIL –AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	21.09. 1993	30H	**C-10**

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos financeiros a partirde **01.03.2022.**

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, **11 de março de 2022.**

KALIL SARAT BARACAT DE ARRUDA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
PORTARIA Nº326/2022

PORTARIA Nº326/2022

O Prefeito Municipal de Várzea Grande, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta da Lei 3.507/2010 e Leis Complementares nº 3 4.293/2017 e 4.864/2021, que “dispõem sobre a Carreira dos Profissionais da Secretaria Municipal de Saúde e dá outras providências”:

RESOLVE:

Enquadrar o servidor da Prefeitura Municipal de Várzea Grande, Secretaria Municipal de Saúde, que possui carreira regida pelas Leis Complementares supracitadas, respectivamente, com cargo, classe e nível na carreira conforme descrito abaixo:

NÍVELELEMENTAR

NOME	CARGO DE ORIGEM	CARGO / PERFIL	DATA ADM	C/H.	CLAS/ NÍVEL
AMILSON LUIS GUIMARAES DOS SANTOS	AGENTE DE SEGURANÇA E MANUTENÇÃO	AGENTE DE APOIO DOS SERVIÇOS DO SUS -PERFIL –AGENTE DE SEGURANÇA E MANUTENÇÃO	12.07. 1994	40H	**C-10**

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos financeiros a partirde **01.03.2022.**

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT,**11 de março de 2022.**

KALIL SARAT BARACAT DE ARRUDA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
PORTARIA Nº327/2022

PORTARIA Nº327/2022

O Prefeito Municipal de Várzea Grande, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta da Lei 3.507/2010 e Leis Complementares nº 4.293/2017 e 4.864/2021, que “dispõem sobre a Carreira dos Profissionais da Secretaria Municipal de Saúde e dá outras providências”:

RESOLVE:

Enquadrar a servidora da Prefeitura Municipal de Várzea Grande, Secretaria Municipal de Saúde, que possui carreira regida pelas Leis Complementares supracitadas, respectivamente, com cargo, classe e nível na carreira conforme descrito abaixo:

NÍVELMÉDIO

NOME	CARGO DE ORIGEM	CARGO / PERFIL	DATA ADM	C/H.	CLAS/ NÍVEL
ANA PAULA SIQUEIRA RIBEIRO TIBALDI	AUXILIAR DE SAUDE BUCAL	AGENTE DE SÁUDE MUNICIPAL PERFIL-AUXILIAR DE SAUDE BUCAL	14.05.2018	40H	**B-02**

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos financeiros a partirde **01.03.2022.**

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, **11 de março de 2022.**

KALIL SARAT BARACAT DE ARRUDA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
PORTARIA Nº322/2022

PORTARIA Nº322/2022

O Prefeito Municipal de Várzea Grande, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta da Lei nº 4.014/2014 e Leis Complementares n°. 4.293/2017 e 4.864/2021, que “dispõem sobre a Carreira dos Profissionais de Desenvolvimento Econômico e Social e dá outras providências”:

RESOLVE:

Enquadrar o servidor da Prefeitura Municipal de Várzea Grande, Secretaria Municipal de Procuradoria Geral, que possui carreira regida pelas Leis Complementares supracitadas, respectivamente, com cargo, classe e nível na carreira conforme descrito abaixo:

NÍVELELEMENTAR

NOME	CARGO DE ORIGEM	CARGO / PERFIL	DATA ADM	C/H.	CLAS/ NÍVEL
MIGUEL VITAL DE OLIVEIRA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO EC. E SOCIAL – AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	30.06.2004	30H	**D-06**

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos financeiros a partirde **01.03.2022.**

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, **11 de março de 2022.**

KALIL SARAT BARACAT DE ARRUDA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
PORTARIA GAB/SMS/VG Nº 33, DE 16 DE MARÇO DE 2.022.

Portaria GAB/SMS/VG nº 33, de 16 de março de 2.022.

Designa servidor ResponsávelTécnico pela área Farmacêutica pela Clínica de Atenção Primaria a Saúde -Parque do Lago, da Secretaria Municipal de Saúde e dá outras

O SECRETÁRIOMUNICIPAL DE SAÚDE VÁRZEA GRANDE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação, em especial, o artigo 79, inciso I, da lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º -Designar, como Responsável TécnicoFarmacêutica pela **Clínica de Atenção Primaria a Saúde – Parque do Laco** da Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 25 de janeiro 2.022.

	Nome	Conselho	Cargo	Vínculo
1.	Welbber Rodrigues Ferreira	CRF – 5369/MT	Farmacêutico	Concursado

Art. 2º - As atribuições da Responsável TécnicoFarmacêutico são:

I – Assumir a responsabilidade pela execução de todos os atos farmacêuticos praticados, cumprindo-lhe respeitar e fazer respeitar as normas referentes ao exercício da profissão farmacêutica;

II– Fazer com que sejam prestados às pessoas físicas e jurídicas os esclarecimentos quanto ao modo de armazenamento, conservação e utilização dos medicamentos, notadamente daqueles que necessitem de acondicionamento diferenciado, bem como dos sujeitos a controle especial, conforme Portaria SVS/MS nº 344, de 12 de maio de 1.998, ou outra que venha a substituí-la;

III– manter os medicamentos e substâncias medicamentosas em bom estado de conservação, de modo a que sejam fornecidos com a garantia da qualidade;

IV – garantir que em todas as empresas ou estabelecimentos descritos nesta resolução sejam mantidas as boas condições de higiene e segurança;

V – manter e fazer cumprir o sigilo profissional;

VI – manter os livros de substâncias sujeitas a regime especial de controle em ordem e assinados, bem como os demais livros e documentos previstos na legislação vigente, ou sistema informatizado devidamente regulamentado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA);

VII – selecionar previamente os medicamentos genéricos destinados a intercambiar medicamentos de referência;

VIII – colaborar com o CFF e CRF de sua jurisdição, bem como as autoridades sanitárias;

IX – informar às autoridades sanitárias e ao CRF de sua jurisdição sobre as irregularidades detectadas na empresa ou estabelecimento sob sua direção ou responsabilidade técnica;

X – avaliar a documentação pertinente, de modo a qualificar cada uma das etapas da cadeia logística.

Art. 3° - Esta portaria entra em vigor a partir de 01 de fevereiro de 2022.

Várzea Grande, 16 de março de 2.022.

.

Gonçalo Aparecido de Barros

Secretário de Saúde SMS/VG

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
PORTARIA GAB/SMS/VG Nº 34, DE 18 DE MARÇO DE 2022.

Portaria GAB/SMS/VGnº 34, de 18 de Março de 2022.

Disciplinar o retorno das servidoras em afastamento das atividades laboral presencial que estejam gestestantes/Puerperais ou em meio remoto devido SARS-COV-2.

Gonçalo Aparecido de Barros, Secretário Municipal de Saúde de Várzea Grande, no uso das atribuições legais e nos termos do art. 69, inciso VI da lei Orgânica Municipal, pela presente Portaria.

Considerando o disposto no Artigo 37, V, da CF/88 que trata da função de confiança.

RESOLVE:

Art. 1º Homologar nesta Secretaria de saúde as alterações do Decreto Municipal Nº 06, de 19 de janeiro de 2021, revogada pelo Decreto nº 102 de outubro de 2021.

Art. 2º Acordar com a alteração da Lei nº 14.151, de 12 de maio de 2021, para a Lei 14.311, de 09 de março de 2022, disciplinando o retorno as atividades de trabalho presencial, finalizando a realização de teletrabalho, trabalho remoto ou outra forma de trabalho a distancia das servidoras em gestação/puerpério.

§ 1º A servidora poderá manter-se afastada justificando a sua condição pessoal de saúde incompatível, devendo ser atestada por laudo medico e periciada pelo órgão de competência (INSS/PREVIVAG).

Art. 3º - Esta portaria produz efeito a partir de sua publicação.

Várzea Grande, 18 de março de 2022.

Gonçalo Aparecido de Barros

Secretário de Saúde – Interino

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
ATO N° 132/2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE-MT

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

COORDENADORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

ATON°132/2022

O Prefeito Municipal de Várzea Grande e o SecretárioMunicipal de Administração, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta do 796754/2022

Considerando a Ordem Judicial que consta do Processo n° 1015361-22. 2021.8.11.0002,

RESOLVE:

REINTEGRAR, a servidora **WILIANA VANIA TENUTES GOMES**, ao quadro de Servidores Públicos Municipais, no Cargo Efetivo de Professor (a), lotá-la na Secretaria Municipal de Educação, Cultura Esporte e Lazer, nos termos do Art. 35 da Lei Complementar no 1.164 de 20 de novembro de 1991.

Este Ato entra em vigor na data de sua publicação no órgão de imprensa oficial do Município, produzindo efeitos **a partir de 21.03.2022.**

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 14 de março de 2022.

Anderson Rodrigodo Nascimento Silva

Secretário Municipal de Administração

Kalil Sarat Baracat de Arruda

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
PORTARIA N° 013/2022 – SMVO/VG

PORTARIA N° 013/2022 – SMVO/VG

“Dispõe sobre a nomeação de fiscal do contraton° 018/2022, decorrente doP.P n° 16/2021, empresa CONSTRUTORA NHAMBIQUARAS LTDA”

O Secretário Municipal de Viação e Obras, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE:**

Art. 1° DESIGNAR os servidores, o Engenheiro Civil Srº **WALDISNEI MORENO COSTA**, o Engenheiro Civil Srº **FELIPE AUGUSTO TEZOLIN,**o Engenheiro Civil Srº **CLÓVIS PEREIRA MENDES FILHO** e a Engenheira Civil Srª **EDNA MEIRE PINTO**como fiscaisdas obras de execução de manutenção (corretiva e preventiva) e melhorias do sistema de vias urbanas pavimentadas, conforme contrato nº 018/2022 em conformidade com a cláusula décima sexta da fiscalização– Item 16.17 designação dos servidores.

Art. 2º A designação dos fiscais terá efeito desde a assinatura do contrato.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 15 de março de 2022.

Luiz Celso Morais de Oliveira

Secretário Municipal de Viação e Obras

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
PORTARIA N° 012/2022 – SMVO/VG

PORTARIA N° 012/2022 – SMVO/VG

“Dispõe sobre a nomeação de fiscal do contrato n° 011/2022, decorrente doC.P n° 08/2021, empresa CONSTRUTORA AGRIENGE LTDA”

O Secretário Municipal de Viação e Obras, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE:**

Art. 1° DESIGNAR os servidores, o Engenheiro Civil Srº **FELIPE AUGUSTO TEZOLIN** e o Engenheiro Civil Srº **GIDEON COSTA ALMEIDA,** como fiscais das obras de pavimentação e drenagem nos Bairros Parque das Nações e Terra Nova, conforme contrato n° 011/2022 em conformidade com a cláusula décima sexta da fiscalização– Item 16.17 designação dos servidores.

Art. 2º A designação do fiscal terá efeito desde a assinatura do contrato.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 15 de março de 2022.

Luiz Celso Morais de Oliveira

Secretário Municipal de Viação e Obras

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
AVISO DE EDITAL RETIFICADO DE ABERTURA DA LICITAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 01/2021

AVISO DE EDITAL RETIFICADO DE ABERTURA DA LICITAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 01/2021 - MENOR PREÇO POR ITEM

Processo n° 766987/2021. Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA CAPACITADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS: ÔNIBUS ESCOLARES PARA ATENDER O TRANSPORTE ESCOLAR DOS ALUNOS DA REDE DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE. A REALIZAÇÃO ESTÁ PREVISTA PARA O DIA 29 DE MARÇO DE 2022, ÀS 10H00MIN (horário Brasília - DF).). O **Edital Retificado** completo está à disposição dos interessados na Prefeitura Municipal de Várzea Grande, – Superintendência de Licitações, nos dias úteis, das 08h às 18h, sito à Avenida Castelo Branco, 2500 – Água Limpa - Várzea Grande/MT, gratuitamente a ser disponibilizado através de mídia gravada em dispositivo do interessado ou em download nos seguintes sites: www.bllcompras.org.br e www.varzeagrande.mt.gov.br Várzea Grande-MT, 18 de março de 2022. Silvio Aparecido Fidelis- Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
PORTARIA Nº 03/CMRF/2022

PORTARIA Nº 03/CMRF/2022

Dispõe sobre a ordem de convocação de Conselheiro Suplente.

O Presidente do Conselho Municipal de Recursos Fiscais do Município de Várzea Grande, no uso de suas atribuições legais e regimentais, tendo em vista a existência de impedimento legal, nos termos dos artigos 14°, inciso IV, epedido de férias, resolve:

Art. 1° Convocar o Conselheiro Suplente Dr. THIAGO COELHO DA CUNHA para participar da 36° Sessão Ordinária do Conselho Municipal de Recursos Fiscais, a ser realizada em 13/04/2022, as 9:00hs, na sala de reunião da Secretaria Municipal de Gestão Fazendária, especificamente do julgamento dos seguintes processos:

1 – Processo CMRF/VG n° 95 - Betania Empreendimentos Imobiliários Ltda. x Fisco Municipal – IPTU – Conselheiro relator VANDO FAUSTINO DE ARAÚJO;

2- Processo CMRF/VG n° 97 - Ginco Platinum Incorporações Ltda(gespro 745088/21) x Fisco Municipal – IPTU – Conselheiro Suplente relator THIAGO COELHO DA CUNHA;

3 – Processo CMRF/VG n° 98 - Varzea Grande Empreendimentos Imobiliarios SPE Ltda (gespro750252/21) x Fisco Municipal – IPTU – Conselheiro relator PABLO GUSTAVO MORAES PEREIRA;

4 – Pedido de Vista – Processo CMRF/VG n° 96 – SelpromTecnologia Ltda - Epp (gespro 748441/21) x Fisco Municipal – ISS – Conselheiro Relator Benedito Odário Conceição e Silva – Relatoria de Vista Conselheiro Suplente Dr. Thiago Coelho da Cunha;

Art. 2º Esta portaria entra em vigor nesta data.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Várzea Grande – MT, 18 de março de 2022.

MAXWEL SILVA ALVES

Presidente do Conselho Municipal de Recursos Fiscais

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
RATIFICAÇÃO DO COMUNICADO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 10/2022

RATIFICAÇÃO DO COMUNICADO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº10/2022 – TERMO DE FOMENTO

Processo nº 782756/2022:Dispensa de Licitação, oriunda do Termo de Fomento formalizado com a Associação das Manifestações Folclóricas de Mato Grosso, cujo objeto visa promover o repasse Financeiro de recursos que se destinam a contribuir para o custeio das despesas com ações desenvolvidas na área de Cultura para o atendimento de 150 (cento e cinquenta) alunos da Educação Infantil e Ensino Fundamental I a ser firmado Termo de Fomento entre Prefeitura Municipal de Várzea Grande por meio da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, via Dispensa de Licitação., através da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, com a **ASSOCIAÇÃO DAS MANIFESTAÇÕES FOLCLÓRICAS** DE MATO GROSSO - CNPJ: 06.240.155/0001-81, o valor global de R$ 100.000,00 (cem mil reais), distribuídos em 10 (dez) parcelas de R$10.000,00 (dez mil reais) mensais O presente documento está disponível no site: www.varzeagrande.mt.gov.br. Várzea Grande, 18 de março de 2022. **SILVIO APARECIDO FIDELIS- Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
1º ERRATA À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°21/2022

1º ERRATA À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°21/2022

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 47/2021 / PROC. ADM. Nº. 757310/2021

Fundo Municipal de Saúde de Várzea Grande, por meio da Secretaria Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais, torna público para o conhecimento dos interessados as modificações na **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°21/2022** em decorrência de erro material de digitação, contendo informações divergentes, quanto ao valor unitário da referida ata. Neste sentido, em conformidade com a lei n.10.520, de 17 de Julho de 2002, Decreto Municipais N.09/2010 e suas alterações e Lei Complementar n. 123 de 14 de dezembro de 2006, LC 147/2014, Lei n. 8.078 de 11 de setembro de 1990 e subsidiariamente pela Lei n. 8.666/93 e suas alterações, resolve promover as CORREÇÕES NECESSÁRIAS:

NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 21/2022.

ONDE SE LÊ:

1.

2.

3.

4.

5.

6.

7.

8.

9.

10.

11.

12.

12.1.

12.2.

12.3.

12.4.

12.5.

12.6.

12.7.

12.8.

1	58	IRIDOTOMIA A LASER	432716-0	1	04.05.05.019-4	250	R$ 45,01	R$ 11.252,00

LEIA SE:

1	58	IRIDOTOMIA A LASER	432716-0	1	04.05.05.019-4	250	R$45,0080	R$ 11.252,00

1.

2.

3.

4.

5.

6.

7.

8.

9.

10.

11.

12.

12.1.

12.2.

12.3.

12.4.

12.5.

12.6.

12.7.

12.8.

? **Ratificam-se os demais itens e cláusulas da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°21/2022**

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL 04/2022

AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL04/2022

Processo nº 77885172022. Objeto: Registro de Preços para Contratação de Empresa capacitada em fornecimento e instalação de obelisco (Totem) em concreto armado, de acordo com o Modelo da Prefeitura Municipal de Várzea Grande, com Pintura em Textura Cinza e Logotipo da Prefeitura, em alto e baixo relevo nas duas faces e fornecimento e instalação de Placa – Inauguração, para atender a Prefeitura Municipal de Várzea Grande. O certame foi **ADJUDICADO** em 18**/03/2022** pelo Pregoeiro Oficial e**HOMOLOGADO** em 18**/03/2022**,sagrando vencedoras as empresas: **1) Item 01** (fornecimento e instalação de obelisco)**C.R SANTOS,** CNPJ N.º 07. 871.559/0001-36, **R$ 827.007,49**(oitocentos e vinte e sete mil, sete reais e quarenta e nove centavos);**Item 02** (fornecimento e instalação de placa de inauguração) **RAWAL PLACAS COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA,** CNPJ nº. 15.353.188/0001-29, R$ 132.080,00 (cento e trinta e dois mil e oitenta reais). O presente documento está disponível no site: www.varzegrande.mt.gov.br, Várzea Grande - MT, 18 de março de 2022.Anderson Rodrigo do Nascimento Silva–Secretário Municipal de Administração.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
EDITAL DE CONVITE REUNIÃO ORDINÁRIA CMDRVG

EDITAL DE CONVITE REUNIÃO ORDINÁRIA CMDRVG

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural Sustentável do Município de Várzea Grande, no uso das atribuições que lhe garantem o Decreto Nº 16/97 c/c Decreto nº 74/2017, CONVOCA OS CONSELHEIROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE VÁRZEA GRANDE – CMDRVG, para a realização daReunião ordinária, a ser realizada de forma presencial, na Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural Sustentável, com sede na avenida da FEB, Várzea Grande – MT, no dia **31/03/2022, as 8:30min**.

Pauta: Assuntos de ordem geral.

Senhores

CONSELHEIROS	FUNÇÃO NO CMDRVG	INSTITUIÇÃOS
CÉLIO DOS SANTOS	PRESIDENTE	SEMMADRS
JHONATTAN LUYDD FERNANDES FERREIRA	VICE PRESIDENTE	SEMMADRS
ALECSAND MOUREIRA DA SILVA	TITULAR	CÂMARA MUNICIPAL

EUCARES TEREZINHA DE ARRUDA BARROS	SUPLENTE	CÂMARA MUNICIPAL
MONICA APARECIDA GONÇALVES	TITULAR	SMECEL
ANNE CAROLINA GONÇALVES PENAZZOLO	SUPLENTE	SMECEL
NAILDO DOS SANTOS	TITULAR	ASSO. AGRI. FAM. P.A NSA. SENHORA APA. I
JOSÉ RIBAMAR SOZA OLIVEIRA	SUPLENTE	ASSO. AGRI. FAM. P.A NSA. SENHORA APA. I
JOSEMIRO GOMES DAS NEVES	TITULAR	ASSO. DOS TRAB. RURAIS DA COM. P.A SADIA III
PAULO DA SILVA PORTO	SUPLENTE	ASSO. DOS TRAB. RURAIS DA COM. P.A SADIA III
MIGUEL FRANCISCO DOS SANTOS	TITULAR	SINDICATO DOS TRAB. RURAIS DE VG
FRANCISCO MASTIM	SUPLENTE	SINDICATO DOS TRAB. RURAIS DE VG
ADMILSON CLEMENTE DA SILVA	TITULAR	PRODUTORES RURAIS DO LIMPO GRANDE
JOÃO PAULINO DA SILVA	SUPLENTE	PRODUTORES RURAIS DO LIMPO GRANDE
NIVALDO PONCIANO COELHO	TITULAR	EMPAER
GISLAINE RIBEIRO DA SILVA ARAUJO	SUPLENTE	EMPAER
JAIRO ANTÔNIO DA SILVA BORGES	TITULAR	ASSO. AGRICOLA DO FORM. P. BOA VISTA
ROSINHA CAVALARI SANDOVAL	SUPLENTE	ASSO. AGRICOLA DO FORM. P. BOA VISTA
GLEICE MAIARA ARAÚJO BARBOSA	TITULAR	CREA-VG
KAMILA BARROS BONFIM	SUPLENTE	CREA-VG
DANILO RIBEIRO DO COUTO	TITULAR	INDEA-MT
KELEN REGINA MALHADO DE SIQUEIRA	SUPLENTE	INDEA-MT
MAGDA DA FONSECA CHAGAS	TITULAR	SEAF
INDIRA MESSIAS NASSER	SUPLENTE	SEAF
JOÃO ADELSON SANTANA JUNIOR	TITULAR	MAPA
ADRIANA QUIXABEIRA MACHADO	SUPLENTE	MAPA
MATEUS BARBIZAN	TITULAR	SICREDI
DIEGO DOS SANTOS SOUZA	SUPLENTE	SICREDI
GISLENE APARECIDA PEPERARIO	TITULAR	BANCO DO BRASIL
MICHEL MANSHO	SUPLENTE	BANCO DO BRASIL

CÉLIO DOS SANTOS

SECRETÁRIO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

VÁRZEA GRANDE – MT

JEAN LUCAS TEIXEIRA DE CARVALHO

ASSESSOR JURÍDICO

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO 46/2021

AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO 46/2021

Processo n° 765480/2021. Objeto: Registro de Preço para futura e eventual contratação de pessoa jurídica capacitada para prestação de serviços de organização em geral compreendendo locação de som, iluminação, praticáveis, painel de led, locação de palco, decoração e locação de caixa térmica, para atender a prefeitura municipal de Várzea Grande/MT.Observados os preceitos legais da LEI 10.520/2002 subsidiada pela lei nº. 8666/93 e Constituição Federal de 1988,**ADJUDICO**na forma do inciso XXI do artigo 4º da lei 10.520/2002 e**HOMOLOGO** seu objeto as empresas: BARANJAK PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SOM E ILUMINAÇÃO LTDA-ME inscrita no CNPJ n.º33.672.940/0001-86, para o Lote: **01** com o valor total R$ 613.999,00 (seiscentos e treze mil, novecentos e noventa e nove reais); BRAVO PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA, inscrita no CNPJ 02.435.563/0001-38 para o Lote: **02** com o valor total R$ 258.000,00 (duzentos e cinquenta e oito mil reais); TEMPO LOCADORA DE STAND'S LTDA inscrita no CNPJ n.º 07.043.983/0001-92 para o lote 03 com o valor total R$ 100.745,00(cem mil, setecentos e quarenta e cinco reais); INFORTOUCH AGENCIA DE COMUNICAÇÃO E EVENTOS LTDA EPP inscrita no CNPJ 11.729.180/0001-63para o lote 05 com o valor total de R$890.000,00 (oitocentos e noventa mil reais); EVENTUAL LIVE MARKETING DIRETO EIRELI inscrita no CNPJ 04.433.214/0001-02 para o lote 06 R$ 281.563,18 (duzentos e oitenta e um mil, quinhentos e sessenta e três reais e dezoito centavos); BASSIQUE - COMERCIO E SERVIÇOS DE LOCAÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ09.643.592/0001-34 para o lote 07 com o valor total de R$ 997.150,00(novecentos e noventa e sete mil, cento e cinquenta reais). O lote 04 restou REVOGADO. Determino que sejam adotadas as medidas cabíveis para a contratação das referidas licitantes. O presente documento encontra-se disponível no site: www.varzeagrande.mt.gov.br. Várzea Grande – MT, 18 de março de 2022.**Anderson Rodrigo do Nascimento Silva** –Secretário Municipal de Administração.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
RATIFICAÇÃO DO COMUNICADO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 09/2022

RATIFICAÇÃO DO COMUNICADO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 09/2022 – TERMO DE FOMENTO

Processo nº 784256/2022. Objeto:Celebração do Termo de Fomento visando execução de ações a desenvolvidas na área de cultura, por meio da realização de instrumentos selecionados e materiais sonoros, a fim de desenvolver e despertar o senso de disciplina, de ordem, responsabilidade, solidariedade e espírito de equipe, através da linguagem musical, a fim de expressar seus talentos, destinadas a atender 136 (cento e trinta e seis) alunos da Educação Infantil e Ensino Fundamental I, firmado com a Prefeitura Municipal de Várzea Grande, através da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, com a **Associação Social Civil ABAIUC – PROJETO – ASCA, - CNPJ: 17.630.136/0001-88,** o valor global de **R$ 70.000,00** (setenta mil reais), distribuídos em 10 (dez) parcelas de R$ 7.000,00 (sete mil reais) mensais. O presente documento está disponível no site: www.varzeagrande.mt.gov.br. Várzea Grande, 17 de março de 2022. **SILVIO APARECIDO FIDELIS- Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
RE RETIFICAÇÃO DA PUBLICAÇÃO DA ADESÃO Nº 03/2022

RE RETIFICAÇÃO DA PUBLICAÇÃO DA ADESÃO Nº 03/2022-Processo nº. 787320/2022. Objeto: Adesão a Ata de Registro de Preços N°. 045/2021, proveniente do Pregão Presencial Nº 015/2021 do Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande-MT, que tem por objeto registro de preço Futura e eventual contratação de empresa especializada em prestação de serviço de manutenção de bombas submersas e manutenção de poços tubulares profundos, visando atender às necessidades e demandas da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer da Prefeitura Municipal de Várzea Grande-MT. Os itens pleiteados, quais sejam itens e quantitativos pleiteados sendo eles: **Lote 01** - **Das Bombas – Manutenção Parcial** – Potência de até: **Item 01** (4,5cv), R$22.737,52, **Item 02**(5,5cv), R$34.209,31, **Item 03** (6cv), R$7.232,81, **Item 04** (7cv), R$10.908,57, **Item 05** (8cv), R$48.565,21, **Item 06** (10 cv), R$6.310,29, **Item 07** (15cv), R$29.229,66, **Item 08** (20cv), R$23.238,32, **Item 09**(25cv), R$ 10.854,38, **Item 10**(30cv), R$3.782,74,**Item 11**(35cv) R$7.835,72, **Item 12**(40cv), R$8.299,38. **Lote 01 Das Bombas – Manutenção Tota**l- Potência de até: **Item 13**(4,5cv) R$35.443,88, **Item 14**(5,5cv) R$52.291,25, **Item 15**(6cv) R$11.491,23, **Item 16**(7cv) R$16.384,77, **Item 17**(5,5cv) R$72.585,37, **Item 18**(10cv) R$5.202,21, **Item 19**(15cv) R$38.770,47, **Item 20**(20cv) R$38.770,47, **Item 21**(25cv) R$18.004,86, **Item**

22(30cv) R$6.258,83, **Item 23**(35cv) R$13.066,40, **Item 24**(40cv) R$16. 359,39. **Total do Lote 01 R$ 548.416,56. Lote 02 - Dos Poços** – Diâmetro: **Item 01**(1 1/2"), R$ 17.252,40, **Item 02**(2"), R$ 58.917,24, **Item 03**(2 ½") R$ 9.786,70, **Item 04**(3") R$ 53.073,50, **Item 05**(4") R$ 12.558,20,**Item 06**(limpeza mecânica e química) R$ 173.736,60. **Item 07**(serviço em poço tubular) R$ 333.160,90. **Total do Lote 02 R$ 658.485,44,** totalizando-se a importância global de R$ 1.206.902,10 (um milhão, duzentos e seis mil, novecentos e dois reais e dez centavos), cuja empresa proponente éempresa vencedora: **R. BARROS RIBEIRO ERIELI - ME,** inscrita no CNPJ n. º 34.127.109/0001-06.AUTORIZADA a ADESÃO à Ata de Registro de Preço supracitada, conforme TR nº 08/2022, cuja vigência contratual será de 12 (doze) meses, contados da data da assinatura do mesmo e prazo de entrega sob demanda, conforme as necessidades da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, em até 04 (quatro) dias uteis para entrega dos Materiais/equipamentos/serviços, contados a partir do recebimento das Ordens de Serviço. O presente documento encontra-se disponível no site www.varzeagrande.mt.gov.br. Várzea Grande-MT, 17 de março de 2022. **SILVIO APARECIDO FIDELIS -** Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
AVISO DE PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N. 05/2022

AVISO DE PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃOPREGÃO PRESENCIAL N. 05/2022- MENOR PREÇO POR LOTE ÚNICO – AMPLA CONCORRÊNCIA

Processo n° 793267/2022.O Município de Várzea Grande-MT, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ n. 03.507.548/0001- 10, com sede na Av. Castelo Branco, Paço Municipal, n. 2.500 – CEP: 78.125-700 Várzea Grande/MT, representada neste ato pelo Secretário Municipal de Serviços Públicos e Mobilidade Urbana, o Senhor Breno Gomestorna público para conhecimento de todos os interessados que fará realizar licitação, na modalidade **PREGÃO** na forma **PRESENCIAL**, do tipo "**MENOR PREÇO POR LOTE ÚNICO** – **AMPLA CONCORRÊNCIA"**, sob Regime de Execução Indireta de **EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO**, cujo objeto é **Contratação de empresa capacitada para execução de serviços de varrição e limpeza das vias e logradouros públicos, podação, pintura de meios-fios, com remoção e transporte de resíduos públicos com carga manual e varrição mecanizada, a fim de atender ao Município de Várzea Grande/MT**. Comrealização prevista para o dia 23 de março de 2022, às 08h30min (horário local), **foi prorrogada** para o dia 05 de abril de 2022, às 08h30min (horário local)**,** endereço: **Sala de Licitações da Secretaria de Serviços Públicos e Mobilidade Urbana sito a Avenida Castelo Branco n. 2.500, Bairro Água Limpa – Várzea Grande/MT**. Tal prorrogação faz-se necessária, tendo em vista a 2ª Retificação ao Termo de Referência e Edital. O Edital completo está à disposição dos interessados na Comissão de Licitação na Secretaria de Viação e Obras sito a Avenida Castelo Branco n. 2.500, Água Limpa, CEP 78.125-700, em dias úteis, das 08h00min às 12h00min, a ser disponibilizado através de mídia digital, ou outro dispositivo que permita a gravação de arquivos, ou gratuitamente no site: www.varzeagrande.mt.gov.br. Várzea Grande – MT, 18 de março de 2022. **Breno Gomes -** Secretário Municipal de Serviços Públicos e Mobilidade Urbana.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
LEI COMPLEMENTAR Nº 4.874/2022

LEI COMPLEMENTAR Nº 4.874/2022

Altera a lei municipal complementar n.º 4.083/2015, a qual reorganiza a estrutura básica administrativa do Poder Executivo municipal e dá outras providências.

KALIL SARAT BARACAT DE ARRUDA, Prefeito de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Municipal Complementar:

Art. 1º Fica alterado o anexo VII, da lei municipal complementar n.º 4.083/2015, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

ANEXO - VII

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

CARGO	SIMBOLOGIA	QUANTITATIVO
Secretário Municipal	DNS-1	01
Subsecretário	DNS-2	01
Superintendente	DNS-3	05
Assessor Especial	DNS-3	01
Assessor Especial de Obras	DNS-3	01
Coordenador de Alimentação Escolar	DNS-4	01
Coordenador Administrativo Financeiro	DNS-4	01
Coordenador	DNS-4	07
Coordenador de Engenharia Ambiental	DNS-4	01
Coordenador de Engenharia Civil	DNS-4	02
Coordenador de Engenharia Elétrica	DNS-4	01
Coordenador de Fiscalização de Obras	DNS-4	01
Coordenador de Orçamento, Planejamento e Desenvolvimento de Obras Públicas	DNS-4	01
Assessor Jurídico	DNS-5	01
Gerente	DNS-6	12
Assessor Técnico	DNS-6	12
Secretário Escolar	DNS-6	40
TOTAL DE CARGOS		**89**

Art. 2º Fica revogada a lei municipal complementar n.º 4.431/2019.

Art. 3º Esta Lei Municipal Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Praça Três Poderes, Paço Municipal "Couto Magalhães", Várzea Grande, 15 de março de 2022.

KALIL SARAT BARACAT DE ARRUDA

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO
PORTARIA

PORTARIA Nº 064/2022

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DA VÁRZEA GRANDE – MT.

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO.

Em conformidade com a Lei nº 2.613/2003, Art.4º, III, seguindo o Parecer Jurídico do Procurador Chefe Nº **064/2022/JUR/DAEVG**.

CONTRATO	SERVIDOR	PERÍODO		CARGO	FINALIDADE DO CONTRATO
Nº		INICIO	TÉRMINO	CARGOS/PERFIL	CONTRATO
2418	ROBSON SÓRIO DA CONCEIÇÃO	18/03/2022	18.03.2023	AGENTE DE SANEAMENTO/AUXILIARES DE SERVIÇOS DOCUMENTAÇÃO, INFORMAÇÃO E PESQUISA	PRESTAÇÃO SERVIÇO

Esta Portaria entra em vigor na data de assinatura.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Várzea Grande, 18 de Março de 2022.

CARLOS ALBERTO SIMÕES DE ARRUDA

Diretor Presidente DAE/VG

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
LEI COMPLEMENTAR Nº 4.875/2022

LEI COMPLEMENTAR Nº 4.875/2022

Dispõe sobre a jornada de trabalho semanal e o regime de dedicação exclusiva dos profissionais da educação escolar básica titulares do cargo efetivo de Professor, quando no exercício da função de Coordenador Pedagógico, nas unidades escolares da rede pública municipal de ensino de Várzea Grande e dá outras providências.

KALIL SARAT BARACAT DE ARRUDA, Prefeito de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Municipal Complementar:

Art. 1º Fica fixada a remuneração para o exercício da função de Coordenador Pedagógico da rede pública municipal de ensino.

§ 1º O valor da remuneração da função que o *caput* se refere é de **R$ 3. 000,00 (três mil reais)**mensais, que será devida aos professores efetivos ou estáveis no cargo de professor, exercendo a função de coordenador pedagógico, nas unidades escolares da rede municipal de educação de Várzea Grande.

§ 2º A remuneração prevista nesta Lei Municipal Complementar em nenhuma hipótese se incorpora ao subsidio desse profissional da educação escolar básica, nem integra aos proventos de aposentadoria ou pensão.

§ 3º O exercício da função do coordenador pedagógico nas unidades escolares da rede pública municipal de educação de Várzea Grande será de uma jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanal, em regime de dedicação exclusiva.

Art. 2º O professor efetivo ou estável na função de Coordenador Pedagógico que possuir 02 (duas) cadeiras deverá fazer opção entre 01 (uma) cadeira e a remuneração da função ou apenas pelo subsídio de seu cargo.

Parágrafo único: o professor efetivo ou estável com jornada de trabalho de 50 (cinquenta) horas deverá optar pela remuneração da função ou pelo subsídio do seu cargo, em hipótese alguma acumulara subsídio mais remuneração da função.

Art. 3º Fica revogada a Lei Municipal Complementar nº. 4.421/2018.

Art. 4º Esta Lei Municipal Complementar entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos à data de 17 de fevereiro de 2022.

Praça Três Poderes, Paço Municipal “Couto Magalhães”, Várzea Grande, 15 de março de 2022.

KALIL SARAT BARACAT DE ARRUDA

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO
PORTARIA

PORTARIA Nº 065/2022

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DA VÁRZEA GRANDE – MT.

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO.

Em conformidade com a Lei nº 2.613/2003, Art.4º, III, seguindo o Parecer Jurídico do Procurador Chefe Nº **065/2022/JUR/DAEVG**.

CONTRATO	SERVIDOR	PERÍODO		CARGO	FINALIDADE DO CONTRATO
Nº		INICIO	TÉRMINO	CARGOS/PERFIL	CONTRATO
2419	CARMEM LUCIA BENEDITA DA COSTA	18/03/2022	18.03.2023	AGENTE DE SANEAMENTO/AUXILIARES DE SERVIÇOS DOCUMENTAÇÃO, INFORMAÇÃO E PESQUISA	PRESTAÇÃO SERVIÇO

Esta Portaria entra em vigor na data de assinatura.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Várzea Grande, 18 de Março de 2022.

CARLOS ALBERTO SIMÕES DE ARRUDA

Diretor Presidente DAE/VG

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
LEI COMPLEMENTAR Nº 4.876/2022

LEI COMPLEMENTAR Nº 4.876/2022

Cria gratificação de função aos Diretores das unidades escolares da rede pública municipal de educação e dá outras providências.

KALIL SARAT BARACAT DE ARRUDA, Prefeito de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Municipal Complementar:

Art. 1º Fixa, na forma do anexo único desta Lei Municipal Complementar, o valor da gratificação da função de Diretor das unidades escolares da rede municipal de educação de Várzea Grande.

Parágrafo único: A remuneração prevista nesta Lei Municipal Complementar em nenhuma hipótese será incorporada ao subsídio do profissional da educação escolar básica, nem integrará os proventos para efeito de aposentadoria ou pensão.

Art. 2º O exercício da função de diretor escolar é de dedicação exclusiva.

Art. 3º O professor efetivo ou estável na função de diretor escolar que possuir 02 (duas) cadeiras deverá fazer opção entre 01 (uma) cadeira e a gratificação da função ou apenas pelo subsídio de seu cargo.

Art. 4º O professor efetivo ou estável com jornada de trabalho de 50 (cinquenta) horas deverá optar pela gratificação da função ou pelo subsídio do seu cargo, em hipótese alguma acumulara subsídio mais remuneração da função.

Art. 5º Fica revogada a Lei Municipal Complementar n.º 3.896/2013.

Art. 6º Esta Lei Municipal Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Praça Três Poderes, Paço Municipal “Couto Magalhães”, Várzea Grande, 15 de março de 2022.

KALIL SARAT BARACAT DE ARRUDA

Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

QUANTIDADES DE SALAS DE AULAS	VALOR DA GRATIFICAÇÃO DA FUNÇÃO (não cumulativa)
Até 06 salas de aulas	R$ 3.500,00
Até 10 salas de aulas	R$ 4.000,00
A partir de 11 salas de aulas	R$ 4.500,00

Praça Três Poderes, Paço Municipal “Couto Magalhães”, Várzea Grande, 15 de março de 2022.

KALIL SARAT BARACAT DE ARRUDA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
LEI COMPLEMENTAR Nº 4.877/2022

LEI COMPLEMENTAR Nº 4.877/2022

Dispõe sobre o reajuste do piso salarial dos Professores da Rede Pública Municipal de Ensino de Várzea Grande e dá outras providências.

KALIL SARAT BARACAT DE ARRUDA, Prefeito de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Municipal Complementar:

Art. 1º O reajuste do piso salarial do Professor da rede pública municipal de ensino e do Supervisor Escolar, nos termos das tabelas em anexo, será de **12,84% (doze inteiros e oitenta e quatro pontos percentuais)**.

Art. 2º Os efeitos financeiros dessa Lei Municipal Complementar retroagirão ao mês de janeiro do ano de 2022.

Art. 3º Fica revogada a Lei Municipal Complementar nº 4.660/2020.

Art. 4º Esta Lei Municipal Complementar entrará em vigor na data da sua publicação.

Praça Três Poderes, Paço Municipal “Couto Magalhães”, Várzea Grande, 15 de março de 2022.

KALIL SARAT BARACAT DE ARRUDA

Prefeito Municipal

PROFESSOR - NÍVEL MÉDIO - 25 (VINTE E CINCO) HORAS						
Formação		MÉDIO	SUPERIOR	ESPECIALIZAÇÃO	MESTRADO	DOUTORADO
Classe		A	B	C	D	E
Período	Nível					
1 a 3	1	R$ 2.035,54	R$ 3.053,32	R$ 3.867,53	R$ 4.274,64	R$ 4.681,75
3 a 6	2	R$ 2.157,68	R$ 3.236,51	R$ 4.099,58	R$ 4.531,12	R$ 4.962,65
6 a 9	3	R$ 2.287,14	R$ 3.430,70	R$ 4.345,56	R$ 4.802,99	R$ 5.260,41
9 a 12	4	R$ 2.424,36	R$ 3.636,55	R$ 4.606,29	R$ 5.091,17	R$ 5.576,04
12 a 15	5	R$ 2.569,83	R$ 3.854,74	R$ 4.882,67	R$ 5.396,64	R$ 5.910,60
15 a 18	6	R$ 2.724,02	R$ 4.086,02	R$ 5.175,63	R$ 5.720,43	R$ 6.265,24
18 a 21	7	R$ 2.887,46	R$ 4.331,19	R$ 5.486,17	R$ 6.063,66	R$ 6.641,15
21 a 24	8	R$ 3.060,70	R$ 4.591,06	R$ 5.815,34	R$ 6.427,48	R$ 7.039,62
24 a 27	9	R$ 3.244,35	R$ 4.866,52	R$ 6.164,26	R$ 6.813,13	R$ 7.462,00
27 a 30	10	R$ 3.439,01	R$ 5.158,51	R$ 6.534,11	R$ 7.221,92	R$ 7.909,72

PROFESSOR - NÍVEL MÉDIO - 50 (CINQUENTA) HORAS						
Formação		MÉDIO	SUPERIOR	ESPECIALIZAÇÃO	MESTRADO	DOUTORADO
Classe		A	B	C	D	E
Período	Nível					
1 a 3	1	R$ 4.071,08	R$ 6.106,61	R$ 7.735,03	R$ 8.549,25	R$ 9.363,43
3 a 6	2	R$ 4.315,35	R$ 6.473,03	R$ 8.199,15	R$ 9.062,21	R$ 9.925,30
6 a 9	3	R$ 4.574,27	R$ 6.861,41	R$ 8.691,09	R$ 9.605,97	R$ 10.520,79
9 a 12	4	R$ 4.848,72	R$ 7.273,07	R$ 9.212,58	R$ 10.182,29	R$ 11.152,05
12 a 15	5	R$ 5.139,65	R$ 7.709,45	R$ 9.765,32	R$ 10.793,23	R$ 11.821,16
15 a 18	6	R$ 5.448,01	R$ 8.172,00	R$ 10.351,24	R$ 11.440,83	R$ 12.530,43
18 a 21	7	R$ 5.774,90	R$ 8.662,33	R$ 10.972,33	R$ 12.127,29	R$ 13.282,27
21 a 24	8	R$ 6.121,37	R$ 9.182,09	R$ 11.630,64	R$ 12.854,94	R$ 14.079,23
24 a 27	9	R$ 6.488,67	R$ 9.732,99	R$ 12.328,49	R$ 13.626,22	R$ 14.923,96
27 a 30	10	R$ 6.877,98	R$ 10.316,99	R$ 13.068,21	R$ 14.443,80	R$ 15.819,40

PROFESSOR - NÍVEL SUPERIOR - 25 (VINTE E CINCO) HORAS					
Formação		SUPERIOR	ESPECIALIZAÇÃO	MESTRADO	DOUTORADO
Classe		A	B	C	D
Período	Nível	1,00	1,30	1,50	1,65
1 a 3	1	R$ 3.053,32	R$ 3.867,53	R$ 4.274,64	R$ 4.681,75

3 a 6	**2**	R$ 3.236,51	R$ 4.099,58	R$ 4.531,12	R$ 4.962,65	
6 a 9	**3**	R$ 3.430,70	R$ 4.345,56	R$ 4.802,99	R$ 5.260,41	
9 a 12	**4**	R$ 3.636,55	R$ 4.606,29	R$ 5.091,17	R$ 5.576,04	
12 a 15	**5**	R$ 3.854,74	R$ 4.882,67	R$ 5.396,64	R$ 5.910,60	
15 a 18	**6**	R$ 4.086,02	R$ 5.175,63	R$ 5.720,43	R$ 6.265,24	
18 a 21	**7**	R$ 4.331,19	R$ 5.486,17	R$ 6.063,66	R$ 6.641,15	
21 a 24	**8**	R$ 4.591,06	R$ 5.815,34	R$ 6.427,48	R$ 7.039,62	
24 a 27	**9**	R$ 4.866,52	R$ 6.164,26	R$ 6.813,13	R$ 7.462,00	
27 a 30	**10**	R$ 5.158,51	R$ 6.534,11	R$ 7.221,92	R$ 7.909,72	
PROFESSOR - NÍVEL SUPERIOR - 50 (CINQUENTA) HORAS						
Formação		**SUPERIOR**	**ESPECIALIZAÇÃO**	**MESTRADO**	**DOUTORADO**	
Classe		**A**	**B**	**C**	**D**	
Período	**Nível**					
1 a 3	**1**	R$ 6.106,61	R$ 7.735,03	R$ 8.549,25	R$ 9.363,43	
3 a 6	**2**	R$ 6.473,03	R$ 8.199,15	R$ 9.062,21	R$ 9.925,30	
6 a 9	**3**	R$ 6.861,41	R$ 8.691,09	R$ 9.605,97	R$ 10.520,79	
9 a 12	**4**	R$ 7.273,07	R$ 9.212,58	R$ 10.182,29	R$ 11.152,05	
12 a 15	**5**	R$ 7.709,45	R$ 9.765,32	R$ 10.793,23	R$ 11.821,16	
15 a 18	**6**	R$ 8.172,00	R$ 10.351,24	R$ 11.440,83	R$ 12.530,43	
18 a 21	**7**	R$ 8.662,33	R$ 10.972,33	R$ 12.127,29	R$ 13.282,27	
21 a 24	**8**	R$ 9.182,09	R$ 11.630,64	R$ 12.854,94	R$ 14.079,23	
24 a 27	**9**	R$ 9.732,99	R$ 12.328,49	R$ 13.626,22	R$ 14.923,96	
27 a 30	**10**	R$ 10.316,99	R$ 13.068,21	R$ 14.443,80	R$ 15.819,40	
SUPERVISOR - 50 (CINQUENTA) HORAS						
Formação		**SUPERIOR**	**ESPECIALIZAÇÃO**	**MESTRADO**	**DOUTORADO**	
Classe		**A**	**B**	**C**	**D**	
Período	**Nível**					
1 a 3	**1**	R$ 5.276,14	R$ 6.858,98	R$ 7.914,21	R$ 8.705,63	
3 a 6	**2**	R$ 5.592,71	R$ 7.270,52	R$ 8.389,06	R$ 9.227,96	
6 a 9	**3**	R$ 5.928,27	R$ 7.706,75	R$ 8.892,40	R$ 9.781,64	
9 a 12	**4**	R$ 6.283,96	R$ 8.169,15	R$ 9.425,95	R$ 10.368,54	
12 a 15	**5**	R$ 6.661,00	R$ 8.659,30	R$ 9.991,50	R$ 10.990,65	
15 a 18	**6**	R$ 7.060,66	R$ 9.178,86	R$ 10.590,99	R$ 11.650,09	
18 a 21	**7**	R$ 7.484,30	R$ 9.729,59	R$ 11.226,45	R$ 12.349,10	
21 a 24	**8**	R$ 7.933,36	R$ 10.313,37	R$ 11.900,04	R$ 13.090,04	
24 a 27	**9**	R$ 8.409,36	R$ 10.932,17	R$ 12.614,04	R$ 13.875,45	
27 a 30	**10**	R$ 8.913,92	R$ 11.588,10	R$ 13.370,88	R$ 14.707,97	

Praça Três Poderes, Paço Municipal “Couto Magalhães”, Várzea Grande, 15 de março de 2022.

KALIL SARAT BARACAT DE ARRUDA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
LEI Nº 4.878/2022

LEI Nº 4.878/2022

Dispõe sobre a criação e denominação da Escola Municipal de Educação Básica – EMEB Manoel Correa de Almeida e dá outras providências.

KALIL SARAT BARACAT DE ARRUDA, Prefeito de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Municipal:

Art. 1º Fica criada e denominada a Escola Municipal de Educação Básica – EMEB Manoel Correa de Almeida.

Art. 2º Esta Lei Municipal entra em vigor na data de sua publicação.

Praça Três Poderes, Paço Municipal “Couto Magalhães”, Várzea Grande, 15 de março de 2022.

KALIL SARAT BARACAT DE ARRUDA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE

PORTARIA N. 107, DE 18 DE MARÇO DE 2022.

“DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR EM CARGO EFETIVO DO MUNICÍPIO DE VILA VELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE – MT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN, prefeito municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade,Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial as consignadas no artigo 64, Inciso VI, da Lei Orgânica do Município, e

Considerando que o servidor abaixo referenciado, requereu junto ao Departamento de Recursos Humanos, sua exoneração a partir da data de 15 de março de 2022;

RESOLVE:

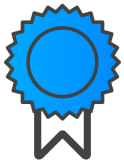
Art. 1º - Exonerar a pedido, o servidor João Neres Lanes Junior do cargo efetivo de Professor de Matemática, a contar do dia 15/03/2022.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrario.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DEZOITO DIAS DO MÊS DE MARÇO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E DOIS.

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN PREFEITO

Esse documento foi assinado por

	**Signatário**	CN=ASSOCIACAO MATOGROSSENSE DOS MUNICIPIOS:00234260000121, OU=Certificado PJ A1, OU=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Data/Hora	Sun Mar 20 22:33:04 UTC 2022
	Emissor do Certificado	CN=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Número Serial.	1170115676103352402
	Método	urn:adobe.com:Adobe.PPKLite:adbe.pkcs7.sha1 (Adobe Signature)